ATO DA PRESIDÊNCIA N°151/2023

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas prerrogativas regimentais, e Considerando o deferimento ao requerimento que solicita a criação da Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar irregularidades e práticas abusivas por parte da ENEL Distribuição Ceará, na prestação de serviços de fornecimento de energia elétrica no Estado do Ceará, Considerando a indicação das lideranças partidárias para composição da referida Comissão, RESOLVE: Publicar o nome dos **MEMBROS** efetivos e suplentes que irão **compor a Comissão** Parlamentar de Inquérito da ENEL Distribuição Ceará, com prazo de 120 (cento e vinte) dias, em Anexo Único, parte integrante deste Ato. PAÇO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, em 10 de agosto de 2023.

Deputado Evandro Leitão
PRESIDENTE

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE O ATO DA PRESIDÊNCIA Nº151/2023

MEMBROS EFETIVOS	PARTIDO	MEMBROS SUPLENTES	PARTIDO
PRESIDENTE: FERNANDO SANTANA	PT	LARISSA GASPAR	PT
VICE-PRESIDENTE: CARMELO NETO	PL	DRA. SILVANA	PL
RELATOR: GUILHERME LANDIM	PDT	ANTÔNIO HENRIQUE	PDT
BRUNO PEDROSA	PDT	LIA GOMES	PDT
AGENOR NETO	MDB	DANNIEL OLIVEIRA	MDB
ROMEU ALDIGUERI	PDT	LEONARDO PINHEIRO	PROGRESSISTAS
FELIPE MOTA	UNIÃO	SARGENTO REGINAURO	UNIÃO
DE ASSIS DINIZ	PT	GUILHERME SAMPAIO	PT
GABRIELLA AGUIAR	PSD	SIMÃO PEDRO	PSD

*** *** ***

PORTARIA N°481/2023 A DIRETORA GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ no uso das atribuições que lhe confere a Resolução nº 270, de 30 de setembro de 1991, no seu art. 1º, inciso XIII, combinado com o art. 67, da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993. RESOLVE: **Designar** a servidora **MARIA DE JESUS DIAS DA SILVEIRA**, matrícula n° 031.001, como gestora do Convênio n° 48/2023 firmado com a SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARA, cujo objeto é divulgar junto à população a Lei do empreendedor individual; orientar o empreendedor individual quanto aos seus direitos e deveres junto a SEFAZ. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 08 de agosto de 2023.

Sávia Maria de Queiroz Magalhães
DIRETORA GERAL

*** *** ***

PORTARIA N°482/2023 A DIRETORA GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ no uso das atribuições que lhe confere a Resolução nº 270, de 30 de setembro de 1991, no seu art. 1º, inciso XIII, combinado com o art. 67, da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993. RESOLVE: **Designar** a servidora **MARIA DE JESUS DIAS DA SILVEIRA**, matrícula n° 031.001, como gestora do Convênio n° 49/2023 firmado com a ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ (APRECE), cujo objeto é a viabilização das ações voltadas ao empreendedorismo, junto aos municípios cearenses, através dos serviços oferecidos pela Sala do Empreendedor da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 09 de agosto de 2023.

Sávia Maria de Queiroz Magalhães
DIRETORA GERAL

*** *** ***

PORTARIA N°483/2023 A DIRETORA GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ no uso das atribuições que lhe confere a Resolução nº 270, de 30 de setembro de 1991, no seu art. 1º, inciso XIII, combinado com o art. 67, da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993. RESOLVE: **Designar** a servidora **MARIA DE JESUS DIAS DA SILVEIRA**, matrícula n° 031.001, como gestora do Convênio n° 50/2023 firmado com o SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO ESTADO DO CEARÁ – SEBRAE, cujo objeto é a implementação da Lei Geral de Tratamento Diferenciado aos Pequenos Negócios e das Políticas de Desenvolvimento, com foco no eixo Sala do Empreendedor. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 08 de agosto de 2023.

Sávia Maria de Queiroz Magalhães
DIRETORA GERAL

*** *** ***

PORTARIA N°484/2023 A DIRETORA GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ no uso das atribuições que lhe confere a Resolução nº 270, de 30 de setembro de 1991, no seu art. 1º, inciso XIII, combinado com o art. 67, da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993. RESOLVE: **Designar** a servidora **MARIA DE JESUS DIAS DA SILVEIRA**, matrícula n° 031.001, como gestora do Convênio n° 51/2023 firmado com o INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (INSS)), cujo objeto é realizar ações junto ao INSS, através do Programa de Educação Previdenciária – PEP. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 08 de agosto de 2023.

Sávia Maria de Queiroz Magalhães
DIRETORA GERAL

*** *** ***

PORTARIA N°746/2023 A DIRETORA GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ no uso das atribuições que lhe confere a Resolução nº 270, de 30 de setembro de 1991, no seu art. 1º, inciso XIII, combinado com o art. 67, da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993. RESOLVE: **Designar** a servidora **LÍDIA GISELLE DE SOUZA DUTRA**, matrícula n° 034.513, como gestora do Contrato n° 40/2023 firmado com a ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE EVENTOS ABEOC, cujo objeto consiste em promover um debate acerca dos marcos legais e das reformas que impactam o setor de eventos e turismo no Brasil, bem como discutir os planos setoriais de eventos e turismo que vêm sendo implementados a nível estadual e municipal e revisitar as boas práticas governamentais e as inovações que impulsionam esse setor, por meio da realização de evento em formato híbrido no mês de setembro de 2023, visando à promoção da inovação, ao desenvolvimento regional e à geração de emprego e renda. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 09 de agosto de 2023.

Sávia Maria de Queiroz Magalhães
DIRETORA GERAL

*** *** ***

EXTRATO DE CONTRATO N°40/2023

CONTRATANTE: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, CNPJ/MF n° 06.750.525/0001-20, com sede e foro nesta Capital na Avenida Desembargador Moreira nº 2807, Dionísio Torres. CONTRATADA: **ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE EVENTOS ABEOC SECÇAO CEARA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.182.071/0001-88, estabelecida na Av. Santos Dumont, n° 2727, Sala 509 - Bairro Aldeota, Fortaleza, Ceará, CEP 60.150-165. OBJETO: PATROCÍNIO, por meio de **apoio financeiro ao "III SUMMIT EVENTOS BRASIL"**, através da ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE EVENTOS ABEOC SECÇAO CEARA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.182.071/0001-88, cujo objeto consiste em promover um debate acerca dos marcos legais e das reformas que impactam o setor de eventos e turismo no Brasil, bem como discutir os planos setoriais de eventos e turismo que vêm sendo implementados a nível estadual e municipal e revisitar as boas práticas governamentais e as inovações que impulsionam esse setor, por meio da realização de evento em formato híbrido no mês de setembro de 2023, visando à promoção da inovação, ao desenvolvimento regional e à geração de emprego e renda, nos termos do art. 5º, inciso III, da Lei Estadual nº 16.142/16, alterada pela Lei n° 17.617 de 18 de Agosto de 2021. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Fundamenta-se o presente contrato no Termo Justificativo de Inexigibilidade de Seleção Pública nº 101/2023-ISP, nas condições estabelecidas nas suas cláusulas, independentemente de transcrição e no parágrafo primeiro do art. 6º da Lei Estadual nº 16.142/2016, alterada pela Lei n° 17.617 de 18 de Agosto de 2021, o qual dispõe sobre a política de patrocínio da Administração Pública do Estado do Ceará, e, subsidiariamente, na Lei 8.666/93. FORO: Cidade de

FSC
www.fsc.org
MISTO
Papel produzido a partir de fontes responsáveis
FSC® C126031

PREVENTIVAMENTE pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias o referido policial militar das suas funções, posto que os fatos que lhes são imputados, em tese, revestem-se de acentuado grau de reprovabilidade, sendo incompatíveis com a função pública, além de ser necessário à garantia da ordem pública e à correta aplicação da sanção disciplinar, nos termos do art. 18, e seus §§, LC nº 98/2011; IV) CIENTIFICAR o Acusado e/ou seu(s) Defensor(es) que as decisões da CGD serão publicadas no Diário Oficial do Estado (DOE), em conformidade com o art. 34, § 2º, do Regulamento e Estrutura da Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário (CGD), aprovado pelo Decreto nº 33.447, de 27/01/2020, publicado no DOE nº 021, de 30/01/2020. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE e CUMPRA-SE. CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO (CGD), em Fortaleza/CE, 11 de dezembro de 2023.

Rodrigo Bona Carneiro
CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO

*** *** ***

CITAÇÃO POR EDITAL Nº15/2023

O CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 3º, I e IV, c/c o art. 5º, I e XV, da Lei Complementar nº 98/2011; CONSIDERANDO que a **3ª COMISSÃO DE PROCESSO REGULAR MILITAR (3ªCPRM)**, composta pelos **MILITARES** estaduais: TEN-CEL QOPM CARLOS AUGUSTO SILVA LIMA - MF: 132.402-1-3 (PRESIDENTE); TEN CEL QOPM RR DOMINGOS SÁVIO FERNANDES DE BRITO - MF: 098.128-1-4 (INTERROGANTE) e 1º TEN QOAPM ELZINETE BARBOSA DE ARAÚJO - MF: 111.557-1-5 (RELATORA E ESCRIVÃ), de acordo com a Portaria nº 683/2023 – GAB/CGD, publicada no DOE nº 160, de 24/08/2023, foi designada para instruir o Processo Administrativo Disciplinar sob SISPROC nº 2009557624; CONSIDERANDO o teor do SISPROC nº 2009557624 que trata da Comunicação Interna nº 1882/2020, exarada pelo Presidente da 3ª CPRM/CODIM, encaminhando documentação oriunda da 2ª Cia/16º BPM-CPC/PMCE, datada de 14/10/2020, que versa sobre o Termo de Deserção nº 001/2020-16ºBPM, do SD PM 29.936 ANTÔNIO JOSÉ DE ABREU VIDAL FILHO - MF: 307.286-1-0, publicado no Boletim do Comando-Geral/PMCE nº 166, de 02/09/2020; CONSIDERANDO que quando da deserção do policial militar retromencionado, o mesmo figurava na condição de acusado nos autos do Processo Administrativo Disciplinar de SISPROC nº 166700673, que foi processada no âmbito da 3ª Comissão de Processo Regular Militar nesta Controladoria Geral de Disciplina; CONSIDERANDO que a deserção em comento encontra-se no Processo nº 0254954-69.2020.8.06.0001 com manifestação do Promotor de Justiça Militar no sentido de que sejam juntados os assentamentos do desertor e que se aguarde a prisão ou apresentação voluntária do mesmo, visando atender condição de procedibilidade do feito, requerimento que foi acatado pelo MM. Juiz de Direito da Vara Única da Justiça Estadual do Ceará em despacho datado de 27/10/2020; CONSIDERANDO que a documentação apresentada reuniu indícios de materialidade e autoria, demonstrando, em tese, a ocorrência de conduta capitulada como infração disciplinar por parte do militar acima mencionado, passível de apuração a cargo deste Órgão de Controle Externo Disciplinar; CONSIDERANDO que os fatos em questão não preenchem, a priori, os pressupostos da Lei Estadual nº 16.039, de 28/06/2016, que dispõe sobre a criação do Núcleo de Soluções Consensuais (NUSCON), quanto a possibilidade de cabimento de mecanismo como ajustamento de conduta, mediação e suspensão do Processo Disciplinar; CONSIDERANDO que as mencionadas condutas, prima facie, violam os Valores Militares contidos no art. 7º, II, III, IV, V, VI, VII, IX e XI, e violam os Deveres Éticos consubstanciados no art. 8º, II, IV, V, VIII, XIII, XV, XVIII, XXIII e XXXIII, configurando as transgressões disciplinares previstas no art. 12, § 1º, I e II, e § 2º, III, c/c art. 13, § 1º, XLI e XLIII, e § 2º, XX e LIII, tudo da Lei nº 13.407/2003 (Código Disciplinar PM/BM)., conforme expresso na portaria inaugural; CONSIDERANDO os termos do disposto no art. 9º da Instrução Normativa CGD nº 16/2021, publicada no DOE nº 289, de 29/12/2021, vem pelo presente Edital **PROMOVER a CITAÇÃO** do SD PM 29.936 **ANTÔNIO JOSÉ DE ABREU VIDAL FILHO** - MF: 307.286-1-0, ACUSADO no Processo Regular em apreço, em virtude de não haver se apresentado perante a Comissão Processante para ser citado no dia 06/09/2023, às 09:0hs, conforme convocado no BCG nº 166, de 1º/09/2023 e ainda em conformidade com o Ofício nº 2056/2023-NGPM/CCP/CGP/JUSTIÇA/DISCILINA que informa que o supracitado militar não pertence mais ao efetivo da PMCE constando como AGREGADO/EXCLUSÃO, portanto, a praça ACUSADA deixou de atender à intimação formal da 3ª CPRM, nos termos do art. 93, §1º, do Código Disciplinar PM/BM. Também vem pelo presente edital PROMOVER a INTIMAÇÃO do referido militar para apresentar defesa prévia por escrito, no prazo de 03 (três) dias a partir da data da publicação do presente Edital, com fulcro no art. 94 da Lei nº 13.407 (Código Disciplinar PM/BM), nesta 3ª Comissão de Processos Regulares Militar (3ªCPRM/CGD), sob pena de revelia (Art. 93, §1º, b, do Código Disciplinar PM/BM), e caso não atenda esta publicação, torna-se desnecessária sua intimação para os demais atos processuais, ficando também INTIMADO, bem como seu defensor(a) legalmente constituído(a), que as decisões da CGD serão publicadas no Diário Oficial do Estado (DOE), em conformidade com o art. 34º, § 2º, do Regulamento e Estrutura da Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário (CGD), aprovado pelo Decreto nº 33.447, publicado no DOE nº 021, de 30/01/2020. REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE e CUMPRA-SE. CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO (CGD), em Fortaleza/CE, 06 de dezembro de 2023.

Rodrigo Bona Carneiro
CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO

FSC
www.fsc.org
MISTO
Papel produzido a partir de fontes responsáveis
FSC® C126031

PODER LEGISLATIVO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº223/2023

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso III do art. 21 da Resolução n.º 751, de 14 de dezembro de 2022. Considerando o Requerimento de autoria do Deputado Osmar Baquit, que requer nos termos do art. 151, inciso IV, do Regimento Interno, licença para tratar de interesse particular, pelo período de 120 (cento e vinte) dias, a partir do dia 6 de janeiro de 2024. RESOLVE: Conceder ao Deputado **OSMAR BAQUIT**, na forma do § 2.º do art. 151 do Regimento Interno, **licença para tratar de interesse particular**, pelo período de 120 (cento e vinte) dias, a partir do dia 6 de janeiro de 2024. PAÇO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, em 12 de dezembro de 2023.

Deputado Evandro Leitão
PRESIDENTE

*** *** ***

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº224/2023

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas prerrogativas estabelecidas no § 4.° do art. 60 do Regimento Interno, Considerando o deferimento ao requerimento que solicita a prorrogação da Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar irregularidades e práticas abusivas por parte da ENEL Distribuição Ceará, na prestação de serviços de fornecimento de energia elétrica no Estado do Ceará, Considerando a necessidade de análise de todos os dados recebidos pela Comissão Especial para apresentação do seu Relatório Final, Considerando o recesso legislativo regimental, em conformidade com o inciso I do art. 2.°, Considerando que o Plenário da Assembleia Legislativa anuiu com a prorrogação do prazo e o deferimento ad referendum, RESOLVE: **Prorrogar**, por 120 (cento e vinte dias), **a Comissão Parlamentar de Inquérito** para investigar irregularidades e práticas abusivas por parte da **ENEL** Distribuição Ceará, na prestação de serviços de fornecimento de energia elétrica no Estado do Ceará, suspendendo-se o prazo do seu funcionamento no período do recesso legislativo, conforme decisão da referida Comissão. PAÇO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, em 12 de dezembro de 2023.

Deputado Evandro Leitão
PRESIDENTE

*** *** ***

AVISO DO PREGÃO ELETRÔNICO
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº173/2023

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, por intermédio de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, nos termos do art. 2º do Ato Deliberativo Nº 593, de 23 de fevereiro de 2005, devidamente designados por meio do Ato da Presidência nº 155/2023, publicado no Diário Oficial do Estado do dia 23 de agosto de 2023, **comunica aos INTERESSADOS que, realizará Licitação na Modalidade Pregão Eletrônico – Edital de Licitação nº173/2023**, Processo Administrativo nº 012045/2023, no dia 09 de janeiro de 2024, com horários assim definidos: Início do Acolhimento das Propostas: 22.12.2023; Data de Abertura das Propostas: 09.01.2024, às 14h:00min; e Início da Sessão de Disputa de Preços: 09.01.2024, às 14h:00min, horário de Brasília. O Pregão Eletrônico refere-se ao objeto a seguir especificado: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO CIVIL, COM FOCO EM MATERIAIS HIDRÁULICOS, ELÉTRICOS E DIVERSOS, DE MODO A SUPRIR AS NECESSIDADES DE

cios de 2019 e 2020. Informamos, ainda, que foi aberto junto à Prefeitura de Iguatu, Secretaria da Fazenda Municipal – SEFAM, um processo requerendo a isenção e exclusão de eventuais taxas com fundamentos no art. 150 da CF/88 e §§1° e 2° do art. 179 do CTN. O referido processo resultou no Parecer Fiscal n° 2022000287 que foi pela improcedência do pleito tendo em vista a ausência de legislação tributária municipal que desse embasamento ao pedido. Fato este que deu ensejo à dívida aqui reconhecida. Em se tratando de exercício anterior, a referida despesa poderá ser paga por dotações para despesas de exercícios encerrados, devidamente reconhecidas pela autoridade competente, de acordo com o art. 112º da lei estadual nº 9.809, de 18 de dezembro de 1973 (Código de Contabilidade do Estado do Ceará). PERÍCIA FORENSE DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 03 de agosto de 2023.

Manuela Chaves Loureiro Cândido
DIRETORA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

*** *** ***

CORRIGENDA

No Diário Oficial nº 182, SÉRIE 3, ANO XIV, que publicou o extrato de aditivo do contrato nº 2018_004_1409/2022, cujo objeto dispõe sobre a prorrogação do prazo do contrato nº 2018_004_1409 por mais 12 (doze) meses. **Onde se lê**: X – DA VIGÊNCIA: A partir de 05/08/2022 para terminar no dia 05/08/2023. **Leia-se**: X - VIGÊNCIA: A partir de 05/10/2022 para terminar no dia 05/10/2023 Fortaleza/CE, 31 de julho de 2023.

Livio César Feitosa Barbosa
COORDENADOR DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

PORTARIA Nº300/2023 NUP 10041.001414/2023-28 A DIRETORA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Portaria de nº 58/2023 DG/AESP RESOLVE CONCEDER **VALE--TRANSPORTE**, nos termos do § 3º do art. 6º do Decreto nº 23.673, de 03 de maio de 1995, à servidora **LISA BRUNA MORAIS DE SOUSA**, ocupante do cargo de ASSESSORA TÉCNICA, matrícula 300.110-8-2, durante o mês de AGOSTO. ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO CEARÁ, em Fortaleza, 02 de agosto de 2023.

Kamilly Távora Campos
DIRETORA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

Registre-se e publique-se.

SECRETARIA DO TURISMO

EXTRATO DE CONTRATO
Nº DO DOCUMENTO 28/2023

CONTRATANTE: SECRETARIA DO TURISMO DO CEARÁ – SETUR, situada na Av. Washington Soares, 999, Edson Queiroz - Centro de Eventos do Ceará – Pavilhão Leste, 2º mezanino, Fortaleza/CE, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 00.671.077/0001-93. CONTRATADA: **MURIELLE E MURIANE DEDETIZADORA E SERVIÇOS LTDA**, com sede na Rua 17 (Lot Parque Antonio Viana), nº 337, bairro Cágado- Maracanaú-CE, CEP: 61.913-170, inscrita no CNPJ sob o nº 42.981.937/0001-35. OBJETO: Constitui objeto deste contrato o **serviço de dedetização, desratização, descupinização e desalojamento de pombos e morcegos** no Centro de Eventos do Ceará, de acordo com as especificações e quantitativos previstos no Anexo I – Termo de Referência e na proposta da CONTRATADA. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente contrato tem como fundamento a Lei Federal nº 8.666/1993, Decreto Federal nº 9.413/2018 c/c Decreto Estadual nº 33.486/2020 e outras leis especiais necessárias ao cumprimento de seu objeto. FORO: FORTALEZA - CE. VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato será de 12 (doze) meses, contado a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do que dispõe o art. 57, inciso II, da Lei Federal n° 8.666/1993, por ser considerado pela CONTRATANTE, serviço de natureza contínua. VALOR GLOBAL: R$ 5.156,00 (cinco mil, cento e cinquenta e seis reais) pagos em conformidade com este instrumento. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 36100006.23.695.371.20622.03.339039 .1.5009100000.0. DATA DA ASSINATURA: 31 de julho de 2023. SIGNATÁRIOS: Jonas Dezidoro da Silva Filho (Secretário Executivo do Turismo); Ana Muriane Lima Santiago (Murielle e Muriane Dedetizadora e Serviços Ltda.) e Ana Murielle Lima de Sousa (Murielle e Muriane Dedetizadora e Serviços Ltda.).

Nathália Macêdo de Morais
COORDENADORA - ASJUR

FSC www.fsc.org MISTO Papel produzido a partir de fontes responsáveis FSC® C126031

PODER LEGISLATIVO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ.

REQUER A CRIAÇÃO DE UMA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA INVESTIGAR IRREGULARIDADES E PRÁTICAS ABUSIVAS POR PARTE DA ENEL DISTRIBUIÇÃO CEARÁ, NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA NO ESTADO DO CEARÁ. OU A ENEL MUDA, OU A ENEL SE MUDA DO CEARÁ.

OS DEPUTADOS SUBSCRITORES DO PRESENTE REQUERIMENTO, no uso de suas atribuições legais e nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, art. 56 da Constituição Estadual e arts. 53 a 62 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, vêm, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, requerer a CONSTITUIÇÃO DE UMA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (CPI), composta por 09(Nove) Deputados Titulares e igual número de suplentes, para investigar, no prazo de 120(Cento e Vinte) dias (prorrogável), irregularidades e práticas abusivas por parte da ENEL DISTRIBUIÇÃO CEARÁ, na prestação de serviços de fornecimento de energia elétrica no Estado do Ceará.

Justificativa:

A ENEL DISTRIBUIÇÃO CEARÁ é uma concessionária de serviço público responsável pelo serviço de fornecimento de energia elétrica ao Estado do Ceará, atendendo aproximadamente 3,8 milhões de unidades consumidoras.

Ao longo dos últimos anos, inúmeras matérias veiculadas na imprensa local relataram o crescente aumento de reclamações registradas nos diversos órgãos de defesa do consumidor do Estado concernentes à má qualidade dos serviços prestados pela ENEL-Ce. Tais reclamações frequentemente são relatadas aos parlamentares desta Casa e das Câmaras Municipais por consumidores individuais, prefeituras, indústrias, empresários e entidades representativas da sociedade civil.

Demora na ligação de energia, cortes e cobranças indevidas, falha no atendimento, dificuldade de comunicação, inexecução ou má prestação dos serviços, fatura duplicada, descumprimento de prazos, entre outras reclamações, tornaram a ENEL-Ce a campeã de reclamações e ações na justiça. A título ilustrativo, o Estado do Ceará é o que tem o maior número de reclamações finalizadas no ano de 2022, com relação aos serviços prestados pela concessionária de energia elétrica, em comparação com os demais Estados do Nordeste.

Esse quadro de insatisfação com os serviços da referida Empresa atingiu seu ápice quando a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) autorizou o reajuste médio anual de 24,85% da tarifa de luz no Ceará, que passou a vigorar em abril de 2022, um dos maiores do país.

Tendo em vista que o referido reajuste tarifário ocorreu sem a devida transparência ou participação dos setores da sociedade, numa clara ofensa aos princípios da modicidade, informação, proteção ao consumidor e, principalmente, desconsiderando a proporcionalidade e razoabilidade resultantes do cenário de calamidade pública imposto pela pandemia da Covid-19, tornou-se necessário a análise do Contrato de Concessão do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº 001/1998-ANEEL, com o fito de verificar se as cláusulas e obrigações ali constantes estavam sendo devidamente cumpridas pela ENEL.

Com esse intuito, a Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará instituiu uma Comissão Especial para proceder a análise do aludido Contrato de Concessão, inciativa também tomada paralelamente pelo Ministério Público Estadual, que criou sua própria Comissão com o mesmo fim.

Ao término dos trabalhos de ambas as Comissões, os relatórios apresentados, já divulgados para domínio público, coincidem quanto às inúmeras irregularidades constatadas na prestação dos serviços pela ENEL.

Ficou claro nos referidos relatórios que a ENEL incorreu em várias inadimplências por descumprir preceitos fundamentais positivados em seu Contrato de Concessão, o que lhe gerou inúmeras penalidades nos últimos anos.

Entre as obrigações contratuais descumpridas, destaca-se a não prestação de serviços com regularidade, continuidade, eficiência, segurança, generalidade e a modicidade das tarifas. Sobre a modicidade das tarifas, é estranho que houve uma redução no número de unidades consumidoras de baixa renda, entre os anos de 2019 e 2021, o que vai de encontro à realidade nacional, notadamente pelo fato do país ter enfrentado uma grave crise de saúde pública provocada pela pandemia, que resultou em demissões e empobrecimento de milhares de famílias.

Essa redução foi na contramão do número de famílias no CadÚnico no Estado do Ceará, que no mês de dezembro de 2019 tinha um quantitativo de 1.865.205. Em setembro de 2022, foi registrado o total de 2.388.290, um aumento de 523.085 famílias inscritas. Mas, para a Enel, ouve diminuição da pobreza.

Outras constatações dos relatórios dizem respeito a não cumprimento de prazos de atendimento de ligações com necessidade de obras, erros de faturamento e cobranças indevidas, erros de faturamento por aplicação indevida de benefícios tarifários, faturas duplicadas, entre outros.
A Comissão Especial da Assembleia, através de dados colhidos em órgãos oficiais e da própria ANEEL, apurou que A ENEL Ceará apresenta desempenho insatisfatório em diversos indicadores de qualidade, como: Indicador de Desempenho Global de Continuidade(DGC); DER (Duração Equivalente da Reclamação); FER(Frequência Equivalente da Reclamação); IASC (Índice Aneel de Satisfação do Consumidor); DEC(Duração de Interrupção por Consumidor); e FEC(Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor).
Diante de tudo acima exposto, fica evidente a necessidade de se aprofundar as investigações, o que só será possível com os poderes revestidos por uma Comissão Parlamentar de Inquérito.
Por esses motivos, solicitamos a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, uma vez atendidos os requisitos legais exigidos para sua existência válida, de forma a resguardar os direitos do povo cearense em face de uma Empresa Concessionária de Serviço Público que não cumpre satisfatoriamente com suas obrigações.
Sala das Sessões, 28 de fevereiro de 2023.

Deputado Fernando Santana
PT

LISTA DE APOIAMENTO AO REQUERIMENTO DE CRIAÇÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (CPI) DA ENEL DISTRIBUIÇÃO CEARÁ.

DEPUTADO(A)	ASSINATURA
DEP. AGENOR NETO - MDB	
DEP. ALYSSON AGUIAR - PC DO B	
DEP. ANTÔNIO HENRIQUE - PDT	
DEP. AP. LUIZ HENRIQUE - REP	
DEP. CARMELO NETO - PL	
DEP. CLÁUDIO PINHO - PDT	
DEP. DANNIEL OLIVEIRA - MDB	
DEP. DAVID DURAND - REP	
DEP. DAVI DE RAIMUNDÃO - MDB	
DEP. DE ASSIS DINIZ - PT	
DEP. DR. LUCÍLVIO GIRÃO - PSD	
DEP. DR. OSCAR RODRIGUES - UNIÃO	
DEP. DRA SILVANA - PR	
DEP. EMÍLIA PESSOA - PSDB	
DEP. EVANDRO LEITÃO - PDT	
DEP. FERNANDO HUGO - PSD	
DEP. FERNANDO SANTANA -PT	
DEP. FELIPE MOTA - UNIÃO	
DEP. FIRMO CAMURÇA - UNIÃO	
DEP. GABRIELA AGUIAR - PSD	
DEP. GUILHERME LANDIM - PDT	
DEP. JEOVÁ MOTA - PDT	
DEP. JOÃO JAIME - PP	
DEP. JÔ FARIAS - PT	
DEP. JULIANA LUCENA - PT	
DEP. JÚLIO CÉSAR FILHO - PT	
DEP. LARISSA GASPAR - PT	
DEP. LEONARDO PINHEIRO - PP	
DEP. LIA GOMES - PDT	
DEP. LUANA RIBEIRO - CIDADANIA	
DEP. LUCINILDO FROTA - PMN	
DEP. MARCOS SOBREIRA - PDT	
DEP. MARTA GONÇALVES - PL	
DEP. MISSIAS DO MST - PT	
DEP. NIZO COSTA - PT	
DEP. ORIEL FILHO - PDT	
DEP. OSMAR BAQUIT - PDT	
DEP. PR. ALCIDES FERNANDES - PL	
DEP. QUEIROZ FILHO - PDT	
DEP. RENATO ROSENO - PSOL	
DEP. ROMEU ALDIGUERI - PDT	
DEP. BRUNO PEDROSA - PDT	
DEP. SARGENTO REGINAURO - UNIÃO	
DEP. SÉRGIO AGUIAR - PDT	
DEP. STUART CASTRO - AVANTE	
DEP. ALMIR BIÉ - PP	

SALA DAS SESSÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, em 28 de fevereiro de 2023.

DESPACHO

CONSIDERANDO o Processo n.º 01308/2023 de autoria da Procuradoria desta Casa que oferece parecer favorável à constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI destinada a investigar irregularidades e práticas abusivas por parte da ENEL DISTRIBUIÇÃO CEARÁ, na prestação de serviços de fornecimento de energia elétrica no Estado do Ceará, A Presidência, nos termos do art. 61 e seguintes do Regimento Interno, determina a publicação do Requerimento de Criação e dá ciência às lideranças partidárias a fim de que indiquem os seus representantes para compor a referida CPI. SALA DA PRESIDÊNCIA, em 7 de agosto de 2023.

Deputado Evandro Leitão
PRESIDENTE

*** *** ***

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº90/2023

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, por intermédio de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, nos termos do art. 2º do Ato Deliberativo Nº 593, de 23 de fevereiro de 2005, devidamente designados por meio do Ato da Presidência nº 090/2021, publicado no Diário Oficial do Estado do dia 05 de maio de 2021, **comunica aos INTERESSADOS que realizará a licitação, na Modalidade Pregão Eletrônico – Edital de Licitação nº90/2023**, Processo Administrativo nº 6423/2023, no dia 23 de agosto de 2023, com horários assim definidos: Início do Acolhimento das Propostas: 09/08/2023; Data de Abertura das Propostas: 23/08/2023, às 10h:00min; e Início da Sessão de Disputa de Preços: 23/08/2023, às 10h:00min, horário de Brasília. O Pregão Eletrônico refere-se ao objeto a seguir especificado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA AQUISIÇÃO, INSTALAÇÃO E TRANSPORTE DE TRANSFORMADOR ELÉTRICO A SECO DE 300KVA, 60Hz, TENSÃO DE FUNCIONAMENTO: 13,8Kv/380-220 V, EM SUBESTAÇÃO ABRIGADA, CONFORME AS NECESSIDADES DE POTÊNCIA ELÉTRICA DO EDIFÍCIO DEPUTADO FRANCISCO DAS CHAGAS ALBUQUERQUE, DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVO PREVISTOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA, DESTE EDITAL. O Edital estará disponível gratuitamente nos sítios www.al.ce.gov.br e www.comprasnet.gov.br. O certame será realizado por meio do sistema do Comprasnet, no endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br, pelo pregoeiro João Vicente Leitão, telefone (85) 3277.2817. Outras informações poderão ser obtidas por e-mail: licita@al.ce.gov.br. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 07 de agosto de 2023.

João Vicente Leitão
PREGOEIRO
Ana Maria Ferreira Sales e Souza
MEMBRO DA EQUIPE DE APOIO

FSC www.fsc.org MISTO Papel produzido a partir de fontes responsáveis FSC® C126031

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO CEARÁ
Fls. 02
Visto
PROTOCOLO

ALECE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO CEARÁ

C.P.I
FL. 02
AL-CE

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ.

REQUER A CRIAÇÃO DE UMA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA INVESTIGAR IRREGULARIDADES E PRÁTICAS ABUSIVAS POR PARTE DA ENEL DISTRIBUIÇÃO CEARÁ, NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA NO ESTADO DO CEARÁ. OU A ENEL MUDA, OU A ENEL SE MUDA DO CEARÁ.

Os Deputados subscritores do presente requerimento, no uso de suas atribuições legais e nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, art. 56 da Constituição Estadual e arts. 53 a 62 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, vêm, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, requerer a CONSTITUIÇÃO DE UMA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (CPI), composta por 09(Nove) Deputados Titulares e igual número de suplentes, para investigar, no prazo de 120(Cento e Vinte) dias (prorrogável), irregularidades e práticas abusivas por parte da ENEL DISTRIBUIÇÃO CEARÁ, na prestação de serviços de fornecimento de energia elétrica no Estado do Ceará.

Justificativa:

A ENEL DISTRIBUIÇÃO CEARÁ é uma concessionária de serviço público responsável pelo serviço de fornecimento de energia elétrica ao Estado do Ceará, atendendo aproximadamente 3,8 milhões de unidades consumidoras.

Ao longo dos últimos anos, inúmeras matérias veiculadas na imprensa local relataram o crescente aumento de reclamações registradas nos diversos órgãos de defesa do consumidor do Estado concernentes à má qualidade dos serviços prestados pela ENEL-Ce. Tais reclamações frequentemente são relatadas aos parlamentares desta Casa e das Câmaras Municipais por consumidores individuais, prefeituras, indústrias, empresários e entidades representativas da sociedade civil.

Demora na ligação de energia, cortes e cobranças indevidas, falha no atendimento, dificuldade de comunicação, inexecução ou má prestação dos serviços, fatura duplicada, descumprimento de prazos, entre outras reclamações, tornaram a ENEL-Ce a campeã de

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO CEARÁ
Fls. 03
Visto
PROTOCOLO

C.P.I
FL. 03
AL-CE

reclamações e ações na justiça. A título ilustrativo, o Estado do Ceará é o que tem o maior número de reclamações finalizadas no ano de 2022, com relação aos serviços prestados pela concessionária de energia elétrica, em comparação com os demais Estados do Nordeste.

Esse quadro de insatisfação com os serviços da referida Empresa atingiu seu ápice quando a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) autorizou o reajuste médio anual de 24,85% da tarifa de luz no Ceará, que passou a vigorar em abril de 2022, um dos maiores do país.

Tendo em vista que o referido reajuste tarifário ocorreu sem a devida transparência ou participação dos setores da sociedade, numa clara ofensa aos princípios da modicidade, informação, proteção ao consumidor e, principalmente, desconsiderando a proporcionalidade e razoabilidade resultantes do cenário de calamidade pública imposto pela pandemia da Covid-19, tornou-se necessário a análise do Contrato de Concessão do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº 001/1998-ANEEL, com o fito de verificar se as cláusulas e obrigações ali constantes estavam sendo devidamente cumpridas pela ENEL.

Com esse intuito, a Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará instituiu uma Comissão Especial para proceder a análise do aludido Contrato de Concessão, inciativa também tomada paralelamente pelo Ministério Público Estadual, que criou sua própria Comissão com o mesmo fim.

Ao término dos trabalhos de ambas as Comissões, os relatórios apresentados, já divulgados para domínio público, coincidem quanto às inúmeras irregularidades constatadas na prestação dos serviços pela ENEL.

Ficou claro nos referidos relatórios que a ENEL incorreu em várias inadimplências por descumprir preceitos fundamentais positivados em seu Contrato de Concessão, o que lhe gerou inúmeras penalidades nos últimos anos.

Entre as obrigações contratuais descumpridas, destaca-se a não prestação de serviços com regularidade, continuidade, eficiência, segurança, generalidade e a modicidade das tarifas. **Sobre a modicidade das tarifas, é estranho que houve uma redução no número de unidades consumidoras de baixa renda, entre os anos de 2019 e 2021, o que vai de encontro à realidade nacional, notadamente pelo fato do país ter enfrentado uma grave crise de saúde pública provocada pela pandemia, que resultou em demissões e empobrecimento de milhares de famílias.**

Essa redução foi na contramão do número de famílias no CadÚnico no Estado do Ceará, que no mês de dezembro de 2019 tinha um quantitativo de 1.865.205. Em setembro de 2022, foi registrado o total de 2.388.290, um aumento de 523.085 famílias inscritas. Mas, para a Enel, ouve diminuição da pobreza.

Outras constatações dos relatórios dizem respeito a não cumprimento de prazos de atendimento de ligações com necessidade de obras, erros de faturamento e cobranças indevidas, erros de faturamento por aplicação indevida de benefícios tarifários, faturas duplicadas, entre outros.

A Comissão Especial da Assembleia, através de dados colhidos em órgãos oficiais e da própria ANEEL, apurou que A ENEL Ceará apresenta desempenho insatisfatório em diversos indicadores de qualidade, como: Indicador de Desempenho Global de

ALECE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO CEARÁ

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO CEARÁ
Fls. 04
Visto
PROTOCOLO
C.P.I.
FL.
AL-CE

Continuidade(DGC); DER (Duração Equivalente da Reclamação); FER(Frequência Equivalente da Reclamação); IASC (Índice Aneel de Satisfação do Consumidor); DEC(Duração de Interrupção por Consumidor); e FEC(Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor).

Diante de tudo acima exposto, fica evidente a necessidade de se aprofundar as investigações, o que só será possível com os poderes revestidos por uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

Por esses motivos, solicitamos a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, uma vez atendidos os requisitos legais exigidos para sua existência válida, de forma a resguardar os direitos do povo cearense em face de uma Empresa Concessionária de Serviço Público que não cumpre satisfatoriamente com suas obrigações.

Sala das Sessões, de Fevereiro de 2023.

Deputado Fernando Santana
PT

ALECE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO CEARÁ

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO CEARÁ
Fls. 05
Visto
PROTOCOLO

C.P.I
FL. 05
AL-CE

LISTA DE APOIAMENTO AO REQUERIMENTO DE CRIAÇÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (CPI) DA ENEL DISTRIBUIÇÃO CEARÁ.

DEPUTADO(A)	ASSINATURA
DEP. AGENOR NETO - MDB	
DEP. ALYSSON AGUIAR - PC DO B	
DEP. ANTÔNIO HENRIQUE - PDT	
DEP. AP. LUIZ HENRIQUE - REP	
DEP. CARMELO NETO - PL	
DEP. CLÁUDIO PINHO - PDT	
DEP. DANNIEL OLIVEIRA - MDB	
DEP. DAVID DURAND - REP	
DEP. DAVI DE RAIMUNDÃO - MDB	
DEP. DE ASSIS DINIZ - PT	
DEP. DR. LUCÍLVIO GIRÃO - PSD	

Gabinete do Deputado Estadual Fernando Santana- 1º Vice-Presidente - Av. Desembargador Moreira, 2807 - Dionísio Torres / CEP: 60.170-900 / Fortaleza/CE Gab. n.º 518 - Fone (85) 3277.2645 -

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO CEARÁ
Fls. 06
Visto
PROTOCOLO

C.P.I
06
FL.
AL-CE

ALECE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO CEARÁ

DEP. DR. OSCAR RODRIGUES - UNIÃO	
DEP. DRA SILVANA - PR	
DEP. EMÍLIA PESSOA - PSDB	
DEP. EVANDRO LEITÃO - PDT	
DEP. FERNANDO HUGO - PSD	
DEP. FERNANDO SANTANA -PT	
DEP. FELIPE MOTA - UNIÃO	
DEP. FIRMO CAMURÇA - UNIÃO	
DEP. GABRIELA AGUIAR - PSD	
DEP. GUILHERME LANDIM - PDT	
DEP. JEOVÁ MOTA - PDT	
DEP. JOÃO JAIME - PP	
DEP. JÔ FARIAS - PT	

Gabinete do Deputado Estadual Fernando Santana- 1º Vice-Presidente - Av. Desembargador Moreira, 2807 - Dionísio Torres / CEP: 60.170-900 / Fortaleza/CE Gab. n.º 518 - Fone (85) 3277.2645 -

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO CEARÁ
07
Visto
PROTOCOLO

ALECE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO CEARÁ

C.P.I.
07
FL.
AL-CE

DEP. JULIANA LUCENA - PT	
DEP. JÚLIO CÉSAR FILHO - PT	
DEP. LARISSA GASPAR - PT	Larissa Gaspar
DEP. LEONARDO PINHEIRO - PP	
DEP. LIA GOMES - PDT	Lia F. Gomes
DEP. LUANA RIBEIRO - CIDADANIA	
DEP. LUCINILDO FROTA - PMN	
DEP. MARCOS SOBREIRA - PDT	
DEP. MARTA GONÇALVES - PL	Marta Gonçalves
DEP. MISSIAS DO MST - PT	
DEP. NIZO COSTA - PT	
DEP. ORIEL FILHO - PDT	
DEP. OSMAR BAQUIT - PDT	

Gabinete do Deputado Estadual Fernando Santana- 1º Vice-Presidente - Av. Desembargador Moreira, 2807 - Dionísio Torres / CEP: 60.170-900 / Fortaleza/CE Gab. n.º 518 - Fone (85) 3277.2645 -

ALECE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO CEARÁ

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO CEARÁ
Fls. 08
Visto
PROTOCOLO

C.P.I
FL. 08
AL-CE

DEP. PR. ALCIDES FERNANDES - PL	
DEP. QUEIROZ FILHO - PDT	
DEP. RENATO ROSENO - PSOL	
DEP. ROMEU ALDIGUERI - PDT	
DEP. BRUNO PEDROSA - PDT	
DEP. SARGENTO REGINAURO - UNIÃO	
DEP. SÉRGIO AGUIAR - PDT	
DEP. STUART CASTRO - AVANTE	
DEP. ALMIR BIÉ - PP	

SALA DAS SESSÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, em de Fevereiro de 2023.

ATA DA 1ª REUNIÃO DELIBERATIVA DA CPI (COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO) RELATIVA A ENEL, REALIZADA NO COMPLEXO DAS COMISSÕES TÉCNICAS EM 30 DE AGOSTO DE 2023.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARMELO NETO (PL): Boa tarde a todos. Já estamos com sinal ao vivo na TV Assembleia. Cumprimentar os senhores deputados. Estamos aqui com o quórum muito mais do que completo: Deputada Larissa Gaspar presente; eu, Deputado Carmelo Neto presente; o Deputado Guilherme Landim, nosso relator também presente; Deputado Bruno Pedrosa; Deputada Lia Gomes também presente; Deputado Danniel Oliveira; Deputado Romeu Aldigueri; Deputado Felipe Mota, Deputado De Assis; Deputada Gabriela Aguiar e Deputado Simão Pedro. Portanto, com o quórum muito mais do que qualificado.

Nós vamos dar início, abrir esta primeira reunião deliberativa da CPI da ENEL, com o objetivo aí de aprovar alguns Requerimentos; discutir alguns Requerimentos de informação, para que nós possamos dar o pontapé inicial desta CPI. Portanto, vou começar fazendo aqui a leitura.

Ata da 1ªreunião interna realizada no dia 21/08/2023, segunda-feira, não havendo quem queira discutir a Ata, em votação a Ata da última reunião. Os que concordam permaneçam como estão. Aprovada a Ata da última reunião.

Não consta nada no Expediente, portanto, vamos dar início à Ordem do Dia. Ficou acordado, na última reunião...

SRA. DEPUTADA LARISSA CASPAR (PT): Deputado...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARMELO NETO (PL): Pois não, Deputada Larissa.

SRA. DEPUTADA LARISSA GASPAR (PT): Deputado, eu queria pedir só um momento, uma Questão de Ordem.

Eu havia protocolado na Secretaria da Comissão um Requerimento solicitando que o Sindeletro pudesse ser também uma Instituição convidada a ser ouvida aqui, na CPI, tendo em vista que é o Sindicato dos Trabalhadores Eletricitários aqui do Estado do Ceará, tem muitas contribuições a dar para os trabalhos desta CPI, mas não entrou na pauta; a nossa assessoria foi informada que...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARMELO NETO (PL): Não havendo, Deputada Larissa, alguém que se oponha, a gente pode incluir extrapauta o Requerimento de Vossa Excelência.

SRA. DEPUTADA LARISSA GASPAR (PT): Agradeço. Até entrego aqui em mãos, tá?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARMELO NETO (PL): Perfeito. Então eu peço a assessoria da comissão que inclua extrapauta o Requerimentoda Deputada Larissa Gaspar.

SRA. DEPUTADA LARISSA GASPAR (PT): E só pra reforçar,deputado, a nossa assessoria, quando foi protocolar, recebeu a orientação de que deputados suplentes não poderiam requerer, mas isso não procede, qualquer parlamentar, mesmo que não seja membro titular ou suplente dessa Comissão pode fazer qualquer Requerimento a essa Comissão. Então é importante a gente garantir a ampla participação dos colegas que queiram contribuir para os trabalhos da Comissão.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARMELO NETO (PL): Perfeito,Deputada Larissa, até porque essa CPI é uma CPI que foi assinada por todos os parlamentares da Casa, unanimidade, então, claro, todos os parlamentares que queiram participar, contribuir com a CPI da ENEL, é uma contribuição muito importante e a gente precisa que seja dada, até porque os parlamentares estão espalhados por todo o Estado do Ceará, perto da população, perto das demandas, então, assim, é muito importante essa contribuição de todos.

Portanto, iniciando a Ordem do Dia. O item "A" da pauta, como foi acordado na última reunião, o Deputado Guilherme Landim que foi o Relator da Comissão Especial da ENEL, que esta Casa instalou na legislatura anterior, vai fazer uma breve apresentação do que já foi apurado por esta Casa na legislatura passada, e em seguida nós vamos fazer a votação dos Requerimentos.

Portanto,Deputado Guilherme Landim, Relator da Comissão Especial e Relator desta CPI fará a apresentação.Vossa Excelência tem a palavra.

SR. DEPUTADO GUILHERME SAMPAIO (PT): Senhor presidente, só me associando um pouco à manifestação da Deputada Larissa, aproveitar a oportunidade para saudar a presença, nessa reunião, da direção do Sindeletro, que inclusive em reunião conosco se dispôs a participar, acompanhar diretamente todas as reuniões desta Comissão.

E na mesma linha do que afirmava agora,há pouco, a Deputada Larissa, nós solicitamos que fosse convidada, na condição de testemunha, no momento oportuno, para apresentar também as suas observações a respeito da concessão do serviço de distribuição de energia elétrica atualmente em vigor aqui, no Estado do Ceará, pela ENEL.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARMELO NETO (PL): Perfeito, Deputado Guilherme. Aproveito para saudar os amigos do Sindeletro, que estão aqui presentes. Sejam bem-vindos à Casa do Povo.

Deputado Guilherme com a palavra, pelo tempo que desejar pela importância da matéria.

SR.RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): Boa tarde, Presidente Carmelo. Boa tarde a todos os deputados, todas as deputadas, e todos que nos acompanham aqui, hoje, no início dos trabalhos dessa Comissão.

Eu gostaria de fazer aqui uma rápida apresentação que julgo que é importante, para colaborar aqui com o trabalho de todos os deputados e deputadas, a apresentação do que nós conseguimos identificar na Comissão, que era uma Comissão Especial, na legislatura passada, e tinha um foco muito específico, Deputado Felipe, que era analisar o Contrato de Concessão e possíveis descumprimentos de alguma cláusula desse Contrato.

E foi nisso que nós focamos o nosso trabalho; fomos atrás de Relatórios da ARCE, da ANEEL, do Ministério Público e de outros órgãos para embasar esses rápidos relatos que vou colocar aqui para vocês e a conclusão, a conclusão final.

Então eu gostaria... tem uma apresentação aqui, muito rápida, para vocês: Relatório Final da Comissão Especial da ENEL, do ano passado.

Acho que...Fica ruim para vocês, aqui, nas TVs? Então, pronto. Tem aí na lateral também. Imagine que na TV deve estar ao vivo. Pronto.

Então, vamos lá. O foco foi analisar o Contrato de Concessão do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, dados oficias acerca da qualidade do serviço prestado pela ENEL, buscando identificar se houve ou não descumprimento por parte da Concessionária.

Vamos lá. Slide - Os descumprimentos constatados.

A gente pode ver aqui que na cláusula 2ª, que é das condições de prestação de serviço, a 1ª subcláusula diz que *a concessionária obriga-se a adotar na prestação de serviço tecnologia adequada e a empregar equipamentos, instalações e métodos operativos que garantam níveis de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia nas prestações de serviços e modicidade nas tarifas.*

Aí nós vamos ver aqui o que é que nós encontramos.

Conforme fiscalização da ARCE ficou constatado que a ENEL, repetidamente, *não cumpriu prazos em atendimento de ligações com necessidade de obra; enviou faturas duplicadas indevidamente para diversos consumidores; cometeu inúmeros erros de faturamento e cobranças indevidas; cometeu erro de faturamento por aplicação indevida de benefícios tarifários.* Tudo isso dentro de relatórios oficiais da ARCE, que têm o convênio com a ANEEL, que é a responsável por fazer a fiscalização e mandar lá para a ANEEL.

Aí quando é que vem aqui sobre a qualidade do serviço. Existe um indicador global de continuidade medido anualmente pela ANEEL. Quanto maior esse Indicador pior é a qualidade do fornecimento de energia elétrica.

E Aí a gente vai vendo, deputados e deputadas, que ao longo dos anos ela só vem piorando a qualidade do fornecimento de energia elétrica. E dentro do Contrato ela tem obrigação de melhorar os seus serviços. E aí, isso é um dado oficial da Agência que é a Reguladora desse serviço.

E aí a gente vêque ano após ano ela vai crescendo nesse número, o que quer dizer que a qualidade do fornecimento de energia só vem piorando.

Slide - Nós vemos na 4ª subcláusula que ela tem a obrigação, ela atenderá aos pedidos dos interessados na utilização dos serviços concedidos, nos prazos e condições fixados nas normas e regulamentos editados pelo poder concedente, nos termos do Anexo II desse Contrato, prevalecendo o menor prazo, sendo-lhe vedado condicionar ligação ou religação de unidade consumidora de energia elétrica ao pagamento de valores não previstos nas normas do serviço ou de débito não imputável ao solicitante.

E aí a gente vê que ela, mais uma vez, pelos Relatórios da ARCE, descumpriu prazos de atendimentos de ligações com a necessidade de obra; descumpriu prazo de atendimento de inúmeras reclamações e solicitações dos poderes públicos municipais. Isso a gente recebeu de dezenas de Prefeituras do Estado do Ceará, de Câmaras Municipais, de CDL e de uma série de outrosentes que contribuíram com essa Comissão.

Slide - Na 15ª subcláusula, a concessionária obriga-se a manter ou melhorar o nível de qualidade do fornecimento de energia elétrica, de acordo com os critérios indicadores, fórmulas e parâmetros definidos da qualidade do serviço, nos termos da legislação específica deste Contrato.

E aí, isso aqui é um ranking que é feito pela ANEEL. Esse IASC é o Índice ANEEL de Satisfação ao Consumidor. Ela avalia 104 Concessionárias. No ano de 2020, a ENEL figurava na 78ª posição, e como se não pudesse piorar, em 2021 ela caiu para 100ª posição. Só tendo quatro Concessionárias com o índice pior do que a ENEL.

Então, fica claro que ela não cumpriu àquela cláusula que diz que: obriga-se a manter ou melhorar o nível de qualidade do fornecimento de energia elétrica. Se ela, de um ano para outro cai de 78 para 100, já está demonstrando isso, dados da própria ANEEL.

Slide - E aí nós temos alguns outros dados que nós trouxemos aqui para vocês, uma pesquisa que foi realizada com os municípios cearenses, traz aí as principais reclamações; demora nos serviços técnicos; na solução das demandas; comunicados que também não tem...

Chegando aí o presidente para tomar o seu assento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARMELO NETO (PL): Passo a presidência para o Deputado Fernando.

SR.RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): Então, continuando aqui: débitos indevidos; falta de transparência na iluminação pública, que o Deputado Felipe fala tanto; cobrança indevida; problema no faturamento dessa iluminação pública.

E aí nós vamos para outro índice, que é o Indicador DER, que é a Duração Equivalente de Reclamação, que vem justamente medir esse pronto atendimento, as reclamações que são feitas à concessionária. Quanto maior esse Indicador maior é o tempo que a concessionária leva para solucionar as reclamações.

E nós vemos, mais uma vez, que ao longo dos anos ela só vem piorando nesse índice, com exceção de 2020 para 2021 que ela dá ali uma pequena melhora de 12,85 para 12,17, mas mostrando que ainda anda muito distante do que ela tinha, por exemplo, em 2017, que era 4,87. Então, demonstra claramente isso.

Mais uma vez, em outro ranking também das Concessionárias, em 2021 a ENEL-Ceará ocupou a 47ª posição em um ranking de um total de 52 Concessionárias. Mais uma vez mostrando que a posição que se encontra a concessionária aqui, do Ceará, é uma posição bastante complicada e que esses serviços são muito mal avaliados.

Slide - E por fim aqui, antes das conclusões, eu queria mostrar para vocês outro dado muito importante que são as multas aplicadas pela ANEEL às Concessionárias do Nordeste, conforme constatado no Relatório do Ministério Público.

Aqui vocês podem ver, deputados e deputadas, que a ENEL supera e muito todas as outras. Ela teve de 2018 a 2022 nove penalidades e multas que ultrapassaram 49 milhões de reais. A segunda ela paga de imediato, Deputado Danniel, ela paga de imediato para que o processo ali se acabe e ela continue tendo... Porque isso aqui, como a gente já vinha dizendo na outra Comissão, não é, Deputado Fernando, é dinheiro de troco para quem tem lucros de 800 milhões.

Então, aí nós podemos ver nove penalidades, mais de 49 milhões. A segunda colocada é a Coelba que teve uma penalidade no valor de 20 milhões. Todas as outras, você vê aí: 14; um e 900;

900; zero a de Alagoas; zero a de Sergipe. Então, mais um dado que vem fortalecer tudo aquilo que a gente vem dizendo do péssimo serviço que é prestado pela ENEL.

Então, na nossa conclusão, concluímos que a ENEL descumpre inúmeras cláusulas contratuais e vem prestando um serviço de má qualidade aos consumidores.

Quanto ao percentual de reajuste, que aquilo era, naquele momento, um foco de debate também, e foi, talvez, o que motivou a criação da Comissão passada foi aquele aumento de tarifa absurdo que houve o maior do Brasil; e aí isso também a gente falou na conclusão quanto ao percentual de reajuste médio das tarifas apresentados pela ENEL e autorizada pela ANEEL em 2022 que foi de 24,85, percentual este bem superior ao apresentado em 2021, quando autorizado pela ANEEL foi de 8,95, e a ENEL-Ceará até aquele momento não havia apresentado justificativas plausíveis para apresentar um percentual de reajuste tão elevado, o que mostra o descumprimento das obrigações legais e contratuais da empresa.

Porque se vocês lembrarem aqui, na 1ª cláusula que nós falamos que ela descumpriu, tinha lá no final da subcláusula:*modicidade das tarifas*. E aí como é que você com um aumento de 24,85, você pode dizer que tem cumprido essa cláusula de modicidade das tarifas, né?

E aí nós fizemos três Encaminhamentos nessa Comissão. O primeiro deles foi oficializar esse Relatório à Agência Nacional de Energia Elétrica, a ANEEL, e solicitar por parte dela a abertura de um procedimento administrativo, em face da ENEL-Distribuição Ceará, para que fossem apurados todos esses descumprimentos que nós colocamos dentro do Relatório.

O Relatório já está aqui, foi entregue a todos vocês. Eu vou passar lá no nosso grupo também em meio digital, para quem preferir ler pelo computador. Isso aqui é um breve resumo, mas tem lá muito mais bem detalhado; e que ela pudesse abrir esse Processo Administrativo para avaliar cada umdesses descumprimentos que nós colocamos. E esse fosse identificado isso que nós vimos na Comissão, que fosse declarada a caducidade do Contrato de Concessão, que é o fim do Contrato; que fosse descontinuado esse Contrato para que essa empresa não continuasse transgredindo essas regras aqui e maltratando o povo do Estado do Ceará; que também fosse oficializado isso à ARCE.

E, infelizmente, deputados, e isso tem que ser foco do nosso debate aqui, a resposta que o Presidente Fernando recebeu e a Procuradoria da Casa recebeu foi da ANEEL foi a resposta de uma página dizendo que *não tinha o que avaliar e que não havia descumprimento de cláusula.* Única e exclusivamente isso.

Não, não estou com ele aqui. Se a Procuradoria pudesse... Está aí? Pronto. Então fica para a gente uma decepção muito grande. Eu acho que tem que ser foco de um debate muito intenso nosso.

O segundo Encaminhamento foi encaminhar e oficiar à PGE, ao Ministério Público do Estado do Ceará e à Procuradoria, ao Ministério Público Federal tudo isso que a gente viu aqui também e pedir ações mais enérgicas. O que eu acho que de lá para cá tem acontecido de alguma maneira, mas nós já denunciamos esse ano também que ENEL não cumpre nem Decisão Judicial aqui no Estado do Ceará. Até as Decisões Judiciais do Tribunal de Justiça desse Estado ela também tem descumprido. Só tem cumprido a multa da ANEEL, que aí ela paga de imediato.

O terceiro Encaminhamento é esse que nós estamos aqui, hoje, que era solicitar à Mesa Diretora que pudesse abrir uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar com mais propriedade, com o poder realmente de polícia, de convocação, de instauração de inquérito, tudo isso que a gente viu e muito mais, e eu acho que agora a gente vai ter condições e meios de fazer essa investigação.

Então, agradeço a todos pela atenção. Foi esse o breve relato do nosso Relatório. (Aplausos).

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Bom, primeiro gostaria de agradecer o colega Deputado Guilherme Landim, nosso Relator nessa Comissão Parlamentar de Inquérito.

Antes de passarmos aos Requerimentos e dar ciência a Vossas Excelências e fazermos a discussão e aprovação, gostaria de saber se algum deputado ou deputada, sobre a pauta, gostaria de fazer alguma pergunta ao Deputado Guilherme Landim sobre o Relatório que ele acaba de ler, para que tira alguma dúvida sobre esse assunto, se não, vamos passar para os Requerimentos.

SRA. DEPUTADA LARISSA GASPAR (PT): Deputado, só solicitar a gentileza do Deputado Guilherme Landim se ele puder compartilhar a apresentação no grupo, que tem as informações resumidas, ajuda na fixação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Tá joia. Tá de posse também das deputadas e deputados, eu pedi para encaminhar o Relatório do Ministério Público, o Relatório da Comissão que estudou o Contrato de Concessão com a ENEL e a resposta da ANEEL, que está agora de posse aí das senhoras deputadas e deputados, para que vocês possam se familiarizar sobre o assunto passado.

Deputado Bruno pediu a palavra?

SR.DEPUTADO BRUNO PEDROSA (PDT): Bem, boa tarde a todos. Deputado Guilherme, só alguns questionamentos. Eu sei que você está mais aprofundado aí no tema. Resumidamente, qual foi a resposta da ANEEL? Qual foi o posicionamento da ANEEL? E diante do posicionamento dela, se a Procuradoria da Casa tem alguma orientação, sugestão de qual caminho seguir, para que a gente possa impor o nosso poder fiscalizador em cima da ENEL, devido a todos esses dados estarrecedores que você apresentou para a sociedade cearense aqui, nessa tarde. Eu quero lhe parabenizar pelo trabalho inclusive.

Eu li aqui atentamente a resposta da ANEEL para o ofício, e ela não diz nada; ela não diz nada, nenhum teor concreto, nem toma decisão. Eu acho que, enfim, as perguntas que eu já fiz: Qual é o caminho que a Procuradoria tem sugerido? O que é que essa Casa pode fazer para, de fato, ela cumprir as suas obrigações com a sociedade cearense?

SR. RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): Deputado Bruno, eu acho que você perguntou e já respondeu. E eu não vejo que nós precisamos fixar muito firmemente nesse ponto. Existe uma Agência Reguladora federal, que é a dona do Contrato, vamos dizer assim, porque essa é uma concessão federal, então, não depende da Assembleia Legislativa apenas, por mais que a gente queira, nós não temos o poder de cancelar esse Contrato; o Governo do Estado também não tem porque é uma concessão federal. Então essa Agência precisa atuar de maneira mais firme. E o que nós vemos, ao longo dos anos, é que ao invés dessa Agência proteger o consumidor, que é de fato o que ela deveria fazer, ela muito mais que protege as Concessionárias.

E isso eu quero trazer em outras reuniões aqui para vocês, inclusive um levantamento que nós estamos fazendo, de também relações que nós julgamos no mínimo antiéticas de conselheiros da ANEEL.Então isso, eu acho que nós não podemos deixar de mostrar aqui, para o povo do Estado do Ceará, para a imprensa, e esse órgão precisa atuar de maneira mais firme defendendo o povo de cada Estado. Porque para mim está muito claro. Se você não pode, se você tem um dever legal de melhorar o seu serviço e, ano após ano você tem piorado, você está descumprindo a cláusula.

Então, eu acho que nós precisamos atuar nessa parte da ANEEL e, sobretudo, na questão da prestação de serviço para o povo cearense, e nós não devemos desviar desse foco, até para que não tenhamos aqui, na Comissão, questões de Liminares tentando derrubar a nossa CPI por desviar o foco. Então eu acho a má prestação de serviço tem que ser sempre aqui o nosso foco principal.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Deputado Bruno, sobre esse tema, se você verificar na resposta da ANEEL, está de posse de Vossa Excelência, na página 8, no

questionamento 20 ela diz: *Em razão do exposto, conclui-se que a ENEL-CEARÁ teve uma queda considerável na qualidade da prestação dos serviços de distribuição a partir de 2019*, na avaliação deles, né? Nossa avaliação, essa queda de prestação de serviço, ou seja, a péssima prestação de serviço ou a má prestação de serviço já tem muito tempo, porém tem apresentado melhora gradativa a partir de 2021. Nós estamos em 2023 e as reclamações e denúncias são maiores do que era lá em 2021, ali no finalzinho, quando começamos esse debate, essa discussão. *Mesmo que ainda, abaixo da qualidade apresentada em anos anteriores, portanto, diante do cenário apresentado entende-se que não há justificativas suficientes para abertura de um processo de caducidade de concessão da ENEL-CEARÁ.*

Bom, eu não entendo mais que pode ser previsto, se é uma questão legal o pedido de caducidade.Então, assim, é uma resposta que não condiz com a nossa realidade, com o que nós vivemos, vivenciamos, e o nosso relator, o colega Deputado Guilherme Landim tem toda razão. Esse trabalho que nós estamos fazendo, essa Comissão Parlamentar de Inquérito que agora investiga as denúncias, se aprofundando, para verificarmos as veracidades de todas elas e cobrarmos de quem é de direito: da Justiça e da Agência Nacional, nós já estamos cobrando da Agência Nacional. Agora a Comissão Parlamentar de Inquérito tem que ir buscar a fundo que a Agência Nacional faça o seu papel, e não é só fiscalizar e orientar a ENEL, é fazer com que ela melhore a prestação do serviço.

Depois de tudo isso, desse sentimento todo e desses Relatórios que Vossas Excelências estão de posse aqui, aí a ENEL, que nós reverberamos aqui o sentimento da população, a ENEL começou com essa história que pretende vender os seus Ativos. Antes disso,Deputado Guilherme Landim, nós passamos aqui quatro anos da outra Legislatura e nunca ouvimos falar em desejo de venda dos Ativos da ENEL, só começaram a falar quando a Casa não somente reverberou o sentimento povo, quando nós começamos a fazer Audiência Pública, a realizar Audiência Pública e a falar sobre esse problema que a sociedade vive e denunciar os casos, aí ela falou.

Então, assim, não precisamos ter urgente,Deputado Felipe Mota, uma reunião com a ARCE - eu estou vendo aqui nos Requerimentos nós já vamos tratar sobre isso, - para que a ARCE nos apresente aquilo que a ARCE vem fazendo de fiscalização, de até pedido de punição, sem efeito, porque a ARCE nos colocou, eu acho que colocou para o Deputado Guilherme Landim também que há tempos a ENEL já vem tirando a autonomia da ARCE aqui no Estado do Ceará. Portanto, a ARCE tenta, mas a ENEL tira a autonomia e a ARCE não consegue... a ANEEL tira a autonomia da ARCE aqui no Estado do Ceará.

Então, nós precisamos ouvir nessa Comissão urgentemente a ARCE, porque ela será um ponto de partida do nosso trabalho daqui para frente.

Deputado Felipe Mota está pedindo a palavra.

SR. DEPUTADO FELIPE MOTA (UNIÃO): Boa tarde a todos. Eu queria aqui, presidente, parabenizar o Deputado Guilherme Landim por esse Relatório, até porque foi da outra Legislatura e eu não estava aqui, não tive o prazer de estar aqui com Vossa Excelência.

Agora, eu gostaria de explicar à população, muita gente agora assistindo aqui o debate da CPI, que uma CPI tem os seus limites, nós parlamentares temos os nossos limites, e nós tentaremos ir até onde nós conseguimos dentro dos nossos limites, porque o nosso direito termina onde começa o do próximo. Então nós precisamos saber e informar à população, colocar muito claro isso nas nossas redes sociais, na imprensa, divulgar.

Isso é o início de um grande trabalho. Concordo com Vossa Excelência que eu não havia escutado na Legislatura anterior nada sobre negociação da ENEL, depois é que apareceu aí uma tal negociação São Paulo e Ceará; escutei também no mercado que queriam vender o Ceará para poder investir emSão Paulo. Então, tudo isso gerou um desconforto e fez com que os cearenses perguntassem: *Quer dizer que esses caras brincam com a cara dos cearenses, brincam com o setor produtivo, com os municípios e vocês não vão dar resposta nenhuma?* Essa é a pergunta que a sociedade faz a nós deputados.

Cabe agora, em cima do seu trabalho, eu vou ler isso aqui, Guilherme, porque eu gosto de me embasar primeiramente, e eu tinha pedido ao Presidente Fernando Santana que a sua apresentação era importante, que os Relatórios que foram proferidos aqui por Ministério Público, por ARCE, são de suma importância para nós, para daí nós formatarmos uma ideia, porque existem perguntas lá fora também: *Vocês começaram a CPI, e quem é que vai assumir caso a ENEL queira deixar o Contrato de imediato?* Se nós colocarmos outra negociação, um novo leilão, a caducidade do contrato, o que o Ceará ganhará a partir do momento disso? Nós teremos novos investimentos ou nós não seremos acusados como fomos irresponsavelmente.

Eu vou dizer aqui, foi provado ontem na Comissão, através do Ministro, que o Ceará não foi o culpado pelas interligações como quiseram culpar o Setor de Energia Renovável, Deputado Bruno, Vossa Excelência que conhece muito isso, não foi o Setor de Energia Renovável. Então nós do Ceará aqui temos é que investir mais, temos é que essa legislação do Hidrogênio Verde lá em cima, nacional,

seja a proferida para gente investir mais, trabalhar mais, atrair mais indústria, ter uma energia mais barata.

Eu gostaria de deixar dois assuntos que serão de suma importância. Pelo pouco que eu já vi, que eu tinha de material na mão, nós não seremos nada se nós não tivermos a ARCE e o nosso ataque primeiro ser na ANEEL. Nós não seremos nada. Não adianta nós convocarmos ninguém de Ministério das Comunicações, das Minas e Energia para poder vir a Casa agora, anteriormente a gente ter isso, porque nós ter que construir, nós vamos querer saber porque a ANEEL está dizendo aquilo para nós irmos atrás das respostas dentro de cada órgão, para não acontecer o que Vossa Excelência disse e o que me preocupa; depois tá chegando Liminar aqui, tá chegando aqui Oficial de Justiça dentro da nossa Casa, na nossa Procuradoria, dizendo que a CPI passou dos limites dela.

Então, é uma sugestão, presidente, eu tinha dado a minha sugestão de um roteiro de como nós faríamos, começando com a apresentação e com a entrega dos documentos do Relator Guilherme Landim. Agora eu pediria a Vossa Excelência que o quanto antes a ARCE tem que estar aqui para nos embasarem e, pós isso, nós organizarmos uma ida à ANEEL em Brasília, para nós podermos ter uma resposta concreta de tudo isso.

SR. VICE-PRESIDENTE DEPUTADO CARMELO NETO (PL): Deputado, Deputado Felipe, só para completar o que Vossa Excelência falou.

SR.DEPUTADO FELIPE MOTA (UNIÃO): Pois não. Obrigado, presidente.

SR. VICE-PRESIDENTE DEPUTADO CARMELO NETO (PL): É sobre a desinformação que até nós parlamentares temos acerca dessa situação da ENEL.

Eu estive na Assembleia Legislativa de São Paulo, e comentei com a Relatora da CPI de lá essa situação sobre a possível venda. Eu falei: *Relatora, o que acontece lá no Ceará, o boato que está circulando lá no Ceará é que eles querem vender São Paulo e vender Ceará; vender esses dois campos energéticos, essas duas Concessões.*E o que ela me disse foi: *Não, pois o que chegou ao nosso conhecimento aqui, em São Paulo, é que eles querem vender a de vocês para dar atenção a São Paulo, porque na teoria não estão dando conta das duas, e aí precisariam vender o Ceará pra dar conta de atender São Paulo.* Então você vê a desinformação que é. Nós parlamentares não temos uma certeza de quais são as intenções, do que a ENEL pretende fazer no tocante aos cearenses.

E quanto a ARCE, Deputado Felipe, tem inclusive um Requerimento de minha autoria, Requerimento nº 24 de 2023, para que nós possamos convidar o Presidente da ARCE para vir a esta

CPI colaborar com essas investigações todas. Então, parabéns a Vossa Excelência pelo pronunciamento, e vamos em frente.

SRA. DEPUTADA LARISSA GASPAR (PT): Presidente, só um instantinho, por gentileza. Só para colaborar num ponto que o Deputado Guilherme Landim tocou sobre a questão da modicidade tarifária, que é uma cláusula do Contrato, é uma garantia do consumidor. É importante a gente lembrar que antes da privatização a gente tinha a terceira menor tarifa do país, e depois da privatização a gente tem, acho que a quarta energia mais cara do mundo, mais cara até do que países que estão em guerra. Então isso precisa também ser analisado com muito cuidado, e considerar que o valor da tarifa e o reajuste tarifáriotêm que levar em conta a situação do salário mínimo. E nos últimos anos nós vivemos um momento de ataque ao salário mínimo, não havia mais política de ganho real de salário mínimo, ele estava desvalorizado, agora que a gente está retomando essa política que é necessária. Então, tudo isso precisa ser levado em consideração, porque o valor da tarifa não pode ser exorbitante a ponto de consumir a maior parte da renda mínima de uma pessoa, e é necessária para garantir a sua sobrevivência.Obrigada, presidente.

SR. DEPUTADO GUILHERME SAMPAIO (PT): Peço a palavra, presidente, Deputado Guilherme Sampaio.

SR. DEPUTADO DANNIEL OLIVEIRA (MDB): Deputado Guilherme, aqui eu vou auxiliar o nosso presidente.

SR. DEPUTADO GUILHERME SAMPAIO (PT): Bom, senhor presidente, colegas deputados e deputadas, todos que acompanham essa reunião da CPI, muito boa tarde.

Eu quero em primeiro lugar, presidente, parabenizar em nome do Deputado Fernando Santana e do Deputado Guilherme Landim, a Comissão Especial que realizou esse trabalho na legislatura passada, cujo Relatório foi agora apresentado a todos e a todas, e sintetiza um conjunto de irregularidades que dão origem a aprovação da CPI pela Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. Está amplamente demonstrado não só por esse Relatório da Comissão Especial, mas também pelos dados disponíveis nos órgãos de Defesa do Consumidor, na própria ANEEL, que sob o ponto de vista do desempenho da qualidade dos serviços houve problemas muito graves de 2019 a 2021 principalmente, mas ainda uma posição muito desfavorável no ranking de qualidade desses serviços no próprio ano de 2022.

Acho que primeira conclusão que isso deve nos levar, eu acho que esse momento é importante para pautarmos esse debate, é que essa tese de privatização a qualquer custo não pode prevalecer na

discussão da forma como serviços públicos são ofertados ao povo. É muito importante afirmar isso nesse momento, porque durante muito tempo e ainda há muita gente que defende a privatização como regra. Agora mesmo, pouco tempo atrás tinha muita gente defendendo a privatização da Petrobras. Agora mesmo a Eletrobras foi entregue em condições absurdas para a iniciativa privada, com o governo brasileiro detendo 42% do seu capital e tendo, se não me engano, 12% dos votos dentro Conselho de Administração. Lá atrás, oito né? Lá atrás, na discussão da privatização da Coelce, se esses argumentos de quem acompanha isso não só no Brasil, mas no mundo todo, onde boa parte de serviços privatizados estão voltando a serem estatizados tivessem sido levado em conta, muitos desses problemas não estavam sendo vividos dessa forma, no mínimo esses Contratos de Concessão e o controle exercido pelas Agências de Regulação não teriam a negligência que estão tendo. Isso é um fato.

O que a ENEL está fazendo com a população cearense, com as empresas, com o Poder Público, as Prefeituras, o Estado é um verdadeiro desaforo, é um desaforo com o povo cearense. Se nós observarmos todos os índices relativos ao desempenho estabelecidos pela ANEEL na regulação, o índice DGC, o índice a Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora, a duração equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora, todos esses índices que medem a qualidade do serviço prestado, nós tivemos uma verdadeira tragédia de 2019 até 2021.

Paradoxalmente, essa tragédia tem o sentido inverso quando a gente avalia o desempenho financeiro dessa empresa. Pasmem os senhores, essa mesma empresa que como dizia agora aDeputada Lia Gomes, em qualquer roda de conversa se a gente apresenta uma queixa da ENEL surgem mais 20, quer seja um consumidor de baixa renda; quer seja um grande empresário; quer seja um prefeito; quer seja uma Secretaria do Estado que quer inaugurar uma obra e não tem a ligação da ENEL necessária para o funcionamento dessa obra. Felizmente, a gente tem aqui um time de deputados muito qualificado, já deu para perceber na primeira reunião da CPI, para essa avaliação, ex-gestores, pessoas que são relacionadas ao campo de energia e podem acompanhar isso muito bem. Mas pasmem os senhores, essa mesma empresa com o desempenho baixo, do ponto de vista da qualidade dos serviços prestados, apresentou em 2018 um lucro de 364 milhões de reais, Lucro Líquido. Em 2019, um lucro de 404 milhões de reais; em 2020, um lucro de 265 milhões de reais, e a qualidade lá em baixo; em 2021 um lucro de 488 milhões de reais; em 2022, pasmem os senhores, plena pandemia, 640 milhões de reais, e teve a desfaçatez de aprovar um reajuste, aplicar um reajuste de 24,85%.

Sabe para onde está indo o custo das vidas de trabalhadores perdidas em função da ENEL não cuidar da segurança desses trabalhadores, o custo dos serviços mal prestados à população ao poder público está indo para os acionistas da ENEL. Em 2019 foram 145 milhões distribuídos de lucros; em 2020 foram 90 milhões distribuídos de lucro; em 2021, plena pandemia, quase 200 milhões; em 2022, 140 milhões. A palavra para isso é: desaforo, sobretudo quando a gente percebe que essa empresa sequer responde aos ofícios da Assembleia Legislativa pedindo esclarecimentos, senhor presidente.

Então eu concluo essa intervenção dizendo que se essa CPI tiver um objetivo é dar um freio de arrumação e trazer a ENEL aqui para prestar contas ao povo do Ceará. Claro que existe estratégia, existe método. Esse conjunto de Requerimentos apresentados tem que ser votado para que nós tenhamos mais subsídios, e essa convocação se dê mais na frente, com todos os elementos comprobatórios necessários para confrontarmos aqui. Asenhora Diretora da ENEL no Estado do Ceará e o Country Manager da ENEL no Brasildevem ser convocados, inclusive apresentamos Requerimentos nessa direção.

Acho que é o mínimo que essa CPI pode ter como resultado, presidente, é garantir a convocação dos representantes desta empresa que está lucrando à custa do prejuízo do povo cearense, em plena pandemia, em plena temporada de prejuízos econômicos que todos viveram durante essa pandemia, para prestar contas à população do Ceará por esse desaforo. Essa é a responsabilidade política dessa CPI. Muito obrigado, presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Tomando ciência, Deputado Guilherme Sampaio, e parabenizando pela fala, eu acho que é isso mesmo.

Eu quero pedir a Vossas Excelências para que a gente passe agora para leitura, discussão e votação dos Requerimentos...

SR. DEPUTADO BRUNO PEDROSA (PDT): Deputado Fernando...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Deputado Bruno, pode ser na discussão dos Requerimentos? Já vou lhe passar, só pra gente poder adiantar aqui os Requerimentos, e na discussão eu abro com o maior prazer para Vossas Excelências.

Eu estou vendo aqui um Requerimento, e já até me adiantei, é do Deputado Guilherme Landim. Nós vamos aprovar aqui, eu não tenho dúvida, até porque nós já falamos sobre isso, e é para convidarmos, convocarmos a ARCE. É o Requerimento de nº 3, é isso? Não, é de nº 4.

Eu telefonei agora para o Presidente da ARCE já falando para ele que tinha esse Requerimento apresentado pelo relator da nossa Comissão Parlamentar de Inquérito, Deputado Guilherme Landim, e

já pedindo a ele uma data prévia, porque ele tem que se preparar com o corpo técnico, e ele já nos deu uma data; ele pode vir, se for da concordância das deputadas e deputados, no dia 13, de hoje a 15, às 15 horas, numa quarta-feira, com o corpo técnico para fazer as apresentações, enfim, discorrer aqui o assunto, e cada uma e cada um possa naquele dia fazer as suas perguntas. Está combinado assim? Então, 15 horas, na quarta-feira, dia 13, com corpo técnico, a presença da ARCE, e o presidente já comunicou que virá também para essa reunião.

Então colocarei agora, para... Pois não, Deputado Danniel Oliveira.

SR. DEPUTADO DANNIEL OLIVEIRA (MDB): Só pedir a Vossa Excelência, presidente, com aquiescência dos demais, eu só tenho dois Requerimentos na pauta, e tenho que pegar um voo, e se fosse possível, eu gostaria de apresentá-los e discutir rapidamente, e se fosse possível colocar na frente da pauta, se fosse possível, presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Eu pergunto só as minhas colegas deputadas e deputados, cada deputado que está apresentando aqui o seu Requerimento eu daria a sugestão que ele faça a leitura e já aí uma prévia discussão. Então, se vocês permitirem, o Deputado Danniel está com um voo marcado, então eu passo a palavra ao colega Deputado Danniel Oliveira.

Discussão e aprovação de Requerimentos.

SR.DEPUTADO DANNIEL OLIVEIRA (MDB): Presidente, só tenho um na pauta que é o nº 25, e eu apresento a Vossa Excelência, se for possível também para incluir extrapautao Requerimento, no caso, que fica aí nº 32, salvo engano, que esse Requerimento, senhoras e senhores, eu vou até aqui ler rapidamente: *Requer reuniões itinerantes regionais desta Comissão Parlamentar de Inquérito da ENEL, Distribuidora do Ceará.* A ideia é bem óbvia, é levar essa discussão também a outras regiões, assim como a Deputada Lia disse que em toda roda de discussão que a gente fala o nome ENEL abre mais 20, 30 questionamentos, é importante que a gente dê oportunidade a pessoas que não pode se deslocar até a Assembleia, e que a gente possa, dessa forma, levar essa discussão para as regiões do Estado do Ceará.

Para a segunda, aí eu já aproveito para fazer um rápido comentário. Ouvindo aqui os nobres amigos deputados, e quando a gente fala de ENEL, eu já fiz algumas discussões em relação a essa questão, e quero aproveitar, sem aqui nenhuma demagogia e nenhuma palavra jogada ao vento, mas parabenizar,Deputado Fernando, a Vossa Excelência, ao Guilherme Landim, a todos que fizeram essa primeira ação fundamental, para que a gente pudesse de uma forma madura abrir essa CPI e discutir,

sabendo que tudo que a gente já poderia ter feito para evitar a CPI já foi feito, mas que de uma forma desrespeitosa,Deputado Guilherme, a ENEL sempre nos tratou.

Vossa Excelência trouxe números que são importantes como a questão dos lucros que a ENEL vem tendo sistematicamente, e esse lucro é claramente a falta de investimento, está segurando o investimento para lucrar mais, e com isso, obviamente, os serviços sendo cada dia pior apresentado para a população. Então isso é uma regra que essa qualidade ruim é uma coisa que a gente quando se fala em ENEL é geral, a qualidade é ruim. Mas o que mais está me incomodando, senhores e senhoras deputadas, é o desrespeito no qual a ENEL está tratando essa Casa Parlamentar.

E aí, os dados que Vossa Excelência apresentou, Deputado Guilherme, são angustiantes, não só no desespero de que eu sei que muitas passam, e eu já vi o Governador Camiloligar para pedir um favor para ligar uma UPA – Unidade de Pronto Atendimento no município de Brejo Santo, uma Policlínica que estava ali há sete, oito meses pronta e não estava funcionando porque a ENEL não tinha ligado a energia.

Então, por aí a gente tem a ideia, se o governador do Estado do Ceará tem que pedir a ENEL para fazer a ligação de uma Unidade de Tratamento Intensivo, que atende as pessoas na questão da saúde, você imagina uma senhora que está lá na sua casa que foi lá cortada a energia de uma forma irresponsável, e liga para a ENEL e a ENEL dá 72 horas para voltar a ligar a energia que foi cortada de uma forma irresponsável, por erro por arte da ENEL.

Não quero chover no molhado porque todo mundo sabe essas ações em relação à ENEL, mas é importante a gente discutir até por causa, e eu fiz essa abertura porque esse meu Requerimento, esse de nº 25, requer que a ENEL seja oficializada da instalação dessa CPI, para ver se oficialmente ela fica sabendo por nós que existe uma CPI para apurar o que está acontecendo aqui no Ceará em relação a essa questão da distribuição, e principalmente apurar essas supostas irregularidades e abusos dessa Distribuidora.

Então acho que também pegando até um gancho na fala do Deputado Guilherme, que a gente possa oficializar tanto a diretora aqui do Estado do Ceará como a Country Managerda ENEL, que é Operadora aqui no Brasil, para que eles tenham a ciência de que nós estamos em meio uma CPI, e tudo aquilo que era possível para que a ENEL pudesse mudar atenção com os cearenses já foi feito, não há um retorno por parte da ENEL, nós temos que avançar dessa forma. Então esses são os dois Requerimentos, Deputado Fernando, oficializar a ENEL e regionalizar essa discussão. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PDT): Posso colocar em votação? Em votação os dois Requerimentos do colega Deputado Danniel Oliveira. Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovados os Requerimentos do Deputado Danniel Oliveira.

Passo então ao Deputado Guilherme Landim para que possa discorrer sobre seus Requerimentos e colocarmos em discussão e aprovação.

SR. RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): Presidente Fernando e demais deputados e deputadas, eu queria tentar ser o mais sucinto possível aqui, porque eu sei que tem muitos Requerimentos que nós solicitamos, e queria dividir por grupos aqui, se vocês me permitirem. O primeiro deles, que a gente pudesse aprovar aqui os ofícios que eu sugeri a órgãos que venham contribuir com a Comissão trazendo suas reclamações, os seus problemas, como aqui os temos a Aviprece, que é a Associação dos Vice-Prefeitos; a UVC, que é a União dos Vereadores do Ceará; a Aprece; a Federação do Clube de Dirigentes Lojistas; a Fecomercio; a FIEC. Então, que a gente pudesse aprovar esses Requerimentos, e unicamente a Comissão está oferecendo o espaço aqui para que eles venham trazer suas reclamações. Então se pudermos fazer assim, e aí depois a gente viria aqui para os da Justiça e para os órgãos fiscalizadores. Pode ser dessa forma?

SR. DEPUTADO FELIPE MOTA (UNIÃO): Vossa Excelência está comunicando a todos que merecem esse ditame aqui da CPI para informá-los, aí Vossa Excelência diz que no próximo passo que nós já vamos aprovar já entra a ARCE e ANEEL, né isso?

SR. RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): Exatamente. Então nós temos aqui, Deputado Fernando, só para organizar, o de nº 2, que é o da Aviprece; o de nº 3, que é o da UVC; o de nº 9, que é o da Aprece; o de nº 10, que é a da Federação das CDLs; o de nº 13, que é da Fecomercio. Pronto, então são esses. Esses aqui que seria para que a gente pudesse receber essas informações desses órgãos.

O segundo grupo eu já posso... Quer colocar logo em votação?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PDT): Vamos colocar logo em votação esses que são os convocatórios, digamos assim.

Quem quer discutir? Não havendo quem queria discutir, em votação. Senhoras deputadas e deputados que aprovam permaneçam como estão. Aprovados os Requerimentos do Deputado Guilherme Landim, por bloco.

Agora é o segundo bloco, Deputado Guilherme.

SR. RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): Pronto. O segundo bloco, eu gostaria de colocar aqui um também que é com pedido de informações para Ministério Público. Vamos lá também aqui fazendo número a número.

Nós temos aqui primeiro a ARCE, para que ela possa enviar o Relatório constando todos os processos administrativos existentes. Item 4, exatamente, que é solicitação de documentação da ARCE, que ela possa enviar dos últimos cinco anos todos os Processos Administrativos.

Depois, ao Tribunal de Justiça do Estado do Ceará solicitando Relatório constando todos os Processos Judiciais movidos na esfera estadual em face da empresa ENEL, nos últimos cinco anos.

Está aqui também o Superior Tribunal de Justiça para que também possa enviar esse mesmo Relatório. (4, 5 e 6).

7º - A Procuradoria Geral do Estado para que possa apresentar o Relatório que foi feito também pelo Ministério Público no ano passado. E aí a gente já pode deixar aqui aprovado para o momento mais adequado da Comissão.

Solicitando ao Procon Assembleia, Procon Fortaleza e Procon Unifor também todos os Processos que foram ingressados nos últimos cinco anos;

Também à Procuradoria Geral do Estado solicitando essas informações sobre esses Processos Administrativos, que é o 21. São esses, senhor presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PDT): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Senhoras deputadas e deputados que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovados.

Eu queria só pedir a colaboração da Comissão Parlamentar de Inquérito, a nossa assessoria e a assessoria de gabinete do Deputado Guilherme Landim, para que esse da ARCE seja levado em mãos o mais rápido possível, para que eles possam preparar e enviar inclusive antes da vinda deles aqui. O Requerimento de nº 15, aprovado aqui. Que as nossas assessorias, Deputado Guilherme Landim, possam o mais rápido possível levar inclusive em mãos, para que eles possam agilizar toda essa documentação, para que no dia que eles venham, que já é no dia 13, daqui á 15 dias, a gente já tenha posse dessas informações.

Deputado Guilherme Landim, ainda tem Requerimento seu aqui, de Vossa Excelência?

SR. RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): Deputado Fernando, os demais são pedidos de informações, com exceção aqui do 18 e do 19, que eu queria colocar para crivo da

Comissão se acham que é procedente que seja aprovado agora ou se querem que eu possa sobrestar esses dois para um momento mais oportuno, que já seria a convocação de diretores...

SR. DEPUTADO BRUNO PEDROSA (PDT): Eu sugeria, deputado, que sobestasse para o momento oportuno.

SR. RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): Então fica sobrestado aqui o 18 e o 19, para que ao longo das nossas coletas de informações aqui a gente possa avaliar isso ou não.

SR.DEPUTADO FELIPE MOTA (UNIÃO): Presidente, desculpa. Eu acho que nós temos que averiguar, levantar documentos, dar mais tranquilidade, subsídios para nós aqui da CPI. E essas convocações elas são, como diz assim, a cereja do bolo que a sociedade espera para escutar as respostas daqueles que operam o sistema ou companhia; eles é que são os responsáveis por tudo isso. Então nós vamos aguardar. Eu prefiro que você deixe sobrestado isso aí para o próximo momento.

SR. RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): Está sobrestado, tranquilo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PDT): Deputado Guilherme Landim, sobrestado o Requerimento de nº 18 e 19.

Então passamos aqui ao próximo deputado com os Requerimentos, o Deputado Carmelo Neto.

SR .DEPUTADO CARMELO NETO (PL): Senhor presidente, eu tenho aqui seis Requerimentos de minha autoria na pauta, até alguns são bem parecidos com alguns que já foram discutidos e aprovados já nessa CPI. Então, eu aproveito para dizer que os que são similares a gente pode inclusive fazer o envio de uma forma conjunta, para somar aí nesses esforços, nesse pedido.

O primeiro é o item 17, Requerimento nº 16 de 2023, de minha autoria, que solicita a realização de Audiência Pública nas macrorregiões do Estado do Ceará, afim de apurar e debater a prestação de serviços pela ENEL e possíveis melhorias.

É importante a gente interiorizar essa CPI, levar realmente para as macrorregiões do Estado do Ceará, com o intuito de ouvir os cearenses, ouvir aqueles que são as verdadeiras vítimas disso tudo, as verdadeiras vítimas do mau serviço, da má prestação de serviço da ENEL no Estado do Ceará. Tem um Requerimento já aprovado do Deputado Danniel Oliveira. O Deputado Danniel apresentou já um Requerimento parecido, então vamos somar esforços aí nesse sentido.

Item 20. Também de minha autoria, o Requerimento de nº 20 de 2023, que solicita o envio de ofício ao DECON, ao PROCON e à ANEEL, solicitando informações quanto àquilo que chega até eles de reclamação, quanto àquilo que chega até eles aí por parte da sociedade cearense de reclamações no tocante àENEL.

Item 21. Requerimento de nº 21 de 2023, também de minha autoria, solicita o envio de ofício ao senhor Procurador-Geral de Justiça do Estado solicitando informações e a cópia integral do Procedimento Administrativo contra a ENEL. Apesar de nós já termos acesso a este Relatório do Ministério Público, está aqui em nossas mãos, o Presidente Fernando muito bem entregou na pasta que foi entregue aos nobres colegas. Eu acho importante, já que nós estamos numa CPI e não mais numa Comissão Especial, a gente pedir formalmente, solicitar de maneira forma que seja envida à CPI também de uma maneira formal por parte do Ministério Público, até porque quando a gente terminar a CPI e houver algum tipo de sugestão, alguma diligência no meio do caminho, a gente vai estar mais embasado de maneira oficial, até para evitar que venha até algum tipo de Liminar, algum tipo de Pedido Judicial se nós usarmos este Relatório como embasamento para algum tipo de diligência da CPI. Exatamente, só legalizar o que nós já temos acesso.

Item 22. Requerimento nº 22 de 2023, de autoria do Deputado Carmelo Neto, solicita o envio de ofício com questionamento de perguntas às Prefeituras de todos os municípios do Estado do Ceará, com o objetivo de avaliar a qualidade dos serviços prestados pela empresa ENEL das respectivas localidades. Foi uma iniciativa que nós vimos que funcionou muito bem na CPI do Estado de São Paulo, enviaram um questionário para todos os municípios, e aí tem perguntas, são 32 ou 34 perguntas, se não me engano, para que os prefeitos possam de fato participar, dar o feedback a esta Comissão; saber qual o maior problema; se já enfrentaram algum tipo de problema no tocante a inauguração de obra por conta da ENEL, enfim, vários questionamentos que são importantes, para que os prefeitos possam contribuir e participar dessa Comissão Parlamentar de Inquérito.

Requerimento nº 23 de 2023, também de minha autoria, solicita o envio de ofício à SEMACE e à SEUMA, para que nós possamos ter informações sobre ligações de energias em áreas irregulares ou de proteção ambiental. Também é uma informação importante. O Requerimento que foi aprovado já lá na CPI do Estado de São Paulo, e eles averiguaram algumas irregularidades principalmente no tocante à ligação de energia em Área de Proteção Ambiental. Então é importante que a gente tenha a informação para no momento oportuno questioná-los sobre isso no âmbito dessa CPI.

O último, também de minha autoria Requerimento nº 24 de 2023, solicito o envio de convite ao senhor presidente e ao coordenador do Setor de Energia Elétrica da Agência Reguladora do Estado do Ceará (ARCE), para que compareça a essa Comissão. Inclusive, já que nós já temos a dada, Presidente Fernando, no dia 13, Requerimento importante que seja aprovado justamente por isso. Nós já temos a

data, é um debate importante, e o início por parte deles, e eu tenho certeza que é fundamental para o bom trabalho dessa CPI.

Portanto são esses os Requerimentos de minha autoria. Peço a todos o apoio para que nós possamos aprova-los.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PDT): Em discussão.

SR. DEPUTADO GUILHERME SAMPAIO (PT): Presidente, só uma correção. ORequerimento 18 e 19 citados pelo Deputado Carmelo são de minha autoria, e já foram devidamente apresentados aqui e dizem respeito às convocações dos dirigentes que foram mencionados na minha apresentação.

SR. DEPUTADO CARMELO NETO (PL): Eu li os Requerimentos de minha autoria.

SR. DEPUTADO GUILHERME SAMPAIO (PT): Na introdução da fala de Vossa Excelência quando Vossa Excelência fez referência aos Requerimentos de autoria do Deputado Guilherme Landim, e o 18 e 19 na realidade são meus e não do Deputado Guilherme Landim. Só para registrar. Foram apresentados eles foram apresentados na reunião passada...

SR. DEPUTADO CARMELO NETO (PL): Ah! Sim. Sim. Aí, no caso, a fala do Relator; a fala do Relator Guilherme Landim.

SR. DEPUTADO GUILHERME SAMPAIO (PT): Eles foram apresentados na reunião passada na condição de suplente do Deputado De Assis.

SR. DEPUTADO CARMELO NETO (PL): Perfeito. Mas está sobrestado?

SR. DEPUTADO GUILHERME SAMPAIO (PT): Está sobrestado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PDT): Vou botar aqui Guilherme Sampaio, porque até Guilherme Landim se confundiu com Guilherme.

SR. DEPUTADO CARMELO NETO (PL): Mas os dois são Sampaio, né?

SR. DEPUTADO GUILHERME SAMPAIO (PT): Nós temos um bloco aqui, é um dos blocos mais poderosos da Assembleia Legislativa, é o G-3, Sampaio, Landim e Bismark.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PDT): Vamos aqui aos Requerimentos do Deputado Carmelo. Alguém para discutir? Não havendo inscrições para discutir, declaro encerrada a discussão, em votação. Senhoras deputadas e deputados que aprovam os Requerimentos se posicionem como estão. Estão aprovados.

Eu nem sabia que tinha os Requerimentos do Deputado Guilherme Sampaio que eu tinha lido tudo como Guilherme Landim.

Mas eu passo então aqui aos Requerimentos do Deputado Guilherme Sampaio. Já foram apresentados. Nós discutimos com o Deputado Guilherme Landim se a gente poderia sobrestar esses Requerimentos. Vossa Excelência com a concordância.

SR. DEPUTADO GUILHERME SAMPAIO (PT): Eu gostaria somente de registrar a observação que fiz, que aprovados os Requerimentos eles devem ser concretizados no momento oportuno, em função da estratégia de investigação da CPI, como se trata da convocação dos dirigentes.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PDT): Eu concordo com Vossa Excelência e se todos concordarem. É uma tradição nas CPIs, explicar para a Deputada Larissa, que deputado suplente precisa junto com o deputado titular assinar para que o Requerimento venha... Eu já assinei o seu Requerimento, por mim, aqui, pela presidência, mas eu vou colocar também em votação, e qualquer Requerimento que Vossa Excelência deseja fazer, pode enviar que eu assinarei com maior prazer, que eu sei da sua contribuição à nossa comissão. Quero também deixar aqui as deputadas e deputados à vontade para me telefonar qualquer dúvida sobre o trabalho da CPI. Isso não é um trabalho de uma pessoa, isso é um trabalho de várias mãos, para que a gente possa dar o resultado esperado pela população que é a melhoria do serviço de fornecimento de energia elétrica com a nossa população, pagando um preço justo. Eu acho que é isso que é o justo.

Então, eu vou passar a palavra para a Deputada Larissa, para que ela possa ler o Requerimento, e colocarmos aqui para a discussão e aprovação. Deputada Larissa.

SRA. DEPUTADA LARISSA GASPAR (PT): Obrigada, Deputado Fernando.

O nosso Requerimento visa justamente convidar o Sindeletro, inclusive está aqui presente, vou registrar na pessoa da companheira Luciana, para prestigiar a luta das mulheres que estão à frente dos sindicatos, e justamente ouvir as contribuições desses colaboradores, desses trabalhadores, tanto na perspectiva daqueles que executam, que prestam o serviço diretamente à população, mas também a perspectiva dos consumidores, porque apesar o objetivo do sindicato ser defender os seus trabalhadores eles também escutam as reclamações da população quando vão a campo realizar uma ligação, e tem com certeza muitas denúncias para contribuir aqui para o trabalho de investigação da CPI. Então o nosso intuito é que possa ser também vista uma data em que o Sindeletro possa ser ouvido e trazer as contribuições aqui para os nossos trabalhos.

SR. DEPUTADO GUILHERME SAMPAIO (PT): Senhor presidente, só para subscrever o Requerimento. Eu havia apresentado um de igual teor, e me associo à iniciativa de Vossa Excelência, Deputada Larissa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PDT): Em discussão. Não há deputadas e deputados inscritos para discutir, encerrada a discussão. Deputadas e deputados que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado o Requerimento da Deputada Larissa com subscrição do Deputado Guilherme Sampaio.

Parabenizá-la, porque acho importante que também no momento oportuno possamos ouvi-los aqui.

Mas deputadas e deputados, dar alguns informes aqui a Vossas Excelências nós já estamos com a Sala da CPI pronta. Deputado Bruno, me perdoe, Deputado Bruno, quando eu passei para discutir,Vossa Excelência não se inscreveu, mas eu estou devendo essa palavra a Vossa Excelência.

Deputado Bruno.

SR. DEPUTADO BRUNO PEDROSA (PDT): Conclua, presidente, conclusa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PDT): Não. Depois eu falo os informes, para que a gente possa encaminhar para o encerramento.

SR. DEPUTADO BRUNO PEDROSA (PDT): Desculpa, presidente, desculpa.

Presidente, eu queria, primeiro não sei se, aqui na realidade mais do que um Requerimento é uma sugestão para o público cearense que talvez não saiba, e aí eu quero também questionar o Deputado Guilherme se ele tem essa informação que eu pesquisei. Hoje, a ARCE tem a delegação de representar a ANEEL no Estado do Ceará, no entanto, mesmo após um Processo Administrativo, a votação dos conselheiros da ARCE e uma eventual condenação, uma eventual multa, uma eventual fiscalização, um cumprimento de uma obrigação, a 2ª Instância, o 2º Grau de Recurso é a própria ANEEL. Portanto, a ARCE mesmo cumprindo tudo, fazendo o papel importantíssimo que tem feito não só na energia elétrica, mas no saneamento, nos transportes,é em tantos serviços que a ARCE, que é a Agência Reguladora do Ceará, tem cumprindo o seu papel com excelência, no fundo, no fundo volta para a ANEEL às tomadas de decisões.

Deputado Guilherme Landim, pelas minhas pesquisas eu vi que a ANEEL não tem escritório em Fortaleza. Você tem essa informação se tem algum escritório aqui da ANEEL?

Pois o que eu ia sugerir, Deputado Fernando, aqui com muita humildade e tudo, inclusive tomando de exemplo o que houve hoje aqui na Assembleia a reunião de mais de cem prefeitos, num movimento ordeiro, democrático, republicano, mostrando as dificuldades que estão passando as prefeituras municipais com a queda nos repasses, a importância, e aí na sua fala e na fala do Deputado Felipe Mota, dessa CPI, os seus integrantes se apresentaram à diretoria da ANEEL em Brasília, como

aqui não tem escritório. Eu acho que esse primeiro passo, Deputado Felipe, inclusive falou sobre isso, né deputado, eu acho que esse primeiro passo, até antes das convocações e tudo, se for possível, aqui fica a minha sugestão, vou apresentar oficialmente, mas fica essa minha sugestão de que não é possível... exatamente acho que é a história dos prefeitos, cem prefeitos estão aqui, não é uma conversa de carochinha, porque de fato está acontecendo. Então, não é possível que os membros titulares de uma CPI irem até, nós representantes da população, o senhor tirou mais de cem mil votos, o Guilherme 80 mil votos, todos nós aqui com votações extraordinárias, então nós representamos aqui quase um milhão de votos dos cearenses só nessa CPI aqui presentes pessoalmente. Nós estamos representando um milhão de cearense. Então não é possível que nós, todos juntos indo até lá mostrando esse Relatório da Comissão Especial nós não tenhamos essa força, esse simbolismo de mostrar que nós queremos solucionar, não só apontar o dedo, mostrar problemas, mas também buscar soluções para o povo cearense.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PDT): Deputado Bruno, a minha opinião é que Vossa Excelência apresenta o Requerimento. Eu já dou uma opinião que é mais que justa essa ideia, que façamos isso aqui pela CPI, mas eu daria a sugestão que fosse após a nossa reunião com a ARCE, para que a gente tenha mais embasamento sobre o que a ARCE... Exatamente quando estivemos lá pedindo a Caducidade do Contrato na Agência Nacional, eles remeteram na fala deles a ARCE tomada de decisões. Quando nós chegamos aqui, de posse dessas informações, telefonamos para a ARCE e a ARCE foi taxativa: *Nós não temos mais autonomia sobre a ENEL.* Em outras palavras, aí palavras minhas, pelo que eu entendi a ENEL é um convênio, inclusive ela já quis cancelar várias vezes esse convênio com a Agência Nacional e a Agência Nacional conversou e tentou amenizar, e terminou até hoje não aceitando o cancelamento desse convênio. A informação que eu tenho da ARCE é que ela já tentou várias vezes cancelar esse convênio exatamente por não ter autonomia, ou melhor, pelo que eu entendi, aí são palavras minhas, a ENEL não respeita a ARCE, foi o que eu entendi.

Então eu penso que após a nossa a reunião, a nossa audiência com a ARCE aqui no dia 13 nós vamos estar com posse de mais informações, e aí sim, eu, particularmente, mas eu quero aqui que o colegiado possa tomar decisão, eu topo aqui com uma comissão de deputados, se for à comissão inteira irmos lá e apresentarmos, fazer respeitosamente, como o Deputado Guilherme Landim, o Deputado Daniel Oliveira colocou aqui, já que nós estamos informando àENEL do início da nossa CPI também informarmos à Agência Nacional, mas não só de posse do documento, mas da presença, inclusive para

que o presidente possa ouvir aqui a Comissão Parlamentar de Inquérito. Mas aí a minha sugestão é se vocês concordarem após a reunião da ARCE para que a gente possa ter mais informações.

Essas são as informações preliminares que eu tenho, de falta de respeito nas tomadas de decisões ou nas investigações, ou na fiscalização, ou na punção, ou na orientação que a ARCE tem pedido à ENEL, está uma falta de respeito da ENEL com a ARCE, e pelo que eu entendi chancelada pela Agência Nacional. E por isso a ARCE já tentou várias vezes cancelar o convênio que tem com eles.

SR. DEPUTADO BRUNO PEDROSA (PT): Por mim, perfeito. Agradeço aí sua...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PDT): Eu peço a Vossa Excelência que apresentou aquele mesmo Requerimento para que a gente possa aprovar e consequentemente fazermos essa visita.

Eu pergunto se mais alguma deputada, deputado... Deputada Lia. Pois não, Deputado Guilherme.

SRA. DEPUTADA LIA GOMES (PDT): O Guilherme estava aqui perguntando como eu posso ficar calada, mas é porque vocês me representam. Mas eu acho que se existisse um fã clube dos *haters* da ENEL, eu seria a presidente. Eu fico muito indignada, assim, desde à época do Governo do Cid que o Hospital de Quixeramobim, imagine um hospital daquele porte ser inaugurado com gerador porque a ENEL não ligou a energia. E, assim, tem hoje um empresário de Reriutaba que está a mais de um ano com a olaria pronta, pessoas desempregadas, e ele não consegue que a ENEL vá lá ligar a energia; já pagou inclusive, já foi pago, mas ela não vai.

Pessoas pequenas, pessoas de Santana que outro dia me disse que tem um pequeno terreninho ao lado da casa dela, que ela faz um forró para ganhar um dinheirinho a mais; matou um boi, matou um porco, porque ela vende a comida, contratou o conjunto e na hora caiu a energia e a ENEL veio ligar dois dias depois; ela teve que doar a carne, perdeu todo o dinheiro, uma pessoa bem humilde.

Então são muitas histórias. Coreaú. O Prefeito de Coreaú, outro dia, passou sete meses para conseguir colocar um SEI (Sistema Eletrônico de Informações) para funcionar; o SEI fechado, lindo, todo prontinho, e a ENEL não aparecia para ligar, teve que entrar na Justiça para provocar.Então, assim, estou muito entusiasmada de estar aqui mesmo como membro titular, porque a revolta é muito grande. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Nós aqui ficamos felizes com sua participação, e não tenho dúvidas de sua contribuição.

Deputado Guilherme Landim.

SR. RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): Deputado Fernando, só para chamar atenção aqui desses últimos Requerimentos, o 27, o 30, existe um Conselho de Consumidores, e esse Conselho, nós estamos aqui solicitando informações importantes ao Conerge (Conselho de Consumidores da ENEL), que a gente também possa no momento oportuno escutá-los, porque eu acho que além de ouvir muitas reclamações, e todos nós já sabemos disso e o povo do Estado do Ceará, acho que nós vamos constatar que também esse Conselho é muito pouco ouvido ou nem é ouvido em todo esse processo. Então é um autor importante nessa CPI.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Muito bem, Deputado Guilherme Landim.

Algum deputado que queira, se não, eu vou passar para os informes para que a gente possa encerrar a nossa reunião. Mais alguns informes.

Eu tenho recebido, não sei se as deputadas e deputados já estão recebendo, e eu passo aqui de público até para a imprensa, a nossa CPI, a nossa Comissão Parlamentar de Inquéritoestá trabalhando todos os dias. Na verdade, eu vou dizer a vocês que eu, particularmente, no meu e-mail, inclusive no meu e-mail institucional, não sei nem como é que as pessoas têm uma facilidade de... Tem no site, acho que tem, eu já não estou mais conseguindo administrar as denúncias que estão chegando. Eu não sei como está aqui o de Vossas Excelências. Eu acho que agora vai começar também a chover denúncias nas redes de vocês, seja e-mails ou WhatsApp. Eu tenho recebido muitas e estou copilando para que as nossas reuniões internas, para que o nosso trabalho cotidiano do dia a dia a gente possa ir averiguando essas denúncias, e eu não quero ainda torná-la de conhecimento do público antes de averiguar algumas delas. Mas temos denuncias de todos os modelos que vocês imaginarem. Eu já, assim, leigo que sou, mas já neste assunto há 24 meses aqui junto com o Deputado Guilherme Landim, já visualizei que pelo menos de dez denúncias que a gente temrecebido, eu colocaria um número, uma estatística de que oito são gravíssimas, outras graves e outras no médio grave, nenhuma em pequeno porte de gravidade.

Então nós temos um trabalho muito árduo pela frente. A CPI vai trabalhar todos os dias. Nós temos uma equipe, vamos aumentar ainda mais essa equipe para que a gente dê conta desse trabalho. Estou aqui consultando as deputadas e deputados, nós estamos pensando em criar redes da própria CPI, para que a população possa denunciar na própria rede da CPI, seja WhatsApp, seja Facebook, seja Instagram, seja e-mail, nós vamos criar as redes da CPI; vamos convidar um profissional para cuidar

disso, para que a população possa ir lá. Muitas vezes nós recebemos aqui, mas recebemos denuncias e outros tantos assuntos e termina a gente nem enxergando mais a denuncia que chegou, e na rede da própria CPI nós vamos focar só no assunto da CPI. Daí eu quero discutir esse internamente com Vossas Excelências para que a gente chegue num consenso e possamos colocar nossa Sala da CPI ali, que já está trabalhando, mas colocar numa velocidade ainda maior, para que a gente possa logo, logo concluir a averiguação dessas denuncias e passar para o público, informar à imprensa, porque isso não pode ser conteúdo só nosso, isso tem que ser conteúdo da população de todo o Estado do Ceará.

Fui provocado para uma reunião com a ENEL. Queria aqui tornar de conhecimento de Vossas Excelências, alguns deputados eu já falei isso aqui, e eu não aceitei o convite para conversar sozinho, aceito se for com aComissão Parlamentar de Inquérito. Eu passei 24 meses aqui junto com outros deputados falando sobre a problemática da ENEL, e eu nunca fui procurado. Eu procurei a ENEL, uma vez fui lá, e lá fui muito bem recebido, mas eu não queria só ser bem recebido, eu queria resolutividade. Eu queria solução do problema. Eu queria que a população estivesse satisfeita com o serviço e pagando o preço justo. É o inverso disso. O serviço é péssimo e o preço é alto. O valor da tarifa é muito alto para um serviço de péssima qualidade.

Então eu estou aqui socializando com Vossas Excelências que eu não farei nenhum tipo de reunião coma ENEL, a não ser que seja com a Comissão Parlamentar de Inquérito, seja aqui nas nossas reuniões deliberativas, ou seja, nas nossas reuniões internas, ali, na sala da CPI. Se a ENEL quiser vir aqui a esta Casa, lá na sala de reuniões, internamente, se ela não quiser vir agora porque não foi convocada ainda, nós estaremos lá para recepcionar, debater, dialogar e ouvir o que ela tem a nos dizer, não ao Deputado Fernando Santana, mas à Comissão Parlamentar de Inquérito. Eu precisava tornar também de conhecimento de Vossas Excelências que 24 meses após toda essa discussão, todo esse trabalho que nós fizemos na comissão para estudar o Contrato de Concessão com a ENEL, todo o trabalho que foi feito pelo Ministério Público, agora, depois que abrimos a CPI é que fomos procurados para ter um diálogo, e eu não sei nem o teor do diálogo ainda. Mas já coloquei, me recusei a participar desse diálogo, e aceito, desde que seja com a Comissão Parlamentar de Inquérito.

No mais, eu já deixo aqui marcada então a reunião deliberativa para o dia 16, para o dia 13, na verdade, às 15horas, quarta-feira, de hoje a quinze dias nossa reunião deliberativa, com a presença da ARCE e do corpo técnico da ARCE, já reiterando o pedido que eu fiz para a nossa assessoria tanto do nosso gabinete como a do Deputado Guilherme Landim, como da Comissão Parlamentar de Inquérito fazer com que chegue esse Requerimento do Deputado Guilherme Landim o mais rápido possível à

ARCE, acho que o Deputado Carmelo tem um aqui sobre a ARCE, o que tiver de conteúdo sobre a ARCE que chegue se possível amanhã ao Presidente da ARCE, para que ele possa tomar conhecimento e, se puder enviar para nós antes dessa reunião já as informações, para que a gente possa também ler e entender as informações, e na quarta-feira, dia 13, às 15horas, nós possamos fazer aqui um debate, que nós vamos aprender muito, ouvir muito, e saber talvez de informações que até hoje a gente ainda não temos conhecimento. Está bom?

SR. DEPUTADO SIMÃO PEDRO (PSD): Presidente, antes de encerrar, rapidinho. Vou acrescentar aqui uma reunião muito importante como essa, eu queria acrescentar que eu também vou dar entrada aqui, como suplente, mas através da minha assessoria aqui, sobre convocar também a empresa, futuramente, nesse decorrer, a empresa que faz os laudos dos medidores. Existem muitas ações na Justiça referente a isso. Eu estou até com uma delas aqui, que é a Sentença que o juiz mandou suspender o pagamento de uma conta de oito mil e poucos reais, por irregularidade. Porque, assim, por que esse laboratório, e tenho aqui o laudo, tem tudo na Sentença, porque só pesa para o lado da ENEL? Nunca um consumidor tem vantagem, só a ENEL. Então ela cobra da maneira mais alta, ela faz uma média e procura a conta mais alta do ano e ela cobra sempre sobre o mais alto. Então é importante também que a gente escute, investiga por que o laboratório... Tem até o nome do laboratório aqui, 3C Service S/A.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Eu peço ao nosso colega Deputado Simão Pedro que ele possa também fazer isso de forma oficial, pelo Requerimento, e eu não tenho dúvida que será aprovado por essa Comissão, porque é importante que possamos ouvir também esses questionamentos sobre os laudos.

Então, deputados e deputadas, tem mais algum assunto a tratar?

Então declaro encerrada a presente Sessão, e já deixando marcada apróxima sessão deliberativa para o dia 13, quarta-feira, às 15horas, com a presença da ARCE.

Muito obrigado, deputadas e deputados. Muito obrigado a vocês da imprensa e a quem pode aqui participar e quem está em casa assistindo pela TV Assembleia e nos ouvindo também pelos meios de comunicação.

ATA DA 2ª REUNIÃO DELIBERATIVA DA CPI (COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO) RELATIVA À ENEL, REALIZADA NO COMPLEXO DAS COMISSÕES TÉCNICAS, EM 13 DE SETEMBRO DE 2023.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARMELO NETO (PL): Boa tarde a todos. Cumprimentar os nobres colegas deputados aqui presentes; assessoria da Casa; imprensa; público em geral presentes.

Eu declaro aberta a 2ª reunião ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito da ENEL - Distribuição Ceará, hoje, no dia 13 de setembro de 2023, nós vamos ouvir, conforme Requerimento aprovado por esta CPI, na última reunião, o Presidente da ARCE (Agência Reguladora do Estado do Ceará), Dr. Hélio Leitão. Mas, antes de convidá-lo a ocupar assento na Mesa, eu gostaria de fazer a leitura, discussão e votação da ata da reunião anterior. Vou facultar a leitura; já foi enviada no grupo para todos os colegas parlamentares.

O Expediente: Nada consta.

Vamos passar para a Ordem do Dia. Tendo aí um quórum muito mais do que preenchido.

Item A, único item da pauta: Oitiva do senhor Hélio Winston Leitão, Presidente da Agência Reguladora do Estado do Ceará (ARCE), conforme Requerimentos: 15/2023 e 24/2023, dos DeputadosCarmelo Neto e Guilherme Landim; aprovados, por unanimidade, na reunião ordinária ocorrida no dia 30 de agosto do ano de 2023.

E para que todos os colegas, população, imprensa saibam o rito que nós vamos seguir na reunião de hoje, eu declarei aberta.

Nós vamos convidar, portanto, o senhor Hélio Leitão para tomar assento; posterior a isso, ele terá o tempo regimental de vinte minutos para fazer uma explanação; se for necessário mais do que vinte minutos, eu não vejo problema, até porque o assunto é muito importante, e a ARCE é peça fundamental nisso. Depois, o relator Deputado Guilherme terá também o tempo que ele julgar necessário para fazer os seus questionamentos; e aí o nosso querido Dr. Hélio fará as respostas. Em seguida, nós temos aqui dois autores do Requerimento, que é o próprio relator Deputado Guilherme, e eu que estou no exercício interinamente desta presidência, portanto, dando prioridade aos autores do Requerimento; ele, na condição de relator, já vai ter formuladas as perguntas e, em seguida, vou formular as minhas, na condição de autor do Requerimento. Nós vamos abrir a inscrição para os demais deputados, dando prioridade, primeiro, aos titulares da Comissão; depois, aos membros suplentes da Comissão e, em

seguida, aos demais deputados que não sendo membros da Comissãodesejam e queiram formular algum tipo de questionamento.

Portanto, eu gostaria de convidar a tomar assento, a ocupar assento aqui, nesta Mesa, o senhor Hélio Winston Leitão, Presidente da Agência Reguladora do Estado do Ceará. Acredito que ele esteja aqui. Se alguém puder avisá-lo no corredor das Comissões, por gentileza.

SR. DEPUTADO GUILHERME SAMPAIO (PT): Senhor presidente, enquanto o Presidente Hélio se desloca, eu pediria licença a Vossa Excelência, já saudando o Presidente da ARCE que...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARMELO NETO (PL): Bem-vindo à Casa do Povosenhor Hélio Leitão, ocupar assento aqui, à direita.

SR. DEPUTADO GUILHERME SAMPAIO (PT): Então, presidente, pedindo licença a Vossa Excelência, e acolhendo já a presença do Presidente da ARCE Hélio Winston, eu gostaria de saudar a presença do Presidente em exercício da Assembleia Legislativa, Deputado Fernando Santana, e especialmente acolher a representação do Sindeletro (Sindicato dos Eletricitários do Estado do Ceará). Estão aqui o Plínio e a Joelbia, Presidente e Vice-Presidente do Sindicato dos Eletricitários que, inclusive por Requerimento aprovado na última Sessão da CPI devem também colaborar com os debates que travaremos aqui em sessões futuras. Representam mais de oito mil trabalhadores eletricitários e, com toda certeza, têm muitas informações a contribuir no sentido de apurar também as responsabilidades da ENEL com relação às condições de trabalho que interferem, obviamente, na qualidade de serviço.Sejam muito bem-vindos a esta Sessão.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARMELO NETO (PL): A Mesa também cumprimenta de maneira cordial. E o Deputado Guilherme se adiantou, e eu também vou fazer uma saudação especial ao nosso Presidente em exercício da Assembleia Legislativa, Deputado Fernandes Santana, que é o presidente também desta CPI. Estou aqui no exercício dela porque ele assumiu a Presidência desta Casa, e um tema que muito aflige o Deputado Fernando, e ele está aqui também acompanhando essa oitiva no dia de hoje. Muito bem-vindo Deputado Fernando. Por uma questão hierárquica, depois da fala do nosso querido Relator Deputado Guilherme Landim, eu vou facultar também a palavra para que o Deputado Fernando faça algum tipo de comentário, pergunta, enfim, o que ele desejar, uma saudação.

Portanto, vou passar a palavra, inicialmente, para o Doutor Hélio Leitão, terá o tempo regimental de vinte minutos, mas se desejar algum tempo a mais, eu não vejo problema, até porque a sua fala, com certeza, será muito esclarecedora na tarde de hoje. Se tiver algum slide ou Vossa Excelência precisar de alguma coisa, a gente aciona também a Comissão.

Se puder descer aqui o telão e colocar para as televisões para os demais colegas acompanharem.

Eu gostaria de convidar também o senhor Dickson, Coordenador do Setor de Energia, já se encontra aqui. Bem-vindo, senhor Dickson, tenho certeza que vai ser muito esclarecedor ouvir Vossa Excelência.

O senhor vai precisar do telão? Pronto. A gente inicia o tempo do senhor quando abrir o slide.

SR. HÉLIO WINSTON LEITÃO (ARCE): Boa tarde. Queria aqui deixar meus cumprimentos ao Presidente Deputado Fernando Santana, ao Presidente Carmelo Neto, à Deputada Gabriela Aguiar, à Deputada Larissa Gaspar, aqui ao Deputado Guilherme, os dois Guilherme: Guilherme Sampaio e Guilherme Landim, apesar de ser Guilherme Sampaio e Landim também; o Deputado Felipe Mota; Deputada Lia Gomes.

Quero aqui também cumprimentar o Conselheiro da ARCE, o Jardson Cruz, que se faz presente; queria cumprimentar também todos os assessores, colaboradores, servidores da Casa, dizer para vocês que é um momento ímpar, é um momento importante de a gente falar um pouco sobre a Agência Reguladora do Estado do Ceará que, muitas vezes, é até desconhecida.

Muitas vezes, é uma inquietação que eu tenho, Deputada Lia, a senhora esteve lá comigo já, é de muito tempo, desde que eu assumi, já estou há oito anos e praticamente já saindo, cumprindo a minha missão; mas uma inquietação que eu tenho, Deputado Felipe, sobre o que é Regulação no país, principalmente aqui, no Ceará, que é uma Regulação, e é muito importante inclusive para o desenvolvimento do Estado. Sem uma Regulação efetiva, forte, você não tem um desenvolvimento. Não vai ter investidor que venha aqui colocar seu dinheiro em áreas que devem ser reguladas como, por exemplo, no gás, o Hidrogênio Verde, que agora nós temos um potencial, e tantas outras áreas que devem ser reguladas através de uma Agência Reguladora.

Eu gostaria de iniciar, só para falar rapidamente, seria uma apresentação institucional. Rapidamente, eu vou ser muito objetivo, não vou tomar muito tempo, mas eu gostaria só de mostrar um pouco a cara da ARCE; mostrar um pouco a ARCE, o que é que é a ARCE.

Slide - Então, nessa apresentação eu já inicio, enquanto para a gente não perder tempo, eu coloco que a ARCE, na verdade, foi criada em 1997, justamente pela questão da privatização da Coelce. Foi na época do Governador Tasso que entendeu a necessidade, certamente, de criar uma Agência Reguladora justamente por essa questão da privatização da Coelce. E a partir daí a ARCE surge regulando e fiscalizando, Deputada Gabriela, não só, e principalmente a área saneamento; a área de transporte público intermunicipal; a área de gás. E a área de energia, na verdade, Deputado Fernando, nós não

temos a competência originária de regulação nem fiscalização. Isso faz parte da União através da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Ocorre que ANEEL não tem braço em todo o país. Para vocês terem ideia, a ANEEL, no Setor de Fiscalização, Deputado Carmelo Neto, no Setor de Fiscalização, - e me corrija se eu estiver errado, Dickson, - no Setor de Fiscalização a ANEEL só tem cinco pessoas para fiscalizar o Brasil todo. Então faz um Convênio de Cooperação com algumas Agências Reguladoras no país;não são todas porque nós não somos aqui, Deputado Felipe, muitas Agências Reguladoras no país com mandatos, autônomas, cumprindo todo um requisito de uma Agência Reguladora, são poucas no país, mas, enfim, tem um Convênio de Cooperação como aqui tem conosco, com a Agência Reguladora do Ceará. E aí, com esse Convênio de Cooperação a ANEEL, - já me antecipando, - determina quais são as fiscalizações a serem estabelecidas. Só isso, Regulação é toda com ela. Tarifa, tudo que é competência não pode, de forma nenhuma, transferir essa competência. Então é só a fiscalização.

Bem, então dito isso, eu coloco aí, eu vou passar rapidamente porque só falando um pouco da ARCE desse nosso papel...

Slide - Eu trago aqui só para que vocês tenham também uma noção sobre a questão da nossa estrutura. Na nossa estrutura nós temos um Conselho Diretor, onde esse Conselho Diretor nós temos hojesete Conselheiros, incluindo o presidente, e tem toda essa estrutura de Coordenadorias, e uma das Coordenadorias, que é a que nos interessa, é a Coordenadoria de Energia, onde o Dickson é Coordenador e trata de um Setor com mais quatro servidores, trata da questão da energia lá na Coordenadoria, e fora - eu estou falando de servidor - fora os terceirizados.

Slide - Aí nós temos orçamento da ARCE, o número de servidores é um número pequeno, número de 35 servidores apenas, e nós temos 66 terceirizados colaboradores. Ogovernador então Camilo autorizou um concurso, e devemos estar até o final do ano já em processo de elaborar o Edital. Esse Edital, eu creio, que já saia esse ano, e o concurso aconteça até o começo do ano de 2024. Isso a gente está correndo por causa da Lei Eleitoral para essa questão de alguma proibição.

Slide - Aí tem a questão da energia elétrica, que é o que nos interessa aqui, e eu coloco justamente qual é o nosso papel, as competências; o nosso Convênio de Cooperação que nós temos com a ANEEL.

Slide - Por fim, eu coloco que as ações de fiscalização são determinadas pela ANEEL. Nós não temos - deixando muito claro aqui, Deputado Fernando, Deputado Carmelo e Deputado Guilherme, - nós não temos nenhuma autonomia de estabelecer, de escolher ou de indicar uma fiscalização. Muitas

vezes chega um prefeito, chega um agente público de um município trazendo alguns problemas no seu município, e eu não posso determinar, eu, enquanto ARCE, não eu posso determinar uma fiscalização; preciso de uma autorização da ANEEL. Então é toda uma burocracia e que muitas vezes a ANEEL não autoriza. Então, sem isso eu não posso fazer.

Tem um dado importante também que eu coloco desde 2018, são cinco anos que nós já aplicamos 54 milhões, quase 55 milhões de multas na ENEL, quase 55 milhões de multa. Mas lá na frente, em outra oportunidade, eu vou colocar aqui para vocês, inclusive que essas multas foram reduzidas pela ANEEL, porque nós somos uma Instância. A ARCE estabelece as multas e a ANEEL é uma Instância Recursal. A ENEL recorre e pode alterar esses valores. Esses valores foram alterados. Esses valores foram os valores que a ARCE estabeleceu, mas lá na ANEEL vocês vão verificar.

Eu vou já até entregar aqui para vocês. Infelizmente, não deu para imprimir muitos, mas para o Relator e para o Presidente, um caderno, e eu posso depois detalhar para os senhores e as senhoras deputadas.

Eu acho que esse foi o último. Bem, é isso. Eu quero agora... Eu vou entrar em alguns aspectos que é do outro slide. Eu gostaria de falar para vocês o seguinte, eu e o Dickson, com tantas reclamações da ENEL, eu estou na Presidência desde 2017, não é Conselheiro Jardson, desde 2017, e são muitas reclamações, como nós já sabemos né, da ENEL. Isso sempre me inquietou bastante. Está aqui o Dickson do lado para não me deixar errar e mentir, e me inquietou bastante justamente para a gente não ter nenhuma autonomia. E eu, muitas vezes, lá na ARCE, e está aqui o Conselheiro Jardson, coloquei para o Conselho, que é um órgão Deliberativo, se a gente podia repensar, refletir, até mesmo não renovar mais o Convênio com a Cooperação com a ANEEL, porque a gente renova anualmente.

Eu disse: Olha, eu não estou me sentindo mais bem de renovar esse Convênio porque eu não posso fazer nada; a gente não tem autonomia. E muitas vezes a população não entende, na verdade, a população não tem a informação mais apropriada para saber que a ARCE não tem essa competência, e muitas vezes jogam a culpa na ARCE. E isso, inclusive, gerou um processo quando a Conselheira Socorro França, hoje Secretária, estava como Conselheira, foi distribuído para ela justamente essa...era em outubro e o Convênio para renovar em dezembro do ano passado. E eu disse: Rapaz, por mim eu não renovo. Eu não renovo. Está aqui o Conselheiro e ele sabe muito bem. Mas é uma responsabilidade muito grande e vou ter de botar isso para o Conselho. Quem vai decidir é o Conselho, não sou eu. Apesar das minhas atribuições legais eu poderia, até porque contratos, convênios é da minha competência. Mas eu achei por bem colocar para o Conselho.

E pensando, refletindo, a própria Conselheira Socorro França deu um Parecer e o Conselho aprovou, digo que a gente poderia renovar por uma questão estratégica, Deputado Carmelo. Porque você imagina a situação como é hoje, como está com a ARCE fazendo tudo que nós fazemos, imagine sem a ARCE seria pior. Eu já cheguei, realmente eu já cheguei a essa conclusão que seria pior. Então nós renovamos o Convênio de Cooperação. Mas eu quero deixar para vocês muito claro, alguém pode me perguntar, algum deputado, alguma deputada, dizer: *E você externou isso para ANEEL*? Duas vezes, inclusive a última vez foi de uma forma muito incisiva. Eu fui recebido lá; está aqui eu e o Dickson, e na primeira vez já tinha levado um dossiê colocando todos - isso em 2020 - todas as irregularidades, todos os gráficos, os índices de falhas do sistema, e colocando também sugestão.

Eu aprendi nessa vida pública de que não adianta apresentar só problema, a gente tem que trazer a solução. E aí eu levava todo o problema e também fazia sugestão do que a gente entendia que deveria mudar. Eu chego já lá. E dessa primeira vez foi em 2020, mal fomos recepcionados; não houve avanço nenhum. Em 2022 fomos novamente, Deputado Guilherme, eu e Dickson, levando outro dossiê, e esse ele vai já iniciar, levando outro dossiê, colocando os absurdos da ENEL, as falhas da ENEL e as sugestões da ARCE para melhorar, para solução.

Dentro das sugestões, vocês vão ver, eu peço autonomia que eu não tenho, não autonomia plena, mas certa autonomia que eu não tenho. Inclusive, qual a autonomia, por exemplo? De eu, de ofício, abrir uma fiscalização que eu não posso, e mudar a metodologia deles. Vocês vão já detectar que a ANEEL tem uma metodologia, a nosso ver, e eu coloquei isso, está errada!

Deputado Felipe, veja bem, numa fiscalização autorizada pela ANEEL a ARCE detecta um problema no atendimento, por exemplo, que é geral o atendimento. Nessa questão a gente detecta, e aí a gente já aplica a sanção? Não. A metodologia hoje, que chama metodologia é a Regulação Responsiva; você chama Regulação Responsiva, ou seja, a ANEEL determina que a gente abra um prazo de um ano, porque chama Plano de Resultado, dando essa condição para durante um ano ele regularizar. Se ele não regularizar dentro de um ano aí pode sim aplicar a sanção. E é bom que se diga que esse Plano de Resultado, Deputado Guilherme, não só passa durante o ano, às vezes até prorroga, contra a nossa vontade.

Slide - Então assim, dito isso, eu gostaria só para apresentar aqui rapidamente o slide colocando essa última reunião que nós tivemos na ANEEL foi em 2022. O que a gente está apresentando aqui a gente já apresentou para o Presidente na época, eu apresentei em 2020 para o Presidente Pepitone, e

agora para o Presidente Sandoval. Então nós fizemos essa apresentação que a gente vai fazer para vocês agora.

Slide - Olha só. A gente pega no dossiê reportagens, colocando as reportagens de todos os absurdos da ENEL aqui no Ceará, inclusive falando da ANEEL. Eu apresentei para o presidente e toda a diretoria. Isso aí a gente apresentou lá.

Slide - Aí são várias reportagens que a gente coloca, mostrando aí essa problemática da ENEL.

Slide - Aqui a gente apresenta os índices nos últimos dez anos, e a ENEL era uma das melhores e passou para ser a pior. Hoje, entre 53, Deputada Larissa, 53 Concessionárias, a ENEL está em 48º. Não é isso? Olha só, de 53. A gente apresenta isso pra ANEEL. A ANEEL já tem esses dados, mas a gente foi justamente para ser mais incisivo; de melhor para uma das piores do Brasil em dez anos.

Slide - Aí são gráficos mostrando DEC, FEC. DEC é a Duração de Interrupção de Energia Elétrica; FEC é a Frequência de Interrupção de Energia Elétrica, tempo médio.

Slide - Mais reportagens, inclusive reportagens que eu mostrei em 2022 sobre a CPI que já estava, naquela época, se cogitando abrir a CPI. E eu disse lá: Olha, vão abrir uma CPI para a ANEEL. Eu disse: Vão abrir uma CPI. Está aí, mostrando as reportagens sobre a questão da CPI.

Slide - Aí a Aprece. Olha a Aprece (Associação dos Municípios do Ceará), são tantas reclamações dos municípios. O que foi que nós fizemos? Eu cheguei para o Presidente da Aprece, o Doutor Júnior, e disse: Olhe, Doutor Júnior, faça o seguinte...Muitas vezes, Deputada Larissa, eu faço lá como um conciliador. O que é que eu faço? Eu chamo a ENEL, chamo a outra parte e tento conciliar. E o meu papel não é esse, mas eu faço em nome do Estado, em nome da população cearense. E aí eu pedi para a Aprece reunir os prefeitos que têm problemas de ligações, com grande problema de ligação nova. A gente recebeu. Aí a gente montou uma força-tarefa com a Coordenadoria de Energia, o Dickson, de receber os prefeitos; fazer uma ata com o representante da ENEL e dando prazos; apesar de não ser competência nossa, mas era uma forma de pressionar. Algumas deram certo, outras não. Então foram quantas prefeituras? Cinquenta e cinco.

Slide - Aqui demandas do Ministério Público para a ARCE. Nós temos muitas demandas.

Slide - As multas aplicadas. Na verdade, já temos 2022, mas somando dá 58 milhões dos últimos cinco anos, são 58 milhões.

Slide - Aqui já as propostas. Ou seja, se vocês olharem aqui do lado direito a gente já enxerga as propostas que nós apresentamos lá para o presidente e para a diretoria.

-Não aprovação dos Planos de Resultado - foi o que eu acabei de falar desse Plano de Resultado de um ano, e pra gente isso é um absurdo. Isso está é incentivando a ENEL.

-Abertura de Processo de Punitivos com temas com infringência recorrentes;

-Definir metas;

-Aumento de número de fiscalização anuais;

-Não flexibilização de prazos. Eu falei para vocês que a ANEEL às vezes flexibiliza os prazos;

-Maior autonomia decisória para a ARCE. Olha aí, maior autonomia.

Então, tudo isso aqui foi apresentado e foi também apresentado de forma física, ou seja, eu apresentei e protocolei. Está aqui, e vou já passar para o Presidente e para o Relator.

Slide – Então, assim, nós também... Pronto, isso aqui foi a apresentação. Desculpa de não ter disponibilizado, mas é tempo e são 300 folhas em cada um, mas eu posso depois disponibilizar em PDF para vocês, que é muito importante.

Eu vou finalizar aqui para não me estender bastante. Fico à disposição para perguntas, fico à disposição, mas, deixando claro que eu tenho a consciência tranquila, enquanto agente público, enquanto Estado, nós estamos falando de tudo para, Deputada Lia, para não ser pior. Nós estamos fazendo de tudo. Isso eu tenho a consciência tranquila. Os meus servidores, os nossos servidores estão aqui de prova, estão aqui conosco acompanhando tudo, e da mesma forma também inquietos, sem saber muitas vezes o que fazer e a quem recorrer.

Só para finalizar, no começo do ano eu fui chamado no Ministério Público sobre lá o procedimento que eles fizeram. No momento eles colocaram, falaram sobre a fiscalização da ARCE; porque a ARCE não fazia mais fiscalização. E eu pedi até a palavra para o Doutor Manuel Pinheiro, porque o Promotor que fez a investigação, eu disse para ele que, na verdade, com todo respeito que eu tenho à Justiça, até porque eu sou advogado, eu tenho à Justiça, mas era falta de conhecimento da própria ARCE, porque nós não temos essa competência. Nós fazemos hoje um papel, repito, mais por um papel estratégico para o Estado. Porque hoje a ARCE, em termo de autonomia é zero. Eu uso muito um termo... Para esse serviço da energia, para esse serviço, para esse serviço. Eu usei um termo lá, para finalizar, para a ANEEL, que ficaram chateados comigo. Eu usei esse termo e eles botaram a cara feia para mim; ficaram chateados quando eu acabei. Porque eu fui realmente muito, assim, nós fomos, assim, podemos dizer assim, de forma elegante, é lógico, ninguém... de forma urbana, eu coloquei de que a ARCE hoje é uma terceirizada da ANEEL, e eles ficaram chateados, porque é uma terceirizada.

Bem, é isso. Desculpa algum atropelo, mas estou aqui à disposição. (aplausos)

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARMELO NETO (PL): Perfeito. A Mesa cumprimenta Vossa Excelência pela explanação. Agora, o Deputado Guilherme Landim, Relator, terá o tempo que for necessário para formular as perguntas.

Antes disso, eu gostaria de cumprimentar o Deputado Bruno, o Deputado Romeu Aldiguerie a Deputada Lia Gomes que chegaram posterioresa abertura dessa reunião.

Com a palavra nosso Relator Guilherme Landim.

SR. RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): Muito boa-tarde a todos, a todas, a cada um dos deputados e deputadas aqui, em nome do nosso Presidente, dois presidentes aqui hoje, o nosso Presidente em exercício da Assembleia, o Presidente Fernando, e o Presidente em exercício da CPI, o Deputado Carmelo, em nome dos dois abraçar aqui a todos os deputados.

Agradecer aqui a explanação do Presidente Hélio Winston, e dizer que eu me sinto, eu sinto, Deputado Fernando, que a primeira missão desta CPI já foi cumprida agora. E eu peço aqui à imprensa que está fazendo essa cobertura hoje que possa divulgar isso.

O Presidente Hélio acabou de falar que até lá no Ministério Público, que é um órgão fiscalizador, eles foram cobrados por desconhecimento do Ministério Público de quais são os limites de fiscalização que a ARCE tem. Essa mesma impressão eu tinha antes de fazer parte da Comissão Especial, na Legislatura passada, e fui à Tribuna diversas vezes reclamar da falta de fiscalização.

Eu acho que a imprensa do Estado do Ceará precisa começar, a partir de hoje, a mostrar ao povo do Estado do Ceará a realidade desse Contrato de Concessão, de que, infelizmente, não tem fiscalização por parte de quem é responsável por isso que é a ANEEL.

E as regras são, e nós vamos ter a oportunidade de ao longo aqui da CPI poder mostrar isso, as regras são completamente absurdas, é um Contrato que dá àquela empresa que a detentora desse Contrato a condição de fazer o que quiser.

Hoje, aqui, eu trago algumas perguntas, Presidente Hélio, mas muitas delas já foram respondidas pela sua explanação aqui, hoje, mas eu gostaria de fazê-las, para que deixasse registrado aqui, e que a gente possa trazer no Relatório cada um desses pontos que eu acho fundamental.

Eu já queria começar aqui pela primeira que o presidente já respondeu diversas vezes, desde o início da sua fala: *Se a ARCE tem competência delegada para iniciar, de ofício, à apuração de irregularidades ou procedimento de fiscalização de serviço?* E aí, pode responder! Você que sabe. Se quiser...

SR. HÉLIO WINSTON LEITÃO (ARCE): Não, não. Como eu já falei há pouco tempo nós não temos nenhuma autonomia. Para abrir uma fiscalização nós precisamos ter uma autorização da ANEEL, e muitas vezes a ANEEL não responde, enfim, não temos autonomia para o Serviço de Energia, exatamente, para o Serviço de Energia. Todas as outras áreasé competência nossa, é originária. Mas para o Serviço de Energia não temos autonomia.

SR. RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): Só deixando aqui mais uma vez registrado também uma informação trazida pelo Presidente, que a ANEEL, Agência Nacional de Energia Elétrica, tem cinco funcionários para fazer a fiscalização de todas as Concessionárias do Brasil. Para a gente vê o tamanho do problema que a gente está enfrentando no país inteiro.

E aí a segunda, também já foi respondida, mas eu gostaria só de que o Presidente pudesse nos colocar aqui, mais uma vez, a questão dessas sanções:*Que ao verificar as irregularidades, a ARCE possui autonomia e competência delegada para aplicar quais tipos de sanções, e nos casos de aplicação dessas sanções, elas têm sido mantidas pela ANEEL ou não?*

E aí eu gostaria que o senhor trouxesse mais uma vez os números aqui, de quanto foi aplicado de multa pela ARCE e quanto foi referendado ou não lá pela ANEEL.

SR. HÉLIO WINSTON LEITÃO (ARCE): Quanto à questão das sanções, ao fazermos a fiscalização, nós temos aí, inicia-se um processo a partir da fiscalização, e nesse processo se realmente ficar detectado que há irregularidade e não foi corrigida essa regularidade com aquele Plano de Resultado tem a sanção, que a sanção é como a multa; tem outras sanções de interdições, mas não vem o caso: embargos de obras, mas no caso é multa.

Então, assim, vejam bem. Nos últimos cinco anos - tem na última folha que eu entreguei para os senhores, - nos últimoscinco anos, desde 2018 até 2023 a ARCE já aplicou 54 milhões 878.592 e 21, só no ano de 2023 nós aplicamos 23 milhões 347 mil reais. Então desses 58 milhões, como eu falei anteriormente, tem um Recurso para ANEEL. A ENEL tem uma Instância Recursal, e a ANEEL, desses 54 milhões e poucos, quase 55, baixou para 30 milhões e 900 e poucos. Ou seja, o que a ARCE aplicou a ANEEL baixou lá nas decisões deles, no julgamento deles. Então de 50, repetindo, de quase 55 milhões baixaram para mais ou menos quase 31 milhões,

Então, aqui também tem um quadro que a ENEL já pagou. A ENEL já pagou desse valor de 30 milhões que ANEEL baixou, já pagou 26 milhões; já foram pagos 26 milhões. Isso nos últimos cinco anos, Deputado Guilherme.

SR. RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): Eu queria agora, Presidente Hélio, entrar em dois pontos que eu acho fundamentais, por conta da resposta que a ANEEL deu a esta Casa em relação ao Relatório da Comissão Especial da Legislatura passada. E um dos pontos, o principal ponto que o a gente solicitava, era a Declaração de Caducidade do Contrato, por conta dos descumprimentos de cláusulas contratuais. E na resposta que a ANEEL nos deu, ela dizia que de 2021 pra cá a ENEL tinha começado uma melhora de indicadores.

E assim, eu queria voltar a chamar atenção dos deputados, porque, assim, não dá pra gente compreender essa complacência que há dessa Agência com essas empresas porque a ENEL tem um gráfico muito claro, em especial de 2017 até 2021 ela piorou consideravelmente os seus índices. Todos. E aí eu queria juntar aqui para ser mais objetivo, porque eu acho que a sua apresentação já foi muito completa para nós, mas eu queria falar aqui do DEC e FEC, que você já falou que a Duração é Equivalente Interrupção e a Frequência Equivalente de Interrupção de Energia, e do DER e do FER que a Duração Equivalente de Reclamação e a Frequência Equivalente de Reclamação.

Para os que estão nos acompanhando e não sabem o que é isso, são índices que são auferidos pelas Agências e demonstram a qualidade do serviço; se na hora que falta energia ele está chegando rápido; quanto tempo essa energia está levando para voltar; enfim, e também a Duração Equivalente de Reclamação, que é a resposta que ele dá à população, o tempo resposta que ele dá às reclamações da população.

E aí, eu queria, voltando aqui para a resposta da ANEEL, ela esquece completamente a piora que a ENEL teve e só vem falar da melhora. Então quer dizer, não foi feito nada lá atrás quando ela estava só piorando os serviços, aí depois que a Assembleia começou a reclamar, Aprece começou a reclamar, os Relatórios da ARCE e o Ministério Público, Judiciário cearense, aí ela vem falar em melhora. Então para nós isso não cheira bem, e fica evidenciada uma proteção por parte da Agência a essas empresas.

E aí eu queria lhe perguntar. A ARCE tem fiscalizado a evolução desses índices, desses indicadores ao longo desses cinco anos, e se esses índices estão dentro dos limites estabelecidos pela ANEEL, que é outra dúvida e outro questionamento que nós vamos fazer ao longo dessa CPI. Porque nós avaliamos, preliminarmente, que o que é cobrado pela ANEEL é uma coisa que é impossível de não ser cumprida por essas Agências, então, elas dão a condição da empresa prestar um mau serviço, porque a cobrança é muito pequena. E a ARCE tendo constatado melhora ou piora da qualidade desses serviços pela ENEL, eu queria a opinião de vocês, se tem contratado piora ou melhora desses índices.

SR. HÉLIO WINSTON LEITÃO (ARCE): Bem, vamos lá. Como eu já tinha dito anteriormente, a ANEEL é quem determina qual é a fiscalização que nós devemos fazer. Já algum tempo que a gente, e vou mostrar para vocês e também a ANEEL tem esses dados, lógico que eles têm esses dados, eles trabalham e recebem esses dados também; e nós apresentamos naqueles dossiês da gente sobre a questão da piora principalmente do DEC, principalmente, que é a Duração de Equivalente de Energia de Interrupção de Energia na residência ou no comércio. Não está dentro do limite. Não está. Está aqui o quadro, eu vou já mostrar, falar pra vocês que não está dentro do limite. Vou pegar aqui dois últimos anos e mostrar para vocês. A fiscalização não foi nenhuma autorizada para a gente ainda, isso desde 2018, foi à última que a gente fez. Não há nenhuma autorização pra gente fazer uma fiscalização em relação à DEC e FEC.

Apesar de que, aí eu quero aqui só colocar, porque o Dickson aqui me chamou atenção que houve uma pequena melhora da ENEL nos últimos seis meses, mas é pequena e não está dentro dos limites estabelecidos ainda. Há essa pequena melhora.

SR. RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): Então ela não vem nem cumprindo os limites estabelecidos pela ANEEL.

SR. HÉLIO WINSTON LEITÃO (ARCE): Não. Não. Não, e eu vou colocar aqui, por exemplo, o DEC. O FEC, que é a frequência, quanto tempo fica sem energia, na verdade a frequência de perda de energia até que está dentro dos limites, mas quando você fala do DEC, que a duração de energia na sua residência, você passa quanto tempo sem energia, quando falta energia, não está dentro dos limites.

Vamos aqui. O limite estabelecido pela ANEEL, em 2022, foi de 9 horas e 87 minutos. A ENEL ultrapassou, ficou em dez horas e 07 minutos. Ou seja, dentro de um ano cada residência ficou dez horas sem energia, ou seja, acima do limite estabelecido pela ANEEL.

Vamos aqui a 2021, vamos recorrer a 2021. Em 2021 o limite estabelecido pela ANEEL foi dez horas e 4 minutos. A ENEL ultrapassou, ficou 12 horas, uma residência sem energia no ano, 12 horas e 02 minutos. E se eu for para trás, 2021 fez foi piorar. Se eu for para trás,2019 fez foi piorar. Os únicos anos que o DEC ficou dentro dos limites foram de 2016 e 2017. Está aqui o gráfico que eu vou passar para vocês.

Eu espero ter respondido essa questão.

SR. RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): Sem dúvida,Presidente, respondeu. O que nos deixa extremamente angustiados é que nós também estamos apurando isso. Existem denúncias, Presidente Carmelo, de que antes um tempo determinado, eu não sei precisar aqui agora,

antes da avaliação do reajuste para o ano subsequente, se a empresa tiver melhorado alguma coisa a ANEEL lhe dá um bônus para o seu reajuste. Por isso que no ano passado nós tivemos aquele reajuste absurdo de quase 25% aqui, porque A ENEL pega esse tempo, faz lá uma força-tarefa para dar uma pequena melhora nos seus índices e ganha o bônus para aumentar na conta de energia. Mesmo estando fora do índice porque ele demonstrou uma melhora naquele pequeno período. Então, mais uma vez corroborando com a questão de que esse Contrato não tem condições de continuar da forma como está.

Então, seguindo aqui, presidente, a próxima pergunta o senhor também já respondeu; os resultados encontrados pelas fiscalizações da ARCE comprovam ou não a alegação de que a ENEL está melhorando. Que é essa alegação que a ANEEL nos deu para não declarar a caducidade de que a ENEL vinha melhorando. A resposta do presidente aqui acabou de nos demonstrar de que apesar de pequenas melhoras ela ainda continua não seguindo os limites indicados pela ANEEL.

Então. *Que medidas têm sido tomadas pela ANEEL para fazer com que a ENEL Ceará corrige as irregularidades cometidas que infringem essas normas legais estabelecidas? Tem alguma medida que tem sido tomada pela ANEEL?*

SR. HÉLIO WINSTON LEITÃO (ARCE): À medida que eu posso lhe colocar, diante de tudo que eu já falei aqui dessa falta assim, vamos dizer, não vamos dizer falta de esperança não, vamos ter a esperança que é a última que morre, em nome do povo do Ceará, em nome do povo cearense a gente vai mudar isso, esse quadro. Mas, diante dessa missão da ANEEL que a gente entende essa nossa humilde opinião que está falha, e aí até para dizer isso, Deputada Gabriela, eu digo porque como agente público eu não posso me furtar em colocar isso, como agente público eu tenho que dizer, eu tenho que dizer que não concordamos com a metodologia. Com todo respeito que nós temos aos servidores, aqueles que integram a ANEEL.

Então, assim, fiscalizações foram feitas ao longo aqui desses últimos, Deputado Guilherme, desses últimos dois anos, mas como eu coloquei Plano de Resultado. Mais os Planos de Resultados, sempre Plano de Resultado dando à ENEL, através dessa Regulação Responsiva, dando à ENEL essa condição de corrigir as falhas, e nós entendemos que é uma metodologia falha. ARegulação Responsiva está desde que ano? 2016, nós já estamos em 2023. Houve um avanço? Fez foi piorar. Então algo está errado nessa metodologia. Algo está errado.

SR. RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): Ejá emendando uma com a outra. Então, essas sanções aplicadas pela ANEELtêm impactado e não reincidência da ENEL ou apesar das sanções ela continua reincidindo?

SR. HÉLIO WINSTON LEITÃO (ARCE): Sim. Em alguns pontos que nós temos fiscalizações, nós temos aqui em atendimento, em obra; o que mais Dickson? Atendimento, obra, faturamento; o DEC e o FEC. Então, nós temos fiscalizações nesses segmentos. Então se você for prestar atenção, por exemplo, no segmento Atendimento. Apesar das multas que nós já aplicamos, continua, permanece. E eu já fiz inclusive, nós fizemos várias reuniões com a Diretoria da ENEL, e colocando...

Olhe, na hora, eu vou contar um episódio para vocês. Nós estávamos numa reunião com a Diretoria da ENEL, e eu disse: Olhe, eu como consumidor, eu como usuário, eu quero, Deputado Carmelo, abrir o Aplicativo da ENEL, e muitas vezes, rapaz, é uma demora, é uma demora! Não, não pode, presidente! Ah, não pode? Aí eu: pois tá, venha cá, eu vou abrir aqui na mesma hora. Aí depois eles fizeram mandar uma pessoa da tecnologia me ligar para saber o que é que estava acontecendo. Eu disse:Não. Não. Querida, o problema é geral. Entendeu? Olha onde é que a gente chegou.

Então, assim, nesse quesito, como você me fez essa pergunta de reincidência, sim, especialmente no atendimento, nós temos multas mais multas e a reincidência.

Também no quesito, não é,Dickson, de obras. Nós temos muitas ligações, - e eu não estou falando aqui de geração distribuída, que é outro gargalo. Não estou falando de geração distribuída, estou falando de ligações novas nas residências do cidadão, da cidadã, e que a ENEL ainda tem uma bolsa de atraso enorme, enorme, enorme. Nós já chegamos a um caos aqui no Estado do Ceará, qual foi o ano? De 2014/2015, que a Bolsa de Atraso de Ligações estourou, Deputado Romeu, chegando a vinte mil. E aí nós fizemos uma força-tarefa, em que sentido? Vamos aqui abrir fiscalização, a ANEEL reconheceu e a ARCE...

SR. RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): Foi feito, inclusive, eu acho que na resposta a ANEEL cita isso. Foi feito inclusive uma força-tarefa...

SR. HÉLIO WINSTON LEITÃO (ARCE): Pronto. Foi.

SR. RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): ... fazer 95%das ligações novas e, ao longo dos meses...

SR. HÉLIO WINSTON LEITÃO (ARCE): ... Iria diminuindo, né, ia bater nos outros anos. Mas hoje nós ainda temos não como nessa época, não começa a época, mas nós temos ainda hoje uma bolsa grande também de ligações novas que ainda não foram atendidas essas residências ou esse comércio, sem falar na Geração Distribuída, que é um gargalo grande. Geração Distribuídasão lá os fotovoltaicos.

SR. RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): Presidente, para encerrar aqui, fique absolutamente à vontade de responder ou não, eu sei que isso aqui não é uma responsabilidade de vocês,

mas se a Agência se sentir à vontade de colocar aqui, eu gostaria de solicitar uma reflexão, na opinião de vocês, o que a ARCE poderia fazer dentro da sua competência ou trazendo novas competências se assim legalmente for permitido ou fosse permitido, que poderia gerar um impacto positivo na qualidade da prestação de serviço por parte da ENEL.

Mais uma vez eu queria deixar claro isso aqui para a população cearense, de que o intuito de todos nós aqui é único e exclusivamente dar um serviço de qualidade para a população cearense, nada mais que isso. Ninguém está aqui atrás de outra finalidade que não seja o serviço que a população merece. Então a ARCE coloca alguma coisa que possa ser feita, alguma mudança ou algum tipo de autonomia ou legal que vocês possam fazer para que a gente tenha esse resultado final?

SR. HÉLIO WINSTON LEITÃO (ARCE): Bem, eu queria aproveitar essa sua pergunta para deixar assim bem claro até para a imprensa. Nós não somos, respeitamos bastante a Instituição ANEEL. Deixando muito claro isso. Nós respeitamos a Instituição ANEEL, uma Instituição séria, integrantes preparados, qualificados; o quadro é muito bom, nós conhecemos várias pessoas, então deixando muito claro isso.

Agora, na nossa humilde opinião, nós divergimos da metodologia, e nós colocamos isso várias vezes. Eu estou aqui só externando uma coisa que eu já coloquei para eles, e não é um campo de batalha, de jeito nenhum.

Eu deixei claro lá, Deputado Romeu, que nós queremos dar as mãos a eles, de mãos dadas pra gente conseguir reverter esse quadro aqui no Estado do Ceará. Então assim, deixando só claro que eu não estou aqui de jeito nenhum, para de forma nenhuma, metralhar uma Instituição, de forma nenhuma, pelo contrário, tem todo o meu respeito. Agora, não concordamos com a metodologia. A metodologia está aí que está sendo aplicada e já está aí resultado.

Então assim, deputada, é difícil de dizer assim, o que é que tem a nossa a contribuição que nós estamos dando hoje já é bastante, entendo que é bastante importante, e com o tempo já fui refletindo reconhecendo isso, porque imagine se não tivesse a ARCE como é que seria diante tudo isso, e imagine sem a ARCE.

Então, assim, a única coisa que eu diria para os senhores, para as senhoras parlamentares e para os senhores parlamentares é que poderíamos buscar uma ajuda do próprio Governo Federal para que a ANEEL sente, tente modificar ou tente reconhecer essa sua metodologia. ANEEL, como a ARCE é, a ARCE aqui é vinculada a Procuradoria do Estado e a ANEEL é vinculada ao Ministério da Energia. Ou seja, existe um vínculo com o Ministério da Energia, é uma entidade vinculada. Portanto eu creio que

isso poderia sim ter essa rodada, essa conversa, começar aí essa conversa que hoje está só no âmbito de Agência Reguladora do Estado do Ceará e ANEEL.

SR. RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): Presidente, eu quero agradecer aqui as respostas. Eu não tenho dúvida que foi extremamente esclarecedor para todos nós, e vai poder nortear demais as nossas ações a partir de agora. Obrigado. Parabéns pela cortesia e pelo trabalho poder ter nos mostrado tudo isso que está acontecendo aqui com essa empresa. Obrigado.

Satisfeito presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARMELO NETO (PL): Bem, parabenizo o nosso Relator (aplausos) Deputado Guilherme Landim; parabenizo o Presidente da ARCE, Doutor Hélio, pelas respostas.

Agora eu vou formular algumas perguntas, umas aqui eu já identifiquei que já foram respondidas, então já arrisquei aqui, e aí no momento que eu tiver lendo se alguma também já tivesse sido respondida pelo nosso pelo Presidente da ARCE, pelo questionamento brilhante que foi feito aqui pelo Relator dessa CPI, eu também já me sinto satisfeito e contemplado.

Recebi já aqui a inscrição do Deputado Guilherme Sampaio, se algum colega deputado ou deputada... O Deputado Felipe, o segundo a me pedir a inscrição; Deputada Larissa, solicitou? Deputada Lia, terceira; Deputada Gabriela também? Gabriela, quarta; Deputada Larissa, quinta; Deputado Romeu quer fazer alguma pergunta, questionamento? Não!

Então vamos lá. Cada parlamentar...o Relator regimentalmente tem o tempo indeterminado e cada parlamentar vai ter, portanto,quinze minutos. Não existe no Regimento uma previsão, mas nós estamos usando o precedente da última CPI, a CPI do Motim, para definir esse tempo. Então eu vou começar a marcar aqui o meu tempo para elaborar essas perguntas.

Senhor Presidente da ARCE, Deputado Hélio, Deputado Hélio não, perdão. Presidente Hélio. O primeiro questionamento.

Considerando que existem diversos pareceres e relatórios de diversos órgãos, inclusive da própria ARCE, reiterando a má qualidade na prestação de serviço da ENEL e o descumprimento de previsões contratuais, levando em consideração que o contrato firmado com o Governo do Estado do Ceará previu a melhoria contínua dos serviços. O senhor acredita que a concessão deve ser revogada?

SR. HÉLIO WINSTON LEITÃO (ARCE): Bem,a questão da Caducidade da Concessão diante do que nós estamos convivendo, realmente a situação é muito difícil, uma situação muito difícil. Algo mais enérgico tem que ser feito. Não sei se seria a Declaração da Caducidade. Confesso que eu não posso lhe

afirmar, mas que nós deveríamos abrir um processo, no caso a ANEEL, lógico, para verificar essa condição. Se tem essa condição de declarar Caducidade, não tem a menor dúvida. Uma coisa é vocês abrir um processo, outra coisa é você realmente detectar que já pode declarar Caducidade. Declarar Caducidade de uma coisa concessão realmente tem outro lado que são muitas consequências de quem vai assumir. Mas, enfim, uma coisa eu posso te afirmar: A situação que está hoje eu sou a favor que se tomemedida enérgica e se abra sim um processo para verificar a condição de Declarar Caducidade.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARMELO NETO (PL): A ARCE já sugeriu de maneira formal à ANEEL a abertura de um processo ou ainda não?

SR. HÉLIO WINSTON LEITÃO (ARCE): De Caducidade? Não. De Caducidade, não. Nós apresentamos na verdade outras sugestões como já passei aqui, mas especificamente Caducidade, não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARMELO NETO (PL): Pretende fazer?

SR. HÉLIO WINSTON LEITÃO (ARCE): Podemos. Da maneira como está podemos até pensar nessa condição.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARMELO NETO (PL): Ok! *Em algumas fiscalizações a ARCE solicitou formalmente providências para redução das reclamações e a redução do tempo de espera, assim como do tempo médio de espera. A ENEL já apresentou o Plano de Resultados solicitado no Procedimento Administrativo 588974022, que está se encerrando agora neste mês de setembro?*

É um Processo Administrativo que a ENEL precisa responder, no caso, à ARCE, até esse mês de setembro, se não me engano final do mês. Já houve resposta?

SR. HÉLIO WINSTON LEITÃO (ARCE): Qual, só...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARMELO NETO (PL): Vou fazer a pergunta.

Em algumas fiscalizações a ARCE solicitou formalmente providências para a redução das reclamações e a redução do tempo de espera assim como do tempo médio de espera. A ENEL já apresentou o Plano de Resultados solicitado no Processo Administrativo, e aí o número do processo deste ano, que está previsto para ser apresentado em setembro?

SR. HÉLIO WINSTON LEITÃO (ARCE): Já foi apresentado, Dickson? Eu, na verdade, está lá ainda Setor de Energia, mas o Dickson está dizendo que já foi apresentado sim esse Plano de Resultado, o tema Atendimento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARMELO NETO (PL): Certo. Vimos que a ENEL já foi...

SR. HÉLIO WINSTON LEITÃO (ARCE): Podemosdisponibilizar, se o senhor...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARMELO NETO (PL): Perfeito. Perfeito. Seria muito importante, porque foi apresentado já pela ARCE o Relatório de 2022, e no caso seria o deste ano já, é muito importante para essa CPI.

Vimos que a ENEL já foi punido com multas milionárias pela ARCE, apesar do valor ter sido reduzido pela ANEEL. A ARCE cumpriu a aplicação aí dessas multas.

Eu analisei aqui na última página como Vossa Excelência indicou, que as multas que a ARCE sugeriu em torno aí de quase 55 milhões, a ANEEL teria reduzido para 30 milhões e a ENEL teria pagado quase 26 milhões e cem. Esses quatro milhões, em torno de quatro milhões que não foram pagos é algum tipo de parcelamento ou se está em fase de recurso, alguma coisa específica?

SR. HÉLIO WINSTON LEITÃO (ARCE): O Dickson está me lembrando aqui, que na verdade é um desconto de 25% que eles têm no pagamento que é uma lei federal.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARMELO NETO (PL): Pagamento à vista, não é?

SR. HÉLIO WINSTON LEITÃO (ARCE): É.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARMELO NETO (PL): Entendi.Por isso que eles pagam rápido, não é, já é esclarecedor essa informação.

Saberia informar em valores ou percentual qual o orçamento da ENEL é destinado à melhoria dos seus serviços. A ARCE tem competência para fiscalizar essa questão orçamentária de quanto por cento é destinado inclusive para a melhoria dos serviços?

SR. HÉLIO WINSTON LEITÃO (ARCE): Deixa eu só... Nós não temos aqui... Ela apresenta anualmente. Eu posso lhe disponibilizar se o senhor me der um prazo, a gente pode disponibilizar essa questão do orçamento. O que eu trouxe aqui inclusive foi à questão do lucro, e aí os senhores já devem ter a questão da Receita delas eu tenho. Mas nós temos sim no orçamento, só não estamos aqui...ele não está aqui...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARMELO NETO (PL): Qual foi o lucro, presidente?

SR. HÉLIO WINSTON LEITÃO (ARCE): Vamos lá.O lucro, vamos lá, a Receita Bruta, depois a gente chega ao Lucro Líquido, mas a Receita Bruta da ENEL em 2021 foi 12 bilhões 139 milhões; Em 2021 foram 12bie 139 milhões. Em 2022: 12bi e 212 milhões. De 139 milhões passou para 212. O Lucro Líquido 2021: 488 milhões e 587; 2022 pulou para 640 milhões e 570, Lucro Líquido. É o que nós temos aqui. A questão do orçamento eu posso lhe passar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARMELO NETO (PL): É importante, presidente.

Alguns colegas já notaram aqui, acredito que a assessoria também, mas se o senhor puder passar de maneira formal, a CPI agradece.

Além das conclusões expostas, os Relatórios da ARCE que constam no site da Agência, nós tivemos acesso, inclusive tive o cuidado de imprimir e colocar na Bancada para os nobres deputadosos de 2022.

Quais as outras providências podem ser adotadas para a melhoria dos serviços da ENEL na visão da ARCE?

SR. HÉLIO WINSTON LEITÃO (ARCE): É aquele aspecto que já tinha colocado anteriormente. A gente mudar a metodologia, vamos dizer, esse Plano de Resultado, não é nem excluir, mas esse Plano a Resultado, a metodologia não está correta.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARMELO NETO (PL): Metodologia da ANEEL?

SR. HÉLIO WINSTON LEITÃO (ARCE): DaANEEL**.** Eu falo da ANEEL, porque é o seguinte, eu tenho que falar da ANEEL porque eu cumpro as regras da ANEEL. Eu não tenho como estipular aqui metodologia. Aí eu sempre compro com as regras dela. Então assim, essa metodologia que é essa dita Regulação Responsiva, que se chama Regulação Responsiva, é que dá oportunidade ao infrator para que ele regularize num prazo de um ano, para só depois, se não regularizar, abrir um processo de fiscalização, é que nós entendemos que isso aí é o câncer que está sendo dentro dessa metodologia, esse Plano de Resultado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARMELO NETO (PL): Perfeito. Já ficou compreendido aqui por mim que existe uma falha muito grande por parte da ANEEL na fiscalização, na execução, na metodologia, como Vossa Excelência falou.*Agora, no ponto de vista da ARCE, onde é a principal falha da ENEL no Estado do Ceará. A principal falha da ENEL que chega até à ARCE que vocês têm contato aí nesse processo fiscalizatório.*

SR. HÉLIO WINSTON LEITÃO (ARCE): Eu estou aqui perguntando a opinião do Dickson, mas bate a nossa opinião. Na verdade, obras, atendimento, esses dois itens, esses dois itens que...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARMELO NETO (PL): Obras que você diz, a expansão...

SR. HÉLIO WINSTON LEITÃO (ARCE): É, a expansão.Não investe. Não investe, Deputado Romeu. Então, assim, na região do Deputado Romeu, eu já recebi várias reclamações de falta de energia. Nós temos ali uma praia que é turística, é uma praia Icaraizinho de Amontada, que... Olha o que eu já recebi de pessoas de Icaraizinho de Amontada chorando, Deputado Lia, porque perdeu tudo: pousadas, energia que falta. Acaba tudo. Passam dois dias e aí perde tudo, tudo, perde tudo. Um prejuízo

enorme. Então assim, eu fiz várias reuniões inclusive com atas sobre... é investimento. Fizeram um investimento inclusive próximo de uns transformadores, mas ainda não atendeu. Alegam sempre porque a demanda subiu muito turismo, pessoas chegando lá, mas isso tem que se preparar. Isso tem todo um planejamento. Mas, enfim, atendimento e obra.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARMELO NETO (PL): Certo. O senhor mencionou que foi recebido na ANEEL, no caso foi o presidente, o ex-presidente em outro momento oportuno que recebeu vocês dois. *Alguma sugestão da ARCE foi acatada pela ANEEL, pelo menos uma sugestão de vocês?*

SR. HÉLIO WINSTON LEITÃO (ARCE): A primeira, em 2020, foi com oDiretor-Geral Pepitone, e não foi respondido nada. Na segunda vez...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARMELO NETO (PL): Eles respondem via oficio?

SR. HÉLIO WINSTON LEITÃO (ARCE): É de oficio.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARMELO NETO (PL): Se o senhor puder disponibilizar também a resposta.

SR. HÉLIO WINSTON LEITÃO (ARCE): Não respondeu, não respondeu.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARMELO NETO (PL): Não respondeu nada.

SR. HÉLIO WINSTON LEITÃO (ARCE): Não respondeu. Na primeira vez não respondeu. Da segunda, que já foi com o Diretor-Geral agora chamado Sandoval, respondeu, respondeu. Só que respondeu de uma forma dizendo que *não poderia mudar a metodologia, não poderia dar mais autonomia para ARCEporque teria que dar para todas as outras.* Eu posso disponibilizar essa resposta para o senhor. Mas, enfim, não foi... A única coisa que podemos dizer assim que eles aceitaram foi aumentar o número de fiscalização, não é isso Dickson? Não fazer de ofício, mas aumentar o número de fiscalização.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARMELO NETO (PL): Solicitado por eles?

SR. HÉLIO WINSTON LEITÃO (ARCE): Por eles. A gente tinha quepassar pra eles, fiscalizar, o Município de Amontada, por exemplo, tem que passar pra eles, pra que eles acatem e a gente fazer.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARMELO NETO (PL): A última pergunta que eu lembrei, eu vou fazer de improviso. Está acontecendo também uma CPI no Estado de São Paulo, eles também estão questionando a situação da ANEEL e a parceria com a Agência Reguladora que existe na cidade de São Paulo. A ARCE fez algum tipo de contato com a Agência Reguladora do Estado de São Paulo que também está sendo vítima de um processo parecido sobre a ENEL?

SR. HÉLIO WINSTON LEITÃO (ARCE): Na verdade, eu já conversei alguns presidentesde Agências. Eu liguei para alguns colegas, inclusive: Olha, eu não estou aqui querendo fazer nenhum tipo...de reunir todos para ser contra a ANEEL. Eu repito, não é isso. E todos eles compartilharam comigo a angústia que eles estão tendo também, inclusive lá de São Paulo, mas é o mesmo caso. A reclamação é a mesma, principalmente a autonomia e a metodologia.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARMELO NETO (PL): Perfeito. Me sinto contemplado aí com as respostas do Presidente da ARCE.

Agora vamos partir aqui para o primeiro orador inscrito, o Deputado Guilherme Sampaiofará aí seus questionamentos, e em seguida o Deputado Felipe Mota.

SR. DEPUTADO GUILHERME SAMPAIO (PT): Muito obrigado, presidente. Muito boa tarde aos colegas deputados e deputadas. Um agradecimento desde já à colaboração do senhor Presidente da ARCE Hélio Leitão e do senhor Dickson. Uma saudação muito calorosa ao Conselheiro Jardson e a todos que acompanham os trabalhos dessa CPI.

Eu pretendo,presidente, fazer aqui algumas considerações e ao final apresentar algumas questões. Já pediria ao Doutor Hélio e ao Doutor Dickson que tomassem nota, porque eu acho mais produtivo e respondessem em bloco, até porque talvez eu não necessite assim usar os 15 minutos determinados pela presidência.

Então, em primeiro lugar eu queria compartilhar aqui com os colegas deputados e deputadas uma sensação crescente de incômodo em relação à nossa responsabilidade com o povo cearense na condução dessa CPI.

A Assembleia realizou um trabalho qualificadíssimo soba liderança do Deputado Fernando Santana, fazendo um relatório ainda na Legislatura passada, e levantando boa parte das questões muito bem relatadas pelo Deputado Guilherme Landim. Uma série de iniciativas é tomada pelo Ministério Público, pela ARCE, como foi agora apresentado pelo Presidente Hélio Winston Leitão, se somando a essas cobranças que são decorrentes das atribuições de cada uma dessas instituições. Resposta zero da ENEL. Mais à frente a Assembleia dá um passa mais e instala uma CPI. E até aqui esta empresa não tem nenhuma preocupação em dar nenhuma satisfação ao povo do Ceará em função das obrigações que assumiu ao assinar um Contrato de Concessão de Energia. Ou seja, nós estamos diante de uma experiência que merece uma imensa reflexão do Parlamento cearense, a começar do modelo de privatização lá atrás, que foi muito questionado e denunciado inclusive aqui na Assembleia Legislativa.

É muito importante bater nessa tecla porque talvez daqui a pouco nós façamos um novo contrato talvez com outra empresa, e é importante que não se cometa os equívocos que estão na raiz de boa parte dos problemas que estamos vivendo.

Na realidade, esta empresa que não dá nenhuma satisfação ao povo cearense, não faz por uma razão muito simples.Até o ano de 2022 ela estava entre as 110 maiores empresas do mundo. Eu digo 110 maiores empresas do mundo consideradas de capital aberto quaisquer áreas de atuação. Esta multinacional teve um faturamento de 342 bilhões de reais, já convertendo euros para reais 342 bilhões de reais.

Para que a gente tenha a dimensão do que é que isso representa, o segundo maior orçamento público do país é o do orçamento do Estado de São Paulo. Esse orçamento é de 319 bilhões de reais. É com essas pessoas, é com esse interesse, é com essa dimensão econômica que nós estamos lidando, e é por isso que esta empresa não está nem aí nem para o Ministério Público do Estado do Ceará, nem para a Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, muito menos para a ARCE, e com a ANEEL eu ainda estou para descobrir o que é. Faz parte das minhas perguntas aqui, em função do modelo de privatização que estabeleceu no país a partir dos anos 90; sem falar aqui das questões relacionadas aos vínculos trabalhistas que serão objeto da pauta do Sindeletro conosco.

Eu coloco isso, colegas deputados e deputadas, porque essa CPI ela tem uma característica muito singular, Deputado Romeu, muito singular, inclusive ela nos unifica. E o que essa empresa faz, hoje, exige de nós um discernimento muito claro sobre onde é que estamos querendo chegar, qual é a atitude justa. Porque na realidade o que essa empresa está fazendo em função da dimensão da sua atividade para a sociedade cearense é uma chantagem com o povo do Ceará. E essa chantagem, o resultado dela é o envio de centenas de milhões de reais de dividendos para os seus acionistas que estão fora do Brasil. Ela sabe muito bem que substituir uma Concessionária de Energia Elétrica não é algo que se faz do dia para noite sem prejuízo para a sociedade. Esses 12 bilhões de faturamento dela aí, comparado a 342 bilhões é um troco. Ela tem falado inclusive que quer sair do Ceará, e não dá nenhuma satisfação ao seu povo.

Porque eu faço essa introdução, presidente? Porque eu acho que a gente tem que ir buscando o rumo da CPI ao longo do tempo, e um norte que cada vez para mim fica mais claro, é que nós teremos que usar todos os poderes, inclusive os poderes coercitivos que o Estatuto da Assembleia, que o Regimento da Assembleia atribui a uma CPI para botar moral, para dar um freio de arrumação.

Eu fico me achando às vezes um moleque reunido com meus amigos quando eu tinha 12 anos falando mal de alguém de um valentão maior do que eu. É assim que eu estou me sentindo. Todo mundo

se queixando, a gente se reúne porque a ENEL é isso que aquilo é aquilo, o Ministério Público, o Procurador, a Agência Reguladora, todo mundo se queixando da ENEL, todo mundo se queixando do valentão, achando que não pode fazer nada. Será mesmo que não pode fazer nada? Quais são os poderes regimentais de uma Comissão Parlamentar de Inquérito? Qual é a contribuição que essa CPI em especial pode dar à Assembleia Legislativa, ao povo cearense, no que diz respeito à sua capacidade de representar intensamente, exercer o poder popular de representação?

Faça essa introdução, senhor presidente, porque eu acho que é fundamental que no decorrer das nossas seções nós possamos ir identificando progressivamente qual é o norte desses trabalhos, e até aqui, o que eu sei é que o Presidente da ENEL está lá em Nova York nesse momento fazendo uma fala muito bonita num evento internacional sobre novas energias. Enquanto isso tem prefeito desesperado batendo na porta dos deputados todo dia, querendo inaugurar obra sem poder. Enquanto isso tem a população de baixa renda com a luz cortada ou esperando horas e horas, tempo mede de doze horas para poder solucionar uma falta de energia. Então é isso que está acontecendo no Estado do Ceará. E eu acho que a gente tem que ter uma postura a altura deste desaforo. É uma postura que exige respeito ao povo do Ceará.

Feita essa introdução, senhor presidente, eu queria fazer quatro questões aqui aos nossos convidados que deu excelente colaboração, queria parabenizar a ARCE pelo trabalho.A primeira delas é o seguinte, há uma cláusula no Contrato de Concessão que estabelece uma previsão de indenização do investimento vinculado a bens reversíveis que ainda não tenham sido depreciados ou amortizados no caso de término do Contrato.

Segundo o balanço da ENEL essa cláusula, hoje, renderia algo em torno de 4,9 bilhões de reais, investimentos que teriam sido feitos pela ENEL ainda não amortizados, conforme prevê a cláusula décima primeira do Contrato de Concessão e que teria que ser indenizados a esta Operadora, a esta empresa, no caso de término dessa Concessão.

A minha pergunta é: como é que se fiscaliza dentro dos limites da ARCE a realização desses investimentos, porque aí já é desaforo demais, o sujeito fazer o que está fazendo, a empresa agir da forma que está fazendo e ainda tem que ser indenizado em cinco milhões de reais, caso seja declarada a Caducidade ou termine o Contrato. Não é possível.

A segunda questão diz respeito ao fato de que várias penalidades foram aplicadas a essa empresa. Eu queria saber qual é o perfil predominante das falhas que geraram essas penalidades? Qual é o tipo de falha predominante que gerou essas penalidades?

O Deputado Romeu cochicha aqui: É verdade que eles pagam todos em vez de recorrer? Pelo que eu estou entendendo paga, porque isso é troco, sai mais barato pagar. Isso é igual àquele cara que não paga o imposto e fica esperando o Refis, entendeu? Aquele cara somos nós, às vezes, não paga o imposto e fica esperando o Refis porque sai mais barato. É melhor descumprir as obrigaçõesdo que pagar o imposto em dia. Então é o que eu estou entendendo.

Bom, o perfil das autuações realizadas pelas ARCEs nos últimos anos já foi explicado aqui, já foi dito. Eu queria fazer uma pergunta parecida com a do Deputado Carmelo, parece uma pergunta ingênua, mas eu acho que é uma pergunta que a CPI tem que responder em algum momento. É o seguinte, a ARCE tem suas atribuições e seus limites. A CPI, a Assembleia tem suas atribuições e seus limites. Na visão de um operador do sistema, de um controlador, de um regulador, de operador do direito, qual é o melhor caminho para o Estado do Ceará ou para a própria Assembleia Legislativa dentro dos limites que ela tem no que diz respeito a circunstancia atual? Porque para mim essa descrição que eu fiz inicialmente que qualifica o quadro que nós temos. Qual seria uma sugestão de um caminho produtivo para os trabalhos dessa CPI?

E por último é uma pergunta mais conceitual, Dr. Hélio, e diz respeito ao modelo de Regulação dos serviços concedidos, esse modelo é concebido nos anos 90 com o predomínio da doutrina neoliberal, várias empresas públicas são privatizadas e se institui o modelo de Agência de Regulação como um modelo ideal e utópico, modelo que em tese protegeria a população, protegeria o interesse público, protegeria a qualidade do serviço. Não me parece que isso é o que predomina, pelo menos no que diz respeito a alguma situações soba Regulação de Agências Nacionais como é o caso da ANEEL.

Então sobre esse modelo, qual seria um caminho de aprimoramento, uma vez que eu acredito que também idealmente não se vai retroceder no caminho de algumas privatizações já feitas no Brasil, qual seria um caminho de aperfeiçoamento desse modelo de Regulação em vigor no país? Eram essas as questões. Muito obrigado pela atenção.

SR. HÉLIO WINSTON LEITAO (ARCE): Bem, vamos lá, Deputado Guilherme. A primeira pergunta sobre a questão da cláusula de investimentos não amortizados. Nós temos na própria tarifa que a ANEEL, aqui é uma matéria em nível federal, a ARCE não tem nenhuma participação, mas em nível da ANEEL quando do processo tarifário já há uma previsão dentro do processo tarifário já tem com essa previsão dessas amortizações, desses investimentos. Então isso já vem dentro do próprio processo tarifário, já é dentro dessa regra.

As infrações, os tipos que o senhor pede, nós temos aqui, principalmente eu já coloquei no início: atendimento. Atendimento é a das infrações principais que nós temos; ligaçõesda rede que são ligações novas, e também questão de faturamento. São essas três, podemos assim colocar, carro-chefe de reclamação e também de infração, de aplicação de multa.

Se eu for muito assim, se o senhor quiser que eu me alongue eu estou à sua disposição.

Então a sua terceira pergunta, o senhor coloca sobre a nossa opinião, eu vou falar logo da terceira pergunta e da quarta que para mim dá para eu responder das duas. A opinião sobre a Concessão, como é que melhora e o aperfeiçoamento no modelo de Regulação. Eu penso, e aí a gente já detectou, e aí me permita em colocar que isso é um problema de Concessão no país, esse modelo de Concessão no país. Quando a gente vem detectar que nos últimos anos, quando a Concessionária não vislumbra uma renovação da Concessão há uma diminuição muito grande nos investimentos. Se o senhor prestar atenção, o senhor vai ver que nos últimos cinco anos, próximo agora, já do fim da Concessão é que eles diminuíram bastante os investimentos, e isso traz o quê? Não investimento na rede e traz toda essa problemática.

Então a meu ver a questão do Modelo de Concessão eu vou mais além, eu falo do Modelo de Concessão no geral tem que ser revista essa questão de investimento até o final da Concessão. Nós nos deparamos também com outras Concessões inclusive na Arena Castelão que nós fizemos a Regulação, também houve esse problema. Então é um problema no Modelo de Concessão. Então a revisão tem que ser aí, temos que rever, aí é Governo Federal, é União, o Poder Legislativo Federal que eu vejo que teria que avaliar a revisão da nossa Lei 9.487, se eu não me engano, trata da Concessão das Permissões, e aperfeiçoamento do Modelo de Regulação. Eu diria aí então tenho nem dúvida de mudar esse Modelo de Regulação Responsiva. Tem que mudar. Ou seja, oportunidade de você corrigir uma infração, você dá dentro daquele prazo razoável, dentro daquele prazo que se você tiver reincidência você não cabe mais nem prazo, e não é isso que está acontecendo.

Então, o que nós entendemos é que esse Modelo de Regulação Responsiva não cabe, não comporta mais, e nós precisamos de um novo modelo que não haja esse Plano de Resultado. Aí você vai me perguntar: Será que só a multa vai ter efeito? Creio que não. Só a multa não teria efeito, mas você pode fazer, trabalhar de uma forma bem com antecedência, uma forma, vamos dizer assim, consultiva, uma forma de você avaliar esses índices, detectar, se tiver índice negativo e já acender a luzinha amarela para quê? Para quem não haja a fiscalização, a multa, e já detectar lá para concessionária. É isso que eu entendo na minha humilde opinião que poderia ser feito dessa forma.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARMELO NETO (PL): Perfeitamente. A Mesa cumprimenta o Deputado Guilherme Sampaio pela execução do seu questionário, e cumprimenta o Dr. Hélio pelas respostas. Agora, em seguida seria o Deputado Felipe Mota que permutou com a Deputada Gabriella Aguiar, terá o tempo de 15 minutos.

SRA. DEPUTADA GABRIELLA AGUIAR (PSD): Boa tarde a todos. Primeiro agradecer ao senhor Hélio Leitão pela disponibilidade, pela presteza. Cumprimentar a todos os colegas deputados no nome das Deputadas Lia Gomes e Larissa Gaspar.

Eu vou fazer as perguntas também em bloco porque eu acho que vai dar um andamento melhor. Serão três blocos de perguntas. O primeiro é: *O senhor explicitou os Lucros Líquidos bilionários da ENEL, podemos dizer que o Ceará foi generoso com a empresa. Houve algum retorno social? Quais os investimentos que a ENEL fez, investimentos sociais que a ENEL fez no Estado do Ceará? Houve alguma fiscalização sobre cumprimento dos investimentos sociais da ENEL?* Vamos fazer primeiro esse bloco.

SR. HÉLIO WINSTON LEITAO (ARCE): Bem, boa pergunta, inclusive nas reuniões que nós tivemos lá atrás, eu como Presidente da ARCE, eu acho que eu já peguei bem uns quatro Presidentes da ENEL; já peguei italiano, enfim, então das reuniões lá atrás, de outros presidentes, uma coisa que eu lembro como se fosse hoje, eu disse: Vocês precisam humanizar a ENEL. Vocês precisam humanizar a ENEL, e para humanizar a ENEL vocês precisam investir no social. Vocês precisam estar mais próximos do cidadão, não só a cobrança, mas vocês precisam chegar próximo ao cidadão para entender melhor toda essa questão da energia no Estado. Foi o primeiro ponto que eu coloquei lá.

Esses investimentos sociais, nos últimos anos, nós temos realmente conferido que a ENEL tem alguns programas como a da questão da geladeira, mas o que eu posso te dizer que a fiscalização não está sendo feita porque a ANEEL não determina essa fiscalização na questão dos investimentos sociais.

Eu quero aproveitar a sua pergunta e colocar aqui para os deputados que nós temos no Contrato de Concessão,- eume esqueci de colocar, - no próprio Contrato de Compra, na verdade foi no Contrato lá de Compra e Venda, Deputado Felipe, da Coelce, à época, ficou lá no Contrato uma cláusula do Plano de Investimentos, ou seja, percentual do faturamento da Coelce, hoje, ENEL, deveria ser um percentual que é auferido pela ARCE e fiscalizado pela Seinfra, esse percentual tem que ser aplicado em obras públicas.

Nós fizemos aqui um levantamento, eu trouxe aqui para os senhores, nos últimos cinco anos quase 300 milhões de Plano de Investimento, (o PI), e há sim uma problemática nessa aplicação. Eu não

sei te dizer quantos eles já cumpriram, não posso dizer, porque quem faz essa verificação é a Seinfra, mas em contato com a Seinfra, a Seinfra: eles não cumprem. Não posso dizer o valor exato que eles não cumprem, mas é uma problemática grande. Mas, enfim, espero ter lhe atendido.

SRA. DEPUTADA GABRIELLA AGUIAR (PSD): Então a gente pode dizer que eles tiveram um Lucro Líquido milionário e que eles não cumpriram com investimentos sociais da maneira como a gente esperava, de uma maneira humanizada e próxima do cidadão cearense.

E aí o senhor tocou num ponto que é importante. A gente está numa Casa Legislativa, existem vários deputados federais também sensíveis a essa causa; a ARCE foi criada através de um decreto federal, o convênio foi estabelecido em 99; a gente sabeque essas legislações precisam mudar em nível federal, e que a gente está aqui, cada um, também disposto a fazer esse movimento com a bancada cearense federal. Acho que a gente precisade cópias desse convênio para ver como a gente pode legislar; apresentar ao povo do Ceará de fato o que a ANEEL delegou para vocês a ARCE porque foi muito importante, no início da sua fala, você realmente esclarecer o que vocês conseguem fazer ou não. Mas aí eu acho que a gente tem que ir adiante: é a gente pegar esse convênio; é a gente legislarcom a nossa bancada federal, para que a gente possa, de fato, trabalhar lado a lado.

Eu acho que esse problema agora que a gente está vivendo precisa que o MP trabalhe ao lado da Alece, que trabalhe ao lado da ARCE e que todo mundo encontre uma solução.

Acho que vou fazer um Requerimento, Presidente Carmelo, se vocês puderem apresentar, acho que seria muito bom.

E a última pergunta. Os relatórios até aqui apresentados pelo Ministério Público, pela ARCE, pela Assembleia datam entre o período de 2013 a 2022. As principais inconsistências da ENEL estão relacionadas ao atendimento e obras. A ANEEL refere que houve uma melhora, baseados em dados de até outubro de 2022. Nós estamos chegando a outubro de 2023. Nós já temos dados para analisar desse período de outubro de 2022 a outubro de 2023, setembro de 2023, para que a gente possa levar essa CPI; esses deputados levar lá e apresentar e ter uma resposta do presidente da ANEEL?

SR. HÉLIO WINSTON LEITÃO (ARCE): Sim. ODickson está até me colocando aqui que nós temos Relatórios trimestrais. Sim, com certeza já tem; já dá para ter todo um retrato de outubro a cá, até agosto, porque setembro não finalizou, de realmente como é que está hoje essa situação. Repito, realmente pelos nossos dados, pelo nosso acompanhamento houve uma pequena melhora, mas nada ainda dentro de uma melhora dentro da situação que está hoje não está ainda dentro dos limites aceitáveis de forma nenhuma.

SRA. DEPUTADA GABRIELLA AGUIAR (PSD): Muito obrigada. Eu vou fazer um Requerimento também pedindo esses dados, para que a gente possa marcar uma audiência com todos os dados realmente estratificados, e que a gente tenhauma força. Eu acho que essa CPI deve ir junto com a ARCE ao Presidente da ANEEL. Muito obrigada pelas explicações.

SR. PRESIDENTE DEPUTADACARMELO NETO (PL): A Mesa cumprimenta Vossa Excelência, Deputada Gabriella, pela formulação das perguntas, e Dr. Hélio pelas respostas.

O Deputado Bruno Pedrosa também está inscrito. E agora, o próximo orador é o Deputado Felipe Mota que vai formular seus questionamentos. A palavra por 15 minutos.

SR. DEPUTADO FELIPE MOTA (UNIÃO): Senhor Presidente Carmelo, senhoras e senhores deputados, imprensa que aqui está, servidores. Eu, praticamente, vou fazer aqui, pedir vênia ao Presidente da ARCE para nós fazermos uma espécie de pinga fogo, que fica mais rápido, para nós podermos melhorar a cabeça do cearense.

Assim como o Deputado Guilherme Sampaio, eu me sinto lesado com que tudo o que eu tenho visto. Eu vejo que, por muitas vezes, nós temos uma legislação que nós estamos indo aí para 30 anos de legislação, em 2028 nós vamos para quase 30 anos de legislação. Ou seja, será que nesses 30 anos eles não tiveram a fazer essas modificações?

E aqui eu faço algumas perguntas que são perguntas que estão vindo das praças, das feiras, das ruas, aqui, para dentro da CPI. O que é que tem? Essa mudança de faixa do CadÚnico, que chegou a informação aqui que diversas famílias, famílias que recebiam praticamente um auxílio governamental, o governo fazia essa contribuição e hoje eles deixaram de estar na faixa do CadÚnico para estar em uma outra faixa. Me explica só como é que é visto isso pela ARCE para eu não estar reverberando informações que não são verídicas.

Eu vi na televisão, essa semana, a ENEL divulgando que essas cento e poucas mil famílias, cento e treze mil famílias teriam que entrar no que Vossa Excelência acabou de dizer que teve dificuldade no tal do sistema da ENEL. Imagina se o senhor, que é o Presidente da ARCE, na frente da diretoria, não é, porque o senhor tem a fé pública de mostrar o seu telefone, a sua parte privada, que não estava a contento, o senhor imagina um cidadão que por muitas vezes ele não ele não consegue ter uma internet nem 3G no interior do Estado. Não estou falando de 4G não que é aqui, lá na minha fazenda, no interior do Estado, é 3G. Então a dificuldade que ele tem muito maior de acessar tudo isso.

Eu queria que o senhor me respondesse em relação a essa mudança de faixa, que é muito importante, para nós falarmos nas rádios, nas entrevistas, explicar para a população o que são essas

cento e treze mil famílias que tiveram essa mudança de faixa? Primeira coisa. Depois eu vou com mais duas aqui.

SR. HÉLIO WINSTON LEITÃO (ARCE): Deputado Felipe, inclusive nós abrimos um Processo Interno porque foi um dos pontos que o Ministério Público ao nos chamar e provocar a ARCE, no começo do ano, mais ou menos, foi essa questão, e entra também numa questão de que a Tarifa Social reduziu muito o número de Tarifa Social, que aí acendeu aí uma desconfiança para o Ministério Público, e nós abrimos lá um Processo Interno de Fiscalização. Estamos tramitando. Estamos em Processo de Apuração, processo de tratar os números.

Mas o que eu posso colocar é o seguinte: há sim, se você for pegar alguns elementos no Nordeste, em termos de número de Tarifa Social, e aí eu creio que encaixa no que o senhor está colocando. O Estado do Ceará é muito baixo em relação a outros estados do Nordeste, entendeu? Então a gente tem que verificar realmente o que é que está acontecendo. A ENEL se defende dizendo que não, que já aumentou; que houve no último ano ou foi nos últimos dois anos um aumento dessa Tarifa Social, da camada que se inclui na Tarifa Social, mas para nós ainda há uma distorção. E a gente precisa...Eu não estaria agora confortável para lhe responder, porque nós estamos ainda num Processo de Apuração.

SR. DEPUTADO FELIPE MOTA (UNIÃO): Ok. A segunda pergunta. Vossa Excelência foi de uma firmeza em relação ao PI, ao Plano de Investimento, ao PI interligado à Secretaria de Infraestrutura. No governo do Governador Cid Gomes foi um dos grandes problemas que nós tivemos. Eu estava no Estado, eu estava na Secretaria de Turismo do Estado, e nós queríamos fazer a ligação, a subestação do Centro de Eventos do Estado do Ceará, e nós estávamos querendo usar recursos, parte desses recursos o Governador Cid estava querendo fazer o uso porque ele estava fazendo a subestação para poder investir no turismo, no emprego e tudo isso, ele teve a melhor das boas vontades. Sabe o que é que aconteceu? Ele não conseguiu fazer com o Plano de Investimento. Ele teve que tirar dos cofres do Estado para poder pagar a subestação do Centro de Eventos.

Então, quando você falou do Plano de Investimento, eu pergunto ao senhor, que é a segunda pergunta, esse Plano de Investimento é fiscalizado exclusivamente pela Seinfra e pelo TCE, ou ele tem que ter alguma anuência de Vossa Excelência?

O que eu percebo, e fiquei até, me desculpe à sinceridade, mas, praticamente, na área da energia elétrica aboliram a ajuda ou a contribuição da ARCE; parece que os senhores são meros repassadores de Relatório para eles; eles ficam na questão de sempre decidir lá em cima, usando, por muitas vezes, o trabalho de vocês, a luta de vocês, os especialistas que tem lá. Mas esse Plano de Investimento passa

alguma coisa por vocês?Porque é uma preocupação, só para os cearenses saberem: Esse Plano de Investimento se relata a 1%, 1% da Receita Corrente Líquida. Tem uma distribuição, ele tira lá o Bruto, tira as Despesas, 1% desse Investimento, que é o que o presidente disse, ele seria para fazer uma extensão de Rede para a gente poderlevar uma indústria, uma nova subestação para acabar com problema que o presidente falou aqui lá no Icaraizinho que passa seis, oito horas por muitas vezes sem energia, nós poderíamos fazer uma nova subestação, inclusive foi inaugurada uma subestação recente naquela região de Itapipoca, de Icaraizinho, e vai dar uma melhorada daqui a pouco, vamos ser honesto também para não estar só apontando o dedo, não é presidente, vamos ser corretos.

(Comentário fora do microfone).Pronto. Isso. Nós não sabemos se vai conseguir atingir porque vem de muito tempo, mas vamos ser honestos, eles também estão lá aplicando.

Agora, o que nós queremos saber, nós deputados que somos fiscais do povo, que temos a obrigação, que levamos a pancada lá na base, como diz, é o seguinte: Esse Plano de Investimento se tem, um exemplo, no ano, 300 milhões, um exemplo, tem 300 milhões, existe o Cogef (Coordenadoria de Gestão Financeira) que discute todas as questões de Planejamento e Financeiro do Estado do Ceará. Será que esses 300 milhões foi alguma vez levado para o Cogef, para a Secretaria de Planejamento, para o governador, para o secretário de Desenvolvimento Econômico, para o secretário de Infraestrutura definirem o que seria melhor para o nosso Estado e não ficar na mão deles?Então, essa é uma pergunta.

Quantos?Acho que já há bi, porque nós somos aí Investimento de 300 por ano, se você pegar aí quatro anos já dá um bi e 200 milhões de reais. Será que eles estão fazendo esse Investimento? Será que o TCE tem uma força perante isso? São perguntas que na cabeça do imaginário do cearense, o que é que ele imagina? Não, pegaram esses 300 bilhões, desapareceram, não querem fazer encontro de contas. Vocês é que são os trouxas da história, os deputados. Então será que é por aí?

Eu pergunto aVossa Excelência: Esse Plano de Investimento me diga como é que hoje é fiscalizado? Por favor.

SR. HÉLIO WINSTON LEITAO (ARCE): Bem, deputado, e aí, essa problemática que eu vou lhe colocar agora já é de todas que nós estamos discutindo aqui. São Contratos antigos. Na época desses Contratos de Concessão a ARCE estava acabando...na verdade, eu disse aqui para vocês, no início, que a ARCE só surgiu por causa da privatização da Coelce. Então, assim, você imagina que naquele momento, há muito tempo atrás, a ARCE surgindo, a Regulação, na verdade, a Regulação surgindo no Brasil. A ARCE foi uma das primeiras Agências Reguladoras do Brasil.

Eu queria, até aqui, aproveitar, se os senhores me permitirem, que várias Agências vêm visitar a ARCE porque a ARCE é uma Agência referência. Ontem mesmo recebi a Agência de Mossoró. Eu recebo várias Agências. Então, assim, a ARCE foi uma das primeiras. E naquela época tinha acabado de fazer essa Concessão, então, assim, estava tudo muito no início. Então, eu vejo que esses Contratos são muito frágeis por isso. Hoje, com certeza, não era para existir isso.

Então, nesse Contrato de Compra e Venda ficou essa questão do Plano de Investimento, como o senhor bem colocou de 1% do faturamento do Lucro Líquido, do faturamento, desculpa.

E como é que nós fazemos, como é que ficou no Contrato. O Contrato ficou, houve um depois, na época era a Secretaria de Transportes que hoje é a Seinfra, eu estou aqui, está aí nesse caderno, um Convênio com o Estado justamente para a Seinfra, hoje, ficar responsável por esses Planos de Investimentos, desde que a ARCE faça todo o Relatório - que aqui nesse caderno tem e eu posso disponibilizar para o senhor também, - todo o Relatório; tem Parecer; tem votação no Conselho, do valor que nós encontramos.

Diante desse problema, e aqui eu quero ser muito justo, e eu lembro que o Secretário Maia Júnior, na época do Governador Camilo, era muito inquieto com isso, muito inquieto mesmo, porque como é que um Plano de Investimento, os valores ele queria, como o senhor passou, na época lá, no Centro de Eventos, ele passava como muitos também, por muitas obras, e não conseguia fazer com que a ENEL fizesse a parte dela, diante tudo isso tive até uma reunião, à época, com o Governador Camilo, e ele exigiu, pediu de forma muito enfática, que a ARCE abrisse um Processo. E, na verdade, nós discutindo internamente, abrimos um Processo, e hoje nós estamos com esse Processo perto de concluir, que é esse Processo de Fiscalização nos Planos de Investimentos.

Nós vamos detectar, realmente, desses últimos cinco anos, e aí o encaminhamento, provavelmente, o encaminhamento será...vamos enviar aqui para vocês, vamos enviar para o Ministério Público, vamos enviar para o TCE. Nós estamos perto de finalizar.

SR. DEPUTADO FELIPE MOTA (UNIÃO): Uma sugestão seria, nesse Plano de Investimento, que o Estado recebesse da ENEL era o Plano de Investimento numa conta. Ele faz o ano anterior, digamos, 2023, depositasse, em janeiro, o dinheiro, numa conta da Secretaria de Infraestrutura para que o Governo do Estado defina o que é que tem que ser para ele. E aí o governo licita, organiza. E não essa história de Plano de Investimento que era feito por muitas vezes para não se ter a Licitação, para demorar, porque o privado vai mais rápido. Sempre venderam isso: que no privado vai mais rápido. Essa coisa toda. Só que aí ele não fazia.

E a última pergunta é o seguinte: esse dinheiro das multas que Vossas Excelências aplicaram aqui que a ANEEL deu esse desconto, esse recurso ele fica na esfera federal ou ele fica na esfera estadual ou tem uma porcentagem federal, uma porcentagem estadual? Eu queria saber como é,eu queria entender isso aí.

SR. HÉLIO WINSTON LEITÃO (ARCE):Não fica nada para o Estado. Tudo é federal. É uma conta que o Dicksonaté me lembrou aqui, é lá para o Conselho de Desenvolvimento Energético, uma conta de Desenvolvimento Energético. Então fica tudo federal, não é conosco.

Eu vou dizer mais além para os senhores e para as senhoras, a ARCE, na verdade, muitas vezes, paga por fazer o serviço, porque o que nesses Contratos de Meta que a ANEEL paga para a ARCE não dá para a gente arcar com nossos Custos, que é outra que eu coloquei da reunião, na sessão do Conselho, que também me inquietava e me inquieta também. Mas, enfim, não ficamos com nada.

SR. DEPUTADO FELIPE MOTA (UNIÃO): Só lhe agradecer. Eu já concluí. E peço a Vossa Excelência que esses documentos, tanto esse do Plano de Investimento, esse do Plano de Investimento como esse da mudança de faixa nós temos até na Ação do Ministério Público essa da mudança de faixa, seria importante para nós tomarmos algumas medidas com a ENEL, não agora, vai ser vai ser no decorrer, ao longo da CPI, mas é de suma importância para todos nós. Se já tiver aqui, depois a gente cerca todo mundo as informações lá na sala da CPI. Obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARMELO NETO (PL): Inclusive, eu gostaria de fazer uma solicitação ao Presidente Hélio Leitão. Esse caderno que nos foi entregue a mim e ao relatorDeputado Guilherme, se ele pudesse ser solicitado de maneira virtual, um PDF, alguma coisa do tipo, que a gente caminha no grupo da CPI para os assessores, para os deputados. Passar para ele. Perfeito.

SR. HÉLIO WINSTON LEITÃO (ARCE): Se o senhor me permitir, presidente, eu vou disponibilizar ainda hoje.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARMELO NETO (PL): Perfeito. Perfeito. Eu encaminho no grupo da CPI e todos têm acesso.

Agora parabenizo o Deputado Felipe pelas perguntas e ao Dr. Hélio pelas respostas, professor, e também a Deputada Larissa Gaspar fará seus questionamentos agora, em seguida o Deputado Bruno Pedrosa, em seguida a Deputada Lia, e aí não havendo mais nenhum questionamento a gente encerra a reunião de hoje.

Deputada Larissa, tempo de 15 minutos para Vossa Excelência fazer os questionamentos.

SRA. DEPUTADA LARISSA GASPAR (PT): Muito boatarde a todos e todas. Saudar aqui os colegas deputados em nome do Presidente em exercício Deputado Carmelo Neto. Saudar aqui o Presidente da ARCE Hélio Leitão. Saudar o Conselheiro Dr. Dickson; cumprimentar também aqui os companheiros do Sindeletro que tem uma importância também nessa CPI, para trazer para nós o olhar dos trabalhadores. A gente solicitou também a oitiva do MAB, que é o Movimento dos Atingidos por Barragem, que lutam contra a privatização das águas e da energia. Então é um sujeito também importante de ser ouvido assim como a Secretaria de Infraestrutura que também faz um acompanhamento de parte do Contrato.

Ouvindo aqui o Hélio fazer a sua explanação, eu sou servidora municipal aqui do Município de Fortaleza, sou Fiscal de Controle Urbano e era da ACFor, Agência Reguladora do Município, e eu sempre critiquei muito o órgão porque ele comparado com a ARCE é bem desestruturado; os profissionais não são mandatários, então é uma instabilidade, você fica a mercê da nomeação do gestor de plantão, e ser mandatário já dá uma estabilidade para que você possa bem exercer as suas funções sem ter preocupações com retaliações, ou de ter que servir interesse de fulano e cicrano.

Então, mas de uma forma muito esquisita e contraditória, como Fiscal de Controle Urbano, lotada lá, fiscalizava Contrato de Concessão da Cagece, a gente tinha total autonomia para definir as nossas fiscalizações. Eu mesmo, como Fiscal, era subordinada, obviamente, ao diretor da minha área, Diretor de Saneamento, mas eu tinha absoluta liberdade para definir os locais que eu iria fiscalizar. Se eu viesse do meu deslocamento de casa para o trabalho e visse um extravasamento de um Posto de Visita, eu reportava para o meu superior que gostaria de fazer uma fiscalização, porque vi um problema ali, in loco, e a gente tinha total liberdade, e contava com esse apoio do nosso diretor para realizar esse procedimento fiscalizatório.

Chocar a população do Estado do Ceará e choca a nós parlamentares, e eu acho que é muito frustrante para os servidores, para os Conselheiros da ARCE estarem num órgão de Regulação onde você não tem autonomia para fiscalizar o detentor do Contrato de Concessão do serviço concedido, principalmente quando a gente está falando de um serviço essencial como é a energia.

Pode contribuir, conselheiro. (Fora do microfone).Sim, vocês têm essa autonomia...para fazer a fiscalização. Pois é. Eu fiz esse preâmbulo porque a gente espera, enquanto parlamentar, assim como a sociedade espera da Agência Reguladora, e vocês que estão na Instituição, que haja essa liberdade de atuação para todos os serviços concedidos. E aí fica muito nítido aqui que a gente se sente impotente.

Como foi colocado que a ARCE tem essa parceria, essa subordinação, vamos dizer assim, à ANEEL, e ela, por sua vez, vinculada ao Ministério de Minas e Energias, e colocada aqui reiterados vezes que essa metodologia na Regulação, nesse sistema responsável, que se chama Regulação Responsiva que, na verdade, parece assim uma Regulação Permissiva, conivente com os equívocos da Concessionária, eu entendo que a gente deva se reportar ao próprio Ministério das Minas e Energias.

Eu queria trazer isso como uma sugestão aqui, para a CPI, e queria ouvir do Presidente da ARCE se esse seria um caminho, porque está aqui, pelas colocações feitas por vocês, que todas às vezes onde se reportou os diversos problemas na prestação dos serviços concedidos à ENEL, se reportou isso à ANEEL, não se ouve uma resposta, muito pelo contrário, houve uma conivência da Agência Nacional com os vários problemas constatados, inclusive com a redução das multas é que se conseguiu aplicar, com muita dificuldade, tendo que esperar um ano, depois de diagnosticado o problema, para que a fiscalização e, consequentemente, a autuação com a multa pudesse ser efetivado.

Então eu pergunto se esse seria um caminho também viável da CPI solicitarjuntoao governo federal, junto ao Ministério de Minas e Energias, um momento para tratar dessa metodologia que a ANEEL está colocando para a ARCE e para outras Agências em todo o país, e que está dificultando, está muitas vezes obstacularizando, que a gente consiga a prestação de um serviço público eficiente, não só para os munícipes, mas para as próprias gestões que não conseguem, como foi dito aqui: inaugurar obra, entregar um hospital, serviços que são de extrema relevância para a garantia da vida, inclusive das pessoas, e você não consegue entregar uma obra porque a concessionária não faz a ligação da energia.

Então acho que além das várias Instituições e Órgãos que a gente está propondo aqui abrir um diálogo para encontrar uma solução, eu penso e perguntar ao presidente se esse seria um caminho: se reportar ao Ministério das Minas e Energias?

SR. HÉLIO WINSTON LEITÃO (ARCE): Sem dúvida. Eu tinha até, Deputado Larissa, na minha fala anterior, há pouco tempo, eu tinha dito sobre essa questão do Ministério, até porque, veja bem, você tem uma CPI, hoje, também em São Paulo. Então, o Ministro de Minas e Energias, com certeza que a ANEEL é vinculada, é um órgão vinculado ao Ministério de Minas e Energias, ela deve sim, sem dúvida nenhuma, tomar um posicionamento que não é um problema só no Ceará, é um problema também num dos maiores estados do Brasil que é São Paulo.

Então, assim, é uma coisa que já, daqui a pouco, onde a ENEL esteja vai ficar generalizada. Então, eu não tenho dúvida que uma Agenda e, evidentemente, de uma forma mais enfática do que é que deve ser, apresentando sugestões como nós apresentamos aqui para a ANEEL, eu não tive essa

oportunidade de apresentar para o Ministro das Minas e Energias, eu só tive a oportunidade de apresentar para a ANEEL,até porque eu não quis, vamos dizer, atropelar esse caminho, mas sem dúvida.

SRA. DEPUTADA LARISSA GASPAR (PT): Então acho que nós aqui, dentro da autonomia da CPI, podemos, presidente, fazer essa solicitação de uma audiência com o Ministério, para tratar dessas questões, para que a ARCE possa ter mais autonomia no seu papel de fiscalização e de garantia da prestação adequada desse serviço público que é essencial.

E aí, só uma colocação, não seria uma pergunta, mas para contribuir também no que foi trazida na fala da colega Deputada Gabriela, dessa responsabilidade social da ENEL. A gente tinha um aporte aqui considerável não para ela, considerava para nós, de recursos para Investimento na Política Cultural do Estado do Ceará, e era feito pela ENEL, principalmente dentro da Lei do Mecenato, ela era uma das principais empresas que contribuía para fomentar diversas ações culturais, que eram aprovadas pela Lei do Mecenato, sobretudo, os Festivais de Cultura que acontecem em todas as regiões do Estado do Ceará, a exemplo do Festival de Jazz & Blues de Guaramiranga, para citar apenas um. E com esses entraves, com essa notícia da possível venda da empresa, esses recursos deixaram de ser aportados, e houve um prejuízo grande para a realização desses festivais que estão em risco. Não fosse a chegada e a aprovação da Lei Paulo Gustavo destinando recursos para investir na Política Cultural em todo o Brasil, eu acredito que muitos deles nem sequer chegariam a se realizar, mas eles ainda estão com sérios problemas para garantir a sua manutenção.

Então, quando a gente abre uma comissão como essa, é preciso que a gente analise, investigue todas essas questões; as que se relacionam diretamente ao objeto principal que é a prestação do serviço público, de distribuição de energia elétrica, mas também é os objetos secundários que decorrem aí do papel de responsabilidade social da empresa nos investimentos em ações de cidadania e também nas ações culturais, que registre-se: tiveram um grande prejuízo com toda essa celeuma criada em torno da possível venda da ENEL, que também surgiu muito depois das denúncias de má prestação dos serviços. Então era isso, presidente, agradeço aí pelo espaço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARMELO NETO (PL): A Mesa toma ciência, DeputadaLarissa, o nosso querido Presidente Hélio pelas respostas. É um tema muito importante esse: federalizar o debate, até porque depende da ANEEL, do Ministério de Minas Energias. Eu estive em São Paulo com a Relatora da CPI da ENEL em São Paulo, a Deputada Carla Morando, e os problemas são muito parecidos que vive São Paulo, que vive o Ceará, que vive outros estados que a ENEL já passou, como Goiás que também teve uma CPI. Então, é importante a gente unificar essas informações. Ela me passou

muitas delas, inclusive eu dei a sugestão ao nosso Relator Deputado Guilherme, que a gente vá nessa comissão com alguns titulares, alguns suplentes deputados, que se interessam ir a São Paulo acompanharem uma reunião deles lá.

Inclusive, já adianta uma informação que eles fizeram o convite, Presidente Hélio, para a ANEEL participar de uma oitiva na CPI e não foram, e eles tiveram que alterar o convite para convocação, ou seja, um desrespeito com o Parlamento do Estado de São Paulo, e eu espero que não ocorra com o Parlamento cearense. Eu acredito que nenhum deputado vá se opuser a uma reunião no Ministério de Minas e Energia para também tratar sobre isso, até porque a CPI, ao final dela, vai elaborar muitas sugestões em nível estadual e também em nível federal. Então é importante que essas sugestões do Deputado Guilherme vai colocar em seu Relatório chegue ao Ministério de Minas e Energias, que é peça fundamental nisso.

Então com a palavra agora o Deputado Bruno Pedrosa, terá 15 minutos para formular aí suas perguntas, em seguida a Deputada Lia Gomes.

SR. DEPUTADO BRUNO PEDROSA (PDT): Boa tarde a todos. Boa tarde, Presidente Carmelo. Boa tarde a todos da TV Assembleia, FM Assembleia. Agradecendo a presença que muito nos honra aqui, oPresidente da ARCE, nosso Presidente Hélio Winston, o Dickson, Coordenador de Energia lá da ARCE.

Presidente, são só três perguntas. Na realidade, se eu puder perguntar e o senhor responder, eu agradeço. Essa primeira, por exemplo, dessas multas, são duas perguntas aqui: Quanto foi efetivamente pago? Por que no ano de 2020 teve aquele acréscimo tão grande?Essas duas perguntas.

SR. HÉLIO WINSTON LEITÃO (ARCE): Eu vou disponibilizar, deputado, para os senhores e para as senhoras todo esse Relatório. Mas, nós aplicamos, a primeira pergunta, a ARCE, o valor de 54 milhões e oitocentos e pouco; a ANEEL baixou para trinta e novecentos e pouco, e foi pago vinte e seis zero oitenta e oito. Essa disparidade de 26 para 30 foi devido ao desconto que nós colocamos aqui de 25% porque pagaram à vista, e é uma concessão que a lei federal dá.

Quanto a essa questão, eu acho que foi2020 que o senhor foi coloca, que deu aquela multa alta, que foi justamente o DEC e o FEC, foi uma multa referente ao DEC e o FEC, e o nosso ConselheiroJardson foi até o Relator.

SR. DEPUTADO BRUNO PEDROSA (PDT): Beleza. Obrigado. Agora, passando para as Energias Renováveis, presidente, até poderei aqui se eu ia fazer essa pergunta, nós estamos presidindo a Frente

Parlamentar das Energias Renováveis aqui, na Assembleia, e tem chegado para a gente muitos casos da Geração Distribuída. Eu vou fazer duas perguntas em relação àGeração Distribuída.

Houve uma fiscalização, em 2018, geral, sobre a Geração Distribuída no Ceará. Como a gente sabe, de um tempo para cá, houve até pela própria publicidade do Ceará, mas realmente pelas questões competitivas que o nosso Estado dá ao mercado, e com a incidência solar e radiação, que fazem o Ceará um dos melhores lugares para se investir em energia solar.

Queria perguntar: Como foi essa fiscalização de 2018? Qual foi à conclusão que ela chegou dentro do contexto, do cenário da Geração Distribuída no Estado do Ceará? Daqui a pouco eu faço a segunda pergunta.

SR. HÉLIO WINSTON LEITAO (ARCE): Bem, Deputado Bruno, é um prazer de estar lhe respondendo. Eu o conheço há algum tempo, temos amizade. Bem, Deputado Bruno, entra essa questão, viu Deputado Carmelo, justamente o Plano de Resultado. A fiscalização, na verdade, houve esse processo de Plano de Resultado nessa questão da Geração Distribuída, onde, na verdade, não houve aplicação de multa. Não foi aplicado multa porque nessa metodologia da ANEEL, que eu já tinha colocado para o senhor, ficou caracterizado que a ENEL se enquadrou dentro dos critérios legais. Portanto, não houve multa em relação à questão da Geração Distribuída, nesse processo.

SR. DEPUTADO BRUNO PEDROSA (PDT): Perfeito. A segunda pergunta, para finalizar e, ao mesmo tempo, para eu fazer minhas considerações. Como é que está, explicar, às vezes, para os deputados e para o público. AGeração Distribuída se enquadra dentro de uma determinada demanda, de uma determinada parcela de consumidores da energia solar, e para você conectar uma usina solar ou para você conectar, fazer aquela implantação no teto você precisa de uma autorização da ENEL. Como eu já expliquei para os nossos colegas deputados.

O senhor tem algum conhecimento, hoje, da ARCE, a ARCE, hoje, tem conhecimento formal de recusas dessas conexões por parte da ENEL? A ENEL está negando pareceres de acesso para construção de usinaspara Geração Distribuída no nosso Estado?

SR. HÉLIO WINSTON LEITAO (ARCE): Grande gargalo. Eu falei aqui, anteriormente, que a gente não entrou nessa discussão. Mas, hoje, Deputado Guilherme, um grande gargalo também da ENEL é a Geração Distribuída, é Energia Renovável, é a questão da fotovoltaica. Eu tenho várias reclamações. Olha, eu recebo, Deputado Felipe, é como o senhor colocou. Olhe, quem lhe conhece o senhor recebe lá,e quem não lhe conhece como é que fica? É o que eu disse para a ENEL, uma vez, para o presidente: Rapaz, pelo amor, como é que vocês fazem isso? Tem tanta gente, numa hora dessas, precisando e a

mão do Estado não chega! Ou seja, eu não consigo chegar até ao cidadão para ajudar, para colaborar.Então, aflige muita gente.

Então, essa questão da Geração Distribuída, eu recebo diariamente pessoas, investidores, pessoas que investem na fotovoltaica inclusive com geração de empregos, é bom que se diga isso, com parques, e a ENEL não faz. A ENEL, na verdade, descumpre regras. Ela faz descumprimento de regras. E aí existem, evidentemente aí, questão de Processos inclusive Internos de Verificação, alguns motivos, devido a essa negativa ou então, vamos dizer, esse atraso, esse atraso reiteradamente.

Então são muitas, deputados, são muitas empresas ou não só empresas, o próprio cidadão que quer botar a sua fotovoltaica e fica com essa dificuldade porque precisa da ENEL, porque, como vocês sabem, entra na rede da ENEL, precisa evidentemente da permissão da ENEL.

SR. DEPUTADO BRUNO PEDROSA (PDT): Obrigado, presidente. Agradecendo mais uma vez pela sua atenção com esta Casa, você tem aqui uma grande admiração por parte desse deputado. Você também,Dickson, que tem conduzido a Coordenadoria de Energia lá na ARCE. Parabéns aí pelo trabalho. Muito obrigado pela atenção.

Deputado Carmelo, Guilherme, Felipe, Deputada Larissa, eu só queria fazer minhas considerações finais. Eu precisava saber por quem fiscaliza essas informações, porque corroboram com o que a gente recebe aqui diariamente. Tenho sido procurado, diariamente, eu já vou, acho que mais de uma dezena de investidores, de empresários. Na realidade, quando você fala em investidores,em empresários nós estamos falando de uma cadeia completa de um setor. E é lastimável o que a ENEL tem feito com as Energias Renováveis no nosso Estado, é lastimável. Porque, pelas nossas...oJardson deve acompanhar isso muito bem, Conselheiro Jardson, mas pelas nossas informações,Jardson, foram pedidos Pareceres para injetar na Rede de 1,5 gigawatts. Nós estamos falando de investimento, Deputado Guilherme, por volta de 6 bilhões de reais; e nós estamos falando de uma perda num período de 12 meses, e você conhece muito bem Abaiara e viu lá Abaiara com mil empregos durante a construção da Usina Solar da *Built*, nós estamos falando de uma perda para o cearense de quase 40 a 50 mil empregos no período de um ano, pela ingerência da ENEL na Concessão desses Pareceres de Acesso.

Então, o nosso Estado perde muito investimento, está perdendo emprego, e nós estamos muito preocupados com isso; relatos diários. Eu acho que a CPI, inclusive eu vou pedir uma audiência com governador, para que não só o Poder Legislativo, mas o Poder Executivo se engaje junto, porque a perda é muito grande, Deputado Felipe, é muito grande, não é brincadeira.

Por fim, eu vou bater nessa tecla todas as vezes que eu puder. Eu acho que, eu acredito que nós tivemos ontem, por exemplo, o anúncio do Presidente Lula do repasse dos dez bilhões de reais ao Fundo de Participação dos Estados e Municípios. Isso foi por uma pressão política, uma forma que os prefeitos encontraram de sensibilizar o governo federal.

Fica aqui, Presidente Carmelo, nós precisamos fazer pressão política na ANEEL. Nós precisamos ir a Brasília. Nós precisamos conversar com esses Conselheiros. Nós precisamos demonstrar, nós representamos só nessa Mesa aqui, nós estamos falando de quase 500 mil votos, são 500 mil cearenses que nós representamos, só essa Mesa, a CPI como um todo dá mais de um milhão de cearenses que nós representamos.

Então nós precisamos, Deputado Felipe, ir à ANEEL, e fazer de forma ordeira, de forma correta, mas mostrar insatisfação da sociedade cearense com a ENEL, tudo que ela tem feito. E aí eu puxo aqui para a questão das Energias Renováveis, o que ela tem,infelizmente, barrado os investimentos e a geração de emprego, além da má prestação de serviço, tudo isso foi apresentado aqui, a geração de emprego para o nosso povo. Isso vai, nesse momento, vai barrar nessa questão do emprego e dos investimentos, e lá na frente vai barrar em estar fechando diversas janelas de oportunidade para o desenvolvimento do nosso Estado.

Então acho que você como Relator, Deputado Guilherme, faço aqui esse apelo, Requerimento verbal, que nós possamos ir até à ANEEL, que já temos a força junto com o nosso Ministro Camilo, com o Presidente Lula, todos nós aqui, com exceção do Deputado Carmelo, tivemos apoiando o Presidente Lula. Então, nós precisamos fazer esse movimento no sentido de pressionar a ANEEL politicamente. Muito Obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARMELO NETO (PL): Meus cumprimentos a Vossa Excelência, Deputado Bruno, pelas perguntas; professor Hélio pelas respostas. Eu acho que não só ir até à ANEEL, mas fazer com que a ANEEL vem até aqui. O objetivo já está preparado no meu gabinete, se já não tiver sido protocolado o Requerimento de Convocação, para que o Dr. Sandoval,um representante da ANEEL, venha até aqui. O nosso Relator Deputado Guilherme também vai apresentar algo parecido. Acredito que essa é a intenção também de outros parlamentares, para que eles possam vir até aqui e nós elaborarmos todos esses questionamentos.

Agora, a próxima oradora a elaborar perguntas é a nossa querida Deputada Lia Gomes, terá o tempo de 15 minutos.

SRA. DEPUTADA LIA GOMES (PDT): Sou a última? Então como a última, quase tudo que eu ia perguntar já perguntaram, então vou perguntar bem pouquinha coisa. Gostaria de começar agradecendo, Presidente Carmelo.

Eu queria saber, presidente, se vocês têm algum Estudo, assim, mais atual, de quanto tem sido a média dademora para nova ligação no residencial e nas empresas?Chegam para mim várias denúncias, para citar aqui um caso de uma empresa, uma cerâmica de Reriutaba que está com tudo pronto há mais de um ano, e não consegue que a ENEL vá até lá ligar a energia. Entender um pouquinho, presidente, como é que se dá essa questão da fiscalização? Quando vocês recebem uma denúncia vocês já respondem?Por exemplo, para esse empresário de Reriutaba. Se a denúncia chegar até vocês e vocês dizem: Não temos competência para isso? Eu queria entender um pouquinho mais o trabalho da ARCE, onde é que ela pode entrar e se isso é uma coisa prévia ou está escrito...?

SR. HÉLIO WINSTON LEITAO (ARCE): Bem, Deputada Lia, primeiro eu quero aqui cumprimentá-la, e fiquei muito feliz quando recebi lá na ARCE a senhora defendendo os interesses dos seus eleitores, e a senhora conheceu um pouquinho da ARCE. Eu tive a oportunidade de lhe apresentar um pouco da ARCE.

O atraso que nós temos hoje é mais ou menos uma faixa de 120 dias, é mais ou menos essa faixa. O que nós podemos falar, o que a senhora colocou...

SRA. DEPUTADA LIA GOMES (PDT): Para locais aonde já existe rede, porque eu acho que esse caso de Reriutaba é uma...

SR. HÉLIO WINSTON LEITAO (ARCE): Não, aí é diferente. Do Reriutaba deve ser Rede nova, deve ser, não, é Rede nova. A senhora perguntou como é que se inicia, como esse caso de alguns municípios, como falei de Icaraí de Amontada, Reriutaba, eu recebo São Gonçalo, enfim, várias regiões do Estado que nós recebemos com essa problemática de ligações novas. O que é que nós fazemos?

Tem duas coisas. A gente pede a fiscalização. Eu não posso abrir de ofício. A gente pede, solicita à ANEL para abrir uma fiscalização, caso a caso, caso a caso. A ANEL responde? Às vezes sim, às vezes não. Ela aceita? Acata todas? Não! Então, porque existe... oquêela alega? É porque é um Contrato de Meta. Cada fiscalização é um pagamento, apesar de eu deixar claro que o pagamento que eles fazem não cobre o nosso de custo, mas é um pagamento. Então, assim, não sei se pode ser por causa disso, aí eu não vou entrar nessa seara. Mas não são todos que a gente pede que elas autorizam.

Mas, de qualquer forma, o que é que nós pedimos? Entre na Ouvidoria, porque aí eu quero deixar aqui também, eu não falei para senhoras e para os senhores, nós temos a Ouvidoria. A gente pede

para entrar na Ouvidoria com a Reclamação. Essa Reclamação vai para a ENEL, tem um prazo regulamentar à ENEL para responder; quando volta, a gente encaminha para o ANEEL. A ANEEL devolve para gente, aí a ANEEL quando a gente encaminha ela devolve para a gente abrir um Processo ou não. Se determinar abrir um Processo sobre isso, a gente inicia todo um Processo de Fiscalização.

Enfim, tanto de uma forma ou de outra, a primeira é mais efetiva porque não precisa o cidadão ou a cidadã ter que entrar na Ouvidoria, ter todo esse caminho a seguir.

SRA. DEPUTADA LIA GOMES (PDT): Essas negativas vem com um respaldo, uma explicação porque sim, porque não?

SR. HÉLIO WINSTON LEITAO (ARCE):Não. Não.

SRA. DEPUTADA LIA GOMES (PDT): Pode não, e ponto. Então é isso, presidente, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARMELO NETO (PL): Cumprimento a Deputada Lia, Professor Hélio. Eu gostaria de fazer aqui mais um questionamento, antes de encerrar, me veio aqui à cabeça, inclusive se algum outro deputado, nosso relator também terá a palavra aí por último. Está satisfeito.

Mas é o seguinte questionamento, presidente, em conversa com a Relatora da CPI da ENEL, em São Paulo, me passou uma queixa, e eu acho que pode ser que esteja acontecendo também no Estado do Ceará. A ANEEL, quando faz aí a Nota, a média do serviço daquela determinada empresa, ela pega como o próprio nome diz: a média; só que lá no Estado de São Paulo em algumas regiões, a Nota da ENEL, quando se olha de uma maneira regionalizada, é muito inferior à própria média geral. E aí, uma das queixas da CPI da ENEL de São Paulo era essa: Poxa, nós temos uma região aqui que a Nota é tão inferior, que daria inclusive para pedir que o Contrato seja interrompido, e outras que não é tão ruim assim, acaba que a média fica dentro da média aceitável. E aqui no Ceará é assim, tem regiões que é muito pior.

Teria como fazer uma solicitação? Acredito que não seja parte da metodologia atual, mas teria como ser feito uma sugestão de regionalização desta Nota e aí, no caso, cobrar da ENEL ou de qualquer outra Distribuidora uma média por região e não só global?

SR. HÉLIO WINSTON LEITÃO (ARCE): Presidente Carmelo, na verdade, eu fiz essa solicitação, várias vezes, para a ENEL, para que ela justamente nos encaminhasse, e fui até mais além, eu pedi para que ela dividisse o Estado do Cearáquais são as regiões, Deputada Lia, que mais necessitam investimentos, e pedi também para que nos esclarecer quais eram os investimentos, quais eram o planejamento para essas áreas? Até hoje não recebi. Sem resposta. Mas, sem dúvida, sem dúvida, é

muito importante, porque você tem dentro do Estado do Ceará regiões que ela está, na verdade, bem, e tem outras bem piores...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARMELO NETO (PL): Icaraizinho de Amontada foi um exemplo que Vossa Excelência disse.

SR. HÉLIO WINSTON LEITÃO (ARCE): Então, sem dúvida, existe isso sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARMELO NETO (PL): Perfeito.Inclusive uma das sugestões dessa CPI, eu tenho certeza, já surgiram aqui ao nosso Presidente Guilherme, seja defender a regionalização dessa média, dessa Nota, para que o inaceitável seja realmente inaceitável, não se transforme, lá na frente, em algo aceitável por uma média um pouco superior em determinada região.

Portanto, não havendo mais nenhum deputado que queria formular perguntas, nenhum colega deputado quer falar? Felipe, Lia, eu gostaria de agradecer a presença do Presidente da ARCE, Dr. Hélio; Conselheiro Jardson Cruz, bem-vindo à Casa do Povo cearense; o Dickson também agradecer; aos nobres deputados que estão aqui até agora; Deputado Guilherme, relator; Deputado Felipe Mota; Deputada Lia. Também fazer uma solicitação à TV Assembleia. Eu verifiquei aqui, no YouTube, que não estava sendo transmitida a reunião de hoje. Eu acho que é muito importante que a gente transmita no YouTube, as comissões de maneira geral são transmitidas ao vivo, mas não ficam no YouTube como as sessões ficam, ficam lá em definitivo.

Então a sugestão e à solicitação que eu gostaria de fazer era que para não só transmitir ao vivo a reunião da CPI como manter no YouTube salvo toda a reunião, até para que algum deputado quando quiser tirar uma dúvida, rever determinada parte, ter acesso a isso de maneira facilitada.

Agradecer a todos vocês que estão aqui telespectadores e ouvintes. Dizer que o próximo passo, com certeza, será ouvir o setor produtivo e, em seguida, a ANEEL para que nós possamos elaborar esses questionamentos e, por último, a ENEL, para muito bem fundamentado por depoimentos, por falas como do nosso convidado Hélio, questionar a ENEL de maneira bem eficaz, como tem que ser feito.

Portanto, declaro encerrada a segunda reunião. Em breve nós vamos nos reunir para definir os próximos passos. Muito obrigado pela presença de todos.

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CPI (COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO) RELATIVA À ENEL, REALIZADA NO COMPLEXO DAS COMISSÕES TÉCNICAS, EM 20 DE SETEMBRO DE 2023.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Boa tarde a todos deputadas e deputados aqui presentes. Eu já quero agradecer.

Nós vamos dar início à nossa 3ª Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito contra a Concessionária ENEL, hoje, na Sala de Comissões, dia 20/09/2023, às 15h18min.

Eu vou citar aqui os deputados que fazem parte da Comissão: Deputado Fernando Santana, esse que vos fala; Deputado Guilherme Landim, o nosso relator; Deputado Felipe Mota; Deputado Carmelo Neto, vice-presidente; Deputado Guilherme Sampaio; Deputada Gabriela Aguiar; Deputada Lia Gomes também já está aqui presente; Deputado De Assis Diniz; Deputado Romeu Aldigueri; Deputado Agenor Neto; Deputado Bruno Pedrosa; Deputada Larissa Gaspar; Deputada Dra. Silvana; Deputado Antônio Henrique; Deputado Danniel Oliveira; Deputado Leonardo Pinheiro; Deputado Sargento Reginauro; Deputado Simão Pedro.

Vou passar agora à leitura, discussão e votação da ata da reunião anterior.

Eu peço ao colega Deputado Guilherme Landim que possa ler a ata ou, então, se vossas excelências tiverem recebido e se puder dar como lida, já que vossas excelências têm no e-mail e no WhatsApp de vocês.Então, considerando a ata como lida, não há discussão.Ata aprovada.

Nós vamos passar agora ao nosso Expediente. No Expediente: Nada consta, porque na Ordem do Dia nós vamos agora passar para as oitivas.

Eu já inicio a Ordem do Dia convidando à senhora Valéria Soares Cavalcante Colares, Diretora do Programa de Orientação, Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.

Conforme Requerimento 20/2023, de autoria do Deputado Carmelo Neto, aprovado por unanimidade pelas deputadas e deputados membros da Comissão Parlamentar de Inquérito, nós convidamos o PROCON, hoje, para essa reunião. Esse Requerimento foi aprovado no dia 30/08, e hoje o PROCON se encontra aqui, para que possamos todos nós dialogar nessa oitiva com o PROCON.

Eu convido à senhora Valéria, com uma salva de palmas dos presentes. (Aplausos).

Gostaria de convidar também para participar aqui da Mesa,pois nós teremos uma oitiva também com eles: Senhor Antônio Erildo Lemos Pontes, Presidente do Conselho de Consumidores da ENEL Distribuição Ceará (CONERG), conforme Requerimento do dia 30/2023, de autoria do Deputado Guilherme Landim. Aprovado por unanimidade desses parlamentares.

Então, Seu Antônio, por favor, aqui,à Mesa, e também com uma salva de palmas. (Aplausos). Seja muito bem-vindo.

ENEL Distribuição. É porque é ANEEL é quem manda na ENEL, segundo a ENEL. Então, eu acho que dá até já para mudar o nome aqui da Concessionária Ceará de ENEL para ANEEL. Nós vamos ouvir aqui, hoje, tudo que acontece no Estado do Ceará a ENEL culpa a ANEEL. Culpa, é uma palavra minha, mas pelo que ela fala *arrodeadamente*, ela responsabiliza tudo à Agência Nacional, infelizmente. Eu gostaria mesmo é que ela assumisse a culpa e mudasse o formato de trabalhar. Mas é o que nós não temos percebido, infelizmente.

E, hoje, antes de passar aqui a palavra aos deputados e deputadas para iniciarmos já os nossos trabalhos, sem mais delongas, e hoje o que possa parecer a minha fala um pouco mais dura, mais firme, e hoje eu falei ali no Plenário também da Casa, o Deputado Felipe Mota também se manifestou nesse sentido, na verdade, eu aparteei a fala do Deputado Cláudio Pinho que trouxe um assunto. A minha fala mais dura e, talvez, com menos paciência, Deputado Guilherme, é de indignação, o de sentirmos até, muitas vezes, impotentes diante de tudo que a gente tem escutado de desrespeito da ENEL com o povo cearense, infelizmente.

Eu venhotentado, o Deputado Guilherme Landim sabe que essa nossa parceria, eu Presidente e ele Relator da Comissão que estudou o Contrato de Concessão, a gente sempre teve a responsabilidade, o zelo, o cuidado inclusive em colocar as palavras, mas, saturou. Não dá mais para a gente tentar, talvez, como a gente diz no vocabulário popular: Tampar o sol com a peneira. É generalizada a falta de respeito; as denúncias que estão chegando algumas já estão sendo apuradas e devidamente verificadas, e não dá mais para suportar. Ou a ENEL muda ou a ENEL se muda do Estado do Ceará. E repito, que venha outra empresa e não venha com os mesmos moldes da ENEL porque nós não vamos aceitar esse formato distante do povo, desrespeitoso com o povo, deixando a população mais precisada, mais sofrida lá na ponta, sofrendo ainda mais e pagando caro pelo um serviçode péssima qualidade.

Então, eu agora decidi, aí é uma decisão minha pessoal, de não medir mais as palavras, e de ser muito verdadeiro; e se a palavra parecer dura tirea palavra dura e coloque indignação, que esse é o sentimento que trago hoje para essa nossa terceira Reunião Deliberativa da Comissão. Tá bom?

Então, deputadas e deputados, já aqui com os nossos convidados, nós temos Requerimentos aqui também em pauta,que nós possamos deixar ou não, conforme vocês desejarem, para o final da reunião, para que a gente já possa aqui passar para as deputadas e deputados e, na sequência, fazermos aqui a nossa oitiva com o PROCON. A decisão é de vocês.

Os Requerimentos...são aqui 23 Requerimentos. E aí eu penso que o nosso objetivo central, hoje, da reunião é ouvi-los, mas a decisão aqui é do pleno.

Então, vou passar para as deputadas e deputados que queiram fazer alguma palavra inicial. Passo aqui para o Relator Deputado Guilherme Landim. Posso passar logo? Então vamos passar aqui então para a Valéria que vai se pronunciar aqui; apresentar o trabalho do PROCON em relação a esse trabalho que tem recebido sobre a ENEL. Após a apresentação da Valéria as deputados e deputados farão as suas indagações.

Então passo a palavra à senhora Valéria.

SR. DEPUTADO GUILHERME SAMPAIO (PT): Senhor presidente, só uma licença de vossa excelência para justificar previamente que hoje vou precisar me ausentar com um pouco de antecedência em relação ao final da nossa reunião, em função da necessidade de dirigir uma reunião partidária. Eu exerço o cargo de Presidente do PT Fortaleza e tenho essa responsabilidade logo mais.

E aproveitando a oportunidade, agradecendo aos nossos convidados pela contribuição que dão ao trabalho da CPI, compartilhar com vossa excelência, não houve tempo de protocolar, até porque o servidor responsável estava aqui já no apoio àComissão, três Requerimentos que nós vamos apresentar a vossa excelência posteriormente.

Um Requerimento que propõe o convite de um especialista em Direito Regulatório, para uma análise crítica do Contrato de Concessão; a elaboração e envio de um Questionário de Avaliação da Qualidade de Serviço Prestado pela ENEL aos diversos segmentos, para que a gente possa ter um balanço de avaliação pelos consumidores, quer sejam do poder público, da iniciativa privada, consumidores residenciais; e também a realização de diligências *inloco*, para nós colhermos depoimentos e verificarmos as situações relativas aos serviços que não foram prestados, e os impactos decorrentes dessa omissão por parte da ENEL. Muito obrigado a vossa excelência pela licença concedida.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Acolho os Requerimentos de vossa excelência e, posteriormente, colocaremos para discussão e votação. Já agradecendo não só a sua presença, mas a participação no trabalho dessa Comissão Parlamentar de Inquérito.

Antes de passarmos a palavra à nossa querida senhora Valéria,nós recebemos hoje uma resposta da ENEL sobre Requerimentos nossosprotocolados, dessa Comissão, protocolado na Agência Estadual, na verdade, na Concessionária. E aí, eu vou disponibilizar aqui para deputadas e deputados no grupo nosso da CPI, que nós temos também de forma digital, mas quem quiser impresso eu posso providenciar.

É interessante quando nós começamos a fala aqui, que nós falamos sobre a ANEEL, que nós pedimos à ENEL-Ceará que nos enviasse desde o início, do começo dos seus trabalhos aqui, no Estado do Ceará, o seu Plano de Expansão; o que foi expandido,o que foi investido. E já tínhamos mais de 15 dias que tinha feito essa solicitação, até então nenhuma resposta tínhamos tido da ENEL, e quando cobramos aqui, no Plenário, como num passe de mágica, chega à resposta aqui, na Casa do Povo cearense.

Mas vocês vão poder ler, e eu vou disponibilizar agora aí para vocês, mas bem aqui ela diz: *OPlano de Expansão, conforme demandado no Ofício em referência, apresentado por meio do Plano de Desenvolvimentoda Distribuição segue as orientações da ANEEL, da Agência Nacional.*

Ou seja, nada aqui, no Estado do Ceará, que é feito pela ENEL ela tem responsabilidade. Assim é o meu entender de tudo que a gente recebe da ENEL, seja em forma de documentoou seja na palavra dela, como foi na Audiência Pública aqui promovida pelo meu querido colega Deputado Fernando Hugo, uma solicitação nossa, naquela época.

Então, por issoque a gente demonstra muito indignação, porque o que nós queremos aqui, com muita responsabilidade, não é uma caça às bruxas. Ninguém aqui tem nada contra ninguém da ENEL, até porque nós nem conhecemos, não temos nem relação; temos até uma relação muito boa com um dos diretores que é o Osvaldo Férrer, que trata muito respeitosamente essa Casa, mas que, infelizmente, não tem autonomia de resolutividade. Não pode ele, talvez, até que não possa falar, mas também com a sua indignação resolver o problema da população.

E tudo que a gente tem falado, tem denunciado, tem mostrado, tem verificado a veracidade, e a resposta da ENEL é sempre colocando para uma possível responsabilização da Agência Nacional. O que nós devemos, ao passo do trabalho dessa CPI, cobrar da Agência Nacional explicações por todo esse arcabouço, digamos assim, de documentos e falas da Concessionária Estadual, colocando aí a culpa em tudo que acontece aqui no nosso Estado, na Agência Nacional

Então passo a palavra aqui à senhora Valéria para ouvirmos o PROCON.

SRA. VALÉRIA SOARES CAVALCANTE COLARES (PROCON): Boa tarde.Cumprimentando a todos na pessoa do Deputado Fernando Santana, todos os deputados. Boa tarde.

O PROCON Assembleia trabalha com os dados do SINDEC, trabalha com dados concretos das Reclamações que são feitas através da SIPRE e e-mails.

Então vocês receberam aí o resumo do que nós fazemos. Então, nós pegamos aqui desde 2015 a 2023 o apanhado das Reclamações e dos problemas de cobranças.

Então nós temos aqui em 2015: 2.009 Reclamações; 1.166 são de cobranças e 126 são de qualidade de serviço.

Em 2015 ela era a 4ª colocada em Reclamações no PROCON.

Em 2016 ela foi a 5ª colocada com 2.526 Reclamações; 1.396 são problemas de cobranças e 149 de qualidade de serviço.

Em 2017 ela foi a 4ª colocada, 2.689 de Reclamações; 1.666 são de cobranças e 642 de má qualidade do serviço.

Em 2018 ela foi a 3ª colocada, 3.567 Reclamações; 2.275 de cobranças e 225 de má qualidade de serviço.

Em 2019 nós tivemos o problema das duplicatas, das contas duplicadas. Então foi preciso fazer Audiência Pública aqui; o Deputado Fernando Hugo pediu uma Audiência Pública aqui porque era flagrante; vocês sabem que foi uma voz geral da população. E nós tivemos nessa época 10.211 Reclamações. Eles diziam que estava sendo cobrado o ICMS que não era devido, era do Estado e foi colocado errado, e, também, não tinha dado ao consumidor o direito de fazer parcelamentos. Então, através de Audiência do Deputado Fernando Hugo foi que a ENEL aceitou fazer o parcelamento. Então daí nós tivemos uma decisão na Audiência Pública, tá certo? 8.124 foram só de cobranças no ano de 2019, e a má qualidade de serviço 413.

Na pandemia 2020 também foi a 1ª colocada, 4.087 Reclamações; 2.272 de problemas de cobrança e 140 na qualidade de serviço.

2021 também era a pandemia, ela foi a 1ª colocada também com 2.860 Reclamações; 2.087 problemas de cobrança e 173 do serviço.

Vale salientar que na pandemia era difícil às pessoas fazerem as Reclamações, por isso que a baixa era muito grande. Nós ficamos trabalhando só no modo remoto. Então, por isso que baixou tanto as Reclamações.

Em 2022 foram 4.588 Reclamações; 3.542 são problemas de cobranças e 252 da qualidade de serviço.

Agora, em 2023, só agora até setembro nós tivemos 945 Reclamações,590 só problema de cobrança e 67 em má qualidade de serviço.

Aí vocês vão me perguntar: Valéria, o que é má qualidade de serviço? Aí a má qualidade de serviço, gente, você tem um medidor que está com defeito; tem a falta de energia, que hoje em dia vocês, pelo menos onde eu moro tem muita falta de energia, lá no Parque Del Sol; oscilação de energia; problema da rede de energia.

Então, você tem dois tipos de Reclamações, e são essas que são as cobranças, e aí vêm as oscilações, as oscilações de valores, a ausência de leitura, ou então o que eles chamam de Leitura Média; eles não vão à localidade e fazem a média dos 12 meses e cobram independente do que você consumiu. Tá certo.

Eu fico à disposição sobre o que é que vocês querem perguntar a mais. Porque, assim, os nossos dados são dados concretos. Então nós temos a CIP, que é a carta que nós fazemos atravésdo site ou do nosso e-mail.

Eu até peço a ele que coloque aí que eu trouxe para ficar público mais do que já é, porque nós divulgamos no site, na televisão e na rádio da Assembleia.

Então você tem a forma presencial que você faz através do Agendamento, que é através do site do PROCON, e o e-mail, você pode mandar o e-mail e nós resgatamos um e-mail, fazemos a Reclamação e entramos em contato com o consumidor.

A Assembleia se dispõe hoje, depois de tudo isso que nós fazemos e se não for resolvido, vai-se para a Audiência Pública; aAudiência Pública não resolvendo se coloca ao DECON, que nós temos um convênio com o DECON, e aí vai para a Justiça.

Estou à disposição de vocês.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Senhora Valéria, primeiro agradecendo à senhora, a sua disponibilidade e apresentação. Dizer que nas próximas semanas nós já estamos agendando também aqui uma oitiva com o DECON.O promotor, essa semana, estava com um compromisso externo e não pôde vir, mas já se disponibilizou, o Xerez, a vir. A próxima semana nós não poderemos porque acontecerá a Sessão Itinerante da Assembleia no interior, na cidade de Baturité, e na semana seguinte nós estamos marcando já a oitiva com o DECON.

Mas eu tenho aqui algumas perguntas à senhora Valéria, eu gostaria já de fazê-las, e passar aqui para o Deputado Felipe Mota, que está inscrito.

SR. DEPUTADO FELIPE MOTA (União): Presidente, o Guilherme vai ter que sair, eu cedi...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Pronto. Pode sim.

Eu vou passar aqui para o Deputado Guilherme Sampaio que ele vai ter que sair. Pois não, deputado, pode fazer.

SR. DEPUTADO GUILHERME SAMPAIO (PT): Presidente, muito obrigado aí pela preferência. Muito obrigado pela contribuição.

Nós observamos, pelo relato dos serviços de Defesa do Consumidor da Assembleia Legislativa, que a variação negativa das queixas, ou seja, o aumento de queixos da ENEL nos anos de 2019, 2020 são coincidentes com os demais índices de qualidade de serviços prestados pela ENEL registrados na ANEEL, todos aqueles índices que medem a frequência de problemas, o tempo médio de respostas, os índices de qualidade definidos para acompanhamento dos serviços das distribuidoras pela ANEEL caem radicalmente em 2018, 2019, 2020, 2021, isso coincide com o aumento de Reclamações aqui na Assembleia Legislativa.

A minha pergunta, doutora, era a seguinte: Nesse processo qual foi a atitude da ENEL no sentido de dar respostas às demandas apresentadas pela Assembleia? Como é que a senhora qualificaria a maneira pela qual a ENEL respondeu a essas questões, se posicionou diante das inquirições feitas pelo PROCON da Assembleia Legislativa diante desses problemas todos relacionados à qualidade do serviço?

SRA. VALÉRIA SOARES CAVALCANTE COLARES (PROCON): Deputado, nós temos a CIP. A CIP é feita através.... Primeiro nós temos o telefone, nós temos uma linha direta com eles, tá certo, e eles resolvem quando a coisa não é tão séria. Quando a coisa chega a ser um pouco mais séria a gente vai para a CIP, que é a Carta de Informação; eles têm dez dias para nos responder. Geralmente eles resolvem em dez dias. Mas, depois disso, se a coisa não...queeles não conseguem resolver nós vamos para Audiência. E na Audiência nós temos muitos problemas agora. O que é que está acontecendo? Nós não sabemos se é que eles vão sair; estão dizendo que vai haver um leilão. Mas eles não estão mais mandando o corpo técnico para o PROCON. Então nós temos vários problemas. Eles estão mandando os prepostos e os prepostos não têm, às vezes, autonomia para resolver. Então nós estamos tendo muitos problemas com a ENEL nas Audiências hoje, nas Audiências de Conciliação no PROCON.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Senhora Valéria...Obrigado, Deputado Guilherme Sampaio.Eu tenho algumas perguntas aqui, são até sempre parecidas, mas após a Reclamação feita pelo consumidor a ENEL costume entrar em contato com o PROCON para tentar resolver, solucionar ou algum esclarecimento?

SRA. VALÉRIA SOARES CAVALCANTE COLARES (PROCON): Sim, porque como nós temos a Carta eles têm a obrigação de nos responder, tá certo, então, com dez dias eles respondem.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Pronto. Sim. Então, e o retorno acontece dentro do prazo?

SRA. VALÉRIA SOARES CAVALCANTE COLARES (PROCON): Dentro do prazo sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Pronto. A minha segunda pergunta é dentro dessa. Após o retorno que ele dá do esclarecimento tem um prazo para ele solucionar o problema?

SRA. VALÉRIA SOARES CAVALCANTE COLARES (PROCON): Tem. Se eles não resolverem durante dez dias, tem um prazo de mais dez dias para resolver, tá certo, nós entramos em contato de novo, e aí sim vai para Audiência.A Audiência não resolvendo nós enviamos para o DECON através de um Parecer.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Tá. E a senhorasabe o índice de resolutividade?

SRA. VALÉRIA SOARES CAVALCANTE COLARES (PROCON): Nós só temos o índice de 50 a 60% na CIP, porque nas Audiências elas estão sempre em decorrência. Então você não tem ainda... Hoje nós não temos como medirqual é o índice de resolução na época da Audiência. No SINDEC nós temos de 50 a 60%, nós temos realmente como lhe dar esse número.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Porqueeu estou perguntando isso? Porque o que a gente escuta muito aqui é que Ordens Judiciais ela não cumpre. Se ela não cumpre Ordem Judicial já ao final, ou seja, determinada por um juiz, talvez ela não tivesse cumprindo nenhum tipo de pedido, ou esclarecimento, ou denúncia, qualquer coisa no sentido feita pelo PROCON e pelo DECON.

Seria a mesma pergunta que se há algum tipo de programa estabelecido?A senhora já explicou que há esse programa. Mas, enfim, eu me dou por satisfeito aqui com as respostas.Passo aqui para o Deputado Felipe Mota.

SR. DEPUTADO FELIPE MOTA (União): Valéria, boa tarde. Eu estou vendo aqui, você fez um informe aqui da CIP de dez dias para abertura do prazo, e a resolutividade entre 50 e 60%. Pergunta que eu te faço: Esses 50, 60%, vamos considerar que no ano de2023 já, vou colocar aqui mil Reclamações feitas no PROCON. Esses 50 a 60% que você coloca tudo isso aqui chega à CIP, essas mil denúncias vão todas para lá? O caminho, como é o caminho para isso aí?

SRA. VALÉRIA SOARES CAVALCANTE COLARES (PROCON): O caminho é o seguinte:O consumidor tem dois caminhos na Assembleia: tem o Agendamento que é através do site. Eu peço a ele para colocar de novo para todo mundo ficar atento e saber o site da Assembleia. No site do PROCON. Do site do PROCON, que ele dá entrada em toda documentação,ele vai e faz a Carta no próprio Agendamento, ele faz a carta. Na Carta eles têm dez dias para responder. Geralmente isso é resolvido na CIP, geralmente. Aí não foi resolvido na CIP, você faz o Agendamento da Audiência. E aí é que nós estamos tendo alguns problemas porque eles mandavam o corpo técnico, que era mais fácil de resolver, e agora eles estão mandando os prepostos, e os prepostos geralmente não têm como resolver porque eles não entendem a parte técnica. Tá certo?

SR. DEPUTADO FELIPE MOTA (União): Qual éo prazo dessa, digamos, o da CIP são dez dias, e para ocorrer essa Audiência demora mais ou menos o quê? Eles dão prazo ou não existe prazo?

SRA. VALÉRIA SOARES CAVALCANTE COLARES (PROCON): Dão uns 15 dias.

SR. DEPUTADO FELIPE MOTA (União): Quinze dias; além dos dez ou com os dez?

SRA. VALÉRIA SOARES CAVALCANTE COLARES (PROCON): Porque ele já tem dez dias é o que ele tem por lei, depois desses dez dias são 15.

SR. DEPUTADO FELIPE MOTA (União): Então nós temos aí, para um cidadão poder resolver, quase um mês, são 25 dias. Levando em consideração que isso aí não são dias úteis não porque senão vai dar mais.

SRA. VALÉRIA SOARES CAVALCANTE COLARES (PROCON): São corridos.

SR. DEPUTADO FELIPE MOTA (União): São corridos. Então isso é a primeira pergunta. O segundo ponto que eu queria perguntar: Quando ocorrido isso existe o retorno de algumas denúncias pra CIP? Já aconteceu com você de ter a mesma denúncia sendo feita no ano? Digamos uma pessoa que tem um problema com uma criança dependendo de energia por conta de um problema de saúde, um idoso, já aconteceu isso recorrente?

SRA. VALÉRIA SOARES CAVALCANTE COLARES (PROCON): Acontece, acontece demais.

SR. DEPUTADO FELIPE MOTA (União): E qual é a resposta deles em relação isso? Digamos, ele foi lá e desligou a energia de uma de uma família "X".

SRA. VALÉRIA SOARES CAVALCANTE COLARES (PROCON): Eles dizem que vão fazer análise técnica; aí voltam, resolvem, passa um mês e volta de novo. É complicado porque não existe a sensibilidade do outro.

SR. DEPUTADO FELIPE MOTA (União): É bem recente, como você disse, iam pessoas melhores preparadas para essas reuniões, os técnicos, para poder dar uma decisão logo ali. Ali ele já devia ter uma autorização até da própria empresa: Olha, até aqui tu...

SRA. VALÉRIA SOARES CAVALCANTE COLARES (PROCON): Agora eles estão mandando o escritório jurídico.

SR. DEPUTADO FELIPE MOTA (União): Agora está indo o escritório jurídico. Isso é grave porque atenta diretamente ao consumidor, atenta diretamente a um fato que o consumidor tem por direito de receber e ter esclarecido o serviço. Aí quando a ENEL faz isso aí, presidente, já é uma abertura para o Relatório de vossa excelência. O primeiro ponto do Relatório da tratativa que a Valéria está trazendo aqui do PROCON já está em aberto, porque a ENEL hoje está tratando o cliente como inimigo; ela está pegando o consumidor, o cliente dela e está tratando como inimigo: Olha, eu vou mandar o jurídico lá para intimidá-lo, por muitas vezes é uma pessoa simples, não detêm uma condição financeira por muitas vezes para isso, fica até intimidado quando chegauma pessoa de paletó. Então isso é um problema.

E aí eu já peço a vossa excelência que nós façamos isso aqui junto ao DECON, quando o DECON vir aqui, para nos informar porque nós temos que dar uma solução em relação a isso, e pedir que eles pelo menos voltem com os técnicos.Voltem com os técnicos para explicar essa coisa toda ou então dê um laudo, porque é aí onde está o problema. Essas empresas para darem alguma coisa escrita temem por conta das Ações Judiciais que podem surgir contra elas. Então se ela faz isso, manda o jurídico, o cliente também tem a obrigação de dizer que não quer ser atendido pelo Jurídico, que quer ser atendido por um técnico. E aí ela dá uma declaração, e o reclamante vai lá também e faz uma declaração para isso.

Então tem que terum meio técnico, tem que ter...infelizmente, no nosso país se nós não tiver um papel, um documento assinado por ambas as partes, Valéria, fica difícil de nós aqui deputados conseguimos mudar alguma coisa nessa legislação.

SRA. VALÉRIA SOARES CAVALCANTE COLARES (PROCON): Deputado, as Audiências nossas quando não são resolvidos nós fazemos um parecer e vai direto para o DECON, tá certo. Hoje está sendo tudo por forma virtual. Então é tudo mais rápido, tá certo?

Outra coisa. A população tem que também tomar conhecimento que nós fazemos as Reclamações por e-mail. Eu gostaria que ele colocasse os e-mailsda Assembleia que fica rápido, fácil. Geralmente as pessoas doentes, pessoas que não podem vir à Assembleia podem fazer por e-mail, e é muito rápido.

SR. DEPUTADO FELIPE MOTA (União): Parabenizo o seu trabalho. Mas eu sei que existe um vício da própria companhia em não dar o atendimento ao cliente. Se você colocasse o SAC, que é o Serviço de Apoio ao Cliente, teria que ser o mesmo SAC sendo que presencial, é o normal para você atender o cliente. Tem um problema, você chega numa loja de celular, você vai procurar assistência técnica; chega numa loja de veículo, você vai procurar a assistência técnica mecânica, aí quer dizer que, porque é a ENEL vai mandar um escritório jurídico para poder deixar o nosso povo nas cordas, achando que podem calar porque nós somos maiores. Então isso tem que ser uma preocupação diária nossa.

O seu trabalho está sendo perfeito.Estão aqui às informações já escritas e prescritas de como nós temos que fazer. Agora, a ENELprecisa acordar, nós todos, inclusive eu, sou um cliente e não gostaria de ser atendido assim como eles estão atendendo as pessoas mais simples que já vem com problema, por muitas vezes, dentro de casa. Estou dando um exemplo aqui de uma pessoa com problema de saúde porque é notório nós vemos essas entrevistas, essas Reclamações.

Mas gostaria de parabenizar aqui a vossa excelência Deputado Fernando e à querida Valéria pelas informações.

SRA. VALÉRIA SOARES CAVALCANTE COLARES (PROCON): Eu queria também esclarecer que nós no PROCON estamos à disposição para quaisquer outras informações que vocês necessitarem, tá certo, porque os nossos dados são concretos. Esses dados aqui são concretos porque são do sistema do Ministério da Justiçado SINDEC. Estamos à disposição.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Eu agradeço muito a senhora Valéria.

Vou passar aqui a palavra àDeputadaGabriela. Mas,antes, só pegar um gancho do que o Deputado Felipe Mota falou, e ele tem toda razão, têm outras e diversas empresas que têm Reclamações. Aqui eu acho que precisamos conversar com a população muito jogo aberto e olho no olho.Está aqui, são diversas Reclamações; tem inclusive da Companhia de Água do Ceará, a Cagece. Mas sabe qual é a

diferença da Cagece para a ENEL? ACagece tem um ponto físico e um funcionário para atender a população. Isso é respeito para com a população.

Reclamar, nós vamos ter Reclamação, evidentemente, até porque a água é um serviço essencial; faltou? A gente fica preocupado, fica angustiado. Mas se você for lá tem uma agência física com funcionários para lhe atender, com técnicos para dar orientação, para ir lá visitar imediatamente tentar solucionar o problema. E a ENEL não tem. Está esclarecido aqui pelo PROCON que a ENEL envia um escritório de advocacia, como diz o Deputado de Felipe Mota, e aí chega lá uma pessoa de gravata, de paletó; e muitas vezes, quem está lá é o consumidor que vai para uma audiência dessas e se senteintimidado pela presença de um advogado, talvez até a denúncia, até a reclamação, até a queixa que ele for fazer ali ele diminui muito no seu vocabulário até por medo, por receio do que tem do outro lado da mesa. Isso é um absurdo, porque o consumidor quer conversar é com o técnico, para o técnico dar uma orientação ou ir lá à sua comunidade, sua casa, sua empresa, para tentar solucionar o problema.

SRA. VALÉRIA SOARES CAVALCANTE COLARES (PROCON): E para nós na Audiência ela dificulta muito porque não há resolução na hora, porque o técnico não vai, o advogado não tem, não sabe, ele não é um técnico, ele não sabe resolver, e vai para o DECON, porque aí nós vamos fazer um parecer e vai para o DECON.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Então está claro, o advogado vai lá empurrar com a barriga e o consumidor que sofra.

Passo a palavra à Deputada Gabriela Aguiar.

SRA. DEPUTADA GABRIELA AGUIAR (PSD): Boa tarde a todos. Agradecer à Valéria ao trabalho, grande trabalho que o PROCON faz aqui, na Assembleia Legislativa, na Casa do Povo, ao Deputado FernandoHugo, e agradecer os esclarecimentos que foram prestados aqui.

Eu gostaria de saber, assim, se a gente tem uma porcentagem de dados mesmo do que a gente consegue resolver com a ENEL de maneira administrativa, e quantos dessas pessoas que procuram PROCON precisam entrar na Justiça?

SRA. VALÉRIA SOARES CAVALCANTE COLARES (PROCON): Nós temos esse dado, é um dado de 50 a 60% pela Carta, que é a parte que nós fazemos através do site e do e-mail. Por quê? Porque são dados do SINDEC, são dados reais. Eles são dados em que as pessoas chegam ao PROCON fazem a Reclamação, traz a documentação e nós damos a resposta, tá certo, é de 50 a 60%.

Assim, para o que nós queríamos não é um índice alto. Na verdade, em outros ambientes no PROCON nós temos talvez90% de resolução.

SRA. DEPUTADA GABRIELA AGUIAR (PSD): Era essa a dúvidaque eu ia tirar. As outras como a Cagece e os outros que estão aqui têm um índice maior de resolução administrativa?

SRA. VALÉRIA SOARES CAVALCANTE COLARES (PROCON): Sim, inclusive porque a Cagece nós temos uma linha direta também com a Cagece que resolve. E muitas vezes vai ter o corte, aí nós mandamos um Ofício e eles suspendem o corte até ser resolvido.

SRA. DEPUTADA GABRIELA AGUIAR (PSD): Muito obrigada, Valéria.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Passo a palavra ao colega Deputado Guilherme Landim.

SR.RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): Boa tarde,Presidente Fernando, deputadas e deputados. Boa tarde, Valéria. Boa tarde também senhor Erildo.

Eu já me sinto contemplado aqui, as perguntas que tinha para fazer à Valéria em nome do PROCON já foram respondidas.

Só queria fazer aqui um breve comentário, colaborando com que os deputados e deputadas já falaram, que cada oitiva que nósacompanhamos aqui na CPI, cada documento que nós recebemos deixam claros para todos nós, deixa muito claro para todos nós que a ENEL não tem mais nenhum interesse em permanecer no Estado do Ceará, nem prestar um bom serviço para o nosso cidadão cearense.

Todos os dados que nós trouxemos aqui que foram auferidos pela ANEEL ou pela a ARCE demonstram justamente o que a Valéria e o PROCON Assembleia acabaram de trazer, que ao longo dos últimos anos o serviço da ENEL vem piorando consideravelmente, e não é feito nada por parte da ANEEL.

Como nós vimos na reunião anterior, aARCE colocou quase 60 milhões de multas e a ANEEL faz é baixar essas multas, passar a mão na cabeça da ENEL. E, além disso, também recebemos hoje, aqui, o que já havíamos recebido de denúncia de muitas empresas e muitas pessoas, que a ENEL terceiriza agora as tratativas para justamente amedrontaro cidadão cearense, para dificultar a chegada à resolução dos problemas.

Essas mesmas empresas, Presidente Fernando, que vêm para cá para fazer essas Audiências de Conciliação são as mesmas que ligam para os consumidores ou para as empresas, fazendo cobrança, e quando elas ligam, assim:*É do escritório fulano de tal, assessoria jurídica de cobrança da ENEL, estamos ligando antes de entrar com processo judicial.* Sem direito a defesa, sem absolutamente nada, intimidando, intimidando.

Então demonstra para todos nós de que há pressa, Presidente Fernando, há uma pressa muito grande, porque essa empresa já vem maltratando o cearense, e depois que ela resolveu, depois que essa Casa, o Judiciário e a sociedade cearense se juntou para dizer que *não aguentava mais*, ela já chutou o balde e não quer mais dever nenhum tipo de satisfação ao Ceará. Então é preocupante, e importante que a gente aja o quanto antes.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTNA (PT): Muito bem, deputado. Deputada Lia Gomes. Satisfeita? Então, eu acho que com a nossa querida senhora Valéria, do PROCON, fizemos aqui as nossas indagações; parabenizá-la pelo trabalho. Pedi, se puder, fique aqui conosco que podemos precisar fazer mais alguma pergunta.

SRA. VALÉRIA SOARES CAVALCANTE COLARES (PROCON): Estou à disposição.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Muito obrigado.

Vamos passar ao senhor Antônio Erildo Lemos Pontes, que é Presidente do Conselho de Consumidores da ENEL Distribuição-Ceará (CONERG), um Requerimento do colega Deputado Guilherme Landim.

Eu quero já agradecer a sua presença aqui conosco, e já passo a palavra a vossa senhoria.

SR. ANTÔNIO ERILDO LEMOS PONTES (CONERG): Boa tarde a todos. Inicialmente o meu boa tarde especial ao Presidente dessa Mesa, oDeputado Fernando Santana. ao vice-presidente Guilherme Landim que saiu, e os demais que fazem essa Mesa.

Dizer que vocês vão ouvir agora uma palavra um pouco menos técnica, vocês vão ouvir um Engenheiro Agrônomo, graças a Deus, com muito orgulho aqui no Ceará, representando a Federação da Agricultura.

A gente conhece de certa maneira os problemas da empresa localpelo tempo que a gente está envolvido com esse tema do Conselho de Consumidores. Eu teria uns dez minutos para falar aqui? Eu posso fazer uma historinhatambém, deputado, permite?

Então, assim, o tempo que a gente convive com os problemas da empresa local talvez nos credencie a falar de forma um pouco mais profunda sobre isso. Eu sempre representei a Federação da Agricultura do Estado, e lá é um Conselho que é um pouco diferente do modelo dosDECONs, dos PROCONs que atendem no varejo, nós atendemos mais no atacado.

No começo dos anos 90, 93, saiu àLei das Concessões para qualquer serviço público: água, telefonia e energia elétrica, que é o que cabe essa tarde aqui. E lá previa que dentro do seu seio, das empresas que foram para a Concessão tem que ter um Conselho de Consumidores que represente as

classes que lá estão representando. E no caso da energia elétrica são cinco Conselheiros; tem um rural e, naturalmente, ancorado a uma Entidade, já que nós representamos classes de consumo e não consumidores como faz bem o DECON, como faz bem os órgãos de defesa.

Então, o rural é a Federação da Agricultura; o industrial é a Federação das Indústrias; comercial é a Associação Comercial, o ente mais antigo do comércio do Estado; a parte residencial, a preferência é que a Resolução sugere é que seja de pessoas mais carentes, daí então é a Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza, mas tem ramificações no Ceará, segundo ela tem mais de 600 Associações ligadas; e o cliente poder público representado pela própria Secretaria de Infraestrutura, a SEINFRA. Então, são cinco classes que lá representam. E por alguma razão eu estou atualmente Presidente e já faço isso há algum tempo, vou e venho de acordo com as Resoluções, e defendendo com muita satisfação a Federação da Agricultura.

Alguns distribuem sopa, vão na rua, dão amparo a coisa, e eu preferi atuar nessa área, já que é um trabalho voluntário, nósnão recebemos absolutamente nenhum centavo por isso.A Resolução deixa muito clara esse detalhe, e é bom que eu frise aqui sobre isso.

Mas assim como suas palavras, deputado, na sua fala, você deixou uma coisa que me marcou muito quando você me disse que *a empresa ENEL não temclientes*. Eu digo isso já há muito tempo. Que bom que eu estou recebendo uma voz de autoridade semelhante a minha, já que eu não tenho muito poder de decisão. Mas ela tem esse modelo que ela trata o cearense ela trata como quatro milhões de consumidores que trata no varejo de todo mundo mais ou menos igual, e se alguém tem uma demanda mais urgente do que outro, isso é uma dificuldade muito grande para ser atendida.

Esse Modelo de Concessão, depois que a nossa Coelce, a nossa Coelce que a gente tem que falar com orgulho, depois que a nossa Coelce passou a ser explorada por terceiros, por estrangeiros, ela tem três fazes muito clara.

Em 98 houve exatamente, e na época o governador hoje senador Tasso Jereissati, houve exatamente a venda da ENEL, a transferência, aquele um bilhão que a gente viu falar por aí muitas vezes, e houve a transferência para ela, ficaram alguns compromissos num lado e de outro. Mas o primeiro grupo que esteve aqui, um grupo liderado por chilenos, esse grupo de alguma maneira ele não enxergava a gente aqui como alguém com competência para levar o serviço.

Eu queria das minhas primeiras palavras dizer, assim como o nome que o senhor citou Osvaldo Férrer, que eu conheço muito bem, existe uma quantidade grande de colaboradores nessa Casa, que

ainda permanecem, dá mais alta qualidadede competência para atuar em qualquer empresa de distribuição nesse país.O grupo daqui é extremamente competente.

Eu queria dizer isso porque eu vou usar de algumas palavras mais pesadas, mas queria dizer claramente isso, que talvez parte deles entenda que o que eu digo assim como a sua indignação nas suas palavras iniciais as minhas também estão fortes, e eu estou aqui acolá perdendo também aestribeira e deixando de tratar simplesmente como um tema disso, e dizendo que talvez quem ganha o salário aqui da Companhia não posso dizer, porque quem está aqui com o seu salário se ele disser alguma coisa que desagrade ele será trocado provavelmente por alguém de salada inferior, para fazer o dobro do que aque ele faria.

Então, isso é uma casa que a gente vem acompanhando, no modelo que tá aí, talvez não só da ENEL, mas de outras também, pelo modelo empresarial que, às vezes, precisa de alguma maneira mudar e precisa de uma fiscalização mais eficiente como o senhor bem citou.

Então o modelo chileno veio aqui e provocou alguns desastres aqui dentro da Companhia, algumas mudanças não só desses 138 mil que o senhor citou no início, foi citado de mudança de categoria, mas houve mudanças muito graves, e aí chegou ao ponto da Agência na época dizer: *Ou vocês corrigem imediatamente esse problema ou vocês perderão a Concessão.*

Aí entra a fase dois da Companhia. Isso por volta do ano 2000, 2001 quando houve esse desastre. A multa naquela época foi nove milhões e 700 mil reais, quase dez milhões de reais. Eu já estava no Conselho e percebendo que a multa atingia os consumidores do Estado, percebendo isso a gente fez uma solicitação. *Bom, se o dinheiro é uma multa por cearenses prejudicados porque a gente não devolve o dinheiro para os cearenses em benefício do prejuízo que eles tiveram?* E nós construímos cinco projetos, inclusive com o PROCON, que era uma Cartilha que naquele tempo já estava nascendo o Direito Consumidor, que a gente pudesse fazer uma multiplicação, e construímosseis projetos. O DECON não tinha assento, mas também teve direito.

Então, para a indústria era sobre a eficiência de motor; para o rural era reativação daquela usina que tem lá no Arara Norte, na Varjota, que tem a usina da Chesf para gerar energia e ajudar naquele perímetro, e gerar energia, ser parte da energia do pessoal; industrial era sobre troca de motores; o comercial tinha alguma coisa sobre a eficiência, e cada classe tinha alguma coisa.

E na Resolução permitia, a Resolução 138 da ANEEL. E o que é que aconteceu com o ANEEL? A ANEELdescobriu, diante da nossa pressão,pressão, vamos lá, vamosresolver! Não deixa esse dinheiro correr para dentroda União misturar com os outros que ele nunca mais volta. Ele cai naquele saco

comum, naquela vala comum, - olha os meus termos de agrônomo, – e aí pelejamos, e a ANEEL descobriu que ela tinha dado direitoaos Conselhos de fazer que não tem personalidade jurídica. Como é que eu posso administrar recursos se eu não tenho personalidade jurídica? E aí saiu a menor Resolução da ANEEL puxada pelo Erildo, foi uma Resolução de duas ou três linhas dizendo que *os Conselhos não poderiam fazer a função de administrar recursos dessa forma.*

Então esse recurso caiu no bolso da União e os produtores cearenses, qual foi o benefício que veio? A ANEEL colocou lá uma imposição para o grupo que explorava e naquele tempo o grupo tinha mistura, mas quem estava aqui realmente eram os chilenos; ou eles faziam uma modificação ou perderia a Concessão.

E aí veio da Espanha, entra a fase dois dessa minha história, que veio um cidadão da Espanha, Manoel Camacho, que três meses se transformou a ENEL na melhor empresa do país. O que ela era antes como estatal, e aí nós estamos falando no período da Concessão, o período da exploração pública. E aí voltou essa empresa e ele veio com carta branca para tomar decisão aqui na Barão de Studart, ali onde temos a antiga Coelce, e tomou decisões e decisões corretas, e deu crédito para quem estava aqui; foi quando algumas pessoas do Estado assumiram posições de destaque, alguns deles o Dr. Nunes, e a empresa cresceu de tal maneira que foi, depois disso, não sei se a partir de 2003 ou 2004, ela foi seis anos consecutivos a melhor empresa do Brasil em todas as avaliações, exemplo para qualquer outra, qualquer modelo, virou um modelo para o Brasil. E durante onze anos essa empresa se tornou a melhor do Nordeste.

Todo esse período muito bom, as coisas andando naturalmente com as cobranças, há sempre a necessidade de melhoria. O grupo no começo aí dos anos, da segunda década, já em 2010/2012, 2012 para cá comprou, foi passado à maioria da ENDEZA que foi adquirida pelo nosso grupo italiano. Era um grupoque não era tão muito grande em nível de mundo, era dona da Itália e por ali uma coisinha, mas começou a crescer muito explorando aqui a nossa América do Sul. E o Brasil o grande destaque, adquirindo lá a Ampla no Rio de Janeiro que virou e Anavile adquirindo aqui a do Ceará, mais recentemente adquiriu a empresa de Goiás e depois a de São Paulo.

E aí você tem todos os modelos em quatro distribuidoras grandes. Bom se nós somos competentes pelo menos em algumas vamos ter dificuldade. Mas vamos pegar aquela de melhor exploração, que é uma empresa de boa exploração fácil de gerir é uma empresa compacta. Para que empresa melhor do que a empresa de São Paulo em que você tem uma densidade demográfica excepcional em termos do número de cliente, quer dizer a mesma rede atende milhares de clientes, é só

um reforço de rede, não é uma empresa como Goiás que você tem uma densidade muito espalhada, muito campo, muito problema no campo, muito produtor querendo irrigar e a energia do campo sempre é muito ruim. Esse grupo começou a fraquejar de tal maneira que nem São Paulo, nem Ceará, nem Rio de Janeiro, nem Goiás, nenhuma das quatro empresas tiveram qualquer posição de destaque nesses últimos anos no Brasil.

Então não é questão de dizer que é aquela outra dificuldade. Eles estão com o filé. A carne de segunda todas elas com a mesma dificuldade.

E aí deputado, ao final eu queria lhe passar, se o senhor aceitar, este documento. Este documento nós fizemos associados a alguns anos de experiência de acompanhamento do problema lá da ENEL, e nós mandamos exatamente para o senhor do grupo que chama Nicola, fica lá em Niterói. E por que nós mandamos esse documento? Porque nós percebemos, - algumas palavras que eu estou dizendo são palavras minhas e algumas do nosso colegiado, - algumas vezes eu estou colocando por mim, mas todos conhecem a minha posição lá nas reuniões mensais que temos lá no Conselho, e faltou dizer como funciona.

Sentindo aquilo que o senhor falou antes, de queas decisões aqui em Fortaleza são extremamente limitadas, qualquer coisa maior que não se decide aqui em Fortaleza, e os colegas aqui não pode dizer isso nem assume que isso existe. Mas eu como Presidente do Conselho e fui escolhido para sentar na cadeira, eu olho no olho e digo: *Você não toma decisão nenhuma aqui.* A forma como você trata o nosso cliente no que chama Obra, o que é uma Obra dentro da ENEL? Talvez todos saibam, mas eu vou só reforçar aqui para quem está ouvindo.

A partir do momento que eu vou ligar uma casa, uma rede, um comércio ou uma indústria que necessite pelo menos um poste, isso é uma obra. Quando eu ligo só àquela ligação da rede direta para uma casa é uma ligação comum. Então a ligação com obra, que é o grande problema, o grande gargalo do problema a partir do momento que você precisa disso, começou a ver um atraso, um crescimento muito grande dessas obras de atraso, e atrasos que chegou à época de ter 15 mil obras em atraso, 15 mil obras, tipo assim, umas oito mil dentro do prazo e mais outras nove faltando.

E entramos em alguns compromissos com essa Companhia, nós entramos como Conselho, mas os compromissos são feitos com os agentes que são esses aqui é a ARCE aqui, no local, e a ANEEL lá em Brasília. A ARCE aqui é uma subcontratada. Vá fiscalizar o assunto do problema lá! Se ela vir outra coisa mais diferente ela não age, porque ela só recebe para aquele específico, para aquele tema específico de fiscalização e cada dia está mais restrito isso.

O que acontece é que a qualidade do serviço caiu, caiu, caiu, caiu. E eu estou convivendo agora ou é o terceiro ou é o quarto Acordo que esse grupo faz com a ARCE, com a Agência Nacional a ANEEL, em que agora, 31 de setembro deverá estar com o *aceitável* no mercado na média daANEEL que seria 95 das obras em diae 5% mais ou menos de obras fora dos prazosregulamentares.

Eu sinto muita dificuldade, às vezes, em aceitar que às vezes as dificuldades são muitas vezes colocadas, isso dá prazo para a empresa, colocada na culpa no ente ambiental.

Todos conhecem aqui a Lagoa do Uruaú. A lagoa do Uruaú está lá e é uma APAé um ambiente todo protegido, cheio de restituição. Mas tem uma pessoa que procurou e já está aí há muitos meses pelejando para fazer uma ligação, depois eu posso lhe mostrar no painel, uma rede que passa ao lado. A ligação para o coisa é questão de três metros; se eu não quero usar essa, do outro lado da rua tem passando uma 13.8 que a distância é 15, e a empresa diz que *tem que ter uma Licença Ambiental.* Eu perguntei para o órgão ambiental, e o órgão ambiental: *Não. Ele pode pediruma liberação de não precisar dar Licença*. Mas não existe boa vontade da empresa em ajudar o cliente.

Eu pergunto para o Regulador Agência Nacional, e mostrei para a pessoa envolvida com esse nível de análise, e ele disse: -*Erildo, não existe nenhuma restrição ambiental, quem diz é o local*. Isso está rolando há vários meses.

E quantos clientes a gente tem que nos procuram pelo fato de a gente ser presidente, e chegam lá e a gente não tem resposta. E para mim é muito claro o que está acontecendo, é que há uma centralização nas decisões, então nós vamos soltando a obra para as Distribuidoras, para as empresas terceirizadas a conta gota.

Porque alguns meses estavam faltando um percentual menor e a empresa já estava demitindo grupos de colaboradores? Cada equipe, eles chamam de equipe, são, salvo engano, seis ou sete homens que saem para uma missão de fazer uma ligação e tal, tal. Dois meses atrás, antes de atingir, nós estamos em setembro, três meses atrás, em junho, nós temos reuniões, deputado, lá, mensal, toda segunda e quinta-feira do mês é uma reunião, aResolução diz que tem que ser seis por ano e nós optamos fazer doze, uma a cada mês. E aí quando você está lá conversando com eles, eu digo: Porque você quer colocar a empresa daqui a quatro meses, três meses que faltava para setembro,foi na reunião de junho, com 95 de obras, porque você está demitindo turma agora? Porque você não consegue, se você tem boa vontade, porque você não faz isso em agosto e depois demite? Porque você não faz isso em junho? Tem que esperar setembro? Porque vocês não dão um crédito para nós já que os outros planos não foram cumpridos? Aí você entra na história da Agência Reguladora que ela pode ser cúmplice disso.

Eu também tenho as minhas restrições àAgência Nacional, e tenho exemplos claros de situações em que a ANEEL, em que a balança da ANEEL trabalhou em favor da Distribuidora. Ela não foi fiel. Ela trabalhou. Eu cito já um exemplo. E tenho conversado e ANEEL sabe disso, sabe disso que eu tenho colocado.

Existe uma coisa que acontece todo ano, e nossa data aqui de aniversário é 22 de abril, fácil de decorar, que a história diz que foi o descobrimento do Brasil, mas 22 ficou na nossa história desde que a gente estuda, e aí, a cada quatro anos tem uma revisão geral de tudo, e a cada ano aquele reajuste anual. Esse ano foi uma revisão. E nós no compromisso de defender os clientes fomos até à ANEEL no dia do batimento do martelo, no dia que ele define qual o percentual médio será aplicado.

Estiveram aqui em Fortaleza, deu uma média de 3,05, numa audiência que houve lá no Sebrae, e quando nós chegamos à ANEEL esse valor estava próximo a quatro. Por que você está aumentando para quatro? É porque em novembro e dezembro de 2022 entraram muitos consumidores da GD, e aí nós tivemos que fazer a conta em cima desse monte de gente que entrou. Digo: -*Não, mas você tem uma Cartilha, tem umProret (Procedimentos de Regulação Tarifária) que diz que a média de entrada de consumo para efeito do cálculo de reajuste é em cima dos últimos 12 meses e não do último mês.Está dito por você na sua bíblia que é oProret. E você vai usar isso por quê?* Isso foi mais 65 milhões na conta dos nossos consumidores, de última hora.

A ANEEL bate o martelo, mas ficou lá o registro e ainda está lá para eledefender pra gente, está lá um processo da nossa parte, e como Conselho eles têm que acatar para dar um retorno sobre isso. E tem outros anos em que já houvecoisas que a gente precisa disso.

A cúpula do setor eletro nacional pula muito de cadeira, hora está no ministério, hora eu estou não sei o quê, hora eu estou dirigindo uma empresa, hora eu estou numa ANS, hora eu estou no CCE, mas são pessoas que ficam lidando e trabalham muito em nível da cúpula.

Então nós precisamos voltar ao tempo do espanhol, que a empresa foi grande, a empresa é muito boa de administrar, mas infelizmente decisões centralizadas. Eu coloco aqui só um exemplo que nos incomoda muito, e nós temos esse calo lá dentro da Agência Nacional, e ela está tentando resolver e a empresa que não abre mão. Eu não aceito, eu não posso admitir que alguém me justifique fechar uma Loja de Atendimento no Conjunto Ceará. Eu não posso admitir que uma empresa arranje qualquer justificativa para fechar uma Loja de Atendimento no Conjunto José Walter. Qual a razão lógica para isso? Na pandemia, fecharam.

Eu me posicionei claramente com a ANEEL e disse: Por que você dá tanto apoio numa Loja aqui na Aldeota, por trás do Center Um, e que quem mora no Center Um ali, muitas vezes, já tem o seu computador e faz tudo isso quase de casa. E nós pegamos um conjunto numa região que é muito horizontal, não tem prédio no José Walter, não tem prédio no Conjunto Ceará, residencial tipicamente; se tem um comércio forte é porque as pessoas realmente, o cearense gosta de trabalhar, e a crise levou a isso. Muita gente teve que se virar fazendo um pastel, vendendo alguma coisa na porta de casa para sobreviver, é natural, mas o Atendimento de se deslocar de lá para vir para a Aldeota, para ir paraParangaba, para ir paraMessejana?

Então nos argumentaram algumas vezes que tinha um Estudo. Eu nunca recebi, o Conselho nunca recebeu esse Estudo. E hoje nós estamos aguardando a ANEEL se posicionar. Nós queremos e achamos que os clientes daqueles dois bairros merecem isso.

A classe rural que eu representotem tido bastante dificuldade. Eu tenho inúmeros casos de atrasos e atrasos significativos. O que mais me incomoda, deputado, e me incomoda muito, e eu não gostaria de estar sentado na cadeira, porque o Seu Manoel que tem um terrenozinhoem Aiuaba, perdão de citar um exemplo, mas eu queria citar um exemplo na distância e na dificuldade, mas nada relacionado com qualquer coisa, precise às vezes encontrar ajuda de um Presidente de um Conselho para que a energia chegue lá. Etêm muitos casos como esses.

Semana anterior eu estava com uma pessoa que cria camarão naquela região ali perto de Itaiçaba, e o cidadão passou sábado, domingo, segunda, terça, quarta sem energia, criando camarão sem energia é... algumashoras sem aração no camarão você sabe que morre. Não precisa ser um técnico para saber que aquilo ali não é à toa que tá funcionando. Eo resultado é que nós fizemos uma interferência na quintaestava desde sábado sem energia, na quinta o carro estava lá. Eu digo: *Mas não precisa ser dessa forma. Eu não quero ter esse papel!* Esse não é o meu papel! Nós não podemos ter tratamento diferente para as pessoas porque eu sou o Presidente do Conselho, que é uma autoridade muito pequena, mas porque eu sou e tenho acesso privilegiado o cidadão ser atendido. Não pode ser dessa forma. Vamos tratar o pessoal desse jeito.

Outro dia tinha aquiuns postes na Paraipaba, ali pertinho de um cliente rural também, uma pessoa muito conhecida, os postes estavam no último ferro, ferrugem comendo, uma rede de 13.8. A pessoa já tinha feito, deputado, 20 Reclamações, e mandou para mim essas Reclamações, e eu apresentei lá,e com uma semana depois resolve o problema. Não está certo isso! Eu não posso aceitar que eu precise interferir porque não é o meu papel.

Por isso que eu digo: A empresa poderia olhar para as pessoas como consumidores, atendendo a demanda da pessoa,a vontade e, principalmente, o setor carente. Nós dependemos muito. Nós temos um setor primário muito pungentequerendo produzir, querendo funcionar, e fica uma dificuldade que você não imagina a dificuldade, e sempre tem uma culpa no meio ambiente.

Eu tenho certeza que, e eu interajo muito com o órgão ambiental do Estado, o órgão ambiental do Estado Ceará talvez seja um dos que esteja mais avançado; avançou, tem muita coisa que se resolve sem ir lá, vai pela internet se faz lá. Há muita boa vontade do órgão ambiental, mas a Companhia eu sinto que ela precisa mudar.

As minhas palavras aqui são palavras assim de querer contribuir. E quase encerrando, eu queria dizer seguinte: Eu estou com uma esperança de conhecendo essa história, porque, assim, as pessoas que tomam decisão elas são pessoas que, às vezes, precisam de mudança. Eu soube de forma, por algumas amizades, que em nível de Itália onde tem lá a pessoa que toma a decisão houve uma mudança. Isso nos traz uma esperança de que essa mudança, esse cidadão que lá na Itália assumiu o grupo passe a enxergar diferente, tenha outras estratégias, outra forma de tratar, outras diretrizes, dizendo melhor,em nível maior, para que as empresas relacionadas com o grupo possam ter uma posição melhor e possam melhorar o serviço. Afinal de conta o Ceará é um estado considerado universalizado, e todos os clientes que tem pedir tem que receber essa energia num prazo curto.

Colocar uma Resolução debaixo do braço para justificar ao cidadão que está precisando de energia, eu acho que não é um argumento que mereça fazer com isso. A empresa precisa realmente mudar. Acho que quem está ouvindo a gente aqui na TV Assembleia, alguém que seja colaborador da ENEL vai entender que as minhas palavras não querem atingir particularmente ninguém. Mas é da defesa realmente de nós como cearenses que tanto merecemos um tratamento melhor. Tanto que queremos crescer e, às vezes, esse impedimento é feito às vezes dentro da casa e poderia agir diferente.

Eu tenho absoluta certeza que poderia haver mais boa vontade.Eu já disse para a empresa: Podia ter um grupo para estar sanando esses problemas mais urgentes e não tratando tudo igual, porque essa forma de gerir está dando que dá. Essa insatisfação que a gente conhece do cliente, se você perguntar há insatisfação de todas as classes. E nessa Casa, seguramente, passa muito disso. A insatisfação é muito global.

E queríamos muito estar batendo palmas aqui, deputado, eu queria muito estar batendo palmas. Eu sou muito franco, muito sincero, e digo para eles: Na hora que vocês atingiram alguma coisa melhor do que estão eu serei o primeiro a aplaudir. Agora, por enquanto, mostrem crédito, porque vocês estão

um pouco sem crédito para a gente defender alguma coisa. A gente precisa de melhorias. E tenho certeza que o grupo podia fazer melhor em vez de só olhar a gente como mais um número. Eu queria que visse individualmente cada um como cliente. Eu me sinto muito, muito mal quando eu resolvo um problema de alguém. Satisfeito pela solução, mas insatisfeito porque eu não queria estar nessa posição para isso.

Obrigado. Eu espero que tenha contado um pouco da história, e perdão se eu me alonguei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT):Não. Foi excelente a sua fala, Seu Antônio Erildo, eu quero agradecer.

Passo aqui a palavra para o colega Deputado Guilherme Landim. Antes de passar,Deputado Guilherme, só fazer duas observações aqui sobre a fala do senhor Erildo.

Primeiro, Seu Erildo, essa sua fala dessa mudança de alguém lá na Itália que possa conduzir a empresa mundo afora, tomara que esse que assumiu seja cearense para sentir um pouco da dor que nós estamos sentindo aqui. Porque o que eu tenho percebido é que a ENEL só visa o lucro. Aí é a minha a minha observação do fechamento dessas Agências que vossa senhoria citou, é porque ela só visa lucro.

Eu vou falar aquio que eu falei, hoje, no Plenário da Casa, e deixar claro que é uma denúncia, nós precisamos apurar essa denúncia. O Deputado Felipe Mota me ouviu hoje, pela manhã. (Deputado Agenor Neto, seja bem-vindo). Nós não queremos aqui cometer qualquer ato de irresponsabilidade de condenar quem quer que seja ou à própria empresa sem apurara denúncia, mas é uma denúncia grave.

E aproveitando a sua presença aqui do Conselho dos Consumidoresda ENEL, dizer para o senhor que a denúncia que eu tenho, é que um tempo atrás a ENEL aqui, no Estado do Ceará, comprou equipamentos para fazer a manutenção, e aí a pessoa nos deu um número de aproximadamente 700 milhões de reais de compra de equipamentos. E quando essa Casa começou a reverberar o sentimento do povo cearense, e a ENEL começou a dizer que pretende vender os seus Ativos, que muito nos estranhou e nos estranha até hoje, porque uma empresa que tem Lucro Líquido de 600 milhões reais por ano, ela jamais estaria querendo vender os seus Ativos se não tivesse algum problema. Então a denúncia é que esses 700 milhões reais de compra, Deputado Guilherme Landim, de equipamento, ela começou a vender no mercado paralelo. Como ela tá vendendo no mercado paralelo, e repito, para deixar claro, isso é uma denúncia que nós ainda estamos apurando, não estamos aqui fazendo nenhum julgamento, ela estaria vendendo isso no mercado paralelo, ou seja, faltando equipamento para a manutenção das Reclamações e das Denúncias que o consumidor cearense tem feito, não sei nem contabilizar contas por dia, e por isso aumentou, ou melhor, triplicou a sua lucratividade de 2021 para cá.

Nós temos aí antes de 2021, em medos de 2018, 2019, Guilherme Landim, uma lucratividade de trezentos e poucos milhões por ano, passando ali por 2020 para 588 milhões de reais, e esse passado, 2022, para um valor aproximadamente 630 milhões de reais, mais ou menos por aí.Então é muito esquisito esse acréscimo, e essa denúncia junto de que eles estariam vendendo os equipamentos no mercado paralelo. Nós estamos apurando; tem muita denúncia nesse sentido.

Eu queria ouvir o senhor sobre essa denúncia, e repito, é uma denúncia que está sendo apurada. Outra denúncia que vem junto com essa é que a empresa já teria vendido os seus Ativos para a empresa Equatorial. Tem uma denúncia que equipamentos da Empresa Equatorial como veículos já estão aqui em municípios que fazem a divisa com o Piauí. E aí nós estamos apurando se de fato eles venderam para a Equatorial ou se por não ter mais o equipamento para fazer manutenção eles estão terceirizando com a Empresa Equatorial aqui do nosso Estado vizinho Piauí, e lá tem uma CPI contra a Equatorial, é bom relembrar aqui para quem está nos assistindo e nos ouvindo.

Nós estamos aqui combinando inclusive de uma comissão ir lá ao Piauí visitar o Parlamento e entender sobre essa CPI, e visitar a Equatorial, porque poderá ser essa empresa que venha prestar o serviço aqui no Estado do Ceará. O que está ruim pode ficar ainda pior.

Então, eu queria ouvir o senhor sobre essas duas denúncias. Uma, sobre essa venda do equipamento da manutenção no mercado paralelo; e sobre se vocês têm alguma informação se ela já vendeu os seus ativos para a Empresa Equatorial?

SR. ANTÔNIO ERILDO LEMOS PONTES (CONERG): Bom, sobre essas denúncias que você falou realmente eu desconheço, e sobre a venda para a Equatorial também eu desconheço. A informação que nós tínhamos da própria presidência era que até final de setembro seria concretizada a operação. Recentemente eu conversei em *off* com algumas pessoas, e parece que isso postergou até dezembro, muito provavelmente até pela chegada desse novo senhor que soube que esteve essa semana no Brasil, já esteve conversando com a ANEEL, é um cidadão que já morou aqui no Brasil algum tempo, conhece bem o Brasil e fala português, o que já seria uma vantagem para nós pelo menos, imagino. Não é cearense, mas de qualquer maneira já é alguma coisa que a gente vislumbra, porque piorar é mais difícil.

Mas uma coisa que está aí no meu Relatório que eu lhe passei com relação ao lucro, ele falou aí lucro de 2020 para 2021, e o que me chama atenção não nessa linha que você falou, é de uma empresa que existia do grupo que é TR-Fortaleza, a Térmica Fortaleza, dentro do mesmo grupo, instalada aqui no Pecém. Essa empresa sem gerar um quilowatt teve um Lucro Líquido, e está aí apresentado, eu posso ler na página, em quase 70% do que lucrou toda a empresa ENEL em 184 municípios do Ceará. E ali no

Pecém eu não sei se ela ocupa seis, quatro ou cinco ou dez hectares estourando, com dois ou três vigias lá pastorando. O Lucro Líquido daquela empresa foi mais ou menos 70% do que lucrou toda a ENEL distribuição no Estado inteiro. Está numa página aí e tem esse número mostrando inclusive o tamanho desse lucro.

O que é que acontecia? Essa empresa não gerava e comprava energia num preço muito baixo no mercado e vendendo por um preço de um Contrato que foi feto no ano de 2003, quando eles chegaram aqui, e se venceu agora em 2023, no meio do ano, e ela comprava energia barata no mercado e vendia por força de um Contrato, e esse Contrato fazia com que ela colocasse que isso justificava o fato. Eu disse: *Olha, Contrato tem que ser honrado, absolutamente serão honrados.*Mas quando ele é fora da realidade, quando você tem boa vontade e vê que ele está absolutamente moral, absolutamente moral, é preciso ser visto. Uma coisa era do ano 2000, 2021, 2022 que estava numa situação que você estava vendo. Agora, vocês não estavam gerando nada. Vocês estavam manipulando papeis e ganhando dinheiro em cima de papéis. Se vocês tem boa vontade com o povo de uma região carente.

Eu lembrei assim, nós somos do Ceará nós somos, arredondando mais ou menos 4% da população do Brasil, mas nós somos 2% do PIB, um pouquinho mais de 2%, está melhorando agora. Então nós somos um Estado extremamente pobre. Como é que você vem explorar uma Concessão num Estado pobre e faz uma coisa dessas abertamente porque tem um Contrato? O Contratoestava tudo bem, mas ele está*extrucitamente*do lado das coisas, vocês estão negociando papel e tirando dinheiro de uma pobreza como a nossa. E representava mais ou menos a metade do que a gente colocava, deputado; têm números aí, eu lhe mostro a página, eu lhe mostro esse número direitinho.

O Conselho tem a prerrogativa de poder contratar Consultoria, e nós contratamos consultoria de um consultor que nos ajuda para que me dê mais amparo na minha fala sobre essas coisas. Esse camarada é um cidadão que já foi de dentro da ANEEL, Agência Nacional.

Eu falar um exemplo aqui interessante, dentro dessas coisas, assim, quando nasceu aquela bandeira tarifária, deputada, a bandeira dizia que você, cada vez que você tinha 100 quilowatts você pagava,sei lá, cinco, seis reais, se você tivesse amarela;dez reais se tivesse vermelho, e 12, 15 se tivesse patamar sem ser preciso no número, mas pagava um valor.

Existe um consumidor que eu defendo, acho que um deputado falou comigo agora quando eu cheguei que é o consumo rural, e esse consumidor rural, a gente começou a encontrar nas letras pequenas que o cálculo dessa bandeira tinha que ser proporcional. E o consumidor rural chama irrigante, que é obrigado a irrigar de noite, às vezes, passa a noite acordado, é um sacrificado, porque, às vezes,

ele não tem dinheiro para automatizar o sistema. Então, de nove e meia da noite até seis da manhã eu tenho um benefício, que está sobrando energia, boa parte das indústrias paradas, e aí nós usamos essa energia mais ou menos dá em torno de pouco mais de... perto de 11% do valor que você pagaria normalmente, mas a energia estaria parada, eu não conseguiria botar a energia do vento para gerar se eu não tivesse esse consumidor. E aí a bandeira quando era calculada eles colocavam para o produtor a bandeira cheia e dava o desconto só na energia.

E nós fomos conversar com a Regulação aqui, em Fortaleza, a Regulação disse: *Não, a coisa é desse jeito mesmo.* E eu digo: e vocês não estão...e eles: *não, mas é interpretação sua*. Eu disse: Eu não sou jurista. Mas a interpretação está dizendo aqui que a bandeira também tem que ser proporcional. Não, mas não é. Duas, três reuniões aqui em Fortaleza ninguém abria mão.

Está bom. Conversei com o diretor do grupo lá de São Paulo, ficava no Rio, perdão, e disse: Ô fulano de tal, o pessoal aqui...se fez que não sabia, porque, assim, acho que a gente é idiota também, não é, às vezes, o cara, cearense véi com cara de besta e tal. Os seus pupilos lá no Ceará da Regulação estão cobrando bandeira tarifaria cheia do nosso rural irrigante, isso não pode está certo. *Erildo, não pode estar acontecendo isso*. Pois está! Você não sabe não? *Não, sei não*! Está bom. E o que a gente ia fazer? Dê uma olhadinha, você tem quinze dias para me dar uma resposta, e nós vamos agir, mas preciso de uma resposta mesmo.

Fomos agir e ao mesmo tempo eu acionei um pessoal de um perímetro irrigado importante aqui o DIJA (Distrito Irrigado Jaguaribe Apodi) que mandou uma carta para ANEEL, e lá eu conversei com o Regulador da ANEEL, nós temos essa facilidade por ser Conselho, e o Regulador disse:*Erildo, eu vou apreciar porque a sua defesa tem lógica.* Começou apreciar, chegou a coisa, quando o outro concordou que havia um erro dentro da ENEL já tinha era uma determinação lá, e a Carta chegou para nós: Olha, você tem que devolver para os irrigantes. E o que nos pasma e nos deixa preocupados? Na era do computador eu não admito que as contas sejam falhas muito grandes. Quando nos apresentaram os primeiros números já apresentaram: *Tem mais ou menos oito milhões para devolver para o consumidor.* E disse: Como foi o seu cálculo? Eu tenho um consumidor que é 940 mil, que é o DIJA, só um consumidor, o resto do Estado todinho irrigante só dá mais outros sete? Não, só dá mais outros seis e poucos? É. Você tem certeza que não quer refazer a conta? Não. Foi refazer a conta subiu para 14 e meio. O computador, alguma coisa não está muito boa nessa história.

Então me incomodam certas coisas, o meu Presidente Amilcar, da Federação, está com um processo, o deputado sabe disso, e aí a gente está agindo porque a Resolução tem uma interpretação,

mas diz que nós temos direito de receber isso em dobro. E por que você faz uma coisa dessa e se engana? É um engano muito esquisito.

Então como você disse, esses dois exemplos que eu citei da empresa de Térmica que funcionava aqui no Pecém sem gerar, com troca de papel, gerando 70% do lucro que dava a empresa distribuindo inteira, mais uma situação dessas no rural, mais outros casos de mudança de rural que tentaram mudar e a gente não deixou, não deixou no sentido de argumentar e eles depois baixaram a cabeça e voltaram atrás. Mas queriam mudar captações de perímetros irrigados, porque disse que o perímetro irrigado não é mais um ente, ele vira uma federação e a federação não pode ser cobrado como rural. *Mas, meu amigo, essa água vai pra onde?* Eu estou puxando água, a mudança é do nome, porque o nome não é dizendo irrigante você quer que o cidadão pague como comercial. Queria que pagasse como comercial.

Então são mudanças que às vezes nos preocupa, às vezes querem forçar alguma coisa e o lado financeiro começa a pesar e nos deixa preocupados. E precisa essa Casa estar realmente alerta; e parabenizo à iniciativa, naturalmente com muita responsabilidade de todos os lados. Eu não estou dizendo nenhuma coisa aqui que não seja bem fundamentada. Tem que ter muito cuidado. Estão falando que é uma empresa de capital aberto, a maior empresa do Ceará, a maior recolhedora de ICMS do Estado, tem que ter. Mas o lado social da empresa que explora uma concessão em que a Agência Nacional está lá e não existe risco, tudo o que acontece joga para o consumidor, tudo que aparece de novidade joga para o consumidor. Cada dia a nossa conta que quando eu comecei pagava em torno de 30%, era soma de todos os encargos e tributos, hoje está perto de 50. É isso que nós temos no Brasil.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Muito bem, tomamos ciência. Passo a palavra ao Deputado colega Guilherme Landim, Relator da CPI.

SR. RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): Deputado Fernando; senhores, senhoras deputadas, cada novo depoimento aqui nos mostra que o problema é muito maior do que o que a gente imaginava, Deputado Felipe Mota, Deputado Agenor. É realmente estarrecedor escutar o que nós escutamos do Presidente da ARCE, agora o que estamos escutando aqui do Presidente do CONERG que é o seu Erildo.

Eu escutei,Erildo, essa sua explicaçãoinicial já umas quatro vezes dessa história, desde a privatização, de que a Coelce, lá em 98, era a melhor empresa distribuição de energia do Brasil, depois chegou esse grupo chileno e arrasou o Ceará, e nós fomos para as últimas posições. E houve, naquela ocasião, é isso,Presidente Fernando, que nós não estamos vendo agora, e a gente precisa abrir os olhos do Governo Federal, do Congresso Nacional, Deputada Gabriella, que tem o seu irmão que faz um

grande trabalho lá, e na ocasião, lá atrás, a ANEEL chegou aqui, no Estado do Ceará, e deu um ultimato, ameaçou a empresa e disse: *Ou vocês mudam a forma de gerir ou vocês vão ser colocadas para fora, vocês vão perder a Concessão*. E houve uma mudança radical. Um novo grupo chegou, tomou conta da empresa, e de último lugar ela passou de novo a primeiro lugar, e passou vários anos assim. E agora o que nós estamos vendo, dia após dia, é a deteriorização do serviço e nós não vemos nada por parte da ANEEL.

Isso a gente vem batendo muito, e eu acho que tem que ser aprofundado, mas têm muitas outras denúncias. Nós deveremos, nas próximas reuniões, escutar aqui a APRECE, imagino eu.

E agora eu tomei conhecimento de que a ENEL ficou com um recurso inimaginável da conta de iluminação pública, da contribuição de iluminação pública de muitos municípios; e esses municípios começaram a cobrar, e agora ela está mandando uma carta para os municípios dizendo que tem um valor residual. Tem nada de valor residual, Deputado Felipe, é um recurso que ela ficou indevidamente, e era dos municípios, e a população pagou como contribuição de iluminação pública, e a ENEL ficou para ela nas contas. Quando ela viu que os municípios descobriram, aí ela chega agora fazendo esse tipo de conta que o senhor Erildo acabou de nos passar, aí chega o município que tem aí, - nós temos denúncias e nós vamos apurar isso, - tem município lá que nos cálculos do município chega a cinco milhões de reais, aí ela chega diz: *Município* - isso por ofício -, *nós encontramos aqui um valor residual de dois milhões, e aí queremos fazer uma negociação, você está devendo aqui à ENEL*, - que eles encontram logo conta que os municípios estão devendo, -*você está devendo "X" e nós temos isso aqui para lhe passar, sem juros, sem correção, sem absolutamente nada.* E aí, forçando os municípios a assinar isso.Então é outra denúncia que nós vamos fazer.

Eu queria, senhor Erildo, que o senhor nos passasse aqui, nos respondesse duas perguntas. A primeira que nós vimos aqui que através de Resolução Normativa a ENEL tem que sentar com o Conselho, se não me engano, uma vez por ano, para trazer para vocês as devolutivas das suas Reclamações; o que é que ela fez; o que não fez e por que não fez. Eu queria que o senhor pudesse nos explicar como é que está isso em percentual, mais ou menos, se ela tem atendido essas reivindicações aí que chegam até ao Conselho.

Também, se o senhor tem conhecimento, e se pode falar aqui algo em relação a isso, que nós também recebemos outra denúncia. Lá atrás, pelo que nos passaram, quando era Coelce, mas já era privatizada, inventaram aí uma Coelce Plus, era isso, Coelce Plus ou era Coelce "X"? Não sei se você lembra-se disso.

SR. ANTÔNIO ERILDO LEMOS PONTES (CONERG): ENEL "X". ENEL "X".

SR. RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): Agora tem ENEL "X". Então que era Coelce Plus. Era uma empresa paralela que fazia projetos e quando você queria dar entrada em alguma coisa na Coelce, se não fosse através dessa empresa dela nada andava. E aí foi autuado pelos órgãos de fiscalização; teve que pagar multa e acabou com essa empresa.

Agora, da mesma forma, eles criaram uma ENEL "X", e essa ENEL "X", a energia solar que as empresas têm feito agora, a energia como é que chama:Geração Distribuída. Então, quem quiser fazer o seu projeto de Geração Distribuída, se não fizer o projeto através dessa ENEL "X" demora uma eternidade. Isso está prejudicando o setor econômico do Estado do Ceará, a Geração Distribuída, as pessoas que querem investir e também prejudicando a população porque teria condições de ter acesso à energia mais barata. Então, se o senhor tem conhecimento em relação a isso também?

SR. ANTÔNIO ERILDO LEMOS PONTES (CONERG): Bom, inicialmente sobre as reuniões. A Resolução que nos orienta hoje é a 963, ela realmente prevê, como as anteriores, uma reunião anual do Conselho com a Diretoria, os conselheiros e a diretoria, e tem acontecido de forma presencial já, antigamente era virtual, e a gente apresenta as demandas. Como eu disse, casos específicos dos Conselhos eles acabam dando alguma prioridade e acabam resolvendo o que talvez não fosse a melhor coisa, porque ficam acontecendo os casos depois e eles atrasam.

O grande problema que a gente enfrenta com ela e é constante, tem sido frequente a pauta das nossas reuniões ordinárias,é exatamente os atrasos de obra, os atendimentos.

Tem uma obra de um cliente grande aqui, no Estado, que eles pediram três anos para fazer a obra, mas não é três, assim, escondido não, é três por escrito. E aí tem algumas outras coisas lá nos orçamentos que a gente fica preocupado; e têm outras, boa parte delas passou um pouquinho mais, é sempre um ano, é um ano, é um ano. E aí eu fico falando para o grupo: *Vocês são empresas de consideração*. O cidadão vai pedir uma ligação dessas para explorar a energia de maior quantidade no segundo semestre, que é quando não chove.

O grande filé da produção agrícola, a gente descobriu recentemente aqui, no Estado, é produzir bem no segundo semestre quando não está chovendo, a planta não gosta de umidade, ela gosta de água no canto certo. Aí você vê o que isso representa. O Ceará tem mais ou menos um milhão e meio, deputado, é um número que eu falo também com mais facilidade, um milhão e meio de hectares plantado entre sequeiro e irrigado, um milhão e 600, dessesum milhão e 600, mais ou menos 80 mil é irrigado, e mais ou menos um milhão e 520 é sequeiro. Ou seja, 5% de irrigado e 5% sequeiro. Quando

você pega para a economia gerada por esse 5% e por esses 95% é quase igual. Em 80 mil hectares você gera o que gera em um milhão e 600 e muitas vezes frustrado; etem aqueles programas que pagam frustração de Safra quando tem seca, naturalmente merece isso, é claro, porque você plantou... sóem estar lá no campo e não ter ajuda, os pequenos produtores seria outro desastre muito maior. Então é isso. É muito forte.

Então a gente quer crescer na economia plantando mais, irrigando mais no segundo semestre, e eu converso às vezes com a presidente, com os diretores, com pessoas bem... Não adianta a gente pedir uma ligação aqui em janeiro e você atender em outubro, novembro, porque já vai começar outro inverno, só vai servir para o junho do outro ano. Ou você atende a gente para estar em abril, maio, por aí com a energia ou o rural não serve para nada.

Eu passo isso, é quase uma... como é aquela palavrinha, é uma repetição, tem uma palavrinha que se usa até na igreja... A gente fica repetindo a mesma coisa. Eu digo demais isso para lá tentando sensibilizar todo o diretor que entra; nós temos uma particularidade aqui no Ceará.

Então é essa coisa da reunião acontece e os problemas são exatamente, a gente manda os pontuais eles correm atrás, mas os demais ficam chegando pra gente e só anda quando pede. Então atraso é uma coisa, é uma prática muito comum para eles e não é de hoje, é muito atrasado.

O outro tema que você falou foi da ENEL “X”. Na época que apareceu essas empresas houve muita polêmica, muita atitude do pessoal da Federação das Indústrias porque atingia exatamente empresários; houve umas correções, mas o modelo ainda permite algum tipo de empresa que ele explora com outro CNPJ. O que a gente acha ruim nessa história toda? É porque a empresa dentro de casa tem informação privilegiada. O projeto é aprovado primeiro pela empresa “A”, “B” e “C”, isso é natural.

Então, a Resolução, deputado, é que poderia, ou a lei, no caso, poderia ter restringido a exploração de outro setor, dentro do segmento, que pudesse trazer benefícios para o grupo. Porque é uma round, que é alguns CNPJ e o CNPJ é diferente da ENEL, eu posso dar exemplo do que aconteceu aí com a Térmica. Eu acho vergonhoso, imoral, qualquer palavra cabe se fazer isso com cearenses, principalmente com pessoas carentes com um Estado como o nosso. É inadmissível. Qualquer pessoa, qualquer grupo de boas intenções teria agido diferente. E eles exploraram, faltou só concluir.

Quando foi agora, em 23, termina a Concessão da Galinha, eu chamei galinha dos ovos de ouro, ali, no meu papel. Em 23 terminava a Concessão. Eles venderam no ano passado. Pra quê eu vou ficar com uma agora se eu vou ter que...se terminou a minha Concessão? Agora eu vou ter que vender energia no preço de leilão do mercado, competindo com os outros.Não,agora acabou o negócio. Ou eu gero ou

não tenho dinheiro. Então, venderam! Aí,*não, é porque nós estamos mudando* -, é um argumento assim, briga com a nossa inteligência, - *vendemos porque estamos pensando em outros Ativos,* não sei de quê... Que conversa é essa, rapaz, está pensando que a gente não tem inteligência para dizer por que vocês não venderam no décimo ano, vieram vender no último ano de Concessão? Às vezes brincar com a inteligência da gente, às vezes, é até desrespeitoso com a gente que de alguma maneira tem algum discernimento, enxergar um pouquinho na frente. Venderam na véspera de encerrar a Concessão. Venderam porque a galinha dos ovos de ouro acabou o ouro e agora é mercado, é leilão e vamos competir com quem tiver. Não.Não vamos mais atrás disso não, porque ali vai perder dinheiro. Perder não, ganhar menos, porque nunca se perde no setor elétrico.

O Modelo de Concessão é muito favorável, como eu disse: Tudo que aparece de penduricalho joga para o consumidor. É o ponto mais frágil, não é.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Muito boa a sua fala.E aí Deputado Guilherme Landim, a gente percebe, eu devolvo já a palavra a Vossa Excelência, só para fazer uma observação na fala do senhor Erildo. Realmente tudo veio à tona as denúncias ainda maiores, as reclamações, as queixas, depois que essa Casa reverberou o sentimento, agora a discussão de venda dos Ativos. Ora, está próximo da renovação do Contrato, e a galinha dos ovos de ouro, talvez, já foi embora; agora é hora de lucrar com aquilo que tem. Aí é o caso de investigarmos a fundo àquela denúncia da venda do equipamento de manutenção no mercado paralelo. Ver a veracidade disso. E poderá sim estar acontecendo. E repito de forma muito responsável falando isso aqui: Nós vamos apurar essa denúncia.

Mas dizer que toda fala que vem aqui, de quem conhece e de quem vive a realidade é estarrecedor para nós da CPI. Foi assim com a ARCE, semana passada, foi assim com o PROCON hoje, aqui, e está sendo agora com CONERG. Porque a gente tem se surpreendido ainda mais, porque nós estávamos naquela de discutir e de falar o que estávamos ouvindo da população e nós que somos consumidores. Agora nós estamos ouvindo parte técnicas, de lucratividade, que a estratégia, na verdade, muitas vezes, de deixar a população sofrendo é uma estratégia de obter lucros. Tudo isso está vindo muito à tona agora com esse trabalho da CPI.

Passa a palavra à Deputada Gabriela que também quer fazer aqui as suas intervenções.

SRA. DEPUTADA GABRIELLA AGUIAR (PSD): Boa tarde, senhorias. Obrigada pelos esclarecimentos, esclarecimentos indignados, semelhantes ao que todos nós estamos vivendo aqui.

Eu venho falando e trazendo aqui para CPI sempre do braço social. A gente está comparando o lucro da empresa com o braço social. Então eu vou fazer as minhas perguntas em bloco e aí o senhor responde tudo junto e fica mais rápido.

O Conselho tem ciência de quais os investimentos sociais que a ENEL tem realizado? Qual o posicionamento do Conselho sobre os aumentos tarifários recentes? O gasto com multas e indenização entra na base de cálculo desse preço, desse reajuste? E o Conselho apresentou alguma proposta de melhoria ou inovação do serviço prestado pela ENEL?

SR. ANTÔNIO ERILDO LEMOS PONTES (CONERG): Deixa ver se peguei tudo.

Sobre o social eu não posso dizer o montante, mas a gente tem, a conselheira que está representando a classe residencialtem participado bastante disso. O que às vezes me preocupa é que às vezes a gente faz festa com dinheiro dos outros, talvez não seja uma coisa muito interessante, muitas vezes a distribuição de geladeiras ou aquele negócio de troca de lâmpada, aquilo ali é recurso nosso. O que eu não concordo é que você faça uma festa e passa ali como se fosse um recurso que a Companhia tivesse colocando. Ela não está botando um centavo do bolso dela. Ela está botando um dinheiro que é recurso nosso, da nossa da nossa tarifa. Mas eu não sei exatamente o montante, mas ela faz uns trabalhos sociais, tem trabalhos com várias entidades por ali, mas muitas vezes recurso da nossa tarifa. Não tenho o montante.

O outro que você perguntou é com relação às revisões, revisão ou reajuste, não é? Uma revisão é a cada quatro anos que revê tudo isso, tudo o que aconteceu nos três anos. OModelo de Concessão no Brasil permite que você melhore a eficiência de uma atividade, você explorador da Concessão, é o modelo que está posto pela ANEEL, e aí no quarto ano você pode até aferir lucro em cima dessa melhoria, mas a partir do quarto ano esse benefício tem que voltar para os consumidores.

Vou lhe dar um exemplo. Nós estamos trabalhando lá, eles trabalham com turma e essa turma eram dez homens para fazer determinada tarefa por dia. E de repente eles conseguiram melhorar, um caminhão melhor, não sei o quê, e passaram para trabalhar com oito, então reduziram em 20% do quadro funcionário dando o mesmo resultado. Eles podem tirar vantagem financeira durante os três anos da Concessão, e no quarto ano, quando for à revisão, a partir daí a Concessão só recebe por oito homens, não recebe mais sobre quatro.

O que eu considerei que poderia ter sido diferente foi aquele exemplo que eu citei. Eu estou chamando de bíblia, mas a documentação, as Resoluções que tratam da revisão ou do reajuste tarifário chama Proret (Procedimentos de Regulação Tarifária), é um documento extremamente amplo, porque

uma revisão, um reajuste é algo extremamente complexo; um item que compõe o fator "B", por exemplo, já foi objeto de algumas teses até de mestrado, então exige um conhecimento muito profundo da profundidade que se avalia quatro anos de, digamos assim, de contabilidade de uma empresa avaliando o rendimento etc., então é muita coisa.

O que aconteceu? O Proret dizia, eu citei, mas vou repetir, que o cálculo do aumento para a Receita da Companhia em cima dos diversos fatores, entre ele o aumento de número de consumidores, quando você fala em GD você tem um aumento grande de custo e você tem uma redução na Receita dela.

Eu botei uma GD, no meu telhado eu botei umas placas solares e vou pagar agora, eu pagava mil agora eu vou pagar 200 reais, vou pagar 150 de conta, e aqueles 850 não é uma coisa que não para a empresa não, vem para a nossa conta.A Concessão é um é um pacote que tem que juntar aquele dinheiro, se alguém deixou de pagar outros pagam, e quem paga somos nós.

E aí quando ele estiveram aqui no comecinho de final de fevereiro, comecinho de março, acho que 5 de março, fazendo uma Audiência Pública obrigatória no Estado da Concessão, eles trouxeram uma média, entre altos e baixos; o rural pegou mais alto pegou mais 10%, e dava 3,05, salvo engano, - se eu pecar no número você me perdoa, - mas era um pouco mais de três. E aí quando foi no dia da véspera da decisão, eles fazem uma reunião antes do dia 22, à reunião é toda terça-feira e ele faz na terça-feira anterior, foi dia 17, dia 16 de abril, ele chega lá com um número perto de quatro.

E aí qual foi à justificativa do aumento? Porque os últimos meses de 2022, novembro dezembro, tinha uma lei que você perdia benefício se não dessa entrada, entrou muita gente, ligaram, fizeram muitas conexões, e isso aumentou 65 milhões nas nossas contas, porque reduziu em 65 milhões as pessoas que passaram a pagar mais barato. E aí a gente não concordou, mesmo não tendo sido atendido, não concordou com aquilo, já que está escrito no Proret, já está escrito nas regras da própria ANEEL, porque você muda em benefício das Distribuidoras? Porque o benefício só foi para um lado. Se correu muito cliente, e aí supondo que acontecesse o contrário, tivesse entrado muito cliente de baixo consumo e isso reduzisse realmente o pacote da empresa, eles teriam feito? Com certeza, não.

Qualquer benefício para o lado da empresa assim que beneficia o consumidor, eu não conheço alguma coisa que venha colocar, sempre há algum penduricalho, tanto que eu fico perguntando para as pessoas que têm a visão mais profunda e conhece grandes consultoras do Brasil, a minha pergunta é a seguinte: Nós estamos conseguindo uma energia tão mais barata, a energia solar era 400, 500 o mega,

hoje está na faixa de 100, os leilões caíram todos, quando é que a gente vai receber esse efeito no bolso do consumidor? Eles ficam sem resposta. Porque sempre o pacote por lá, está lá.

Às vezes, eu brinco e digo assim: Se o melhor consultor da área...porque quem descobriu essa brecha foi um consultor da ENEL, não foi outro grupo. Aí acabou em cadeia pegando todo mundo carona. Se o melhor consultor na área de energia que possa trazer coisa pra você estiver em Marte você vai mandar buscar esse cara lá em Marte; e ele vai lhe dar um beneficio e vai lhe mostrar como é que você tira mais da gente. Porque essa é a realidade que tem sido dessa forma.

Eu não sei se respondi todas, deputada, faltou alguma coisa? Talvez a outra eu não podia...

SRA. DEPUTADA GABRIELLA AGUIAR (PSD): A última era: O quê o Conselho já propôs pra ENEL de inovação e de melhoria?

SR. ANTÔNIO ERILDO LEMOS PONTES (CONERG): Pois é, o que a gente vem propondo, por exemplo, o Conjunto Ceará que eu coloquei, eles nunca aceitaram isso, porque seria uma melhora, uma vantagem para as pessoas sociais carentes porque merecem isso. O que acontece é esse pinga, pinga mesmo que a gente sugere alguma coisa para sair uma obra e, às vezes, eles correm com o carro lá porque foi o Conselho que pediu. E isso aí não me agrada. Eu sei que resolve aquele fogo naquele momento, mas não é assim que eu me vejo. Eu me sinto malestar no Conselho em ter esse privilégio. Eu não gosto disso de maneira nenhuma, me incomoda.

Eu digo sempre lá: Porque vocês não fizeram isso? Precisou da nossa interferência? Porque vocês não tratam todo mundo igual? Ah! Porque não sei o quê...eaíé aquela desculpa que a gente vai, infelizmente, acompanhou a lidar com ela no dia a dia, e aqui e acolá a gente esquenta a cabeça, às vezes a gente baixa o galo; tem hora que eu perco as estribeiras lá na reunião, e não tem sido porque tem a presidente, tem o diretor "A", "B" ou "C". Eu não tenho que medir minhas palavras. Eu não sou remunerado pra isso. Estou ali para fazer o meu papel, ou estou distribuindo sopa ou estou lá... até por ser consumidor. Eu tenho um amparo muito grande do meu Presidente Amilcar, lá da Federação, pediu: *Qualquer coisa que acontecer você me solte.* (risos) Porque eu estou lá para dizer, e se eu não puder dizer o que eu estou sentindo de maneira verdadeira e respeitosa eu não vou sentar na cadeira. Eu quero fazer esse papel. E a gente mesmo sem ter personalidade jurídica, a gente tem conseguido muitas coisas perante aANEEL. Nós temos um respeito na Agência Nacional, talvez dos 53 Conselhos que têm no Brasil, são 53 Distribuidoras, nós somos aí os de top.

A ANEEL fez 15 anos, quando ela fez ou foi 20 anos, ela chamou o Ceará para falar em nome dos Conselhos do Brasil inteiro. Então a gente dialoga com a ANEEL, cobra da ANEEL, eles gostam

disso, e nos respeita e tem crédito. E na própria Companhia que a gente tem um diálogo muito fraco, eles conhecem o nosso diálogo, naturalmente sem entender um desrespeito, mas dizer a verdade ele não vão cortar nunca da nossa voz não. E eu falo com o amparo dos Conselheiros.

SRA. DEPUTADA GABRIELLA AGUIAR (PSD): A última pergunta era da multa, se eles colocam as multas que a ENEL recebe no bolso do cidadão através de reajuste.

SR. ANTÔNIO ERILDO LEMOS PONTES (CONERG): Pois é. Essa questão das multas é aquela história de onde é que vai o dinheiro. Muitas vezes a multa é aplicada e volta para o bolsão do Governo Federal porque é uma Concessão, e de fato, de fato para a gente, tanto que, talvez, um dos argumentos que a ANEEL já usou, que eu vi, é que a multa ela não resolve porque muitas vezes não traz um amparo para os consumidores prejudicados. Aí ela entrou numa fase de meio que negociação, de usar meio que não sei o quê, de conversar muito, e nesse conversar muitas vezes muitas das multas rola por anos e anos e anos com um negócio de apelação, e no final, quando paga o valor é bem inferior ao que inicialmente foi dito pelo deputado. Então é um modelo complexo, tem que mudar muita coisa.

E às vezes, também, precisa, às vezes acontece em nível de Congresso Federal também, tem algumas decisões de lá que às vezes precisa mudar, e muitas vezes foram tomadas naquelas decisões em grupo que, às vezes, quem votou nem sabe, às vezes, muitas vezes veio também que não ajudou muito, mas a gente aposta muito.

O setor está em mudança. Nós nunca tivemos tanta mudança como a matriz energética está mudando. Nunca se discutiu tanto isso. Não carece discutir tanto daqui pra frente. Nós estamos mudando completamente. E as empresas, o modelo de empresa de Distribuidora vai mudar radicalmente num tempo não muito longo porque está mudando muita coisa.

Nós temos... eu tenho um produtor aqui, no Ceará, deputada, que eu tenho orgulho muito de ser ligado aos produtores rurais, que está produzindo coco 100%, deputado, sem depender de energia da ENEL. Ele montou lá sua ilha de bateria solar, naturalmente nem toda cultura aceita isso, mas tem cultura que aceita, e tem um produtor aqui, no Ceará, aqui, em Paraipaba, de coco, produzindo 100% independente da ENEL. E vai acontecer isso. Na hora que crescer muito a tecnologia de armazenamento de energia, que é o que tem crescido e barateado o custo por megawatt estocado, isso vai fazendo cada vez a gente ficar mais independente e o modelo vai mudar muito. Nós estamos no modelo de muita mudança, e tomara que seja de alguma maneira melhor para nós, porque nosso quilowatt, com tudo que mudou, com todas as... se a energia solar que nós somos aqui grande produtor, e eólica tivesse ajudado,

que custava 400, 500, 800 reais no passado, hoje cem, cento e poucos reais, não chegou ao nosso bolso. Tinha que ter chegado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Deputada Gabriella, satisfeita? Deputada Lia. Deputado Agenor saiu um pouco ali. Deputado Guilherme.

Bom, Seu Erildo, eu também me sinto satisfeito com a sua participação com a verdade que sai aqui do coração, porque quem vê o consumidor sofrendo lá na ponta, até mais do que nós, porque presídio um Conselho, está sempre próximo do consumidor, mas aqui temos escutado, cada um nas suas bases, muita reclamação, denúncias, e precisamos não só da solidariedade nossa, mas também na nossa ação aqui, nesta Casa do Povo, para que essa empresa possa melhorar o seu serviço e, se não, sair mesmo como ela quer sair, vender os seus Ativos e que venha uma empresa melhor.

A nossa preocupação, por isso lhe fiz aquelas perguntas sobre a Equatorial, é o que está ruim ficar pior ainda com a vida da Equatorial. E olha que sem julgamento algum que eu não posso nem fazer porque eu não conheço a empresa, mas é o que a gente tem escutado.

Não há mais nenhuma pergunta, mas o senhor pode falar...

SR. ANTÔNIO ERILDO LEMOS PONTES (CONERG): Era só sobre esse ponto que o senhor falou. Tem um compromisso da ANEEL de na Operação de Venda a gente sentar à mesa, eu vou cobrar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Excelente.

SR. ANTÔNIO ERILDO LEMOS PONTES (CONERG): ...para a gente poder, exatamente para quem vier pra cá dizer: Olha, tem esse e esse problema, você vai tratar do mesmo jeito?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Eu até penso que o senhor possa, a partir de hoje, ficar mais atento ainda a essa denúncia que nós recebemos, que talvez ela já tivesse vendido os seus Ativos para Equatorial. E daí a indagação de porque a Equatorial está em alguns municípios ali na divisa entre o Piauí e o Ceará. Repito, se é verdadeira a denúncia de que a ENEL vendeu o seu equipamento para manutenção no mercado paralelo, e por isso ela está terceirizando com a empresa vizinha aqui que é a Equatorial, ou se ela já vendeu seus Ativos, como diz no vocabulário interior, na calada da noite, sem dar conhecimento ao consumidor cearense e a este Parlamento que tem uma Comissão Parlamentar de Inquérito, para receber aí aquilo que ela vem lutando tanto para ter, que é mais lucro, mais lucro, mais lucro, e o serviço pior, pior e pior para o consumidor e para a população.

Eu passo a palavra aqui para o Deputado Guilherme Landim.

SR. RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): Presidente Fernando, só para agradecer aqui ao senhor Erildo pela contribuição que deu hoje à Comissão, pela forma muito fraca que

tratou todos os assuntos, muito contribuiu aqui com todos nós. E nós gostaríamos de já pedir aqui que o senhor pudesse ficar à disposição desta Comissão, para que no Relatório a gente possa contar com informações. Eu ainda não li aqui esse Relatório que o senhor trouxe, mas imagino que ele vai poder trazer subsídios importantes para comporem aqui o nosso Relatório. E gostaria que a gente pudesse conversar ao longo desse período todo para novas contribuições.

Acho que é o senhor Erildo acabou de dar aqui um importante encaminhamento também para essa Comissão, que é a Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, como um ente fiscalizador dos serviços aqui, do Estado do Ceará, poder também participar lá na ANEEL dessas tratativas; que a gente possa fiscalizar tudo isso, inclusive sugerir, cobrar da ANEEL de que essa venda possa ser uma venda condicionada, Presidente Fernando, porque não pode só vender e ter a garantia de mais de 30 anos; porque o Contrato é um Contrato extremamente complacente com a empresa que ganhou a Concessão há 30 anos. Os próximos 30 anos é quase que uma certeza que eles têm. Então, eu acho que tem que ser condicionado para quem comprar: Se nesses próximos anos, até 2028, não chegar aos índices estabelecidos agora, porque nós já vimos por parte da ARCE que também a metodologia da ANEEL é muito complacente, então que a gente possa sugerir novos índices, e se ela cumprir ela tem direito a mais 30 anos. Então eu acho que é outro encaminhamento aqui para Comissão, para que a gente possa também participar lá na ANEEL dessas tratativas, porque isso é de interesse do povo do Estado do Ceará por mais 35 anos.

Então, obrigado,Erildo, obrigado a todos os deputados. Obrigado também à Valéria, que muito contribuiu com essa Comissão.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Obrigado, Deputado Guilherme Landim. Vou passar aqui o documento que o senhor Erildo nos trouxe aqui para todas as deputadas e todos os deputados. Eu pedi para tirar cópia para que a gente possa encaminhar para as deputadas e os deputados.

Agradecer ao senhor Erildo a sua participação; que o senhor possa acompanhar de perto aquilo que está sendo denunciado por essa Casa...

SR. ANTÔNIO ERILDO LEMOS PONTES (CONERG): Esse documento, antes de trazer para cá, que ele foi enviado para o senhor, eu consultei aos nossos conselheiros, que é aprovação de todos, oErildo só assina porque é o presidente, mas essa aí é uma posição de todos os conselheiros.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Muito obrigado.E vou passar para todos os deputados, e pedir mais uma vez que o senhor possa acompanhar essa história de possibilidade

de venda da ENEL para a Equatorial, e que nós possamos tirar de encaminhamentos aqui também, Deputado Guilherme Landim, Deputada Gabriella, Deputada Lia Gomes, para conversarmos com a nossa bancada de deputados federais e com os nossos senadores cearenses, para que a Agência Nacional – ANEEL possa não só nos receber para termos um diálogo muito fraco com a Agência Nacional, mas que ela possa intervir aqui no Estado do Ceará, tendo em vista que toda justificativa da ENELsempre coloca, sempre argumenta que o que ela tem feito ali ou está em Contrato ou é determinação da ANEEL ou é um pedido ou uma solicitação, sempre é a Agência Nacional. Então nós precisamos ouvir a Agência Nacional.

Sobre a Agência Nacional nós solicitamos a ela, um Pedido de Caducidade do Contrato aqui, no Estado do Ceará, previsto em lei, levantado por milhares de denúncias que nós temos aqui contra a ENEL, descumprimento de Contratos, e a Agência Nacional nos respondeu em uma página somente os motivos do porque não poderia conceder o Pedido de Caducidade do Contrato. E nós achamos vago demais, até porque nós é que estamos aqui é mais próximo do consumidor e vendo o que está acontecendo no Estado do Ceará, mas respeitamos o documento da Agência Nacional, muito embora, repito, não é uma posição da Comissão Parlamentar de Inquérito, até porque eu não perguntei aos meus colegas, mas é uma posição minha que a Agência Nacional mais parece um puxadinho aqui para defender a ENEL, esquecendo que é uma Concessão Pública e que nós precisamos defender o consumidor. Ela é uma empresa e precisa de lucro sim, isso ninguém está discutindo, mas obter lucro e vantagem em cima do sofrimento do povo cearense, isso nós não podemos admitir.

SR. ANTÔNIO ERILDO LEMOS PONTES (CONERG): Só uma informação. Acho que o senhor talvez saiba. Mas o Diretor atual, o Sandoval Feitosaé neto de cearense, nascido no Piauí, neto de cearense, conhece demais o Ceará, é o atual Diretor-Geral. Apesar de que lá, neste momento, está um problema, houve até um recha lá dentro da ENEL, na diretoria, e ninguém sabe como vai terminar, mas tem uma confusão boa lá na diretoria, tem um desentendimento entre eles.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Eu estive lá, o Sandoval nos recebeu, o presidente com a sua comissão, eu estive lá com a nossa Senadora Augusta Brito, na ocasião, e o que eu percebi na fala do Presidente, do Sandoval que é do Piauí, é que mais parece mesmo um puxadinho para defender a ENEL. Infelizmente foi o que eu percebi na fala dele, e foi uma percepção da Senadora Augusta que nos acompanhava naquele momento, na verdade foi a Senadora que marcou essa audiência lá. E o documento sobre a Caducidade aí eu tive a certeza, na minha percepção, que o puxadinho lá é para defender a ENEL se esquecendo de defender o consumidor, porque em apenas uma

folha, não se deram nem ao trabalho de fazer um Relatório mais completo, mas em apenas uma página justificando porque não atender ao Pedido de Caducidade do Contrato previsto em lei.

De fato, nós precisamos tirar alguns encaminhamentos aqui. O encaminhamento aqui, primeiro, é que nós vamos receber o DECON na nossa próxima oitiva; pelo que nós, eu o Deputado Guilherme Landimparticipamos de muitas reuniões lá com o Ministério Público, tem um dossiê muito grave contra a ENEL, aqui, no Estado do Ceará, inclusive a aplicação de uma multa, que para nós uma multa, em cifras, muito alta, para a ENEL, talvez, quase nada, pela lucratividade que ela obtém à custa do suor do povo cearense, prestando esse péssimo serviço que ela vem prestando aqui, no Estado do Ceará. A gente tem percebido que ela, inclusive, não é Deputado Guilherme Landim, descumpre Ordens Judiciais, qualquer uma que seja, ela só cumpre e só paga multa da Agência Nacional. É o que a gente estudou até agora, e verificamos que o único órgão que ela tem cumprido as determinações e pago multas é da Agência Nacional. Os demais, ela vai colocando no canto de parede e tratando o povo como ela tem tratado aqui com maior desrespeito, é o que nós temos enxergar.

E repito, quem está me assistindo, para ficar claro: Aqui ninguém tem nada contra ninguém da ENEL, nada. Não é uma caça às bruxas, mas é porque ninguém aguenta mais o que essa empresa tem feito aqui, no Estado do Ceará. E aí se os diretores daqui não têm autonomia alguma, nós não podemos julgar nem aqui citar nenhum deles, porque todos têm nos tratado muito bem quando a gente tem diálogo com eles, mas eles não têm autonomia de resolução de nada.

Semana passada, não sei se vocês viram, mas passou em toda imprensa do Estado do Ceará, a Romaria de Nossa Senhora das Dores lá em Juazeiro do Norte teve um poste que pegou fogo, um transformador, no meio da população, dos romeiros, da população de Juazeiro. Isso foi matéria de jornal O Povo; Diário do Nordeste, e todos os veículos que eu pude...eu acho que o Deputado Guilherme Landim assistiu. Qual é o problema nisso?Pode ocorrer um fato desses? Claro que pode ocorrer. Mas o poste vinha anunciando que ia ocorrer aquilo há mais de quatro dias. E há mais de quatro dias que a população ligava para ENEL, e os romeiros que lá estavam telefonavam para ENEL, até porque é em frente o SESC lá em Juazeiro do Norte, ao lado da Basílica onde aconteceria a missa, onde aconteceu à missa, a esquina mais movimentada de Juazeiro do Norte, e o poste incendiou-se na frente de todo mundo, no meio das pessoas, graças a Deus não aconteceu nada com ninguém, mas as pessoas saíram apavoradas, correndo, abrindo caminho para o fogo que foi grande.

Então a ENELnão só desrespeita o povo quando se desrespeita a uma má prestação de serviço, quando há um apagão, quando há um corte indevido, quando há contas em duplicidades, todas essas

denúncias que nós já fizemos aqui, mas inclusive quando tem um risco desses, que é um risco de ocorrer um acidente com alguém, risco inclusive de morte com alguém, e ela é anunciada quatro dias antes. Inclusive eu tenho várias mensagens de populares fazendo vídeo no local mostrando o poste que estava preste a acontecer isso, e ela não tomou nenhuma medida, nem de lá visitar, sequer de visitar, e aconteceu esse fato que,repito, um fato triste, lamentável, mas que graças a Deus não ocorreu nada para prejudicar uma empresa ou mais grave ainda de machucar alguém ou até um risco de morte.

Agradecer aqui a senhora Valéria, do PROCON, muito obrigado pela participação. Senhor Erildo, mais uma vez, muito obrigado a todos que fazem parte da CONERG aqui hoje representados pelo senhor, sejam muito bem-vindos à Casa do Povo cearense.

Eu pergunto às deputadas e aos deputados, nós temos aqui os Requerimentos. Os deputados não estão presentes, alguns deles, pelos Requerimentos que eu vi aqui, a Deputada Gabriella e a Deputada Lia estão presentes, vocês desejam fazer a leitura dos Requerimentos e a gente aprovar hoje ou podemos fazer na próxima reunião deliberativa? O desejo é de vocês, pra mim está tranquilo, porque os demais também têm os Requerimentos e terão a oportunidade de defendê-los e de apresentados.

Nós estamos tentando fazer uma reunião extraordinária amanhã. Estamos esperando aqui a posição da Aprece, pelo Presidente, o Prefeito Júnior Castro, se ele poderá participar. Se puder, amanhã nós teremos uma reunião extraordinária já para ouvir a Aprece e, posteriormente a essa reunião nós faremos a reunião com o DECON.

A Deputada Lia Gomesapresentou aqui um Requerimento, e eu gostaria de fazer só essa leitura porque eu acho pertinente para o momento, que ela *requer a realização de Audiência Pública no Município de Sobral, a fim de apurar e debater a prestação do serviço pela ENEL na Região do Sertão de Sobral.*

Não só em Sobral, mas acho que em todas as regiões têm que acontecer, e também a Deputada Gabriella já solicitou para Tauá, o Deputado Guilherme Landim já solicitou para Brejo Santo. Eu acho que nós precisamos fazer regionalizada. Iguatu também já foi pedido. Nós precisamos dar o direito da população não só de fazer a denúncia ao PROCON ou DECON ou aqui a Comissão Parlamentar de Inquérito, seja pelo e-mail, pelo celular ou quando nos encontra nos municípios, mas participando lá na Audiência que acontecerá, e essa Audiência Pública será um momento único para envolver a população naquilo que é dela, pertencente a ela e poder participar; pegar esse microfone e fazer lá o seu debate, a sua denúncia, apresentar a sua queixa, a sua reclamação.

Então, Deputada Lia, nós colocaremos o seu Requerimento no momento oportuno para apreciação, discussão e votação. Mas eu não tenho dúvida que será acatado e nós faremos sim Audiência Pública em Sobral, como em Tauá, como em Iguatu, como em Brejo Santo e como em Juazeiro do Norte, enfim, as regionais que precisarem que a Comissão Parlamentar de Inquérito vá ouvir a população lá na sua região ao invés só de fazer a discussão aqui, na Casa do Povo cearense, aqui na Assembleia na sede em Fortaleza.

Semana que vem nós teremos a reunião Itinerante em Baturité, e nós vamos levar um pleito, amanhã, ao Presidente desta Casa, Deputado Evandro Leitão, se nós podemos também ter um momento da CPI lá, para ouvir a população, tendo em vista, que lá nós vamos ter a maioria dos parlamentares aqui da Assembleia Legislativa nessa Sessão Itinerante, que são alguns dias de atividades, até cominar na Sessão Plenária que acontecerá lá. Então, se no planejamento desse evento nós possamos incluir também a CPI, para que lá já possa ser a primeira Audiência Pública e ouvirmos ali a população que estará presente, participando desse momento ímpar que a Assembleia leva ao interior todas as suas atividades, todos os seus serviços, seja na hora de Saúde, seja no PROCON, na Procuradoria Especial da Mulher, enfim, levar também a Comissão Parlamentar de Inquérito, a CPI que investiga os desmandos e as denúncias tantas que nós temos contra ENEL e levar também para esse momento importante da agenda Itinerante da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.

Não tendo mais deputadas e deputados para se manifestarem, nós vamos encerrar essa presente sessão, e anunciaremos no nosso grupo da Comissão se haverá ou não a reunião extraordinária de amanhã.

Muito obrigado. Obrigado a quem em casa nos assistiu, a quem pela Rádio Assembleia está nos ouvindo e aos meios de comunicação, e dizer: reverberem o que vocês estão ouvindo aqui, denunciem, que precisamos ouvir e chegar a toda a população na zona urbana ou na zona rural.

Eu quero como encaminhamento pedir às deputadas e aos deputados que estão aqui que nós faremos isso com todos os 46 parlamentares. Lembrar que a Comissão Parlamentar de Inquéritofoi assinada pelos 46 parlamentares desta Casa. Pela primeira vez uma Comissão Parlamentar de Inquérito tem essa unanimidade no seu pedido e na condução dos seus trabalhos. Portanto, eu quero pedir às deputadas e aos deputados que nós possamos em todas as sessões, a partir de hoje, desta Casa, um deputado ficar escalado para reverberar na Tribuna do Povo o sentimento e aquilo que está ouvindo da população contra essa empresa ENEL. É um pedido que façoum apelo aos meus colegas deputados, para a partir de hoje, Deputada Lia, todo santo dia que tiver Sessão a gente falar do problema que a ENEL

tem causado com a população cearense. E nós só vamos nos calar quando o problema tiver solução. É um pedido que eu faço.

Então declaro encerrada a presente sessão. Muito obrigado.

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA ENEL, REALIZADA DIA 9 DE OUTUBRO DE 2023, NO SALÃO NOBRE DA PRESIDÊNCIA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Boa tarde, senhoras e senhores. Bom, primeiro eu queria agradecer a presença de todas e de todos. Saudar aqui, a mesa, Deputado Carmelo e Vice-Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga a empresa ENEL; relator Deputado Guilherme Landim; nossa Deputada Larissa que faz parte da nossa Comissão Parlamentar de Inquérito, eu quero aqui saudá-los. Saudar aqui o senhor Plínio Monteiro, que é Presidente do Sindicato dos Eletricitários do Estado do Ceará, o Sindeletro, desejar a ele boas-vindas. Daqui a pouco nós vamos iniciar o nosso trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito abrindo aqui os trabalhos da comissão e vamos ouvi-lo aqui, em uma oitiva. Saudar aqui o Geovani que representa aqui os funcionários, são mil e cem, não é isso Geovani? Mais de mil e cem funcionários prejudicados pelo tempo e pela falta de pagamento de uma empresa terceirizada que presta serviço à ENEL.

Eu queria pedir aqui aos deputados, eu estou aqui combinando com eles, e ao Sindeletro, pois nós estamos esperando chegar mais de deputados para termos quórum e abrir a reunião da CPI. Nós queríamos abrir aqui a palavra ao Geovani para ele expor aqui o que está acontecendo, e pedir aqui o apoio dessa Comissão Parlamentar de Inquérito, das deputadas e deputados, pode ser assim? Então Geovani, convidamos você aqui a fazer uso da palavra, pedindo uma salva de palmas aqui é o Geovani (aplausos). Geovani, pode ser dez minutos? Cinco minutos? Então tá bom. Então com a palavra Geovani que representa aqui os funcionários.

SR. GEOVANI AQUINO (Eletrotécnico): Boa tarde a todos e a todas. Meu nome é Geovani Aquino, estou aqui representando a classe dos eletricitários do Ceará. Quero

também saudar aqui a Mesa Diretora da CPI: Deputado Fernando Santana, Carmelo Neto, Guilherme Landim, a outra deputada ali, Larissa.

Bom, essa nossa causa estamos aqui reivindicando dos salários atrasados e rescisões trabalhistas, somos mais de mil e cem funcionários que em abril 2021 fomos demitidos sem nenhuma justificativa, a empresa simplesmente rompeu com o contrato, com a ENEL, e simplesmente fechou as portas e colocou mais de mil e cem funcionários para rua.

A nossa causa, a nossa reivindicação é que a ENEL, como a mandante do contrato, conforme a súmula 331 do TST, diz que ela é a responsável pelos pagamentos inadimplentes das nossas rescisões. Tivemos anteriormente, semana passada, uma reunião com a diretoria e não foi nada agradável, ela não mostrou interesse algum em querer resolver a situação. Em primeira mão, a Mesa Diretora deles, a assessoria jurídica informou que não tinha conhecimento do que estava acontecendo. A pergunta que eu faço aqui é: Como é que ele disse que não tem conhecimento e tá entrando com recurso juntamente com as decisões do juiz; que o juiz em 1ª Instância determinou que ela assumisse e pagasse nossas rescisões, nossas verbas; que veio prejudicar muitos e muitos pais de família. Muitos aqui teve de vender seus carros; teve seus carro apreendidos por busca e apreensão por falta de pagamento; pensões alimentícias, muitos aqui quase foi preso por ter por questões de pessoas alimentícias.Então, assim, é um descaso total tanto com a população como também com seus funcionários. E a ENEL, de forma irresponsável, não quer assumir com seus compromissos.

Então essa nossa manifestação... fizemos uma manifestação hoje, em frente à ENEL; ressalto aqui que foi de forma pacífica e ordeira, só por questões de reivindicação e melhoria de trabalho.

Então aqui fica a minha fala e meu total repúdio com a ENEL, com essa falta de compromisso com seus funcionários e ex-funcionários eletricitários.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Geovani, só a título de esclarecimento aqui para as deputadas e deputados: vocês estiveram na ENEL em uma reunião...

SR. GEOVANI AQUINO (Eletrotécnico): Isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Como foi essa reunião?

SR. GEOVANI AQUINO (Eletrotécnico): Como eu falei anteriormente, tivemos essa reunião semana passada, e a diretoria deles, de primeira mão foram informar que não o tinha conhecimento desse processo, aí foi aonde a gente questionou juntamente com a nossa jurídica: Como é que ele não tem conhecimento e tá entrando com recurso? Então, assim, tem uma falta de informações e, também, a gente viu que tinha falta de interesse.

Em outro momento eles assumiram que tem a caução, que é o seguro, fica retido das empresas terceirizadas para um possível acontecimento desses. Daí a gente, juntamente com meu amigo Lima Júnior fizemos um questionamento: então, por que é que vocês não paga os funcionários, recupera esse dinheiro e repõe no caixa do seguro? Ele disse: Não, que não é bem assim; que tem questão esperar que a Endicon, que é a empresa terceirizada, cumpra com a recuperação judicial. Só que a Endicon já foi tirada de escanteio por questões que a justiça determina que a ENEL seja a responsável.

SR. RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): Geovani, eu tive contato com alguns desses funcionários e me foi colocado que a ENEL, e aí fica aqui a minha pergunta, que a ENEL já teria feito alguns Acordos com alguns funcionários individualmente. Fica a minha pergunta: É a ENEL que está chamando essas pessoas ou é a Endicon? Como é que tá isso? É verdade que já tem gente fazendo Acordo, e pelo que falam aí, Acordos que seriam com 70, 80% menos do que o que era devido. Isso está acontecendo ou não?

SR. GEOVANI AQUINO (Eletrotécnico): Sim, verdade, inclusive lá na reunião, um do corpo deles lá, da diretoria, informou que sim estavam chamando para fazer Acordo. Aí há uma contradição...

SR. RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): A ENEL chamando?

SR. GEOVANI AQUINO (Eletrotécnico): Sim, a ENEL. E já há já uma contradição, como é que eles informarem no primeiro contato que não tinha conhecimento, mas, posteriormente, falou que estava chamando para fazer Acordo até de 97% aí de desconto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Tá claro. Primeiro não tá sabendo do problema que tem com a Endicon e depois a ENEL mesmo chama para fazer um Acordo?

SR. GEOVANI AQUINO (Eletrotécnico): Exato.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Deputado Carmelo, Deputada Larissa. Bom, nós agradecemos ao Geovani. O que o Geovani veio aqui com vocês, hoje, foi em busca, e eu deixo aqui para fazer as correções também no microfone, acho que foi em busca não só dessa Comissão Parlamentar de Inquérito, mas da Casa Legislativa, da Casa do Povo, de apoio para os funcionários terceirizados que estão aqui, muitos deles prejudicados; outros já conseguiram outros empregos no meio desse caminho, mas, mesmo assim,estão prejudicados porque não receberam os seus direitos.

Eu já quero aqui, fazendo a fala aqui, perguntar aos deputados se posso aqui também colocar, em nome deles, a Assembleia Legislativa do Estado do Ceará à disposição de vocês para lutarmos por essa causa justa, para que nós possamos também dar a nossa palavra, levar... eu levei, semana passada, e quero pedir aos colegas deputados que possamos levar nas próximas sessões esse problema à Tribuna da Casa para conhecimento do povo cearense; cobrar mesmo à ENEL, parlar, que é o que nós temos direito de fazer dentro dessa Casa, e cobrar na Tribuna da Casa que a ENEL possa pagar os funcionários, respeitar a população.

Porque aí, e eu disse na Tribuna e falo aqui novamente, é uma palavra de interpretação minha, eu posso até estar errado, mas a minha interpretação é que o histórico da ENEL já é péssimo com o povo cearense da má prestação de serviço, de cobrar um preço injusto, de cortes indevidos, de desrespeito com a população, e agora ela quer entrar no histórico também negativo de empresa caloteira, que não paga os funcionários que precisam receber, e prejudica as famílias desses funcionários.

Eu tenho relatos, Deputado Carmelo, Deputado Guilherme, Deputada Larissa, de funcionários que nesse tempo tão prejudicados que ficaram ou foram para outra área de atuação, que não é a sua de origem, ou até tiveram problema de saúde graves como depressão e outros problemas, por conta desse atraso do recebimento dos seus direitos e dessa forma desrespeitosa com que a ENEL tem tratado esses funcionários.

Então contem conosco aqui, nessa Casa. Fiquem aqui à vontade para assistir também, hoje, a oitiva com o Sindeletro, porque faz parte de tudo que vocês estão colocando essa oitiva de hoje e esse trabalho investigativo dessa Comissão Parlamentar de Inquérito.

Portanto, eu deixo aqui em nome da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará o nosso apoio e a nossa voz e a nossa luta para que a empresa ENEL venha cumprir com a sua obrigação e pague os funcionários que estão prejudicados, tá bom? (aplausos).

Senhoras e senhores, boa tarde. Nós vamos agora iniciar o nosso trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Eu peço aqui ao Deputado Guilherme Landim... Eu posso já dar a ata aqui como lida, ela está aqui, é de acesso de todos os parlamentares, ata da 3ª reunião ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito, realizado no último dia 20/09/2023.

Expediente: nada consta.

Ordem do Dia: Oitiva com o senhor Plínio Monteiro, Presidente do Sindicato de Eletricitários do Estado do Ceará, o Sindelétrico, conforme Requerimento nº 33/2013, de autoria da Deputada Larissa Gaspar, subscrito pelo Deputado Fernando Santana;

aprovado por unanimidade pelas deputadas e deputados membros da comissão da reunião ocorrida no dia 30/08/2023.

Leitura e discussão e votação de Requerimentos e relatórios em geral. Eu peço aqui a compreensão das deputadas e deputados que a gente possa fazer depois da oitiva, para que a gente possa priorizar o nosso trabalho, hoje, na reunião.

Saudando o Deputado Bruno Pedrosa, também membro da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Portanto, eu já quero convidar o senhor Plínio Monteiro, Presidente do Sindeletro, para que a gente possa aqui iniciar a nossa oitiva.

Pois não, senhor Plínio, pode vir aqui à Mesa. Uma salva de palmas e boas-vindas aqui ao senhor Plínio. (aplausos).

Desejando, mais uma vez, as boas vindas ao senhor Plínio; agradecendo a presença dele; ele foi convocado por essa Comissão Parlamentar de Inquérito.

Eu não vou me alongar para que a gente já possa dar início, até porque o Deputado Guilherme vai ter que viajar agora para o interior.

Eu pergunto ao senhor Plínio se ele já pode iniciar com a apresentação, para que, após a sua apresentação, a sua fala inicial passamos aqui iniciar com as perguntas dos deputados.

Deputado Carmelo.

SR. DEPUTADO CARMELO NETO (PL): Senhor presidente, eu já me inscrevo para, após o relator elaborar seus questionamentos, que eu possa ser, na altura do Requerimento ter prioridade. Então, a Larissa, eu me inscrevo como terceiro, na ordem. Obrigado, presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Está inscrito. Senhor Plínio.

SR. PLÍNIO MONTEIRO (Sindeletro): Boa tarde a todos e a todas. Já, já vamos ter uma apresentação que o sindicato preparou, onde a gente já expõe de uma forma

resumida, porém, bastante completa, vários pontos que a gente vai tratar nessa tarde de hoje, aqui, junto à Comissão Parlamentar de Inquérito.

Eu agradeço desde já o chamamento, o convite, é muito importante para nós enquanto entidade sindical representante de uma categoria importantíssima para o nosso Estado, no Estado do Ceará, é a categoria eletricitária. Aqui temos vários trabalhadores de algumas localidades do nosso Estado; vários municípios estão aqui representados, inclusive gente lá de Juazeiro, gente de Milagres, gente de Quixadá, gente de Iguatu, gente em Limoeiro, ou seja, estamos bem representados aqui, nessa tarde, e é um momento ímpar para cada um de nós essa oportunidade, esse espaço que se abre para o sindicato falar aquilo que é necessário, aquilo que é a pauta do momento para ajudar nos trabalhos dessa comissão.

Mas eu gostaria também, antes da nossa apresentação, presidente, convidar duas pessoas que vieram comigo, também representantes da nossa Entidade, que é o nosso diretor administrativo Fernando Avelino, para vir até à Mesa sentar aqui também para também prestar esclarecimentos, e a nossa advogada Dra. Jane Calixto, que para felicidade nosso e de toda categoria também é Presidente da Comissão de Direitos Sindicais da OAB. Então é importante que ela também venha contribuir conosco aqui, é, podem vir, peço licença...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): A Comissão Parlamentar de Inquérito autoriza a vinda dos dois, por favor, sentem-se também aqui à Mesa. Recebidos aqui com uma salva de palmas dos deputados e da plateia. (aplausos)

SR. PLÍNIO MONTEIRO (Sindeletro): Bem, como eu havia dito, peço aí a licença de vocês para nós passarmos uma apresentação que ela diz muito do que nós vamos tratar nessa tarde de hoje.

Slide - Bem, aí é a apresentação primeira do nosso sindicato, um sindicato que já vem atuando há muitas décadas, como aí diz, muita luta, muitas conquistas, muitas

vitórias; também, de vez em quando, a gente não consegue superar determinada ação que vem de encontro ao nosso trabalho, mas a luta continua.

Slide - Aí são fotos, são registros antigos da nossa luta. Essa, por exemplo, ela data de 1988, quando a gente já lutava contra a privatização, e em defesa do patrimônio público.

Slide - Mais um registro fotográfico. Esse aí foi no dia da privatização, o dia da votação para privatização; fizemos um grande movimento aqui, nessa Casa, que é a Casa do Povo; já ouvi isso de vários deputados, e eu acredito que seja assim.

Slide - Aí já havíamos sido derrotados contra essa luta, realmente a privatização ocorreu contra a nossa vontade, e nós fazíamos um movimento contra as demissões, que é algo que surgiu logo em seguida à privatização; privatizou e já foi àquela enxurrada de demissões e de terceirizações, para compensar toda aquela mão de obra qualificada, experiente que a empresa tinha ao longo de tantos anos tiveram que terceirizar.

Slide - Também aí, já um momento muito triste da nossa luta, vem à demissão com a privatização; a demissão; vem a terceirização; vem o descaso, o desrespeito com os trabalhadores, e muitos não suportam a dor porque muita gente não havia se preparado para isso; tinha família, tinha filhos; e a pressão é grande e muitas pessoas perderam a vida após o processo da privatização.

Slide - Aí foi uma grande greve que nós fizemos por uma campanha salarial. Há muitos momentos históricos onde o sindicato precisou unir toda categoria, uma boa parte dela, para a gente enfrentar a grande poderosa ENEL ou Endesa ou Coelce; os gestores da nossa concessionária para termos os nossos direitos garantidos.

Bem, a seguir nós vamos ver alguns registros de temas que nós elencamos como sendo importantes nessa tarde, para o esclarecimento de todos que estão aqui e das pessoas que estão também nos assistindo, que possam ficar com alguma... e sugere inclusive uma reflexão sobre tudo que a gente vai ver agora.

Slide - A terceirização. A gente vai tratar um pouco mais disso, mas tem algumas informações a respeito desse processo que ocorreu dentro da Companhia após a privatização.

Então, a baixa na qualidade dos serviços está ligada diretamente com a questão da terceirização. Por quê? Porque há uma contratação de mão de obra muitas vezes não especializada, não capacitada, não preparada para assumir uma atividade fundamental e de risco.

Também, no ano que ocorreu a privatização, o número de emissões foi horrível, imagina mil pais e mães de família sendo demitidos de um momento para o outro. Eu estava lá na empresa, eu via como era a situação dos meus colegas trabalhadores e trabalhadores, o clima que se instalou dentro da Companhia foi terrível. E isso também foi também provocando uma insatisfação, um medo muito grande nos trabalhadores.

A terceirização, hoje, ela representa um inimigo para nós, para a sociedade. Por quê? Porque ela não respeita o ser humano, não respeita o consumidor e não respeita o trabalhador. A forma como ela vem sendo aplicada dentro da concessionária é desumana. E o sindicato, Sindelétro vem lutando contra isso, apesar de todos os nossos esforços não terem conseguido barrar ainda da forma como queríamos, esse processo desumano, cruel, injusto.

Hoje nós temos uma média de seis mil e quinhentos trabalhadores terceirizados prestando serviço para a ENEL e apenas mil e cem trabalhadores próprios. Isso é um risco muito grande. Por quê? Porque a mão de obra terceirizada, muitas vezes, não é qualificada, não é considerada como deveria ser, é apenas mão de obra barata.

Slide - A ENEL contrata através de várias empresas; 52 empresas prestam serviço para a ENEL, muitas delas não são sediadas aqui, no Ceará, e a ENEL contrata, muitas vezes, por critérios que nós não entendemos, de uma forma que não há um acompanhamento, uma fiscalização, e o que ocorre é isso que vocês ouviram há pouco tempo aí do Geovani quando ele falava da Endicon, onde o sindicato estava do lado deles

lá na reunião que teve na ENEL, e que não deram a mínima atenção; onde o sindicato está com as ações lutando na justiça a favor deles e, muitas vezes, nós percebemos a justiça morosa e a ENEL de braços cruzados numa ação, em ações que já duram três anos ou mais. Isso é desumano. Muitos saiam do sistema, não trabalham mais no setor elétrico; alguns são caminhoneiros, outros montaram pequenos comércios, e até hoje não viram a cor do dinheiro, e é dele trabalhadores da Endicon, ex-trabalhadores da Endicon, mil e cem trabalhadores, como Geovani falou. O sindicato tá junto deles e a gente vai conseguir reverter essa situação.

Slide - Bem, aí é aquele número que eu disse para vocês, mais ou menos sete mil trabalhadores terceirizados; mil e 300 funcionários próprios hoje, é o número que nós temos hoje.

Slide - Bem, a terceirização ela provoca isso aí que vocês estão vendo: a precarização da mão de obra. Por quê? Porque não há fiscalização, não há punição. As empresas fazem o que querem. Muitas vezes nós percebemos que a ENEL se tornou uma refém das empresas terceirizadas. Refém por quê? Porque a ENEL não pode exigir, não pode cobrar, porque se cobra a empresa vai, fecha as portas, solicita a Rescisão do Contrato; pressiona a ENEL, e a ENEL com medo de perder aquela empresa, porque não há em nosso Estado algo que a ENEL deveria fazer, deveria preparar, deveria patrocinar cursos, entidades, formação para novos eletricistas e não faz. Então isso precariza o serviço da mão de obra em nosso Ceará.

Slide – Nós temos muitas Ações por conta disso, Ações Trabalhistas por conta da má prestação do serviço e da falta de respeito e de consideração do empregadoterceirizado. Eles recorrendo a nós e, muitas vezes quando não é possível regularizar a situação na esfera administrativa temos que recorrer à justiça. Então 17 empresas estão processadas, estão sendo processadas pelo sindicato, e pelo menos, dentro dessas Ações mais de oito mil trabalhadores, imagina,oito mil pessoas dependendo de Ações que estão tramitando na justiça. E a ENEL, muitas vezes, a justiça quando

determina, quando sentencia que algo seja regularizado pela concessionária, a ENEL utiliza os recursos que tem para fazer com que essa Ação se prolongue cada vez mais através de recursos. Todo mundo tem direito defender na justiça, mas, muitas vezes nós sabemos que aquilo ali é apenas para adiar uma coisa que ela tem que resolver o quanto antes. E se ela valorizasse o seu empregado, o trabalhador que presta serviço para ela, ela teria condições de resolver.

Slide - Bem, o lucro, todo mundo já sabe, a sociedade já sabe, ano passado, 2022, mais de 640 milhões de reais a ENEL arrecadou em lucro. Isso já tirando toda a despesa dela, tudo que ela investiu,tudo que ela gastou. Isso é incompatível totalmente com a questão da qualidade do serviço que ela presta.

Quando nós percebemos que o sistema precisa de manutenção, precisa de investimento, e onde está esse dinheiro? Para onde vai esse dinheiro? O que a ENEL tem feito do lucro exorbitante que ela tem arrecada? Nós não sabemos. Não imaginamos. Apenas supomos que esse dinheiro está saindo daqui, ele não tá ficando no nosso Estado. Por quê? Porque não há um investimento. A ENEL não faz investimento nem do pessoal dela, porque ela tá reduzindo cada vez mais as pessoas, os trabalhadores próprios e tá cada vez mais precatizando o serviço, a qualidade, o tempo que ela gasta para atender os nossos pedidos, as nossas reclamações, para atender aos pedidos dos consumidores, tudo isso a gente demonstra que a ENEL realmente não está aplicando o lucro que ela tem na qualidade do serviço. Um número imenso de reclamações no DECON e em outras instâncias também que recebem as reclamações dos consumidores.

Slide - Aí o número de reclamações no DECON, recordista, nos últimos dez anos a ENEL tem ocupado esse espaço dentro da mídia e dentro da visão do consumidor. As pesquisas demonstram que a ENEL está caindo; a qualidade do serviço já não é a mesma há muito tempo, e a tendência é piorar, uma vez que ela mesma está querendo sair do Estado.

Slide - Bem, a insatisfação dos trabalhadores está representado aqui, o Geovani já falou uma, também pelas Ações que nós entramos, pela quantidade de acidentes, de mortes, pela quantidade de Ações que a empresa vem fazendo ao longo do tempo e que tem colocado o trabalhador na situação cada vez mais difícil. Nós lutamos pela justiça no trabalho, para que ela seja aplicada a quem deve, a quem merece que é o trabalhador. Não queremos nada além do que o reconhecimento do valor do trabalho e de quem o presta, do trabalhador, de quem o realiza, nós queremos apenas isso. A luta do sindicato é essa junto com outros trabalhadores.

Slide - Bem, fizemos uma pesquisa, o sindicato fez uma pesquisa e 80, isso aqui já são com os próprios, 84% estão insatisfeitos com os seus salários; 68% afirmam ganhar abaixo do mercado e 72% afirmam não ser valorizados pela empresa. Como é que uma empresa dessas com 640 milhões de reais em apenas um ano, de lucro, não consegue cumprir e não consegue satisfazer os seus funcionários próprios, mil e 300, no máximo. É uma situação realmente incômoda demais. A ENEL trata isso como uma coisa normal e propagaa todos os ventos que paga bem, que é uma das melhores empresas; na verdade, não é. A verdade há muita mídia, há muito marketing, há muita propaganda em cima do nome da ENEL, muitas vezes provocada pela capacidade que ela tem, a capacidade financeira que a empresa tem de custear essa mídia e essa propaganda.

Slide - E a nossa luta maior, o nosso sonho, o sonho do sindicato e de toda a categoria eletricitária do Ceará: A reestatização da nossa Companhia Energética. A nossa Concessionária era o patrimônio do povo; foi negociada, mas de uma forma que o modelo não atendeu as promessas e dizia atender. Então nós questionamos o modelo de gestão, o modelo de privatização que foi aplicado na Companhia Energética do Ceará. Não atendeu. Enganou. Era uma falácia, uma falácia.

Hoje percebemos que a privatização da empresa trouxe prejuízos incalculáveis, alguns deles irreparáveis para a comunidade cearense, para os consumidores, e que somente outra empresa que tivesse outra visão talvez atendesse alguma coisa. Mas o

nosso grande sonho, o anseio é de que esse patrimônio volte para as mãos do povo e seja administrado pelo nosso Estado, pelo governo. Por quê? Porque quando era pelo governo a Companhia, antes de ser vendida, estava muito bem obrigado, estava muito tranquila e, no entanto, por isso apareceram vários compradores, mas que transformaram a nossa Coelce numa verdadeira fábrica de demissões, numa verdadeira fábrica de morte.

Nós contabilizamos, desde a privatização até o ano de 2021, 67 mortes de trabalhadores, a maioria de empresas terceirizadas, eles chamam empresas parceiras, mas na verdade não é há uma parceria nisso, onde você trabalha, doa o seu sangue, o seu suor e morre; e eu, como empregador, como o dono da empresa, fico cada vez mais rico e poderoso. Isso não é parceria. Isso é usurpação do direito e do valor da pessoa, do trabalho, do trabalhador. Isso não pode ser uma parceria e nunca vai ser. São pessoas humanas, trabalhadores terceirizados que precisam ter os seus direitos e o seu valor reconhecido. Bem, muito obrigado pela atenção. (aplausos)

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Conforme essa apresentação do senhor Plínio, vou já passar aqui para deputados e deputados fazerem as perguntas, senhor Plínio, mas já quero agradecer. Essa apresentação encontra-se com aquilo que a gente tem debatido nesta Casa já há um bom tempo, e mais aprofundadamente desde que abrimos aqui essa Comissão Parlamentar de Inquérito, é uma empresa que leva do povo cearense um lucro muito grande, leva muito dinheiro, por um serviço de baixa qualidade, em muitos casos de qualidade quase que zero, e deixando a população indignada com esse serviço ruim, pagando uma tarifa alta, muitas vezes aumenta a tarifa sem explicar à população por que do aumento da tarifa, e enquanto isso nós população, consumidores achávamos que era só conosco.

Pelo que eu percebo aqui, para além do consumidor tá sendo, Deputada Larissa, prejudicado, aquele que presta o serviço também à ENEL tá sendo prejudicado não só pela falta do pagamento que aqui estão reivindicando, mas pela forma como são tratados por essa gigante financeira, muitas vezes o CEO, eu costumo dizer que esse CEO tá lá na

Itália talvez não saiba nem onde fica o Ceará, mas sabe o quanto vai do bolso do povo cearense de lucratividade para essa empresa ENEL.

Eu vou fazer uma pergunta aqui, eu já vou abrir, a Deputada Larissa será a primeira, Deputado Carlos segundo, Deputado Guilherme Sampaio, mas eu deixo uma pergunta aqui, é um pouco parecido com que o senhor já falou, mas eu acho que cabe fazer a pergunta que ela é mais específica.

Como o senhor avalia a prestação dos serviços da ENEL no que se refere à manutenção de equipamentos como: postes, medidores, fiação, etc.,

SR. PLÍNIO MONTEIRO (Sindeletro): Eu vou responder essa pergunta e algumas outras, as próximas eu vou passar aqui para a Dra. Jane e para o Fernando também poderem também dar a contribuição deles.

Muito a desejar. A manutenção da rede da ENEL deixa a desejar. Por quê? Porque nós percebemos que o número de reclamações de consumidores vem aumentando consideravelmente, não só no DECON, mas também na Agência Nacional de Energia Elétrica que acompanha as reclamações dos consumidores e a Agência Reguladora Estadual.

Eu tive a oportunidade de ouvir o senhor Winston, o Presidente da ARCE, acho que foi na última reunião de vocês, sobre a CPI, e algumas coisas eu fiquei pensando, por quê? Porque eu conheço a ARCE já há 20 anos, o trabalho que a gente Reguladora vem fazer. E realmente concordo com ele em alguns pontos quando ele diz que o orçamento diminuiu, que a fiscalização caiu por isso; que houve uma reestruturação da ANEEL; também, ao mesmo tempo eu fico questionando que sentido tem a ver uma Agência Reguladora que não fiscaliza a função básica que é a qualidade do serviço prestado pela concessionária.

A ANEEL ela acompanha, ela registra, ela faz a gestão de todas essas reclamações, e, no entanto, as punições, a fiscalização que a ANEEL faz não acontece. Isso deixa a Concessionária muito confortável em não fazer o seu papel da forma devida.

Nós temos um tempo de atendimento das reclamações e das demandas dos consumidores elevadíssimo, a ANEEL acompanha isso, a ANEEL tem os relatórios e, no entanto, o que é que a ANEEL cobra? O que é que a ANEEL aplica de sanção sobre a ENEL, uma vez que a gente percebe como o presidente da ARCE comentou, que é quase uma parceria, aí talvez nesse caso haja uma parceria porque uma favorece a outra, entre a Agência Nacional e a Companhia Energética daqui do Estado, onde multas são canceladas e também onde há vista grossa, onde não deveria haver.

As reclamações dos consumidores são o principal termômetro para avaliar como é que tá o grau de insatisfação do consumidor em relação ao que ele precisa que a ENEL forneça. Então as estruturas, as estruturas da nossa rede estão velhas.

Há uma necessidade muito grande... o nosso Estado é um Estado onde há o nosso clima e a proximidade litorânea eles provocam muitos danos à rede, e nós percebemos que a manutenção que era feita antes, de forma regular, programada, já não ocorre como antes. A Concessionária fazia antes, bem antes o seu papel das inspeções, das manutenções programadas, havia os relatórios anuais, os planejamentos, e, no entanto tudo isso parece que foi sendo deixado de lado à medida que o tempo foi passando, e hoje o que a gente percebe é uma rede velha, e muitos locais não suporta o desenvolvimento e o aparecimento de novas indústrias ou conjuntos habitacionais, e a gente vê isso também quando os prefeitos, através da Associação deles, reclamam constantemente da empresa, dizendo que não são atendidas em seus ofícios.

E tudo isso, presidente, demonstra que a Concessionária ela vem deixando de lado seu o papel. Não vem fazendo o seu serviço. Parece que o único serviço que funciona realmente, de fato, na empresa é cobrar, emitir a fatura e cortar quando não paga. Não liga no prazo que a ANEEL determina. Ea ANEEL, por sua vez, não pune a empresa por não ligar no prazo.Então é uma cadeia que precisa ser quebrada em algum momento. A coisa acontece, ela começa errada e termina errado e ninguém paga por isso.

Então, daí eu tiro a conclusão de que a pergunta do senhor é que a ENEL não vem fazendo, o serviço torna-se cada vez mais precário. É uma condição. Isso é apenas uma condição da precarização do serviço: a não renovação, a não manutenção ou a manutenção devida da rede de distribuição aliada à questão da insatisfação dos trabalhadores que poderiam fazer esse serviço de forma devida.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Obrigado, senhor Plínio.

Saudar o Deputado Agenor que faz parte da Comissão Parlamentar de Inquérito, Agenor Neto, os demais já saudei; Deputado Guilherme Sampaio já saudei, está aqui conosco; Deputado Bruno já estava conosco.

Passo a palavra à Deputada Larissa Gaspar.

SRA. DEPUTADA LARISSA GASPAR (PT): Obrigada, presidente. Pela explanação aqui do Plínio, representando o Sindeletro, fica bem nítido que desde o momento da privatização houve uma queda drástica na qualidade da prestação do serviço de distribuição de energia elétrica aqui no Estado.

Aí eu queria fazer algumas colocações rápidas. Uma delas é se vocês têm um comparativo com outros Estados onde o serviço não é prestado pela ENEL? Porque nos Estados que a gente tem conseguido também acompanhar como, por exemplo, São Paulo, onde é prestado pela ENEL, há também uma grande reclamação, inclusive nesses dias a CBN ficou fora do ar por problemas na distribuição elétrica por parte da empresa.

Queria também fazer uma pergunta que ela é um pouco, entra assim um pouco na intimidade, vamos dizer assim, mas também são fatos públicos, que era saber a média salarial dos trabalhadores próprios da ENEL e dos terceirizados? Por que essa pergunta? Porque é uma atividade que expõe a risco a vida desses trabalhadores, então no mínimo deveriam ser bem remunerados, tendo em vista a alta periculosidade e insalubridade a que se expõe diariamente. Saber também se recebem os mesmos benefícios, os servidores próprios e os servidores terceirizados.

Se vocês têm também uma média de números de acidentes de trabalho que tem acontecido nesses últimos períodos? Se há uma boa vontade, uma pré-disposição da empresa para realizar as discussões sobre as Convenções Coletivas de Trabalho, que são importantes para garantir os direitos dos trabalhadores?

Uma colocação também que eu queria fazer, mas eu entendo que tá respondida: Qual é a solução que se aponta, que o sindicato aponta para que o Estado do Ceará possa assegurar uma boa prestação desse serviço à população cearense, me parece que a saída apontada por vocês é a reestatização.

Então esses pontos que eu queria trazer aqui para contribuir no debate, e aproveitar para registrar que o Município de São Gonçalo, mais especificamente ali na Taíba, tem tido grande movimento também de denunciar a falta de abastecimento de energia elétrica; trabalhadores, comerciantes, residências e até a infraestrutura da cidade da Taíba totalmente afetada por esse desabastecimento da ENEL.

Então vou até solicitar também uma oitiva de uma comissão de moradores da Taíba que tem denunciado, feito abaixo-assinado reclamando dessa péssima prestação dos serviços da ENEL. Então era isso. Eu agradeço pela presença de vocês. (aplausos)

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARMELO NETO (PL): A Mesa cumprimenta Vossa Excelência pelas perguntas, se o Dr. Plínio tiver algo a acrescentar.

SRA. DEPUTADA LARISSA GASPAR (PT): Só registrar aqui, presidente, também a presença do MAB (Movimentos Atingidos por Barragens), que tem também feito essa denúncia da absurda cobrança do preço da energia; tem até um slogan: *O preço da luz é um roubo*! E a gente precisa realmente fazer essa discussão. Obrigada.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARMELO NETO (PL): A Mesa cumprimenta Vossa Excelência, Deputada Larissa, se o senhor Plínio tiver algo a acrescentar pode ficar à vontade.

SR. PLÍNIO MONTEIRO (Sindeletro): Eu como estou com companheiros aqui do lado,vou deixar aqui o Fernando Avelino que é um dos nossos diretores, diretor do

sindicato, possa responder algumas desses questionamentos que a Deputada Larissa apresentou, e à medida que for passando eu posso também complementar, tá bom?

SR. FERNANDO ANTÔNIO DE MOURA AVELINO (Sindeletro): Boa tarde a todos e a todas. É uma satisfação a gente estar aqui nesse Plenário que está com bastante pessoas presentes para discutir a CPI da Coelce.

Para mim é muito interessante essa discussão, principalmente dentro das perguntas que a Deputada Larissa colocou. Eu já estava pensando em falar isso. Eu sou um funcionário da Coelce. Acabei de sair da Coelce há poucos dias, diga-se de passagem, mas eu sou funcionário da Coelce há 47 anos. Então conheço antes, durante e depois da privatização. E eu tô dizendo isso porque nós fomos contra a privatização e fizemos toda uma batalha para que isso não acontecesse, mas à época o governador do Estado resolveu privatizar, mesmo a população do Estado do Ceará, cerca de 95% ser contra a privatização.

A campanha que nós fizemos; pesquisas que foi feita na época, acho que pelos jornais, os jornais aqui Diário e O Povo e o índice de insatisfação, o índice de insatisfação com a Coelce era esse. A população não queria privatizar, por quê? Todos sabiam e nós sabíamos que os serviços piorariam como também o preço da energia.

Eu tô puxando essa discussão porque hoje passados esses anos, eu não sei exatamente agora porque não cheguei a verificar, mas anos atrás, se não me falha, cerca de sete anos atrás, seis, sete anos, quando eu fiz o último levantamento do crescimento da tarifa aqui no Estado do Ceará, a tarifa da Coelce tinha crescido 100% de ganho real. O que é que isso quer dizer? Que o preço da tarifa mudou, duplicou em ganho real! Ou seja, acima da inflação. Por exemplo, se inflação dava dez ela estava 20, ou seja, a inflação, quer dizer, cresceu um valor e o real em cima desse falou foi 100%, quer dizer, dobrou.

O que é que eu quero dizer com isso, e tô trazendo a dias de hoje: Não sei se o número é mais baixo, não sei se o número tá mais alto porque sempre a cada quatro anos é feito de novo um estudo e realocado, digamos assim, feita alguma modificação na

tarifa, mas nunca baixou porque, diga-se de passagem, o Plínio falou da ANEEL, da ANEEL não, da ARCE que tem ligação com a ANEEL, que é órgão Regulador, mas toda vida que a Coelce foi para as chamadas audiências públicas, que nós tivemos presente, nós sempre pedimos valores de reajuste abaixo e a ANEEL sempre deu reajustes acima do que a própria Coelce colocou.

Não lembro muito do ano, não me lembro qual foi o ano, se foi 2002, 2003, algo por aí, onde a Coelce tava pedindo cerca de 28% de reajuste, nós fomos contra, batemos, falamos, e a ANEEL deu um reajuste de 31, deu mais do que a Coelce. Anos também depois a Coelce pedia 15 ela deu 18, e por aí vai. Ou seja, coisas que são complicadas do nosso ponto de vista enquanto população.

Isto deixa claro que se hoje a Coelce for reestatizada, com certeza temos margens para melhorar a qualificação do atendimento da população, temos margem para dar a qualidade da mão de obra, tanto do ponto de vista para a população como também deles receberem da Coelce, um valor justo pelo seu desempenho, como também temos condições de finalizar com a tarifa reduzida a um valor importante, não vou lhe dizer de cara porque eu teria que fazer um estudo para chegar à conclusão de quanto, mas com certeza com o lucro, com o ganho como a Coelce tem de 600 milhões de reais, isso é uma média nos últimos 20 anos de privatização da Coelce, que tá com 25, se fizer isso aí nos últimos 25 anos, com certeza a Coelce tem uma média de lucratividade bem alta, mesmo nos anos de pandemia, mesmo nos anos de dificuldade. Vocês podem verificar se acharam que eu tô conversando, é fácil, pega um jornal e faça uma pesquisa, é 600, é 500, é 400, é 350, e isto foi ao longo de 25 anos, e a população do Estado do Ceará está na situação que está.

Por exemplo, semana passada, falando aqui da dificuldade de energia, semana passada eu tava lá perto ali do Pacujá, num localzinho, uma pousadinha chamada Balneário Caratininga. O Balneário Caratininga ele comprou a subestação dele para colocar o poste; colocou o transformado, e sem motivo nenhum continua faltando energia

lá. Por quê? Porque a Coelce colocou o transformador errado, tudo pago, colocou o transformador errado, já está há não sei quanto tempo, e esse transformador não é substituído, e o Balneário lá que deveria estar ligado no seu transformador particular tá ligado na rede pública, e a rede pública que tá lá não aguenta o Balneário. Isto eu estava lá semana atrasada, faltou energia duas vezes no mês, para vocês terem uma ideia com esta situação.

Então, meus amigos, a saída para esta realidade é reestatizar, e a reestatização se não for feita agora, ela tá bem aí, porque a Coelce foi privatizada com a promessa de que a privatização, a concessão seria 30 anos podendo ser prorrogada, e pelo andar da carruagem a gente entende que não pode ser prorrogado. Então na pior das hipóteses a gente tem que finalizar isso daí.

E diga-se de passagem, isso não é só uma questão como meu amigo Plínio aqui colocou, não criticando, mas indo além do que ele colocou, que o problema não é modelo de privatização. A privatização no mundo todo das empresas de energia, de água e os serviços públicos e históricos estão todos sendo reestatizados. E no Brasil nós estamos fazendo ainda campanha para privatizar aquilo que ainda não está privatizado.

E aí deputada, só finalizando, por exemplo, salário médio da Coelce, hoje exato eu não sei, porque depois que acabaram o Imposto Sindical eu não tenho os dados suficientes para dizer, mas eu posso lhe dizer que antes de acabar o Imposto Sindical o salário médio da Coelce era algo em torno de seis mil reais, cinco mil e 500, certo?

Os trabalhadores médio da Coelce, o salário médio dele não chega a dois mil reais, se eu pegar todos os trabalhadores a média é algo isso aí. Agora se eu pegar com tudo,o salário bruto talvez chega aí a uns dois e poucos reais, ou seja, é menos da metade.

O vale-alimentação dos trabalhadores terceirizados é 21 reais, enquanto o da Coelce é quarenta e pouco, esse é o dobro. Quer dizer, ou seja, aquele discurso que os patrões antigamente fazia que a empresa, a terceirização não é para precarizar é falacioso, na verdade, a terceirização para precarizar, porque não tem lógica uma empresa, por

exemplo, do nosso caso também, a gente trabalha 40 horas semanais, por que os terceirizados trabalham 44? Por que eles têm que trabalhar, - hoje a gente tava discutindo com o Sindicato Patronal, - por que eles têm que trabalhar no sábado? Trabalhar no sábado é só o Serviço de Emergência, não é todo mundo, na Coelce só se trabalha sexta-feira. O Serviço de Emergência, o Serviço de Manutenção é que fica de acordo com a necessidade. E é isso que a gente gostaria. Mas, ou seja, a situação dos terceirizado não é igual a dos próprios que deveria ser, não poderia ser diferente, certo. Então essa é uma questão.

E a gente tem dificuldade, mesmo nós trabalhadores da Coelce temos dificuldades nas negociações, no acompanhamento, no pagamento de alguns direitos. Não é tudo flor, maravilha não. Claro que eu não posso considerar a Coelce como uma empresa terceirizada, até porque ela é tomadora, mas nós também temos as nossas dificuldades, tá certo? Então se eu esqueci alguma pergunta a senhora pode...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARMELO NETO (PL): A presidência tem uma sugestão. O senhor Plínio convidou suas pessoas que fazem parte do Sindeletro para fazerem uso da palavra, a sugestão é que os deputados formulem a pergunta ao senhor Plínio, e ao final vocês possam dar a contribuição, inclusive após ouvir outros deputados talvez enseja algum outro tipo de fala, acho que é importante ouvir a todos primeiro. De acordo Deputada Larissa, Deputado Guilherme, Agenor? Ninguém se opondo, eu vou iniciar fazendo algumas perguntas que elaborei, sem antes cumprimentar todos que fazem o Sindeletro na pessoa do senhor Plínio, e também dizer aos nobres Deputados: Agenor, Bruno e Guilherme que estão aqui, que o momento para fazer a inscrição de perguntas vocês podem ficar à vontade também se quiser elaborar algum tipo de questionamento, eu anoto aqui o nome enquanto o Presidente Fernando não chega e eu ocupo que essa interinidade.

Deputado Guilherme é o primeiro inscrito após as minhas perguntas.

Então vamos lá. Eu vou fazer algumas perguntas aqui senhor Plínio, que parecem ser clichês, porque alguns assuntos vossa excelência já abordou, mas é importante para nossa formação de juízo repetir essas perguntas e as respostas a partir desses questionamentos.

A primeira. O Sindeletro já teve de recorrer à justiça por conta de algum problema com a ENEL, se sim, qual foi o resultado? O senhor pode ficar à vontade para responder.

SR. PLÍNIO MONTEIRO (Sindeletro): Não tem mais outra?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARMELO NETO (PL): Tem algumas perguntas, mas eu prefiro de maneira individual, de uma em uma, isso.

O resultado de alguma ação judicial, alguma medida que o Sindeletro tenha tomado na justiça contra alguma coisa relacionada à ENEL?

SRA. JANE CALIXTO DE ALMEIDA MORAIS (Sindeletro): Ok. Boa tarde a todas, a todos e a todes. Eu cumprimento aqui a Mesa no nome da Deputada Larissa Gaspar, é um prazer estar aqui mais uma vez nessa Casa.

Deputado, é o seguinte, nós tivemos inúmeras Ações contra as prestadoras de serviço e contra a ENEL também, tanto nós temos Ações movidas contra a ENEL de trabalhador próprios dela, que reclamam também direitos e benefícios que são suprimidos que são restringidos pela empresa; descumprimento da legislação; descumprimento de Acordo Coletivo de Trabalho. Então, da própria ENEL nós temos diversas Ações e a grande maioria dessas Ações nós tivemos ganhos de causa e muitas ainda estão tramitando.

E as Ações que nós temos contra as terceirizadas, onde a gente inclui nas Ações a ENEL como responsável subsidiária, que tem a obrigação de cumprir, a pagar as obrigações não cumpridas pelas suas terceirizadas, porque nós não podemos dissociar a terceirização da ENEL, da própria ENEL. A gente tem mil e 300 trabalhadores próprios da ENEL e quase sete mil trabalhadores terceirizados, e esses trabalhadores terceirizados eles são da conta da ENEL também. Por quê? Porque muitas dessas atividades são

inclusive controladas pela própria ENEL. A própria ENEL orienta os trabalhadores, cobra desses trabalhadores ou diretamente ou através da terceirizadas. Então a terceirizadas elas são apenas a empresa intermediária dessa mão de obra que tem como tomadora a ENEL.

Inclusive um trabalhador disse recentemente na reunião que nós tivemos inclusive lá na ENEL, que quando o trabalhador chega para cortar uma luz ou para resolver algum problema no poste, na rede de energia, as pessoas não identificam ali a terceirizada da ENEL, elas identificam a própria ENEL, é a Concessionária de energia que os trabalhadores veem. Então a farda tem o nome da empresa; o carro tem a logomarca da empresa. Então é a ENEL que está ali porque é ela que tem como cliente todos nós que somos consumidores.

Então, assim, todas essas Ações a ENEL está como responsável subsidiária, e na grande maioria das nossas Ações que são muitas, a própria ENEL é que paga no final das contas quem paga a conta esses direitos que foram descumpridos pelas terceirizadas, os direitos que foram lesados de alguma forma, verbas salariais, verbas alimentares.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARMELO NETO (PL): Então, só para ser mais objetivo: A ENEL costuma atender esse tipo de Acordo na justiça?

SRA. JANE CALIXTO DE ALMEIDA MORAIS (Sindeletro): Não é Acordo, ela é obrigada a pagar na execução do Processo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARMELO NETO (PL): Então ela não faz Acordo...

SRA. JANE CALIXTO DE ALMEIDA MORAIS (Sindeletro): Muito raramente. Muito raramente a ENEL chega para fazer algum Acordo. Quando ela vem propor algum Acordo normalmente é querendo pagar 50% do valor devido, quando o Processo já tramitou durante anos, já passou pela 1ª Instância, 2ª Instância até o TST em Brasília, porque ela recorre até às últimas Instâncias. E na hora de efetuar o pagamento a justiça determina que a ENEL pague. Algumas situações muito específicas e muito raras, a

própria terceirizada efetuou o pagamento, mas na sua grande maioria é a tomadora de serviço, que no caso é a ENEL, que responde pelo pagamento das verbas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARMELO NETO (PL): Perfeito. Outra pergunta:Qual foi a quantidade de reclamações trabalhistas, Ação Civil Pública ou algum tipo de denúncia que o sindicato fez na justiça? Tem esse número, a quantidade exata?

SRA. JANE CALIXTO DE ALMEIDA MORAIS (Sindeletro): Até mostramos aqui, desde 2012, apenas o levantamento de 2012 para cá que nós tivemos em torno de 8.400 Ações...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARMELO NETO (PL): 8.400?

SRA. JANE CALIXTO DE ALMEIDA MORAIS (Sindeletro): Não. Desculpa, 8.400 trabalhadores. Na verdade foram 83 Ações Coletivas. Isso Ações Coletivas porque muitas vezes a gente tem Ação que envolve mil trabalhadores, 400 trabalhadores.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARMELO NETO (PL): Isso de 2000 e quanto para cá?

SRA. JANE CALIXTO DE ALMEIDA MORAIS (Sindeletro): De 2012 para cá.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARMELO NETO (PL): 2012.

SRA. JANE CALIXTO DE ALMEIDA MORAIS (Sindeletro): Isso sem falar nas representações que nós fazemos perante o Ministério Público do Trabalho, que também acontecem muitas. Então, assim, são muitas Ações que realmente tramitam, e a ENEL é a grande responsável por tudo isso, porque se ela paga mal, contrata mal, não cumpre, porque obrigação da empresa, os contratos dela preveem isso que ela tem obrigação de exigir da prestadora de serviço, é uma prestação de contas das obrigações legais.

Nós temos empresa hoje que está trabalhando para a ENEL que desde 2020 não pagam horas extras aos trabalhadores, não recolhe FGTS dos trabalhadores; não recolhe INSS dos trabalhadores. E a ENEL tem total conhecimento disso porque as nossas denúncias a gente faz enviando Ofício para a prestadora de serviço, para a ENEL

também, e para o Ministério Público. Inclusive tramita no Ministério Público procedimento investigativo sobre o assunto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARMELO NETO (PL): A ENEL costuma atender ou não costuma atender as solicitações feitas pelo Sindeletro antes de algum tipo de medida judicial?

SRA. JANE CALIXTO DE ALMEIDA MORAIS (Sindeletro): Sim, na maioria das vezes quando a gente chama a ENEL para compor em alguma representação perante o Ministério Público ou mesmo perante o sindicato, eles simplesmente dizem que vão averiguar; que o problema é com a terceirizada; que eles não têm nada aver com isso. E eles ficam muitas vezes como ouvintes nas audiências que acontecem no Ministério Público.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARMELO NETO (PL): Eles não atendem a solicitação?

SRA. JANE CALIXTO DE ALMEIDA MORAIS (Sindeletro): Eles não atendem. Muito excepcionalmente, principalmente nos últimos anos eles não vem atendendo nem quando os trabalhadores deixam de receber salário porque a prestadora não efetuou o pagamento.

Nós tivemos um caso agora recente que os trabalhadores passaram 20 dias e só receberam o salário no vigésimo dia do mês subsequente e, mesmo assim, porque nós tivemos que entrar com Ação Judicial pedindo bloqueio de contas da empresa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARMELO NETO (PL): Perfeito. Qual a reclamação mais frequente que chega ao sindicato dos trabalhadores?

SRA. JANE CALIXTO DE ALMEIDA MORAIS (Sindeletro): Olha, são muitas, são inúmeras as reclamações; é atraso em pagamento de salário; salário insuficiente; férias que os trabalhadores são colocados de férias e não recebem os direitos das férias; horas extras que não são pagas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARMELO NETO (PL): Se fosse elencar uma seria o atraso de pagamento? Se for para elencar uma reclamação mais frequente seria o atraso?

SRA. JANE CALIXTO DE ALMEIDA MORAIS (Sindeletro): É uma delas. É difícil a gente elencar só um. Porque para você ter ideia, deputado, até EPI (Equipamento de Proteção Individual) que a legislação diz que não pode haver nenhum tipo de desconto do salário do trabalhador, e também a nossa Convenção Coletiva também garante isso, as Normas do Ministério do Trabalho também asseguram isso, e mesmo nesses casos as terceirizadas descontam o equipamento, o EPI, do salário do trabalhador.

Então, assim, os abusos são cometidos, as ilegalidades, as irregularidades são as mais diversas, e a ENEL tem total conhecimento disso e não toma nenhuma atitude, porque as empresas continuam prestando o serviço, e ela, parece, que perdeu completamente o interesse pelo controle desses contratos, e com os trabalhadores não tem nenhum compromisso, porque os trabalhadores que trabalham em atividade de extremo risco são obrigados a ir trabalhar sem ter salário em dias, com contas atrasadas. Se eles não pagarem a conta de energia a ENEL vai lá e corta a conta deles, e eles têm que pagar juros e multas; e a empresa paga o salário vinte dias depois o mesmo valor...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARMELO NETO (PL): Existe algum mecanismo oficial de diálogo entre a ENEL e entre os sindicatos?

SRA. JANE CALIXTO DE ALMEIDA MORAIS (Sindeletro): Nós sempre buscamos esse diálogo com a ENEL.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARMELO NETO (PL): Presencial ou diretoria responsável por esse diálogo?

SRA. JANE CALIXTO DE ALMEIDA MORAIS (Sindeletro): Presencial e virtualmente a gente sempre busca esse diálogo. Eles até chegam a nos receber, marcam uma reunião, a gente conversa, mas não resolve.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARMELO NETO (PL): Existe algum responsável?

SRA. JANE CALIXTO DE ALMEIDA MORAIS (Sindeletro): Algum tempo atrás tinha realmente um setor aqui na empresa responsável por esses contratos, pela fiscalização dos contratos de empresas terceirizadas. Mas nos últimos anos a empresa concentrou tudo isso na sede dela em São Paulo e Rio de Janeiro, e aqui a gente não consegue falar com ninguém diretamente responsável. A gente sempre tem que buscar o diálogo com o representante da empresa no Rio ou em São Paulo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARMELO NETO (PL): Certo. A última pergunta: Antes da privatização da Coelce apenas 16% da população rural do Ceará era atendida pelo Setor Energético. Hoje quase a totalidade das residências cearenses possui energia, o sindicato reconhece que esse seria um avanço?

SRA. JANE CALIXTO DE ALMEIDA MORAIS (Sindeletro): Da Coelce, não. Isso é avanço das políticas do governo popular de Lula e Dilma que implantaram Luz Para Todos, e as empresas tiveram que realizar esse trabalho.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARMELO NETO (PL): A privatização, na visão do sindicato, não representou esse tipo de avanço concreto?

SRA. JANE CALIXTO DE ALMEIDA MORAIS (Sindeletro): Não, de jeito nenhum. A privatização só trouxe aumento na tarifa, precarização nas condições de trabalho. Para o senhor ter ideia, antes da privatização a empresa tinha um local de treinamento onde ela realizava cursos e fazia treinamentos regulares com os trabalhadores, e esse Centro de Treinamento foi simplesmente fechado, foi extinto, e os trabalhadores trabalham sem ter uma periodicidade nesse treinamento que é fundamental para a boa qualidade do serviço e para a sua própria segurança.

Então existe muita cobrança, muita pressão, muita produtividade, é exigida muita produtividade dos trabalhadores e sem dar a contraprestação devida e as condições de trabalho necessárias.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARMELO NETO (PL): Perfeito. Me sinto contemplado. Vou passar agora a presidência para o deputado com mais idade, mais experiente, o Deputado Agenor que está aqui. E o Deputado Guilherme vai fazer suas perguntas, que eu vou ter que entrar no âmbito virtual.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO AGENOR NETO (MDB): Deputado Guilherme para suas ponderações.

SR. DEPUTADO GUILHERME SAMPAIO (PT): Muito obrigado, presidente.

Boa tarde. Presidente Agenor, Deputado Bruno, Deputada Larissa. Queria fazer uma saudação especial à direção do Sindeletro na pessoa do Plínio, do seu Presidente, do Fernando Avelino, de seus dirigentes.

Cumprimentar a Dra. Jane Calixto, advogada do Sindeletro que está dando uma contribuição também muito importante aos trabalhados dessa CPI. Os deputados: Guilherme Landim e Lia Gomes que acompanham pela plataforma. E queria saudar também a ex-deputada Iris Tavares que aqui está prestigiando esse importante momento, essa iniciativa da Assembleia Legislativa, em nome do povo cearense, em contraste com esse desaforo que está sendo praticado aqui no Estado do Ceará já há algum tempo, em função da maneira como essa empresa tem prestado os seus serviços, serviços com os quais se obrigou ao assinar um Contrato de Concessão, e pela maneira também como tem tratado os seus trabalhadores e trabalhadoras.

Eu quero aqui, em primeiro lugar, expressar a minha solidariedade aos trabalhadores e trabalhadoras dessa empresa, que esses sim, deveriam ser tratados como a sua maior riqueza. E talvez essa, presidente, seja uma das mais importantes contribuições para essa CPI que a Assembleia está conduzindo, a contribuição do sindicato dos trabalhadores e trabalhadoras.

A gente sabe muito bem o que uma organização é pela maneira como ela trata os seus colaboradores. Quem está ali na ponta, quem está ali se expondo ao risco, ao risco de vida inclusive,porque quem vai cortar uma luz de um cidadão que às vezes está numa

situação de miséria e está inadimplente com a ENEL, quem vai cortar a luz é um trabalhador lá da ponta, muitas vezes terceirizado, e que tem que enfrentar às vezes situações de risco à própria vida, são os trabalhadores e trabalhadoras. Quem está lá no balcão da empresa terceirizada que faz o atendimento, nos pontos de atendimentos quando alguém vai fazer uma queixa, vai solicitar um serviço é um trabalhador ou uma trabalhadora terceirizada. Essa é uma boa medida de como esta empresa tem se posicionado.

Esperamos nós que o trabalho da Assembleia Legislativa possa resultar um outro parâmetro, outro parâmetro de qualidade e também de dignidade das relações de trabalho com aqueles que são os principais responsáveis pelos resultados dessas empresas para o povo cearense, pela distribuição de energia, por tudo que isso representa para a qualidade de vida das pessoas, para o desenvolvimento econômico, já que as empresas dependem muito de um funcionamento eficiente do sistema de distribuição de energia.

Então acho que essa audiência aqui é uma das mais importantes dessa CPI, ouvindo a representação dos trabalhadores e das trabalhadoras. (aplausos).

Eu tenho aqui algumas questões para apresentar à direção do Sindeletro na mesma linha dos meus colegas que me antecederam. Mas antes de colocar essas questões, eu tenho feito questão também, em cada reunião da CPI, de fazer um esforço para gente compreender o que está acontecendo no Ceará com a consequência desse processo de privatização e com a maneira como esta empresa está correspondendo ou não correspondendo às suas obrigações registradas no Contrato de Concessão que ela celebrou com o Governo do Estado, aliás, com o Poder Público.

O que a gente está vendo aqui, pessoal, é uma subsidiária, uma empresa, a ENEL aqui do Ceará, que é controlada pela ENEL Brasil, que é controlada pela ENEL Sul-americana, que por sua vez é controlada pela ENEL SPA, cujo maior acionista não é o povo cearense, o maior acionista é o Ministério das Finanças da Itália. O que a gente está vendo aqui é uma multinacional, que no ano de 2022 foi 110ª maior empresa do mundo,

considerada todos os tipos de empresas, não só aquelas do campo da energia. É com esta instituição, com essa organização empresarial que nós estamos interagindo nesse processo de investigação.

É muito importante remontar a origem dos problemas que estamos vivendo hoje, porque se a gente se debruça sobre um processo de investigação como esse sem ir à raiz dos problemas, nós podemos amanhã celebrar outro contrato com outra empresa e viver os mesmos problemas.

O primeiro aspecto que eu queria enfatizar diz respeito à falácia das privatizações que são defendidas como se fossem a solução da lavoura para qualquer setor, como se fosse uma fórmula inquestionável que o setor privado é mais eficiente do que uma empresa pública ou de que uma sociedade de economia mista com controle majoritário do Estado na prestação de determinados serviços. Está comprovada pela experiência do Ceará que isso é uma falácia. E não faltou, dentro do Sindeletro, quem levantasse a voz para denunciar isso.

Eu quero fazer uma homenagem à memória do companheiro Flávio, ex-presidente dessa Instituição,(aplausos) que muitas vezes esteve nas ruas conosco nos momentos de maior enfrentamento em todas as causas em defesa de democracia e da classe trabalhadora. Nesse momento a gente tem que recuperar essas memórias. A forma da gente honrar o legado desses companheiros e companheiras é ir à raiz dos problemas que nos trazem até aqui.

Então, primeira tese: privatização não é solução mágica para nenhum problema relacionado à prestação de serviços públicos. Também não devemos olhar pra isso como se fosse algo a ser evitado em qualquer circunstância. Eu não sou daqueles que defende que o Estado deve ser o detentor de todas as atividades econômicas de todas as empresas. Não. Em determinadas circunstâncias convêm ao Estado, Plínio, delegar, conceder a iniciativa privada a prestação de determinados serviços. Em determinadas circunstâncias sim, mas é muito importante a gente recuperara memória que não faltou aqui no Ceará

quem denunciasse que isso era uma solução falaciosa. Esse é um primeiro aspecto que eu queria colocar.

Segundo aspectoé que esse modelo de privatização muito fortemente e duramente imposto em toda América Latina numa perspectiva neoliberal nos anos 90 veio associado com outra falácia, porque normalmente é assim: Vai ter aqui, vai ser concedida a empresa privada; vai ficar tudo as mil maravilhas. E é bom lembrar que não é mais a primeira empresa que comprou, depois houve outras operações após a privatização inicial. E aí vai passando pra frente, vai passando pra frente; os interesses econômicos vão prevalecendo.

A narrativa que se fazia naquele tempo, pessoal, era assim: Bom, a gente vai conceder a empresa privada, o serviço vai ser bem melhor em termos de qualidade, mas não se preocupe, haverá uma instância de controle público, e essa instância é uma Agência de Regulação, essa Agência se chama ANEEL.

Sabe o que é que essa Agência está fazendo em relação à ENEL, a isso que a gente está vivendo aqui no Ceará, que prefeito reclama, que consumidor residencial reclama, que empresa reclama da má qualidade dos serviços prestados pela empresa, não por culpa dos trabalhadores, isso é medido em índice. Sabe o que é que a ANEEL está fazendo? Sabe qual é a contribuição que ela está dando? Dizendo para a ARCE para não fiscalizar a ENEL! É isso que a ANEEL está fazendo.

E é bom lembrar que os dirigentes da ANEEL que estão lá, boa parte deles senão todos foram indicados pelo governo anterior, governo federal anterior. Ou seja, essa lógica de Agência de Regulação que é obrigatória no modelo de privatização precisa ser revista também.

Desculpa em estar falando aqui de aspectos que são estruturais, não são do caso específico, mas não dá pra gente buscar soluções efetivas sem dialogar com as premissas que nos trouxeram até esse imbróglio que nós estamos enfrentando no Estado do Ceará que é bastante grave, porque é um serviço imprescindível, indispensável, complexo que não pode ter uma mudança de uma hora para outra, nem para voltar para o Estado nem

para passar para outra empresa sem o risco de graves prejuízos à população. É gravíssimo esse assunto.

O que é que acontece depois disso? Óbvio que uma empresa privada quando investe num determinado negócio ela tem um objetivo, e é legítimo, porque a empresa privada é constituída para isso: lucro. E aqui o Deputado Fernando Santana citava lucros desta empresa, e ele citava inclusive que não sabia nem para onde iam direito os lucros dessa empresa. Mas nós sabemos sim para onde vão os lucros dessa empresa.

Essa empresa, em 2021, faturou quase 500 milhões. Perdão. Teve lucro de quase cerca de 500 milhões aqui no Estado do Ceará, nas suas operações. Esse mesmo ano, eu queria lembrar para vocês, eu acho que todo mundo lembra o que é que foi o ano de 2021. O ano de 2021 nós nos despedimos de muitos entes queridos nossos. No ano de 2021 muitas empresas fecharam as portas. No ano de 2021 muitas pessoas tiveram seus salários reduzidos, muitas famílias, o marido perdeu o emprego e a esposa ficou sustentando o companheiro ou companheira ficou sustentando a casa. O ano de 2021 nós enfrentamos uma pandemia. Essa empresa que lucrou 500 milhões distribuiu aos seus acionistas 200 milhões, 200. E eles não estão aqui no Ceará não, gente, talvez tenha uma migalhinha aqui no Ceará, eles estão lá fora.

Eu volto a dizer: O maior acionista dessa empresa é o Ministério das Finanças da Itália, e é por isso que eu acho que não tem nenhuma outra palavra para descrever isso que não desaforo. E a Assembleia precisa ajudar o povo cearense a dar um freio de arrumação nessa situação.

Pois bem,nós mesmo com esse ano de 2021, todas as dificuldades econômicas, a pandemia, esses lucros, a distribuição de lucros para os acionistas, quando chega em 2022 esta mesma empresa propõe um reajuste médio de 24,88%. A primeira pergunta que eu vou fazer é: Qual foi o percentual de reajuste dos trabalhadores e trabalhadoras dessa empresa nesse ano? Eu espero que tenha sido de 24% para pelo menos justificar. E a inflação, pessoal, eu acho que foi 6%, 7%, 5%.

Então, nesse mesmo ano 2022; abril, 2021 ela distribui 200 milhões; 2022 ela aumenta em média 24,88% a conta de luz do povo cearense, das empresas e do poder público, 24,88%. Sabe qual é a consequência disso? Um lucro em 2022 muito maior do que o lucro do ano anterior, 640 milhões de reais.

Sinceramente, eu acho que ninguém aqui tem mais idade para se fazerde bobo diante de uma exploração que essa empresa está praticando com o nosso povo e com os seus trabalhadores. Em cada dez trabalhadores dessa empresa, menos de dois são trabalhadores vinculados diretamente a ela, menos de dois, um vírgula e pouco, o resto é tudo terceirizado.

E o que a gente está recebendo todo dia de denúncia é exatamente o que os meus colegas aqui que me antecederam perguntaram sobre as condições de trabalho, os EPIs, as condições de valorização desses trabalhadores e trabalhadoras.

É importante a gente situar esse esforço de investigação da CPI na compreensão deste modelo, uma compreensão mais ampla e profunda desse modelo, haja vista a nossa responsabilidade com as gerações que vêm, a minha como parlamentar, a dos dirigentes do sindicato, a dos gestores dessa empresa, a dos trabalhadores e trabalhadoras que têm que sustentar a luta pela valorização dessa categoria para a geração que vem, para que os que venham depois deles não morram porque não tem um EPI.

SR. FERNANDO ANTÔNIO DE MOURA AVELINO (Sindeletro): Deputado, me dê um aparte só para dizer algo mais em cima do que o senhor falou aí. O senhor falou muito bem a respeito da privatização. Nós não temos mais idade para continuar sem avaliar as coisas direito. É importante ficar claro para todos e todas, é bom ficar claro que antes da Coelce e das outras empresas do Brasil serem estatais todas eram empresas privadas, todas.

Aqui no Estado do Ceará nós tínhamos quatro empresas privadas, e o governo do Ceará como todos os governos dos Estados brasileiros, como o governo federal, na época, chegou à conclusão de que havia a necessidade de reestatização porque as

empresas privadas não serviam ao povo, e não tinha condições da empresa privada fornecer uma empresa de qualidade que fizesse com que alavancasse a economia do país e a economia dos Estados. Por isso que as empresas foram estatizadas. Aí depois que a empresa cresceu, desenvolveu, atendeu à população, está dando lucro?Aí o que é que se faz? Dando lucro de forma educada, de forma parcimoniosa. Não era para tirar do consumidor, era simplesmente para manter a empresa funcionando para poder manter a empresa crescendo. Aí o setor privado vem com a falácia do neoliberalismo no sentido de quê? Privatiza tudo de novo porque o serviço é melhor. Está aí a história. E não é aqui só. Voltando o que eu disse anteriormente, no mundo todo está se reestatizando porque esses serviços são de péssima qualidade além de serem muito caros.

SR. DEPUTADO GUILHERME SAMPAIO (PT): Muito obrigado, Fernando.

Para concluir aqui porque acabei me excedendo no tempo, pessoal. Mas eu tenho me esforçado na CPI. Eu sou suplente do Deputado De Assis que tem me dado à oportunidade de contribuir aqui bastante na CPI. Eu tenho me esforçado porque essa é uma CPI muito atípica, primeiro é uma CPI que junta todo mundo, deputados que apoiam o governo, deputados que são da Oposição, todos estão unidos entorno dessa causa. Segundo, a gente lida com uma organização empresarial gigantesca. Pessoal, o faturamento dessa empresa, dessa multinacional é equivalente quase ao orçamento do estado de São Paulo, que é o segundo maior orçamento do país, orçamento do ano todo. Pra gente saber a dimensão do que a gente está aqui tratando.

Então nós estamos fazendo esse esforço e em muitos momentos nós nos sentimos aqui desrespeitados porque sequer uma satisfação essa empresa dá a uma solicitação, a um requerimento, a uma convocação da Assembleia Legislativa. E eu defendido que a gente tem que dá um freio de arrumação nessa situação.

Por fim, eu quero então colocar, presidente, aqui, Bruno, as questões que eu traria para o sindicato. Fala-se, por exemplo, que outros... e coloco isso num espírito de uma visão que não vê de forma sectária ou de forma exclusiva o modelo público. Eu queria

mesmo era que essa empresa tivesse ótima, os trabalhadores tivessem valorizados, o serviços tivessem bons, mas lamentavelmente o que está demonstrado é que isso não está acontecendo, não está acontecendo.

Não se fala, por exemplo, da possibilidade da celebração... essa empresa que nós narramos aqui esse percurso perdeu o interesse estratégico no Ceará. Isso é um fato. Ela é uma grande multinacional, as operações no Ceará, Iris, é um cisquinho nessa grande operação multinacional, ela perdeu o interesse estratégico no Ceará, e quem está pagando a conta é o consumidor, quer seja pessoa física, quer seja empresa, quer seja prefeituras e governo do estado e trabalhadores, é isso que está acontecendo, e quem está recebendo ai são os acionistas dela e muitas vezes fora do país.

Então as perguntas que eu colocaria é o seguinte: fala-se, por exemplo, de que uma das possíveis adquirentes dessa Concessão seria outra empresa que já opera em outros Estados, a Equatorial. E eu queria pedir ao sindicato que comentasse, porque eu sei que o sindicato não luta sozinho, porque se lutar sozinho a gente enfrente mais dificuldade, o sindicato tem uma relação com outros sindicatos dos outros Estados, com as centrais sindicais.

Opa, nosso prefeito Arnon, bem-vindo.

Eu queria que fosse comentado pelo Sindeletro quais são as referências que tem desta empresa.

E também a pergunta que eu faria para finalizar: Existem inúmeras denúncias que vão ao não pagamento de horas extras a salários e benefícios abaixo da média de mercado. Eu queria pedir ao Sindeletro que fizesse as suas considerações a respeito dessas duas questões. Muito obrigado, presidente. (aplausos)

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Pedir aqui ao Sindeletro só para... Agradecendo a participação do nosso colega Deputado Guilherme Sampaio, para também aqui dar as boas-vindas, ele que foi deputado estadual, deputado federal, ex-prefeito de Juazeiro do Norte, Arnon Bezerra, que estava aqui em uma

reunião ouvindo e indagando sobre o que estava acontecendo, e quando eu expliquei para ele, ele fez questão também de apresentar aqui para nós, participando aqui deste momento, todo apoio aos funcionários que hoje se sentem prejudicados pela empresa ENEL, não só aos funcionários que estão prejudicados, mas a esta causa da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga a empresa que presta um péssimo serviço, uma má prestação de serviço, cobra caro por isso, desrespeita o povo cearense. Então, Arnon, seja bem-vindo. Muito obrigado aqui também pelo seu apoio à classe aqui dos funcionários e a todos aqui que fazem parte aqui do Sindeletro.

Então eu passo a você do Sindeletro para responder os questionamentos do Deputado Guilherme Sampaio.

SRA. JANE CALIXTO DE ALMEIDA MORAIS (Sindeletro): É que eu preciso sair agora, eu tenhoum compromisso e queria só pedir licença para me ausentar. Agradecer demais o espaço concedido. Parabenizar a comissão pelo trabalho. Muito obrigada. Os meninos tocam aqui as perguntas, respondem com certeza. Obrigada, gente. (aplausos)

SR. PLÍNIO MONTEIRO (Sindeletro): Bem, eu vou falar um pouquinho sobre essas questões que o senhor levantou e o Fernando pode complementar.

As referências que nós temos da Empresa Equatorial são as piores possíveis. Aonde a Equatorial chegou à desgraça veio junta. Esse nome faz a gente se arrepiar só com a possibilidade de uma empresa dessa ganhar um processo licitatório e adquirir a Concessão da ENEL local, da Concessionária local. A ENEL não está preocupada com isso, mas nós estamos. Por quê? Porque a nossa preocupação ela tem um nome, ela tem um endereço, ela tem um motivo, primeiro é a prestação do serviço para toda a comunidade cearense. A segunda coisa é quem vai prestar esse serviço? Os trabalhadores. Prestação de serviço associada a uma qualidade, porque ninguém quer qualquer serviço. A gente quer um serviço que atenda as necessidades do povo cearense, em todas as dimensões, tanto a dimensão do consumidor residencial, quanto à dimensão do consumidor comercial, industrial, do Poder Público. Por quê? Porque há uma série de

anseios e de necessidades do nosso governo também, do governo do Estado, para que o Ceará avance, para que o Ceará progrida, gere mais empresa, tenha mais indústrias. E não há uma possibilidade, não há uma compatibilização entre uma Equatorial da vida, uma Equatorial qualquer com o desenvolvimento do local onde ela se instala.

Existe uma desvinculação total destes dois conceitos: Qualidade e Equatorial. Não temo como compatibilizar. As informações que temos é que quando a Equatorial chega numa empresa, quando ela adquira a Concessão, ela compra uma empresa, ela faz tudo que a ENEL fez, tudo que os grupos que compraram a Concessionária local fizeram, e que hoje a gente sabe que foi uma desgraça para o nosso Estado: muitas mortes; qualidade do serviço que não presta; desestruturação da empresa; perda de autonomia da empresa.

Como a Dra. Jane comentou, a Concessionária local, hoje a ENEL, aqui do Ceará, ela não tem autonomia para decidir. Tudo que a gente muitas vezes, assim, nós ligamos e cobramos posicionamentos a ENEL local aqui do Ceará, a ENEL diz que vai conversar com o Rio ou com São Paulo para nos dar uma resposta. Nós tínhamos contato direto com a diretoria da RH da ENEL, e muitas questões nós resolvíamos assim como nós estamos aqui sentados ao redor de uma mesa. Faz anos que isso não acontece, porque o diretor de RH, o diretor que determina, que assina não quer mais conversa conosco. Vem uma vez ou outra aqui. Ele virá agora e nós vamos tentar resolver uma série de questões agora, dia 24 e 25, quer dizer ele diz que virá, porque houve ocasiões em que ele disse que viria e não veio. Então a gente se ver totalmente digamos assim desconsiderados, desvalorizados, nós enquanto entidade que cuida dos trabalhadores.

Então Equatorial, senhores deputados, para gente é uma desgraça que nós queremos evitar demissões, arrocho para os que ficam, metas absurdas, tarifas altas, falta de manutenção, falta de investimento. O único objetivo que nós percebemos que a Equatorial tem dentro da linha de atuação dela é o lucro. E isso nós já temos essa história

aqui no Ceará com a ENEL, e não queremos repetir a novela. Então Equatorial fora de questão.

SR. FERNANDO ANTÔNIO DE MOURA AVELINO (Sindeletro): Só um pequeno a parte sobre isso. Só para vocês terem uma ideia, nós estamos aqui questionando a Coelce, aliás, o Sindeletro, é bom que fique claro para todos e todas, que o Sindeletro está nessa junto com os trabalhadores desde sempre, e nós fomos o primeiro sindicato do Brasil a apoiar os trabalhadores terceirizados, diga-se de passagem. Hoje a Federação Nacional dos Urbanitários tirou uma Resolução no congresso passado para se orientarem pelo Sindeletro, porque como na época tudo era estatal então os sindicatos só trabalhavam com os trabalhadores estatais e não com os terceirizados. Nós fomos o primeiro sindicato do Brasil a prestar apoio aos terceirizados, porque entendemos que eles também são trabalhadores e mais explorados do que os próprios. Então isso não é de hoje essa luta que a gente faz, a Convenção Coletiva que os trabalhadores têm aqui é exemplo no Brasil. Não está como eu gostaria, nem com o sindicato gostaria, nem com os trabalhadores gostariam, mas é o melhor que a gente tem.

E diga-se de passagem, hoje nós tivemos uma audiência pública de manhã com o Ministério Público junto com as empresas do sindicato patronal exatamente para tentar fechar uma Convenção Coletiva que já devia ter assinado desde o ano passado. Quer dizer nós estamos para completar dois anos, a Convenção vale por dois anos, nós estamos para completar dois anos sem Convenção, para os senhores terem ideia. Ou seja, a própria Coelce não tomou uma providência para exigir que os trabalhadores que sejam contratos por empresas terceirizadas tenham seus direitos respeitados. Quer dizer, é outro ponto importante.

E aí só para finalizar, e voltar o que eu estava, que eu pedi a palavra, a questão da Equatorial. Para se ter uma ideia, no Norte, no Centro, no Nordeste, aonde a Equatorial tem o povo está pagando um preço. E vou lhe dizer um índice para ficar claro, por exemplo, como disse aqui é pior que a Coelce, se a Coelce hoje está 23ª posição da pior

empresa do país, pode dizer também que é 23 milhões, mas se o país tem vinte e poucas, né, trinta, vamos arredondar, então está numa situação ruim, mas se ela está na 23ª a Equatorial está na 26ª, 27ª, só para você entender. Então se a ENEL não é boa, imagine a Equatorial.

E a gente tem relatos dos companheiros lá de Goiás aonde anteriormente era ENEL e mudou para Equatorial nós temos ideia de como é; lá no Norte do país do mesmo jeito, e falta de energias lá para completar; a população também paga um preço, como também aqui no Nordeste. Então é uma ideia como é que a coisa está.

SR. PLÍNIO MONTEIRO (Sindeletro): Bem, sobre a questão de salários e benefícios abaixo do mercado o Fernando já apresentou algumas considerações. A ENEL ela sempre alega isso nas nossas negociações coletivas: que paga de acordo com o mercado; que é feito uma pesquisa. Isso nunca nos convenceu. Na verdade a gente não sabe onde é que ela pesquisa, deve haver uma pesquisa sim, mas ninguém sabe quem é o público dessa pesquisa, onde é feita, como é feita, ninguém tem acesso a isso. Por quê? Porque os valores que ela apresenta como valores justos, pagamentos dos salários, nós não percebemos isso na realidade. Nós temos uma parceria muito boa com o DIEESE há muitos anos e nos assessoras principalmente nessas questões, na conjuntura, nas negociações que são feitas pelo Brasil afora, diversos segmentos do trabalho. E nós percebemos que... E aí sim nós acreditamos. Por quê? Porque é um departamento sério, é uma instituição séria, comprometida com a causa da verdade, com a causa econômica, com o mundo do trabalho e procura e é séria, é uma instituição séria, justa, equilibrada, muito bem planejada e que busca realmente a verdade. Com a ENEL já não temos tanta certeza disso porque os números nunca batem.

Então os salários praticados, benefícios praticados pela ENEL podem ser que um dia já tenham sido...era comum dizer isso antes, que trabalhar na Coelce era o melhor salário aqui do Ceará. Isso eu ouvia desde quando era criança. Eu tenho 39 anos de ENEL, porque eu ainda sou empregado da ENEL, trabalho no sindicato; me desliguei da

ENEL porque eu sou liberado pela ENEL para o sindicato. Então eu corto o meu vínculo com a ENEL e mantenho com o sindicato durante a minha gestão, durante o meu trabalho.

Então já tenho um bom tempo de casa e sempre questionei junto com os colegas, questionava essas avaliações e pesquisas que a ENEL fazia. Nossos benefícios, nossos salários não estão condizentes com o mercado. E a gente vê essa situação muito gritante quando a gente passa para analisar os salários e os benefícios das empresas parceiras. Um vale-alimentação que a gente para conseguir dois, três, quatro centavos a mais é uma luta grande, e as empresas terceirizadas que prestam e deveriam prestar satisfação à Concessionária porque é ela quem toma os serviços delas, simplesmente fazem o que querem.

Como o Fernando colocou, nós estamos brigando na justiça porque realmente torna-se uma discussão complexa quando nós defendemos oito mil empregados terceirizados, sete mil e 500, oito mil trabalhadores terceirizados, defendemos os direitos deles, e os patrões os donos dessas empresas simplesmente dizem que os empregados estão satisfeitos com a merreca de salário, com um vale-alimentação que não dá muitas vezes para comprar um almoço ou um jantar. E muitas vezes nós sabemos que esse vale-alimentação ele não é para pagar o almoço, não é para pagar o jantar, é para comprar a cesta-básica: o arroz, o feijão, a farinha da família. O empregado utiliza esse benefício não para almoçar fora em restaurante qualquer, mas para comprar o alimento básico da sua família.

Então quando nós brigamos com o sindicato patronal, e a ENEL sabe disso, a ENEL sabe disso e não diz nada e não faz nada, não pressiona de formal nenhuma as empresas terceirizadas, os patrões, para que essa situação resolvesse. Estamos aí há um ano e nove meses tentando junto ao Ministério Público, tentando junto à justiça também, a justiça do trabalho, tentando regularizar uma situação que é insuportável é inadmissível uma Convenção Coletiva que não sai.

SR. FERNANDO ANTÔNIO DE MOURA AVELINO (Sindeletro): Plínio, me dê mais um aparte. Para se ter ideia, a Deputada Larissa perguntou qual era a média salarial dos trabalhadores da Coelce e dos trabalhadores terceirizados? Eu disse naquela hora é algo entorno de cinco mil e 500 reais, e os terceirizados é algo em dois mil e pouco, quer dizer, é o dobro, mais do que o dobro.

Mas é bom também a gente relatar o menor, por exemplo, no caso da Coelce nós tivemos e temos trabalhadores que foram contratados pela ENEL no ano passado, ano retrasado trabalhadores de nível médio, eletrotécnico, digamos assim, é um dos cargos mais importantes que você possa ter abaixo do engenheiro que é o profissional que está lá no dia a dia e é o caro que tem quase a mesma instrução, digamos assim, em capacidade. Esse trabalhador, tem trabalhador ganhando, entrou na Coelce ganhando dois mil reais, quer dizer, totalmente... quando esse trabalhador deveria ganhar pelo menos algo entorno, na nossa ótica, na nossa lógica, algo na pior hipótese, de quatro salários mínimos, era para estar ganhando cinco mil e 200reais, ganhando dois. Nós temos engenheiro que deveria estar ganhando oito salários mínimos/mês, segundo a lei, ganhando cinco, seis. Ou seja, a própria empresa desrespeitando isso.

Nós temos uma Ação na justiça para que sejam respeitados os direitos dos trabalhadores da Coelce desde 2004, se não me falha a memória, essa Ação rola na justiça desde 2004 e ainda não foi resolvida. Já ganhamos em todas as Instâncias, mas está na última, para você ter ideia de como é a realidade de muitos trabalhadores. Quer dizer você tira o nome de engenheiro aí boa especialista, bota analista, e por aí vai, é um desrespeito total. Mas o trabalhador para trabalhar naquela profissão tem que ter a devida profissão de engenheiro ou de eletrotécnico para poder desempenhar suas atividades. É desse jeito que a coisa é feita.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Bom, quero agradecer ao Sindeletro. Nós inovamos aqui na reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, quando abrimos, para a participação de todas e de todos, a pedido do

Sindeletro, a pedido do Geovani que está aqui, para que a gente pudesse também na oitiva do Sindeletro ter a participação de vocês que vieram hoje fazer essa manifestação justa lá na empresa ENEL. Então, sintam-se abraçados aqui, acolhidos pela Comissão Parlamentar de Inquérito. Abraçar a nossa querida ex-deputada Iris Tavares que está aqui conosco.

E a oitiva, eu considero aqui, dentro do que nós estamos trabalhando, dentro do que nós estamos investigando, meu caro colega Deputado Guilherme Sampaio, dentro do que nós estamos apurando eu considero que nós temos um bom resultado daquilo que nós colhemos, daquilo que nós ouvimos. E sempre o que a gente tem escutado tem apurado. E está indo de consenso com o grito de socorro da população do Estado do Ceará, reverberado pelo sentimento da população aqui nesta Casa por estes parlamentares. E o que eu quero dizer para vocês é que essa Comissão Parlamentar de Inquérito vai afundo, vai investigar, temos a responsabilidade, temos o zelo de apurar sem julgar, mas nós vamos apurar, tendo também o cuidado que o que nós chamamos aqui o serviço da ENEL de péssimo. Pois bem, o que está péssimo pode ainda piorar, conforme vocês relataram aqui com a entrada da Equatorial. Olha só o quanto é preocupante esse trabalho que nós estamos fazendo de investigação, de apuração, de apontar melhorias da empresa que aí está.

Deixando claro que nós aqui não temos nada contra ninguém desta empresa, até porque nem relações nós temos, nem conhecemos, ninguém tem nada contra a ENEL. Por isso que eu tenho dito: Ou a ENEL muda ou ela se muda do Estado do Ceará. Quando eu digo que ela muda é que ela pode mudar o seu formato de atuação. Ela é uma empresa rica, ela é uma empresa que leva milhões por ano, ela é uma empresa que somada alguns anos leva bilhões do povo cearense e ela poderia devolver ao povo uma boa prestação de serviço; um respeito à população; tratar bem os seus funcionários mesmo que seja das terceirizadas, fazendo com que a população tenha satisfação de pagar uma tarifa alta e receber uma prestação de serviço boa, o que não tem acontecido aqui no

Estado do Ceará, e não é de hoje. A gente escuta que a ENEL já foi a melhor do Brasil, mas hoje ela é uma das piores do Brasil. E talvez, talvez, talvez, quem vai dizer isso é o futuro bem próximo, talvez esse trabalho nosso, Deputado Guilherme, seja exatamente para fazer a ENEL acordar e voltar a ser a melhor do país, desde que ela respeite o povo, desde que ela respeite os funcionários, desde que ela cobre um preço justo e preste um serviço de qualidade à população, o que nós não temos visto; o que infelizmente a gente não tem acreditado.

Eu, particularmente, não acredito que a ENEL vá melhorar, muito embora nós vamos cobrar, muito embora nós vamos lutar, muito embora nós vamos reverberar o sentimento do povo e tentar que ela acorde e possa prestar um bom serviço.

Mas essa Comissão Parlamentar de Inquérito agradece ao Sindeletro, essa oitiva do dia de hoje. Nós teremos uma oitiva amanhã, terça-feira, às 15 horas, com a Aprece – Associação dos Prefeitos do Estado do Ceará, e vão trazer consigo as reclamações, as denúncias de muitas obras que são terminadas e para serem entregues à população é quase o tempo da obra toda que aconteceu em função da falta de investimento no plano de expansão, da falta de investimento na extensão de rede, em muitas vezes fazer uma ligação de uma escola, de um PSF, de uma clínica que possa vir a prestar o serviço com a nossa população. Então amanhã nós teremos essa oitiva.

Eu declaro encerrada a nossa reunião de hoje com a oitiva do Sindeletro. Amanhã nós colocaremos em pauta os nossos requerimentos e votação, quando haveremos de ter quórum para tal. Então declaro encerrada a presente sessão. Agradecendo a todas e todos. (aplausos).

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA ENEL, REALIZADA NA ASSEMBLEIA LAGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ NO DIA 10 DE OUTUBRO DE 2023.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Meu boa a todas e a todos. Quero saudar os deputados aqui presentes: Deputado Felipe Mota, Deputado Carmelo Neto; outros deputados que estão acessando pela plataforma virtual; os deputados que estão aqui na Comissão, na sala vizinha, e também vem se somar nesse debate daqui a pouco.

Mas eu já queria desejar uma boa tarde a todas e a todos; dizer que tá aberta mais uma reunião. Deputada Gabriella chegando aqui seja bem-vinda. Consideramos aberta mais uma reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga a empresa de distribuição de energia elétrica no Estado do Ceará, a empresa ENEL.

Pauta da segunda reunião extraordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito da ENEL. Eu queria, e aí peço aqui às deputadas e deputados se posso considerar a ata como lida, para que a gente possa passar para outro momento da nossa reunião? Então, a leitura e discussão e votação da data anterior, da ata da primeira reunião extraordinária da CPI da ENEL ocorrida no dia 9/10/2023 consideramos como lida.

O Expediente: Nada consta.

Passamos à Ordem do Dia. Nessa Ordem do Dia nós temos uma oitiva com o senhor Francisco de Castro Menezes Júnior, Presidente da Associação dos Municípios do Estado do Ceará (Aprece), conforme Requerimento no dia 8/2023, de autoria do relator desta CPI Deputado Guilherme Landim, aprovado por unanimidade pelas deputadas e deputados membros da Comissão, na reunião ocorrida no último dia 30/8/2023.

Teremos também a leitura, discussão e votação de Requerimentos e relatórios em geral, e será posterior à nossa oitiva.

Então, eu já quero, deputados e deputadas... Deputada Grabriella, Deputado Felipe Mota quer fazer alguma observação antes de convidarmos aqui... Então, já gostaria de convidar o Presidente da Aprece Prefeito Júnior, senhor Francisco de Castro Menezes Júnior, Prefeito de Chorozinho, a sentar aqui, na mesa, para que possamos dialogar nesta tarde de terça-feira.

Deputado Carmelo está aqui entre uma comissão e outra; aviso sim. Daqui a pouco nós teremos a presença aqui maciça das deputadas e deputados que compõem a Comissão Parlamentar de Inquérito. Nós marcamos essa reunião para terça-feira, nossas reuniões, geralmente, são nas quartas-feiras, mas em virtude também das agendas aqui da Comissão e do prefeito presidente da Aprece, o Júnior, nós marcamos para esta terça-feira, chocando um pouco com a comissão, - Deputada Lia Gomes já se encontra na plataforma, - e chocou aqui um pouco com a nossa CCJ, que daqui a pouco tá concluindo os trabalhos, e as deputadas e deputados virão também poder participar deste momento.

Portanto, eu gostaria de já deixar aqui o registro das boas-vindas ao Prefeito Júnior, Presidente da Aprece, é uma honra tê-lo aqui conosco nesta tarde, na Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga a ENEL. O nosso intuito, prefeito-presidente, é ouvir de vossa senhoria, ouvir não só as reclamações, mas as denúncias que eu sei que chegam aqui de vários prefeitos.

Saudar o prefeito lá do Município de Jardim, lá no nosso Cariri, que também participa aqui nesse momento.

Saudar o Deputado Guilherme Landim, Relator da Comissão Parlamentar de Inquérito, e tá aqui presente aqui conosco; o Júnior você já cumprimentou.

Sem mais delongas, passa aqui a palavra... Deputado Guilherme, você quer fazer alguma fala antes? Passo a palavra então ao nosso Presidente da Aprece, o Júnior, para que ele possa usar um pouco aqui a palavra, fazer uma apresentação, e dar início aqui essa participação e, logo após essa sua palavra, nós vamos abrir para deputadas e deputados poderem fazer aqui os seus questionamentos e as suas perguntas. Então, portanto passo a palavra aqui ao Presidente da Aprece Prefeito Junior Castro.

SR. FRANCISCO DE CASTRO MENEZES JÚNIOR (Aprece): Boa tarde, Deputado Fernando Santana. Boa tarde, Deputado Guilherme Landim; Deputado Felipe Mota; Deputada Gabriella. Saudar também a nossa Deputada Lia que tá online; demais presentes aqui. Para mim é uma honra estar aqui participando dessa Comissão, e espero poder colaborar aqui com o intuito da CPI, levando e trazendo esclarecimentos de muitas coisas que acontecem no dia a dia do relacionamento entre os municípios e a Aprece e, ao mesmo tempo, intermediando algumas situações com a ENEL.

Estou Presidente da Aprece desde 2021, e fui reeleito agora presidente esse ano, então, desde 2021 que a gente vem levando muitas informações de reclamações que a gente recebe dia a dia dos municípios para a ENEL; e de lá para cá nós já conseguimos resolver alguns problemas antigos, que estavam incomodando muitos municípios, e também conseguimos marcar reuniões com a ARCE, intermediando esse relacionamento com 39 municípios cearenses, e nós conseguimos sair dessa reunião com muitos avanços. Apesar disso, as reclamações elas persistem, elas se renovam.

A gente pode trazer é que, recentemente, antes de vir para cá, fizemos uma enquete com os municípios cearenses, e 60% reclamam do atendimento prestado com a ENEL como sendo ruim ou péssimo. E isso já melhorou, de 2021 para cá a gente

sabe que já melhorou esse relacionamento, mas mesmo assim ainda existe muita reclamação.

Algumas situações, Presidente Fernando, elas guardam respeito às situações de novas ligações de energia, de equipamentos importantes como equipamentos de saúde e de educação, e que tem uma longa demora na sua ligação e acabam prejudicando a inauguração desses equipamentos; têm equipamentos que quando vão ser inaugurados já estão depreciados, já precisando ser feito reforma porque infelizmente existe essa demora. E a Aprece ela tem feito essa interlocução diretamente com a direção da ENEL e muitas vezes a gente consegue avançar. Infelizmente são muitas as demandas e a gente não consegue dar conta de tudo porque são muitos os municípios. Mas estamos aqui à disposição para qualquer esclarecimento.

Fizemos um Relatório, não sei se é permitido, mas ao final, se for permitido, a gente entrega aqui o Relatório com as informações que a gente conseguiu colher com os municípios, tá bom?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Agradeço a abertura prévia que fez aqui o Presidente da Aprece Prefeito Júnior. Já abro aqui aos deputados. O Deputado Guilherme Landim já inscrito para fazer os seus questionamentos e as suas perguntas.

SR. RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): Boa tarde, Presidente Fernando, Deputado Felipe, Deputada Gabriella, Deputada Lia, a todos que nos acompanham. Boa tarde ao amigo Júnior, Prefeito Chorozinho, o nosso Presidente da Aprece. Obrigado pela disponibilidade de vir aqui contribuir com essa CPI.

Vários dos pontos aqui que eu queria informações da Aprece você já falou nessa sua introdução, mas se você puder e tiver aí, eu queria saber assim em relação a

essas reuniões que foram intermediadas pela ARCE e Aprece, quais eram as principais demandas e esses municípios que foram, se eu não me engano foram 39 municípios que tiveram essa interlocução, as demandas foram atendidas? A ENEL... porque isso é uma prática que a ENEL faz, presidente, com todos os municípios, ela chega...

Deputada Larissa chegando aqui também...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Registrar aqui a presença da colega Deputada Larissa Gaspar, por favor, tomar assento aqui à Mesa. Seja bem-vinda, boa tarde.

SR. RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): ...uma prática que a ENEL faz com os municípios é assim: Tá lá uma série de pendências como essas que o Prefeito Júnior acabou de falar; ligações que não foram feitas; obras que precisam ser inauguradas e não foi ligada a energia; ameaça de corte de energia por conta de algum débito, e aí quando essas demandas chegam ela faz meio que aquela chantagem: *Ó, você tá devendo isso aqui, você paga ou nós não vamos fazer a ligação;* e muitas vezes esses débitos estão inclusive em questionamento judicial.

Então eu queria saber duas coisas objetivas: Quais são os principais problemas que foram demandados por esses municípios, e se você tem conhecimento dessa prática que a ENEL faz dessa meio que troca: *ou você paga isso aqui, esse débito que eu digo que você tem com a gente ou então eu não vou fazer essas demandas que você tá solicitando.*

SR. FRANCISCO DE CASTRO MENEZES JÚNIOR (Aprece): Deputado Guilherme, as principais pautas que foram objeto desse momento lá na ARCE eram novas ligações de equipamentos; débitos existentes com a ENEL. O que acontece com relação a essa possível chantagem, é que ela impede do município fazer nova ligação se houver um débito; alguns estão judicializados e, mesmo assim, ela acaba

postergando a ligação. De modo que muitas vezes a gente não consegue fazer o parcelamento direto com a ENEL, e tem que judicializar para, mediante a judicialização, a gente conseguir fazer esse parcelamento. Isso acaba protelando, atrapalhando o dia a dia desse planejamento que os municípios fazem para tentar entregar novos equipamentos; sem falar de aviso de corte de energia que os municípios recebem e têm dificuldade em conseguir fazer o parcelamento, por isso que muitos acabam tendo que judicializar. Mas, especificamente desses 39, a maioria eram novas ligações que estavam por algum motivo, ou de débito ou de falta de projeto. Muitas vezes acontece de a gente protocolar um Requerimento, o Requerimento é arquivado e nós não somos informados, e a gente fica esperando pelo laudo que não vai vir, e quando a gente vai atrás está arquivado; tem que fazer um novo protocolo, para que aquilo possa seguir. Isso acaba demandando muito tempo.

SR. RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): E outro questionamento aqui: Se você ou a Instituição, a Aprece, tem conhecimento de que a ENEL não está cumprindo com algumas obrigações fiscais junto aos municípios, como por exemplo o repasse do ISS das empresas terceirizadas que prestam serviços nos municípios; o não-repasse da contribuição de Iluminação Pública também, que tem sido questionado por muitos municípios. Se isso também chegou a Aprece ou se isso não foi tratado...

SR. FRANCISCO DE CASTRO MENEZES JÚNIOR (Aprece): Chegam reclamações dessa natureza, alguns preocupados com a forma com o que se dá essa cobrança e o repasse, a gente não consegue compreender, é algo muito incerto, às vezes, a conta sobe e desce, ela oscila, sem a gente compreender o motivo pelo qual isso acontece.

Com relação à segunda posição, a ENEL ela acaba que muitas vezes os nossos municípios por não terem, assim, uma pessoa específica para tratar com a ENEL, a

gente acaba padecendo por conta exatamente dessa falta de relacionamento, e a gente paga muito caro, a nossa energia ela é muito cara, a gente acaba que não tem outra alternativa a não ser a ENEL, e muitas vezes a gente é obrigado a ter que pagar o que a gente muitas vezes não considera legal, para poder não ter prejuízo de não ter prejuízo de não ter o equipamento ligado.

Com relação ao pagamento dos ISS é algo que é muito complicado, a gente não tem como ter esse controle; a ENEL, pelo menos não é do nosso conhecimento que ela faça esse repasse ou faça essa cobrança, isso ainda é motivo... inclusive na mudança da Reforma Tributária, essa questão do local de pagamento do tributo, mas são poucos os municípios que recebem esse ISS.

SR. RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): Maravilha. Eu agradeço, Júnior, pelas informações aqui. E gostaria, para concluir aqui,presidente e demais colegas, de solicitar aqui à CPI que nós pudéssemos fazer uma inclusão de pauta de um Requerimento que eu dei entrada hoje. Eu tive acesso a um documento de março desse ano, da ANEEL, sobre uma convocação de reunião sobre a situação da prestação de serviço de energia elétrica da Concessionária ENEL-Ceará. Ela vem dizendo que a ARCE vem reportando à ANEEL queixas de outros órgãos e associações, isso fruto muito também da cobrança aqui da Assembleia, ao longo de todo esse tempo, é *sobre alguns problemas identificados na prestação de serviço público de distribuição de energia prestado pela ENEL.* E aí ela convocando a ENEL. Essa reunião aconteceu dia 26 de abril, às 16 horas.

E nós queremos... O pedido aqui, esse Requerimento da Comissão é para solicitar à ANEEL que diga como é que foi essa reunião; o que é que teve de devolutiva e, mais uma vez, Felipe, parece que é pedindo benção, pedindo um favor à ENEL, que a ANEEL faz isso. Ela como fiscalizadora, como Agência Reguladora, ao invés de exigir e dizer: *Venha aqui e solucione de problema!* Até a forma de escrever:

*Que possa vir, recebendo esse convite, dizer quais são as atitudes que está tomando para tentar minimizar os problemas...*Então, enfim, fica claro para nós essa relação muito de subserviência que nos deixa muito apreensivos quanto à legalidade dessa tratativa das duas.

Então, solicita aqui que a gente possa receber essas informações da ANEEL sobre como é que foi e o que é que foi tratado nessa reunião com a ENEL.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Agradeço ao colega Deputado Guilherme Landim, primeiro pelas perguntas, pelos questionamentos que encontram-se com a reclamação e a denúncia da população e também com esse documento que apresenta, e é exatamente o papel da CPI, um trabalho investigativo e o acesso à documentação que o relator teve. É um trabalho de investigação.

Eu quero só colaborar com o Deputado Guilherme Landim que isso é após o Relatório Final da Comissão que nós estudamos o Contrato de Concessão com a ENEL, Deputado Guilherme era o Relator, e ali foi pedido a Caducidade do Contrato à Agência Nacional.

No início desse ano eu estive na Agência Nacional levando o documento na companhia da Senadora Augusta Brito, lá nós protocolamos e, após isso, eles marcaram a reunião, mas nunca deram para esta Casa do Povo cearense uma resposta: Se houve realmente a reunião; o que discutiram realmente na reunião; apenas em uma folha, em uma folha sequer uma resposta sobre o Pedido de Caducidade feito pela comissão que investigou o Contrato com a ENEL. E aí demonstra uma subserviência sim. Mas eu costumo chamar, me perdoe à palavra, Deputado Felipe Mota, mas parece que a Agência Nacional é um puxadinho para defender a ENEL e se esquece de defender o povo cearense, tendo em vista que é uma Concessão Pública e precisa prestar contas com a população.

Eu queria, antes de passar ao Deputado Felipe Mota, que tá inscrito, já pedir a todos que passamos acolher o documento do Deputado Guilherme Landim, bem como também um Requerimento aqui do Deputado Danniel Oliveira.

Eu queria só pedir permissão aqui, Deputada Larissa, Deputada Gabriella e deputados, que nós possamos também convidar o prefeito ali de Jardim que tá aqui, Dr. Aniziário, para se fazer aqui presente também, Prefeito Aniziário, aqui, na Mesa. O Prefeito Aniziário me dizia esses dias que se sente representado na oitiva com o Prefeito Júnior, mas que se fosse preciso também falaria sobre o sentimento da população de Jardim e de como ele enxerga como prefeito, Deputado Guilherme, o atendimento da ENEL para com a população.

Então perguntando ao Júnior se ele quer falar alguma coisa sobre algum questionamento do Deputado Guilherme Landim para que eu possa passar para o Deputado Felipe mota.

SR. FRANCISCO DE CASTRO MENEZES JÚNIOR (Aprece): Não. Tranquilo, deputado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Posso passar então. Então, com a palavra o Deputado Felipe Mota.

SR. DEPUTADO FELIPE MOTA (UNIÃO): Presidente, primeiramente boa tarde a todos as senhoras e senhores deputados que aqui estão. Chegou ao ponto que eu queria da CPI, ponto onde eu já tive do outro lado; já fui Secretário de Infraestrutura de um município metropolitano e eu sei a dificuldade que o Presidente Júnior Castro está falando da Aprece em relação a isso, até porque eu cheguei a ajudar alguns municípios com o pouco que eu tinha explicando o que é metodologia.

Quem está nos escutando agora tem que entender como a ENEL faz a metodologia da cobrança da contribuição de Iluminação Pública para os municípios. Como é essa metodologia? Ela chega com um manual para a empresa que presta

serviço da Iluminação Pública, (só um minuto, por favor), ela chega com a metodologia para os municípios e diz assim: *A metodologia que nós usamos é essa aqui*. Nem todos os profissionais, nem todos os municípios têm condição financeira de manter um engenheiro eletricista tá, de manter um engenheiro eletricista no seu quadro. Então, praticamente que os municípios dependem de assessorias, por muitas vezes são poucos profissionais nessa área.

Nós que estávamos no Município de Maracanaú, nós tínhamos um Parque de Iluminação muito grande, então nós conseguíamos praticar a metodologia. E como é que era, Felipe, explica aí pra gente? Nós tínhamos um georreferenciamento de cada poste, automaticamente eles faziam a computação de quantos pontos de iluminação nós tínhamos georreferenciados, e isso ainda era questionado pelo Ministério Público, porque tinha um momento que o Ministério Público queria saber onde estavam àqueles pontos de iluminação, e nós tínhamos que voltar com o Parque novamente, fazendo toda a contagem.

Só que no interior, eu já tive do outro lado, conheço muito bem isso, por muitas vezes essa metodologia não é respeitada também, o prefeito pode fazer isso com a maior dificuldade no mundo, tirando suor da testa dos recursos que ele tem da conta da Iluminação Pública, e um vereador coloca uma nova luminária, um próprio cidadão pede para um eletricista colocar outra luminária, e ENEL chega lá e diz o seguinte: *Olha, nós detectamos cinco luminárias...* para o prefeito que não tem nada a ver, - *nós detectamos aí cinco luminárias que não estão dentro do teu parque, que a gente identificou.* O que seria mais correto era ela, em vez de fazer qualquer trabalho ou de apontar o dedo para o município, ela chegar lá e dizer: *Prefeito Júnior, o senhor reconhece esses cinco pontos?Prefeito de Jardim, o senhor reconhece esses dez pontos que estão lá?* Ele iria aqui com uma pessoa simples, um encarregado: *Olha, vai lá aos locais que tá dizendo.*

Então agora você me diz o seguinte, georreferenciamento é uma coisa que é natural hoje, é uma coisa que é natural, mas você, num município cearense, as dificuldades que os municípios estão e manter uma assessoria exclusivamente para poder acompanhar essa metodologia é muito difícil, não é fácil.

Aí eles tiram dessa metodologia como se fosse um parâmetro. Um parâmetro de Chorozinho em virtude da população é "X", o parâmetro de Jardim é outro; o parâmetro do Tauá é outro; de Juazeiro é outro; e assim vai se levando.

Sabe o que é que acontece? No mês que o município teve uma arrecadação maior, obviamente a Iluminação Pública teria que entrar um pouco mais, concorda? Nesse mês o prefeito não sabe se entrou mais, se entrou menos, fica aquela discussão entre os prefeitos que eles não têm como ter um medidor dentro de casa ou dentro da prefeitura para saber se ele gastou mais ou gastou menos. Ele só sabe quando gasta mais quando gasta menos quando as escolas estão de férias, é óbvio que a conta de energia vai diminuir. Quando acontece uma festa no município que ele faz uso de um medidor que ele pede lá à ENEL, é claro que a energia vai aumentar naqueles dois três dias. Então são coisas que por muitas vezes a ENEL deixa os municípios desinformados, eu não sei qual é o intuito.

Se nós tivéssemos uma metodologia que tem como ser criado na próxima intervenção que o Estado fizer de Caducidade, de um novo Leilão, do que for, se nós desenharmos essa metodologia para o futuro, eu acho que vai resolver muito problema da Aprece e dos prefeitos.

Em 98, ninguém falava nem georreferenciamento né, Júnior? Acho que praticamente georreferenciamento não existia, nos ministérios nem se pedia planta já georreferenciada para saber onde é que estava um terreno para uma construção, para quando uma coisa, não tinha nada disso.

Então chegou o momento de se olhar nessa Iluminação Pública, e aí é onde eu vejo a intervenção e a preocupação do Júnior, que nós temos que criar essa metodologia para oferecer para quem chegar aqui em 2028. Porque não tenha dúvida: isso vai acontecer até 2028, presidente, se nós não tivermos uma metodologia para apresentar. Só criticar, só fazer essa coisa toda, nós vamos continuar recebendo ligação dos prefeitos pedindo para fazer ligações de equipamentos públicos; nós vamos continuar recebendo ligações de empresários que querem investir nos municípios, pedindo para poder ligar um supermercado.

Eu recebi uma ligação essa semana agora, de uma denúncia, o cara tinha uma borracharia. Estou falando de uma coisa simples, o cara com MEI. Então, são coisas que fazem com que nós deputados por muitas vezes nós nos sentimos excluídos dessa discussão, imaginem o Deputado Fernando Santana e o Deputado Guilherme que conhece muito bem esses ofícios que estão aí na mão.

Então os municípios são reféns da ENEL. Não adianta você dizer que eles não fazem cobranças indevidas, duplicidade de conta já teve lá em Maracanaú. Eu tive um mês, e tenho isso guardado, que teve uma cobrança de Iluminação Pública de 298mil reais a mais. Se eu não tivesse o profissional, Presidente Fernando Santana, o município de Maracanaú tinha sido descontado diretamente da conta.

Então são coisas que acontecem que por muitas vezes eu entendo a necessidade de se fazer isso. E isso só vai ser resolvido quando nós tivermos uma metodologia, quando nós tivermos nos nossos quadros que nós teremos que usar para “X” ruas um tipo de lâmpada; para avenidas principais outro tipo, como nós fizemos a metodologia tanto de Fortaleza que existe essa metodologia, Maracanaú e Caucaia, que eu conheço. Para essas três prefeituras que eu tô dizendo existem essa metodologia; já nas outras eu não posso afirmar.

Muitas vezes, quando se queima uma lâmpada, por muitas vezes é um agente comunitário, é um prefeito, é um vereador que vai deixar para se colocar. Não tem a fiscalização dela para dizer: *Olha, vocês fizeram errado. Vocês fizeram certo.* Ou a gente toma uma medida da metodologia para resolver esse problema do Júnior.

Agora eu vou fazer... Eu fiz uma exemplificação do que eu convivi, do que eu vivi e vi aqui o Presidente da Aprece falando. Eu agora quero fazer uma pergunta a ele.

Presidente, esses prefeitos quando chegam à vossa excelência lá na Aprece, chegam chateados, obviamente, prédios, quadra poliesportiva, tudo por fazer ligação. A ENEL já lhe chamou assim, ela tem assim uma mesa de discussão com a Aprece assim, semestral, bimestralmente; tem alguém da prece que faça essa relação dos municípios com a ENEL que, por muitas vezes, você que tem que ir mesmo, que é o presidente, tem que brigar pela Entidade e essa coisa toda, eles chegam a fazer isso com vocês ou deixam vocês excluídos também?

SR. FRANCISCO DE CASTRO MENEZES JÚNIOR (Aprece): Não, Deputado Felipe. Lá na Aprece nós temos a Helderiza, a Del, que é a pessoa que trata especificamente desses tipos de problemas que os municípios trazem para a Aprece com a ENEL. Então todos os problemas que os prefeitos trazem até a mim eu encaminho para a Del, ela entra em contato com a ENEL, e muitos deles são resolvidos.

O problema é porque existe uma demanda muito grande, são muitos municípios que trazem muitos problemas, e acabam que o tempo é pouco para resolver tanta coisa. Mas a Del ela sempre tá em contato com a ENEL para fazer essa intermediação. Alguns casos não tem solução, por exemplo, questão de dívida a ENEL quer que pague, então só resta ao município recorrer judicialmente se for o caso. Mas a ENEL, desde 2021 que a gente abriu, então, por dois momentos já

fizemos mutirão na própria Aprece; antes de fazer isso lá na ARCE a gente fez na Aprece; levamos os prefeitos para Aprece com a ENEL e a gente conseguiu resolver alguns problemas, outros ficou por resolver. Sabemos que alguns problemas são dos próprios municípios, porque realmente são municípios pequenos que não têm qualidade técnica dentro das suas prefeituras e acabam que os projetos eles não são os melhores, acabam tendo que serem refeitos. Mas muitos problemas eles poderiam ser resolvido com atenção. Eu acho que falta uma atenção maior, esse é o principal pedido que os municípios fazem de uma atenção maior.

A ENEL ampliou de quatro para sete técnicos hoje, atendimento ao grupo dos municípios que é o Poder Público, mas mesmo assim ainda existe muita reclamação. Eu acho que falta uma devolutiva maior para os problemas.

Vou lhe dar um exemplo do Chorozinho, eu tô prefeito desde 2017. Em 2018 foi aprovada aqui, na Assembleia, a mudança dos limites dos municípios e Chorozinho foi beneficiado, tá tendo aqui na Sessão aqui ao lado exatamente tratando desse tema; e Chorozinho ganhou uma área de Cascavel de um assentamento, só a parte urbana, para não pegar a área territorial. Em 2019 nós fizemos um Requerimento para que a população que lá hoje tem um papel de energia com o nome de Cascavel viesse para Chorozinho, 2019.

Em 2022 nós reiteramos o pedido para que a população viesse para ser Chorozinho, e até hoje a gente não tem essa devolutiva da ENEL, e é porque eu sou o Presidente da Aprece, já pedi, entendeu. Então assim, em alguns casos ultrapassam o racional, o lógico. Alguns casos, por exemplo, eu entrei em 2017,à primeira semana eu recebi um Aviso de Corte de Energia, e eu era vice-prefeito, por ser vice, eu tinha acesso à ENEL, eles me passavam informações, e eu fui lá antes de assumir, tinha uma conta enorme. *Homem, pelo amor de Deus, cobre porque senão vai cobrar na minha época; se tiver de cortar corte antes.* E aí não fizeram nada. Primeira semana

corte de energia - aviso de corte. Apagaram as luzes da entrada da cidade e aí eu não tive outra alternativa que não judicializar. Eu tentei parcelar, eles não aceitaram parcelamento porque a gestão anterior já tinha parcelado e não tinha pago, então tive que judicializar. O juiz deu uma Liminar suspendendo o corte de energia, e na audiência eles fizeram o parcelamento que eu tava querendo desde quando eu assumi.

Então são situações que acontecem e que infelizmente acaba que muitos prefeitos perdem o controle mesmo; a gente tem alguns que tem maior serenidade, mas outros já estão no limite do estresse. São situações muitas vezes vivenciadas que a população tá lá cobrando da gente, ela não entende que é o problema de ligação de energia, ela acha que é falta de respeito do próprio prefeito ou do vereador, daquela liderança local, que não corre atrás de resolver o problema. E isso realmente causa alguns estresses.

Mas assim, a Aprece ela tem feito essa intermediação, Deputado Felipe Mota, através da Helderiza, que é uma técnica nossa lá que trabalha já há muito tempo na Aprece, que desde 2021 ela vem tratando diretamente com a ENEL.

SR. DEPUTADO FELIPE MOTA (UNIÃO): Presidente, me diga uma coisa, alguma vez você tem algum caso de quando que a ENEL fez os municípios perderem a merenda escolar que por muitas vezes tá num freezer lá de uma comunidade longínqua no interior, numa comunidade rural, e fez perder às vezes uma vacina de um Posto de Saúde na área urbana. Alguma vez eles chegaram a descrever isso, a colocar ou a informar algum município que tenha feito essa perda ou ressarcir por muitas vezes até o material elétrico que a gente possa dizer assim: a geladeira torrou. Eu tenho fotos aqui de freezer que torrou da tomada, tudo por conta desses picos de energia, que você sabe que nós temos no interior. Tem algum município que já diga assim: *Júnior, rapaz, eu tô feliz porque eles me chamaram para poder fazer a devolução*, essa coisa toda, tem assim, isso é recorrente contigo?

SR. FRANCISCO DE CASTRO MENEZES JÚNIOR (Aprece): Eu desconheço, deputado, eu desconheço. Realmente aqui tava olhando agora quais são os principais pontos que foram listados, e o segundo ponto é exatamente *queda constante de energia; instabilidade na tensão e quedas constante de energia,* isso é o que a gente vivencia diariamente nos interiores, nos municípios pequenos principalmente que não têm subestação. Mas eu desconheço algum município que tenha sido chamado para a ENEL para esse tipo de tratativa.

SR. DEPUTADO FELIPE MOTA (UNIÃO):. Tá, muito obrigado. Vossa Excelência coma palavra, presidente. Obrigado, Júnior.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Agradeço ao Presidente Júnior, Deputado Felipe Mota. Passamos agora à nossa colega Deputada Larissa Gaspar.

SRA. DEPUTADA LARISSA GASPAR (PT): Obrigada, presidente. Boa tarde a todos os colegas deputados e deputadas, aos prefeitos aqui presentes. Queria me dirigir aqui ao Presidente da Aprece, o nosso Prefeito Júnior.

Perguntar, prefeito, se existe um levantamento da quantidade de serviços públicos paralisados nos municípios, e estabelecimentos comerciais que também tiveram prejuízos por conta desse desabastecimento na distribuição de energia elétrica por parte da ENEL? Porque a gente escuta muitas, muitas reclamações, todo dia chega ao nosso WhatsApp, ligação para os nossos gabinetes depois que iniciou a CPI da ENEL, e eu não sei se a gente tem um levantamento a partir da Aprece ou de outra Instituição que dê conta desse quantitativo. Quantos municípios tiveram os seus serviços públicos e também as atividades empresariais da localidade prejudicadas por conta de corte, desabastecimentos por parte da ENEL?

SR. FRANCISCO DE CASTRO MENEZES JÚNIOR (Aprece): Deputada, a Aprece não tem esse dado. Chegam realmente reclamações dessa natureza, mas a

gente não conseguiu estratificar isso. O que a gente sabe é que existe muita reclamação tanto nos municípios através do Poder Público como também do particular, mas esse dado, infelizmente, a gente não tem.

SRA. DEPUTADA LARISSA GASPAR (PT): Outra pergunta, presidente, se teria também esse levantamento de quantos pedidos de novas ligações, seja para equipamentos públicos, para começar a funcionar um hospital, para começar a funcionar uma creche ou mesmo para um estabelecimento privado que quer iniciar as suas atividades particulares, e a ENEL não procede essa ligação que é solicitada. Se por essas inúmeras reclamações se existem também um levantamento dessa natureza, serviço que não puderam iniciar suas atividades sejam públicos ou privados por falta de ligação solicitada.

SR. FRANCISCO DE CASTRO MENEZES JÚNIOR (Aprece): A gente não tem esse dado específico, até porque nesses mutirões que a gente fez muitas coisas foram resolvidas. Mas o que eu posso lhe assegurar, é um dado interessante, Presidente Fernando, que alguns municípios para tentar resolver os seus problemas estão fazendo uma burla na ligação da energia pedindo para que o construtor peça a energia e depois ele faz só mudar para o município, porque se ele tiver de fazer uma nova ligação aí é toda uma burocracia de projeto, de análise, e isso demora muito tempo. Então alguns municípios estão pedindo para que a construtora, antes de entregar, ela peça a energia e transfere para o nome do município.

SRA. DEPUTADA LARISSA GASPAR (PT): E para finalizar, presidente, o Município de São Gonçalo, mais especificamente ali na localidade da Taíba, eles têm reclamar bastante, os moradores, de interrupções na distribuição de energia elétrica no município, relatando muitos apagões, inclusive já tá circulando abaixo-assinado nas redes sociais, a gente tá apresentando um Requerimento para que uma comissão dos moradores da Taíba possa ser ouvida aqui pela Comissão para relatar esses

prejuízos, que tanto afetam os próprios moradores quantos os comerciantes, contra a própria infraestrutura básica do município. E aí saber se a Prefeitura de São Gonçalo reportou alguma situação dessa natureza para Aprece juntar isso também nos seus levantamentos, no seu rol de denúncias recebidas.

SR. FRANCISCO DE CASTRO MENEZES JÚNIOR (Aprece): Pois é, a gente só tem informações, mas a gente não tem nada concreto, entendeu, deputada, a gente tem essas informações. O próprio prefeito de São Gonçalo Marcelão já me procurou, mas a gente sempre encaminha para a Helderiza alguns casos específicos, que são do Poder Público especificamente. A gente sabe que alguns casos é questão de tensão, de transformador que acaba pegando toda a região, não só aquele equipamento público e que precisa realmente de uma atenção.

SRA. DEPUTADA LARISSA GASPAR (PT): Obrigada, prefeito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Agradeço à colega Deputada Larissa. Passo à Deputada Gabriella.

SRA. DEPUTADA GABRIELLA AGUIAR (PSD): Boa tarde a todos.Primeiro agradecer ao Prefeito Júnior Castro, prefeito de Chorozinho, Presidente da Aprece; ao Prefeito Aniziário Costa, de Jardim, que está aqui também representando o Poder Executivo; os meus colegas deputados. Inicio saudando as mulheres, Deputada Larissa e a Deputada Lia Gomes que tá online; Deputado Guilherme Landim, Deputado Presidente Fernando de Santana e Deputado Felipe Mota, sempre muito cavalheiro.

Eu fiz um estudo, Prefeito Júnior, que desde 2014, a cada cerca de seis meses a Aprece oficia à ENEL pedindo explicação sobre a transferência dos Ativos de Iluminação Pública. Como é que tá esse problema, ele foi resolvido?

SR. FRANCISCO DE CASTRO MENEZES JÚNIOR (Aprece): Pois é, os Ativos de Iluminação, salvo engano, só tem dois municípios hoje que ainda tem, que a

ENEL que ainda presta serviço de Iluminação Pública no Estado do Ceará, o restante eles foram absorvidos pelos municípios. E assim, o problema com relação à questão da iluminação hoje que a gente vivencia é exatamente essa incerteza com relação à forma de repasse, se tá sendo repassado o que realmente tá sendo cobrado. A gente sabe que é uma legislação municipal e depende de cada município; alguns municípios é um valor maior; outro é menor, e depende de cada realidade. Temos municípios que não arrecadam, outros que arrecado muito pouco, e por esse motivo são deficitários na questão da própria prestação do serviço; outros já têm um parque melhor, são populações maiores que conseguem estar sempre mantendo a qualidade, mas especificamente, deputada, eu acho que hoje não existe mais esse problema.

SRA. DEPUTADA GABRIELLA AGUIAR (PSD): Em maio de 2023 a Aprece fez uma reunião com os representantes da ENEL e foram encaminhadas algumas demandas, algumas foram resolvidas. Mas vocês fizeram e me interessou bastante a criação do Protocolo de Renegociação, que propôs atrativos para que os gestores pudessem quitar ou renegociar as dívidas. Quantos gestores entraram nesse Protocolo de Renegociação dos 184 municípios? Como tá andando o processo deles? Quantos precisaram judicializar? Quantos conseguiram resolver pela via administrativa?

SR. FRANCISCO DE CASTRO MENEZES JÚNIOR (Aprece): A principal dívida hoje dos municípios ela guarda a relação com a questão da atualização dos Parques. Quando a ENEL vai fazer a contagem ela encontra o que o Deputado Felipe Mota ressaltou, mais luminárias do que o que estava anteriormente previsto. E aí eles fazem a cobrança retroativa até a última contagem. Sempre isso traz um valor bem vultoso para os municípios pagarem. Isso é discutido. Alguns alegam que a contagem ela não foi feito de forma correta; outros alegam que não é aquilo, e assim as dívidas elas vão perdurando. Alguns municípios têm dívidas milionárias. A gente procurou a

ENEL no intuito de fazer realmente uma negociação, de forma que os municípios tivessem um abatimento nessa dívida e o parcelamento.

Eu não sei te precisar, deputada, quantos municípios conseguiram fazer esse parcelamento, mas o que eu sei é que muitos procuraram a Aprece nesse momento, não só para tratar disso especificamente, mas também nesse momento a gente tratou de vários outros problemas existentes nesse relacionamento, mas, infelizmente, aqui, agora, eu não posso te precisar, depois eu posso pedir as meninas para me repassarem e farei questão de trazer aqui para a CPI.

SRA. DEPUTADA GABRIELLA AGUIAR (PSD): Obrigada.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Eu que agradeço. Pois não, Deputada Larissa.

SRA. DEPUTADA LARISSA GASPAR (PT): Presidente, queria só pedir licença a Vossa Excelência, aos colegas, aos prefeitos também, porque tô com outro compromisso às 4 horas. Agradecer aí pela disponibilidade de vir aqui trazer esses esclarecimentos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Agradecemos a colega Deputada Larissa Gaspar, e também faço aqui um questionamento ao Presidente Prefeito Júnior, ao tempo que agradeço a sua presença.

Presidente, diante do exposto, eu queria também pedir licença aos deputados se nós poderemos também ouvir aqui um pouco o Prefeito de Jardim, ele enquanto prefeito colocar, mas eu queria fazer uma pergunta a vossa senhoria.

SR. FRANCISCO DE CASTRO MENEZES JÚNIOR (Aprece): Só para enriquecer ainda mais o seu comentário. O nosso prefeito também é da Aprece, da diretoria, então tem representatividade. O convite foi para mim, mas eu acho que a Aprece tá aqui representada por mim nesse momento e também pelo Prefeito Aniziário.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): A minha pergunta, não é nem uma pergunta, é um questionamento mesmo assim, daquilo que tô pensando aqui sobre o que tenho escutado e ouvindo aqui um pouco o prefeito, para além de Presidente da Aprece, mas o prefeito, e ouvindo aqui um ex-prefeito Guilherme Landim que foi prefeito de Brejo Santo, hoje sua mãe é prefeita lá, e ele hoje enquanto deputado estadual recebendo denúncias e reclamações ele traz muitas vezes aqui questionamento da mãe dele enquanto prefeita.

Para você ter uma ideia, a ENEL não paga nada a um município, vamos supor, cada poste do município ela não paga, ela é isenta, mas quando ela quer mexer nesse poste, a prefeitura fez lá um serviço naquela rua, naquela calçada; padronizou a calçada, fez um investimento na rua, e a ENEL, depois disso tudo inaugurado, entrega à população, vem lá e muda os postes, tira do lugar, quebra a rua, quebra a calçada sem nem informar à prefeitura, e muito menos depois vir arcar com aquele prejuízo que deixou, deixando o prejuízo totalmente para a prefeitura.

Dito isto, e é o que eu tenho escutado de muitos prefeitos, eu queria lhe perguntar: Hoje, em nível de satisfação, e aí enquanto o prefeito, o que é que vossa senhoria me diria da sua população lá do Chorozinho? O que é que você acha da satisfação do povo, daqueles que lhe procuram, para além da problemática da prefeitura, do órgão público de entregar o equipamento, de entregar à população em tempo hábil uma escola, um PSF, é uma praça, enfim. Mas em nível de população que eu sei que vossa senhoria é procurado?

SR. FRANCISCO DE CASTRO MENEZES JÚNIOR (Aprece): Lá a gente tem uma insatisfação muito grande, presidente, exatamente devido à questão da oscilação de energia. Diariamente, isso eu posso lhe precisar, diariamente nós somos procurados por algumas pessoas que têm algum equipamento queimado exatamente por conta dessa oscilação da energia lá no nosso município. Então existe uma

insatisfação muito grande. A população do meu município, especificamente, ela espera muito que essa CPI ela possa trazer resultados positivos para o Município de Chorozinho e para o Estado do Ceará como um todo. Realmente chega numa hora que a gente não tem quem recorrer. A gente pede.

Eu lhe passei um caso especificamente no meu município onde eu prefeito, Presidente da Aprece ainda não consegui resolver. Você imagina um cidadão comum, aquele menos esclarecido, com menos informação, com menos contato. Então, assim, as dores elas são as mesmas, infelizmente alguns sofrem mais por não disporem de tantos contatos, tantos conhecimentos. E lá no meu município especificamente a gente tem realmente um atendimento que poderia melhorar muito ainda.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Muito obrigado. Eu gostaria de fazer a mesma pergunta ao Prefeito de Jardim Dr. Aniziário, que também é membro da Associação dos Prefeitos aqui da Aprece.

Aniziário, prefeito, qual o nível de satisfação da sua população lá em Jardim? Sei que você é procurado, já me falou isso, mas eu queria que pudesse expor aqui essa CPI, a quem tá nos assistindo, a quem tá nos ouvindo, e também aqui na presença dos demais deputados, sobretudo aqui do relator a quem tá acompanhando todos esses pontos, para que ao final dos trabalhos dessa CPI possa apontar o Relatório, e nesse Relatório as tomadas de decisões e solicitações que nós faremos.

Então passa a palavra aqui ao prefeito de Jardim, Dr. Anziário.

SR. ANIZIÁRIO JORGE COSTA (Prefeito de Jardim): Boa tarde a todos. Cumprimento o presidente em nome de todos os deputados e deputadas aqui presentes que estão nos assistindo; ao prefeito colega Júnior.

Eu vou dar alguns relatos que por si só responde essa pergunta. O município quando eu recebi em 17 já vinham problemas; os gestores anteriores sofreram demais também, eram os mesmos problemas, e continuam com a gente.

A gente, para ter uma ideia, Dr. Guilherme, eu sou médico, o meu consultório fica lá na avenida, aos sábados fazia ultrassom, dificultava o trabalho porque ultrassom caia quando se ligava uma máquina de fazer solda, por perto do consultório. Isso aí mostra a relação com profissionais de saúde ou qualquer profissional. As casas da gente já queimou diversas eletrodomésticos por questão dessa flutuação de energia, essa potência.

Hoje lá no município, nós temos lá hoje quatro comunidades que dá mais de mil famílias aguardando há mais de cinco meses que se liga a energia para o Projeto São José, pra água pra a população de Jardim. Nós temos um distrito, que é o maior distrito do Jardim hoje, nós temos um poço lá que é pequeno, que a energia é monofásica, fizemos um maior debaixo da rede, trifásica, para poder facilitar o trabalho da ENEL, uma vazão até boa, 30 mil litros por hora, e a gente tá com mais de cinco meses também sem essa ligação para poder abastecer a comunidade do Distrito de Correto. Então, é geral.

Para se ter uma ideia, no final do ano passado, foi aquele município que foi em janeiro a gente preparou em dezembro, a gente teve que comprar, alugar, na verdade, um gerador elétrico para ficar perto dos poços e fazer interligação desse gerador elétrico com os poços para não faltar água na cidade. Na sequência, compramos o gerador. Hoje nós temos um gerador para quando cair energia automaticamente ligar o gerador para a garantia de abastecimento da cidade de Jardim.

Outro problema seriíssimo também é a questão dos valores que se paga por energia, ele faz uma estimativa. Mas, praticamente, hoje, Jardim está quase com 100% tudo de Led, e o preço não mudou nessa estimativa, o valor.

Então, assim, as demandas... porque é pública é difícil, imagina para quem é um pequeno comerciante, uma borracharia na periferia, no mato, que hoje tem em todos os cantos tem serviço de automotores, nas serras, em todos os lugares.

Então o problema é muito sério, e a população é totalmente insatisfeita e realmente estão muito ansiosos aguardando que tenha bons frutos dessa CPI para atender a demanda aqui do interior do Ceará, que é muito triste a realidade com a ENEL.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Passo a palavra ao Deputado Guilherme Landim.

SR. RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): Presidente, eu acho que nós conseguimos aqui com essa palavra do Prefeito Aniziário, com tudo que o Prefeito Júnior trouxe aqui a gente pode, com a contribuição de todos nós, nós podemos trazer na tarde de hoje um breve relato do tanto de problemas que o setor público tem com a ENEL.

A ENEL tem prejudicado do Estado do Ceará no seu desenvolvimento. Nós não falamos aqui, e até falamos dos pequenos comerciantes que são prejudicados e os grandes também; muitas indústrias, grandes, pequenas e médias no Estado do Ceará têm padecido e tem deixado de gerar emprego e renda por conta de falta de ligação da ENEL.

Lá em Brejo Santo mesmo eu já trouxe isso, eles tiveram que funcionar onze meses com gerador, e quando eles foram cobrar, Júnior, uma indústria que ia gerar 550 empregos; onze meses com gerador, e quando a empresa foi lá para cobrar, a ENEL chegou a dizer que precisava fazer uma ampliação da Subestação da cidade, e que se a empresa bancasse essa ampliação eles fariam logo, mas se fosse a ENEL que tivesse que fazer eles tinham que esperar. Então foi com medidas judiciais que a empresa teve que entrar, e aí a ENEL veio e fez a ampliação da Subestação.

Então são esses problemas e muitos outros que a gente tem vivenciado no dia a dia, e eu acho que hoje traz aqui; o seu Relatório também é fundamental que seja dado entrada aqui na Comissão, para robustecer o Relatório Final da Comissão, e a

gente tentar dar um encaminhamento, e ver o que é que essa empresa vai fazer no Estado do Ceará. Como o Deputado Fernando diz: *Ou ela muda ou ela vai embora daqui*, *porque da forma que está nós não podemos mais admitir.* Então, obrigado aos dois prefeitos aqui pela contribuição.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Obrigado Deputado Guilherme Landim.

Chamar atenção aqui... Eu conversava há pouco com Deputado Felipe Mota, e até ali concedendo entrevista eu falei, mas eu queria trazer esse assunto aqui para a CPI, e nós estamos focados em investigar as milhares de reclamações e denúncias contra a empresa ENEL, com zelo, com responsabilidade, sem nenhuma caça as bruxas, nós queremos uma solução. Nós estamos focados no Direito do Consumidor porque é quem tem nos procurado mais, quem tem reclamado mais, quem tem sentido a dor maior lá no seu município. Mas nós temos que nos preocupar com outras vertentes nessa investigação como a questão patrimonial também: se tá ou não havendo algum desmonte; se o Estado do Ceará vai ou não ser prejudicado com a possibilidade da saída dessa empresa.

Há uma denúncia e nós estamos averiguando se ela já porventura já foi inclusive vendida e não foi nos informado, isso é uma denúncia, nós estamos apurando, investigando.

Ontem, na oitiva do Sindeletro, o Deputado Guilherme Landim teve que sair, mas Deputado Guilherme, eu fiquei estarrecido... a ex-Deputada Íris Tavares está aqui conosco, também saudando, e ela esteve presente, ontem, nesse momento; o Vereador Carlos Costa de Jardim que também acompanha aqui neste momento, o Sindeletro deixou claro que boa parte do equipamento usado, neste momento, no Estado do Ceará, pela empresa ENEL, é da empresa Equatorial, que faz o serviço aqui no Estado vizinho do Piauí, e lá tem uma CPI contra a Equatorial. E dizendo o

sindicato ontem, dizendo o Sindeletro, palavras deles, que *se tá péssimo com a ENEL pode ficar ainda pior com a Equatorial*.

Eu trago essa preocupação aqui para nós diante da responsabilidade que nós temos com o povo cearense, diante da responsabilidade que nós temos em investigar o que o consumidor tem reclamado, mas de investigar a questão patrimonial.

Eu desde o começo dessa CPI o Deputado Felipe Mota alertou e alerta sobre isso, que a gente tem que se preocupar com isso, verificar se tá acontecendo alguma coisa, para que ao final o Estado não se prejudique. Quando eu digo que se prejudique a Instituição Governo do Estado do Ceará eu estou falando também da população do Estado do Ceará. O patrimônio é da população do Estado do Ceará.

Então é preciso que a gente também se apegue muito a essa questão patrimonial. Nós já vimos muito isso no Contrato de Concessão quando lemos ele na comissão, ano passado, aqui, nesta Casa, e lá fala sobre essa questão patrimonial, mas o que a gente tem recebido de denúncia no dia a dia é a possibilidade de um desmonte que esteja acontecendo aqui, debaixo dos nossos olhos, sendo que ainda há uma venda no nossos olhos e nós não estamos conseguindo enxergar.

E aí eu chamo a atenção, pois como nós estamos focados, e o foco é esse, em dar uma resposta ao consumidor, ou seja, à população, nós estaríamos enfrentando essa batalha falando sobre a questão do desrespeito ao consumidor e, na outra mão tá havendo um desmonte, e ainda nós não estaríamos enxergando.

E ontem o Sindeletro nos chamou atenção sobre isso, tendo em vista que o equipamento, boa parte do material usado nesse momento do Estado do Ceará tá sendo terceirizado para a Empresa Equatorial. Das duas uma, ou a Equatorial tá terceirizando mesmo o serviço aqui, porque a ENEL não tem equipamento, e provavelmente se isso for confirmado vendeu lá no mercado paralelo como foi a denúncia que nós recebemos aqui, ou se realmente ainda não vendeu os seus Ativos à

Equatorial e ela já estaria adentrando aqui, assumindo aos poucos, chegando aos poucos para não causar uma manifestação maior diante do que tem acontecido aqui no Estado do Ceará.

Então há uma preocupação ainda maior neste momento da CPI, para além do que o consumidor vem sofrendo, ou seja, nossa população vem sofrendo também com essa questão patrimonial que é seriíssima. E aí, repito, Deputado Felipe Mota, não é um patrimônio dos deputados, é um patrimônio nem do governador, é um patrimônio do povo cearense, e nós temos que investigar, cuidar, ter zelo e não deixar isso acontecer.

Mas eu quero agradecer aqui ao Prefeito Júnior, pedir a ele que, por favor, nos entrega esse Relatório para que a gente possa robustecer aqui o material da Comissão Parlamentar de Inquérito. Agradecer muito a ele. Pedir alguém aqui da nossa assessoria aqui, por favor, que possa aqui... O Deputado Carmelo Neto queria fazer algumas perguntas aqui ao Presidente Júnior, ele tá aqui na CCJ, tá sendo votado. Por favor, Eva, vê se o Deputado Carmelo deseja fazer alguma pergunta e outros deputados da Comissão que lá estejam, e a Deputado da Lia que está pela plataforma virtual, se ela quiser fazer alguma pergunta. Não? Se quiser ser fazer algum questionamento, alguma consideração, o microfone está à sua disposição.

Só esperar que a posição do Deputado Carmelo para que a gente possa ou então a gente já pode passar aqui para os Requerimentos. Posso pedir até o nosso querido Presidente Júnior se ele pode aguardar um pouco mais.

Bom, passamos agora à leitura, discussão e votação de Requerimentos e Relatórios em geral,todos estes Requerimentos que não foram votados no dia da nossa reunião do dia 9/10/2023.

Eu peço aqui ao Deputado Felipe Mota que me ajude aqui fazendo aqui a...

SR. DEPUTADO FELIPE MOTA (UNIÃO): É o Requerimento 34.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Pode fazer, por favor, deputado.

SR. DEPUTADO FELIPE MOTA (UNIÃO): Eu vou só sugerir a vossa excelência que eu faça a leitura e a gente vote em bloco para poder ir mais rápido.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Em bloco. Pedindo só que a gente possa incorporar esses dois Requerimentos: Deputado de Guilherme Landim, extrapauta, e o do Deputado Daniel Oliveira.

SR. DEPUTADO FELIPE MOTA (UNIÃO): Pois não, ok. Requerimento 34/2023, de autoria Deputado Agenor Neto; Requerimento 35/2023, Deputado Agenor Neto; Requerimento 36/2023, Agenor Neto; Requerimento 37/2023, autoridade do Deputado Agenor Neto; 38/2023, de autoria do Deputado Agenor Neto; Requerimento 39/2023, de autoria de Deputado Agenor Neto; Requerimento 40/2023, de autoria do Deputado Bruno Pedrosa; Requerimento 41/2023, de autoria Deputado Bruno Pedroso; Requerimento 42/2023, de autoria do Deputado Bruno Pedrosa; Requerimento 43/2023, de autoria do Deputado Bruno Pedroso; Requerimento 44/2023, de autoria da Deputada Gabriella Aguiar; Requerimento 45/2023, de autoria do Deputado Simão Pedro e da Deputada Gabriella Aguiar; Requerimento 46/2023, de autoria da Deputada Gabriella Aguiar; Requerimento 47/2023, de autoria da Deputada Gabriella Aguiar; Requerimento 48/2023, de autoria da Deputada Gabriella Aguiar; Requerimento 49/2023, de autoria da Deputada Gabriella Aguiar; Requerimento 50/2023, de autoria do Deputado Bruno Pedrosa; Requerimento 51/2023, do Deputado Bruno Pedrosa; Requerimento 52/2023, da Deputada Gabriella Aguiar; 53/2023, da Deputada Larissa Gaspar; 54/2023, da Deputada Larissa Gaspar; 55/2023, da Deputada Gabriella Aguiar; 56/2023, da Deputada Gabriella Aguiar; Requerimento 57/2023, de autoria Deputada Lia Gomes; Requerimento 58/2023, de autoria do Deputado Guilherme Landim; Requerimento 59/2023 e 60/2003, de

autoria de Deputado Guilherme Sampaio; Requerimento 61/2023, de autoria do Deputado Guilherme Sampaio; Requerimentos: 62, 63, 64, 65, 66/2023, do Deputado Guilherme Landim; Requerimento 68/2023, de autoria do Deputado Carmelo Neto; Requerimento 69/2023, de autoria do Deputado Bruno Pedrosa.

Fazendo a inclusão desses dois Requerimentos: um que *requer a realização de audiência pública no Município de Lavras da Mangabeira a fim de apurar e debater sobre a prestação de serviço pela ENEL na região do Cariri, do* Deputado Danniel Oliveira.

Outro: *Requer que seja enviado ofício para a Agência Nacional de Energia Elétrica, ANEEL e ENEL distribuição do Ceará solicitando informações sobre a reunião presencial realizada no dia 26 de abril do corrente ano, na ANEEL, para tratar da prestação dos serviços da ENEL,* do Excelentíssimo senhor Deputado Guilherme Landim.

Com a palavra Vossa Excelência Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Agradeço ao colega Deputado Felipe Mota. Pergunta à Deputada Gabriella e aos demais deputados que possamos discutir e votar em bloco. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão e votação. Senhoras deputadas e deputados que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovados todos os Requerimentos.

Eu quero agradecer, mais uma vez, não só por fazerem parte dessa Comissão Parlamentar de Inquérito, mas por serem atuantes nessa luta que não é minha é nossa em favor do povo cearense.

Para encaminharmos aqui para o final, fazer a leitura de todas as deputadas e deputados que participam dessa CPI. Deputado Fernando de Santana esse que vos fala; Deputado Carmelo Neto, Vice-Presidente; Deputado Guilherme Landim, relator;

Deputado Bruno Pedrosa; Deputado Agenor Neto; Deputado Romeu Aldigueri; Deputado Felipe Mota; Deputado De Assis Diniz; Deputada Gabriella Aguiar.

São suplentes nesta Comissão Parlamentar de Inquérito: Deputada Larissa Gaspar; Deputada Dra. Silvana; Deputado Antônio Henrique; Deputada Lia Gomes; Deputado Danniel Oliveira; Deputado Leonardo Pinheiro; Deputado Sargento Reginauro; Deputado Guilherme Sampaio e Deputado Simão Pedro.

São esses os nossos membros a quem nós queremos agradecer.

Senhoras deputadas e deputados eu pergunto se tem mais algum questionamento ou alguma pergunta aos prefeitos, Prefeito Junior e Prefeito Dr. Aniziário. Tá respondida todas as perguntas e questionamentos.

O que visa e robusteceu, não tenho dúvida, aqui, o nosso trabalho, aquilo que a gente vem copilando, aquilo que a gente vem recepcionando da nossa população como denúncias, como reclamações, e a gente vai apurar todas e buscar soluções.

Por fim, dizer que mais uma vez, ser repetitivo, mas para deixar claro a quem tá nos assistindo, que não é uma CPI contra a ENEL, é uma CPI a favor do povo do Estado do Ceará, Deputado Guilherme, e o nosso propósito é que a empresa ENEL ou mude ou se mude do Estado do Ceará, porque a gente não vê outra solução. E quando nós falamos aqui que ela mude o formato de trabalhar, é porque nós temos a certeza, pelos números que ela tem condições financeiras para mudar não hoje, mas ontem, e melhorar a distribuição do serviço de energia elétrica para a população do Estado do Ceará. Como? Investindo mais, fazendo a manutenção, dando um prazo à população de instalação de procedimentos e esse seja, Deputado Bruno Pedrosa, e esse prazo seja exequível e que eles executem, não só no papel.

Que nós possamos, todos nós, imbuídos desse intuito, dessa vontade, desse desejo de ver a população se transformar em uma população satisfeita, porque é hoje uma população na sua totalidade insatisfeita, eu até propõe à CPI, se é o caso,

Deputado Felipe Mota, nós estudarmos aqui um formato de realizarmos uma pesquisa pública à população do Estado do Ceará, para nós demonstrarmos o sentimento desse povo, reverberado por essa Casa, mas não só aqui na nossa fala, mas em números. Eu proponho e nós vamos discutir isso numa reunião interna nossa, para que a gente possa expor para a nossa população o número da reclamação, do quantitativo de pessoas que reclama dessa empresa ENEL.

Hoje eu arrisco a dizer que dos mais de nove milhões de habitantes nós temos no Estado do Ceará, com quase 5 milhões de ligações que a empresa ENEL tem aqui no Estado do Ceará, se não todos, mas 99% da população do Estado do Ceará tem reclamado e se queixado dos serviços com a ENEL, para além de se queixar do serviço, tem se queixado também da falta de respeito em dar uma resposta, em dar uma atenção, em ter um canal de diálogo que funcione.

Eu tenho aqui denúncias, inclusive hoje foram até postadas e eu vou passar para o nosso grupo, e deve ser as mesmas que vocês têm recebido aí nos WhatsApp de vocês, na rede social, de populares, ontem, que tiveram problemas aí com queda de energia e passaram uma hora, uma hora ligando minuto a minuto para o mesmo telefone que a ENEL deu, que seria o telefone de realizar a sua solicitação, e em uma hora não conseguiram uma chamada ser atendida pela empresa ENEL, e pasmem, não era aquele atendimento que diz: *Aguarde na linha que daqui a pouco um atendente vai lhe atender.* Não. Era, chamava e ninguém atendia. Ou seja, é aquilo que a gente vem dizendo: os canais que a ENEL criou mais parece um canal para empurrar a população com a barriga, para enganar mesmo a população do que um canal para resolver, solucionar o problema daquela comunidade que já sofre e sofre muito.

Então declaro encerrada a presente reunião, agradecendo a todas e a todos. Muito obrigado.

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CPI (COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO) RELATIVA À ENEL, REALIZADA NO COMPLEXO DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, EM 25 DE OUTUBRO DE 2023.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO BRUNO PEDROSA (PDT): Bem, bom dia a todos. Boa tarde. Boa tarde a todos. Boa tarde aos nobres colegas deputados, a todos os ouvintes da TV Assembleia, os telespectadores da TV Assembleia, os ouvintes da FM Assembleia.

Estamos iniciando a quarta reunião ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito, da CPI, para investigar irregularidades e práticas abusivas por parte da ENEL no Estado do Ceará.

Leitura, discussão e votação da ata da reunião anterior.

Apenas registrando aqui as presenças da Deputada Gabriela Aguiar, titular da comissão; Deputado Guilherme Sampaio, Deputada Lia Gomes; o Deputado Felipe Mota e o Deputado Bruno Pedrosa. E na plataforma virtual: Deputado Guilherme Landim.

Leitura, discussão e votação da ata da reunião anterior, ata da segunda reunião extraordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito da ENEL, Distribuição Ceará, realizado no dia 10 de outubro de 2023.

Peço autorização dos nossos pares para dar como lida a ata. Não havendo quem se oponha, aprovada a ata da reunião anterior.

Indo para o Expediente:Nada consta.

Passamos à Ordem do Dia. Hoje temos duas oitivas marcadas para esta CPI, a do vereador de Fortaleza Lúcio Bruno, Presidente da Comissão de Acompanhamento e Fiscalização dos Serviços Ofertados pela ENEL, e não está presente; justificou, pediu para ser remarcado este momento.

Passamos para o segundo convidado, que vai poder discorrer, hoje, um pouco sobre as Energias Renováveis, o senhor Rodrigo Sauaia, Presidente da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica, ABSOLAR, conforme Requerimento 69/2023, de autoria do Deputado Bruno Pedrosa, aprovado por unanimidade pelos deputados membros desta Comissão na reunião do dia 10 de outubro de 2023.

A gente convida o senhor Rodrigo para tomar assento.

O Dr. Rodrigo Sauaia preparou uma apresentação de alguns dados, de algumas informações, aí eu peço aqui permissão aos deputados para que ele possa fazer essa apresentação e, posteriormente, abrir para as perguntas.

(Comentário fora do alcance de registro)

Fica à vontade, Rodrigo, está com a palavra.

SR. RODRIGO SAUAIA (ABSOLAR): Ok.Boa tarde. Vocês conseguem me ouvir? Ok. Boa tarde. Eu queria começar agradecendo, em nome da ABSOLAR, ao convite que nos foi feito, presidente, para estarmos aqui com os parlamentares, com a ALECE, com a sociedade cearense de uma forma geral, discutindo esse importante assunto e trazendo um pouco das perspectivas do setor Solar Fotovoltaico que pode agregar a esse debate, e esperamos poder fazê-lo de forma bastante construtiva.

Queria cumprimentar as Excelentíssimas e os Excelentíssimos deputados, aqui presentes, estaduais, e dizer da minha satisfação de estar de volta ao Estado, apesar de ser uma passagem rápida, é sempre um prazer poder vir ao Ceará, e falar um pouco sobre Energias Renováveis, especificamente Energia Solar fotovoltaica no Estado do Ceará.

Então vocês já podem ver na tela a apresentação que nós preparamos. Eu vou começar.

Slide - Apresentando aos presentes aqui a nossa entidade.

A ABSOLAR é a Associação que representa empresas e profissionais do setor Solar Fotovoltaico brasileiro; ela é hoje considerada uma das maiores associações do setor elétrico, são 800 associados, é um número bastante significativo. A nossa entidade representa esse setor de Energia Solar fotovoltaica.

Desde o ano passado, nós atualizamos o nosso Estatuto Social, para poder também abranger o armazenamento de energia elétrica, ou seja, uso de baterias junto ao setor elétrico; essas baterias têm finalidade tanto na geração quanto na transmissão, na distribuição e no consumo; também, a tecnologia de hidrogênio verde ou hidrogênio produzido a partir de fontes renováveis como a própria Energia Solar, Energia Eólica e outras fontes que o Estado do Ceará, que tem um gigantesco potencial.

Então, apesar do material que nós preparamos trazer um panorama mais focado na Energia Solar fotovoltaica especificamente na chamada Geração Distribuída, que tem uma relação mais direta com o assunto em debate nesse momento, nós nos colocamos aqui à disposição para apoiar a Assembleia, os parlamentares em relação também a esses outros temas que eu aqui citei: armazenamento, sistemas de bateria, hidrogênio verde.

A nossa Associação está celebrando este ano dez anos de existência; é uma Associação relativamente jovem na realidade do setor elétrico, mas já bastante estabelecida e reconhecida pelo seu trabalho.

Slide - Para a gente entender um pouquinho o que a Energia Solar fotovoltaica representa para o nosso país é importante sabermos que nesses dez anos de atuação da ABSOLAR a tecnologia passou da última posição na matriz elétrica brasileira, ela representava 0,01% da nossa matriz, para segunda posição.

A segunda maior fonte de energia elétrica do Brasil, hoje, é o Sol, logo depois da água já é o Sol. Então a Energia Solar representa mais de 15% de toda a potência instalada no Brasil; são praticamente 34 gigawatts, inclusive nós batemos, ontem, a marca histórica de 24 gigawatts, apenas da geração própria solar, que é a Geração Distribuída de pequeno porte, que é o tema que mais relação tem com o assunto que está sendo tratado aqui pelos nobres parlamentares.

Vocês percebam também, todos aqui, que acompanham que o Brasil ainda tem um esforço muito grande para diversificar essa matriz, para que nós possamos reduzir a nossa dependência hoje, ainda grande, das hidrelétricas; metade de toda eletricidade do nosso país depende das águas; e infelizmente a gente percebe que com a mudança climática, o aquecimento global e o impacto que isso tem no clima do Planeta e no clima do Brasil, especificamente, um país que está bastante vulnerável a essas mudanças, existem riscos para nossa hidrologia, existe mudança no ciclo da água. Então é importante que nós tenhamos alternativas e opções. As hidrelétricas vão continuar sendo essenciais para o Brasil. Nós as consideramos fundamentais, mas é preciso diversificar para reduzir os riscos e custos para nossa sociedade.

Slide - Para que a gente consiga tangibilizar um pouco o que isso representa para o Brasil, e vamos entrar na sequência especificamente no Estado do Ceará, o setor solar, nesses últimos dez anos, trouxe para o nosso país 164 bilhões de reais em investimentos.

Então estamos falando em um setor relevante da economia nacional na área de energia elétrica; ele gerou um milhão de empregos acumulados nesse mesmo período de 2012 para cá, e ajudou o nosso país a reduzir as emissões de gases de efeito estufa em 42 milhões de toneladas CO^2, quer dizer, energia elétrica mais limpa, sem depender da água, para que a gente possa preservar o nosso recurso hídrico que é escasso e tem múltiplas aplicações, e gerando também para o Poder Público uma arrecadação de quase 50 bilhões de reais, 46,7 bilhões de reais, recurso esse que é reaplicado na saúde, na educação, na segurança e ajuda a gerar melhores serviços prestados pelo Poder Público para a sociedade.

Então o nosso setor tem esse papel, hoje, e busca aqui contribuir especificamente mostrando o que infelizmente o Estado do Ceará está deixando de ter, está perdendo quando a gente fala num bom uso dessa tecnologia e desse potencial imenso que o Estado tem, mas que hoje, por vários motivos, e

dentre eles as questões que são tratadas por essa comissão, os sistemas não estão conseguindo ser conectados na Rede dentro dos prazos legais, da forma esperada e até prevista em lei, em regulamentação, e quem mais se prejudica é a sociedade que deixa de ter acesso a essa energia; investimentos que são perdidos nesse processo; empregos que deixam de ser gerados. Então a gente vai aprofundar isso um pouco mais.

Slide - Talvez a imagem esteja um pouco difícil de enxergar, mas eu vou trazer vocês aqui para entenderem um pouquinho.

Vejam que mais ou menos na metade desse ranking... esse é o ranking com todos os estados do Brasil, e ele mostra os estados; quanto mais em cima o Estado está maior é a posição do estado nesse ranking, mais investimentos ele já recebeu, mais instalação de Energia Solar ele já teve, mais empregos já foram gerados naquele estado.

O Estado do Ceará está, hoje, na décima primeira posição em relação aos 26 mais o Distrito Federal, então aos 27 que estão listados no ranking, ele está mais ou menos no meio do caminho, essa é a realidade do Ceará hoje.

Em relação ao Nordeste, inclusive, existem outros estados no Nordeste que já ultrapassaram o Ceará, que sempre foi historicamente um líder no uso da Energia Solar; e o destaco aqui a Bahia que está em oitavo nesse ranking, portanto, três posições acima do Estado do Ceará.

Hoje o estado, nessa Geração Distribuída, e eu vou explicar para vocês o que é para vocês compreenderem.

Eu mostrei nos slides anteriores que nós temos, aproximadamente, 34 gigawatts em operação de Energia Solar, desses 34, 70% são que a gente chama de Geração Distribuída ou Geração Própria de Energia Solar. O que é isso? São as pessoas, os consumidores, os pequenos produtores rurais, também as residências, os prédios públicos, os pequenos negócios daqui do Estado do Ceará, por exemplo, no caso dos números que a gente está mostrando, investindo dinheiro do próprio bolso para gerar a sua energia limpa e renovável e, com isso, ter uma energia mais barata, e também ter mais autonomia e independência energética com sustentabilidade. Muito bem, nós chamamos isso de Geração Distribuída Solar Fotovoltaica, e representa 70% de toda Energia Solar do Brasil. Então a Geração Distribuída é o grande carro-chefe da Energia Solar.

Para que essa Geração Distribuída possa ser viabilizada ela é obrigada, hoje, a ter um parece de acesso da Distribuidora local; ela só pode se conectar àRede, esses sistemas só podem ser instalados, esses investimentos só podem ser feitos se eles tiverem o *de acordo* da Distribuidora local.Então é

importante que a gente entenda qual é o papel, qual é a relação que existe entre essa tecnologia e a Distribuidora local.

Dar as boas-vindas ao Deputado Fernando, Presidente da Comissão Parlamentar, e vice-presidente da Casa, agradecer pela presença.

Estava, deputado, só para colocá-lo rapidamente a par, explicando que a Energia Solar é a segunda maior fonte do Brasil hoje. Meu nome é Rodrigo Sauaia, eu represento a Associação Nacional do setor, segunda maior fonte do Brasil; já trouxe 164 bilhões de reais em investimentos para o país; um milhão de empregos; acabamos de bater essa meta, essa marca esse ano; dois terços dessa energia quem investem são as pessoas; são os pequenos produtores, pequenos empresários, as pessoas nas suas casas, os produtores rurais, e eles dependem, para conectar esses sistemas à Rede, da autorização da Distribuidora local, no Brasil inteiro e também aqui no Estado do Ceará.

Por isso que esse tema tem relação, talvez, com as contribuições que nós podemos trazer, para que vocês entendam como hoje o setor está deixando de gerar empregos aqui no estado e oportunidades de trazer investimentos, por conta das dificuldades de conectar essa tecnologia na Rede elétrica aqui no Ceará.

Comentava, inclusive, que o Ceará liderava aqui, na região Nordeste,que era o Estado número um do Nordeste em Energia Solar. Perdeu essa posição nos últimos meses e anos para a Bahia, já está em segundo. A gente vai aprofundar um pouco mais.

Então se a gente olha do Brasil inteiro, hoje o Ceará tem 771 megawatts em operação, em geração própria, investimento dos próprios cearenses, das pessoas no dia a dia pode.

Slide - O que isso representa? Vamos tangibilizar isso aqui no Estado. Esses 771 megawatts de investimentos feitos pelas pessoas e pelos empreendedores trouxeram para o Estado do Ceará quase quatro bilhões de reais em investimentos, 3.9 bilhões para ser mais exato; geraram 23 mil empregos aqui na região. É importante explicar que esses empregos são locais. Não faz sentido, no caso do nosso setor, deslocar as pessoas de muito longe para fazerem essas obras, então, as pessoas são treinadas localmente. Os empregos que são gerados ficam nos municípios ou nos municípios vizinhos onde eles estão disponibilizados.

A gente aproveita e passa essa apresentação para ficar com a Casa, à disposição dos materiais.

Também já trouxeram esses investimentos, aproximadamente, um bilhão de reais em arrecadação. Essa arrecadação soma os impostos federais, os impostos estaduais, os impostos

municipais. Então esse dinheiro é cascateado entre os diferentes órgãos públicos, mas é um dinheiro muito representativo já trazido em favor do Poder Público e da gestão pública.

O período de referência aqui. Esse é só no Ceará, esses números, e o período é de 2012 para cá. Então, óbvio, esse setor começou há poucos anos, não havia regulamentação no passado, mas já é uma contribuição relevante. A maioria desse investimento aconteceu nos últimos três anos. Então, de fato, é um setor que está querendo continuar a crescer, está querendo continuar a gerar oportunidades aqui no Estado do Ceará, e está enfrentando barreiras para o seu crescimento inclusive no acesso às Redes de Distribuição.

Slide - Aqui nós temos, para conhecimento dos parlamentares e de todos, a distribuição dessa potência instalada, município a município, considerando os dez principais municípios aqui do Estado. Então a gente percebe que hoje há uma concentração maior desses projetos na capital, em Fortaleza, 188 megawatts, aproximadamente, isso representa quase 25% de toda a potência instalada no Estado, quer dizer, um quarto.

Por que é que isso se concentra em Fortaleza? Porque a sociedade está em Fortaleza, a população está em Fortaleza; o uso da energia elétrica em uma parte importante do Estado está no município sede da capital. Então é natural que tenha um volume maior de investimentos na região porque é onde as pessoas vivem, moram, usam energia elétrica, têm as suas casas, têm os seus pequenos negócios. Mas nós temos uma oportunidade muito grande se houver infraestrutura disponível para interiorizar esses investimentos, até porque a região do interior dos estados têm áreas mais baratas disponíveise, às vezes, são improdutivas, não estão tendo outro uso; têm também uma irradiação solar, quer dizer, um recurso solar melhor, mais intenso e gera mais energia elétrica e gera melhor retorno naquele projeto, naquele investimento.

Graças à forma como a Regulamentação e a Legislação, que hoje são bases do nosso setor, eles foram definidos. Um consumidor numa área de Concessão da Distribuidora, portanto, para trazer o caso aqui concreto da ENEL-Ceará, em qualquer lugar dessa área de Concessão ele pode gerar a sua energia limpa renovável com o Sol, com o vento, com a biomassa, com a água, com o biogás, usar essa energia localmente, injetar o excedente na Rede e utilizar os créditos de energia que ele ganha para abater o consumo em qualquer outra área da mesma concessionária. Só na mesma concessionária.

Isso significa dizer, como aqui a gente tem uma Distribuidora para o estado inteiro, na prática, em qualquer lugar do Estado do Ceará você pode gerar energia limpa e renovável com o Sol ou com outro recurso disponível e abastecer os consumidores aonde quer que eles estejam. Isso é uma grande

oportunidade para interiorização dos investimentos e dos empregos. Mas nós precisamos de infraestrutura, nós precisamos de conexão com essa Rede elétrica se não esses projetos não podem ser executados.

Então a gente vê que os municípios que estão na sequência começam aqui: falamos Fortaleza, 180 megas, depois nós temos Eusébio e Juazeiro do Norte com mais ou menos 30 megas; depois nós temos Caucaia e Aquiraz, com mais ou menos 20 megas, 26 e 22; Maracanaú e Sobral com também na faixa de 20, Iguatu, Russas e Crato.

Veja que quando a gente olha para Crato, que é o décimo município que mais tem Energia Solar, a gente está falando em menos de um décimo do que Fortaleza hoje tem, mas a oportunidade é grande de a gente levar esse investimento para o interior.

Eu vou mostrar para vocês que o setor privado, os investidores, os empreendedores estão tentando levar esse investimento para o interior e não estão conseguindo.

Slide - Esse mapa é do Estado do Ceará, e essas bolas vermelhas são os projetos que nós conseguimos mapear com o apoio voluntário dos empreendedores do setor que estão com problema ou dificuldade de conseguir se conectar na Rede.

Então, vejam que a grande maioria deles está no interior do Estado, está querendo levar esse investimento, está querendo levar essa riqueza, essas oportunidades para o interior do Estado, esses empregos para o interior do Estado.

Aqui a gente vai falar um pouco dos números que nós conseguimos mapear.

Eu começo explicando, para vocês entenderem o material, que o que nós temos aqui é resultado de uma pesquisa que a ABSOLAR fez com os empresários especificamente no Estado do Ceará. Nós fizemos esse tipo de pesquisa no resto do Brasil também, mas a gente trouxe um recorte para todos aqui do Estado do Ceará. É uma pesquisa voluntária. Nós não temos nem a obrigação e, infelizmente, nem o acesso aos dados que nós gostaríamos de ter para trazer uma pesquisa mais abrangente. Então ela é uma amostra dos problemas que nós identificamos.

Mas aqui já são 157 projetosque nós identificamos como represados nesse momento; são investimentos que querem ser feitos e que representam no total uma potência de 181 megawatts, é o equivalente a tudo que Fortaleza já instalou nos últimos dez anos em Energia Solar, que os empreendedores, no nosso mapeamento,que é parcial, a gente sabe que ele não é completo, isso é só um pedaço do problema, é uma ponta do iceberg, mas é o equivalente a tudo que o Estado do Ceará já tem instalado em Fortaleza de oportunidade de investimentos, a maioria deles no interior do Estado e não na

capital. Eles representam 726 milhões de reais em investimentos. A gente está falando aqui de ¾ de um bilhão de reais, 726 milhões de reais, que estão represados e não estão conseguindo se concretizar. Uma oportunidade de empregos para os cearenses de 5.445 empregos, e não estão conseguindo ser gerados nesse momento, apesar do interesse dos empreendedores, apesar da vontade do setor privado de contribuir com esses empregos.

E mais, quando a gente olha esse número do ponto de vista do efeito na economia, nós temos Estudos que mostram que para cada real investido em um Projeto de Geração Solar Fotovoltaica geram em benefícios diretos e indiretos três reais para a nossa sociedade. A conta é um para três.

Então se nós pegarmos o 726 milhões em investimentos represados, que são números mapeados parciais, incompletos, como eu comentei, mas é uma amostra do problema, e nós multiplicarmos isso por três, para ter o tamanho do efeito econômico prejudicial que hoje o Estado está percebendo pela falta desses investimentos, nós chegamos a impressionantes 2.2 bilhões de reais que estão deixando de ser gerados na economia de Estado do Ceará, por conta da dificuldade de acessar as Redes de Distribuição de Energia Elétrica, especificamente. E eu estou falando apenas da Energia Solar. Vamos considerar que é possível que haja projetos de outras tecnologias e fontes passando pelo mesmo desafio.

Slide - Esses projetos foram todos mapeados este ano. Em relação ao tempo que os projetos estão aguardando. ARegulamentação prevê, em casos normais, prazos entre 30 e 60 dias para que a Distribuidora autorize a conexão desses projetos à Rede, que ela emita o que a gente chama dos Pareceres de Acesso ou as Solicitações de Conexão, para que esses projetos possam dar sequência.

Nós temos casos de associados que em vez de esperarem 30 ou 60 dias continuam esperando seis meses, um ano, um ano e meio e esses projetos não estão sendo liberados.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Prazo extrapolado.

SR. RODRIGO SAUAIA (ABSOLAR): Prazo completamente extrapolado. Esse é um prazo específico da Distribuidora. Essa é só a etapa que compete àDistribuidora de fazer nesse Processo Regulatório. Existem processos e projetos que andam dentro do prazo, mas existem muitos outros como nós estamos mostrando aqui mapeados, que não estão andando dentro do prazo. Esse era outro ponto que eu queria destacar.

Então, eu agradeço, mais uma vez, ao Deputado Fernando porque acertou em cheio.

Dos problemas que nós mapeamos nesses 157 projetos, a principal reclamação é descumprimento de prazo. Esse prazo não é uma decisão unilateral da Distribuidora nem é uma vontade do empreendedor. Ele é definido pela Agência Nacional de Energia Elétrica; está em Resolução

Normativa e é uma determinação que precisa ser cumprida pela concessionária que presta o serviço público de acesso à infraestrutura, que é da sociedade. É importante a gente dizer que as Linhas de Distribuição, as Subestações não são da empresa Concessionária, elas são da sociedade, e a empresa tem a Concessão desse ativo para prestar e cuidar desse bem em nome do coletivo.

Explicar, também, que nós calculamos esse investimento. Ah, Rodrigo, de onde vocês tiraram esse número de investimento? Nós utilizamos o número de referência da própria Agência Nacional de Energia Elétrica, que tem na sua Resolução 3.171, de 2023, deste ano, o número de base de quatro mil reais por quilowatt; a gente está falando em megawatt, então são quatro milhões de reais por megawatt para o valor do investimento dos projetos. Então se a gente multiplicar esses quatro milhões pelos 181 megawatts a gente chega ali no 726 milhões que hoje não estão investidos no Estado.

De novo, este número, cabe dizer, é uma amostra. Nós fazemos um esforço...e eu aproveito para agradecer todos os empreendedores de Energia Solar do Estado do Ceará que, voluntariamente, investiram o seu tempo e o tempo da sua equipe, deixando de vender projetos e fazer outras coisas que eles poderiam estar fazendo para responder o formulário da ABSOLAR e para poder contribuir com dados para esse trabalho que nós fizemos.

Muito nos agradaria se o acesso às filas de Pedidos de Conexão fossem públicos. Essa informação, na nossa visão, deveria ser uma informação de acesso público da sociedade, até para melhor fiscalização... (interferência fora do alcance de registro)

SR.RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): Só interrompendo aqui, pedindo permissão. Você disse que tinham alguns empreendimentos que esperam mais do que os outros, você sabe por que isso acontece?

SR. RODRIGO SAUAIA (ABSOLAR): Vamos lá. Primeiro alguns empreendimentos, dependendo do porte e do perfil do empreendimento são aprovados dentro do prazo. Quando existe, por exemplo, empreendimentos normalmente de menor porte, mais simples e tecnicamente mais simples também de conexão, normalmente são aprovados de forma mais ágil. Quando você tem projetos que tem um porte um pouco maior, isso, por vezes, demanda uma análise técnica mais aprofundada, e para essa análise você precisa dimensionar equipe; você precisa de equipamentos; você precisa de softwares; você precisa fazer uma análise que demanda um conhecimento técnico dos profissionais que fazem esse trabalho. Então existe uma questão de oferta e demanda também. Para você prestar um serviço de qualidade à sociedade, dentro do prazo, você precisa organizar sua estrutura interna empresarial para que você

consiga cumprir aquilo que a lei exige e a regulamentação exige. Essa é uma responsabilidade sua como Concessionária, no caso de uma concessão.

Então, eu diria que talvez seja preciso olhar se há este dimensionamento equilibrado entre oferta e demanda, e se não há, é preciso fazer um ajuste, porque uma empresa Concessionária tem o dever de cumprir os prazos estabelecidos na Regulamentação.

Tinha mais alguns slides. Deixa só explicar também, tem outra informação.

Slide - Vocês podem perceber que nós temos bolasmaiores ou menores. As maiores dizem respeito a regiões que têm o maior potencial de investimento mapeado, zonas que têm um volume maior de investimentos mapeados; municípios que têm um volume maior de investimento mapeado. E aquelas menores é um volume um pouco menor. Então vocês percebem que existe um espalhamento bastante homogêneo e amplo desses projetos. Não sei se vocês conseguem ver porque as bolas estão um pouquinho se sobrepondo, a Região Sul e a Região Oeste do Estado do Ceará inteiro, ali até inclusive à faixa costeira da Região Norte do Estado, concentra o maior volume desses projetos de maior escala. Então é uma região inclusive que hoje tem um desafio maior do ponto de vista socioeconômico, do ponto de vista...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO BRUNO PEDROSA (PDT): A Gabriela está falando porque é a região dela, a Região do Tauá, que é o município dela.

SR. RODRIGO SAUAIA (ABSOLAR): Inclusive o Município de Tauá teve uma das primeiras Usinas Solares do Brasil de um megawatt instalada, acredito que tenha sido em 2009 ou 2010, por volta dessa data.

Slide - E para não ficar apenas em números abrangentes, nós trouxemos um caso concreto, preservando, naturalmente, a identidade tanto da empresa quanto do cliente, uma vez que não é nosso interesse, e é preciso dizer que existem empreendedores que têm medo de represália em relação a compartilhar informações e dores que eles enfrentam no dia a dia, têm medo desse tipo de represália, e por isso a gente trouxe os dados de forma a não expor o empreendedor. Mas o caso concreto que eu trago para vocês é absolutamente emblemático. Por quê? Imaginem vocês que nós temos neste caso um projeto de um megawatt de potência, como eu havia comentado no slide anterior, um megawatt vezes quatro milhões significam quatro milhões de investimento nesse projeto que o empreendedor quer fazer,para trazer aquela geração renovável para aquele município do interior do Estado, por exemplo. Quatro milhões de reais não é um projeto gigantesco, é um projeto de um porte relativamente pequeno.

Quando ele faz o Pedido de Conexão, ele se espanta ao receber um Relatório de Obras Técnicas que diz que ele vai precisar construir investindo recursos do seu próprio bolso como Acessante, que é o que a gente diz tecnicamente aquele que quer acessar a Rede da Concessionária, de 2BS (Barra Simples) em 64 quilowatts, BS desde 64 quilowatts numa outra subestação; interligações elétricas; construção de linha de distribuição; nova subestação em 138 quilowatts; outra nova subestação em 138 quilowatts; mais dois BS de 69 quilowatts; mais outro BS de 69 quilowatts; mais a construção de outra linha de distribuição, e ainda uma "n" quantidade de cabos elétricos.

Senhores, volume total de investimento da obra previsto: 351 milhões de reais; 351 milhões de reais, dos quais, a Distribuidora, generosamente, pagará por volta de 120 milhões, e o consumidor que quer conectar um projeto de quatro milhões, que arque com 233 milhões de reais em obras de distribuição para a Concessionária.

Veja. É um descalabro. Porque esse volume de investimento que é solicitado de um pequeno empreendedor que quer fazer uma usina para ajudar abastecer uma farmácia, uma padaria, um açougue, uma escola, um posto de saúde ou um hospital, não é condizente com a realidade de nenhum empreendedor brasileiro do mundo ou da galáxia. Não tem como. E mais, como se não bastasse isso, o prazo previsto, porque quem vai fazer esta obra é a Distribuidora, não é o consumidor, é de cinco anos, cinco anos, 1.825 dias esperando para poder conectar o seu projeto de um megawatt.

É difícil até de a gente explicar o que a gente sentiu quando a gente recebeu os dados desse associado, porque foi um misto de revolta e de inconformação. Como é possível isso? Quer dizer, é praticamente dizer para o empresário: Não invista. Não invista. Não invista nesse estado, não invista nessa área de Concessão.

Eu gostaria de dizer que esse é um caso isolado, que é o único, mas, não. Nós temos outros casos, esse é o maior deles, eu digo isso com toda a transparência para vocês, mas nós temos outros casos um megawatt: 75 milhões de reais de obra; um megawatt: 30 milhões de reais de obra; um megawatt: 25 milhões de reais de obra. Não dá! É impossível! É irrealista! É infactível!

Eo empreendedor, muitas vezes, não tem o conhecimento técnico, ele não tem acesso à informação para sequer contrapor o que ele recebe como orçamento de obra. Ele não sabe. Ele não conhece aquilo a fundo, dessa mesma forma como a Distribuidora conhece.

Então esse é um caso que eu acredito que é bastante marcante, para que os parlamentares possam conhecer e possam avaliar, e infelizmente não é um caso isolado. Então esse é o desafio que nós temos visto no nosso setor.

Eu vou seguir adiante, nós temos mais um pouquinho de conteúdo.

Slide - Aqui nós trazemos para conhecimento de todosuma informação que é bastante relevante, e eu diria até uma excelente iniciativa da Agência Nacional de Energia Elétrica, ela tem publicado um ranking da sua Ouvidoria, da Ouvidoria oficial da Agência Nacional de Energia Elétrica, listando quais são as Distribuidoras que hoje têm maior volume de reclamação, dependendo aí da área de Concessão e da região do Brasil.

Então a gente pode perceber desse ranking que está mostrado aqui, nós temos primeiro uma Distribuidora no Rio de Janeiro, por acaso do grupo ENEL; nós temos uma Distribuidora no Rio de Janeiro do grupo Light; nós temos uma Distribuidora no Rio Grande do Sul, a CEEE Equatorial; nós temos a número um do Nordeste e número quatro do ranking de reclamações dentre todas as Distribuidoras do Brasil que é a ENEL Ceará, aqui do Estado do Ceará. Subiu duas posições, se vocês virem à setinha para cima, ela indica que a Distribuidora estava em sexto no último levantamento e subiu duas posições em reclamações, então as reclamações estão crescendo proporcionalmente às demais. A gente percebe que esse ranking é feito, isso é importante que se conheça, não pelo volume total, porque seria injusto você comparar um estado, por exemplo, ou uma região que tem milhões e dezenas de milhões de consumidores com Ceará que tem um número menor de população e de consumidores, mas ele é calculado a partir do que a gente chama de Densidade, ponderando, portanto, os consumidores com a realidade do Estado, de cada estado.

Então levando isso em consideração, por que é que isso é importante? Porque isso significa que a dor aqui, para quem vive aqui e sente a temperatura, coloca o estado na quarta pior posição de fato; coloca a Distribuidora do Estado, melhor dizendo, na quarta pior posição de fato.

De conteúdo dos slides era isso.

Slide – Esse conteúdo serve como um suporte. As informações que nós mapeamos nós podemos de forma consolidada, sem expor os empresários, compartilhar também com Assembleia com todo gosto. Essa apresentação fica à disposição.

Eu queria agradecer a atenção dos parlamentares. Desculpa ter tomado um pouco de tempo, mas acho que era para poder contribuir com as informações de forma clara. Agradecer também aos que estão aqui hoje, eu vejo que há uma audiência aqui presente, imagino que online que também na televisão, no rádio, como foi comentado pelo Deputado Bruno, a quem eu faço um agradecimento especial também pelo Ofício que nós recebemos para o convite a participar aqui na Comissão Parlamentar, como foi comentado.

Então nós estamos à disposição para contribuir. É a primeira vez, em dez anos da ABSOLAR que nós participamos de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, e nós estamos à disposição para contribuir com tudo que os senhores e senhoras precisarem. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO BRUNO PEDROSA (PDT): Obrigado, Rodrigo, muito já deu para sentir aí um pouco das dificuldades que o nosso Estado vem passando com essa relação dos investidores com a ENEL. Agora vamos iniciar as perguntas. Antes disso, o nosso Presidente da CPI quer tecer alguns comentários e fazer algumas perguntas.

SR. DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Boa tarde a todas e a todos. Saudar o Deputado Bruno, Deputada Gabriella, Deputada Lia, Deputado Felipe Mota, Deputado Guilherme Landim, Deputado Guilherme Sampaio. Saudar aqui o Rodrigo Lopes que fez aqui essa explanação, e para mim, pessoalmente, mais uma explanação de setores que deixa todos nós estarrecedores com a falta de compromisso da empresa ENEL de gerar emprego, de gerar renda, de gerar economia para o Estado do Ceará, e atrasa o nosso Estado.

Com muita honra, eu coloquei aqui o Deputado Bruno para presidir, foi iniciativa dele o convite, do Deputado Bruno, e eu quero fazer o reconhecimento, por isso acho que é merecido que presida aqui esse momento. Mas agradecer a sua presença, dizer que para nós foi importante lhe ouvir. Não vou dizer que é uma felicidade lhe ouvir, pois a felicidade de lhe ouvir era se o senhor estivesse aqui dizendo que o Estado vai crescer, vai se desenvolver através desses projetos, desses empresários que vêm trazer recursos para o Estado, tendo em vista que a empresa pudesse ser parceira deles, a empresa Concessionária aqui, que é a empresa ENEL. Mas, infelizmente, não é o que tem acontecido.

Quando o Deputado Bruno nos abordou para termos esse momento com o senhor, que representa as empresas nesse segmento, nós não imaginávamos que nos depararíamos com mais uma linha de falta de desenvolver o Estado do Ceará; têm milhares de relatos aqui nas oitivas que a gente tem realizado, nas denúncias que a gente tem recebido de empresas que vêm se instalar aqui, que o próprio Estado paga a extensão de Rede como incentivo das empresas em outros segmentos, como a empresa de Araripe que a gente fala tanto aqui e até hoje a empresa ENEL não começou, não iniciou as obras nem tem data para iniciar.

AEnergia Solar é para nós aqui é um dos grandes carros-chefes de gerar emprego, gerar renda e gerar economia, tendo em vista o nosso Sol todo ano em quase todas as regiões, quase, acho que 99% das nossas regiões aqui nós temos Sol que favorece o incentivo a essas empresas, a esses segmentos, e a empresa ENEL está atrapalhando mais um segmento, repito, fazendo com que atrase e o

desenvolvimento do Estado do Ceará. Se não fosse o governo do Governador Cid, o governo do Governador Camilo, da Governadora Izolda e agora do Governador Elmano, não sei o que seria de nós, porque o Estado tem crescido muito pela força do Estado, pelo compromisso desses governadores que citei, e de todas as demais empresas de outros segmentos que têm ajudado o Estado do Ceará a crescer a se desenvolver, aí vem a Concessionária ENEL, uma empresa que tem uma Concessão Pública e na contramão de tudo isso, buscar atrasar o desenvolvimento do Estado do Ceará.

Então a sua apresentação aqui o que eu tiro dela, e os parlamentares vão tecer comentários e fazer as suas perguntas. Mas eu já saio com essa imagem de que se nós não tomarmos uma providência, mais uma vez a ENEL está atrasando o desenvolvimento do Estado do Ceará, agora no segmento das Energias Renováveis e da Energia Solar, como o Dr. Rodrigo colocou aqui muito bem.

Então meu comentário era esse. Dizer que conte aqui com essa Comissão Parlamentar de Inquérito para nós lutarmos, para não deixarmos que isso aconteça; que perdure por muito mais, como foi aqui o questionamento que ele fez na sua fala sobre prazo, sobre tempo. Eu tinha certeza que a sua resposta seria aquela; que eles não cumprem nenhum prazo. Eles começaram até, Deputado Guilherme Landim, investir em publicidade. Eu acho que a Comissão Parlamentar de Inquérito já deu até uma ajuda, porque antes eles não investiam em publicidade. A única empresa que não investia em publicidade aqui no Estado do Ceará, nunca deu uma entrevista numa rádio, só depois da CPI, nunca fez um anúncio em jornal, e agora fizeram aqui um anúncio aqui no jornal Diário do Nordeste, dizendo que em cinco anos realizaram investimentos de cinco bilhões de reais.

Bom, eu estou procurando onde é que está investido aqui cinco mil reais pela ENEL nos últimos cinco anos. Ela apresentou um Plano de Expansão de 2023 até 2027 para investir pouco mais de seis milhões, tendo em vista que ela teve um lucro de 2022 para 2023 de 630 milhões de reais, imagine só querer investir seis milhões de reais.Então ela anuncia aqui um investimento de cinco bilhões de reais.

Talvez, Deputado Guilherme Landim, nós vamos conseguir que a ENEL envie aí, em três páginas, aonde foi que ela investiu esses cincobilhões de reais, para a Comissão Parlamentar de Inquérito ir lá fiscalizar, e ver esse investimento e o resultado dele na satisfação do povo, para que a gente venha aqui...

(Falas fora do alcance de registro)

SR.RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): Talvez, deputado, seja do jeito que o senhor Rodrigo disse aí: As empresas que estão fazendo esses empreendimentos têm de pagar milhões de reais para fazer a interligação e ela coloca isso como investimento dela.

SR. DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Boa observação. Talvez seja esse o investimento, porque da ENEL eu não tenho visto nenhum investimento aqui que não seja um investimento na insatisfação da população, que nos fez chegaraté aqui a essa Comissão Parlamentar de Inquérito, para investigar a ENEL.

Eu repito que ninguém aqui tem nada contra ninguém da ENEL, o que nós temos é a favor do povo do Estado do Ceará, e não tem outra frase senão:Ou a ENEL muda ou a ENEL se muda do Estado do Ceará.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO BRUNO PEDROSA (PDT): Dando continuidade às perguntas, vamos para o segundo orador inscrito, o Deputado Guilherme Sampaio.

SR.RELATOR DEPUTADO GUILHERME SAMPAIO (PT): Muito obrigado,presidente. Queria cumprimentar os colegas deputados e deputadas em nome do Presidente dessa CPI, o Deputado Fernando Santana, que tem nos conduzido com muita firmeza na prestação de um serviço de muito impacto para cidadania do povo cearense, para o desenvolvimento socioeconômico do Estado que são as investigações conduzidas por essa CPI.

Queria agradecer as contribuições do Dr. Rodrigo Sauaia, em nome da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica, parabenizar pela competente, sintética apresentação que foi feita, e nos permite ampliar a compreensão dos impactos da negligência da ENEL em relação aos compromissos assumidos com o Estado do Ceará no que diz respeito a essa Concessão.

Cumprimentar o Jonas e outros dirigentes aqui do setor de empresas da Energia Solar.

Gostaria, Dr. Rodrigo, de aproveitar a sua contribuição, a sua disponibilidade, para fazer algumas questões, até pediria que o senhor tomasse nota aí das palavras-chaves porque são várias, que a sua apresentação suscitou nas minhas curiosidades, digamos assim, em relação a essa circunstância que estamos atravessando aqui no Estado do Ceará.

Primeiro delas diz respeito às denúncias, eu vou assim chamar, em relação ao cumprimento de prazos por parte da ENEL, no que diz respeito à interligação desses investimentos com a Rede. O senhor citava aqui que esse descumprimento não só se refere a não fazer os investimentos, as adaptações num prazo viável, mas também num prazo regulamentado.

Então a minha pergunta é: A ABSOLAR considera que ao fazê-lo, a ENEL Ceará comete uma ilegalidade? E se considera, a ABSOLAR já tomou alguma providência jurídica em relação a isso? Faço essas questões porque ao final dessa CPI, com toda certeza, haverá Recomendações ao Ministério Público para que providências sejam tomadas no âmbito do Poder Judiciário.

A segunda questão diz respeito ao impacto dessa negligência, dessas demoras, dessa incapacidade técnica no atendimento às demandas dos investidores do setor em relação à posição do Ceará no ranking. Vossa senhoria dizia que inclusive o Estado da Bahia ultrapassou o Ceará. Eu não sou especialista no assunto, mas eu suponho que o Estado do Ceará, pela extensão do seu território, pelas características climáticas, seja um dos estados com maior potencial de geração de Energia Solar.

Segundo o Atlas de Energia Solar aqui da FIEC, em parceria com o Governo do Estado, seria algo em torno de 1.363 terawatts/hora/ano a capacidade de geração de Energia Solar, obviamente nós temos absolutamente distante disso e talvez não atinjamos isso nunca, mas em termos de potencial seria isso.

Então a minha pergunta é: Na opinião da ABSOLAR, qual é o peso desses entraves no fato do Ceará ocupar hoje a décima primeira posição no ranking de capacidade instalada? E aqui, como leigo, eu intuo que nós teríamos uma capacidade muito maior.

A terceira questão diz respeito ao que o senhor mencionava de que alguns projetos andam e outros não andam. Deputado Guilherme falava sobre isso agora há pouco:Se a ABSOLAR tem uma posição, uma opinião a respeito de quais são as razões pelas quais alguns projetos andam e outros não andam, para a gente compreender melhor e formando um juízo sobre isso.

Quarta questão. Recentemente, eu não sei se a senhorita tem conhecimento, nós aprovamos aqui uma Mensagem enviada pelo Governador Elmanno criando o Programa Renda do Sol, que prevê exatamente a instalação de espelhos, etc., para provocar a geração de energia para pequenos proprietários rurais, e há uma expectativa muito forte dos Movimentos Sociais em todo o Ceará. Então, qual é o impacto dessas questões levantadas aqui por vossa senhoria para viabilidade do Programa Renda do Sol?

A penúltima aqui. Eu vi que vossa senhoria usou um exemplo de um projeto e apresentou aqui as exigências feitas pela ENEL em relação àBS (Barra Simples), a subestações, uma série de investimentos seria necessária, com a maior parte dos custos sendo assumida pelos investidores.

A pergunta é: Há uma explicação técnica para essas exigências? Há uma explicação técnica para que de fato aquela ligação necessária para viabilização daquele investimento exigisse todos esses requisitos, essas obras, esses equipamentos, neste dimensionamento?

Eu vou dar um exemplo pessoal aqui, é um exemplo de coisa pequena, estava comentando com a Deputada Lia, eu fui diretor de escola muito tempo, depois eu me desliguei da escola e um tempo atrás, três, quatro anos, eu fui procurado pela direção da escola para nos solicitar que pedisse à ENEL que

afastasse 50 metros um poste, porque ele estava na Baia de Estacionamento; o trânsito aumentou, fizeram uma Baia de Estacionamento para facilitar o fluxo de desembarque dos alunos, e se tirasse aquele poste 50metros, e foi cobrado, naquela época, quase trinta mil reais para afastar 50 metros um poste. Estou falando aqui na condição do exemplo de um pequeno consumidor, mas me parece que esse exemplo pode valer também para os grandes investimentos.

Então, há uma explicação técnica? Na época, eu me perguntei: Será que custam mesmo trinta mil reais para afastar um poste? Então a minha pergunta é: Será que custam mesmo 233 milhões nesse caso aqui, esses investimentos que são solicitados?

Por fim, eu acho que é uma pergunta que todos nós aqui estamos querendo responder desde o início dessa CPI: A ABSOLAR representa empresas do setor de energia, por conta disso conhece muito bem a realidade desse setor, interage com várias Distribuidoras ao longo do país, interage com os órgãos Reguladores. Eu perguntaria a vossa senhoria: Qual é a opinião, se há uma opinião da ABSOLAR sobre o que se passa, do ponto de vista da estratégia empresarial, com a empresa ENEL aqui no Estado do Ceará? Porque os dados relativos aos Indicadores que vossa senhoria trouxe mesmo da ANEEL não eram esses de dez, quinze anos atrás, isso é uma realidade de cinco anos para cá.

Todo o trabalho feito pela Comissão Especial da Assembleia Legislativa sob o comando do Deputado Fernando Santana, antes mesmo de abrirmos uma CPI, não receberam por parte da ENEL a atenção necessária, a rigor, não receberam nenhuma satisfação minimamente digna para o povo cearense, para o empresariado, para o Poder Público em relação às responsabilidades que essa empresa assumiu.

Então, a pergunta no popular: Qual é mesmo a da ENEL nessa circunstância que nós estamos enfrentando, do ponto de vista da sua estratégia empresarial, pela experiência da ABSOLAR de interagir com várias empresas? O que é que a ENEL pretende mesmo? Para que nós tenhamos aqui uma estratégia nossa, nós precisamos saber também, ou colher elementos para saber qual é a estratégia da ENEL.

Então, muito obrigado, presidente, desculpeme estender aqui, mas a apresentação foi muito produtiva, muito rica e suscitou essas questões todas que podem colaborar com nosso trabalho.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO BRUNO PEDROSA (PDT): O que é isso, presidente, pode ficar com a palavra Rodrigo.

Eu faço um apelo, obviamente que você tem todo tempo do mundo, mas buscar ser conciso para que todos os deputados possam fazer as perguntas.

SR. RODRIGO SAUAIA (ABSOLAR): Com certeza. Bom, agradecer primeiro ao Deputado Fernando Santana que fez colocações muito pertinentes e também ao Deputado Guilherme Sampaio. Me parece que não ficou nenhuma pergunta específica, Deputado Fernando Santana, então eu vou responder boas perguntas do Deputado Guilherme Sampaio.

Em relação ao descumprimento de prazo. Sim, nós nos referimos especificamente ao prazo regulamentar e também às diretrizes legais. É importante a gente entender que no caso da geração própria de energia renovável, solar e de outras fontes, nós tivemos um avanço importante em 2022 que foi a publicação de um Marco Legal.

Então, existe, no caso do nosso setor, uma segurança jurídica ainda mais forte, eu diria, do que o que acontece normalmente no setor elétrico porque muitos temas ficam apenas na esfera do Regulador, e no caso da geração de energia pelos consumidores existe o direito garantido em lei de livre acesso às Redes de Distribuição. Isso está previsto na lei.

Em relação aos prazos regulamentares são estabelecidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica; eles já foram piores, esses prazos, já foram mais longos inclusive, mas eles são prazos, quando a gente compara com outros países do mundo, generosos. Existem países do mundo em que a Distribuidora tem sete dias para responder todas as suas etapas do processo, e aqui no Brasil isso vai de 30 a 60 dias; se houver a necessidade de obras, que é o que a gente viu nesse exemplo que foi mostrado, esse prazo pode ser maior.

Então você tem duas questões. Você tem o prazo de resposta da Distribuidora, esse prazo tem sido, por muitas vezes, em várias Distribuidoras do Brasil, infelizmente não é um privilégio do Ceará, não tem sido cumprido a contento. Nós recebemos, no país inteiro, milhares de reclamações em relação ao descumprimento de prazo.

Então, é o prazo de resposta ao Pedido de Conexão, que é esse prazo mais curto que eu falei inicialmente. Segundo, é o prazo de você fazer a vistoria técnica. Uma vez que o sistema está instalado, a Distribuidora vai lá, vistoria ao sistema para poder autorizar a conexão desse sistema Rede. Ela tem prazo para fazer essa vistoria. O consumidoravisa: Minha obra está pronta; e a Distribuidora tem um prazo legal. Esses prazos não são cumpridos em vários casos.

Terceiro. O prazo da troca do medidor. Começar unidade consumidora, uma casa, por exemplo, ela passa não apenas a receber a energia da Distribuidora, mas a injetar energia para compartilhar essa energia com seus vizinhos, o medidor de energia elétrica tem que ser trocado de um unidirecional para um bi direcional, que ele mede nos dois lados, nos dois sentidos; e essa troca de medidor tem prazo,

porque se você não troca esse medidor você não computo o benefício que o consumidor está tendo quando gera a própria energia. Tem prazo. Esses prazos, por vezes, também é parte das principais reclamações que a gente recebe, não estão sendo cumpridos.

Existe outra situação importante também, e a gente tem muita dificuldade de ter acesso, muita dificuldade, que é o consumidor estar com o sistema instalado na casa dele, mas na hora que ele recebe a fatura, a conta de luz, a conta de energia elétrica da Distribuidora, a conta vem errada: Não está sendo computado o ganho que ele teria; a economia que ele teria com a Energia Solar corretamente ou com esses créditos de energia que ele poderia abater: é imposto que é cobrado errado ou é crédito de energia que some na conta ou que aparece na conta de forma incompleta, computada de forma incompleta. E por que eu digo que é muito difícil da gente enxergar? Porque essa informação só vai para o consumidor. Então se aquele consumidor é leigo, não conhece ou não acompanha no detalhe a sua conta de luz, ele por vezes tem por vezes tem dificuldade de perceber que a conta está vinda errada e ele está sendo prejudicado. E quando, ele finalmente descobre que está acontecendo, ele tem que abrir um Processo na Distribuidora, seja na Ouvidoria, seja no Atendimento ao Consumidor, e torcer para que esse processo seja tratado até o final como se espera que seja tratado.

Já tivemos muitos casos de associados nossos que, primeiro, foram processados pelos seus clientes, porque o cliente achava que estava sendo enganado pela empresa de Energia Solar, quando ela tinha feito seu trabalho correto e a fatura vinha errada, e aí, por vezes, o próprio empreendedor solar ajudou o consumidor que quis entrar na Justiça contra Distribuidora para ter o seu ressarcimento financeiro. Então esses problemas também acontecem, quer dizer, conectar o sistema Rede não é o fim da novela em muitos casos.

Que providências jurídicas podem ser tomadas? No caso da ABSOLAR, primeiro, nós tivemos que criar, a partir de 2019, com aumento das reclamações no Brasil inteiro, uma Ouvidoria própria. Quer dizer, como se não bastasse a Distribuidora ter o SAC(Serviço de Atendimento ao Cliente) e ter uma Ouvidoria, que é uma exigência legal, a ANEEL tem uma Ouvidoria, que é outra exigência; a ABSOLAR abriu a sua própria Ouvidoria para ajudar o mercado e setor. Nós estamos fazendo papéis que não são nossos, mas nós estamos fazendo para apoiar o nosso mercado e o nosso setor.

Nós enviamos mensalmente relatórios para a Agência Nacional de Energia Elétrica com os problemas que nãosão reportados. A Agência tem o a responsabilidade legal, mas eu diria também o direito legal ou o dever legal de fiscalizar. Não nos compete fiscalização. A ABSOLAR não tem poder de polícia, nós não podemos fazer isso.

E aqui no Estado existe sim uma organização que pode apoiar que é a Agência Regulatória Estadual, há inclusive um convênio assinado entre a ANEEL e a Agência Regulatória Estadual, para que a Agência Regulatória Estadual possa atuar de forma mais presente na fiscalização. Isso é fundamental. Esse é um tema que nós temos levado aos diretores da ANEEL para que possa ser feita uma fiscalização mais presente e mais frequente em relação aos problemas com Geração Distribuída.

Não apareceu nos slides que eu mostrei, mas naquele Relatório Oficial da ANEEL, a Geração Distribuída que era... Primeiro, ela nem existia na Ouvidoria da ANEEL há poucos anos, não tinha um marcador dos problemas com Geração Distribuída. Nós pleiteamos que isso pudesse ser construído, a Ouvidoria implementou, da ANEEL. Hoje, problemas com Geração Distribuída são o segundo maior problema que a ANEEL recebe. E notem que dos mais ou menos 91 milhões de consumidores brasileiros apenas 3% têm Geração Distribuída. Então se esse problema que concentra só 3% dos consumidores é o segundo maior problema do Brasil, está muito desproporciona. A falta de qualidade no atendimento àGeração Distribuída no Brasil está desproporcional ao seu tamanho em relação a outros assuntos que as Distribuidoras precisam cuidar. Então isso mostra que de fato essa situação é complexa.

Nós sempre tentamos, deputado, na medida do possível, buscar o caminho do diálogo administrativo com a Agência Regulatória que nós enxergamos como um parceiro nesse processo, o mesmo vale para a Agência Regulatória Estadual. E nós já tivemos casos de sucesso, de com o apoio da Agência Regulatória, seja no âmbito Federal seja no Estado, nós conseguimos superar alguns desses gargalos e dessas barreiras. Mas isso acaba sendo um trabalho de formiguinha. E a maioria dos problemas, infelizmente, não chega até a ABSOLAR, não são reportados na nossa Ouvidoria, não recebemos essas informações porque elas não são públicas, não são de acesso público.

Eu vou ser mais rápido aqui por conta do horário, vou dar uma acelerada aqui.

Qual é o impacto no atendimento dos consumidores e como isso tem prejudicado o ranking no Ceará? Bom, a gente viu o impacto aqui já calculado com os números que nós tivemos acesso, então o impacto ele é milionário, eu diria bilionário, se a gente pensar no prejuízo não só para os consumidores, mas para a sociedade, porque são mais ou menos 2.2 bilhões de reais que estão travados, estão hoje bloqueados e não conseguem se viabilizar aqui no Estado do Ceará especificamente, por conta da dificuldade de acesso às Redes de Distribuição.

Em relação ao ranking do Ceará. Eu não sei se a gente consegue voltar na imagem do ranking, um minutinho. Imagine, deputado, adicionar, ali, no ranking, se nós adicionarmos 180 megawatts que estão hoje travados, não conseguiram se viabilizar até o momento aos 777 que hoje o Ceará possui, (está

na tela), iria subir, pelo menos bater na Bahia, ia chegar perto da Bahia; talvez se não ultrapassasse a Bahia, 700, 800, 950, ia ficar do lado da Bahia. E quantos outros megawatts nós não mapeamos nesse nosso levantamento que é parcial, como nós dissemos.

Talvez esse seja um ponto que essa importante Comissão poderia solicitar:Mapeamento Completo dos Dados, uma vez que esse dado é de posse da Distribuidora, e quantos megawatts estão hoje travados. Essa informação nós não conseguimos acessar. Mas a Comissão poderia solicitar isso, até com a Lei do Acesso à Informação, e a partir daí enxergar quantos megawatts, quantos bilhões de reais e quantos empregos também estão deixando de ser gerados nesse momento.

Quais as razões pelas quais alguns projetos andam e outros não? Eu adoraria ter a resposta para essa pergunta, deputado. A pergunta é muito boa, a resposta é muito difícil de dar. Eu, sinceramente, não consigo responder essa pergunta, mas eu acho que nos ajudaria muito, e eu diria, ajudaria a própria Distribuidora se houvesse uma transparência nessa fila. Se essa fila fosse pública ninguém poderia dizer, por exemplo, que uma empresa tá sendo privilegiada em relação à outra, porque a fila é pública, é só acompanhar: depois desse projeto é o próximo; depois desse é o próximo; a ordem é essa,está objetivo e está claro.

Mas como essa fila, hoje, não é pública, esse é um pleito que nós fizemos inclusive à Agência Regulatória Nacional: Que estabeleça uma fila transparente, clara, para que todos nós possamos acompanhar. Isso ajudaria. Então, quem sabe uma sugestão aqui seria que isso pudesse ser feito.

Outra coisa. O Estado de Minas Gerais fez uma coisa que aqui o Ceará poderia implementar. ADistribuidoratem um Mapa de Calor, de como está à disponibilidade das Redes de Distribuição em cada área, com cores. Então o empreendedor, na hora que ele quer saber aonde que ele vai pôr o projeto dele, ele abre o Mapa e tem lá: Essa região tá verde, ainda tem capacidade de receber novos projetos, novas conexões. Essa região tá vermelha, precisa de investimento e vai demorar um tempo. Esse tá amarelo dá para ir um pouco. Ajudaria demais. Esse Mapa de Calor ajudaria demais. Essa informação a Distribuidora tem, o mercado, não. Então se a gente pudesse compartilhar esses dados ajudaria bastante.

Programa Renda do Sol. Uma excelente iniciativa. Eu aproveito para parabenizar o Governo Estado do Ceará e todos os envolvidos nessa iniciativa do Programa Renda do Sol. Nós temos acompanhado essa ação. Nós acreditamos que esse Programa pode ter um impacto muito importante do ponto de vista de geração de renda e oportunidades, especialmente para as famílias mais vulneráveis. E infelizmente, o que pode acontecer,dependendo da complexidade de acesso à Rede de Distribuição, isso pode atrasar o desenvolvimento desse projeto.

Nós tivemos informações de que o próprio Governo Federal tem muito interesse em poder replicar esse caso de sucesso em âmbito nacional. Só que só que para isso o projeto tem que mostrar o seu resultado. Então veja, eu diria que o impacto não é só para o Renda do Sol aqui no Estado, pode haver um impacto de uma vontade do Governo Federal de fazer um grande Programa Nacional de Geração de Renda com Energia Solar para o Brasil inteiro, e depende desse resultado aqui no Estado. Então a responsabilidade é muito grande, e a oportunidade é muito grande.

Há uma explicação técnica para que estas exigências sejam feitas? O que justificam esses investimentos e esse valor está correto, e custa isso mesmo?

Normalmente, quando a Distribuidora emite uma Análise Técnica, ela precisa colocar à disposição dos consumidores as informações de como essa análise foi feita; como foram feitos os cálculos; por que foi que se chegou até aquele volume de investimento. Infelizmente, são vários os relatos que nós recebemos de que essas informações não chegam ou, às vezes, elas são solicitadas e demoram a chegar também, mesmo quando são solicitadas.

Então seria importante sim que a gente tivesse mais transparência no acesso a esses dados e no acesso a como essas contas foram feitas. Será que a única forma de conectar aquele projeto de um megawatt, quatro milhões de investimentos,refazendo duas subestações, puxando mais,sei lá, quantos metros de cabos para construir mais Linhas de Distribuição, será que é a única forma? Será que não existe outros modelos mais eficientes de você fazer essa conexão ao sistema, que não demandem quase 1/3 de um bilhão de reais para um projeto de quatro milhões de reais?

Então, o mercado tem muita dificuldade de analisar esses pareceres que são recebidos e de poder fazer uma avaliação e uma verificação, uma auditoria em cima desses dados, se eles estão corretos ou se eles não estão corretos.

Houve uma pergunta também sobre: O que se passa em relação à estratégia comercial da empresa, uma vez que a ABSOLAR conhece, tem conhecimento do setor e de como operam as empresas no mercado, o que será que é a Distribuidora pretende? É difícil responder essa pergunta. Na ABSOLAR nós dialogamos com Distribuidoras do Brasil inteiro. Eu diria, e eu acho que é importante eu fazer essa citação aqui, que nos momentos em que nós precisamos dialogar com a Distribuidora, não só com a com ENEL Ceará, mas com a ENEL em outras áreas de Concessão, nós encontramos canal de diálogo. Então eu faço esse reconhecimento do esforço que os profissionais da Companhia tem feito de dialogar conosco, os profissionais que estão no dia a dia na linha de frente das atividades do setor.

O que eu estou querendo dizer com isso, deputado? Eu não acho que nenhum deles esteja de má-fé como pessoas. Eu não acho que é um problema das pessoas que fazem a empresa acontecer no dia a dia. Mas eu não sei qual é a estratégia empresarial. Então será que está alinhado, esse esforço que as pessoas estão fazendo com a estratégia empresarial? Será que os profissionais estão conseguindo desempenhar o seu melhor trabalho em benefício da sociedade do povo cearense? São perguntas que eu faço, mas para as quais eu não tenho resposta.

Fico à disposição para demais pontos. Obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO BRUNO PEDROSA (PDT): Obrigado, Rodrigo, eu sou o segundo aqui da fila, depois o Deputado Guilherme Landim, depois a Gabriela Aguiar, por fim o Deputado Felipe Mota.

Eu vou ser também objetivo, mais pinga-fogo. Mas respondendo sua pergunta, Deputado Guilherme, o Rodrigo foi muito educado. Não. Não existe tecnicamente explicação. Simplesmente é uma forma de negar o acesso, negar a conexão, já que regulamentação obriga que seja a Concessionária. Essa relação institucional entre o cliente é com a Concessionária.

Então, como é que a gente pode explicar isso para a população e para os colegas deputados? Um grande mercantil ou uma grande farmácia, um grande estabelecimento ou uma empresa que tem vários pontos em baixa tensãodeseja contratar uma empresa para construir um parque solar pra economizar sua energia. A partir do momento que ele que ele faz esse gestoe precisa do Parecer de Acesso para conectar na Rede, se ele conseguir esse Acesso, ele vai deixar de ser cliente da ENEL. A ENEL vai perder essa Receita. Então, é por isso que ela nega os Pareceres de Acesso, com 200...

SR. RODRIGO SAUAIA (ABSOLAR): Assim que o deputado terminar eu gostaria de complementar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO BRUNO PEDROSA (PDT): Podesim, Rodrigo, pode sim. Então, esse é o caminho. E ainda digo mais, um prefeito... E aí qual a estratégia,em minha opinião, eu posso falar. Um prefeito me ligou ontem, por exemplo, que a ENEL tinha estado com ele oferecendo a migração para o mercado livre. Então a ENEL, além de negar esse desenvolvimento do Estado, dois bilhões de reais de investimento travados no nosso Estado, mais de cinco mil empregos travados por causa da ENEL, essa fatia de mercado que ela podia perder se ela desce esses pareceres de acesso, ela tá indo com a empresa subsidiária para fazer essa transação com esses setores. Então para você ver. Pode falar, Rodrigo.

SR. RODRIGO SAUAIA (ABSOLAR): Deputado, eu queria complementar esse ponto da fala do senhor, porque no caso do Setor Solar Fotovoltaico, nós temos inclusive um potencial: conflito de

interesse a ser avaliado. Esse é um assunto que nós temos também discutido com a Agência Nacional de Energia Elétrica e alertado para uma atenção especial da Agência Nacional de Energia Elétrica, porque hoje em dia, por vezes, o grupo econômico ele tem várias empresas: uma empresa de geração; uma empresa de distribuição; uma empresa de transmissão, e esses grupos econômicos do Setor Elétrico podem abrir as suas empresas de Geração Distribuída também, de gerar a própria energia e vender para os consumidores sistemas solares.

Agora, imagine o caso, e isso acontece no sentido de que têm vários grupos econômicos que têm essas empresas, de uma empresa de Distribuição que é do mesmo grupo econômico de uma empresa que vai pedir acesso à Rede dessa empresa de Distribuição. Isso acontece hoje.

Qual é a preocupação do setor? E aqui eu não faço acusação a ninguém. Será que essas filas estão sendo seguidas? Será que existe o risco de alguma preferência? Nós não temos números e dados ou informações que justificam para um lado ou para o outro. Por isso que o que a gente recomenda é que, quanto mais transparência tiver, melhor para o mercado e melhor para a própria Distribuidora, que não fica exposta no sentido de que de que haja essa dúvida e de que haja essa preocupação da sociedade, do mercado, do setor de que tá havendo algum tipo de vantagem.

Nesse sentido que nós comentamos, por exemplo, com a Agência Nacional de Energia Elétrica é que é preciso avaliar, uma vez que agora haverá uma renovação dos Contratos de Concessão, várias Distribuidoras vão ter os seus Contratos de Concessão renovados. Será que não é o momento oportuno para avaliar seum grupo econômico que tem empresas atuando em vários elos do setor elétrico, se ela atua...ela é dona de uma área de Concessão, ela venceu uma área de Concessão, será que é justo que ela possa ofertar serviços dentro daquela área de Concessão, competindo com outras empresas que não são detentoras daquela área de Concessão? Ou será que não seria, por exemplo, mais justo e equilibrado que ela pudesse prestar serviço em outras áreas de Concessão, mas não naquela onde ela é detentora da chave da Distribuição, onde ela disse quem vai conectar na Rede e como. Porque aí você elimina qualquer risco de que haja conflito de interesse entre as partes.

Mas isso, de novo, isso é uma pergunta que nós colocamos para ser avaliado pelo Ministério de Minas e Energia, que está agora discutindo a renovação dos Contratos de Concessão e pela Agência Nacional de Energia Elétrica.

Então agradeço ao Deputado Bruno pela oportunidade de complementar esse ponto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO BRUNO PEDROSA (PDT): E era exatamente a pergunta que eu ia fazer a você, era justamente sobre a Concessão, e você já respondeu.

Eu queria apenas perguntar o seguinte: A Concessionária, hoje, do Estado do Ceará, está sendo fator decisivo para que nós estejamos perdendo o investimento e emprego. Isso é verdade, isso é realidade?

SR. RODRIGO SAUAIA (ABSOLAR): Hoje, o que nós percebemos no Setor Solar Fotovoltaico com os números que nós levantamos com o mercado, portanto, não são especulações, é que nós temos quase um bilhão de reais em investimentos que o setor quer fazer aqui, no Estado, e não está conseguindo fazer, e quase mais de dois bilhões de reais em benefício econômico que poderia trazer para o Estado do Ceará e não está acontecendo, por conta da dificuldade de acesso às Redes de Distribuição.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO BRUNO PEDROSA (PDT): Obrigado, Rodrigo. Passando para o próximo a fazer as perguntas, o Deputado Guilherme Landim.

SR.RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): Rodrigo, muito boa tarde. Boa tarde a todos as deputadas e a todos os deputados, assessores que nos acompanham aqui, a cada um dos telespectadores e ouvintes da TV Assembleia e Rádio FM Assembleia.

Rodrigo, primeiro lhe agradecer pelas explicações, dizer que eu fiquei muito satisfeito com as informações que você nos trouxe. Todas as perguntas que eu tinha formulado aqui já foram, de alguma maneira, respondidas por você; esclareceu muitas das dúvidas que nós tínhamos. E, logicamente, com sua educação e com a parcimônia que a Associação precisa ter no falar, a gente tem que ter alguma calma em dizer determinadas coisas. Mas, assim, eu recebo muitas denúncias em relação a essa falta de transparência e especificamente nesse ponto que você citou agora, nessa última explanação sua, da questão do conflito de interesse.

Nós temos aqui, Deputada Gabriela, denúncias, e aí eu não posso ainda provar absolutamente nada, mas isso não chega de que existem várias empresas que são do Grupo ENEL, como, por exemplo, a ENEL-X. E quem não contratar com a ENEL-X vai ter o seu empreendimento num prazo muito diferente daqueles outros que contratam com a ENEL-X, Deputado Guilherme. Então, isso precisa ser avaliado. Eu acho que esse ponto que o Rodrigo nos traz aqui de maior transparência, eu acho que isso é fundamental. Nós temos que exigir. Nós precisamos falar sobre isso com a ANEEL lá em Brasília. Nós precisamos tratar sobre isso com os parlamentares federais aqui do Estado do Ceará, para que eles possam exigir isso lá no Congresso, já que essa é uma Legislação Federal. Mas da forma que está além da ENEL maltratar e fazer do jeito que quer com as empresas, ela ainda meio que obriga que os empreendedores contratem uma empresa do grupo dela, senão, não vai ter seu empreendimento liberado.

Se o Rodrigo quiser falar mais sobre isso, eu gostaria que você pudesse nos colocar se existem denúncias nesse sentido? Como que essa Comissão pode se aprofundar nesse assunto?

A segunda questão. Você chegou a falar aqui também de que algumas das pessoas que estão na ENEL aqui, no Estado do Ceará, têm boa vontade. Mas você, enquanto Associação, vocês associados já estiveram sentados numa Mesa de Negociação com a ENEL para tratar sobre esses problemas? Como foram essas reuniões, se houveram, e depois disso houve encaminhamento, mudou alguma coisa ou permaneceu da mesma forma como estava?

SR. RODRIGO SAUAIA (ABSOLAR): Obrigado, Deputado Guilherme Landim, pelas perguntas.

Eu vou primeiro comentar antes mesmo de responder a sua primeira pergunta aqui. Essas denúncias que chegam até ao senhor, nós também ouvimos e acompanhamos em outros Estados do Brasil. Existem outras Distribuidoras, outras Concessionárias que são partes de grupos econômicos que têm também empresas de comercialização, de Geração Distribuída, de outros elos de essência energética, de prestação de serviços, de engenharia.

Então, eu fico muito contente de ouvir quando o senhor comenta que seria um papel, e é um papel que essa Casa pretende desempenhar de dialogar com Agência Regulatória, de dialogar com Congresso Nacional, porque nos parece um tema recorrente. E se a gente escuta isso muito, alguma coisa tem. Porque se é uma coisa pontual que acontece que some, mas a gente escuta isso em muitos Estados, em muitas áreas de Concessão. No mínimo é um medo, é um receio que os consumidores têm, um pesadelo com o qual eles dormem, os empreendedores, de que pode eles podem estar numa situação desequilibrada. Então a gente precisa de transparência para esclarecer.

Especificamente em relação a denúncias. Eu não teria resposta, porque essas denúncias elas seriam feitas, se foruma denúncia específica de tema concorrencial, o local mais apropriado seria a Agência Nacional de Energia Elétrica ou eventualmente a Agência Estadual, seria oportuno fazer a pergunta para estes órgãos, seria uma sugestão nesse sentido, para que vocês pudessem ter acesso a essas informações de forma consolidada e ampla.

No Setor Solar Fotovoltaico nós já recebemos várias queixas nesse sentido. Mas é diferente de denúncia. Quando a gente fala em denúncia a gente precisa de provas, e se nós tivermos provas, isso vale também para os empreendedores que estão nos assistindo, provas de casos concretos de um consumidor que recebeu alguma indicação de que ele deveria contratar como empresa que ia ter um prazo diferente, que até um tratamento na fila diferente ou qualquer coisa do gênero, alguma situação que seja um descumprimento e que haja prova, a gente pode sim, recebendo esse material, formalizar

isso em nome do Setor para as autoridades competentes, mas nós precisamos de prova. E hoje em dia nós não temos recebido esses materiais com esse tipo de problema com provas. Mas eu explico que é muito difícil para uma empresa ter essas provas também. É importante a gente entender que é uma situação que ela precisaria ter acesso a um conjunto de documentações, e é difícil ela conseguir ter, não são públicos, ela não tem facilidade de acesso a isso.

Nós já estivemos em diferentes oportunidades com o Grupo ENEL, áreas de Concessão diferentes, inclusive o Grupo ENEL Ceará, sempre nos recebeu muito bem nesse sentido, sempre nos recebeu de forma cordial, de forma profissional. Conseguimos sim avançar problemas, dores que os nossos associados nos trouxeram e problemas que foram relatados. Mas eu diria que do ano passado pra cá, o volume de problemas não só aqui, mas em outras regiões do Brasil, se ele se expandiu muito. Então a gente percebe que aquilo que era problemas pontuais no varejo, que a gente conseguia resolver com o trabalho associativo tá virando uma montanha de problemas. E aí é muito mais difícil, a gente como Entidade, tendo uma equipe também finitaconseguir sentar e tratar os problemas no caso a caso. Por isso que a gente traz as informações no agregado, compartilha essas informações com a Agência Regulatória também no agregado, para que a gente consiga buscar uma solução estruturante, que possa resolver o problema não só de um empreendedor, mas de vários empreendedores ao mesmo tempo, para superar isso de uma forma mais consistente. E esse é um trabalho que a gente continua fazendo.

Por isso a gente criou a Ouvidoria da ABSOLAR, por isso que a gente mensalmente encaminha o nosso Relatório de Ouvidoria para Agência Nacional de Energia Elétrica, mantém um diálogo com os diretores da Agência Nacional de Energia Elétrica, com os quais nós temos conseguido avançar em vários assuntos estratégicos do setor, relacionados também àGeração Distribuída e outros temas. E por isso que a gente tem mantido, cada vez mais, um diálogo com as Agências Regulatórias Estaduais e com os Procons, um parceiro, um aliado que a gente começa a identificar porque o nosso setor é novo e antes não fazia uso são os Procons também.

Então as organizações que defendem os consumidores que são, em última instância, os usuários dessa energia limpa renovável produzida pelo Sol, eles se tornaram parceiros, se tornaram cada vez mais importantes. Isso vale também para Ministério Público. Nós temos dialogado com o Ministério Público no sentido de buscar um entendimento e uma atenção do Ministério Público. Nós já fomos instados pelos Ministérios Públicos em outros momentos a respeito de problemas da Geração Distribuída. Então, só para passar esse panorama. Sim fazemos esse diálogo de forma recorrente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO BRUNO PEDROSA (PDT): Obrigado, Rodrigo, Deputado Guilherme. Passando à próxima inscrita para as perguntas, a Deputada Gabriella Aguiar.

SRA. DEPUTADA GABRIELLA AGUIAR (PSD): Boa tarde, Dr. Rodrigo; nobres colegas. Vou fazer algumas perguntas que são muito simples e são direcionadas às pessoas que estão nos assistindo. De alguma forma, a geração própria de energia pode prejudicar a ENEL? Além dos prazos e gastos exorbitantes, a ENEL usa outras maneiras de impedir a instalação de energia renovável pelos clientes? E no Brasil afora as empresas também vem sofrendo as mesmas dificuldades?

SR. RODRIGO SAUAIA (ABSOLAR): Perfeito. Obrigado, deputada.Eu vou começar de trás pra frente porque eu não consegui tomar nota de tudo, mas qualquer coisa eu peço seu apoio.

Sim, no Brasil inteiro a gente tem percebido que as empresas de Energia Solar têm sofrido com essa situação. Disso eu passo para a sua primeira pergunta. Parte disso, foi abordado também na fala do Deputado Bruno, pode advir do fato que algumas Distribuidoras enxergam a Geração Distribuída como competição. Por quê? Porque quanto mais o consumidor gera sua própria energia menos ele compra essa energia de um terceiro. Então o consumidor que investe dinheiro do seu próprio bolso para gerar sua energia, ele está empreendendo, acreditando e inclusive gerando emprego no município, na sua região, ele está se expondo. É muito mais seguro e confortável pra ele, do ponto de vista de não correr riscos, continuar no conforto que ele tem da Distribuidora. Mas é muito mais caro. Gerar a sua própria energia, hoje, é mais barato do que comprar essa energia de terceiros, com o Sol e com outras fontes renováveis. Então faz todo sentido pra a sociedade, faz todo sentido para o Brasil, que é um país tropical, e para o Ceará que é um Estado com um dos melhores recursos solares do nosso país.

Só que quanto mais às pessoas geram a sua energia menos elas compra de outros. E aí existem concessionárias que enxergam a Geração Distribuída como uma evolução; existem sim as vanguardistas que ajudam, que apoiam, e existem àquelas que enxergam como uma ameaça. Essas que enxergam como uma ameaça, por vezes, resistem, criam dificuldades, criam barreiras; exigem investimentos desproporcionais para desincentivar o consumidor a fazer aquele projeto acontecer, ou o investidor a fazer aquele projeto acontecer, a gente viu um caso concreto aqui; ou mesmo depois de cumprir, às vezes, com má vontade àquela exigência legal, faturou errado; e aí o consumidor tá deixando de ter economia que ele esperava, a Distribuidora continua recebendo dinheiro que ela recebia antes, porque a fatura vem com o valor diferente, e acaba sendo prejudicado o consumidor. Então isso acontece.

Tinha uma terceira pergunta que eu acho que eu não consegui responder, desculpe.

SRA. DEPUTADA GABRIELLA AGUIAR (PSD): Quais são as estratégias que a ENEL usa para mimar o setor de Energia Solar, no seu caso, fotovoltaica. A gente escutou aqui os prazos, cinco anos, prazos infundados; gastos que são repassados para o investidor, assim, subestação e cabeamento que a gente questiona se são necessários, e mesmo sendo, foi todo, 2/3 dos gastos, no caso do exemplo específico, repassado para o empreendedor? Tem mais alguma outra estratégia de minar?

SR. RODRIGO SAUAIA (ABSOLAR): Eu poderia investir um tempo grande falando disso, deputada, a sua pergunta é muito boa, eu agradeço.

Começa antes disso. Por vezes, a gente já teve casos aqui, na Associação, em que foi exigido do empreendedor mudar a formatação de páginas nos documentos submetidos;ressubmeter assinando no lugar diferente, o papel; coisas assim absolutamente desproporcionais; tirar foto do número do transformador no poste da rua; coisas que não está prevista em nenhum lugar na Regulamentação. Eu não estou dizendo que é o caso específico da ENEL Ceará, mas a gente ouviu isso em Distribuidoras ao redor do Brasil, daria um livro de mazelas que o setor tem enfrentado.

Então o nosso desafio aqui, com certeza, e o que a gente pede não é nada diferente disso, é que a Lei e a Regulamentação sejam cumpridas. Nós não estamos pedindo favor, não estamos pedindo tratamento privilegiado ou diferente daquilo que está combinado na regra do jogo. O que a gente espera é que o mínimo seja feito em prol do atendimento dos consumidores e dos empreendedores que querem gerar empregos e atrair mais investimentos para o Estado do Ceará e para o resto do Brasil. É só isso que a gente precisa. Se a regra do jogo for comprida, a gente já vai ter grandes oportunidades sendo destravadas aqui no Estado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO BRUNO PEDROSA (PDT): Obrigado, Deputada Gabriella. Passando para o próximo inscrito, o Deputado Felipe Mota.

SR. DEPUTADO FELIPE MOTA (UNÃO): Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, eu vou direto ao assunto, Rodrigo Sauaia, primeiro lhe agradecer por você estar aqui abrindo a nossa mente em relação a tudo isso. Você é um homem de experiência, tem 800 associados, e isso faz com que você também seja uma caixa de ressonância dos problemas de todo o setor. Essa é a ideia da Associação: fazer o crescimento e fazer com que os projetos saiam do papel e a sociedade cresça, o setor produtivo, que o Estado consiga arrecadar, e o cliente esteja satisfeito com tudo isso.

Mas eu quero fazer algumas perguntas para o senhor, eu quero organizar a minha pergunta, primeiro trazendo para o mercado.O Estado do Ceará e o Nordeste hoje são tidos nacionalmente como

uma fonte de energia renovável para o País para a nova neoindustrialização que estão se colocando aí no mercado. O mercado de bolsa, de negociação, de venda está olhando muito para o Nordeste.

Mas eu te pergunto: Quais são as dificuldades que tu tá tendo que dá aprovação de uma legislação onde garanta que tanto as Energias Renováveis como o hidrogênio verde, que é uma esperança para os nordestinos, como é que é esse comparativo hoje? Isso é uma é uma pergunta que eu queria que você me fizesse o comparativo de como é que está sendo visto. Até porque nós aqui do Ceará estamos tendo um esforço muito forte por parte do Governo do Estado de mercado, aí independe de governador, pode se trocar dez governadores à frente nós vamos ter a mesma especificidade de mercado, nós estamos olhando para o mercado futuro.

Eu tô com a preocupação. Eu tô vendo um esforço muito forte por parte da Federação da Indústria do Ceará, um esforço muito forte de atração de clientes para o Governo do Estado do Ceará, mas eu não estou vendo do outro lado a legislação transcorrendo paralelamente na União. Eu não estou vendo do outro lado o Ministério da Fazenda, que inclusive o Ministro Haddad, um dos maiores defensores dele aqui, apesar de eu fazer Oposição do governador sou eu.

Quando eu falei que o Haddad estava certo na Reforma Tributária, eu gritei aqui, todo mundo ficou calado, mas o Felipe Mota foi lá e disse porque era, e disse que o Haddad nesse instante tá tendo que fazer duas grandes concessões: a questão do subsídio da energia renovável, que ele ainda não conseguiu fechar essa conta, e agora o Desenvolvimento Regional. Então, ele tá olhando para os governadores do Nordeste, e tá dizendo assim: O que é que vocês querem? Vocês querem a industrialização com Fundo de Desenvolvimento Regional ou vocês querem a Isenção ou Subsídio do Hidrogênio Verde? Tá mais ou menosque ele não pode fazer tudo, ele tem que escolher algo para fazer.

Então eu queria fazer essa pergunta a você primeiramente, dentro dessa política, para saber o seguinte: Será que nós vamos conseguir fazer tudo isso, levando em consideração que as Linhas de Transmissão ainda não estão prontas, vão ser licitados agora. Era para ter sido licitado em outubro as novas Linhas de Transmissão, quatro mil e quinhentos quilômetros de Linha de Transmissão, e vão estar sendo licitados agora, em dezembro, esses quatro mil e quinhentos quilômetros de Linha de Transmissão, Bruno.

A minha preocupação: sem essa transmissão, qual é o tempo que nós vamos conseguir fazer esse engate de Energia Solar, Hidrogênio Verde e tudo que possa somar no sistema?Teve um apagão agora, a primeira coisa que o ministro apontou o dedo foi dizendo que o Sistema de Energias Renováveis no

Nordeste não tinha suportado fazer esse encontro de energia transferida pela parte hídrica com as Energias Renováveis.

Então existe uma série de problemas a ser resolvido antecipadamente, e nós aqui estamos fazendo um direcionamento à ENEL que também é responsável, mas ela está rindo de tudo isso. Porque, primeiro, não tem Legislação nacional para que nós possamos brigar. Segundo, está sendo discutido da nova Reforma Tributária para saber se vai atingir a energia, inclusive o valor econômico de hoje traz isso. Terceiro, as empresas privadas e taxas ICMS já estão divulgando aí que eles não têm condição de entregar no mercado o que sejam necessários por esses oito anos.

Então toda essa preocupação nacional, que é mais do que só o Projeto Renda do Sol com a ENEL, eu sou uma pessoa que defendo a parte agropecuária com unhas e dentes aqui, na Casa, tá, eu sou produtor rural. Então isso faz a seguinte pergunta: Nós estamos olhando para todos os pequenos pontos, mas as grandes coisas que têm que sair do papel para que você possa trabalhar, para que o Deputado Bruno consiga atrair mais investidores para levar até ao Palácio ainda não saíram. Então eu preciso saber de você, me faz uma resposta nacional pra tu chegar até ao Estado do Ceará pra gente poder entender tudo isso, por favor.

SR. RODRIGO SAUAIA (ABSOLAR): Pois não, deputado. Obrigado pela pergunta, Deputado Felipe Mota.

Bom, eu vou começar fazendo essa resposta do nacional até indo para o âmbito internacional. Então eu vou começar dizendo o seguinte: Existe hoje um esforço muito claro mundial de transição energética, um esforço para que a gente consiga reduzir as emissões de gases de efeito estufa. Para a maioria desses países no mundo, esse esforço vai ser, entre aspas, "doloroso", vai ser um grande investimento, e uma tecnologia que eles não estão acostumados. Não dominam.

Quando a gente olha para a realidade do Brasil, nós estamos numa verdadeira oportunidade de nos tornarmos uma grande liderança global, porque o Brasil já é uma nação renovável; o Nordeste é uma região renovável, talvez o nosso coração das fontes solares e eólicas, que são as chamadas Novas Fontes Renováveis ou Fontes Renováveis Modernas, além de ter a hidroeletricidade que também é importante e a biomassa que também é importante. Mas significa dizer que o Brasil pode ser um grande fornecedor para o mundo, para esses outros países que vão ter um desafio para fazer a sua transição energética, isso para nós é uma oportunidade de que nós forneçamos para esses países serviços e soluções sustentáveis. E isso passa inclusive pelo agronegócio, porque o nosso agronegócio pode ser muito mais sustentável,

pode fazer o uso dessas tecnologias em favor da sua sustentabilidade com mais tranquilidade, com um investimento mais eficiente e com uma competitividade maior.

Então, diante desse cenário em que a gente percebe o mundo inteiro trabalhando para transformar suas matrizes, o Hidrogênio Verde representa de fato uma gigantesca oportunidade para o Brasil, para o Nordeste e para o Ceará, porque ele vai poder ajudar de duas formas. Primeiro é o próprio Brasil. Na nossa visão, a ABSOLAR, como eu comentava na abertura, nós acompanhamos de perto o tema do Hidrogênio Verde, por isso eu agradeço pela pergunta também.

O primeiro usuário desse Hidrogênio que a gente pode produzir em especial na região Nordeste é o próprio Brasil. A gente não vai produzir ele pensando apenas em exportar. Por quê? Porque nós temos que fazer a transição dos nossos setores de difícil abatimento, são setores hoje que emitem gases de efeito estufa e é difícil de a gente deixar de emitir. Eles vão continuar precisando de um combustível. Então o que é que a gente faz? A gente troca o combustível de fóssil para um combustível limpo. O processo produtivo daquela indústria de um processo emissor de gás de efeito estufa para um processo neutro de gás de efeito estufa, que não emita gás de efeito estufa.

Então nesse sentido setores como metalúrgica, cimento, processamento químico são setores, e até transporte pesado também, aviação e transporte marítimo são setores que tem muita oportunidade de uso desse Hidrogênio e o Agro, porque hoje o Brasil ainda importa mais ou menos 80% do nosso fertilizante. E nós podemos com Hidrogênio Verde produzir Amônia Verde, produzir Fertilizante Verde e vender produtos verdes do agronegócio: soja verde, agregar valor, frutas verdes, carne verde, produtos todos que pudermos imaginar do Agro, que é muito versátil, mas sustentáveis, utilizando um fertilizante produzido no Brasil, que nós não temos, hoje nós importamos, e verde.

Só que o deputado está absolutamente correto, para que os investimentos em Hidrogênio Verde venham para o Brasil e venhamos para o Ceará nós temos que fazer a nossa lição de casa. Hoje o Brasil compete com o mundo no Hidrogênio Verde. Todo mundo tá querendo desenvolver as suas cadeias de Hidrogênio Verde: Estados Unidos, Europa, Ásia, África. A expectativa aqui para o Brasil são 200 bilhões de dólares...

SR. DEPUTADO FELIPE MOTA (UNÃO): Só umacomplementação. Já que você falou dos Estados Unidos. Estados Unidos está agora oferecendo para quem plantar as plantas de Hidrogênio Verde lá, Deputado Fernando Santana, 200 bilhões de dólares para essa interligação - 200 bi.

SR. RODRIGO SAUAIA (ABSOLAR): Perfeito. Segundo os estudos da Mackenzie e da Consultoria Mackenzie, o Brasil pode receber, se fizer a sua lição de casa, também receber investimento, não é dar

dinheiro, receber 200 bilhões, por isso que eu achei que o deputado estava comentando esse número 200 bilhões de dólares até 2040 aqui, no Brasil.

Só pra a gente entender, no slide dois da minha apresentação, vocês talvez se recordem, a matriz elétrica brasileira tem mais ou menos 210 gigawatts de potência instalada. Segundo a Mackenzie, o Brasil vai ter que adicionar 180 gigawatts novos só para produzir o Hidrogênio Verde. É quase dobrar matriz elétrica brasileira com fontes renováveis. Pra isso a gente precisa de infraestrutura, a gente vai precisar de política pública; a gente precisa de incentivo; a gente precisa, sim, de suporte para que esse mercado comece como foi no caso da Energia Solar. Dez anos atrás a Energia Solar era considerada cara, hoje ela é a fonte mais barata do Brasil, e só foi possível porque a gente investiu, e agora a gente tá colhendo os frutos desse investimento.

Mas, deputado, nós vamos precisar de linhas de transmissão, nós vamos precisar de infraestrutura de gás também para escoar esse hidrogênio, não gás natural, mas a infraestrutura de hidrogênio para fazer o escoamento; infraestrutura nos portos se a gente quiser exportar. Muito provavelmente nós não exportaremos o hidrogênio, mas a amônia ou metanol verde. Então a gente vai ter que processar quimicamente esse hidrogênio perto dos portos para ter competitividade para poder levar esse produto para o resto do mundo.

Eu ia comentar a respeito do apagão. Recentemente foi publicado o Relatório do Operador Nacional do Sistema, que finalmente trouxe mais informações e dados sobre as causas do apagão.A nossa leitura do Relatório, nós inclusive tivemos o apoio de um especialista que nos ajudou a fazer a leitura e a avaliação desse Relatório, mostra com bastante tranquilidade que não foram às renováveis que causaram o apagão. É importante que a gente tenha essa clareza, essa consciência. O que houve foi um problema no compartilhamento de informações e dados entre o Operador e as usinas geradoras de energia. E também, eu diria que nós precisamos virar a nossa chave na forma como nós operamos o sistema, para levar em consideração cada vez mais a participação mais relevante presente das fontes eólica, solar e outras renováveis. Mas o Operador tem sido, eu diria, um grande, um grande visionário nesse sentido, está estudando o que é feito em outros países para poder trazer também esse *know-how* essa experiência na operação da Rede com várias fontes e com proporções diferentes, para que a gente possa avançar com isso aqui no país também.

Então teremos muita oportunidade para que o Nordeste continue avançando na participação das renováveis. Segundo o Estudo financiado pela G&Z e feito em parceria com o Ministério de Minas e Energia, a EPE (Empresa de Pesquisa Energética) e ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico), o

Brasil pode continuar ampliando a participação de solar eólica até 42% da nossa Matriz como um todo, sem aumento, sem nenhuma dificuldade na operação do sistema. Esse foi um Estudo de três anos do Governo Federal a respeito da participação das fontes renováveis variáveis na matriz.

Hoje a gente tá na faixa de 28%, 30%, se muito, não tem 30 ainda, então a gente ainda pode aumentar isso, pelo menos mais 1/3 sem nenhuma dificuldade. Então tem muito espaço para solar e eólica continuarem avançando na matriz atual, com a estrutura atual.

Eu agora chego ao estado então para finalizar a minha fala aqui. Primeiro reconhecendo o esforço que o Estado do Ceará tem feito em ajudar a desenvolver o Hidrogênio Verde. O Estado tem se posicionado como um vanguardista, como já fez em vários momentos da história em relação à energia, diga-se de passagem, com Energia Eólica, com Energia Solar e agora com Hidrogênio Verde.

O Governo do Estado do Ceará inclusive foi o primeiro Estado a aderir o pacto em favor, em defesa do Hidrogênio Renovável que ABSOLAR junto com ABEEólica, junto com a Biogás, junto com a Câmara de Comércio Brasil/Alemanha fundaram, a primeira instituição pública aderir esse pacto foi o Governo do Estado do Ceará. Nós temos trabalhado inclusive em conjunto com a Federação das Indústrias do Estado do Ceará, a FIEC, e assinamos recentemente um Acordo de Cooperação: ABSOLAR, FIEC, FIESP, ABEEólica em favor também do hidrogênio a partir de fontes renováveis, então nós acreditamos muito nessa tecnologia.

E assim como, olhando para essas grandes usinas elas se conectam mais nas Linhas de Transmissão, assim como essa infraestrutura é fundamental para que a gente consiga avançar esses grandes projetos aqui no Estado e no Brasil, no caso da Geração Distribuída, se a gente não tem acesso à Rede de Distribuição ou se a gente não tem os investimentos planejados antecipadamente nessa infraestrutura de distribuição para poder viabilizar, catalisar os investimentos em usinas solares, isso gera um problema, isso gera uma ameaça, um risco para o desenvolvimento e para atração dos investimentos e dos empregos para o Estado.

Então nesse sentido eu acho que sim, do ponto de vista de política pública e divisão estratégica é fundamental o envolvimento e a participação da Concessionária, da Distribuidora em linha com as ações que a Assembleia faz as políticas públicas que são aprovadas aqui, e que o Governo do Estado faz, senão a gente fica com uma lacuna. Lembrar que 2/3 da Energia Solar no Brasil, não são grandes usinas, são sistemas de pequeno porte que dependem do acesso às Redes de Distribuição.

SR. DEPUTADO FELIPE MOTA (UNÃO): Eu vejo duas coisas. Primeiro, eu vejo que tem um lobby nacional querendo dar uma barrada aí na questão do fortalecimento dessas energias, isso eu percebo

naturalmente, é uma coisa que a gente discutindo, conversando, escutando, cada um quer puxar para o seu lado, principalmente a turma do gás essa semana trabalhou pesado em Brasília em relação a esse subsídio das Energias Renováveis.

Tem outro assunto, e aí eu vou concordar com o Presidente Fernando Santana, que tudo isso que você colocou: a boa vontade mercadológica internacional, nacional, se nós trouxemos aqui para o Ceará com essa Companhia que tá aí nada vai dar certo. Ou se entra uma companhia aqui com a visão de futuro, preparando um leilão, discutindo o que está para acontecer por esses 30 anos, posso colocar assim, de crescimento, mas com a visão da ENEL de arrecadar, levar o dinheiro dos cearenses e não ser parceiro paralelo nem do Governo do Estado, nem do setor produtivo, nem dos investidores de Bolsa de Valores que querem investir no Ceará, com essa Companhia, eu quero dizer aos meus amigos cearenses com muita humildade, até porque é o meu estilo, eu sou muito direto, nós não vamos para canto nenhum enquanto essa Companhia estiver aqui colocando o dedo; o Estado não cresce, o setor produtivo não cresce, o consumidor continuará reclamando, como eu vejo coisas simples que elas poderiam fazer no escritório, com abertura e um aumento de uma equipe para poder melhorar o serviço básico do consumidor, o seu, o meu ou do Deputado Bruno, da Deputada Lia, com essa Companhia eu vou deixar um recado aqui não só para CPI, eu vou deixar para o governador que é a maior autoridade do nosso Estado: Comece a pensar em outra Companhia, governador, porque senão o senhor tá pensando pra energia nada vai andar nesse Estado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO BRUNO PEDROSA (PDT): Estamos encaminhando para o final. Agradecendo a todos os colegas deputado; o Rodrigo vai pegar o voo de volta para São Paulo, acabou de chegar; chegou às duas horas e já tá voltando para São Paulo. A gente agradece, Rodrigo, profundamente, pela sua atenção a esta CPI, a esta Casa Legislativa. Agradecendo ao Deputado Felipe Mota, Deputada Lia e o Deputado Fernando Santana.

Aproveitando esses agradecimentos, também registrar aqui a presença do Jonas, Presidente da Câmara Setorial e de vários *stakeholders* do setor.

A gente, Rodrigo, aproveitando essa oportunidade, eu acho que você deu uma grande contribuição ao povo cearense. Você deu uma grande contribuição para mostrar à população cearense o que está acontecendo na Geração Distribuída, no setor solar das Energias Renováveis para o Estado do Ceará.

É inadmissível a perda de investimentos que este Estado está tendo, a perda da geração de empregos que este Estado está tendo, por essa relação eu chamaria até de não institucional com a

Concessionária, com a ENEL Ceará. Portanto lhe agradecendo mais uma vez, mostrando as dificuldades. Tenho certeza que o Deputado Fernando Santana ouviu atentamente. Eu gostaria,Deputado Fernando, que nós pudéssemos levar este debate ao governador, ao Poder Executivo, para que a gente possa tomar medidas de fato efetivas para garantir a implementação de Parques de Geração Distribuída no Estado do Ceará.

E por fim, Rodrigo, apenas lhe faça um pedido. Nós recebemos aqui o Presidente da ARCE (Agência Reguladora Cearense do Ceará), o advogado Hélio Winston, e ele foi muitoduro no sentido de que a ARCE hoje não tem autonomia para definir não só fiscalizações, mas as correções das ilegalidades, que são muitas; e sempre batendo na tecla de que algumas decisões que a ARCE tomou, muitas vezes, a ANEEL reformou. Inclusive a ARCE, para o seu conhecimento, o próprio presidente pediu algumas vezes para que o convênio fosse desfeito, pela falta de eficácia nas fiscalizações e na eficácia do poder regulatório.

Portanto, eu acho que sua contribuição pode ser ainda mais importante, extensiva a esse setor, criando essa relação entre ABSOLAR e a Agência Reguladora do Ceará, já que vocês têm essa mesa de diálogo permanente com ANEEL, e que vocês possam de repente contribuir para que o setor da Energia Solar, especificamente a Geração Distribuída, possa ser mais ouvida e possa ter a lei respeitada, que é o que nós deputados estamos aqui, nós estamos aqui para fazer as leis e para fiscalizar que elas sejam cumpridas, esse é nosso papel constitucional. Então eu tenho certeza de que a sociedade civil representada pela ABSOLAR e o setor produtivo pode contribuir muito para que se torne realidade.

Pode concluir, Rodrigo.

SR. RODRIGO SAUAIA (ABSOLAR): Primeiro, eu queria agradecer e já dizer que ABSOLAR está à inteira disposição para um diálogo mais próximo da Agência Regulatória do Estado do Ceará. Queria agradecer ao Deputado Bruno Pedroso que presidiu aqui a Mesa dos trabalhos de hoje, da Comissão Parlamentar; agradecer ao Deputado Fernando Santana pela oportunidade, a todos que puderam aqui fazer perguntas, todas as deputadas e deputados que puderam fazer perguntas, todas muito pertinentes. Me desculpassese porventura não tenha conseguido responder com precisão ou com profundidade tudo que os deputados talvez pudessem querer, mas eu dei o meu melhor aqui, e nós trouxemos os dados também do mercado de setor; agradecer de novo, porque só foi possível para ABSOLAR compilar esses dados porque nós recebemos as informações voluntariamente das empresas, agradecer a elas. E deixar a gente à inteira disposição de vocês para poder apoiá-los.

Nós temos aqui no Estado do Ceará, com muito orgulho, um Coordenador Estadual que nos apoia e nos permite fazer um trabalho de alta qualidade, que é o Jonas Becker, está aqui conosco também, então, além de tudo, nos apoiando no dia a dia, e agradeço ao Jonas por isso. Portanto nós poderemos dialogar no dia a dia tranquilamente, tanto com a Agência Regulatória quanto com a Casa, com a Assembleia Legislativa sempre que necessário.

Eu vou ter que pegar o voo para não perder, mas nós estamos presentes e falamos o sotaque do Ceará, eu não, mas o Jonas, com certeza sim. Estamos aqui para aprender porque vocês que estão no dia a dia, e os empresários que estão no dia a dia aqui no Estado é que sabem dos desafios locais. Nós trazemos isso para o ambiente federal; muitas das considerações aqui feitas podem constar nas próximas reuniões que nós teremos com Agência Nacional também, mas e os convidaria, acho que seria muito importante que a Assembleia Legislativa e a Comissão Parlamentar especificamente pudesse ir à Agência Regulatória, pudesse conversar com Agência Regulatória e talvez trazer o resultado do Relatório final à Agência Regulatória para mobilizá-la em relação ao tema também. Obrigado, mais uma vez. Fico à disposição. (aplausos)

SR. PRESIDENTE DEPUTADO BRUNO PEDROSA (PDT): A gente agradece. Com a palavra o Deputado Fernando.

SR. DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Agradecer também ao Rodrigo não só pela explicação, mas como disso o Deputado Bruno, ele dá uma grande contribuição aqui a nós cearenses para entendermos o presente e partindo para o futuro, que tá todo mundo, Deputado Felipe Mota, preocupado do ponto de vista positivo do potencial do Ceará das Energias Renováveis e o que a Concessionária pode atrapalhar nessa relação. E um pouco da sua explicação aqui, o que eu particularmente entendi, é que já está atrapalhando e poderá atrapalhar muito mais o que vem aí, o desenvolvimento, o desenrolar pela frente.

Nós já temos uma reunião com a Agência, com ANEEL, no dia 7 agora de Novembro, é nós vamos já colocar o que tem colhido até aqui, que nós ainda vamos finalizar a Comissão Parlamentar e o Relatório Final, mas mesmo nesse passo a passo, nós já vamos colocar agora no dia 7 de Novembro, e vamos colocar também aqui a sua fala e o que nós estamos colhendo.

Dizer que a ENEL, costumeiramente vem desrespeitando aqui não só o Parlamento, mas o povo cearense. Todo Ofício que a gente envia pra ENEL aqui pedindo as explicaçõesela demora pra fazer. Inclusive ela pediu representante hoje para pedir mais detalhes para que ela possa responder. O detalhe está lá, é o Ofício solicitando. AENEL tem que se ater ao Ofício e responder ou não. Por isso que essa

Comissão Parlamentar de Inquéritoé importante, porque o que a ENEL tem feito aqui no Ceará é brincado com o povo do Estado do Ceará; é brincado com o desenvolvimento; desrespeitado desse Parlamento, e nós não podemos aceitar isso.

Eu repito o que eu falei no começo: Eu não tenho nada contra ninguém da ENEL, mas toda, Deputado Guilherme Sampaio, toda incursão nossa com a ENEL a devolutiva foi desrespeitosa. Nunca a ENEL veio aqui, nesse Parlamento, apresentar um Plano de Melhoria da Prestação de Serviço. Ela nunca veio aqui nem explicar a cobrança de tarifa da noite para o dia, uma das maiores do país.

Então, assim, eu ouvi aqui atentamente o que o Deputado Felipe Mota falou e é a nossa preocupação mesmo, tanto do Governador Elmano, Senador Cid que está emplacando essa luta lá em Brasília, o Ministro Camilo Santana, ex-governador desse Estado, nós temos que pedir o apoio do Presidente Lula, a nossa preocupação... o Haddad, nosso Ministro Haddad que tá lá brigando. A nossa grande preocupação aqui é com o desenvolvimento do Estado do Ceará, e a única que pode atrapalhar isso hoje, nesse momento, é a empresa ENEL, aqui, no Estado. E ela tem milhões. Se ela quiser mudar o formato dela trabalhar da noite para o dia ela tem condição, é só ela pegar os milhões que ela tá levando do povo cearense, suado, trabalhado, e investir na manutenção, investir na extensão de Rede, que ela melhora o serviço do Estado do Ceará. Mas ela não faz, porque ela só quer levar do povo cearense o lucro. Só quer levar o dinheiro.

O CIE, lá na Itália, eu costumo dizer que talvez ele não conheça nem o Ceará, mas todo mês, eu tenho certeza, para mim eu tô vendo, o CIElá não sabe onde fica o Ceará, com um computador olhando o lucro entrare dizendo: Aqui o lucro está entrando. Esse Estado é importante, dá lucro. Mas de lá para cá a devolutiva é desrespeitosa, falta de manutenção.

O Prefeito de Campo Sales estava aqui agora há pouco. Há dias que a cidade fica às escuras, há dias, há dias, e há dias que ele tenta um contato; fica às escuras há dias; aqui os vídeos; a população, a cidade toda. Não tô falando de um bairro não, e há dias que ele tenta um contato com a empresa ENEL e ele não conseguiu. Aí ele veio me pedir hoje aqui:*Deputado Fernando, faça um contato com a empresa ENEL.* Eu disse:Olha, eu acho que você veio pedir para a pessoa errada. Eu devo ser peça não grata lá na ENEL, porque todo dia, todo santo dia que eu puder, que eu pegar no microfone eu falo nesta Casa e ao povo cearense...Não tome conhecimento não, porque o povo sabe mais do que eu o que tá acontecendo, porque o povo está sofrendo lá na ponta, é o povo que está sofrendo.

Toda localidade aqui que você vai, toda cidade, todo bairro, todo sítio, todo distrito, toda localidade sofre com essa empresa ENEL, nem contato nós conseguimos com ela para prestar o serviço

ou resolver o problema ou vir aqui dar explicações. Ela começou a investir aqui, hoje, na publicidade que investiu cinco bilhões. Eu já procurei aqui, eu já li, talvez eu não esteja mais sabendo ler eu vou aprender, reaprender, para eu decifrar onde é. Bilhões! Cinco bilhões. Eu queria só saber aonde foi que ela investiu esses cinco bilhões.

Eu queria só que a ENEL...eu até peço aqui, é um Requerimento meu, para ela explicar aonde foram esses cinco bilhões. Eu quero a explicação da ENEL aqui. Hoje em forma de documento, e logo mais, na oitiva que nós vamos convocar a ENEL aqui, quero que ela explique esse cinco bilhões aonde foi que ela investiu, e mostre aonde foi que isso aqui melhorou a vida de alguém no Estado do Ceará.

Hoje essa oitiva que nós tivemos aquifala extremamente sobre desenvolvimento, geração de emprego, de renda e economia, e o potencial do Estado do Ceará se não for o melhor do Brasil ele é um dos melhores do País, e por conta da ENEL pode ficar o pior!

Muito obrigado, Rodrigo, e qualquer coisa nós vamos lhe chamar mais algumas vezes aqui até o término dessa CPI, para que você possa nos ajudar a resolver esse problema, para que a CPI possa contribuir também com vocês naquilo que diga respeito ao desenvolvimento do Estado do Ceará.

Passo aqui ao Presidente da nossa sessão de hoje, Deputado Bruno Pedrosa, a quem eu quero agradecer.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO BRUNO PEDROSA (PDT): Eu é que agradeço a gentileza do Deputado Fernando de Santana por permitir que o presidisse a reunião de hoje. Só uma informação adicional para lhe liberar, Rodrigo. Aqui nós tivemos uma Comissão Especial que durou alguns meses, seis meses ou mais, onde foi preparado um Relatório, e ao final enviado para a ANEEL pedindo, devido a tanto descalabros, a Caducidade do Contrato. E a ANEEL não corroborou, não aprovou essa Caducidade e está municiando também os trabalhos dessa CPI.

No mais, agradecer o Deputado Felipe Mota, Deputado Guilherme Sampaio, Deputada Lia Gomes, Deputado Fernando Santana, e mais uma vez ao nosso amigo Presidente da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaico, Dr. Rodrigo Sauaia, o nosso muito obrigado.

Declaramosencerrada essa presente reunião. Muito obrigado.

ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CPI (COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO) RELATIVA À ENEL, REALIZADA NO COMPLEXO DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, EM 26 DE OUTUBRO DE 2023.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Boa tarde a todas e a todos. Gostaria de desejar uma boa tarde a quem está presente, agradecendo a presença; Agradecendo a quem tá em casa nos assistindo através da TV Assembleia, ouvindo através da Rádio FM Assembleia e da vinculadas; e agradecer a quem transmite e leva a informação a quem tá em casa.

Nós vamos dar início a nossa 3ª Reunião Extraordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga a ENEL, que tem a concessão pública de distribuir a energia aqui no Estado do Ceará.

Eu gostaria de saudar aqui o Deputado Bruno Pedrosa, Deputado Guilherme Sampaio; pela plataforma virtual a Deputada Gabriela Aguiar; saudar de maneira muito especial o Excelentíssimo Senhor Doutor Hugo Vasconcelos Xerez, Secretário Executivo do DECON, a quem eu quero agradecer a presença. No decorrer da reunião falarei mais um pouco sobre a figura do Dr. Hugo que já o conheço, nessa luta mesmo aqui de investigar, de buscar melhorias, e esse é o nosso intuito, para que essa empresa pudesse melhorar os seus serviços aqui no Estado do Ceará. Então Dr. Hugo, muito obrigado pela sua presença.

Nós temos a Ata da nossa reunião anterior. A Ata já está disponibilizada no nosso grupo, da Comissão Parlamentar de Inquérito. Eu pergunto aos deputados presentes se eu posso considerar a Ata como lida, para que a gente possa fazer a votação pela aprovação. Posso? Então, colocar a Ata em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. As senhoras deputadas e os deputados que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovada a Ata que já se encontra no nosso grupo da Comissão Parlamentar de Inquieto.

Expediente: Nada consta.

Ordem do Dia: Oitiva com Excelentíssimo Senhor Dr. Hugo Vasconcelos Xerez, Secretário Executivo do DECON, conforme Requerimento da data de 20/2023, de autoria do Deputado Carmelo Neto, aprovado por unanimidade pelos deputados e deputadas membros da Comissão, na reunião ocorrida no dia 30/8/2023. Essa será a nossa oitiva de hoje, da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Deixando o informe aqui a presença do Dr. Hugo Xerez. Ontem nós recebemos aqui uma oitiva, através do Deputado Bruno Pedrosa que convidou o Presidente da ABSOLAR, que é a Associação

Brasileira de Empresários que trabalham no segmento de energia solar, tendo em vista que o Ceará tem um potencial gigantesco nesse segmento, dessa energia limpa, é assim que nós conhecemos que gera emprego, que gera renda, que gera economia. E ontem, através do nosso através do nosso colega Deputado Bruno Pedrosarecebemos o presidente, e fez uma explanação aqui de pouco mais de duas horas, o que deixou não só esses parlamentares que fazem parte aqui da Comissão Parlamentar de Inquérito estarrecido, mas, também, a quem assistiu e ouviu.

Em alto e bom som o presidente disse, ontem, que o Estado do Ceará está sendo prejudicado pela empresa ENEL, que não está deixando os empresários aqui, no nosso Estado, investirem nesse segmento, abrirem as suas empresas. Isso está gerando uma falta de emprego, de mais de cinco mil postos de emprego, mais de dois bilhões de reais não estão entrando aqui na economia do Estado do Ceará por falta de descumprimento de prazo, de não aprovação dos projetos, enfim, um descaso que a empresa ENEL tem promovido com segmento de energia solar.

Antes de passar ao Dr. Hugo Xerez, pergunto ao Deputado Bruno se ele quer fazer alguma observação sobre a nossa reunião de ontem. Deputado Bruno.

SR. DEPUTADO BRUNO PEDROSA (PDT): Obrigado, deputado. Boa tarde a todos. Dr. Hugo Vasconcelos, a gente agradece a presença do senhor. Era só para complementar aqui o Deputado Fernando, Dr. Hugo, que eu achei relevante, ele se antecipou a mim, mas apenas eu queria que fosse do seu conhecimento, com certeza o senhor já tá profundamente conhecedor do tema, mas eu estou presidindo a Frente Parlamentar das Energias Renováveis aqui, na Assembleia, e a gente já vem acompanhando há quase dois anos todos esses investimentos que estão sendo feito no nosso Estado, tanto aquelas grandes usinas como usinas de pequeno e médio porte, que a gente chama de *Microgeração e Minigeração.* A Micro é muito aquela em cima do telhado, e a Minigeraçãoé aquela de até 5 megawatts, mas que não é pequeno porque 5 megawatts representa o investimento de vinte milhões de reais, mas isso no sentido da Geração Distribuída, aonde é que a gente quer chegar?

Quando essas usinas vêm se instalar do no interior do Ceará, para elas conectarem essa usina à Rede de Distribuição elas precisam requerer um Parecer de Acesso, que é disponibilizado, através dos estudos técnicos, pela ENEL. Uma relação da mesma forma que aquelas grandes usinastêm de pedir uma outorga para a CHESF ou para proprietária daquelas Linhas de Transmissão de alta tensão 230kv, 500kv.

Então o que é que acontece? A ENEL não está permitindo, de forma ilegal, não só descobrindo os prazos, mas também as alternativas, já que ela é obrigada a apresentar cinco alternativas de solução

para àquela conexão, ela não apresenta essas soluções, essas alternativas, ou seja, eivada de legalidades. Mas, por fim, o que interessa mesmo para a população é que, ao cabo disso, não dá o Parecer de Acesso a essas usinas, e quando ela emite esse documento...antes do Parecer de Acesso ela emite um chamado Orçamento de Conexão. Orçamento de Conexão diz assim: *Tudo bem, a gente dá acesso a você, mas você vai ter que fazer investimentos na ordem de cem milhões de reais, cento e vinte mil reais*;o que inviabiliza todos os investimentos no Estado.

Então, ontem nós tivemos um Relatório da maior Associação de empresas de energia solar, são mais de 800, ele veio de São Paulo apresentar o relatório, e todos nós ficamos estarrecidos, foram dois bilhões de reais que estão deixando de ser colocados na nossa economia.

Apenas complementando o Deputado Fernando, mas eu queria dar ciência ao senhor e mostrar da nossa indignação com esse cenário da energia renovável no Ceará.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Obrigado, Deputado Bruno.Essa foi a nossa oitiva de ontem, Dr. Xerez, nós já tivemos aqui uma oitiva com a ARCE, Agência Reguladora do Estado do Ceará, que também deixou claro aqui para todas as deputadas e deputados dessa Comissão que eles não conseguem fazer o trabalho de fiscalizar, de punir a ENEL porque a Agência Nacional passa a mão, ou seja, tira a autonomia total da ARCE, inclusive eles já tentaram desfazer desse convênio várias vezes, pois para eles não é nem interessante ter um convênio que eles não tenham autonomia para fazer o seu trabalho, foi parte também da oitiva deles aqui conosco.

Já recebemos aqui uma espécie de Conselho que eles tem,Vinícius, dos Consumidores, o Conerge, e eles foram também, assim, taxativos, em dizer a falta desrespeitosa com qual a empresa tem tratado o consumidor no Estado do Ceará, não só com o não cumprimento dos prazos, mas no aumento da tarifa de forma abusiva sem que o consumidor tome conhecimento desse aumento, com cortes indevidos. E aí vai, e eu acho que é um pouco do que o senhor tem escutado aí no DECON.

O PROCON da Assembleia, o Manuel tá lembrando aqui muito bem, o nosso Secretário na Comissão, que também nesse mesmo sentido da reclamação do consumidor nos repassou aqui. Enfim, cada momento, para eu poder encerrar, passar aqui para o Deputado Guilherme e passar para o senhor, eu posso dizer para o senhor que a cada momento que nós nos aprofundamos mais no estudo dessa Comissão, na investigação, cada dia que passa é reiterado o assunto, o assunto não é mais novidade pra ninguém, mas sempre nós temos uma notícia nova, que de forma negativa nos coloca a entender que essa empresa desrespeita ao povo cearense.

Por que eu digo desrespeita? Porque ela ganha muito dinheiro do povo do Estado do Ceará; devolve um serviço de péssima qualidade; devolve falta de respeito, porque quando ela não tem um canal direto de contato com a população, nem de receber a reclamação e muito menos de tentar solução do problema, é um desrespeito à população. E tudo isso, quanto mais nos aprofundamos, pior fica a imagem da empresa perante a Comissão Parlamentar de Inquérito desta Casa.

E para finalizar, dizer ao senhor que passamos 24 meses nesta Casa debatendo o assunto; estivemos em alguns momentos no Ministério Público com a presença do senhor, com a presença Dr. Manoel Pinheiro; fizemos um trabalho de estudo aqui na Casa do Contrato de Concessão com a ENEL,e eu presidia àquela Comissão, o Relator foi o Deputado Guilherme; apresentamos o Relatório final praticamente ao mesmo momento em que o Ministério Público apresentou o seu Relatório também do trabalho que fizeram lá; levei o Relatório do Ministério Público e o Relatório da Assembleia até a Agência Nacional, tivemos uma reunião com o presidente lá da Agência, da ANEEL, o Dr. Sandoval, que nos recebeu.

Na apresentação dos Relatórios do Ministério Público que eu levei, tomei a liberdade de levar, até porque é público, quanto ao nosso, o da Assembleia, nós apresentamos alguns pedidos, dentre eles, a Caducidade do Contrato previsto em Lei, diante de todoarrazoado que a gente tinha colhido. E a Agência Nacional demorou um pouco a nos dar uma resposta, e depois nos deu uma resposta com apenas uma folha dessa aqui, a resposta, mostrando que, - e aí me perdoe se eu não encontro uma palavra bonita pra colocar o que quero colocar, - mas a Agência Nacional mais está parecendo um puxadinho para defender a ENEL do que defender o consumidor.

Eu acho que, talvez, quem esteja nos assistindo não esteja entendendo o que eu quero dizer. Eu quero dizer que a Concessão que a ENEL tem é pública, e por si só ela deve satisfação à população.

A Concessão que a ENEL tem, dada pelo leilão lá de 1998, todas as cláusulas que tem aliforam apresentadas pela Agência Nacional, a ANEEL, e ela tem responsabilidade sobre este caso, e ela tem também que dar satisfação à população. E isso não tem acontecido a contento. Por isso que nós criamos a Comissão Parlamentar de Inquérito, agora sim, com o direito de investigar, de apurar e de pedir punição a quem é de direito.

Então, sem mais delongas, agradecer... foram ouvidos aqui também, o Manoel estava lembrando aqui, nós ouvimos a Aprece (Associação dos Prefeitos do Estado do Ceará), o presidente veio aqui passar a indignação dos prefeitos das 184 Prefeituras do Estado do Ceará, que não conseguem entregar

uma obra no prazo preciso à população porque a ANEEL não cumpre um prazo estabelecido de ligar a energia, de fazer uma extensão de rede ou algum tipo de manutenção necessária para tal.

Escutamos aqui também o Sindeletro (Sindicato dos Eletricitários do Estado do Ceará) também. O Sindeletro foi até mais grave, ele foi para além do que tem acontecido com o consumidor; ele foi também à questão do servidor, do prestador de serviço.

A ENEL, hoje, terceiriza muito o serviço, e por terceirizar o serviço algumas empresas têm dificuldade de receber o recurso da ENEL e repassar para o servidor. Nós temos agora mais de 1.100 pais de família que há três anos espera serem pagos não só os seus direitos trabalhistas, mas também salários que deixaram de ser pagos lá na época; eles ingressaram com Ação na Justiça, ganharam aqui no Estado do Ceará, e a ENEL recorre para onde ela pode recorrer, ganhando tempo, prazo e prejudicando esses pais de família que fizeram manifestação aqui em Fortaleza, na sede da ENEL, fizeram lá no Cariri também na sede da ENEL; as duas sedes que a gente sabe que ela tem: uma aqui em Fortaleza e uma lá no Cariri.

São só alguns informes para o senhor tomar conhecimento, Dr. Xerez. Passo então a palavra ao senhor, agradecendo muito a sua presença nessa tarde, na Comissão Parlamentar de Inquérito.

SR. HUGO VASCONCELOS XEREZ (DECON): Boa tarde, a todas e a todos. Eu queria cumprimentar aos que compõem a Mesa nas pessoas do Deputado Fernando de Santana, com quem eu tive a honra de trabalhar em parceria num Relatório que foi firmado pelo Ministério Público, ano passado, trocamos experiências de ouvir e perceber a dedicação, a disciplina e o amor que o senhor tem por essa causa é algo que enobrece a atividade Parlamentar, enobrece esta Casa, e torna todos nós cearenses mais orgulhosos de tê-lo aqui como representante.

Digo o mesmo em relação aos Deputados Bruno Pedrosa e Guilherme Sampaio, cujas histórias parlamentares se confundem com a defesa dos direitos humanos, dos direitos das minorias, dos direitos dos cidadãos, dos consumidores, enfim, direito de todos os cearenses. É uma honra pra mim, enquanto cidadão, enquanto cearense, nascido e criado nesse Estado poder estar ao lado de vossas excelências aqui nesse momento.

Queria cumprimentar também as deputadas que nos acompanham pela plataforma, Deputada Gabriela Aguiar e a Deputada Lia Gomes, é também uma satisfação tê-las aqui nesse momento.

Para mim enquanto cidadão, antes de secretário de um órgão de Defesa do Consumidor, é uma alegria estar aqui, porque compartilho da ideia de que o Poder Legislativo é verdadeiramente a Casa do

Povo, é o espaço mais legítimo e democrático que o cearense, o sertanejo, o povo tem de se ver representado e de ver as suas demandas serem ouvidas.

Todos aqueles que nos antecederam e conceberam o Estado,a figura estatal nos moldes que ele é hoje, acertaram quando disseram que o Poder Legislativo é sim o mais importante, com todo respeito aos demais, mas é o mais importante dentre todos os poderes de uma nação, porque aqui o povo é verdadeiramente representado; o seu acesso é livre e franqueado, e a democracia em que vivemos o Poder Legislativo vem se afirmando como o mais legítimo, o mais ciente, consciente e sensível às demandas da população.

Eu vou passar direto ao motivo que nos trouxe hoje, infelizmente é um motivo de muita tristeza para todos nós cearense. Eu enquanto dirigente de um órgão de Defesa do Consumidor, vou completar agora, no dia 1º de dezembro, três anos à frente do DECON, eu tenho visto a atuação de uma empresa completamente insensível e refratária às demandas que nós cearenses temos na área do serviço de energia elétrica.

Eu vou passar dados pra vocês, aos presentes e àqueles que nos acompanham, de tudo que apuramos ao longo do trabalho da Comissão, e os dados são, pra não dizer outra coisa, estarrecedores. A ENEL é, sem sombra de dúvida, Deputado Fernando Santana, a pior concessionária em todo o Brasil. Não à toa, por onde a ENEL passa ela deixa um rastro de tristeza, de mau serviço, e quando ela vai, eu garanto, não há saudade, não há nostalgia por parte dos moradores daquele Estado. É assim em Goiás, está sendo assim em outros Estados, e não à toa, por onde ela passa, uma CPI é instaurada no Poder Legislativo para investigar o trabalho, o mau serviço que a ENEL presta para a população de cada Estado da Federação.

Eu trouxe alguns dados para vocês, e vou tentar contextualizar um pouco o que apuramos ao longo do trabalho da Comissão, o que motivou a criação da Comissão, e talvez eu seja um pouco repetitivo para alguns que já conhecem um pouco a história, mas para aqueles que nos acompanham eu acho que essa contextualização é necessária para que nós possamos entender melhor a situação que foi encontrada, a situação que ainda estamos enfrentando e a falta de perspectiva para que essa situação, esse estado de coisas se alterem.

Em abril de 2022, o país vivia e como ainda vive um momento de recessão, tentando se recuperar de uma pandemia que causou uma crise econômica, social e humanitária em todo o mundo, e nós fomos informados de que a ANEEL autorizou um reajuste de 24,85% no valor da energia elétrica. Esse valor, Deputado Guilherme Sampaio, ultrapassa qualquer razoabilidade e qualquer bom senso. Um

país onde nós tínhamos um número alto de desempregado, onde o salário mínimo teve um aumento insignificante; um país onde as pessoas estavam se recuperando de uma pandemia, nós vimos a Agência Nacional de Energia Elétrica autorizar o momento de um ¼ da energia elétrica que nós já pagávamos.

E aqui especificamente com ANEEL eu quero já dizer, e corroborando com as palavras do Deputado Fernando Santana, que o que nós verificamos é a captura, por parte das concessionárias, em relação ao Regulador. O Regulador, hoje, que era para ser um leão, que era para ser um órgão em defesa de nós brasileiros, consumidores na área da energia elétrica, das telecomunicações, da água, enfim, qualquer Agência Reguladora que nós temos hoje era para ser um leão na defesa dos nossos interesses se transformou num gatinho, capturados dos que foram todas as Agências Reguladoras pelas empresas que realizam esse serviço, e vossa excelência bem falou:É um serviço público, é um serviço de natureza pública e pertence a todos nós.

Então, diante desse dado, e foi um dado estarrecedor, porque nada no país subiu 25%, o que justificaria que a energia elétrica, que é um bem fundamental e nós não conseguimos viver sem, aumentaria nesse montante. O Ministério Público do Estado do Ceará criou uma Comissão com a participação de quatro Promotores de Justiça para analisar o Contrato de Concessão, para analisar os índices que a empresa apresentava nos órgãos de Defesa do Consumidor, e como a ENEL se portava em relação às multas que eram praticadas tanto aqui quanto na ANEEL.

Esse trabalho, Deputado Guilherme Sampaio, foi entregue ao Procurador-Geral de Justiça, data em que o Deputado Fernando Santana lá estava acompanhado de outros membros desta Casa, e os dados que nós apresentamos justificou que o DECON apresentasse, impusesse uma multa no valor de três milhões de UFIRs contra a ENEL, que é a maior multa em termos absolutos, em termos gerais de toda a história do Estado do Ceará, o que dá, hoje, o valor de 16 milhões e 476 mil reais. Multa essa que a ENEL não paga. Não paga e não vai pagar. Ela vai espernear de tudo quanto é jeito para não pagar, porque a ausência de sensibilidade, ausência de compromisso e até inclusive eu digo, a ausência de vontade para sentar numa mesa e negociar e dizer: *eu vou fazer isso; eu estou disposta a fazer aquilo*, isso nós não encontramos, infelizmente, na empresa. O que nós encontramos foi uma declaração: *Os investimentos aumentaram; estamos aplicando mais recursos; estamos fazendo isso, estamos fazendo aquilo,* mas a sensação do consumidor cearensesó piora todos os dias.

Eu fui entrando na Casa, e um consumidor me falou que houve uma oscilação de energia na casa dele, esse final de semana, eperdeu liquidificador, freezer, geladeira e micro-ondas, numa tacada só, no momento só. Infelizmente isso não é algo inusitado ou insólito, isso acontece diariamente em todos os

bairros de Fortaleza, sobretudo os bairros mais carentes, nas mais longes periferias, porque falta de fato investimento por parte da empresa nessas áreas.

Mas dando continuidade à apresentação que está à disposição pra todos que aqui acompanham, nós também ingressamos com a Ação Civil Pública que pede danos morais coletivos no valor em torno de quarenta e cinco milhões de reais a ser revertidos à população cearense, pelos prejuízos causados pelo mau serviço, pelo péssimo serviço prestado pela ENEL aqui no Estado do Ceará.

Continuando, deputado, eu ainda vou trazer dados mais claros, nós temos entre os anos de maio de 2007 e maio de 2022, no DECON, no único órgão situado ali na Rua Barão de Aratanha, nós temos 14.836 registros de reclamações. O que é importante nós dizermos é que alguém pode pensar e dizer: *Mas esse número é pequeno; não, esse número não é pequeno*, porque aí está o número de demandas quea ENEL não resolveu, porque as que ela resolve nós não contabilizamos. Então, por exemplo, se o senhor tem um corte que foi feito indevidamente, e o senhor procurar o DECON, a gente entra em contato com a ENEL, se a ENEL resolver, esse registro não é computado, deveria ser, mas não é computado.Então nós temos noção, quando vemos os dados, como o serviço da ENEL é de péssima qualidade.

E uma coisa que chama atenção é como a curva é extremamente ascendente, chegando aos anos de 2019 aumentarem, consideravelmente, o número de reclamações contra a empresa.

Continuando na análise, Deputado Fernando Santana, alguém pode dizer: *Sim, mas nos anos anteriores esse número diminuiu.* Mas nós tivemos anos de pandemia, em que as pessoas não puderam sair de casa; as pessoas ficaram mais tempo em casa; ouve o período,o subsídio que houve com relação ao pagamento da energia elétrica. Então tudo isso fez com que o número diminuísse. Mas nós que vivenciamos o órgão sabemos que o número é exponencial, e a cada dia as mesmas demandasse reclamam, se repetem todos os dias.

Eu tive a oportunidade de conversar com a presidente da empresa, na semana passada, eu disse: *Eu sou conhecedor dos meus direitos, e vocês não conseguem atender a minha demanda. Tem mês que a ENEL manda fatura pra mim e tem mês que a ENEL não manda.E eu tenho de correr atrás para saber se eu tenho ou não tenho que pagar; se paguei certo; se tem vencimento e se não tem.* E é algo que eles não respondem, eles não exemplificam e não solucionam. Isso acontece comigo, imagina com quantos e quantos cearenses issose repete, ocasionando, muitas vezes, corte indevido de energia para esse consumidores.

Mas à frente, deputado, eu trouxe aqui e deixo à disposição de vossas excelências, que a partir do ano de 2016, no período que ocorreu a transição da Coelce para a ENEL, a situação da empresa se agravou profundamente, sendo ela, hoje, a mais reclamada em todo o Estado do Ceará.

Eu sei que tem um argumento, deputado, que é dito assim:*Nós somos a empresa com maior capilaridade no Estado do Ceará, então, é natural que eu tenha o maior número de reclamações.* Aí eu troquei: *Isso é uma meia verdade, porque em 2010 vocês também eram a empresa com maior capilaridade no Estado do Ceará e vocês não eram mais reclamada. O que é que justifica que em 2010 esse estado de coisas existisse e vocês não eram a mais reclamada e hoje vocês são disparada a mais reclamada?*

Nós temos um atendente da ENEL que trabalha diretamente no DECON, essa senhoratrabalha incessantemente para atender as mesmas demandas todos os dias: Fatura duplicada; corte indevido; consumo abusivo, e é impressionante. Nós conversamos com a empresa e a empresa não nos traz as respostas que nós, enquanto órgão do Consumidor, esperamos - Órgão de Proteção e Defesa do Consumidor. Então, nos últimos anos houve uma pequena diminuição no número de reclamações, mas isso não impede de nós dizermos ainda, e os dados que eu mostrarei à frente da ANEEL são claros nesse sentido, de que a empresa é de fato uma empresa que no Estado do Ceará presta um serviço, como eu falei, sou repetitivo nisso, de péssima qualidade, deputados.

Se nós continuarmos aqui com a análise dos documentos, nós vamos ver que esse número de reclamaçõesnão contemplam todas as outras reclamações que foram feitas em Juazeiro do Norte, em Sobral, em Maracanaú, no PROCON aqui da Assembleia, no PROCON Fortaleza, no PROCON Maracanaú, enfim, em todos os demais órgãos de Defesa do Consumidor que tem no Estado do Ceará. Esses números que eu trago são apenas do DECON, daquele prédio pequeno, de três andares, e fica ali na Rua Barão de Aratanha, e serve aos consumidores cearenses, e sabe que a maioria dos consumidores que nos procura trazdemandas e queixas contra a ENEL.

Uma coisa interessante também, existe uma plataforma, que é o *consumidor.gov*, é uma plataforma de acesso público, e todos nós podemos ir lá e fazer uma reclamação. Nós fizemos uma análise, deputados, das demandas que foram apresentadas nessa plataforma, de janeiro a junho de 2022. A ENEL tinha 962 reclamações; algum consumidor foi lá e colocou a reclamação que tinha contra a ENEL. Eu achei um número pequeno. Nós também sabemosque o brasileiro não é dado a reclamar e ter a iniciativa de ir questionar os seus direitos, ainda é uma cultura que nós precisamos alimentar mais. Mas aí nós da Comissão fizemos um exercício. Vamos analisar os outros Estados. E aí nós pegamos os

Estados de Pernambuco, da Paraíba, de Sergipe e de Alagoas e também do Rio Grande do Norte. O Estado do Ceará, vossas excelências sabem mais do que eu, deve ter em torno de oito milhões de habitantes, eu imagino, é algum número parecido com isso, essa somatória de todos esses Estados, da população desses cinco Estados dá 23 milhões de pessoas.

Deputado Guilherme Sampaio, no mesmo período, esses cinco Estados tinha 90 reclamações a menos do que a ENEL. Se nós somarmos o número de reclamações da Paraíba, de Sergipe, do Rio Grande do Norte, de Pernambuco e Alagoas, o número é 90 vezes menor do que só o Estado do Ceará. Como é que uma empresa que presta serviço para oito milhões de pessoas tem um número de reclamações que supera o somatório de cinco empresas que trabalham para mais de 23 milhões de pessoas? Isso é um número catastrófico e ninguém na empresa consegue nos explicar. O que eles dizem é: *Estamos melhorando; os números estão caindo; os números não são mais os mesmos*. Mas o que nós detectamos quando analisamos os dados é estarrecedor. Era para ser o contrário. Eles deviam ter três vezes mais o número de demandas que tem contra a ENEL, mas não, a ENEL supera em todos os dados.

Se nós pegarmos índices que são apresentados pela satisfação dos consumidores, e esses índices são colhidos da internet, nós vemos que a nota que o consumidor dá no ano de 2003 à ENELé de 2.5, numa escala de 1 a 5. Ou seja, a ENEL seria, na escala de zero a 10uma empresa 5, e ela demanda 7,1 dias para responder uma demanda numa plataforma que é de acesso público aos consumidores. Então, se eu apresento uma demanda hoje, ela demora 7 dias para me dar uma resposta. O que são7 dias com a energia cortada? O que são 7 dias com um filho que não está comendo, bebendo uma água gelada, não está podendo ferver um leite, um café! Nós não temos noção do que isso causa para a cidadania e para a dignidade dessas pessoas. Energia elétrica é um bem fundamental e não pode ser colocado na mão de pessoas incompetentes e que não tem compromisso com a população. Infelizmente é a realidade que os dados do DECON evidenciam claramente para todos nós. E o que é pior, se esses dados replicassem, fossem repercutidos em outros Estados, nós poderíamos cruzar os braços e dizer: *Infelizmente é a nossa realidade.*

O que nós detectamos é que Estados da Federação com a mesma realidade que nós temos, uma realidade de pobreza, de carência tem dados índices muito melhores do que nós. E isso é que nos torna ainda menos dignos e mais entristecidos com essa realidade.

Eu continuo, Deputado Bruno, com os dados da ANEEL, porque apesar das críticas que nós podemos ter em relação ao trabalho da ANEEL, ela é aparentemente uma empresa transparente, no sentido de que você pode de fato chegar até ela e expor a demanda que você tem contra a concessionária

de energia elétrica. E nós sabemos que de 2010 a 2022 um milhão e quatrocentos mil reclamações foram feitas na ENEL junto ao site da ANEEL. É um número que você fica imaginando o que mais precisa acontecer, deputados? O que mais precisa acontecer para que nós, de fato, tenhamos uma alteração desse cenário?

Só no ano de 2019 nós tivemos 257 mil reclamações. Em 2019 já é muito porque são 257 mil; no ano de 2020 nós tivemos 334 mil reclamações, e a empresa, infelizmente, nos apresenta uma retórica sempre vazia, uma retórica simplória: *Estamos nos esforçando, estamos trabalhando...*Mas quem está na ponta, quem atende o consumidor e vossas excelências nas bases eleitorais, onde vossas excelências estão, sentem na pele o que é o prejuízo que um serviço de energia elétrica mal executado causa a nossa população.

Se nós seguirmos em relação a outras questões, nós vamos chegar a dados que são compilados pela própria ANEELcom referência àquilo que as próprias empresas apresentam. E aí existem dois índices, Deputado Guilherme Sampaio e Deputado Bruno Pedrosa, que são o DER (Duração Equivalente de Reclamação) e o FER (Frequência Equivalente de Reclamação).

O que são esses índices? E aí a gente foi tentar entender o que eles são.

O DER fala sobre a Duração Equivalente de Reclamação, ou seja, quando a energia cai quanto tempo ela demora pra ser restabelecida.

O FER é a Frequência Equivalente de Reclamação. De quanto em quanto tempo a energia cai na nossa residência.

Com base nos dados apresentados pelas próprias Concessionárias, a ENEL faz um ranking das empresas. Ela divide esse ranking em empresas de grande porte, empresas de pequeno porte, e ela elabora um ranking anual, para que nós cidadãos saibamos em que posição, em que patamar a empresa Concessionária de energia elétrica do nosso Estado se encontra.

E pasmem vossas excelências, que no ano de 2010, o DER, ou seja, a Duração Equivalente da Reclamação, ou seja, a duração em que a energia era cortada. A ENEL tinha um número de 6,04; quanto menor o número melhor a execução do serviço pela Concessionária.

Em 2021, Deputado Guilherme, pulou de 6,04, de 2010, para 292, em 2021. Eu não sei nem quanto isso em matemática seria:dez vezes mais? Vinte vezes mais? Trinta vezes mais? Eu não sei, porque o número é assustador. Como é que uma Concessionária tinha um índice 6,04, em 2010, e em 2021, o mesmo índice, ela registra 292? O que revela a morosidade e a incapacidade da empresa de dar solução ao retorno, ao restabelecimento da energia que é cortada, que é suspensa nas nossas residências.

Esse número, para mim, grita de uma forma que é indiscutível. Eu queria ouvir alguém da empresa me dizer: *Hugo, em 2010 era assim; em 2021 é esse, mas o motivo é esse.* Eles não dão; simplesmente se calam diante dos números. E vem, como eu falo, com a mesma retórica, com a mesma discussão:*Estamos melhorando, estamos aprimorando,* mas na ponta, no consumidor, no cearense, no sertanejo, essa melhora não é sentida.

Eu trago outros dados, Excelências, e podem mostrar pra vocês. Eu falei agora hápouco que é feito um ranking das empresas. A ANEEL recolhe os dados que todas as empresas encaminham e ela estabelece um ranking.

Em 2020, pelo índice do FER - Frequência Equivalente de Reclamação, a ENEL ficou na última posição entre todas as concessionárias de grande porte desse país, a última. Eles alagam que,*na verdade esse ranking é um pouco falacioso porque a ENEL é melhor do que a do outro Estado e de outra região;* porque na verdade a ENEL está concorrendo com ela mesma. Então se a ENEL tem um índice tal e se ela não atingiu, não quer dizer que ela seja pior do que a outra. Eu disse:*Se eu sou um aluno e tenho uma obrigação, se a minha nota máxima é 8 e eu tiro 7, a nota máxima do meu colega do lado é 10 e ele tira 8,2, é óbvio que eu posso estabelecer uma relação entre as notas, e dizer quem foi maior, e quem foi melhor e quem foi pior.* E é isso que a ANEEL faz. E é fazendo essa relação entre os dados e as exigências de cada concessionária que ela estabelece que a ENEL é a pior ou figura sempre entre a segunda pior, terceira pior, quarta pior. Quando a ENEL vai muito bem, Deputado Bruno, ela é a quinta pior.Quando ela consegue resolver o máximo de trabalho, consegue entregar o máximo para o cidadão cearense, ela consegue ser a quinta pior. E nós vemos, no mesmo ranking, concessionárias dos nossos irmãosnorte-rio-grandenses, dos nossos irmãos pernambucanos, paraibanos, alagoanos, que as empresas lá conseguem índices muito mais satisfatórios do que a ENEL. Isso é que nos estarrece e nos entristece, e não nos tira a esperança, porque é certo e é convicto de que momentos como esses possam transformar e realidade, deputado.

A gente pode ir pra outro ranking, que é o ranking de Desempenho Global de Continuidade, também apresentado pela ANEEL. Em 2019 ainda ocupava vigésima sexta posição entre as grandes distribuidoras do país. Ela era a quarta pior num grupo de 29. Em 2020, não satisfeita, entendam esse:*não satisfeita* como ironia, ela foi ser a segunda pior empresa do país. E isso vem se repetindo, se repetindo o tempo todo. E como eu disse quando ela vai muito bem ela apresenta o quinto pior índice. Ou seja, com dados apresentados pela própria empresa que são compilados e colecionados pela ANEEL,

é feito esse ranking, e a empresa ENEL não consegue, ela não consegue apresentar índices melhores do que outras empresas que prestam o mesmo serviço em outros Estados da Federação.

O Índice de Satisfação do Consumidor, que é também medido pela ANEEL, Deputado Guilherme Sampaio, a empresa ocupa a pior posição no ranking, com um índice de 61,29. No ano de 2019, a ANEEL publicou esse índice, e a ENEL foi considerada pelo consumidor a pior empresa, entre todas aquelas que foram avaliadas pelos consumidores no país.

Então, assim, se nós conversarmos aqui é um rosário de índices de números, de valores, de métricas que indicam a situação que nós hoje estamos de penosa, de penúria em relação ao serviço de energia elétrica que é efetuado.

Eu desafio, eu convido a qualquer um que tenha qualidades, que tenha atributos, que tenha informações vantajosas a ENEL que venham aqui falar a essa Comissão. Nós não encontramos ninguém. Empresários que chegam lá, Deputado Guilherme Sampaio, que querem inaugurar o seu negócio e não conseguem; e não conseguem. E nós ficamos de mãos atadas porque é uma questão, e o Direito Consumidor nos ensina muito isso: Estamos sempre em desigualdade. Estamos sempre na posição de vulnerabilidade.

Minha amiga Amélia Rocha, que veio aqui esses dias, disse: *Se o Bill Gates vier aqui e tentar tirar o dinheiro de um banco e o dinheiro não cair, naquela hora aliele é um vulnerável, porque naquele momento ali contra o banco ele não tem como reverter essa situação.* E é essa realidade que nós temos. E quando falamos de um serviço como o serviço de energia elétrica, que é um serviço que diz respeito à cidadania, à dignidade, à justiça social, o nosso rigor, a nossa dedicação, a nossa firmeza em relação a ele deve ser ainda maior.

Se nós formos continuar, os números falam, eles gritam. No ano de 2020, em relação ao Índice de Satisfação do Consumidor, a empresa teve uma pequena melhora e essa pequena melhora faz dela a terceira pior do Nordeste. De nove Estados ela consegue ser a sétima colocada. Em 2021 ela retomou a última colocação, com um Índice de 44,61, ou seja, em 2019 ela estava com 61,29; em 2021 ela foi para 44,61.

A sensação que tenho, e falo como sensação, é de que de fato, deputados e aqueles que nos acompanham aqui, falta, de fato, é vontade, é determinação, é disposição em enfrentar o problema, e isso tem causado, como já falei e vossas excelências também falaram, esses enormes e imensuráveis prejuízos a nossa população.

No penúltimo slide, nós temos as multas administrativas que são realizadas pelo DECON. O DECON detém o Poder de Polícia na área de Direito do Consumidor aqui, no Estado do Ceará, por decisão desta Casa, desde o ano de 2002. E aí nós vamos olhar os índices e podemos entender que os índices da ANEEL não são replicados aqui, e o que não detectamos é exatamente o contrário. A cada ano o número aumenta assustadoramente.

Em 2015 foram aplicadas em multas 241 mil reais à ENEL. Se nós tomarmos 2022, 2 milhões 715 mil, aumentoudez vezes em sete anos; porque o número de demandas aumenta; o número de pessoas que nos procuram aumenta, e infelizmente a empresa não é capaz de dar vazão a essas demandas.

E o que é que essas multas querem dizer, Hugo? Essas multas querem dizer que o consumidor procurou o DECON, nós procuramos a funcionária do DECON que lá trabalha conosco para resolver o problema, ela não resolveu. Nós mandamos uma carta para a empresa, para a empresa se defender, ela não resolve o problema; manda representante. Nós realizamos uma audiência, deputado, em que vai um preposto da empresa, e não resolve o problema. A empresa tem três oportunidades para resolver o problema, ela não resolve o problema, ela é multada e muitas vezes não paga. Ela faz da multa, assim, um escárnio. Se nós formos pegar os valores de multas que foram aplicadas e estão à espera de pagamento da ENEL ou na Inscrição da Dívida Ativa que estão em aberto, representa boa parte daquilo que foi aplicado.

Eu não queria me alongar muito, e me coloco à disposição de todos e todas aqui para responder às perguntas. Quero só dizer, como falei no início, por onde a ENEL passa, no Brasil, ela deixa um rastro de mau serviço, de má qualidade do serviço e de indisposição com os consumidores.

No Estado de Goiás discutiu-se a encampação do serviço público. A encampação é o Estado retomar para si a execução do serviço porque a empresa não consegue efetuar o serviço de qualidade. Isso a ENEL saiu do Estado de Goiás, e hoje não presta mais o serviço.

No último slide que eu tenho, existe uma Comissão Parlamentar de Inquérito instaurada esse ano no Estado de São Paulo, para também investigar o serviço da ENEL naquela unidade da Federação.

No Estado do Rio de Janeiro onde a ENEL também ganhou uma vez a Concessão e a execução desse serviço, também já houve uma CPI para investigar o serviço prestado pela concessionária naquele Estado.

Ou seja, nós olhamos o histórico da ENEL no Brasil, não só no Ceará, mas no Brasil, ao longo desses anos, e é um histórico que dá vergonha a qualquer um que analisa a questão e imagina o que é

que tem sido feito para aquela população tão carente, tão necessitada, não só desse serviço, mas fundamentalmente também desse serviço, como eu falei: para exercer a cidadania; para exercer justiça social; desenvolvimento; distribuição de riquezas. É esse o cenário que nós temos no Estado do Ceará.

Eu trouxe aqui, ao longo desses minutos em que falei, não sei se me estendi, não sei se foi repetitivo, mas eu quis trazer um pouco pra vossas excelências e aqueles que aquelas que nos acompanham o estado de coisas no Estado do Ceará que envolve o serviço de energia elétrica. Eu, sinceramente, como cidadão, não vejo a curto prazo sem a participação efetiva e rigorosa do Estado do cearense, por intermédio do Poder Legislativo, do Poder Executivo, do Poder Judiciário, do Ministério Público, numa união e comunhão de forças em resolver e enfrentar essa questão. Nós podemos estar caminhando para uma situação cada vez pior a cada dia.

Câmaras Municipais nos procuram, Associações Rurais nos procuram de cidades do interior com queda de energia; o sertanejo que quer fabricar o seu próprio leite, fabricar seu próprio queijo e não consegue porque não tem energia que sustente esse tipo de atividade. Infelizmente, nós podemos ver essa situação se agravar ainda mais, repito, se nós não tivermos o poder, a capacidade de estimular, de exortar e determinar à ENEL que modifique a sua postura, o serviço que é prestado aqui.

Eu queria encerrar minhas palavras usando aqui uma frase que foi dita pelo Deputado Fernando Santana, e eu me sentia acolhido quando ele falou: *Ou a ENEL muda ou a ENEL se muda do Estado do Ceará.* E é isso que nós pretendemos. É isso que nós aspiramos; que ela mude, que a empresa efetue um serviço de qualidade, que dê ao cidadão cearense, ao sertanejo, a todos nós um serviço que possa nos dar dignidade para que possamos exercer a nossa... fazer funcionar a economia; fazer girar o dinheiro; fazer girar riqueza; movimentar toda a economia do Estado do Ceará, a sociedade, o lazer, enfim, todos os direitos de que dispomos, ou então, se ela não for capaz disso, que de fato ela se mude e outra empresa assuma esse papel e o exerça com qualidade.

Pra finalizar, deputado, eu queria dizer o que eu já disse uma vez a funcionários da ENEL em visitas que eles me fizeram. Eu não duvido da boa-fé e da boa vontade das pessoas que fazem a ENEL, dos servidores que fazem a ENEL no Estado do Ceará. O que eu não sei, Deputado Bruno Pedrosa, Deputado Fernando e Deputado Guilherme Sampaio, é da capacidade que essas pessoas que estão aqui na frente, que vem ao gabinete vossas excelências, que estão aqui de resolver o problema. Uma empresa que é capitaneada, que é propriedade de outra empresa que sequer pôs os pés aqui no Estado e não conhece a nossa realidade, é natural, infelizmente, é natural que isso aconteça.

Eu converso com a presidente, e vejo nela boa vontade, mas eu não sei, sinceramente, se ela tem capacidade, se ela tem a autonomia para poder resolver os problemas. E isso, enquanto cidadão, enquanto diretor de um órgão de Defesa do Consumidor, isso me preocupa ainda mais.

Agradeço muito a oportunidade de vossas excelências; acho que esse é o momento rico para que nós possamos discutir a situação. Espero um dia poder sentar junto com vossas excelências, com a própria ENEL e com outros representantes do setor econômico, do setor civil, para que a gente possa conversar e tentar chegar a um bom termo. Essa é a esperança que eu tenho, e se renova na data de hoje. Muito obrigado pela paciência, pela generosidade de vocês e pela compreensão.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Doutor Hugo, euque agradeço em nome da Comissão Parlamentar de Inquérito. Vamos já abrir aqui para as perguntas e questionamentos. Mas ficamos aqui, eu, particularmente, muito feliz com a sua fala, com as suas explicações.

Eu também quero declarar que concordo com a sua fala, de que acho que tem boa vontade nos dirigentes da ENEL aqui no Estado do Ceará, acho que eles não têm mesmo é autonomia. E eu tenho dito aqui na Tribuna dessa Casa, eu quero repetir aqui agora. Eu creio que lá na Itália, o CIO que está lá na Itália não saiba nem onde é que o Ceará está no mapa, talvez ele não saiba. Mas a tela do computador à frente lá da sua mesa está vendo lucro que o Ceará tem dado à empresa ENEL.

Então se no mundo essa empresa tem tido muito lucro em países que ela trabalha, em Estados que ela trabalha, no Estado do Ceará não tem sido diferente. Ela aumentou a lucratividade dela de 2018 para 2023, assim, absurdamente, do ponto de vista de... era 300 e poucos milhões de reais em 2018, passou para 630 milhões de reais de 2022 para 2023. Então não tenho dúvida que na tela do computador lá do CIO da Itália tem esses dados, tem esses números e sabem da lucratividade que o Ceará tem dado a esta empresa, que aí sim prestam um péssimo serviço e desrespeita o povo cearense quando ela não tem um canal do diálogo; tem outras tantas empresas que são reclamadas. Eu tenho dito isso aqui inúmeras vezes. A empresa Cagece, nós sabemos aqui que recebe muita reclamação. Mas aonde você vai, Deputado Guilherme Sampaio, tem um posto da Cagece para atender a população; tem um servidor para atender a população, para tentar solucionar o problema. Telefone aí pra Cagece agora, vá ali ao Posto da Cagece que tem quem lhe atenda de 8 às 17h; procure isso no interior do Estado do Ceará se a ENEL tem um posto, se a ENEL tem quem atenda; se tem quem dialogue.

Eu nunca vi, nunca vi nos meios de comunicação nenhuma manifestação da ENEL falando sobre o serviço, falando sobre o aumento, explicando. A Comissão Parlamentar de Inquérito já causou um efeito na ENEL, e agora ela está investindo em publicidade. Ontem ela publicou no Diário Oficial que

investiu 5 bilhões de reais na ENEL Ceará. E aí nós aprovamos aqui um Requerimento de minha autoria solicitando aonde foi que ela aplicou esses 5 bilhões de reais. Porque aqui, no nível de insatisfação da população é que não foi. Ela pode ter aplicado, e aí eu não aqui afirmar, eu estou só conjecturando, ela pode ter aplicado para obter lucro, para obter dividendos para ela, mas para satisfação da população não foi. Mas ela já começou até investir agora em publicidade do Estado do Ceará, que ela nunca tinha feito isso. Eu nunca vi a ENEL numa rádio prestando contas do serviço como a Cagecepresta, como outros órgãos presta; eu nunca vi numa TV, eu nunca vi num jornal escrito. Ontem foi a primeira vez que vi, depois que a Comissão Parlamentar de Inquérito foi instaurada e começou o trabalho de reverberar o sentimento da população.

Eu tenho dito aqui que não é uma CPI contra ENEL, é uma CPI é a favor do povo cearense. Eu sou perguntado diariamente qual é o meu objetivo. E o meu objetivo claro é que a ENEL mude! Ela recebe ou retira ou leva, como queira, milhões de reais por ano, e somado alguns anos, bilhões de reais do povo cearense, e devolve isso que já falamos: serviço de má qualidade; desrespeito à população. Eu espero que ela mude. Pegue um pouco desse recurso que ela tem tirado do povo cearense e invista na manutenção, na extensão de rede; faça com que cada cearense tenha acesso à eletricidade; o produtor rural que quer produzir, muitas vezes para se alimentar ou outras vezes para vender o produto e melhorar a condição de vida da sua família, o vizinho tem energia, o vizinho com cinco metros de distância não tem energia. Solicita a energia e eles dão um prazo de três anos para ir lá solucionar o problema. E esse produtor muitas vezes com a condição financeira muito baixa, vende a sua motinha, arranja um dinheiro e consegue fazer por fora, pois nós temos centenas de milhares de denúncias neste sentido.

Eu ouvi pessoas da ENEL dizer: Mas isso não é ilegal. Isso não é ilegal, é imoral!Uma pessoa, não sei se é servidor da terceirizada ou é da ENEL, mas ele vai lá com a fardazinha da ENEL, dizer que *se demoram três anos pela ENEL, faça por fora;pague aí três mil reais, cinco mil reais, que no outro dia tem energia na sua casa.* E aconteceu e eu tenho provas disso que aconteceu centenas de milhares de irmãos nossos cearenses aqui no Estado do Ceará.

Então, assim, são das atitudes mais diversas possíveis de falta de desrespeito à população. E o meu objetivo pessoal em tudo isso é que a ENEL mude ou que ela se mude do Estado do Ceará. E aí se ela se mudar, que ela está anunciando aí, ou pelo menos nós já vimos aí diversos canais aí de publicidades, que ela pode se mudar do Estado do Ceará, vendendo os Ativos por oito bilhões de reais. Mas se uma empresa qualquer que seja, a Equatorial, que é uma das que dizem que pode comprar, se ela

tem condições de comprar os Ativos da ENEL por oito bilhões de reais, pra ela vir para o Ceará para fazer o mesmo, ela não venha não, porque esse Parlamento não vai aceitar. E nós já combinamos aqui uma Comissão de Deputados, nós vamos aqui até o Piauí saber por que lá tem uma CPI contra a Equatorial, e vamos dizer isso pra a Equatorial:-*Olhe, se vocês forem para o Ceará pra fazer o serviço de péssima qualidade como a ENEL tem feito nós não vamos aceitar.*

E aí Dr. Hugo Xerez, para que eu abra para os meus colegas fazerem os questionamentos e as perguntas, eu tenho algumas também para fazer, muito embora eu já esteja muito satisfeito com a sua explicação.

Veja, nós temos uma denúncia, e eu quero aqui externar, e nós não apuramos ainda, nós estamos ouvindo e robustecendo aqui o nosso material, para que a gente possa logo, logo afirmar se é verdadeira ou não a denúncia, de que a ENEL teria comprado aí 700 milhões de reais, salve engano, na denúncia de equipamento de manutenção. E ela estaria vendendo esse equipamento no mercado paralelo, o que ela não estaria mais fazendo a manutenção no Estado do Ceará, e tornando aí um caos na vida de quem precisa dessa manutenção, ou seja, dos irmãos cearenses. E que ela estaria terceirizando com a Equatorial, porque ela não tem mais equipamento de manutenção. O que nos preocupou é que tem muito material da Equatorial aqui no Estado do Ceará, nos apresentado aqui por várias pessoas que agora nós vamos preservar o nome, mas que querem vir aqui é falar; já tem aqui fotos, carros, material, equipamento nesse sentido.

Aí a pergunta fica, das duas uma, que pode está acontecendo: Ou a ENEL realmente vendeu os Ativos para a Equatorial, e ainda não anunciou pra ninguém, ou ela não tem mais equipamento de manutenção e está terceirizando com Equatorial, para que também não pare de tudo a manutenção aqui no Estado do Ceará. Daí, possivelmente, triplicou o seu lucro aqui no Estado do Ceará. Ora, se ela continua cobrando, cobrando caro por um péssimo serviço, se ela não está dando manutenção, ou seja, não está investindo, tudo que entra é só lucro aqui no Estado do Ceará.

Eu tenho dito que o que está péssimo pode ficar ainda pior. Ou a ENEL não mudando, e se mudando e entrando na Equatorial, que pode ser ainda pior do que a ENEL, ou a ENEL continuar no Estado do Ceará e ficar do jeito que está, e a cada dia que passa piorar não só para o consumidor, não só para as prefeituras, não só para o empresário, mas também para aquele empresário que queira vir investir; e o jovem que está nos assistindo, o pai de família que está nos assistindo que carece tanto da geração, da oportunidade de emprego, seja prejudicado também por conta da falta de respeito dessa empresa ENEL com todos nós aqui no Estado do Ceará.

Mas eu passo aos colegas deputados. Inscrito primeiro o Deputado Guilherme Sampaio.

SR. DEPUTADO GUILHERME SAMPAIO (PT): Muito obrigado,deputado Fernando Santana, que tão bem preside os trabalhos dessa comissão. Boa tarde,Deputado Bruno; Boa tarde, Dr. Hugo. Eu reitero os agradecimentos a vossa senhora pela qualificada e contundente apresentação que agrega dados que corroboram com o diagnóstico que vem se consolidando aqui na Assembleia Legislativa, não só no decorrer dos trabalhos dessa CPI, mas também da Comissão Especial que a antecedeu.

Eu queria, antes de colocar algumas questões, senhor presidente, me associar ao comentário feito pelo Dr. Hugo e também a vossa excelência, para fazermos uma distinção, sobretudo porque muitas vezes movidos pela indignação em relação à negligência com que as obrigações assumidas por essa Companhia estão sendo descumpridas em relação ao povo do Estado do Ceará, nós nos referimos a ela à forma como as coisas estão e a distinção entre isso e os seus colaboradores.

Acho que é muito importante ressaltar isso. A Assembleia representa o povo cearense. Essa empresa tem milhares de colaboradores, desde o nível dos trabalhadores lá da ponta até os seus executivos, e não me parece que resida aí, com disse o Dr. Hugo, como disse vossa excelência, a raiz das dificuldades ora enfrentadas. Me parece que isso remete a uma estratégia empresarial de multinacional, que em 2022 era a 110ª maior empresa do mundo, portanto, umaempresa extremamente poderosa, com interesses os mais diversos, inclusive em outras áreas de operação, e que, ao que parece, não tem demonstrado o mínimo de respeito, como já foi dito, nem interesse empresarial nas operações aqui no Estado do Ceará.

Então acho que a contestação que fazemos aqui, as críticas que fazemos, as denúncias que fazemos, é muito que elas sejam contextualizadas nessa distinção, para que nós possamos reconhecer, valorizar e até agradecer os esforços dos trabalhadores e trabalhadoras dessa Companhia e dos seus executivos, que de boa fé dialogam com os diversos órgão do poder público e distingui-los da estratégia empresarial que impõe limites inclusive, talvez a boa vontade de muitos desses servidores e desses colaboradores.

Mas eu gostaria de aproveitar a contundente apresentação feita pelo Dr. Hugo, senhor presidente, para aprofundá-la com alguns questionamentos. Primeiro deles: foi feito aqui um balanço da pesquisa do Estudo feito pelo Ministério Público, e que levou inclusive os promotores a se apropriarem de experiências em outros Estados, experiências com outras empresas distribuidoras e, portanto, isso permite uma visão até mais ampla do que eventual e individualmente nós possamos alcançar aqui.

Em função de todo esse balanço que foi feito, Dr. Hugo, eu vou apresentar aqui três questões. A primeira delas é o seguinte: esse diagnóstico, de alguma forma, transformou-se em denúncia ou algum tipo de provação ao Poder Judiciário até aqui? E se transformou, qual é o estágio atual dessas provocações? Caso não tenha se transformado, o senhor pode comentar a razões pelas quais isso não aconteceu ou a estratégia do Ministério Público ao proteger o direito da sociedade em relação a esse aspecto.

A segunda questão diz respeito a uma denúncia feita ontem pela ABSOLAR. Ao apresentar também aqui as suas críticas, a ABSOLAR nos informava que prazos regulamentados estavam sendo descumpridos por parte da ENEL no que diz respeito às respostas aos consumidores que pretendiam realizar determinados investimentos e que necessitavam da infraestrutura ou de serviços da própria ENEL. A minha pergunta é se esse descumprimento desses prazos, que ao que me parece se referem a Resoluções da ANEEL, se esse descumprimento constituem infrações legais, constituem ilegalidades que possa também ser objetos de demandas judiciais.

A terceira questão, é uma questão que eu acho que eu já estou começando a repetir aqui entre nós. Porque todos aqueles que se debruçam sobre esse impasse, é um impasse, não é um serviço qualquer, é uma imensa infraestrutura que não pode ser trocada de mão sem um custo elevado para a sociedade, nem ser reassumida pelo Estado, nem passado para outra Companhia sem a complexidade de fatores jurídicos, de logística e de gestão, que se não forem muito bem calibradas podem causar prejuízos muitos graves ao povo cearense, - o senhor pode ficar à vontade para responder ou não, porque não cabe ao Ministério Público isso. Mas a partir dessa ampla pesquisa, desse Estudo, o que é que eventualmente o senhor pode entender como alternativa em perspectiva para o Estado do Ceará?

Eu digo isso porque nós vivemos um impasse. A Companhia não parece interessada em dar satisfações que deveria dar, inclusive até em função das obrigações contratuais que assumiu; a Assemblei não trata disso apenas através dessa CPI, já trata há bastante tempo e o diagnóstico é o mesmo, não há retorno; não há respeito por parte da Distribuidora. Vossa senhoria acaba de relatar isso do Ministério Público; esse diagnóstico é comum a outros órgãos de defesa do consumidor. Então nós temos um impasse, cabe ao Estado analisar se há um prazo contratual pra essa Concessão. Há cláusulas inclusive indenizatórias relativas a eventuais investimentos feitos pela Companhia que ainda não tenham sido amortizados. Então é uma série de consequências econômicas, jurídicas para o deslinde desse impasse.

Então se vossa senhoria, ao longo desse tempo, formou algum juízo sore o que poderia ser um caminho para o Estado do Ceará? Porque lamentavelmente, em minha opinião, nós estamos chegando a um estágio em que provocação do Ministério Público não repercute; provocação do Poder Legislativo não repercute; pressões políticas dos órgãos governamentais não repercutem. Daqui a pouco nós vamos ter que comandar, presidente, uma grande mobilização da sociedade cearense, e pode resultar numa grande campanha de comunicação para denúncia pública desse desaforo que está sendo feito com o povo cearense. Será possível que só se a imagem dessa empesa for afetada nesse extremo ela responderá com respeito as suas obrigações contratuais? Será possível que sendo essa empresa ENEL Ceará, que faz parte da ENEL Brasil, que faz parte da América Latina, que faz parte da ENEL SP, será possível que será necessário fazer provocações aos órgãos de controle de mercado de capitais, por exemplo, afetando inevitavelmente a imagem de uma empresa que já prestou serviços muito melhores ao povo cearense, para que ela se mova?! Eu não consigo compreender a estratégia empresarial.

Pode ter certeza, Dr. Hugo, que o que for necessário por parte da Assembleia Legislativa e da contribuição do nosso mandato, para que essas posições sejam explicitadas nós faremos. Porque como vossa senhoria disse mito bem, se trata de um serviço público prestado sob Regime de Concessão e envolve a oferta de um bem essencial à vida, à economia, às atividades da sociedade em todas as suas dimensões.

Então, muito obrigado. Parabéns pela exposição de vossa senhoria.

SR. HUGO VASCONCELOS XEREZ (DECON): Deputado, aos três questionamentos eu tentarei responder todos eles aqui. Com relação ao primeiro, quando foi constituída a comissão de quatro Promotores de Justiça pelo senhor Procurador-Geral de Justiça, nos trabalhamos em duas Frentes, na área do Consumidor, coleando os dados que temos com relação às demandas e reclamações promovidas contra a ENEL ao longo dos últimos anos; e dois outros promotores analisaram o Contrato de Concessão e as questões que envolvem a parte administrativa do serviço que a ENEL produz e dos vínculos jurídicos que a ENEL estabelece com o Estado do Ceará e com a União.

De posso do resultado final desse Relatório, ele foi encaminhado à Assembleia Legislativa, foi encaminhado à ANELL; foi encaminhado ao Congresso Nacional, foi encaminhado ao Ministério Publico Federal; foi encaminhado à ARCE, e ele justificou uma Ação Judicial junto ao Poder Judiciário cearense, tentando o restabelecimento do pagamento de um valor, como eu falei anteriormente, de 45 ou 46 milhões de reais a retornar para o povo cearense.

Em quê pé está esse processo em cada um desses órgãos? Eu peço escusa a vossa excelência, mas eu não vou poder dar essa informação. Mas todos esses órgãos citados por mim anteriormente foram comunicados do Relatório que nós produzimos. E esperamos, ansiosamente, que cada um possa, no âmbito de suas atribuições, exercer o seu papel institucional.

Com relação ao processo que tramita no Poder Judiciário cearense, esse processo vai se submeter, infelizmente, deputado, a essa longa caminhada e jornada que os processos judiciais infelizmente no Brasil precisam percorrer. A ENEL se recusa a pagar o valor; ela diz que o valor é muito grande. Ela não assume que exerça um serviço de má qualidade ou de péssima qualidade.

Esse valor é importante dizer que ele representa 10% do ano em que a ENEL teve o menor lucro nos últimos dez anos no Estado do Ceará. Então nós pegamos o ano em que ela teve o menor lucro, que foi entorno de 460 milhões, e fixamos, sugerimos o pagamento de 10% desse valor, que é quase irrisório. A ENEL, ao final desse ano, vai apresentar lucros e distribuição de dividendos que são exorbitantes. Mas ainda assim esse valor ela se recusa a pagar; disputa judicialmente com o Ministério Público o valor desse pagamento; e o procedimento de ofício que fizemos também no âmbito do DECON e que imputamos multa, a ENEL também se recusa a pagar.

Eu até brinquei com eles que isso era troco para eles, e que sinalizava pelos menos algo no sentido de *eu vou mudar, eu quero gora fechar essa página e quero olhar para frente*, mas isso a ENEL também se recusa.

A segunda pergunta de vossa excelência foi com relação ao descumprimento de prazos. A Resolução número eu acho que é mil, eu não sou mito bom de número, mil, da ANEEL, fala com detalhes, Deputado Guilherme. O Código de Defesa do Consumidor é como a Constituição, é uma carta de princípios e de valores que sinalizam os direitos que nós temos. Mas muitas vezes para saber de fato qual o direito, em qual área e, sobretudo nessas áreas reguadas por Agências Reguladoras, nós precisamos ver a resolução de cada agência dessas. E a Resolução 1000, (mil) como o Deputado Bruno me ajudou agora, ela relata uma série de prazos que a ENEL precisa cumprir para todos os pedidos que estão feitos. Então, por exemplo, se vossa excelência pediu uma religação na casa de alguém, a ENEL tem um prazo para religar. A ENEL cumpre esse prazo? Não. Ela não cumpre. Se vossa excelência quer instalar uma base ou uma nova filial da empresa de vossa excelência em um local e precisa do apoio da ENEL para que a energia chegue até lá, ela tem um prazo para cumprir isso? A Resolução diz que sim. Ela cumpre? Não. E em todos esses casos são passíveis de aplicação de sanções e de multas por parte do órgão de Defesa do Consumidor e também pelo Poder Judiciário.

O que nós fazemos aqui, aproveito esse espaço, é exortar a todo aquele empresário, a todo aquele cidadão que tiver um prazo descumprido pela ENEL que denuncie, que venha ao PROCON Assembleia, que vá ao DECON, que vá ao PROCON Fortaleza ou PROCON do seu município e reclame, que postule a sua insatisfação para que nós possamos agir. Esses prazos estão todos fixados na Resolução 1000, e a ENEL invariavelmente descumpre todos eles. Eu mesmo fui vítima disso já, eu. A ENEL equivocadamente cortou a energia da minha casa, numa casa que eu tenho aqui no interior, numa cidade litorânea, e eu tive que pagar a religação e ela não cumpriu o prazo em que deveria reinstalar. Isso acontece, deputado, incessantemente, em todas as casas e municípios, unidades consumidoras do Estado do Ceará. Infelizmente é a realidade que nós vivenciamos.

Com relação à última, eu acho que vossa excelência foi extremamente feliz em dizer que de fato nós estamos diante de um dilema, o quê fazer nessa situação? Não sou eu a pessoa que dará essa resposta. Eu não tenho essa presunção, e seria muito audacioso da minha parte achar que eu tenho a resposta para isso. Mas eu acho que analisando o que nós analisamos e olhando para frente, deputado, eu acho que nos resta é olhar os erros que cometemos no Contrato de Concessão que foi celebrado com a ENEL primeiramente, e quando da renovação que vai haver agora nós não repeti-los. Nós sermos mais contundentes nas obrigações que a ENEL precisa cumprir, a ENEL ou qualquer outra empresa, e nós sermos mais rigorosos e presentes ao longo de todo tempo de Concessão que a empresa terá para cumprir as suas obrigações.

O que nós vemos, e isso eu estou olhando para mim mesmo também, nós, enquanto autoridades públicas no Estado do Ceará e deixamos que a questão chegasse a um nível que hoje é insustentável. E a ENEL já está aqui há muito tempo. Como eu falei, em 2010 ela não tinha os índices tão catastróficos que tem hoje, e ela foi piorando gradativamente, ao longo do tempo,e nós, infelizmente, nos mantivemos inertes.

A sugestão, e apenas é uma sugestão, é uma ideia,de que no próximo Contrato nós sejamos mais diligentes, nós estejamos mais presentes, e que nós também colhamos experiências de outros Estados da Federação onde o serviço não é realizado de forma tão deficitária como é aqui. Pois existem sim Estados em que existe carência, existem erros, existem melhorias a serem implementadas, mas o estado de coisas não é tão lamurioso, é tão triste e estarrecedor como aqui no Estado do Ceará.

Enfim, como eu disse, eu não tenho a presunção de ter a resposta. Mas isso é algo que eu acho que nós devemos ter como norte. A renovação do Contrato está em vias de acontecer nos próximos anos, e esta Casa, o Estado cearense, por intermédio de todos os seus órgãos, possam ser mais rigorosos

e diligentes na fixação das condições do próximo Contrato que será celebrado. Enfim, eram essas as minhas repostas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT):Só um minuto, eu abro no final para você fazer essa pergunta, porque agora nós estamos no meio das perguntas dos deputados. Eu peço só que a gente não faça intervenções sem autorização da presidência dessa reunião.

Dr. Hugo Xerez, eu gostaria primeiro de passar a palavra para o meu colega Deputado Bruno Pedrosa, e justificar algumas ausências de deputados que me pediram: Deputado Guilherme Landim, que é o relator desta Comissão Parlamentar de Inquérito, ele teve que viajar com uma comitiva de deputados para uma questão partidária e não pôde estar presente, e pede desculpa, bem como outros membros do mesmo Partido PDT nesta Casa, justificaram.

Eu tenho aqui três perguntas do Relator Deputado Guilherme Landim, e após a fala do Deputado Bruno eu gostaria de fazê-las. Duas, eu percebo que até na sua própria explicação o senhor já falou sobre elas. Mas, mesmo tornando repetitivas, eu gostaria de fazê-las, em respeito ao meu colega Deputado Guilherme Landim, que é relator desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Passo a palavra ao Deputado Bruno Pedrosa.

SR. DEPUTADO BRUNO PEDROSA (PDT): Deputado Fernando, parece que você está lendo a minha mente, rapaz, você está se antecipando aqui, eu ia justamente também falar da ausência do Deputado Guilherme, meu líder aqui na Assembleia, o Líder do PDT, me pediu para justificar a ausência dele como relator dessa Comissão. Então, a gente está aqui dando voz também ao Deputado Guilherme Landim. E vossa excelência se antecipou com as perguntas dele para o nosso convidado.

Dr. Hugo, eu só tenho uma pergunta que o Deputado Guilherme conseguiu sintetizar tudo muito bem em relação às aplicações das multas, qual é o procedimento, qual é o processo após a aplicação das multas e o não pagamento, a inscrição na Dívida Ativa, após isso, se tem algum mecanismo de cobrança? Se tem algum caminho? Qual é? Eu entendo que essa Inscrição na Dívida Ativa não passa por judicialização, então, a partir desse momento se tem algum mecanismo dessa cobrança? Porque de fato a sanção aplicada e executada é o que vai doer para eles. E quando a gente cumprisse... A ARCE fez... E também perguntar:Esses 14 milhões, durante esse ano, é isso, o valor de 14 milhões, ou seja, somados deu mais do que os últimos dez anos. E a ARCE aplicou uma multa de quase 50 milhões de reais. E houve uma pequena reforma lá na ANEEL, um desconto de 20%, algo assim, e de fato foi pago, pois o Presidente Hélio Winston nos relatou aqui de quase 40 milhões. Eram essas duas perguntas.

SR. HUGO VASCONCELOS XEREZ (DECON): Com relação às multas, deputado, é bom até contextualizarmos um pouco para aqueles que estão nos escutando. A multa não é realizada ou imposta com a simples reclamação do consumidor. Como eu falei anteriormente, a empresa tem três oportunidades para resolver o problema. Não resolvendo o problema o DECON aplica uma multa.

Queria aproveitar o ensejo para inclusive celebrar aqui uma iniciativa da Assembleia Legislativa, que partiu do Ministério Público, tendo ciência da dificuldade que a economia cearense e brasileira enfrenta, e essas multas causam sim problemas às empresas, e não é objetivo do órgão de Defesa do Consumidor dificultar a atividade empresarial ou torná-la impossível de cumpri-la, e nós no próprio DECON encaminhamos ao Procurador-Geral e ele encaminhou a essa Assembleia uma proposta de concessão de desconto de 30% a empresa que pagar voluntariamente a multa. Porque nós reconhecemos que a multa, deputado, é uma frustração para o consumidor.

Se vossa excelência chegar lá com o seu problema, eu chamo a ENEL uma vez, chamo a ENEL duas vezes, chamo a ENEL três vezes e ela não resolve o problema. Eu aplico a multa, e a ENEL não paga, e vossa excelência continua com o problema para ser resolvido. Apesar de todo esse itinerário que nós fazemos e de notificarmos à ENEL para pagar com desconto, ela não paga, ela não paga. Quando ela não paga, nós encaminhamos para a PGE que inclui o débito em Dívida Ativa. E a Procuradoria Geral do Estado, depois de feito a exclusão, faz a execução desse valor.

E nós até, nós que eu digo é o Estado do Ceará, recebe esse valor há muito tempo, há muito tempo de passagem, quando depois de passar por processo que às vezes precisa ser judicial, a ENEL vem, a ENEL ou qualquer outra empresa, faz o pagamento. Esse dinheiro, é bom que se diga, é o dinheiro que custeia serviços para o Estado do Ceará.

Atualmente do Governo do Estado tem três projetos que estão sendo custeados com o dinheiro arrecada pelo DECON: o restauro do Museu Ceará; a compra de kits sanitários e um projeto pra órfãos, pai e mãe, da Covid aqui no Estado. Esse dinheiro está sendo custeado com valores arrecadados pelo DECON.

Eu disse já aos representantes da ENEL: *As multas da ANEEL, que são em valores bem maiores vocês pagam, e as nossas do Estado do Ceará vocês fazem graça, e são até menores, vocês fazem graça e não cumprem.* Eu disse isso, literalmente, pra eles. E vieram com uma historia que *é difícil pagar uma multa, precisa de toda uma burocracia;*quando nós sabemos que não é verdade isso. Basta uma decisão política da empresa em cumprir com os valores.

Então essas multas se acumulam, e a empresa, no caso, a ENEL, mantém-se recalcitrante no cumprimento delas, apesar de todas as tentativas que fazemos para que ela venha a pagar. Eu espero ter respondido a pergunta de vossa excelência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Dr. Hugo, eu estava vendo aqui sobre as multas. Na verdade, ela só paga multa da Agência Nacional. Ela pagou essa ARCE porque foi uma multa de quase 60 milhões de reais e ela reduziu para 30, foi metade, Deputado Bruno, e ela pagou depois de ser orientada pela Agência Nacional, pela ANEEL.

Disto isto, para você ter ideia, ontem, na publicidade que fizeram que já tinham investido cinco bilhões de reais. A matéria só investiu cinco bilhões de reais, enão especificam em quê. Por isso que nós estamos através de requerimento solicitando.

E no Plano de Expansão que eles estão querendo apresentar a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, que de 2023 a 2027 eles iriam investir 6,2 bilhões de reais. Também sem nenhuma explicação aonde seria; se seria em Fortaleza, no interior, enfim, não tem nenhuma explicação, só um número. E lá está dizendo bem claro no Plano de Expansão que *ele segue orientações da ANEEL soba Resolução Normativa de nº 956, de 7/12/2021*. Ou seja, ou é jogando a culpa de erros da ENEL na ANEL ou é combinado com a própria ANEL: *Olha, eu só vou seguir o que vocês disserem porque vocês estão me ajudando*. *Eu só vou pagar a multa de vocês porque vocês*... O órgão ANEEL é o único que pode punir, pode dizer à ENEL: *Basta! Nós não aceitamos mais que vocês façam isso aí com a população do Estado do Ceará.*

Eu tenho dito aqui, para quem está nos assistindo, o Governo do Estado do Ceará não tem autonomia alguma sobre esse Contrato. A Assembleia Legislativa não em autonomia alguma sobre esse Contrato. O Poder Judiciário do Estado do Ceará não tem autonomia alguma, a não ser a de punir, seguir um processo todo para lá na frente com a determinação judicial ser punida. O Ministério Público investiga, pede ação, faz um processo acontecer para chegar até à justiça. Só quem tem hoje autonomia e quem pode punir a ENEL, ou seja, trocando em outras palavras mais simples, só quem a ENEL teme é a ANEEL. É a única que ela paga multa, é a única que ela respeita, é a única que ela segue a orientação. Ou seja, ela não respeita o povo cearense, ela não respeita o Ministério Público, ela não respeita o Tribunal de Justiça, ela não respeita a Assembleia Legislativa, ela não respeita o Governo do Estado do Ceará, que é um erro grosseiro.

O senhor tem toda razão. Nós erramos no Contrato de Concessão lá de 1998. e nós não podemos errar agora na renovação desse Contrato que está se aproximando aí, em 2028. Em 2026 já começa toda tratativa para renovação desse Contrato.

Dito isto, nós temos outra reunião marcada com a ANEEL para o dia 7 de novembro,e já vamos levar todo informativo coletado nessas oitivas. Sempre dentro daquele objetivo de melhorar o serviço no Estado do Ceará. Mesmo antes de terminar o trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito e termos o Relatório final nós iremos lá solicitar deles que venham aqui no Estado do Ceará e peçam à ENEL que mude. Se eles apresentaram um Plano de Expansão de 2023 para 2027, eles se contradizem em todo momento. Eles estão dizendo pelo Plano de Expansão que querem ficar no Estado do Ceará, que é viável, que é rentável ficar o Estado do Ceará, mas eles não melhoram para isso.

Eu tenho dito aqui, Dr. Hugo Xerez, que quem vai jugar a ENEL para ela ficar ou não no estado do Ceará não é a Assembleia, não é o Ministério Público, não é o Governo do Estado do Ceará, quem vai julgar é o povo. Quem vai jugar é a população que é quem está sofrendo lá na ponta, que é quem está todo santo dia tentando melhoria seja lá no seu distrito, seja no seu sítio, seja no seu bairro, seja no seu município, seja na capital, seja em qualquer lugar do Estado do Ceará, quem vai julgar é a população.

Mas Dr. Hugo, eu gostaria de fazer as perguntas do Deputado Guilherme Landim, relator dessa Comissão, e uma, eu até entendo que o senhor já tenha falado sobre isso, no que se refere ao Processo de Mediação: ENEL versus consumidor. Tem-se observado alguma melhoria por parte da ENEL? Que quer dizer que a mediação tem ajudado, eles têm cumprido o que é tratado na mediação?

SR. HUGO VASCONCELOS XEREZ (DECON):Nós temos lá, como eu falei anteriormente, deputado, três momentos em que nós escutamos a ENEL, seja pela linha direta, que é a funcionaria que lá está; seja por intermédio da carta que nos encaminhamos pra ENEL; seja por intermédio da Audiência de Conciliação.

Em boa verdade, a ENEL apresenta um índice de resolutividade que é razoável e respeitável. Só que essa não é a grande questão. Eu já expliquei isso para a presidente: *Presidente, eu não quero que as pessoas cheguem aqui e tenha 100% de resolutividade, porque eu sei que existe um número imenso de pessoas que não chegam até aqui, e eu sei também que esse problema vai se repetir inúmeras outras vezes*. Esse é um dado pequeno, é quase irrelevante. Não adianta eu criar um problema com o meu vizinho e todo dia eu ir numa Audiência de Conciliação e dizer: *O problema está resolvido;*mas no dia seguinte eu crio o problema novamente. No outro mês, eu crio o problema novamente.

O que falta à ENEL, muito mais do que resolutividade nessas audiências, que eu reconheço é um número razoável, é que esses números não se repitam mais; que o consumidor não deixe de receber futura duplicada; que o consumidor não deixe de ser apenado por um corte abusivo; que o consumidor não seja apenado com o consumo duplicado. Porque, infelizmente, a realidade que nós temos, deputado, é do consumidor que recebe a conta que era para ser de cem reais, e chega equivocadamente em 130 reais, ele vai e paga aquela conta, porque ele sabe das dificuldades que é de ir até um órgão de Defesa do Consumidor, de ir até à Ouvidoria, de ligar e ficar esperando horas e horas o atendente ter a boa vontade de resolver o seu problema.

Então se o Índice de Resolutividade é bom, e eu reconheço isso em nome da verdade, eu não queria que nós tivéssemos essa quantidade de demandas que chega ao órgão. Esse é o grande problema da questão que nós temos em relação à ENEL.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Muito obrigado, Dr. Hugo. A próxima pergunta: Analisando o panorama dos últimos 12 meses, é possível afirmar que a ENEL tem melhorado sua atuação junto ao DECON, na tentativa de melhorar, de solucionar os problemas, ou se verifica mais uma tentativa de postergar a solução das demandas levadas ao DECON?

SR. HUGO VASCONCELOS XEREZ (DECON): Eu vou responder, rapidamente, com três letras, deputado. Mas, antes, eu queria dizer que a despeito da boa vontade dos colaboradores e das pessoas com quem eu tenho contato da ENEL, a reposta é: Não. Passados os 12 meses, os mesmos problemas se repetem, os mesmos problemas se perpetuam, e eu não vejo, repito, a despeito do bom trato que eu tenho com as pessoas da ENEL com quem eu lido, com quem eu converso, eu não vejo melhoras no serviço que ENEL presta no Estado do Ceará. Os índices de 2023 que nós presentaremos em março de 2024 explicitarão que 2023 sãopiores do que 2022.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Dr. Hugo, eu acho que essa resposta do senhor, agradecendo, e responde a terceira pergunta feita pelo colega Deputado Guilherme Landim, a quem eu vou repassar as respostas, evidentemente.

Eu tinha também feito alguns questionamentos, são cinco perguntas, mas das quais o senhor já respondeu na sua apresentação, dos questionamentos feitos pelo colega Deputado Guilherme Sampaio. Aqui eu quero registrar que ele tem dado uma contribuição gigante aqui a essa Comissão Parlamentar de Inquérito, assim como o Deputado Bruno Pedrosa.

Uma delas eu vou fazer, porque eu gostaria de ouvir, já foi questionado em várias reuniões das nossas audiências aqui. Nas audiências designadas pelo DECON, o senhor saberia dizer se os prepostos

da ENEL são efetivamente servidores da ENEL ou são apenas advogados ou preposto contratados pelo escritório de advocacia para representar a ENEL? Por quê? Porque nós recebemos aqui do Sindeletro denúncia de que quando o consumidor vai fazer alguma reclamação à ENEL, e precisa dialogar para que essa reclamação chegue aonde deve chegar, para solucionar ou não o problema, quem vai dialogar e participar não é mais um servidor e sim um advogado, que vai com a sua elegância, mas muitas vezes com um paletó e uma gravata, e coloca certo medo no consumidor, inclusive de ele poder ali fazer a sua denúncia, fazer a sua queixa. Foram denúncias que nós recebemos do Sindeletro, por isso a minha pergunta.

SR. HUGO VASCONCELOS XEREZ (DECON):A realidade é exatamente essa, deputado.E para ser muito sincero, quando a gente se intromete ou se desafia a estudar o Direito do Consumidor a gente vê que ele é um mundo, porque nós temos que lidar com supermercado, escolas, hospitais, energia elétrica, água, comércio eletrônico, telecomunicações, enfim. E é natural que um advogado que não seja especialista nessa área não conheça a legislação que regulamenta o serviço de energia elétrica no país. O que é que eu quero dizer com isso? São advogados, não são funcionários da ENEL, e muitas vezes eles não...com todo respeito,eu não estou falando da classe dos advogados, mas muitas vezes os advogados não sabem o objeto da audiência. Não temo como conciliar, como resolver porque desconhecem o assunto. Se eu chegar para um advogado, eu sou Promotor de Justiça há mais de 20 anos, eu não sabia o que era TOE. Se eu chegar para um advogado e disser: *Você sabe o que é um TOE?* Ele não sabe o que é um TOE. E muitas vezes eles chegam numa audiência pra discutir uma demanda sobre TOE - Termo de Ocorrência que diz respeito funcionamento da energia elétrica. Então são advogados sim, e em algumas oportunidades eles sequer tem conhecimento do objeto da audiência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Dr. Hugo, muito obrigado pela resposta. E aí é uma fala minha agora, nesse sentido. Eu anotei algumas palavras que considero chave na sua apresentação, uma delas é a sensibilidade. Se quem estiver lá não for um servidor da empresa, que conheça a fundo os problemas; que saiba o que a população, o consumidor lá na ponta tem sofrido aquela falta de manutenção da extensão de rede, ou do corte indevido ou de conta duplicada, somente o advogado que está ali legitimamente, mas que ele não está de fato conhecedor da causa, ele não vai ter a sensibilidade ao menos de negociar com o consumidor que está ali na tentativa de solucionar o problem.

Ou seja, eu repito o que venho dizendo aqui talvez agora com outras palavras, e aí nada contra ninguém que trabalhe na ENEL aqui no Estado do Ceará. Eu tenho dito isso reiteradavezes, talvez não tenham autonomia para solucionar, e talvez tenham até medo de fala sobre, de discutir, de debater ou de

colocar suas ideias, como medo até de represálias ou de ser demitido. E aí é uma suposição minha. Mas eu percebo claramente que a empresa ENEL, nessa nossa geração em que eu posso dialogar mais, observar, estudar, conhecer a causa do povo, e a pior empresa que já passou pelo Estado do Ceará na questão do desrespeito à população é a empresa ENEL. Aí é uma fala minha, de uma avaliação minha, e talvez, se eu me aprofundar, eu posso até vir aqui e reconhecer que não tem problema algum, e que eu estou errado. Mas até aqui, onde eu já olhei, observei, estudei, ouvi, discuti, é a pior empresa que já passou pelo Estado do Ceará, e ela tem como ser a melhor. Ela já foi considerada, a ENEL Ceará já foi considerada a melhor do país, já foi considerada. Mas ela vem aí agora reiteradas vezes sendo considerada a pior, no momento em que ela praticamente duplica o seu lucro aqui no Estado do Ceará é considerada a pior empresa. O que não justifica um ganho elevado de recurso, de dinheiro, em lucro, e ela não está, pelo menos, entre as quatro melhores do país, nesse momento. Na verdade ela está no ranque de pior, uma das piores. Ela está em 4º da pior do país, ela está em 1º do Nordeste, ou seja, ela está entre as quatro piores do país, a ENEL do Estado do Ceará.

E lá em São Paulo agora a gente se depara com a abertura de uma CPI, o que demonstra que em São Paulo um estado rico, que talvez seja onde ela tenha mais lucro, também abriu uma CPI para apurar e investigar os desmandos, a falta de serviço, enfim, da ENEL lá no Estado de São Paulo.

Deputado Guilherme Sampaio, eu pergunto se você deseja fazer alguma observação, Deputado Bruno Pedrosa? Se não eu vou passar para o Dr. Hugo Xerez para fazer suas considerações finais, para que a gente possa caminhar para o final da nossa reunião, já agradecendo muito a sua presença, para além da sua presença, a firmeza, a sinceridade com que coloca todos os dados. E veio aqui, hoje, gentilmente, a essa CPI apresentar não aos deputados que estão aqui, mas apresentar à população do Estado do Ceará o trabalho do DECON e aquilo que o DECON tem apurado, e tem enxergado de problemas que a ENEL tem, digamos assim, eu só sei usar essa palavra: desrespeitado o povo do Estado do Ceará.

Eu estou querendo subir à Tribuna dessa Casa para dizer: *Tudo o que eu falei, a ENEL hoje pediu desculpas e vai mudar a partir de amanhã,*é o meu desejo. Eu desejo não é que a ENEL saia ou que entre outra empresa. O meu desejo é que a população tenha uma satisfação, pelo menos melhor, do que tem tido até hoje, e que eu possa andar no interior do Estado do Ceará como o senhor Dr. Hugo Xerez, como os meus colegas deputados, e ouvir da população: *Melhorou. Eu passei três anos esperando a energia aqui em casa, vendo o meu vizinho com energia, angustiado, achando que nunca ia ter. E agora está chegando energia aqui em casa, e eu vou melhorar a qualidade de vida da minha*

família. São três serviços essenciais que eu considero hoje, e dois deles a ENEL tem atuação direta: energia elétrica e internet. Nós temos três serviços essenciais: água, energia elétrica e internet. A internet se transformou em um serviço essencial em nossas vidas, e dois deles passam diretamente pela ENEL. E se nós não tivemos um compromisso maior dessa empresa, dessa concessionária, o Estado do Ceará não avança não só em satisfação pessoal, mas também na satisfação coletiva, da geração de emprego, renda e economia do nosso Estado do Ceará.

Passo a palavra ao senhor Dr. Hugo Xerez.

SR. HUGO VASCONCELOS XEREZ (DECON): Sobre internet, é bom registrar a cruzada que os pequenos provedores, as pequenas empresas tiveram que enfrentar por conta do aumento que a ENEL queria impor a eles, impossibilitando inclusive a atividade econômica no Estado do Ceará, um aumento abusivo que, felizmente, parece ter sido resolvido em bom termo.

Eu saio daqui,Deputado Fernando Santana, Deputado Bruno Pedrosa, Deputado Guilherme Sampaio e aqueles e aquelas deputadas que nos acompanham, e todos aqui presentes, e quem nos acompanha na TV Assembleia, na Rádio Assembleia, com a esperança renovada. Eu tenho fé no ser humano e tenho fé que nós possamos resolver os nossos problemas.

O que vossa excelência acabou de dizer eu disse para representantes, para a presidente da ENEL acho que na semana passada, que nós podemos tomar o que aconteceu como lição, virar a página do que aconteceu e começarmos uma nova história. Eu estou à espera que a ENEL me procure no DECON, que procure essa Assembleia Legislativa e de fato isso; que nós possamos resolver os nossos problemas numa mesa dialógica e dialética, expondo as situações e possamos construir um futuro melhor não só pra mim, não só para vossas excelências, mas, sobretudo, para o cidadão cearense tão carente, tão necessitado de um serviço público essencial como é a energia elétrica.

Então é com a esperança renovada, com a esperança de que nós tenhamos outro encontro, eu me coloco à disposição de vossas excelências para vir a esta Casa todas as vezes que for convidado, e saio daqui hoje, e espero, sinceramente, que nós possamos... E vossa excelência foi muito feliz em dizer que nos temos certas limitações de atuação e de execução daquilo que desejamos, por ser um serviço público de energia elétrica, um serviço federal. Mas saio com a esperança, com a fé de que possamos de alguma forma sensibilizar as pessoas, os cearenses que estão à frente da ENEL, as pessoas que presidem, que dirigem essa empresa hoje, para sentar num mesa conosco revermos o que precisa ser revisto e pavimentarmos um caminho, um futuro melhor não pra mim, não para vossas excelências, mas para o povo cearense.

Eu agradeço muito o convite. É um momento de muita satisfação para mim enquanto Promotor de Justiça, enquanto cidadão estar aqui na data de hoje. E espero ansiosamente poder retornar outras vezes. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO HUGO (PT):Nós é que agradecemos.

Eu queria deixar um convite aqui, de público, ao senhor, e a data nós vamos marcar combinado com quem possa participar, para que na oitiva que a ENEL seja convocada, o senhor esteja presente para assistir. Vamos convidar os demais que participaram aqui, os órgãos, para que a gente possa ter a presença de todos na oitiva da ENEL, para ouvirmos as explicações, fazermos as perguntas aqui dos parlamentares, mas com a presença de todos aqui. Nós estamos nos aproximando desse ato de termos a oitiva com a ENEL, porque eu não acredito que seja só uma, seja para lá de duas, porque têm muitos questionamentos, muito a discutir, muito a ser debatido e muito a ouvir de explicações. E gostaria já de deixar de público aqui o convite. Evidentemente que a data nós vamos combina com as agendas de todos, para que a gente tenha participação maciça de todos aqui na oitiva da ENEL, buscando aqui essa...

Depois disso tudo, ao final dessa CPI, a entrega desse Relatório, que a ENEL possa rever a forma com a qual tem tratado o povo do Estado do Ceará, e tem dado a ela lucro, está aídemonstrado em números aumentos, assim, absurdos de lucros aqui no Estado do Ceará. Se ela tivesse tendo prejuízo nós não estaríamos nem aqui fazendo essa discussão e fazendo esses questionamentos.

Então Dr. Hugo Xerez, muito obrigado. E a todas e todos que nos acompanharam,Deputado Bruno Pedrosa e Deputado Guilherme Sampaio, deputados pela plataforma virtual, muito obrigado. Declaro encerrada a presente reunião. Muito obrigado.

.

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA ENEL DISTRIBUIÇÃO CEARÁ, REALIZADA NO SALÃO NOBRE DA PRESIDÊNCIA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, EM 13 DE DEZEMBRO DE 2023.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Senhoras e senhores, nosso boa tarde a todas e a todos os presentes nesta tarde.

Vamos dar início a nossa reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga a empresa ENEL aqui, no Estado do Ceará.

Eu gostaria de saudar os deputados presentes: Deputada Lia Gomes; colega Deputado Guilherme Landim, relator desta Comissão Parlamentar de Inquérito; colega Deputado Bruno Pedrosa; outros deputados estão chegando, mas nós já temos quórum para dar início a nossa reunião.

Nós temos em pauta: Leitura, discussão e votação da Ata da reunião anterior; ela já é do conhecimento de todos pelo grupo de WhatsApp e pelos e-mails, então, eu considero a Ata como lida. Pergunto se alguém deseja discutir a Ata? Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão, em votação. As senhoras deputadas, os senhores deputados que aprovam a Ata permaneçam como se encontra. Aprovada.

Expediente: Nada consta.

Ordem do Dia: Oitiva com o senhor Adão Linhares Muniz, Secretário-Executivo de Energia e Telecomunicações do Governo do Estado do Ceará, conforme Requerimento de nº 63/2023, de autoria Deputado Fernando de Santana, aprovado por unanimidade pelas deputadas e deputados membros da Comissão Parlamentar do Inquérito, na reunião interna ocorrida no dia 5/12/2013.

Então, eu gostaria já de convidar o senhor Adão Linhares para compor a Mesa conosco. Pediria que a nossa Assessoria, Manoel, por gentileza, trazer a plaquinha do seu Adão, que ele possa também sentar próximo dos deputados; desejando a ele as boas-vindas, agradecendo a disponibilidade.

Houve um convite e convocação, e ele se dispôs a vir participar dessa Oitiva, vamos já dar início. Eu já quero aqui, mais uma vez, desejar as boas-vindas, senhor Adão, agradecer a disponibilidade para debatermos e discutirmos um assunto que diz respeito a toda a população do Estado do Ceará.

Saudar a todos os presentes aqui; o representante da ENEL que sempre está presente nas reuniões, ele não é muito de falar, é caladinho, fica ali só ouvindo, colhendo as informações, mas é sempre bem-vindo aqui. Como é o seu nome? Carlos Gomes? Até nos encontramos lá em São Paulo, e até perguntei, Deputado Guilherme Landin, se ele estava me seguindo lá em São Paulo, e ele disse que *não, jamais*; era só a participação dele lá como também ouvinte para colher as reuniões e saber o que está acontecendo. Carlos Gomes, seja muito bem-vindo aqui, na pessoa do CPF, do CNPJ nem tão bem-vindo assim, infelizmente.

Eu já começa dizendo que nem a ENEL nem a ANEEL possuem nesta Comissão Parlamentar de Inquérito e nesta Casa credibilidade alguma para se comprometer de mais nada. Nós estivemos na Agência Nacional, uma Comissão de deputados e deputadas, a Deputada Lia Gomes estava presente, o Deputado Guilherme Landim; o Deputado Bruno Pedrosa, eu não sei se estava naquela reunião da Agência Nacional em Brasília. Não, né? Guilherme Sampaio estava presente. E lá nós levamos um razoado do que já tem dado o trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito, muito embora a gente já tenha um Relatório da Comissão que foi constituída para estudar o Contrato de Concessão com a ENEL; o Deputado Guilherme Landim era o relator dessa Comissão também. E lá nós já tínhamos entregado à Agência Nacional algumas solicitações, e demoraram meses para dar resposta, e nessa reunião agora, mais recente, já com a Comissão Parlamentar de Inquérito constituída, o senhor Diretor-Presidente Sandoval nos recebeu e se prontificou que, em quinze dias, nos daria uma posição de como a ENEL ia, daqui pra frente, melhorar, ia piorar ou ia mudar ou ia se mudar do Estado do Ceará. Já passaram mais de um mês, nem uma comunicação do senhor Sandoval, Diretor-Presidente da ANEEL, a essa Comissão Parlamentar de Inquérito recebeu.

Aí é uma fala minha, eu quero deixar claro, para que eu não coloque outros deputados em situação difícil, se não for também à fala deles, o que me consta mesmo e eu venho falando que acho, que parece, que interpreto, eu começo a ter a certeza de que a ANEEL é um puxadinho para defender a ENEL mesmo, e aí está mais que confirmado com essa falta de atenção com estes parlamentares, muito embora eu disse isso lá ao senhor Diretor - Presidente Sandoval,- e eu quero que conste aqui nos nossos Anais, - e ele disse que *não que tinha toda atenção com os parlamentares*, *respeito para com os parlamentares.* Mas, ou ele se esqueceu de cumprir o prazo dos quinze dias que ele nos pediu ou ele não tem mesmo é respeito com os parlamentares e com a população do Estado do Ceará.

Mas esse assunto nós vamos levar lá a Brasília nos próximos dias. Pedir também aos nossos deputados federais e aos nossos senadores aqui: Senador Cid e Senadora Augusta, que possam também levar essa voz nossa lá. Agora sim nós temos como levar a nossa voz para o Congresso

Nacional, diante da falta de respeito da Agência Nacional com essa Comissão Parlamentar de Inquérito, que é a mesma falta de respeito que a ENEL tem para conosco aqui no Estado do Ceará.

Mas eu passo aqui a palavra, antes de iniciar a Oitiva, aos deputados que compõem essa Comissão Parlamentar de Inquérito. Deputada Lia, Deputado Guilherme, Deputado Bruno, podemos iniciar? Então vamos iniciar agora a nossa Oitiva com o senhor Adão Linhares, mais uma vez desejando boas-vindas.

Eu pergunto ao seu Adão Linhares se ele quer primeiro fazer uma fala de abertura, de alguma explicação, de alguma demonstração para depois a gente poder fazer os questionamentos. Pode ser? Então passa a palavra ao senhor Adão Linhares.

SR. ADÃO LINHARES MUNIZ (Secretário Executivo de Energia e Telecomunicações do Governo do Estado do Ceará): Boa tarde a todos. Boa tarde, Deputado Fernando. Quero cumprimentar os deputados e a iniciativa da CPI, da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Quero dizer que tem completo sentido uma avaliação dos serviços de distribuição, dos serviços de Prestação de Serviços Públicos concedidos à ENEL, concessão federal.

Quero me apresentar, quer dizer, a gente estar sendo, naturalmente, acompanhado, e quero me apresentar. Eu sou Engenheiro Mecânico, sou do Ceará, sou de Santa Quitéria; trabalhei e trabalho ainda no Setor de Energia Elétrica desde que me formei como Engenheiro Mecânico, inicialmente na Nuclebrás Engenharia, na área nuclear; depois, quando voltei ao Estado do Ceará, no Governo do Estado, desde, digamos assim, do ano seguinte, praticamente, da saída do Estado do Ceará como acionista da Coelce, que foi o processo de venda das ações em 1997/98, eu cheguei aqui exatamente em 98, quando a Coelce havia sido recém-privatizada, vendidas as ações para o Grupo Gestor que recebeu o Contrato de Concessão por trinta anos que se encerra em 2028.

Acompanhei todo esse serviço, quer dizer, tenho um farto conhecimento da aproximação da relação entre o Governo do Estado, entre o Estado como Estado e não só como governo porque eu passei por período desde essa época até hoje, até o período atual; acompanhei as várias mudanças de acionistas; primeiro,do Chile; depois,da Espanha; agora, mais recentemente, da Itália.

A nossa função como Secretaria de Infraestrutura, da qual eu faço parte como Secretário-Executivo de Energia e Telecomunicações, embora a Concessão seja federal, constitucionalmente, ou seja, a Constituição determina que o serviço de energia é uma atribuição federal, da União, o Estado do Ceará teve uma iniciativa de criar uma Secretaria, atualmente é uma Secretaria, mas, no início era uma Diretoria, uma Coordenadoria, e agora é uma Secretaria, dando responsabilidade de

acompanhamento, monitoramento, criação e definição de políticas públicas de infraestrutura e inclusive de energia.

Então, eu me sinto tranquilo, ou seja, quero dizer que é o meu dever, é minha atribuição e minha função fazer esse trabalho. Então, eu estou bem; tenho conhecimento, acredito que posso atender perfeitamente a tudo que a CPI, tudo que os deputados, na função de deputados, que também são monitoradores dos serviços que são prestados pelo Estado através de Concessão, e buscarmos aí um entendimento onde a gente pode tentar consertar esse Modelo de Concessão.

Também, é muito importante dizer que nesse período de participação no Governo do Estado eu fui indicado, através do Fórum dos Secretários dos Estados do Brasil e Distrito Federal, como representante no Conselho Nacional de Política Energética o CNPE. O Conselho Nacional de Política Energética é o órgão máximo federal que determina as políticas públicas de energia no âmbito Brasil. Então eu participei como membro durante o período de 2019, 2020, 2021, 2022 como membro do Conselho Nacional de Política Energética do Governo Federal. E acompanho também, naturalmente, por esse Conselho e pelo Fórum Nacional de Secretário de Estado, o serviço de distribuição dos outros Estados. Ou seja, a gente tem o conhecimento do quê acontece também nos demais Estados do Brasil. Comparativamente a gente tem condições de fazer algum discernimento de níveis de serviço entre as demais Distribuidoras do Brasil.

Nós estamos agora nos aproximando dos primeiros finais de Contratos. O primeiro Contrato de Concessão foi a Distribuidora de Espírito Santo, depois Rio de Janeiro; acho que tem uma em Bahia, e nós somos o quarto, em 2028; tem 2026, 2027, 2028. Então nós estamos chegando ao primeiro ciclo de mudança de Concessão de Serviços Públicos de Distribuição no Brasil.

Então, a primeira Concessionária que vai ser substituída ou renovada será a EDP, no Espírito Santo, e nós estamos no quarto, em 2028. Então como base e cenário de fundo para a gente detalhar e colocar à disposição o que a gente pode contribuir com a CPI. Obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Nós é que agradecemos. Deputado Guilherme está inscrito; Deputada Lia, Deputado Bruno.

Depois, eu também gostaria de fazer alguns questionamentos, mas eu vou passar a palavra para o nosso Relator Guilherme Landim, Mas eu queria fazer uma pergunta bem simples no meu ponto de vista, e como leigo que sou, perguntar a quem entende do assunto:

Como é que o senhor vê, senhor Adão, as reclamações, as queixas, as centenas de milhares de denúncias da população para com a má Prestação de Serviço pela empresa ENEL aqui, no Estado do Ceará?São legítimas essas queixas, esse número absurdo?

Praticamente, a meu ver, e é o que eu tenho escutado unânime: *São legítimas? Não são?*

Nós estamos, aqui, cometendo algum pecado em fazer esse tipo de inquisição e de questionamento ou a ENEL realmente tem prestado um mau serviço aqui, no Estado do Ceará?

Eu pergunto a um técnico, a um homem que entende e pode exemplificar e colocar para a população que está nos assistindo.

SR. ADÃO LINHARES MUNIZ (Secretário Executivo de Energia e Telecomunicações do Governo do Estado do Ceará): Essa é uma pergunta extraordinariamente positiva no sentido de esclarecimento. O Contrato de Concessão é um documento que é estabelecido todas as regras, tudo que são as premissas e critérios do serviço que a Concessionária tem que prestar.

Nesse Contrato está escrito lá todos esses pontos que são reclamados. Então, o que eu quero dizer com isso? Eu quero dizer que existe um Contrato entre a União, que deveria ser a prestadora do serviço de energia, e que delega uma Concessionária. E nesse Contrato de Concessão estabelece as regras. *Olha, você vai fazer isso, isso, isso, isso, e vai atender a minha população, os meus consumidores dessa forma com esses critérios.* E estabelece, naturalmente, uma Agência Reguladora para fiscalizar esse processo de Prestação de Serviço. Ou seja, essa Concessionária, veja bem, de Serviço Público, embora seja uma empresa privada, ela é uma Concessionária de Prestação de Serviço Público, vai atender serviço público essencial que é a energia elétrica, e vai atender conforme esses critérios. *E você, Agência Reguladora, fiscaliza ela para ela cumprir esses critérios e esse serviço dessa forma que eu estou delegando.* E ela vai receber através da tarifa que vai remunerar os investimentos que ela expande o atendimento, presta serviço de atendimento e faz a manutenção do atendimento. Então, nesses critérios, está lá bem claro que ela tem que fazer o atendimento.

Se eu consumidor, cliente, usuário, chego e procuro ser atendido e não sou recebido, então ela não está cumprindo o serviço que está sendo definido para ela cumprir. E a fiscalização não está cumprindo, também a fiscalização não está... Então, quando o deputado mencionou o atendimento da Concessionária e a ação da fiscalização frente ao serviço da Concessionária falou muito bem, porque é exatamente esse processo que está ocorrendo com a ENEL e algumas das muitas Distribuidoras no Brasil. Ou seja, o modelo de Prestação de Serviço Público e a sua fiscalização, monitoramento e fiscalização não estão funcionando a bom termo.

Então, eu concordo com a maioria, quer dizer, é claro que pode ser que tenha uma denúncia, alguma coisa além do que se estabelece como critério, mas a grande maioria dos serviços que são atribuições da Concessionária não está sendo prestado a contento. Isso é um fato. Aí digo isso também com mérito, pelo seguinte, porque nós como serviço público, como representante do

Governo do Estado, portanto, consumidores, nós estamos aqui consumindo energia através do Serviço de Distribuição da ENEL, nós somos representantes no Conselho de Consumidores da Conerge. Então, eu sou membro do Conselho da Conerge. E eu, como consumidor, está aqui a minha equipe, nós solicitamos serviços pra ENEL. Nós temos um Contrato de Venda de Ações que determinou um convênio que vai além, e foi uma posição do Estado do Ceará de colocar uma determinada prerrogativa de investir em determinadas obras, determinados serviços de energia, e nós solicitamos, por exemplo, uma ligação de uma rede elétrica para um determinado cliente nosso do Estado, Seduc, por exemplo. Nós solicitamos remoção de postes para ampliação de estradas estaduais; nós solicitamos ligação, por exemplo, uma grande ligação que nós fizemos aqui de uma Linha de Transmissão de 70 quilômetros que conectou o bombeamento do Castanhão, eu fiz parte disso, visitei essa obra várias vezes. E isso tudo solicitado pelo Estado como cliente, quer dizer o Estado como cliente, e fizemos isso aí.

A gente tinha no primeiro momento da Concessão um atendimento e uma relação como cliente com a ENEL, com a Coelce, e essa relação foi se deteriorando. Nós acompanhamos todo esse processo, e nós verificamos que existe uma sobreposição da posição da acionista, enquanto acionista, enquanto empresa a condição de Concessionária de Serviço Público, ou seja, e naturalmente deixando a desejar as principais premissas de atendimento de Serviço Público. Então, demonstra claramente que há uma mudança de posição, sob o ponto de vista de gestão da empresa enquanto ao atendimento daquele Contrato, que é um Contrato com a União de Concessão de Serviços Públicos de Prestação de Serviço de Energia.

Então, eu acho que não são à toa as denúncias, não são à toa as reclamações, e fazem sentido, enquanto você chega como consumidor e pede a mudança de uma ligação e alguma coisa, e o atendimento não é o atendimento adequado.

Mas ainda, a evolução tecnológica de atendimento via Internet, Aplicativo e tal, parece até como um escudo para criar uma dificuldade para que o nosso usuário, o nosso consumidor, um cara do interior que não tem muito acesso, traquejo, sente até a falta de vontade de fazer qualquer solicitação por conta da dificuldade que tem. Em toda cidade a gente tinha um Posto de Serviço da Coelce, quando era estatal, e agora as coisas não são tão bem fáceis de acesso.

Outra coisa. Quando você solicita algum processo, e há alguma dificuldade de alguma forma que o atendimento já percebe, você não sai com o número de Protocolo, o que demonstra que se eu não saio com o Protocolo então eu não fiz o pedido; eu estou adiando o início do processo para quando eu tiver um Protocolo, ou seja, eu estou me protegendo como empresa e dificultando o início

do processo para contar o tempo do Protocolo. Isso é normal. A gente percebe isso. A gente tem acompanhado e isso acontece bastante.

Então, a resposta é sim. Eu acredito que todas as reclamações, todas as denúncias ou muito grande e em grande percentual tem razão de ser, não são atendidos adequadamente; são criadas dificuldades de atendimento, postergações e, naturalmente não tem o respaldo de um serviço de fiscalização que, por ser centralizado, como você mencionou o Sandoval, centralizado em Brasília, e distante de onde acontecem as coisas que é no município, as coisas acontecem no município, no Estado, e essa distância, apesar de a gente ter uma Agência Reguladora Regional, Agência Reguladora Estadual, que além do serviço de energia, de gás, atende também para gás, água, transporte público e tudo, ela não tem a delegação suficiente para fazer o acompanhamento, monitoramento e fiscalização do Serviço de Atendimento de Energia. Então, eu acredito que tem falha e muita falha no sistema, mas também tem muita dificuldade criada pela própria empresa que é responsável pela Prestação do Serviço Público de Energia.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Muito obrigado.

Eu gostaria de saudar o senhor Alfredo, que é Coordenador de Energia e Telecomunicações da Seinfra (Secretaria da Infraestrutura). Senhor Alfredo, também convidá-lo, por favor, para sentar aqui, ao lado; também saudar o senhor Sérgio Araújo de Souza, Consultora da Seinfra, e também convidá-lo para sentar ao lado do senhor Adão, e possam também participar aqui conosco.

Passo então a palavra para o nosso Deputado Guilherme Landim.

SR. RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): Muito boa tarde a todos que nos acompanham. Boa tarde, Presidente Deputado Fernando, Deputado Lia Gomes, Deputado Bruno. Saudar aqui em nome do senhor Adão Linhares toda a equipe que hoje vem nos auxiliar na CPI.

Deputado Fernando, eu queria primeiro me somar às suas palavras, colocar a nossa indignação de estar nessa luta junto com você e com toda essa Casa já desde o início do ano passado. Ano passado criamos a Comissão Especial, estudamos o Contrato de Concessão, apontamos diversos erros desse Contrato; descumprimento, na verdade, desse Contrato por parte da ENEL, e solicitamos a essa Casa a abertura de uma CPI; solicitamos ao Judiciário um aprofundamento nas suas investigações, e solicitamos da ANEEL que já, naquela análise muito superficial que nós fizemos, sem o poder que uma CPI tem, nós já vimos claramente que nós temos um problema muito maior. Nós temos uma má vontade, um crime cometido diariamente por essa empresa aqui no Estado do Ceará para com os cearenses, descumprindo essas cláusulas no Contrato; prestando um serviço de péssima qualidade. Mas nós temos um problema maior que está lá em cima, de uma Concessão

federal, em que o Ministério é relapso; a agência que foi criada para fiscalizar é completamente complacente com as empresas. Ficou claro pra gente lá na reunião, aonde uma parte dos técnicos que, por sinal, por coincidência, cearenses corroboravam conosco nas nossas reclamações na presença do Presidente Sandoval, dizendo que *o serviço realmente é ruim; que estava péssimo*. E aí num momento lá eu interrompi e disse: *Mas não há que se falar em melhora do serviço, Adão?*

Se você chegou ao fundo do poço, a ENEL chegou aos últimos lugares do Brasil, ela não tinha como piorar só podia melhorar. E aí um deles lá dizendo que *deu uma pequena melhorada esse ano e agora já começou a piorar de novo.* Então, corroborando com o que a gente dizia. E aí um deles lá, outro veio querer colocar panos quentes falando em números, dizendo que realmente o serviço não é bom, mas estar no viés de melhora e tal.

Então, o que nos parece além dessa questão da relação que nós não temos como acusar porque nós ainda estamos fazendo a investigação, mas o que parece uma relação promíscua entre Agência Fiscalizadora e Concessionárias há, sem dúvida nenhuma alguma, complacência nesses números. Como disse aqui o Presidente da ARCE: *Há um problema na formulação desses números, na metodologia de coleta desses números*, sem dúvida alguma, o que se é cobrado é muito pouco. Não tem como ser prestado um serviço de qualidade com a metodologia que está aí colocada pela ANEEL. Eaí nós solicitamos nesse Relatório Final também o Pedido de Caducidade do Contrato.

O Adão me dizia aqui, e eu gostaria de daqui a pouco poder ouvir esse breve histórico de novo, do Adão, de como se deu, e nós ouvimos aqui já com o Presidente da Conerge e outros que foram interrogados aqui, nós vimos todo esse histórico desde quando saiu de Coelce, começou a Concessão; o serviço primeiro deu uma piorada e depois ele melhorou muito; depois piorou de novo, e houve uma intervenção muito forte por parte do Estado, e esse serviço chegou e melhorou, e a empresa se tornou uma das melhores do Brasil até essa derrocada que nós vemos ao longo desses últimos seis, sete anos, mais ou menos.

Quando pedimos essa Caducidade do Contrato a ANEEL nos respondeu em poucas páginas dizendo que *o serviço realmente não estava como deveria estar, mas que já tem um Plano de Recuperação,* e eles dão outro nome, (agora me fugiu aqui), e que *vai ser reavaliado*, enfim, sem dar a menor bola para o nosso pedido. Por isso a criação desta CPI. Por isso que nós vemos que essa CPI tem que ser prorrogada, para que a gente aprofunde ainda mais as investigações.

Eu queria poder aqui escutá-lo Adão, você já respondeu aqui as duas primeiras perguntas que eu tinha para lhe fazer. Primeiro, *sobre qual a sua impressão, qual a impressão da Secretaria*

Executiva em relação aos serviços prestados pela ENEL, se você tiver mais alguma coisa a acrescentar; e *se ela tem atendido as demandas do Governo do Estado do Ceará?*

Nós sabemos que existe, e como você já pincelou aqui na sua fala, uma obrigação contratual de investimento por parte da empresa detentora da Concessão de investir, primeiro era 2%, depois 1,5% e agora é 1% em obras de expansão, para que o Estado do Ceará possa fomentar o desenvolvimento do nosso Estado. Por isso eu tenho batido nessa tecla e dito que a ENEL atrapalha o desenvolvimento do Estado do Ceará.

Eu queria escutar de você se essas demandas do Estado do Ceará têm sido atendidas, essas solicitações têm sido atendidas de forma satisfatória. Então são essas as primeiras perguntas.

SR. ADÃO LINHARES MUNIZ (Secretário Executivo de Energia e Telecomunicações do Governo do Estado do Ceará): Pronto. Com relação ao primeiro ponto, nós somos clientes da ENEL, essencialmente clientes da ENEL. Nós solicitamos obras, nós indicamos obras, nós indicamos ligações, solicitamos tudo e temos tido nesse tempo que eu tenho permanecido, que eu tenho participado do governo, uma queda no Processo de Atendimento, sob o ponto de vista de prazo, por exemplo.

Eu tenho aqui um resumo e eu vou deixar como documento para a CPI, um resumo do Programa de Investimentos Especiais, e nós chamamos de PIE - Programa de Investimentos Especiais, que é contemplado dentro do Contrato de Venda das Ações, e vocês certamente têm, mas eu tenho também cópia aqui, através de um convênio que foi celebrado, que o adquirente das ações da Coelce assumiria essa responsabilidade de ter esse investimento que é um 2%, 1,5% e 1% no decorrer de um determinado cronograma até o final da Concessão do Faturamento Líquido. Isso, hoje, dá um número, o Sérgio pode me corrigir, mas uma coisa da ordem de 60 milhões/ano. Um resumo, hoje, em torno de 60 milhões.

Nós devemos estar recebendo da ARCE, quem atesta exatamente esse valor baseado no Balanço do ano da Companhia, a ARCE nos informa: No ano de 2024 a ENEL terá que investir no Programa de Investimentos Especiais 70 e tantos milhões, 60 e tantos milhões, então nós recebemos isso anualmente esse valor.

SR. RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): Ela tem cumprido esses valores, Adão?

SR. ADÃO LINHARES MUNIZ (Secretário Executivo de Energia e Telecomunicações do Governo do Estado do Ceará): Pronto. Esse aqui que eu quero demonstrar aqui, mostrar aqui. Hoje, por exemplo, de um total de 200 milhões 497 mil 410 reais - 73 obras. Nós estamos em execução

com 21 obras, com tempo médio de execução de obra de dois anos. Aguardando programação com tempo médio de aguardo de programação de um ano e meio. Aguardando a programação, e corresponde a 120 milhões. Em execução tem 20 milhões e pouco;

Aguardando programações: 34 obras, 120 milhões.

Com pendências - a pendência pode ser pelo lado do Estado, vamos supor Maranguapinho, a própria Secretaria das Cidades atrasa o Contrato de Urbanização, então a pendência é nossa. Pode ser que tenha alguns casos que a pendência seja nossa.

Remoção de Poste. A SOP atrasa ou alguma coisa da obra da estrada, e a gente também tem o nosso lado. Mas a maioria dessas pendências é, e o Sérgio pode confirmar, são deles mesmo, são da própria ENEL.

Então, quer dizer, isso aqui é um retrato, inclusive com a lista dessas obras com as observações devidas de cada obra dessas, nós aqui como clientes da ENEL. Por outro lado, nós somos a linha de frente da infraestrutura da sociedade. Ou seja, bate na nossa porta lá diariamente o prefeito interessado, todo cliente, digamos assim, da ENEL. A gente tem o contribuinte e tem o consumidor. E o consumidor bate reclamando dizendo: *Olha, nós temos um problema com a ENEL. Nós fizemos isso.* Nós somos uma porta de entrada do Serviço Público, o Estado.

Então, o que acontece? O que a gente percebe? Se tem alguma falha de atendimento de Serviço Público de Energia o responsável, para a cabeça daquele cliente, é o Estado. Ele reclama. A ENEL ainda não é uma empresa separada, desvinculada do Serviço Público. É um Serviço Público essencial, então, portanto, é como se fosse uma... passa a ser uma responsabilidade do Estado, e o Estado, naturalmente, nós fazemos essa interlocução no Conselho como eu falei, nós como representante do Serviço Público e Poder Público, também tem a indústria, tem o rural, que é o Erildo que esteve aqui, e é o Presidente do Conselho; tem o comercial, quer dizer, tem todos os representantes. O residencial, representante residencial, inclusive é de baixa renda, é da associação de baixa renda do Estado. Então, nós de certa forma como Poder Público e Serviço Público nós incorporamos essa representação inclusive dos demais.

Mas nós percebemos que a legislação e a regulação que foi criada criando esse Conselho, um Conselho vinculado e pago pela tarifa através da ENEL, acaba sendo um Conselho chapa branca; inclusive as reuniões, a sala do Conselho é lá dentro da própria ENEL, diferente, por exemplo, da Associação Brasileira de Distribuidores que tem uma força enorme junto a ANEEL em termos de lobby, em termo de defesa.

Então existe uma falha organizacional de Instituição. O consumidor é defendido por um Conselho que não tem absolutamente nenhum poder, nenhuma força, enquanto que as Distribuidoras de forma geral tem um atendimento. Então esse processo, e aí eu coloco bem forte: Há uma falha no modelo. O modelo precisa ser alterado nesse sentido, ou seja, o consumidor precisa ser atendido. Então, nesse ponto ratifico e coloco força, dou força nesse posicionamento em relação a uma representação maior dos consumidores. Quem sofre, de fato, quem acaba recebendo a responsabilidade acaba sendo o Estado, acaba sendo o governo. Então esse é o ponto. Eu já respondi as duas, deputado.

SR. RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): Continuando aqui, então meio que você já respondeu também o terceiro ponto, que seria essa questão do investimento, como é que está o investimento. Então, eu queria solicitar aqui, requisitar aqui que a Comissão tivesse acesso a esse seu Relatório, que você pudesse deixar com a gente esse Relatório desse investimento, dessas obras, o tempo dessas obras; é mais um ponto que nos deixa claro aqui o mau atendimento, inclusive com o dono da Concessão, vamos dizer assim, que é o Estado do Ceará.

Você também vê problemas ou chega até a Secretaria de vocês problemas em relação que é muito comum do consumidor residencial, Secretarias do Estado ou órgãos estaduais que tenham cobranças indevidas, cobranças duplicadas, dificuldade em atendimento de uma escola, de alguma coisa, ou não chega até à Secretaria de vocês? Esses problemas que nós vemos recorrentes como vemos com os consumidores residenciais. Isso existe também com o Estado?

SR. ADÃO LINHARES MUNIZ (Secretário Executivo de Energia e Telecomunicações do Governo do Estado do Ceará): Nós temos um Sistema de Monitoramento das Contas do Estado através de um Decreto do Governo do Estado. Foi estabelecido um Modelo de Padronização e Modernização das Utilidades, Serviço de Utilidade do Estado: água, esgoto, inclusive energia elétrica. Nós temos uma plataforma. Nós recebemos as informações dos consumidores do governo, dos prédios públicos, digamos assim. Todas as unidades de consumo dos prédios públicos são mensalmente informadas pela ENEL, um chip, um Pen-Drive, quer dizer, em pleno 2023 a gente ainda tem dificuldade de que essa informação seja passada de forme em tempo real, é o que nós desejaríamos ter realmente um Serviço de Monitoramento em tempo real. Isso nós temos dificuldade.

O consumo de energia do Estado é muito dinâmico. Você pode ter agora, nesse momento, uma solicitação de uma escola, um desligamento de uma Câmera de Monitoramento da Secretaria de Segurança, uma solicitação de alguma coisa de mudança de fase, mudança de coisa, ou seja, tudo está acontecendo ao mesmo tempo. Nós temos vários contratos que são centralizados pelo CNPJ de cada

Secretaria. Nós fazemos um monitoramento de todos esses consumidores, são cinco mil e tantos consumidores de baixa tensão, 800, eu não sei exatamente o número, estou chutando aqui número, mas a gente está... não só esse documento, mas todo esse Bi, todo monitoramento está à disposição, ele é público, naturalmente público, é um serviço público e, portanto, é público, e está à disposição dos senhores para qualquer momento, não só agora, mas a qualquer momento, e o acompanhamento disso contínuo de tudo que for necessário.

O que a gente tem? Que a gente não pode atribuir que seja má-fé ou que seja má vontade, mas o que a gente tem aqui, por exemplo, o Ordenador de Despesas de uma conta de energia, ele recebe a conta, não é o assunto dele, ele não sabe, não conhece aquilo e vem uma conta errada. Ele não paga a conta, por algum motivo ele se recusa a pagar porque tem alguma incoerência, inconsistência e tal. Então nós damos, como Seinfra, nesse monitoramento, nós damos assistência aos clientes da ENEL enquanto Serviço Público, e nós acompanhamos essas contas; têm discrepâncias mensais, discrepâncias mensais, dobradas, erros, falhas, e o Estado normalmente fica devendo. Por exemplo, a Secretaria de Saúde tem uma dívida lá, mas quando a gente vai verificar com a ENEL, aí o Carlos Gomes acompanha, a gente faz essas reuniões sistemáticas com eles, e eles têm muita dificuldade de controlar isso, e de ajustar isso. Ou seja, tem uma conta que tem mais de um consumidor; se um estiver errado, não pode pagar tudo. Tem que pagar tudo, e um errado, servidor não pode pagar porque senão ele vai ser punido. Então o servidor, como servidor público não pode assumir uma conta errada, então, não paga. Mas ele também não pode deixar de pagar, porque se tiver multa é ele que vai pagar multa, ele vai ser multado também, ele como servidor, então ele tem um compromisso como servidor público.

Então nós temos essa dificuldade que nós fazemos um monitoramento, nesse monitoramento, nesse Bi e acompanhamos, estamos acompanhando e temos esse acompanhamento à duras pena por conta da dificuldade de relacionamento dessas informações que não são passadas em tempo real. Então nós fazemos esse acompanhamento dessa forma.

Existe discrepância, existem falhas, e nós sistematicamente, recorrentemente nós procuramos ajustá-las. Todo mês a gente faz esse acompanhamento e essa prestação de conta de dívidas do Governo do Estado do serviço de lá. Agora nós não podemos acusar nem indicar que seja alguma motivação indevida. Isso faz parte. São muitas contas, são muitos números e as coisas, como eu falei, são dinâmicas.

SR. RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): Imagine se nós temos aqui, e eu era pra ter feito isso no início da minha fala, mas faço agora. Nós temos aqui um dos grandes

entendidos do setor elétrico no Estado do Ceará que é o senhor Adão. Todas as conversas que eu tive com técnicos, com advogados, com pessoas que nós convidamos para nos ajudar nessa relatoria, todos citaram o nome do senhor Adão Linhares como uma pessoa que entende desse Contrato, que entende todo o processo, e é um técnico, e com ele e toda sua equipe, claro, cuidando, ainda existe isso no Governo do Estado imagina o coitado do consumidor de baixa renda que fica a mercê dessa empresa. Então, Adão, primeiro, obrigado, mais uma vez, por ter vindo aqui. Eu acho que engrandece muito a nossa investigação.

E para encerrar aqui, duas últimas perguntas. No início da sua fala você falou que faz um acompanhamento também sobre o comparativo dessas Distribuidoras Estaduais. Nós temos alguns dados aqui e já podemos colocar em outras Oitivas, mas gostaríamos que você nos passasse esses seus dados desse comparativo de *como é que está a ENEL em relação a essas outras?Em qual colocação ali está o serviço do Estado do Ceará mais ou menos?* E para encerrar, *eu queria que você pudesse nos dar em sua opinião, o que poderia mudar nesse Contrato?Quais as mudanças que nessa nova Concessão, na renovação dessa Concessão deveria ser incluído ou retirado desses Contratos, para que a gente pudesse resguardar o consumidor para que ele tenha um serviço de qualidade?*

Você já falou aqui o modelo que está errado e precisa ter mais participação do consumidor, mas gostaria que você pudesse colocar aqui a sua impressão do que precisa ser mudado nesse Contrato também.

SR. ADÃO LINHARES MUNIZ (Secretário Executivo de Energia e Telecomunicações do Governo do Estado do Ceará): Com relação ao comparativo, eu fazia parte do Conselho e faço parte do Fórum do Secretário de Estado, então, assim, a ENEL num primeiro momento, algum tempo atrás, como o deputado mencionou, ela chegou ao nível de boas notas. Nós tínhamos aqui uma referência em termos de prêmios, premiações e tal, num determinado momento depois da situação onde foi pedida também a Caducidade. Na época do Governador Tasso Jereissati inclusive eu fazia parte da equipe, não era a Secretaria era Coordenadoria de Energia, Diretoria de Energia, e nós fizemos essa solicitação junto ao Governo Federal, e foi retomado através de um Plano de Trabalho, de um Plano Emergencial de 90 dias, vindo especificamente um Grupo Gestor da Espanha para tocar os 90 dias e foi retomado o nível de investimento, principalmente otimização, automatização de subestações, principalmente relacionado com o litoral, quer dizer, a degradação de maresia das linhas e subestações do litoral e da serra. Isso foi resolvido, e ficou no nível relativamente bom, ainda também não tão bom com relação ao Brasil, mas foi retomando.

A partir de, acredito, 2017, 2018, aí teve o problema de Goiás. Quer dizer, Goiás foi exatamente a ENEL também. A ENEL assumiu a Concessão de Goiás e não conseguiu fazer uma retomada de posição, e o Governo de Goiás, - a gente sabia disso através da secretária, na época era uma secretária que era da Infraestrutura que fazia parte e sempre nas reuniões do Fórum, a gente tinha uma rodada de discussões de todos os Estados com relação à Concessão Estadual de Energia, então cada um dos secretários fazia um breve relato das condições do... As queixas, praticamente todas eram as mesmas:Atendimento. Atendimento e distanciamento.

Nós aqui, no primeiro momento da concessão nós tínhamos uma aproximação muito forte, principalmente depois desse primeiro momento de Caducidade, então teve uma aproximação muito forte, e depois a ENEL voltou de novo, se distanciou do Estado, do governo, melhor dizendo.

Nessa fase, as grandes Concessionárias tinham um nível de serviço muito bom, por exemplo, quando a gente fala de grande Concessionária, o Estado de São Paulo, por exemplo, e tinham situações que eram naturais, características do Estado, por exemplo, do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro sempre teve um problema por conta de roubo, de gato, todas, todas as perdas técnicas, furto de energia, perdas comerciais não faturados, é o nome para o furto, e essas perdas são pagas pela tarifa, ou seja, os outros pagam, os outros adimplentes pagam por quem não paga. Então, quer dizer, esse é um problema crônico da Light e da ENEL lá no Rio de Janeiro. E aí era muito pesado. Isso a gente observava. E o grande problema de uma forma geral era esse atendimento dessa situação de perdas.

Por outro lado tinha as regiões menos atendidas que são os Estados do Nordeste, do Norte: Piauí e Maranhão, por exemplo, Piauí, Maranhão e Pará, que a Equatorial entrou e conseguiu reestruturar; Maranhão levou isso para o Pará, entrou no Piauí e está com dificuldade e tal. Tinha o Centro-Oeste também que se destacava por conta do nível de crescimento do Centro-Oeste, e nós ficávamos no Nordeste com uma situação regular para baixo. Sempre foi essa comparação no Nordeste.

Por último, o quê a gente percebia? Não tinha uma descentralização de monitoramento e fiscalização. Então atendendo a pergunta do deputado relator, eu vejo que o problema é centralização com pouca capacidade de atendimento para monitoramento e fiscalização pela Agência Reguladora. Ou seja, nós precisamos mudar o modelo no sentido de descentralizar e dar mais autonomia as nossas Agências locais, em todos os sentidos. Então esse é o problema.

O que aconteceu para isso ficar nítido no âmbito do Brasil todo? Foi o problema de São Paulo. Então quando a gente vê... a gente está sujeito aqui para o próximo ano, deputado, e aí eu coloco isso aqui bem aberto, a gente pode ter uma seca, e não tem absolutamente nenhuma

preparação, nenhum posicionamento da Concessão, da Concessionária enquanto Concessionária de Serviço Público, se preparando para uma situação de seca. Quer dizer, não há. Ou seja, uma coisa que é previsível, você sabe o que vai acontecer, quer dizer, é claro, a chuva de São Paulo é também imprevisível, você tem uma previsão. Inclusive nós estamos fazemos um trabalho conjunto incluindo sempre a Funceme. Em todos os sentidos a gente sempre consulta, sempre faz a inclusão da Funceme no sentido de dizer: *O que é que vai acontecer?O que é que a gente espera acontecer?* A gente sabe que vai faltar água. Se não chover vai faltar água no São Francisco, portanto, vai faltar energia; portanto, vai ficar a energia mais cara. Quer dizer é muito fácil você ter essa previsão e se preparar para isso.

No caso da Concessionária, nós também vamos ter dificuldade no ano que vem, com certeza, por conta da seca. Então a gente tem que juntar esforços, nós Estado e a Concessionária como Concessionária de Serviço Público para enfrentar essas situações que são previsíveis. Então esse modelo precisa ter uma aproximação e uma fiscalização maior do Estado, ou seja, sair de Brasília e ir para os Estados: a fiscalização e o monitoramento. Essa é nossa sugestão.

Quanto tirar ou colocar no Contrato, eu acho que o Contrato é muito bom, é muito bom o Contrato de Concessão. O que tem que fazer é um Modelo de Acompanhamento, o acompanhamento que a ANEEL faz, por exemplo, coloca um transformador novo que tenha uma depreciação de dez anos, esse transformador vai trabalhar no nível de esforço que ele está lá e vai durar dez anos. Se ela colocar antes, por algum motivo, a ANEEL faz o acompanhamento financeiro desse Contrato, porque os Ativos pertencem à União e vão ser entregues no final da Concessão ou renovados com um valor do corte do ano de 2028. Então, essa questão financeira, a questão de acompanhamento de Ativos isso pode ser centralizado, mas a questão do atendimento, a questão do município, a questão do Balcão do Atendimento tem que ser descentralizado. É isso, entendeu?

O nosso modelo com o Programa de Investimentos Especiais, o modelo do nosso Programa de Investimentos Especiais, que é o único no Brasil, a única Concessão que tem no Contrato esse Programa de Investimentos Especiais que o Governo do Estado determina onde fazer determinadas obras está servindo de referência para o Governo Federal, para as outras Concessionárias, para os outros Estados. Isso vai ser colocado nas renovações da Concessão como uma das prerrogativas que vão ser colocados no novo modelo para as novas Concessões. E nós estamos buscando outras experiências dos outros Estados para tentar sugerir, no caso, por exemplo, da nossa renovação. Agora nós queremos continuar com esse mesmo modelo porque o Serviço de Atendimento de Energia Elétrica é um serviço público, portanto, merece estar por trás uma política pública. Então nós temos

que continuar com esse modelinho de Programa de Investimentos Especiais para a próxima Concessionária que entrar no lugar da ENEL ou a ENEL, se ela conseguir fazer alguma coisa no sentido de continuar. Essa é a minha sugestão.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Deputado Guilherme Landim está atendendo um telefonema. Eu observando a sua fala, em São Paulo aconteceu um problema, não era previsto o dia nem hora, mas todo mundo sabe que pode acontecer uma tempestade, ninguém pode imaginar que não aconteça, mas em São Paulo, desde março tem uma CPI aberta lá para investigar a ENEL. A tempestade que ocorreu, e aí a falta de execução do Plano de contingência que é previsto em Contrato, eles dizem que tem que funcionaria lá e não funcionou, por isso que ecoou nos quatro cantos do Brasil o problema que aconteceu em São Paulo. Mas quem está nos assistindo e ouvindo talvez imagine que o problema foi esse pontual, lá da tempestade, e não foi. O problema lá é ipsis litteris o Estado do Ceará: A má prestação de serviço; a falta de respeito com a população. O problema é idêntico. A tempestade ecoou mais forte para todo o Brasil e foi manchete nacional, mas porque o Plano de Contingência da ENEL não funcionou.

Então, o que eu percebi na sua fala aqui, senhor Adão, é que está previsto a ter uma seca no ano que vem, e o nosso Plano de Contingência aqui vai funcionar? Se não funcionou em São Paulo, que não é melhor do que nós em nada, mas em tamanho é mil vezes maior, o Plano de Contingência não funcionou, ou seja, não houve respeito da ENEL ao Contrato de Concessão lá, atendendo esse Plano de Contingência, e aqui vai atender?

Eu, particularmente, o senhor é quem conhece, o senhor é o estudioso, é técnico da área e eu sou leigo, e na sua diplomacia, talvez, o senhor emocionalmente não responda como eu responderei: Não vai funcionar. Já está claro que não vai funcionar. E a ENEL que ora colocou os seus ativos à venda aqui no Estado do Ceará, depois que essa Casa reverberou o sentimento do povo, que antes ela não falava nisso, até porque a lucratividade dela aqui é absoluta ou absurda pela má prestação de serviço, mas ela ganha dinheiro todo dia na Bolsa de Valores. Então ela detesta uma CPI aberta, e isso já foi dita a mim por eles mesmos, por membros da ENEL.

O que eu quero dizer com isso? Que na sua fala eu captei e entendi que com essa seca que se avizinha, com as problemáticas que nós já temos e serão aquecidas com essa seca, talvez aqui no Ceará não funcione um Plano de Contingência, ou melhor, não está evidenciado que tem um Plano de Contingência para a problemática que se avizinha. Ou seja, é mais um problema para essa empresa.

Então, aproveitando o tempo aqui do Guilherme Landim, nosso deputado e relator, para dizer que a minha percepção é que nem o Plano de Contingência funcionou em São Paulo nem vai

funcionar no Estado do Ceará. Não tem como funcionar porque essa empresa é, me perdoe, ela é irresponsável, é desumana, não honra os milhões de reais que ganhou por ano, não honra os bilhões de reais reunidos em alguns anos que o levou do dinheiro suado do povo cearense, até porque esses bilhões que ela ganhou de lucratividade por ano, não é, eu diria assim a galinha dos ovos de ouro da ENEL. A galinha dos ovos de ouro da ENEL é a Bolsa de Valores, que todo santo dia ela ganha dinheiro lá, com a CPI aberta no Ceará, com a CPI aberta em São Paulo, com a CPI de Goiás, que foi através da CPI que ela saiu de Goiás.

Sessenta e seis prefeitos agora do Estado do Rio de Janeiro ingressaram com uma Ação contra a ENEL, a Casa Legislativa lá vai abrir uma CPI também, então a ENEL está demonstrando que não é mais um problema do Estado do Ceará, é um problema nacional, e olha lá, dirá se não é um problema internacional. Eu acho que cabe a nós também, Deputado Guilherme Landim, investigarmos como é que está a ENEL no funcionamento mundo afora, parte da Itália que ela faz; no Chile, que ela faz parte do Chile, lá têm denúncias também, eu já pesquisei, já vi tocarem fogo em frente à Agência da ENEL, a população revoltada,no Chile, com a ENEL. Então, assim, é um problema que eu vejo nacional.

Eu vou passar de volta aqui, devolver a palavra para o colega do Deputado Guilherme Landim. Mas só para entender aqui, eu não sei se é porque quando falo desse caso da ENEL, Deputado Guilherme, eu emocionalmente já fui acusado de estar envolvido, mas só para entender aqui. Nós temos aqui os deputados, nós temos aqui o senhor Adão com a sua comitiva; aqui são as assessoria dos deputados, eu vejo a Assessoria da Deputada Lia, do Deputado Guilherme, Deputado Bruno a nossa assessoria, a nossa assessoria da Comissão Parlamentar de Inquérito, e vejo aqui convidados nossos, está ali o Júnior Coutinho, liderança lá de Jardim, e vejo aqui um representante da ENEL. Eu queria só fazer uma indagação a ele. Eu o vejo sempre participando das reuniões, e a reunião é aberta, embora nessa sala hoje ela fosse até mais fechada, porque também tudo é gravado e filmado, e a ENEL terá ou teria acesso no momento oportuno que ela desejar. E eu queria depois, até ao término aqui da nossa audiência, da nossa reunião com senhor Adão, entender qual é o objetivo da ENEL a participar das reuniões. Primeiro que o representante da ENEL fez um pedido aqui à CPI informal, para ter acesso aqui a documentos que os deputados fazem solicitações a ENEL. Eu não autorizei e não concordo. Primeiro todo pedido que for fazer à CPI tem que fazer um pedido formal à CPI.

Então só quero deixar isso claro, porque se não a nossa Comissão Parlamentar de Inquérito... Formalizou depois que você disse que não aceitava e fosse informal, então eu quero só entender o

objetivo para a gente não estar nas reuniões e sempre tendo um representante da ENEL, sem a gente entender qual é o objetivo. Então eu quero que você nos passe o objetivo da sua presença para nós avaliarmos também se essa presença é cabível ou não nas nossas reuniões.

Leve já o recado para ENEL que ela vai ser convocada a prestar esclarecimento nessa CPI. Ela vai ter a convocação, e nós esperamos que ela cumpra a convocação. Se ela não cumprir nós vamos ingressar com o nosso direito de coercivamente ela participar, se não, ela vai responder na Justiça, inclusive até podendo cumprir ordem e mandado de prisão se ela não participar, se ela não atender a convocação dessa Comissão Parlamentar de Inquérito. Então leve para ela que essa Comissão Parlamentar de Inquérito vai fazer um trabalho respeitoso, zeloso e sério. Mas ela não vai recuar um milímetro, e não é a presença da ENEL nas reuniões da CPI sem dizer qual o objetivo, primeiro que nós vamos recuar, e segundo também que nós vamos autorizar vocês permanecerem nas reuniões sem que diga qual é o objetivo, até para que eu possa deixar claro aqui para os meus colegas deputadas e deputados.

Passo a palavra ao Deputado Guilherme Landim.

SR. RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): Bom, Presidente Fernando, eu queria só agradecer ao Adão pelas explicações, eu me sinto contemplado aqui com as respostas, e fico aqui à disposição para ver aí as indagações dos demais colegas. Obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Eu que agradeço Deputado Guilherme Landim, muito obrigado.

Eu vou passar a palavra ao colega Deputado Bruno Pedrosa que está inscrito para fazer também os seus questionamentos. O Deputado Guilherme teve que atender aqui uma ligação de urgência do trabalho, mas o senhor Adão estava respondendo a sua pergunta, e só para dar ciência ao Deputado Guilherme Landim, ele falava aqui, ele não citou a palavra, mas eu entendi que era essa:*Que a ENEL tem um Plano de Contingência,*e lá em São Paulo o que estourou depois dessa tempestade foi que o Plano de Contingência dela falhou, ou melhor, não entrou em operação, enfim, não aconteceu no tempo que era pra ter acontecido, por isso que ecoou o problema da tempestade nos quatro cantos do Brasil, muito embora a CPI foi aberta lá em março, muito antes da tempestade.

E o senhor Adão demonstrava aqui que está se prevendo uma seca para o ano que vem, e problemas virão com essa seca, sobretudo na distribuição de energia elétrica aqui para a nossa população, desse serviço essencial, sobretudo para quem mais precisa lá na ponta. E o Plano de Contingência aqui vai funcionar? Será se tem um Plano de Contingência pra cá? Porque tem previsto em Contrato que ela tem que ter um Plano de Contingência, porque é uma empresa que ganha

milhões, bilhões de reais tem que ter um Plano de Contingência. Então o pouco do que ele falou aqui neste último momento que Vossa Excelência teve que atender ao telefone foi isso que eu entendi.

Passo a palavra aqui ao Deputado Bruno Pedrosa.

SR. DEPUTADO BRUNO PEDROSA (PDT): Boa tarde a todos. Boa tarde, Deputado Fernando Santana, o nosso Presidente; Deputado Guilherme nosso Relator; Deputada Lia Gomes. Agradecer ao Adão Linhares pela sua presença, a todo o grupo da Secretaria de Infraestrutura.

Eu vou ser bem objetivo. Eu vou fazer quatro perguntas, Adão, somente. Fazer quatro perguntas e também... fugiu aqui a memória, mas vou focar aqui nas quatro perguntas, mas qualquer coisa, alguma dúvida que for gerada das perguntas eu posso fazer posteriormente.

Já registrando também toda contribuição que o Adão deu para o desenvolvimento das Energias Renováveis no nosso Estado, tem toda a nossa admiração, nosso respeito, Adão. Para nós é um prazer recebê-lo aqui na Assembleia Legislativa.

Vou ser bem breve. Secretário, inclusive meu amigo quiteriense lá da nossa Santa Quitéria, que a gente tem um carinho muito grande, a Deputada Lia é lá de Sobral, vizinha a Santa Quitéria, a gente tem um orgulho de representar aqui na Assembleia.

Eu vou falar um pouco de Energia Renovável, pois eu estou como Presidente da Comissão de Energia Renovável aqui na Assembleia na Frente Parlamentar, vou falar sobre o Contrato e sobre Energia Renovável.

O senhor é muito conhecedor profundo do Contrato, uma Caducidade do Contrato, o ***dayafter*** *lhe preocupa? O Estado retoma o controle desse Ativo da empresa? Seria esse o processo e teria algum prazo para que pudesse voltar para a questão privada, alguma coisa nesse sentido?* É uma dúvida que eu acho importante a gente falar para a população. Foi pedido na Comissão Especial, Deputado Guilherme a Caducidade do Contrato pelo não cumprimento das cláusulas, e a ANEEL respondeu de forma muito sintética, de forma muito resumida que não caberia à Caducidade. É uma dúvida que eu acho que a população se faz e não faz muito quando a gente está na rua.

Segunda pergunta. O senhor tem conhecimento que a ENEL tem dívidas com o Governo do Estado e com municípios. Nós temos o conhecimento aqui profundo que ela tem muitas dívidas com o município, e aí especificamente perguntando com o Governo do Estado se ela tem alguma divida vindo desde as outras empresas que assumiram o controle, e hoje se tem essa dívida, qual seria o valor aproximado e como qual seria o papel do Poder Legislativo em buscar a cobrança dessas Receitas junto ao Executivo, e também é o papel do Legislativo nesse sentido pra gente poderá ferir isso.

Passando para as Energias Renováveis, eu queria fazer uma pergunta, o senhor também muito conhecedor não só do Contrato e também de todo o mercado, o senhor que também vem do setor privado. O senhor imagina que hoje, tanto no mercado livre como também na baixa tensão, na geração distribuída, se essas subsidiárias da ENEL, como a ENEL Trading, ENEL Green Power, se elas de alguma forma estão ferindo os princípios da livre concorrência desse mercado hoje que eles estão oferecendo os descontos tanto para alta tensão como para baixa tensão?

E por fim, e por fim, o senhor acompanha de perto que eu sei, eu queria que o senhor discorresse um pouco sobre o papel da ENEL no não desenvolvimento de centenas, de milhares de projetos de geração distribuída, que estão vindo com aqueles orçamentos milionários de custo de obras, e simplesmente são alegados inversão de fluxo e, no final não cumpre a resolução, não cumpre os requisitos que ela tem que dar para os acessastes, os que pedem o Parecer de Acesso.

A gente recebeu aqui o Presidente da Absolar, e discorreu diversos projetos, centenas, e o Ceará está perdendo dois bilhões de reais em investimentos privado, uma geração de dez mil empregos por ano por essa não otimização e por essa não transparência da ENEL no sentido de fornecer as informações necessárias, e não fornecendo as informações necessárias, negando os Pareceres de Acesso.

Então seriam essas quatro perguntas sobre: Caducidade do Contrato; as dívidas que a ENEL têm com o governo; feriu os princípios da livre concorrência e a não autorização do Acesso da rede para a geração distribuída.

SR. ADÃO LINHARES MUNIZ (Secretário Executivo de Energia e Telecomunicações do Governo do Estado do Ceará): Bem interessantes às perguntas. Muito bem, eu diria que bem claras.

A Caducidade e a antecipação do final do Contrato de Concessão, quer dizer, com a finalização do Contrato de Concessão que é o contrato entre a União, que é poder concedente, e a Concessionária, isso implica que a União retoma a prestação de Serviço de Distribuição. Ou seja, não seria o Estado do Ceará que voltaria a ser dono ou participaria. As ações dos Estados do Estado do Ceará foram vendidas para essa Concessionária. Quer dizer, seria a União. A União... Todos os Ativos, todos os postes, transformadores, cabos pertencem à União que é poder concedente. Está nas mãos da Concessionária para cuidar desses Ativos. No momento que ela termina o Contrato ela devolve esses Ativos para a União. Então quer dizer, os Ativos pertencem ao poder concedente. Então, a Caducidade significaria o seguinte: *Olha, amanhã termina seu Contrato, você está fora, eu vou botar um pessoal no seu lugar aí na gestão.* Troca de crachá os funcionários, basicamente assim, troca a empresa e entra uma empresa estatal federal. A União teoricamente teria que ter essa teoria.

Quer dizer isso não dá para fazer de uma hora para outra dessa forma. Então, naturalmente a ANEEL, que é a delegada do Poder Concedente que fez o Contrato de Concessão com a Concessionária iria tomar uma posição no sentido de retomar o serviço sem ser pela Concessionária. Isso é o processo inclusive dito pela própria ANEEL que seria desse jeito. Ah, naturalmente isso precisaria de um prazo. Então, o quê poderia acontecer? Ela teria um prazo que seria um Prazo de Contingência de 90 dias, de tantos dias para duas opções: Ou teria uma empresa Concessionária estatal ou faria uma nova licitação de emergência, para assumir uma nova Concessionária, emergencialmente. Quer dizer, seria um caos, assim, a meu ver ficaria uma situação complicada de retomada de serviço, de Prestação de Serviço e tal.

Imagina a cabeça dos funcionários e os terceirizados que hoje trabalham na Concessionária sem saber quem é o dono da empresa, por uma situação de Caducidade. Quer dizer, esse modelo, eu digo que é mais uma falha nesse modelo. Ele não existe. Ele não é prático. Ele não é factível. Você não pode... Quando você vê uma Concessionária chegar ao fundo, como foi dito aqui, não tenho mais o que melhorar, não tem mais o que piorar, aliás, então, quer dizer, como é que você vai tirar se você não pode tirar e continuar o serviço na sequência, no dia seguinte, no *dayafter*. Então é um modelo que não tem a porta de saída num caso emergencial dessa forma. Então isso é mais uma forma... Por exemplo, a ANEEL não teria condições de assumir a Concessionária em nome da União no lugar da ENEL imediatamente. Então seria uma situação complicada. Talvez a resposta da ANEEL tenha sido feita dessa forma mais nesse sentido, preocupada em como eu vou resolver, e não simplesmente com o consumidor cearense. Eu vejo dessa forma a primeira pergunta.

Com relação a dívidas com o Estado, nós tivemos no processo de venda das ações da Coelce Estatal, uma avaliação, foi feito um valor eichon como diz o nome padrão, pelo IFC – International Finance Corporation que é um braço do Banco Mundial. O Banco Mundial e IFC foram contratados pelo Estado do Ceará para fazer avaliação, pra dizer: *Olha, a tua empresa Coelce vale "X", está aqui.* Aí fez um documento. Esse documento existe. Esse documento foi feito e foi o que baseou a Licitação de Venda das Ações do Estado. Então foi estabelecido aquele valor. *Olha, eu vendo as minhas ações no mínimo por "X", quem quer participar?* Aí teve a Licitação em 1997, e participaram vários, se não me engano três ou quatro interessados, e foi vencedor o Consórcio Distriluz, que no contrato está aqui, inclusive os componentes desse consórcio que foi o vencedor.

Nesse valor eichon, nessa avaliação feita pelo IFC, já que existiam condicionantes do Estado: *Olha, eu vou vender minhas ações, mas quem comprar vai ter que cumprir alguns compromissos já adquiridos, já estabelecidos na minha companhia enquanto estatal.* Quais esses compromissos?

Primeiro compromisso: Tem que garantir que vai implantar uma termelétrica a gás natural no Pecém, para suportar o nível de curto circuito de uma siderúrgica. Então, quem comprar vai ter que fazer esse empreendimento de alguma forma. Vai ganhar dinheiro com empreendimento também. Vai ser a proprietária de uma termoelétrica que vai vender energia. Perfeito. Esse compromisso abate desse valor "X" milhões. Então aquele valor previsto pela avaliação do IFC já caiu um primeiro bocado.

O segundo compromisso. PIE - Programa de Investimentos Especiais, 2% no primeiro ano; 1,5%, 1% até o final da Concessão. Quem vai dizer onde vai investir vai ser o Estado do Ceará esses valores de investimento. Ah!O PIE vai cair mais 30 milhões, "X" milhões, então aquele valor eichon que era um bilhão e 200, - eu estou chutando aqui números, falando números à toa – vão cair 50 por conta da termelétrica; 30 por conta do PIE.

Teve um terceiro compromisso que era o vencedor, o ganhador das ações, o comprador das ações do Estado se comprometeria em aportar à contrapartida de um compromisso da Coelce de implantar dois Parques Eólicos, um em Paracuru com 30 megawatts, e um em Camocim com 30 megawatts, no valor aproximado, em termos de valor de investimento, de cem milhões de dólares financiados pelo banco japonês JBIC ao Estado do Ceará. O Estado do Ceará tomava emprestado esse recurso; a Coelce, o ganhador, o vencedor da venda das ações da Coelce entraria com a contrapartida para esse empreendimento; o empreendimento pronto venderia a energia no mercado, a Coelce mesma compraria, colocaria à disposição; 70% dessa venda iriam para o pagamento do financiamento, e os 30% iria para recompor, ressarcir a contrapartida da Coelce. O Parque seria do Estado financiado pelo Banco japonês com a contrapartida paga antecipadamente pela Coelce e ressarcida por energia.

Então o quê a Coelce deve? Ela botaria o dinheiro inicial da contrapartida, mas receberia energia. Então ficaria zero a zero. Ah, mas no valor eichon, na avaliação do IFC foi considerado que esse valor financeiro de emprestar antecipada a contrapartida e receber depois energia corresponderia a uma queda do valor de "X" milhões de reais. Esse valor é um valor indefinido, nunca foi calculado.

O Parque Eólico não se não se concretizou. O governo, por conta do Proinfa (Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica) que evoluiu no Governo Federal, o Governo do Estado disse: *Não, eu não preciso mais fazer uma ação de atração de investimento para Parques Eólicos porque o próprio Governo Federal já fez o Contrato global, para o Brasil todo, do Proinfa, então eu não preciso mais tomar dinheiro emprestado, endividar o meu Estado para fazer um Parque Eólico para provar para o Brasil que parque eólico é viável. Então eu vou cancelar esse financiamento do banco japonês.* E foi cancelado no Governo Lúcio Alcântara, foi cancelado esse

financiamento e pronto, não vai ter mais Parque Eólico do Estado para provar que energia eólica é interessante para o Nordeste, para o Estado do Ceará, para o Brasil. Então foi cancelado o financiamento.

Com esse cancelamento, o entendimento da Coelce é que: *Pronto. Então eu não tenho mais compromisso. Morreu aí o meu compromisso com o Estado.* Não. Eu não concordo. Eu acho que ela comprou as ações mais baixas do valor e esse valor foi tirado da sociedade. Simples. Ela comprou mais barato, a Coelce, as ações, por conta desse compromisso. Então sim foi abatido o valor. Então ela deve esse valor que foi abatido. Quanto é? Tem que se olhar para essa avaliação, tem que se olhar para o que foi pago e calcular, fazer uma estimativa de cálculo que tem que ser negociada entre o Estado e a Coelce o valor exato desse valor que corresponde um ressarcimento desse custo, desse abatimento no lance que eles ganharam a compra das ações em função da presença desse compromisso, e por força da evolução tecnologia, por força do momento de crescimento de energia eólica no Brasil não foi mais necessário esse Parque Eólico.

Se eu consegui responder, se ficou claro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Então já estava pago, né? Já estava pago. O Estado já pagou tudo. A ENEL é quem é devedora ao Estado. Em outra fala a ENEL é quem é devedora.

SR. ADÃO LINHARES MUNIZ (Secretário Executivo de Energia e Telecomunicações do Governo do Estado do Ceará): Ela comprou as ações, vamos supor por um bilhão de dólares e considerou esse lance um determinado valor a menos pra compensar essa posição financeira que ela ia ter de aportar à contrapartida do Parque Eólico. Como o Parque Eólico não aconteceu, ela não aportou, e não aconteceu. Então, mas o valor que ela pagou, pagou menos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Eu identifico como o Estado... ela tem um débito com o Estado. Ela não construiu o Parque Eólico, não foi necessário, mas ela pagou a menos, então ela tem um débito com o Estado.

SR. ADÃO LINHARES MUNIZ (Secretário Executivo de Energia e Telecomunicações do Governo do Estado do Ceará): Com a sociedade cearense.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Com o povo do Estado do Ceará.

SR. ADÃO LINHARES MUNIZ (Secretário Executivo de Energia e Telecomunicações do Governo do Estado do Ceará): Com relação ao mercado AGD, a livre concorrência, quer dizer, o que a gente observa, - e eu faço uma comparação com os outros Estados do Brasil onde tem a mesma

configuração, - ou seja, você tem um *holding* de uma empresa que ela tem uma concessão e ao mesmo tempo ela também tem atividades que podem, digamos assim, competir, por exemplo, em geração distribuída. Todos os Estados que as Concessionárias adotaram uma abertura para que realmente isso pudesse ser possível como, por exemplo, Minas Gerais, evoluíram e cresceram, e teve geração de renda, investimento, houve mudança de crescimento em si da geração distribuída e não prejudicou a Concessionária, por exemplo, no caso a Cemig em Minas Gerais. Eu comparo sempre com Minas Gerais porque Minas Gerais foi na frente. E muita coisa o Estado do Ceará é pioneiro, avança, é vanguarda, mas nesse caso de geração distribuída Minas Gerais é o Estado que realmente se destacou e realmente comprova que dá resultado. Ou seja, os investimentos em geração distribuída trouxeram resultados para o Estado de Minas Gerais e não prejudicaram a Distribuidora que também era estatal, a Cemig Distribuidora.

Então comparando com o Ceará, essa dificuldade que é causada pela ENEL, no sentido de permitir o crescimento da utilização de geração distribuída numa Rede de Distribuição que a gente tem que é uma rede fraca, como eu falei também fora, antes da nossa conversa em relação ao MRT, a substituição do MRT que é Monofásico, retorno por terra, que é a rede fraca, digamos assim, no interior, que a gente tem que substituir por reforço trifásico, que tem um programa nosso para fazer esse reforço, o Ceará Trifásico, eu coloco sempre isso, através do PIE, desse programa, a gente reforçar as redes do interior de monofásico. Então, quer dizer, essa posição não cria uma dificuldade de livre concorrência se não houver a quarta pergunta, que é a dificuldade no orçamento de um interessado em fazer a conexão de uma Geração Distribuída.

O interessado chega: *Eu quero conectar nessa subestação 01 megawatts de Geração Distribuída.* Então a ENEL tem a prerrogativa regulamentar, garantida pela regulação, de fazer um cálculo de fluxo de energia; a energia vai entrar aqui e vai ser utilizada na mesma região? Não. Vai ter que subir para linha de 69; vai ter que ir para subestação de 69, e ir para Fortaleza, porque Fortaleza que tem a concentração de carga. Então, para que esse um mega entre em Caridade, por exemplo, e vá para Fortaleza, eu tenho que reforçar a subestação de 69 e levar aquela energia de um mega para Fortaleza. Isso vai custar 20 milhões para um projeto que custa cinco milhões, quatro milhões. Então, não faz sentido. No entanto, em determinada circunstância aquele projeto em ponta de rede ajuda a situação local. Essa conta não é feita no sentido positivo, é sempre feito no sentido da dificuldade, o que dificulta o investimento em GD, o que dificulta o desenvolvimento de Geração Distribuída no Estado do Ceará. Isso, realmente, é fato.

Então se você pegar e comparar o Estado do Ceará em termos de evolução de crescimento de Geração Distribuída que poderia ser muito, porque a gente tem uma qualidade de Sol, uma qualidade de produção de energia solar fotovoltaica excepcional, prejudica o desenvolvimento e investimentos em geração distribuída no Estado. Isso eu digo sem dúvida nenhuma.

Nós temos o Programa Renda do Sol, aprovado por unanimidade pela Assembleia Legislativa, que coloca à disposição a geração distribuída para o cidadão de baixa renda para produzir além do que ele precisa produzir o excedente e o Estado adquirir comprar a energia excedente dele. Vocês sabem muito bem porque foi votado por vocês. E isso é uma forma de você gerar, aproveitar o Sol para produzir, é como se você estivesse plantando, além do milho e do feijão, o Sol, e vendendo a energia produzida pelo cara no interior.

Então você oferece à disposição o painel fotovoltaico financiado, pago pelo beneficiário e vai buscar a energia dele, compra a energia para os prédios públicos do Estado. Então, quer dizer, isso era uma coisa que a ENEL poderia fazer ela mesma, inclusive ela tem a prerrogativa de fazer isso, ela pode contratar até 10% da energia que ela distribui como energia renovável. A Concessionária de Santa Catarina que também é estatal faz isso, poderia fazer essa compra de energia, ela mesma fazia um Renda do Sol dela e teria benefícios. Não é difícil de colocar na matemática, na engenharia essa conta.

Então, eu respondo essa, desse orçamento, como uma defesa, e juntando à terceira pergunta que é a livre concorrência, uma coisa somar outra. Ou seja, eu dificulto a tua entrada como investidor de Geração Distribuída e, ao mesmo tempo, se a minha Concessionária, a minha empresa GD, eu posso permitir que ela faça porque eu sou dono dela também, quer dizer, a gente não pode dizer claramente isso, mas quando você vê um orçamento de 15 milhões para ter um acesso de uma GD de 01 mega tem alguma coisa que não está batendo corretamente, ou seja, a engenharia não admite isso. Então é basicamente o que eu vejo isso, ou seja, eu estou cobrando como se eu tivesse penalizando aquele aquela Geração Distribuída lá de Caridade, porque ele vai produzir a energia, e eu estou carimbando aquela energia que ela tem que subir para Fortaleza. Então é caro eu bombear. Imagina eu bombear, fazendo parada com a água, eu tirar um poço lá de Caridade e trazer essa água para Fortaleza, bombeando lá, vai sair caro demais, lógico.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Deputado Guilherme Sampaio, faz parte também da nossa Comissão.

SR. DEPUTADO GUILHERME SAMPAIO (PT): Boa tarde. Eu queria pedir a compreensão pelo meu atraso, a Sessão terminou tarde hoje, nós estávamos em reunião com o presidente há pouco.

Essa prerrogativa de determinar o critério técnico através do qual essa Distribuição será feita para determinado destino, como você agora deu exemplo, uma GD de Caridade alimentando Fortaleza. Essa prerrogativa, de acordo com a regulamentação vigente, do ponto de vista técnico é uma prerrogativa da Distribuidora então. Ou seja, é a Distribuidora que diz como aquele investidor de um pequeno projeto de Geração Distribuída lá de Caridade vai se integrar à rede com determinado destino para aquela energia que vai ser gerada, é isso? Eu fui claro?

SR. ADÃO LINHARES MUNIZ (Secretário Executivo de Energia e Telecomunicações do Governo do Estado do Ceará): A pergunta está clara. O que determina é uma Análise de Viabilidade Técnica, chama-se AVT, que ela faz, por exemplo, ela tem na Região de Caridade, estou citando Caridade, mas pode ser Irauçuba, pode ser qualquer lugar do Estado, você tem uma determinada quantidade de energia que é consumida lá durante a manhã, durante a noite. O fluxo de energia ele ocorre naturalmente de onde está vinda a energia para quem está consumindo, por exemplo, eu tenho lá um distrito, vamos imaginar que a gente tem um distrito ali ou Caridade mesmo, ou Campus Belo ali, quer dizer eu sou de lá e sei. Então, você tem lá a rede vai levar essa energia para lá e o pessoal de noite está ligando a televisão e tal e está ligando ali as coisas, está consumindo ali. A Geração Distribuída, quando você coloca lá, naturalmente é o Sol, ela está na parte da manhã, então ela vai ser consumida o máximo possível por quem consome lá naquela hora, evidentemente ela não vai ser gerada de noite, então vai ter que ir a energia daqui de Fortaleza, de Canindé, de outro lugar para lá para ser consumido de noite. Durante o dia é consumida e o que sobra, um pouco que sobra, sobra pouco, vai para as proximidades, ou seja, dentro daquela rede que são alimentadoras de 13.8. E naturalmente se distribui por lá mesmo. Dificilmente você vai ter uma Geração Distribuída que vai gerar, aí você já tem a centralizada que já é diferente, é preciso realmente uma conexão mais alta, de alta tensão. Então dificilmente você vai ter esse fluxo de energia de uma geração de 01 mega, 02 mega saindo da região, das proximidades e indo para uma central precisando de um reforço de 69. É isso que eu quero dizer.

Então sob o ponto de vista dessa Avaliação Técnica a Concessionária coloca determinadas condições de fluxo e estabelece esse critério de que precisa reforçar rede 69. Portanto, se eu colocar um recondutoramento de uma rede de 69 para levar 01 mega que vai se distribuir na região inviabiliza. Ela tem razão até certo ponto.

É verdade, esse cálculo, esse fluxo está correto? Essa quantidade de demanda que tem na região realmente é muito baixa que 01 mega é preciso sair de lá e subir na 69? Isso tem que ser verificado. E naturalmente o solicitante recebe aquela resposta, ao invés de ele bater, vai desistir do

investimento. Ele vai dizer: *Aqui eu não vou fazer. Eu vou fazer na Bahia; vou fazer no Piauí. Eu vou fazer em outro lugar.*

Eu digo isso como Estado, como secretário, que nós recebemos vários investidores, vários, não é só um, relatando exatamente esse mesmo problema. E grandes investimentos, pequenos, mas grandes investimentos espalhados pelo Estado do Ceará.

SR. DEPUTADO GUILHERME SAMPAIO (PT): Nós teríamos aí um conflito de interesses, em tese, né? Qual seria a forma de superá-lo? Por exemplo, seria racional seria viável que essa Análise Técnica fosse elaborada por um ente independente da Concessionária, pela ANEEL? É racional nos modelos de concessão existentes que esse tipo de Avaliação não fosse feita pela própria Distribuidora?

SR. ADÃO LINHARES MUNIZ (Secretário Executivo de Energia e Telecomunicações do Governo do Estado do Ceará): A Rede de Distribuição do Estado é pública, serviços públicos. Nós não temos disponibilidade de todas as informações da Rede de Distribuição. Minas Gerais tem. Está no site, você entra no site, e pode calcular exatamente essa mesma Avaliação Técnica. O interessado pode fazer a conta, fazer o cálculo e checar. *Ah, mas tem dúvida? Ah!Não, eu não concordo.* A Concessionária diz uma coisa, o acessante diz outra. Nós temos uma Agência Reguladora. Aí volta para o problema, e o deputado não estava aqui no momento, que é a de descentralização da fiscalização e do monitoramento. Quer dizer nós temos uma fiscalização lá no céu, distante da gente, distante do cara lá de Caridade. Então ele não tem acesso a essa, digamos assim, essa mediação. Inclusive tem um departamento na Agência Reguladora Nacional que é um Departamento de Mediação exatamente os conflitos. Só que é diferente o conflito de direito, que tem opinião, tem interpretação. A matemática é cruel, é exata, ela não permite dúvida. Então, quer dizer, não tem dificuldade. Basta querer.

SR. DEPUTADO BRUNO PEDROSA (PDT): Então, agradeço, Presidente Guilherme; agradeço, Adão, pelas explicações. A gente fica muito preocupado, muito estarrecido, eu acho que essa é a palavra, do volume de investimento que o nosso Estado tem perdido e, ao mesmo tempo, a melhor parte que é descentralizada, seria investimento em Ararendá, investimentos em Ipaporanga, investimentos em Missão Velha, em Brejo Santo, Milagres, e nós estamos perdendo isso por uma ingerência da Concessionária. Então, com certeza a gente tem que levar isso até o final aqui na CPI, para buscarmos consertar esse desajuste que tem para a concretização da Geração Distribuída, das energias renováveis no nosso Estado.

Passo a palavra para você, presidente. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): Obrigado, Deputado Bruno. Quero passar a palavra para a Deputada Lia, logo em seguida para o Deputado Guilherme Sampaio.

SRA. DEPUTADA LIA GOMES (PDT): Boa tarde. Boa tarde, pessoal da Seinfra.

Eu fiquei aqui com algumas dúvidas. O senhor falou que o Modelo de Concessão no geral é bom, para além dessa questão da descentralização da fiscalização e da melhor organização do Conselho, *quais são as outras providências que outras mudanças nesse contrato que poderiam ser feitas e o quê o Estado pode fazer de mais efetivo assim que possa afetar a ENEL?* Existe algum tipo de punição para esse atraso de um ano e meio para fazer uma programação, quando eles recebem acho que o dinheiro à vista, um depósito único, e demora mais de um ano, dois anos para... Eu acompanhei até pouco tempo um caso de Reriutaba que eles demoraram quase um ano para fazer, mesmo a gente tendo a interferência, intercessão da Sinfra. Eu queria saber.

SR. ADÃO LINHARES MUNIZ (Secretário Executivo de Energia e Telecomunicações do Governo do Estado do Ceará): O problema da fiscalização, quer dizer, a Agência Reguladora cumpre regras, e sempre também se defende nesse sentido: *Eu não posso ir além do que está determinado pela regra*.

SRA. DEPUTADA LIA GOMES (PDT): Pergunta não registrada. Fora do alcance do microfone.

SR. ADÃO LINHARES MUNIZ (Secretário Executivo de Energia e Telecomunicações do Governo do Estado do Ceará): Está correto. Está correto. Claro, porque ela também não pode atropelar a legislação. Ela não pode tomar decisão, como aconteceu algumas vezes, alguma coisa relacionada com termelétricas, que acontece, às vezes, a gente fica assim: *Poxa, a Agência, no vácuo de uma legislação ela está tomando uma posição de Regulação.* Então, quer dizer, o Contrato é claro, têm as obrigações, têm as multas, estabelece as regras, e a Agência Reguladora faz a Regulação que são as resoluções baseadas na legislação. O problema é a execução dessas resoluções e o distanciamento da centralização lá, porque ao mesmo tempo em que a Agência Reguladora, ANEEL, em Brasília, tem um problema, vou citar de novo, de Caridade ou algum lugar do interior do Estado do Ceará, tem também Santa Catarina, tem também do Amazonas, e tem um corpo técnico que não tem braço suficiente para atender e avaliar.

Então, existe uma força muito grande das Concessionárias, das Distribuidoras de tal forma que aquele processo que tem em reuniões muito transparentes, você pode assistir as reuniões semanais, segunda-feira, terça-feira; tem um processo; tem a votação, tem a discussão e tudo, mas você está no nível da Agência Reguladora Nacional e as coisas que acontece lá, por exemplo, quando a gente faz aqui a reclamação, essa sua pergunta é muito interessante porque a gente faz a reclamação

diretamente pra ENEL. *Olha, nós precisamos resolver isso. – Sim, senhor, nós vamos resolver.* Aí passa uma semana: *Nós vamos resolver isso. – Sim, senhor.* Resolveu? Não. Mas vamos resolver. E aí dão mais um prazo.

As reuniões do Conselho são interessantes, é a mesma apresentação mudando a data. Tem lá: Obra número tal; nós vamos concluir no prazo tal. Ou seja, é uma postergação contínua de uma situação crônica. Ela precisa contratar mais terceirizados, empresas terceirizadas para cumprir Contratos.

Uma obra, por exemplo, para atendimento da Região de Morada Nova, uma área enorme de desenvolvimento de melão, fruta, é como se fosse um shopping center onde tem uma grande empresa Itaueira que vai produzir melão, exportar e tudo e vai criar um satélite de produção de pequenos produtores enorme; uma obra de 33 milhões com uma subestação nova, reforçar uma região densa de produtividade, três anos para construir. A mesma empresa pede no mercado privado e faz em oito meses. Quer dizer tem alguma...

SRA. DEPUTADA LIA GOMES (PDT): Pergunta fora do alcance do microfone.

SR. ADÃO LINHARES MUNIZ (Secretário Executivo de Energia e Telecomunicações do Governo do Estado do Ceará): Não. Não. Esse pagamento é o dinheiro que está no bolso dela. Esse dinheiro não sai do Estado. Isso aí é que eu queria corrigir. Esse é o direito que o Estado, a prerrogativa que o Estado tem de dizer: *Olha, ENEL, esses 70 milhões desse ano que a ARCE acabou de me dizer aqui que eu tenho o direito de dizer onde eu vou botar...* Eu tenho o direito de dizer onde eu vou botar. Eu não pego o dinheiro do Tesouro e dou para ela não. Não deposito; não pago antes. É diferente do privado. Quando a gente pede uma ligação que precisa pagar, ela pede que a gente adiante o dinheiro, e realmente ela pode atrasar. É isso que aconteceu. É fato. Agora, o do Estado, esse do PIE, o dinheiro está nela, está no dinheiro dela, é o dinheiro da arrecadação dela; é o investimento dela. A única coisa que o Estado tem, conforme o Contrato de Venda das Ações é a prerrogativa de dizer: *Essa obra de remoção dos postes da BR e tal lá em Juazeiro*, - eu estou dizendo isso que eu li uma aí que está atrasada, que é assim, - *vai ser de tantos milhões, três milhões, está aqui, esse dinheiro você faz pra essa obra aqui.* Então, eu não pego no dinheiro. O dinheiro é dela, o investimento é dela. Eu só digo onde ela deve botar. E aí ela tem que me dizer o prazo e fazer essa obra naquele prazo, remover os postes e tal, e fazer tudo isso.

A gente fez muito com o seu irmão lá, essas coisas, mas com muita dificuldade também. Ele é testemunha disso tudo também. Então, quer dizer, é diferente do privado que pede uma ligação, e ela diz olha: *Custa tanto, porque também tem o direito.* A conexão privada tem uma parte que é do

acessante e tem uma parte que é da Distribuidora. Essa parte da Distribuidora vai para tarifa e é remunerada de volta para ela. A parte do acessante ele paga. Por quê? Porque ele está numa ponta, digamos assim, precisa acrescentar a coisa. Pode ser erro? É. Mas isso é da regra, da União. Então, eu estou pagando uma coisa porque a União não pode fazer tudo, teoricamente, essa complementação feita pelo acessante. Mas mesmo assim ela atrasa. Mesmo assim ela tem prerrogativa. Aí ela justifica. Para efeito de fiscalização que foi a pergunta, ela justifica. Ela diz assim: *Olha eu não fiz por conta disso, disso, disso.* Aí o fiscal diz assim: *Tudo bem, eu vou abrir mão dessa vez.* Aí da outra vez ela justifica de novo. Aí tudo bem. Aí esse tudo bem vai, vai, vai. E nós aqui da nossa Agência Reguladora que é a ARCE não temos esse poder de cobrar. Mas a gente vê muitas coisas que a ARCE em determinado momento que tem autonomia para multar, a multa foi aplicada; ela recorreu à ANEEL, e a ANEEL tirou a multa ou baixou a multa. Quer dizer, por quê? Está se tornando uma coisa de interpretação e não de matemática. Então a gente está errado. No modelo está errado isso porque não deveria ser de interpretação. *Ah! Não, essa multa eu estou interpretando de um jeito, e eu estou interpretando de outro?* Não! Se você falhou e errou; o prazo é tanto e não fez; a multa é tanto e acabou. Não tem que ter desconto. Quer dizer, isso eu também considero que tem um erro com relação.

A regulação tem que ser precisa, objetiva. O cara sabe de antemão se ele falhar vai ter que pagar. Está estabelecido, é aquele preço, não tem desconto. Quer dizer, essa regra também é uma sugestão de mudança de modelo. Eu respondi tudo?

SRA. DEPUTADA LIA GOMES (PDT): No técnico, é isso? Termo... aí a gente solicitou aqui, quando a gente esteve lá pedimos para ele nos enviar quais são esses Termos; quais foram as metas que eles colocaram; qual é o prazo, e eles ficaram de mandar em 15 dias, eu acho que já tem mais ou menos um mês e meio. Hoje, o Deputado Fernando assinou um pedido oficial para solicitar que eles mandem esses Termos do acordado lá com a ENEL.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO GUILHERME SAMPAIO (PDT): Então, Secretário Adão, eu queria em primeiro lugar agradecer a qualidade da exposição de vossa senhoria, eu acho que está colaborando muito com o nível dos trabalhos da Comissão.

Quero mais uma vez me desculpar aqui com os colegas pelo atraso. Muitas das questões que eu faria foram abordadas. Eu percebi, e pelos relatos que recebi informalmente aqui que o senhor focou muito em observações em relação à eficiência da fiscalização, dos compromissos assumidos pela Concessionária, etc., e tendo em vista que nós estamos a poucos anos de um novo Contrato, e que o problema vivido aqui no Ceará não é mais um problema localizado, é possível deduzir a partir

do que está acontecendo no país que é um problema de modelo, não é um problema localizado. Há outros Estados onde há CPIs inclusive com outras empresas.

Essa crise em São Paulo provocou um abalo mais significativo nesse debate, e o Presidente Fernando foi muito feliz quando nós visitamos a ANEEL, explicitando a nossa avaliação, a nossa percepção de que só houve um movimento, e parece ainda tímido, em função da crise que aconteceu em São Paulo, do poder econômico, do poder político que é subjacente ao protagonismo do Estado de São Paulo na Federação.

Eu suponho que essa crise ensejará uma revisão para os próximos Contratos de Concessão ou pela forma como esses Contratos serão discutidos, suponho eu, até porque, como eu disse há pouco que não é nada localizado mais.

Então a minha questão pode até ser um pouco repetitiva, levando em conta que estamos a poucos anos do fim desse Contrato, levando em conta que muito possível, é muito provável que haja uma nova Concessão, quais seriam os aspectos que deveriam ser levados em conta numa revisão deste modelo contratual que a ANEEL elaborará para as próximas Concessões, uma vez que está evidente pela crítica generalizada, pela avaliação generalizada dos vários setores, que obviamente alguma coisa muito significativa falhou. Os prejuízos socioeconômicos para o País são gravíssimos. Então algo se deve depreender desse processo, no mínimo para que o poder político pressione a elaboração desses próximos Contratos que virão; dos Termos. Então eu lhe provocaria a falar um pouco sobre isso. O que é que pode evoluir em termos dos próximos Contratos a serem celebrados, haja vista a experiência recente não só aqui no Ceará, mas também no Brasil.

A minha segunda questão é no sentido de conhecer um pouco melhor as perspectivas de implementação do Renda do Sol, que nos pareceu uma ideia bastante inovadora, foi muito bem acolhida aqui na Assembleia Legislativa; há uma mobilização popular inclusive de expectativa em relação à implementação desse programa. Ele quebra paradigmas porque nós colocamos o pequeno proprietário rural, a população de baixa renda incluída num sistema de geração de energia que terá por consequência a geração de renda para essa população, então, isso não é usual, acho que pode se tornar inclusive uma marca do Governo do Governador Elmano, não só em relação a esse programa específico, mas o compromisso de nos grandes investimentos buscados para o Estado do Ceará sempre encontrar formas de integração de um segmento da população que não participa.

Então nós vamos ter grandes investimentos, esperamos nós, na geração de Hidrogênio Verde, em plantas que vão gerar hidrogênio verde etc., e tal isso vai exigir muito consumo de energia limpa para ter como resultado final o Hidrogênio Verde. Então, ao pensar isso nós incluímos nesse sistema

não só a grandes geradores, mas pequenos geradores que podem auferir lucros com esse tipo de investimento que em tese poderia ser discutido só entre grandes players.

Então o que o Governo do Elmano faz, no meu entendimento, ao propor programas como este e também outros de outras áreas é incluir uma parte excluída para o auferimento de vantagens de renda, de benefício, de lucros que em geral, quando nós tratamos de grandes projetos de investimentos ficam circunscritos aos grandes players.

Então a minha curiosidade era saber um pouco da perspectiva e da viabilidade de implementação dessa proposta do Renda do Sol.

SR. ADÃO LINHARES MUNIZ (Secretário Executivo de Energia e Telecomunicações do Governo do Estado do Ceará): É muito interessante a colocação do Renda do Sol porque realmente dá um espaço para a gente deixar mais claro, trazer mais luz para essa visão que você é muito bem colocou, deputado.Eu acho até que eu vou começar por ela, porque realmente chama mais atenção.

Além desse protagonismo que o senhor mencionou do governador, sob o ponto de vista de botar esse pessoal na mesa, trazer para perto, tem uma coisa que ele muda, e aí tem realmente uma mudança de paradigma que é não é assistencialismo, ele é uma um estímulo a um empreendedor, ou seja, vai junto uma série de coisas não são ditas, mas, por exemplo, vai capacitação, e a capacitação não é só a capacitação para consertar um painel, trocar um disjuntor, é a capacitação para perceber que o que ele está fazendo está trazendo retorno para ele.

Qual é o problema dessa pessoa que não tem esse espaço, que está fora do jogo? É porque ele não tem crédito. Se ele for ao banco pedir dinheiro emprestado para botar um painel fotovoltaico ele não vai ter, ele não vai conseguir. E vamos que ele consiga. Ele não vai conseguir vender a energia, não tem quem compre. Assim como no milho, no feijão ele faz e acontece a mesma coisa. Ele não produz muito porque ele não tem crédito, e não vende porque não tem quem compre. Então, o que é que o Estado está fazendo? Criando um protagonismo para matar esses dois problemas: o do crédito e a compra da energia, a garantia da compra da energia. A energia vai sair lá de Irauçuba e vem pra cá. Imagina essa luz que a gente está tendo agora aqui na Assembleia Legislativa ser produzida por um baixa renda no interior. A Assembleia está comprando essa energia de um cara que está produzindo o excedente dele; ele precisa de 100 kilowatts hora, ele produz 900, os outros 800 ele vende. Quem é que compra? O Estado compra. O primeiro comprador é o prédio público do Estado. O segundo, na proposta do nosso projeto, é o município, é a prefeitura. E o terceiro são as empresas. As empresas grandes de produção de hidrogênio. Ou seja, está aberto esse caminho dessa forma. É muito difícil,

não é fácil fazer isso aí, fazer isso funcionar não é muito, não é muito... Você vê que esses movimentos que estão acontecendo já é cobrança: Ah! Eu quero também. Eu quero o meu kit.

Eu vi um filme aí o cara dizendo assim: *Venha buscar o seu kit, é um direito adquirido;* como se fosse uma coisa de graça. Não é. Não é. Vai pagar. O cara que vai colocar o painel lá na comunidade dele vai pagar parcela, e vai tirar a parcela, e vai ficar com que sobrar, com o dinheiro restante, mas ele vai pagar. Mas tem a garantia da compra da energia daquele excedente que ele produz.

Então, quer dizer, esse modelo é um modelo que muda totalmente a cabeça da situação de assistência, de esmola, quer dizer, ele é provocador nesse sentido. O que vai acontecer, e a gente espera? Que os filhos dos moradores lá é que vão perceber a oportunidade de fazer negócio, de gerar, produzir em vez de plantar o milho e o feijão, em vez de rezar para chover rezar para não chover, para produzir mais energia.

Então, quer dizer, esse é o primeiro ponto que é muito interessante desse programa. Se a gente conseguir fazer esse programa vingar, dar certo a gente vai mudar a concepção e o pensamento do interior do Estado do Ceará, vai ter gente querendo ir para o interior para produzir energia. Essa é uma percepção que a gente pode dizer que pode construir.

O programa está sendo feito gradativamente, a gente tem as dificuldades inerentes a um governo e um governo que tem restrições de orçamento. Primeiro projeto é um projeto piloto, é um projeto que a gente quer fazer a concepção, chama-se Monte Alegre, Tamboril, 31 famílias, assentamento, irrigação. A gente vai colocar uma usina que vai servir para o atendimento das casas deles, da comunidade, e vai ter uma usina que vai vender energia. Então eles vão perceber claramente: Essa usina vai vender energia e eu vou ter Receita dessa energia que está vindo do sol. Quem está me dando isso não é o governo é o Sol, é a produção de energia, e aquela vai produzir energia para minha casa.

A outra comunidade com 131, em Jaguaribara, Mandacaru, e tem outros próximos lá. Isso foi em decorrência da retirada do pessoal debaixo do Castanhão, transferiu para lá, foi feito um polo de irrigação. Veja que tudo está relacionado com produção. E isso é uma das prerrogativas iniciais. Mas a prerrogativa final é a produção de energia e vender a energia excedente. Mas essas duas, agora, para exatamente entrar no modelo, estão relacionadas com produção, com irrigação natural. O nosso credenciamento, o nosso cadastro vai ter uma lógica também de Engenharia, de Matemática. O Estado pretende colocar onde realmente tem condição de vingar, de dar certo. Nós queremos o lado positivo do negócio, ou seja, nós queremos o círculo virtuoso. Ou seja, imaginamos a seguinte

situação, se o cara não consegue fazer, não consegue produzir, pega o painel, vende, aí mata o programa. Ou seja, a gente não pode permitir dar chance a uma situação negativa. Então tudo que está sendo colocado está sendo colocado no sentido de ter o êxito. Então esse é o princípio.

Depois desses dois projetos a gente vai ter a segunda fase que vai ser o levantamento, vamos mapear o Estado com todas as comunidades. Nós temos uma estimativa de que um milhão e 500 pessoas abaixo de um determinado nível de renda, 400 mil famílias distribuídas; tem a Secretaria do Desenvolvimento Agrário que tem um mapeamento de todo esse processo. Nós temos também a parte urbana. Como a gente vai resolver a parte urbana? A parte urbana não é viável no primeiro momento porque a regulação não permite. O custo da energia do cara que está no na área urbana e não pode colocar em cima diretamente da casa dele, se ele for produzir lá em Irauçuba para consumir em Fortaleza não vinga, não passa. A gente tem que esperar a mudança da regulação de Geração Distribuída remota para uso urbano para que essa... Quer dizer, a partir do momento que cada um possa ter a sua geração e comercializar ela por si, que é o momento da empresa, a empresa hoje, nem o Estado pode comprar diretamente a energia do produtor lá, hoje, mas pode simular essa compra através do arrendamento do equipamento, que é o que nós vamos fazer no projeto piloto. Nós estamos antecipando esse modelo de compra através de um arrendamento.

Na segunda fase a gente já vai poder passar para esse segundo modelo que a compra da energia do megawatt/hora. Na terceira fase não vai ser só o Estado vai ser a empresa. Então nós vamos permitir que a empresa de produção de hidrogênio que vai estar lá no Pecém tenha um percentual da compra da energia para produzir hidrogênio de baixa renda, e ele tem um selo social. *E como é que vai ser o equilíbrio dessa energia?* Vai ser mercado. Não tem nada fora do mercado, não vai ter subsídio, não vai ter...

SR. DEPUTADO GUILHERME SAMPAIO (PDT): Pergunta não registrada, fora do alcance do microfone.

SR. ADÃO LINHARES MUNIZ (Secretário Executivo de Energia e Telecomunicações do Governo do Estado do Ceará): A Distribuidora não tem... Ela poderia estar junto, ela poderia fazer parte. Isso a gente já ofereceu, ela poderia fazer a parte comprando a energia também. Como eu falei há pouco, ela tem o direito de comprar a energia renovável, até 10% do mercado dela, ela poderia estar fazendo isso. Poderia dar certo. Ela pode participar, ela está aberta a participar. No PIE, a gente teria necessidade de uma lei que permitisse que o PIE fosse aplicado para Geração Distribuída. Isso é a minha defesa também. Assim como a gente na pandemia, o senhor lembra isso, eu participei, nós fizemos uma lei que permitiu pegar dinheiro do PIE para pagar energia elétrica do pessoal de baixa

renda. Foi dinheiro do PIE, foi na goela, porque foi uma lei, por conta da contingência da pandemia. Agora nós podíamos fazer uma proposta de lei que permita que o PIE, 70 milhões do PIE seja aplicados em painéis de fotovoltaicos...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO GUILHERME SAMPAIO (PDT): Pergunta fora do alcance do microfone.

SR. ADÃO LINHARES MUNIZ (Secretário Executivo de Energia e Telecomunicações do Governo do Estado do Ceará): Não, não tem dependência, deputado. Ela não tem... A única coisa, pois é...

SR. DEPUTADO GUILHERME SAMPAIO (PDT): Pergunta fora do alcance do microfone.

SR. ADÃO LINHARES MUNIZ (Secretário Executivo de Energia e Telecomunicações do Governo do Estado do Ceará): É porque a gente está falando de baixa renda, de projetos pequenos, não é um mega. Então ela não vai poder botar um orçamento de 20 milhões para a gente fazer o Renda do Sol. Isso aí não tem nem perigo. Não tem não tem chance. Isso, a ENEL não pode ter objeção absolutamente nenhuma pros projetos no nível do Renda do Sol, de repente numa conexão lá de Monte Alegre, lá em Tamboril, dizer que a conexão para fazer a conexão precisa de um orçamento de um milhão de reais. Não tem como.

No caso de a gente ter uma comunidade que haja necessidade de reforço pra trifásico, de monofásico pra trifásico, aí sim nós utilizamos o PIE. Ah é? Nós fazemos o reforço de rede pra trifásico para aquela comunidade. Então o PIE vai servir de apoio de infraestrutura para garantir nos projetos onde haja necessidade de reforço de rede de monofásico para trifásico. Acho que respondi.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Senhor Adão, agradecendo, mas colocando mais uma vez à disposição dos deputados e deputadas, Deputado Guilherme Sampaio, está satisfeito? Deputado Guilherme Landim, Deputada Lia Gomes.

Senhor Adão, primeiro lhe parabenizar pelas palavras qualificadas, eu acho que qualificou muito o nosso debate aqui na Casa. Eu já ouvi aqui dos parlamentares dessa qualificação desse debate aqui com a sua participação e da sua equipe, a quem eu quero de antemão agradecer, a sua maneira técnica e, evidentemente, as suas respostas não são respostas sim ou não, elas são respostas que explicam tecnicamente os problemas que nós, e eu particularmente que sou leigo no assunto, mas entendo da reclamação, do sofrimento do povo cearense, foi exposto aqui todo esse sofrimento da população de forma técnica, por quem entende, tem legitimidade para falar sobre esse assunto.

Eu queria agradecer muito, mas muito mesmo a sua disponibilidade, qualificou muito o debate para essa Comissão Parlamentar de Inquérito. Quero lhe pedir que possa ficar à disposição

para que a gente possa convidá-lo mais alguma ou algumas vezes se necessário for, mas já quero também deixar o convite aqui para a participação do senhor.

Pois não, pode falar.

SR. ADÃO LINHARES MUNIZ (Secretário Executivo de Energia e Telecomunicações do Governo do Estado do Ceará): Eu peço desculpa, mas eu comecei pela segunda pergunta e faltou à primeira, deputado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Pois não, pode responder, por favor.

SR. ADÃO LINHARES MUNIZ (Secretário Executivo de Energia e Telecomunicações do Governo do Estado do Ceará): E é muito importante. Eu já tinha comentado sobre o Modelo da Concessão federal, regulação, fiscalização, monitoramento pela Agência Reguladora, teoricamente as coisas são muito, muito perfeitas. A gente olha o modelo, é um modelo perfeito, tudo deve funcionar. Se a coisa acontecer lá no ponto que acontece que a energia está sendo necessária, que o atendimento está sendo necessário. Se esse modelo acontece só em Brasília, a distância, não funciona. Essa mudança de modelo, quer dizer, nesse cenário da nova Concessão, e aí eu participo das reuniões do Fórum de Secretários de Energia junto no Ministério de Minas e Energia com a Secretaria de Energia Elétrica do Ministério de Minas e Energia está tendo uma preocupação por parte do poder concedente, do Ministério de Minas e Energia, no sentido de reformular esse modelo trazendo mais, aproximando mais a fiscalização, a regulação para o ponto de onde a coisa acontece. Ou seja, nós temos um país enorme, as coisas acontecem no município. Tudo acontece no município, tudo. O cara sente dor no município, precisa de um plano no município, precisar de energia no município, tudo acontece no município, e tudo é centralizado na União.

Então, quer dizer, essa mudança de paradigma, de as coisas serem monitoradas e fiscalizadas no nível de onde ocorre, eu acho que isso vai ser o pulo, a mudança.

Então eu acho que nesse sentido aproveitar o aprendizado dos Contratos que eu diria que tão bem feitos, mas não são facilmente executáveis por conta dessa dificuldade de acompanhamento desses Contratos. Um Contrato que acontece numa empresa em qualquer lugar, você tem um contrato se você não monitora e não corre atrás, você vai ter brechas de alterações. Então a minha sugestão principal é que no novo modelo de Concessão exista aproximação maior do acompanhamento do Contrato de Concessão.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Muito obrigado. Nós é que agradecemos. Eu queria já deixar o convite, evidentemente que nós vamos lhe avisar e convidá-lo

oficialmente para participar da Oitiva que nós vamos realizar aqui com a presença da ENEL. Nós já combinamos entre nós que faremos uma Oitiva onde todas as pessoas possam participar: prefeitos, empresários, comerciantes, quem quiser participar e ir lá expor o seu sentimento é o que nós queremos, e também que façam as suas indagações, repito, é essa empresa que eu considero, e aí é uma palavra minha, eu gosto de dizer isso para não colocar outras pessoas dentro de um circuito que talvez elas não queiram ser, neste momento, colocadas, uma empresa que eu considero irresponsável, desumana que vem fazendo esse mal grande ao povo do Estado do Ceará. Eu já escutei até que a vontade dela mesmo era deixar o nosso Estado. Não vai deixar porque não tem quem queira comprar uma empresa tão odiada como a empresa ENEL.

Eu queria deixar aqui para os deputados e deputadas um Requerimento nosso verbal, e vou fazê-lo oficial para que nós possamos juntos até fazer esse Requerimento, para convocarmos o Superintendente de Obras Públicas do Governo do Estado do Ceará, o Dr. Quintino Vieira, para que ele também venha prestar esclarecimentos a essa Comissão Parlamentar de Inquérito, ele que cuida das obras públicas do Governo do Estado do Ceará, e cada município, 184 tem obras públicas, e nós queremos ouvir do Dr. Quintino e da sua equipe como está ocorrendo os prazos para que essas obras sejam entregues à população e prestem o seu serviço à população.

Então já faça esse Requerimento de forma verbal aos meus colegas deputados e farei para que a gente possa deliberar nas próximas reuniões.

Estou também por satisfeito, mas uma vez os deputados e se quiserem fazer alguma... Não querem mais. Senhor Adão, muito obrigado ao senhor e à sua equipe que veio aqui. Muito obrigado pela atenção de todos. Repito o que sempre tenho dito, e talvez hoje eu não tenha dito isso: A CPI desta Casa não é contra a ENEL, é uma CPI a favor do povo do Estado do Ceará. O nosso desejo aqui é que esse serviço melhore para a população que está lá na ponta, para a população tão necessitada, tão precisada e que vem anos após anos sofrendo com a má prestação de serviço dessa empresa; e muitas vezes os diretores daqui que estão aqui não tem autonomia alguma para tomar nenhuma decisão, é o que nós percebemos aqui no dia a dia, e defendem a empresa, evidentemente, estão defendendo o seu ganha pão, e é um direito deles. A gente não pode tirar esse direito deles, e é até louvável esse direito deles, mas é o nosso direito também de cobrar dessa empresa que ela respeite o povo do Estado do Ceará, preste um bom serviço ou mude ou se mude do Estado do Ceará, porque ninguém aguenta mais. Infelizmente, nós não estamos contentes com isso. A percepção nossa é que esse problema é generalizado no País, e por ser generalizado no País, a nossa esperança de mudança no Estado do Ceará vem diminuindo a cada dia. A nossa cobrança, a nossa tentativa, a nossa

obrigação em fazê-lo, nós estamos fazendo e vamos fazer, mas vem diminuindo a nossa esperança por vermos que igualmente ao Ceará o problema se alastra aonde a ENEL trabalha, onde a ENEL tem Concessão Pública nesse país. Infelizmente, por ser uma Concessão Pública ela não tem tratado como tal. Concessão pública já está dizendo que ela tem que prestar satisfações à população, e é o que ela não tem feito. Não respeita essa Casa, não respeita a população do Estado do Ceará, e nós não vamos nos calar nem vamos aguentar esse tamanho desrespeito à nossa população cearense.

Quero agradecer aqui as meninas que fazem parte da Comissão Parlamentar de Inquérito, ao Manoel que está todo dia aqui também secretariando e fazendo o seu trabalho; aos deputados e deputadas que participam, fazem parte dessa Comissão Parlamentar de Inquérito, que para além de fazer o trabalho aqui, aquiescendo esse debate com as informações que recebe, também demonstrando as suas indignações estão lá ponta, nos municípios, andando nas suas regiões e ouvindo da população todo santo dia essas queixas que nós reiteradas vezes, em cada reunião nossa, seja interna, seja deliberativa, seja nos momentos de Oitiva, nós estamos repassando para a população.

A população que está nos assistindo, que está nos ouvindo, não pense que até aqui algumas coisa melhorou. Nada melhorou. A única coisa que eu posso dizer para vocês é que a CPI fez com que a ENEL descesse do pedestal e viesse aqui a esta Casa pela primeira vez e pedir para apresentar um Plano de Expansão.

Para finalizar, eu quero dizer à população e à empresa ENEL que nós não aceitamos que venha apresentar somente um Plano de Expansão, ela tem que vir aqui convocada por essa CPI prestar esclarecimentos, ouvir cada relato, cada questionamentos, cada pergunta, responder todas elas, após isso, encerramos o nosso trabalho. O nosso relator Deputado Guilherme Landim entregar e apresentar o relatório, e aí nós vamos a quem for de direito cobrar punição até hoje pelo que a ENEL fez, e daqui para frente se ele quiser apresentar um Plano de Expansão venha a esta Casa pedir perdão ao povo do Estado do Ceará, uma vez que ela peça perdão, aí ela apresenta o Plano de Expansão, e nós vamos criar uma comissão permanente para acompanhar esse Plano de Expansão, seja semestral, seja anual, nós vamos criar essa comissão e nós vamos acompanhar, e se ela melhorar, nós vamos a partir desse ponto, agradecer e aplaudir. Se ela não melhorar, eu não vejo outra forma senão ela se mudar do Estado do Ceará.

Nós vamos encerrar essa reunião muito grato mesmo ao senhor Adão, à sua equipe por ter vindo aqui; Deputada Lia, Deputado Guilherme Landim, Deputado Guilherme Sampaio, pela participação, Deputado Bruno Pedrosa e a todos que nos assiste que nos escutam, muito obrigado

pela participação de vocês, pedindo a Deus que nos abençoe com saúde, paz e felicidades. Muito obrigado. Está encerrada a presente reunião.

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (CPI) RELATIVA À ENEL, REALIZADA NO COMPLEXO DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ EM 11 DE MARÇO DE 2024.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Boa tarde senhoras e senhores. Quero saudar a todos que se encontram aqui nesta sala de Comissões, saudando especialmente aqui a Deputada Lia Gomes; os Guilhermes: Deputado Guilherme Sampaio e Deputado Guilherme Landim, relator da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga a ENEL no Estado do Ceará; saudar a todos que estão aqui presentes; saudar aqui o Prefeito de Crato, Zeailton Brasil, que estava ali também, agora há pouco, a queixar-se do serviço da ENEL lá na sua terra. Saudar o nosso convocado aqui, hoje, o senhor Heitor Rodrigo Pereira Freire, Diretor de Fundos e Incentivos e de Atração de Investimentos da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, da SUDENE.

E eu pergunto aos deputados se eu já posso inclusive convidar o senhor Heitor a compor Mesa, aqui. Por favor, Heitor Freire, como é conhecido, por favor, compor a Mesa aqui conosco.

Convidar também para compor a Mesa, nesta reunião, o Dr. Ícaro de Mendonça Gaspar, advogado. Convidar aqui o Dr. Ícaro, que é o representante das vítimas de acidentes fatais em virtude de choques elétricos. Dr. Ícaro, por favor. Seja muito bem-vindo. Temos também aqui uma convidada, mas ela vai participar de forma virtual, que é a Senhora Ivamar Pereira de Sousa, conforme Requerimento de nº 4/2023, do colega Deputado Guilherme Sampaio.

Feito aqui o convite a quem nesse momento já está compondo a Mesa da nossa 4ª Reunião Extraordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Gostaria de saudar também aqui o Dr. Cleto Gomes, advogado da Empresa ENEL, que está aqui nesse momento ouvindo aqui e participando; o representante também da ENEL ali que ele me segue Brasil afora. Eu sempre esqueço o nome dele, mas a fisionomia... inclusive em São Paulo, estava lá acompanhando a CPI, e ele... Carlos Matos, e ele me seguindo lá, sempre Dr. Cleto, ali na minha cola. E eu converso muito com ele também nesses momentos. Eu já fui até um pouco duro demais com ele, sem ele merecer. Mas ele sabe que é o sentimento da população do Estado do Ceará que muitas vezes toma conta de nós, na indignação, e terminamos expondo esse sentimento ao CPF das pessoas, tendo em vista que nós estamos querendo nos dirigir mesmo é ao CNPJ.

Bom, feito aqui os convites, eu peço aqui ao Deputado Guilherme Sampaio que possa fazer a leitura da pauta, para que a gente possa aprová-la e dar segmento à reunião.

SR. DEPUTADO GUILHERME SAMPAIO (PT): Senhor presidente, senhores deputados, senhora Deputada Lia Gomes, todos que acompanham mais essa Sessão da CPI, muito boa tarde.

Como dito por Vossa Excelência, Presidente, a Ata da reunião anterior já foi devidamente lida e aprovada na referida reunião; Nada consta no Expediente.

Ordem do Dia: Temos a Oitiva do senhor Heitor Rodrigo Pereira Freire, Diretor de Fundos e Incentivos de Atração de Investimentos da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), conforme o Requerimento de nº. 02 de 2023, de autoria do Deputado Fernando Santana, aprovado por unanimidade pelos deputados membros da Comissão, na reunião interna ocorrida em 27/02/2024.

Alínea "b". Oitiva do Dr. Ícaro Ferreira de Mendonça Gaspar, advogado inscrito na OAB, conforme Requerimento 32/2023, de autoria do Deputado Guilherme Sampaio, aprovado por unanimidade pelos deputados membros da Comissão na reunião interna ocorrida em 27/02/2024.

Oitiva da Senhora Ivamar Pereira de Sousa, conforme Requerimento 4/2023, de autoria do Deputado Guilherme Sampaio, aprovado por unanimidade pelos deputados membros da Comissão na reunião interna ocorrida em 27/02/2024.

Alínea "d". Leitura, discussão e votação dos Requerimentos e relatórios em geral:

1. Requerimento 05/2024, de autoria do Deputado Guilherme Landim - Requer que seja enviado Ofício para a ENEL solicitando relatório dos valores devolvidos nos últimos 60 meses, decorrentes de cobranças indevidas.

2. Requerimento 06/2024, de autoria do Deputado Guilherme Landim - Requer que seja enviado Ofício para a ENEL solicitando relatório no montante de tributos: ICMS, ISS, CIP, dentre outros, efetivamente pagos, pendentes de pagamentos e questionados judicialmente por parte da ENEL decorrentes de autos de infração, Processo Administrativo Tributário nos últimos 60 meses, separando por mês e tipo de tributo, bem como obter informações se a ENEL está inscrita na Dívida Ativa por não ter pago alguns tributos junto ao Estado e Municípios do Ceará.

3. Requerimento 07/2024, de autoria do Deputado Guilherme Landim - Requer que seja enviado Ofício para a ENEL solicitando relatório de quantitativo de reclamações recebidas pela ENEL nos últimos 60 meses, separando por consumidor, mês e tipo de reclamação, contendo, no mínimo, as seguintes informações: número de clientes, número do consumidor, tipo de reclamação, tema/assunto, data e número do protocolo de reclamação; data da resposta e solução do problema e reclamação procedente ou improcedente.

4. Requerimento 08/2024, de autoria do Deputado Guilherme Landim - Requer que seja enviado Ofício para ENEL solicitando relatório de quantitativo de reclamações recebidas pela

Ouvidoria da ENEL nos últimos 60 meses, separando por consumidor, mês e tipo de reclamação, contendo, no mínimo, as seguintes informações: número do cliente, número do consumidor, endereço, localidade, município, data e número de protocolo de reclamação; data da resposta/solução; procedência ou improcedência da reclamação.

5. Requerimento 09/2024, de autoria do Deputado Guilherme Landim - Requer que seja enviado ofício para a ENEL solicitando relatório das devoluções realizadas por descumprimentos dos prazos comerciais; Anexo III da REN-414, de 2010 da ANEEL, separando por mês e município ou região geográfica, referentes aos últimos 36 meses.

6. Requerimento 10/2024, de autoria do Deputado Guilherme Landim - Requer que seja enviado Ofício para ENEL solicitando relatório com relação dos consumidores que tiveram ressarcimento por descumprimento de prazo por parte da ENEL, contendo no mínimo as seguintes informações: nome do consumidor, tipo de reclamação, número de protocolo, data do protocolo, data da resposta, reclamação procedente ou improcedente, o valor e data do ressarcimento.

7. Requerimento 11/2024, de autoria do Deputado Guilherme Landim - Requer que seja enviado Ofício para a ENEL solicitando relatório com relação de consumidores que protocolaram reclamação de ressarcimento de danos elétricos nos últimos 60 meses, contendo, no mínimo, as seguintes informações: número do cliente, número do consumidor, data do protocolo da reclamação, data da solução, resposta ao consumidor, procedência ou improcedência da reclamação, valor, forma e data de ressarcimento.

8. Requerimento 12/2024, de autoria do Deputado Guilherme Landim - Requer que seja enviado Ofício para a ENEL solicitando relatório das devoluções realizadas por descumprimento dos prazos comerciais, Anexo IV da REN-1000/2021 da ANEEL, separando por mês, município e região geográfica referente aos últimos 24 meses.

9. Requerimento 13/2024, de autoria do Deputado Guilherme Landim - Requer que seja enviado Ofício para a ENEL solicitando relatório com relação aos consumidores que tiveram compensação por suspensão indevida de fornecimento de energia elétrica, contendo, no mínimo, as seguintes informações: número de cliente, número do consumidor, data da suspensão indevida, endereço, localidade e município, valor da compensação e data da realização da compensação.

10. Requerimento 14/2024, de autoria do Deputado Guilherme Landim - Requer que seja enviado Ofício para a ENEL solicitando relatório com quantitativo de consumidores que tiveram limites de DIC, FIC, DMC, DICRI, ultrapassados nos últimos 60 meses, contendo, no mínimo, as seguintes informações: número do cliente, número do consumidor, endereço e localidade do município.

11. Requerimento 15/2024, de autoria do Deputado Guilherme Landim - Requer que seja enviado Ofício para a ENEL solicitando relatório com o indicativo do montante de valores devolvidos pela ENEL a título de indenização por descumprimento nos limites de continuidade: DIC, FIC, DMC, DICRI, nos últimos 60 meses.

12. Requerimento 16/2024, de autoria do Deputado Guilherme Landim - Requer que seja enviado Ofício para a ENEL solicitando relatório dos indicadores DER - Duração Equivalente a Reclamação, e FER – Frequência, Equivalente a Reclamação, apurados meses e por municípios nos últimos 60 meses, contendo dados sobre as metas estabelecidas, meses em que ouve descumprimentos de metas e valores de ressarcimentos ou compensações pagas pela ENEL.

13. Requerimento 17/2024, de autoria do Deputado Guilherme Landim - Requer que seja enviado Ofício para a ENEL solicitando relatório com relação aos consumidores que tiveram suspensão indevida de fornecimento de energia elétrica, bem como informações sobre esse ressarcimento.

Lida a Ordem do Dia, senhor presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Agradeço ao colega Deputado Guilherme Sampaio.

Gostaria já de colocar os Requerimentos em discussão e possível aprovação, logo após a abertura do espaço do tempo para discussão.

Em discussão. Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão, em votação. As senhoras deputadas e deputados que aprovam em bloco os Requerimentos permaneçam como se encontram. Aprovados os Requerimentos.

Então iniciaremos agora a nossa Oitiva. E vamos realizar a reunião em conjunto, para que a gente possa ouvir aqui dos nossos convocados os questionamentos dos deputados.

Eu pergunto só ao Dr. Ícaro. Dr. Ícaro, nós temos uma Associação que representa ou não? Por favor, pode... só para eu poder entender como é que a gente deve...

SR. ÍCARO FERREIRA DE MENDONÇA GASPAR (Advogado – Representante das Vítimas de Acidentes Fatais em Virtude de Choques Elétricos): Boa tarde. Deputado, ela está em criação. Ela está em fase de autorização, mas há uma mobilização dessas vítimas nesse sentido.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Já há uma mobilização. Mas neste momento você não está aqui representando a Associação, só diretamente às vítimas, né?

SR. ÍCARO FERREIRA DE MENDONÇA GASPAR (Advogado – Representante das Vítimas de Acidentes Fatais em Virtude de Choques Elétricos): Exatamente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Tá certo. Muito obrigado.

Então eu já passo aqui a palavra a quem quiser se inscrever primeiro, o Deputado Guilherme Landim, nosso Relator. Mais na frente eu farei aqui os meus questionamentos.

Com a palavra o Deputado Guilherme Landim. Você escolhe... só explica o que é que você vai falar primeiro, questionar primeiro, por favor.

SR. RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): Muito boa tarde a todos os deputados; Presidente Deputado Fernando, Deputado Guilherme, Deputada Lia.

Agradecer aqui as presenças do Dr. Heitor Freire e também do Dr. Ícaro; a todos que nos acompanham; aos telespectadores que nos acompanham pela FM Assembleia.

Bom, conforme consta... eu gostaria de iniciar aqui fazendo algumas perguntas, alguns questionamentos aqui ao Dr. Heitor Freire. Conforme consta nos Balanços patrimoniais da ENEL, verifica-se que houve benefício fiscal concedido pela SUDENE, da ordem de 33 milhões de reais em 2021; 78 milhões de reais em 2022, e mais uma série de valores em outros anos como, por exemplo, nós podemos pegar aqui ano de 2015, 72 milhões; 74 milhões em outro ano, e por aí vai; 109 milhões em 2016; 124 milhões em 2017; 72 milhões em 2018. Então é... Está aqui o Deputado Fernando, o nosso presidente, me colocando aqui que ao longo de dez anos quase um bilhão de reais em benefícios fiscais.

E aí, o que nos traz hoje aqui, o que nos fez fazer essa convocação ao senhor Heitor Freire, representando aqui a SUDENE, é porque nós temos a consciência plena de que incentivos ficais são fundamentais, sobretudo na Região Nordeste. Nós sabemos que para atrair investimentos para ampliar serviços na Região Nordeste é fundamental que nós tenhamos incentivos, e nenhum de nós aqui é contra nada disso. Agora, eu não tenho a menor dúvida de que esses incentivos têm que ser dados a empresas para que elas prestem um serviço, para que elas desenvolvam a região e prestando um bom serviço à população, porque isso é dinheiro do povo que está deixando de ser investido em outras áreas pra entrar nas contas da empresa, ou deixar de sair da conta da empresa para que ela preste um bom serviço. E sem dúvida alguma não é isso que nós estamos vendo com a ENEL aqui no Estado do Ceará, e cada ano só piora os seus serviços.

Eu tenho dito isso e vou continuar dizendo que do final de 2023 pra cá ela chegou ao fundo do poço, ela entrou em colapso total na sua qualidade de serviço e no seu descaso com a população cearense.

Então, eu queria fazer aqui alguns questionamentos. Como é que é feito esse Processo de aprovação de incentivo fiscal para uma empresa como a ENEL, especificamente esse da ENEL? Se não existe um mecanismo de avaliar se o serviço está sendo efetivamente prestado? Se o benefício está chegando para a população? Se há? E qual seria o mecanismo que nós temos ou que a

sociedade tem para cancelar esses benefícios mediante ao péssimo serviço que é prestado à população.

Então, eu não consegui pegar aqui nos documentos que a CPI teve acesso, os incentivos que foram dados no ano de 2023. Eu não sei se o senhor tem esses incentivos aí! E já junto com essa pergunta é essa questão de como é que é concedido esse benefício, como é auferido isso pela SUDENE?

SR. HEITOR RODRIGO PEREIRA FREIRE (Diretor de Fundos, Incentivo e de Atração de Investimentos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE): Boa tarde a todos. Queria, inicialmente, saudar a toda Mesa Diretora em nome do Presidente Fernando Santana; Saudar os Deputados Guilherme Landim, Guilherme Sampaio; saudar a Deputada Lia Ferreira Gomes; todos que aqui estão presentes. Saudar o nosso Procurador Federal da SUDENE que aqui nos acompanha, e todos que estão acompanhando.

Inicialmente, eu gostaria de agradecer a oportunidade dessa convocação. A SUDENE, sempre com base na transparência, na divulgação da publicidade, da boa informação, nós nos pautamos nesses preceitos e nos sentimos honrados em poder contribuir com esta Comissão de Inquérito Parlamentar e, também com toda a sociedade cearense, entendendo que aqui Vossas Excelências são os legítimos representantes do povo e estão aqui, de fato, traduzindo e falando o sentimento da população.

Se Vossa Excelência me permitir primeiro, em rápidas palavras, eu gostaria de explicar quais são esses benefícios que a SUDENE, e aí eu entro, especificamente, no Processo, na aprovação, nos mecanismos.

Inicialmente, a SUDENE foi um órgão criado em 1959. O Celso Furtado, um economista, um grande nordestino via que para o Nordeste se desenvolver precisava de atrativos aqui para nos equiparar a Região Sul e Sudeste. Antigamente tinha muito essa ida dos nordestinos para o Sul, e ele sempre teve esse sentimento desenvolvimentista. E naquele momento com Juscelino Kubistchek, em 1959, a SUDENE foi criada como autarquia independente, onde tinham alguns instrumentos que trouxessem esse desenvolvimento para o Nordeste.

Primeiro nós criamos, depois de um longo Processo de escuta, nós temos o nosso PRDNE – que é um Plano Regional de Desenvolvimento Econômico, desse PRDNE vai para o Congresso Nacional, onde as políticas públicas para o Nordeste são aprovadas, se tornam leis. Se Vossas Excelências olharem, praticamente quase todos os projetos que estão no PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), no PPA (Plano Plurianual), todas essas diretrizes vêm de orientações do nosso PRDNE. Então, a SUDENE junto com os Estados, com os governadores participam de um

longo Processo de escuta, vem desse plano. E desse plano nós temos alguns instrumentos atrativos para, de fato, trazermos esse desenvolvimento para a ponta.

Parte desses desenvolvimentos vem dos nossos Fundos, que nós temos o FNE, que é um Fundo Constitucional operacionalizado pelo Banco do Nordeste. Nós também temos o nosso FDNE, que é um Fundo de Desenvolvimento do Nordeste; crédito disponível para indústria, fábricas. Ou seja, empresários que vem se instalar em nossa região; e além dos nossos Fundos nós temos os Incentivos Fiscais. São dois os Incentivos Fiscais.

Vossas Excelências já devem ter visto, andando aqui, pela BR, muitas placas *SUDENE, aqui tem incentivo*. Então nós temos dois tipos de Incentivos. O primeiro é de 75%; e o segundo, dos 25% que sobram, retira-se 30% desse valor para empresa poder reinvestir na própria empresa. Esse número seria 7,5%, em palavras mais simples. Ou seja, se uma empresa tem um milhão de reais pra pagar de imposto, então ela chega na data pra pagar um milhão de reais, ela abate 75%, ou seja, 750 mil; dos 250 mil que sobram, ela tira 30% desse valor que seria 75 mil, e ela pode reinvestir na empresa. Esse benefício é chamado de Reinvestimento. Então são dois: A redução de 75% e o Reinvestimento dos 30%, que no total somam-se 82,5%. Esses incentivos são importantíssimos para o Nordeste se desenvolver.

Nós temos agora a Reforma Tributária. A lei da SUDENE foi renovada em 31 de dezembro do ano passado. E eu, já como diretor, recebi muitas, vamos assim dizer, ameaças de empresas dizendo que *se o benefício da SUDENE fosse cancelado essas empresas iam sair do Nordeste.* Exemplo, uma grande montadora de veículos que está ali em Pernambuco, geradora de milhares de empregos, na divisa com a Paraíba, ela foi uma delas que disse: *Se acabar o benefício a gente sai.*

Então, no último dia do ano passado o Presidente Lula sancionou concedendo esse benefício até 2028 com a fruição de dez anos, até 2038. Deixando bem claro que essa política transcende governos e partidos, é uma política que vem desde 1959. Em 2019 foi renovada pelo Presidente Bolsonaro; em 2023 foi renovada pelo Presidente Lula, então, é uma política importantíssima para o Nordeste.

Um dado importante que eu gostaria de citar também, para mostrar a importância desse benefício, é que constantemente em Brasília, e eu como ex-parlamentar, ex-deputado federal, participei das Comissões de Tributação e Finanças e, constantemente, parlamentares do Sul e do Sudeste atacam esses Incentivos Fiscais; querem acabar com esses Incentivos Fiscais. E alguns deles citam: *Olha, vocês beneficiaram, incentivaram, renunciaram quase 50 bilhões nos últimos dez anos*; porém, eu tenho dados porque eu trabalho com fato, com números. Eu tenho dados, Deputado Fernando, que esse 50 bi eles trouxeram mais 300 bi em Investimentos, ou seja, para cada um real

que foi renunciado trouxe seis reais em Investimentos. Então, é um número muito significante. Foram mais 250 mil empregos que esses últimos dez anos trouxeram esses benefícios.

Então é algo importantíssimo que os nossos representantes, como o caso de Vossas Excelências, têm que constantemente defender, porque no Sul, constantemente, os nossos Incentivos são vistos como meio copo vazio e são atacados. Mas sem esses Incentivos o Nordeste não tem como se equiparar com o Sul. Nós temos deficiência em infraestrutura; nós temos ainda deficiência em mão-de-obra qualificada; nós temos ainda algumas deficiências que são importantes serem equiparadas e são com esses benefícios. Portanto, são dois os benefícios que se somam: 82,5%; 75% e os 7,5%.

Esse Processo funciona da seguinte maneira: a empresa solicita de forma online, hoje é tudo eletrônico, no nosso Sistema de Incentivos e Benefícios Fiscais (SIBIF), você entra lá, a empresa entra e cadastra; apresenta um pedido, o porquê ela precisa desse incentivo, seja para manutenção de empregos; seja para expansão. Ou seja, uma empresa nova que vem, pode ser do exterior, pode ser de outra região do país que vem para o Nordeste tem que dar um por quê: *Olha, nós vamos gerar mais empregos; nós vamos implantar com mão de obra qualificada; nós desenvolvemos projetos sociais;* e também empresas que vão fazer expansão e modernização, sejam elas novas, velhas, - velhas que eu digo é antiga, não tem que ter um CPJ novo em nossa área de atuação; ela justifica. E a SUDENE qualifica, ela enquadra. O nosso papel é de enquadramento.

Nós aqui temos duas Instituições, e eu tenho que deixar muito claro, que é a Receita Federal e SUDENE. O papel da SUDENE é enquadrar, mas em nome da União quem dá o benefício, a canetada final é a Receita Federal. Então a Receita Federal quem, em nome da União, concede a isenção. Mas sim a SUDENE cumpre o seu papel importante de enquadrar ou não essa empresa. E para enquadrar vistorias são feitas assim como análises de documentos.

Uma vez aprovado esse Incentivo a empresa tem a fruição de dez anos. Ou seja, se ela é aprovada agora ela pode se beneficiar por dez anos a Isenção do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e adicionais não restituíveis.

Toda a documentação, quando solicitada por esta Comissão de Inquérito Parlamentar, foi devidamente entregue; foi entregue de forma sigilosa que, claro, nós temos que estar ali pautados na Lei de Proteção de Dados, então, foi devidamente. Vossas Excelências já divulgaram os números, são verídicos esses números. Eu tenho que afirmar que esses dados são verídicos. E a SUDENE uma vez enquadrada envia à Receita Federal, mas essa análise não é feita ano após ano. Claro que quando existem denúncias, a SUDENE pede mais informação para ver se a empresa está enquadrada ou se alguma coisa mudou para essa análise ser feito de forma diferenciada.

No caso da empresa agora em questão, em 2023 ela solicitou esse pleito novamente, a renovação desse pleito; foi retirado de pauta pra pedirmos mais informações, porque já tínhamos sido convocados ou perguntados; essa comissão já tinha nos inquerido informações. Então foi retirado de pauta para pedirmos mais informações à ENEL. E os benefícios de 2023 não foram ainda pautados para a nossa Diretoria Colegiada. Então a análise de 2023 ainda não foi feita. Só que 2023 ela é feita análise do ano fiscal anterior, de 2022. Então, os dados que Vossas Excelências têm são até 2021, porque 2022 ainda está em análise.

Mas esse é o Processo, esses são os Incentivos que nós temos, os 82,5%. O Processo é feito depois que a empresa protocola e envia documentação para a SUDENE, e é questionada por nossos técnicos; uma vistoria é feita. A Diretoria Colegiada aprova; o Relator que, no caso, sou eu, de todos os Processos de Incentivos Fiscais, dou o meu parecer que vai para a Diretoria Colegiada; e a Diretoria Colegiada aprova ou não esse enquadramento que é enviado para a Receita Federal dar o seu sim ou não, como a última palavra em nome da União.

Os mecanismos que vossas excelências têm, como legítimos representantes, nos informarem de possíveis faltas desses cumprimentos; e a SUDENE sempre vai questionar a empresa e fazer os seus devidos encaminhamentos assim como foi o caso da CPI. Uma vez que nós fomos questionados nós retiramos em pautas para pedir mais informação, e ainda estamos inquerindo a empresa quanto essa documentação.

SR. RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): Só para concluir aqui. Só para deixar claro aqui na CPI: Quando é que vencem esses dez anos que ainda está vigente? Ela deu entrada agora em 2023, como Vossa Excelência acabou de falar da Renovação, mas, vai vencer quando o que já está vigente?

SR. HEITOR RODRIGO PEREIRA FREIRE (Diretor de Fundos, Incentivos e Atração de Investimentos da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE): Ainda está vigente, finalizando em 2023. Então o ano fiscal de 2023, a Declaração de Imposto de Renda começa praticamente agora para o ano anterior. Então o último ano fiscal ela ainda está enquadrada. Agora, os próximos dez anos que não, que essa documentação ainda está em análise, se o Benefício será enquadrado ou não, e logo enviado para a Receita Federal para aprovação ou não.

SR. RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): Entendi.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): O nosso Deputado Guilherme Landim, o Relator, acho que concluiu aqui os seus questionamentos. Então eu passo a palavra aqui ao Deputado Guilherme Sampaio também para fazer os questionamentos, e sugerir aquilo que... Deputada Lia!

Deputado Guilherme Sampaio.

SR. DEPUTADO GUIHERME SAMPAIO (PT): Bom, presidente, colegas convidados, muito grato pela contribuição que dão a essa CPI, qualificada e íntegra contribuição. Hoje nós temos a colaboração não só do Diretor Heitor Freire, da SUDENE, que acabou de fazer aqui a sua explanação, e eu gostaria de agradecer, mas, também, a contribuição do Dr. Ícaro, como foi apresentado no início dessa reunião, e da senhora Ivamar, virtualmente, tratando de um segundo tópico desta nossa reunião.

Eu, possivelmente, Dr. Heitor, talvez tenha alguns questionamentos a acrescentar àqueles que já foram feitos pelo nosso Relator Deputado Guilherme Landim. Mas eu vou pedir licença para tratar do segundo convidado de hoje para introduzir essa apresentação.

Algum tempo atrás, entre as Oitivas feitas por essa CPI, nós tivemos a oportunidade de ouvir o relato feito pelo Sindicato dos Trabalhadores da ENEL, da antiga COELCE e atualmente da ENEL. E naquele momento nós ouvimos relatos bastante preocupantes que diziam respeito não só às condições de trabalho e à valorização desses trabalhadores, mas a consequência das críticas e denúncias que ali estavam sendo apresentadas para a segurança dos trabalhadores e dos cidadãos.

Então, naquele momento, eu gostaria de recuperar aqui alguns tópicos que foram apresentados e discutidos na sessão da CPI. O primeiro deles foi a crescente terceirização de mão de obra após o Processo de privatização, de tal forma que nós temos hoje cerca de 6.500 trabalhadores terceirizados e aproximadamente 1.100 trabalhadores da própria ENEL. Então ao longo de todo esse tempo houve um crescimento significativo da mão de obra terceirizada. São 52 empresas de terceirização de mão de obra contratada pela ENEL, e foi denunciada como uma das questões, assim, mais preocupantes a falta de fiscalização do trabalho dessas empresas.

Em função disso, também foi lembrado nessa reunião que de 98 até 2021 ocorreram, lamentavelmente, 67 mortes de trabalhadores, entre as quais 54 de trabalhadores terceirizados. Então nós temos também no Índice de Vítimas Fatais desses acidentes uma prevalência dos trabalhadores terceirizados para quem as preocupações relativas às condições de trabalho, a existência de equipamentos adequados de proteção eram colocadas de formas mais enfáticas, naquele momento, pelo Sindicato dos Trabalhadores da Empresa. Dezessete empresas, entre essas terceirizadas, foram processadas em função de circunstâncias relacionadas a direitos trabalhistas e outras relacionadas a esses acidentes.

Então, naquele momento, o Sindicato fazia uma síntese que nós temos feito com bastante frequência. Como é que uma empresa que em 2022 teve 640 milhões de reais de lucro em suas operações no Estado do Ceará é, ao mesmo tempo, a campeã de denúncias no DECON, no mesmo

ano, com 4.410 denúncias, consegue ser unanimidade entre todos os órgãos de fiscalização, de controle no Parlamento, não só no Parlamento Estadual, mas nos Parlamentos Municipais dos 184 municípios, consegue uma unidade de crítica e de exigência da Associação dos Municípios do Estado do Ceará, da APRECE; enfrenta também uma cobrança muito rigorosa e, muitas vezes, uma denúncia pública do Governo do Estado do Ceará, da Prefeitura de Fortaleza em relação à insuficiência da qualidade dos seus serviços; a falta de prestação desses serviços no tempo hábil e na forma adequada; recebem por parte de Entidades de Classe, como muitas foram recebidas aqui, representativas do campo da energia críticas muito fortes relativas ao atraso no Processo de Autorização de determinado empreendimentos que dependem da ENEL para se realizar, ou seja, uma empresa que consegue quase que a unanimidade da crítica da sociedade e das Instituições aqui no Estado do Ceará, apura lucro de 640 milhões, e acresce-se a isso essa denúncia em relação à eventual falta de segurança no trabalho desses profissionais, causando danos a eles e também à população.

Quando nós assistimos a essa exposição nos preocupamos em fazer um levantamento a respeito dos Processos atualmente no Judiciário relacionado a vítimas não só entre trabalhadores, mas na população de forma geral, decorrentes de acidentes e qual era o estágio desses Processos.

Então, de 2005, se não me falha a memória, pra cá, nós listamos, salvo engano, não é uma relação precisa, mas pelo menos 35 Processos com vítimas fatais em função de acidentes ocasionados por problemas, em tese, relacionados à manutenção. Pasmem os senhores, muitos desses Processos que tiveram vítimas fatais, pessoas que perderam pais, mães, filhos, irmãos, até hoje esperam na Justiça por uma indenização, por alguma solução que pelo menos minimize a perda do ponto de vista material, porque do ponto de vista da vida, essa jamais será sanada.

Nós procuramos informações com algumas dessas vítimas e dos seus representantes, razão pela qual o Dr. Ícaro aqui está. E a primeira conclusão que chegamos é que a estratégia da empresa tem sido protelar esses entendimentos e esses Processos com todos os expedientes judiciais possíveis, muitas vezes para que eles cheguem até aos Tribunais Superiores, e com isso nós temos vítimas que desde 2005, 2006, 2007 e 2008 ainda não foram indenizadas. Os valores atribuídos a algumas indenizações ou acordos que estão em discussão na Justiça, pasmem os senhores, muitas vezes eles são resolvidos em muito mais tempo do que quando o rebanho de um determinado produtor sofre uma perda em função de um acidente com um cabo de alta tensão, ou seja, morre uma cabeça de gado, aquele produtor é indenizado de forma mais rápida e, às vezes, em valores proporcionalmente que nem se comparam do que quando alguém perde um ente querido.

Então nós entendemos que essas questões devem ser averiguadas com mais profundidade e na gravidade do que pode ensejar por essa Comissão Parlamentar de Inquérito. Não só porque se relacionam com a perda de vidas, mas esse contexto de informações, e assim, eu tenho muito cuidado nas minhas intervenções aqui no Parlamento para não ser leviano. Então vocês devem perceber que na forma como eu apresento as questões eu evito ao máximo chegar a uma conclusão preliminar sem que CPI conclua as suas apurações. Mas há uma concatenação entre queixas da sociedade, queixas de órgãos de controle, queixa do consumidor comum, queixa de trabalhadores, queixa de pessoas que são vítimas de acidentes fatais dentro da mesma lógica de uma ausência, de uma responsabilidade da empresa em relação à amplitude dos compromissos, que uma Concessionária de Energia Elétrica é obrigada a assumir quando assina um Contrato da dimensão daquilo que essa empresa mantém com o Estado do Ceará.

Então nós consideramos que isso é relevante de ser apurado por essa CPI, compondo essa radiografia que estamos fazendo das operações dessa empresa no Estado do Ceará, sobretudo porque isso alcança um significado ainda mais concreto. Já falamos aqui de muitas perdas econômicas. Algumas empresas relataram aqui prejuízos milionários pelo atraso de Processos na ENEL relativos ao Licenciamento de Operações de empresas que vão trabalhar com fontes de energia de baixo carbono, fontes de Energias Renováveis, perdão. Então, perdas milionárias.

Os prefeitos também relataram perdas absurdas aqui de atraso de inauguração de obras e etc.. O setor empresarial é useiro e vezeiro em procurar os deputados que compõem a CPI, e as deputadas, para apresentarem suas queixas.

A Deputada Lia, semana passada, foi fazer uma atividade na Procuradoria da Mulher da Assembleia, falta de energia. Aqui na minha residência na Sabiaguaba, ou seja, parece que gente voltou aquele tempo antigo em que essas empresas ainda estavam se estruturando, etc.. Na minha infância era comum ter falta de energia e demorar um pouquinho. Mas a promessa é que a privatização resolveria. Lamentavelmente nós voltamos a um patamar de qualidade inferior àquele que era o período anterior à própria privatização. Essa promessa não foi cumprida.

Mas enquanto os prejuízos são de ordem financeira, tudo bem! Então é necessário que se apure também outro nível de prejuízos que às vezes são incalculáveis e são insanáveis, entre eles o da senhora Ivamar, que vai colaborar, e acredito que está virtualmente. Eu quero agradecer a participação. A senhora Ivamar que é filha da senhora Ivanilda Pereira e é enteada do senhor Manoel Ribeiro.

Lamentavelmente, no dia 1º de junho de 2008, o irmão dela, Raí, de quatro anos, encontrou um fio caído na calçada da sua casa, e ao tocá-lo recebeu uma descarga elétrica. Os pais dela foram

socorrê-lo e, lamentavelmente, foram eletrocutados e faleceram. O Raí, o garoto, sobreviveu. O irmão da Ivamar, Raí, também ingressou com uma Ação; há um Processo em curso; nesse Processo houve um depoimento dado pelo Engenheiro da ENEL que declara que os *sistemas de segurança responsáveis pelo corte de energia no cabeamento* que é o normal. Imagina se um cabeamento se rompe e cai no chão e todo mundo que está passa ali é imediatamente eletrocutado. Na realidade essa não é a regra. O normal é que quando um cabo se rompe é interrompido automaticamente o fluxo de energia. Mas isso não aconteceu. E quem diz isso é um depoimento de um Engenheiro da ENEL constante no Processo, dizendo que *os sistemas de segurança responsáveis pelo corte de energia falharam fazendo com que o fio cortado permanecesse eletrificado.*

O irmão da Ivamar, o Raí, também ingressou com uma Ação de Indenização por danos materiais através de um Processo que está em curso. Ela e o irmão, com o falecimento dos responsáveis, foram separados, inclusive. Ela ficando com os vós maternos e ele com os avós paternos. Em 1ª Instância o Juiz condenou a ENEL a pagar a importância de 698 mil a títulos de danos morais e dois terços (2/3) do salário mínimo por genitor, data do óbito até a data que completar 25 anos; e um terço (1/3) do salário mínimo por genitor até a data onde estes completariam 74 anos, ou até a data do seu falecimento, que venha a constituir união estável ou se casar ou o que venha. O TJCE reduziu a condenação para 500 salários mínimos e mantendo somente a pensão somente de 2/3 (dois terços) do salário mínimo por genitor, da data do óbito até completar os 25 anos.

Então, em função deste relato que deve falar um pouco de 35 outros que nós pesquisamos, e do desejo que temos de prevenir ocorrências futuras dessa natureza, que não se justifica em pleno século XXI com toda a tecnologia que se tem, com toda a promessa de eficiência que se fez quando se privatizaram vários serviços públicos.

Eu quero introduzir o seu depoimento, Dr. Ícaro e Ivamar, com algumas questões, perguntando: *Se a ENEL presta algum tipo de assistência a vítimas depois de acidentes dessa natureza ou durante o decorrer do Processo?*

Perguntando: *Se ela costuma celebrar acordos nesses Processos? Se ela costuma recorrer das Sentenças? De qual é o valor médio das condenações? E quanto tempo demorar, em média, para que os familiares ou vítimas, pelo menos numa amostragem, venham a receber algum valor dessas indenizações?*

Perguntas que eu dirigiria também, agradecendo a contribuição da senhora Ivamar, a ela: *Se ela recebeu algum tipo de assistência da ENEL, depois do acidente que vitimou seu padrasto e sua mãe? Se a ENEL apresentou alguma proposta de acordo? Quais os impactos desse acidente?*

Óbvio que são terríveis na sua vida, mas se quiser acrescentar algo aquilo que eu já relatei, e *se ela já recebeu de lá pra cá, de 2008 pra cá, algum valor da ENEL decorrente da condenação desse Processo?* Essas eram as questões que eu faria.

Eu devolvo a palavra aqui ao nosso Presidente em exercício.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): Deputada Lia.

SRA. DEPUTADA LIA GOMES (PDT): Eu queria aqui reforçar a fala do Deputado Guilherme, parabenizá-lo por ter feito esse trabalho aqui tão minucioso.

Gente, é de embrulhar o estômago, é de causar revolta você ver aqui... uma coisa é a gente ouvir falar aí de 28 vítimas, outra coisa diferente é quando a gente ler os nomes dessas pessoas, a idade delas e aqui do lado escrito: *Óbito*.

Eu queria citar aqui o caso do menino Adrian, de apenas cinco anos de idade, que está pedindo uma indenização de 60 mil reais. Quanto vale a vida do Adrian? E que crueldade dessa empresa, o que são, pelo amor de Deus, gente, 60 mil reais para uma empresa que tem 640 milhões de reais de lucro por ano! Isso é muito cruel, é inadmissível é inaceitável, é repugnante!

Cito aqui o caso de outra criança de sete anos, o Carlos Eduardo, que morreu também, e está pedindo 80 mil reais no Processo. E aí temos vários. O Diogo de 13; temos aqui pessoas idosas, de 82, de 39, mas a maioria das pessoas é jovem, são pessoas de 45 anos, 28 anos, 13 anos. É inaceitável isso.

E eu reforço aqui as perguntas para que o senhor se puder dar mais algum detalhe de algum caso dessas crianças e o que é que elas estão enfrentando na Justiça pelo descaso, pelo desrespeito, pela falta, eu diria até falta de amor, falta de empatia, porque com certeza ela gasta milhões de reais com advogados para protelar e, às vezes, até não pagar essas Indenizações aqui que são completamente irrisórias para uma empresa com esse lucro absurdo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): Doutor Ícaro pode ficar à vontade para responder, e você tem o tempo que for necessário.

SR. ÍCARO FERREIRA DE MENDONÇA GASPAR (Advogado – Representante das vítimas de Acidentes Fatais em virtude de Choque Elétrico): Obrigado, Deputado Guilherme Landim, a quem eu cumprimento inclusive extensiva à memória de seu pai. Estive nessa Casa num passado recente, e pude dividir com ele ainda que seja na condição de assessor do Deputado Dedé Teixeira, na época, a convivência, e faço testemunho da grande pessoa, do grande homem público que foi, e é importante vê-lo dando sequência a uma história, mas também construindo a sua.

Quero cumprimentar a Deputada Lia Gomes, abraçá-la, e agradecer pela composição da CPI, e agradecer ao espaço que hoje é dado.

Eu não tenho dúvida que esse 11 de março de 2024 é um dia histórico. É a primeira vez, Deputado Guilherme Sampaio, que as vítimas da ENEL, agora falando de toda a sociedade, que o Deputado Guilherme Sampaio já trouxe aqui num outro momento o relato dos trabalhadores, de compreender que a má prestação de serviço não gera somente o prejuízo material propriamente dito. E eu agradeço, Deputado Guilherme, pelo senhor ter recebido o apelo dos familiares das vítimas e ter pautado a CPI para que ela traga também, para além do grande trabalho que ela tem feito, um olhar humano também das consequências reais do que é que significa não existir em infraestrutura do Setor Energético do Estado do Ceará.

Deputado Guilherme Landim, Deputado Guilherme Sampaio, eu só queria pedir uma inversão. A Ivamar conseguiu conectar agora. Então se Vossas Excelências pudessem repetir as perguntas, inclusive para que ela pudesse acompanhar ela falaria e nós daríamos sequência, até para poder liberar e retornar do trabalho.

E por fim, cumprimentar o ex-Deputado Heitor Freire, agora representando a SUDENE. Dizer dessa importância, Heitor, de estarmos dividindo essa Bancada, seja pensando pelo lado estatal de defender políticas importantes como são desenvolvidos pela SUDENE e pelo lado da sociedade civil, para poder contribuir com um momento ímpar da história do Estado do Ceará, em que a Assembleia propõe uma revisão, cumprindo o seu papel fundamental, que é de fiscalizar a atuação também das Concessionárias de serviço público. Eu devolvo a palavra.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): Obrigado, Dr. Ícaro. Queria cumprimentar aqui a senhora Ivamar, e repassar aqui para a senhora as perguntas que foram feitas pelo Deputado Guilherme Sampaio, para que a senhora possa respondê-las.

A senhora recebeu algum tipo de assistência da ENEL após o acidente que vitimou sua mãe e seu padrasto? Se a ENEL apresentou alguma proposta de acordo para a senhora? Se a senhora já recebeu algum valor decorrente da condenação desse Processo? E por fim, *quais os impactos que esse acidente causou na vida da senhora e da sua família?*

Com a palavra a Senhora Ivamar.

SRA. IVAMAR PEREIRA DE SOUSA (Vítima): Não. Eu não recebi nenhuma ajuda, assim, por parte da ENEL, muito menos um pedido de desculpa. Eu ainda recebi alguma coisa, dois anos atrás, mas depois que a gente correu atrás do Processo, mas fora isso não teve nenhuma participação da ENEL na nossa vida, nem na minha e dos meus irmãos, dos meus avós.

O impacto que teve que foi destruidor, porque além de levarem os meus pais, a convivência com eles, eu também perdi a convivência com o meu irmão, que a gente ficou em lares separados,

por muito temo a gente não conseguia se comunicar, se ver. A gente tem alguma convivência hoje, mas mesmo assim ainda é complicada, pelo tempo que a gente ficou afastado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): Ivamar, *a ENEL apresentou alguma proposta de acordo para a senhora?*

SRA. IVAMAR PEREIRA DE SOUSA (Vítima): Não. Nunca.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): Nunca apresentou nenhum acordo?

SRA. IVAMAR PEREIRA DE SOUSA (Vítima): Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): Deputada Lia quer fazer uma pergunta aqui para a senhora.

SRA. DEPUTADA LIA GOMES (PDT): Eu lembrei aqui do que vocês devem ter sofrido, de uma hora pra outra ter que fazer o enterro de duas pessoas, e normalmente é muito caro enterrar. A gente sabe que é bem caro, quem já passou por isso sabe: *Nem nesse momento a ENEL procurou vocês para custear as despesas dos funerais do seu padrasto e da sua mãe?*

SRA. IVAMAR PEREIRA DE SOUSA (Vítima): Não. Tudo foi ocorrido pelos meus avós que já pagavam uma funerária mensalmente, tudo foi custeado por eles.

SR. DEPUTADO GUILHERME SAMPAIO (PT): Ivamar, boa tarde. Aqui fala o Deputado Guilherme Sampaio. Quando nós começamos o trabalho dessa CPI nós ouvimos a representação dos trabalhadores da ENEL, e eles nos relataram muitas queixas, muitas críticas, denúncias mesmo, em relação a risco de acidentes com esses trabalhadores; perdas de vida com esses trabalhadores. E isso nos levou a pesquisarmos sobre vítimas fatais, como é o caso da tua mãe e do teu padrasto, entre a população de forma geral. E ai nós mapeamos 35 vítimas, pelo menos 35 vítimas em situações parecidas com a sua que perdeu pessoas queridas. Então, eu queria te transmitir toda a nossa solidariedade em nome da Assembleia Legislativa. O tempo não apaga esse tipo de experiência dolosa, especialmente acrescida dessa separação forçada que você precisou viver com o seu irmão.

Eu quero expressar aqui em nome dos colegas, estou aqui ao lado Presidente da CPI, Deputado Fernando Santana que tem nos liderado com muita firmeza, quero expressar aqui em nome dos colegas que o que essa CPI puder fazer para ajudar a fazer justiça em todas as dimensões do que representa a obrigação e a responsabilidade de uma Concessionária dessa dimensão, que assume um compromisso desse porte, nós faremos. Então conte com a Assembleia Legislativa, conte com os deputados e deputadas dessa CPI.

SRA. IVAMAR PEREIRA DE SOUSA (Vítima): Muito obrigada.

SR. DEPUTADO GUILHERME SAMPAIO (PT): E muito grato pela sua contribuição. Imagino que remexer nesse lugar de memórias que são memórias duras e tristes não seja um exercício propriamente fácil para alguém como você, que ainda que jovem, com toda certeza tem uma grande vida pela frente, mas que óbvio remexe num ponto de muita dor da sua jovem existência.

Então você já mencionou que a ENEL não deu nenhuma assistência, inclusive no momento do ocorrido, como mencionou aqui a Deputada Lia, para despesas de sepultamento, de funerárias e etc., você mencionou também que a ENEL não apresentou nenhuma proposta. Você já falou um pouco dos impactos disso na tua vida. Você mencionou na sua fala que acerca de dois anos houve alguma tratativa, algum diálogo que teria sido, talvez, um primeiro momento em que a ENEL se mostrou mais proativa no sentido de tratar algo parecido com algum tipo de reparo. Então como você mencionou isso, eu acho que seria importante você esclarecer esse ponto.

SRA. IVAMAR PEREIRA DE SOUSA (Vítima): É sobre questão de Pensão. Mas eu acho melhor o meu advogado explicar, o Dr. Ícaro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Deputado Guilherme Sampaio, me permita só também me solidarizar com a senhora Ivamar Pereira de Sousa e toda a sua família, pelo que eu ouvi aqui.

Desde o início dos trabalhos dessa Comissão Parlamentar de Inquérito, eu acho que esse depoimento aqui, essa fala dela é todo desrespeito que nós já identificamos a ENEL ter com a população do Estado do Ceará que nos indigna. Muitas vezes a gente tem reiterado isso aqui na Comissão Parlamentar de Inquérito, mas o seu depoimento chega a nos deixar chocados.

Então toda nossa solidariedade. Pedir a Deus que dê muita força a você, ao seu irmão, à sua família. E faço minhas aqui às palavras do colega Deputado Guilherme Sampaio que, acertadamente, trouxe essa pauta aqui na CPI, para que a gente pudesse tratar, trabalhar com muito respeito, com muitas responsabilidade. E de alguma maneira dar a nossa parcela de contribuição nesse trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito para que a empresa ENEL possa, de forma urgente, respeitosamente, dificilmente eu acredito nisso, infelizmente, mas quero ainda acreditar com esperança, possa minimizar o que tem acontecido na sua vida porque apagar jamais vai apagar.

Então passo a palavra ao Dr. Ícaro para que possa...

SR. ÍCARO FERREIRA DE MENDONÇA GASPAR (Advogado – Representante das vítimas de Acidentes Fatais em virtude de Choque Elétrico): Deputado Fernando Santana, a quem eu abraço, aproveito a oportunidade para abraçar e cumprimentar.

Conforme foi relatado pela senhora Ivamar, quando ela cita, Deputado Guilherme, essa questão dessa tratativa foi quando a ENEL foi obrigada, por força de Decisão Judicial, a implantar a Pensão mensal que era no valor de 1/3 (um terço) do salário mínimo por cada ente falecido.

Nós estamos falando, Deputada Lia, de uma menina, hoje, mulher, e aqui eu cumprimento a Ivamar me somando à solidariedade que já foi expressada; nós estamos falando de uma menina de nove anos. Isso aconteceu quando a senhora Ivamar tinha nove anos de idade; hoje Ivamar tem 25. Então só atendendo a essa solicitação dela, Deputado Fernando Santana, a única verba que recebeu foi à relacionada ao pensionamento mensal que, infelizmente, o Tribunal de Justiça entende que só deve permanecer até os 25 anos de idade, consequentemente, essa breve passagem entre a ENEL cumprir e a obrigação encerrar...

SRA. DEPUTADA LIA GOMES (PDT): Não tem retroativo?

SR. ÍCARO FERREIRA DE MENDONÇA GASPAR (Advogado – Representante das vítimas de Acidentes Fatais em virtude de Choque Elétrico): Tem. Mas ainda a ENEL está recorrendo, Excelência.

Devolvo a palavra, deputado. Posso? Perfeito!

Então boa tarde, mais uma vez a todos e todas. Eu trouxe uma apresentação para subsidiar e acompanhar aqui a nossa fala. Eu quero renovar a saudação que já foi feita no início, e estender a saudação a todo plenário que acompanha essa importante reunião da CPI hoje, aqui na pessoa do Dr. Cleto Gomes, advogado da ENEL, que acompanha hoje a Sessão.

E trouxe para subsidiar aqui a nossa fala, Deputado Fernando, uma pequena apresentação, em que a gente resume de forma tópica, Deputado Guilherme Sampaio, todas essas questões que vossa excelência colocou no início.

E eu já vou começar respondendo uma questão da Deputada Lia Gomes. Deputada, essa coluna em que a gente registrou aí os valores, ela é a coluna das condenações do Tribunal, não são os pedidos. Então, eu já respondo um ponto. O nosso Tribunal de Justiça, primeiro que a ENEL só indeniza se tiver Processos, e quando existe o Processo, nós ainda temos problema, Deputado Guilherme Landim, que são as baixas condenações, os baixos valores indenizatórios que são destinados às pessoas.

Vossa Excelência narrou o caso aqui de uma criança de cinco anos de idade, e de fato chama bastante atenção, e é o caso do Adrian, e é aqui de Fortaleza. A gente vai tratar sobre ele, deputado, aqui no curso da apresentação.

Slide - Eu peço que passe para o próximo. Só volte ao anterior, por gentileza. O Deputado Guilherme Sampaio foi muito feliz ao trazer a pauta, Deputado Fernando Santana, porque a gente

traz o foco para esse tema. Nós queremos tratar aqui avançando na questão dos trabalhadores, o impacto humano da má prestação de serviços da ENEL. Não são somente números. Não pode ser somente uma planilha. Hoje nós vamos falar sobre vidas que poderiam existir e em função da má prestação de serviço essas pessoas foram privadas da nossa convivência.

Vamos ao próximo slide. E a gente começa a fazer esse trabalho falando de uma história real. Qual é o preço, Deputado Guilherme Sampaio, o senhor que citou essa pergunta, *qual é o preço dessa negligência?* Nós trazemos um caso aqui de Fortaleza que aconteceu agora recente, Dr. Cleto, no ano de 2020, e nós estamos falando do Adrian, Deputada Lia Gomes. A mãe descreve isso no Processo, que o dia que começou como qualquer outro como hoje, quando a gente acordou, aqueles que convivem com os filhos, com a esposa, com marido, com companheiro, com companheira; se tomou o café da manhã, parecia mais um dia normal na vida dessa família, e de uma hora pra outra se transformou rapidamente, talvez num maior pesadelo que aquela família já enfrentou. Saiu para ir à mercearia. E olha que nós estamos falando de Fortaleza, numa Fortaleza que se reveste hoje da verticalidade, de uma Fortaleza hoje constrói muros. Nós tínhamos uma família, Deputada Lia Gomes, que saiu para ir à mercearia, e no caminho para a mercearia, o seu filho de cinco anos foi brutalmente eletrocutado, e em função disso, Deputado Fernando Santana, esse menor veio a óbito.

E eu conversava com o Deputado Guilherme Sampaio antes do início da Sessão da CPI: Não há como, não há condição humana que nos retire a situação de não embargar a voz, de não ter empatia, de um olhar para o outro e dizer: Poderia ser minha filha. Eu tenho uma filha de dez anos, Deputado Fernando Santana, completa 11 agora, dia 27 de março. Poderia ser a Louise, que é a minha filha, mas foi o Adrian. As testemunhas no Processo destacam veementemente, Deputado Fernando Santana, a evidente falha na Prestação de Serviço.

Vossa Excelência, Deputado Fernando, que é da Região do Cariri, vai entender bem quando eu digo que nós interioranos, que *corre fogo no fio*. Quando a gente fala isso, Deputado Guilherme Landim, o nosso povo sertanejo identifica logo e sabe o que é, porque, Deputada Lia, ele vê isso acontecer no dia a dia perto da casa dele, perto do comércio dele, perto da escola dele.

Vamos ao próximo slide. Então Deputada Lia, esse é o caso do Adrian que a gente traz aqui. E a Sentença foi proferida em agosto do ano passado, deputada; ela responsabilizou a ENEL; ela condena a ENEL ao pagamento. Reconhece a má Prestação de Serviço, Deputado Fernando, e determina o pagamento de 60 mil reais à família. Pois bem, poderíamos nós dizer que a Justiça foi feita, afinal ocorreu; existia um Processo; foi feita a instrução processual; ao final teve uma

Sentença, e na sentença foi reconhecida a responsabilidade. Mas a gente deixa o questionamento em aberto: 60 mil reais paga a vida do Adrian? Eu tenho certeza que não.

Vamos ao próximo slide. Aqui a gente traz outro caso, em 20 de dezembro de 2015. Olha como a história se repete, Deputado Guilherme Sampaio, um fio de alta tensão se partiu e caiu. E aí nós estamos falando aqui de um jovem de 34 anos de idade, lá da Barra do Ceará; ele estava trabalhando.

Deputado Fernando, tem um relato em que o trabalhador tinha uma oficinazinha de moto na frente da casa, ex-Deputado Heitor Freire, e ele consertando as motos, trocando um pneu, consertando uma câmera de ar e, de repente, o provedor de alimentos, trabalhando ali em parceria com a esposa, a esposa cuidando e ele ali ajudava, uma fazia uma coisa a outra pessoa fazia outra, e de repente também foi retirado não só do convívio social, mas do convívio terreno. Ele era o sustento e a esperança da família. E sem sombra de dúvida, não apenas ele deixou um vazio imenso, mas ele também expôs a dolorosa indiferença da ENEL que falhou em fornecer o suporte necessário.

Vamos ao próximo. Nós escolhemos esses dois casos, além do caso da Ivamar, como bem relatado pelo Deputado Guilherme Sampaio aqui no começo da Oitiva, para poder dialogar, Deputado Fernando, sobre a seguinte perspectiva. No caso Ivamar, Ivamar com nove anos, Raí com quatro anos; o Raí corre, tem contato com um cabo de alta tensão que caiu na calçada da casa dele; o pai corre e a mãe corre para salvar o filho que estava ali sendo eletrocutado, Deputada Lia, num ato heróico dos pais... o Raí à época garoto de quatro anos, moleque franzino, do interior da minha cidade, da minha terra natal, da minha querida Acopiara, o cabo fica em cima dos pais e deixa de atingir o Raí. Os pais são brutalmente assassinados. E a Ivamar, que há pouco prestou seu depoimento estava na janela de casa e assistiu tudo. Assistiu absolutamente tudo. Ela não só assistiu um acidente, ela não só assistiu um evento fatalístico que poderia acontecer. Ela assistiu algo que já estava contado para acontecer. E digo por quê. Porque nos relatos que constam no Processo, inclusive afirmado pelo engenheiro que compareceu na Ação, conforme citado pelo Deputado Guilherme Sampaio, ele relata essencialmente que não tinha sido a primeira vez que aqueles sistemas elétricos tinham apresentados algum tipo de defeito. Não tinha sido apenas uma vez que aquela comunidade já tinha acionado a ENEL, pelos canais de comunicação, requerendo providências para que se pudesse evitar o pior, para que se pudesse evitar justamente aquilo que aconteceu, para que aquilo viesse vitimar alguém.

Trazendo esses três casos como parâmetro, mas nós entregamos aqui em conjunto com a assessoria do Deputado Guilherme Sampaio, a quem eu agradeço pelo suporte aqui na pessoa da

Camila, uma lista que não pode ser resumida somente a quantidade de pessoas que já morreram. São histórias. São famílias que foram destruídas no afã, talvez, de preservar uma maior lucratividade por parte da empresa.

E eu digo isso por quê? Nós fomos ao Canal de Relacionamento com investidores da ENEL. A ENEL é uma sociedade de capital aberto, e por obrigação ela precisa prestar contas, Deputada Lia, das suas Receitas, das suas Aplicações, seguindo toda legislação de regência. Mas a ENEL, Deputado Fernando, não tem um Canal de Comunicação com as vítimas de acidentes. Então eu tenho um Canal de Comunicação enquanto empresa com quem investe, com quem lucra e com quem recebe. Mas eu não tenho um Canal de Comunicação direto com as vítimas.

Pois bem, lá no Canal de Comunicação de relação com investidores - está um pouco pequeno ali -, mas eu acredito que no próximo slide a gente pode ver melhor. E a gente quer trazer essa perspectiva: A disparidade financeira do lucro versus perdas humanas.

No caso da Ivamar, em específico, Deputada Lia Gomes, pra a senhora ter ideia, a condenação dela em 1ª Grau, que a ENEL sofreu no Processo da Ivamar, representava zero. E aí eu peço licença para contar a quantidade de zeros. Uma sequência de cinco zeros, 17% do lucro trimestral de 2020, do primeiro trimestre. Pasmem, a indenização do caso da Ivamar, desse específico, ela representa essa fração de grandeza.

Vamos ao próximo slide, por gentileza. Então em relação ao Exercício de 2023, Deputado Fernando, isso já está disponível no site de Relação de Investidores da ENEL, a Receita Líquida foi de 8.6 bilhões. E a empresa teve um Lucro Líquido de 315 milhões. Mas para que a gente não possa se perder na numerologia, talvez um parâmetro interessante que essa CPI tenha que atentar é na distribuição de Dividendos.

Em 2021, no Balanço de 2021, Dividendos: 171,729 milhões. Em 31/12/2022: 191 milhões e 983 mil. O que é que significa do ponto de vista prático? Significa do ponto de vista prático que a ENEL aumentou entre o ano de 2022 e o ano de 2023 a distribuição dos Lucros. Será, Deputado Fernando Santana, que essa mesma energia para distribuir a Receita foi aplicada para evitar que casos como esse que nós narramos aqui fossem evitados?

Os valores de indenização, e aí a gente coloca ali, e já respondendo a 5ª pergunta que o Deputado Guilherme Sampaio fez, o valor médio. Deputado Guilherme, os valores médios em relação à Receita da ENEL, em média, segue àquela fração: 0,001%. Se a gente fosse traduzir isso em números, para poder facilitar a compreensão inclusive de quem nos acompanha em todo o Estado do Ceará, isso significa dizer a você cearense, a você trabalhador, a você trabalhadora, a você dono de casa, dono de pequeno mercadinho, você que eventualmente foi vítima, que o

Tribunal tem fixado condenações com parâmetros muito baixos, Deputada Lia Gomes. A senhora leu e acredito que leu com tom de espanto de como, no caso, o Adrian, por exemplo, a fixação da condenação se deu em 60 mil. Mas, deputada, a média de condenação que envolve esses casos de evento morte, no Tribunal gira entorno de 95 mil reais, com base nesse levantamento que a gente disponibilizou para a comissão.

Então veja bem: Se um evento que é deveras repudiável...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Doutor Ícaro, por gentileza, alguém da ENEL chegou a visitar, como forma de solidariedade, às vítimas? Algum familiar de alguma vítima já lhe relatou algo nesse sentido?

SR. ÍCARO FERREIRA DE MENDONÇA GASPAR (Advogado – Representante das vítimas de Acidentes Fatais em virtude de Choque Elétrico): Não, Deputado Fernando Santana. Infelizmente, não. Inclusive, antes do início da sessão dialogava com o representante da ENEL presente aqui, colocando justamente isso, por essa necessidade.

Eu acredito que a Ivamar que colaborou com o depoimento aqui que me antecedeu, eu acho que ela resumiu bem um ponto: *Eu nunca recebi um pedido de desculpas*.

Eu acho que obviamente as questões que envolvem indenizações, Deputado Fernando Santana, e outras mais que Vossa Excelência possa anotar, mas o pedido de desculpas é algo que talvez seja necessário para esse conjunto de famílias, para que eles possam dentro do seu processo de elaboração do luto possam resignificar esse processo, e a partir daí tentarem conduzir as suas vidas da forma que ela se apresenta.

Então, Deputado Fernando, infelizmente não há nenhum tipo de suporte. E eu fiz o paralelo aqui inclusive com o Canal de Relacionamento com o investidor para poder traçar justamente esse paralelo.

Então, quando a gente pensa, Deputado Guilherme Landim, num valor de indenização que seja a média de 95 mil reais, para uma empresa que fatura 8.6 bilhões no ano, quando a gente fala em fixação de indenização, essa indenização tem que ter um caráter pedagógico; ela tem que ser o suficiente para poder inibir aquele que pratica o ato danoso a não praticar novamente. Mas será que se fixando nesse patamar, como é fixado hoje, se cumpre o caráter pedagógico? Na nossa compreensão, infelizmente, não cumpre, tanto é que é essa quantidade de mortes.

E não só, Deputado Fernando Santana, nós trouxemos dois casos de Fortaleza, trouxemos um caso lá do Centro Sul, da cidade de Acopiara, e eu poderia muito bem aqui relatar caso de Sobral, casos do nosso Cariri, de Juazeiro do Norte. Eu até anotei um aqui, Deputado Fernando, que era um trabalhador, e mesma situação, ele faleceu com 34 anos de idade, no dia 27 de outubro do

ano passado, no bairro Limoeiro, Vossa Excelência conhece bem. Num lugar inclusive que há registros de outros acidentes no mesmo local. O que mostra uma demora da ENEL em corrigir essas situações que causam prejuízos à população. Então pensar nessa perspectiva de que esses valores não estão sendo suficientes para forçar a ENEL a aumentar o seu investimento em manutenção e prevenção de acidentes está gerando mortes no Estado do Ceará.

Vamos ao próximo. Seguindo aqui os questionamentos do Deputado Guilherme Sampaio. Deputado, dentro da estratégia jurídica da ENEL a gente enxerga que o Judiciário é utilizado como escudo. Nós que atuamos na perspectiva da defesa e promoção dos direitos sociais, a gente, vez por outra encontra esse tipo de situação. É a estratégia de defesa que utiliza o Sistema Judiciário para poder postergar os prazos de ressarcimento, Deputado Fernando Santana, ou seja, não há uma política interna da ENEL de reconhecimento da sua responsabilidade e de prestação de assistência e suporte às famílias dos mais diversos. Isso existe, por exemplo, e está bem determinado na Norma, quando queima a televisão. Isso existe muito bem quando queima a máquina de lavar, quando queima o rádio, o freezer. E a vida, deputado? E a vida? Não há regulação. Não há contato. A empresa não entra em contato com as famílias, e isso acaba gerando um impacto sobrecomum.

Como o Deputado Guilherme Sampaio questionou, e inclusive se solidarizou com a Ivamar, a postergação, e a falta de empatia ao ponto de sequer apresentar um pedido formal de desculpas, Deputada Lia Gomes, para as famílias, faz com que isso se postergue; que esse sofrimento vá avançando ao longo do tempo.

Podemos ir ao próximo, por favor. E como resumo disso, os Processos judiciais no Brasil, Deputado Guilherme Sampaio, têm duração média entre nove e dez anos.

A Ivamar que colaborou conosco na tarde de hoje, presenciou a morte dos pais no ano de 2008, ela tinha nove anos. Nós estamos em 2024. Ela não teve a oportunidade de contar com a mãe, Deputada Lia Gomes, a senhora que é mulher encabeça aqui na Assembleia diversas mobilizações nesse sentido. Ela não teve com quem dividir, Dr. Cleto, a expectativa da primeira paquera; ela não teve com dividir a dúvida das modificações que estavam acontecendo com o seu corpo; ela não teve como dividir as suas angústias, os seus sonhos, a sua vida. Ela não pode contar com o pai que, Deputada Lia, Deputado Guilherme Sampaio, Deputado Fernando Santana, com o pai que foi reconhecido na Sentença. Era padrasto, mas na Sentença foi reconhecida a paternidade afetiva, porque assim o era.

Acredito que a CPI cumpre essencialmente dois papéis: Tem um papel de investigar, de apurar, mas ela também tem um papel fundamental, Deputado Fernando Santana, que é apontar o que é que pode ser feito a partir de agora, diante de todos esses relatos, de todos esses

acontecimentos. E aí a gente traz essas questões para colaborar, Deputado Fernando, para que vossas excelências possam avaliar, e a partir daí tomarem as providências que entenderem que são necessárias.

Deputado Fernando, não há uma centralização dessas informações em relação às vítimas da ENEL. Sugestão que a CPI solicite à Secretaria de Segurança Pública que faça uma busca nos seus bancos de dados de casos relacionados ao falecimento ou, ainda, que não seja falecimento, mas relacionado a choque elétrico.

Esses relatos que o Deputado Guilherme Sampaio trouxe aqui, na tarde de hoje, eles são feitos com buscas no Sistema do Tribunal de Justiça que não indexa todos os casos. E além de não indexar todos os casos, Deputado Fernando, ainda tem uma segunda questão: A gente só sabe daquele cidadão ou daquela cidadã que, infelizmente, veio a falecer e que a família ingressou com uma Ação. E do quantitativo de pessoas que não têm acesso à Justiça, que não têm acesso ao Judiciário?

Nós precisamos também, Deputado Fernando, ter noção de quantos inquéritos policiais foram abertos para poder apurar circunstâncias como essa. Eu poso informar a vossa excelência com base no caso da senhora Ivamar que não foi feito apuração, Deputada Lia. Não foi feita uma apuração sequer. E nós temos um engenheiro da empresa que comparece perante o Poder Judiciário, perante o Juiz de Direito e diz: *Olha, o sistema falhou.* E aí eu lembro bem da audiência, Deputado Guilherme, porque o juiz inquiriu e inquiriu no seguinte sentido: O sistema era para funcionar. Como é que funciona? Eu lembro bem que o engenheiro foi responder, e usando expressão popular ele disse: *Olha, é o seguinte, quando o fio cai, a canela aciona,* - a expressão usada é canela, - *e corta a passagem.* Se não funcionou, não funcionou por quê? Foi porque não teve manutenção? A responsabilidade é de quem?

Nós não seguimos uma linha punitivista, a nossa atuação de vida, Deputado Fernando Santana, mas não é possível que pessoas sejam assassinadas e não tenha a devida apuração por parte do Estado. Eu acredito que a sociedade cearense deve exigir sim. Aí aqui eu me coloco na condição de advogado da Ivamar e como cidadão cearense, de exigir uma explicação sobre tudo isso que aconteceu. Então, o primeiro ponto de sugestão, Deputado Fernando, seria nesse sentido.

Acredito que também poderia ser um encaminhamento das providências que deveriam ser adotadas após a CPI. O Estado do Ceará fez uma opção, Deputado Fernando, lá no ano, Deputada Lia, de 1997, em fazer a Concessão; ele executava o Serviço de Iluminação e de fornecimento de energia elétrica para o Estado do Ceará de forma direta, e posteriormente a isso resolveu privatizar e

vender essa operação; e quem presta hoje é a ENEL. Mas é a primeira vez, Deputado Fernando, que nós estamos falando isso nessa Augusta Casa Legislativa.

Então nós pensamos que essas famílias também sofreram isso por responsabilidade do Estado do Ceará, e a partir disso, eu acredito que o Estado do Ceará deveria sim também indenizar essas famílias e cobrar da ENEL a consequência dessas indenizações.

E para os futuros Contratos de Concessão, nós estamos aí na eminência de ter um Processo de Renovação da Concessão ou então outra empresa vir a assumir, que se colocassem cláusulas, que se pensasse em cláusulas, Deputado Fernando, Deputado Guilherme, em que já pudesse trazer a previsão expressa de valores mínimos. Por exemplo, Deputada Lia, diante de um falecimento, diante de uma circunstância como essa. Nós sabemos bem o quanto é caro esse tipo de situação. Imagine a senhora de retirar todo o convívio familiar ali que foi possível. Se nós tivéssemos cláusulas, Deputado Fernando, que estabelecesse valores mínimos. Nós não estaríamos tirando o direito do cidadão, da cidadã cearense de perseguir no Poder Judiciário, caso entenda que o valor da indenização deva ser maior, mas fixando patamares mínimos nós não levaríamos quinze anos para uma pessoa poder ter qualquer tipo de reparação do seu caso. Mas isso poderia assustar e poderia afastar as empresas? Não!

A operação no Estado do Ceará além de ser rentável, também condicionaria qual é o tipo de serviço público que a gente quer que seja prestado nas nossas casas, Deputada Lia Gomes, nos nossos comércios, Deputado Guilherme Landim, nas nossas vidas.

Podemos passar para o próximo. A gente precisa também ter um monitoramento e uma avaliação contínua, Deputado Fernando. Eu colocava para o Dr. Cleto aqui, antes da reunião, essa questão de ter um Canal de Diálogo Aberto, que isso pudesse ser acompanhado, e tivesse transparência em relação a essas questões que relacione a acidentes, seja com vítimas fatais ou então com pessoas que tiveram algum tipo de sequelas em função disso.

E nós precisamos, sem sobra de dúvida, de investimento em Educação e Prevenção. A gente tem um sistema elétrico de distribuição em que os fios são aparentes e estão na nossa calçada; eles estão na frente do nosso comércio; eles estão na frente da nossa casa, às vezes, ele está na altura do acesso dos nossos imóveis. Nós precisamos ter uma política contínua de educação da população e conscientização para que isso não possa mais acontecer.

Eu acho que a gente tem que começar, Deputado Fernando Santana, nós não vamos conseguir mais trazer de volta essas pessoas que a gente relacionou. Mas é uma obrigação nossa, enquanto sociedade civil, fazer com que essa situação não se resuma essencialmente em números;

são pessoas, são vidas, são histórias que deixaram de ser contadas em função da má prestação de serviço da ENEL. Eu agradeço o espaço, e me coloco à disposição da CPI.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Doutor Ícaro, nós que agradecemos. Vou inscrever aqui os parlamentares que querem questionar não só ao Dr. Ícaro, mas também ao Dr. Heitor Freire.

Só queria fazer uma pergunta, Dr. Ícaro. Para mim, pessoalmente, uma vítima já representa tudo que você falou aqui, e acho que tudo que a gente vem falando do desrespeito, mas você tem um quantitativo de vítimas que o senhor representa ou que colegas seus representam? Só para gente ter o número.

SR. ÍCARO FERREIRA DE MENDONÇA GASPAR (Advogado – Representante das vítimas de Acidentes Fatais em virtude de Choque Elétrico): Doutor Fernando, nós representamos, lá no escritório, quinze, mas nós trouxemos uma lista que foi apresentada pelo Deputado Guilherme Sampaio que trazem 35 vítimas. Mas quando o Deputado Guilherme Sampaio se referencia a 35 vítimas ele está nominando as pessoas que faleceram. O impacto disso é de escala logarítmica. Porque isso impacta, por exemplo, vamos pegar o caso da Ivamar, que compareceu aqui. O caso da Ivamar, por exemplo, era um universo de oito irmãos, só que ela e o Raí eram os dois que eram menores de idade.

O impacto na vida dessas pessoas, o Deputado Fernando, por exemplo, como ela própria narrou, ela foi privada da convivência com o irmão. A família teve que ser separada em função das condições financeiras e de convivência ao ponto dela não ter tido o convívio familiar. Então, o impacto disso está para além do relatório que são 35 vítimas fatais. Mas se a gente for inserir aqui o universo de famílias, e aí nós estamos falando de centenas de pessoas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Muito obrigado, Doutor Ícaro. Passo a palavra aqui ao Deputado Guilherme Sampaio que está se inscrevendo.

SR. DEPUTADO GUILHERME SAMPAIO (PT): Muito grato, Dr. Ícaro, eu me inscrevi porque gostaria de dirigir algumas questões agora ao Dr. Heitor, mas antes de fazê-las, eu queria fazer um breve comentário, porque na minha intervenção eu fiz um histórico, trouxe dados, e eu queria acrescentar uma... À medida que nós vamos avançando nas reuniões da CPI nós vamos tendo uma compreensão mais ampla, com elementos objetivos, e também vamos formando um juízo sobre o que está balizando o relacionamento da ENEL com o Estado.

Eu queria, com base na experiência acumulada até aqui, não só na CPI, mas em momentos anteriores de mediações. Eu estou completando este ano, Deputada Lia, 20 anos de vida pública. Eu fui Líder de Governo, eu fui Líder de Oposição, eu fui membro da Mesa Diretora; fui Presidente de

Comissões importantes; sou Presidente de um Partido que é acostumado a vivenciar muitos debates internos. Eu estou muito acostumado a fazer enfrentamentos, a fazer mediações, a fazer mediações com o setor empresarial quando necessário; a fazer mediações envolvendo movimentos da sociedade, e a passar por experiências parecidas como esse conflito que nós estamos apurando aqui na Assembleia Legislativa através dessa CPI.

Agora, quero dizer a todos os meus colegas de CPI, nesses vinte anos, eu nunca participei de uma apuração, de um enfrentamento em que um determinado ator envolvido, no caso uma empresa, uma grande empresa, uma das maiores multinacionais, que em 2022 estava entre as, sei lá, quase as cem maiores empresas do mundo, não se preocupasse sequer com os eventuais danos da à sua imagem, que um Processo como esse possa acarretar. Não se preocupasse a dar satisfação à Assembleia, - eu não estou falando em nome das vítimas nem formando um juízo a partir da fala do advogado de um grupo de vítimas que merece o nosso crédito e merece o nosso respeito. Não dá satisfação à Assembleia; não dá satisfação à ARCE; não dá satisfação à ANEEL; não dá satisfação ao Governo do Estado; não dá satisfação à Associação dos Prefeitos, do mesmo jeito que não dá satisfação a um consumidor comum, que hoje espera horas. E aqui são dados objetivos, basta ver os Índices de Frequência, DRFER, que são índices oficiais disponibilizados pela ANEEL, nem para um consumidor empresarial. Para completar, não dá nenhuma satisfação digna, pelo relato que aqui foi feito, a famílias que perderam pessoas, entes queridos nas situações que estão colocadas aqui.

Por que eu estou fazendo essa introdução? Porque eu acho que isso revela valores organizacionais. No tempo da COELCE a gente estava tratando de uma empresa estatal, agora nós tratamos de uma multinacional. Então se nós tivéssemos algo localizado, - tem aí os trabalhadores também que eu não citei, - se nós tivéssemos algo localizado, nós poderíamos dar algum desconto, mas, lamentavelmente, nem os atores institucionais mais representativos do Estado, desde a União com a ANEEL até aqui, a Assembleia Legislativa, em minha opinião, têm sido respeitados pela empresa, quanto mais um consumidor lá na ponta. E o exemplo extremo disso são situações dramáticas como essas que foram vivenciadas. Então, isso para mim evidencia valores organizacionais dessa empresa.

Então quando nos relacionamos aqui, e eu volto a um princípio que me move, porque eu não vi, desde o início dessa CPI, ninguém aqui defendendo um cavalo de pau no Sistema de Concessão de Fornecimento de Energia Elétrica, distribuição de energia elétrica no Estado do Ceará, não vi, até hoje, ninguém defendendo isso. Eu tenho absoluta certeza que se a ENEL estivesse operando nos Índices de Qualidade que ela tinha no começo da Concessão, estava todo mundo aqui muito tranquilo, sem fazer nenhuma fala no tom do que nós temos assistido; sem trazer essas denúncias a

não ser pontualmente, tratando institucionalmente inclusive, sempre tivemos um histórico de boas relações institucionais.

Eu quero lembrar aqui o Diretor Nunes sempre atendeu muito bem a todo mundo quando tinha um problema localizado, mas o que nós estamos vendo aqui é algo mais sério. Como eu disse, revela valores organizacionais.

O que se pretende nessa CPI, ao fundo, ao fim e ao cabo, é que a população cearense seja respeitada por quem quer que seja que preste o serviço de distribuição de energia elétrica. É isso que se pretende. Mas lamentavelmente isso não está dado. O que está dado é o oposto. O que está dado é negligência, e negligência que pode estar, - não vou afirmar para não ser leviano, - negligência que pode ser responsável por morte. Não é morte de trabalhador que sabe que vai trabalhar em uma atividade de risco e tem eventualmente seguro e tem eventualmente regras especiais, é morte de gente da população. Então isso é bastante grave. Isso é revelador dos valores dessa empresa.

Eu quero encerrar esse bloco para direcionar algumas questões. Só levantando de novo o aspecto que é sempre lembrado aqui: Essa empresa é uma empresa multinacional, uma das maiores do mundo e altamente lucrativa, - altamente lucrativa. Esse discurso, esse conteúdo não é um conteúdo de apelo.

Eu cito esse aspecto porque, pelo que eu entendi, nos últimos dez anos o povo brasileiro concedeu um bilhão de reais de incentivo a essa empresa. Não sei se está correta a informação. Eu quero lhe pedir que esclareça isso. Nos últimos dez anos, o povo brasileiro, você e eu e as empresas que pagam impostos concederam um bilhão de incentivo para essa empresa, que deixa você dez horas esperando por um conserto de energia elétrica; que faz um empresário, um pequeno empresário que vai ampliar, fazer um puxadinho ali na sua sorveteria, como um caso que eu ouvi, esperar meses para fazer a ligação no Sistema Trifásico ou qualquer adaptação. Um prefeito esperar seis meses para inaugurar uma obra; uma Areninha do Estado, esperar meses para ser inaugurada, sem falar em outros prejuízos maiores como os que foram citados nessa tarde.

Então, um bilhão de reais foi dado pelo povo brasileiro com os impostos que você e eu recolhemos, para que essa empresa se desenvolvesse, prestasse o serviço de distribuição de energia elétrica, investisse; garantisse manutenção adequada; garantisse segurança aos seus trabalhadores e à população. Só em 2022 foram 640 milhões de Lucro. Só em 2022. O Estado brasileiro deu um bilhão de incentivos, se eu não estiver errado. Mas eu quero registrar aqui que esses 640 milhões em 2022, e em 2021 são quase 500 milhões a mais, 488. Em 2020 são 265 milhões; em 2019 são 404

milhões. Eu não estou fazendo aqui correção de valores. Em 2018 são 364 milhões e 520 mil reais de Lucro.

Então eu quero dizer uma coisa: Se essa empresa que parece que não está preocupada com sua imagem, porque é anunciante em muitos veículos de mídia comercial, ao ponto de não dar satisfação à Assembleia; que não está preocupada, ao que parece, minimamente com os requisitos mais elementares de humanidade, ao permitir que um Processo dessa natureza passe mais de dez anos na Justiça para que alguém tenha o mínimo de reparação.

Se essa empresa está achando que o trabalho desta CPI, - e digo isso com base nos elementos colhidos até aqui, - que o trabalho desta CPI vai ser resolvido, finalizado com um relatoriozinho, alguma composição de caráter político, está muito enganada! No que depender de mim, e pelo que eu tenho visto, no que depender dos meus colegas sob a liderança firme do Presidente Fernando Santana, nós vamos enfrentar e vamos resolver esse problema! Pode ser a multinacional do tamanho que for. O dono dela pode estar lá na Itália, porque o maior acionista é o Ministério das Finanças da Itália, nós vamos enfrentar isso em nome do povo cearense.

Eu quero agradecer muito a Ivamar, porque talvez seja hoje uma Sessão que teve pouco público aqui, mas foi uma das mais significativas para a gente compor o retrato final e para a gente alimentar a motivação que nos vai levar até o fim nessa CPI. Fernando sempre lembra: *A ENEL muda ou ela se muda*. E eu quero acrescentar: *Daqui a pouco não dá tempo para ela se mudar*. Daqui a pouco não dá tempo para ela minimizar as consequências que terá na sua imagem, no seu balanço, nos seus negócios, e com os seus investidores nas Bolsas do Mercado Financeiro Internacional, ou o pessoal acha que a gente não sabe fazer esse tipo de disputa também? Que a gente não sabe quem forma opinião na Bolsa de Nova York; que a gente não sabe quem forma opinião nas Bolsas da Zona do Euro; que a gente não sabe quem forma opinião nas Bolsas do Oriente. Será que todas as ferramentas já foram tiradas da caixa? Eu quero dizer que tem muita ferramenta para tirar da caixa ainda.

E gostaria de não estar fazendo o discurso nesse tom. Eu gostaria que a ENEL viesse aqui pedir desculpas, apresentasse um Plano de Investimento e pedisse pelo amor de Deus para ter uma segunda chance, porque está chegando o momento que não vai dar mais para fazer o debate nesses marcos.

Então, eu perguntaria, Dr. Heitor, agradecendo. Primeiro para confirmar, se é isso que eu entendi mesmo, recebeu um bilhão de Incentivos. Se somar aqui os lucros já... a gente já deu... o povo brasileiro, não é, subsidiou aí o lucro; boa parte dele deve estar fora do país, porque os acionistas estão fora do país. Se dentro dos marcos que regulamentam os Contratos da SUDENE,

em função de toda essa gama de denúncias, de apurações que estão em curso, se há algo na alçada da SUDENE em que isso possa ser questionado, reparado, exigido, compensado, haja vista o acúmulo de dados feitos até aqui e eventual provocação que a CPI possa fazer à Superintendência.

Aproveito para agradecer as informações da Superintendência solicitadas oficialmente por essa CPI, e que nos permitem fazer essas intervenções. Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Com a palavra o Dr. Heitor Freire.

SR. HEITOR RODRIGO PEREIRA FREIRE (Diretor de Fundos, Incentivos e Atração de Investimentos da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE): Deputado Guilherme Sampaio, eu agradeço o seu questionamento, as suas palavras, mais uma vez reiterando que a SUDENE está sempre à disposição no que se diz respeito à informação, à governança, à transparência.

A SUDENE enquadra as empresas que estão no Lucro Real e que estão em nossa área de atuação, e após o enquadramento o Laudo é emitido e vai para a Receita Federal, onde ela concede ou não essa isenção.

Todos os dados que foram solicitados desta CPI à SUDENE eles foram obviamente, devidamente repassados no seu tempo hábil, e nós sempre recomendamos, obviamente, o sigilo. Mas como já foi divulgado, e eu tenho que responder com a verdade a sua pergunta. Sendo preciso, nos últimos dez anos a ENEL deixou de pagar de impostos, por conta desses benefícios, 800 milhões de reais 916 mil e 416 reais e 80 centavos, ou seja, quase 801 milhões de reais em Renúncia Fiscal. Isso não é um dinheiro que foi creditado da SUDENE para ela, foi um dinheiro que não foi pago em impostos.

Então como eu fiz aquela primeira análise dos dois Incentivos que nós temos, somam-se 82,5%, 7,5% de Reinvestimento, 75% de Dedução. A empresa, quando chega ao final do ano, que vai ali pagar o seu imposto, fazendo aqui uma análise: um milhão de reais, se ela tem de pagar um milhão, ela deduz 750 mil. Ela não paga aquele imposto de 750 mil, e dos 250 mil que sobram, 7.5%, ou seja, o que seriam os 75 mil, ela pode reinvestir dentro da empresa para melhorias, ou compra de equipamentos dentro da empresa. Então o valor exato que vossa excelência perguntou é esse de quase 801 milhões de reais nos últimos dez anos de Renúncia Fiscal.

Quanto ao ressarcimento aos cofres públicos, eu, pessoalmente, não vou poder lhe responder agora porque eu não sei a resposta, mas, assim, se vossa excelência quiser formalmente provocar a SUDENE, isso aí a gente vai pedir o Parecer da nossa Procuradoria Federal e também dos nossos técnicos, para saber mais essas informações. Eu, pessoalmente, não vou saber responder agora a

questão de ressarcimento. O que se pode fazer, obviamente, é ver o enquadramento futuro para a fruição dos próximos dez anos, e se a empresa se enquadra ou não. Isso aí a SUDENE, obviamente, pode fazer, se a empresa está cumprindo os requisitos conforme a lei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Agradeço ao Dr. Heitor Freire pelos esclarecimentos. Deputado Guilherme Landim quer fazer também os esclarecimentos. Eu já passo a palavra então ao Relator desta Comissão Parlamentar de Inquérito, o Deputado Guilherme Landim.

SR. RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): Na verdade, presidente, eu só queria corroborar aqui com as palavras do Deputado Guilherme Sampaio, e deixar aqui a minha impressão dessa audiência de hoje, que os dois convidados aqui, tanto o Dr. Heitor como o Dr. Ícaro trouxeram informações importantíssimas. E sem querer aqui adiantar absolutamente nada do Relatório Final, que será amplamente discutido, analisado e feito aqui em comum acordo com todos os deputados, mas eu vejo que nós precisamos agir o quanto antes.

Acho que como disse o Deputado Guilherme, uma audiência que talvez com pouco público na plateia, mas de uma importância fundamental, de embargar a voz, de apertar o coração de ver a forma como essa empresa tem tratado a vida das pessoas, afora todo o descaso com os serviços. Esse ponto é primordial para todos nós. Se fosse uma vida já era muito, imagine a quantidade, 67 mortes ao longo desses anos, e a forma como está sendo tratada, porque acidentes acontecem, mas eles podem ser evitados com investimentos, e é isso o que nós estamos batendo desde o começo. Os investimentos só caem. O cuidado com o povo cearense cada ano é pior.

Então eu acho que isso é fundamental, algumas sugestões importantes trazidas aqui pelo Dr. Ícaro, e nesse mesmo sentido, eu já queria aqui fazer um apelo ao Dr. Heitor, em nome da SUDENE: Que nós não pudemos, enquanto povo brasileiro, continuar dando, de mão beijada, essa quantidade de dinheiro a essa empresa com ela fazendo o que está fazendo com o nosso povo.

O Incentivo é fundamental para a geração de emprego e de renda e para o desenvolvimento do nosso Nordeste e do Estado do Ceará, mas os empregos, nós já vimos aqui na CPI, que estão a cada ano que passa precarizando a mão de obra, terceirizando essa mão de obra; são centenas de milhares de trabalhadores que estão com Processos Judiciais contra essa empresa por precarização do serviço.

O povo do Ceará está sendo prejudicado. O setor comercial, empresarial, industrial do Estado do Ceará já veio aqui também e demonstrou que essa empresa está fazendo com que o Estado do Ceará deixe de crescer. Então como é que o povo brasileiro, mediante a SUDENE e o

Governo Federal, está dando Incentivo Fiscal para uma empresa que está atrapalhando o desenvolvimento do nosso Estado?! Isso não é possível!

Então já fica aqui o meu apelo pessoal, mas a partir de agora, cada vez mais consciente de que precisa sair desse Relatório Final também uma solicitação imediata desta CPI à SUDENE que não renove esse Incentivo dessa empresa.

Então, agradeço aqui ao Dr. Heitor, ao Dr. Ícaro, porque eu acho que contribuíram demais com a nossa CPI na tarde de hoje. Obrigado.

SRA. DEPUTADA LIA GOMES (PDT): Só pra contribuir aqui, Deputado Guilherme, com a sua fala. A gente, viu senhor Heitor, Deputado Heitor, a gente aqui, pelo contrário, a ENEL hoje tem sido uma trava ao desenvolvimento do nosso Estado, porque são inúmeros os casos de empresas que não conseguem abrir. A gente acompanhou recentemente uma empresa de Reriutaba, que o dono investiu todo o dinheiro, levantou empréstimo, e ficou mais de um ano com a empresa fechada porque a ENEL não ia até lá ligar a energia.

O cearense, pequeno agricultor, não consegue fazer uma pequena plantação, porque às vezes, uma simples solicitação de uma energia para ligar um motorzinho lá humilde em uma comunidade, eles não vão. O pessoal da Energia Solar esteve aqui e apresentou inclusive um cálculo muito bem feito, com números, e mostrou que o Estado do Ceará hoje está perdendo na casa de bilhões de reais, de pessoas que querem investir no Ceará e estão investindo aqui em outros Estados do Nordeste, porque o Sol aqui é praticamente igual, e aqui eles não estão encontrando esse respaldo da ENEL, essa colaboração, e o nosso Estado vem, hoje... Não tem cabimento uma empresa que recebe Incentivo, que é para incentivar o desenvolvimento do nosso Estado, e hoje ela funciona exatamente ao contrário, como uma trava que impede nosso desenvolvimento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Eu gostaria também de colaborar com as falas dos colegas deputados, Deputada Lia, Deputado Guilherme Sampaio e Deputado Guilherme Landim. Eu acho que o Deputado Guilherme Sampaio foi muito feliz e resumiu o sentimento de nós todos aqui Parlamentares, que estamos na Comissão Parlamentar de Inquérito, Dr. Heitor Freire e Dr. Ícaro, e já imaginávamos ter visto de tudo até aqui, e já causava indignação, revolta em alguns momentos.

Hoje aqui nós temos dois polos: O polo econômico, ao qual ela se vale muito, isso não é interpretativo meu, isso está explícito, e o polo que dói mais na gente, o de ver pessoas perderem vidas. Não vou entrar no mérito se vou negligência ou se não foi, mas no mínimo, a sensibilidade faltou da empresa ENEL, até hoje, em não reconhecer, em não pedir desculpas; em não fazer uma visita; em não prestar solidariedade e não ter o mínimo de sensibilidade com vítimas que, mesmo

que ao final de um Processo Investigativo, não seja evidenciado uma negligência, mas aquela pessoa foi vitimada por um equipamento desta empresa que tem uma Concessão Pública e ganha bilhões de reais; ao menos uma visita à família.

Esta Casa, Dr. Ícaro, Dr. Heitor Freire, vossa excelência que foi deputado federal, sabe bem disto, essa Casa representa o povo cearense. Vossa excelência quando estava na Câmara Federal, àquela Casa representa o povo brasileiro. Nós não estamos aqui representando nós, pessoas físicas, nós estamos representando a população do Estado do Ceará. Esta Casa nunca recebeu da empresa ENEL uma ligação sequer para dar uma explicação em qualquer lugar, que fosse território cearense. E olhe que são dois anos que essa Casa iniciou um Processo de denúncia do desrespeito da Empresa ENEL com o povo cearense. Há pouco mais de seis meses nós abrimos a Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar aquilo que estamos ouvindo, aquilo que nós estamos enxergando, para descobrirmos se o que nós estamos interpretando teria veracidade com dados, com números e ouvindo órgãos e ouvindo a população.

Dia 15 agora, nós vamos fazer um dia de mobilização, vários deputados da Comissão Parlamentar de Inquérito ou não, que não façam parte da Comissão, mas como os 46 deputados, inclusive o Presidente Deputado Evandro Leitão assinou um Requerimento solicitando abertura de CPI, e nós vamos a vários locais no Estado do Ceará; Deputada Lia Gomes, em Sobral; Deputado Fernando Santana, no Crato; Deputado Guilherme Landim, em Brejo Santo, alguns deputados que ainda estão por confirmar; Deputada Gabriela fará em Tauá; Deputado Agenor e Deputado Marcos Sobreira farão em Iguatu; Deputado Guilherme Sampaio está aqui a combinar com a Deputada Larissa a realizar em Fortaleza; Deputado Bruno Pedrosa aqui em Fortaleza. Nós vamos fazer um dia de mobilização para ouvir a população.

Eu já me daria, com toda tristeza eu vou dizer isso, por satisfeito, em ouvir hoje a fala do Dr. Ícaro, repassando o sentimento que nos deixa mais do que revoltados, nos deixa numa tristeza profunda em ver vítimas fatais, - e eu não estou nem falando das outras vítimas, - tem muita gente que se vitimou de qualquer... de objetos que são queimados e nunca tem nem um telefonema da ENEL, porque a ENEL recorre de tudo; ela não reconhece nada, ela não tenta resolver nada.

Então, o que o Dr. Ícaro falou aqui hoje e o Dr. Freire está sendo aqui questionado e respondendo, é que, por um lado, - e eu venho dizendo isso aqui de forma muito singela, - de forma muito... desse vocabulário nosso do interior: *Que a ENEL só visa Lucro.* E eu estou começando a passar da interpretação para ter uma certeza, com dados concretos, que isso é uma verdade. Ela tem uma Concessão Pública, ela deve satisfação ao povo brasileiro, porque o problema não é só no Estado do Ceará, está posto publicamente, mas vamos nos ater ao nosso problema no Estado do

Ceará, a empresa não respeita a população; a empresa não está nem aí para qualquer tipo de vítima, sejam fatais ou não, pelo que está posto. É um entendimento meu, estou falando por mim, não estou falando pela Comissão, estou falando por mim.

E tudo que a gente tem visto até aqui, desse trabalho cansativo, exaustivo, psicologicamente que nos deixa muitas vezes abalados. Hoje, não tenho dúvida que muitos aqui, quando chegarem a suas casas, olharem para seus filhos, para seus familiares, vão lembrar as suas palavras; vão lembrar as vítimas, e aí nós vamos dizer: *Poxa, nós já reclamamos tanto dessa empresa, nós já denunciamos tanto essa empresa; nós já pedimos tanto essa empresa para tomar uma providência*, e para além disso tudo não era, até então de conhecimento de todos, que inclusive nós tivemos vítimas fatais, repito, sem entrar no mérito se foi negligência ou não, nunca teve sequer uma visita ou um telefonema da empresa ENEL.

Eu disse aqui na última vez, que a presidente da empresa esteve aqui, a Dona Márcia, em nosso gabinete, inclusive fazendo um pedido, para que a CPI pudesse terminar, não fosse prorrogada. E eu dizia para ela: *Presidente, o que a ENEL tem que fazer no Estado do Ceará, primeiro é pedir perdão ao povo cearense, por tudo.* E eu nem sabia desses casos de vítimas fatais. E ali eu já dizia isso para ela. Após pedir perdão, presidente ou presidenta, a empresa faz seu Plano de Expansão, se ela deseja permanecer no Estado, que parece que deseja. Já inclusive tem um deputado do PL, da Bahia, com um projeto para que essas Concessões sejam renovadas agora, não precisa nem esperar o prazo de 2028 quando são vencidas.

Eu tenho quase certeza absoluta que não passa na Câmara Federal. Inclusive eu conversava, ontem, com o Deputado Guimarães, que é líder do Presidente Lula na Câmara: *Como é que pode, diante de um atropelo desses, diante de uma calamidade dessas, de um caos que a ENEL tem causado na vida do povo brasileiro, na vida do povo do Estado do Ceará, renovar uma Concessão que nem se venceu ainda, com um deputado com esse Projeto de Lei?* Talvez ele desconheça esses casos. Poderíamos até enviar um documento da CPI convidando o deputado para vir ao Estado do Ceará participar de uma reunião, ouvir aqui o advogado Dr. Ícaro, ouvir os relatos que nós temos; ver aqui da SUDENE o tanto que essa empresa já ganhou dinheiro, seja do lucro, seja dos incentivos, seja nas bolsas, enfim.

Então, o nosso comentário aqui, - e eu vou passar a palavra ao Deputado Bruno Pedrosa que quer aqui fazer seus questionamentos, - é que nós já superamos todos os limites, e pela insensibilidade dessa empresa nós não podemos recuar um milímetro de fazer justiça. A CPI busca fazer justiça. E eu tenho dito e repito que *ou a ENEL muda ou ela se muda!* Mas eu acho que mudar não existe na cartilha dela, a não ser que o lucro esteja acima de qualquer coisa, - e aí é uma

interpretação minha, - ou então ela queira mesmo é se mudar. E se ela se mudar, que outra empresa, no mundo, que esteja acompanhando, que eu não tenho dúvida, toda empresa desse segmento está acompanhando ao que está acontecendo nos Estados, as CPIs, os problemas que estão acontecendo nas empresas existentes, no nosso caso, a ENEL.

Que a empresa que venha assumir essa Concessão não repita, ou não pense nem imagine fazer o que essa empresa ENEL tem feito ou deixado de fazer no Estado do Ceará, porque essa Casa de Parlamentares representantes dos mais de nove milhões de habitantes que nós temos no Estado do Ceará, nós não vamos deixar, nós não vamos permitir.

E aqui não tem uma deputada, aqui não tem um deputado nessa Comissão Parlamentar Inquérito ou nesta Casa que queira qualquer coisa pessoal da ENEL. Afirmo isso aqui, com testemunha, Dr. Cleto, o senhor que é advogado da ENEL, já disse isso para o senhor aqui e estou dizendo de público, o que essa Casa quer é que a ENEL mude; peça perdão; peça desculpas; resolva os problemas; pague o que é devido às pessoas; repare o que é devido às pessoas; melhore o seu sistema, e possa um dia ser elogiado por esse colegiado que representa o povo cearense. Se não, ela se mude do Estado do Ceará e nos deixe tentar que outra venha, e a gente possa ter o mínimo de paz para viver com esse serviço essencial, que é o fornecimento de energia elétrica, e para além disso, vale sempre salientar e lembrar que a ENEL não fornece só energia elétrica que é nosso serviço essencial, tem outro serviço essencial que passa por ela, que é a internet, e ela quis, tempos atrás, triplicar o preço cobrado por postes para o provedor, inviabilizando o negócio, e fazendo com que os Provedores demitam; fechem as portas; fechem suas empresas, desempregando, e deixando de ter o crescimento no segmento que é tão forte hoje, e é essencial em nossa vida, após a pandemia se tornou serviço essencial, que é o serviço de internet.

Então nós estamos nas mãos dessa empresa aqui no plano terreno, infelizmente, porque ela tem esse Contrato de Concessão, sofrendo tanto com ela, mas acima dela nós estamos nas mãos de Deus, e pedimos força, coragem, determinação a Deus. Essa Casa Legislativa não vai deixar a ENEL tratar o povo do Estado do Ceará com ela bem queira e como ela bem quer é com falta de respeito e nós não vamos aceitar.

Passo a palavra ao Deputado Bruno Pedrosa.

SR. DEPUTADO BRUNO PEDROSA (PDT): Boa tarde a todos. Serei bem breve aqui nas minhas palavras. Primeiro cumprimentar o nosso Presidente Fernando, Deputado Guilherme e Deputada Lia, também nosso querido Deputado Heitor Freire, ao Dr. Ícaro, Dr. Cleto, nosso companheiro de OAB.

Eu reitero só um pouco, Fernando, as minhas palavras acerca das Energias Renováveis. O Estado do Ceará vem perdendo muito, e acho que como o Deputado Guilherme falou e corroborando ao que o Dr. Ícaro falou, está se fechando um quebra-cabeça completo de um panorama muito grande, mas que vão se complementando essas peças, seja no atendimento ao público, seja nas Energias Renováveis, seja nos acidentes, seja na falta de humanidade, de humanismo mesmo, e essa CPI tem ido nesse sentido e nesse caminho de buscar compreender formas que busquem com que a ENEL volta ao patamar anterior, volte ao seu caminho de prestar um atendimento, de prestar um serviço público, uma Concessão de qualidade, respeitando o povo cearense que é o que a gente tem pedido.

E as Energias Renováveis a gente fica muito... eu estou presidindo a Comissão das Energias Renováveis, sabemos o quanto a ENEL interfere nesse setor; precisamos da autorização da ENEL, os pareceres para a conexão de novas Usinas, e continua da mesma forma, infelizmente sendo barrada por diversas justificativas; inversão de fluxo; justificativas muitas vezes que não atendem a Resolução 1000 da ANEEL, infelizmente barrando milhões e milhões de investimentos, e a possibilidade de geração de centenas de empregos, milhares de empregos aqui no Estado do Ceará, principalmente no sentido da geração distribuída. A gente fica atento, estamos atentos.

Parabenizar mais uma vez o Presidente Fernando, você Guilherme, mas todos os integrantes da CPI, porque eu sinto que por mais que as dificuldades se apresentem e nossas competências aqui como deputados estaduais, muitas vezes nós termos certas limitações, mas eu tenho certeza que o caminho que está se chegando, o destino que está se chegando nós vamos ter resultados concretos para a população, além desse pedido de desculpas que você tem reiterado tanto aqui na Assembleia.

No mais é agradecer a presença de ambos, foi muito importante à participação para que a gente possa sentir e ouvir a dor do povo cearense, cada vez mais perto da gente. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Bom, então eu pergunto aqui, Deputada Lia, pois não. Sim, pode falar, pois não. Com a palavra Deputada Lia Gomes.

SRA. DEPUTADA LIA GOMES (PDT): Eu queria aqui comentar, presidente, em relação ao desrespeito, expressar aqui a minha indignação com a falta de respeito com o que o senhor Sandoval, Diretor-Geral da ANEEL, vem tratando esta CPI.

A gente encaminhou, através da minha solicitação, no dia, se não me engano, 11 de dezembro do ano passado, solicitando quais foram os termos dos acordos que eles fizeram da ENEL com a ANEEL, e até o presente momento a gente não obteve nenhuma resposta. Então, para a gente avaliar e que providências nós temos que tomar em relação a isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Deputada Lia, lembrar que nós estivemos lá em uma reunião com o Diretor, o Presidente da ANEEL, senhor Sandoval. Eu vou me ater aqui a não comentar do meu desejo próprio; ele pediu 15 dias, não era para enviar um documento para a CPI não, nos telefonaria, entraria em contato para nos dizer como ia fazer com que a ENEL respeitasse o povo cearense; como ela iria corrigir os erros; como é que ia pedir; foi até uma fala depois de uma discussão que tive com ele, pública, porque era uma reunião pública, ele fez essa fala. Até hoje, até hoje. Deputada Lia, eu não sei se a senhora tem, quando foi que nós estivemos lá?

SRA. DEPUTADA LIA GOMES (PDT): Data da nossa reunião, dia 7 de dezembro, e aí dia 11 a gente encaminhou aqui... não, passou mais. A gente esperou mais de um mês para enviar esse ofício, porque ele se comprometeu...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Nós tivemos lá dia 7 de novembro, ele pediu 15 dias. Hoje é dia 11 de março, nós estamos aguardando.

SRA. DEPUTADA LIA GOMES (PDT): É, reiterando aqui o que Vossa Excelência sempre diz, que ali funciona mais como um puxadinho; infelizmente nossas Agências Reguladores e a ANEEL, eu penso que uma das piores deles, elas agem hoje para proteger quem desrespeita de maneira, assim, cada reunião dessa de CPI a gente sai mais indignado e vendo que quem deveria nos proteger hoje age para proteger a ENEL. É uma vergonha o que está acontecendo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): A Deputada Lia me perguntou como é que nós devemos proceder. Eu estou tentando já uma reunião, hoje, eu devo ter uma resposta da ANEEL, vou fazer a última tentativa, e vou pedir as vossas excelências que nos acompanhem nessa última reunião ou nessa última visita à ANEEL, na última tentativa nossa de no diálogo buscar um entendimento da Agência, que manda na ENEL, é a única que tem autoridade sobre a ENEL. O Governo Federal não tem; o Governo do Estado do Ceará não tem autoridade em cima desse Contrato de Concessão de 1998. Só quem tem autoridade sobre a Empresa ENEL é a ANEEL. Então, existem duas vilãs, na minha interpretação: A ENEL, no nosso dia a dia, com todo esse aparato de situações que nós já colocamos à população; e a ANEEL, que é o órgão para fiscalizar, para punir, que é para cobrar, tendo em vista, inclusive até, que é uma Concessão Pública, ela não tem feito isso. Eu tenho dito que ela mais parece um *puxadinho* para defender a ENEL, e nós dissemos isso lá na presença do Diretor-Presidente da ANEEL, que depois dessa fala ele se transformou no mais atencioso à causa, pedindo, inclusive 15 dias para dar uma resposta, até hoje.

Eu solicitei, ontem, ao Deputado Federal Guimarães, Líder do Presidente Lula na Câmara, que pudesse nos acompanhar em uma reunião com a ANEEL, porque não é possível que essa

empresa não tenha respeito, não é com os Parlamentares somente não, é com a população. E quando digo com os Parlamentares é porque nós estivemos lá e estaremos, se eles marcarem, representando o povo do Estado do Ceará, os mais de nove milhões de habitantes. Então, eu não vejo nenhum respeito até aqui. Mas pode ser depois de tudo que está sendo exposto no Ceará, em São Paulo, no Rio Janeiro, pode ser que a Agência Nacional tome alguma providência. Então haveremos de ter nos próximos dias uma reunião, mais uma reunião com a ANEEL.

Doutor Ícaro, o senhor queria fazer um comentário? Pois não. Pode ficar à vontade.

SR. ÍCARO FERREIRA DE MENDONÇA GASPAR (Advogado – Representante das vítimas de Acidentes Fatais em virtude de Choque Elétrico): Deputado Fernando, na realidade, é só pra agradecer a oportunidade, em nome das vítimas; agradecer a esta Casa; agradecer ao Bruno Pedrosa, Deputado Guilherme Landim, Deputada Lia, Deputado Guilherme Sampaio que teve que se ausentar, mas foi autor do Requerimento que nos trouxe na tarde de hoje; e agradecer a vossa excelência Deputado Fernando Santana, na certeza de que esta Augusta Casa Legislativa não vai fazer com que essas vítimas se tornem números. Essas são histórias que precisam ser contadas com a perspectiva que a gente traga àquela máxima que a gente utiliza para situações que afrontam os direitos humanos. A gente costuma repetir, Deputada Lia Gomes, para que nunca se esqueça, para que nunca mais aconteça, para que nenhum cidadão e nenhuma cidadã do Estado do Ceará tenha mais que chorar a partida dos 'Adrians', que chorar a partida dos seus pais, de chorar a partida dos seus amigos, chorar a partida daqueles que queriam apenas ter o direito de viver e foram impedidos por uma má prestação de serviço.

Me colocar novamente à disposição da CPI, Deputado Fernando Santana, para colaborar no que for possível e preciso, e dizer que os familiares de vítimas aguardam ansiosos por um pedido de desculpas dessa empresa. Obrigado e boa tarde a todos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Doutor Ícaro, nós que agradecemos. Doutor Heitor Freire, o senhor quer fazer um comentário final? Por gentileza, fique à vontade.

SR. HEITOR RODRIGO PEREIRA FREIRE (Diretor de Fundos, Incentivos e Atração de Investimentos da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE): Mais uma vez só pra agradecer em seu nome Deputado Fernando Santana, a todos os Parlamentares desta Casa, parabenizar o trabalho de Vossas Excelências. Sei da importância e também como cearense, a atenção que vem sendo dada a esta Comissão; parabéns pelos vossos trabalhos e mais uma vez agradecer. Dizer que a SUDENE está sempre à disposição para receber vossas excelências; também

a nossa sede em Recife, contribuição, a forma que nós podemos ajudá-los a prosseguir neste tema. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Nós é que agradecemos. Quero agradecer o Dr. Heitor Freire, ao Dr. Ícaro, e dizer mais uma vez que nós estamos caminhando para o encerramento dos nossos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito. Talvez esse dia tenha sido o último dia de Oitivas a se encerrar com a Oitiva da ENEL que deverá acontecer no inicio de abril.

Mas Deputado Guilherme Landim, eu repito, e não quero ficar aqui, mas é porque estou tão indignado com o que eu ouvi aqui hoje, eu pensei que não ia me surpreender negativamente mais do que já estava surpreso com as atitudes dessa multinacional, dessa gigante financeira, dessa trilionária, talvez mais uns "*lárias*" daí pra frente que eu não saiba nem pronunciar, e hoje saio daqui, Deputada Lia, eu saio é mais triste ainda.

Não pensem que nós estamos com essa Comissão Parlamentar de Inquérito, e eu estou feliz em estar conduzindo esse trabalho aqui, eu não queria estar conduzindo esse trabalho. Eu queria que a empresa estivesse prestando seu serviço adequado, respeitando as pessoas; quando tiver uma vítima de acidente prestar solidariedade; ter a sensibilidade; mas, infelizmente, o que nós temos visto é de deixar a gente indignado. Muitas vezes a gente se pega assim: Será se vale a pena essa empresa ainda dizer que vai mudar e a gente dá um voto de confiança? Eu estou quase descrente disso, e olhe que sou uma pessoa otimista, eu tenho esperança em meu coração de que as coisas vão melhorar, mesmo com todas as circunstâncias mostrando que não, mas essa empresa ENEL, - e aí é uma opinião minha, e não é da Comissão Parlamentar de Inquérito nem do Presidente da CPI, é uma posição minha enquanto representante do povo, ouvindo as pessoas, vendo essas causas que essa empresa tem atitudes perversas, covardes com o povo cearense.

E ouvindo hoje essa situação das vítimas, Deputado Guilherme Landim, eu sacramentei que o que estou dizendo não é em vão, o que eu estou dizendo e eu sei que tem alguém me ouvindo na TV Assembleia, na Rádio FM Assembleia, e deve estar pensando a mesma coisa, que está passando pela mesma situação que essas vítimas que hoje deixaram que o Dr. Ícaro pudesse expô-las aqui. A vítima, qual o nome dela? Ivamar, ela não veio aqui se expor à toa, ela veio se expor pelo tamanho da dor que ela está sentindo. A dor é tão grande, começou com nove anos de idade essa dor, e hoje está com 25 anos de idade. E essa é uma dor nunca vai ser curada porque ela perdeu os pais, e nesse tempo a empresa nunca pediu nem desculpa, nunca foi nem fazer uma visita. Não precisava ela nem entrar no mérito. Ela está recorrendo, é um direito que ela tem perante a Justiça, para ela ir lá visitar.

Enfim, estou convencido que essa empresa, - e eu não quero entrar no mérito se são as pessoas; se é a filosofia da empresa é essa ou quem está lá contratado tem que seguir essa filosofia ou quem está gerenciando, seja na Itália, seja no Brasil, seja no Ceará, e eu não sei, só me resta pensar: Ou a filosofia da empresa ou de alguém que está neste momento está gerenciando em nível de mundo, em nível de país ou em nível de Ceará tenha essas atitudes perversas, desumanas, e só vise lucro e ganhar dinheiro, ganhar dinheiro em cima do suor, ganhar dinheiro em cima da dor e da infelicidade da população. Não tem outra coisa a dizer a não ser: *Ou essa empresa ENEL aqui no Ceará ou muda ou ela se muda.*

A população não pode só se indignar. A população tem que expor a sua dor e até, se preciso for, Deputado Guilherme Landim, se revoltar com as atitudes dessa empresa ENEL. Nós não vamos nos calar. E pelo que eu converso aqui com os 46 deputados desta Casa também não vão se calar.

Nós vamos encerrar esta reunião de hoje, muito grato pelas presenças dos senhores, pelos esclarecimentos, pelos deputados que aqui passaram fazendo seus questionamentos; por quem está aqui nos auditórios, por quem nos assistiu pela TV Assembleia e quem nos ouviu pela Rádio FM Assembleia, muito agradecido pela participação de todos. Mas eu encerro a reunião muito triste com o que eu ouvi aqui, hoje, e com a falta de respeito e humanidade dessa empresa chamada ENEL no Estado do Ceará.

Portanto, vamos encerrar a nossa reunião. E em breve nós anunciaremos a Oitiva com a ENEL aqui nesta Casa, que eu estou doido que ela se negue a vir, tomara que ela nem venha; ela quebre até esse protocolo, que é direito da CPI convocar. Porque pelo que tenho visto, até conversei com o Dr. Cleto aqui, muito obrigado, muito simpático, infelizmente representa uma péssima empresa, mas é o seu trabalho e eu respeito o trabalho das pessoas. Mas eu vou dizer o que eu disse a ele, hoje, mais cedo, para ele aqui de forma, um diálogo, até o conheci hoje, mas de nome já o conhecia, que a empresa poderia fazer um gesto com a população, pedir perdão e melhorar, e eu não enxergo mais isso depois do que ouvir aqui sobre as vítimas. *Tudo é grave*, o que a gente escuta da ENEL, tudo. Todo santo dia. A Deputada Lia, Deputado Guilherme Landim, todos os deputados dessa Casa, vereadores que estão nos ouvindo, nos assistindo, os prefeitos, os 184 prefeitos do Estado do Ceará reclamam dessa empresa. É unanime a reclamação com essa empresa. Tudo é muito grave: Queimar uma geladeira; passar oito dias sem energia, sem internet, porque quando falta energia a gente fica também sem internet. Tudo é muito grave. O Natal que foi grave; o Reveillon que foi mais grave que o Natal, e o Carnaval que quem brincou foi a ENEL com a cara do povo cearense. Tudo é muito grave, no meu ponto de vista.

Ver aqui a SUDENE com incentivos, e que esses incentivos milionários que se tornam bilionário, um bilhão em dez anos praticamente; que esse dinheiro poderia ser para a Saúde, poderia ser para a Infraestrutura, está indo para ENEL para ela devolver em uma boa prestação de serviço; na geração de emprego; em serviços sociais. Mas temos visto aqui a ENEL, me desculpe, é a minha avaliação, não encontro outra palavra, *é nos enganando.* Vez por outra ela faz aí: *Vou doar umas geladeiras*; e ver as vítimas hoje aqui fatais e não ter dessa empresa um gesto de humanidade, de pelo menos pedir desculpa. Não. E fica recorrendo, recorrendo, para ganhar prazo, para não pagar muitas vezes uma indenização de 60 mil reais a uma vítima fatal.

Então, assim, eu não tenho muito mais o que dizer não. É ficar indignado mesmo, e pedir a Deus que me dê força e coragem para continuar esse trabalho aqui junto com meus colegas deputados. Pois não, Deputada Lia.

SRA. DEPUTADA LIA GOMES (PDT): Último aviso aqui antes de vossa excelência encerrar. Eu fiquei de fazer contato com a Defensoria, falei com a Defensora-Geral e ela já me disponibilizou uma Defensora que é especialista nessa parte de Direitos do Consumidor; e a gente já está fazendo os acertos. Ela sugeriu que a gente fizesse aquela mesma ideia que você já tinha sugerido aqui, que é a história da pesquisa para embasar mais a nossa Ação Civil Pública. Falei também com o pessoal da UVC, eles também vão se juntar a nós, então nós temos dois parceiros já, Defensoria e a UVC que vão se juntar a nós na Ação Civil contra a ENEL.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Muito bem, Deputada Lia. Lembrando que a APRECE também é parceira nesse trabalho, nessa indicação de Ação Civil Pública contra a ENEL, com elementos que já foi exposto por essa Comissão e outros que não foram ainda, porque como disse o Deputado Guilherme Sampaio: *tem muita ferramenta ainda para a gente tirar*. Queríamos nós não estarmos nessa situação e não estar tirando ferramenta alguma, pelo contrário, nós queríamos era estar aqui elogiando.

Nós já estamos finalizando a pesquisa, Deputada Lia, e nos próximos dias nós vamos divulgar para a população a pesquisa que essa Casa do povo cearense irá realizar, porque essa pesquisa pública que nós vamos realizar, ela vai embasar ainda mais o trabalho dessa Comissão Parlamentar de Inquérito, e, por favor, Manoel me passe aqui o pessoa de Santa Quitéria? Então, me passe aqui, por favor. O pessoal de Santa Quitéria que tem dias e dias que reclamam. Aí são os 184 municípios, mas vou me ater a Santa Quitéria porque eles estão insistindo aqui nas mensagens.

Estava ouvindo o Dr. Ícaro aqui falar e me lembrei de Juazeiro um caso que teve, Deputada Lia, e graças a Deus que não teve vítimas. Na romaria, Juazeiro fica superlotada, e tem um poste que passou uma semana anunciando que iria pegar fogo, e o povo a gravar vídeos, ligar para ENEL

e gravar. Tudo foi gravado. E nós até passamos isso aqui na CPI, pois bem, a ENEL nunca foi para lá. Passou uma semana; pegou fogo; caiu em cima da população, o fogo, e graças a Deus, nós não tivemos vítimas fatais; alguns acidentes, algumas pessoas se feriram no local. Mas uma semana um caso anunciado. A ENEL chegou a receber vídeos do que ia acontecer. Você falou ali: Muitas vezes o fogo no fio, a gente imagina o que pode acontecer, e a gente vê isso direito no interior; lá passou uma semana o fogo no fio e a ENEL não apareceu lá, e pegou fogo o poste, caiu em cima da população, mas graças a Deus, nada aconteceu.

Deputado Guilherme Landim, me ajude para ver se eu enxergo. Aqui o pessoal de Santa Quitéria, é uma comunidade localidade de Nova Virgínia. *Bom dia. Solicito ajuda na divulgação do que vem ocorrendo desde o dia 17/2, na zona rural deste município. Os moradores da zona rural de Virgínia, Palestina, encontram-se sem energia desde então, desde o dia 17/2. Órgãos da prefeitura do município tem a cobrar dessa empresa ENEL; vereadores têm a cobrar e nunca foi ao local e sequer uma satisfação. Os consumidores que pagam em média 400 reais de luz mensal; fios partidos; remendados; falta de poste e etc. No local, podendo acontecer uma tragédia a qualquer momento,* Dr. Ícaro.

Pessoas anônimas tem cobrado pelo serviço, prefeitura, vereadores e só conseguem fazer algum ajuste provisório, antes do dia 17, do dia 17 para cá nem provisório tem feito. Denuncio que a qualquer momento vai acontecer uma tragédia. É um verdadeiro descaso com mais de dez famílias que moram nesta comunidade.

Isso aqui está chegando ao caso mais grave que o Dr. Ícaro expôs aqui hoje, que pode acontecer de ter uma vítima até fatal, que Deus nos livre disso, mas em todo o Ceará é esse tipo de denuncia aqui, em todo o Ceará.

Se eu abrir aqui o microfone agora para os 184 municípios, de Fortaleza ao Salitre, de Antonina do Norte a Sobral, todas as comunidades vão fazer a mesma denuncia, sejam 24 horas, sejam 2 horas, sejam 4 horas, sejam 8 horas, sejam 10 dias, 15 dias sem energia elétrica. E o pior, é que a ENEL não dá uma justificativa; ela nunca cumpre as previsões. Mas ela não dá justificativa. Não houve um problema aí... Sem previsão. Agora é sem previsão.

Ou seja, vamos terminar a reunião porque senão nós vamos estender até à noite e esse assunto mexe com todos nós. Mas quero encerrar essa reunião de hoje dizendo que das reuniões que realizamos aqui da Comissão Parlamentar de Inquérito, essa de hoje, essas duas, que nós fizemos em conjunto, essas duas de hoje, praticamente fecharam o trabalho da CPI antecedendo a Oitiva com a ENEL. Eu pensei que alguma coisa iria nortear um futuro melhor com essa reunião de hoje, aqui da SUDENE e dos representantes das vítimas fatais de choques elétricos e de acidentes, essa

de hoje fechou a tampa da tristeza daquilo que a gente já vinha imaginando que o pior ainda estava por vir, e o pior é exatamente pessoas perdendo suas vidas em acidentes com postes, com fios, com cabos, ou seja, com os equipamentos de ENEL, sem entrar no mérito se é negligência ou não, e não ter dessa empresa o mínimo de sensibilidade.

Vamos encerrar a presente reunião agradecendo a todos pela participação. Muito obrigado. Que Deus nos abençoe.

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (CPI) RELATIVA À ENEL, REALIZADA NO COMPLEXO DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ EM 24 DE ABRIL DE 2024.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Boa tarde, senhoras e senhores. Eu gostaria de desejar a todos que sejam bem-vindas e bem-vindos à Casa do Povo cearense.

Nós estamos reunidos na 6ª Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga a ENEL no Estado do Ceará, nesta data, 24/04/2024; local: Complexo das Comissões.Estamos aqui:Eu, Deputado Fernando Santana, Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito; Deputado Guilherme Landim, ao nosso, lado Relator da Comissão Parlamentar de Inquérito; Deputada Lia Gomes; Deputado Felipe Mota; Deputada Gabriella Aguiar; Deputado Marcos Sobreira. Eu quero saudá-los, agradecer a presença, e passar à leitura, discussão e votação da Ata da reunião anterior.

Eu peço ao meu colega Deputado Guilherme Landim que possa fazer a leitura da Ata para que possamos discuti-la e votar. Passo a palavra ao Deputado Guilherme Landim.

SR. RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): Ata da Reunião Interna da Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar irregularidades e práticas abusivas por parte da ENEL no Estado do Ceará.

Aos dezoito dias do mês de abril de dois mil e vinte e quatro, quinta-feira, onze horas e trinta e dois, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar irregularidades de práticas abusivas por parte da ENEL, no Salão Nobre do Plenário da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, sob a Presidência do Deputado Fernando Santana. Registraram presença: Deputado Fernando, Guilherme Landim, Lia Gomes, presente ainda o Procurador Dr. Rodrigo. Não houve leitura da Ata da Sessão anterior. O Deputado Presidente Fernando Santana deu início aos trabalhos.

Os deputados presentes suscitaram pontos relevantes que devem constar no Relatório final, nos encaminhamentos; redigiu uma Minuta de Lei para encaminhar à Bancada Federal; sugerir ao Congresso instauração de CPI em face à ANEEL; envio de relatórios para o MP (Ministério Público), Defensoria, Procon da Assembleia, para ajuizamento de ações judiciais com pedido de dano moral coletivo; envio do Relatório para MPF (Ministério Público Federal), AGU (Advocacia-Geral da União) para ajuizamento de ação da União em face a ENEL, na Justiça Federal; oficiar o Ministério de Minas e Energia a fim de que instaure, investigue com vistas à Declaração de Caducidade do Contrato de

Concessão quanto a Oitiva da ENEL marcada para o dia 24; o Deputado Fernando questionou acerca de orientações e limites de conduta desta.

Procurador fez as suas considerações; orientou ainda que a testemunha não seja ouvida na presença de outra; o Deputado Fernando questionou acerca da possibilidade de prorrogação da CPI para votação do Relatório Final, tendo Procurador confirmado a possibilidade, de acordo com o Regimento Interno. Mais nada havendo a tratar, o Presidente Fernando encerrou os trabalhos.

É isso, senhor presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Agradecendo ao colega Deputado Guilherme Landim. Em discussão a Ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão, em votação. Senhoras deputadas e deputados que aprovam permaneçam como se encontra. Aprovada a nossa Ata.

Expediente: Nada consta.

Eu já passo, então, à Ordem do Dia.

Convido para compor a Mesa, nesta oitiva, o Sr. José Nunes de Almeida Neto, Diretor-Presidente da ENEL-Distribuição Ceará, conforme Requerimento nº 16 e 18 de 2023, de autoria dos Deputados: Guilherme Landim e Guilherme Sampaio, aprovado por unanimidade pelos deputados membros da CPI, nas reuniões realizadas nos dias 30/08/2023 e 03/04/2024.

Já se encontra, aqui, na Mesa, o Sr. Nunes de Almeida Neto.

A oitiva também foi convocada a Sra. Márcia Sandra Roque Vieira Silva, ex-diretora-Presidente da ENEL-Distribuição Ceará, conforme Requerimento do mesmo teor dos mesmos deputados, aprovado por unanimidade nos dias 30/08/2023 e 03/04/2024.

A oitiva também convocou o Sr. Nicola; parece-me que tem aqui uns ofícios fazendo com que justifique as ausências destes que estou aqui citando, é isso senhor Nunes?

A oitiva também seria com o Sr. Antônio Escala, também tem documento aqui justificando; nós já vamos pedir para ler, para dar transparência a todos que estão aqui. E desses que foram convocados, estou entendendo aqui que só veio então o Sr. José Nunes, Diretor-Presidente da ENEL-Ceará. Os demais têm a justificativa, e nós vamos passar agora a ler essa justificativa.

Quem seria mais, porque eu não estou com os nomes, mas os convocados são esses.

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição Ceará): Boa tarde. Obrigado, deputado. Nós estamos aqui com o nosso Diretor de Engenharia, o Charles Capdeville, e a nossa Diretora de Mercado, a Micheline Luna. Se o senhor permitir, eu poderia...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Antes de autorizar a vinda desses que lhe acompanha, Sr. Nunes, vou pedir aqui ao Deputado Guilherme Landim que possa ler a justificativa dos demais membros que foram, por essa Comissão, também convocados, para entendermos a ausência dos demais.

Deputado Guilherme Landim, eu vou ler aqui da Dra. Márcia, você lê os demais aí.

"*Ao Deputado Fernando Santana, Presidente da ENEL. Prezado senhor, nós tomamos conhecimento da convocação*, - aqui tem de duas pessoas, do senhor Nicola e a senhora Márcia. - A justificativa do senhor Nicola é que por motivo, *pelo presente Parlamentar a Constituição investiga; não exerce mais função no grupo ENEL, tendo se aposentado e regressado ao seu País de origem, Itália."*

A justificativa da senhora Márcia. *"Não exerce, nesta data, cargo Diretivo na ENEL Distribuição Ceará, e no momento encontra-se com problema de saúde, estando afastada por atestado médico".*

Eu penso que o atestado deve estar de posse dos senhores, o atestado da Sra. Márcia deve estar de posse? Nós vamos pedir para ver. Então, esses dois estão aqui com a justificativa. Aproveitando o ensejo serve a presente para confirmar a minha presença e tal, 24, e ainda me acompanhando do Sr. Charles e da Sra. Micheline, que são as pessoas que você está pedindo, não é isso? O senhor pede para que... Pois então autorizo aos dois que possam vir também compor a Mesa ao lado do Sr. Nunes, Diretor-Presidente da ENEL-Ceará.

Deputado Guilherme Landim.

SR. RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): *Prezado senhor, acuso e agradeço o recebimento do ofício em referência pelo qual foi convocado,* - e ele vem falando sobre a CPI, e continua - *pela presente gostaria de informar que não exerço funções Executivas na ENEL Distribuição Ceará, tendo sido nomeado para ocupar o cargo de Diretor Administrativo Financeiro e de Planejamento e Controle da ENEL Brasil, apenas no último dia 1º de abril de 24, motivo pelo qual ainda não tenho conhecimento de informações suficientes, que sejam úteis ao presente inquérito. Por tal motivo, agradeço respeitosamente deferir a dispensa do meu comparecimento no dia 24 próximo, data marcada para minha Oitiva. Francesco Tutoli.*

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Tem mais algum, Deputado Guilherme?

SR. RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): Tem aqui o do Antônio Scala. *Acuso recebimento também;pela presente gostaria de informar que dada pouca antecedência da mencionada convocação, estarei impossibilitado de comparecer na data marcada para a minha Oitiva, em razão da viagem para compromissos oficiais em Brasília, agendado para a data, conforme comprova o documento de emissão de passagem em anexo. Pelo tal motivo, agradeço respeitosamente, seja designada nova data para a minha Oitiva, a qual, desde já, me comprometo a comparecer. Atenciosamente, esclareço que estarão presentes na minha Oitiva os senhores Nunes, Diretor-Presidente da companhia; Charles Capdeville, Diretor de Operações, e Sra. Micheline Paola. Antônio Scala.*

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Agradecendo ao Deputado Guilherme Landim, tem as justificativas. Eu só peço ao Presidente da ENEL Ceará, o Sr. Nunes, que apresente atestado da Dona Márcia, que foi presidente, até poucos dias, da Empresa ENEL-Ceará. E causa muita estranheza ela não estar presente, porque 99% das centenas de milhares de queixas, reclamações e denúncias são no período exatamente que a Dona Márcia estava como Presidente da Empresa ENEL aqui, no Estado do Ceará. Então precisamos pelo menos para que a gente possa justificar, e com transparência apresentar ao povo cearense este atestado que hora está sendo dito aqui a condição de saúde da ex-presidente.

Então vamos iniciar a nossa Oitiva. Eu pergunto aqui aos deputados, deputadas se podemos já iniciar: Deputado Felipe Mota, Deputada Larissa que acaba de chegar, muito obrigado pela sua presença.

Então nós temos aqui, Sr. Nunes, um *habeas corpus*, o senhor traz aqui em suas mãos, e o compromisso de dizer a verdade. Eu preciso ler aqui para que o senhor tome conhecimento.

Na condição de testemunha, vossa senhoria tem o dever legal de manifestar-se sobre os fatos e acompanhamentos relacionados ao objeto da investigação, ficando-lhe assegurado, conforme decisão judicial de nº 0625922-15.2024.8.06.0000, habeas corpus, do direito ao silêncio e a garantia de não autoincriminação, se estando a responder perguntas cujas respostas possam resultar em seu prejuízo ou incriminação, ressalvada, nos termos da decisão citada, a proibição de faltar com a verdade no que concerne a indagações não albergadas por essa garantia, analisando a CPI possível abuso desse direito ao silêncio.

O senhor está ciente desse Termo de Compromisso?

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Estou ciente, deputado, e disposto a esclarecer todas as dúvidas, responder todas as perguntas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Ok. Estando o senhor ciente, eu já passo então ao Relator da CPI. Eu passo aqui a palavra ao Deputado Guilherme Landim, Relator da Comissão Parlamentar de Inquérito, que investiga a ENEL aqui no Estado do Ceará, para que ele possa já iniciar aqui a sua fala e, dentro da sua fala também os seus questionamentos. Passo a palavra ao Deputado Guilherme Landim.

SR. RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): Primeiro, boa tarde. Agradeço aqui ao Presidente Deputado Fernando; boa tarde, deputadas; boa tarde, deputados. Boa tarde aqui, hoje, os que vão ser inquiridos: Dr. Nunes, Dona Micheline e Charles; a todos que estão nos acompanhando através da TV Assembleia, Rádio Assembleia, Redes sociais e a todos que estão aqui na plateia hoje.

Eu queria, antes de iniciar, destacar algumas informações que irão embasar os nossos questionamentos e facilitar também a compreensão dos cidadãos e telespectadores que nos acompanham nesse momento.

A ENEL-Ceará, antiga Coelce, foi adquirida pela ENEL-Itália no ano de 2010, da Espanhola Endesa. Nos primeiros anos de Concessão a Distribuidora, ainda com o nome Coelce, atingia bons resultados em nível nacional nos rankings da Abradee (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica), entretanto, nos últimos anos a situação se inverteu, e hoje a ENEL-Ceará é uma das piores Distribuidoras do Brasil.

Nos últimos anos foi amplamente noticiado à contínua degradação da qualidade dos serviços prestados pela ENEL, principalmente de 2017 para cá.

Em 2021 ela demonstrou seus piores resultados, conforme Relatório apresentado pela ARCE (Agência Reguladora do Estado do Ceará). Mesmo entregando um péssimo serviço em 2022, a ENEL promoveu um aumento de tarifa exorbitante, superior a 24% naquele ano, e gerou uma grande revolta em toda a população do Estado, e também instou à Assembleia Legislativa a iniciar todo esse processo que, naquela ocasião, culminou com a abertura de uma Comissão Especial para investigar, para se debruçar sobre o Contrato de Concessão.

E no Relatório Final, que o Deputado Fernando era Presidente, eu então Relator, nós tiramos três encaminhamentos principais, um deles nós solicitamos ao Judiciário, à Procuradoria Geral do Estado, ao Ministério Público Estadual, Ministério Público Federal, Tribunal de Justiça que tomasse providências urgentes em relação a esses péssimos serviços. Solicitamos também que a Assembleia pudesse abrir

uma CPI, fato que aconteceu, não naquela Legislatura porque já estava no final, mas logo no início dessa Legislatura atual. E a terceira condição, nós encaminhamos à ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) um pedido de Caducidade do Contrato.E para o cearense que está nos acompanhando, o que é isso? É o fim do Contrato, baseado numa série de descumprimentos de cláusulas do Contrato; e foi solenemente rejeitado pela ANEEL; em duas páginas ela disse que não ia fazer isso; e o que fez essa Assembleia ainda mais precisar abrir essa CPI.

Então, abrimos a CPI, e muitos fatos foram colocados aqui. Eu poderia passar aqui a tarde e a noite inteira fazendo perguntas sobre pontos importantes de cada uma das Oitivas que nós tivemos, mas eu tive que escolher, e escolhi aqui cinco ou seis perguntas que eu julgo mais importantes, até para dar oportunidade para os demais deputados também inquirirem aqui sobre fatos relevantes.

Então, gostaria de iniciar aqui as perguntas ao Dr. Nunes, e eu quero já, de antemão, Dr. Nunes, dizer de que aqui nós não estamos tratando do CPF do senhor, muito pelo contrário, eu tenho o senhor, inclusive, numa conta de uma pessoa comprometida, e não posso dizer diferente, pelo histórico da sua vida. Mas nós estamos tratando aqui sobre o CNPJ de uma empresa que tem maltratado e muito o povo do Estado do Ceará.

Então dito isso, eu queria começar aqui dizendo que nos últimos cinco anos, só da ARCE e ANEEL, a ENEL recebeu mais de 54 milhões de multas por diversos elementos: cobranças indevidas;falhas nos procedimentos; má qualidade no serviço de prestação e outras irregularidades. Só pela ANEEL e pela ARCE, fora o Decon, fora Ministério Público Estadual, e outras multas que também vieram.

Em qualquer empresa privada do mundo, os responsáveis por esses setores multados já teriam sido demitidos e sofreriam outras punições. No caso da ENEL parece diferente, parece que a ENEL está acostumada com esse tipo de multa, e parece que esse tipo de multa tem a conivência do Corpo Diretivo da ENEL, assim como diz dois Relatórios da ARCE encaminhados para ANEEL, parece que a ENEL escolhe, e fez essa escolha lá dentro, que ela acha melhor pagar as multas e, teoricamente, se livrar da fiscalização do que ir resolver o problema.

Então eu queria saber aqui objetivamente do senhor: *A Presidência da ENEL e o Corpo Diretivo são coniventes com esse descontrole e com essa desorganização administrativa, e de quem é a culpa por tantas multas reiteradas que essa empresa tem recebido?*

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Deputado, eu lhe asseguro que, absolutamente, a Direção da ENEL não é conivente com as penalidades

e com eventuais incorreções. A ENEL passou no Brasil e no Ceará por uma recente reestruturação com o propósito de focarmos intensamente nas nossas atividades de distribuição, e buscarmos resgatar níveis de excelência que tivemos no passado ou de compartilhar seis anos sendo a melhor Distribuidora do Brasil aqui no Ceará, e o nosso propósito é retrilhar esse caminho. Para isso, nós temos várias medidas que vamos mostrar aqui no decorrer dessa audiência, mas temos um diferencial que é o nosso corpo de colaboradores. E nós entendemos que é dos melhores do País e que estarão mobilizados, já estão mobilizados, a gente já está num processo de resgate da empatia e da maior proximidade com o cliente, e temos vários projetos que irão nos levar a trilharmos esse caminho novamente. Obrigado.

SR. RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): Então, continuando aqui, já que o senhor me responde dessa maneira, eu queria colocar que em 26 de abril do ano passado, depois de amanhã vai fazer um ano, teve uma reunião, lá em Brasília, entre a ENEL e a ANEEL, para tratar do tema: *Má qualidade dos serviços prestados pela ENEL.* Na oportunidade, a ENEL apresentou um Plano de Ação para Melhoria da Qualidade do Serviço. E aí eu pergunto, Dr. Nunes: Como é que nós cearenses vamos poder acreditar nessa boa vontade de resolver o problema se nós já estamos vendo essa degradação dos serviços nos últimos oito anos por exemplo, e no ano passado, que já tinha CPI aberta, - Prefeito Roberto Pessoa que está aqui, e eu queria... o Deputado Firmo Camurça, no ano passado nós já tínhamos CPI aberta. A ANEEL chamou a ENEL para uma reunião e foi apresentado um Plano de Melhoramento dos Serviços, e mesmo na vigência desse Plano, nós chegamos ao fim do ano passado e tivemos problemas terríveis; e como eu costumo dizer aqui, Deputado Fernando, eu acho que entrou em colapso total, porque nós tivemos um caos no Natal; nós tivemos um caos no Réveillon; tivemos outro caos no Carnaval.

Então, eu queria que o senhor me respondesse: Por que não houve melhoria? Na Semana Santa também, então, todo evento de maior complexidade nós temos caos no Estado; todo trovão que dá, nós temos problema.

Então, como é que o senhor vem nos dizer agora que vai haver uma reestruturação se no ano passado vocês fizeram esse compromisso com a ANELL e até agora nós não vimos nada? *Então eu queria que o senhor pudesse nos dar uma posição concreta do que efetivamente foi feito ou se não foi feito e por que essa degradação gradual?*

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Perfeito. Deputado, no início aqui da minha fala, me permita até voltar um pouco a isso, eu me esqueci de pedir a permissão, pensei que já estivesse acordado com a nossa assessoria, com assessoria da Casa,

de fazer uma apresentação onde a gente coloca alguns pontos que são muito relevantes, inclusive de certa forma responde parte das argumentações que o senhor está colocando. Se isso for possível, nós gostaríamos de fazer essa projeção dividida em três módulos, não é muito extenso, um módulo onde abordamos temas mais gerais de investimentos, por exemplo; outro módulo onde focamos na parte de Redes, está aqui o nosso Diretor de Engenharia e Operação; e outra parte que seria a parte de Mercado. Se for permitido, eu acho que isso ajudaria um pouco a entendermos esse futuro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Senhor Nunes, eu consultei aqui os deputados, eles preferem que o senhor responda as perguntas, os questionamentos, e ao final, e aí dentro da avaliação aqui do colegiado, se eles avaliarem pertinentes nós abriremos esse espaço para a apresentação. Mas agora eles preferem que o senhor individualmente responda os questionamentos de cada deputado. Devolvo a palavra ao Deputado Guilherme Landim.

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição Ceará): Perfeito. Deputado Guilherme Landim, nós já tivemos mais de um Plano com o Regulador para alguns temas específicos. Para a Qualidade, tivemos um, que realmente como o senhor falou, ele não foi encerrado ao final, e reconheço que não houve o avanço esperado. Nós tivemos melhorias, mas não houve o avanço esperado no decorrer desse Plano. Tivemos outro Plano com relação a ligações de novos clientes, nós chamamos de novas conexões, e esse Plano cumpriu integralmente. Nós tínhamos um *backlog* aí de vários anos, tivemos um crescimento muito grande, e tivemos alguns impactos, e em função disso, um acúmulo de ligações a serem feitas.

Entendemos que esse é um tema que, embora tenhamos atendido ao que estava acordado nesse Plano de Melhoria, entendemos que hoje é um desafio que bate à nossa porta diariamente. Nós temos prazos regulados, e esses prazos regulados, na maioria das vezes, não atende a expectativa do cliente. Então temos uma busca atualmente de tentarmos alinhar com a expectativa do cliente o atendimento a novas obras.

Mas para dar assim uma visão geral, eu vou dividir aqui com relação a um novo momento em três aspectos.

O primeiro aspecto é a proximidade e agilidade nas atividades. O que o cliente mais nos cobra é proximidade, é empatia e também agilidade nas respostas, agilidade nas demandas. Essa proximidade, desde o primeiro dia da minha função na ENEL, e isso dentro de uma estrutura Brasil, porque mudou também o Presidente Brasil, nosso Presidente Antônio Scala já esteve aqui por mais de uma vez, é a busca de uma empatia e de uma maior proximidade com o cliente.

Para não ficar só em palavras eu vou dar alguns exemplos, me permita colocar alguns exemplos. Nós tivemos recentemente um caso que foi muito difundido na mídia, que afetava o Beach Park. Isso logo no primeiro dia. Eu assumi no dia 4, pela manhã, no dia 5, estava esse tema do Beach Park.

Pelo nosso diagnóstico se tratava de uma falha nas instalações internas do Beach Park. Eles haviam colocado a Nota, e a Nota nós entendemos como relativamente agressiva, e a nossa área de comunicação, a nossa área técnica, quando me falaram do problema disseram: *Olha, gente, já está aqui com a Nota respondendo porque se trata de uma falha nas instalações internas.* Eu disse: *Não, não quero colocar Nota. Vamos ao Beach Park.* Pegamos uma equipe de profissionais de alto nível e uma equipe técnica operacional, na realidade, duas equipes técnicas; fomos ao Beach Park. Falei com o Presidente do Beach Park, e 1h20 da manhã tinha sido normalizada as instalações do Beach Park.

Então, esse é um exemplo que busca de uma maior proximidade e de entender e muitas vezes resolver conjuntamente algumas demandas.

Eu tenho muito hábito de conversar com o cliente. Eu estou falando do Beach Park, mas o Beach Park tem acesso. O senhor Francisquinho, eu vou falar isso porque em uma entrevista que eu estava outro dia, me perguntaram isso: *E o Seu Francisquinho lá da ponta?* O Seu Francisquinho, na sexta-feira, à tarde,tenho como missão de terminar a minha tarde nas Lojas de Atendimento; já fiz isso por várias vezes, conversando com aquele Seu Francisquinho, tentando entender o problema dele.

Então, a trilha por uma maior proximidade e uma maior empatia está posta desde o primeiro dia. Sim, mas isso não muda; isso não é o todo de uma empresa Distribuidora. Longe de ser o todo. Nós temos uma estruturação para contratação de profissionais próprios.

Nós somos uma empresa que é muito terceirizada. Nós trabalhamos com 10.650 profissionais, e tínhamos aproximadamente 1.040 profissionais próprios. No sentido de estruturar melhor a área técnica e poder propiciar essa maior agilidade nós construímos três Centros de Formação e Treinamento com o SENAI, em uma parceria com a Federação da Indústria e o SENAI.

Agradeço aqui ao Presidente Ricardo Cavalcante e ao Presidente Paulo André Holanda, um Centro de Treinamento em Fortaleza; outro em Sobral e outro em Juazeiro. Contratamos 446 eletricistas formados por esse Centro, com 320 horas de formação, contratamos inclusive duas turmas de mulheres eletricistas, porque no passado a atividade de eletricista demandava um esforço físico enorme, porque o eletricista era pouco equipado, tinha pouco recurso; hoje ele trabalha em cestas aéreas, com guindaste, aonde a atividade se torna muito mais fácil. Para isso, adquirimos 116 caminhões com cestas, e o restante de veículos menores para estruturação do Atendimento Emergencial em Fortaleza.

O que é o Atendimento Emergencial? É aquele quando falta energia o cliente liga e recebe esse atendimento. E estamos nesse mesmo processo em Sobral, com algo da ordem de 370 eletricistas. Nesse momento em Sobral tem duas turmas com 74 profissionais sendo formados.

Então, a nossa missão é que com os profissionais próprios para o Atendimento Emergencial nós vamos poder ter maior agilidade e maior qualidade na prestação desse Serviço de Emergência. Esse é um suporte que entendemos que começará a ser percebido já a partir do próximo mês.

Passado esse período agora até maio, quando tivermos já chegando aí junho e também com alguma redução, queiramos ou não, a agressividade climática nos afeta bastante. Nós trabalhamos com acesso por terra, e temos Redes aéreas que sofrem como qualquer instalação que está ao tempo. Então, para atender precisamos ter acesso? Eu digo: sim. São muitas vezes que não têm acesso? São. Mas nós entendemos que se atuarmos com maior proximidade e - temos vários exemplos, e dizer que o último, de um distrito de Jucás que ficou várias horas sem energia, a gente entrou em contato com o prefeito, e juntos propiciou o acesso para que a turma pudesse atender. Entendemos que essa proximidade, seja com o consumidor diretamente ou com órgão público, ela nos dará possibilidade de ter um atendimento nessas situações.

E por fim, o nível de investimento, e aí não é algo de curto prazo. No Plano que nós estamos entregando aqui, nós estamos comprometidos com investimento de um bilhão e 600 milhões por ano, nos próximos três anos. Esse é o maior investimento da história da Distribuidora. E se o senhor me perguntar: *E no passado, como era?* Nós tivemos nos últimos dois anos já mudança desse patamar de investimento, mas se olharmos de um modo geral, comparado com aquele investimento obrigatório para dentro de uma depreciação do sistema, isso é mais de duas vezes o que seria requerido para manter o nível de depreciação.

SR. RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): Dr. Nunes, então o senhor chegou num ponto, e eu queria pedir aqui que o senhor pudesse ser o mais objetivo possível nas respostas, o senhor chegou num ponto importante para nós. Aqui, na CPI, nós precisamos dar resposta à sociedade cearense. Nós não estamos aqui para outra questão que não seja a melhoria do serviço do povo do Estado do Ceará, prestado pela ENEL. E aí o senhor vem aqui me falar de todo esse Plano dividido em três partes e tal. E por que é que não foi feito antes? Qual era o problema que tinha? Eu queria que o senhor me dissesse de maneira objetiva, até porque essa pergunta estava aqui para ser feita à Dra. Márcia, e se precisar, nós vamos convocá-la quando ela ficar boa; e eu espero que ela fique boa o quanto antes. Mas *o problema era incompetência dela?O problema era falta de autonomia, porque a ENEL*

mundo está levando o nosso dinheiro para lá para cobrir o rombo que ela tem, ou era má vontade de resolver os problemas do Estado do Ceará? Porque somente agora isso vai acontecer? Então eu queria que o senhor me respondesse isso objetivamente.

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Infelizmente, deputado, quando a gente olha para uma Empresa de *Utilities*, seja ela de energia que é o que estamos falando, de saneamento, de transporte ou de qualquer segmento, olhar para o aspecto causa/efeito não é muito simples de sintetizar a resposta à sua pergunta. Mas dizer: Não, este é o ponto. Nós entendemos que uma empresa como a nossa, normalmente esses pontos não tem uma única causa. Qual é a percepção geral sobre isso? Nós, talvez, tenhamos nos distanciado da essência do nosso negócio de Distribuição, distanciado um pouco mais. Nós atuamos também, nós temos outro grupo ENEL no Brasil e têm vários outros negócios. É um grupo que tem muitas na área de geração, inclusive uma Térmica no Ceará, e dentro de uma política de descarbonização, de net zero em 2040 foi vendido, atua muito na área de renováveis, e a avaliação que nós fazemos é que precisamos ter um foco máximo na área de Distribuição.

Então em termos de síntese eu diria isso: Nós precisamos focar, voltamos a nos focar como gestão ao negócio de Distribuição. Análise não seria assim tão simples dizer pontualmente essa causa ou aquela.

SR. RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): Então o senhor confirma aqui pra gente de que realmente existia um desleixo por parte da ENEL, que deixou esses serviços irem sendo sucateados, e o povo cearense sofrendo ao longo desses anos, e agora vocês deram um novo rumo. Agora, como é que nós vamos poder acreditar e baseado em quê? O que é que o senhor tem de autonomia ou de recursos que a Márcia não tinha para resolver o problema a partir de agora?

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Eu sei que o senhor vai naturalmente buscar sempre essa comparação. Eu fujo dessa comparação. Eu quero colocar o nosso propósito, o nosso foco para o futuro, e que tenha o compromisso, a convicção de que terá resultado; alguns resultados de curto prazo, na percepção do que eu falei como proximidade, que são ações que podem se fazer de imediato; e outros no médio e longo prazo. Eu tenho feito, tenho interagido com muitas pessoas em muitas funções, órgãos públicos, prefeitos; todo dia eu tenho diálogo com prefeitos, e têm alguns quando saem de reunião comigo dizem: *Olha, eu gostaria de enaltecer esse ponto aqui, de falar sobre esse ponto*. Eu até disse isso ontem inclusive: *Espere chegar à entrega e aí o senhor pode falar, porque eu estou atrás da entrega e não apenas da promessa.*

Então me comprometo aqui com os senhores e senhoras deputadas que essas serão uma busca incessante. E eu tenho falado muito isso também na minha fala interna nas empresas: *Eu sei o quanto nós somos capazes. Eu sei o quadro que a ENEL-Ceará possui.* Então nós não nos conformaremos com o mediano. Nós queremos buscar estar entre as melhores Distribuidoras do Brasil. O mediano não nos satisfaz.

SR. RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): Doutor Nunes, nós tivemos acesso aqui ao Balanço da Empresa, a ENEL Mundo, e inclusive foi matéria da Forbes que a dívida da ENEL atingiu, em 2023, 60.1 bilhões de Euros, e as ações da empresa caíram 8,5% em 2024. E aí ela deve praticamente o que ela vale. Ela vale 62 bilhões de Euros e tem essa dívida de 60 bilhões. *Então, eu queria que o senhor me dissesse qual foi o valor de dividendos pagos pela ENEL e remetidos ao exterior nos últimos cinco anos?* Depois dessa informação, *eu queria saber do senhor se não é esse o ponto principal do problema no Estado do Ceará?* Porque tem um buraco do tamanho do mundo para ser tapado na ENEL Mundo, e aí os milhõeszinhos de reais para eles lá, chega lá só a conta gotas. Então queria saber dessas duas coisas: *Qual é o valor que foi remetido ao exterior, nesses últimos cinco anos, e se esse é o "X" da questão?*

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Como eu havia falado antes, deputado, a ENEL tem vários outros segmentos de negócios no Brasil. Eu posso lhe assegurar, e se o senhor olhar os números da ENEL-Ceará, o senhor vai chegar à conclusão que não é esse o problema. Por que eu digo que o senhor chegará à conclusão? A ENEL-Ceará tem investido, vamos pegar os últimos dois anos, o último ano: um bi e 540 milhões. E qual foi o lucro da empresa neste ano? Da ordem de 350 milhões. Então é um lucro que é totalmente, se a gente olhar o nível de investimento, muito a quem do nível de investimento. E eu diria mais para o senhor, na época que nós éramos a primeira Distribuidora do Brasil, nós éramos uma das empresas mais lucrativas do Brasil. Eu estou falando "nós," não ENEL, o grupo ENEL, eu, na realidade, não tenho as informações que o senhor requer sobre o grupo. Eu tenho informações sobre a ENEL-Ceará. Mas me comprometo com o senhor a encaminhar essas informações que o senhor está solicitando com relação ao grupo ENEL.

SR. RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): Pronto. Então fica registrado aqui que *nós queremos essa informação de quanto foi pago de dividendos e remetida ao exterior ao longo desses últimos cinco anos,* que saiu aqui do Estado do Ceará para ir lá para fora, para as contas da ENEL Mundial.

E aí para poder dar aqui oportunidade aos demais deputados de também perguntarem, eu queria, Dr. Nunes, para demonstrar para o senhor, já que infelizmente o senhor ainda não me disse qual é o problema. Eu levantei aqui que o problema é que a ENEL não deixa o dinheiro do povo do Ceará estar aqui para ser reinvestido no setor elétrico. E o senhor disse que é fácil de ver que o problema não é esse. Então, eu queria que o senhor me dissesse qual é o problema. Eu queria me dissesse qual é o problema.

E para demonstrar aqui que não é só em um ponto que a coisa está ruim, eu peguei aqui, Dr. Nunes, me permita, uma entrevista do senhor dessa semana, onde o senhor disse que *o processo de ressarcimento do cidadão cearense que teve uma geladeira queimada ou uma televisão queimada por falta de energia, o senhor disse: Esse é um processo fácil. É um rito que os consumidores entram com a reclamação em nossos canais de atendimento normais.* Certo.

Nós recebemos aqui, oficialmente da ENEL, um Relatório que foi solicitado pela CPI, sobre essa questão dos danos elétricos. Como se trata de um Relatório com uma grande quantidade de informações, no período dos últimos cinco anos, selecionamos uma amostra para exemplificar, e verificamos o status das reclamações no dia 1º de dezembro de 2023. Nesse dia se verificou que foram protocoladas na ENEL um total de 35 Reclamações de Indenização por Danos Elétricos. E aí nós vimos que, conforme as informações que constam no Relatório datado do dia 3, das 35 Reclamações Protocoladas nesse dia apenas umahavia sido solucionada no dia 18/03; as demais reclamações sequer haviam sido respondidas e continua aguardando resposta, desobedecendo totalmente o prazo legal de 15 dias estabelecidos pela ANEEL.

Então, nós podemos perceber que o processo não é tão fácil assim, além dos consumidores sofrerem pela falta de energia, ainda sofrem com o descaso da ENEL em não providenciar o ressarcimento dos aparelhos queimados. E dito tudo isto, *qual a justificativa para todas essas reclamações não terem sido solucionadas no prazo?*

Então, o senhor veja só, nós já falamos aqui da parte econômica, da parte do serviço, agora nós estamos no atendimento. Então demonstra muito claramente que estava um caos em todas as áreas. *E aí o que é que vai ser feito agora para isso ser resolvido? Como é que vocês vão nos garantir que o povo do Estado do Ceará vai ser bem tratado?* Responda objetivamente para gente, para que a gente possa dar uma resposta ao povo do Ceará.

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Deputado, nós temos vários tipos de Canais de Atendimento, várias opções. E nós entendemos que... eu vou lhe dar um exemplo de ontem, de um município do interior, de ontem, vou até citar o nome, o

Município de Hidrolândia. Eu tive uma reunião ontem com a Prefeita de Hidrolândia, ela chegou e disse: *Olha, eu gostaria que fosse ampliado o horário de atendimento, ampliada Loja de Atendimento;* na realidade, ela e o secretário. E nós começamos a falar sobre isso, e ela: *Mas isso é muito importante para o município. As pessoas ainda vão muito fisicamente.* Eu sei que realmente é uma necessidade, e nós estamos tratando disso.

Quando eu falei aqui da passagem nas lojas, uma loja que eu passei foi a Loja do Conjunto Ceará, e está sendo reformulado para ser reaberta agora, no mês de maio, uma loja que havia sido fechada...

SR. RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): Inclusive tem uma Decisão Judicial, um Acordo que a ENEL está sendo obrigada a reabrir, essa do Conjunto Ceará.

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Não. Nós não entramos judicialmente não. Houve uma Decisão do Regulador da ANEEL, nós poderíamos...

SR. RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): Isso, exatamente.

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): ...ter o Recurso Judicial e optamos em não ter, e vamos reabrir. Chamamos a liderança do Conjunto Ceará que representa o Conselho de Consumidores para ir ao local, para verificar se o local está adequado, perfeitamente adequado, próximo a bancos e ao centro comercial.

Mas eu estava falando da Loja de Hidrolândia. Então ela disse: *Olha, aumentar a Loja ou aumentar o período de atendimento.* E aí a gente foi pegar qual o número de atendimentos por dia na Loja: é inferior a 20 atendimentos. Aí ela disse: *Não, não tinha esse número.*

Então, eu acho que o diagnóstico de cada caso é importante, é importante até para interação com o gestor público, porque quando você tem os dados é possível de entender o que realmente é necessário ou não. Eu entendo que nesse momento o que o senhor fala tem dificuldade em várias áreas. Eu entendo que a gente está muito criticado, está muito na ordem do dia da mídia, e muitas vezes aquilo que tem uma dimensão menor ecoa e fica com a percepção que é algo muito maior. Eu vou dar um exemplo para o senhor. Nós tivemos, e a gente falou aqui, os senhores já comentaram, o senhor comentou sobre o período dos últimos feriados. Nós tivemos cidades e locais onde se teve milhares de pessoas, como foi o caso de Aracati, e estou citando Aracati, mas tivemos outros também que não teve nenhuma ocorrência, e são locais turísticos, e nesse momento tem milhares de pessoas. Fizemos um trabalho prévio com o município, e deu resultado. Então, isso será intensificado, a proximidade com órgão público. Agora, se o

senhor disser: *É rápido?* Não é rápido. Mas nós entendemos que essa era uma deficiência que estamos agora buscando acelerar.

SR. RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): Mas Dr. Nunes, me perdoe aqui os deputados, a insistência, mas o senhor não respondeu a minha pergunta. O problema desse caso que eu citei, é aí aonde eu quero fazer um alerta ao senhor, que o senhor está querendo minimizar o problema, está querendo dizer que o problema não é tão grande quanto é, ele é muito maior do que o que a gente está falando aqui. Eu acabei de falar, o Relatório não é meu não, foi o Relatório que vocês mandaram para a CPI; e eu peguei um dia em cinco anos. E em um dia, ao longo desses cinco anos, 35 Reclamações foram feitas, só uma foi respondida. O problema não foi atendimento. É que nem respondida às outras 34 foram.

Então, Dr. Nunes, assim, fica difícil para nós, mesmo com toda boa vontade, acreditar que as coisas vão mudar. Se vocês vão numa reunião na ANEEL que vai fazer um ano daqui a dois dias, fazem um Plano lá e não cumprem; estão chegando aqui, na CPI, hoje, para dizer que vão fazer um Plano; que querem apresentar um Plano pra gente. Então é muito complicado para nós, e sua missão não é fácil. O senhor disse uma coisa na imprensa que não é o que de fato está acontecendo, e o Relatório mostra isso.

Não é simples para o cidadão ir lá resolver o problema do equipamento dele que queimou; imagine quantos nem vão, por que: *Ah! Eu não vou brigar com essa ENEL não; os deputados lá na Assembleia não estão resolvendo; o governador foi para Brasília e não está resolvendo.* Então, é complicado.

Eu me sinto aqui absolutamente incomodado com as respostas, porque nós queremos aqui uma coisa prática. Nós queremos que o senhor chegue aqui e evidencie quais são os problemas; onde estão as falhas; por que aquilo que aconteceu, e o que vai ser feito a partir de agora. É isso que nós esperamos aqui.

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição Ceará): Perfeito, deputado. Eu anotei aqui, e não sei se é esse o dia que o senhor está falando, dia 1º de dezembro de 2023, para nós nos aprofundarmos, o senhor realmente coloca aí uma informação que está no Relatório e verificarmos.

Temos um rito de aparelhos elétricos como consumidor pode reclamar, naturalmente nem todo aparelho, nem todo eletrodoméstico queima por problemas na Rede, eu costumo até falar, devo ter falado isso na entrevista. É comumqueimar um aparelho, queimou só um aparelho? Foi só um aparelho. Só na sua residência? Só na minha residência. A primeira coisa que a gente faz é realmente verificar se

naquele instante houve alguma oscilação na Rede. Então costuma até dizer isso, às vezes é bom se comparar saber se o vizinho queimou alguma coisa, se percebeu oscilação. Mas nós vamos aprofundar isso aqui e lhe darei uma resposta.

Agora, o que o senhor busca, dizer assim: *Tem uma solução? É uma solução única? Não é.* Nós temos uma cadeia de serviços, e realmente é algo que para ser mudado não é rápido. Não tem a falsa percepção de que será fácil. Mas precisa e tenho a percepção, a convicção, a consciência e o compromisso de que será possível. Mas tenho absoluta noção da complexidade, pelo tempo que eu já tenho de estrada no setor elétrico, tenho absoluta convicção do nível de complexidade.

SR. RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): Bom, presidente, eu ainda tinha algumas outras perguntas aqui, mas eu me resguardo aqui a poder esperar, para que os outros deputados possam também fazer as suas, e qualquer coisa, no final, a gente volta com algum questionamento que não tenha sido feito. Obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Bom, agradeço ao Deputado Guilherme Landim. E Deputado Guilherme, a qualquer momento que possa querer questionar é só solicitar que estará a sua disposição. Eu também quero dar uma oportunidade aos colegas para questionar e fazer as suas perguntas. Mas eu queria só fazer um questionamento, apenas um.

Ouvindo aqui o Sr. Nunes, que representa a empresa ENEL, respondendo aqui ao Deputado Guilherme Landim. Antes pedir permissão para saudar os deputados que chegaram após o início, a Deputada Larissa que está aqui conosco; a Deputada da Emília Pessoa está aqui conosco; Deputado Simão Pedro, Deputado Davi de Raimundão, Deputado Danniel Oliveira, Primeiro Secretário desta Casa; o Deputado Agenor Neto, está licenciado, mas está aqui também participando; Deputado Osmar Baquit, também licenciado; colega Deputado Firmo Camurça, que está aqui nesta tarde participando nesse momento; o Prefeito de Maracanaú Roberto Pessoa e aqui representa os prefeitos; seja muito bem-vindo; a Dra. Valéria Colares, a Procon aqui da Assembleia; o Dr. Hugo Xerez, Decon-Ceará que também está aqui presente, agradeço muito a presença; Dra. Amélia Rocha, Defensora Pública; Dr. Ícaro Gaspar, advogado que representa as vítimas de choques elétricos no Estado do Ceará, e foi ouvido aqui em uma das Oitivas. Esses estão presentes, eu peço aqui a nossa assessoria que possa, ao longo, nos passar os nomes de quem mais está presente.

Mas Sr. Nunes, eu gostaria também de fazer um questionamento e queria que o senhor respondesse com muita objetividade. A sua fala sempre é na demonstração de que vai melhorar, e nós estamos questionando um passado para nós presente ainda, mas na sua cabeça, pela sua fala, um passado

que não estava tão boa a situação, mas que a perspectiva agora é melhorar. E aí eu faço um questionamento: O cargo de Diretor-Presidente que o senhor hoje ocupa, assumiu dia 4, salvo engano, pelo que o senhor falou aqui, dia 4 de abril? Dia 4. A Sra. Márcia também era Diretora-Presidente. Qual a diferença do cargo? Por que ela não conseguiu colocar tudo isso que o senhor está falando que vai conseguir colocar em evidência aqui no Estado do Ceará, para melhorar o serviço de energia elétrica, e agora por que o senhor vai conseguir colocar? Eu queria entender, porque se ela saiu um mês atrás, e o questionamento era o mesmo, continua sendo o mesmo. *Eu só queria entender se houve alguma mudança no cargo? Se houve alguma mudança de injeção financeira na empresa, para que agora ela possa melhorar?*

Saudar também o Dr. Cleto que está presente, é advogado da empresa ENEL; Deputado Bruno Pedrosa.

Então, assim, eu queria saber a diferença. Porque o senhor está falando muito em melhora, em perspectiva de melhora, e eu, particularmente, já venho dizendoe continuarei afirmando que eu, pessoalmente, não acredito nessa melhoria, a não ser quando vocês realmente melhorarem em algum setor, em algumas cidades, em algum local do Ceará, para que pela generosidade do povo cearense dê um voto de credibilidade a essa empresa ENEL. Até então eu, particularmente, não acredito. E eu queria mesmo entender qual é a diferença da ex-presidente Sra. Márcia que não conseguiu resolver nenhum problema, e agora, com um mês praticamente, menos de um mês que o senhor assumiu o senhor já está mostrando e afirmando que as melhorias vão chegar. *Por que dessa diferença?*

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Deputado, eu comentei que eu não gostaria da comparação. Eu acho que a Márcia trabalhou com esforço enorme, uma dedicação enorme na empresa, mas eu diria o seguinte: A mudança da ENEL-Ceará não é uma mudança pontual da ENEL-Ceará, ela é uma mudança da gestão no País e da gestão na ENEL-Ceará. Nas minhas tratativas, nos meus compromissos com o meu chefe há alguns acordos para que tenhamos o que os senhores sempre colocam: *Terá autonomia para melhorar para que tenhamos autonomia necessária para essas mudanças.*

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Então a ex-presidente não tinha autonomia? É um questionamento.

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Não, não, eu estou dizendo o seguinte, estou dizendo que não se tratou de apenas uma mudança na gestão da

ENEL-Ceará, mas uma mudança na gestão da ENEL no País. Então daí a minha convicção e a minha doação para que realmente busquemos um novo patamar de atuação da empresa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Tá. O último questionamento, para passar aqui aos colegas deputados. O Deputado Guilherme Landim falou aqui de uma notícia de 60 bilhões de Euros de dívida, lá na Itália, da Empresa ENEL, e na sua fala aqui, respondendo o questionamento do Deputado Guilherme Landim, eu ouvi claramente mostrando de que o problema aqui no Ceará não era questões financeiras, estão os dados aí, estão os números que a ENEL aqui vai muito bem financeiramente. E o Deputado Guilherme Landim perguntou claramente se parte desse recurso ganho aqui no Estado do Ceará, ganha no Brasil, mas nós queremos nos ater aqui ao Estado do Ceará, que está sendo enviado para a Itália para pagar rombos da empresa ENEL lá, segundo essa reportagem de uma dívida de 60 bilhões de Euros. E se esse recurso que está sendo enviado para lá, possivelmente para tapar um buraco, para pagar rombos é o que está faltando aqui no Ceará para comprar equipamento de manutenção, para contratar profissionais, e seria esse o motivo real daqui da reclamação generalizada da população do Estado do Ceará.

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Eu respondi ao deputado que não tinha os números, e ele demandou, mas que tinha a convicção que em relação à ENEL-Ceará, não. Agora eu vou complementar. A ENEL-Ceará é uma empresa listada em bolsa, uma empresa de capital aberto, uma empresa com acionistas minoritários, não é um número desprezível, 26% dos acionistas da ENEL-Ceará são acionistas minoritários. Tem muitos cearenses, têm empresas cearenses, têm Fundos de Pensão que são acionistas da ENEL-Ceará, e tem uma representação no Conselho de Administração. Então, eu posso complementar a informação com números que eu não os tenho aqui nesse momento, mas lhes asseguro que no caso da ENEL-Ceará, por sua própria estrutura de capital, esse receio que os senhores têm, não é possível.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Ok! Então passaremos a palavra agora à colega Deputada Gabriella Aguiar, seguido da Deputada Lia Gomes, Deputado Felipe Mota, Deputado Marcos Sobreira, (acho que o Deputado Marcos Sobreira terminou tendo que sair); Deputada Larissa está inscrita.

Pela ordem de chegada, Deputada Emília Pessoa, já está aqui anotado deputada; pela ordem de chegada Deputado Simão Pedro, Deputado Davi do Raimundão, Deputado Danniel Oliveira, Deputado Agenor Neto, Deputado Bruno Pedrosa. Então, passa a palavra agora para fazer os seus questionamentos, a colega Deputada Gabriella Aguiar.

SRA. DEPUTADA GABRIELLA AGUIAR (PSD): Boa tarde. Boa tarde a todos os nossos ouvintes, a imprensa, aos telespectadores. Boa tarde em especial aos municípios que estão aqui presentes. Gostaria de cumprimentar o Prefeito Roberto Pessoa e a Prefeita Ana Vládia, de Solonópole, porque, na realidade, Sr. Nunes, os municípios são os maiores afetados, e é sobre eles que eu gostaria de falar inicialmente.

O senhor comentou sobre um Projeto de Expansão que inclui a Região de Sobral, a Região de Juazeiro, mas eu gostaria de afirmar que o Estado do Ceará tem 11 Regiões Administrativas, e a gente vem sofrendo, os 184 municípios, sem exceção, vem sofrendo com os problemas da ENEL. No último dia 15 de março foi o Dia "D" dessa CPI em todas as regiões do Estado do Ceará; e nós recolhemos denúncias de todos os municípios.

Para exemplificar, eu vou deixar claro, e aqui eu já cumprimento o Secretário de Infraestrutura de Tauá, que está aqui presente, Matheus Abreu Mota, para falar um pouco de algumas obras que foram atrasados ou que ainda não iniciaram, aguardando realização de Extensão de Rede. No Tauá: Jardim Botânico, Praça Mais Infância; Abatedouro Público, Rodoviária, Mercado Público, Areninhas com mais de um ano de atraso; Palácio Quinamuiú, que é um Centro Administrativo, a simples realocação de Postes no município de Tauá, a ENEL dá um prazo de quatro meses e demora mais de ano para tirar. Eles não cumprem os prazos que já são longos.

Em relação ao institucional... eu comecei falando que o Ceará tem 11 Regiões Administrativas, Tauá, os deputados aqui vão estranhar quando virem que para ENEL é Centro-Sul, tem uma pessoa de relações institucionais da Região Centro-Sul, e Tauá, no coração do Inhamuns, tem que falar com uma pessoa da Região Centro-Sul. Tauá, recentemente, teve que resolver um problema jurídico e teve que conseguir contato em Brasília. Então, o senhor falou agora há pouco que a ENEL gostaria de ter mais empatia, proximidade, ter esse olho no olho com o cliente. *Mas eu gostaria de maneira concretasaber o que pode ser prestado de melhoria em razão das inúmeras acusações de ineficiência da prestação de serviço junto aos municípios, e dentro desses três ramos, eu só pude entender que é somente Sobral, Juazeiro e Fortaleza que está previsto?*

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Deputada Gabriela Aguiar, primeiro eu agradeço porque a senhora deu a oportunidade de esclarecer melhor um tema e depois falou em seguida das obras.

O que eu falei dos Centros são Centros de Formação e Treinamento. Então, o Centro de Fortaleza formará eletricista para muitos municípios, digamos, até próximo ali do Centro-Norte. O

Centro de Sobral complementa com a parte Norte, Leste; o Centro do Cariri a Região Sul. Isso dentro de uma estrutura que o próprio SENAI já disponibilizava exatamente com esse objetivo de formar regionalmente formar profissionais não apenas para aquela cidade, mas para todo o seu entorno. Então é nesse sentido.

O de Tauá, por exemplo, poderá ser formado no Juazeiro ou em Sobral, mas terá essa formação. São como se fossem três universidades de eletricistas que irão formar 3.100 eletricistas por ano. Nós não iremos absorver todos esses eletricistas, mas iremos absorver parte deles; outra parte será absorvida pelas empresas que prestam serviços, pelas empresas parceiras, e também uma parte para o mercado, pois nós entendemos que há uma carência no mercado hoje de eletricista. Então esse é o objetivo.

Com relação às obras, a senhora tem razão, a gente precisa ter uma velocidade muito maior com relação às obras e uma interação maior também, porque muitas vezes aquela obra existe algumas que é possível num curto prazo e existem outras que não é possível. Existem obras, por exemplo, que depende de Licença Ambiental. Mas eu tenho certeza que se a gente tiver uma boa interação com os municípios, nós e os municípios juntos podemos de repente agilizar uma Licença que seja necessária. Então nesse aspecto eu lhe dou razão. É uma busca. Eu não sabia de todos esses empreendimentos, mas sabia de dois que já estavam no meu radar. Eu já tinha sido provocado por uma autoridade de Tauá falando: *Nós temos aqui...*foi recente, eu não tenho a resposta ainda. Mas eu tenho certeza, absoluta convicção que nisso aí nós vamos ganhar muito em termos de tempo.

SRA. DEPUTADA GABRIELLA AGUIAR (PSD): Em relação ao prazo, justamente no Contrato, a empresa tem de fato a prerrogativa de dizer em quanto tempo realizará o serviço. Então a empresa por si só já disponibiliza os prazos amplos. Como eu falei a média de prazo são quatro meses. Mas, mesmo assim, como o senhor admite, tem tido dificuldade de cumprir esses prazos.

O senhor acha que é possível, em Contrato, que a ENEL se responsabilize com esses prazos? Porque como não tem essa responsabilização, de fato o que acontece é que os prazos não são cumpridos, e o que é que é preciso ser feito? Ficar correndo atrás. Mas quem sofre é a população, porque a gente vê que são obras desde Saúde, Assistência, Esporte, Cultura. Então todas as áreas são afetadas. Eu acho que é uma demonstração factual é mudança de Contrato, e vocês disserem que vão respeitar, e se não respeitar o que vai ser feito?

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Perfeito. A senhora trouxe outro tema também que é muito interessante que é o seguinte: Nós não temos como Distribuidora a prerrogativa do prazo. Mas existem os prazos regulados. Eles estão associados à

complexidade da obra; se a obra é de baixa tensão são 90 dias, digamos; se é de média tensão pode chegar a 120; se é uma obra de alta tensão pode chegar até um ano de prazo. Mas eu diria que esses prazos hoje são poucos conhecidos do poder público em geral. Seria importante que fossem bastante conhecidos, e não atende, na maioria das vezes, a expectativa do cliente. É possível, esses são prazos limites, e é possível atender abaixo desses prazos limites, e essa será a nossa busca.

Nós já temos alguns pequenos exemplos, mas são poucos exemplos ainda. No geral, a senhora tem razão, e nós estamos em débito com esse ponto do atendimento a obras que realmente é algo mais complexo, demoraum pouco mais pra gente chegar universalmente a ter um atendimento dentro da expectativa dos órgãos públicos e dos clientes.

SRA. DEPUTADA GABRIELLA AGUIAR (PSD): E pensando no que já foi feito nesse tempo de atuação da ENEL no Ceará, o que é que o senhor pode nos mostrar de investimentos realizado pela empresa para a expansão junto com os municípios?

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): O investimento em expansão, em obra de expansão, é da ordem de 70% do nosso investimento total. O nosso investimento total, no último ano, ano passado, foi superior a um bi e meio, foi um bilhão e 540 milhões; e o nosso compromisso é que nos próximos três anos o número de investimento será da ordem um bilhão e 600 milhões, 70% disso é exatamente para novas obras, ligação de novos clientes, expansão de Rede. Esse, digamos, é o grande demandador de recurso.

Existe uma correlação do crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) e o crescimento da distribuição de energia elétrica, o crescimento elétrico, digamos assim, um coeficiente de eletricidade. Quando se tem um País em desenvolvimento ou um Estado ou uma região em desenvolvimento, para cada 1% do PIB que cresce o sistema elétrico tem que crescer acima disso, 1.4; 1.3; 1.2. Então, requer realmente uma demanda grande por recurso para acompanhar o desenvolvimento.

SRA. DEPUTADA GABRIELLA AGUIAR (PSD): A ENEL pretende apresentar para os municípios esse Plano?

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Sim.

SRA. DEPUTADA GABRIELLA AGUIAR (PSD): Com prazo preestabelecido?

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Sim. Nós estamos hoje apresentando aqui, deixando aqui, entregando aqui na CPI na Assembleia esse Plano, e a ideia é que percorramos todas as regiões e todos os municípios falando exatamente daquele pontinho lá no município, daquela demanda, do abatedouro, da escola, da creche, e que possamos ter prazos

acordados, como a senhora colocou, com os municípios. E ter mais clareza por parte dos municípios das nossas dificuldades também. Vamos também compartilhar as dificuldades que temos. Nós achamos que com isso dá pra se ter muita coisa que se pode fazer juntos e com isso ganhar no prazo final.

SRA. DEPUTADA GABRIELLA AGUIAR (PSD): Bom, os meus colegas falaram um pouco da dívida da ENEL mundial; o senhor nos garantiu que isso não estaria atrapalhando os investimentos no Estado do Ceará. Então a gente fica com o questionamento: A falta de garantia da renovação do Contrato de Concessão faria com que a empresa estivesse limitando os investimentos para o acúmulo de patrimônio?

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Não, deputada, porque se nós olharmos, assim, numericamente o nível de investimentos que a ENEL-Distribuição Ceará tem ele tem sido o maior da história, o maior de todos os anos. Então não há uma depreciação dos investimentos. E o que acenamos para os próximos três anos é nesse patamar. Agora se a senhora disser a renovação das Concessões preocupam a ENEL? Preocupa. Preocupa. Preocupa muito. Nós queremos que ao chegar esse momento a gente esteja sendo uma empresa desejada pelos cearenses, pelo consumidor.

SRA. DEPUTADA GABRIELLA AGUIAR (PSD): Então o senhor tem muito trabalho pela frente. Qual Organograma da Hierarquia da ENEL? Assim, só para eu entender. Como é o processo de contratação dos presidentes, diretores? Existe uma participação nos lucros? Como é que acontece esse Organograma?

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Nós somos uma empresa, todas do *Utilities*, normalmente, com raras exceções, são empresas conservadoras. Então a gente não tem... eu, naturalmente, não vou detalhar para a senhora os valores, mas a gente é uma empresa muito conservadora no sentido de uma participação que é praticamente regra de mercado. Como eu falei, a gente tem um Conselho de Administração com acionistas minoritários que participam de todas as reuniões do Conselho de Administração por onde passam essas definições, não é algo fechado da ENEL, é algo aberto ao mercado.

SRA. DEPUTADA GABRIELLA AGUIAR (PSD): Existe algum processo cível ou criminal em tramitação contra os funcionários ou membros do Executivo da ENEL?

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): É difícil eu falar. Contra os Executivos, que eu saiba, não. E contra os funcionários é mais difícil de falar. Mas que eu tenha conhecimento, não.

SRA. DEPUTADA GABRIELLA AGUIAR (PSD): Houve algum procedimento interno para apuração de condutas irregulares de funcionários ou membros do Executivo da ENEL? Foi constatado algum ato ilícito, alguém foi punido?

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Nós temos um canal ético. Como eu falei, nós somos uma empresa que tem um nível de *compliance* muito elevado. Então tudo que se exigeem uma empresa que é uma empresa de *Utilities* de capital aberto, então o nível de *compliance* é elevado. Nós temos um canal ético e temos apurações, eu diria que, permanentemente, com relação a eventuais denúncias que podem até ser anônimas as denúncias, mas elas são apuradas. Algumas vezes, dependendo da gravidade, eu como presidente participo, e outras vezes nossa auditoria participa.

SRA. DEPUTADA GABRIELLA AGUIAR (PSD): Eu vou deixar a oportunidade para os outros deputados perguntarem. Agradeço.

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Eu que agradeço, deputada. Obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): A presidência agradece a colega Deputada Gabriella Aguiar. E também fazendo sempre um questionamento entre um colega e outro para fazer seus questionamentos.

Doutor Nunes, eu vou fazer uma pergunta bem simples, já que o senhor assumiu recente, e a ex-presidente não está aqui para fazer, eu já conversei isso até com ela em reuniões que tivemos difíceis, no tempo da presidência dela, e agora o senhor como presidente, o senhor já calculou quando é que o senhor está disposto a pedir perdão ao povo do Estado do Ceará? Quando é que vocês estão dispostos a pedir desculpa ao povo do Estado do Ceará por todos esses anos que agora as queixas vieram à tona, depois que a Casa do Povo cearense levantou esse problema; depois que deu voz ao povo do Estado do Ceará para reclamar o que está acontecendo lá no sítio, do município distante, no litoral, nas grandes cidades, na capital, nos bairros, essa Casa deu voz aos mais de nove milhões de habitantes que nós temos aqui no Estado do Ceará a reclamar do que estava acontecendo dentro da sua casa, dentro da sua empresa; muitas vezes do desemprego da empresa que precisa fechar as portas, enfim, vocês já calcularam, com toda humildade, e eu acredito que um homem numa empresa privada, um homem na empresa pública tem que ter, quando é que vocês vão pedir perdão ao povo do Estado do Ceará? E o senhor está disposto a fazer isso em nome da empresa que hoje o senhor representa?

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Deputado, eu entendo que uma empresa de *Utilites* tem que cultivar a humildade, e eu tenho isso comigo. Eu tenho tantos anos de empresa de *Utilites* que já internalizei isso. Hoje é, digamos assim, um dos lemas que estão presentes na minha fala interna: é humildade e não se julgar superior ao cliente; escutar e ter uma escuta ativa. E como eu cultivo isso, não tenho nenhuma dificuldade de pedir desculpa aos cearenses que foram afetados por algum transtorno originário do fornecimento de energia elétrica. E também o compromisso de olhar pra frente. E para o futuro não nos conformarmos, como colaboradores da ENEL-Ceará, como uma empresa mediana. Eu tenho dito muito isso. Não nos conformemos com o mediano, com o mais ou menos. Busquemos a excelência que é um caminho que nós já trilhamos no passado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): O senhor está pedindo desculpas ao povo cearense ou está dizendo que vai pensar em pedir desculpa dentro da sua humildade?

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Eu estou pedindo desculpa aos clientes cearenses que foram afetados por algum transtorno originário da Rede Elétrica, mas, além disso, eu estou assumindo um compromisso de doação em busca, não do mediano, não do mais ou menos, em busca da excelência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): O senhor pretende reunir prefeitos de regiões com o governador para apresentar um Plano de Melhorias? E porque, - eu não quero comparar o seu trabalho com o da ex-presidente, - já que o senhor até falou em fugir desse tipo de comparação, aqui, neste momento, mas, ao que me consta, perguntamos aos prefeitos, está aqui o Deputado Guilherme Landim que foi prefeito, a sua mãe é prefeita de um município, e muitos prefeitos nem conheciam a presidente, só de nome. O senhor pretende reunir os prefeitos para ouvir os problemas, ouvir as queixas e junto aos representantes do povo imediato que são os prefeitos tentar solucionar os problemas?

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Eu converso com prefeito pessoalmente todo dia. Se o senhor disser, ontem teve? Teve, e pretendo não só receber os prefeitos na ENEL, mas ir aos municípios do interior. Eu já tenho reuniões agendadas no interior do Estado, previamente, e sempre que eu vou a um município eu busco visitar o prefeito. Se o prefeito puder, eu estarei presente. E quando possível juntar em uma região vários prefeitos, assim será feito. Me comprometo plenamente com esse desafio.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Satisfeito com as respostas. Eu passo agora para a Deputada Lia Gomes para que também possa fazer seus questionamentos. Com a palavra a Deputada Lia Gomes.

SRA. DEPUTADA LIA GOMES (PDT): Boa tarde. Boa tarde a todos. Eu gostaria de iniciar aqui a minha fala também reiterando aqui o que o nosso relator disse. As minhas interpelações aqui não serão de nível pessoal, como o senhor está representando uma empresa hoje que nos deixa muito indignado, eu gostaria que o senhor separasse o pessoal.

A ENEL já foi uma das melhores, a melhor empresa, já esteve no ranking da melhor empresa, e de uns anos para cá ela vem caindo, e hoje é considerada uma das piores, inclusive no ranking publicado pela ANEEL. *E gostaria de saber do senhor quais são os principais fatores que o senhor atribui essa queda grande na qualidade da prestação do serviço?*

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Deputada, muito obrigado pela pergunta e pela referência. Mas eu diria que, como o tema é complexo ele não tem uma causa única. Eu diria que uma delas, na minha percepção, nós nos afastamos dos nossos clientes. Nós passamos a estar mais distante do cliente.

SRA. DEPUTADA LIA GOMES (PDT): Mas os clientes sempre estiveram presentes nas reclamações!

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Sabemos que os clientes estão presentes nas reclamações, estão presentes em nossas lojas, e essa é uma das buscas. Se eu tiver que colocar para a senhora o que é que vocês estão fazendo de concreto para poder ter esse alcance, a capilaridade desse alcance que não é fácil, a senhora pode dizer: *O senhor como presidente pode ter esse propósito, aempresa como um todo; os colaboradores da empresa*. Uma das decisões em relação a isso foi o que eu comentei de trabalhar com eletricistas próprios na atividade emergencial. Que é a atividadeque só ocorre no momento de uma falta. E estando treinados não apenas na parte técnica, mas também na relação com o cliente, na interação com o cliente. Esse,em minha opinião, esse é um dos grandes passos. Esse número de profissionais que não é pequeno; nós temos quase 800 já contratados, e o compromisso de nos próximos três anos contratar mais 1.750. Não apenas contratar. Contratar tendo passado por aquele Centro de Formação e Treinamento que eu comentei, com uma formação robusta para atuação na linha de frente da empresa. Então nós achamos que esse é um passo relevante.

SRA. DEPUTADA LIA GOMES (PDT): Bom, se eu entendi bem, então uma das principais causas são demissões que foram feitas das pessoas especialistas que vinham desde o tempo da Coelce? A gente ouviu aqui o sindicato, o Sindeletro e foi uma das denúncias que eles nos trouxeram: A demissão de vários funcionários de carreira, altamente preparados durante ao longo dos anos e que foram substituídos pela terceirização nem sempre tão bem preparados.

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Nós não tivemos demissão em massa nos últimos anos. Mas a gente tem periodicamente Planos de Demissões Incentivadas e Planos de Aposentadoria Incentivados, onde o profissional pode optar ou não. Então essa é uma renovação que eu diria que ela é natural. Mas eu afirmo, sem nenhum receio, que um dos diferenciais da ENEL-Ceará continua sendo o seu quadro de colaboradores.

SRA. DEPUTADA LIA GOMES (PDT): Bom, a gente escutou aqui também, acho que o Deputado Bruno vai falar disso com maior propriedade do que eu, mas a gente escutou denúncias de vários setores econômicos mostrando que a ENEL, hoje, funciona como uma trava ao desenvolvimento do nosso Estado. Por exemplo, no Setor de Energia Renováveis. Eu vou deixar aqui para o Deputado Bruno falar.

Eu gostaria de saber o que é que a ENEL pretende tomar de medidas, assim, mais a curto prazo: são hotéis que têm deixado de se instalar no nosso Estado; são empresas que estão indo embora porque não conseguem nem uma análise de projeto, isso também tem sido uma coisa que aparece a demora da ENEL em analisar um projeto. E eu gostaria de saber. E pra mim isso é uma coisa emergencial, porque o nosso Estado é carente; a gente não pode perder mais empregos porque são empregos difíceis. O Governador Elmano vem aí fazendo um esforço grande para trazer empresas. *Eu gostaria de saber o que é que a ENEL pretende, a curto prazo, fazer para resolver esse problema?*

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Eu vou dividir em dois segmentos. Eu acho que uma das colocações da senhora é a mesma que a Deputada Gabriella de certo modo colocou que é como atuar mais rápido para esses empreendimentos que estão se instalando. E o nosso compromisso tem sido esse de maior agilidade, mas também de maior conhecimento sobre a demanda do cliente, sobre o processo do cliente, sobre a necessidade. E nós temos prazos regulados. Mas o que eu tenho mais pregado é: *Não vamos nos apegar nos limites dos prazos regulados, vamos ser mais ágeis.* A senhora tem razão, e quem está se instalando necessita de fornecimento, necessita de resposta mais rápida.

Já com relação à Energia Renovável a microgeração, há um fato, deputada, nós interagimos muitas vezes com relação a isso, há um fato que é o seguinte, primeiro que existe também uma

Regulação. O Setor de Distribuição de Energia era muito menos complexo. Você tinha geração, transmissão, distribuição e o consumidor. De repente começa a ter uma complexidade muito maior. O consumidor tem momentos que pode ser consumidor e tem momentos que ele pode ser um fornecedor de energia. Isso trouxe uma complexidade maior para a Rede. E ocorre que parte dessa energia que transita na Redetinha um custo que não era assumido por aquele que estava se beneficiando, era assumido pelos demais consumidores. Isso ocorreu até o limite de 7 de janeiro. Então houve uma corrida muito grande. Não foi apenas a ENEL-Ceará, todas as Distribuidoras de energia no País foram assoberbadas por projetos de Geração Distribuída, para aproveitar essa janela onde havia esse benefício. A partir de 7 de janeiro começou a ser mais diluído no tempo essa demanda. O que é que ocorre? É que muitas vezes para poder injetar na Rede uma Geração Distribuída tem que ser construída uma nova Rede, e os orçamentos deram saltos, não apenas como eu estou falando na ENEL-Ceará, mas no Brasil todo, principalmente na Região Nordeste. Mas ainda assim nós somos eu acho que hoje a terceira que tem mais Geração Distribuída no Nordeste. Então, em minha opinião, esse tema é algo a ser enfrentado como setor, uma Distribuidora só não, em minha opinião, não conseguirá superar esse desafio.

Agora o desafio das obras a senhora tem razão. Os nossos tempos não atendem a expectativa e precisamos ser mais ágeis, sem dúvida nenhuma, estamos buscando ser mais ágil, e conhecer mais as demandas dos clientes, de todos, mas eu diria até que em especial dos poderes públicos como à senhora bem citou o governador, o prefeito.

SRA. DEPUTADA LIA GOMES (PDT): Uma das coisas que apareceram aqui também, muito, foi a questão que a Gabriella até já citou aí. Eu queria falar aqui do caso de Sobral. Nos últimos três anos foram 31 Ações contra a ENEL só para inaugurar equipamentos. Sobral construiu 11 Escolas e só conseguiu a ligação da energia na Justiça; 4 Postos de Saúde, enfim, Secretarias, Câmeras de Segurança, Estações Elevatórias, isso pra mim é um problema muito grave.

E dentro dessa perspectiva o senhor falou aqui que na Região de Sobral, eu anotei aqui, estão sendo preparadas duas turmas de 74 pessoas, eu já fiquei animada e estava aqui me preparando para perguntar se era para a Região de Sobral ou só para a cidade de Sobral. Mas o senhor já me desanimou, dizendo que a ENEL não vai absorver todas essas pessoas. *E eu gostaria de saber essa informação, se o senhor tem a informação de qual é o percentual, e essa outra minha dúvida, essas pessoas irão, as que serão absorvidas esse percentual, elas ficarão em Sobral para atender Sobral ou serão funcionários regionais?*

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição Ceará): Os 74 que estão em formação serão não apenas para a cidade de Sobral, mas ali para o entorno de Sobral, digamos para grande Sobral que pega algumas cidades no entorno. E depois terão outras turmas sendo formadas. Nós estamos, deputada, agora nesse processo com Sobral de tornar todo o Atendimento Emergencial com colaboradores próprios, está iniciando esse processo. Posso até depois passar para a senhora dados mais precisos, olha até data "X" entra tantos funcionários.

Eu confesso para a senhora que eu já falei antes, eu havia falado antes com o prefeito de Sobral no sentido de buscarmos... Nós fizemos uma mudança em Sobral de vários gestores; tem alguns gestores em Sobral atualmente que são novos, e a ideia realmente me incomodava particularmente muito antes, e agora me incomodará mais ainda que o Município de Sobral, para qualquer obra que necessite ser conectada, busque o Judiciário. Isso pode ficar certo que não é algo que...

SRA. DEPUTADA LIA GOMES (PSD): Sobrecarregando a nossa Justiça que já é tão sobrecarregada.

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Sobrecarrega a Justiça. Eu acho que poderia... temos aí algo a ser conquistado.

SRA. DEPUTADA LIA GOMES (PSD): É. Inclusive queria ressaltar aqui uma parte. Teve uma dessas Ações que o juiz teve que dar voz de prisão, quer dizer, a prefeitura solicitou que fosse dada uma voz de prisão para o funcionário. Eu aproveito para dizer para o senhor, como é que o senhor se sentiria... o senhor veio e compareceu aqui hoje com *habeas corpus*, como é que o senhor se sentiria no lugar desse funcionário que foi ameaçado de se preso por uma coisa que ele não... enfim, efetivamente ele não tinha culpa?

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Sem dúvida, é uma situação péssima, sem dúvida nenhuma.

SRA. DEPUTADA LIA GOMES (PSD): Um dos dias aqui das nossas Oitivas, que a mim pessoalmente me causou mais indignação, foi o dia que a gente ouviu um advogado de vítimas fatais de acidentes da ENEL, não de funcionários, que esse foi outro dia. Mas pessoas do povo, pessoas, crianças de quatro anos de idade que foram mortas pela queda de cabos de alta tensão. E aí eu queria fazer dois questionamentos ao senhor. Porque é que mesmo o advogando entra pedindo uma indenização, a Justiça manda reduzir muito; nenhum dos processos que estavam aqui estavam pedindo mais de 60 mil reais por uma vida, inclusive de pessoas que era o único provedor da casa. A gente aqui ficou muito emocionada com uma pessoa que compareceu, representando as vítimas, uma moçaque perdeu o pai e a mãe aos nove anos de idade; os pais foram salvar o irmãozinho de quatro, e os dois morreram. E até hoje

a ENEL vem recorrendo reiteradas vezes e nunca pagou. A moça está com 25 anos, ela tinha nove e hoje ela está com 25 anos. *Eu queria saber isso: O que é que o senhor acha desse problema? Porque a ENEL simplesmente não paga o valor irrisório para ela? Para quem teve aí um lucro de 640 milhões no ano de 2022, um valor de 60 mil reais para essa família?*A família foi destroçada; os irmãos tiveram que ser divididos; eram pessoas carentes e não conseguiram ficar juntos. E ela disse que até hoje ela não tem contato com o irmão; perdeu a intimidade, não cresceram juntos. Isso foi uma coisa que nos deixou muito indignados.

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Eu me comprometo com a senhora de aprofundar. A senhora está trazendo alguns elementos que eu não tinha conhecimento, de aprofundar e lhe dar um retorno sobre esse processo.

SRA. DEPUTADA LIA GOMES (PSD): Outra denúncia que foi até trazida aqui pelo Presidente da CPI, Fernando Santana, dando conta de que as pessoas ficam na fila para conseguir uma ligação. Eu tenho inclusive um amigo que teve que fazer um gato da casa dele para um empreendimento dele que era do lado, porque só era puxar aquele fio para o quadro de luz, e ele fez. É um "gato" (entre aspas) porque ele puxou dele mesmo para um único relógio, enfim. Mas a gente recebe denúncias aqui, o Ministério Público, segundo o presidente, confirmou que isso é recorrente não é novidade, que pessoas da ENEL fazem essas ligações de maneira particular, cobrando uma taxa do cliente, mas isso, de alguma maneira, no mês seguinte entra no Sistema da ENEL e as contas passam a chegar de maneira regular. Eu gostaria de saber a sua opinião: *Como é que isso está ocorrendo? Como é que uma coisa clandestina entra dentro da Rede oficial da ENEL?*

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Posso contribuir, deputada?

SRA. DEPUTADA LIA GOMES (PSD): Pois não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): A denúncia, Sr. Nunes, é que determinado cidadão precisa da energia elétrica no seu terreno, na sua casa, na sua propriedade; o vizinho do lado tem energia; o vizinho do outro lado tem energia e o vizinho da frente também tem energia, e só ele que não tem. O prazo que a ENEL pede para ligar a energia dele, eu vou chutar aqui que eu não lembro o prazo real, 36 meses, e ele não pode esperar aquele prazo, tendo em vista a proximidade da Rede da casa dele, e vai lá uma pessoa, um profissional com o crachá da ENEL e oferece esse serviço particular, o conhecido *por fora.* E ele termina se sentindo obrigado a fazer isso, tendo em vista a necessidade da energia elétrica. Então ele paga o por fora, três, quatro dias depois ele compra o poste; essa pessoa vai lá e liga a sua energia, e quando é o final do mês o que chega a sua casa,

na sua residência é a fatura da ENEL comprovando que ali seria mesmo o servidor da ENEL. Então isso são denúncias recorrentes aqui; tem no Ministério Público, teve aqui conosco. E ao que me consta é de conhecimento de todos da ENEL também. Então só para colaborar com a pergunta da Deputada Lia.

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Nós temos, Deputada Lia e Deputado Fernando Santana, uma auditoria aberta sobre esses casos, e a ideia é aprofundarmos esta averiguação.

SRA. DEPUTADA LIA GOMES (PSD): Alguém já foi punido por isso?

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Já. Já teve casos de pessoas desligadas por algo, eu diria não exatamente isso, mas algo semelhante. Nós temos 10.650 profissionais trabalhando. Então eu diria que a maioria absoluta é idônea, trabalha dentro dos princípios éticos, mas eventualmente, quando tem alguma distorção é apurado e são tomadas severas medidas, dependendo da falha.

SRA. DEPUTADA LIA GOMES (PSD): Para finalizar aqui, eu gostaria de saber uma informação sobre a contribuição da Iluminação Pública que ENEL tem que repassar para as prefeituras. Esse também tem sido objeto de uma auditoria em Sobral. Para citar aqui, Sobral teve de 2017 a 2022, uma expansão de 25%, 1/4 da população de unidade consumidoras a mais. Mas a taxa de repasse para a prefeitura da CIP permanece estável. Tem algumas coisas, Dr. Nunes, que fica difícil de a gente entender, porque são coisas que deveriam funcionar de maneira regular.

Assim, eu aproveito a pergunta para falar de uma escola pública de Sobral que teve um corte, não pelas contas estarem atrasadas, mas pela prefeitura estar discutindo com ele, já solicitada esse atendimento, a cobrança de taxas indevidas, de contas erradas, faturas duplicadas e a escola teve a energia cortada; duas mil crianças ficaram sem alimentação; houve perda dos insumos, porque ficou ali a refrigeração sem funcionar. Eu não consigo entender isso. Não existe um cadastramento das escolas, dos equipamentos que não podem ter a energia cortada? Porque a ENEL comete erros tão primários, que são coisas que eu acho que não precisa chegar aí nesse ponto do seu um bilhão para evoluir na qualidade de atendimento ao consumidor?

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Deputada, eu diria em princípio que escola não pode ser cortada nem por essenem por outros temas. O único fato que leva suspensão de uma escola é se tiver algum comprometimento de segurança e ponto. Então foi um erro.

SRA. DEPUTADA LIA GOMES (PSD): Mas está acontecendo.

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Se foi cortada, foi um erro. Vou aprofundar para averiguar. A contribuição de Iluminação Pública que a senhora comenta é algo que normalmente não é questionado, eu diria que é um processo, para gente é um processo muito transparente com o município. Eventualmente, quando se tem projetos de Eficiência Energética de maior porte, com alguns municípios maiores, eu até já discuti esse tema, às vezes você tem impacto, tem reduções, e aí o tempo com que isso é implantado às vezes pode ser questionado pelo município, mas depende de uma interação municipal. Mas número de pontos de luzes se não tem uma fronteira que está em discussão com outro município, - eu estou partindo da primícia que não é o caso, - é um processo para gente transparente e que funciona bem. Então me comprometo com a senhora em averiguar esse caso.

SRA. DEPUTADA LIA GOMES (PSD): Pois é. E aqui eu queria finalizar aqui dando a dica, tinha um prefeito aqui, para alguém que esteja nos escutando, deputados tem muita ligação com os prefeitos. Sobral contratou uma auditoria, em apenas um ano em relação à ENEL, a ENEL já reconheceu a dívida fora o que ainda está em disputa por classificação tarifária, cobranças indevidas, um milhão e 500 mil reais a Prefeitura de Sobral vai receber a partir dessa auditoria. Então eu imagino que Sobral não seja objeto de perseguição.

Eu queria finalizar aqui sugerindo que outras prefeituras, porque eu acho que a gente precisa pressionar a ENEL. A gente não pode se conformar em pensar no futuro. No final da administração do Cid, ex-governador Cid Gomes, eu me lembro de ter ido à inauguração do hospital em Quixeramobim. Você lembra ai Fernando que ano foi o último Governo do Cid aqui? 2014, há dez anos. O hospital, um Hospital Regional, um prédio de quatro, cinco andares foi inaugurado com gerador, porque durante a obra toda não se conseguiu que a ENEL fizesse a ligação. Então, muito obrigada. Essas são as minhas considerações.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Esta presidência agradece a colega Deputada Lia. E antes de passar ao próximo deputado para fazer seus questionamentos, também lembrando à deputada que ao longo da reunião, da Sessão, ela poderá fazer outras perguntas, outros questionamentos.

Senhor Nunes, eu vou lhe fazer uma pergunta, e peço bem objetividade sim ou não. O senhor está aqui hoje municiado por um *habeas corpus*, o que é de direito. O senhor estava com medo de ser preso? Se estava, qual o motivo disso?

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Absolutamente não, deputado. Nós temos como Recomendação do nosso Jurídico, dependendo da forma, se é convocação ou se é convite, ter precaução judicial. Mas não tenho nenhum receio, assim como não me negarei a responder nada que tenha conhecimento, com toda veracidade.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Passo a palavra. Muito obrigado pela resposta. Passo a palavra, por permuta, ao colega Deputado Danniel Oliveira.

SR. DEPUTADO DANNIEL OLIVEIRA (MDB): Deputado Fernando, senhores deputados aqui presentes, imprensa, Dr. Nunes, a todos que estão aqui da ENEL. Eu serei extremamente breve, até para não ser redundante aqui já nas perguntas e nas respostas que já foram aqui proferidas. Mas eu gostaria de falar sobre dois pontos que eu acho que é essencial. Eu acho que tudo isso que nós estamos hoje sofrendo aqui no Estado do Ceará é fruto de uma falta de investimento, claro, por falta da ENEL. E essa falta de investimento vai desde a contratação do colaborador, desde uma estruturação da RedeElétrica, porque nós sabemos que os problemas aonde acontecem são problemas recorrentes. Nunca é um problema isolado aonde aconteceu, foi resolvido e não acontece mais. Não é isso que tem acontecido em relação a esses problemas. Denúncias que chegam; da experiência própria nossa, e eu tenho algumas experiências com a ENEL e nenhuma delas agradável, e isso é um exemplo.

Eu acho que o senhor falou aqui de que a ENEL estava numa pauta da imprensa, e uma pauta que recorrente, e que isso obviamente fazia com que todos já olhassem para a ENEL com esse olhar ruim. Mas eu faria uma diferente colocação em relação a isso, Dr. Nunes, que na verdade nós estamos sem aguentar mais os problemas que a ENEL vem criando ao longo desses últimos anos. E isso faz obviamente com que nós aqui cearenses, e não vou falar dos exemplos de outros Estados, mas está bem claro aqui para nós cearenses, é que são problemas que infelizmente não foram solucionados. E claramente,em minha opinião, por falta de investimento da ENEL.

Foi falado aqui da lucratividade anual da ENEL; daquilo que foi proposto para fazer de investimento, mas claramente não aconteceu. Mas, assim, claramente, não vou condenar o senhor, até porque eu sei que o senhor assumiu agora, recentemente, poucos dias atrás, e as informações que eu tenho pessoal de vossa senhoria são todas excelentes, de que o senhor é um grande profissional, e conhece bem a Companhia, conhece bem a questão elétrica do Estado do Ceará, até pelo tempo que o senhor tem à frente e trabalhando com as questões elétricas aqui no Estado do Ceará, desde quando foi Superintendente, salvo engano, da Coelce. Salvo engano, eu tive essa informação hoje, 2002, salvo engano, ou 94.

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): 94.

SR. DEPUTADO DANNIEL OLIVEIRA (MDB): 94, quando ele foi Superintendente em 94. Então a experiência do senhor em relação à ENEL, para todos nós, é uma coisa que eu já vejo como um lado de esperançade que o senhor possa mudar a realidade da ENEL hoje e não enxergue com um olhar do cearense não. Eu sei que o senhor é cearense, mas um olhar do cearense para com a empresa, não. Na verdade é um olhar da realidade, daquilo que nós hoje sofremos em relação aos serviços prestados pela ENEL.

Eu já cheguei a ver o Governador Camilo Santana, eu dentro da sala do Governador Camilo Santana, ele ligar para pedir, por favor, a um ex-diretor da ENEL, eu não vou citar o nome por respeito a ele, e ligar para ele para pedir 'por favor' para que ele ligasse ali, salvo engano, em Brejo Santo, uma Policlínica que estava há mais de um ano aguardando para ser inaugurada por falta da ligação da ENEL.

O que eu queria pedir na verdade ao senhor é que alguns pontos o senhor pudesse rever dentro da empresa. Não vou fazer aqui nenhum tipo de cobrança, porque acredito que todos os colegas já falaram aqui, eu me sinto contemplado pelos colegas, mas primeiro de priorizar esses equipamentos de saúde, criar alguma forma, algum compromisso até com essa CPI e essa Casa, de um prazo que não seja da forma como hoje é, para que priorize principalmente esses equipamentos de saúde para a ligação. Não faz sentido um equipamento de saúde passar mais de um ano para ser feita essa ligação. E também acompanhado a isso os órgãos púbicos, porque eu também já vi praças, equipamentos públicos ali não serem inaugurados, às vezes, perde, tem que ser reformado porque não teve tempo de inaugurar e reformar para poder entregar a sociedade por causa de um tempo também aí de demora da ENEL para ser ligado.

Outra questão que eu pediria ao senhor é que de fato vá para dentro, acompanhe essa questão dos Canais de Atendimento. Há hoje uma reclamação muito grande de cortes indevidos, uma reclamação muito grande do tempo, para que depois do corte seja religada aquela energia. E o senhor sabe que dentro de uma casa ficar sem energia, sem água é algo que a gente não pode nem imaginar o sofrimento, principalmente de uma família mais carente. Eu peço de fato ao senhor que veja essa questão desses tempos de atendimento. Já vi ai que a ENEL está contratando; contratou salvo engano mil e poucos colaboradores a mais, mas eu acredito que precisa de um investimento muito maior por parte da ENEL, principalmente em melhoria de transmissão, porque algumas áreas, se o senhor for puxar, e eu sei que o senhor conhece a fundo, os problemas são recorrentes.

Então a minha fala nessa tarde de hoje é mais nesse sentido de um pedido, e na esperança que eu tenho em cima do nome do senhor dessa mudança que possa acontecer da ENEL, porque de fato nós não aguentamos mais, nós cearenses não aguentamos mais esse descaso que vinha acontecendo; vou botar esperança de que o senhor possa mudar isso, esse descaso da ENEL com nós cearenses. Nós não podemos aqui servir apenas de alguém que paga uma conta e o lucro vai todo embora para outros países, e a gente fique aqui só na esperança de que venham dias melhores. Essa é a minha participação. Já encerro aqui agradecendo ao Deputado Felipe que fez aqui uma permuta comigo.

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Agradeço as colocações, deputado. E tenho o compromisso de buscar, o senhor deu uma boa sugestão aí de priorização. Nós temos essa priorização no Atendimento Emergencial; tem uma escala de prioridades: equipamentos de saúde, eletros-dependentes, órgãos públicos, e vai até chegar lá ao consumidor individual.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Antes de passar aqui ao próximo deputado inscrito, agradecendo ao colega Deputado Danniel Oliveira, e já parabenizar o Deputado Danniel Oliveira, porque é uma generosidade imensa; um coração... e é que eu acho que o meu coração é bom, mas o seu eu vi que hoje é melhor do que o meu, porque eu não acredito nessa melhoria da ENEL. Eu disse já aqui em várias entrevistas, disse no início hoje: Eu não acredito. Infelizmente é o sentimento da população é o meu sentimento como cidadão cearense. E acho que para que o povo generoso do Ceará possa dar um voto de credibilidade a ENEL precisa melhorar em algum aspecto, em algum local seja no interior, seja na capital, seja no litoral. É o que nós estamos perdendo todo dia aqui pelo nosso povo é paz das suas residências; são aqueles que têm um emprego em uma indústria, em um fábrica; é o turismo que é tão forte aqui no nosso Estado do Ceará e que tem perdido recurso; a economia tem perdido com isso; o desenvolvimento do Ceará tem perdido com isso. E claro, claro que a gente enxerga uma luz no fim do túnel. Mas com todo o histórico, tudo que tem acontecido, tudo que a comissão que estudou o Contrato de Concessão, trabalhou aqui mais de um ano, tudo que essa Comissão Parlamentar de Inquérito tem escutado como denúncia, tem acompanhado, dá um desânimo muito grande e uma descrença muito grande a essa empresa aqui no Estado do Ceará.

Eu não acredito só que a mudança do presidente aqui no Estado do Ceara, no Brasil e parece-me que até sênior da Itália vá mudar. O comportamento eu acredito, a pessoa tem vontade, e ninguém é igual, tem perfis diferentes, mas se não tiver uma política da empresa de seriedade, nada vai mudar aqui no Estado do Ceará.

Passo a palavra ao Deputado Felipe Mota para fazer os seus questionamentos.

SR. DEPUTADO FELIPE MOTA (UNIÃO): Muito obrigado, Presidente Fernando Santana, em nome de Vossa Excelência eu quero parabenizar todos os deputados e autoridades aqui presentes. Mas eu vou fazer rápida a minha fala, e vou dividir em dois momentos. Vou dividir na defesa do consumidor e vou dividir no setor produtivo, para a coisa poder fluir melhor.

O que nós estamos vendo hoje, as Oitivas que foram feitas na CPI, são problemas recorrentes inclusive com Parlamentares. O que gera o descrédito, por muitas vezes, em qualquer empresa, aqui não quero apontar uma metralhadora exclusivamente para a ENEL, porque nós temos aí um número de situações que são levadas à Comissão de Defesa do Consumidor, e esse Relatório é apresentado a todos os deputados. Mas por muitas vezes o pequeno, que são aqueles que eu posso dizer que tem um bico de luz, que tem um esforço para ter uma geladeira, para ter uma TV, para ter uma antena parabólica no sertão, para o produtor rural que por muitas vezes necessita do resfriador de leite, são nesses aí que os problemas geram uma comoção no Estado do Ceará. São os pequenos, os consumidores.

Eu pergunto aqui pra ti, Nunes, eu quero começar perguntando para você, mas eu tenho pergunta para os outros dois. Perguntar até para fazermos aqui um pingue-pongue mais rápido, para os outros colegas terem o mesmo tempo.

Eu gostaria de saber se nesse novo planejamento que Vossa Excelência está tendo para o Estado do Ceará; já fez o anúncio aqui de que em três anos nós vamos ter para investimento cerca de um bi e meio de reais, - é o que está anunciado inclusive nas Redes Sociais, - e se dentro desse um bi e meio a política da neoindustrialização que está sendo levada inclusive do hidrogênio verde, do nosso Estado que está sendo anunciado nos quatro cantos do Brasil, não só no Estado do Ceará, está dentro desse pacote. Porque o que se traz aqui para o Ceará é que se nós tivermos energia mais barata, vocês vão adquirir isso e isso vai chegar à ponta para ser mais barato.

Hoje foi dado um desconto autorizado pela ANEEL de 3,10 nas contas dos consumidores. A notícia chega até fortalecida. Mas o que confunde por muitas vezes o cidadão lá na ponta é assim: *Por que essa notícia chegou bem pertinho, na hora que a ENEL estava fazendo as suas explicações dentro da CPI? Porque a ENEL anunciou esse avanço, essa troca de presidência, bem próximo da Oitiva da ENEL na CPI contra a empresa?* São essas coisas que por muitas vezes nós somos questionados nos corredores, por funcionários. Nós tivemos um dia dentro do Plenário, Nunes, uma funcionária que chegou com as contas pagas, as contas pagas e a sua energia tinha sido cortada. E automaticamente nós

fizemos uma Ação para ver se conseguiria fazer a ligação de uma servidora nossa. Foi um caso assim rápido.

Então eu te pergunto: Como é que vocês vão procurar melhorar a imagem da ENEL, e o Deputado Fernando está descrente, eu estou descrente, o Estado do Ceará está descrente? Como é que Vossa Excelência vai conseguir fazer isso? Como é que Vossa Excelência vai conseguir chegar lá na ponta? Porque quem chega lá na ponta é aquele que está lá na lojinha, como a prefeita de Hidrolândia foi questionar Vossa Excelência, para dizer assim: *A minha televisãozinha queimou*.

Outra problemática, na área da saúde. Por muitas vezes chegam aqui denúncias de pessoas que, não sei se por falta de capacitação, se por falta de qualificação desses profissionais, mas o profissional chega lá e diz: *Eu vou desligar tudo aqui.* E tem uma ordem judicial dizendo que o cara não pode desligar em virtude de ter um paciente numa residência. Já aconteceu de tudo, Nunes, aqui. Aqui chega de tudo na Assembleia Legislativa, porque aqui é a Casa do Povo, as pessoas têm mais acesso aos políticos, essa é que é a verdade. Uma reclamação de um prefeito, de um secretário, do setor produtivo. A Federação da Agricultura me liga praticamente semanalmente para nós colocarmos posicionamentos em relação ao setor produtivo.

Então eu quero que você me responda primeiro do consumidor. O que é que na verdade, desse um milhão e meio vai conseguir melhorar o consumidor? Depois eu vou para o setor produtivo que eu tenho um pergunta para fazer pra ele em relação ao Hidrogênio Verde.

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Ok, deputado. O senhor deu aí um *overview* bem amplo. E eu diria o seguinte, como eu havia comentado desse nível de investimento, aproximadamente 70% são pra novas ligações. Entre essas novas ligações, não apenas a ligação, mas obras que contemplam novas ligações, obras de extensão de Rede principalmente. Tem uma parcela que está associada, e como o senhor comentou Hidrogênio Verde, energia, nós no passado, no Ceará, nós tivemos uma redução das obras de investimento de infraestrutura e grande supridoras obras de transmissão.

SR. DEPUTADO FELIPE MOTA (UNIÃO): Que ano? Só para gente poder... Em meados, que ano?

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Obras de transmissão...

SR. DEPUTADO FELIPE MOTA (UNIÃO): Em meados, que ano?

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Há muitos anos, há umas duas décadas...

SR. DEPUTADO FELIPE MOTA (UNIÃO): 20 anos, vamos considerar.

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Com a quebra daquela Empresa Abengoa, que tinha um compromisso de algumas subestações. São subestações de transmissão, não são subestações da Distribuidora. Mas a Distribuidora tem obras complementares. Então dentro desse nível de investimento estão contemplados os três novos pontos de suprimentos que estarão sendo colocados no Ceará que tem aver com o que o senhor fala. Eu acho que vai ser muito importante para o tema do escoamento da energia renovável para o Hidrogênio Verde. Isso eu sei que o Estado do Ceará acompanhou no detalhe os últimos leilões, e nesses últimos leilões, o governador inclusive já anunciou nesses últimos leilões, foi muito contemplado o Estado do Ceará. Nós teremos obras complementares que estão dentro desse pacote.

Agora o senhor falou uma coisa: o consumidor pequeno e o consumidor rural que liga com frequência para o senhor. Eu já tive uma reunião, aquele encontro do pessoal do agro com a Federação da Agricultura, representantes do setor, a última eu estava presente. Alguns temas já estão sendo endereçados com eles. Eu digo o seguinte, a gente tem que buscar fazer o macro, mas não pode descuidar do micro também, do pontual. Então ali, alguns produtores tinham problemas graves, específicos localizados e a gente já teve em decorrência da reunião lá do Agropacto, daquele almoço, eu acho que é mensal que é feito, eu fui convidado e fui, em decorrência já tivemos algumas tratativas para avançar com a solução para contemplar esses casos específicos. Então essa proximidade é que eu falo que ela não é uma verbalização, é uma prática, e uma prática no dia a dia.

Com relação ao pequeno consumidor, a percepção do pequeno consumidor, eu acho que uma das primeiras percepções, alguns processos que foram comentados aqui, são processos que requer maior agilidade. Praticamente todos os deputados que se manifestaram colocaram esse tema da agilidade, que é uma meta nossa é agilidade nos processos. E outro, é aquele momento de maior apreensão com relação à energia quando você tem falta da energia. E em função disso é que nós estruturamos e estamos contemplando profissionais próprios e bem preparados para essa lida com o consumidor lá na ponta. Nós achamos que isso será a primeira percepção de mudança que virá, será essa aí.

SR. DEPUTADO FELIPE MOTA (UNIÃO): Deixa eu ir para o macro aqui. Nós estamos há 25 anoscom a Concessão, até 2028 então estamos aí partindo para 26 anos de Concessão. O senhor sabe quanto a ENEL já arrecadou nesses 24 anos? Você tem essa resposta ou pode fornecer a resposta pra gente agora?

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Como eu comentei no início, é uma resposta, eu não tenho o número aqui para lhe dar, mas é uma resposta fácil de obter, e eu lhe mandarei, e publicada e auditada internae externamente, anualmente, em função de ser uma empresa de capital aberto listado em bolsa com 26% dos acionistas, muitos dos quais cearenses. Então é muito fácil de lhe passar essa informação.

SR. DEPUTADO FELIPE MOTA (UNIÃO): Eu queria que Vossa Excelência me passasse: Quanto a ENEL arrecadou durante a Concessão até o dia de hoje; e quanto a ENEL já investiu no Estado do Ceará nesse instante. Eu preciso saber desse dado justamente para gente ver que média é essa; inclusive essa média de 20 anos que Vossa Excelência disse que teve um pouco, deu uma parada nos investimentos. Eu preciso saber dessa informação.

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Eu não me fiz entender. O que eu coloquei o seguinte, o que está ocorrendo agora com o Estado do Ceará sendo contemplado nos leilões de transmissão, que será importantíssimo para o Estado, dentro das perspectivas de um novo desenvolvimento com o renovável Hidrogênio Verde, lá atrás, há muitos anos, depois eu posso precisar para o senhor, houve um leilão de transmissão que uma empresa transmissora entrou em falência e isso retardou esses investimentos no Estado. Não são investimentos da ENEL são investimentos de uma transmissora.

SR. DEPUTADO FELIPE MOTA (UNIÃO): Eu queria perguntar para o Dr. Charles o seguinte, uma pergunta importante para o setor produtivo. Nós estamos vendendo que o Estado do Ceará, que representa 2% no PIB do País, ele precisa de um tripé para a indústria poder crescer que é energia, água e logística. Nós temos, graças a Deus, com o erro da Funceme, a água garantida para esses dois próximos anos. Nós temos uma logística acontecendo, inclusive com duplicação de rodovias analisadas e autorizadas pelo Governo Federal. E eu te pergunto o seguinte: o Estado do Ceará, uma resposta rápida, nós vamos estar preparados para ter esse aumento da indústria para o crescimento de novos distritos industriais no interior do Estado, para nós fazemos a interiorização da indústria cearense quando em relação a essas linhas de transmissão que foram licitadas agora? Eu queria saber isso de Vossa Excelência, porque eu acho que interessa ao setor produtivo inteiro e uma estratégia de governo, dos governos, para os próximos 20 anos?

SR. CHARLES DE CAPDEVILLE (Diretor de Operações de Infraestrutura e Redes da ENEL Distribuição-Ceará): Deputado Felipe Mota, respondendo rápido: sim. Como é feito planejamento do sistema? Então tem a empresa de Pesquisa Energética do Governo Federal, ela vê o crescimento no

Brasil como todo. A partir daí, como o Dr. Nunes falou, ela faz os leilões de transmissão, e o Ceará foi nesse último: dois lotes; uma empresa ganhou e eles vão construir essas Linhas; e todas essas Linhas de subestações que são construídas, depois nós, depois não, no decorrer, a gente constrói as Linhas para tirar energia desses Pontos de Entrega.

O ponto importante aqui, e o Dr. Nunes vem fazendo esse trabalho muito importantesabermos com antecedência. Vai ter um polo industrial e tal região. Ok! Eu tenho capacidade de atender lá. Se eu não tenho, eu preciso construir as Linhas. Então antecedência disso, e a gente faz esse planejamento junto com a equipe aqui, a gente se planeja. Dentro desse 1.5, 1.6 bilhões nos próximos anos, tão contempladas, acho que a gente chama os Investimentos de Infraestrutura para que seja contemplado e que tenha a capacidade de fornecimento.

Concordo plenamente que sem energia você não tem o crescimento do Estado, você é impeditivo, e nós estamos preparados para fazer isso. No ano passado a gente fez seis Subestações novas no Ceará, estamos construindo nesse ano mais três Subestações, fora que, por exemplo, tem uma empresa lá no Crato que tem um novo ponto de conexão com a transmissora, e nós estamos construindo as Linhas para aliviar lá e melhorar na Região Sul. Então a transmissora coloca, a gente coloca. Então a resposta é sim, estamos preparados e temos o planejamento. A gente faz um planejamento...

SR. DEPUTADO FELIPE MOTA (UNIÃO): O tempo, o tempo, o tempo dessa transmissão para o Ceará, para o setor produtivo saber quando é que ele vai poder usar isso. Qual é o tempo disso aí? Cinco anos, seis anos?

SR. CHARLES DE CAPDEVILLE (Diretor de Operações de Infraestrutura e Redes da ENEL Distribuição-Ceará): Esse último leilão, no máximo cinco anos vai estar tudo pronto. Esse último leilão. Só que têm leilões que foram feitos cinco anos atrás que estão entrando. É o exemplo que eu estou dando o Crato que tem uma transmissora que está terminando a Subestação lá, e nós já fizemos as Linhas de Transmissão para aliviar as que estão carregadas e para atender as novas demandas.

Então o plano, só completando, Deputado Felipe, o planejamento é feito de duas formas: decenal, quinquenal e depois as revisões anuais. Estão isso já está no quinquenal tudo colocado e a gente está trabalhando.

SR. DEPUTADO FELIPE MOTA (UNIÃO): Posso fazer uma pergunta para o senhor? É o seguinte, a Federação da Agricultura e a Federação da Indústria do Ceará tem acesso a essas informações rapidamente? Vocês se conversam, vocês passam isso para que eles possam fazer um planejamento futuro ou só se ele requerer a vocês?

SR. CHARLES DE CAPDEVILLE (Diretor de Operações de Infraestrutura e Redes da ENEL Distribuição-Ceará): Nós temos informação, nós podemos passar, mas é importante que eles queiram para a gente poder ter essa visibilidade também. O planejamento desse cenário quinquenal, isso é público, e a gente vai fazendo os demais. Então creio que sim, mas eu vou verificar, eu não tenho certeza, mas seria muito interessante, se eles têm uma demanda e estão pensando em investir, crescer, nos avise que a gente corre para atender também.

SR. DEPUTADO FELIPE MOTA (UNIÃO): Então, eu me sinto contemplado com a resposta. Então, alô! cearense, nós só vamos ter transmissão preparada para o nosso Estado em cima dos leilões que aí estão, entre dois e cinco anos. Então nós temos que nos preparar, temos que correr, até porque nós não podemos estar assinando diversos protocolos se nós não temos a capacidade de fazer essa interligação paralela. Protocolo é uma situação importante para que os investidores cheguem ao nosso Estado, mas nós precisamos de mais; que vocês conversem ou então passem isso até adiante, ao Secretário de Desenvolvimento Econômico, a quem está na ADECE, aos municípios que querem crescer na indústria cearense. Nós deixamos de trazer uma grande indústria de leite, um laticínio aqui para o Estado porque ele teve medo da capacidade de energia. E você sabe que um laticínio sem energia, se passar um dia vai embora o sistema dele. Então ele ficou com essa preocupação. E aí eu estou lhe fazendo essa pergunta justamente para ele ter a certeza de que não dá para ele se preparar para implantar no próximo ano. Não dá!

SR. CHARLES DE CAPDEVILLE (Diretor de Operações de Infraestrutura e Redes da ENEL Distribuição-Ceará): Deputado Felipe Mota, sócomplementando. Quando a gente faz esse planejamento quinquenal, esse de transmissão agora que vai ter nos dois a cinco anos prontos, o que já foi feito no passado tem a capacidade de atender. Então a gente já prevê o futuro do que vai ter expansão, e o que foi feito no passado atende no momento. Temos que verificar em qual região vai ter essas coisas, mas esse planejamento, como eu disse, é decenal, quinquenal e revisando anualmente. Então o que foi leiloado agora é para aguentar o futuro, e o que tem de capacidade agora foi feito no passado.

SR. DEPUTADO FELIPE MOTA (UNIÃO): Nunes, eu gostaria de saber, dentro desse planejamento que a empresa tem no mercado, vocês são de capital aberto, obviamente na hora que nós fazemos uma CPI, e isso modifica toda a estratégia da empresa em relação ao que pode acontecer ao início da CPI, porque a CPI a gente só sabe como inicia, nós nunca sabemos quando ela terminará.

Eu te pergunto o seguinte: A ENEL do Estado do Ceará, eu vou me relatar a ela, eu não vou para a Itália porque eu quero falar para o povo cearense, - a ENEL do Estado do Ceará sabe da gravidade que ela está se comprometendo no dia de hoje da CPI? Porque se vocês que fizeram esse acordo lá na ANEEL, como o Deputado Guilherme disse aqui na fala dele muito bem, não foi honrado. Hoje você está com uma bomba na sua mão, posso dizer assim, para honrar isso com os cearenses, com a CPI, com a empresa. Se vocês não cumprirem nesses três anos, porque faltam cinco, vocês estão preparados para o embate com o Estado do Ceará e com a Assembleia Legislativa? Vocês não acham que nós devemos montar dentro desse plano de investimento, eu já disse isso em discurso ao Deputado Fernanda, a Deputada Lia deve ter escutado isso, Deputado Guilherme, eu sempre disse: Não vamos politizar, não vamos politizar a CPI. Mas o governador chegou a combinar com vocês algum Plano de Investimento, e essa preparação desse Plano de Investimento onde interessa ao Estado do Ceará ou ele deixou a cargo de vocês, dos pedidos que vocês têm; dos protocolos que vocês têm? Porque eu disse ao Deputado Fernando de Santana: Fernando só existe a CPI se o governador conseguir, conseguir sentar com a CPI, com a ENEL e o Plano de Investimento do Estado do Ceará.

E aí eu te pergunto: Tu estás pedindo nesse instante uma confiança de mais 36 meses, é o que tu colocou. O governador tem esse Plano de Investimento separado, organizado, dizendo regionalmente onde a ENEL vai querer fazer esses investimentos? Essa é a pergunta.

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Deputado, eu vou inicialmente complementar a pergunta do meu colega Charles.

A Secretaria de Desenvolvimento Econômico tem toda uma interação conosco com relação a novos investimentos, muitas vezes encaminha indústria que está buscando se instalar no Estado. Essa semana mesmo eu recebi um contato de uma Indústria que está chegando e vai conversar conosco. Então, aí você diz: *OPlano dos últimos três anos você já sentaram com o governo para falar disso?* Ainda não, porque esse Plano dos três anos que a gente está apresentando à CPI, o primeiro momento dele público foi aqui para CPI. Então após isso será feito, e nós não temos Plano "B", nós não temos. Se não der certo nos três anos, nós vamos nos comprometer, e dará certo; e depois de três, como o Charles falou, o sistema elétrico passa por ciclos de planejamento.

Quando o senhor fez uma colocação aí no início: *Temos que esperar obras do leilão.* Não. Hoje no Ceará tem locais que você tem folga de capacidade para injetar energia de porte elevado. Então é uma questão só de buscar o local.

Um laticínio não deixará de se instalar no Ceará por, digamos assim, limitação na demanda, na oferta de energia, a não ser que ele diga: *Só me serve se for naquele ponto específico*, e naquele ponto específico, momentaneamente, você pode não ter a demanda. Mas o Estado tem muitos locais que você tem oferta de energia.

Outra coisa. Os planejamentos do setor elétrico realmente requerem prazo. A gente tem sentado com produtores dessa área. No dia mesmo lá do Agro que eu lhe falei, um produtor me procurou para falar de algo para maio de 2005. Que realmente precisa começar a ser planejado hoje, se não quando chegar lá em maio de 2005 não vai ter. Então, realmente requer planejamento. Você nãocoloca uma infraestrutura sem estar alinhado com a demanda. Dizer: Vamos colocar uma infraestrutura e esperar que chegue a demanda. Normalmente tem que ser aliado e sincronizado com a demanda.

SR. DEPUTADO FELIPE MOTA (UNIÃO): Eu pediria a Vossa Excelência que nesse instante convidasse, no dia que você for apresentar esse Plano de Investimento aos deputados da Assembleia Legislativa, para nós podermos tentar ajudar o governo na hora que chega alguma coisa, alguma lei que precisa ser rapidamente aprovada. É isso que eu gosto: da transparência. Quando eu cobrei a Vossa Excelência os 36 meses, o meu relógio começou a contar a partir do momento que eu cobrei a Vossa Excelência.

Quero lhe perguntar outra coisa. A companhia assumiu em 1998, e ela foi vendida com o intuito de o Estado do Ceará pegar a parte da capacidade dessa Concessão para cobrir a Previdência do Estado. Passou tudo isso, dentro desse limite existe uma porcentagem que o Estado do Ceará, desde 1998 consegue captar dentro da ENEL para obra de extensão de Rede e outras. Qual é o valor que o Estado do Ceará, qual a porcentagem que o Estado do Ceará, - eu quero que Vossa Excelência apresente esse dado para mim; eu pedi dois dados a Vossa Excelência: Quanto arrecadou e quanto investiu. E a outra, eu quero saber desde 1998, quanto o Estado do Ceará e quais foram às obras investidas com a porcentagem que tem no Contrato de Concessão com o nosso Estado. Existe esse valor?

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Existe, sem dúvida.

SR. DEPUTADO FELIPE MOTA (UNIÃO): Quantos por cento, ela é calculada como?

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Esse valor está no Contrato de Compra e Venda definido por períodos. No primeiro período foi 2%, depois 1.5% e depois ele passa a 1% até o final da concessão. Então as grandes obras do Estado, a Deputado

Lia comentou sobre o Hospital de Quixeramobim, essas Subestações, essa infraestrutura para essas demandas são normalmente dentro desse Plano de Investimentos.

SR. DEPUTADO FELIPE MOTA (UNIÃO): Eu queria saber, que fosse informado à CPI, quais foram os investimentos de 98, e eu quero saber as obras que foram investidas com esse, com essa porcentagem?

A minha última pergunta, para concluir. Nesse Plano "A" que Vossa Excelência colocou agora, com essa quantidade de profissionais que você disse ter contratado na ordem de 446 aqui, eletricistas eu estou falando aqui.

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Só para Fortaleza.

SR. DEPUTADO FELIPE MOTA (UNIÃO): Só para Fortaleza.

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Sobral, mais 374, algo assim.

SR. DEPUTADO FELIPE MOTA (UNIÃO): Qual é e quando o consumidor vai sentir rapidamente, porque vocês tem números. Na hora que vocês atendem uma área diminui o número de ocorrências, por telefone, na Loja, no WhatsApp, em qualquer canto, me diga o que é que vocês têm planejado em relação a isso?

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Ainda é muito pequena a percepção. Mas eu que recebo e falo com alguns consumidores já recebi feedback de consumidor atestando a diferença na prestação do serviço. Nós temos em Fortaleza 116 guindastes com cesta aérea trabalhando nessa atividade, já estão trabalhando. Então começa já a ser percebido pelo consumidor. Eu creio que nos próximos meses será percebido cada vez mais.Então já está em curso, não é algo a ser feito.

SR. DEPUTADO FELIPE MOTA (UNIÃO): Eu eu já me sinto contemplado com as perguntas que fiz a Vossa Excelência. Eu só tive uma dúvida em relação à pergunta: Caso o Piauí, no dia de hoje, o Estado do Piauí tem alguma ligação com a ENEL? Ele ainda tem alguma coisa, alguma interligação, porque chegaram denúncias aqui pra gente de que uma empresa no Piauí estava atravessando e vindo com os seus caminhões, com o seu maquinário aqui para o Ceará. Eu estou te fazendo essa pergunta, se sim ou senão.

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): É o seguinte, deixa lhe explicar. A regulamentação do setor elétrico permite que se uma Concessionária tem

uma unidade consumidora na fronteira do outro Estado que está muito mais próximo da Rede do que, digamos assim, da Rede daquela Concessionária que atende, ela permite essa tramitação, esse cruzamento de Fronteira para atendimento específico desde que acordado pelas duas Distribuidoras. Se o senhor me perguntar: Isso existe em um número significativo? Totalmente desprezível. São unidades isoladas e eventuais. Totalmente desprezível.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): A presidência agradece ao colega Deputado Felipe Mota. Próxima deputada escrita, a Deputada Larissa. Antes de passar para a Deputada Larissa, em cima dessa pergunta do Deputado Felipe Mota, senhor Nunes, é muitoparecida não, se somam as duas perguntas, porque chegou uma denúncia à CPI, e nós queremos ouvir do senhor, se o senhor tem conhecimento, se confirma se sim ou se não, de que a ENEL, tempos atrás, teria adquirido equipamentos para manutenção na monta de 700 milhões de reais, e estariam vendendo esses equipamentos no mercado paralelo. Com isso, aí corroborava por questão de alguns municípios que fazem ali divisa com o Município do Piauí, de equipamentos e carros da Equatorial, que fazia o Piauí fazendo aqui no Estado do Ceará. E aí, a denúncia era que estariam vendendo esse equipamento no mercado paralelo, como não tinha equipamento, nem carro, nem viatura, estavam terceirizando com a empresa Equatorial.

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Não. Não corresponde, deputado.

SRA. DEPUTADA LARISSA GASPAR (PT): Boa tarde a todos e todas. Queria aproveitar para registrar aqui também a presença da Prefeita de Solonópole, a companheira Ana Vládia.

E queria trazer aqui algumas provocações à ENEL. A gente tem apurado não só ao longo dessa CPI, mas também pela imprensa e pela própria procura de consumidores insatisfeitos de diversas situações, que a atuação ou a omissão negligenciosa da ENEL tem traseiro de prejuízo para a população cearense. São cortes de energia que comprometem a segurança das pessoas, que comprometem os comércios; são faturas cobradas em duplicação; são situações de transmissores que queimam, dão problema e quase chegam a provocar incêndios, colocando em risco a vida da população. Eu mesma vivenciei aqui em Fortaleza, onde eu moro, na minha rua, no Bairro Jardim das Oliveiras, em frente a um poste que tem na minha casa queimou um equipamento que eu imagino que seja o transformador, e nós nos desesperamos, enquanto comunidade, com risco de incêndio, gerou um grande apagão em todo o bairro; os equipamentos eletrônicos não funcionavam; inclusive eu cheguei a reportar aqui no nosso grupo da CPI a situação. E para piorar, o atendimento que se esperava ter da empresa, um atendimento

minimamente digno e respeitoso. Eu mesma liguei para a empresa, além de você ficar vários minutos, praticamente 30 minutos para ser atendido, o atendimento foi totalmente desrespeitoso. E a pessoa violava frontalmente as próprias informações de Direitos do Consumidor que a ENEL coloca no seu site. Por exemplo, lá tem dito nos manuais que vocês disponibilizam, que em situações como essa onde há uma queda de energia, que os aparelhos dos consumidores eles estão danificados ou aparentam estar danificado, porque não ligam, não funciona mais, a empresa tem que em 24 horas atender essa ocorrência. Ir ao local fazer averiguação de todos os aparelhos que foram danificados. E o atendente questionava esse procedimento, dizendo que isso não existia. E no meu caso, só depois de oito dias é que foram entrar em contato para saber se estava tudo bem. A visita nunca aconteceu. Porque a informação que nós temos pelos manuais disponibilizados pela própria ENEL é essa. Nesses casos tem que ir à residência da pessoa um técnico averiguar os equipamentos eletrônicos que foram danificados.

E aí eu queria trazer também uma situação das pessoas que dependem de aparelhos para dar suporte à vida. Têm acontecido cortes por fatos de pagamento, sem nenhum aviso prévio a essas pessoas, colocando em risco a vida de alguém que necessita de aparelho que se liga à Rede elétrica para manter a sua vida. E a gente já viu diversas situações como essas colocadas na imprensa. E eu trago inclusive um pedido da Dona Fátima Braga; acredito que vocês já conheçam, que Preside Abrame (Associação Brasileira de Amiotrofia Espinhal) uma das instituições que faz a defesa de pessoas com doenças raras e que precisam na grande maioria das vezes do suporte desses equipamentos eletrônicos para garantir a sua vida, a sua existência, e que tem se deparado por diversas vezes com associados, com pessoas com doenças raras que tem vivenciadas essa situação de cortes por falta de pagamento, sem nenhuma comunicação prévia, colocando em risco a vida de quem depende de aparelhos para garantir a sua sobrevivência.

Então, a gente queria saber o que é que está sendo pensado e efetivamente realizado pela ENEL para garantir, primeiro, que esses cortes e interrupções de energia não se tornem uma coisa do cotidiano, o que deveria ser uma exceção, uma raridade, mas tem se tornado uma regra no cotidiano da empresa. Inclusive esse bairro que eu mencionei o Jardim das Oliveiras é um dos que sofre bastante em Fortaleza com interrupções de energia reiteradas. Quantas vezes eu não peguei minha bolsinha ali, fiz minha mala rapidamente na madrugada, com marido e filho e tive que ir para casa da minha mãe, para poder dormir em paz, para dormir com um pouco mais de conforto. Imagina o restante da população que não tem nem oportunidade de fazer uma denúncia aqui de forma pública.

Então o que está sendo feito para evitar que haja essas quedas de energia nos bairros, nos municípios; diversos municípios nos procuraram aqui: São Gonçalo, Santa Quitéria, Aracati, relatando os graves problemas que tiveram não só com os consumidores individualmente, mas com o comércio, prejudicando turismo. Então o que está sendo feito para evitar que haja essas quedas de energias, o que está sendo pensado para garantir um atendimento de qualidade que possa minimamente satisfazer as pessoas que buscam uma solução junto à ENEL e digo aqui: Não encontram, ficam sem respostas como eu fiquei e como várias pessoas do Estado do Ceará ficam.

E por fim, a gente viu aqui uma denúncia veiculada essa semana nos jornais, de uma consumidora que acusou à própria ENEL de fazer um gato na sua unidade residencial para sustentar o gasto de energia do aparelho de ar condicionado da Loja da ENEL no Município de Várzea Alegre. A imprensa procurou a ENEL para ter resposta sobre essa situação e não obteve. E a gente queria entender o que é que está acontecendo. Porque segundo a fala dessa consumidora, ela procurou a ENEL, mas não obteve uma resolução satisfatória para esse caso. E a gente quer entender como é que a própria empresa faz um gato de energia dentro da unidade residencial de uma cidadã cearense. Então trago aqui esses questionamentos

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Deputada, a senhora colocou um tema que é muito importante que é dos eletrodependentes. Existe, e eu acho que a gente precisa divulgar mais, pelo que a senhora colocou, todo um critério para cadastramento e para que a ENEL tenha conhecimento de onde ele se localiza uma vez cadastrado, tanto para evitar suspensão de fornecimento, mas principalmente para no momento de uma interrupção ser priorizado o atendimento dele. Nós já inclusive utilizamos algumas vezes geradores, quando demora, quando é algo que vai demorar mais tempo, nós sabemos que vai demorar e ele não tem condições, a gente tem duas opções: Uma, é suprir com alguma outra fonte; e outra, realmente é alertar à família para que ele precise ser deslocado. A Rede é suscetível a “N” falhas.

Então, muitas vezes, eu lembro bem de uma última ocorrência no período do Carnaval, em que teve um abalroamento ali no Eusébio, e deixou dez mil famílias sem energia no primeiro momento, e depois ficaram algumas famílias, e tinha o caso de um eletrodependente. Então esse é um tema. Eu acho que a gente precisa divulgar mais.

Outra. A senhora falou sobre a Dona Fátima, da Abrame, eu a conheço, já estive com ela, e pretendo buscar essa interação novamente para ver... Ela faz um trabalho muito nobre. Então a maior admiração pelo trabalho que ela presta nesse âmbito, e procurarei para que a gente possa ter uma

interação e melhor interagir nesse sentido até de divulgar, porque muitos não conhecem, tem a eletrodependência e não conhece o critério, e nós só sabemos realmente quando se cadastra.

Eu vou passar, se a senhora me permite, eu vou passar para a nossa gestora de mercado para falar sobre esse tema das Lojas e do Canal de Atendimento.

SRA. MICHELINE PAOLA SILVEIRA DE LUNA (Head da Área de Mercado da ENEL Distribuição-Ceará): Boa tarde. Falando aqui dos Canais de atendimento a gente trabalha num esforço grande de capacitação de toda a equipe de atendimento, seja pelo Call Center, seja pelas nossas lojas. Então a gente tem, além de investir na parte de jornada do cliente, de melhoria sistêmicas, para que o atendimento flua mais fácil, a capacitação recorrente exatamente para trazer essa empatia e conhecimento dos processos para orientar melhor os nossos clientes. Eventualmente acontecem problemas como você relatou, e é importante a gente ter isso, a gente faz escuta dos atendimentos para a gente pegar esses feedbacks e retroalimentar a equipe que faz o atendimento.

Acho que o último ponto que você colocou, deputada, foi a questão desse incidente em Várzea Alegre, é um tema que aconteceu em 2020, não é um tema recente, onde a ENEL é inquilina desse imóvel, assim como a cliente que reportou também é um inquilina; a ENEL fica na parte de baixo do empreendimento e ela na parte de cima, e foi um problema da instalação elétrica da propriedade. Acionamos o proprietário assim que a gente soube; que tomou as devidas providências. A gente tentou um contato com essa cliente e ela decidiu entrar pela via judicial, que está em tramite, e assim que for decidido, a gente vai cumprir com o que for decidido.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Deputada Emília agora será a próxima. O Deputado Felipe está só pedindo para fazer um questionamento, um minuto. Deputado Felipe Mota.

SR. DEPUTADO FELIPE MOTA (UNIÃO): Quando nós começamos aqui a defender o setor produtivo, a gente recebe mensagens de empresários. E aqui o empresário relata que uma unidade da Crocs, aquelas sandálias americanas, e ele está aguardando, inclusive teve uma matéria no Diário do Nordeste, e aqui ele coloca: *Deputado, é importante você fazer a cobrança do setor produtivo. Mas trago informação que são vários empregos que o Estado do Ceará está precisando inserir. Peça a ENEL nesse instante que se lembre das indústrias de grande porte onde os empregos são necessários.* Estou dizendo o nome da empresa porque eu pedi autorização, e é a empresa Crocs.

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Eu conheço, deputado, já estive com a empresa, e realmente é uma carga significativa. Ela é mais ou menos

equivalente, só para o senhor tem ideia, quase 10% da carga da cidade de Canindé. Nós já estamos viabilizando uma solução, e ficamos com o compromisso de até 60 dias dar uma solução para o caso da Crocs.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Deputada Emília, me permita só agradecer aqui a presença da Polícia Militar que faz aqui a segurança do ambiente, Deputado Guilherme Landim, e todos que aqui permanecem, para garantir a segurança.

Passo a palavra à colega Deputada Emilia Pessoa.

SRA. DEPUTADA EMILIA PESSOA (PSDB): Boa tarde a todos. Presidente Fernando Santana, nosso Presidente da CPI da ENEL, demais deputados; Dr. Nunes nosso Presidente da ENEL, também queria cumprimentar a Dra. Micheline, na qual também cumprimento a todas as mulheres da ENEL-Ceará; Dr. Charles.

Eu já presidi uma CPI no meu Município de Caucaia, e eu sei que o próprio nome, Doutor Nunes, já tencionao momento. Mas aqui eu quero agradecer ao senhor, toda a sua equipe da forma que vem respondendo todos esses questionamentos, porque a CPI é um instrumento legítimo de nós, como representantes do Estado do Ceará, em trazer a resposta daquilo que mais nós ouvimos nas ruas, na população.

Nós sabemos que a ENEL é um grande problema, tem ocasionado um grande problema à comunidade, à população como um todo, e esse momento é um momento muito propício diante das falas que foram expostas, os deputados aqui tão bem conduzidos pelo Deputado Fernando Santana, a gente trazer de imediato àquela perspectiva, inclusive a palavra que eu ouvi e gostei muito, aqui dentro de um processo institucional que foi a questão da esperança. Então é isso que de fato nos move.

Nós estamos falando aqui desde aquele que tem o seu CPF quanto também àquele que tem o seu CNPJ. Nós estamos falando aqui de uma necessidade básica que todos nós somos dependentes do fornecimento de energia, e precisa inclusive ser respeitado esse nosso próprio direito básico. Eu ouvi aqui atentamente os deputados que me antecederam, e vi que os problemas de Caucaia, da Região Metropolitana, uma cidade importante importantíssima para o Estado do Ceará, e mais ainda importante para mim, eu vi que os problemas que eu estava elencando aqui daquilo que eu escuto são os problemas também que já não são pontuais em alguns municípios, e se não em todo o Estado do Ceará. Isso de fato nos preocupa. E eu vejo a questão da fala franca aqui do Dr. Nunes em relação à questão de cultivar essa questão empatia. Quando se coloca no lugar do próprio usuário que é realmente atingido por algum

problema, eu acredito que a empresa possa ter passos seguros para resolver um problema tão grandioso que é o fornecimento de energia.

Nós sabemos que tão quanto o problema da ENEL é também o problema da Cagece, sabemos disso, mas o nosso objeto hoje da nossa CPI é de fato a ENEL. E eu vi aqui o Dr. Nunes falando exatamente com essa empatia e falando por diversas vezes na palavra comprometimento. E eu quero aqui, talvez sendo um pouco redundante, mas já ir para a pergunta que Caucaia e todo o Estado do Ceará tem vivenciado essa problemática. E eu queria, Dr. Nunes, saber se de fato nós podemos realmente contar com esse comprometimento da ENEL em solucionar os problemas que hoje são pendentes; a parte de indenização, a parte de melhoria nesse serviço que é básico para a população. Então nós podemos de fato contar com esse comprometimento da ENEL e o prazo para que isso a gente consiga enxergar esses resultados.

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Eu agradeço, deputada, a sua colocação. Ela sem dúvida nenhuma nos provoca e também de algum modo fortalece o nosso comprometimento.

Nós entendemos como qualquer serviço de *Utilites*, o que eu falei é que a percepção infelizmente não é algo tão rápido. Mas pelas atividades que nós estamos assumindo agora com profissionais próprios, nós entendemos que a partir de junho começa a ver alguma percepção naquele atendimento emergencial, no atendimento quando falta energia e o consumidor liga para a empresa e recebe a equipe para atender o seu serviço.

Com relação a obras, é algo que necessita de um prazo maior, e não é assim simultaneamente todo o Estado. Tem algumas obras como essa que o Deputado Felipe Mota colocou de Canindé que já está endereçada, nós recebemos o empresário, recebemos a demanda do Estado, é uma obra realmente de potência muito elevada, e está endereçada, e como eu me comprometi em 60 dias ter uma solução.

Existem outras obras, e aí pontualmente, cada caso é um caso, que a gente está em tratativas em prazos maiores, mas em tratativa com o investidor. E uma das buscas é essa de ter uma capilaridade e uma interação com os investidores para começar a ter assunção, o compromisso de cada caso, de ambas as partes. Então asseguro para a senhora quer um compromisso de busca e que chegaremos lá, sem dúvida nenhuma.

SRA. DEPUTADA EMILIA PESSOA (PSDB): Doutor, dentre do que já foi falado aqui de queima de aparelhos, indenizações, o caso das escolas, as casas com serviços que são vitais à questão das pessoas doentese são ligadas à energia. Eu fui vítima, a minha família foi vítima da perda de uma pessoa, do

marido da minha prima, em decorrência da questão de um cabo que quebrou e atingiu ele exatamente no percurso que estava passando na comunidade da Catirina. Então, mais do que ouvir os relatos que a gente também escuta da população, a gente vivencia na própria pele todos os problemas da comunidade.

Enfim, a minha segunda pergunta também de forma objetiva, o senhor sabe, assim responder exatamente qual é o nível de responsabilidade social da ENEL, e com a questão desses novos números de faturamento da ENEL com perspectiva para os próximos anos, se a ENEL pretende de fato ampliar todos esses benefícios de responsabilidade social para que cheguem ao nosso Estado do Ceará.

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Nós temos um elenco de projetos sociais, esportivos e culturais que nos orgulha muito. Nós temos uma marca de projetos sociais, muitos projetos sociais foram criados aqui no Ceará, no passado, e depois migraram para todo o Brasil. Vou só dar alguns exemplos para ficar bem claro, assim. O que nós temos hoje, quando a gente *fala família baixa renda, troca de geladeira,* já ficou uma coisa comum assim para o cearense. Já foram trocados. E por que isso, para as famílias que têm benefício social se troca uma geladeira? Porque a geladeira é o eletrodoméstico que mais consome em uma família de baixa renda. Muitas vezes, 60, 70% da conta e já é uma geladeira antiga. Então para a senhora ter uma ideia, nós já trocamos no Ceará mais de 120 mil geladeiras, mais de 120 mil famílias de baixa renda já foram contemplados com a troca de geladeira.

Há outro projeto também enviado aqui, de troca de bônus por resíduos recicláveis, resíduo reciclável por bônus na conta de energia. Hoje nós temos muitas famílias que pagam integralmente a sua conta de energia com resíduo reciclável. E aí projetos culturais, projetos agora, nós temos um projeto a ser iniciado para Eficiência Energética do Hospital Geral de Fortaleza, são dois hospitais. Um é o Geral de Fortaleza e o outro, se eu não me engano, me fugiu aqui a memória, mas são dois grandes projetos de eficiência energética, ah, o Hospital São José. O Hospital São José e o Hospital Geral de Fortaleza. Praticamente todos os hospitais públicos do Ceará em algum momento já tiveram esse benefício, e nós pretendemos voltar, estamos voltando agora, isso já é para ser iniciado e vamos reforçar esse benefício, porque nós sabemos as dificuldades que tem a saúde pública em geral. Então é uma forma da gente também contribuir.

Então a senhora fique certa que faz parte da nossa marca. Nós pretendemos também dar mais visibilidade a esses projetos, porque têm alguns até que a população diz *Poxa, pensei que não existia mais, vocês ainda têm?* Então eu concordo que precisamos fazer maior divulgação.

SRA. DEPUTADA EMILIA PESSOA (PSDB): Doutor Nunes, o senhor falou inicialmente, pediu aqui autorização ao nosso presidente para apresentar um material no decorrer da CPI, e o presidente se posicionou que no final daria essa oportunidade. Eu gostaria também que o senhor compartilhasse esse material em todos os gabinetes dos deputados, para que também possam conhecer o que o senhor venha a nos mostrar, além de ficar registrado aqui.

Então encerro aqui é o meu ciclo de participação das perguntas da CPI, agradecendo a todos pela presença. Muito obrigada, senhor presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): A presidência a agradecea colega Deputada Emília Pessoa. Passamos ao próximo deputado inscrito, o Deputado Simão Pedro que permutou com o Deputado Bruno Pedrosa. Com a palavra o colega Deputado Bruno Pedrosa.

SR. DEPUTADO BRUNO PEDROSA (PDT): Boa tarde a todos. Boa tarde, Presidente Fernando. Eu queria me acostar com Vossa Excelência, me solidarizar com os últimos acontecimentos políticos e toda sua conduta ilibada do seu caráter. Então você tem todo o nosso apoio, toda nossa parceria aqui na Assembleia, aqui na CPI da ENEL. Cumprimentar a todos os colegas de deputados; cumprimentar o Nunes, a gente tem uma relação de muito tempo já, sempre de diálogo; a Sra. Micheline Paola; o Sr. Charles de Capdeville; colega Cleto Gomes, nós já estivemos junto hoje na OAB; colega Tarcísio também, servidor lá da ENEL.

Nunes, primeiro dizer que de fato quando a CPI é criada é por um desejo da população, por reivindicação da população, por fato existente, por tudo, por denúncias, e o objetivo dela não só de punir e ouvir, mas obviamente é de aprimorar, de entregar um serviço melhor para a população, buscar com que a ENEL possa se enquadrar como era antigamente. Sempre nos índices a ENEL ficava entre as quatro, cinco mais bem avaliadas do Brasil. Nos últimos anos está entre as três, quatro mais mal avaliadas.

Eu como Presidente da Frente Parlamentar das Energias Renováveis, Deputado Fernando, nosso Presidente, Relator Guilherme, me imbuíram de fazer esses levantamentos acerca das energias renováveis. Nós recebemos aqui diversas autoridades no assunto, no tema, e a gente já dialogou muitas vezes acerca desse tema, mas de fato chegou um momento onde os maiores especialistas; recebemos aqui o Sr. Rodrigo Sauaia, da ABSOLAR que é a maior instituição de energia solar do Brasil; a própria Sra. Bárbara Rubim, conhecida como a maior autoridade jurídica do ponto de vista da Geração Distribuída. É importante que a gente possa falar um pouco para a população, às vezes para a gente também não ficar aqui no assunto muito técnico, apesar de não ser engenheiro eletricista, mas para que a

população, às vezes, entenda sobre o que tem acontecido na Energia Renovável, que vem desde a Resolução Normativa 482/2012. Então veio a Lei 14.300, Deputado Fernando, para regrar o marco da Geração Distribuída tanto da micro como minigeração e, posteriormente, a Resolução 1.000 da ANEEL.

A ENEL, todos nós sabemos que é um monopólio, é monopólio por Concessão Pública, mas devido ao avanço da tecnologia vem deixando de ser monopólio, exclusivamente pelo avanço da tecnologia, que é a energia solar. Portanto, nós da Frente Parlamentar temos sempre de fazer essa divisão também importante para a população, entre Geração Distribuída e geração centralizada. E Geração Distribuída vem até 5 megawatts; o relacionamento é com a ENEL; e acima de 5 megawatts vem a geração centralizada que é um mercado livre, que vem já com a relação institucional com a CHESF, no nosso caso do Estado do Ceará.

Então essas grandes usinas têm tido uma boa desenvoltura com todo o apoio do Governo do Estado, Governador Elmano com vários memorandos de entendimento assinados, justamente por sua relação institucional ser com a CHESF. Então a CHESF, inclusive essa Medida Provisória que o Presidente Lula editou quinze, vinte dias atrás, é dando uma organizada sobre essa questão dos pontos de conexão, enfim, e os prazos para que essas obras possam acontecer e assim fazer uma indução aos investimentos em geração de emprego nosso Estado.

Da mesma forma, Deputado Fernando, a Deputado Lia esteve aqui, o Deputado Guilherme esteve aqui, o Deputado Felipe Mota estava aqui, a Geração Distribuída da mesma forma. Porque uma usina de 5 megawatts tem um investimento de 20 milhões de reais. Você tem a geração de aproximadamente 100, 150 até 200 empregos. Isso no sertão brabo, Santa Quitéria, Caridade, Canindé, e quase 99% das vezes com mão de obra contratada local, do interior, na construção civil para escavação, para colocar os traques, enfim, fazer toda a montagem do processo e posteriormente 5, 10 empregos para fazer a operação e manutenção dessas usinas. A partir do momento que entra essas usinas no mercado é fato que a ENEL perde uma fatia do mercado para essas usinas que vão aparecendo. No entanto é a ENEL que tem que autorizar por ser Concessionária do Sistema de Distribuição, ela que tem que autorizar esta conexão.

E aí já inicio minhas perguntas, Nunes, diante de tudo aqui em Relatórios da ABSOLAR e perguntas diante da legalidade, começaria fazendo a pergunta. Diante daqueles orçamentos milionários, o que é o orçamento, falando para a população: Quando você pede para conectar uma usina a ENEL tem que responder: *Haverá um custo para essa conexão de 200 mil reais;* e o investidor pode fazer esse custo, cobrir esse custo, mas muitas vezes esse custo vinha de 100 milhões de reais, 50 milhões de reais.

Isso inviabiliza qualquer tipo de investimento. Além disso, a lei obriga que esses orçamentos sejam individuais, e tivemos conhecimento aqui de que era muitas vezes um único orçamento para vários investidores no mesmo local. Esses orçamentos estiveram com esse valor muito grande, de fato, eles foram individuais ou eles atenderam a muita gente o mesmo orçamento para muita gente, você tem como me responder?

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Deputado, eu faria só uma pequena complementação. Muito boa abordagem que o senhor fez. Você está falando de uma microgeração e dos investidores. E muitos consumidores individualmente colocaram a energia solar em suas residências. Nós somos hoje o terceiro Estado com mais geração solar instalada. Com relação aos investidores, houve aquele primeiro momento em que vários investidores não tiveram custo elevado; até alguns casos, eu acho que praticamente foi custo zero para se conectar. Porquê? Porque as instalações estavam absolutamente, digamos, com folga, para receber essa energia. E qual é o problema da energia solar que a gente vê só como fonte? É que existe momento, como... ela está associado a uma carga. Muitos dizem isso para mim: *Mas ela não está associada a uma carga?* Mas tem que existir a premissa de que aquela energia se não tiver a carga, se a carga naquele momento não tiver utilizando, ela possa ser injetada na Rede, daí a necessidade muitas vezes da Rede ser ampliada para poder receber essa energia. Esse é um lado.

E o outro lado, como o senhor bem sabe, é aquela data de 7 de janeiro, não sei se foi a melhor estratégia ou não em termos regulatórios, mas o fato é que antes daquilo tinha um grande benefício, e esse benefício para quem não tinha solar e continuava na Distribuidora, como na realidade você pega se os seus custos estiverem todo correto do lado de uma Distribuidora. Como é que é o sistema? Você pega o custo e divide pelos consumidores. Então aqueles consumidores que não tinham energia solar acabavam pagando uma parcela para aqueles que estavam utilizando a Rede. Então o 7 de janeiro foi o marco, e a partir daí realmente caiu a atratividade da energia solar. Embora eu acho, e eu acho que o senhor acha também que ainda é bastante atrativo, mas caiu muito. Então o gargalo desses investimentos, eu posso depois... nós já sentamos algumas vezes, mas exauriria esse tema, a gente sentando novamente com os nossos profissionais para ver e para ver também, sei lá, de repente o senhor com a interação que tem pode buscar aí uma alternativa regulatória que possa destravar. Mas hoje, na realidade, a gente cumpre a regra do jogo, cumpra o que está na regulamentação. Alguns investidores já pegaram o orçamento nosso, mandaram pra ANEEL e foi verificado que *está tudo correto, está ok.* Então a gente está atendendo a regra do jogo da Regulação.

Entendemos o que o senhor disse, e o senhor tem toda razão. Muitas vezes comparado com o custo de uma plantaacaba inviabilizando, é verdade. Mas eu acho que é algo que não diz respeito só à ENEL, diz respeito a todas as Distribuidoras, e temos que sentar e tentar ver se há alternativa, se há outra alternativa junto ao Regulador. Dependemos estritamente da Regulação.

SR. DEPUTADO BRUNO PEDROSA (PDT): Os dados que nós temos da ABSOLAR, Nunes, diante de apenas reclamações registradas na ANEEL demonstram, independente do motivo, seja por alguma ilegalidade das opções de conexão que a Resolução 1.000 coloca, seja pelos orçamentos milionários, e o Estado do Ceará perdeu um bilhão de investimentos em Geração Distribuída devido essa falta de eficiência no trâmite desses processos e, consequentemente, 20 mil empregos. Isso aqui são dados da ABSOLAR. Está certo? Dos levantamentos feitos por aqueles empresários que registraram na ANEEL os seus Pedidos de Conexão e não tinham sido atendidos por qualquer motivo que seja, ilegais ou não. Está certo.

Mas dando sequência sobre... isso aqui são perguntas inclusive que eu perguntei ao Setor, não são coisas diretamente da minha pessoa; nós temos a Câmara Setorial, nós temos o Sindienergia, enfim, pessoas que subsidiam as nossas perguntas.

Um dos motivos, Deputado Fernando, principal desses investimentos não serem realizados, muito motivos foram justificados pela questão da Inversão de Fluxo. E eu farei essa pergunta também que foi do Setor, Nunes, essa questão da Inversão de Fluxo, como isso pode ser de fato confirmado pelos investidores, pelas informações técnicas de forma transparente. Muitos reclamam é que não há transparência na fila, porque assim, Fernando, por exemplo, o Município de Brejo Santo tem lá Subestação, foram pedidos dez projetos na Subestação do Brejo Santo; teoricamente o primeiro pediu antecipadamente teria um custo de Conexão mais barato, mas ninguém sabe quem foi o primeiro, quem foi o segundo, quem foi o terceiro. Então eu faria essa pergunta para você: *Qual seria o grau de confiabilidade dos dados da Inversão de Fluxo?*

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): É o seguinte, deputado, logicamente, nós não podemos chegar para o senhor e dizer: *Aqui são os seus concorrentes que estão pedindo dessa mesma Subestação,* mas o Regulador pode fazer isso. Pode chegar para gente e dizer: Me dê quais são os investidores que estão demandando dessa Subestação. E nós estamos totalmente abertos para fornecer esses dados. Eu acho que existe um incômodo em relação aos investidores em relação a esse tema. Inversão de Fluxo é muito fácil de ser visualizada. Eu costumo comparar o circuito elétrico com circuito hidráulico, que é mais fácil para o cidadão ter uma noção de

como se comporta. Você tem aqui um cano de água e tem uma caixa d'água recebendo aquela água, e tem uma bomba que também está injetando água. Tem momentos que você fecha a caixa e a bomba continua injetando água no cano. Você tem um fluxo no sentido inverso daquele cano. É muito parecido com o sistema elétrico. Então ele tem que ser dimensionado.

Outro dia, um profissional do nosso ramo, eu não vou citar aqui o nome, ele disse: *Nunes, veja como a Geração Distribuída ajuda até o nível de tensão. No momento que entra a Geração Distribuída melhora o nível de tensão.* É verdade. Mas hoje o grande problema é que ela sai 4 horas da tarde, porque é quando o sol deixa... as placas deixam de gerar você perde a Geração Distribuída, e é o momento que você mais precisa que tem entrando a carga de iluminação pública logo a seguir e outras cargas. É normalmente o momento de pico do sistema em torno de 17h30, 18 horas. Então esse é um desafio tecnológico.

Eu acho que, não sei se, eu sei que o senhor diz: A gente já tantas vezes sentou, conversou e detalhou, eestamos abertos para isso, para sentar e buscarver se tem alguma alternativa que possa contemplar. Eu acho benéfico, não é simples, imagine bem, a gente só está começando a falar de veículo elétrico. Veículo elétrico para o sistema elétrico vai ser outra Geração Distribuída, vai demandar outra infraestrutura elétrica. Se você imaginar um prédio com 200 apartamentos, imagine cada um com um carro elétrico que precisa de uma tomadinha para carregar e que tenha momentos que ele seja gerador e queira injetar aquela energia na Rede. Então a complexidade da Distribuidora, aí só vai crescer. Geração Distribuída, em minha opinião, é um passe, e ainda não é o passo final. Mas era isso.

SR. DEPUTADO BRUNO PEDROSA (PDT): Eu acho que devia só registrar, assim, o senhor coloca que não é obrigação da Concessionária dar essas informações que o órgão Regulador possa informar, possa fornecer. Mais uma vez a gente chega à ANEEL. ANEEL tem aí essa trava também para o bom desenvolvimento dos investimentos no nosso Estado.

Mas dando sequência, Nunes, lembrando que quando a gente não consegue fazer investimentos nós estamos indo na contramão do SG, vamos indo na contramão do meio ambiente, da proteção do meio ambiente, das energias renováveis, da geração de emprego. Então fazer aqui esse registro. Por fim Deputado Fernando, eu vou para minha conclusão, tem uma Sessão Solene agora, peço mil desculpas, queriam ficar até o final. Um Deputado Federal da Bahia apresentou um projeto limitando a Geração Distribuída em 10% da área de cada Concessão. Para você ver o nível de projetos, ou seja, se 10% das casas do nosso Estado, das unidades consumidoras tivesse energia solar, a Concessionária não será obrigada a dar mais conexão para mais unidade consumidores, para mais clientes, ou seja, uma grande

possibilidade de redução de custo das empresas, de geração de oportunidade, então isso mostra a necessidade da população estar de olho nas políticas, nos projetos de lei relacionados à energia renovável, relacionados à energia elétrica.

Por fim, Nunes, já lhe agradecendo, lembrando que você falou que a ENEL detém, aliás, que os minoritários detêm 26% das ações...

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): 25.9, deputado, para ser mais preciso.

SR. DEPUTADO BRUNO PEDROSA (PDT): Exato, exato. E a ENEL detém 74, não é? Então...

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Sim, o complemento, sem dúvida.

SR. DEPUTADO BRUNO PEDROSA (PDT): Então os dividendos, vão 74% pra ENEL, seja ordinária seja preferenciais, enfim, eu achava justo frisar esse numero também.

Então assim, por fim, Nunes, lhe agradecendo pelos esclarecimentos. Lembrando da necessidade do desenvolvimento, é uma pauta que o nosso Governador tem feito, o Ceará pode despontar sua economia, seu desenvolvimento com o Hidrogênio Verde. Então, a nossa necessidade de energia renovável está cada vez maior. Então, a ENEL, se Deus quiser, na sua nova gestão, nesse novo desafio, nesses trinta e seis meses que nós possamos avançar nas Energias Renováveis, na preservação do meio ambiente, na geração de emprego pro nosso povo cearense, que é o que a gente mais quer.

Fazendo apenas o registro que eu não podia deixar de falar, sobre o Município é de Nova Russas, onde eu sou de Nova Russas e nós de fato ficamos lá mais de um ano para fazer a conexão no hospital novo que a gente inaugurou, a gente destinou os recursos para a construção de um novo hospital em Nova Russas, e também do mercado público, no centro do município também foram mais de 10 meses pra gente poder conseguir essa conexão. Todos os dois já foram conectados e devidamente inaugurados, mas foi um sofrimento muito grande para a população. Eu não podia deixar de fazer esse reconhecimento.

E no mais, obrigado Deputado Fernando, principalmente o Deputado Simão que me deu a oportunidade de falar primeiro, e a todos que estão aqui representando a empresa; que a gente possa cada vez mais estreitar esse diálogo para o desenvolvimento das Energias Renováveis aqui no Estado do Ceará. Obrigado. Obrigado, Deputado Fernando.

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição Ceará): Obrigado, deputado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): A presidência toma ciência e agradece a colaboração do Deputado Bruno Pedrosa. Passamos a palavra ao Deputado Simão Pedro.

SR. DEPUTADO SIMÃO PEDRO (PSD): Boa tarde a todos. Já tem uma tarde bem longa e bem cansativa. Mas de início eu cumprimento a todos, a todos que nos assistem aí através das mídias, das Redes Sociais e também da TV e do Rádio Assembleia; cumprimento a todos que estão aqui presentes, principalmente aqui algumas autoridades também que representa como a Prefeita Ana Vládia e Presidente da CPI, Fernando Santana e demais colegas deputados.

Primeiro parabenizo à CPI, a esta Casa por ter realmente enfrentado, está enfrentando esse grande desafio que é solucionar o problema que a população do nosso Estado vem sofrendo com a distribuição dessa empresa, a ENEL, aqui no Estado do Ceará. Cumprimento também a todos vocês que representam a empresa. Como já foi dito aqui, não tenho nada pessoal com ninguém, mas vocês vieram aqui realmente representar uma empresa que ela tem a maior insatisfação nos últimos anos no nosso Estado.

Temos aqui um Relatório do Procon e todos os deputados recebeu. E assim, todos os anos, de 2019 até 2023, ela é campeã de reclamações. E assim, não são poucas, tem reclamações que são assim irrisórias, para essa empresa, como tem reclamações enormes, como já foi relatado vários fatores aqui. Enfim, a indignação meus amigos, da população, é muito grande em não ter aonde e a quem recorrer. Porque se vai para um Call Center, você passa horas e horas e não tem uma resposta, você não tem um horário correto. Se diz: *é tantas horas*, mas não cumpre. Isso é em todo o Estado do Ceará. A insatisfação é muito grande e nossa indignação, eu falo aqui também como membro da CPI, porque desde o ano passado que nós estamos apurando essa empresa, e assim, de lá para cá também não melhorou em nada. Nós podemos dizer isso em concreto, porque não melhorou em nenhuma ação.

Nós estamos vendo hoje, Sr. José Nunes, eu passo já a palavra para você, mas nós estamos vendo hoje uma promessa de executar um planejamento, Deputado Felipe Mota, uma promessa, mas isso deixa a gente mais indignado em saber que o quê? Que esse planejamento não existia anteriormente ou se existia só estava no papel e não era executado, meus amigos. Porque toda empresa, eu venho, eu sou administrador, estou deputado, mas sou administrador e sei que toda empresa precisa ter um planejamento de curto, médio e longo prazo, e precisa ter uma divisão dos rendimentos em percentuais, inclusive para investimento. Qual o percentual que essa empresa tinha, Deputada Lia, para investir? Porque lucro ela tinha, a gente sabe e é declarado. Lucros grandes. Então, qual percentual? Cadê esse investimento? Por que não era posto em prática?

Era importante aqui, não teve a oportunidade, nós não estamos tendo a oportunidade de ouvir a ex-presidente, porque estava nessa função, você está recebendo agora, mas está recebendo, o que eu digo no sentido amigável, essa pancada toda, mas assim, a população não pode esperar mais 36 meses, Felipe Mota, e chegar daqui a 36 meses, e cadê? E aí, o que foi cumprido? Nós vamos ficar de cara para cima mais uma vez, pra a frente, esperando o que não vem?

Então precisa, e eu vou... Foi importante aqui, anotei várias coisas aqui, mas cada deputado já citou várias. A geração de emprego no nosso Estado que é falho muito e não tem como gerar porque as empresas não conseguem se instalar. Inclusive, Diretor José Nunes, as empresas pagam por um projeto, vamos supor, eu tenho alguns protocolos aqui de empresas que requereram a nova ligação, de supermercado, por exemplo, de atacarejo, em Horizonte, em Limoeiro do Norte, no Iguatu, ano passado houve um problema grande; e vários no Ceará. Mas esses que estão em aberto, por exemplo, vou citar de Horizonte, foi em outubro, 23 de outubro de 2023, o protocolo. A empresa está pronta, instalada, não pode colocar a mercadoria dentro porque não tem energia. E muitas delas pagam o projeto 30, 40, 50 mil, 70 e não é o projeto só de mini subestação que tem que ter para controlar a entrada de energia, mas também, muitas vezes, de uma remoção de alguma coisa ou de um poste a mais que tem que ampliar a Rede. Muitas pagam e mesmo assim a ENEL não tem servidor pra executar. Posso dizer que não tem porque não chega o serviço.

E uma pergunta que eu tenho também pra falar, Sr. Nunes, por exemplo, as pessoas reclamam muito da zona rural principalmente, porque são cobradas duas contas de uma só vez. Então assim, paga uma conta de dois meses, aí com dois meses vem mais outra conta, feito a média do último consumo, sem saber se essa pessoa vai usar ou não. Entendeu? Então, por que disso? Porque as pessoas juntam duas taxas de iluminação, então elas não conseguem se projetar, porque a gente sabe que a renda é difícil, hoje, para as pessoas, principalmente quem está na zona rural com esse clima que a gente tem que é instável. E nós temos essa reclamação em todo o Estado do Ceará, na zona rural, de cobrar, a ENEL só cobrar a fatura de dois em dois meses. Eu acho que exatamente deixa também claro para mim, mas vou já lhe ouvir, que é falta de servidor também para atender.

E outra pergunta que eu tenho também. Vamos supor, quantos funcionários tinham na época que o senhor foi Diretor da Coelce? Naquela época, quantos funcionários tinham quando a ENEL adquiriu e que estava num patamar de excelente qualidade, em primeiro lugar no nosso País. Quantos servidores tinham e quantos têm hoje? Pelo que eu vi, tem 10.650, não é isso, o total que tem. Então, e quantos

precisaria para esse planejamento ser executado, o que tem que ser o de curto prazo, o de médio, o de longo, no planejamento de vocês.

A questão também da queda de energia, da tensão. Porque eu considero o seguinte, o comércio, isso aqui também é um produto que vocês estão vendendo, vocês são uma empresa que vende um produto, mas você vende um produto que não entrega, deputados. Porque não entrega? É a mesma coisa de eu fazer uma comparação, 1kg de arroz tem que ser 1kg, né, porque se não for 1kg a empresa é multada. Então 220 de tensão tem que ser 220 e não chega. Em muitos bairros e lugares não chega, só chega 180, 160 e os equipamentos são danificados, como falou aqui a Deputada Lia. Então isso aí está sendo burlado e está sendo lesado o cliente, porque você está vendendo um produto e não está entregando a quantidade. É como se você vendesse 1kg e só entregasse 800gr dentro do pacote. Então você está lesando o cliente. Então, são vários fatores.

Eu tenho outro exemplo aqui também do Município de Solonópole, Nunes, eu passo já a palavra pra você, a prefeita está aí, mas nós temos um açude lá na Comunidade Poço do Bento, e o transformador está no meio do açude; esse açude já tem um protocolo lá há anos. Ele foi concluído em 2021, mas o protocolo dele é bem anterior, no começo da obra. A construtora fez uma Rede pela parte de fora do açude, a ENEL não recebeu e cobrou quase 2 milhões de reais para executar essa obra. E até hoje está lá. E o açude está tendo a recarga, eu já mostrei aqui à CPI, já botei no grupo, enfim. Hoje tem aproximadamente a água, do nível da água para chegar ao transformador, menos de 1.30m. Essa Rede passa no meio de um açude, um açude grande; e vai afetar diretamente mais de 400 famílias, mais de 400 residências a qualquer momento, porque está subindo. Ele estava a quase 2m há 20 e poucos dias, e hoje ele está a menos de 1.30m e tomando água todo dia. Então a qualquer momento a água vai batendo no transformador e vai danificar tudo. As famílias vão ficar sem receber a energia, o problema grave, e enfim, não existe solução pra esses problemas.

Então eu quero ouvir do nosso Diretor aí da ENEL, alguns desses principais problemas que eu citei aqui. O que é que pode ser feito de longo, de curto prazo e de médio prazo? Porque de longo a gente não pode nem falar aqui porque não tem como, tem que ser de curto e médio prazo.

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Deputado me permita só fazer uma colocação quando o senhor comparou com o peso do alimento. Na realidade, o consumo nosso é energia, ele não é só a tensão. A tensão na Rede Elétrica, eu falei aqui do setor de hidráulica, é equivalente a pressão em uma torneira. Ele é regulado, mas você tem uma faixa de menos e de mais até onde pode se entregar a energia. A energia é essa tensão multiplicada pela corrente.

Então quando o senhor tem uma tensão mais baixa que o senhor consome a energia, o senhor não consome, digamos, não está pagando o que não foi entregue, porque aí a corrente normalmente se eleva, se for um motor para poder compensar isso. Mas sem dúvida que fora de uma determinada faixa adequada isso gera problema. Mas a tensão na Rede Elétrica, quando a gente fala lá em 220, é equivalente a pressão que você tem quando abre uma torneira, às vezes a pressão está menor ou está maior e isso é absolutamente regulado.

Com relação ao açude, anotei aqui, é um tema grave, sem dúvida, deveria ter sido feito no momento da retirada do açude. E normalmente o empreendedor, se for público, é o município, esse custo é alocado pela regulação que nós seguimos ao empreendedor, ao município e podemos também ver com o próprio Estado como fazer isso.

SR. DEPUTADO SIMÃO PEDRO (PSD): Só complementando sobre esse tema aí, eu tenho um orçamento aqui inclusive da ENEL, que é aproximadamente um milhão 800 e alguma coisa. E o que é que foi relatado lá atrás, pra concluir pro senhor. A ENEL tinha um ajuste de um crédito com o Estadoe que iria usar parte desse crédito com essa remoção e essa nova instalação.

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Certo, é possível, desde que o Estado autorize isso. Digamos, nós não utilizamos e depois informamos ao Estado. É previamente autorizado pelo Estado, mas o Estado tem tido toda sensibilidade com esses temas, com o tema desses que o senhor está colocando. Então acho que é grave. Agradeço o senhor ter trazido essa informação, porque se está a um metro da lâmina d'água já está na condição de risco. Então nos preocupa muitíssimo.

Quando eu falo do curto e do médio prazo, eu acho que no curto prazo, agora a partir de junho, julho, nós já estamos trabalhando. Como eu disse, eu já recebi feedbacks. Você recebeu foi pouco, sem dúvida, foi muito pouco ainda, mas já está começando a ter a percepção desse trabalho com turmas próprias e com eletricistas próprios. O número que eu falei pro senhor, de 11 mil colaboradores, são colaboradores próprios e parceiros. A gente é uma empresa que historicamente, historicamente, inclusive no momento que a gente foi mais de uma vez a melhor empresa do Brasil, teve uma vez que nós dividimos o prêmio com outra empresa e que essa empresa era muito primarizada, trabalhava muito com funcionários próprios e nós trabalhávamos muito com empresas, nós chamamos empresas parceiras, colaboradores parceiros. Então não necessariamente isso define o resultado ser bom ou ruim. Mas para o Atendimento Emergencial, que é aquele atendimento que vai ao momento que o consumidor mais necessita, nós entendemos que podemos fazer uma grande diferença. E essa diferença já está sendo

percebida. Nos próximos três anos serão capacitados e incorporados ao quadro da empresa 1.750 profissionais técnicos para essa atividade.

SR. DEPUTADO SIMÃO PEDRO (PSD): É, porque é exatamente o que a gente precisa aqui, Sr. Nunes, é a questão de curto e médio prazo, o que a gente pode chegar logo e atender. Inclusive eu quero até complementar aqui também, e sugerir aqui que a empresa possa entre esse novo planejamento, esse novo sonho que está se passando aqui para nós e para toda a população do Estado do Ceará, que ela possa também fazer uma prestação de contas, uma prestação de contas do que é que está sendo executado dentro desse planejamento, entendeu Felipe, para a gente poder ter ciência disso, a população também nos cobra. Nós estamos aqui, Sr. Nunes, porque a população nos elegeu para representá-los. Então nós temos uma responsabilidade muito grande de uma resposta, de trazer o serviço para o povo de volta. Entendeu? Então é o que eu perguntei aí: Quantos funcionários tinham, colaboradores, funcionários, terceirizados, enfim, como é tudo, na época que a empresa estava no auge, em plena alta, quantos tinham? Era a mesma quantidade de hoje ou não?

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Não. Na realidade, o número de colaboradores da empresa, o serviço da empresa depende de vários fatores. Se o senhor pega lá atrás o sistema elétrico, no momento que a ENEL, por exemplo, foi privatizada, era aproximadamente 1/3 do de hoje. Essa ampliação, naquela época, você não tinha o sistema universalizado, você tinha muitas famílias sem energia. Depois tiveram alguns programas do governo no sentido de acelerar esse acesso à energia, e hoje é comum, todo mundo hoje tem acesso à energia, há poucos casos isolados. Então isso não fazia parte da realidade daquela época. Luz para Todos, inicialmente, Luz no Campo, depois Luz pra Todos, e isso foi um processo assim, eu diria que foi, talvez, um dos serviços que mais cresceu, se nós formos olhar.

Agora, eu concordo com o senhor, o tema que o senhor fala da fatura, talvez mereça uma divulgação, porque o consumidor rural também pode informar a leitura para não ser feito por média. A regulamentação prevê, dá essa possibilidade de você acumular e diluir nos meses. O senhor traz um tema, será que isso está impactando de alguma forma? Vou até mandar fazer um estudo específico e uma amostragem para ver se essa média está distorcendo o valor. A nossa premissa e a nossa percepção aqui nesse momento é que não, ele apenas realmente ele recebe duas faturas que vai pagar uma e depois pagar outra com 30 dias, ele não tem a leitura mensal que tem o consumidor urbano.

SR. DEPUTADO SIMÃO PEDRO (PSD): Inclusive também outrapergunta que eu faço aqui dentro das faturas. Vou falar por município, já fui gestor de um município também. E assim, existe muito a

questão de o município pagar a mais porque é cobrado na fatura dos municípios. Então eles entram. Existem hoje empresas trabalhando só na recuperação desse crédito ganhando um percentual dos municípios para poder levantarem o que os municípios foram lesados e devolver. Eu digo, no caso do município que eu geri, que é o Município de Orós, e lá na época, a gente levantou vários valores, cerca de aproximadamente um milhão de reais só de devolução da ENEL no sentido administrativo, sem judicializar. Então automaticamente ela já se acusou que pegou indevidamente aquele recurso e devolveu.

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Eu vou colocar para o senhor três situações em que, às vezes, há crédito para o município e até algumas vezes não. Uma delas: Fronteira entre municípios. Então é possível, em determinados municípios, a fronteira não é algo assim visível, então é possível uma contribuição de Iluminação Pública de um município não ser repassado para ele e ser repassado para outro. Isso tem em muitos municípios, inclusive Fortaleza, que é um município grande, também tem uma região que o consumidor às vezes pode estar sendo alocado na sua conta de energia como se fosse o município vizinho. Isso é uma possibilidade. Outra possibilidade: Quando há Censo de Iluminação Pública. O que é o Censo? A cada três anos normalmente ou quatro anos se faz um levantamento de toda a Iluminação Pública. E a Iluminação Pública, se o prefeito tiver feito um projeto de eficiência energética e a gente não tomar conhecimento, houve redução do quadro de Iluminação Pública, então é possível que aí, assim como o contrário também ocorre. Se o prefeito coloca uma lâmpada, faz uma extensão de Rede, e às vezes não é nem o prefeito, às vezes pode até ser individualmente lá o cidadão, puxou uma extensão de Rede e colocou na Iluminação Pública e não nos informou, isso vai gerar um crédito a favor da ENEL. Então é algo que sempre tem. É um processo que não é simples, mas dá pra se fazer melhor, dá pra se fazer melhor.

Uma das diretrizes que a gente tomou foi: Nesse caso tem que ter a assinatura do Secretário ou do Prefeito. Vai fazer um Censo de Iluminação Pública, não é apenas do gestor que acompanha ali e tal; vamos ter que o Secretário ou Prefeito saber, porque tem toda a condição de acompanhar, de fazer bem. Mas é algo que está na rua, então tem determinados momentos que às vezes tem crescimento e a gente não é informado. E outro fator também é o seguinte, a classificação, a classe de consumo como o poder público, muitas vezes a prefeitura tem imóveis que são alugados, alugou a sede da Secretaria de Administração; alugou a sede para um órgão tal. Você diz: *O leiturista passa lá*? Passa, mas ele não tem essa expertise. Então, essa classificação tarifária de um órgão público, essa tarifa é menor do que a tarifa

comercial ou residencial. E se a gente não foi informado, não tem como conhecer. Então esse é outro tema que também não é pouco comum não, é muito comum nos municípios.

SR. DEPUTADO SIMÃO PEDRO (PSD): Seu Nunes, aí o que eu falei há pouco boa parte já fico satisfeito, mas eu ainda queria reforçar a questão do seguinte, da prestação de conta, Presidente Fernando, que a ENEL possa também nesse planejamento novo, nesse sonho que vocês estão vendendo pra nós, é que ele possa ser concretizado, nós esperamos isso, mas também que a gente possa acompanhar e saber na execução dele. Daqui a seis meses, o que é que está no planejamento? Seis meses presta conta: foi investido isso, tantos milhões, bilhões e tal, tal tal. Qual o percentual, vamos supor, ah, tem uma estimativa de tantos pra investimento de "X", mas isso vai basear em quê, a empresa vai tirar do patrimônio ou vai gradativamente usar uma parte do lucro. Então tudo isso tem que ser exposto, porque como é uma única operadora, uma única opção que nós temos, porque quando você vai para qualquer outro comércio, qualquer outro ramo, você tem como optar: Eu quero a operadora tal na telefonia, então vou optar que seja melhor para mim, mais cômodo. E no caso da energia não existe. Nós somos obrigados a ter que aturar, eu digo, a empresa ENEL, e a ter que ter ela ligada à nossa casa, ou ruim ou boa ou péssima, mas a gente é obrigado a ter.

Então a gente também quer esse compromisso da empresa que nesse planejamento seja exposto abertamente, com transparência, para que a gente possa também conhecer e levar para a sociedade que nós temos aqui canais todos os dias sendo transmitidos; temos reuniões aqui que pode sentar, expor, tem aqui, está aqui, o nosso plano era esse, *nós cumprimos 100% dos seis meses ou só cumprimos 30, 20, 10, 50, 70 ou não cumprimos nada, nós estamos no negativo.* Porque o desafio seu, Sr. Nunes, é muito maior do que nós imaginamos, porque você está pegando uma empresa no negativo, no negativo não financeiramente, mas na questão de investimentos, sucateado, o equipamento todo ultrapassado, sucateado, sem renovação.

Então, eu converso também com algumas pessoas que são servidores, que você não tem como chegar e saber dos problemas. E eles que são servidores, mas que eles sabem de dentro o problema que está passando. E o que eles me dizem? Alguns já me disseram: *Deputado, a qualquer momento essas subestações dos municípios podem parar e podem dar um pano de total*. E nós temos hospitais, em todo município tem um hospital ou pequeno ou médio ou grande, mas tem que depender daquilo ali, a maioria não tem gerador para suportar. Eu tiro pelo meu município que várias vezes dá problema de falta de energia no hospital e já passouquase um dia todo, eisso também tem que entrar na prioridade número um, eu sei que você já falou aquique tem a seleção de prioridade, mas a gente não vê ela sendo

executada. Esperamos que daqui pra frente a gente possa ter esse planejamento realmente executado, exposto pra nossa sociedade e pro Parlamento aqui que tanto anseia e quer a melhoria, como sempre foi dito aqui pelo presidente. A gente não quer punir empresa nenhuma, a gente só quer que traga o serviço para a população que merece e está pagando por isso. Então eu agradeço aí a Vossa Excelência e pode concluir.

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Eu agradeço também, deputado. Só colocaria o seguinte: essa divulgação nesse aspecto e em outros, não só do plano, mas das ações, das inúmeras ações que temos, achamos que é um, sem dúvida nenhuma, um dos nossos déficits é divulgar mais, e para os parlamentares principalmente. Eu tenho toda consideração e uma consciência da dificuldade que é o trabalho do parlamentar e do quanto ele é ouvidor na sua área de atuação e nos seus municípios.

Quanto ao tema do colapso na Subestação, a pessoa que falou com o senhornão tem o preparo pra isso. A gente tem. E eu gostaria de convidá-lo para conhecer o nosso Centro de Controle, onde nós temos controle de Rede e de Subestações individualmente, cada um, qual o nível de carregamento. Se o senhor puder nos dar o prazer de fazer uma visita e conhecer o nosso...

SR. DEPUTADO SIMÃO PEDRO (PSD): Vou com o maior prazer. A gente pode formar uma comissão, inclusive para conhecer internamente como funciona o trabalho. Está aberto, porque a gente está aqui para contribuir também. E outro, complementando aí. Então vocês têm lá o monitoramento e sabem que a tensão não está chegando a tal lugar, da forma que era para chegar. Se for 220, não chega a 220; se for o trifásico, não chega a trifásico.

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Deixe eu complementar. Em uma instalação de alta tensão, em uma indústria de grande porte, nós temos isso no Centro de Controle automaticamente. Em um consumidor pequeno, em uma indústria menor, a gente não tem isso automaticamente. Nós temos quando o consumidor informa. Então, daí quando a falta de energia é coletiva, um bairro, um transformador a gente já não tem; um alimentador nós temos. Daí a importância de quando é aquele caso individual realmente de ter a interação do consumidor para que nós tomemos conhecimento inclusive no caso de falta.

É comum, eu tenho passado por isso nos últimos dias agora, nesse período de chuva, o consumidor às vezes fica aguardando: *Eu acho que o meu vizinho avisou*. *Eu não fiz reclamação, mas eu acho que o meu vizinho fez,* porque eu sou muito demandado por isso. Eu tenho um contato de décadas e o contato é o mesmo. Então, muitas vezes quando me ligam, aí eu peço para poder ter

ordenação no Centro de Controle para poder ter acompanhamento. Isso é importante para a gente para entrar nos dados, na estatística. Aí diz: *Eu não tenho o número,* que é um numerozinho de protocolo da reclamação, *eu não tenho, mas eu acho que meu vizinho fez.* E algumas vezes já me deparei que ninguém tinha feito, nós não iríamos saber. Então é importante essa informação. Muito obrigado.

SR. DEPUTADO SIMÃO PEDRO (PSD): Eu agradeço aí, Sr. Nunes, também à empresa ENEL. Esperamos aqui, logicamente, que esse sonho que vocês estão transmitindo e nos vendendo hoje esse sonho, aqui nos passando e para a população que nos assisteque ele possa ser executado em curto e médio prazo.

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Me permita só fazer uma complementação. Tem muito de sonho, mas eu estou falando já de algumas entregas. Até me ocorreu aqui, agora, talvez fazer uma carreata com as cestas aéreas que recebemos recentemente, que são 116 caminhões com cestas aéreas para trabalhar em Fortaleza. Isso é entrega. Está funcionando.

SR. DEPUTADO SIMÃO PEDRO (PSD): A gente nota, inclusive, nesse Relatório do Procon, e eu sei que as pessoas...e é campeã, continua sendo campeã, mas muita gente não reclama mais. Por quê? Porque reclama e não tem solução. Então as pessoas dizem: *Eu tenho que me acostumar a viver precariamente sem energia.* Porque antigamente, Sr. Nunes, quando não tinha o acesso que veio o Programa Luz para Todos e universalizou o nosso País em questão de levar energia para todo mundo, então às pessoas passaram a ter aquilo. Então na hora que você tem, quando você não tinha não faz falta, mas quando você tem e passaa não ter, aí a falta é muito grande.

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): O senhor me deu a oportunidade só de fazer mais uma complementação. Os primeiros órgãos onde eu fui quando assumi foi na ARCE, na Agência Reguladora, no Decon e no Procon. E quando eu cheguei ao Procon de Fortaleza, a Coordenadora do Procon disse: *Vocês são a empresa que tem maior número de reclamação, mas vocês são a empresa que tem o maior nível de resolutividade*. Eu ouvi isso dela, fiquei satisfeito. Então o número de reclamações tem a ver também com o número de clientes que nós temos. Eu não estou querendo fugir da realidade e dizer que a gente não tem um momento que é crítico e que merece uma reversão não. Mas eu estou querendo dizer o seguinte, quando sai o nosso número absoluto, sem relativizar, sem dividir pelo número de consumidores, do Decon, a gente se sente assim meio injustiçado. Você está comparando uma empresa de 4 milhões e meio de clientes com outra que tem lá

500 clientes. Mas isso que eu estou falando para o senhor, me animou muito quando eu ouvi da coordenadora lá: *Vocês têm a melhor resolutividade*.

SR. DEPUTADO SIMÃO PEDRO (PSD): Mas, Sr. Nunes, entenda. Eu entendo a questão da quantidade de clientes, mas também a gente é ciente e sabe que quanto mais cliente maior o número de equipes para atender. Então isso tem que ser proporcional. Se a empresa só tem 500 clientes, ela só precisa "X" pessoas como equipes, se vocês têm mais, então precisa de mais. Isso aí é bem claro. Então é um planejamento que realmente tem que ser executado, porque não era executado; a empresa com certeza tinha um planejamento, mas não tinha quem cobrasse e nem tinha que executasse. Isso é bem claro pra gente aqui. Mas de agora pra frente a gente espera que realmente mude e que possa satisfazer. Porque o melhor que qualquer empresário. E a ENEL também é uma empresa e tem os empresários por trás, é saber que a sua empresatem um grau de satisfação do serviço que ela presta para a população. Isso é um nível que tem que ser avaliado dentro da própria empresa, a satisfação das pessoas. A ENEL esses dias fez uma pesquisa, certo, uma pesquisa, a ENEL fez porque passou uma pesquisa em todos os municípios do Estado do Ceará, uma pesquisa de satisfação, certo?

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Nós não, nós não fizemos...

SR. DEPUTADO SIMÃO PEDRO (PSD): Pois o pessoal se identificava que era da ENEL. Era até importante que realmente tivesse para poder saber a avaliação, ela se mostrou, então alguém, alguma outra empresa fez e se identificou como ENEL.

Aqui, Felipe. O Deputado Felipe Mota tem uma pergunta aqui.

SR. DEPUTADO FELIPE MOTA (UNIÃO): Nessa mesma situação da pesquisa. Eu estava, uma vez, no Município de Itapiúna, e aí estavam lá uns carros com o nome da ENEL vendendo plano funerário e empréstimos. Qual é o setor da empresa que faz isso? Isso é um serviço novo? É autorizado? O que é isso aí? Eu trouxe até pra a CPI no dia, pra nós sabermos se é da própria ENEL ou se é um terceirizado, e nós queríamos saber isso aí, por favor.

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Empréstimo, certamente não é ENEL. Plano...

SR. DEPUTADO SIMÃO PEDRO (PSD): Ela vem na conta da ENEL, certo. Ele é eito uma parceria com a ENEL e essa conta vem na ENEL. Não é assim, deputado? Ela vem na conta de luz essa parcela do empréstimo.

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Não. A nossa Coordenadora de Mercado está me colocando aqui que existem alguns produtos que pode ter sido isso, alguns produtos que a gente é regulado, é permitido oferecer alguns serviços, produtos e serviços que podeter sido isso.

SR. DEPUTADO SIMÃO PEDRO (PSD): Complementando aqui o Deputado Felipe Mota, eu me lembrei agora que já recebi denúncia também tipo assim: alguém fez em nome da pessoa, e a pessoa jura de pé junto que não fez, que não tem nada assinado nem tem nada gravado, e essa conta está vindo pra ela pagar, entendeu?

SR. DEPUTADO FELIPE MOTA (UNIÃO): Essa informação aí, é bom que fique mais clara para nós, porque como nós estamos sempre no sertão cearense as pessoas ficam trazendo: *Ó deputado, agora a ENEL além de deixar a gente sem energia, agora vende o Plano Funerário que é pra gente morrer do coração.* Então são coisas que parecem ser simples, mas que é bom ter transparência, porque vender um produto não tem nada irregular não. Se a sua taxa tiver sendo a taxa melhor do que os bancos comerciais que estão aí dentro de um plano autorizado pelo governo não teria problema, agora, precisa ser transparente, porque que está vendendo está. Eu tenho um vídeo aqui dos veículos, tenho um vídeo das pessoas nas casas. Ao final, não tem problema, eu posso até lhe entregar isso aqui, não tem problema nenhum para mim. Peço autorização ao Presidente da CPI para entregar isso aqui. Mas é bom que vocês verifiquem isso, porque eu não conhecia. É um fato novo até na minha vida do interior do Estado.

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Ok, deputado, obrigado. Verificaremos sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Deputado Guilherme Landim.

SR.RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): Nesse mesmo sentido aí do atendimento dos clientes, eu queria que fosse esclarecido aqui, eu vi que a dona Micheline Paola falou aí sobre as equipes que estão sendo treinadas constantemente e tudo, e corroborando com tudo que foi falado aqui pelos colegas, nós identificamos numa Carta-Resposta enviada pela ENEL a essa CPI, que 67% das reclamações protocoladas na Ouvidoria da ENEL foram julgadas procedentes. Sob o nosso julgamento, e aí eu queria um esclarecimento de vocês, quando você vai para Ouvidoria já é como se fosse a Segunda Instância, é porque no primeiro atendimento você não teve a sua questão resolvida. Então, daqueles que vão para a Ouvidoria, 67% têm o ganho de causa naquela questão. É um percentual extremamente alto. E aí isso fica muito claro pra gente, a dificuldade que há no atendimento, no primeiro atendimento das pessoas.

Então, eu queria saber de vocês por que essas demandas não estão sendo resolvidas logo no primeiro atendimento; quais são as razões de isso estar acontecendo? Isso é proposital que a ENEL dificulta a chegada do consumidor para que ele desista, como nós já falamos aqui ou o que é que está acontecendo? Porque na minha visão, é inaceitável 67% das pessoas que já tiveram o seu primeiro pedido negado chegarnuma Segunda Instância e dizer: *Realmente você tem razão.* Quantos que tiveram o pedido negado na primeira desistem e não vão nem pra Ouvidoria?

SRA. MICHELINE PAOLA SILVEIRA DE LUNA (Head da Área de Mercado da ENEL Distribuição-Ceará): Obrigada, deputado. Falando aqui do processo de reclamação. É exatamente isso, a Ouvidoria é o segundo nível. Muito dessa procedência vem de reclamações de falta de energia, e elas sempre são procedentes. Então tem uma grande parcela aí desses 67% que envolvem reclamação de falta de energia. Ao longo dos anos a gente vem trabalhando muito forte na redução das reclamações da Distribuidora, principalmente quando a gente fala de temas comerciais, de faturamento, cobrança. Então quando a gente olha de 2020 pra cá, a gente reduziu quase 65% das reclamações voltadas para esse relacionamento com o cliente, principalmente de reclamações que envolvem qualquer ponto da fatura e cobrança.

A gente vem fazendo, a gente faz um trabalho muito forte do que chega à Ouvidoria e da ANEEL com a retroalimentação para o primeiro nível. Então tudo que chega como procedente, que é a reanalisado com análise mais profunda na Ouvidoria, e que isso foi improcedente no primeiro nível, a gente volta e faz esse treinamento e faz essa argumentação com a equipe, para que o cliente possa ter a melhor resposta já da primeira vez. A gente está falando aí de vários Canais de Atendimento que envolve pessoas tambémque atendem os nossos clientes. Então isso é contínuo e muito monitorado. E a gente já vê que, por exemplo, nas nossas lojas o percentual de abertura de reclamações improcedentes reduziu muito do último ano para cá. Mas esse é um trabalho do dia a dia para melhorarinclusive a comunicação com o cliente, para que ele entenda melhor, já que essa questão do setor elétrico é difícil para o cliente entender. Então a gente vem trabalhando isso dia a dia com as nossas equipes que atendem clientes.

SR. RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): Eu queria solicitar aqui que fosse enviado pra gente essa redução, porque eu queria já agradecer aqui o trabalho do Procon Assembleia, através aqui da nossa querida Valéria, que é a chefe do Procon, mas no levantamento que nós temos do Procon Assembleia, houve um pico em 2019, que foi justamente lá naquele problema das contas duplicadas; depois ela deu uma reduzida e voltou a subir de 2021, 2022, 2023 aqui, no Procon

Assembleia tem subido. Então eu gostaria de ter acesso a esse Relatório, como a senhora disse aí, com essa redução.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Agradecendo ao colega Deputado Guilherme Landim.Pergunto aos deputados se tem mais algum questionamento. Eu gostaria de fazer duas perguntas e uma sugestão para então abrirmos aqui o espaço para apresentação do plano que o senhor solicitou no início dessa Oitiva.

Então pergunto se algum deputado ou deputada quer fazer mais algum questionamento? Deputado Felipe Mota, aquela sugestão? Deputado Simão Pedro, Deputada Lia Gomes, Deputado Guilherme Landim, Deputada Emília.

Deputada Lia Gomes.

SRA. DEPUTADA LIA GOMES (PDT): Eu queria só falar que eu acho que essa substituição do senhor, logo depois que houve o chamamento aqui para a CPI, foi estratégia da ENEL, o senhor não conseguiu responder várias perguntas, o que acabou ficando muito cômodo para a ENEL. Dizer que tem muita coisa que está acontecendo na ENEL que depende de um ajustezinho de boa vontade. A ENEL está fazendo isso de má-fé. Todos os tipos... Qual é a dificuldade de você chamar a sua equipe e dizer: *Não se corta luz de escola*! Isso acontece toda hora, há anos. É uma coisa simples, não precisa investir um bilhão pra isso. São essas coisas que deixam a gente descrente em ouvir sempre essa história que a ENEL vai melhorar, vai melhorar. E eu citei aqui o exemplo, uma coisa de 2014, há 10 anos que o Poder Público vem sofrendo. O Governo do Cid, eu acompanhei muitas vezes ele reclamar a dificuldade de remoção de poste; a dificuldade de inaugurar um hospital, gente. Como é que pode a ENEL não dar prioridade para um equipamento público? Isso é inaceitável.

E, assim, eu não quero nem usar palavras aqui pra dizer que a gente está, sabe, o povo cearense não aguenta mais, todo canto que a gente vai, do mais pobre ao mais rico, você esteja numa roda aí, qualquer um de vocês aqui, qualquer um de nós que esteja nos ouvindo faça o teste, cite que você teve algum problema com a ENEL; que a ENEL fez uma conta duplicada. Eu tenho uma amiga que a ENEL fez lá aquele TOI, que exige que a pessoa esteja que a pessoa seja comunicada, quando ela foi descobrir na conta dela já estava na sétima parcela de oito, quer dizer, cerca de 500 reais já tinham sido surrupiado dela. Vou dizer que é assim porque é uma cobrança indevida, é um roubo, enfim, muita gente não vai atrás. Ela tem condição. Ela disse: *Lia, eu vou me estressar; ficar no 0800 daquele meia hora escutando aquela música irritante para depois eu ficar... Aquilo me dá taquicardia, aumenta a minha pressão. Eu não vou, não vou buscar de 500 reais.* E isso tem sido o *modus operandi* da ENEL: cobrar contas

duplicadas, de fazer cobranças indevidas. Isso está compensando, está compensando e está aparecendo aí nesse lucro escandaloso que a ENEL tem tido aqui no nosso Estado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Pois não, algum comentário, Sr. Nunes?

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Deputada, eu fico triste com o comentário da senhora, mas respeito muito, agora queria dar duas explicações. Primeiro, foi comentado, depois eu falo do tema da tarifa coincidente, mas esse tema da escola, o que a senhora diz pode ficar certa, não vai só ser dito, vai ser batido nesse tema: unidades de saúde e unidades de ensino não terá interrupção de fornecimento. Se a senhora tiver um caso nos próximos dias, eu agradeceria que a senhora fizesse chegar até mim.

Com relação ao tema do TOI da sua amiga, se a senhora quiser nos passar também nos ajuda para aprofundar, mas é um processo que recentemente, recentemente a gente teve uma fiscalização e estamos implementando algumas correções. Espero numa próxima estada, a senhora ter uma expectativa mais positiva.

A tarifa que foi comentada, a senhora me deu a oportunidade, a senhora não falou desse tema, mas foi falado e eu não comentei. Eu até disse isso já em alguns programas aonde dei entrevista, que a tarifa não tem nenhuma conexão com a mudança da ENEL ou com a própria CPI. A cada 22 de abril se tem um reajuste tarifário. É algo que está no contrato, que vem de antes. Aí disse: *Mas e por que teve redução?* A redução foram dois fatores. Nós tínhamos no Ceará uma parcela de energia térmica, que era uma energia mais cara. Essa parcela saiu e entrou energia dos leilões, que é a energia mais barata, que foi mais barata. Além disso, tem outra parcela que influi no serviço que é o IGPM. Quando se pega o IGPM dos últimos 12 meses, o IGPM é negativo. Isso impacta em parte dos serviços. Então esse foi o 3% de redução tarifária que eu costumo dizer que o universo, às vezes, quando o propósito da gente é do bem conspira a favor. Então, sem dúvida que é positivo para esse momento que a gente está de falar de projetos, falar de futuros, falar de resgate é importante sem dúvida nenhuma, mas a origem foi essa.

Com relação também às ligações, eu digo porque eu tive muitas reuniões com o Governador Cid, que eu admiro muito, muitíssimo, e ele é daquele gestor que ele acompanha no detalhe. Então tinha uma filmagem de obras que ele próprio acompanhava com a sua equipe e nós íamos lá. E uma vez ele me disse: *Nunes, porque antes uma ligação de uma escola a gente pedia numa semana era feito na outra e agora demora tanto?* E eu fui explicar pra ele. *Governador, veja bem, antes uma escola e uma residência no interior tinham a mesma carga. Hoje uma escola profissionalizante em uma pequena*

cidade do interioré a maior carga daquela cidade. Então, muitas vezes tem que ser construído outra Rede pra Escola Profissionalizante. Graças a Deus que é assim. Por isso que o Ceará desponta na Educação, sem dúvida. Aí passamos a ter um planejamento de mais longo prazo. Muitas vezes também a escola, a clínicaé construída quando está próximo de terminar, diz: *Nós vamos precisar de energia. Vamos pedir a ligação.* Infelizmente, não sai rápido. Então a senhora disse aí: Vocês não têm nada a ver com isso? Temos. Devíamos estar mais perto para ter essa interação e com isso o planejamento ser feito dentro do prazo necessário para que a obra chegasse com o final da escola. Era só isso, deputada, obrigado. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Agradecendo aqui as perguntas dos deputados e das deputadas, Sr. Nunes, eu gostaria de fazer duas perguntas e uma sugestão. Essa sugestão dada pelo Deputado Felipe Motajá é sobre a apresentação do Plano que vão realizar daqui a pouco. Mas as duas perguntas. A primeira pergunta, Sr. Nunes, nos últimos dias, este deputado, Presidente desta Comissão Parlamentar de Inquérito, foi atacado por alguns adversários políticos, e eu sempre tenho muito respeito aos adversários, mesmo que não tenham comigo, eu tenho que mostrar o que tem em mim e não o que tem em outros. Um é daqui, local, ex-Deputado Wagner, que se intitula como Capitão; eu chamei ele ontem e reitero: *Capitão da conversa fiada;* e o outro é um senador biruta que mora nos Estados Unidos, segundo a matéria do Roberto Moreira que está bem ali, e que mandou 30% das suas Emendas, eleito pelo Ceará, para o Estado de São Paulo. Os dois me atacaram porque a ENEL tem Lei de Incentivo à Cultura e de também ao Esporte. E a Prefeitura de Barbalha protocolou um projeto solicitando apoio para a festa de Santo Antônio. E pelo que eu entendo, a ENEL recebe por uma fala sua em uma entrevista mais de 300 pedidos e projetos neste mesmo sentido. Mas esses dois que citei, e alguns meios de comunicações, poucos do Estado do Ceará, até porque não nos conhece, nos acusam de ter intermediado qualquer tipo de pedido neste sentido, e que teríamos entrado em contato, olhando nos seus olhos, com o senhor, para fazer tal pedido. E eu quero saber se eu, este Deputado Fernando Santana, lhe fiz qualquer pedido nesta natureza?

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Absolutamente não, deputado. Mas o senhor dá oportunidade de falar um pouquinho sobre os projetos culturais que, aliás, está na apresentação. Mas queria dizer o seguinte: O projeto cultural que foi abordado, que é da Festa de Santo Antônio, lá do Pau da Bandeira de Barbalha, nós já tínhamos apoiado vários anos, várias vezes em anos anteriores. Nós utilizávamos para projetos sociais e culturais as leis estaduais, Leis de Incentivo à Cultura, Leis de Incentivo ao Esporte e a lei federal, a Lei Rouanet. A Lei

Rouanet, alguns anos nós deixamos de utilizá-la. Houve algumas demandas de agentes culturais, de vários agentes culturais, de vários representantes culturais do Estado para que nós voltássemos a utilizar a Lei Rouanet. Nesse momento nós estamos analisando a possibilidade de voltar a utilizar a Lei Rouanet. E a única pessoa que falou comigo sobre o projeto da Festa do Pau da Bandeira de Barbalha foi o Prefeito de Barbalha.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Tá, agradeço a resposta. A outra pergunta, Sr. Nunes, em notícia no dia 14 de março de 2024, no Município de Barbalha, que atende toda a Região do Cariri, o Hospital São Vicente de Paula, referência no tratamento de câncer de toda a Região do Cariri, é mais uma das milhares de vítimas do descaso da ENEL, dito por eles e por nós aqui que recebemos tantas denúncias. Em virtude da falha no fornecimento de energia da ENEL, os dois aparelhos de Radioterapia do hospital foram danificados, paralisando os atendimentos dos pacientes que realizam o tratamento de câncer.

Em uma Nota da ENEL, ela diz que o problema ocorreu devido a uma falha em três Linhas de Distribuição em Juazeiro do Norte. A ENEL já efetuou o ressarcimento destes aparelhos?

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Deputado, pelo que eu saiba, não. Eu não lembro exatamente a característica de alimentação do Hospital São Vicente de Paula, e poderemos verificar isso. Quando o hospital é atendido em média ou alta tensão existe uma premissa, o hospital não, qualquer consumidor que é atendido em média ou alta tensãonecessita ter dispositivos de proteção própria para evitar a queima dos seus dos seus aparelhos. Quando ele é atendido em baixa tensão, que é o caso de uma residência, de consumidores de pequeno porte, ele não há esse requisito e a distribuidora tem a obrigação de, em sendo decorrência da Rede, fazer a indenização. Mas nós tivemos, no passado, uma proximidade grande com o Hospital São Vicente de Paula. Chegamos a fazer um Projeto de Eficiência Energética no Hospital São Vicente de Paula, alguns anos atrás. Eu estive lá mais de uma vez; fiquei admirado até com a gestora que era uma freira que sabia de tudo que estava acontecendo na Eficiência Energética. Então, o meu compromisso com o senhor é de voltar e ver o que é que é possível a gente fazer.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Uma pergunta, Nunes, sobre esse tema. A ENEL, na sua visão, sobre este caso do hospital, por falhas na distribuição de energia elétrica, queima dois aparelhos, deixa milhares, centenas de milhares, talvez, de pessoas que fazem tratamento do câncer sem ter o seu tratamento, você sente que a ENEL foi ineficiente?

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Não dar para analisar apenas com esses dados, porque se for um hospital alimentado em média tensão, que me parece que sim, mas não posso afirmar, ele tem por obrigação, - independente de ser hospital, qualquer unidade, - por obrigação ter proteções na sua entrada da alimentação para evitar queima de aparelhos. Esses aparelhos queimados deveriam ter uma proteção que os protegia de uma oscilação, de algo assim. Mas me comprometo com o senhor a me aprofundar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Tá, eu estou fazendo essa pergunta porque em Nota Oficial, repito, a ENEL diz que *o problema ocorreu devido a falha em três Linhas de Transmissão em Juazeiro do Norte.* E aí, sobre o mesmo tema, o atendimento deste tipo de unidade consumidora, como um hospital que oferece esse tipo de tratamento ou qualquer outro tratamento, não deve ser uma unidade prioritária para ser solucionado o problema, seja na emergência do retorno da energia, ou seja, posterior em ressarcimento a esses tais aparelhos?

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Sem dúvida nenhuma e é. Hospitais que constam em nosso cadastro, e muito provavelmente o Hospital São Vicente de Paula deve estar, tem absoluta prioridade no atendimento assim como os eletrodependentes que nós falamos aqui.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Sr. Nunes, a sugestão do Deputado Felipe Mota, eu fico muito satisfeito com essa sugestão embora nós ainda não assistimos o Plano, mas nós vamos abrir, até porque primeiro nós teríamos que fazer os questionamentos por essa Comissão Parlamentar de Inquérito, e vamos abrir porque nós queremos ver dentro se é como disse aqui o Deputado Simão Pedro, sonho; dentro do que diz, muitas vezes o Deputado Fernando Santana, que não tem, não acredita, não tem confiança; e até eu citei, talvez, uma pequena luz no fim do túnel, mas nós vamos assistir o seu Plano, o Plano da sua empresa, da ENEL, de melhorias, porque não é um Plano aqui só de investimento, é um Plano de Melhorias. O senhor passou o tempo todo aqui falando nessas possibilidades de melhorias. Então a sugestão é, e aí eu quero a sua análise, se não agora, posterior; se agora, ótimo. Nós vamos assistir o Plano, conforme o seu Plano, após o trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito que devemos encerrar nos próximos dias, caso algum deputado não queira aqui fazer uma nova convocação para Oitiva, até quem sabe até da ex-presidente, porque eu vi pelo atestado que são dois dias somente, então até segunda-feira ela já está bem de saúde; creio que não será preciso, mas tem que deixar isso em aberto, senão, nós vamos encerrar o trabalho da CPI na próxima semana, tendo em vista que nós nos comprometemos, o Relator Deputado Guilherme Landim, na nossa presença

do Governador Elmano, lá com o Ministro de Minas e Energias, que iremos entregar o Relatório para que ele também servisse para auxiliar, para balizar o decreto que o Governo Federal está para esses dias anunciar, pedindo aí uma nova Regulamentação nas Concessionárias que fornecem energia elétrica.

E aí a sugestão do Deputado Felipe Mota é que ao apresentar o Plano a ENEL se compromete nesses 36 meses, mensalmente, enviar um Relatório a esta Casa do Povo cearense mostrando as melhorias de fato?

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Perfeitamente, sem nenhum problema.

SR. DEPUTADO FELIPE MOTA (UNIÃO): E outra complementação que eu queria, Vossa Excelência vai fazer a apresentação aqui, que Vossa Excelência me mandasse, é o terceiro documento que eu peço, que Vossa Excelência me enviasse todos os projetos culturais que nós tivemos nos últimos cinco anos na ENEL. Eu tenho interesse em saber quem foram os contemplados, por favor. Até pra tirar essa ideia de que o União Brasil fez algo contra qualquer deputado. Me perdoe, Deputado Fernando, eu sempre fui um adepto da não politização. Eu sei o que é que Vossa Excelência está passando, a política se aproxima, e por muitas vezes isso transforma no diferencial. Mas eu peço a Vossa Excelência, como eu sempre tenho dito, que nós façamos na urbanidade. Aqui somos todos homens de bem, deputados, funcionários da ENEL, da Companhia, e digo que faço a requisição desses documentos dos últimos cinco anos, eu quero saber quais foram os eventos que a ENEL apoiou a todos, os projetos sociais, os projetos esportivos, os projetos culturais. Isso interessa muito ao povo cearense. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Não só o passado, mas também para o futuro. O que a ENEL pretende fazer aqui do Estado do Ceará de incentivo não só a eventos culturais, a eventos esportivos, mas as ações sociais que o Estado, muitas vezes, faz um esforço sobre-humano o Governo do Estado do Ceará, as prefeituras, para atender bem a população, e a ENEL, como outras empresas, mas hoje nós estamos falando da ENEL que tem uma lucratividade claramente muito alta, de tarifas cobradas pelo serviço que presta ao povo cearense, se ela tiver essa melhora, se ela melhorar, como o senhor vai já apresentar o Plano aqui, que ela possa também incentivar ainda mais o social, o cultural e o esportivo aqui do Estado do Ceará, pra se somar com esse exercício feito pelo Governo do Estado e pelas prefeituras, que é de auxiliar e ajudar o povo do Estado do Ceará.

Deputado Felipe Mota, só para eu terminar meu raciocínio, a minha fala aqui, e eu entendo perfeitamente, muitas vezes porque se aproxima pré-candidaturas e daqui a pouco candidaturas. Mas eu jamais usaria de expediente de acusar qualquer pessoa que seja, de apontar qualquer pessoa que seja sem

antes perguntar à própria pessoa. Então é por isso que eu faço os questionamentos àqueles que falaram como o Wagner, para mim o Capitão da conversa fiada, não tem serviço prestado no Estado do Ceará, anão ser atacar as pessoas, e para mim, o senador Eduardo Girão é um biruta lá no Senado, mora nos Estados Unidos, 30% das emendas, ele foi eleito pelo Ceará e manda lá para o Estado de São Paulo. Mas é quando é para atacar, pegar o celular, atrás de uma tela de celular ao invés de vim debater olho no olho, vai para lá falar mal das pessoas. Mas vamos assistir o Plano que é o que interessa ao povo do Estado do Ceará, é que a ENEL ou muda ou se muda do Estado do Ceará.

SR. DEPUTADO SIMÃO PEDRO (PSD): Inclusive, só complementando aqui, Deputado Fernando. Se ela tem um percentual para esse tipo de investimento. Entendeu? Qual é o percentual também?

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Deputado, deixa eu só fazer um pequeno esclarecimento. Nós trouxemos uma apresentação que naturalmente não fala só do Plano do futuro, fala de algumas ações, fala de algum histórico e fala também do Plano. E trouxemos, à parte, o Plano para ser entregue com as duas coisas, com a explicação mais detalhada do que a apresentação.

SR. DEPUTADO FELIPE MOTA (UNIÃO): Se você começasse, para facilitar a sua vida, logo pelo Plano de Investimento que você está querendo propor ao Ceará, eu acho que seria, seria importante...

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Vai estar. Eu agradeço a sugestão, deputado. Vai estar aqui no transcorrer, o essencial vai estar, e vamos entregar algo mais completo para os senhores.

Me permita só compartilhar. Naturalmente algumas perguntas que foram feitas já aborda um pouquinho algo dos dados que a gente vai apresentar.

Slide - Aqui é apenas um *overview* rápido assim sobre a dimensão da ENEL no Ceará - 4.4 milhões de clientes. Aqui eu chamo atenção, nós falamos isso: universo de clientes com benefícios da tarifa social. Em alguns momentos se ventilou que a ENEL não teria interesse em ampliar essa base. Eeu digo para os senhores que temos todo interesse em que seja ampliado proporcionalmente. Em números absolutos nós perdemos para o Estado da Bahia, mas em números relativos nós somos a maior proporção do Nordeste em 1.4 milhões de clientes.

Slide - Aqui a força de trabalho. A gente falou aqui sobre ela, eu falei um pouquinho, são 10.624 profissionais na nossa força de trabalho. Nós tínhamos em 2022: 1.049 colaboradores próprios, e com essa decisão de internalizar e agora ampliar ainda mais os colaboradores para Atendimento Emergencial; aquele eletricista que bate na porta quando falta energia, isso foi incremento de 41% e

teremos mais 1.750 nos próximos três anos, que isso aí é o que está no Plano. O Plano fala dos 1.750. Temos 188 Agências de Atendimento, 3 Unidades Móveis.

Slide - Em termos de dimensão, qual a extensão da Rede do Ceará? 163 mil quilômetros. Aí é uma extensão enorme, são quatro voltas a terra, se a gente imaginar. E um pouquinho mais, 166 mil transformadores; 5 mil equipamentos de telecontrole, que é muito importante para reconfigurar a Rede, e quando há uma falta, você ter uma menor abrangência de consumidores que ficam fora com aquela falta; Cinco mil equipamentos telecontrolados e aí a energia entregue.

Slide - Aqui é um pouco o visual de como era o Estado em termos de Redes Elétricas na privatização, lá em 97 e como é em 2023. E se nós olharmos em termos de indicadores macro, quantidade de clientes em 1997, o Ceará tinha um milhão e 310 mil clientes; hoje tem 4 milhões e 410. Cresceu da ordem de três vezes. Total das Redes: nós tínhamos 47 mil quilômetros de Rede; hoje temos 163 mil, cresceu 3.4 vezes; e a energia fornecida passou de 44 terawatts/hora para 13 terawatts/hora/ano.

Slide - Aqui vem o tema que a gente falou da tarifa, que eu acho que é importante. A tarifa tem o efeito médio de 2.1 negativo, de menos 2.1%. Porque médio? Porque não é o mesmo valor em todas as classes de consumo. A classe de alta tensão tem a redução de 2.10 e a classe residencial B1, esse é o residencial que pega o maior universo, ele tem uma redução de 3% ou 3,03 ou 3.10.

Slide - E aqui um pouco assim como a estrutura, aquilo que nós até falamos, o deputado perguntou sobre microgeração. Antes você tinha um sistema que era o que está aí, você tinha geração, depois passava para transmissão, distribuição e consumo na residência. Hoje esse cenário está mudando, aquilo que falamos, qualquer residência pode ao invés de apenas consumir injetar na Rede, e daqui a pouco, com o avanço de veículo elétrico você vai ter conexão na Rede tanto para suprir uma carga maior, que é a do veículo como para as várias vezes entregar energia. Passa a ter uma complexidade maior o sistema de distribuição.

Slide - Em uma conta de 100 reais, a gente sempre gosta de mostrar isso aqui, 29 reais é a parte da Distribuidora para operação, manutenção e serviços de distribuição; 34 são encargos, tributos; 30% é a compra da energia. Essa compra da energia foi a parcela que teve uma redução com a saída da energia térmica e 6% o custo de transmissão.

Slide - Aqui um pouco dá uma ideia de como foram os investimentos esse ano ao longo desse tempo. Nós dividimos aí por patamares de investimento. No período aí anterior de 94 a 97 você tinha 57 milhões/ano de Investimento. Logo no início da privatização, isso passa no período 98 a 2002 para 155 milhões de Investimento; depois ele passa 2003... É valor médio anual, viu, deputado, é valor médio

anual. Não é somado dos anos. Na barrinha tem o valor de cada ano 120, 149. Quando você chega lá 2003/2007, 262; 2008/2012, 359; 2013/2017, 444; 2018 a 2023 já um bi e 124, depois ele sobe para o patamar de um bi e meio, e deve ficar em um bi e seis nos próximos anos, um bi ponto seis nos próximos anos.

Então, isso mostra que a gente tem o nível de investimento elevado ao longo dos anos; temos demandas talvez dizer: *E o direcionamento desse investimento pode ser discutido?* Sem dúvida. Mas tem um nível de investimento elevado.

Slide - Aqui um pouco para tangibilizar como se distribui os investimentos. Você tem em novas ligações, eu havia falado, novas ligações tem 54% se pegaros últimos seis anos que dá 6.7 bi de investimento, nova ligações, essa extensão de Rede que foi tão comentado e realmente precisamos ter maior agilidade, novas ligações consumiu aí 54%, 3.6 bilhões desse investimento.

Slide - Melhorias diversas, manutenção, tecnologia, manutenção de medidores 1.6; Qualidade do sistema 778 milhões; crescimento do consumo adequação a carga 351 milhões, e combate às perdas, combate à fraude é uma coisa importante porque parte dessa perda todos os consumidores que consome sua energia de forma regular pagam parte dela pela regulação, é 5% para combate às perdas.

Slide - Aqui um pouco o que nós havíamos falado de treinamento de eletricista, parece algo simples, mas o eletricista não é um profissional fácil de encontrar no mercado, em função dissoforam estruturados três Centros de Treinamentos. Eu havia já comentado: um em Fortaleza; um em Sobral e um em Juazeiro. Esses três Centros de Treinamentos têm a capacidade de treinar e de formar 3.100 eletricistas/ano. E o investimento nos três Centros de Treinamento foi de 6.4 milhões.

Essa foto dessas mulheres foram às primeiras duas turmas, é uma quebra de paradigma. O setor elétrico na atividade eletricista sempre foi uma atividade masculina. Mas aí foram as duas primeiras turmas de eletricistas com 37 mulheres e agora estamos com novas turmas em Sobral e em Itapipoca.

Slide - Aqui um pouquinho o Plano de Investimento mostrando o período. Eu acho que aqui eu posso passar para o Charles, ele vai tangibilizar melhor do que eu, no que ali aparece o compromisso, Charles, importante frisar dos 1.750 profissionais a serem incorporados.

Eu passo para ele e eu vou pedir licença para me levantar um pouquinho, deputado. Obrigado.

SR. CHARLES DE CAPDEVILLE (Diretor de Operações de Infraestrutura e Redes da ENEL Distribuição-Ceará): Obrigado, Dr. Nunes.

É como o Dr. Nunes falou, a gente mudou de patamar de investimento para o triênio de 24 a 26, a previsão é uma média de 1.6 bi/ano. Então, dá 4.8.

Importante mostrar que esses investimentos são distribuídos por todo o território do Ceará; 40% de investimento serão feito na Região Metropolitana Fortaleza, porque são 46% dos clientes estão lá; 30% na Região Norte e 30% na Região Sul. Então é investimento em todo o Estado. A gente contempla aumentar em 176 quilômetros a Rede de alta tensão, isso pode ser acompanhado depois da forma que os senhores gostariam do Plano; a Rede MT mais 5 mil quilômetros de Rede MT, mais 5 mil quilômetros de Rede de IBT e mais 13 mil unidades transformadoras. A contratação direta, fora o que já foi feito ano passado está sendo feito esse ano de mais de 1.750 pessoas para a Emergência e manutenção, como Dr. Nunes falou.

SR. RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): Esses 1.700 vão se somar aqueles dez mil e pouco, não é? Não vão substituir dos dez que tem lá o percentual de 90%, vamos dizer, que é terceirizado, vocês tiram terceirizado e bota um que é incorporado.

SR. CHARLES DE CAPDEVILLE (Diretor de Operações de Infraestrutura e Redes da ENEL Distribuição-Ceará): Não, em partes substituir sim. Porque aqueles hoje dos nossos parceiros que fazem Emergência, nós vamos passar a fazer com pessoal própria, porque a gente acredita, como o Dr. Nunes falou, que a qualidade no atendimento vai ser melhor como os feedbacks que ele já colocou. A paixão e o comprometimento de um funcionário próprio a gente notou que é muito maior do que um terceirizado. Então isso vai trazer um ganho.

Eu posso mostrar aqui o que a gente já fez em Fortaleza aumentou muito a produtividade e reduziu muito tempo média de atendimento. Por quê? A equipe nossa que vai atender e que está preparada para isso, ela vai lá e resolve na primeira. O que acontece hoje com os parceiros é que muitas vezes vão lá e não conseguem resolver e tem que chamar outra equipe, aí demora mais. Então, a gente acredita muito nessa qualidade, com esses novos parceiros, com esses novos funcionários nossos.

Slide - E aqueles investimentos que a gente já mudou de patamar eles refletiram na qualidade da duração média de interrupção, e a gente saiu em 20 de 16 horas e meia para 9,76 em 23 e na nossa frequência média de interrupção. Ok?

Slide - E aqui é um trabalho que tem nos trazido muita dor de cabeça, eu queria mostrar, e não é só para nós, mas para outras empresas também, que é o furto de cabos na Rede Elétrica. Nós tivemos um crescimento muito grande de 2019 até 2022, é muito grave a quantidade de furto de cabo; em 23 foi menor porque nós fizemos uma parceria com a Secretaria de Segurança Pública do Estado, ela vem nos ajudando muito, não só a nós como as empresas de telefonias, prefeituras com a Rede de Semáforo e tudo, reduziu, e agora em 2024 aumentou muito no primeiro tri, mas a Secretaria de Segurança Pública

do Estado vem fazendo muitas apreensões não só de quem vem roubando, mas também dos receptadores. Isso é muito importante. Nós temos muito problema em várias regiões, porque a gente vai lá coloca o cabo e a gente nem está usando o melhor cabo que é para ser usado, o de cobre, porque bota cobre e eles vão lá e roubam. Então nós estamos substituindo a tecnologia por aço cobreado ou por alumínio que não tem tanta atratividade.

Slide - E aqui que eu queria mostrar, Deputado Landim, é que o tempo médio de atendimento vem reduzindo bastante com os próprios. Por quê? Muitos parceiros usam carro pequeno com escada em cima, nós estamos com cestos aéreos. Então, precisa subir lá e trocar um transformador, nosso parceiro tem que chamar outro recurso, e isso acaba dobrando o tempo de atendimento; e com nós, aqui em Fortaleza, eles estão indo muito mais rápido. Então, isso já demonstrou que isso vem trazendo um ganho muito grande. Então, por isso que eu falei: parte vai ser substituída, mas o ganho é claro.

Slide - E aqui foi o que foi feito. Nós vamos fazer esse ano, e o Nunes já falou, na Região Norte. Vamos fazer o mesmo trabalho que fizemos em Fortaleza, na Região Norte, e para o próximo ano nós vamos fazer na Região Sul. Aí pode vir à pergunta: *Mas por que não faz tudo ao mesmo tempo?* É porque é complexo; tem que comprar caminhão; tem que treinar as pessoas. Então a gente tem que fazer aos poucos para fazer bem feito. Ok?

Eu queria passar para a minha colega Micheline agora, para ela falar um pouco das ações.

SRA. MICHELINE PAOLA SILVEIRA DE LUNA (Head da Área de Mercado da ENEL Distribuição-Ceará): Falando aqui dos Canais de Atendimento, aqui nessa mandala a gente vê que a gente tem diversos Canais onde o cliente pode escolher qual o melhor Canal para ele solicitar algum serviço ou fazer uma interação com a ENEL. Os dois principais Canais. Quando a gente olha aqui o vermelho são os Canais Digitais; os azuis são os Canais Presenciais ou o Canal que tem algum contato humano.

Os dois principais Canais de Atendimento, hoje, que os clientes escolhem é o Aplicativo, que ele usa através do celulare representa aí 28% dos atendimentos que a gente faz. Isso aqui é referente a abril de 2023 a março de 2024. Depois o site. Então os clientes usam o site para solicitar alguma demanda, com 21%; o terceiro Canal mais procurado é o Call Center com 21% também; e o quarto Canal mais procurado são as nossas Lojas de Atendimento com 14% de atendimento presencial.

Aprofundando um pouco aqui dos Canais do Atendimento Presencial, o Nunes já colocou isso, mas só para reforçar, a gente tem 188 Pontos de Atendimento; um por município. Então, todo município do Estado tem pelo menos um Ponto de Atendimento presencial; aqui em Fortaleza a gente tem cinco

Lojas. Nós temos 99 autoatendimentos que funcionam basicamente como o caixa eletrônico de banco, com uma pessoa lá que pode ajudar ele a se autoatender. Então, aqui são serviços rápidos como consulta de débito, segunda via, parcelamento, solicitação de religação onde o cliente pode ir numa loja da gente e não esperar ser atendido por um atendente. Ele pode ir lá com uma pessoa que fica lá, como posso ajudar, e fazer um atendimento mais rápido.

A gente tem duas Unidades Móveis, a gente leva o atendimento para mais perto desses clientes. Então, zonas rurais, eventos, quando a gente está fazendo inauguração, que tem inauguração de algum condomínio a gente vai lá para que essas pessoas possam solicitar a ligação deles. E, além disso, a gente tem os atendimentos especializados. Hoje a gente tem 19 Executivos para fazer atendimento dos clientes corporativos e do poder público. A gente hoje tem, também, um canal dedicado a atender as imobiliárias e um canal dedicado para Geração Distribuída.

Slide - Aqui falando só um pouco dos investimentos que a gente fez para melhorar a satisfação do cliente. A gente investiu aí nos dois últimos anos 5,3 milhões para trazer mais comodidade e mais autonomia para o cliente. Então, a gente fez a ampliação e modernização de três Lojas muito relevantes que é a de Maracanaú, Sobral e Messejana. A gente hoje investiu em todas as Lojas exclusivas são 100% climatizadas, e no último ano a gente reformou 32 delas exatamente para dar mais comodidade e conforto para os clientes que vão às nossas Lojas. Melhorias sistêmicas - melhorar a jornada desses clientes nos Canais Digitais. A gente viu ali que os dois principais Canais que os clientes procuram são o Aplicativo e o site. E a implementação dos 99 terminais de autoatendimentos, como eu falei, eles funcionam como caixa eletrônico de banco. É muito fácil utilizar, é como se fosse ele usando o celular dele para se autoatender.

Para 2024, a nossa previsão de investimento é de 7 milhões e meio, sendo 42% maior do que nos últimos anos. Então, a gente está investindo no Canal Eletrônico para atender o poder público e os clientes corporativos. A gente está inaugurando até o final de maio mais uma Loja no Conjunto Ceará, então aqui em Fortaleza a gente vai ter seis Lojas; e também investindo no reposicionamento, reforma e ampliação de Lojas em mais de trinta municípios, e esses todos focados no interior. Também vamos trabalhar a capilaridade; a gente está comprando mais uma Unidade Móvel, e através de parcerias para fazer atendimentos Express, para a gente garantir que vai ter um ponto da ENEL muito mais próximo desses clientes.

Slide - Outro tema que o Nunes já colocou aqui, mas só para reforçar que o trabalho que a gente vem fazendo é em relação aos clientes que possuem tarifa social, quando a gente olha de 2020 a 2024 a

gente cresceu essa base de clientes em 87%; e de 2022 para cá 35%. E aí qual é o benefício? Os clientes que hoje têm tarifa social ele pode ter até 65% de desconto na conta de energia, de acordo com a faixa de uso deles; e o cliente que consome até 140 quilowatts-hora, além do desconto na conta, ele também tem isenção de ICMS.

Quem é que pode ter? Só para clarear aqui para todos. Famílias escritas no CadÚnico, que tem uma renda por pessoa de até meio salário mínimo; idosos que recebem o BPC; pessoas com deficiências e famílias que estão CadÚnico que têm algum membro que tenha alguma doença ou portador de doenças que dependam de energia no seu tratamento. Importante falar que essas pessoas não precisam mais irem em nenhum Canal de Atendimento da ENEL, a gente já faz esse cadastramento proativo; a gente já faz uma troca de informações com a base do CadÚnico. Então, isso acontece de forma automática e por isso que nossa base vem crescendo aí dia a dia.

Slide - Então, quando a gente olha aqui no ranking das distribuidoras, a ENEL Ceará é a segunda em maior volume de clientes que possuem tarifa social, ficando atrás só da Coelba. Mas é a primeira Distribuidora na proporção de clientes que possuem tarifa social sobre a base de clientes residenciais. Aí mais de 43% da nossa base de clientes residenciais possuem o benefício da tarifa social.

Agora eu vou passar aqui para Nunes falar dos patrocínios que ele já falou muito bem, e encerrar para apresentação.

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Obrigado. Aqui rapidamente o Deputado Felipe Mota pediu que enviássemos, nós vamos enviar com mais detalhamento. Mas projetos culturais e de esporte dos últimos três anos, nós tivemos 410 projetos realizados, aí quase 13 milhões e 500 mil beneficiados diretos, sendo 55% de Cultura e 45% com a Lei do Esporte, a Lei Estadual do Esporte. Os projetos por Lei Rouanet, como eu falei, não estávamos utilizando a Lei Rouanet, mas nós temos uma interação muito grande com os agentes culturais do Estado, e temos um comitê, na realidade, isso não é feito por uma única pessoa, não é pedido para "A", "B" ou "C", isso passa por um comitê técnico. Todo projeto é avaliado em um comitê técnico, e os projetos da Lei Rouanet assim também estão sendo feitos.

Então, é só para dar um *overview* e sem dúvida nenhuma que diz: *Mas aqui são projetos incentivados.* Sim, além disso, a gente tem os projetos também de eficiência energética, só que isso tem um grupo de pessoas dedicadas a esse tema.

Eu agradeço aí, deputado, mais esse tempo, e me coloca à disposição. Aqui um pouco mais, eu deixaria até para mandar depois o detalhamento mostrando o que são projetos da área também de

eficiência energética, que temos aí valores de renda gerada. Depois a gente vai detalhar isso no informe ao deputado. Era isso, obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Sr. Nunes, eu quero agradecer aqui a apresentação do Plano pelos representantes da ENEL, Diretor Presidente Nunes; a Micheline Paola que é da área de mercado; Charles é da área de Infraestrutura. O Charles e a Micheline trabalham em São Paulo? Aqui no Ceará? Moram aqui? Reside aqui? Há quanto tempo? Quatro anos. E a Micheline? No início desse ano. Então, são novatos aqui do Ceará, um tem quatro anos, é muito novo, e a Micheline é mais nova ainda.

Eu não sei como são as culturas em outros Estados, eu sou leigo, eu conheço a cultura só do Ceará, principalmente lá da minha Região do Cariri. Mas dizer que eu não vou tentar minimizar ou desconstruir o Plano. Falei no início que lá a luzinha no fim do túnel apresenta um sinal de quem sabe uma pequena melhoria. Aí cabe dizer que o novo Presidente da ENEL, o Nunes, está apresentando aqui a todos nós, Deputado Felipe Mota, Deputado Simão Pedro, Deputada Lia Gomes, Deputado Guilherme Landim, uma luz lá no final do fim do túnel. Porém, contudo, eu falei e vou reiterar, eu tenho sido um dos deputados mais duro com aquilo que considero ser desrespeitoso com o povo cearense, que é a má prestação de serviço por uma Concessionária que já foi a melhor do Brasil; e todos nós aqui queríamos não está aqui nesta posição, mas está aqui a elogiar por ser a melhor do Brasil, mas hoje nós consideramos uma das piores.

E aquilo que a gente tem visto ser falado, mas nós não temos visto em ação. Então, por isso a nossa credibilidade, e aí a minha particularé quase nenhuma quando diz respeito à ENEL, quando diz respeito a um Plano, quando diz respeito à posição de melhorias.

Eu vi, ontem, nos meios de comunicação que a ENEL pretendia contratar mil profissionais e trezentas viaturas, trezentos carros. Tem isso, teve isso?

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Sim, foi mostrado aqui também viu, deputado. É por que...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Sim, só para não perder o raciocínio.

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Mas na realidade são 1.750 nos próximos três anos fora os 800 que estão terminando de ser contratados agora.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Aí o Deputado Guilherme Landim, o senhor tinha saído aqui um momentinho, e o Sr. Charles estava apresentando, e o Deputado Guilherme fez uma indagação muito pertinente: Entre os dez mil profissionais que tem, se seriam mil a mais ou se esses mil seriam substituição. E pelo que eu entendi são substituição. Então, se nós temos uma deficiência, se nós temos uma intranquilidade na prestação do serviço por conta de pouco efetivo, pelo que parece, pelo que tem sido, então, nós não vamos aumentar o efetivo para 1.600 ou 1.700, nós vamos somente substituir. E aí com essa substituição nós ficaremos com o mesmo efetivo, tendo em vista que a posição para os próximos três anos são de novas ligações, ou seja, aumentar ainda mais a nossa demanda aqui no Estado do Ceará. Como é que nós podemos acreditar que esse efetivo, continuando o mesmo que nós temos hoje, vai melhorar o serviço aqui no Estado do Ceará?

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Deputado, explicando aqui, detalhando melhor e o Charles naturalmente pode complementar. A substituição é o seguinte, hoje nós temos um contingente contratado que trabalha no Atendimento Emergencial, essas turmas passarão a ser próprias e trabalharemos com profissionais próprios. Esses profissionais que hoje trabalham nessa atividade, provavelmente, irão trabalhar em outras atividades de construção, que pela própria sazonalidade você tem mais flexibilidade e pelas empresas que não trabalham necessariamente só para ENEL. Esses demais que trabalham na área de construção, normalmente no momento que você tem um maior volume de obras você tem maior profissionais sendo demandados, e as empresas que nos prestam serviços com obras contratam esses profissionais e prestam esse serviço. É provável, eu acho que a gente não tem esse dimensionamento para falar aqui nesse momento, é provável que agora, a partir de junho, a gente tenha um maior incremento de empresas parceiras, exatamente pela demanda de obras que teremos. Mas a atividade que será substituída é essa atividade do Atendimento Emergencial, essa será totalmente substituída aqui, em Sobral e depois em Juazeiro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Deputados, algum comentário? Só um minuto. Pois não, Deputado Simão Pedro.

SR. DEPUTADO SIMÃO PEDRO (PSD): Pelo que eu vi aí nessa questão dos investimentos que vem sendo feito está crescendo aí no Relatório. Mas ano passado foi feito em torno de um e meio bilhão de investimento, não é isso, e nós temos uma projeção aí, e foi falado aqui de 1.6 para o futuro. Então, assim, eu fiquei até conversando aqui com o Deputado Felipe Mota, porque eu não vi muita coisa de

novidade, entendeu? Porque já está sendo o que está sendo investido. Então como é que vai ter algo novo se a gente precisa de mais investimento novo para modernizar o parque de energia?

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Deputado, se o senhor olhar naquela curva que eu mostrei de investimento, esse 1.5 bi de investimento é um salto de dois anos, do ano passado, 2022/2023. No sistema elétrico não é assim tão rápido. Você constrói uma Subestação; você reforça aquela área; depois você sai construindo todas as Redes que derivam dela. Então esse patamar de investimento é um patamar novo, desse momento, não é um patamar que vem lá de trás. Então por isso que a gente temconvicção de que será percebido a melhoria lá na ponta pelo consumidor.

SR. DEPUTADO SIMÃO PEDRO (PSD): E como tem o compromisso de mensalmente ter esse Relatório, a gente vai acompanhar isso e vamos...

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Sim.

SR. DEPUTADO SIMÃO PEDRO (PSD): Como eu disse o deputado aqui, o presidente diz e eu continuo dizendo que acredito no sonho, a gente tem que sonhar, e a população está sonhando junto com a gente. Vocês estão vendendo esse sonho e nós temos que acreditar, mas cobrando para ter retorno.

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Muito obrigado.

SR.RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): Aqui eu também queria só colocar a minha impressão muito francamente. Nós não recebemos ainda o Plano detalhado, como o Dr. Nunes disse que vai deixar aqui para cada um de nós, mas com essa apresentação eu não me sinto contemplado, não me sinto. Eu acho que com esses números, com uma questão de substituição de pessoal; eu moro aqui em Fortaleza, mas eu me sinto do interior porque estou lá toda semana e sempre que posso estou lá e moro na zona rural, e lá na minha região, em Brejo Santo, falta energia toda semana. E eu tenho amizade, por ter sido prefeito oito anos, eu tenho uma amizade com pessoas que trabalham terceirizados para vocês, com pessoas que são do quadro afetivo de vocês, e antigamente as coisas a gente conseguia resolver de maneira mais tranquila; com um telefonema você ligava e a equipe já ia para lá. Vocês criaram uma burocracia que atrapalha o processo. E eu não posso conseguir acreditar que com substituição de efetivo isso vai chegar à ponta com o resultado adequado. Se fosse uma contratação de mais gente. Eu acho que poderíamos ver isso chegar lá na ponta, mas com essa substituição, com os processos que vocês criaram que atrapalharam e muito a resolução do problema. Hoje até os funcionários lá na ponta estão de mãos atadas.

Eu ligo várias vezes como liguei no Carnaval, e a resposta que eu recebi às 11h30 da noite foi: *Deputado, infelizmente eu não vou ter como ajudar, porque nós só temos uma equipe para atender toda a região, os nove municípios. Estão numa ocorrência em Penaforte e acho que só vai voltar à energia aí amanhã de manhã.* Voltou no outro dia às 2h da tarde. Então, não é com substituição de pessoal que eu acho que esse problema vai resolver.

Então, assim, fica esse registro aqui que eu, pelo menos, enquanto Relator eu não fui convencido. Se vocês tiverem documentos e novas informações a mandar, até a gente poder terminar esse Relatório, eu quero essas informações, e vamos acompanhar ao longo da execução desse Plano, com boa vontade, mas já digo aqui de pronto que pagando para ver porque não fui convencido hoje.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Sr. Nunes, eu corroboro totalmente com as palavras do Deputado Guilherme Landim, Relator da CPI, nós aguardaremos os dados. Eu quero registrar aqui a Oitiva e não tem como não ser tensa, até porque nós aqui temos recebido do povo cearense cobranças sobre a melhoria desse serviço, evidentemente nós estamos aqui em prol do povo cearense. Eu sempre disse que a CPI não é contra a ENEL, a CPI é a favor do povo do Estado do Ceará. Nós tentamos evitar muito a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, por isso que abrimos primeiro uma Comissão para estudar o Contrato de Concessão com a ENEL. E nós temos dados de todas as relevâncias. Nós não estamos aqui buscando fazer um julgamento da empresa, mas o que tem ocorrido do Estado do Ceará deixa o povo perplexo, deixa os seus representantes perplexos, deixa todos nós, imprensa, servidores públicos, prefeitos, governador, câmara de vereadores, entidades, setor produtivo, todos sem entender como será o presente, não é nem o futuro, tendo em vista que no passado bem próximo e no presente bem recente nós temos sofrido muito com a empresa ENEL.

Sr. Nunes, o senhor não era o presidente, mas faz parte do grupo há muito tempo, conhece como ninguém, o Natal de 2023 foi muito ruim para o povo cearense. O Réveillon de 2023 para 2024, a passagem de ano foi pior do que o Natal. O Carnaval foi pior do que o Natal e do que o Réveillon e não foi pior que a Semana Santa. Então assim, são sucessivas, e na crescente, a piora da prestação de serviço ao povo do Estado do Ceará no que diz respeito à empresa ENEL. E nós não temos outra alternativa se não sermos firmes, duros, respeitosos com o CPF de cada um. Nós não temos aqui nada contra ninguém, mas nós não podemos aceitar que a empresa continue trabalhando no Estado do Ceará da maneira que ela está trabalhando.

Eu queria fazer um pedido a todos aqui da ENEL, que pudesse enviar os dados o mais rápido possível para que nós possamos, com o compromisso que fizemos com o Ministro de Minas e Energia

entregar o nosso Relatório o mais rápido possível, para que ele possa colocar também, aproveitar também aquilo que vai constar no nosso Relatório nesse Decreto que vai ser entregue à população brasileira pelo Presidente Lula. São Paulo já entregou, os outros Estados estão entregando as suas ideias, sugestões e relatórios, e nós precisamos entregar o nosso. Nós queremos pedir que envie o quanto antes os dados solicitados por cada deputado e deputada, sobretudo pelo Relator, porque ele que está fechando esse Relatório e nós precisamos cumprir lá o nosso compromisso com o Ministro, porque esse Decreto vai melhorar a legislação para o povo do Estado do Ceará, que recebem o serviço das Concessionárias de energia elétrica aqui no Estado do Ceará. É a nossa solicitação.

Por último, dizer, Sr. Nunes, que para este deputado, para esta Comissão Parlamentar de Inquérito, para esta Casa, apesar de que com seu pedido de desculpas hoje aqui, nós precisamos também reconhecer que tem humildade no novo presidente, para tratar, para ouvir, mas dizer que nós cearenses continuaremos com o mesmo pensamento: Ou a ENEL muda ou a ENEL se muda do Estado do Ceará. E que essa melhoria que o senhor hoje tentou colocar na nossa mente, e que nós vamos lhe dar um fio de esperança quando enviar os dados para nós analisarmos, mais concretos do que esses aqui; e também ideias mais concretas do que essas aqui. Repito: nós somos leigos, mas se está ruim com dez mil, ia contratar mais mil, poderia melhorar 10%, meu caro Deputado Simão Pedro. Se vai só substituir, nós entendemos que não vai melhorar nada. É a nossa análise agora momentânea, hoje, nessa Oitiva aqui com a senhora e com os senhores.

Então, passo a palavra para o senhor para lhe ouvir, mas saiba que o nosso intuito é ver essa empresa mudando a forma de trabalhar; prestando um bom serviço; respeitando o povo cearense; cobrando um preço justo por esse serviço ou se mudando do Estado do Ceará e deixando que outra venha e faça a tentativa. O que a gente escutana conversa, às vezes nas rodas de conversa é que todas as Concessionárias são iguais, mas há mais de vinte anos que nós só testamos uma, a ENEL. Então, se ela quer continuar no Estado do Ceará que ela mude, respeite o povo cearense; se ela não quer continuar ela se mude do Ceará e deixe que outra venha tentar melhorar o serviço que já está tão sofrido aqui pelo povo do Estado do Ceará.

Passo a palavra ao Senhor Nunes.

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Deputado, me permita só realmente um último esclarecimento, para depois finalizar aqui as minhas palavras.

Esse número de profissionais que a gente colocaé sempre um número que não é algo fixo e ao longo do tempo esse número é mantido. A sazonalidade das obras aumenta, faz aumentar ou reduzir esse número, dependendo de cada momento. O que a gente coloca como uma permuta e algo que foi uma substituição é a atividade de profissionais para o Atendimento Emergencial. Esta é uma substituição e passaremos a trabalhar daqui para frente com profissionais próprios. Eisso nos anima, e eu tenho recebido alguns primeiros feedbacks de algo positivo nesse sentido.

Então, não gostaríamos que pegasse esse número como sendo: *Foi uma substituição, e o número aqui está mantido o mesmo,* que não é assim, pela própria sazonalidade das obras, até com determinados períodos também. Então eu queria apenas tranquilizar nesse sentido.

E afora isso, nós vamos enviar os dados. Eu não sei que prazo o senhor nos daria para mandar uma versão final, também pegando alguns feedbacks que recebemos aqui e que são importantes para nós. Eu não sei que prazo final eu teria para fazer a entrega, o senhor pode dizer aí que nós nos adequaremos a ele.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Sr. Nunes, na verdade os dados que nós queremossão os dados que o senhor já tem, não é nem o que o senhor colheu hoje de sugestões nossa. São os dados que o senhor já tem mais detalhado desse próprio Plano, para que o Deputado Guilherme Landim, nós possamos fechar o nosso Relatório. O Ministro nos solicitouse pudéssemos, tanto nós como a ARCE, a ARCE estou vendo que ela não vai conseguir fechar o Relatório, mas ela já vai enviar uma prévia desse Relatório, mas nós queremos fechar o mais rápido possível para cumprir a meta estabelecida pelo Ministro de Minas e Energias.

Regimentalmente a nossa CPI vai até o dia 10 de Maio, mas nós tínhamos nos comprometidos com o Ministro de tentar encerrar até o final deste mês e enviar o Relatório, mesmo que não desse tempo a gente aprovar aqui na Comissão Parlamentar de Inquérito, que tivéssemos outra reunião, mas que tivesse o Relatório de posse lá do Ministro, para que ele pudesse balizá-lo nessa construção do Decreto que foi combinado lá nessa reunião com o Ministro. Então, se puder, no mais tardar, na segunda, terça-feira estar aqui conosco...

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Perfeito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): ...nos ajudaria muito para que a gente possafechar o Relatório.

Penso eu que o Decreto também lá não é um Decreto para prejudicar as concessionárias, é um Decreto evidentemente firme para cobrar das Concessionárias que se ajustem, que se organizem, que melhorem, que pegue o pouco dos bilhões que elas ganham nos seus Estados e invistam em manutenção, em compra de equipamento, na melhoria do serviço. É isso que eu entendi lá do Ministro e é isso que nós estamos buscando todos nós.

Repetindo aqui para que fique mais claro ainda: Ninguém aqui tem nada contra ninguém da ENEL, muito pelo contrário, mas nós não aceitamos mais essa forma de trabalhar que a ENEL impôs aqui no Estado do Ceará, depois de ela ter tido aí um período, um ano apenas, ela teve um período que foi a melhor do Brasil, de lá para cá ela tem definhado, definhado, definhado ao passo de que hoje aqui ela ser uma das piores do Brasil e se não nós não estaríamos aqui tomando o seu tempo, nem o tempo dos seus colegas de trabalho. Nós já estamos aqui mais de cinco horas de Oitiva aqui, e reputo sim, e foi importante tudo aqui; tudo que foi questionado pelos deputados, tudo que foi dito pelos Diretores da ENEL, mas a credibilidade está tão em baixa que nós não podemos aqui sair satisfeito desse momento para dizer que acreditamos numa melhoria.

Eu já falei isso em entrevistas, falei isso ontem aqui na Tribuna da Casa, vou reiterar aqui na presença do Sr. Nunes, que é o novo Presidente da ENEL. Nós só podemos dar um voto de credibilidade, e olha que o povo do Estado do Ceará é o povo mais generoso que eu conheço, mas só darão esse voto de credibilidade porque quem vai julgar a ENEL não somos nós deputados. Quem vai julgar a ENEL é o povo do Estado do Ceará. Se a ENEL melhorar em algum lugar que seja no nosso Estado, até para dar exemplo de que realmente ela está tentando melhorar. Penso se é assim, não sei se os meus colegas deputados corroboram aqui com essa nossa fala, mas é o sentimento que a população tem nos passado.

Lá no Brejo Santo do Deputado Guilherme Landim, lá no Sobral, onde quer que seja, se não melhorar em nenhum local para que a gente mostre um exemplo, lá no Solonópole seja onde for, nós não podemos dar o voto de credibilidade à ENEL.

Eu saio daqui satisfeito com o trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito, fizemos a nossa parte, estamos fazendo a nossa parte; vamos fechar o nosso Relatório, vamos entregar em todas as autoridades competentes, pedindo lá o que tiver que pedir de punição, sugerindo o que tiver que sugerir, enfim, nós vamos fechar o nosso Relatório e nós vamos acompanhar esse trabalho aí em diante, sobretudo, com o seu compromisso de enviar um Relatório mensalmente das melhorias que a ENEL está conseguindo praticar aqui no Estado do Ceará. Para aí sim nós podermos subir à Tribuna dessa Casa ou

visitar a ENEL e fazer um pequeno elogio que seja. Hoje a nossa credibilidade com a ENEL, me desculpem, é zero.

Pois não, Sr. Nunes.

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Eu queria dizer, deputados e deputadas, é que esse compromisso é o compromisso do nosso presidente, da nossa gestão do Presidente da ENEL-Brasil, de melhoria dos serviços, tem conhecido a nossa realidade de perto, já esteve aqui no Ceará por mais de uma vez, e é o compromisso dos colaboradores que eu diria que são diferenciados. É um diferencial que temos para superar esse desafio. Os colaboradores da ENEL são profissionais, na minha percepção, diferenciados em relação a outras empresas. O senhor *an passant* colocou: *Foi melhor do Brasil uma vez;* nós fomos o melhor do Brasil seis vezes e queremos trilhar esse caminho de resgate a excelência.

E finalizando, eu gostaria de agradecer a forma educada com que fui tratado; agradecer algumas deferências que foram colocadas, Deputado Fernando Santana como Presidente da Comissão, Deputado Guilherme Landim, Deputada Lia, Deputado Felipe Mota, Deputado Simão, muitíssimo obrigado pela paciência e pela deferência. Muito obrigado e boa noite.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Também quero agradecer a todos que estiveram presentes; agradecer aqui ao Manoel faz parte aqui da Comissão, nosso Secretário, Deputado Guilherme Landim, que tem aí se debruçado; as meninas que lhe ajudam lá Manoel? A Rejane e a Raíssa que nos ajudam muito lá no dia a dia com o Manoel; agradecer ao Vinícius, nosso Chefe de Gabinete, que tem sempre tratado com a Comissão todos os dias; agradecer ao Deputado Guilherme Landim, nosso Relator, que junto com a sua equipe tem feito um grande trabalho. Nós vamos já fechar esse trabalho e Relatório e apresentar a povo cearense; agradecer ao Deputado Simão Pedro que tem sido partícipe, combatível nessa luta nossa de ver a melhoria pela empresa ENEL aqui no Estado do Ceará; agradecer ao Deputado Felipe Mota, da mesma maneira participou até aqui sempre sugerindo, sempre cobrando, sempre buscando melhorias e agradecer aqui a Deputada Lia Gomes que a voz feminina na CPI, ela não perde uma reunião, vamos a Brasília, ela está junto compra passagem até de última hora, e está lá conosco nessa luta fazendo os questionamentos, porque ela sente na pele andando municípios, visitando os municípios como a defensora que é do povo cearense, ela sente na pele a reclamação, as queixas e a angustia do povo do Estado do Ceará. Então, agradecer, em nome deles, todas as deputadas e deputados que fazem parte da Comissão Parlamentar de Inquérito e aos 46

Parlamentares, que pela primeira vez na história da Assembleia é uma Comissão Parlamentar de Inquérito, assinada, solicitada pela unanimidade desta Casa.

Agradecer ao Presidente desta Casa Deputado Evandro Leitão que deu todo apoio e por fim ao Governador Elmano de Freitas que teve a coragem de observar, dialogar, analisar e se somar ao trabalho da CPI, para ir lá no Ministério de Minas e Energias, cobrar melhorias aqui para o Estado do Ceará no fornecimento de energia elétrica. E lembrando à população, e lembrando aos deputados que a ENEL trabalha na perspectiva de dois serviços essenciais de nossa vida: a energia elétrica, aí é sim o trabalho dela, é expertise dela, mas também a internet que passa pela ENEL; que se a ENEL não fizer um bom trabalho ela também prejudica esse outro serviço, que se transformou em serviço essencial, depois da pandemia, sobretudo, na pandemia e após a pandemia, que é o serviço de fornecimento de internet em nossas casas, em nossas empresas; do cabeamento que passa pelos postos da ENEL, que lá atrás a ENEL quis triplicar, quadruplicar e aí vai o valor cobrado por poste, mas isso foi barrado. Pelo menos essa página da revista, ou da novela, ou do filme nós já passamos. Agora nós continuamos é na celeuma e na luta por uma boa manutenção, por uma compra de equipamento, para que possamos ver a ENEL prestando o mínimo que seja de um bom serviço ao povo do Estado do Ceará. Lembrando que ela cobra caro a tarifa que ela cobra, porque se fosse um centavo ainda seria muito caro pelo péssimo serviço que ela tem prestado. E a luzinha lá no fim do túnel está apontando nós vamos cobrar da ENEL mensalmente, pelo menos pelos próximos 36 meses que é o compromisso feito aqui de enviar o relatório da melhoria.

Agradecer ao Dr. Cleto, que é advogado da ENEL, que veio duas sessões aqui e estava ali doido para colocar os serviços dele para funcionar, mas até então não foi preciso a não ser pelo *habeas corpus* hoje do nosso Presidente da ENEL, que veio aqui talvez preocupado em pegar aqui não deputados compromissados com o povo do Ceará, mas pegar aqui leões vorazes para vender imagem das pessoas, e nós não estamos aqui atrás disso. O único intuito dessa Casa é ver o serviço da ENEL melhorando. Por fim, ou a ENEL muda ou a ENEL se muda do Ceará.

Declaro encerrada essa reunião agradecendo a todos os presentes que aqui estão, a imprensa e a todas e a todos. Ou a ENEL muda ou a ENEL se muda. Muito obrigado a todos.

ATÁ DA REUNIÃO INAUGURAL DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (CPI) PARA INVESTIGAR IRREGULARIDADES E PRÁTICAS ABUSIVAS POR PARTE DA ENEL NO ESTADO DO CEARÁ.

Aos 21 dias do mês de agosto de dois mil e vinte e três, segunda-feira, às 14h15min horas, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar irregularidades e práticas abusivas por Parte da Enel no Estado do Ceará da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, no salão nobre da Presidência da casa, sob a Presidência do Deputado Fernando Santana. Registraram presenças os seguintes Deputados: Fernando Santana (Presidente), Carmelo Neto (Vice-presidente), Felipe Mota, Guilherme Sampaio, Bruno Pedrosa, Romeu Aldigueri, Agenor Neto e Daniel Oliveira. **ABERTURA:** Não houve leitura de ata de sessão anterior. O Presidente, Deputado Fernando Santana, deu início aos trabalhados afirmando que se tratava de uma reunião para definir os trabalhos da CPI e designar o dia para a abertura da primeira reunião. **DADA A PALAVRA AO PROCURADOR DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA**, que fez o uso da palavra, fazendo breve explanação sobre os trabalhos da CPI. **Concluída a explicação do Procurador**, o PRESIDENTE, DEPUTADO FERNANDO SANTANA, concedeu a palavra aos deputados presentes. DADA A PALAVRA AO DEPUTADO CARMELO NETO, que afirmou que esteve em contato com Deputados Estaduais do Estado de São Paulo sobre a CPI da Enel existente no Estado de São Paulo, para fins de dividir a CPI em grupos de trabalhos (sub-relatorias), para fins de otimizar os trabalhos da Comissão. Dada a palavra ao DEPUTADO GUILHERME SAMPAIO, este fez o uso da palavra e parabenizando a Assembleia acerca do relatório realizado pela Comissão Especial realizada em dezembro de 2022, bem como sugeriu que fossem aprovados na primeira reunião todos os requerimentos já protocolizados pelos Deputado integrantes da CPI. Dada a palavra ao DEPUTADO FELIPE MOTA, este parabenizou a casa sobre a iniciativa, bem como explicou sobre o seu plano de trabalho da CPI, afirmando ainda que protocolará requerimento requerendo a oitiva de Sr. Maia Júnior, responsável no Governo Estadual à época do início da atuação da Enel no Estado do Ceará. DADA A PALAVRA AO DEPUTADO SIMÃO PEDRO, que parabenizou a Assembleia sobre a iniciativa de instalação da CPI. DADA A PALAVRA AO DEPUTADO BRUNO PEDROSA, este parabenizou a Assembleia sobre a iniciativa de abertura da CPI, bem com esclareceu sobre a necessidade de

Av. Desembargador Moreira, 2807| Dionísio Torres | CEP: 60170-900 | Fortaleza-CE
DISQUE ASSEMBLEIA: 0800 2802887

se apurar a questão das usinas de energia solar (energias renováveis). DADA A PALAVRA AO DEPUTADO DANIEL OLIVEIRA, que também parabenizou a Alece sobre o início dos trabalhos da CPI, bem como concordou com o Deputado Bruno Pedrosa sobre a sua fala. Ressaltou sobre a dificuldade dos gestores municipais de contactar a empresa Enel. Após a fala dos deputados, o DEPUTADO FERNANDO SANTANA afirmou que na próxima reunião da CPI será para apreciação e votação dos requerimentos já protocolizados pelos deputados integrantes da CPI, bem como será apresentado pelo Deputado Guilherme Landim explanação sobre o relatório final da Comissão Especial realizada no ano de 2022. Ficou ao final deliberado pelos participantes da reunião que as reuniões ordinárias ocorrerão as quartas-feiras, às 15:00 horas. **Nada mais havendo a tratar**, o Presidente, Deputado Fernando Santana, encerrou os trabalhos às 16:25. E, para constar, eu, _____ Manoel de Sousa Aires Junior, secretariei os trabalhos, lavrei a presente ata, que, lida, discutida e aprovada, será assinada pelo Presidente, _____ Deputado Fernando Santana.

Deputado Fernando Santana
Presidente

Manoel de Sousa Aires Junior
Secretário

Av. Desembargador Moreira, 2807| Dionísio Torres | CEP: 60170-900 | Fortaleza-CE
DISQUE ASSEMBLEIA: 0800 2802887

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (CPI) PARA INVESTIGAR IRREGULARIDADES E PRÁTICAS ABUSIVAS POR PARTE DA ENEL NO ESTADO DO CEARÁ.

Aos 30 dias do mês de agosto de dois mil e vinte e três, segunda-feira, às 16h horas, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar irregularidades e práticas abusivas por Parte da Enel no Estado do Ceará, na sala das comissões (sala 04) da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, sob a Presidência do Deputado Fernando Santana. Registraram presenças os seguintes Deputados: Fernando Santana (Presidente), Carmelo Neto (Vice-Presidente), Guilherme Landim (Relator), Bruno Pedrosa, Romeu Aldigueri, Felipe Mota, De Assis Diniz, Gabriella Aguiar, Larissa Gaspar, Lia Gomes, Danniel Oliveira, Guilherme Sampaio e Simão Pedro. **ABERTURA:** Dispensada a Leitura da Ata da Reunião Anterior, devidamente aprovada. O Vice-Presidente, Deputado Carmelo Neto, deu início aos trabalhos, dando a palavra ao Deputado Guilherme Landim, a fim de que esse explanasse acerca dos trabalhos da Comissão Especial da Enel de 2022. Assim, **DADA A PALAVRA AO RELATOR**, que fez o uso da palavra, este apresentou sumariamente os resultados constantes no relatório final da referida comissão. Após a explanação do relatório, passou-se a presidência dos trabalhos para o PRESIDENTE, DEPUTADO FERNANDO SANTANA, que concedeu a palavra aos deputados presentes, que se manifestaram acerca dos descumprimentos por parte da Enel e dos objetivos da presente CPI. O DEPUTADO FERNANDO SANTANA aduziu que entrou em contato com o Presidente da ARCE e seu corpo técnico, tendo sido acordada a presença desses na reunião ordinária do dia 13 de setembro de 2023, às 15:30. **PASSOU-SE A LEITURA DOS REQUERIMENTOS APRESENTADOS,** de modo que os Deputados que os apresentaram fizerem a defesa dos seus pedidos, requerendo-se a aprovação pelos Deputados presentes. **OS REQUERIMENTOS DE Nº 01 A 17 E Nº 20 A 31 FORAM APROVADOS, POR UNANIMIDADE. OS REQUERIMENTOS DE Nº 18 E 19 FORAM SOBRESTADOS. INCLUSÃO DE PAUTA: Requerimento nº 32**, de autoria do Deputado Danniel Oliveira, que foi discutido e foi aprovado pelos presentes, por unanimidade, e **Requerimento nº 33**, de autoria da Deputada Larissa Gaspar, com subscrição do Deputado Guilherme Sampaio, que foi discutido e foi aprovado pelos presentes, por unanimidade. **Nada mais havendo a tratar**, o Presidente, Deputado Fernando Santana, encerrou os

Av. Desembargador Moreira, 2807| Dionísio Torres | CEP: 60170-900 | Fortaleza-CE
DISQUE ASSEMBLEIA: 0800 2802887

CPI Enel ALECE

trabalhos às 17:22. O inteiro teor da reunião foi gravado, e as notas taquigráficas, após decodificadas, farão parte deste documento. E, para constar, eu, Manoel de Sousa Aires Junior, secretariei os trabalhos, lavrei a presente ata, que, lida, discutida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Fernando Santana.

Deputado Fernando Santana
Presidente

Manoel de Sousa Aires Junior
Secretário

Av. Desembargador Moreira, 2807| Dionísio Torres | CEP: 60170-900 | Fortaleza-CE
DISQUE ASSEMBLEIA: 0800 2802887

CPI Enel ALECE

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (CPI) PARA INVESTIGAR IRREGULARIDADES E PRÁTICAS ABUSIVAS POR PARTE DA ENEL NO ESTADO DO CEARÁ.

Aos 13 dias do mês de setembro de dois mil e vinte e três, quarta-feira, às 15:30 horas, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar irregularidades e práticas abusivas por Parte da Enel no Estado do Ceará, na sala das comissões (sala 04) da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, sob a Presidência do Deputado Carmelo Neto. Registraram presenças os seguintes Deputados: Fernando Santana, Carmelo Neto (Presidente em exercício), Guilherme Landim (Relator), Bruno Pedrosa, Romeu Aldigueri, Felipe Mota, Gabriella Aguiar, Larissa Gaspar, Lia Gomes e Guilherme Sampaio. Presente o convidado e depoente, **SR. HÉLIO WINSTON LEITÃO**, Presidente da Agência Reguladora do Estado do Ceará - ARCE, acompanhado do Sr. José Dickson Araújo de Oliveira, Coordenador de Energia Elétrica da ARCE. **ABERTURA:** Dispensada a Leitura da Ata da Reunião Anterior, devidamente aprovada. O Presidente em exercício, Deputado Carmelo Neto, deu início aos trabalhos. **ORDEM DO DIA**: a) Oitiva do Sr. Hélio Winston Leitão, Presidente da Agência Reguladora do Estado do Ceará (ARCE), conforme Requerimentos 15/2023 e 24/2023, dos Deputados Carmelo Neto e Guilherme Landim, aprovados por unanimidade na Reunião Ordinária ocorrida no dia 30/08/2023. DADA A PALAVRA AO CONVIDADO para esclarecimentos iniciais, pelo prazo de 15 (quinze) minutos, este cumprimentou todos os membros da mesa. Prosseguindo, explanou brevemente acerca da atuação da ARCE e expôs os desafios enfrentados junto à Enel e à ANEEL. DADA A PALAVRA AO DEPUTADO GUILHERME LANDIM (RELATOR), que realizou perguntas ao convidado, tendo este respondido as devidas perguntas. DADA A PALAVRA AO DEPUTADO CARMELO NETO (PRESIDENTE EM EXERCÍCIO), que realizou perguntas ao convidado, tendo este respondido as devidas perguntas. DADA A PALAVRA AO DEPUTADO GUILHERME SAMPAIO, que realizou perguntas ao convidado, tendo este respondido as devidas perguntas. DADA A PALAVRA À DEPUTADA GABRIELLA AGUIAR, que realizou perguntas ao convidado, tendo este respondido as devidas perguntas. DADA A PALAVRA AO DEPUTADO FELIPE MOTA, que realizou perguntas ao convidado, tendo este respondido as devidas perguntas. DADA A PALAVRA À DEPUTADA LARISSA GASPAR, que realizou perguntas ao convidado, tendo este respondido as devidas perguntas. DADA A

Comissão Parlamentar de Inquérito da Enel Distribuição Ceará

PALAVRA AO DEPUTADO BRUNO PEDROSA, que realizou perguntas ao convidado, tendo este respondido as devidas perguntas. DADA A PALAVRA À DEPUTADA LIA GOMES, que realizou perguntas ao convidado, tendo este respondido as devidas perguntas. **Nada mais havendo a tratar**, o Presidente em exercício, Deputado Carmelo Neto, encerrou os trabalhos às 17:45. O inteiro teor da reunião foi gravado, e as notas taquigráficas, após decodificadas, farão parte deste documento. E, para constar, eu, Manoel de Sousa Aires Junior, secretariei os trabalhos, lavrei a presente ata, que, lida, discutida e aprovada, será assinada pelo Presidente em exercício, Deputado Carmelo Neto.

Deputado Carmelo Neto
Presidente em exercício

Manoel de Sousa Aires Junior
Secretário

Av. Desembargador Moreira, 2807| Dionísio Torres | CEP: 60170-900 | Fortaleza-CE
DISQUE ASSEMBLEIA: 0800 2802887

TERMO DE COMPARECIMENTO E DEPOIMENTO DO SR. HÉLIO WINSTON LEITÃO, PRESIDENTE DA ARCE, NA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CPI DA ENEL DISTRIBUIÇÃO CEARÁ

Aos 13 dias do mês de setembro do ano de 2023, às 15:30 horas, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito, na Sala 04 das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, sob a Presidência do Deputado Carmelo Neto, para realização da 2ª Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito, para fins de oitiva do **Sr. HÉLIO WINSTON LEITÃO**, presidente da Agência Reguladora do Estado do Ceará - ARCE, na qualidade de testemunha. Verificado o quórum, o Presidente declarou aberta a reunião. O convidado compareceu para prestar depoimento. Após a qualificação do convidado, este explanou brevemente acerca da atuação da ARCE e expôs os desafios enfrentados junto à Enel e à ANEEL. Utilizaram da palavra, para inquirir o depoente, os deputados GUILHERME LANDIM (RELATOR), CARMELO NETO (PRESIDENTE EM EXERCÍCIO), GUILHERME SAMPAIO, GABRIELLA AGUIAR, FELIPE MOTA, LARISSA GASPAR, BRUNO PEDROSA e LIA GOMES. O inteiro teor das perguntas realizadas pelos Deputados e o inteiro teor das respostas dadas pela testemunha foram gravados, e as notas taquigráficas, após decodificadas, farão parte deste documento. **Nada mais havendo a perguntar, o Presidente em exercício, Deputado Carmelo Neto, encerrou a audiência às 17:45 horas.** E, para constar, eu, Manoel de Sousa Aires Junior, Secretário, lavrei o presente termo, que será assinado pelo Presidente em exercício, Deputado Carmelo Neto.

HÉLIO WINSTON LEITÃO
Depoente

Av. Desembargador Moreira, 2807| Dionísio Torres | CEP: 60170-900 | Fortaleza-CE
DISQUE ASSEMBLEIA: 0800 2802887

CPI Enel ALECE

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (CPI) PARA INVESTIGAR IRREGULARIDADES E PRÁTICAS ABUSIVAS POR PARTE DA ENEL NO ESTADO DO CEARÁ.

Aos 20 dias do mês de setembro de dois mil e vinte e três, quarta-feira, às 15:18 horas, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar irregularidades e práticas abusivas por Parte da Enel no Estado do Ceará, na sala das comissões (sala 04) da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, sob a Presidência do Deputado Fernando Santana. Registraram presenças os seguintes Deputados: Fernando Santana (Presidente), Guilherme Landim (Relator), Felipe Mota, Gabriella Aguiar, Lia Gomes, Guilherme Sampaio e Agenor Neto. Presentes os convidados e depoentes, **Sra. VALÉRIA SOARES CAVALCANTE COLARES,** Diretora do Programa de Orientação Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON ASSEMBLEIA, e **Sr. ANTÔNIO ERILDO LEMOS PONTES**, Presidente do Conselho de Consumidores da Enel Distribuição Ceará - CONERGE. **ABERTURA:** Dispensada a Leitura da Ata da Reunião Anterior, devidamente aprovada. O Presidente, Deputado Fernando Santana, deu início aos trabalhos. **ORDEM DO DIA:** a) **OITIVA DA SRA. VALÉRIA SOARES CAVALCANTE COLARES, DIRETORA DO PROGRAMA DE ORIENTAÇÃO PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - PROCON ASSEMBLEIA**, conforme Requerimento 20/2023, de autoria do Deputado Carmelo Neto, aprovado por unanimidade na Reunião Ordinária ocorrida no dia 30/08/2023. DADA A PALAVRA À CONVIDADA, esta explanou brevemente acerca da atuação do PROCON ASSEMBLEIA e expôs os desafios enfrentados junto à Enel. DADA A PALAVRA AO DEPUTADO GUILHERME SAMPAIO, que realizou perguntas à convidada, tendo esta respondido as devidas perguntas. DADA A PALAVRA AO DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PRESIDENTE), que realizou perguntas à convidada, tendo esta respondido as devidas perguntas. DADA A PALAVRA AO DEPUTADO FELIPE MOTA, que realizou perguntas à convidada, tendo esta respondido as devidas perguntas. DADA A PALAVRA À DEPUTADA GABRIELLA AGUIAR, que realizou perguntas à convidada, tendo esta respondido as devidas perguntas. DADA A PALAVRA AO DEPUTADO GUILHERME LANDIM (RELATOR), que realizou perguntas à convidada, tendo esta respondido as devidas perguntas; b) **OITIVA DO SR. ANTONIO ERILDO LEMOS PONTES, PRESIDENTE DO CONSELHO DE CONSUMIDORES DA ENEL DISTRIBUIÇÃO CEARÁ -**

Av. Desembargador Moreira, 2807| Dionísio Torres | CEP: 60170-900 | Fortaleza-CE
DISQUE ASSEMBLEIA: 0800 2802887

CPI Enel ALECE

CONERGE, conforme Requerimento 30/2023, de autoria do Deputado Guilherme Landim, aprovado por unanimidade na Reunião Ordinária ocorrida no dia 30/08/2023. DADA A PALAVRA AO CONVIDADO este explanou brevemente acerca da atuação da CONERGE e expôs os desafios enfrentados junto à Enel. DADA A PALAVRA AO DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PRESIDENTE), que realizou perguntas ao convidado, tendo este respondido as devidas perguntas. DADA A PALAVRA AO DEPUTADO GUILHERME LANDIM (RELATOR), que realizou perguntas ao convidado, tendo este respondido as devidas perguntas. DADA A PALAVRA À DEPUTADA GABRIELLA AGUIAR, que realizou perguntas ao convidado, tendo este respondido as devidas perguntas. c) **LEITURA, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DE REQUERIMENTOS E RELATÓRIOS EM GERAL:** Os deputados presentes concordaram no adiamento destes para a próxima reunião deliberativa. **Nada mais havendo a tratar**, o Presidente, Deputado Fernando Santana, encerrou os trabalhos às 17:17. O inteiro teor da reunião foi gravado, e as notas taquigráficas, após decodificadas, farão parte deste documento. E, para constar, eu, Manoel de Sousa Aires Junior, secretariei os trabalhos, lavrei a presente ata, que, lida, discutida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Fernando Santana.

Deputado Fernando Santana
Presidente

Manoel de Sousa Aires Junior
Secretário

Av. Desembargador Moreira, 2807| Dionísio Torres | CEP: 60170-900 | Fortaleza-CE
DISQUE ASSEMBLEIA: 0800 2802887

CPI Enel ALECE

TERMO DE COMPARECIMENTO E DEPOIMENTO DO SR. ANTÔNIO ERILDO LEMOS PONTES, PRESIDENTE DO CONERGE, NA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CPI DA ENEL DISTRIBUIÇÃO CEARÁ

Aos 20 dias do mês de setembro do ano de 2023, às 15:18 horas, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito, na Sala 04 das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, sob a Presidência do Deputado Fernando Santana, para realização da 3ª Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito, para fins de oitiva do **Sr. ANTÔNIO ERILDO LEMOS PONTES**, Presidente do Conselho de Consumidores da Enel Distribuição Ceará - CONERGE, na qualidade de testemunha. Verificado o quórum, o Presidente declarou aberta a reunião. O convidado compareceu para prestar depoimento. Após a qualificação do convidado, este explanou brevemente acerca da atuação da CONERGE e expôs os desafios enfrentados junto à Enel. Utilizaram da palavra, para inquirir o depoente, os deputados FERNANDO SANTANA (PRESIDENTE), GUILHERME LANDIM (RELATOR), e GABRIELLA AGUIAR. O inteiro teor das perguntas realizadas pelos Deputados e o inteiro teor das respostas dadas pela testemunha foram gravados, e as notas taquigráficas, após decodificadas, farão parte deste documento. **Nada mais havendo a perguntar, o Presidente, Deputado Fernando Santana, encerrou a audiência às 17:05 horas.** E, para constar, eu, Manoel de Sousa Aires Junior, Secretário, lavrei o presente termo, que será assinado pelo Presidente, Deputado Fernando Santana.

ANTÔNIO ERILDO LEMOS PONTES
Depoente

CPI Enel ALECE
Av. Desembargador Moreira, 2807| Dionísio Torres | CEP: 60170-900 | Fortaleza-CE
DISQUE ASSEMBLEIA: 0800 2802887

TERMO DE COMPARECIMENTO E DEPOIMENTO DA SRA. VALÉRIA SOARES CAVALCANTE COLARES, DIRETORA DO PROCON ASSEMBLEIA, NA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CPI DA ENEL DISTRIBUIÇÃO CEARÁ

Aos 20 dias do mês de setembro do ano de 2023, às 15:18 horas, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito, na Sala 04 das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, sob a Presidência do Deputado Fernando Santana, para realização da 3ª Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito, para fins de oitiva da **Sra. VALÉRIA SOARES CAVALCANTE COLARES**, Diretora do Programa de Orientação Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON ASSEMBLEIA, na qualidade de testemunha. Verificado o quórum, o Presidente declarou aberta a reunião. A convidada compareceu para prestar depoimento. Após a qualificação da convidada, esta explanou brevemente acerca da atuação do PROCON ASSEMBLEIA e expôs os desafios enfrentados junto à Enel. Utilizaram da palavra, para inquirir a depoente, os deputados GUILHERME SAMPAIO, FERNANDO SANTANA (PRESIDENTE), FELIPE MOTA, GABRIELLA AGUIAR e GUILHERME LANDIM (RELATOR). O inteiro teor das perguntas realizadas pelos Deputados e o inteiro teor das respostas dadas pela testemunha foram gravados, e as notas taquigráficas, após decodificadas, farão parte deste documento. **Nada mais havendo a perguntar, o Presidente, Deputado Fernando Santana, encerrou a audiência às 15:55 horas.** E, para constar, eu, Manoel de Sousa Aires Junior, Secretário, lavrei o presente termo, que será assinado pelo Presidente, Deputado Fernando Santana.

VALÉRIA SOARES CAVALCANTE COLARES
Depoente

Av. Desembargador Moreira, 2807| Dionísio Torres | CEP: 60170-900 | Fortaleza-CE
DISQUE ASSEMBLEIA: 0800 2802887

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (CPI) PARA INVESTIGAR IRREGULARIDADES E PRÁTICAS ABUSIVAS POR PARTE DA ENEL NO ESTADO DO CEARÁ.

Aos 09 dias do mês de outubro de dois mil e vinte e três, segunda-feira, às 15:18 horas, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar irregularidades e práticas abusivas por Parte da Enel no Estado do Ceará, no Auditório Murilo Aguiar da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, sob a Presidência do Deputado Fernando Santana. Registraram presenças os seguintes Deputados: Fernando Santana (Presidente), Carmelo Neto (Vice-Presidente), Guilherme Landim (Relator), Larissa Gaspar, Lia Gomes (por videoconferência), Felipe Mota (por videoconferência), Bruno Pedrosa, Guilherme Sampaio e Agenor Neto. Presente o convidado e depoente, **Sr. PLÍNIO MONTEIRO NETO**, Presidente do Sindicato dos Eletricitários do Estado do Ceará - SINDELETRO, acompanhado do Sr. Fernando Antônio de Moura Avelino, diretor administrativo do SINDELETRO, e da Sra. Francisca Jane Eire Calixto de Almeida Morais, advogada do SINDELETRO. **ABERTURA:** Dispensada a Leitura da Ata da Reunião anterior, devidamente aprovada. O Presidente, Deputado Fernando Santana, deu início aos trabalhos, dando a palavra ao Sr. Giovani Aquino, integrante do movimento dos terceirizados que foram demitidos da Enel. **ORDEM DO DIA**: a) **OITIVA DO SR. PLÍNIO MONTEIRO NETO, PRESIDENTE DO SINDICATO DOS ELETRICITÁRIOS DO ESTADO DO CEARÁ - SINDELETRO**, conforme Requerimento 33/2023, da Deputada Larissa Gaspar, com subscrição do Deputado Guilherme Sampaio, aprovado por unanimidade na Reunião Ordinária ocorrida no dia 30/08/2023. DADA A PALAVRA AO CONVIDADO para esclarecimentos iniciais, este explanou brevemente acerca da atuação do SINDELETRO e expôs os desafios enfrentados junto à Enel. DADA A PALAVRA AO DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PRESIDENTE), que realizou perguntas ao convidado, tendo este respondido as devidas perguntas. DADA A PALAVRA À DEPUTADA LARISSA GASPAR, que realizou perguntas ao convidado, tendo este respondido as devidas perguntas. DADA A PALAVRA AO DEPUTADO CARMELO NETO (VICE-PRESIDENTE), que realizou perguntas ao convidado, tendo este respondido as devidas perguntas. DADA A PALAVRA AO DEPUTADO GUILHERME SAMPAIO, que realizou perguntas ao convidado, tendo este respondido as devidas perguntas. b) **LEITURA,**

Av. Desembargador Moreira, 2807| Dionísio Torres | CEP: 60170-900 | Fortaleza-CE
DISQUE ASSEMBLEIA: 0800 2802887

CPI Enel ALECE

DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DE REQUERIMENTOS E RELATÓRIOS EM GERAL: Os deputados presentes concordaram no adiamento destes para a próxima reunião deliberativa. **Nada mais havendo a tratar**, o Presidente, Deputado Fernando Santana, encerrou os trabalhos às 17:01. O inteiro teor da reunião foi gravado, e as notas taquigráficas, após decodificadas, farão parte deste documento. E, para constar, eu, Manoel de Sousa Aires Junior, secretariei os trabalhos, lavrei a presente ata, que, lida, discutida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Fernando Santana.

Deputado Fernando Santana
Presidente

Manoel de Sousa Aires Junior
Secretário

CPI Enel ALECE
Av. Desembargador Moreira, 2807| Dionísio Torres | CEP: 60170-900 | Fortaleza-CE
DISQUE ASSEMBLEIA: 0800 2802887

TERMO DE COMPARECIMENTO E DEPOIMENTO DO SR. PLÍNIO MONTEIRO NETO, PRESIDENTE DO SINDELETRO, NA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CPI DA ENEL DISTRIBUIÇÃO CEARÁ

Aos 09 dias do mês de outubro do ano de 2023, às 15:18 horas, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito, no Auditório Murilo Aguiar da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, sob a Presidência do Deputado Fernando Santana, para realização da 1ª Reunião Extraordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito, para fins de oitiva do **Sr. PLÍNIO MONTEIRO NETO**, Presidente do Sindicato dos Eletricitários do Estado do Ceará - SINDELETRO, na qualidade de testemunha. Verificado o quórum, o Presidente declarou aberta a reunião. O convidado compareceu para prestar depoimento. Após a qualificação do convidado, este explanou brevemente acerca da atuação do SINDELETRO e expôs os desafios enfrentados junto à Enel. Utilizaram da palavra, para inquirir o depoente, os deputados FERNANDO SANTANA (PRESIDENTE), LARISSA GASPAR, CARMELO NETO (VICE-PRESIDENTE) e GUILHERME SAMPAIO. O inteiro teor das perguntas realizadas pelos Deputados e o inteiro teor das respostas dadas pela testemunha foram gravados, e as notas taquigráficas, após decodificadas, farão parte deste documento. **Nada mais havendo a perguntar, o Presidente, Deputado Fernando Santana, encerrou a audiência às 17:01 horas.** E, para constar, eu, Manoel de Sousa Aires Junior, Secretário, lavrei o presente termo, que será assinado pelo Presidente, Deputado Fernando Santana.

PLÍNIO MONTEIRO NETO
Depoente

Av. Desembargador Moreira, 2807| Dionísio Torres | CEP: 60170-900 | Fortaleza-CE
DISQUE ASSEMBLEIA: 0800 2802887

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (CPI) PARA INVESTIGAR IRREGULARIDADES E PRÁTICAS ABUSIVAS POR PARTE DA ENEL NO ESTADO DO CEARÁ.

Aos 10 dias do mês de outubro de dois mil e vinte e três, terça-feira, às 15:26 horas, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar irregularidades e práticas abusivas por Parte da Enel no Estado do Ceará, na Sala 03 das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, sob a Presidência do Deputado Fernando Santana. Registraram presenças os seguintes Deputados: Fernando Santana (Presidente), Carmelo Neto (Vice-Presidente), Guilherme Landim (Relator), Gabriella Aguiar, Felipe Mota, Lia Gomes (por videoconferência), Larissa Gaspar e Bruno Pedrosa. Presente o convidado e depoente, **Sr. FRANCISCO DE CASTRO MENEZES JUNIOR**, Presidente da Associação dos Municípios do Estado do Ceará - APRECE, acompanhado do Sr. Aniziario Jorge Costa, prefeito do Município de Jardim. **ABERTURA:** Dispensada a Leitura da Ata da Reunião anterior, devidamente aprovada. O Presidente, Deputado Fernando Santana, deu início aos trabalhos. **ORDEM DO DIA**: a) **OITIVA DO SR. FRANCISCO DE CASTRO MENEZES JUNIOR, PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ - APRECE**, conforme Requerimento 08/2023, do Deputado Guilherme Landim, aprovado por unanimidade na Reunião Ordinária ocorrida no dia 30/08/2023. DADA A PALAVRA AO CONVIDADO para esclarecimentos iniciais, este explanou brevemente acerca da atuação da APRECE e expôs os desafios enfrentados junto à Enel. DADA A PALAVRA AO DEPUTADO GUILHERME LANDIM (RELATOR), que realizou perguntas ao convidado, tendo este respondido as devidas perguntas. DADA A PALAVRA AO DEPUTADO FELIPE MOTA, que realizou perguntas ao convidado, tendo este respondido as devidas perguntas. DADA A PALAVRA À DEPUTADA LARISSA GASPAR, que realizou perguntas ao convidado, tendo este respondido as devidas perguntas. DADA A PALAVRA À DEPUTADA GABRIELLA AGUIAR, que realizou perguntas ao convidado, tendo este respondido as devidas perguntas. DADA A PALAVRA AO DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PRESIDENTE), que realizou perguntas ao convidado, tendo este respondido as devidas perguntas. OS DEPUTADOS PRESENTES CONCORDARAM COM O DEPOIMENTO DO SR. ANIZIARIO JORGE COSTA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JARDIM. b) **LEITURA, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DE REQUERIMENTOS E RELATÓRIOS EM GERAL: OS**

Av. Desembargador Moreira, 2807| Dionísio Torres | CEP: 60170-900 | Fortaleza-CE
DISQUE ASSEMBLEIA: 0800 2802887

CPI Enel ALECE

REQUERIMENTOS DE Nº 34 A 69 FORAM APROVADOS, POR UNANIMIDADE. INCLUSÃO DE PAUTA: Requerimento nº 70, de autoria do Deputado Danniel Oliveira, que foi discutido e foi aprovado pelos presentes, por unanimidade, e **Requerimento nº 71**, de autoria do Deputado Guilherme Landim, que foi discutido e foi aprovado pelos presentes, por unanimidade. **Nada mais havendo a tratar**, o Presidente, Deputado Fernando Santana, encerrou os trabalhos às 16:32. O inteiro teor da reunião foi gravado, e as notas taquigráficas, após decodificadas, farão parte deste documento. E, para constar, eu, Manoel de Sousa Aires Junior, secretariei os trabalhos, lavrei a presente ata, que, lida, discutida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Fernando Santana.

Deputado Fernando Santana
Presidente

Manoel de Sousa Aires Junior
Secretário

Av. Desembargador Moreira, 2807| Dionísio Torres | CEP: 60170-900 | Fortaleza-CE
DISQUE ASSEMBLEIA: 0800 2802887

CPI Enel ALECE

TERMO DE COMPARECIMENTO E DEPOIMENTO DO SR. FRANCISCO DE CASTRO MENEZES JUNIOR, PRESIDENTE DA APRECE, NA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CPI DA ENEL DISTRIBUIÇÃO CEARÁ

Aos 10 dias do mês de outubro do ano de 2023, às 15:26 horas, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito, na Sala 03 das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, sob a Presidência do Deputado Fernando Santana, para realização da 2ª Reunião Extraordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito, para fins de oitiva do **Sr. FRANCISCO DE CASTRO MENEZES JUNIOR**, Presidente da Associação dos Municípios do Estado do Ceará - APRECE, na qualidade de testemunha. Verificado o quórum, o Presidente declarou aberta a reunião. O convidado compareceu para prestar depoimento. Após a qualificação do convidado, este explanou brevemente acerca da atuação da APRECE e expôs os desafios enfrentados junto à Enel. Utilizaram da palavra, para inquirir o depoente, os deputados GUILHERME LANDIM (RELATOR), FELIPE MOTA, LARISSA GASPAR, GABRIELLA AGUIAR, FERNANDO SANTANA (PRESIDENTE). O inteiro teor das perguntas realizadas pelos Deputados e o inteiro teor das respostas dadas pela testemunha foram gravados, e as notas taquigráficas, após decodificadas, farão parte deste documento. **Nada mais havendo a perguntar, o Presidente, Deputado Fernando Santana, encerrou a audiência às 16:22 horas.** E, para constar, eu, Manoel de Sousa Aires Junior, Secretário, lavrei o presente termo, que será assinado pelo Presidente, Deputado Fernando Santana.

FRANCISCO DE CASTRO MENEZES JUNIOR
Depoente

CPI Enel ALECE
Av. Desembargador Moreira, 2807| Dionísio Torres | CEP: 60170-900 | Fortaleza-CE
DISQUE ASSEMBLEIA: 0800 2802887

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (CPI) PARA INVESTIGAR IRREGULARIDADES E PRÁTICAS ABUSIVAS POR PARTE DA ENEL NO ESTADO DO CEARÁ.

Aos 25 dias do mês de outubro de dois mil e vinte e três, quarta-feira, às 15:33 horas, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar irregularidades e práticas abusivas por Parte da Enel no Estado do Ceará, na Sala 04 das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, sob a Presidência do Deputado Bruno Pedrosa. Registraram presenças os seguintes Deputados: Bruno Pedrosa (Presidente em Exercício), Fernando Santana, Guilherme Landim (Relator), Felipe Mota, Gabriella Aguiar, Lia Gomes e Guilherme Sampaio. Ausente, justificadamente, o primeiro convidado e depoente, Sr. Vereador Lúcio Bruno, sendo adiada a sua oitiva. Presente o segundo convidado e depoente, **Sr. RODRIGO SAUAIA**, Presidente da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (ABSOLAR). **ABERTURA:** Dispensada a Leitura da Ata da Reunião Anterior, devidamente aprovada. O Presidente em exercício, Deputado Bruno Pedrosa, deu início aos trabalhos. ORDEM DO DIA: a) **OITIVA DO SR. RODRIGO SAUAIA, PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICA (ABSOLAR)**, conforme Requerimento 69/2023, de autoria do Deputado Bruno Pedrosa, aprovado por unanimidade na Reunião Ordinária ocorrida no dia 10/10/2023. DADA A PALAVRA AO CONVIDADO, este explanou brevemente acerca da atuação da ABSOLAR e expôs os desafios enfrentados junto à Enel. DADA A PALAVRA AO DEPUTADO FERNANDO SANTANA, que realizou perguntas ao convidado, tendo este respondido as devidas perguntas. DADA A PALAVRA AO DEPUTADO GUILHERME SAMPAIO, que realizou perguntas ao convidado, tendo este respondido as devidas perguntas. DADA A PALAVRA AO DEPUTADO BRUNO PEDROSA (PRESIDENTE EM EXERCÍCIO), que realizou perguntas ao convidado, tendo este respondido as devidas perguntas. DADA A PALAVRA AO DEPUTADO GUILHERME LANDIM (RELATOR), que realizou perguntas ao convidado, tendo este respondido as devidas perguntas. DADA A PALAVRA À DEPUTADA GABRIELLA AGUIAR, que realizou perguntas ao convidado, tendo este respondido as devidas perguntas. DADA A PALAVRA AO DEPUTADO FELIPE MOTA, que realizou perguntas ao convidado, tendo este respondido as devidas perguntas. **INCLUSÃO DE PAUTA: Requerimento nº 72**, de autoria do Deputado Fernando Santana, requerendo que seja enviado ofício à Enel

Av. Desembargador Moreira, 2807| Dionísio Torres | CEP: 60170-900 | Fortaleza-CE
DISQUE ASSEMBLEIA: 0800 2802887

CPI Enel ALECE

para que esta preste informações detalhadas acerca da destinação dos 5 (cinco) bilhões de reais em investimentos no Ceará, relatados em matéria veiculada no Diário do Nordeste, o qual foi discutido e foi aprovado pelos presentes, por unanimidade. **Nada mais havendo a tratar**, o Presidente em exercício, Deputado Bruno Pedrosa, encerrou os trabalhos às 17:29. O inteiro teor da reunião foi gravado, e as notas taquigráficas, após decodificadas, farão parte deste documento. E, para constar, eu, Manoel de Sousa Aires Junior, secretariei os trabalhos, lavrei a presente ata, que, lida, discutida e aprovada, será assinada pelo Presidente em exercício, Deputado Bruno Pedrosa.

Deputado Bruno Pedrosa
Presidente em exercício

Manoel de Sousa Aires Junior
Secretário

Av. Desembargador Moreira, 2807| Dionísio Torres | CEP: 60170-900 | Fortaleza-CE
DISQUE ASSEMBLEIA: 0800 2802887

CPI Enel ALECE

TERMO DE COMPARECIMENTO E DEPOIMENTO DO SR. RODRIGO SAUAIA, PRESIDENTE DA ABSOLAR NA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CPI DA ENEL DISTRIBUIÇÃO CEARÁ

Aos 25 dias do mês de outubro do ano de 2023, às 15:37 horas, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito, na Sala 04 das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, sob a Presidência do Deputado Bruno Pedrosa, para realização da 4ª Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito, para fins de oitiva do **Sr. RODRIGO SAUAIA**, Presidente da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (ABSOLAR), na qualidade de testemunha. Verificado o quórum, o Presidente em exercício declarou aberta a reunião. O convidado compareceu para prestar depoimento. Após a qualificação do convidado, este explanou brevemente acerca da atuação da ABSOLAR e expôs os desafios enfrentados junto à Enel. Utilizaram da palavra, para inquirir o depoente, os deputados FERNANDO SANTANA, GUILHERME SAMPAIO, BRUNO PEDROSA (PRESIDENTE EM EXERCÍCIO), GUILHERME LANDIM (RELATOR), GABRIELLA AGUIAR e FELIPE MOTA. O inteiro teor das perguntas realizadas pelos Deputados e o inteiro teor das respostas dadas pela testemunha foram gravados, e as notas taquigráficas, após decodificadas, farão parte deste documento. **Nada mais havendo a perguntar, o Presidente em exercício, Deputado Bruno Pedrosa, encerrou a audiência às 17:28 horas.** E, para constar, eu, Manoel de Sousa Aires Junior, Secretário, lavrei o presente termo, que será assinado pelo Presidente em exercício, Deputado Bruno Pedrosa.

RODRIGO SAUAIA
Depoente

Av. Desembargador Moreira, 2807| Dionísio Torres | CEP: 60170-900 | Fortaleza-CE
DISQUE ASSEMBLEIA: 0800 2802887

CPI Enel ALECE

ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (CPI) PARA INVESTIGAR IRREGULARIDADES E PRÁTICAS ABUSIVAS POR PARTE DA ENEL NO ESTADO DO CEARÁ.

Aos 26 dias do mês de outubro de dois mil e vinte e três, quinta-feira, às 15:38 horas, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar irregularidades e práticas abusivas por Parte da Enel no Estado do Ceará, na Sala 04 das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, sob a Presidência do Deputado Fernando Santana. Registraram presenças os seguintes Deputados: Fernando Santana (Presidente), Bruno Pedrosa, Guilherme Sampaio, Gabriella Aguiar (por videoconferência) e Lia Gomes (por videoconferência). Presente o convidado e depoente, **Dr. HUGO VASCONCELOS XEREZ**, Promotor de Justiça e Secretário-Executivo do Programa Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor – DECON. **ABERTURA:** Dispensada a Leitura da Ata da Reunião anterior, devidamente aprovada. O Presidente, Deputado Fernando Santana, deu início aos trabalhos. **ORDEM DO DIA**: a) **OITIVA DO DR. HUGO VASCONCELOS XEREZ, PROMOTOR DE JUSTIÇA E SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO PROGRAMA ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR – DECON**, conforme Requerimento 20/2023, do Deputado Carmelo Neto, aprovado por unanimidade na Reunião Ordinária ocorrida no dia 30/08/2023. DADA A PALAVRA AO CONVIDADO para esclarecimentos iniciais, este explanou brevemente acerca da atuação do DECON e expôs os desafios enfrentados junto à Enel. DADA A PALAVRA AO DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PRESIDENTE), este pontuou considerações acerca da temática. DADA A PALAVRA AO DEPUTADO GUILHERME SAMPAIO, que realizou perguntas ao convidado, tendo este respondido as devidas perguntas. DADA A PALAVRA AO DEPUTADO BRUNO PEDROSA, que realizou perguntas ao convidado, tendo este respondido as devidas perguntas. DADA A PALAVRA AO DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PRESIDENTE), que realizou perguntas enviadas pelo DEPUTADO GUILHERME LANDIM (RELATOR) ao convidado, tendo este respondido as devidas perguntas. **Nada mais havendo a tratar**, o Presidente, Deputado Fernando Santana, encerrou os trabalhos às 17:23. O inteiro teor da reunião foi gravado, e as notas taquigráficas, após decodificadas, farão parte deste documento. E, para constar, eu, Manoel de Sousa Aires Junior, secretariei os

Av. Desembargador Moreira, 2807| Dionísio Torres | CEP: 60170-900 | Fortaleza-CE
DISQUE ASSEMBLEIA: 0800 2802887

trabalhos, lavrei a presente ata, que, lida, discutida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Fernando Santana.

Deputado Fernando Santana
Presidente

Manoel de Sousa Aires Junior
Secretário

TERMO DE COMPARECIMENTO E DEPOIMENTO DO DR. HUGO VASCONCELOS XEREZ, SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO DECON, NA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CPI DA ENEL DISTRIBUIÇÃO CEARÁ

Aos 26 dias do mês de outubro do ano de 2023, às 15:38 horas, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito, na Sala 04 das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, sob a Presidência do Deputado Fernando Santana, para realização da 3ª Reunião Extraordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito, para fins de oitiva do **Dr. HUGO VASCONCELOS XEREZ**, Promotor de Justiça e Secretário-Executivo do Programa Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor – DECON, na qualidade de testemunha. Verificado o quórum, o Presidente declarou aberta a reunião. O convidado compareceu para prestar depoimento. Após a qualificação do convidado, este explanou brevemente acerca da atuação do DECON e expôs os desafios enfrentados junto à Enel. Utilizaram da palavra, para inquirir o depoente, os deputados FERNANDO SANTANA (PRESIDENTE), GUILHERME SAMPAIO e BRUNO PEDROSA. O inteiro teor das perguntas realizadas pelos Deputados e o inteiro teor das respostas dadas pela testemunha foram gravados, e as notas taquigráficas, após decodificadas, farão parte deste documento. **Nada mais havendo a perguntar, o Presidente, Deputado Fernando Santana, encerrou a audiência às 17:25 horas.** E, para constar, eu, Manoel de Sousa Aires Junior, Secretário, lavrei o presente termo, que será assinado pelo Presidente, Deputado Fernando Santana.

HUGO VASCONCELOS XEREZ
Depoente

CPI Enel ALECE
Av. Desembargador Moreira, 2807| Dionisio Torres | CEP: 60170-900 | Fortaleza-CE
DISQUE ASSEMBLEIA: 0800 2802887

ATA DA REUNIÃO INTERNA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (CPI) CRIADA PARA INVESTIGAR IRREGULARIDADES E PRÁTICAS ABUSIVAS POR PARTE DA ENEL DISTRIBUIÇÃO NO ESTADO DO CEARÁ.

Aos 5 dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e três, terça-feira, às 16:00 horas, reuniu-se, após regular convocação, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) criada para investigar irregularidades e práticas abusivas por Parte da Enel no Estado do Ceará, na Sala 401 da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará (Sala da CPI), sob a Presidência do Deputado Fernando Santana. Registraram presenças os seguintes Deputados: Fernando Santana, Guilherme Landim (Relator), Guilherme Sampaio, Lia Gomes e Simão Pedro (por videoconferência). **ABERTURA:** Não houve a Leitura da Ata da Reunião Anterior. O Presidente da CPI, Fernando Santana, deu início aos trabalhos. **ORDEM DO DIA: a)** Breve resumo e explicação sobre as reuniões que ocorreram em Brasília (DF), no dia 07.11.2023, com o Secretário Nacional do Consumidor e com o Diretor-Geral da ANEEL, e no dia 14.11.2023, em São Paulo, quando participou dos trabalhos da CPI que investiga a ENEL no Estado de São Paulo; **b)** Apresentar o **Requerimento 74/2023**, para oitiva do Sr. Adão Linhares Muniz, Secretário Executivo de Energia e Telecomunicações do Governo do Estado do Ceará, para falar sobre o impacto da má prestação do serviço pela ENEL nas obras do pública; **c)** Apresentar o **Requerimento 73/2023**, de autoria da Deputada Lia Gomes, que solicita informações à ANEEL. **d)** Expôs sobre as próximas oitiva da CPI (Associações, Setores da Indústria e Comércio), bem sobre a data para a oitiva da ENEL. **DADA A PALAVRA AOS DEPUTADOS PRESENTES**, que parabenizaram o trabalho da CPI até o momento e discorreram sobre as próximas oitivas da CPI. **VOTAÇÃO DO REQUERIMENTOS**: Os requerimentos foram aprovados por unanimidade, tendo sido definido a data do dia 14.12.2023 (quinta-feira), às 14:30, para a oitiva do Sr. Adão Linhares Muniz, Secretário Executivo de Energia e Telecomunicações do Governo do Estado do Ceará. Ficou definido ainda consensualmente que, após a oitiva do Sr. Adão Muniz, as próximas oitivas ocorreriam após o recesso parlamentar, dada a prorrogação da CPI por mais 120 dias. **Nada mais havendo a tratar**, o Presidente encerrou os trabalhos às 17:00. E, para constar, eu, Manoel de Sousa Aires Junior, secretariei os trabalhos, lavrei a presente ata, que, lida, discutida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Fernando Santana.

Deputado Fernando Santana
Presidente da CPI

Manoel de Sousa Aires Junior
Secretário

CPI Enel ALECE
Av. Desembargador Moreira, 2807| Dionísio Torres | CEP: 60170-900 | Fortaleza-CE
DISQUE ASSEMBLEIA: 0800 2802887

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (CPI) PARA INVESTIGAR IRREGULARIDADES E PRÁTICAS ABUSIVAS POR PARTE DA ENEL NO ESTADO DO CEARÁ.

Aos 13 dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e três, quarta-feira, às 15:10 horas, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar irregularidades e práticas abusivas por Parte da Enel no Estado do Ceará, no Salão Nobre da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, sob a Presidência do Deputado Fernando Santana. Registraram presenças os seguintes Deputados: Fernando Santana (Presidente), Bruno Pedrosa, Guilherme Landim (Relator), Lia Gomes, Guilherme Sampaio. Presente o convidado e depoente, **Sr. ADÃO LINHARES MUNIZ**, Secretário Executivo de Energia e Telecomunicações do Governo do Estado do Ceará, acompanhado do Sr. Alfredo Serejo, Coordenador de Energia e Telecomunicações da Seinfra, e do Sr. Sérgio Araújo de Sousa, Consultor da Seinfra. **ABERTURA:** Dispensada a Leitura da Ata da Reunião anterior, devidamente aprovada. O Presidente, Deputado Fernando Santana, deu início aos trabalhos. **ORDEM DO DIA**: a) **OITIVA DO EXMO. SR. ADÃO LINHARES MUNIZ, SECRETÁRIO EXECUTIVO DE ENERGIA E TELECOMUNICAÇÕES DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**, conforme Requerimento 63/2023, do Deputado Fernando Santana, aprovado por unanimidade na Reunião Interna ocorrida no dia 05/12/2023. DADA A PALAVRA AO CONVIDADO para esclarecimentos iniciais, este explanou brevemente acerca da atuação como SECRETÁRIO EXECUTIVO DE ENERGIA E TELECOMUNICAÇÕES DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ e expôs os desafios enfrentados junto à Enel. DADA A PALAVRA AO DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PRESIDENTE), este pontuou considerações acerca da temática. DADA A PALAVRA AO DEPUTADO GUILHERME LANDIM (RELATOR), que realizou perguntas ao convidado, tendo este respondido as devidas perguntas. DADA A PALAVRA AO DEPUTADO BRUNO PEDROSA, que realizou perguntas ao convidado, tendo este respondido as devidas perguntas. DADA A PALAVRA À DEPUTADA LIA GOMES, que realizou perguntas ao convidado, tendo este respondido as devidas perguntas. DADA A PALAVRA AO DEPUTADO GUILHERME SAMPAIO, que realizou perguntas ao convidado, tendo este respondido as devidas perguntas. **INCLUSÃO DE PAUTA**: Requerimento n. 65/2023, de autoria do Deputado FERNANDO SANTANA, requerendo a oitiva do Sr. Francisco Quintino Vieira Neto,

Av. Desembargador Moreira, 2807| Dionísio Torres | CEP: 60170-900 | Fortaleza-CE
DISQUE ASSEMBLEIA: 0800 2802887

CPI Enel ALECE

Superintendente de Obras Públicas do Estado do Ceará, devidamente aprovado pelos Deputados presentes. **Nada mais havendo a tratar**, o Presidente, Deputado Fernando Santana, encerrou os trabalhos às 17:27 horas. O inteiro teor da reunião foi gravado, e as notas taquigráficas, após decodificadas, farão parte deste documento. E, para constar, eu, Manoel de Sousa Aires Junior, secretariei os trabalhos, lavrei a presente ata, que, lida, discutida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Fernando Santana.

Deputado Fernando Santana
Presidente

Manoel de Sousa Aires Junior
Secretário

Av. Desembargador Moreira, 2807| Dionísio Torres | CEP: 60170-900 | Fortaleza-CE
DISQUE ASSEMBLEIA: 0800 2802887

TERMO DE COMPARECIMENTO E DEPOIMENTO DO EXCELENTÍSSIMO SR. ADÃO LINHARES MUNIZ, SECRETÁRIO EXECUTIVO DE ENERGIA E TELECOMUNICAÇÕES DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, NA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CPI DA ENEL DISTRIBUIÇÃO CEARÁ

Aos 13 dias do mês de dezembro do ano de 2023, às 15:10 horas, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito, no Salão Nobre da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, sob a Presidência do Deputado Fernando Santana, para realização da 5ª Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito, para fins de oitiva do **Exmo. Sr. ADÃO LINHARES MUNIZ**, Secretário Executivo de Energia e Telecomunicações do Governo do Estado do Ceará, na qualidade de testemunha. Verificado o quórum, o Presidente declarou aberta a reunião. O convidado compareceu para prestar depoimento. Após a qualificação do convidado, este explanou brevemente acerca da atuação como SECRETÁRIO EXECUTIVO DE ENERGIA E TELECOMUNICAÇÕES DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ e expôs os desafios enfrentados junto à Enel. Utilizaram da palavra, para inquirir o depoente, os deputados FERNANDO SANTANA (PRESIDENTE), GUILHERME LANDIM (RELATOR), BRUNO PEDROSA, LIA GOMES e GUILHERME SAMPAIO. O inteiro teor das perguntas realizadas pelos Deputados e o inteiro teor das respostas dadas pela testemunha foram gravados, e as notas taquigráficas, após decodificadas, farão parte deste documento. **Nada mais havendo a perguntar, o Presidente, Deputado Fernando Santana, encerrou a audiência às 17:10 horas.** E, para constar, eu, Manoel de Sousa Aires Junior, Secretário, lavrei o presente termo, que será assinado pelo Presidente, Deputado Fernando Santana.

ADÃO LINHARES MUNIZ
Depoente

ATA DA REUNIÃO INTERNA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (CPI) PARA INVESTIGAR IRREGULARIDADES E PRÁTICAS ABUSIVAS POR PARTE DA ENEL DISTRIBUIÇÃO NO ESTADO DO CEARÁ.

Aos 27 dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e quatro, terça-feira, às 11:40 horas, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga as irregularidades e práticas abusivas por parte da Enel Distribuição no Estado do Ceará, no Salão Nobre do Plenário da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, sob a Presidência do Deputado Fernando Santana. Registraram presenças os seguintes Deputados: Fernando Santana (Presidente), Guilherme Landim (Relator), Lia Gomes, Guilherme Sampaio, Felipe Mota e Larissa Gaspar. **ABERTURA:** Não houve leitura de ata de sessão anterior. O Presidente, Deputado Fernando Santana, deu início aos trabalhos afirmando que se tratava de uma reunião para definir os próximos passos da CPI, apresentando as seguintes propostas: 1. realização de consulta pública junto à população, 2. ajuizamento de ação civil pública contra a Enel Distribuição Ceará, por meio do Procon Assembleia, 3. realização de reuniões regionais e 4. realização das oitivas pendentes (SUDENE e ENEL). Os deputados presentes debateram entre si acerca das propostas, dando sugestões, aprovando, ao final, por unanimidade, as propostas apresentadas. **LEITURA, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DE REQUERIMENTOS:** Os deputados presentes discutiram e aprovaram, por unanimidade, os **Requerimentos n. 01/2024**, de autoria do Deputado Romeu Aldigueri, **Requerimento n. 02/2024**, de autoria do Deputado Fernando Santana; **Requerimentos n. 03 e 04/2024**, de autoria do Dep. Guilherme Sampaio. **Nada mais havendo a tratar**, o Presidente, Deputado Fernando Santana, encerrou os trabalhos às 12:41. E, para constar, eu, Manoel de Sousa Aires Junior, secretariei os trabalhos, lavrei a presente ata, que, lida, discutida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Fernando Santana.

FERNANDO MATOS SANTANA:87631296391 Assinado de forma digital por FERNANDO MATOS SANTANA:87631296391 Dados: 2024.02.28 10:56:03 -03'00'

Deputado Fernando Santana
Presidente

MANOEL DE SOUSA AIRES JUNIOR:95206914304 Assinado de forma digital por MANOEL DE SOUSA AIRES JUNIOR:95206914304 Dados: 2024.02.28 10:58:01 -03'00'

Manoel de Sousa Aires Junior
Secretário

CPI Enel ALECE
Av. Desembargador Moreira, 2807| Dionísio Torres | CEP: 60170-900 | Fortaleza-CE
DISQUE ASSEMBLEIA: 0800 2802887

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (CPI) PARA INVESTIGAR IRREGULARIDADES E PRÁTICAS ABUSIVAS POR PARTE DA ENEL NO ESTADO DO CEARÁ.

Aos 11 dias do mês de março de dois mil e vinte e quatro, segunda-feira, às 15:07 horas, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar irregularidades e práticas abusivas por Parte da Enel no Estado do Ceará, na Sala 04 das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, sob a Presidência do Deputado Fernando Santana. Registraram presenças os seguintes Deputados: Fernando Santana (Presidente), Guilherme Landim (Relator), Guilherme Sampaio, Lia Gomes e Bruno Pedrosa. Presentes os convidados e depoentes, **Sr. HEITOR RODRIGO PEREIRA FREIRE**, Diretor de Fundos, Incentivo e de Atração de Investimentos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, **Dr. ICARO FERREIRA DE MENDONÇA GASPAR**, advogado representante das Vítimas de Choques Elétricos causados pela falha de manutenção dos equipamentos da Enel Ceará e, por meio de videoconferência, **sra. IVAMAR PEREIRA DE SOUSA,** parente de vítimas de choque elétrico causado pela falha de manutenção dos equipamentos da Enel Ceará. **ABERTURA:** Dispensada a Leitura da Ata da Reunião anterior, devidamente aprovada. O Presidente, Deputado Fernando Santana, deu início aos trabalhos. **ORDEM DO DIA**: a) **OITIVA DO SR. HEITOR RODRIGO PEREIRA FREIRE, DIRETOR DE FUNDOS, INCENTIVO E DE ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE - SUDENE**, conforme Requerimento 02/2024, do Deputado Fernando Santana, aprovado por unanimidade na Reunião Interna ocorrida no dia 27/02/2024. DADA A PALAVRA AO CONVIDADO para esclarecimentos iniciais, este explanou brevemente acerca da atuação da SUDENE e expôs os desafios enfrentados junto à Enel. DADA A PALAVRA AO DEPUTADO GUILHERME LANDIM (RELATOR), que realizou perguntas ao convidado, tendo este respondido as devidas perguntas. DADA A PALAVRA AO DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PRESIDENTE), que realizou perguntas ao convidado, tendo este respondido as devidas perguntas. b) **OITIVA DO DR. ICARO FERREIRA DE MENDONÇA GASPAR, ADVOGADO REPRESENTANTE DAS VÍTIMAS DE CHOQUES ELÉTRICOS CAUSADOS PELA FALHA DE MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DA ENEL CEARÁ,** conforme Requerimento 03/2024, do Deputado Guilherme Sampaio, aprovado por unanimidade

Av. Desembargador Moreira, 2807| Dionísio Torres | CEP: 60170-900 | Fortaleza-CE
DISQUE ASSEMBLEIA: 0800 2802887

CPI Enel ALECE

na Reunião Interna ocorrida no dia 27/02/2024. DADA A PALAVRA AO CONVIDADO para esclarecimentos iniciais, este expôs os desafios enfrentados junto à Enel. DADA A PALAVRA AO DEPUTADO GUILHERME SAMPAIO, que realizou perguntas ao convidado, tendo este respondido as devidas perguntas. DADA A PALAVRA À DEPUTADA LIA GOMES, que realizou perguntas ao convidado, tendo este respondido as devidas perguntas. c) **OITIVA DA SRA. IVAMAR PEREIRA DE SOUSA**, parente de vítimas de choque elétrico causado pela falha de manutenção dos equipamentos da Enel Ceará, conforme Requerimento 04/2024, do Deputado Guilherme Sampaio aprovado por unanimidade na Reunião Interna ocorrida no dia 27/02/2024. DADA A PALAVRA À CONVIDADA, através de videoconferência, esta expôs acerca dos desafios ocasionados pela má prestação de serviço pela Enel. d) **LEITURA, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DE REQUERIMENTOS E RELATÓRIOS EM GERAL: OS REQUERIMENTOS DE N. 05 A 17/2024 FORAM APROVADOS, POR UNANIMIDADE. INCLUSÃO DE PAUTA: REQUERIMENTO N. 18,** de autoria do Deputado Fernando Santana, requerendo que seja enviado ofício para a Secretaria de Segurança do Estado do Ceará, solicitando informação acerca do número de inquéritos que possuem a Enel e seus diretores como investigados. **O requerimento foi discutido e foi aprovado pelos presentes, por unanimidade. Nada mais havendo a tratar**, o Presidente, Deputado Fernando Santana, encerrou os trabalhos às 17:26. O inteiro teor da reunião foi gravado, e as notas taquigráficas, após decodificadas, farão parte deste documento. E, para constar, eu, Manoel de Sousa Aires Junior, secretariei os trabalhos, lavrei a presente ata, que, lida, discutida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Fernando Santana.

Deputado Fernando Santana
Presidente

Manoel de Sousa Aires Junior
Secretário

Av. Desembargador Moreira, 2807| Dionísio Torres | CEP: 60170-900 | Fortaleza-CE
DISQUE ASSEMBLEIA: 0800 2802887

CPI Enel ALECE

TERMO DE COMPARECIMENTO E DEPOIMENTO DO DR. ICARO FERREIRA DE MENDONÇA GASPAR, ADVOGADO REPRESENTANTE DAS VÍTIMAS DE CHOQUES ELÉTRICOS CAUSADOS PELA FALHA DE MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DA ENEL CEARÁ, NA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CPI DA ENEL DISTRIBUIÇÃO CEARÁ

Aos 11 dias do mês de março do ano de 2024, às 15:07 horas, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito, na Sala 04 das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, sob a Presidência do Deputado Fernando Santana, para realização da 4ª Reunião Extraordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito, para fins de oitiva do **Dr. ICARO FERREIRA DE MENDONÇA GASPAR**, advogado representante das Vítimas de Choques Elétricos causados pela falha de manutenção dos equipamentos da Enel Ceará, na qualidade de testemunha. Verificado o quórum, o Presidente declarou aberta a reunião. O convidado compareceu para prestar depoimento. Após a qualificação do convidado, este expôs acerca dos desafios enfrentados junto à Enel. Utilizaram da palavra, para inquirir o depoente, os deputados FERNANDO SANTANA (PRESIDENTE), GUILHERME LANDIM (RELATOR), GUILHERME SAMPAIO e LIA GOMES. O inteiro teor das perguntas realizadas pelos Deputados e o inteiro teor das respostas dadas pela testemunha foram gravados, e as notas taquigráficas, após decodificadas, farão parte deste documento. **Nada mais havendo a perguntar, o Presidente, Deputado Fernando Santana, encerrou a audiência às 17:20 horas.** E, para constar, eu, Manoel de Sousa Aires Junior, Secretário, lavrei o presente termo, que será assinado pelo Presidente, Deputado Fernando Santana.

ICARO FERREIRA DE MENDONÇA GASPAR
Depoente

CPI Enel ALECE
Av. Desembargador Moreira, 2807| Dionísio Torres | CEP: 60170-900 | Fortaleza-CE
DISQUE ASSEMBLEIA: 0800 2802887

TERMO DE COMPARECIMENTO E DEPOIMENTO DO SR. HEITOR RODRIGO PEREIRA FREIRE, DIRETOR DE FUNDOS, INCENTIVO E DE ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS DA SUDENE, NA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CPI DA ENEL DISTRIBUIÇÃO CEARÁ

Aos 11 dias do mês de março do ano de 2024, às 15:07 horas, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito, na Sala 04 das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, sob a Presidência do Deputado Fernando Santana, para realização da 4ª Reunião Extraordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito, para fins de oitiva do **Sr. HEITOR RODRIGO PEREIRA FREIRE**, Diretor de Fundos, Incentivo e de Atração de Investimentos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, na qualidade de testemunha. Verificado o quórum, o Presidente declarou aberta a reunião. O convidado compareceu para prestar depoimento. Após a qualificação do convidado, este explanou brevemente acerca da atuação do SUDENE e expôs os desafios enfrentados junto à Enel. Utilizaram da palavra, para inquirir o depoente, os deputados FERNANDO SANTANA (PRESIDENTE), GUILHERME LANDIM (RELATOR) e GUILHERME SAMPAIO. O inteiro teor das perguntas realizadas pelos Deputados e o inteiro teor das respostas dadas pela testemunha foram gravados, e as notas taquigráficas, após decodificadas, farão parte deste documento. **Nada mais havendo a perguntar, o Presidente, Deputado Fernando Santana, encerrou a audiência às 17:20 horas.** E, para constar, eu, Manoel de Sousa Aires Junior, Secretário, lavrei o presente termo, que será assinado pelo Presidente, Deputado Fernando Santana.

HEITOR RODRIGO PEREIRA FREIRE
Depoente

Av. Desembargador Moreira, 2807| Dionísio Torres | CEP: 60170-900 | Fortaleza-CE
DISQUE ASSEMBLEIA: 0800 2802887

Comissão Parlamentar de Inquérito da Enel Distribuição Ceará

ATA DA REUNIÃO INTERNA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (CPI) PARA INVESTIGAR IRREGULARIDADES E PRÁTICAS ABUSIVAS POR PARTE DA ENEL NO ESTADO DO CEARÁ.

Aos 03 dias do mês de abril de dois mil e vinte e quatro, quarta-feira, às 11:07 horas, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar irregularidades e práticas abusivas por parte da Enel no Estado do Ceará, no Salão Nobre do Plenário da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, sob a Presidência do Deputado Fernando Santana. Registraram presenças os seguintes Deputados: Fernando Santana (Presidente), Guilherme Landim (Relator), Lia Gomes, Guilherme Sampaio e Simão Pedro (por videoconferência). **ABERTURA:** Não houve leitura de ata de sessão anterior. O Presidente, Deputado Fernando Santana, deu início aos trabalhos tratando acerca dos próximos passos da CPI, apresentando as seguintes propostas: realização de reunião na ARCE, em 10/04/2024; inclusão nos encaminhamentos do relatório final de sugestão de criação de Comissão Permanente para fiscalizar o serviço da Enel e ajuizamento de ação civil pública; oitiva da Enel a ser realizada em 24/04/2024, quarta-feira, às 14h; emissão de convites para a participação de diversos setores e órgãos na oitiva da Enel, além dos setores já ouvidos pela CPI. Os deputados presentes debateram entre si acerca das propostas, dando sugestões, aprovando, ao final, por unanimidade, as propostas apresentadas. O Deputado Guilherme Sampaio apresentou dados da revista Forbes de que a dívida da Enel atingiu € 60,1 bilhões em 2023 e suas ações caíram 8,5% em 2024. **LEITURA, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DE REQUERIMENTOS:** Os deputados presentes aprovaram, por unanimidade, os Requerimentos nº 18 e 19/2023, de autoria do Deputado Guilherme Sampaio. **Nada mais havendo a tratar**, o Presidente, Deputado Fernando Santana, encerrou os trabalhos às 11:37. E, para constar, eu, Manoel de Sousa Aires Junior, secretariei os trabalhos, lavrei a presente ata, que, lida, discutida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Fernando Santana.

Deputado Fernando Santana
Presidente

Manoel de Sousa Aires Junior
Secretário

Av. Desembargador Moreira, 2807| Dionísio Torres | CEP: 60170-900 | Fortaleza-CE
DISQUE ASSEMBLEIA: 0800 2802887

CPI Enel ALECE

Comissão Parlamentar de Inquérito da Enel Distribuição Ceará

ATA DA REUNIÃO INTERNA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (CPI) PARA INVESTIGAR IRREGULARIDADES E PRÁTICAS ABUSIVAS POR PARTE DA ENEL NO ESTADO DO CEARÁ.

Aos 18 dias do mês de abril de dois mil e vinte e quatro, quinta-feira, às 11:32 horas, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar irregularidades e práticas abusivas por parte da Enel no Estado do Ceará, no Salão Nobre do Plenário da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, sob a Presidência do Deputado Fernando Santana. Registraram presenças os seguintes Deputados: Fernando Santana (Presidente), Guilherme Landim (Relator) e Lia Gomes. Presente, ainda, o Procurador-Geral da ALECE, Dr. Rodrigo Martiniano Ayres Lins. **ABERTURA:** Não houve leitura de ata de sessão anterior. O Presidente, Deputado Fernando Santana, deu início aos trabalhos. Os deputados presentes suscitaram pontos relevantes que devem constar no relatório final e encaminhamentos: redigir minuta de projeto de lei para encaminhar à bancada federal; sugerir ao Congresso a instauração de uma CPI em face da ANEEL; envio do relatório para o MPCE, Defensoria, Procon Assembleia, para ajuizamento de ações judiciais, com pedido de dano moral coletivo; envio do relatório para MPF e AGU para ajuizamento de ação da União em face da ENEL na Justiça Federal; oficiar Ministério de Minas e Energia, a fim de que instaure investigação com vistas à declaração de caducidade do contrato de concessão. Quanto à oitiva da ENEL marcada para 24/04/2024, o presidente da CPI, Deputado Fernando Santana, questionou o Procurador-Geral acerca de orientações e limites para a condução desta. O Procurador-Geral orientou que, no momento de fala dos prefeitos e representantes das instituições, estes devem dirigir a palavra ao Presidente da CPI, o qual, por sua vez, formulará as perguntas ao interrogado. Orientou, ainda, que uma testemunha não seja ouvida na presença da outra. O Deputado Fernando Santana questionou acerca da possibilidade de prorrogação da CPI para apresentação e votação do relatório final, tendo o Procurador-Geral confirmado a possibilidade, de acordo com o Regimento Interno. **Nada mais havendo a tratar**, o Presidente, Deputado Fernando Santana, encerrou os trabalhos às 12:15. E, para constar, eu, Manoel de Sousa Aires Junior, secretariei os trabalhos, lavrei a presente ata, que, lida, discutida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Fernando Santana.

Deputado Fernando Santana
Presidente

Manoel de Sousa Aires Junior
Secretário

Av. Desembargador Moreira, 2807| Dionísio Torres | CEP: 60170-900 | Fortaleza-CE
DISQUE ASSEMBLEIA: 0800 2802887

CPI Enel ALECE

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (CPI) PARA INVESTIGAR IRREGULARIDADES E PRÁTICAS ABUSIVAS POR PARTE DA ENEL NO ESTADO DO CEARÁ.

Aos 24 dias do mês de abril de dois mil e vinte e quatro, quarta-feira, às 14:30 horas, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar irregularidades e práticas abusivas por Parte da Enel no Estado do Ceará, na Sala 03 das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, sob a Presidência do Deputado Fernando Santana. Registraram presenças os seguintes Deputados: Fernando Santana (Presidente), Guilherme Landim (Relator), Felipe Mota, Gabriella Aguiar, Lia Gomes, Larissa Gaspar, Danniel Oliveira, Agenor Neto, Simão Pedro, Bruno Pedrosa, Marcos Sobreira, Emília Pessoa, Osmar Baquit e Davi de Raimundão. Presente a primeira testemunha, **Sr. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO**, Diretor-Presidente da Enel Distribuição Ceará. Ausentes, justificadamente, conforme documentos lidos pelo presidente, as demais testemunhas, Sra. Márcia Sandra Roque Vieira Silva, Sr. Nicola Cotugno, Sr. Antonio Scala e Sr. Francesco Tutoli. **ABERTURA:** Realizada a Leitura da Ata da Reunião Anterior, devidamente aprovada. O Presidente, Deputado Fernando Santana, deu início aos trabalhos. Após solicitação realizada pela testemunha, o Presidente da CPI autorizou que compusessem a mesa o sr. Charles Capdeville, Diretor de Operação de Redes da Enel Distribuição Ceará, e a sra. Micheline Luna, Diretora de Mercado da Enel Distribuição Ceará. ORDEM DO DIA: a) **OITIVA DO SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO, DIRETOR-PRESIDENTE DA ENEL DISTRIBUIÇÃO CEARÁ**, conforme Requerimentos nº 16 e 18/2023, de autoria dos Deputados Guilherme Landim e Guilherme Sampaio, aprovado por unanimidade pelos Deputados membros da CPI nas reuniões realizadas nos dias 30/08/2023 e 03/04/2024. DADA A PALAVRA AO DEPUTADO GUILHERME LANDIM (RELATOR), que realizou perguntas ao convidado, tendo este respondido as devidas perguntas. DADA A PALAVRA AO DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PRESIDENTE), que realizou perguntas ao convidado, tendo este respondido as devidas perguntas. DADA A DADA A PALAVRA À DEPUTADA GABRIELLA AGUIAR, que realizou perguntas ao convidado, tendo este respondido as devidas perguntas. DADA A DADA A PALAVRA À DEPUTADA LIA GOMES, que realizou perguntas ao convidado, tendo este respondido as devidas perguntas. DADA A PALAVRA AO DEPUTADO DANNIEL OLIVEIRA, que realizou perguntas ao convidado, tendo este respondido as devidas

Av. Desembargador Moreira, 2807| Dionísio Torres | CEP: 60170-900 | Fortaleza-CE
DISQUE ASSEMBLEIA: 0800 2802887

CPI Enel ALECE

perguntas. DADA A PALAVRA AO DEPUTADO FELIPE MOTA, que realizou perguntas ao convidado e ao sr. Charles Capdeville, tendo estes respondido as devidas perguntas. DADA A DADA A PALAVRA À DEPUTADA LARISSA GASPAR, que realizou perguntas ao convidado e à sra. Micheline Luna, tendo estes respondido as devidas perguntas. DADA A DADA A PALAVRA À DEPUTADA EMÍLIA PESSOA, que realizou perguntas ao convidado, tendo este respondido as devidas perguntas. DADA A PALAVRA AO DEPUTADO BRUNO PEDROSA, que realizou perguntas ao convidado, tendo este respondido as devidas perguntas. DADA A PALAVRA AO DEPUTADO SIMÃO PEDRO, que realizou perguntas ao convidado, tendo este respondido as devidas perguntas. DADA A PALAVRA AO DEPUTADO GUILHERME LANDIM (RELATOR), que realizou perguntas à sra. Micheline Luna, tendo esta respondido as devidas perguntas. DADA A PALAVRA AO DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PRESIDENTE), que realizou mais perguntas ao convidado, tendo este respondido as devidas perguntas. Empós, o sr. José Nunes Almeida e sua equipe realizaram apresentação acerca do plano de trabalho da Enel. Os deputados presentes expuseram suas considerações acerca da apresentação. **Nada mais havendo a tratar**, o Presidente, Deputado Fernando Santana, encerrou os trabalhos às 19:25. O inteiro teor da reunião foi gravado, e as notas taquigráficas, após decodificadas, farão parte deste documento. E, para constar, eu, Manoel de Sousa Aires Junior, secretariei os trabalhos, lavrei a presente ata, que, lida, discutida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Fernando Santana.

Deputado Fernando Santana
Presidente

Manoel de Sousa Aires Junior
Secretário

Av. Desembargador Moreira, 2807| Dionísio Torres | CEP: 60170-900 | Fortaleza-CE
DISQUE ASSEMBLEIA: 0800 2802887

CPI Enel ALECE

TERMO DE COMPARECIMENTO E DEPOIMENTO DO SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO, DIRETOR-PRESIDENTE DA ENEL DISTRIBUIÇÃO CEARÁ, NA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CPI DA ENEL DISTRIBUIÇÃO CEARÁ

Aos 24 dias do mês de abril do ano de 2024, às 14:30 horas, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito, na Sala 03 das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, sob a Presidência do Deputado Fernando Santana, para realização da 6ª Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito, para fins de oitiva do **Sr. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO**, Diretor-Presidente da Enel Distribuição Ceará, na qualidade de testemunha. Verificado o quórum, o Presidente declarou aberta a reunião. O convidado compareceu para prestar depoimento, sendo realizada a qualificação deste. Utilizaram da palavra, para inquirir o depoente, os deputados GUILHERME LANDIM (RELATOR), FERNANDO SANTANA (PRESIDENTE), GABRIELLA AGUIAR, LIA GOMES, DANNIEL OLIVEIRA, FELIPE MOTA, LARISSA GASPAR, EMÍLIA PESSOA, BRUNO PEDROSA e SIMÃO PEDRO. O inteiro teor das perguntas realizadas pelos Deputados e o inteiro teor das respostas dadas pela testemunha foram gravados, e as notas taquigráficas, após decodificadas, farão parte deste documento. **Nada mais havendo a perguntar, o Presidente, Deputado Fernando Santana, encerrou a audiência às 19:11 horas.** E, para constar, eu, Manoel de Sousa Aires Junior, Secretário, lavrei o presente termo, que será assinado pelo Presidente, Deputado Fernando Santana.

JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO
Depoente

CPI Enel ALECE
Av. Desembargador Moreira, 2807| Dionísio Torres | CEP: 60170-900 | Fortaleza-CE
DISQUE ASSEMBLEIA: 0800 2802887

C.P.I.
FL.
ALECE

TERMO DE COMPARECIMENTO E DEPOIMENTO DA SRA. MICHELINE LUNA, DIRETORA DE MERCADO DA ENEL DISTRIBUIÇÃO CEARÁ, NA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CPI DA ENEL DISTRIBUIÇÃO CEARÁ

Aos 24 dias do mês de abril do ano de 2024, às 14:30 horas, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito, na Sala 03 das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, sob a Presidência do Deputado Fernando Santana, para realização da 6ª Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito, para fins de oitiva da Sra. Micheline Luna, Diretora de Mercado da Enel Distribuição Ceará, na qualidade de testemunha. Verificado o quórum, o Presidente declarou aberta a reunião. A convidada compareceu para acompanhar o Sr. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO, Diretor-Presidente da Enel Distribuição Ceará. Utilizaram da palavra, para inquirir a depoente, a deputada LARISSA GASPAR e o deputado GUILHERME LANDIM. O inteiro teor das perguntas realizadas pelos Deputados e o inteiro teor das respostas dadas pela testemunha foram gravados, e as notas taquigráficas, após decodificadas, farão parte deste documento. **Nada mais havendo a perguntar, o Presidente, Deputado Fernando Santana, encerrou a audiência às 19:11 horas.** E, para constar, eu, Manoel de Sousa Aires Junior, Secretário, lavrei o presente termo, que será assinado pelo Presidente, Deputado Fernando Santana.

MICHELINE LUNA
Depoente

CPI Enel ALECE
Av. Desembargador Moreira, 2807| Dionísio Torres | CEP: 60170-900 | Fortaleza-CE
DISQUE ASSEMBLEIA: 0800 2802887

C.P.I.
FL. ____
ALECE

TERMO DE COMPARECIMENTO E DEPOIMENTO DO SR. CHARLES CAPDEVILLE, DIRETOR DE OPERAÇÃO DE REDES DA ENEL DISTRIBUIÇÃO CEARÁ, NA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CPI DA ENEL DISTRIBUIÇÃO CEARÁ

Aos 24 dias do mês de abril do ano de 2024, às 14:30 horas, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito, na Sala 03 das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, sob a Presidência do Deputado Fernando Santana, para realização da 6ª Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito, para fins de oitiva do **Sr. CHARLES CAPDEVILLE**, Diretor de Operação de Redes da Enel Distribuição Ceará, na qualidade de testemunha. Verificado o quórum, o Presidente declarou aberta a reunião. O convidado compareceu para acompanhar o Sr. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO, Diretor-Presidente da Enel Distribuição Ceará. Utilizou da palavra, para inquirir o depoente, o deputado FELIPE MOTA. O inteiro teor das perguntas realizadas pelo Deputado e o inteiro teor das respostas dadas pela testemunha foram gravados, e as notas taquigráficas, após decodificadas, farão parte deste documento. **Nada mais havendo a perguntar, o Presidente, Deputado Fernando Santana, encerrou a audiência às 19:11 horas.** E, para constar, eu, Manoel de Sousa Aires Junior, Secretário, lavrei o presente termo, que será assinado pelo Presidente, Deputado Fernando Santana.

CHARLES CAPDEVILLE
Depoente

ATA DA 1ª REUNIÃO DELIBERATIVA DA CPI (COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO) RELATIVA A ENEL, REALIZADA NO COMPLEXO DAS COMISSÕES TÉCNICAS EM 30 DE AGOSTO DE 2023.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARMELO NETO (PL): Boa tarde a todos. Já estamos com sinal ao vivo na TV Assembleia. Cumprimentar os senhores deputados. Estamos aqui com o quórum muito mais do que completo: Deputada Larissa Gaspar presente; eu, Deputado Carmelo Neto presente; o Deputado Guilherme Landim, nosso relator também presente; Deputado Bruno Pedrosa; Deputada Lia Gomes também presente; Deputado Danniel Oliveira; Deputado Romeu Aldigueri; Deputado Felipe Mota, Deputado De Assis; Deputada Gabriela Aguiar e Deputado Simão Pedro. Portanto, com o quórum muito mais do que qualificado.

Nós vamos dar início, abrir esta primeira reunião deliberativa da CPI da ENEL, com o objetivo aí de aprovar alguns Requerimentos; discutir alguns Requerimentos de informação, para que nós possamos dar o pontapé inicial desta CPI. Portanto, vou começar fazendo aqui a leitura.

Ata da 1ªreunião interna realizada no dia 21/08/2023, segunda-feira, não havendo quem queira discutir a Ata, em votação a Ata da última reunião. Os que concordam permaneçam como estão. Aprovada a Ata da última reunião.

Não consta nada no Expediente, portanto, vamos dar início à Ordem do Dia. Ficou acordado, na última reunião...

SRA. DEPUTADA LARISSA CASPAR (PT): Deputado...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARMELO NETO (PL): Pois não, Deputada Larissa.

SRA. DEPUTADA LARISSA GASPAR (PT): Deputado, eu queria pedir só um momento, uma Questão de Ordem.

Eu havia protocolado na Secretaria da Comissão um Requerimento solicitando que o Sindeletro pudesse ser também uma Instituição convidada a ser ouvida aqui, na CPI, tendo em vista que é o Sindicato dos Trabalhadores Eletricitários aqui do Estado do Ceará, tem muitas contribuições a dar para os trabalhos desta CPI, mas não entrou na pauta; a nossa assessoria foi informada que...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARMELO NETO (PL): Não havendo, Deputada Larissa, alguém que se oponha, a gente pode incluir extrapauta o Requerimento de Vossa Excelência.

SRA. DEPUTADA LARISSA GASPAR (PT): Agradeço. Até entrego aqui em mãos, tá?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARMELO NETO (PL): Perfeito. Então eu peço a assessoria da comissão que inclua extrapauta o Requerimentoda Deputada Larissa Gaspar.

SRA. DEPUTADA LARISSA GASPAR (PT): E só pra reforçar,deputado, a nossa assessoria, quando foi protocolar, recebeu a orientação de que deputados suplentes não poderiam requerer, mas isso não procede, qualquer parlamentar, mesmo que não seja membro titular ou suplente dessa Comissão pode fazer qualquer Requerimento a essa Comissão. Então é importante a gente garantir a ampla participação dos colegas que queiram contribuir para os trabalhos da Comissão.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARMELO NETO (PL): Perfeito,Deputada Larissa, até porque essa CPI é uma CPI que foi assinada por todos os parlamentares da Casa, unanimidade, então, claro, todos os parlamentares que queiram participar, contribuir com a CPI da ENEL, é uma contribuição muito importante e a gente precisa que seja dada, até porque os parlamentares estão espalhados por todo o Estado do Ceará, perto da população, perto das demandas, então, assim, é muito importante essa contribuição de todos.

Portanto, iniciando a Ordem do Dia. O item "A" da pauta, como foi acordado na última reunião, o Deputado Guilherme Landim que foi o Relator da Comissão Especial da ENEL, que esta Casa instalou na legislatura anterior, vai fazer uma breve apresentação do que já foi apurado por esta Casa na legislatura passada, e em seguida nós vamos fazer a votação dos Requerimentos.

Portanto,Deputado Guilherme Landim, Relator da Comissão Especial e Relator desta CPI fará a apresentação.Vossa Excelência tem a palavra.

SR. DEPUTADO GUILHERME SAMPAIO (PT): Senhor presidente, só me associando um pouco à manifestação da Deputada Larissa, aproveitar a oportunidade para saudar a presença, nessa reunião, da direção do Sindeletro, que inclusive em reunião conosco se dispôs a participar, acompanhar diretamente todas as reuniões desta Comissão.

E na mesma linha do que afirmava agora,há pouco, a Deputada Larissa, nós solicitamos que fosse convidada, na condição de testemunha, no momento oportuno, para apresentar também as suas observações a respeito da concessão do serviço de distribuição de energia elétrica atualmente em vigor aqui, no Estado do Ceará, pela ENEL.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARMELO NETO (PL): Perfeito, Deputado Guilherme. Aproveito para saudar os amigos do Sindeletro, que estão aqui presentes. Sejam bem-vindos à Casa do Povo.

Deputado Guilherme com a palavra, pelo tempo que desejar pela importância da matéria.

SR.RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): Boa tarde, Presidente Carmelo. Boa tarde a todos os deputados, todas as deputadas, e todos que nos acompanham aqui, hoje, no início dos trabalhos dessa Comissão.

Eu gostaria de fazer aqui uma rápida apresentação que julgo que é importante, para colaborar aqui com o trabalho de todos os deputados e deputadas, a apresentação do que nós conseguimos identificar na Comissão, que era uma Comissão Especial, na legislatura passada, e tinha um foco muito específico, Deputado Felipe, que era analisar o Contrato de Concessão e possíveis descumprimentos de alguma cláusula desse Contrato.

E foi nisso que nós focamos o nosso trabalho; fomos atrás de Relatórios da ARCE, da ANEEL, do Ministério Público e de outros órgãos para embasar esses rápidos relatos que vou colocar aqui para vocês e a conclusão, a conclusão final.

Então eu gostaria... tem uma apresentação aqui, muito rápida, para vocês: Relatório Final da Comissão Especial da ENEL, do ano passado.

Acho que...Fica ruim para vocês, aqui, nas TVs? Então, pronto. Tem aí na lateral também. Imagine que na TV deve estar ao vivo. Pronto.

Então, vamos lá. O foco foi analisar o Contrato de Concessão do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, dados oficias acerca da qualidade do serviço prestado pela ENEL, buscando identificar se houve ou não descumprimento por parte da Concessionária.

Vamos lá. Slide - Os descumprimentos constatados.

A gente pode ver aqui que na cláusula 2ª, que é das condições de prestação de serviço, a 1ª subcláusula diz que *a concessionária obriga-se a adotar na prestação de serviço tecnologia adequada e a empregar equipamentos, instalações e métodos operativos que garantam níveis de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia nas prestações de serviços e modicidade nas tarifas.*

Aí nós vamos ver aqui o que é que nós encontramos.

Conforme fiscalização da ARCE ficou constatado que a ENEL, repetidamente, *não cumpriu prazos em atendimento de ligações com necessidade de obra; enviou faturas duplicadas indevidamente para diversos consumidores; cometeu inúmeros erros de faturamento e cobranças indevidas; cometeu erro de faturamento por aplicação indevida de benefícios tarifários.* Tudo isso dentro de relatórios oficiais da ARCE, que têm o convênio com a ANEEL, que é a responsável por fazer a fiscalização e mandar lá para a ANEEL.

Aí quando é que vem aqui sobre a qualidade do serviço. Existe um indicador global de continuidade medido anualmente pela ANEEL. Quanto maior esse Indicador pior é a qualidade do fornecimento de energia elétrica.

E Aí a gente vai vendo, deputados e deputadas, que ao longo dos anos ela só vem piorando a qualidade do fornecimento de energia elétrica. E dentro do Contrato ela tem obrigação de melhorar os seus serviços. E aí, isso é um dado oficial da Agência que é a Reguladora desse serviço.

E aí a gente vêque ano após ano ela vai crescendo nesse número, o que quer dizer que a qualidade do fornecimento de energia só vem piorando.

Slide - Nós vemos na 4ª subcláusula que ela tem a obrigação, ela atenderá aos pedidos dos interessados na utilização dos serviços concedidos, nos prazos e condições fixados nas normas e regulamentos editados pelo poder concedente, nos termos do Anexo II desse Contrato, prevalecendo o menor prazo, sendo-lhe vedado condicionar ligação ou religação de unidade consumidora de energia elétrica ao pagamento de valores não previstos nas normas do serviço ou de débito não imputável ao solicitante.

E aí a gente vê que ela, mais uma vez, pelos Relatórios da ARCE, descumpriu prazos de atendimentos de ligações com a necessidade de obra; descumpriu prazo de atendimento de inúmeras reclamações e solicitações dos poderes públicos municipais. Isso a gente recebeu de dezenas de Prefeituras do Estado do Ceará, de Câmaras Municipais, de CDL e de uma série de outrosentes que contribuíram com essa Comissão.

Slide - Na 15ª subcláusula, a concessionária obriga-se a manter ou melhorar o nível de qualidade do fornecimento de energia elétrica, de acordo com os critérios indicadores, fórmulas e parâmetros definidos da qualidade do serviço, nos termos da legislação específica deste Contrato.

E aí, isso aqui é um ranking que é feito pela ANEEL. Esse IASC é o Índice ANEEL de Satisfação ao Consumidor. Ela avalia 104 Concessionárias. No ano de 2020, a ENEL figurava na 78ª posição, e como se não pudesse piorar, em 2021 ela caiu para 100ª posição. Só tendo quatro Concessionárias com o índice pior do que a ENEL.

Então, fica claro que ela não cumpriu àquela cláusula que diz que: obriga-se a manter ou melhorar o nível de qualidade do fornecimento de energia elétrica. Se ela, de um ano para outro cai de 78 para 100, já está demonstrando isso, dados da própria ANEEL.

Slide - E aí nós temos alguns outros dados que nós trouxemos aqui para vocês, uma pesquisa que foi realizada com os municípios cearenses, traz aí as principais reclamações; demora nos serviços técnicos; na solução das demandas; comunicados que também não tem...

Chegando aí o presidente para tomar o seu assento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARMELO NETO (PL): Passo a presidência para o Deputado Fernando.

SR.RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): Então, continuando aqui: débitos indevidos; falta de transparência na iluminação pública, que o Deputado Felipe fala tanto; cobrança indevida; problema no faturamento dessa iluminação pública.

E aí nós vamos para outro índice, que é o Indicador DER, que é a Duração Equivalente de Reclamação, que vem justamente medir esse pronto atendimento, as reclamações que são feitas à concessionária. Quanto maior esse Indicador maior é o tempo que a concessionária leva para solucionar as reclamações.

E nós vemos, mais uma vez, que ao longo dos anos ela só vem piorando nesse índice, com exceção de 2020 para 2021 que ela dá ali uma pequena melhora de 12,85 para 12,17, mas mostrando que ainda anda muito distante do que ela tinha, por exemplo, em 2017, que era 4,87. Então, demonstra claramente isso.

Mais uma vez, em outro ranking também das Concessionárias, em 2021 a ENEL-Ceará ocupou a 47ª posição em um ranking de um total de 52 Concessionárias. Mais uma vez mostrando que a posição que se encontra a concessionária aqui, do Ceará, é uma posição bastante complicada e que esses serviços são muito mal avaliados.

Slide - E por fim aqui, antes das conclusões, eu queria mostrar para vocês outro dado muito importante que são as multas aplicadas pela ANEEL às Concessionárias do Nordeste, conforme constatado no Relatório do Ministério Público.

Aqui vocês podem ver, deputados e deputadas, que a ENEL supera e muito todas as outras. Ela teve de 2018 a 2022 nove penalidades e multas que ultrapassaram 49 milhões de reais. A segunda ela paga de imediato, Deputado Danniel, ela paga de imediato para que o processo ali se acabe e ela continue tendo... Porque isso aqui, como a gente já vinha dizendo na outra Comissão, não é, Deputado Fernando, é dinheiro de troco para quem tem lucros de 800 milhões.

Então, aí nós podemos ver nove penalidades, mais de 49 milhões. A segunda colocada é a Coelba que teve uma penalidade no valor de 20 milhões. Todas as outras, você vê aí: 14; um e 900;

900; zero a de Alagoas; zero a de Sergipe. Então, mais um dado que vem fortalecer tudo aquilo que a gente vem dizendo do péssimo serviço que é prestado pela ENEL.

Então, na nossa conclusão, concluímos que a ENEL descumpre inúmeras cláusulas contratuais e vem prestando um serviço de má qualidade aos consumidores.

Quanto ao percentual de reajuste, que aquilo era, naquele momento, um foco de debate também, e foi, talvez, o que motivou a criação da Comissão passada foi aquele aumento de tarifa absurdo que houve o maior do Brasil; e aí isso também a gente falou na conclusão quanto ao percentual de reajuste médio das tarifas apresentados pela ENEL e autorizada pela ANEEL em 2022 que foi de 24,85, percentual este bem superior ao apresentado em 2021, quando autorizado pela ANEEL foi de 8,95, e a ENEL-Ceará até aquele momento não havia apresentado justificativas plausíveis para apresentar um percentual de reajuste tão elevado, o que mostra o descumprimento das obrigações legais e contratuais da empresa.

Porque se vocês lembrarem aqui, na 1ª cláusula que nós falamos que ela descumpriu, tinha lá no final da subcláusula:*modicidade das tarifas*. E aí como é que você com um aumento de 24,85, você pode dizer que tem cumprido essa cláusula de modicidade das tarifas, né?

E aí nós fizemos três Encaminhamentos nessa Comissão. O primeiro deles foi oficializar esse Relatório à Agência Nacional de Energia Elétrica, a ANEEL, e solicitar por parte dela a abertura de um procedimento administrativo, em face da ENEL-Distribuição Ceará, para que fossem apurados todos esses descumprimentos que nós colocamos dentro do Relatório.

O Relatório já está aqui, foi entregue a todos vocês. Eu vou passar lá no nosso grupo também em meio digital, para quem preferir ler pelo computador. Isso aqui é um breve resumo, mas tem lá muito mais bem detalhado; e que ela pudesse abrir esse Processo Administrativo para avaliar cada umdesses descumprimentos que nós colocamos. E esse fosse identificado isso que nós vimos na Comissão, que fosse declarada a caducidade do Contrato de Concessão, que é o fim do Contrato; que fosse descontinuado esse Contrato para que essa empresa não continuasse transgredindo essas regras aqui e maltratando o povo do Estado do Ceará; que também fosse oficializado isso à ARCE.

E, infelizmente, deputados, e isso tem que ser foco do nosso debate aqui, a resposta que o Presidente Fernando recebeu e a Procuradoria da Casa recebeu foi da ANEEL foi a resposta de uma página dizendo que *não tinha o que avaliar e que não havia descumprimento de cláusula.* Única e exclusivamente isso.

Não, não estou com ele aqui. Se a Procuradoria pudesse... Está aí? Pronto. Então fica para a gente uma decepção muito grande. Eu acho que tem que ser foco de um debate muito intenso nosso.

O segundo Encaminhamento foi encaminhar e oficiar à PGE, ao Ministério Público do Estado do Ceará e à Procuradoria, ao Ministério Público Federal tudo isso que a gente viu aqui também e pedir ações mais enérgicas. O que eu acho que de lá para cá tem acontecido de alguma maneira, mas nós já denunciamos esse ano também que ENEL não cumpre nem Decisão Judicial aqui no Estado do Ceará. Até as Decisões Judiciais do Tribunal de Justiça desse Estado ela também tem descumprido. Só tem cumprido a multa da ANEEL, que aí ela paga de imediato.

O terceiro Encaminhamento é esse que nós estamos aqui, hoje, que era solicitar à Mesa Diretora que pudesse abrir uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar com mais propriedade, com o poder realmente de polícia, de convocação, de instauração de inquérito, tudo isso que a gente viu e muito mais, e eu acho que agora a gente vai ter condições e meios de fazer essa investigação.

Então, agradeço a todos pela atenção. Foi esse o breve relato do nosso Relatório. (Aplausos).

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Bom, primeiro gostaria de agradecer o colega Deputado Guilherme Landim, nosso Relator nessa Comissão Parlamentar de Inquérito.

Antes de passarmos aos Requerimentos e dar ciência a Vossas Excelências e fazermos a discussão e aprovação, gostaria de saber se algum deputado ou deputada, sobre a pauta, gostaria de fazer alguma pergunta ao Deputado Guilherme Landim sobre o Relatório que ele acaba de ler, para que tira alguma dúvida sobre esse assunto, se não, vamos passar para os Requerimentos.

SRA. DEPUTADA LARISSA GASPAR (PT): Deputado, só solicitar a gentileza do Deputado Guilherme Landim se ele puder compartilhar a apresentação no grupo, que tem as informações resumidas, ajuda na fixação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Tá joia. Tá de posse também das deputadas e deputados, eu pedi para encaminhar o Relatório do Ministério Público, o Relatório da Comissão que estudou o Contrato de Concessão com a ENEL e a resposta da ANEEL, que está agora de posse aí das senhoras deputadas e deputados, para que vocês possam se familiarizar sobre o assunto passado.

Deputado Bruno pediu a palavra?

SR.DEPUTADO BRUNO PEDROSA (PDT): Bem, boa tarde a todos. Deputado Guilherme, só alguns questionamentos. Eu sei que você está mais aprofundado aí no tema. Resumidamente, qual foi a resposta da ANEEL? Qual foi o posicionamento da ANEEL? E diante do posicionamento dela, se a Procuradoria da Casa tem alguma orientação, sugestão de qual caminho seguir, para que a gente possa impor o nosso poder fiscalizador em cima da ENEL, devido a todos esses dados estarrecedores que você apresentou para a sociedade cearense aqui, nessa tarde. Eu quero lhe parabenizar pelo trabalho inclusive.

Eu li aqui atentamente a resposta da ANEEL para o ofício, e ela não diz nada; ela não diz nada, nenhum teor concreto, nem toma decisão. Eu acho que, enfim, as perguntas que eu já fiz: Qual é o caminho que a Procuradoria tem sugerido? O que é que essa Casa pode fazer para, de fato, ela cumprir as suas obrigações com a sociedade cearense?

SR. RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): Deputado Bruno, eu acho que você perguntou e já respondeu. E eu não vejo que nós precisamos fixar muito firmemente nesse ponto. Existe uma Agência Reguladora federal, que é a dona do Contrato, vamos dizer assim, porque essa é uma concessão federal, então, não depende da Assembleia Legislativa apenas, por mais que a gente queira, nós não temos o poder de cancelar esse Contrato; o Governo do Estado também não tem porque é uma concessão federal. Então essa Agência precisa atuar de maneira mais firme. E o que nós vemos, ao longo dos anos, é que ao invés dessa Agência proteger o consumidor, que é de fato o que ela deveria fazer, ela muito mais que protege as Concessionárias.

E isso eu quero trazer em outras reuniões aqui para vocês, inclusive um levantamento que nós estamos fazendo, de também relações que nós julgamos no mínimo antiéticas de conselheiros da ANEEL.Então isso, eu acho que nós não podemos deixar de mostrar aqui, para o povo do Estado do Ceará, para a imprensa, e esse órgão precisa atuar de maneira mais firme defendendo o povo de cada Estado. Porque para mim está muito claro. Se você não pode, se você tem um dever legal de melhorar o seu serviço e, ano após ano você tem piorado, você está descumprindo a cláusula.

Então, eu acho que nós precisamos atuar nessa parte da ANEEL e, sobretudo, na questão da prestação de serviço para o povo cearense, e nós não devemos desviar desse foco, até para que não tenhamos aqui, na Comissão, questões de Liminares tentando derrubar a nossa CPI por desviar o foco. Então eu acho a má prestação de serviço tem que ser sempre aqui o nosso foco principal.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Deputado Bruno, sobre esse tema, se você verificar na resposta da ANEEL, está de posse de Vossa Excelência, na página 8, no

questionamento 20 ela diz: *Em razão do exposto, conclui-se que a ENEL-CEARÁ teve uma queda considerável na qualidade da prestação dos serviços de distribuição a partir de 2019*, na avaliação deles, né? Nossa avaliação, essa queda de prestação de serviço, ou seja, a péssima prestação de serviço ou a má prestação de serviço já tem muito tempo, porém tem apresentado melhora gradativa a partir de 2021. Nós estamos em 2023 e as reclamações e denúncias são maiores do que era lá em 2021, ali no finalzinho, quando começamos esse debate, essa discussão. *Mesmo que ainda, abaixo da qualidade apresentada em anos anteriores, portanto, diante do cenário apresentado entende-se que não há justificativas suficientes para abertura de um processo de caducidade de concessão da ENEL-CEARÁ.*

Bom, eu não entendo mais que pode ser previsto, se é uma questão legal o pedido de caducidade.Então, assim, é uma resposta que não condiz com a nossa realidade, com o que nós vivemos, vivenciamos, e o nosso relator, o colega Deputado Guilherme Landim tem toda razão. Esse trabalho que nós estamos fazendo, essa Comissão Parlamentar de Inquérito que agora investiga as denúncias, se aprofundando, para verificarmos as veracidades de todas elas e cobrarmos de quem é de direito: da Justiça e da Agência Nacional, nós já estamos cobrando da Agência Nacional. Agora a Comissão Parlamentar de Inquérito tem que ir buscar a fundo que a Agência Nacional faça o seu papel, e não é só fiscalizar e orientar a ENEL, é fazer com que ela melhore a prestação do serviço.

Depois de tudo isso, desse sentimento todo e desses Relatórios que Vossas Excelências estão de posse aqui, aí a ENEL, que nós reverberamos aqui o sentimento da população, a ENEL começou com essa história que pretende vender os seus Ativos. Antes disso,Deputado Guilherme Landim, nós passamos aqui quatro anos da outra Legislatura e nunca ouvimos falar em desejo de venda dos Ativos da ENEL, só começaram a falar quando a Casa não somente reverberou o sentimento povo, quando nós começamos a fazer Audiência Pública, a realizar Audiência Pública e a falar sobre esse problema que a sociedade vive e denunciar os casos, aí ela falou.

Então, assim, não precisamos ter urgente,Deputado Felipe Mota, uma reunião com a ARCE - eu estou vendo aqui nos Requerimentos nós já vamos tratar sobre isso, - para que a ARCE nos apresente aquilo que a ARCE vem fazendo de fiscalização, de até pedido de punição, sem efeito, porque a ARCE nos colocou, eu acho que colocou para o Deputado Guilherme Landim também que há tempos a ENEL já vem tirando a autonomia da ARCE aqui no Estado do Ceará. Portanto, a ARCE tenta, mas a ENEL tira a autonomia e a ARCE não consegue... a ANEEL tira a autonomia da ARCE aqui no Estado do Ceará.

Então, nós precisamos ouvir nessa Comissão urgentemente a ARCE, porque ela será um ponto de partida do nosso trabalho daqui para frente.

Deputado Felipe Mota está pedindo a palavra.

SR. DEPUTADO FELIPE MOTA (UNIÃO): Boa tarde a todos. Eu queria aqui, presidente, parabenizar o Deputado Guilherme Landim por esse Relatório, até porque foi da outra Legislatura e eu não estava aqui, não tive o prazer de estar aqui com Vossa Excelência.

Agora, eu gostaria de explicar à população, muita gente agora assistindo aqui o debate da CPI, que uma CPI tem os seus limites, nós parlamentares temos os nossos limites, e nós tentaremos ir até onde nós conseguimos dentro dos nossos limites, porque o nosso direito termina onde começa o do próximo. Então nós precisamos saber e informar à população, colocar muito claro isso nas nossas redes sociais, na imprensa, divulgar.

Isso é o início de um grande trabalho. Concordo com Vossa Excelência que eu não havia escutado na Legislatura anterior nada sobre negociação da ENEL, depois é que apareceu aí uma tal negociação São Paulo e Ceará; escutei também no mercado que queriam vender o Ceará para poder investir emSão Paulo. Então, tudo isso gerou um desconforto e fez com que os cearenses perguntassem: *Quer dizer que esses caras brincam com a cara dos cearenses, brincam com o setor produtivo, com os municípios e vocês não vão dar resposta nenhuma?* Essa é a pergunta que a sociedade faz a nós deputados.

Cabe agora, em cima do seu trabalho, eu vou ler isso aqui, Guilherme, porque eu gosto de me embasar primeiramente, e eu tinha pedido ao Presidente Fernando Santana que a sua apresentação era importante, que os Relatórios que foram proferidos aqui por Ministério Público, por ARCE, são de suma importância para nós, para daí nós formatarmos uma ideia, porque existem perguntas lá fora também: *Vocês começaram a CPI, e quem é que vai assumir caso a ENEL queira deixar o Contrato de imediato?* Se nós colocarmos outra negociação, um novo leilão, a caducidade do contrato, o que o Ceará ganhará a partir do momento disso? Nós teremos novos investimentos ou nós não seremos acusados como fomos irresponsavelmente.

Eu vou dizer aqui, foi provado ontem na Comissão, através do Ministro, que o Ceará não foi o culpado pelas interligações como quiseram culpar o Setor de Energia Renovável, Deputado Bruno, Vossa Excelência que conhece muito isso, não foi o Setor de Energia Renovável. Então nós do Ceará aqui temos é que investir mais, temos é que essa legislação do Hidrogênio Verde lá em cima, nacional,

seja a proferida para gente investir mais, trabalhar mais, atrair mais indústria, ter uma energia mais barata.

Eu gostaria de deixar dois assuntos que serão de suma importância. Pelo pouco que eu já vi, que eu tinha de material na mão, nós não seremos nada se nós não tivermos a ARCE e o nosso ataque primeiro ser na ANEEL. Nós não seremos nada. Não adianta nós convocarmos ninguém de Ministério das Comunicações, das Minas e Energia para poder vir a Casa agora, anteriormente a gente ter isso, porque nós ter que construir, nós vamos querer saber porque a ANEEL está dizendo aquilo para nós irmos atrás das respostas dentro de cada órgão, para não acontecer o que Vossa Excelência disse e o que me preocupa; depois tá chegando Liminar aqui, tá chegando aqui Oficial de Justiça dentro da nossa Casa, na nossa Procuradoria, dizendo que a CPI passou dos limites dela.

Então, é uma sugestão, presidente, eu tinha dado a minha sugestão de um roteiro de como nós faríamos, começando com a apresentação e com a entrega dos documentos do Relator Guilherme Landim. Agora eu pediria a Vossa Excelência que o quanto antes a ARCE tem que estar aqui para nos embasarem e, pós isso, nós organizarmos uma ida à ANEEL em Brasília, para nós podermos ter uma resposta concreta de tudo isso.

SR. VICE-PRESIDENTE DEPUTADO CARMELO NETO (PL): Deputado, Deputado Felipe, só para completar o que Vossa Excelência falou.

SR.DEPUTADO FELIPE MOTA (UNIÃO): Pois não. Obrigado, presidente.

SR. VICE-PRESIDENTE DEPUTADO CARMELO NETO (PL): É sobre a desinformação que até nós parlamentares temos acerca dessa situação da ENEL.

Eu estive na Assembleia Legislativa de São Paulo, e comentei com a Relatora da CPI de lá essa situação sobre a possível venda. Eu falei: *Relatora, o que acontece lá no Ceará, o boato que está circulando lá no Ceará é que eles querem vender São Paulo e vender Ceará; vender esses dois campos energéticos, essas duas Concessões.*E o que ela me disse foi: *Não, pois o que chegou ao nosso conhecimento aqui, em São Paulo, é que eles querem vender a de vocês para dar atenção a São Paulo, porque na teoria não estão dando conta das duas, e aí precisariam vender o Ceará pra dar conta de atender São Paulo.* Então você vê a desinformação que é. Nós parlamentares não temos uma certeza de quais são as intenções, do que a ENEL pretende fazer no tocante aos cearenses.

E quanto a ARCE, Deputado Felipe, tem inclusive um Requerimento de minha autoria, Requerimento nº 24 de 2023, para que nós possamos convidar o Presidente da ARCE para vir a esta

CPI colaborar com essas investigações todas. Então, parabéns a Vossa Excelência pelo pronunciamento, e vamos em frente.

SRA. DEPUTADA LARISSA GASPAR (PT): Presidente, só um instantinho, por gentileza. Só para colaborar num ponto que o Deputado Guilherme Landim tocou sobre a questão da modicidade tarifária, que é uma cláusula do Contrato, é uma garantia do consumidor. É importante a gente lembrar que antes da privatização a gente tinha a terceira menor tarifa do país, e depois da privatização a gente tem, acho que a quarta energia mais cara do mundo, mais cara até do que países que estão em guerra. Então isso precisa também ser analisado com muito cuidado, e considerar que o valor da tarifa e o reajuste tarifáriotêm que levar em conta a situação do salário mínimo. E nos últimos anos nós vivemos um momento de ataque ao salário mínimo, não havia mais política de ganho real de salário mínimo, ele estava desvalorizado, agora que a gente está retomando essa política que é necessária. Então, tudo isso precisa ser levado em consideração, porque o valor da tarifa não pode ser exorbitante a ponto de consumir a maior parte da renda mínima de uma pessoa, e é necessária para garantir a sua sobrevivência.Obrigada, presidente.

SR. DEPUTADO GUILHERME SAMPAIO (PT): Peço a palavra, presidente, Deputado Guilherme Sampaio.

SR. DEPUTADO DANNIEL OLIVEIRA (MDB): Deputado Guilherme, aqui eu vou auxiliar o nosso presidente.

SR. DEPUTADO GUILHERME SAMPAIO (PT): Bom, senhor presidente, colegas deputados e deputadas, todos que acompanham essa reunião da CPI, muito boa tarde.

Eu quero em primeiro lugar, presidente, parabenizar em nome do Deputado Fernando Santana e do Deputado Guilherme Landim, a Comissão Especial que realizou esse trabalho na legislatura passada, cujo Relatório foi agora apresentado a todos e a todas, e sintetiza um conjunto de irregularidades que dão origem a aprovação da CPI pela Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. Está amplamente demonstrado não só por esse Relatório da Comissão Especial, mas também pelos dados disponíveis nos órgãos de Defesa do Consumidor, na própria ANEEL, que sob o ponto de vista do desempenho da qualidade dos serviços houve problemas muito graves de 2019 a 2021 principalmente, mas ainda uma posição muito desfavorável no ranking de qualidade desses serviços no próprio ano de 2022.

Acho que primeira conclusão que isso deve nos levar, eu acho que esse momento é importante para pautarmos esse debate, é que essa tese de privatização a qualquer custo não pode prevalecer na

discussão da forma como serviços públicos são ofertados ao povo. É muito importante afirmar isso nesse momento, porque durante muito tempo e ainda há muita gente que defende a privatização como regra. Agora mesmo, pouco tempo atrás tinha muita gente defendendo a privatização da Petrobras. Agora mesmo a Eletrobras foi entregue em condições absurdas para a iniciativa privada, com o governo brasileiro detendo 42% do seu capital e tendo, se não me engano, 12% dos votos dentro Conselho de Administração. Lá atrás, oito né? Lá atrás, na discussão da privatização da Coelce, se esses argumentos de quem acompanha isso não só no Brasil, mas no mundo todo, onde boa parte de serviços privatizados estão voltando a serem estatizados tivessem sido levado em conta, muitos desses problemas não estavam sendo vividos dessa forma, no mínimo esses Contratos de Concessão e o controle exercido pelas Agências de Regulação não teriam a negligência que estão tendo. Isso é um fato.

O que a ENEL está fazendo com a população cearense, com as empresas, com o Poder Público, as Prefeituras, o Estado é um verdadeiro desaforo, é um desaforo com o povo cearense. Se nós observarmos todos os índices relativos ao desempenho estabelecidos pela ANEEL na regulação, o índice DGC, o índice a Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora, a duração equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora, todos esses índices que medem a qualidade do serviço prestado, nós tivemos uma verdadeira tragédia de 2019 até 2021.

Paradoxalmente, essa tragédia tem o sentido inverso quando a gente avalia o desempenho financeiro dessa empresa. Pasmem os senhores, essa mesma empresa que como dizia agora aDeputada Lia Gomes, em qualquer roda de conversa se a gente apresenta uma queixa da ENEL surgem mais 20, quer seja um consumidor de baixa renda; quer seja um grande empresário; quer seja um prefeito; quer seja uma Secretaria do Estado que quer inaugurar uma obra e não tem a ligação da ENEL necessária para o funcionamento dessa obra. Felizmente, a gente tem aqui um time de deputados muito qualificado, já deu para perceber na primeira reunião da CPI, para essa avaliação, ex-gestores, pessoas que são relacionadas ao campo de energia e podem acompanhar isso muito bem. Mas pasmem os senhores, essa mesma empresa com o desempenho baixo, do ponto de vista da qualidade dos serviços prestados, apresentou em 2018 um lucro de 364 milhões de reais, Lucro Líquido. Em 2019, um lucro de 404 milhões de reais; em 2020, um lucro de 265 milhões de reais, e a qualidade lá em baixo; em 2021 um lucro de 488 milhões de reais; em 2022, pasmem os senhores, plena pandemia, 640 milhões de reais, e teve a desfaçatez de aprovar um reajuste, aplicar um reajuste de 24,85%.

Sabe para onde está indo o custo das vidas de trabalhadores perdidas em função da ENEL não cuidar da segurança desses trabalhadores, o custo dos serviços mal prestados à população ao poder público está indo para os acionistas da ENEL. Em 2019 foram 145 milhões distribuídos de lucros; em 2020 foram 90 milhões distribuídos de lucro; em 2021, plena pandemia, quase 200 milhões; em 2022, 140 milhões. A palavra para isso é: desaforo, sobretudo quando a gente percebe que essa empresa sequer responde aos ofícios da Assembleia Legislativa pedindo esclarecimentos, senhor presidente.

Então eu concluo essa intervenção dizendo que se essa CPI tiver um objetivo é dar um freio de arrumação e trazer a ENEL aqui para prestar contas ao povo do Ceará. Claro que existe estratégia, existe método. Esse conjunto de Requerimentos apresentados tem que ser votado para que nós tenhamos mais subsídios, e essa convocação se dê mais na frente, com todos os elementos comprobatórios necessários para confrontarmos aqui. Asenhora Diretora da ENEL no Estado do Ceará e o Country Manager da ENEL no Brasildevem ser convocados, inclusive apresentamos Requerimentos nessa direção.

Acho que é o mínimo que essa CPI pode ter como resultado, presidente, é garantir a convocação dos representantes desta empresa que está lucrando à custa do prejuízo do povo cearense, em plena pandemia, em plena temporada de prejuízos econômicos que todos viveram durante essa pandemia, para prestar contas à população do Ceará por esse desaforo. Essa é a responsabilidade política dessa CPI. Muito obrigado, presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Tomando ciência, Deputado Guilherme Sampaio, e parabenizando pela fala, eu acho que é isso mesmo.

Eu quero pedir a Vossas Excelências para que a gente passe agora para leitura, discussão e votação dos Requerimentos...

SR. DEPUTADO BRUNO PEDROSA (PDT): Deputado Fernando...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Deputado Bruno, pode ser na discussão dos Requerimentos? Já vou lhe passar, só pra gente poder adiantar aqui os Requerimentos, e na discussão eu abro com o maior prazer para Vossas Excelências.

Eu estou vendo aqui um Requerimento, e já até me adiantei, é do Deputado Guilherme Landim. Nós vamos aprovar aqui, eu não tenho dúvida, até porque nós já falamos sobre isso, e é para convidarmos, convocarmos a ARCE. É o Requerimento de nº 3, é isso? Não, é de nº 4.

Eu telefonei agora para o Presidente da ARCE já falando para ele que tinha esse Requerimento apresentado pelo relator da nossa Comissão Parlamentar de Inquérito, Deputado Guilherme Landim, e

já pedindo a ele uma data prévia, porque ele tem que se preparar com o corpo técnico, e ele já nos deu uma data; ele pode vir, se for da concordância das deputadas e deputados, no dia 13, de hoje a 15, às 15 horas, numa quarta-feira, com o corpo técnico para fazer as apresentações, enfim, discorrer aqui o assunto, e cada uma e cada um possa naquele dia fazer as suas perguntas. Está combinado assim? Então, 15 horas, na quarta-feira, dia 13, com corpo técnico, a presença da ARCE, e o presidente já comunicou que virá também para essa reunião.

Então colocarei agora, para... Pois não, Deputado Danniel Oliveira.

SR. DEPUTADO DANNIEL OLIVEIRA (MDB): Só pedir a Vossa Excelência, presidente, com aquiescência dos demais, eu só tenho dois Requerimentos na pauta, e tenho que pegar um voo, e se fosse possível, eu gostaria de apresentá-los e discutir rapidamente, e se fosse possível colocar na frente da pauta, se fosse possível, presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Eu pergunto só as minhas colegas deputadas e deputados, cada deputado que está apresentando aqui o seu Requerimento eu daria a sugestão que ele faça a leitura e já aí uma prévia discussão. Então, se vocês permitirem, o Deputado Danniel está com um voo marcado, então eu passo a palavra ao colega Deputado Danniel Oliveira.

Discussão e aprovação de Requerimentos.

SR.DEPUTADO DANNIEL OLIVEIRA (MDB): Presidente, só tenho um na pauta que é o nº 25, e eu apresento a Vossa Excelência, se for possível também para incluir extrapautao Requerimento, no caso, que fica aí nº 32, salvo engano, que esse Requerimento, senhoras e senhores, eu vou até aqui ler rapidamente: *Requer reuniões itinerantes regionais desta Comissão Parlamentar de Inquérito da ENEL, Distribuidora do Ceará.* A ideia é bem óbvia, é levar essa discussão também a outras regiões, assim como a Deputada Lia disse que em toda roda de discussão que a gente fala o nome ENEL abre mais 20, 30 questionamentos, é importante que a gente dê oportunidade a pessoas que não pode se deslocar até a Assembleia, e que a gente possa, dessa forma, levar essa discussão para as regiões do Estado do Ceará.

Para a segunda, aí eu já aproveito para fazer um rápido comentário. Ouvindo aqui os nobres amigos deputados, e quando a gente fala de ENEL, eu já fiz algumas discussões em relação a essa questão, e quero aproveitar, sem aqui nenhuma demagogia e nenhuma palavra jogada ao vento, mas parabenizar,Deputado Fernando, a Vossa Excelência, ao Guilherme Landim, a todos que fizeram essa primeira ação fundamental, para que a gente pudesse de uma forma madura abrir essa CPI e discutir,

sabendo que tudo que a gente já poderia ter feito para evitar a CPI já foi feito, mas que de uma forma desrespeitosa,Deputado Guilherme, a ENEL sempre nos tratou.

Vossa Excelência trouxe números que são importantes como a questão dos lucros que a ENEL vem tendo sistematicamente, e esse lucro é claramente a falta de investimento, está segurando o investimento para lucrar mais, e com isso, obviamente, os serviços sendo cada dia pior apresentado para a população. Então isso é uma regra que essa qualidade ruim é uma coisa que a gente quando se fala em ENEL é geral, a qualidade é ruim. Mas o que mais está me incomodando, senhores e senhoras deputadas, é o desrespeito no qual a ENEL está tratando essa Casa Parlamentar.

E aí, os dados que Vossa Excelência apresentou, Deputado Guilherme, são angustiantes, não só no desespero de que eu sei que muitas passam, e eu já vi o Governador Camiloligar para pedir um favor para ligar uma UPA – Unidade de Pronto Atendimento no município de Brejo Santo, uma Policlínica que estava ali há sete, oito meses pronta e não estava funcionando porque a ENEL não tinha ligado a energia.

Então, por aí a gente tem a ideia, se o governador do Estado do Ceará tem que pedir a ENEL para fazer a ligação de uma Unidade de Tratamento Intensivo, que atende as pessoas na questão da saúde, você imagina uma senhora que está lá na sua casa que foi lá cortada a energia de uma forma irresponsável, e liga para a ENEL e a ENEL dá 72 horas para voltar a ligar a energia que foi cortada de uma forma irresponsável, por erro por arte da ENEL.

Não quero chover no molhado porque todo mundo sabe essas ações em relação à ENEL, mas é importante a gente discutir até por causa, e eu fiz essa abertura porque esse meu Requerimento, esse de nº 25, requer que a ENEL seja oficializada da instalação dessa CPI, para ver se oficialmente ela fica sabendo por nós que existe uma CPI para apurar o que está acontecendo aqui no Ceará em relação a essa questão da distribuição, e principalmente apurar essas supostas irregularidades e abusos dessa Distribuidora.

Então acho que também pegando até um gancho na fala do Deputado Guilherme, que a gente possa oficializar tanto a diretora aqui do Estado do Ceará como a Country Managerda ENEL, que é Operadora aqui no Brasil, para que eles tenham a ciência de que nós estamos em meio uma CPI, e tudo aquilo que era possível para que a ENEL pudesse mudar atenção com os cearenses já foi feito, não há um retorno por parte da ENEL, nós temos que avançar dessa forma. Então esses são os dois Requerimentos, Deputado Fernando, oficializar a ENEL e regionalizar essa discussão. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PDT): Posso colocar em votação? Em votação os dois Requerimentos do colega Deputado Danniel Oliveira. Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovados os Requerimentos do Deputado Danniel Oliveira.

Passo então ao Deputado Guilherme Landim para que possa discorrer sobre seus Requerimentos e colocarmos em discussão e aprovação.

SR. RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): Presidente Fernando e demais deputados e deputadas, eu queria tentar ser o mais sucinto possível aqui, porque eu sei que tem muitos Requerimentos que nós solicitamos, e queria dividir por grupos aqui, se vocês me permitirem. O primeiro deles, que a gente pudesse aprovar aqui os ofícios que eu sugeri a órgãos que venham contribuir com a Comissão trazendo suas reclamações, os seus problemas, como aqui os temos a Aviprece, que é a Associação dos Vice-Prefeitos; a UVC, que é a União dos Vereadores do Ceará; a Aprece; a Federação do Clube de Dirigentes Lojistas; a Fecomercio; a FIEC. Então, que a gente pudesse aprovar esses Requerimentos, e unicamente a Comissão está oferecendo o espaço aqui para que eles venham trazer suas reclamações. Então se pudermos fazer assim, e aí depois a gente viria aqui para os da Justiça e para os órgãos fiscalizadores. Pode ser dessa forma?

SR. DEPUTADO FELIPE MOTA (UNIÃO): Vossa Excelência está comunicando a todos que merecem esse ditame aqui da CPI para informá-los, aí Vossa Excelência diz que no próximo passo que nós já vamos aprovar já entra a ARCE e ANEEL, né isso?

SR. RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): Exatamente. Então nós temos aqui, Deputado Fernando, só para organizar, o de nº 2, que é o da Aviprece; o de nº 3, que é o da UVC; o de nº 9, que é o da Aprece; o de nº 10, que é a da Federação das CDLs; o de nº 13, que é da Fecomercio. Pronto, então são esses. Esses aqui que seria para que a gente pudesse receber essas informações desses órgãos.

O segundo grupo eu já posso... Quer colocar logo em votação?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PDT): Vamos colocar logo em votação esses que são os convocatórios, digamos assim.

Quem quer discutir? Não havendo quem queria discutir, em votação. Senhoras deputadas e deputados que aprovam permaneçam como estão. Aprovados os Requerimentos do Deputado Guilherme Landim, por bloco.

Agora é o segundo bloco, Deputado Guilherme.

SR. RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): Pronto. O segundo bloco, eu gostaria de colocar aqui um também que é com pedido de informações para Ministério Público. Vamos lá também aqui fazendo número a número.

Nós temos aqui primeiro a ARCE, para que ela possa enviar o Relatório constando todos os processos administrativos existentes. Item 4, exatamente, que é solicitação de documentação da ARCE, que ela possa enviar dos últimos cinco anos todos os Processos Administrativos.

Depois, ao Tribunal de Justiça do Estado do Ceará solicitando Relatório constando todos os Processos Judiciais movidos na esfera estadual em face da empresa ENEL, nos últimos cinco anos.

Está aqui também o Superior Tribunal de Justiça para que também possa enviar esse mesmo Relatório. (4, 5 e 6).

7º - A Procuradoria Geral do Estado para que possa apresentar o Relatório que foi feito também pelo Ministério Público no ano passado. E aí a gente já pode deixar aqui aprovado para o momento mais adequado da Comissão.

Solicitando ao Procon Assembleia, Procon Fortaleza e Procon Unifor também todos os Processos que foram ingressados nos últimos cinco anos;

Também à Procuradoria Geral do Estado solicitando essas informações sobre esses Processos Administrativos, que é o 21. São esses, senhor presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PDT): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Senhoras deputadas e deputados que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovados.

Eu queria só pedir a colaboração da Comissão Parlamentar de Inquérito, a nossa assessoria e a assessoria de gabinete do Deputado Guilherme Landim, para que esse da ARCE seja levado em mãos o mais rápido possível, para que eles possam preparar e enviar inclusive antes da vinda deles aqui. O Requerimento de nº 15, aprovado aqui. Que as nossas assessorias, Deputado Guilherme Landim, possam o mais rápido possível levar inclusive em mãos, para que eles possam agilizar toda essa documentação, para que no dia que eles venham, que já é no dia 13, daqui á 15 dias, a gente já tenha posse dessas informações.

Deputado Guilherme Landim, ainda tem Requerimento seu aqui, de Vossa Excelência?

SR. RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): Deputado Fernando, os demais são pedidos de informações, com exceção aqui do 18 e do 19, que eu queria colocar para crivo da

Comissão se acham que é procedente que seja aprovado agora ou se querem que eu possa sobrestar esses dois para um momento mais oportuno, que já seria a convocação de diretores...

SR. DEPUTADO BRUNO PEDROSA (PDT): Eu sugeria, deputado, que sobestasse para o momento oportuno.

SR. RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): Então fica sobrestado aqui o 18 e o 19, para que ao longo das nossas coletas de informações aqui a gente possa avaliar isso ou não.

SR.DEPUTADO FELIPE MOTA (UNIÃO): Presidente, desculpa. Eu acho que nós temos que averiguar, levantar documentos, dar mais tranquilidade, subsídios para nós aqui da CPI. E essas convocações elas são, como diz assim, a cereja do bolo que a sociedade espera para escutar as respostas daqueles que operam o sistema ou companhia; eles é que são os responsáveis por tudo isso. Então nós vamos aguardar. Eu prefiro que você deixe sobrestado isso aí para o próximo momento.

SR. RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): Está sobrestado, tranquilo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PDT): Deputado Guilherme Landim, sobrestado o Requerimento de nº 18 e 19.

Então passamos aqui ao próximo deputado com os Requerimentos, o Deputado Carmelo Neto.

SR .DEPUTADO CARMELO NETO (PL): Senhor presidente, eu tenho aqui seis Requerimentos de minha autoria na pauta, até alguns são bem parecidos com alguns que já foram discutidos e aprovados já nessa CPI. Então, eu aproveito para dizer que os que são similares a gente pode inclusive fazer o envio de uma forma conjunta, para somar aí nesses esforços, nesse pedido.

O primeiro é o item 17, Requerimento nº 16 de 2023, de minha autoria, que solicita a realização de Audiência Pública nas macrorregiões do Estado do Ceará, afim de apurar e debater a prestação de serviços pela ENEL e possíveis melhorias.

É importante a gente interiorizar essa CPI, levar realmente para as macrorregiões do Estado do Ceará, com o intuito de ouvir os cearenses, ouvir aqueles que são as verdadeiras vítimas disso tudo, as verdadeiras vítimas do mau serviço, da má prestação de serviço da ENEL no Estado do Ceará. Tem um Requerimento já aprovado do Deputado Danniel Oliveira. O Deputado Danniel apresentou já um Requerimento parecido, então vamos somar esforços aí nesse sentido.

Item 20. Também de minha autoria, o Requerimento de nº 20 de 2023, que solicita o envio de ofício ao DECON, ao PROCON e à ANEEL, solicitando informações quanto àquilo que chega até eles de reclamação, quanto àquilo que chega até eles aí por parte da sociedade cearense de reclamações no tocante àENEL.

Item 21. Requerimento de nº 21 de 2023, também de minha autoria, solicita o envio de ofício ao senhor Procurador-Geral de Justiça do Estado solicitando informações e a cópia integral do Procedimento Administrativo contra a ENEL. Apesar de nós já termos acesso a este Relatório do Ministério Público, está aqui em nossas mãos, o Presidente Fernando muito bem entregou na pasta que foi entregue aos nobres colegas. Eu acho importante, já que nós estamos numa CPI e não mais numa Comissão Especial, a gente pedir formalmente, solicitar de maneira forma que seja envida à CPI também de uma maneira formal por parte do Ministério Público, até porque quando a gente terminar a CPI e houver algum tipo de sugestão, alguma diligência no meio do caminho, a gente vai estar mais embasado de maneira oficial, até para evitar que venha até algum tipo de Liminar, algum tipo de Pedido Judicial se nós usarmos este Relatório como embasamento para algum tipo de diligência da CPI. Exatamente, só legalizar o que nós já temos acesso.

Item 22. Requerimento nº 22 de 2023, de autoria do Deputado Carmelo Neto, solicita o envio de ofício com questionamento de perguntas às Prefeituras de todos os municípios do Estado do Ceará, com o objetivo de avaliar a qualidade dos serviços prestados pela empresa ENEL das respectivas localidades. Foi uma iniciativa que nós vimos que funcionou muito bem na CPI do Estado de São Paulo, enviaram um questionário para todos os municípios, e aí tem perguntas, são 32 ou 34 perguntas, se não me engano, para que os prefeitos possam de fato participar, dar o feedback a esta Comissão; saber qual o maior problema; se já enfrentaram algum tipo de problema no tocante a inauguração de obra por conta da ENEL, enfim, vários questionamentos que são importantes, para que os prefeitos possam contribuir e participar dessa Comissão Parlamentar de Inquérito.

Requerimento nº 23 de 2023, também de minha autoria, solicita o envio de ofício à SEMACE e à SEUMA, para que nós possamos ter informações sobre ligações de energias em áreas irregulares ou de proteção ambiental. Também é uma informação importante. O Requerimento que foi aprovado já lá na CPI do Estado de São Paulo, e eles averiguaram algumas irregularidades principalmente no tocante à ligação de energia em Área de Proteção Ambiental. Então é importante que a gente tenha a informação para no momento oportuno questioná-los sobre isso no âmbito dessa CPI.

O último, também de minha autoria Requerimento nº 24 de 2023, solicito o envio de convite ao senhor presidente e ao coordenador do Setor de Energia Elétrica da Agência Reguladora do Estado do Ceará (ARCE), para que compareça a essa Comissão. Inclusive, já que nós já temos a dada, Presidente Fernando, no dia 13, Requerimento importante que seja aprovado justamente por isso. Nós já temos a

data, é um debate importante, e o início por parte deles, e eu tenho certeza que é fundamental para o bom trabalho dessa CPI.

Portanto são esses os Requerimentos de minha autoria. Peço a todos o apoio para que nós possamos aprova-los.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PDT): Em discussão.

SR. DEPUTADO GUILHERME SAMPAIO (PT): Presidente, só uma correção. ORequerimento 18 e 19 citados pelo Deputado Carmelo são de minha autoria, e já foram devidamente apresentados aqui e dizem respeito às convocações dos dirigentes que foram mencionados na minha apresentação.

SR. DEPUTADO CARMELO NETO (PL): Eu li os Requerimentos de minha autoria.

SR. DEPUTADO GUILHERME SAMPAIO (PT): Na introdução da fala de Vossa Excelência quando Vossa Excelência fez referência aos Requerimentos de autoria do Deputado Guilherme Landim, e o 18 e 19 na realidade são meus e não do Deputado Guilherme Landim. Só para registrar. Foram apresentados eles foram apresentados na reunião passada...

SR. DEPUTADO CARMELO NETO (PL): Ah! Sim. Sim. Aí, no caso, a fala do Relator; a fala do Relator Guilherme Landim.

SR. DEPUTADO GUILHERME SAMPAIO (PT): Eles foram apresentados na reunião passada na condição de suplente do Deputado De Assis.

SR. DEPUTADO CARMELO NETO (PL): Perfeito. Mas está sobrestado?

SR. DEPUTADO GUILHERME SAMPAIO (PT): Está sobrestado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PDT): Vou botar aqui Guilherme Sampaio, porque até Guilherme Landim se confundiu com Guilherme.

SR. DEPUTADO CARMELO NETO (PL): Mas os dois são Sampaio, né?

SR. DEPUTADO GUILHERME SAMPAIO (PT): Nós temos um bloco aqui, é um dos blocos mais poderosos da Assembleia Legislativa, é o G-3, Sampaio, Landim e Bismark.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PDT): Vamos aqui aos Requerimentos do Deputado Carmelo. Alguém para discutir? Não havendo inscrições para discutir, declaro encerrada a discussão, em votação. Senhoras deputadas e deputados que aprovam os Requerimentos se posicionem como estão. Estão aprovados.

Eu nem sabia que tinha os Requerimentos do Deputado Guilherme Sampaio que eu tinha lido tudo como Guilherme Landim.

Mas eu passo então aqui aos Requerimentos do Deputado Guilherme Sampaio. Já foram apresentados. Nós discutimos com o Deputado Guilherme Landim se a gente poderia sobrestar esses Requerimentos. Vossa Excelência com a concordância.

SR. DEPUTADO GUILHERME SAMPAIO (PT): Eu gostaria somente de registrar a observação que fiz, que aprovados os Requerimentos eles devem ser concretizados no momento oportuno, em função da estratégia de investigação da CPI, como se trata da convocação dos dirigentes.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PDT): Eu concordo com Vossa Excelência e se todos concordarem. É uma tradição nas CPIs, explicar para a Deputada Larissa, que deputado suplente precisa junto com o deputado titular assinar para que o Requerimento venha... Eu já assinei o seu Requerimento, por mim, aqui, pela presidência, mas eu vou colocar também em votação, e qualquer Requerimento que Vossa Excelência deseja fazer, pode enviar que eu assinarei com maior prazer, que eu sei da sua contribuição à nossa comissão. Quero também deixar aqui as deputadas e deputados à vontade para me telefonar qualquer dúvida sobre o trabalho da CPI. Isso não é um trabalho de uma pessoa, isso é um trabalho de várias mãos, para que a gente possa dar o resultado esperado pela população que é a melhoria do serviço de fornecimento de energia elétrica com a nossa população, pagando um preço justo. Eu acho que é isso que é o justo.

Então, eu vou passar a palavra para a Deputada Larissa, para que ela possa ler o Requerimento, e colocarmos aqui para a discussão e aprovação. Deputada Larissa.

SRA. DEPUTADA LARISSA GASPAR (PT): Obrigada, Deputado Fernando.

O nosso Requerimento visa justamente convidar o Sindeletro, inclusive está aqui presente, vou registrar na pessoa da companheira Luciana, para prestigiar a luta das mulheres que estão à frente dos sindicatos, e justamente ouvir as contribuições desses colaboradores, desses trabalhadores, tanto na perspectiva daqueles que executam, que prestam o serviço diretamente à população, mas também a perspectiva dos consumidores, porque apesar o objetivo do sindicato ser defender os seus trabalhadores eles também escutam as reclamações da população quando vão a campo realizar uma ligação, e tem com certeza muitas denúncias para contribuir aqui para o trabalho de investigação da CPI. Então o nosso intuito é que possa ser também vista uma data em que o Sindeletro possa ser ouvido e trazer as contribuições aqui para os nossos trabalhos.

SR. DEPUTADO GUILHERME SAMPAIO (PT): Senhor presidente, só para subscrever o Requerimento. Eu havia apresentado um de igual teor, e me associo à iniciativa de Vossa Excelência, Deputada Larissa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PDT): Em discussão. Não há deputadas e deputados inscritos para discutir, encerrada a discussão. Deputadas e deputados que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado o Requerimento da Deputada Larissa com subscrição do Deputado Guilherme Sampaio.

Parabenizá-la, porque acho importante que também no momento oportuno possamos ouvi-los aqui.

Mas deputadas e deputados, dar alguns informes aqui a Vossas Excelências nós já estamos com a Sala da CPI pronta. Deputado Bruno, me perdoe, Deputado Bruno, quando eu passei para discutir,Vossa Excelência não se inscreveu, mas eu estou devendo essa palavra a Vossa Excelência.

Deputado Bruno.

SR. DEPUTADO BRUNO PEDROSA (PDT): Conclua, presidente, conclusa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PDT): Não. Depois eu falo os informes, para que a gente possa encaminhar para o encerramento.

SR. DEPUTADO BRUNO PEDROSA (PDT): Desculpa, presidente, desculpa.

Presidente, eu queria, primeiro não sei se, aqui na realidade mais do que um Requerimento é uma sugestão para o público cearense que talvez não saiba, e aí eu quero também questionar o Deputado Guilherme se ele tem essa informação que eu pesquisei. Hoje, a ARCE tem a delegação de representar a ANEEL no Estado do Ceará, no entanto, mesmo após um Processo Administrativo, a votação dos conselheiros da ARCE e uma eventual condenação, uma eventual multa, uma eventual fiscalização, um cumprimento de uma obrigação, a 2ª Instância, o 2º Grau de Recurso é a própria ANEEL. Portanto, a ARCE mesmo cumprindo tudo, fazendo o papel importantíssimo que tem feito não só na energia elétrica, mas no saneamento, nos transportes,é em tantos serviços que a ARCE, que é a Agência Reguladora do Ceará, tem cumprindo o seu papel com excelência, no fundo, no fundo volta para a ANEEL às tomadas de decisões.

Deputado Guilherme Landim, pelas minhas pesquisas eu vi que a ANEEL não tem escritório em Fortaleza. Você tem essa informação se tem algum escritório aqui da ANEEL?

Pois o que eu ia sugerir, Deputado Fernando, aqui com muita humildade e tudo, inclusive tomando de exemplo o que houve hoje aqui na Assembleia a reunião de mais de cem prefeitos, num movimento ordeiro, democrático, republicano, mostrando as dificuldades que estão passando as prefeituras municipais com a queda nos repasses, a importância, e aí na sua fala e na fala do Deputado Felipe Mota, dessa CPI, os seus integrantes se apresentaram à diretoria da ANEEL em Brasília, como

aqui não tem escritório. Eu acho que esse primeiro passo, Deputado Felipe, inclusive falou sobre isso, né deputado, eu acho que esse primeiro passo, até antes das convocações e tudo, se for possível, aqui fica a minha sugestão, vou apresentar oficialmente, mas fica essa minha sugestão de que não é possível... exatamente acho que é a história dos prefeitos, cem prefeitos estão aqui, não é uma conversa de carochinha, porque de fato está acontecendo. Então, não é possível que os membros titulares de uma CPI irem até, nós representantes da população, o senhor tirou mais de cem mil votos, o Guilherme 80 mil votos, todos nós aqui com votações extraordinárias, então nós representamos aqui quase um milhão de votos dos cearenses só nessa CPI aqui presentes pessoalmente. Nós estamos representando um milhão de cearense. Então não é possível que nós, todos juntos indo até lá mostrando esse Relatório da Comissão Especial nós não tenhamos essa força, esse simbolismo de mostrar que nós queremos solucionar, não só apontar o dedo, mostrar problemas, mas também buscar soluções para o povo cearense.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PDT): Deputado Bruno, a minha opinião é que Vossa Excelência apresenta o Requerimento. Eu já dou uma opinião que é mais que justa essa ideia, que façamos isso aqui pela CPI, mas eu daria a sugestão que fosse após a nossa reunião com a ARCE, para que a gente tenha mais embasamento sobre o que a ARCE... Exatamente quando estivemos lá pedindo a Caducidade do Contrato na Agência Nacional, eles remeteram na fala deles a ARCE tomada de decisões. Quando nós chegamos aqui, de posse dessas informações, telefonamos para a ARCE e a ARCE foi taxativa: *Nós não temos mais autonomia sobre a ENEL.* Em outras palavras, aí palavras minhas, pelo que eu entendi a ENEL é um convênio, inclusive ela já quis cancelar várias vezes esse convênio com a Agência Nacional e a Agência Nacional conversou e tentou amenizar, e terminou até hoje não aceitando o cancelamento desse convênio. A informação que eu tenho da ARCE é que ela já tentou várias vezes cancelar esse convênio exatamente por não ter autonomia, ou melhor, pelo que eu entendi, aí são palavras minhas, a ENEL não respeita a ARCE, foi o que eu entendi.

Então eu penso que após a nossa a reunião, a nossa audiência com a ARCE aqui no dia 13 nós vamos estar com posse de mais informações, e aí sim, eu, particularmente, mas eu quero aqui que o colegiado possa tomar decisão, eu topo aqui com uma comissão de deputados, se for à comissão inteira irmos lá e apresentarmos, fazer respeitosamente, como o Deputado Guilherme Landim, o Deputado Daniel Oliveira colocou aqui, já que nós estamos informando àENEL do início da nossa CPI também informarmos à Agência Nacional, mas não só de posse do documento, mas da presença, inclusive para

que o presidente possa ouvir aqui a Comissão Parlamentar de Inquérito. Mas aí a minha sugestão é se vocês concordarem após a reunião da ARCE para que a gente possa ter mais informações.

Essas são as informações preliminares que eu tenho, de falta de respeito nas tomadas de decisões ou nas investigações, ou na fiscalização, ou na punção, ou na orientação que a ARCE tem pedido à ENEL, está uma falta de respeito da ENEL com a ARCE, e pelo que eu entendi chancelada pela Agência Nacional. E por isso a ARCE já tentou várias vezes cancelar o convênio que tem com eles.

SR. DEPUTADO BRUNO PEDROSA (PT): Por mim, perfeito. Agradeço aí sua...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PDT): Eu peço a Vossa Excelência que apresentou aquele mesmo Requerimento para que a gente possa aprovar e consequentemente fazermos essa visita.

Eu pergunto se mais alguma deputada, deputado... Deputada Lia. Pois não, Deputado Guilherme.

SRA. DEPUTADA LIA GOMES (PDT): O Guilherme estava aqui perguntando como eu posso ficar calada, mas é porque vocês me representam. Mas eu acho que se existisse um fã clube dos *haters* da ENEL, eu seria a presidente. Eu fico muito indignada, assim, desde à época do Governo do Cid que o Hospital de Quixeramobim, imagine um hospital daquele porte ser inaugurado com gerador porque a ENEL não ligou a energia. E, assim, tem hoje um empresário de Reriutaba que está a mais de um ano com a olaria pronta, pessoas desempregadas, e ele não consegue que a ENEL vá lá ligar a energia; já pagou inclusive, já foi pago, mas ela não vai.

Pessoas pequenas, pessoas de Santana que outro dia me disse que tem um pequeno terreninho ao lado da casa dela, que ela faz um forró para ganhar um dinheirinho a mais; matou um boi, matou um porco, porque ela vende a comida, contratou o conjunto e na hora caiu a energia e a ENEL veio ligar dois dias depois; ela teve que doar a carne, perdeu todo o dinheiro, uma pessoa bem humilde.

Então são muitas histórias. Coreaú. O Prefeito de Coreaú, outro dia, passou sete meses para conseguir colocar um SEI (Sistema Eletrônico de Informações) para funcionar; o SEI fechado, lindo, todo prontinho, e a ENEL não aparecia para ligar, teve que entrar na Justiça para provocar.Então, assim, estou muito entusiasmada de estar aqui mesmo como membro titular, porque a revolta é muito grande. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Nós aqui ficamos felizes com sua participação, e não tenho dúvidas de sua contribuição.

Deputado Guilherme Landim.

SR. RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): Deputado Fernando, só para chamar atenção aqui desses últimos Requerimentos, o 27, o 30, existe um Conselho de Consumidores, e esse Conselho, nós estamos aqui solicitando informações importantes ao Conerge (Conselho de Consumidores da ENEL), que a gente também possa no momento oportuno escutá-los, porque eu acho que além de ouvir muitas reclamações, e todos nós já sabemos disso e o povo do Estado do Ceará, acho que nós vamos constatar que também esse Conselho é muito pouco ouvido ou nem é ouvido em todo esse processo. Então é um autor importante nessa CPI.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Muito bem, Deputado Guilherme Landim.

Algum deputado que queira, se não, eu vou passar para os informes para que a gente possa encerrar a nossa reunião. Mais alguns informes.

Eu tenho recebido, não sei se as deputadas e deputados já estão recebendo, e eu passo aqui de público até para a imprensa, a nossa CPI, a nossa Comissão Parlamentar de Inquéritoestá trabalhando todos os dias. Na verdade, eu vou dizer a vocês que eu, particularmente, no meu e-mail, inclusive no meu e-mail institucional, não sei nem como é que as pessoas têm uma facilidade de... Tem no site, acho que tem, eu já não estou mais conseguindo administrar as denúncias que estão chegando. Eu não sei como está aqui o de Vossas Excelências. Eu acho que agora vai começar também a chover denúncias nas redes de vocês, seja e-mails ou WhatsApp. Eu tenho recebido muitas e estou copilando para que as nossas reuniões internas, para que o nosso trabalho cotidiano do dia a dia a gente possa ir averiguando essas denúncias, e eu não quero ainda torná-la de conhecimento do público antes de averiguar algumas delas. Mas temos denuncias de todos os modelos que vocês imaginarem. Eu já, assim, leigo que sou, mas já neste assunto há 24 meses aqui junto com o Deputado Guilherme Landim, já visualizei que pelo menos de dez denúncias que a gente temrecebido, eu colocaria um número, uma estatística de que oito são gravíssimas, outras graves e outras no médio grave, nenhuma em pequeno porte de gravidade.

Então nós temos um trabalho muito árduo pela frente. A CPI vai trabalhar todos os dias. Nós temos uma equipe, vamos aumentar ainda mais essa equipe para que a gente dê conta desse trabalho. Estou aqui consultando as deputadas e deputados, nós estamos pensando em criar redes da própria CPI, para que a população possa denunciar na própria rede da CPI, seja WhatsApp, seja Facebook, seja Instagram, seja e-mail, nós vamos criar as redes da CPI; vamos convidar um profissional para cuidar

disso, para que a população possa ir lá. Muitas vezes nós recebemos aqui, mas recebemos denuncias e outros tantos assuntos e termina a gente nem enxergando mais a denuncia que chegou, e na rede da própria CPI nós vamos focar só no assunto da CPI. Daí eu quero discutir esse internamente com Vossas Excelências para que a gente chegue num consenso e possamos colocar nossa Sala da CPI ali, que já está trabalhando, mas colocar numa velocidade ainda maior, para que a gente possa logo, logo concluir a averiguação dessas denuncias e passar para o público, informar à imprensa, porque isso não pode ser conteúdo só nosso, isso tem que ser conteúdo da população de todo o Estado do Ceará.

Fui provocado para uma reunião com a ENEL. Queria aqui tornar de conhecimento de Vossas Excelências, alguns deputados eu já falei isso aqui, e eu não aceitei o convite para conversar sozinho, aceito se for com aComissão Parlamentar de Inquérito. Eu passei 24 meses aqui junto com outros deputados falando sobre a problemática da ENEL, e eu nunca fui procurado. Eu procurei a ENEL, uma vez fui lá, e lá fui muito bem recebido, mas eu não queria só ser bem recebido, eu queria resolutividade. Eu queria solução do problema. Eu queria que a população estivesse satisfeita com o serviço e pagando o preço justo. É o inverso disso. O serviço é péssimo e o preço é alto. O valor da tarifa é muito alto para um serviço de péssima qualidade.

Então eu estou aqui socializando com Vossas Excelências que eu não farei nenhum tipo de reunião coma ENEL, a não ser que seja com a Comissão Parlamentar de Inquérito, seja aqui nas nossas reuniões deliberativas, ou seja, nas nossas reuniões internas, ali, na sala da CPI. Se a ENEL quiser vir aqui a esta Casa, lá na sala de reuniões, internamente, se ela não quiser vir agora porque não foi convocada ainda, nós estaremos lá para recepcionar, debater, dialogar e ouvir o que ela tem a nos dizer, não ao Deputado Fernando Santana, mas à Comissão Parlamentar de Inquérito. Eu precisava tornar também de conhecimento de Vossas Excelências que 24 meses após toda essa discussão, todo esse trabalho que nós fizemos na comissão para estudar o Contrato de Concessão com a ENEL, todo o trabalho que foi feito pelo Ministério Público, agora, depois que abrimos a CPI é que fomos procurados para ter um diálogo, e eu não sei nem o teor do diálogo ainda. Mas já coloquei, me recusei a participar desse diálogo, e aceito, desde que seja com a Comissão Parlamentar de Inquérito.

No mais, eu já deixo aqui marcada então a reunião deliberativa para o dia 16, para o dia 13, na verdade, às 15horas, quarta-feira, de hoje a quinze dias nossa reunião deliberativa, com a presença da ARCE e do corpo técnico da ARCE, já reiterando o pedido que eu fiz para a nossa assessoria tanto do nosso gabinete como a do Deputado Guilherme Landim, como da Comissão Parlamentar de Inquérito fazer com que chegue esse Requerimento do Deputado Guilherme Landim o mais rápido possível à

ARCE, acho que o Deputado Carmelo tem um aqui sobre a ARCE, o que tiver de conteúdo sobre a ARCE que chegue se possível amanhã ao Presidente da ARCE, para que ele possa tomar conhecimento e, se puder enviar para nós antes dessa reunião já as informações, para que a gente possa também ler e entender as informações, e na quarta-feira, dia 13, às 15horas, nós possamos fazer aqui um debate, que nós vamos aprender muito, ouvir muito, e saber talvez de informações que até hoje a gente ainda não temos conhecimento. Está bom?

SR. DEPUTADO SIMÃO PEDRO (PSD): Presidente, antes de encerrar, rapidinho. Vou acrescentar aqui uma reunião muito importante como essa, eu queria acrescentar que eu também vou dar entrada aqui, como suplente, mas através da minha assessoria aqui, sobre convocar também a empresa, futuramente, nesse decorrer, a empresa que faz os laudos dos medidores. Existem muitas ações na Justiça referente a isso. Eu estou até com uma delas aqui, que é a Sentença que o juiz mandou suspender o pagamento de uma conta de oito mil e poucos reais, por irregularidade. Porque, assim, por que esse laboratório, e tenho aqui o laudo, tem tudo na Sentença, porque só pesa para o lado da ENEL? Nunca um consumidor tem vantagem, só a ENEL. Então ela cobra da maneira mais alta, ela faz uma média e procura a conta mais alta do ano e ela cobra sempre sobre o mais alto. Então é importante também que a gente escute, investiga por que o laboratório... Tem até o nome do laboratório aqui, 3C Service S/A.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Eu peço ao nosso colega Deputado Simão Pedro que ele possa também fazer isso de forma oficial, pelo Requerimento, e eu não tenho dúvida que será aprovado por essa Comissão, porque é importante que possamos ouvir também esses questionamentos sobre os laudos.

Então, deputados e deputadas, tem mais algum assunto a tratar?

Então declaro encerrada a presente Sessão, e já deixando marcada apróxima sessão deliberativa para o dia 13, quarta-feira, às 15horas, com a presença da ARCE.

Muito obrigado, deputadas e deputados. Muito obrigado a vocês da imprensa e a quem pode aqui participar e quem está em casa assistindo pela TV Assembleia e nos ouvindo também pelos meios de comunicação.

ATA DA 2ª REUNIÃO DELIBERATIVA DA CPI (COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO) RELATIVA À ENEL, REALIZADA NO COMPLEXO DAS COMISSÕES TÉCNICAS, EM 13 DE SETEMBRO DE 2023.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARMELO NETO (PL): Boa tarde a todos. Cumprimentar os nobres colegas deputados aqui presentes; assessoria da Casa; imprensa; público em geral presentes.

Eu declaro aberta a 2ª reunião ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito da ENEL - Distribuição Ceará, hoje, no dia 13 de setembro de 2023, nós vamos ouvir, conforme Requerimento aprovado por esta CPI, na última reunião, o Presidente da ARCE (Agência Reguladora do Estado do Ceará), Dr. Hélio Leitão. Mas, antes de convidá-lo a ocupar assento na Mesa, eu gostaria de fazer a leitura, discussão e votação da ata da reunião anterior. Vou facultar a leitura; já foi enviada no grupo para todos os colegas parlamentares.

O Expediente: Nada consta.

Vamos passar para a Ordem do Dia. Tendo aí um quórum muito mais do que preenchido.

Item A, único item da pauta: Oitiva do senhor Hélio Winston Leitão, Presidente da Agência Reguladora do Estado do Ceará (ARCE), conforme Requerimentos: 15/2023 e 24/2023, dos DeputadosCarmelo Neto e Guilherme Landim; aprovados, por unanimidade, na reunião ordinária ocorrida no dia 30 de agosto do ano de 2023.

E para que todos os colegas, população, imprensa saibam o rito que nós vamos seguir na reunião de hoje, eu declarei aberta.

Nós vamos convidar, portanto, o senhor Hélio Leitão para tomar assento; posterior a isso, ele terá o tempo regimental de vinte minutos para fazer uma explanação; se for necessário mais do que vinte minutos, eu não vejo problema, até porque o assunto é muito importante, e a ARCE é peça fundamental nisso. Depois, o relator Deputado Guilherme terá também o tempo que ele julgar necessário para fazer os seus questionamentos; e aí o nosso querido Dr. Hélio fará as respostas. Em seguida, nós temos aqui dois autores do Requerimento, que é o próprio relator Deputado Guilherme, e eu que estou no exercício interinamente desta presidência, portanto, dando prioridade aos autores do Requerimento; ele, na condição de relator, já vai ter formuladas as perguntas e, em seguida, vou formular as minhas, na condição de autor do Requerimento. Nós vamos abrir a inscrição para os demais deputados, dando prioridade, primeiro, aos titulares da Comissão; depois, aos membros suplentes da Comissão e, em

seguida, aos demais deputados que não sendo membros da Comissãodesejam e queiram formular algum tipo de questionamento.

Portanto, eu gostaria de convidar a tomar assento, a ocupar assento aqui, nesta Mesa, o senhor Hélio Winston Leitão, Presidente da Agência Reguladora do Estado do Ceará. Acredito que ele esteja aqui. Se alguém puder avisá-lo no corredor das Comissões, por gentileza.

SR. DEPUTADO GUILHERME SAMPAIO (PT): Senhor presidente, enquanto o Presidente Hélio se desloca, eu pediria licença a Vossa Excelência, já saudando o Presidente da ARCE que...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARMELO NETO (PL): Bem-vindo à Casa do Povosenhor Hélio Leitão, ocupar assento aqui, à direita.

SR. DEPUTADO GUILHERME SAMPAIO (PT): Então, presidente, pedindo licença a Vossa Excelência, e acolhendo já a presença do Presidente da ARCE Hélio Winston, eu gostaria de saudar a presença do Presidente em exercício da Assembleia Legislativa, Deputado Fernando Santana, e especialmente acolher a representação do Sindeletro (Sindicato dos Eletricitários do Estado do Ceará). Estão aqui o Plínio e a Joelbia, Presidente e Vice-Presidente do Sindicato dos Eletricitários que, inclusive por Requerimento aprovado na última Sessão da CPI devem também colaborar com os debates que travaremos aqui em sessões futuras. Representam mais de oito mil trabalhadores eletricitários e, com toda certeza, têm muitas informações a contribuir no sentido de apurar também as responsabilidades da ENEL com relação às condições de trabalho que interferem, obviamente, na qualidade de serviço.Sejam muito bem-vindos a esta Sessão.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARMELO NETO (PL): A Mesa também cumprimenta de maneira cordial. E o Deputado Guilherme se adiantou, e eu também vou fazer uma saudação especial ao nosso Presidente em exercício da Assembleia Legislativa, Deputado Fernandes Santana, que é o presidente também desta CPI. Estou aqui no exercício dela porque ele assumiu a Presidência desta Casa, e um tema que muito aflige o Deputado Fernando, e ele está aqui também acompanhando essa oitiva no dia de hoje. Muito bem-vindo Deputado Fernando. Por uma questão hierárquica, depois da fala do nosso querido Relator Deputado Guilherme Landim, eu vou facultar também a palavra para que o Deputado Fernando faça algum tipo de comentário, pergunta, enfim, o que ele desejar, uma saudação.

Portanto, vou passar a palavra, inicialmente, para o Doutor Hélio Leitão, terá o tempo regimental de vinte minutos, mas se desejar algum tempo a mais, eu não vejo problema, até porque a sua fala, com certeza, será muito esclarecedora na tarde de hoje. Se tiver algum slide ou Vossa Excelência precisar de alguma coisa, a gente aciona também a Comissão.

Se puder descer aqui o telão e colocar para as televisões para os demais colegas acompanharem.

Eu gostaria de convidar também o senhor Dickson, Coordenador do Setor de Energia, já se encontra aqui. Bem-vindo, senhor Dickson, tenho certeza que vai ser muito esclarecedor ouvir Vossa Excelência.

O senhor vai precisar do telão? Pronto. A gente inicia o tempo do senhor quando abrir o slide.

SR. HÉLIO WINSTON LEITÃO (ARCE): Boa tarde. Queria aqui deixar meus cumprimentos ao Presidente Deputado Fernando Santana, ao Presidente Carmelo Neto, à Deputada Gabriela Aguiar, à Deputada Larissa Gaspar, aqui ao Deputado Guilherme, os dois Guilherme: Guilherme Sampaio e Guilherme Landim, apesar de ser Guilherme Sampaio e Landim também; o Deputado Felipe Mota; Deputada Lia Gomes.

Quero aqui também cumprimentar o Conselheiro da ARCE, o Jardson Cruz, que se faz presente; queria cumprimentar também todos os assessores, colaboradores, servidores da Casa, dizer para vocês que é um momento ímpar, é um momento importante de a gente falar um pouco sobre a Agência Reguladora do Estado do Ceará que, muitas vezes, é até desconhecida.

Muitas vezes, é uma inquietação que eu tenho, Deputada Lia, a senhora esteve lá comigo já, é de muito tempo, desde que eu assumi, já estou há oito anos e praticamente já saindo, cumprindo a minha missão; mas uma inquietação que eu tenho, Deputado Felipe, sobre o que é Regulação no país, principalmente aqui, no Ceará, que é uma Regulação, e é muito importante inclusive para o desenvolvimento do Estado. Sem uma Regulação efetiva, forte, você não tem um desenvolvimento. Não vai ter investidor que venha aqui colocar seu dinheiro em áreas que devem ser reguladas como, por exemplo, no gás, o Hidrogênio Verde, que agora nós temos um potencial, e tantas outras áreas que devem ser reguladas através de uma Agência Reguladora.

Eu gostaria de iniciar, só para falar rapidamente, seria uma apresentação institucional. Rapidamente, eu vou ser muito objetivo, não vou tomar muito tempo, mas eu gostaria só de mostrar um pouco a cara da ARCE; mostrar um pouco a ARCE, o que é que é a ARCE.

Slide - Então, nessa apresentação eu já inicio, enquanto para a gente não perder tempo, eu coloco que a ARCE, na verdade, foi criada em 1997, justamente pela questão da privatização da Coelce. Foi na época do Governador Tasso que entendeu a necessidade, certamente, de criar uma Agência Reguladora justamente por essa questão da privatização da Coelce. E a partir daí a ARCE surge regulando e fiscalizando, Deputada Gabriela, não só, e principalmente a área saneamento; a área de transporte público intermunicipal; a área de gás. E a área de energia, na verdade, Deputado Fernando, nós não

temos a competência originária de regulação nem fiscalização. Isso faz parte da União através da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Ocorre que ANEEL não tem braço em todo o país. Para vocês terem ideia, a ANEEL, no Setor de Fiscalização, Deputado Carmelo Neto, no Setor de Fiscalização, - e me corrija se eu estiver errado, Dickson, - no Setor de Fiscalização a ANEEL só tem cinco pessoas para fiscalizar o Brasil todo. Então faz um Convênio de Cooperação com algumas Agências Reguladoras no país;não são todas porque nós não somos aqui, Deputado Felipe, muitas Agências Reguladoras no país com mandatos, autônomas, cumprindo todo um requisito de uma Agência Reguladora, são poucas no país, mas, enfim, tem um Convênio de Cooperação como aqui tem conosco, com a Agência Reguladora do Ceará. E aí, com esse Convênio de Cooperação a ANEEL, - já me antecipando, - determina quais são as fiscalizações a serem estabelecidas. Só isso, Regulação é toda com ela. Tarifa, tudo que é competência não pode, de forma nenhuma, transferir essa competência. Então é só a fiscalização.

Bem, então dito isso, eu coloco aí, eu vou passar rapidamente porque só falando um pouco da ARCE desse nosso papel...

Slide - Eu trago aqui só para que vocês tenham também uma noção sobre a questão da nossa estrutura. Na nossa estrutura nós temos um Conselho Diretor, onde esse Conselho Diretor nós temos hojesete Conselheiros, incluindo o presidente, e tem toda essa estrutura de Coordenadorias, e uma das Coordenadorias, que é a que nos interessa, é a Coordenadoria de Energia, onde o Dickson é Coordenador e trata de um Setor com mais quatro servidores, trata da questão da energia lá na Coordenadoria, e fora - eu estou falando de servidor - fora os terceirizados.

Slide - Aí nós temos orçamento da ARCE, o número de servidores é um número pequeno, número de 35 servidores apenas, e nós temos 66 terceirizados colaboradores. Ogovernador então Camilo autorizou um concurso, e devemos estar até o final do ano já em processo de elaborar o Edital. Esse Edital, eu creio, que já saia esse ano, e o concurso aconteça até o começo do ano de 2024. Isso a gente está correndo por causa da Lei Eleitoral para essa questão de alguma proibição.

Slide - Aí tem a questão da energia elétrica, que é o que nos interessa aqui, e eu coloco justamente qual é o nosso papel, as competências; o nosso Convênio de Cooperação que nós temos com a ANEEL.

Slide - Por fim, eu coloco que as ações de fiscalização são determinadas pela ANEEL. Nós não temos - deixando muito claro aqui, Deputado Fernando, Deputado Carmelo e Deputado Guilherme, - nós não temos nenhuma autonomia de estabelecer, de escolher ou de indicar uma fiscalização. Muitas

vezes chega um prefeito, chega um agente público de um município trazendo alguns problemas no seu município, e eu não posso determinar, eu, enquanto ARCE, não eu posso determinar uma fiscalização; preciso de uma autorização da ANEEL. Então é toda uma burocracia e que muitas vezes a ANEEL não autoriza. Então, sem isso eu não posso fazer.

Tem um dado importante também que eu coloco desde 2018, são cinco anos que nós já aplicamos 54 milhões, quase 55 milhões de multas na ENEL, quase 55 milhões de multa. Mas lá na frente, em outra oportunidade, eu vou colocar aqui para vocês, inclusive que essas multas foram reduzidas pela ANEEL, porque nós somos uma Instância. A ARCE estabelece as multas e a ANEEL é uma Instância Recursal. A ENEL recorre e pode alterar esses valores. Esses valores foram alterados. Esses valores foram os valores que a ARCE estabeleceu, mas lá na ANEEL vocês vão verificar.

Eu vou já até entregar aqui para vocês. Infelizmente, não deu para imprimir muitos, mas para o Relator e para o Presidente, um caderno, e eu posso depois detalhar para os senhores e as senhoras deputadas.

Eu acho que esse foi o último. Bem, é isso. Eu quero agora... Eu vou entrar em alguns aspectos que é do outro slide. Eu gostaria de falar para vocês o seguinte, eu e o Dickson, com tantas reclamações da ENEL, eu estou na Presidência desde 2017, não é Conselheiro Jardson, desde 2017, e são muitas reclamações, como nós já sabemos né, da ENEL. Isso sempre me inquietou bastante. Está aqui o Dickson do lado para não me deixar errar e mentir, e me inquietou bastante justamente para a gente não ter nenhuma autonomia. E eu, muitas vezes, lá na ARCE, e está aqui o Conselheiro Jardson, coloquei para o Conselho, que é um órgão Deliberativo, se a gente podia repensar, refletir, até mesmo não renovar mais o Convênio com a Cooperação com a ANEEL, porque a gente renova anualmente.

Eu disse: Olha, eu não estou me sentindo mais bem de renovar esse Convênio porque eu não posso fazer nada; a gente não tem autonomia. E muitas vezes a população não entende, na verdade, a população não tem a informação mais apropriada para saber que a ARCE não tem essa competência, e muitas vezes jogam a culpa na ARCE. E isso, inclusive, gerou um processo quando a Conselheira Socorro França, hoje Secretária, estava como Conselheira, foi distribuído para ela justamente essa...era em outubro e o Convênio para renovar em dezembro do ano passado. E eu disse: Rapaz, por mim eu não renovo. Eu não renovo. Está aqui o Conselheiro e ele sabe muito bem. Mas é uma responsabilidade muito grande e vou ter de botar isso para o Conselho. Quem vai decidir é o Conselho, não sou eu. Apesar das minhas atribuições legais eu poderia, até porque contratos, convênios é da minha competência. Mas eu achei por bem colocar para o Conselho.

E pensando, refletindo, a própria Conselheira Socorro França deu um Parecer e o Conselho aprovou, digo que a gente poderia renovar por uma questão estratégica, Deputado Carmelo. Porque você imagina a situação como é hoje, como está com a ARCE fazendo tudo que nós fazemos, imagine sem a ARCE seria pior. Eu já cheguei, realmente eu já cheguei a essa conclusão que seria pior. Então nós renovamos o Convênio de Cooperação. Mas eu quero deixar para vocês muito claro, alguém pode me perguntar, algum deputado, alguma deputada, dizer: *E você externou isso para ANEEL*? Duas vezes, inclusive a última vez foi de uma forma muito incisiva. Eu fui recebido lá; está aqui eu e o Dickson, e na primeira vez já tinha levado um dossiê colocando todos - isso em 2020 - todas as irregularidades, todos os gráficos, os índices de falhas do sistema, e colocando também sugestão.

Eu aprendi nessa vida pública de que não adianta apresentar só problema, a gente tem que trazer a solução. E aí eu levava todo o problema e também fazia sugestão do que a gente entendia que deveria mudar. Eu chego já lá. E dessa primeira vez foi em 2020, mal fomos recepcionados; não houve avanço nenhum. Em 2022 fomos novamente, Deputado Guilherme, eu e Dickson, levando outro dossiê, e esse ele vai já iniciar, levando outro dossiê, colocando os absurdos da ENEL, as falhas da ENEL e as sugestões da ARCE para melhorar, para solução.

Dentro das sugestões, vocês vão ver, eu peço autonomia que eu não tenho, não autonomia plena, mas certa autonomia que eu não tenho. Inclusive, qual a autonomia, por exemplo? De eu, de ofício, abrir uma fiscalização que eu não posso, e mudar a metodologia deles. Vocês vão já detectar que a ANEEL tem uma metodologia, a nosso ver, e eu coloquei isso, está errada!

Deputado Felipe, veja bem, numa fiscalização autorizada pela ANEEL a ARCE detecta um problema no atendimento, por exemplo, que é geral o atendimento. Nessa questão a gente detecta, e aí a gente já aplica a sanção? Não. A metodologia hoje, que chama metodologia é a Regulação Responsiva; você chama Regulação Responsiva, ou seja, a ANEEL determina que a gente abra um prazo de um ano, porque chama Plano de Resultado, dando essa condição para durante um ano ele regularizar. Se ele não regularizar dentro de um ano aí pode sim aplicar a sanção. E é bom que se diga que esse Plano de Resultado, Deputado Guilherme, não só passa durante o ano, às vezes até prorroga, contra a nossa vontade.

Slide - Então assim, dito isso, eu gostaria só para apresentar aqui rapidamente o slide colocando essa última reunião que nós tivemos na ANEEL foi em 2022. O que a gente está apresentando aqui a gente já apresentou para o Presidente na época, eu apresentei em 2020 para o Presidente Pepitone, e

agora para o Presidente Sandoval. Então nós fizemos essa apresentação que a gente vai fazer para vocês agora.

Slide - Olha só. A gente pega no dossiê reportagens, colocando as reportagens de todos os absurdos da ENEL aqui no Ceará, inclusive falando da ANEEL. Eu apresentei para o presidente e toda a diretoria. Isso aí a gente apresentou lá.

Slide - Aí são várias reportagens que a gente coloca, mostrando aí essa problemática da ENEL.

Slide - Aqui a gente apresenta os índices nos últimos dez anos, e a ENEL era uma das melhores e passou para ser a pior. Hoje, entre 53, Deputada Larissa, 53 Concessionárias, a ENEL está em 48º. Não é isso? Olha só, de 53. A gente apresenta isso pra ANEEL. A ANEEL já tem esses dados, mas a gente foi justamente para ser mais incisivo; de melhor para uma das piores do Brasil em dez anos.

Slide - Aí são gráficos mostrando DEC, FEC. DEC é a Duração de Interrupção de Energia Elétrica; FEC é a Frequência de Interrupção de Energia Elétrica, tempo médio.

Slide - Mais reportagens, inclusive reportagens que eu mostrei em 2022 sobre a CPI que já estava, naquela época, se cogitando abrir a CPI. E eu disse lá: Olha, vão abrir uma CPI para a ANEEL. Eu disse: Vão abrir uma CPI. Está aí, mostrando as reportagens sobre a questão da CPI.

Slide - Aí a Aprece. Olha a Aprece (Associação dos Municípios do Ceará), são tantas reclamações dos municípios. O que foi que nós fizemos? Eu cheguei para o Presidente da Aprece, o Doutor Júnior, e disse: Olhe, Doutor Júnior, faça o seguinte...Muitas vezes, Deputada Larissa, eu faço lá como um conciliador. O que é que eu faço? Eu chamo a ENEL, chamo a outra parte e tento conciliar. E o meu papel não é esse, mas eu faço em nome do Estado, em nome da população cearense. E aí eu pedi para a Aprece reunir os prefeitos que têm problemas de ligações, com grande problema de ligação nova. A gente recebeu. Aí a gente montou uma força-tarefa com a Coordenadoria de Energia, o Dickson, de receber os prefeitos; fazer uma ata com o representante da ENEL e dando prazos; apesar de não ser competência nossa, mas era uma forma de pressionar. Algumas deram certo, outras não. Então foram quantas prefeituras? Cinquenta e cinco.

Slide - Aqui demandas do Ministério Público para a ARCE. Nós temos muitas demandas.

Slide - As multas aplicadas. Na verdade, já temos 2022, mas somando dá 58 milhões dos últimos cinco anos, são 58 milhões.

Slide - Aqui já as propostas. Ou seja, se vocês olharem aqui do lado direito a gente já enxerga as propostas que nós apresentamos lá para o presidente e para a diretoria.

-Não aprovação dos Planos de Resultado - foi o que eu acabei de falar desse Plano de Resultado de um ano, e pra gente isso é um absurdo. Isso está é incentivando a ENEL.

-Abertura de Processo de Punitivos com temas com infringência recorrentes;

-Definir metas;

-Aumento de número de fiscalização anuais;

-Não flexibilização de prazos. Eu falei para vocês que a ANEEL às vezes flexibiliza os prazos;

-Maior autonomia decisória para a ARCE. Olha aí, maior autonomia.

Então, tudo isso aqui foi apresentado e foi também apresentado de forma física, ou seja, eu apresentei e protocolei. Está aqui, e vou já passar para o Presidente e para o Relator.

Slide – Então, assim, nós também... Pronto, isso aqui foi a apresentação. Desculpa de não ter disponibilizado, mas é tempo e são 300 folhas em cada um, mas eu posso depois disponibilizar em PDF para vocês, que é muito importante.

Eu vou finalizar aqui para não me estender bastante. Fico à disposição para perguntas, fico à disposição, mas, deixando claro que eu tenho a consciência tranquila, enquanto agente público, enquanto Estado, nós estamos falando de tudo para, Deputada Lia, para não ser pior. Nós estamos fazendo de tudo. Isso eu tenho a consciência tranquila. Os meus servidores, os nossos servidores estão aqui de prova, estão aqui conosco acompanhando tudo, e da mesma forma também inquietos, sem saber muitas vezes o que fazer e a quem recorrer.

Só para finalizar, no começo do ano eu fui chamado no Ministério Público sobre lá o procedimento que eles fizeram. No momento eles colocaram, falaram sobre a fiscalização da ARCE; porque a ARCE não fazia mais fiscalização. E eu pedi até a palavra para o Doutor Manuel Pinheiro, porque o Promotor que fez a investigação, eu disse para ele que, na verdade, com todo respeito que eu tenho à Justiça, até porque eu sou advogado, eu tenho à Justiça, mas era falta de conhecimento da própria ARCE, porque nós não temos essa competência. Nós fazemos hoje um papel, repito, mais por um papel estratégico para o Estado. Porque hoje a ARCE, em termo de autonomia é zero. Eu uso muito um termo... Para esse serviço da energia, para esse serviço, para esse serviço. Eu usei um termo lá, para finalizar, para a ANEEL, que ficaram chateados comigo. Eu usei esse termo e eles botaram a cara feia para mim; ficaram chateados quando eu acabei. Porque eu fui realmente muito, assim, nós fomos, assim, podemos dizer assim, de forma elegante, é lógico, ninguém... de forma urbana, eu coloquei de que a ARCE hoje é uma terceirizada da ANEEL, e eles ficaram chateados, porque é uma terceirizada.

Bem, é isso. Desculpa algum atropelo, mas estou aqui à disposição. (aplausos)

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARMELO NETO (PL): Perfeito. A Mesa cumprimenta Vossa Excelência pela explanação. Agora, o Deputado Guilherme Landim, Relator, terá o tempo que for necessário para formular as perguntas.

Antes disso, eu gostaria de cumprimentar o Deputado Bruno, o Deputado Romeu Aldiguerie a Deputada Lia Gomes que chegaram posterioresa abertura dessa reunião.

Com a palavra nosso Relator Guilherme Landim.

SR. RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): Muito boa-tarde a todos, a todas, a cada um dos deputados e deputadas aqui, em nome do nosso Presidente, dois presidentes aqui hoje, o nosso Presidente em exercício da Assembleia, o Presidente Fernando, e o Presidente em exercício da CPI, o Deputado Carmelo, em nome dos dois abraçar aqui a todos os deputados.

Agradecer aqui a explanação do Presidente Hélio Winston, e dizer que eu me sinto, eu sinto, Deputado Fernando, que a primeira missão desta CPI já foi cumprida agora. E eu peço aqui à imprensa que está fazendo essa cobertura hoje que possa divulgar isso.

O Presidente Hélio acabou de falar que até lá no Ministério Público, que é um órgão fiscalizador, eles foram cobrados por desconhecimento do Ministério Público de quais são os limites de fiscalização que a ARCE tem. Essa mesma impressão eu tinha antes de fazer parte da Comissão Especial, na Legislatura passada, e fui à Tribuna diversas vezes reclamar da falta de fiscalização.

Eu acho que a imprensa do Estado do Ceará precisa começar, a partir de hoje, a mostrar ao povo do Estado do Ceará a realidade desse Contrato de Concessão, de que, infelizmente, não tem fiscalização por parte de quem é responsável por isso que é a ANEEL.

E as regras são, e nós vamos ter a oportunidade de ao longo aqui da CPI poder mostrar isso, as regras são completamente absurdas, é um Contrato que dá àquela empresa que a detentora desse Contrato a condição de fazer o que quiser.

Hoje, aqui, eu trago algumas perguntas, Presidente Hélio, mas muitas delas já foram respondidas pela sua explanação aqui, hoje, mas eu gostaria de fazê-las, para que deixasse registrado aqui, e que a gente possa trazer no Relatório cada um desses pontos que eu acho fundamental.

Eu já queria começar aqui pela primeira que o presidente já respondeu diversas vezes, desde o início da sua fala: *Se a ARCE tem competência delegada para iniciar, de ofício, à apuração de irregularidades ou procedimento de fiscalização de serviço?* E aí, pode responder! Você que sabe. Se quiser...

SR. HÉLIO WINSTON LEITÃO (ARCE): Não, não. Como eu já falei há pouco tempo nós não temos nenhuma autonomia. Para abrir uma fiscalização nós precisamos ter uma autorização da ANEEL, e muitas vezes a ANEEL não responde, enfim, não temos autonomia para o Serviço de Energia, exatamente, para o Serviço de Energia. Todas as outras áreasé competência nossa, é originária. Mas para o Serviço de Energia não temos autonomia.

SR. RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): Só deixando aqui mais uma vez registrado também uma informação trazida pelo Presidente, que a ANEEL, Agência Nacional de Energia Elétrica, tem cinco funcionários para fazer a fiscalização de todas as Concessionárias do Brasil. Para a gente vê o tamanho do problema que a gente está enfrentando no país inteiro.

E aí a segunda, também já foi respondida, mas eu gostaria só de que o Presidente pudesse nos colocar aqui, mais uma vez, a questão dessas sanções:*Que ao verificar as irregularidades, a ARCE possui autonomia e competência delegada para aplicar quais tipos de sanções, e nos casos de aplicação dessas sanções, elas têm sido mantidas pela ANEEL ou não?*

E aí eu gostaria que o senhor trouxesse mais uma vez os números aqui, de quanto foi aplicado de multa pela ARCE e quanto foi referendado ou não lá pela ANEEL.

SR. HÉLIO WINSTON LEITÃO (ARCE): Quanto à questão das sanções, ao fazermos a fiscalização, nós temos aí, inicia-se um processo a partir da fiscalização, e nesse processo se realmente ficar detectado que há irregularidade e não foi corrigida essa regularidade com aquele Plano de Resultado tem a sanção, que a sanção é como a multa; tem outras sanções de interdições, mas não vem o caso: embargos de obras, mas no caso é multa.

Então, assim, vejam bem. Nos últimos cinco anos - tem na última folha que eu entreguei para os senhores, - nos últimoscinco anos, desde 2018 até 2023 a ARCE já aplicou 54 milhões 878.592 e 21, só no ano de 2023 nós aplicamos 23 milhões 347 mil reais. Então desses 58 milhões, como eu falei anteriormente, tem um Recurso para ANEEL. A ENEL tem uma Instância Recursal, e a ANEEL, desses 54 milhões e poucos, quase 55, baixou para 30 milhões e 900 e poucos. Ou seja, o que a ARCE aplicou a ANEEL baixou lá nas decisões deles, no julgamento deles. Então de 50, repetindo, de quase 55 milhões baixaram para mais ou menos quase 31 milhões,

Então, aqui também tem um quadro que a ENEL já pagou. A ENEL já pagou desse valor de 30 milhões que ANEEL baixou, já pagou 26 milhões; já foram pagos 26 milhões. Isso nos últimos cinco anos, Deputado Guilherme.

SR. RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): Eu queria agora, Presidente Hélio, entrar em dois pontos que eu acho fundamentais, por conta da resposta que a ANEEL deu a esta Casa em relação ao Relatório da Comissão Especial da Legislatura passada. E um dos pontos, o principal ponto que o a gente solicitava, era a Declaração de Caducidade do Contrato, por conta dos descumprimentos de cláusulas contratuais. E na resposta que a ANEEL nos deu, ela dizia que de 2021 pra cá a ENEL tinha começado uma melhora de indicadores.

E assim, eu queria voltar a chamar atenção dos deputados, porque, assim, não dá pra gente compreender essa complacência que há dessa Agência com essas empresas porque a ENEL tem um gráfico muito claro, em especial de 2017 até 2021 ela piorou consideravelmente os seus índices. Todos. E aí eu queria juntar aqui para ser mais objetivo, porque eu acho que a sua apresentação já foi muito completa para nós, mas eu queria falar aqui do DEC e FEC, que você já falou que a Duração é Equivalente Interrupção e a Frequência Equivalente de Interrupção de Energia, e do DER e do FER que a Duração Equivalente de Reclamação e a Frequência Equivalente de Reclamação.

Para os que estão nos acompanhando e não sabem o que é isso, são índices que são auferidos pelas Agências e demonstram a qualidade do serviço; se na hora que falta energia ele está chegando rápido; quanto tempo essa energia está levando para voltar; enfim, e também a Duração Equivalente de Reclamação, que é a resposta que ele dá à população, o tempo resposta que ele dá às reclamações da população.

E aí, eu queria, voltando aqui para a resposta da ANEEL, ela esquece completamente a piora que a ENEL teve e só vem falar da melhora. Então quer dizer, não foi feito nada lá atrás quando ela estava só piorando os serviços, aí depois que a Assembleia começou a reclamar, Aprece começou a reclamar, os Relatórios da ARCE e o Ministério Público, Judiciário cearense, aí ela vem falar em melhora. Então para nós isso não cheira bem, e fica evidenciada uma proteção por parte da Agência a essas empresas.

E aí eu queria lhe perguntar. A ARCE tem fiscalizado a evolução desses índices, desses indicadores ao longo desses cinco anos, e se esses índices estão dentro dos limites estabelecidos pela ANEEL, que é outra dúvida e outro questionamento que nós vamos fazer ao longo dessa CPI. Porque nós avaliamos, preliminarmente, que o que é cobrado pela ANEEL é uma coisa que é impossível de não ser cumprida por essas Agências, então, elas dão a condição da empresa prestar um mau serviço, porque a cobrança é muito pequena. E a ARCE tendo constatado melhora ou piora da qualidade desses serviços pela ENEL, eu queria a opinião de vocês, se tem contratado piora ou melhora desses índices.

SR. HÉLIO WINSTON LEITÃO (ARCE): Bem, vamos lá. Como eu já tinha dito anteriormente, a ANEEL é quem determina qual é a fiscalização que nós devemos fazer. Já algum tempo que a gente, e vou mostrar para vocês e também a ANEEL tem esses dados, lógico que eles têm esses dados, eles trabalham e recebem esses dados também; e nós apresentamos naqueles dossiês da gente sobre a questão da piora principalmente do DEC, principalmente, que é a Duração de Equivalente de Energia de Interrupção de Energia na residência ou no comércio. Não está dentro do limite. Não está. Está aqui o quadro, eu vou já mostrar, falar pra vocês que não está dentro do limite. Vou pegar aqui dois últimos anos e mostrar para vocês. A fiscalização não foi nenhuma autorizada para a gente ainda, isso desde 2018, foi à última que a gente fez. Não há nenhuma autorização pra gente fazer uma fiscalização em relação à DEC e FEC.

Apesar de que, aí eu quero aqui só colocar, porque o Dickson aqui me chamou atenção que houve uma pequena melhora da ENEL nos últimos seis meses, mas é pequena e não está dentro dos limites estabelecidos ainda. Há essa pequena melhora.

SR. RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): Então ela não vem nem cumprindo os limites estabelecidos pela ANEEL.

SR. HÉLIO WINSTON LEITÃO (ARCE): Não. Não. Não, e eu vou colocar aqui, por exemplo, o DEC. O FEC, que é a frequência, quanto tempo fica sem energia, na verdade a frequência de perda de energia até que está dentro dos limites, mas quando você fala do DEC, que a duração de energia na sua residência, você passa quanto tempo sem energia, quando falta energia, não está dentro dos limites.

Vamos aqui. O limite estabelecido pela ANEEL, em 2022, foi de 9 horas e 87 minutos. A ENEL ultrapassou, ficou em dez horas e 07 minutos. Ou seja, dentro de um ano cada residência ficou dez horas sem energia, ou seja, acima do limite estabelecido pela ANEEL.

Vamos aqui a 2021, vamos recorrer a 2021. Em 2021 o limite estabelecido pela ANEEL foi dez horas e 4 minutos. A ENEL ultrapassou, ficou 12 horas, uma residência sem energia no ano, 12 horas e 02 minutos. E se eu for para trás, 2021 fez foi piorar. Se eu for para trás,2019 fez foi piorar. Os únicos anos que o DEC ficou dentro dos limites foram de 2016 e 2017. Está aqui o gráfico que eu vou passar para vocês.

Eu espero ter respondido essa questão.

SR. RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): Sem dúvida,Presidente, respondeu. O que nos deixa extremamente angustiados é que nós também estamos apurando isso. Existem denúncias, Presidente Carmelo, de que antes um tempo determinado, eu não sei precisar aqui agora,

antes da avaliação do reajuste para o ano subsequente, se a empresa tiver melhorado alguma coisa a ANEEL lhe dá um bônus para o seu reajuste. Por isso que no ano passado nós tivemos aquele reajuste absurdo de quase 25% aqui, porque A ENEL pega esse tempo, faz lá uma força-tarefa para dar uma pequena melhora nos seus índices e ganha o bônus para aumentar na conta de energia. Mesmo estando fora do índice porque ele demonstrou uma melhora naquele pequeno período. Então, mais uma vez corroborando com a questão de que esse Contrato não tem condições de continuar da forma como está.

Então, seguindo aqui, presidente, a próxima pergunta o senhor também já respondeu; os resultados encontrados pelas fiscalizações da ARCE comprovam ou não a alegação de que a ENEL está melhorando. Que é essa alegação que a ANEEL nos deu para não declarar a caducidade de que a ENEL vinha melhorando. A resposta do presidente aqui acabou de nos demonstrar de que apesar de pequenas melhoras ela ainda continua não seguindo os limites indicados pela ANEEL.

Então. *Que medidas têm sido tomadas pela ANEEL para fazer com que a ENEL Ceará corrige as irregularidades cometidas que infringem essas normas legais estabelecidas? Tem alguma medida que tem sido tomada pela ANEEL?*

SR. HÉLIO WINSTON LEITÃO (ARCE): À medida que eu posso lhe colocar, diante de tudo que eu já falei aqui dessa falta assim, vamos dizer, não vamos dizer falta de esperança não, vamos ter a esperança que é a última que morre, em nome do povo do Ceará, em nome do povo cearense a gente vai mudar isso, esse quadro. Mas, diante dessa missão da ANEEL que a gente entende essa nossa humilde opinião que está falha, e aí até para dizer isso, Deputada Gabriela, eu digo porque como agente público eu não posso me furtar em colocar isso, como agente público eu tenho que dizer, eu tenho que dizer que não concordamos com a metodologia. Com todo respeito que nós temos aos servidores, aqueles que integram a ANEEL.

Então, assim, fiscalizações foram feitas ao longo aqui desses últimos, Deputado Guilherme, desses últimos dois anos, mas como eu coloquei Plano de Resultado. Mais os Planos de Resultados, sempre Plano de Resultado dando à ENEL, através dessa Regulação Responsiva, dando à ENEL essa condição de corrigir as falhas, e nós entendemos que é uma metodologia falha. ARegulação Responsiva está desde que ano? 2016, nós já estamos em 2023. Houve um avanço? Fez foi piorar. Então algo está errado nessa metodologia. Algo está errado.

SR. RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): Ejá emendando uma com a outra. Então, essas sanções aplicadas pela ANEELtêm impactado e não reincidência da ENEL ou apesar das sanções ela continua reincidindo?

SR. HÉLIO WINSTON LEITÃO (ARCE): Sim. Em alguns pontos que nós temos fiscalizações, nós temos aqui em atendimento, em obra; o que mais Dickson? Atendimento, obra, faturamento; o DEC e o FEC. Então, nós temos fiscalizações nesses segmentos. Então se você for prestar atenção, por exemplo, no segmento Atendimento. Apesar das multas que nós já aplicamos, continua, permanece. E eu já fiz inclusive, nós fizemos várias reuniões com a Diretoria da ENEL, e colocando...

Olhe, na hora, eu vou contar um episódio para vocês. Nós estávamos numa reunião com a Diretoria da ENEL, e eu disse: Olhe, eu como consumidor, eu como usuário, eu quero, Deputado Carmelo, abrir o Aplicativo da ENEL, e muitas vezes, rapaz, é uma demora, é uma demora! Não, não pode, presidente! Ah, não pode? Aí eu: pois tá, venha cá, eu vou abrir aqui na mesma hora. Aí depois eles fizeram mandar uma pessoa da tecnologia me ligar para saber o que é que estava acontecendo. Eu disse:Não. Não. Querida, o problema é geral. Entendeu? Olha onde é que a gente chegou.

Então, assim, nesse quesito, como você me fez essa pergunta de reincidência, sim, especialmente no atendimento, nós temos multas mais multas e a reincidência.

Também no quesito, não é,Dickson, de obras. Nós temos muitas ligações, - e eu não estou falando aqui de geração distribuída, que é outro gargalo. Não estou falando de geração distribuída, estou falando de ligações novas nas residências do cidadão, da cidadã, e que a ENEL ainda tem uma bolsa de atraso enorme, enorme, enorme. Nós já chegamos a um caos aqui no Estado do Ceará, qual foi o ano? De 2014/2015, que a Bolsa de Atraso de Ligações estourou, Deputado Romeu, chegando a vinte mil. E aí nós fizemos uma força-tarefa, em que sentido? Vamos aqui abrir fiscalização, a ANEEL reconheceu e a ARCE...

SR. RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): Foi feito, inclusive, eu acho que na resposta a ANEEL cita isso. Foi feito inclusive uma força-tarefa...

SR. HÉLIO WINSTON LEITÃO (ARCE): Pronto. Foi.

SR. RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): ... fazer 95%das ligações novas e, ao longo dos meses...

SR. HÉLIO WINSTON LEITÃO (ARCE): ... Iria diminuindo, né, ia bater nos outros anos. Mas hoje nós ainda temos não como nessa época, não começa a época, mas nós temos ainda hoje uma bolsa grande também de ligações novas que ainda não foram atendidas essas residências ou esse comércio, sem falar na Geração Distribuída, que é um gargalo grande. Geração Distribuídasão lá os fotovoltaicos.

SR. RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): Presidente, para encerrar aqui, fique absolutamente à vontade de responder ou não, eu sei que isso aqui não é uma responsabilidade de vocês,

mas se a Agência se sentir à vontade de colocar aqui, eu gostaria de solicitar uma reflexão, na opinião de vocês, o que a ARCE poderia fazer dentro da sua competência ou trazendo novas competências se assim legalmente for permitido ou fosse permitido, que poderia gerar um impacto positivo na qualidade da prestação de serviço por parte da ENEL.

Mais uma vez eu queria deixar claro isso aqui para a população cearense, de que o intuito de todos nós aqui é único e exclusivamente dar um serviço de qualidade para a população cearense, nada mais que isso. Ninguém está aqui atrás de outra finalidade que não seja o serviço que a população merece. Então a ARCE coloca alguma coisa que possa ser feita, alguma mudança ou algum tipo de autonomia ou legal que vocês possam fazer para que a gente tenha esse resultado final?

SR. HÉLIO WINSTON LEITÃO (ARCE): Bem, eu queria aproveitar essa sua pergunta para deixar assim bem claro até para a imprensa. Nós não somos, respeitamos bastante a Instituição ANEEL. Deixando muito claro isso. Nós respeitamos a Instituição ANEEL, uma Instituição séria, integrantes preparados, qualificados; o quadro é muito bom, nós conhecemos várias pessoas, então deixando muito claro isso.

Agora, na nossa humilde opinião, nós divergimos da metodologia, e nós colocamos isso várias vezes. Eu estou aqui só externando uma coisa que eu já coloquei para eles, e não é um campo de batalha, de jeito nenhum.

Eu deixei claro lá, Deputado Romeu, que nós queremos dar as mãos a eles, de mãos dadas pra gente conseguir reverter esse quadro aqui no Estado do Ceará. Então assim, deixando só claro que eu não estou aqui de jeito nenhum, para de forma nenhuma, metralhar uma Instituição, de forma nenhuma, pelo contrário, tem todo o meu respeito. Agora, não concordamos com a metodologia. A metodologia está aí que está sendo aplicada e já está aí resultado.

Então assim, deputada, é difícil de dizer assim, o que é que tem a nossa a contribuição que nós estamos dando hoje já é bastante, entendo que é bastante importante, e com o tempo já fui refletindo reconhecendo isso, porque imagine se não tivesse a ARCE como é que seria diante tudo isso, e imagine sem a ARCE.

Então, assim, a única coisa que eu diria para os senhores, para as senhoras parlamentares e para os senhores parlamentares é que poderíamos buscar uma ajuda do próprio Governo Federal para que a ANEEL sente, tente modificar ou tente reconhecer essa sua metodologia. ANEEL, como a ARCE é, a ARCE aqui é vinculada a Procuradoria do Estado e a ANEEL é vinculada ao Ministério da Energia. Ou seja, existe um vínculo com o Ministério da Energia, é uma entidade vinculada. Portanto eu creio que

isso poderia sim ter essa rodada, essa conversa, começar aí essa conversa que hoje está só no âmbito de Agência Reguladora do Estado do Ceará e ANEEL.

SR. RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): Presidente, eu quero agradecer aqui as respostas. Eu não tenho dúvida que foi extremamente esclarecedor para todos nós, e vai poder nortear demais as nossas ações a partir de agora. Obrigado. Parabéns pela cortesia e pelo trabalho poder ter nos mostrado tudo isso que está acontecendo aqui com essa empresa. Obrigado.

Satisfeito presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARMELO NETO (PL): Bem, parabenizo o nosso Relator (aplausos) Deputado Guilherme Landim; parabenizo o Presidente da ARCE, Doutor Hélio, pelas respostas.

Agora eu vou formular algumas perguntas, umas aqui eu já identifiquei que já foram respondidas, então já arrisquei aqui, e aí no momento que eu tiver lendo se alguma também já tivesse sido respondida pelo nosso pelo Presidente da ARCE, pelo questionamento brilhante que foi feito aqui pelo Relator dessa CPI, eu também já me sinto satisfeito e contemplado.

Recebi já aqui a inscrição do Deputado Guilherme Sampaio, se algum colega deputado ou deputada... O Deputado Felipe, o segundo a me pedir a inscrição; Deputada Larissa, solicitou? Deputada Lia, terceira; Deputada Gabriela também? Gabriela, quarta; Deputada Larissa, quinta; Deputado Romeu quer fazer alguma pergunta, questionamento? Não!

Então vamos lá. Cada parlamentar...o Relator regimentalmente tem o tempo indeterminado e cada parlamentar vai ter, portanto,quinze minutos. Não existe no Regimento uma previsão, mas nós estamos usando o precedente da última CPI, a CPI do Motim, para definir esse tempo. Então eu vou começar a marcar aqui o meu tempo para elaborar essas perguntas.

Senhor Presidente da ARCE, Deputado Hélio, Deputado Hélio não, perdão. Presidente Hélio. O primeiro questionamento.

Considerando que existem diversos pareceres e relatórios de diversos órgãos, inclusive da própria ARCE, reiterando a má qualidade na prestação de serviço da ENEL e o descumprimento de previsões contratuais, levando em consideração que o contrato firmado com o Governo do Estado do Ceará previu a melhoria contínua dos serviços. O senhor acredita que a concessão deve ser revogada?

SR. HÉLIO WINSTON LEITÃO (ARCE): Bem,a questão da Caducidade da Concessão diante do que nós estamos convivendo, realmente a situação é muito difícil, uma situação muito difícil. Algo mais enérgico tem que ser feito. Não sei se seria a Declaração da Caducidade. Confesso que eu não posso lhe

afirmar, mas que nós deveríamos abrir um processo, no caso a ANEEL, lógico, para verificar essa condição. Se tem essa condição de declarar Caducidade, não tem a menor dúvida. Uma coisa é vocês abrir um processo, outra coisa é você realmente detectar que já pode declarar Caducidade. Declarar Caducidade de uma coisa concessão realmente tem outro lado que são muitas consequências de quem vai assumir. Mas, enfim, uma coisa eu posso te afirmar: A situação que está hoje eu sou a favor que se tomemedida enérgica e se abra sim um processo para verificar a condição de Declarar Caducidade.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARMELO NETO (PL): A ARCE já sugeriu de maneira formal à ANEEL a abertura de um processo ou ainda não?

SR. HÉLIO WINSTON LEITÃO (ARCE): De Caducidade? Não. De Caducidade, não. Nós apresentamos na verdade outras sugestões como já passei aqui, mas especificamente Caducidade, não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARMELO NETO (PL): Pretende fazer?

SR. HÉLIO WINSTON LEITÃO (ARCE): Podemos. Da maneira como está podemos até pensar nessa condição.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARMELO NETO (PL): Ok! *Em algumas fiscalizações a ARCE solicitou formalmente providências para redução das reclamações e a redução do tempo de espera, assim como do tempo médio de espera. A ENEL já apresentou o Plano de Resultados solicitado no Procedimento Administrativo 588974022, que está se encerrando agora neste mês de setembro?*

É um Processo Administrativo que a ENEL precisa responder, no caso, à ARCE, até esse mês de setembro, se não me engano final do mês. Já houve resposta?

SR. HÉLIO WINSTON LEITÃO (ARCE): Qual, só...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARMELO NETO (PL): Vou fazer a pergunta.

Em algumas fiscalizações a ARCE solicitou formalmente providências para a redução das reclamações e a redução do tempo de espera assim como do tempo médio de espera. A ENEL já apresentou o Plano de Resultados solicitado no Processo Administrativo, e aí o número do processo deste ano, que está previsto para ser apresentado em setembro?

SR. HÉLIO WINSTON LEITÃO (ARCE): Já foi apresentado, Dickson? Eu, na verdade, está lá ainda Setor de Energia, mas o Dickson está dizendo que já foi apresentado sim esse Plano de Resultado, o tema Atendimento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARMELO NETO (PL): Certo. Vimos que a ENEL já foi...

SR. HÉLIO WINSTON LEITÃO (ARCE): Podemosdisponibilizar, se o senhor...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARMELO NETO (PL): Perfeito. Perfeito. Seria muito importante, porque foi apresentado já pela ARCE o Relatório de 2022, e no caso seria o deste ano já, é muito importante para essa CPI.

Vimos que a ENEL já foi punido com multas milionárias pela ARCE, apesar do valor ter sido reduzido pela ANEEL. A ARCE cumpriu a aplicação aí dessas multas.

Eu analisei aqui na última página como Vossa Excelência indicou, que as multas que a ARCE sugeriu em torno aí de quase 55 milhões, a ANEEL teria reduzido para 30 milhões e a ENEL teria pagado quase 26 milhões e cem. Esses quatro milhões, em torno de quatro milhões que não foram pagos é algum tipo de parcelamento ou se está em fase de recurso, alguma coisa específica?

SR. HÉLIO WINSTON LEITÃO (ARCE): O Dickson está me lembrando aqui, que na verdade é um desconto de 25% que eles têm no pagamento que é uma lei federal.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARMELO NETO (PL): Pagamento à vista, não é?

SR. HÉLIO WINSTON LEITÃO (ARCE): É.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARMELO NETO (PL): Entendi.Por isso que eles pagam rápido, não é, já é esclarecedor essa informação.

Saberia informar em valores ou percentual qual o orçamento da ENEL é destinado à melhoria dos seus serviços. A ARCE tem competência para fiscalizar essa questão orçamentária de quanto por cento é destinado inclusive para a melhoria dos serviços?

SR. HÉLIO WINSTON LEITÃO (ARCE): Deixa eu só... Nós não temos aqui... Ela apresenta anualmente. Eu posso lhe disponibilizar se o senhor me der um prazo, a gente pode disponibilizar essa questão do orçamento. O que eu trouxe aqui inclusive foi à questão do lucro, e aí os senhores já devem ter a questão da Receita delas eu tenho. Mas nós temos sim no orçamento, só não estamos aqui...ele não está aqui...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARMELO NETO (PL): Qual foi o lucro, presidente?

SR. HÉLIO WINSTON LEITÃO (ARCE): Vamos lá.O lucro, vamos lá, a Receita Bruta, depois a gente chega ao Lucro Líquido, mas a Receita Bruta da ENEL em 2021 foi 12 bilhões 139 milhões; Em 2021 foram 12bie 139 milhões. Em 2022: 12bi e 212 milhões. De 139 milhões passou para 212. O Lucro Líquido 2021: 488 milhões e 587; 2022 pulou para 640 milhões e 570, Lucro Líquido. É o que nós temos aqui. A questão do orçamento eu posso lhe passar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARMELO NETO (PL): É importante, presidente.

Alguns colegas já notaram aqui, acredito que a assessoria também, mas se o senhor puder passar de maneira formal, a CPI agradece.

Além das conclusões expostas, os Relatórios da ARCE que constam no site da Agência, nós tivemos acesso, inclusive tive o cuidado de imprimir e colocar na Bancada para os nobres deputadosos de 2022.

Quais as outras providências podem ser adotadas para a melhoria dos serviços da ENEL na visão da ARCE?

SR. HÉLIO WINSTON LEITÃO (ARCE): É aquele aspecto que já tinha colocado anteriormente. A gente mudar a metodologia, vamos dizer, esse Plano de Resultado, não é nem excluir, mas esse Plano a Resultado, a metodologia não está correta.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARMELO NETO (PL): Metodologia da ANEEL?

SR. HÉLIO WINSTON LEITÃO (ARCE): DaANEEL**.** Eu falo da ANEEL, porque é o seguinte, eu tenho que falar da ANEEL porque eu cumpro as regras da ANEEL. Eu não tenho como estipular aqui metodologia. Aí eu sempre compro com as regras dela. Então assim, essa metodologia que é essa dita Regulação Responsiva, que se chama Regulação Responsiva, é que dá oportunidade ao infrator para que ele regularize num prazo de um ano, para só depois, se não regularizar, abrir um processo de fiscalização, é que nós entendemos que isso aí é o câncer que está sendo dentro dessa metodologia, esse Plano de Resultado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARMELO NETO (PL): Perfeito. Já ficou compreendido aqui por mim que existe uma falha muito grande por parte da ANEEL na fiscalização, na execução, na metodologia, como Vossa Excelência falou.*Agora, no ponto de vista da ARCE, onde é a principal falha da ENEL no Estado do Ceará. A principal falha da ENEL que chega até à ARCE que vocês têm contato aí nesse processo fiscalizatório.*

SR. HÉLIO WINSTON LEITÃO (ARCE): Eu estou aqui perguntando a opinião do Dickson, mas bate a nossa opinião. Na verdade, obras, atendimento, esses dois itens, esses dois itens que...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARMELO NETO (PL): Obras que você diz, a expansão...

SR. HÉLIO WINSTON LEITÃO (ARCE): É, a expansão.Não investe. Não investe, Deputado Romeu. Então, assim, na região do Deputado Romeu, eu já recebi várias reclamações de falta de energia. Nós temos ali uma praia que é turística, é uma praia Icaraizinho de Amontada, que... Olha o que eu já recebi de pessoas de Icaraizinho de Amontada chorando, Deputado Lia, porque perdeu tudo: pousadas, energia que falta. Acaba tudo. Passam dois dias e aí perde tudo, tudo, perde tudo. Um prejuízo

enorme. Então assim, eu fiz várias reuniões inclusive com atas sobre... é investimento. Fizeram um investimento inclusive próximo de uns transformadores, mas ainda não atendeu. Alegam sempre porque a demanda subiu muito turismo, pessoas chegando lá, mas isso tem que se preparar. Isso tem todo um planejamento. Mas, enfim, atendimento e obra.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARMELO NETO (PL): Certo. O senhor mencionou que foi recebido na ANEEL, no caso foi o presidente, o ex-presidente em outro momento oportuno que recebeu vocês dois. *Alguma sugestão da ARCE foi acatada pela ANEEL, pelo menos uma sugestão de vocês?*

SR. HÉLIO WINSTON LEITÃO (ARCE): A primeira, em 2020, foi com oDiretor-Geral Pepitone, e não foi respondido nada. Na segunda vez...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARMELO NETO (PL): Eles respondem via oficio?

SR. HÉLIO WINSTON LEITÃO (ARCE): É de oficio.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARMELO NETO (PL): Se o senhor puder disponibilizar também a resposta.

SR. HÉLIO WINSTON LEITÃO (ARCE): Não respondeu, não respondeu.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARMELO NETO (PL): Não respondeu nada.

SR. HÉLIO WINSTON LEITÃO (ARCE): Não respondeu. Na primeira vez não respondeu. Da segunda, que já foi com o Diretor-Geral agora chamado Sandoval, respondeu, respondeu. Só que respondeu de uma forma dizendo que *não poderia mudar a metodologia, não poderia dar mais autonomia para ARCEporque teria que dar para todas as outras.* Eu posso disponibilizar essa resposta para o senhor. Mas, enfim, não foi... A única coisa que podemos dizer assim que eles aceitaram foi aumentar o número de fiscalização, não é isso Dickson? Não fazer de ofício, mas aumentar o número de fiscalização.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARMELO NETO (PL): Solicitado por eles?

SR. HÉLIO WINSTON LEITÃO (ARCE): Por eles. A gente tinha quepassar pra eles, fiscalizar, o Município de Amontada, por exemplo, tem que passar pra eles, pra que eles acatem e a gente fazer.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARMELO NETO (PL): A última pergunta que eu lembrei, eu vou fazer de improviso. Está acontecendo também uma CPI no Estado de São Paulo, eles também estão questionando a situação da ANEEL e a parceria com a Agência Reguladora que existe na cidade de São Paulo. A ARCE fez algum tipo de contato com a Agência Reguladora do Estado de São Paulo que também está sendo vítima de um processo parecido sobre a ENEL?

SR. HÉLIO WINSTON LEITÃO (ARCE): Na verdade, eu já conversei alguns presidentesde Agências. Eu liguei para alguns colegas, inclusive: Olha, eu não estou aqui querendo fazer nenhum tipo...de reunir todos para ser contra a ANEEL. Eu repito, não é isso. E todos eles compartilharam comigo a angústia que eles estão tendo também, inclusive lá de São Paulo, mas é o mesmo caso. A reclamação é a mesma, principalmente a autonomia e a metodologia.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARMELO NETO (PL): Perfeito. Me sinto contemplado aí com as respostas do Presidente da ARCE.

Agora vamos partir aqui para o primeiro orador inscrito, o Deputado Guilherme Sampaiofará aí seus questionamentos, e em seguida o Deputado Felipe Mota.

SR. DEPUTADO GUILHERME SAMPAIO (PT): Muito obrigado, presidente. Muito boa tarde aos colegas deputados e deputadas. Um agradecimento desde já à colaboração do senhor Presidente da ARCE Hélio Leitão e do senhor Dickson. Uma saudação muito calorosa ao Conselheiro Jardson e a todos que acompanham os trabalhos dessa CPI.

Eu pretendo,presidente, fazer aqui algumas considerações e ao final apresentar algumas questões. Já pediria ao Doutor Hélio e ao Doutor Dickson que tomassem nota, porque eu acho mais produtivo e respondessem em bloco, até porque talvez eu não necessite assim usar os 15 minutos determinados pela presidência.

Então, em primeiro lugar eu queria compartilhar aqui com os colegas deputados e deputadas uma sensação crescente de incômodo em relação à nossa responsabilidade com o povo cearense na condução dessa CPI.

A Assembleia realizou um trabalho qualificadíssimo soba liderança do Deputado Fernando Santana, fazendo um relatório ainda na Legislatura passada, e levantando boa parte das questões muito bem relatadas pelo Deputado Guilherme Landim. Uma série de iniciativas é tomada pelo Ministério Público, pela ARCE, como foi agora apresentado pelo Presidente Hélio Winston Leitão, se somando a essas cobranças que são decorrentes das atribuições de cada uma dessas instituições. Resposta zero da ENEL. Mais à frente a Assembleia dá um passa mais e instala uma CPI. E até aqui esta empresa não tem nenhuma preocupação em dar nenhuma satisfação ao povo do Ceará em função das obrigações que assumiu ao assinar um Contrato de Concessão de Energia. Ou seja, nós estamos diante de uma experiência que merece uma imensa reflexão do Parlamento cearense, a começar do modelo de privatização lá atrás, que foi muito questionado e denunciado inclusive aqui na Assembleia Legislativa.

É muito importante bater nessa tecla porque talvez daqui a pouco nós façamos um novo contrato talvez com outra empresa, e é importante que não se cometa os equívocos que estão na raiz de boa parte dos problemas que estamos vivendo.

Na realidade, esta empresa que não dá nenhuma satisfação ao povo cearense, não faz por uma razão muito simples.Até o ano de 2022 ela estava entre as 110 maiores empresas do mundo. Eu digo 110 maiores empresas do mundo consideradas de capital aberto quaisquer áreas de atuação. Esta multinacional teve um faturamento de 342 bilhões de reais, já convertendo euros para reais 342 bilhões de reais.

Para que a gente tenha a dimensão do que é que isso representa, o segundo maior orçamento público do país é o do orçamento do Estado de São Paulo. Esse orçamento é de 319 bilhões de reais. É com essas pessoas, é com esse interesse, é com essa dimensão econômica que nós estamos lidando, e é por isso que esta empresa não está nem aí nem para o Ministério Público do Estado do Ceará, nem para a Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, muito menos para a ARCE, e com a ANEEL eu ainda estou para descobrir o que é. Faz parte das minhas perguntas aqui, em função do modelo de privatização que estabeleceu no país a partir dos anos 90; sem falar aqui das questões relacionadas aos vínculos trabalhistas que serão objeto da pauta do Sindeletro conosco.

Eu coloco isso, colegas deputados e deputadas, porque essa CPI ela tem uma característica muito singular, Deputado Romeu, muito singular, inclusive ela nos unifica. E o que essa empresa faz, hoje, exige de nós um discernimento muito claro sobre onde é que estamos querendo chegar, qual é a atitude justa. Porque na realidade o que essa empresa está fazendo em função da dimensão da sua atividade para a sociedade cearense é uma chantagem com o povo do Ceará. E essa chantagem, o resultado dela é o envio de centenas de milhões de reais de dividendos para os seus acionistas que estão fora do Brasil. Ela sabe muito bem que substituir uma Concessionária de Energia Elétrica não é algo que se faz do dia para noite sem prejuízo para a sociedade. Esses 12 bilhões de faturamento dela aí, comparado a 342 bilhões é um troco. Ela tem falado inclusive que quer sair do Ceará, e não dá nenhuma satisfação ao seu povo.

Porque eu faço essa introdução, presidente? Porque eu acho que a gente tem que ir buscando o rumo da CPI ao longo do tempo, e um norte que cada vez para mim fica mais claro, é que nós teremos que usar todos os poderes, inclusive os poderes coercitivos que o Estatuto da Assembleia, que o Regimento da Assembleia atribui a uma CPI para botar moral, para dar um freio de arrumação.

Eu fico me achando às vezes um moleque reunido com meus amigos quando eu tinha 12 anos falando mal de alguém de um valentão maior do que eu. É assim que eu estou me sentindo. Todo mundo

se queixando, a gente se reúne porque a ENEL é isso que aquilo é aquilo, o Ministério Público, o Procurador, a Agência Reguladora, todo mundo se queixando da ENEL, todo mundo se queixando do valentão, achando que não pode fazer nada. Será mesmo que não pode fazer nada? Quais são os poderes regimentais de uma Comissão Parlamentar de Inquérito? Qual é a contribuição que essa CPI em especial pode dar à Assembleia Legislativa, ao povo cearense, no que diz respeito à sua capacidade de representar intensamente, exercer o poder popular de representação?

Faça essa introdução, senhor presidente, porque eu acho que é fundamental que no decorrer das nossas seções nós possamos ir identificando progressivamente qual é o norte desses trabalhos, e até aqui, o que eu sei é que o Presidente da ENEL está lá em Nova York nesse momento fazendo uma fala muito bonita num evento internacional sobre novas energias. Enquanto isso tem prefeito desesperado batendo na porta dos deputados todo dia, querendo inaugurar obra sem poder. Enquanto isso tem a população de baixa renda com a luz cortada ou esperando horas e horas, tempo mede de doze horas para poder solucionar uma falta de energia. Então é isso que está acontecendo no Estado do Ceará. E eu acho que a gente tem que ter uma postura a altura deste desaforo. É uma postura que exige respeito ao povo do Ceará.

Feita essa introdução, senhor presidente, eu queria fazer quatro questões aqui aos nossos convidados que deu excelente colaboração, queria parabenizar a ARCE pelo trabalho.A primeira delas é o seguinte, há uma cláusula no Contrato de Concessão que estabelece uma previsão de indenização do investimento vinculado a bens reversíveis que ainda não tenham sido depreciados ou amortizados no caso de término do Contrato.

Segundo o balanço da ENEL essa cláusula, hoje, renderia algo em torno de 4,9 bilhões de reais, investimentos que teriam sido feitos pela ENEL ainda não amortizados, conforme prevê a cláusula décima primeira do Contrato de Concessão e que teria que ser indenizados a esta Operadora, a esta empresa, no caso de término dessa Concessão.

A minha pergunta é: como é que se fiscaliza dentro dos limites da ARCE a realização desses investimentos, porque aí já é desaforo demais, o sujeito fazer o que está fazendo, a empresa agir da forma que está fazendo e ainda tem que ser indenizado em cinco milhões de reais, caso seja declarada a Caducidade ou termine o Contrato. Não é possível.

A segunda questão diz respeito ao fato de que várias penalidades foram aplicadas a essa empresa. Eu queria saber qual é o perfil predominante das falhas que geraram essas penalidades? Qual é o tipo de falha predominante que gerou essas penalidades?

O Deputado Romeu cochicha aqui: É verdade que eles pagam todos em vez de recorrer? Pelo que eu estou entendendo paga, porque isso é troco, sai mais barato pagar. Isso é igual àquele cara que não paga o imposto e fica esperando o Refis, entendeu? Aquele cara somos nós, às vezes, não paga o imposto e fica esperando o Refis porque sai mais barato. É melhor descumprir as obrigaçõesdo que pagar o imposto em dia. Então é o que eu estou entendendo.

Bom, o perfil das autuações realizadas pelas ARCEs nos últimos anos já foi explicado aqui, já foi dito. Eu queria fazer uma pergunta parecida com a do Deputado Carmelo, parece uma pergunta ingênua, mas eu acho que é uma pergunta que a CPI tem que responder em algum momento. É o seguinte, a ARCE tem suas atribuições e seus limites. A CPI, a Assembleia tem suas atribuições e seus limites. Na visão de um operador do sistema, de um controlador, de um regulador, de operador do direito, qual é o melhor caminho para o Estado do Ceará ou para a própria Assembleia Legislativa dentro dos limites que ela tem no que diz respeito a circunstancia atual? Porque para mim essa descrição que eu fiz inicialmente que qualifica o quadro que nós temos. Qual seria uma sugestão de um caminho produtivo para os trabalhos dessa CPI?

E por último é uma pergunta mais conceitual, Dr. Hélio, e diz respeito ao modelo de Regulação dos serviços concedidos, esse modelo é concebido nos anos 90 com o predomínio da doutrina neoliberal, várias empresas públicas são privatizadas e se institui o modelo de Agência de Regulação como um modelo ideal e utópico, modelo que em tese protegeria a população, protegeria o interesse público, protegeria a qualidade do serviço. Não me parece que isso é o que predomina, pelo menos no que diz respeito a alguma situações soba Regulação de Agências Nacionais como é o caso da ANEEL.

Então sobre esse modelo, qual seria um caminho de aprimoramento, uma vez que eu acredito que também idealmente não se vai retroceder no caminho de algumas privatizações já feitas no Brasil, qual seria um caminho de aperfeiçoamento desse modelo de Regulação em vigor no país? Eram essas as questões. Muito obrigado pela atenção.

SR. HÉLIO WINSTON LEITAO (ARCE): Bem, vamos lá, Deputado Guilherme. A primeira pergunta sobre a questão da cláusula de investimentos não amortizados. Nós temos na própria tarifa que a ANEEL, aqui é uma matéria em nível federal, a ARCE não tem nenhuma participação, mas em nível da ANEEL quando do processo tarifário já há uma previsão dentro do processo tarifário já tem com essa previsão dessas amortizações, desses investimentos. Então isso já vem dentro do próprio processo tarifário, já é dentro dessa regra.

As infrações, os tipos que o senhor pede, nós temos aqui, principalmente eu já coloquei no início: atendimento. Atendimento é a das infrações principais que nós temos; ligaçõesda rede que são ligações novas, e também questão de faturamento. São essas três, podemos assim colocar, carro-chefe de reclamação e também de infração, de aplicação de multa.

Se eu for muito assim, se o senhor quiser que eu me alongue eu estou à sua disposição.

Então a sua terceira pergunta, o senhor coloca sobre a nossa opinião, eu vou falar logo da terceira pergunta e da quarta que para mim dá para eu responder das duas. A opinião sobre a Concessão, como é que melhora e o aperfeiçoamento no modelo de Regulação. Eu penso, e aí a gente já detectou, e aí me permita em colocar que isso é um problema de Concessão no país, esse modelo de Concessão no país. Quando a gente vem detectar que nos últimos anos, quando a Concessionária não vislumbra uma renovação da Concessão há uma diminuição muito grande nos investimentos. Se o senhor prestar atenção, o senhor vai ver que nos últimos cinco anos, próximo agora, já do fim da Concessão é que eles diminuíram bastante os investimentos, e isso traz o quê? Não investimento na rede e traz toda essa problemática.

Então a meu ver a questão do Modelo de Concessão eu vou mais além, eu falo do Modelo de Concessão no geral tem que ser revista essa questão de investimento até o final da Concessão. Nós nos deparamos também com outras Concessões inclusive na Arena Castelão que nós fizemos a Regulação, também houve esse problema. Então é um problema no Modelo de Concessão. Então a revisão tem que ser aí, temos que rever, aí é Governo Federal, é União, o Poder Legislativo Federal que eu vejo que teria que avaliar a revisão da nossa Lei 9.487, se eu não me engano, trata da Concessão das Permissões, e aperfeiçoamento do Modelo de Regulação. Eu diria aí então tenho nem dúvida de mudar esse Modelo de Regulação Responsiva. Tem que mudar. Ou seja, oportunidade de você corrigir uma infração, você dá dentro daquele prazo razoável, dentro daquele prazo que se você tiver reincidência você não cabe mais nem prazo, e não é isso que está acontecendo.

Então, o que nós entendemos é que esse Modelo de Regulação Responsiva não cabe, não comporta mais, e nós precisamos de um novo modelo que não haja esse Plano de Resultado. Aí você vai me perguntar: Será que só a multa vai ter efeito? Creio que não. Só a multa não teria efeito, mas você pode fazer, trabalhar de uma forma bem com antecedência, uma forma, vamos dizer assim, consultiva, uma forma de você avaliar esses índices, detectar, se tiver índice negativo e já acender a luzinha amarela para quê? Para quem não haja a fiscalização, a multa, e já detectar lá para concessionária. É isso que eu entendo na minha humilde opinião que poderia ser feito dessa forma.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARMELO NETO (PL): Perfeitamente. A Mesa cumprimenta o Deputado Guilherme Sampaio pela execução do seu questionário, e cumprimenta o Dr. Hélio pelas respostas. Agora, em seguida seria o Deputado Felipe Mota que permutou com a Deputada Gabriella Aguiar, terá o tempo de 15 minutos.

SRA. DEPUTADA GABRIELLA AGUIAR (PSD): Boa tarde a todos. Primeiro agradecer ao senhor Hélio Leitão pela disponibilidade, pela presteza. Cumprimentar a todos os colegas deputados no nome das Deputadas Lia Gomes e Larissa Gaspar.

Eu vou fazer as perguntas também em bloco porque eu acho que vai dar um andamento melhor. Serão três blocos de perguntas. O primeiro é: *O senhor explicitou os Lucros Líquidos bilionários da ENEL, podemos dizer que o Ceará foi generoso com a empresa. Houve algum retorno social? Quais os investimentos que a ENEL fez, investimentos sociais que a ENEL fez no Estado do Ceará? Houve alguma fiscalização sobre cumprimento dos investimentos sociais da ENEL?* Vamos fazer primeiro esse bloco.

SR. HÉLIO WINSTON LEITAO (ARCE): Bem, boa pergunta, inclusive nas reuniões que nós tivemos lá atrás, eu como Presidente da ARCE, eu acho que eu já peguei bem uns quatro Presidentes da ENEL; já peguei italiano, enfim, então das reuniões lá atrás, de outros presidentes, uma coisa que eu lembro como se fosse hoje, eu disse: Vocês precisam humanizar a ENEL. Vocês precisam humanizar a ENEL, e para humanizar a ENEL vocês precisam investir no social. Vocês precisam estar mais próximos do cidadão, não só a cobrança, mas vocês precisam chegar próximo ao cidadão para entender melhor toda essa questão da energia no Estado. Foi o primeiro ponto que eu coloquei lá.

Esses investimentos sociais, nos últimos anos, nós temos realmente conferido que a ENEL tem alguns programas como a da questão da geladeira, mas o que eu posso te dizer que a fiscalização não está sendo feita porque a ANEEL não determina essa fiscalização na questão dos investimentos sociais.

Eu quero aproveitar a sua pergunta e colocar aqui para os deputados que nós temos no Contrato de Concessão,- eume esqueci de colocar, - no próprio Contrato de Compra, na verdade foi no Contrato lá de Compra e Venda, Deputado Felipe, da Coelce, à época, ficou lá no Contrato uma cláusula do Plano de Investimentos, ou seja, percentual do faturamento da Coelce, hoje, ENEL, deveria ser um percentual que é auferido pela ARCE e fiscalizado pela Seinfra, esse percentual tem que ser aplicado em obras públicas.

Nós fizemos aqui um levantamento, eu trouxe aqui para os senhores, nos últimos cinco anos quase 300 milhões de Plano de Investimento, (o PI), e há sim uma problemática nessa aplicação. Eu não

sei te dizer quantos eles já cumpriram, não posso dizer, porque quem faz essa verificação é a Seinfra, mas em contato com a Seinfra, a Seinfra: eles não cumprem. Não posso dizer o valor exato que eles não cumprem, mas é uma problemática grande. Mas, enfim, espero ter lhe atendido.

SRA. DEPUTADA GABRIELLA AGUIAR (PSD): Então a gente pode dizer que eles tiveram um Lucro Líquido milionário e que eles não cumpriram com investimentos sociais da maneira como a gente esperava, de uma maneira humanizada e próxima do cidadão cearense.

E aí o senhor tocou num ponto que é importante. A gente está numa Casa Legislativa, existem vários deputados federais também sensíveis a essa causa; a ARCE foi criada através de um decreto federal, o convênio foi estabelecido em 99; a gente sabeque essas legislações precisam mudar em nível federal, e que a gente está aqui, cada um, também disposto a fazer esse movimento com a bancada cearense federal. Acho que a gente precisade cópias desse convênio para ver como a gente pode legislar; apresentar ao povo do Ceará de fato o que a ANEEL delegou para vocês a ARCE porque foi muito importante, no início da sua fala, você realmente esclarecer o que vocês conseguem fazer ou não. Mas aí eu acho que a gente tem que ir adiante: é a gente pegar esse convênio; é a gente legislarcom a nossa bancada federal, para que a gente possa, de fato, trabalhar lado a lado.

Eu acho que esse problema agora que a gente está vivendo precisa que o MP trabalhe ao lado da Alece, que trabalhe ao lado da ARCE e que todo mundo encontre uma solução.

Acho que vou fazer um Requerimento, Presidente Carmelo, se vocês puderem apresentar, acho que seria muito bom.

E a última pergunta. Os relatórios até aqui apresentados pelo Ministério Público, pela ARCE, pela Assembleia datam entre o período de 2013 a 2022. As principais inconsistências da ENEL estão relacionadas ao atendimento e obras. A ANEEL refere que houve uma melhora, baseados em dados de até outubro de 2022. Nós estamos chegando a outubro de 2023. Nós já temos dados para analisar desse período de outubro de 2022 a outubro de 2023, setembro de 2023, para que a gente possa levar essa CPI; esses deputados levar lá e apresentar e ter uma resposta do presidente da ANEEL?

SR. HÉLIO WINSTON LEITÃO (ARCE): Sim. ODickson está até me colocando aqui que nós temos Relatórios trimestrais. Sim, com certeza já tem; já dá para ter todo um retrato de outubro a cá, até agosto, porque setembro não finalizou, de realmente como é que está hoje essa situação. Repito, realmente pelos nossos dados, pelo nosso acompanhamento houve uma pequena melhora, mas nada ainda dentro de uma melhora dentro da situação que está hoje não está ainda dentro dos limites aceitáveis de forma nenhuma.

SRA. DEPUTADA GABRIELLA AGUIAR (PSD): Muito obrigada. Eu vou fazer um Requerimento também pedindo esses dados, para que a gente possa marcar uma audiência com todos os dados realmente estratificados, e que a gente tenhauma força. Eu acho que essa CPI deve ir junto com a ARCE ao Presidente da ANEEL. Muito obrigada pelas explicações.

SR. PRESIDENTE DEPUTADACARMELO NETO (PL): A Mesa cumprimenta Vossa Excelência, Deputada Gabriella, pela formulação das perguntas, e Dr. Hélio pelas respostas.

O Deputado Bruno Pedrosa também está inscrito. E agora, o próximo orador é o Deputado Felipe Mota que vai formular seus questionamentos. A palavra por 15 minutos.

SR. DEPUTADO FELIPE MOTA (UNIÃO): Senhor Presidente Carmelo, senhoras e senhores deputados, imprensa que aqui está, servidores. Eu, praticamente, vou fazer aqui, pedir vênia ao Presidente da ARCE para nós fazermos uma espécie de pinga fogo, que fica mais rápido, para nós podermos melhorar a cabeça do cearense.

Assim como o Deputado Guilherme Sampaio, eu me sinto lesado com que tudo o que eu tenho visto. Eu vejo que, por muitas vezes, nós temos uma legislação que nós estamos indo aí para 30 anos de legislação, em 2028 nós vamos para quase 30 anos de legislação. Ou seja, será que nesses 30 anos eles não tiveram a fazer essas modificações?

E aqui eu faço algumas perguntas que são perguntas que estão vindo das praças, das feiras, das ruas, aqui, para dentro da CPI. O que é que tem? Essa mudança de faixa do CadÚnico, que chegou a informação aqui que diversas famílias, famílias que recebiam praticamente um auxílio governamental, o governo fazia essa contribuição e hoje eles deixaram de estar na faixa do CadÚnico para estar em uma outra faixa. Me explica só como é que é visto isso pela ARCE para eu não estar reverberando informações que não são verídicas.

Eu vi na televisão, essa semana, a ENEL divulgando que essas cento e poucas mil famílias, cento e treze mil famílias teriam que entrar no que Vossa Excelência acabou de dizer que teve dificuldade no tal do sistema da ENEL. Imagina se o senhor, que é o Presidente da ARCE, na frente da diretoria, não é, porque o senhor tem a fé pública de mostrar o seu telefone, a sua parte privada, que não estava a contento, o senhor imagina um cidadão que por muitas vezes ele não ele não consegue ter uma internet nem 3G no interior do Estado. Não estou falando de 4G não que é aqui, lá na minha fazenda, no interior do Estado, é 3G. Então a dificuldade que ele tem muito maior de acessar tudo isso.

Eu queria que o senhor me respondesse em relação a essa mudança de faixa, que é muito importante, para nós falarmos nas rádios, nas entrevistas, explicar para a população o que são essas

cento e treze mil famílias que tiveram essa mudança de faixa? Primeira coisa. Depois eu vou com mais duas aqui.

SR. HÉLIO WINSTON LEITÃO (ARCE): Deputado Felipe, inclusive nós abrimos um Processo Interno porque foi um dos pontos que o Ministério Público ao nos chamar e provocar a ARCE, no começo do ano, mais ou menos, foi essa questão, e entra também numa questão de que a Tarifa Social reduziu muito o número de Tarifa Social, que aí acendeu aí uma desconfiança para o Ministério Público, e nós abrimos lá um Processo Interno de Fiscalização. Estamos tramitando. Estamos em Processo de Apuração, processo de tratar os números.

Mas o que eu posso colocar é o seguinte: há sim, se você for pegar alguns elementos no Nordeste, em termos de número de Tarifa Social, e aí eu creio que encaixa no que o senhor está colocando. O Estado do Ceará é muito baixo em relação a outros estados do Nordeste, entendeu? Então a gente tem que verificar realmente o que é que está acontecendo. A ENEL se defende dizendo que não, que já aumentou; que houve no último ano ou foi nos últimos dois anos um aumento dessa Tarifa Social, da camada que se inclui na Tarifa Social, mas para nós ainda há uma distorção. E a gente precisa...Eu não estaria agora confortável para lhe responder, porque nós estamos ainda num Processo de Apuração.

SR. DEPUTADO FELIPE MOTA (UNIÃO): Ok. A segunda pergunta. Vossa Excelência foi de uma firmeza em relação ao PI, ao Plano de Investimento, ao PI interligado à Secretaria de Infraestrutura. No governo do Governador Cid Gomes foi um dos grandes problemas que nós tivemos. Eu estava no Estado, eu estava na Secretaria de Turismo do Estado, e nós queríamos fazer a ligação, a subestação do Centro de Eventos do Estado do Ceará, e nós estávamos querendo usar recursos, parte desses recursos o Governador Cid estava querendo fazer o uso porque ele estava fazendo a subestação para poder investir no turismo, no emprego e tudo isso, ele teve a melhor das boas vontades. Sabe o que é que aconteceu? Ele não conseguiu fazer com o Plano de Investimento. Ele teve que tirar dos cofres do Estado para poder pagar a subestação do Centro de Eventos.

Então, quando você falou do Plano de Investimento, eu pergunto ao senhor, que é a segunda pergunta, esse Plano de Investimento é fiscalizado exclusivamente pela Seinfra e pelo TCE, ou ele tem que ter alguma anuência de Vossa Excelência?

O que eu percebo, e fiquei até, me desculpe à sinceridade, mas, praticamente, na área da energia elétrica aboliram a ajuda ou a contribuição da ARCE; parece que os senhores são meros repassadores de Relatório para eles; eles ficam na questão de sempre decidir lá em cima, usando, por muitas vezes, o trabalho de vocês, a luta de vocês, os especialistas que tem lá. Mas esse Plano de Investimento passa

alguma coisa por vocês?Porque é uma preocupação, só para os cearenses saberem: Esse Plano de Investimento se relata a 1%, 1% da Receita Corrente Líquida. Tem uma distribuição, ele tira lá o Bruto, tira as Despesas, 1% desse Investimento, que é o que o presidente disse, ele seria para fazer uma extensão de Rede para a gente poderlevar uma indústria, uma nova subestação para acabar com problema que o presidente falou aqui lá no Icaraizinho que passa seis, oito horas por muitas vezes sem energia, nós poderíamos fazer uma nova subestação, inclusive foi inaugurada uma subestação recente naquela região de Itapipoca, de Icaraizinho, e vai dar uma melhorada daqui a pouco, vamos ser honesto também para não estar só apontando o dedo, não é presidente, vamos ser corretos.

(Comentário fora do microfone).Pronto. Isso. Nós não sabemos se vai conseguir atingir porque vem de muito tempo, mas vamos ser honestos, eles também estão lá aplicando.

Agora, o que nós queremos saber, nós deputados que somos fiscais do povo, que temos a obrigação, que levamos a pancada lá na base, como diz, é o seguinte: Esse Plano de Investimento se tem, um exemplo, no ano, 300 milhões, um exemplo, tem 300 milhões, existe o Cogef (Coordenadoria de Gestão Financeira) que discute todas as questões de Planejamento e Financeiro do Estado do Ceará. Será que esses 300 milhões foi alguma vez levado para o Cogef, para a Secretaria de Planejamento, para o governador, para o secretário de Desenvolvimento Econômico, para o secretário de Infraestrutura definirem o que seria melhor para o nosso Estado e não ficar na mão deles?Então, essa é uma pergunta.

Quantos?Acho que já há bi, porque nós somos aí Investimento de 300 por ano, se você pegar aí quatro anos já dá um bi e 200 milhões de reais. Será que eles estão fazendo esse Investimento? Será que o TCE tem uma força perante isso? São perguntas que na cabeça do imaginário do cearense, o que é que ele imagina? Não, pegaram esses 300 bilhões, desapareceram, não querem fazer encontro de contas. Vocês é que são os trouxas da história, os deputados. Então será que é por aí?

Eu pergunto aVossa Excelência: Esse Plano de Investimento me diga como é que hoje é fiscalizado? Por favor.

SR. HÉLIO WINSTON LEITAO (ARCE): Bem, deputado, e aí, essa problemática que eu vou lhe colocar agora já é de todas que nós estamos discutindo aqui. São Contratos antigos. Na época desses Contratos de Concessão a ARCE estava acabando...na verdade, eu disse aqui para vocês, no início, que a ARCE só surgiu por causa da privatização da Coelce. Então, assim, você imagina que naquele momento, há muito tempo atrás, a ARCE surgindo, a Regulação, na verdade, a Regulação surgindo no Brasil. A ARCE foi uma das primeiras Agências Reguladoras do Brasil.

Eu queria, até aqui, aproveitar, se os senhores me permitirem, que várias Agências vêm visitar a ARCE porque a ARCE é uma Agência referência. Ontem mesmo recebi a Agência de Mossoró. Eu recebo várias Agências. Então, assim, a ARCE foi uma das primeiras. E naquela época tinha acabado de fazer essa Concessão, então, assim, estava tudo muito no início. Então, eu vejo que esses Contratos são muito frágeis por isso. Hoje, com certeza, não era para existir isso.

Então, nesse Contrato de Compra e Venda ficou essa questão do Plano de Investimento, como o senhor bem colocou de 1% do faturamento do Lucro Líquido, do faturamento, desculpa.

E como é que nós fazemos, como é que ficou no Contrato. O Contrato ficou, houve um depois, na época era a Secretaria de Transportes que hoje é a Seinfra, eu estou aqui, está aí nesse caderno, um Convênio com o Estado justamente para a Seinfra, hoje, ficar responsável por esses Planos de Investimentos, desde que a ARCE faça todo o Relatório - que aqui nesse caderno tem e eu posso disponibilizar para o senhor também, - todo o Relatório; tem Parecer; tem votação no Conselho, do valor que nós encontramos.

Diante desse problema, e aqui eu quero ser muito justo, e eu lembro que o Secretário Maia Júnior, na época do Governador Camilo, era muito inquieto com isso, muito inquieto mesmo, porque como é que um Plano de Investimento, os valores ele queria, como o senhor passou, na época lá, no Centro de Eventos, ele passava como muitos também, por muitas obras, e não conseguia fazer com que a ENEL fizesse a parte dela, diante tudo isso tive até uma reunião, à época, com o Governador Camilo, e ele exigiu, pediu de forma muito enfática, que a ARCE abrisse um Processo. E, na verdade, nós discutindo internamente, abrimos um Processo, e hoje nós estamos com esse Processo perto de concluir, que é esse Processo de Fiscalização nos Planos de Investimentos.

Nós vamos detectar, realmente, desses últimos cinco anos, e aí o encaminhamento, provavelmente, o encaminhamento será...vamos enviar aqui para vocês, vamos enviar para o Ministério Público, vamos enviar para o TCE. Nós estamos perto de finalizar.

SR. DEPUTADO FELIPE MOTA (UNIÃO): Uma sugestão seria, nesse Plano de Investimento, que o Estado recebesse da ENEL era o Plano de Investimento numa conta. Ele faz o ano anterior, digamos, 2023, depositasse, em janeiro, o dinheiro, numa conta da Secretaria de Infraestrutura para que o Governo do Estado defina o que é que tem que ser para ele. E aí o governo licita, organiza. E não essa história de Plano de Investimento que era feito por muitas vezes para não se ter a Licitação, para demorar, porque o privado vai mais rápido. Sempre venderam isso: que no privado vai mais rápido. Essa coisa toda. Só que aí ele não fazia.

E a última pergunta é o seguinte: esse dinheiro das multas que Vossas Excelências aplicaram aqui que a ANEEL deu esse desconto, esse recurso ele fica na esfera federal ou ele fica na esfera estadual ou tem uma porcentagem federal, uma porcentagem estadual? Eu queria saber como é,eu queria entender isso aí.

SR. HÉLIO WINSTON LEITÃO (ARCE):Não fica nada para o Estado. Tudo é federal. É uma conta que o Dicksonaté me lembrou aqui, é lá para o Conselho de Desenvolvimento Energético, uma conta de Desenvolvimento Energético. Então fica tudo federal, não é conosco.

Eu vou dizer mais além para os senhores e para as senhoras, a ARCE, na verdade, muitas vezes, paga por fazer o serviço, porque o que nesses Contratos de Meta que a ANEEL paga para a ARCE não dá para a gente arcar com nossos Custos, que é outra que eu coloquei da reunião, na sessão do Conselho, que também me inquietava e me inquieta também. Mas, enfim, não ficamos com nada.

SR. DEPUTADO FELIPE MOTA (UNIÃO): Só lhe agradecer. Eu já concluí. E peço a Vossa Excelência que esses documentos, tanto esse do Plano de Investimento, esse do Plano de Investimento como esse da mudança de faixa nós temos até na Ação do Ministério Público essa da mudança de faixa, seria importante para nós tomarmos algumas medidas com a ENEL, não agora, vai ser vai ser no decorrer, ao longo da CPI, mas é de suma importância para todos nós. Se já tiver aqui, depois a gente cerca todo mundo as informações lá na sala da CPI. Obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARMELO NETO (PL): Inclusive, eu gostaria de fazer uma solicitação ao Presidente Hélio Leitão. Esse caderno que nos foi entregue a mim e ao relatorDeputado Guilherme, se ele pudesse ser solicitado de maneira virtual, um PDF, alguma coisa do tipo, que a gente caminha no grupo da CPI para os assessores, para os deputados. Passar para ele. Perfeito.

SR. HÉLIO WINSTON LEITÃO (ARCE): Se o senhor me permitir, presidente, eu vou disponibilizar ainda hoje.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARMELO NETO (PL): Perfeito. Perfeito. Eu encaminho no grupo da CPI e todos têm acesso.

Agora parabenizo o Deputado Felipe pelas perguntas e ao Dr. Hélio pelas respostas, professor, e também a Deputada Larissa Gaspar fará seus questionamentos agora, em seguida o Deputado Bruno Pedrosa, em seguida a Deputada Lia, e aí não havendo mais nenhum questionamento a gente encerra a reunião de hoje.

Deputada Larissa, tempo de 15 minutos para Vossa Excelência fazer os questionamentos.

SRA. DEPUTADA LARISSA GASPAR (PT): Muito boatarde a todos e todas. Saudar aqui os colegas deputados em nome do Presidente em exercício Deputado Carmelo Neto. Saudar aqui o Presidente da ARCE Hélio Leitão. Saudar o Conselheiro Dr. Dickson; cumprimentar também aqui os companheiros do Sindeletro que tem uma importância também nessa CPI, para trazer para nós o olhar dos trabalhadores. A gente solicitou também a oitiva do MAB, que é o Movimento dos Atingidos por Barragem, que lutam contra a privatização das águas e da energia. Então é um sujeito também importante de ser ouvido assim como a Secretaria de Infraestrutura que também faz um acompanhamento de parte do Contrato.

Ouvindo aqui o Hélio fazer a sua explanação, eu sou servidora municipal aqui do Município de Fortaleza, sou Fiscal de Controle Urbano e era da ACFor, Agência Reguladora do Município, e eu sempre critiquei muito o órgão porque ele comparado com a ARCE é bem desestruturado; os profissionais não são mandatários, então é uma instabilidade, você fica a mercê da nomeação do gestor de plantão, e ser mandatário já dá uma estabilidade para que você possa bem exercer as suas funções sem ter preocupações com retaliações, ou de ter que servir interesse de fulano e cicrano.

Então, mas de uma forma muito esquisita e contraditória, como Fiscal de Controle Urbano, lotada lá, fiscalizava Contrato de Concessão da Cagece, a gente tinha total autonomia para definir as nossas fiscalizações. Eu mesmo, como Fiscal, era subordinada, obviamente, ao diretor da minha área, Diretor de Saneamento, mas eu tinha absoluta liberdade para definir os locais que eu iria fiscalizar. Se eu viesse do meu deslocamento de casa para o trabalho e visse um extravasamento de um Posto de Visita, eu reportava para o meu superior que gostaria de fazer uma fiscalização, porque vi um problema ali, in loco, e a gente tinha total liberdade, e contava com esse apoio do nosso diretor para realizar esse procedimento fiscalizatório.

Chocar a população do Estado do Ceará e choca a nós parlamentares, e eu acho que é muito frustrante para os servidores, para os Conselheiros da ARCE estarem num órgão de Regulação onde você não tem autonomia para fiscalizar o detentor do Contrato de Concessão do serviço concedido, principalmente quando a gente está falando de um serviço essencial como é a energia.

Pode contribuir, conselheiro. (Fora do microfone).Sim, vocês têm essa autonomia...para fazer a fiscalização. Pois é. Eu fiz esse preâmbulo porque a gente espera, enquanto parlamentar, assim como a sociedade espera da Agência Reguladora, e vocês que estão na Instituição, que haja essa liberdade de atuação para todos os serviços concedidos. E aí fica muito nítido aqui que a gente se sente impotente.

Como foi colocado que a ARCE tem essa parceria, essa subordinação, vamos dizer assim, à ANEEL, e ela, por sua vez, vinculada ao Ministério de Minas e Energias, e colocada aqui reiterados vezes que essa metodologia na Regulação, nesse sistema responsável, que se chama Regulação Responsiva que, na verdade, parece assim uma Regulação Permissiva, conivente com os equívocos da Concessionária, eu entendo que a gente deva se reportar ao próprio Ministério das Minas e Energias.

Eu queria trazer isso como uma sugestão aqui, para a CPI, e queria ouvir do Presidente da ARCE se esse seria um caminho, porque está aqui, pelas colocações feitas por vocês, que todas às vezes onde se reportou os diversos problemas na prestação dos serviços concedidos à ENEL, se reportou isso à ANEEL, não se ouve uma resposta, muito pelo contrário, houve uma conivência da Agência Nacional com os vários problemas constatados, inclusive com a redução das multas é que se conseguiu aplicar, com muita dificuldade, tendo que esperar um ano, depois de diagnosticado o problema, para que a fiscalização e, consequentemente, a autuação com a multa pudesse ser efetivado.

Então eu pergunto se esse seria um caminho também viável da CPI solicitarjuntoao governo federal, junto ao Ministério de Minas e Energias, um momento para tratar dessa metodologia que a ANEEL está colocando para a ARCE e para outras Agências em todo o país, e que está dificultando, está muitas vezes obstacularizando, que a gente consiga a prestação de um serviço público eficiente, não só para os munícipes, mas para as próprias gestões que não conseguem, como foi dito aqui: inaugurar obra, entregar um hospital, serviços que são de extrema relevância para a garantia da vida, inclusive das pessoas, e você não consegue entregar uma obra porque a concessionária não faz a ligação da energia.

Então acho que além das várias Instituições e Órgãos que a gente está propondo aqui abrir um diálogo para encontrar uma solução, eu penso e perguntar ao presidente se esse seria um caminho: se reportar ao Ministério das Minas e Energias?

SR. HÉLIO WINSTON LEITÃO (ARCE): Sem dúvida. Eu tinha até, Deputado Larissa, na minha fala anterior, há pouco tempo, eu tinha dito sobre essa questão do Ministério, até porque, veja bem, você tem uma CPI, hoje, também em São Paulo. Então, o Ministro de Minas e Energias, com certeza que a ANEEL é vinculada, é um órgão vinculado ao Ministério de Minas e Energias, ela deve sim, sem dúvida nenhuma, tomar um posicionamento que não é um problema só no Ceará, é um problema também num dos maiores estados do Brasil que é São Paulo.

Então, assim, é uma coisa que já, daqui a pouco, onde a ENEL esteja vai ficar generalizada. Então, eu não tenho dúvida que uma Agenda e, evidentemente, de uma forma mais enfática do que é que deve ser, apresentando sugestões como nós apresentamos aqui para a ANEEL, eu não tive essa

oportunidade de apresentar para o Ministro das Minas e Energias, eu só tive a oportunidade de apresentar para a ANEEL,até porque eu não quis, vamos dizer, atropelar esse caminho, mas sem dúvida.

SRA. DEPUTADA LARISSA GASPAR (PT): Então acho que nós aqui, dentro da autonomia da CPI, podemos, presidente, fazer essa solicitação de uma audiência com o Ministério, para tratar dessas questões, para que a ARCE possa ter mais autonomia no seu papel de fiscalização e de garantia da prestação adequada desse serviço público que é essencial.

E aí, só uma colocação, não seria uma pergunta, mas para contribuir também no que foi trazida na fala da colega Deputada Gabriela, dessa responsabilidade social da ENEL. A gente tinha um aporte aqui considerável não para ela, considerava para nós, de recursos para Investimento na Política Cultural do Estado do Ceará, e era feito pela ENEL, principalmente dentro da Lei do Mecenato, ela era uma das principais empresas que contribuía para fomentar diversas ações culturais, que eram aprovadas pela Lei do Mecenato, sobretudo, os Festivais de Cultura que acontecem em todas as regiões do Estado do Ceará, a exemplo do Festival de Jazz & Blues de Guaramiranga, para citar apenas um. E com esses entraves, com essa notícia da possível venda da empresa, esses recursos deixaram de ser aportados, e houve um prejuízo grande para a realização desses festivais que estão em risco. Não fosse a chegada e a aprovação da Lei Paulo Gustavo destinando recursos para investir na Política Cultural em todo o Brasil, eu acredito que muitos deles nem sequer chegariam a se realizar, mas eles ainda estão com sérios problemas para garantir a sua manutenção.

Então, quando a gente abre uma comissão como essa, é preciso que a gente analise, investigue todas essas questões; as que se relacionam diretamente ao objeto principal que é a prestação do serviço público, de distribuição de energia elétrica, mas também é os objetos secundários que decorrem aí do papel de responsabilidade social da empresa nos investimentos em ações de cidadania e também nas ações culturais, que registre-se: tiveram um grande prejuízo com toda essa celeuma criada em torno da possível venda da ENEL, que também surgiu muito depois das denúncias de má prestação dos serviços. Então era isso, presidente, agradeço aí pelo espaço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARMELO NETO (PL): A Mesa toma ciência, DeputadaLarissa, o nosso querido Presidente Hélio pelas respostas. É um tema muito importante esse: federalizar o debate, até porque depende da ANEEL, do Ministério de Minas Energias. Eu estive em São Paulo com a Relatora da CPI da ENEL em São Paulo, a Deputada Carla Morando, e os problemas são muito parecidos que vive São Paulo, que vive o Ceará, que vive outros estados que a ENEL já passou, como Goiás que também teve uma CPI. Então, é importante a gente unificar essas informações. Ela me passou

muitas delas, inclusive eu dei a sugestão ao nosso Relator Deputado Guilherme, que a gente vá nessa comissão com alguns titulares, alguns suplentes deputados, que se interessam ir a São Paulo acompanharem uma reunião deles lá.

Inclusive, já adianta uma informação que eles fizeram o convite, Presidente Hélio, para a ANEEL participar de uma oitiva na CPI e não foram, e eles tiveram que alterar o convite para convocação, ou seja, um desrespeito com o Parlamento do Estado de São Paulo, e eu espero que não ocorra com o Parlamento cearense. Eu acredito que nenhum deputado vá se opuser a uma reunião no Ministério de Minas e Energia para também tratar sobre isso, até porque a CPI, ao final dela, vai elaborar muitas sugestões em nível estadual e também em nível federal. Então é importante que essas sugestões do Deputado Guilherme vai colocar em seu Relatório chegue ao Ministério de Minas e Energias, que é peça fundamental nisso.

Então com a palavra agora o Deputado Bruno Pedrosa, terá 15 minutos para formular aí suas perguntas, em seguida a Deputada Lia Gomes.

SR. DEPUTADO BRUNO PEDROSA (PDT): Boa tarde a todos. Boa tarde, Presidente Carmelo. Boa tarde a todos da TV Assembleia, FM Assembleia. Agradecendo a presença que muito nos honra aqui, oPresidente da ARCE, nosso Presidente Hélio Winston, o Dickson, Coordenador de Energia lá da ARCE.

Presidente, são só três perguntas. Na realidade, se eu puder perguntar e o senhor responder, eu agradeço. Essa primeira, por exemplo, dessas multas, são duas perguntas aqui: Quanto foi efetivamente pago? Por que no ano de 2020 teve aquele acréscimo tão grande?Essas duas perguntas.

SR. HÉLIO WINSTON LEITÃO (ARCE): Eu vou disponibilizar, deputado, para os senhores e para as senhoras todo esse Relatório. Mas, nós aplicamos, a primeira pergunta, a ARCE, o valor de 54 milhões e oitocentos e pouco; a ANEEL baixou para trinta e novecentos e pouco, e foi pago vinte e seis zero oitenta e oito. Essa disparidade de 26 para 30 foi devido ao desconto que nós colocamos aqui de 25% porque pagaram à vista, e é uma concessão que a lei federal dá.

Quanto a essa questão, eu acho que foi2020 que o senhor foi coloca, que deu aquela multa alta, que foi justamente o DEC e o FEC, foi uma multa referente ao DEC e o FEC, e o nosso ConselheiroJardson foi até o Relator.

SR. DEPUTADO BRUNO PEDROSA (PDT): Beleza. Obrigado. Agora, passando para as Energias Renováveis, presidente, até poderei aqui se eu ia fazer essa pergunta, nós estamos presidindo a Frente

Parlamentar das Energias Renováveis aqui, na Assembleia, e tem chegado para a gente muitos casos da Geração Distribuída. Eu vou fazer duas perguntas em relação àGeração Distribuída.

Houve uma fiscalização, em 2018, geral, sobre a Geração Distribuída no Ceará. Como a gente sabe, de um tempo para cá, houve até pela própria publicidade do Ceará, mas realmente pelas questões competitivas que o nosso Estado dá ao mercado, e com a incidência solar e radiação, que fazem o Ceará um dos melhores lugares para se investir em energia solar.

Queria perguntar: Como foi essa fiscalização de 2018? Qual foi à conclusão que ela chegou dentro do contexto, do cenário da Geração Distribuída no Estado do Ceará? Daqui a pouco eu faço a segunda pergunta.

SR. HÉLIO WINSTON LEITAO (ARCE): Bem, Deputado Bruno, é um prazer de estar lhe respondendo. Eu o conheço há algum tempo, temos amizade. Bem, Deputado Bruno, entra essa questão, viu Deputado Carmelo, justamente o Plano de Resultado. A fiscalização, na verdade, houve esse processo de Plano de Resultado nessa questão da Geração Distribuída, onde, na verdade, não houve aplicação de multa. Não foi aplicado multa porque nessa metodologia da ANEEL, que eu já tinha colocado para o senhor, ficou caracterizado que a ENEL se enquadrou dentro dos critérios legais. Portanto, não houve multa em relação à questão da Geração Distribuída, nesse processo.

SR. DEPUTADO BRUNO PEDROSA (PDT): Perfeito. A segunda pergunta, para finalizar e, ao mesmo tempo, para eu fazer minhas considerações. Como é que está, explicar, às vezes, para os deputados e para o público. AGeração Distribuída se enquadra dentro de uma determinada demanda, de uma determinada parcela de consumidores da energia solar, e para você conectar uma usina solar ou para você conectar, fazer aquela implantação no teto você precisa de uma autorização da ENEL. Como eu já expliquei para os nossos colegas deputados.

O senhor tem algum conhecimento, hoje, da ARCE, a ARCE, hoje, tem conhecimento formal de recusas dessas conexões por parte da ENEL? A ENEL está negando pareceres de acesso para construção de usinaspara Geração Distribuída no nosso Estado?

SR. HÉLIO WINSTON LEITAO (ARCE): Grande gargalo. Eu falei aqui, anteriormente, que a gente não entrou nessa discussão. Mas, hoje, Deputado Guilherme, um grande gargalo também da ENEL é a Geração Distribuída, é Energia Renovável, é a questão da fotovoltaica. Eu tenho várias reclamações. Olha, eu recebo, Deputado Felipe, é como o senhor colocou. Olhe, quem lhe conhece o senhor recebe lá,e quem não lhe conhece como é que fica? É o que eu disse para a ENEL, uma vez, para o presidente: Rapaz, pelo amor, como é que vocês fazem isso? Tem tanta gente, numa hora dessas, precisando e a

mão do Estado não chega! Ou seja, eu não consigo chegar até ao cidadão para ajudar, para colaborar.Então, aflige muita gente.

Então, essa questão da Geração Distribuída, eu recebo diariamente pessoas, investidores, pessoas que investem na fotovoltaica inclusive com geração de empregos, é bom que se diga isso, com parques, e a ENEL não faz. A ENEL, na verdade, descumpre regras. Ela faz descumprimento de regras. E aí existem, evidentemente aí, questão de Processos inclusive Internos de Verificação, alguns motivos, devido a essa negativa ou então, vamos dizer, esse atraso, esse atraso reiteradamente.

Então são muitas, deputados, são muitas empresas ou não só empresas, o próprio cidadão que quer botar a sua fotovoltaica e fica com essa dificuldade porque precisa da ENEL, porque, como vocês sabem, entra na rede da ENEL, precisa evidentemente da permissão da ENEL.

SR. DEPUTADO BRUNO PEDROSA (PDT): Obrigado, presidente. Agradecendo mais uma vez pela sua atenção com esta Casa, você tem aqui uma grande admiração por parte desse deputado. Você também,Dickson, que tem conduzido a Coordenadoria de Energia lá na ARCE. Parabéns aí pelo trabalho. Muito obrigado pela atenção.

Deputado Carmelo, Guilherme, Felipe, Deputada Larissa, eu só queria fazer minhas considerações finais. Eu precisava saber por quem fiscaliza essas informações, porque corroboram com o que a gente recebe aqui diariamente. Tenho sido procurado, diariamente, eu já vou, acho que mais de uma dezena de investidores, de empresários. Na realidade, quando você fala em investidores,em empresários nós estamos falando de uma cadeia completa de um setor. E é lastimável o que a ENEL tem feito com as Energias Renováveis no nosso Estado, é lastimável. Porque, pelas nossas...oJardson deve acompanhar isso muito bem, Conselheiro Jardson, mas pelas nossas informações,Jardson, foram pedidos Pareceres para injetar na Rede de 1,5 gigawatts. Nós estamos falando de investimento, Deputado Guilherme, por volta de 6 bilhões de reais; e nós estamos falando de uma perda num período de 12 meses, e você conhece muito bem Abaiara e viu lá Abaiara com mil empregos durante a construção da Usina Solar da *Built*, nós estamos falando de uma perda para o cearense de quase 40 a 50 mil empregos no período de um ano, pela ingerência da ENEL na Concessão desses Pareceres de Acesso.

Então, o nosso Estado perde muito investimento, está perdendo emprego, e nós estamos muito preocupados com isso; relatos diários. Eu acho que a CPI, inclusive eu vou pedir uma audiência com governador, para que não só o Poder Legislativo, mas o Poder Executivo se engaje junto, porque a perda é muito grande, Deputado Felipe, é muito grande, não é brincadeira.

Por fim, eu vou bater nessa tecla todas as vezes que eu puder. Eu acho que, eu acredito que nós tivemos ontem, por exemplo, o anúncio do Presidente Lula do repasse dos dez bilhões de reais ao Fundo de Participação dos Estados e Municípios. Isso foi por uma pressão política, uma forma que os prefeitos encontraram de sensibilizar o governo federal.

Fica aqui, Presidente Carmelo, nós precisamos fazer pressão política na ANEEL. Nós precisamos ir a Brasília. Nós precisamos conversar com esses Conselheiros. Nós precisamos demonstrar, nós representamos só nessa Mesa aqui, nós estamos falando de quase 500 mil votos, são 500 mil cearenses que nós representamos, só essa Mesa, a CPI como um todo dá mais de um milhão de cearenses que nós representamos.

Então nós precisamos, Deputado Felipe, ir à ANEEL, e fazer de forma ordeira, de forma correta, mas mostrar insatisfação da sociedade cearense com a ENEL, tudo que ela tem feito. E aí eu puxo aqui para a questão das Energias Renováveis, o que ela tem,infelizmente, barrado os investimentos e a geração de emprego, além da má prestação de serviço, tudo isso foi apresentado aqui, a geração de emprego para o nosso povo. Isso vai, nesse momento, vai barrar nessa questão do emprego e dos investimentos, e lá na frente vai barrar em estar fechando diversas janelas de oportunidade para o desenvolvimento do nosso Estado.

Então acho que você como Relator, Deputado Guilherme, faço aqui esse apelo, Requerimento verbal, que nós possamos ir até à ANEEL, que já temos a força junto com o nosso Ministro Camilo, com o Presidente Lula, todos nós aqui, com exceção do Deputado Carmelo, tivemos apoiando o Presidente Lula. Então, nós precisamos fazer esse movimento no sentido de pressionar a ANEEL politicamente. Muito Obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARMELO NETO (PL): Meus cumprimentos a Vossa Excelência, Deputado Bruno, pelas perguntas; professor Hélio pelas respostas. Eu acho que não só ir até à ANEEL, mas fazer com que a ANEEL vem até aqui. O objetivo já está preparado no meu gabinete, se já não tiver sido protocolado o Requerimento de Convocação, para que o Dr. Sandoval,um representante da ANEEL, venha até aqui. O nosso Relator Deputado Guilherme também vai apresentar algo parecido. Acredito que essa é a intenção também de outros parlamentares, para que eles possam vir até aqui e nós elaborarmos todos esses questionamentos.

Agora, a próxima oradora a elaborar perguntas é a nossa querida Deputada Lia Gomes, terá o tempo de 15 minutos.

SRA. DEPUTADA LIA GOMES (PDT): Sou a última? Então como a última, quase tudo que eu ia perguntar já perguntaram, então vou perguntar bem pouquinha coisa. Gostaria de começar agradecendo, Presidente Carmelo.

Eu queria saber, presidente, se vocês têm algum Estudo, assim, mais atual, de quanto tem sido a média dademora para nova ligação no residencial e nas empresas?Chegam para mim várias denúncias, para citar aqui um caso de uma empresa, uma cerâmica de Reriutaba que está com tudo pronto há mais de um ano, e não consegue que a ENEL vá até lá ligar a energia. Entender um pouquinho, presidente, como é que se dá essa questão da fiscalização? Quando vocês recebem uma denúncia vocês já respondem?Por exemplo, para esse empresário de Reriutaba. Se a denúncia chegar até vocês e vocês dizem: Não temos competência para isso? Eu queria entender um pouquinho mais o trabalho da ARCE, onde é que ela pode entrar e se isso é uma coisa prévia ou está escrito...?

SR. HÉLIO WINSTON LEITAO (ARCE): Bem, Deputada Lia, primeiro eu quero aqui cumprimentá-la, e fiquei muito feliz quando recebi lá na ARCE a senhora defendendo os interesses dos seus eleitores, e a senhora conheceu um pouquinho da ARCE. Eu tive a oportunidade de lhe apresentar um pouco da ARCE.

O atraso que nós temos hoje é mais ou menos uma faixa de 120 dias, é mais ou menos essa faixa. O que nós podemos falar, o que a senhora colocou...

SRA. DEPUTADA LIA GOMES (PDT): Para locais aonde já existe rede, porque eu acho que esse caso de Reriutaba é uma...

SR. HÉLIO WINSTON LEITAO (ARCE): Não, aí é diferente. Do Reriutaba deve ser Rede nova, deve ser, não, é Rede nova. A senhora perguntou como é que se inicia, como esse caso de alguns municípios, como falei de Icaraí de Amontada, Reriutaba, eu recebo São Gonçalo, enfim, várias regiões do Estado que nós recebemos com essa problemática de ligações novas. O que é que nós fazemos?

Tem duas coisas. A gente pede a fiscalização. Eu não posso abrir de ofício. A gente pede, solicita à ANEL para abrir uma fiscalização, caso a caso, caso a caso. A ANEL responde? Às vezes sim, às vezes não. Ela aceita? Acata todas? Não! Então, porque existe... oquêela alega? É porque é um Contrato de Meta. Cada fiscalização é um pagamento, apesar de eu deixar claro que o pagamento que eles fazem não cobre o nosso de custo, mas é um pagamento. Então, assim, não sei se pode ser por causa disso, aí eu não vou entrar nessa seara. Mas não são todos que a gente pede que elas autorizam.

Mas, de qualquer forma, o que é que nós pedimos? Entre na Ouvidoria, porque aí eu quero deixar aqui também, eu não falei para senhoras e para os senhores, nós temos a Ouvidoria. A gente pede

para entrar na Ouvidoria com a Reclamação. Essa Reclamação vai para a ENEL, tem um prazo regulamentar à ENEL para responder; quando volta, a gente encaminha para o ANEEL. A ANEEL devolve para gente, aí a ANEEL quando a gente encaminha ela devolve para a gente abrir um Processo ou não. Se determinar abrir um Processo sobre isso, a gente inicia todo um Processo de Fiscalização.

Enfim, tanto de uma forma ou de outra, a primeira é mais efetiva porque não precisa o cidadão ou a cidadã ter que entrar na Ouvidoria, ter todo esse caminho a seguir.

SRA. DEPUTADA LIA GOMES (PDT): Essas negativas vem com um respaldo, uma explicação porque sim, porque não?

SR. HÉLIO WINSTON LEITAO (ARCE):Não. Não.

SRA. DEPUTADA LIA GOMES (PDT): Pode não, e ponto. Então é isso, presidente, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARMELO NETO (PL): Cumprimento a Deputada Lia, Professor Hélio. Eu gostaria de fazer aqui mais um questionamento, antes de encerrar, me veio aqui à cabeça, inclusive se algum outro deputado, nosso relator também terá a palavra aí por último. Está satisfeito.

Mas é o seguinte questionamento, presidente, em conversa com a Relatora da CPI da ENEL, em São Paulo, me passou uma queixa, e eu acho que pode ser que esteja acontecendo também no Estado do Ceará. A ANEEL, quando faz aí a Nota, a média do serviço daquela determinada empresa, ela pega como o próprio nome diz: a média; só que lá no Estado de São Paulo em algumas regiões, a Nota da ENEL, quando se olha de uma maneira regionalizada, é muito inferior à própria média geral. E aí, uma das queixas da CPI da ENEL de São Paulo era essa: Poxa, nós temos uma região aqui que a Nota é tão inferior, que daria inclusive para pedir que o Contrato seja interrompido, e outras que não é tão ruim assim, acaba que a média fica dentro da média aceitável. E aqui no Ceará é assim, tem regiões que é muito pior.

Teria como fazer uma solicitação? Acredito que não seja parte da metodologia atual, mas teria como ser feito uma sugestão de regionalização desta Nota e aí, no caso, cobrar da ENEL ou de qualquer outra Distribuidora uma média por região e não só global?

SR. HÉLIO WINSTON LEITÃO (ARCE): Presidente Carmelo, na verdade, eu fiz essa solicitação, várias vezes, para a ENEL, para que ela justamente nos encaminhasse, e fui até mais além, eu pedi para que ela dividisse o Estado do Cearáquais são as regiões, Deputada Lia, que mais necessitam investimentos, e pedi também para que nos esclarecer quais eram os investimentos, quais eram o planejamento para essas áreas? Até hoje não recebi. Sem resposta. Mas, sem dúvida, sem dúvida, é

muito importante, porque você tem dentro do Estado do Ceará regiões que ela está, na verdade, bem, e tem outras bem piores...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARMELO NETO (PL): Icaraizinho de Amontada foi um exemplo que Vossa Excelência disse.

SR. HÉLIO WINSTON LEITÃO (ARCE): Então, sem dúvida, existe isso sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARMELO NETO (PL): Perfeito.Inclusive uma das sugestões dessa CPI, eu tenho certeza, já surgiram aqui ao nosso Presidente Guilherme, seja defender a regionalização dessa média, dessa Nota, para que o inaceitável seja realmente inaceitável, não se transforme, lá na frente, em algo aceitável por uma média um pouco superior em determinada região.

Portanto, não havendo mais nenhum deputado que queria formular perguntas, nenhum colega deputado quer falar? Felipe, Lia, eu gostaria de agradecer a presença do Presidente da ARCE, Dr. Hélio; Conselheiro Jardson Cruz, bem-vindo à Casa do Povo cearense; o Dickson também agradecer; aos nobres deputados que estão aqui até agora; Deputado Guilherme, relator; Deputado Felipe Mota; Deputada Lia. Também fazer uma solicitação à TV Assembleia. Eu verifiquei aqui, no YouTube, que não estava sendo transmitida a reunião de hoje. Eu acho que é muito importante que a gente transmita no YouTube, as comissões de maneira geral são transmitidas ao vivo, mas não ficam no YouTube como as sessões ficam, ficam lá em definitivo.

Então a sugestão e à solicitação que eu gostaria de fazer era que para não só transmitir ao vivo a reunião da CPI como manter no YouTube salvo toda a reunião, até para que algum deputado quando quiser tirar uma dúvida, rever determinada parte, ter acesso a isso de maneira facilitada.

Agradecer a todos vocês que estão aqui telespectadores e ouvintes. Dizer que o próximo passo, com certeza, será ouvir o setor produtivo e, em seguida, a ANEEL para que nós possamos elaborar esses questionamentos e, por último, a ENEL, para muito bem fundamentado por depoimentos, por falas como do nosso convidado Hélio, questionar a ENEL de maneira bem eficaz, como tem que ser feito.

Portanto, declaro encerrada a segunda reunião. Em breve nós vamos nos reunir para definir os próximos passos. Muito obrigado pela presença de todos.

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CPI (COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO) RELATIVA À ENEL, REALIZADA NO COMPLEXO DAS COMISSÕES TÉCNICAS, EM 20 DE SETEMBRO DE 2023.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Boa tarde a todos deputadas e deputados aqui presentes. Eu já quero agradecer.

Nós vamos dar início à nossa 3ª Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito contra a Concessionária ENEL, hoje, na Sala de Comissões, dia 20/09/2023, às 15h18min.

Eu vou citar aqui os deputados que fazem parte da Comissão: Deputado Fernando Santana, esse que vos fala; Deputado Guilherme Landim, o nosso relator; Deputado Felipe Mota; Deputado Carmelo Neto, vice-presidente; Deputado Guilherme Sampaio; Deputada Gabriela Aguiar; Deputada Lia Gomes também já está aqui presente; Deputado De Assis Diniz; Deputado Romeu Aldigueri; Deputado Agenor Neto; Deputado Bruno Pedrosa; Deputada Larissa Gaspar; Deputada Dra. Silvana; Deputado Antônio Henrique; Deputado Danniel Oliveira; Deputado Leonardo Pinheiro; Deputado Sargento Reginauro; Deputado Simão Pedro.

Vou passar agora à leitura, discussão e votação da ata da reunião anterior.

Eu peço ao colega Deputado Guilherme Landim que possa ler a ata ou, então, se vossas excelências tiverem recebido e se puder dar como lida, já que vossas excelências têm no e-mail e no WhatsApp de vocês.Então, considerando a ata como lida, não há discussão.Ata aprovada.

Nós vamos passar agora ao nosso Expediente. No Expediente: Nada consta, porque na Ordem do Dia nós vamos agora passar para as oitivas.

Eu já inicio a Ordem do Dia convidando à senhora Valéria Soares Cavalcante Colares, Diretora do Programa de Orientação, Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.

Conforme Requerimento 20/2023, de autoria do Deputado Carmelo Neto, aprovado por unanimidade pelas deputadas e deputados membros da Comissão Parlamentar de Inquérito, nós convidamos o PROCON, hoje, para essa reunião. Esse Requerimento foi aprovado no dia 30/08, e hoje o PROCON se encontra aqui, para que possamos todos nós dialogar nessa oitiva com o PROCON.

Eu convido à senhora Valéria, com uma salva de palmas dos presentes. (Aplausos).

Gostaria de convidar também para participar aqui da Mesa,pois nós teremos uma oitiva também com eles: Senhor Antônio Erildo Lemos Pontes, Presidente do Conselho de Consumidores da ENEL Distribuição Ceará (CONERG), conforme Requerimento do dia 30/2023, de autoria do Deputado Guilherme Landim. Aprovado por unanimidade desses parlamentares.

Então, Seu Antônio, por favor, aqui,à Mesa, e também com uma salva de palmas. (Aplausos). Seja muito bem-vindo.

ENEL Distribuição. É porque é ANEEL é quem manda na ENEL, segundo a ENEL. Então, eu acho que dá até já para mudar o nome aqui da Concessionária Ceará de ENEL para ANEEL. Nós vamos ouvir aqui, hoje, tudo que acontece no Estado do Ceará a ENEL culpa a ANEEL. Culpa, é uma palavra minha, mas pelo que ela fala *arrodeadamente*, ela responsabiliza tudo à Agência Nacional, infelizmente. Eu gostaria mesmo é que ela assumisse a culpa e mudasse o formato de trabalhar. Mas é o que nós não temos percebido, infelizmente.

E, hoje, antes de passar aqui a palavra aos deputados e deputadas para iniciarmos já os nossos trabalhos, sem mais delongas, e hoje o que possa parecer a minha fala um pouco mais dura, mais firme, e hoje eu falei ali no Plenário também da Casa, o Deputado Felipe Mota também se manifestou nesse sentido, na verdade, eu aparteei a fala do Deputado Cláudio Pinho que trouxe um assunto. A minha fala mais dura e, talvez, com menos paciência, Deputado Guilherme, é de indignação, o de sentirmos até, muitas vezes, impotentes diante de tudo que a gente tem escutado de desrespeito da ENEL com o povo cearense, infelizmente.

Eu venhotentado, o Deputado Guilherme Landim sabe que essa nossa parceria, eu Presidente e ele Relator da Comissão que estudou o Contrato de Concessão, a gente sempre teve a responsabilidade, o zelo, o cuidado inclusive em colocar as palavras, mas, saturou. Não dá mais para a gente tentar, talvez, como a gente diz no vocabulário popular: Tampar o sol com a peneira. É generalizada a falta de respeito; as denúncias que estão chegando algumas já estão sendo apuradas e devidamente verificadas, e não dá mais para suportar. Ou a ENEL muda ou a ENEL se muda do Estado do Ceará. E repito, que venha outra empresa e não venha com os mesmos moldes da ENEL porque nós não vamos aceitar esse formato distante do povo, desrespeitoso com o povo, deixando a população mais precisada, mais sofrida lá na ponta, sofrendo ainda mais e pagando caro pelo um serviçode péssima qualidade.

Então, eu agora decidi, aí é uma decisão minha pessoal, de não medir mais as palavras, e de ser muito verdadeiro; e se a palavra parecer dura tirea palavra dura e coloque indignação, que esse é o sentimento que trago hoje para essa nossa terceira Reunião Deliberativa da Comissão. Tá bom?

Então, deputadas e deputados, já aqui com os nossos convidados, nós temos Requerimentos aqui também em pauta,que nós possamos deixar ou não, conforme vocês desejarem, para o final da reunião, para que a gente já possa aqui passar para as deputadas e deputados e, na sequência, fazermos aqui a nossa oitiva com o PROCON. A decisão é de vocês.

Os Requerimentos...são aqui 23 Requerimentos. E aí eu penso que o nosso objetivo central, hoje, da reunião é ouvi-los, mas a decisão aqui é do pleno.

Então, vou passar para as deputadas e deputados que queiram fazer alguma palavra inicial. Passo aqui para o Relator Deputado Guilherme Landim. Posso passar logo? Então vamos passar aqui então para a Valéria que vai se pronunciar aqui; apresentar o trabalho do PROCON em relação a esse trabalho que tem recebido sobre a ENEL. Após a apresentação da Valéria as deputados e deputados farão as suas indagações.

Então passo a palavra à senhora Valéria.

SR. DEPUTADO GUILHERME SAMPAIO (PT): Senhor presidente, só uma licença de vossa excelência para justificar previamente que hoje vou precisar me ausentar com um pouco de antecedência em relação ao final da nossa reunião, em função da necessidade de dirigir uma reunião partidária. Eu exerço o cargo de Presidente do PT Fortaleza e tenho essa responsabilidade logo mais.

E aproveitando a oportunidade, agradecendo aos nossos convidados pela contribuição que dão ao trabalho da CPI, compartilhar com vossa excelência, não houve tempo de protocolar, até porque o servidor responsável estava aqui já no apoio àComissão, três Requerimentos que nós vamos apresentar a vossa excelência posteriormente.

Um Requerimento que propõe o convite de um especialista em Direito Regulatório, para uma análise crítica do Contrato de Concessão; a elaboração e envio de um Questionário de Avaliação da Qualidade de Serviço Prestado pela ENEL aos diversos segmentos, para que a gente possa ter um balanço de avaliação pelos consumidores, quer sejam do poder público, da iniciativa privada, consumidores residenciais; e também a realização de diligências *inloco*, para nós colhermos depoimentos e verificarmos as situações relativas aos serviços que não foram prestados, e os impactos decorrentes dessa omissão por parte da ENEL. Muito obrigado a vossa excelência pela licença concedida.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Acolho os Requerimentos de vossa excelência e, posteriormente, colocaremos para discussão e votação. Já agradecendo não só a sua presença, mas a participação no trabalho dessa Comissão Parlamentar de Inquérito.

Antes de passarmos a palavra à nossa querida senhora Valéria,nós recebemos hoje uma resposta da ENEL sobre Requerimentos nossosprotocolados, dessa Comissão, protocolado na Agência Estadual, na verdade, na Concessionária. E aí, eu vou disponibilizar aqui para deputadas e deputados no grupo nosso da CPI, que nós temos também de forma digital, mas quem quiser impresso eu posso providenciar.

É interessante quando nós começamos a fala aqui, que nós falamos sobre a ANEEL, que nós pedimos à ENEL-Ceará que nos enviasse desde o início, do começo dos seus trabalhos aqui, no Estado do Ceará, o seu Plano de Expansão; o que foi expandido,o que foi investido. E já tínhamos mais de 15 dias que tinha feito essa solicitação, até então nenhuma resposta tínhamos tido da ENEL, e quando cobramos aqui, no Plenário, como num passe de mágica, chega à resposta aqui, na Casa do Povo cearense.

Mas vocês vão poder ler, e eu vou disponibilizar agora aí para vocês, mas bem aqui ela diz: *OPlano de Expansão, conforme demandado no Ofício em referência, apresentado por meio do Plano de Desenvolvimentoda Distribuição segue as orientações da ANEEL, da Agência Nacional.*

Ou seja, nada aqui, no Estado do Ceará, que é feito pela ENEL ela tem responsabilidade. Assim é o meu entender de tudo que a gente recebe da ENEL, seja em forma de documentoou seja na palavra dela, como foi na Audiência Pública aqui promovida pelo meu querido colega Deputado Fernando Hugo, uma solicitação nossa, naquela época.

Então, por issoque a gente demonstra muito indignação, porque o que nós queremos aqui, com muita responsabilidade, não é uma caça às bruxas. Ninguém aqui tem nada contra ninguém da ENEL, até porque nós nem conhecemos, não temos nem relação; temos até uma relação muito boa com um dos diretores que é o Osvaldo Férrer, que trata muito respeitosamente essa Casa, mas que, infelizmente, não tem autonomia de resolutividade. Não pode ele, talvez, até que não possa falar, mas também com a sua indignação resolver o problema da população.

E tudo que a gente tem falado, tem denunciado, tem mostrado, tem verificado a veracidade, e a resposta da ENEL é sempre colocando para uma possível responsabilização da Agência Nacional. O que nós devemos, ao passo do trabalho dessa CPI, cobrar da Agência Nacional explicações por todo esse arcabouço, digamos assim, de documentos e falas da Concessionária Estadual, colocando aí a culpa em tudo que acontece aqui no nosso Estado, na Agência Nacional

Então passo a palavra aqui à senhora Valéria para ouvirmos o PROCON.

SRA. VALÉRIA SOARES CAVALCANTE COLARES (PROCON): Boa tarde.Cumprimentando a todos na pessoa do Deputado Fernando Santana, todos os deputados. Boa tarde.

O PROCON Assembleia trabalha com os dados do SINDEC, trabalha com dados concretos das Reclamações que são feitas através da SIPRE e e-mails.

Então vocês receberam aí o resumo do que nós fazemos. Então, nós pegamos aqui desde 2015 a 2023 o apanhado das Reclamações e dos problemas de cobranças.

Então nós temos aqui em 2015: 2.009 Reclamações; 1.166 são de cobranças e 126 são de qualidade de serviço.

Em 2015 ela era a 4ª colocada em Reclamações no PROCON.

Em 2016 ela foi a 5ª colocada com 2.526 Reclamações; 1.396 são problemas de cobranças e 149 de qualidade de serviço.

Em 2017 ela foi a 4ª colocada, 2.689 de Reclamações; 1.666 são de cobranças e 642 de má qualidade do serviço.

Em 2018 ela foi a 3ª colocada, 3.567 Reclamações; 2.275 de cobranças e 225 de má qualidade de serviço.

Em 2019 nós tivemos o problema das duplicatas, das contas duplicadas. Então foi preciso fazer Audiência Pública aqui; o Deputado Fernando Hugo pediu uma Audiência Pública aqui porque era flagrante; vocês sabem que foi uma voz geral da população. E nós tivemos nessa época 10.211 Reclamações. Eles diziam que estava sendo cobrado o ICMS que não era devido, era do Estado e foi colocado errado, e, também, não tinha dado ao consumidor o direito de fazer parcelamentos. Então, através de Audiência do Deputado Fernando Hugo foi que a ENEL aceitou fazer o parcelamento. Então daí nós tivemos uma decisão na Audiência Pública, tá certo? 8.124 foram só de cobranças no ano de 2019, e a má qualidade de serviço 413.

Na pandemia 2020 também foi a 1ª colocada, 4.087 Reclamações; 2.272 de problemas de cobrança e 140 na qualidade de serviço.

2021 também era a pandemia, ela foi a 1ª colocada também com 2.860 Reclamações; 2.087 problemas de cobrança e 173 do serviço.

Vale salientar que na pandemia era difícil às pessoas fazerem as Reclamações, por isso que a baixa era muito grande. Nós ficamos trabalhando só no modo remoto. Então, por isso que baixou tanto as Reclamações.

Em 2022 foram 4.588 Reclamações; 3.542 são problemas de cobranças e 252 da qualidade de serviço.

Agora, em 2023, só agora até setembro nós tivemos 945 Reclamações,590 só problema de cobrança e 67 em má qualidade de serviço.

Aí vocês vão me perguntar: Valéria, o que é má qualidade de serviço? Aí a má qualidade de serviço, gente, você tem um medidor que está com defeito; tem a falta de energia, que hoje em dia vocês, pelo menos onde eu moro tem muita falta de energia, lá no Parque Del Sol; oscilação de energia; problema da rede de energia.

Então, você tem dois tipos de Reclamações, e são essas que são as cobranças, e aí vêm as oscilações, as oscilações de valores, a ausência de leitura, ou então o que eles chamam de Leitura Média; eles não vão à localidade e fazem a média dos 12 meses e cobram independente do que você consumiu. Tá certo.

Eu fico à disposição sobre o que é que vocês querem perguntar a mais. Porque, assim, os nossos dados são dados concretos. Então nós temos a CIP, que é a carta que nós fazemos atravésdo site ou do nosso e-mail.

Eu até peço a ele que coloque aí que eu trouxe para ficar público mais do que já é, porque nós divulgamos no site, na televisão e na rádio da Assembleia.

Então você tem a forma presencial que você faz através do Agendamento, que é através do site do PROCON, e o e-mail, você pode mandar o e-mail e nós resgatamos um e-mail, fazemos a Reclamação e entramos em contato com o consumidor.

A Assembleia se dispõe hoje, depois de tudo isso que nós fazemos e se não for resolvido, vai-se para a Audiência Pública; aAudiência Pública não resolvendo se coloca ao DECON, que nós temos um convênio com o DECON, e aí vai para a Justiça.

Estou à disposição de vocês.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Senhora Valéria, primeiro agradecendo à senhora, a sua disponibilidade e apresentação. Dizer que nas próximas semanas nós já estamos agendando também aqui uma oitiva com o DECON.O promotor, essa semana, estava com um compromisso externo e não pôde vir, mas já se disponibilizou, o Xerez, a vir. A próxima semana nós não poderemos porque acontecerá a Sessão Itinerante da Assembleia no interior, na cidade de Baturité, e na semana seguinte nós estamos marcando já a oitiva com o DECON.

Mas eu tenho aqui algumas perguntas à senhora Valéria, eu gostaria já de fazê-las, e passar aqui para o Deputado Felipe Mota, que está inscrito.

SR. DEPUTADO FELIPE MOTA (União): Presidente, o Guilherme vai ter que sair, eu cedi...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Pronto. Pode sim.

Eu vou passar aqui para o Deputado Guilherme Sampaio que ele vai ter que sair. Pois não, deputado, pode fazer.

SR. DEPUTADO GUILHERME SAMPAIO (PT): Presidente, muito obrigado aí pela preferência. Muito obrigado pela contribuição.

Nós observamos, pelo relato dos serviços de Defesa do Consumidor da Assembleia Legislativa, que a variação negativa das queixas, ou seja, o aumento de queixos da ENEL nos anos de 2019, 2020 são coincidentes com os demais índices de qualidade de serviços prestados pela ENEL registrados na ANEEL, todos aqueles índices que medem a frequência de problemas, o tempo médio de respostas, os índices de qualidade definidos para acompanhamento dos serviços das distribuidoras pela ANEEL caem radicalmente em 2018, 2019, 2020, 2021, isso coincide com o aumento de Reclamações aqui na Assembleia Legislativa.

A minha pergunta, doutora, era a seguinte: Nesse processo qual foi a atitude da ENEL no sentido de dar respostas às demandas apresentadas pela Assembleia? Como é que a senhora qualificaria a maneira pela qual a ENEL respondeu a essas questões, se posicionou diante das inquirições feitas pelo PROCON da Assembleia Legislativa diante desses problemas todos relacionados à qualidade do serviço?

SRA. VALÉRIA SOARES CAVALCANTE COLARES (PROCON): Deputado, nós temos a CIP. A CIP é feita através.... Primeiro nós temos o telefone, nós temos uma linha direta com eles, tá certo, e eles resolvem quando a coisa não é tão séria. Quando a coisa chega a ser um pouco mais séria a gente vai para a CIP, que é a Carta de Informação; eles têm dez dias para nos responder. Geralmente eles resolvem em dez dias. Mas, depois disso, se a coisa não...queeles não conseguem resolver nós vamos para Audiência. E na Audiência nós temos muitos problemas agora. O que é que está acontecendo? Nós não sabemos se é que eles vão sair; estão dizendo que vai haver um leilão. Mas eles não estão mais mandando o corpo técnico para o PROCON. Então nós temos vários problemas. Eles estão mandando os prepostos e os prepostos não têm, às vezes, autonomia para resolver. Então nós estamos tendo muitos problemas com a ENEL nas Audiências hoje, nas Audiências de Conciliação no PROCON.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Senhora Valéria...Obrigado, Deputado Guilherme Sampaio.Eu tenho algumas perguntas aqui, são até sempre parecidas, mas após a Reclamação feita pelo consumidor a ENEL costume entrar em contato com o PROCON para tentar resolver, solucionar ou algum esclarecimento?

SRA. VALÉRIA SOARES CAVALCANTE COLARES (PROCON): Sim, porque como nós temos a Carta eles têm a obrigação de nos responder, tá certo, então, com dez dias eles respondem.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Pronto. Sim. Então, e o retorno acontece dentro do prazo?

SRA. VALÉRIA SOARES CAVALCANTE COLARES (PROCON): Dentro do prazo sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Pronto. A minha segunda pergunta é dentro dessa. Após o retorno que ele dá do esclarecimento tem um prazo para ele solucionar o problema?

SRA. VALÉRIA SOARES CAVALCANTE COLARES (PROCON): Tem. Se eles não resolverem durante dez dias, tem um prazo de mais dez dias para resolver, tá certo, nós entramos em contato de novo, e aí sim vai para Audiência.A Audiência não resolvendo nós enviamos para o DECON através de um Parecer.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Tá. E a senhorasabe o índice de resolutividade?

SRA. VALÉRIA SOARES CAVALCANTE COLARES (PROCON): Nós só temos o índice de 50 a 60% na CIP, porque nas Audiências elas estão sempre em decorrência. Então você não tem ainda... Hoje nós não temos como medirqual é o índice de resolução na época da Audiência. No SINDEC nós temos de 50 a 60%, nós temos realmente como lhe dar esse número.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Porqueeu estou perguntando isso? Porque o que a gente escuta muito aqui é que Ordens Judiciais ela não cumpre. Se ela não cumpre Ordem Judicial já ao final, ou seja, determinada por um juiz, talvez ela não tivesse cumprindo nenhum tipo de pedido, ou esclarecimento, ou denúncia, qualquer coisa no sentido feita pelo PROCON e pelo DECON.

Seria a mesma pergunta que se há algum tipo de programa estabelecido?A senhora já explicou que há esse programa. Mas, enfim, eu me dou por satisfeito aqui com as respostas.Passo aqui para o Deputado Felipe Mota.

SR. DEPUTADO FELIPE MOTA (União): Valéria, boa tarde. Eu estou vendo aqui, você fez um informe aqui da CIP de dez dias para abertura do prazo, e a resolutividade entre 50 e 60%. Pergunta que eu te faço: Esses 50, 60%, vamos considerar que no ano de2023 já, vou colocar aqui mil Reclamações feitas no PROCON. Esses 50 a 60% que você coloca tudo isso aqui chega à CIP, essas mil denúncias vão todas para lá? O caminho, como é o caminho para isso aí?

SRA. VALÉRIA SOARES CAVALCANTE COLARES (PROCON): O caminho é o seguinte:O consumidor tem dois caminhos na Assembleia: tem o Agendamento que é através do site. Eu peço a ele para colocar de novo para todo mundo ficar atento e saber o site da Assembleia. No site do PROCON. Do site do PROCON, que ele dá entrada em toda documentação,ele vai e faz a Carta no próprio Agendamento, ele faz a carta. Na Carta eles têm dez dias para responder. Geralmente isso é resolvido na CIP, geralmente. Aí não foi resolvido na CIP, você faz o Agendamento da Audiência. E aí é que nós estamos tendo alguns problemas porque eles mandavam o corpo técnico, que era mais fácil de resolver, e agora eles estão mandando os prepostos, e os prepostos geralmente não têm como resolver porque eles não entendem a parte técnica. Tá certo?

SR. DEPUTADO FELIPE MOTA (União): Qual éo prazo dessa, digamos, o da CIP são dez dias, e para ocorrer essa Audiência demora mais ou menos o quê? Eles dão prazo ou não existe prazo?

SRA. VALÉRIA SOARES CAVALCANTE COLARES (PROCON): Dão uns 15 dias.

SR. DEPUTADO FELIPE MOTA (União): Quinze dias; além dos dez ou com os dez?

SRA. VALÉRIA SOARES CAVALCANTE COLARES (PROCON): Porque ele já tem dez dias é o que ele tem por lei, depois desses dez dias são 15.

SR. DEPUTADO FELIPE MOTA (União): Então nós temos aí, para um cidadão poder resolver, quase um mês, são 25 dias. Levando em consideração que isso aí não são dias úteis não porque senão vai dar mais.

SRA. VALÉRIA SOARES CAVALCANTE COLARES (PROCON): São corridos.

SR. DEPUTADO FELIPE MOTA (União): São corridos. Então isso é a primeira pergunta. O segundo ponto que eu queria perguntar: Quando ocorrido isso existe o retorno de algumas denúncias pra CIP? Já aconteceu com você de ter a mesma denúncia sendo feita no ano? Digamos uma pessoa que tem um problema com uma criança dependendo de energia por conta de um problema de saúde, um idoso, já aconteceu isso recorrente?

SRA. VALÉRIA SOARES CAVALCANTE COLARES (PROCON): Acontece, acontece demais.

SR. DEPUTADO FELIPE MOTA (União): E qual é a resposta deles em relação isso? Digamos, ele foi lá e desligou a energia de uma de uma família "X".

SRA. VALÉRIA SOARES CAVALCANTE COLARES (PROCON): Eles dizem que vão fazer análise técnica; aí voltam, resolvem, passa um mês e volta de novo. É complicado porque não existe a sensibilidade do outro.

SR. DEPUTADO FELIPE MOTA (União): É bem recente, como você disse, iam pessoas melhores preparadas para essas reuniões, os técnicos, para poder dar uma decisão logo ali. Ali ele já devia ter uma autorização até da própria empresa: Olha, até aqui tu...

SRA. VALÉRIA SOARES CAVALCANTE COLARES (PROCON): Agora eles estão mandando o escritório jurídico.

SR. DEPUTADO FELIPE MOTA (União): Agora está indo o escritório jurídico. Isso é grave porque atenta diretamente ao consumidor, atenta diretamente a um fato que o consumidor tem por direito de receber e ter esclarecido o serviço. Aí quando a ENEL faz isso aí, presidente, já é uma abertura para o Relatório de vossa excelência. O primeiro ponto do Relatório da tratativa que a Valéria está trazendo aqui do PROCON já está em aberto, porque a ENEL hoje está tratando o cliente como inimigo; ela está pegando o consumidor, o cliente dela e está tratando como inimigo: Olha, eu vou mandar o jurídico lá para intimidá-lo, por muitas vezes é uma pessoa simples, não detêm uma condição financeira por muitas vezes para isso, fica até intimidado quando chegauma pessoa de paletó. Então isso é um problema.

E aí eu já peço a vossa excelência que nós façamos isso aqui junto ao DECON, quando o DECON vir aqui, para nos informar porque nós temos que dar uma solução em relação a isso, e pedir que eles pelo menos voltem com os técnicos.Voltem com os técnicos para explicar essa coisa toda ou então dê um laudo, porque é aí onde está o problema. Essas empresas para darem alguma coisa escrita temem por conta das Ações Judiciais que podem surgir contra elas. Então se ela faz isso, manda o jurídico, o cliente também tem a obrigação de dizer que não quer ser atendido pelo Jurídico, que quer ser atendido por um técnico. E aí ela dá uma declaração, e o reclamante vai lá também e faz uma declaração para isso.

Então tem que terum meio técnico, tem que ter...infelizmente, no nosso país se nós não tiver um papel, um documento assinado por ambas as partes, Valéria, fica difícil de nós aqui deputados conseguimos mudar alguma coisa nessa legislação.

SRA. VALÉRIA SOARES CAVALCANTE COLARES (PROCON): Deputado, as Audiências nossas quando não são resolvidos nós fazemos um parecer e vai direto para o DECON, tá certo. Hoje está sendo tudo por forma virtual. Então é tudo mais rápido, tá certo?

Outra coisa. A população tem que também tomar conhecimento que nós fazemos as Reclamações por e-mail. Eu gostaria que ele colocasse os e-mailsda Assembleia que fica rápido, fácil. Geralmente as pessoas doentes, pessoas que não podem vir à Assembleia podem fazer por e-mail, e é muito rápido.

SR. DEPUTADO FELIPE MOTA (União): Parabenizo o seu trabalho. Mas eu sei que existe um vício da própria companhia em não dar o atendimento ao cliente. Se você colocasse o SAC, que é o Serviço de Apoio ao Cliente, teria que ser o mesmo SAC sendo que presencial, é o normal para você atender o cliente. Tem um problema, você chega numa loja de celular, você vai procurar assistência técnica; chega numa loja de veículo, você vai procurar a assistência técnica mecânica, aí quer dizer que, porque é a ENEL vai mandar um escritório jurídico para poder deixar o nosso povo nas cordas, achando que podem calar porque nós somos maiores. Então isso tem que ser uma preocupação diária nossa.

O seu trabalho está sendo perfeito.Estão aqui às informações já escritas e prescritas de como nós temos que fazer. Agora, a ENELprecisa acordar, nós todos, inclusive eu, sou um cliente e não gostaria de ser atendido assim como eles estão atendendo as pessoas mais simples que já vem com problema, por muitas vezes, dentro de casa. Estou dando um exemplo aqui de uma pessoa com problema de saúde porque é notório nós vemos essas entrevistas, essas Reclamações.

Mas gostaria de parabenizar aqui a vossa excelência Deputado Fernando e à querida Valéria pelas informações.

SRA. VALÉRIA SOARES CAVALCANTE COLARES (PROCON): Eu queria também esclarecer que nós no PROCON estamos à disposição para quaisquer outras informações que vocês necessitarem, tá certo, porque os nossos dados são concretos. Esses dados aqui são concretos porque são do sistema do Ministério da Justiçado SINDEC. Estamos à disposição.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Eu agradeço muito a senhora Valéria.

Vou passar aqui a palavra àDeputadaGabriela. Mas,antes, só pegar um gancho do que o Deputado Felipe Mota falou, e ele tem toda razão, têm outras e diversas empresas que têm Reclamações. Aqui eu acho que precisamos conversar com a população muito jogo aberto e olho no olho.Está aqui, são diversas Reclamações; tem inclusive da Companhia de Água do Ceará, a Cagece. Mas sabe qual é a

diferença da Cagece para a ENEL? ACagece tem um ponto físico e um funcionário para atender a população. Isso é respeito para com a população.

Reclamar, nós vamos ter Reclamação, evidentemente, até porque a água é um serviço essencial; faltou? A gente fica preocupado, fica angustiado. Mas se você for lá tem uma agência física com funcionários para lhe atender, com técnicos para dar orientação, para ir lá visitar imediatamente tentar solucionar o problema. E a ENEL não tem. Está esclarecido aqui pelo PROCON que a ENEL envia um escritório de advocacia, como diz o Deputado de Felipe Mota, e aí chega lá uma pessoa de gravata, de paletó; e muitas vezes, quem está lá é o consumidor que vai para uma audiência dessas e se senteintimidado pela presença de um advogado, talvez até a denúncia, até a reclamação, até a queixa que ele for fazer ali ele diminui muito no seu vocabulário até por medo, por receio do que tem do outro lado da mesa. Isso é um absurdo, porque o consumidor quer conversar é com o técnico, para o técnico dar uma orientação ou ir lá à sua comunidade, sua casa, sua empresa, para tentar solucionar o problema.

SRA. VALÉRIA SOARES CAVALCANTE COLARES (PROCON): E para nós na Audiência ela dificulta muito porque não há resolução na hora, porque o técnico não vai, o advogado não tem, não sabe, ele não é um técnico, ele não sabe resolver, e vai para o DECON, porque aí nós vamos fazer um parecer e vai para o DECON.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Então está claro, o advogado vai lá empurrar com a barriga e o consumidor que sofra.

Passo a palavra à Deputada Gabriela Aguiar.

SRA. DEPUTADA GABRIELA AGUIAR (PSD): Boa tarde a todos. Agradecer à Valéria ao trabalho, grande trabalho que o PROCON faz aqui, na Assembleia Legislativa, na Casa do Povo, ao Deputado FernandoHugo, e agradecer os esclarecimentos que foram prestados aqui.

Eu gostaria de saber, assim, se a gente tem uma porcentagem de dados mesmo do que a gente consegue resolver com a ENEL de maneira administrativa, e quantos dessas pessoas que procuram PROCON precisam entrar na Justiça?

SRA. VALÉRIA SOARES CAVALCANTE COLARES (PROCON): Nós temos esse dado, é um dado de 50 a 60% pela Carta, que é a parte que nós fazemos através do site e do e-mail. Por quê? Porque são dados do SINDEC, são dados reais. Eles são dados em que as pessoas chegam ao PROCON fazem a Reclamação, traz a documentação e nós damos a resposta, tá certo, é de 50 a 60%.

Assim, para o que nós queríamos não é um índice alto. Na verdade, em outros ambientes no PROCON nós temos talvez90% de resolução.

SRA. DEPUTADA GABRIELA AGUIAR (PSD): Era essa a dúvidaque eu ia tirar. As outras como a Cagece e os outros que estão aqui têm um índice maior de resolução administrativa?

SRA. VALÉRIA SOARES CAVALCANTE COLARES (PROCON): Sim, inclusive porque a Cagece nós temos uma linha direta também com a Cagece que resolve. E muitas vezes vai ter o corte, aí nós mandamos um Ofício e eles suspendem o corte até ser resolvido.

SRA. DEPUTADA GABRIELA AGUIAR (PSD): Muito obrigada, Valéria.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Passo a palavra ao colega Deputado Guilherme Landim.

SR.RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): Boa tarde,Presidente Fernando, deputadas e deputados. Boa tarde, Valéria. Boa tarde também senhor Erildo.

Eu já me sinto contemplado aqui, as perguntas que tinha para fazer à Valéria em nome do PROCON já foram respondidas.

Só queria fazer aqui um breve comentário, colaborando com que os deputados e deputadas já falaram, que cada oitiva que nósacompanhamos aqui na CPI, cada documento que nós recebemos deixam claros para todos nós, deixa muito claro para todos nós que a ENEL não tem mais nenhum interesse em permanecer no Estado do Ceará, nem prestar um bom serviço para o nosso cidadão cearense.

Todos os dados que nós trouxemos aqui que foram auferidos pela ANEEL ou pela a ARCE demonstram justamente o que a Valéria e o PROCON Assembleia acabaram de trazer, que ao longo dos últimos anos o serviço da ENEL vem piorando consideravelmente, e não é feito nada por parte da ANEEL.

Como nós vimos na reunião anterior, aARCE colocou quase 60 milhões de multas e a ANEEL faz é baixar essas multas, passar a mão na cabeça da ENEL. E, além disso, também recebemos hoje, aqui, o que já havíamos recebido de denúncia de muitas empresas e muitas pessoas, que a ENEL terceiriza agora as tratativas para justamente amedrontaro cidadão cearense, para dificultar a chegada à resolução dos problemas.

Essas mesmas empresas, Presidente Fernando, que vêm para cá para fazer essas Audiências de Conciliação são as mesmas que ligam para os consumidores ou para as empresas, fazendo cobrança, e quando elas ligam, assim:*É do escritório fulano de tal, assessoria jurídica de cobrança da ENEL, estamos ligando antes de entrar com processo judicial.* Sem direito a defesa, sem absolutamente nada, intimidando, intimidando.

Então demonstra para todos nós de que há pressa, Presidente Fernando, há uma pressa muito grande, porque essa empresa já vem maltratando o cearense, e depois que ela resolveu, depois que essa Casa, o Judiciário e a sociedade cearense se juntou para dizer que *não aguentava mais*, ela já chutou o balde e não quer mais dever nenhum tipo de satisfação ao Ceará. Então é preocupante, e importante que a gente aja o quanto antes.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTNA (PT): Muito bem, deputado. Deputada Lia Gomes. Satisfeita? Então, eu acho que com a nossa querida senhora Valéria, do PROCON, fizemos aqui as nossas indagações; parabenizá-la pelo trabalho. Pedi, se puder, fique aqui conosco que podemos precisar fazer mais alguma pergunta.

SRA. VALÉRIA SOARES CAVALCANTE COLARES (PROCON): Estou à disposição.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Muito obrigado.

Vamos passar ao senhor Antônio Erildo Lemos Pontes, que é Presidente do Conselho de Consumidores da ENEL Distribuição-Ceará (CONERG), um Requerimento do colega Deputado Guilherme Landim.

Eu quero já agradecer a sua presença aqui conosco, e já passo a palavra a vossa senhoria.

SR. ANTÔNIO ERILDO LEMOS PONTES (CONERG): Boa tarde a todos. Inicialmente o meu boa tarde especial ao Presidente dessa Mesa, oDeputado Fernando Santana. ao vice-presidente Guilherme Landim que saiu, e os demais que fazem essa Mesa.

Dizer que vocês vão ouvir agora uma palavra um pouco menos técnica, vocês vão ouvir um Engenheiro Agrônomo, graças a Deus, com muito orgulho aqui no Ceará, representando a Federação da Agricultura.

A gente conhece de certa maneira os problemas da empresa localpelo tempo que a gente está envolvido com esse tema do Conselho de Consumidores. Eu teria uns dez minutos para falar aqui? Eu posso fazer uma historinhatambém, deputado, permite?

Então, assim, o tempo que a gente convive com os problemas da empresa local talvez nos credencie a falar de forma um pouco mais profunda sobre isso. Eu sempre representei a Federação da Agricultura do Estado, e lá é um Conselho que é um pouco diferente do modelo dosDECONs, dos PROCONs que atendem no varejo, nós atendemos mais no atacado.

No começo dos anos 90, 93, saiu àLei das Concessões para qualquer serviço público: água, telefonia e energia elétrica, que é o que cabe essa tarde aqui. E lá previa que dentro do seu seio, das empresas que foram para a Concessão tem que ter um Conselho de Consumidores que represente as

classes que lá estão representando. E no caso da energia elétrica são cinco Conselheiros; tem um rural e, naturalmente, ancorado a uma Entidade, já que nós representamos classes de consumo e não consumidores como faz bem o DECON, como faz bem os órgãos de defesa.

Então, o rural é a Federação da Agricultura; o industrial é a Federação das Indústrias; comercial é a Associação Comercial, o ente mais antigo do comércio do Estado; a parte residencial, a preferência é que a Resolução sugere é que seja de pessoas mais carentes, daí então é a Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza, mas tem ramificações no Ceará, segundo ela tem mais de 600 Associações ligadas; e o cliente poder público representado pela própria Secretaria de Infraestrutura, a SEINFRA. Então, são cinco classes que lá representam. E por alguma razão eu estou atualmente Presidente e já faço isso há algum tempo, vou e venho de acordo com as Resoluções, e defendendo com muita satisfação a Federação da Agricultura.

Alguns distribuem sopa, vão na rua, dão amparo a coisa, e eu preferi atuar nessa área, já que é um trabalho voluntário, nósnão recebemos absolutamente nenhum centavo por isso.A Resolução deixa muito clara esse detalhe, e é bom que eu frise aqui sobre isso.

Mas assim como suas palavras, deputado, na sua fala, você deixou uma coisa que me marcou muito quando você me disse que *a empresa ENEL não temclientes*. Eu digo isso já há muito tempo. Que bom que eu estou recebendo uma voz de autoridade semelhante a minha, já que eu não tenho muito poder de decisão. Mas ela tem esse modelo que ela trata o cearense ela trata como quatro milhões de consumidores que trata no varejo de todo mundo mais ou menos igual, e se alguém tem uma demanda mais urgente do que outro, isso é uma dificuldade muito grande para ser atendida.

Esse Modelo de Concessão, depois que a nossa Coelce, a nossa Coelce que a gente tem que falar com orgulho, depois que a nossa Coelce passou a ser explorada por terceiros, por estrangeiros, ela tem três fazes muito clara.

Em 98 houve exatamente, e na época o governador hoje senador Tasso Jereissati, houve exatamente a venda da ENEL, a transferência, aquele um bilhão que a gente viu falar por aí muitas vezes, e houve a transferência para ela, ficaram alguns compromissos num lado e de outro. Mas o primeiro grupo que esteve aqui, um grupo liderado por chilenos, esse grupo de alguma maneira ele não enxergava a gente aqui como alguém com competência para levar o serviço.

Eu queria das minhas primeiras palavras dizer, assim como o nome que o senhor citou Osvaldo Férrer, que eu conheço muito bem, existe uma quantidade grande de colaboradores nessa Casa, que

ainda permanecem, dá mais alta qualidadede competência para atuar em qualquer empresa de distribuição nesse país.O grupo daqui é extremamente competente.

Eu queria dizer isso porque eu vou usar de algumas palavras mais pesadas, mas queria dizer claramente isso, que talvez parte deles entenda que o que eu digo assim como a sua indignação nas suas palavras iniciais as minhas também estão fortes, e eu estou aqui acolá perdendo também aestribeira e deixando de tratar simplesmente como um tema disso, e dizendo que talvez quem ganha o salário aqui da Companhia não posso dizer, porque quem está aqui com o seu salário se ele disser alguma coisa que desagrade ele será trocado provavelmente por alguém de salada inferior, para fazer o dobro do que aque ele faria.

Então, isso é uma casa que a gente vem acompanhando, no modelo que tá aí, talvez não só da ENEL, mas de outras também, pelo modelo empresarial que, às vezes, precisa de alguma maneira mudar e precisa de uma fiscalização mais eficiente como o senhor bem citou.

Então o modelo chileno veio aqui e provocou alguns desastres aqui dentro da Companhia, algumas mudanças não só desses 138 mil que o senhor citou no início, foi citado de mudança de categoria, mas houve mudanças muito graves, e aí chegou ao ponto da Agência na época dizer: *Ou vocês corrigem imediatamente esse problema ou vocês perderão a Concessão.*

Aí entra a fase dois da Companhia. Isso por volta do ano 2000, 2001 quando houve esse desastre. A multa naquela época foi nove milhões e 700 mil reais, quase dez milhões de reais. Eu já estava no Conselho e percebendo que a multa atingia os consumidores do Estado, percebendo isso a gente fez uma solicitação. *Bom, se o dinheiro é uma multa por cearenses prejudicados porque a gente não devolve o dinheiro para os cearenses em benefício do prejuízo que eles tiveram?* E nós construímos cinco projetos, inclusive com o PROCON, que era uma Cartilha que naquele tempo já estava nascendo o Direito Consumidor, que a gente pudesse fazer uma multiplicação, e construímosseis projetos. O DECON não tinha assento, mas também teve direito.

Então, para a indústria era sobre a eficiência de motor; para o rural era reativação daquela usina que tem lá no Arara Norte, na Varjota, que tem a usina da Chesf para gerar energia e ajudar naquele perímetro, e gerar energia, ser parte da energia do pessoal; industrial era sobre troca de motores; o comercial tinha alguma coisa sobre a eficiência, e cada classe tinha alguma coisa.

E na Resolução permitia, a Resolução 138 da ANEEL. E o que é que aconteceu com o ANEEL? A ANEELdescobriu, diante da nossa pressão,pressão, vamos lá, vamosresolver! Não deixa esse dinheiro correr para dentroda União misturar com os outros que ele nunca mais volta. Ele cai naquele saco

comum, naquela vala comum, - olha os meus termos de agrônomo, – e aí pelejamos, e a ANEEL descobriu que ela tinha dado direitoaos Conselhos de fazer que não tem personalidade jurídica. Como é que eu posso administrar recursos se eu não tenho personalidade jurídica? E aí saiu a menor Resolução da ANEEL puxada pelo Erildo, foi uma Resolução de duas ou três linhas dizendo que *os Conselhos não poderiam fazer a função de administrar recursos dessa forma.*

Então esse recurso caiu no bolso da União e os produtores cearenses, qual foi o benefício que veio? A ANEEL colocou lá uma imposição para o grupo que explorava e naquele tempo o grupo tinha mistura, mas quem estava aqui realmente eram os chilenos; ou eles faziam uma modificação ou perderia a Concessão.

E aí veio da Espanha, entra a fase dois dessa minha história, que veio um cidadão da Espanha, Manoel Camacho, que três meses se transformou a ENEL na melhor empresa do país. O que ela era antes como estatal, e aí nós estamos falando no período da Concessão, o período da exploração pública. E aí voltou essa empresa e ele veio com carta branca para tomar decisão aqui na Barão de Studart, ali onde temos a antiga Coelce, e tomou decisões e decisões corretas, e deu crédito para quem estava aqui; foi quando algumas pessoas do Estado assumiram posições de destaque, alguns deles o Dr. Nunes, e a empresa cresceu de tal maneira que foi, depois disso, não sei se a partir de 2003 ou 2004, ela foi seis anos consecutivos a melhor empresa do Brasil em todas as avaliações, exemplo para qualquer outra, qualquer modelo, virou um modelo para o Brasil. E durante onze anos essa empresa se tornou a melhor do Nordeste.

Todo esse período muito bom, as coisas andando naturalmente com as cobranças, há sempre a necessidade de melhoria. O grupo no começo aí dos anos, da segunda década, já em 2010/2012, 2012 para cá comprou, foi passado à maioria da ENDEZA que foi adquirida pelo nosso grupo italiano. Era um grupoque não era tão muito grande em nível de mundo, era dona da Itália e por ali uma coisinha, mas começou a crescer muito explorando aqui a nossa América do Sul. E o Brasil o grande destaque, adquirindo lá a Ampla no Rio de Janeiro que virou e Anavile adquirindo aqui a do Ceará, mais recentemente adquiriu a empresa de Goiás e depois a de São Paulo.

E aí você tem todos os modelos em quatro distribuidoras grandes. Bom se nós somos competentes pelo menos em algumas vamos ter dificuldade. Mas vamos pegar aquela de melhor exploração, que é uma empresa de boa exploração fácil de gerir é uma empresa compacta. Para que empresa melhor do que a empresa de São Paulo em que você tem uma densidade demográfica excepcional em termos do número de cliente, quer dizer a mesma rede atende milhares de clientes, é só

um reforço de rede, não é uma empresa como Goiás que você tem uma densidade muito espalhada, muito campo, muito problema no campo, muito produtor querendo irrigar e a energia do campo sempre é muito ruim. Esse grupo começou a fraquejar de tal maneira que nem São Paulo, nem Ceará, nem Rio de Janeiro, nem Goiás, nenhuma das quatro empresas tiveram qualquer posição de destaque nesses últimos anos no Brasil.

Então não é questão de dizer que é aquela outra dificuldade. Eles estão com o filé. A carne de segunda todas elas com a mesma dificuldade.

E aí deputado, ao final eu queria lhe passar, se o senhor aceitar, este documento. Este documento nós fizemos associados a alguns anos de experiência de acompanhamento do problema lá da ENEL, e nós mandamos exatamente para o senhor do grupo que chama Nicola, fica lá em Niterói. E por que nós mandamos esse documento? Porque nós percebemos, - algumas palavras que eu estou dizendo são palavras minhas e algumas do nosso colegiado, - algumas vezes eu estou colocando por mim, mas todos conhecem a minha posição lá nas reuniões mensais que temos lá no Conselho, e faltou dizer como funciona.

Sentindo aquilo que o senhor falou antes, de queas decisões aqui em Fortaleza são extremamente limitadas, qualquer coisa maior que não se decide aqui em Fortaleza, e os colegas aqui não pode dizer isso nem assume que isso existe. Mas eu como Presidente do Conselho e fui escolhido para sentar na cadeira, eu olho no olho e digo: *Você não toma decisão nenhuma aqui.* A forma como você trata o nosso cliente no que chama Obra, o que é uma Obra dentro da ENEL? Talvez todos saibam, mas eu vou só reforçar aqui para quem está ouvindo.

A partir do momento que eu vou ligar uma casa, uma rede, um comércio ou uma indústria que necessite pelo menos um poste, isso é uma obra. Quando eu ligo só àquela ligação da rede direta para uma casa é uma ligação comum. Então a ligação com obra, que é o grande problema, o grande gargalo do problema a partir do momento que você precisa disso, começou a ver um atraso, um crescimento muito grande dessas obras de atraso, e atrasos que chegou à época de ter 15 mil obras em atraso, 15 mil obras, tipo assim, umas oito mil dentro do prazo e mais outras nove faltando.

E entramos em alguns compromissos com essa Companhia, nós entramos como Conselho, mas os compromissos são feitos com os agentes que são esses aqui é a ARCE aqui, no local, e a ANEEL lá em Brasília. A ARCE aqui é uma subcontratada. Vá fiscalizar o assunto do problema lá! Se ela vir outra coisa mais diferente ela não age, porque ela só recebe para aquele específico, para aquele tema específico de fiscalização e cada dia está mais restrito isso.

O que acontece é que a qualidade do serviço caiu, caiu, caiu, caiu. E eu estou convivendo agora ou é o terceiro ou é o quarto Acordo que esse grupo faz com a ARCE, com a Agência Nacional a ANEEL, em que agora, 31 de setembro deverá estar com o *aceitável* no mercado na média daANEEL que seria 95 das obras em diae 5% mais ou menos de obras fora dos prazosregulamentares.

Eu sinto muita dificuldade, às vezes, em aceitar que às vezes as dificuldades são muitas vezes colocadas, isso dá prazo para a empresa, colocada na culpa no ente ambiental.

Todos conhecem aqui a Lagoa do Uruaú. A lagoa do Uruaú está lá e é uma APAé um ambiente todo protegido, cheio de restituição. Mas tem uma pessoa que procurou e já está aí há muitos meses pelejando para fazer uma ligação, depois eu posso lhe mostrar no painel, uma rede que passa ao lado. A ligação para o coisa é questão de três metros; se eu não quero usar essa, do outro lado da rua tem passando uma 13.8 que a distância é 15, e a empresa diz que *tem que ter uma Licença Ambiental.* Eu perguntei para o órgão ambiental, e o órgão ambiental: *Não. Ele pode pediruma liberação de não precisar dar Licença*. Mas não existe boa vontade da empresa em ajudar o cliente.

Eu pergunto para o Regulador Agência Nacional, e mostrei para a pessoa envolvida com esse nível de análise, e ele disse: -*Erildo, não existe nenhuma restrição ambiental, quem diz é o local*. Isso está rolando há vários meses.

E quantos clientes a gente tem que nos procuram pelo fato de a gente ser presidente, e chegam lá e a gente não tem resposta. E para mim é muito claro o que está acontecendo, é que há uma centralização nas decisões, então nós vamos soltando a obra para as Distribuidoras, para as empresas terceirizadas a conta gota.

Porque alguns meses estavam faltando um percentual menor e a empresa já estava demitindo grupos de colaboradores? Cada equipe, eles chamam de equipe, são, salvo engano, seis ou sete homens que saem para uma missão de fazer uma ligação e tal, tal. Dois meses atrás, antes de atingir, nós estamos em setembro, três meses atrás, em junho, nós temos reuniões, deputado, lá, mensal, toda segunda e quinta-feira do mês é uma reunião, aResolução diz que tem que ser seis por ano e nós optamos fazer doze, uma a cada mês. E aí quando você está lá conversando com eles, eu digo: Porque você quer colocar a empresa daqui a quatro meses, três meses que faltava para setembro,foi na reunião de junho, com 95 de obras, porque você está demitindo turma agora? Porque você não consegue, se você tem boa vontade, porque você não faz isso em agosto e depois demite? Porque você não faz isso em junho? Tem que esperar setembro? Porque vocês não dão um crédito para nós já que os outros planos não foram cumpridos? Aí você entra na história da Agência Reguladora que ela pode ser cúmplice disso.

Eu também tenho as minhas restrições àAgência Nacional, e tenho exemplos claros de situações em que a ANEEL, em que a balança da ANEEL trabalhou em favor da Distribuidora. Ela não foi fiel. Ela trabalhou. Eu cito já um exemplo. E tenho conversado e ANEEL sabe disso, sabe disso que eu tenho colocado.

Existe uma coisa que acontece todo ano, e nossa data aqui de aniversário é 22 de abril, fácil de decorar, que a história diz que foi o descobrimento do Brasil, mas 22 ficou na nossa história desde que a gente estuda, e aí, a cada quatro anos tem uma revisão geral de tudo, e a cada ano aquele reajuste anual. Esse ano foi uma revisão. E nós no compromisso de defender os clientes fomos até à ANEEL no dia do batimento do martelo, no dia que ele define qual o percentual médio será aplicado.

Estiveram aqui em Fortaleza, deu uma média de 3,05, numa audiência que houve lá no Sebrae, e quando nós chegamos à ANEEL esse valor estava próximo a quatro. Por que você está aumentando para quatro? É porque em novembro e dezembro de 2022 entraram muitos consumidores da GD, e aí nós tivemos que fazer a conta em cima desse monte de gente que entrou. Digo: -*Não, mas você tem uma Cartilha, tem umProret (Procedimentos de Regulação Tarifária) que diz que a média de entrada de consumo para efeito do cálculo de reajuste é em cima dos últimos 12 meses e não do último mês.Está dito por você na sua bíblia que é oProret. E você vai usar isso por quê?* Isso foi mais 65 milhões na conta dos nossos consumidores, de última hora.

A ANEEL bate o martelo, mas ficou lá o registro e ainda está lá para eledefender pra gente, está lá um processo da nossa parte, e como Conselho eles têm que acatar para dar um retorno sobre isso. E tem outros anos em que já houvecoisas que a gente precisa disso.

A cúpula do setor eletro nacional pula muito de cadeira, hora está no ministério, hora eu estou não sei o quê, hora eu estou dirigindo uma empresa, hora eu estou numa ANS, hora eu estou no CCE, mas são pessoas que ficam lidando e trabalham muito em nível da cúpula.

Então nós precisamos voltar ao tempo do espanhol, que a empresa foi grande, a empresa é muito boa de administrar, mas infelizmente decisões centralizadas. Eu coloco aqui só um exemplo que nos incomoda muito, e nós temos esse calo lá dentro da Agência Nacional, e ela está tentando resolver e a empresa que não abre mão. Eu não aceito, eu não posso admitir que alguém me justifique fechar uma Loja de Atendimento no Conjunto Ceará. Eu não posso admitir que uma empresa arranje qualquer justificativa para fechar uma Loja de Atendimento no Conjunto José Walter. Qual a razão lógica para isso? Na pandemia, fecharam.

Eu me posicionei claramente com a ANEEL e disse: Por que você dá tanto apoio numa Loja aqui na Aldeota, por trás do Center Um, e que quem mora no Center Um ali, muitas vezes, já tem o seu computador e faz tudo isso quase de casa. E nós pegamos um conjunto numa região que é muito horizontal, não tem prédio no José Walter, não tem prédio no Conjunto Ceará, residencial tipicamente; se tem um comércio forte é porque as pessoas realmente, o cearense gosta de trabalhar, e a crise levou a isso. Muita gente teve que se virar fazendo um pastel, vendendo alguma coisa na porta de casa para sobreviver, é natural, mas o Atendimento de se deslocar de lá para vir para a Aldeota, para ir paraParangaba, para ir paraMessejana?

Então nos argumentaram algumas vezes que tinha um Estudo. Eu nunca recebi, o Conselho nunca recebeu esse Estudo. E hoje nós estamos aguardando a ANEEL se posicionar. Nós queremos e achamos que os clientes daqueles dois bairros merecem isso.

A classe rural que eu representotem tido bastante dificuldade. Eu tenho inúmeros casos de atrasos e atrasos significativos. O que mais me incomoda, deputado, e me incomoda muito, e eu não gostaria de estar sentado na cadeira, porque o Seu Manoel que tem um terrenozinhoem Aiuaba, perdão de citar um exemplo, mas eu queria citar um exemplo na distância e na dificuldade, mas nada relacionado com qualquer coisa, precise às vezes encontrar ajuda de um Presidente de um Conselho para que a energia chegue lá. Etêm muitos casos como esses.

Semana anterior eu estava com uma pessoa que cria camarão naquela região ali perto de Itaiçaba, e o cidadão passou sábado, domingo, segunda, terça, quarta sem energia, criando camarão sem energia é... algumashoras sem aração no camarão você sabe que morre. Não precisa ser um técnico para saber que aquilo ali não é à toa que tá funcionando. Eo resultado é que nós fizemos uma interferência na quintaestava desde sábado sem energia, na quinta o carro estava lá. Eu digo: *Mas não precisa ser dessa forma. Eu não quero ter esse papel!* Esse não é o meu papel! Nós não podemos ter tratamento diferente para as pessoas porque eu sou o Presidente do Conselho, que é uma autoridade muito pequena, mas porque eu sou e tenho acesso privilegiado o cidadão ser atendido. Não pode ser dessa forma. Vamos tratar o pessoal desse jeito.

Outro dia tinha aquiuns postes na Paraipaba, ali pertinho de um cliente rural também, uma pessoa muito conhecida, os postes estavam no último ferro, ferrugem comendo, uma rede de 13.8. A pessoa já tinha feito, deputado, 20 Reclamações, e mandou para mim essas Reclamações, e eu apresentei lá,e com uma semana depois resolve o problema. Não está certo isso! Eu não posso aceitar que eu precise interferir porque não é o meu papel.

Por isso que eu digo: A empresa poderia olhar para as pessoas como consumidores, atendendo a demanda da pessoa,a vontade e, principalmente, o setor carente. Nós dependemos muito. Nós temos um setor primário muito pungentequerendo produzir, querendo funcionar, e fica uma dificuldade que você não imagina a dificuldade, e sempre tem uma culpa no meio ambiente.

Eu tenho certeza que, e eu interajo muito com o órgão ambiental do Estado, o órgão ambiental do Estado Ceará talvez seja um dos que esteja mais avançado; avançou, tem muita coisa que se resolve sem ir lá, vai pela internet se faz lá. Há muita boa vontade do órgão ambiental, mas a Companhia eu sinto que ela precisa mudar.

As minhas palavras aqui são palavras assim de querer contribuir. E quase encerrando, eu queria dizer seguinte: Eu estou com uma esperança de conhecendo essa história, porque, assim, as pessoas que tomam decisão elas são pessoas que, às vezes, precisam de mudança. Eu soube de forma, por algumas amizades, que em nível de Itália onde tem lá a pessoa que toma a decisão houve uma mudança. Isso nos traz uma esperança de que essa mudança, esse cidadão que lá na Itália assumiu o grupo passe a enxergar diferente, tenha outras estratégias, outra forma de tratar, outras diretrizes, dizendo melhor,em nível maior, para que as empresas relacionadas com o grupo possam ter uma posição melhor e possam melhorar o serviço. Afinal de conta o Ceará é um estado considerado universalizado, e todos os clientes que tem pedir tem que receber essa energia num prazo curto.

Colocar uma Resolução debaixo do braço para justificar ao cidadão que está precisando de energia, eu acho que não é um argumento que mereça fazer com isso. A empresa precisa realmente mudar. Acho que quem está ouvindo a gente aqui na TV Assembleia, alguém que seja colaborador da ENEL vai entender que as minhas palavras não querem atingir particularmente ninguém. Mas é da defesa realmente de nós como cearenses que tanto merecemos um tratamento melhor. Tanto que queremos crescer e, às vezes, esse impedimento é feito às vezes dentro da casa e poderia agir diferente.

Eu tenho absoluta certeza que poderia haver mais boa vontade.Eu já disse para a empresa: Podia ter um grupo para estar sanando esses problemas mais urgentes e não tratando tudo igual, porque essa forma de gerir está dando que dá. Essa insatisfação que a gente conhece do cliente, se você perguntar há insatisfação de todas as classes. E nessa Casa, seguramente, passa muito disso. A insatisfação é muito global.

E queríamos muito estar batendo palmas aqui, deputado, eu queria muito estar batendo palmas. Eu sou muito franco, muito sincero, e digo para eles: Na hora que vocês atingiram alguma coisa melhor do que estão eu serei o primeiro a aplaudir. Agora, por enquanto, mostrem crédito, porque vocês estão

um pouco sem crédito para a gente defender alguma coisa. A gente precisa de melhorias. E tenho certeza que o grupo podia fazer melhor em vez de só olhar a gente como mais um número. Eu queria que visse individualmente cada um como cliente. Eu me sinto muito, muito mal quando eu resolvo um problema de alguém. Satisfeito pela solução, mas insatisfeito porque eu não queria estar nessa posição para isso.

Obrigado. Eu espero que tenha contado um pouco da história, e perdão se eu me alonguei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT):Não. Foi excelente a sua fala, Seu Antônio Erildo, eu quero agradecer.

Passo aqui a palavra para o colega Deputado Guilherme Landim. Antes de passar,Deputado Guilherme, só fazer duas observações aqui sobre a fala do senhor Erildo.

Primeiro, Seu Erildo, essa sua fala dessa mudança de alguém lá na Itália que possa conduzir a empresa mundo afora, tomara que esse que assumiu seja cearense para sentir um pouco da dor que nós estamos sentindo aqui. Porque o que eu tenho percebido é que a ENEL só visa o lucro. Aí é a minha a minha observação do fechamento dessas Agências que vossa senhoria citou, é porque ela só visa lucro.

Eu vou falar aquio que eu falei, hoje, no Plenário da Casa, e deixar claro que é uma denúncia, nós precisamos apurar essa denúncia. O Deputado Felipe Mota me ouviu hoje, pela manhã. (Deputado Agenor Neto, seja bem-vindo). Nós não queremos aqui cometer qualquer ato de irresponsabilidade de condenar quem quer que seja ou à própria empresa sem apurara denúncia, mas é uma denúncia grave.

E aproveitando a sua presença aqui do Conselho dos Consumidoresda ENEL, dizer para o senhor que a denúncia que eu tenho, é que um tempo atrás a ENEL aqui, no Estado do Ceará, comprou equipamentos para fazer a manutenção, e aí a pessoa nos deu um número de aproximadamente 700 milhões de reais de compra de equipamentos. E quando essa Casa começou a reverberar o sentimento do povo cearense, e a ENEL começou a dizer que pretende vender os seus Ativos, que muito nos estranhou e nos estranha até hoje, porque uma empresa que tem Lucro Líquido de 600 milhões reais por ano, ela jamais estaria querendo vender os seus Ativos se não tivesse algum problema. Então a denúncia é que esses 700 milhões reais de compra, Deputado Guilherme Landim, de equipamento, ela começou a vender no mercado paralelo. Como ela tá vendendo no mercado paralelo, e repito, para deixar claro, isso é uma denúncia que nós ainda estamos apurando, não estamos aqui fazendo nenhum julgamento, ela estaria vendendo isso no mercado paralelo, ou seja, faltando equipamento para a manutenção das Reclamações e das Denúncias que o consumidor cearense tem feito, não sei nem contabilizar contas por dia, e por isso aumentou, ou melhor, triplicou a sua lucratividade de 2021 para cá.

Nós temos aí antes de 2021, em medos de 2018, 2019, Guilherme Landim, uma lucratividade de trezentos e poucos milhões por ano, passando ali por 2020 para 588 milhões de reais, e esse passado, 2022, para um valor aproximadamente 630 milhões de reais, mais ou menos por aí.Então é muito esquisito esse acréscimo, e essa denúncia junto de que eles estariam vendendo os equipamentos no mercado paralelo. Nós estamos apurando; tem muita denúncia nesse sentido.

Eu queria ouvir o senhor sobre essa denúncia, e repito, é uma denúncia que está sendo apurada. Outra denúncia que vem junto com essa é que a empresa já teria vendido os seus Ativos para a empresa Equatorial. Tem uma denúncia que equipamentos da Empresa Equatorial como veículos já estão aqui em municípios que fazem a divisa com o Piauí. E aí nós estamos apurando se de fato eles venderam para a Equatorial ou se por não ter mais o equipamento para fazer manutenção eles estão terceirizando com a Empresa Equatorial aqui do nosso Estado vizinho Piauí, e lá tem uma CPI contra a Equatorial, é bom relembrar aqui para quem está nos assistindo e nos ouvindo.

Nós estamos aqui combinando inclusive de uma comissão ir lá ao Piauí visitar o Parlamento e entender sobre essa CPI, e visitar a Equatorial, porque poderá ser essa empresa que venha prestar o serviço aqui no Estado do Ceará. O que está ruim pode ficar ainda pior.

Então, eu queria ouvir o senhor sobre essas duas denúncias. Uma, sobre essa venda do equipamento da manutenção no mercado paralelo; e sobre se vocês têm alguma informação se ela já vendeu os seus ativos para a Empresa Equatorial?

SR. ANTÔNIO ERILDO LEMOS PONTES (CONERG): Bom, sobre essas denúncias que você falou realmente eu desconheço, e sobre a venda para a Equatorial também eu desconheço. A informação que nós tínhamos da própria presidência era que até final de setembro seria concretizada a operação. Recentemente eu conversei em *off* com algumas pessoas, e parece que isso postergou até dezembro, muito provavelmente até pela chegada desse novo senhor que soube que esteve essa semana no Brasil, já esteve conversando com a ANEEL, é um cidadão que já morou aqui no Brasil algum tempo, conhece bem o Brasil e fala português, o que já seria uma vantagem para nós pelo menos, imagino. Não é cearense, mas de qualquer maneira já é alguma coisa que a gente vislumbra, porque piorar é mais difícil.

Mas uma coisa que está aí no meu Relatório que eu lhe passei com relação ao lucro, ele falou aí lucro de 2020 para 2021, e o que me chama atenção não nessa linha que você falou, é de uma empresa que existia do grupo que é TR-Fortaleza, a Térmica Fortaleza, dentro do mesmo grupo, instalada aqui no Pecém. Essa empresa sem gerar um quilowatt teve um Lucro Líquido, e está aí apresentado, eu posso ler na página, em quase 70% do que lucrou toda a empresa ENEL em 184 municípios do Ceará. E ali no

Pecém eu não sei se ela ocupa seis, quatro ou cinco ou dez hectares estourando, com dois ou três vigias lá pastorando. O Lucro Líquido daquela empresa foi mais ou menos 70% do que lucrou toda a ENEL distribuição no Estado inteiro. Está numa página aí e tem esse número mostrando inclusive o tamanho desse lucro.

O que é que acontecia? Essa empresa não gerava e comprava energia num preço muito baixo no mercado e vendendo por um preço de um Contrato que foi feto no ano de 2003, quando eles chegaram aqui, e se venceu agora em 2023, no meio do ano, e ela comprava energia barata no mercado e vendia por força de um Contrato, e esse Contrato fazia com que ela colocasse que isso justificava o fato. Eu disse: *Olha, Contrato tem que ser honrado, absolutamente serão honrados.*Mas quando ele é fora da realidade, quando você tem boa vontade e vê que ele está absolutamente moral, absolutamente moral, é preciso ser visto. Uma coisa era do ano 2000, 2021, 2022 que estava numa situação que você estava vendo. Agora, vocês não estavam gerando nada. Vocês estavam manipulando papeis e ganhando dinheiro em cima de papéis. Se vocês tem boa vontade com o povo de uma região carente.

Eu lembrei assim, nós somos do Ceará nós somos, arredondando mais ou menos 4% da população do Brasil, mas nós somos 2% do PIB, um pouquinho mais de 2%, está melhorando agora. Então nós somos um Estado extremamente pobre. Como é que você vem explorar uma Concessão num Estado pobre e faz uma coisa dessas abertamente porque tem um Contrato? O Contratoestava tudo bem, mas ele está*extrucitamente*do lado das coisas, vocês estão negociando papel e tirando dinheiro de uma pobreza como a nossa. E representava mais ou menos a metade do que a gente colocava, deputado; têm números aí, eu lhe mostro a página, eu lhe mostro esse número direitinho.

O Conselho tem a prerrogativa de poder contratar Consultoria, e nós contratamos consultoria de um consultor que nos ajuda para que me dê mais amparo na minha fala sobre essas coisas. Esse camarada é um cidadão que já foi de dentro da ANEEL, Agência Nacional.

Eu falar um exemplo aqui interessante, dentro dessas coisas, assim, quando nasceu aquela bandeira tarifária, deputada, a bandeira dizia que você, cada vez que você tinha 100 quilowatts você pagava,sei lá, cinco, seis reais, se você tivesse amarela;dez reais se tivesse vermelho, e 12, 15 se tivesse patamar sem ser preciso no número, mas pagava um valor.

Existe um consumidor que eu defendo, acho que um deputado falou comigo agora quando eu cheguei que é o consumo rural, e esse consumidor rural, a gente começou a encontrar nas letras pequenas que o cálculo dessa bandeira tinha que ser proporcional. E o consumidor rural chama irrigante, que é obrigado a irrigar de noite, às vezes, passa a noite acordado, é um sacrificado, porque, às vezes,

ele não tem dinheiro para automatizar o sistema. Então, de nove e meia da noite até seis da manhã eu tenho um benefício, que está sobrando energia, boa parte das indústrias paradas, e aí nós usamos essa energia mais ou menos dá em torno de pouco mais de... perto de 11% do valor que você pagaria normalmente, mas a energia estaria parada, eu não conseguiria botar a energia do vento para gerar se eu não tivesse esse consumidor. E aí a bandeira quando era calculada eles colocavam para o produtor a bandeira cheia e dava o desconto só na energia.

E nós fomos conversar com a Regulação aqui, em Fortaleza, a Regulação disse: *Não, a coisa é desse jeito mesmo.* E eu digo: e vocês não estão...e eles: *não, mas é interpretação sua*. Eu disse: Eu não sou jurista. Mas a interpretação está dizendo aqui que a bandeira também tem que ser proporcional. Não, mas não é. Duas, três reuniões aqui em Fortaleza ninguém abria mão.

Está bom. Conversei com o diretor do grupo lá de São Paulo, ficava no Rio, perdão, e disse: Ô fulano de tal, o pessoal aqui...se fez que não sabia, porque, assim, acho que a gente é idiota também, não é, às vezes, o cara, cearense véi com cara de besta e tal. Os seus pupilos lá no Ceará da Regulação estão cobrando bandeira tarifaria cheia do nosso rural irrigante, isso não pode está certo. *Erildo, não pode estar acontecendo isso*. Pois está! Você não sabe não? *Não, sei não*! Está bom. E o que a gente ia fazer? Dê uma olhadinha, você tem quinze dias para me dar uma resposta, e nós vamos agir, mas preciso de uma resposta mesmo.

Fomos agir e ao mesmo tempo eu acionei um pessoal de um perímetro irrigado importante aqui o DIJA (Distrito Irrigado Jaguaribe Apodi) que mandou uma carta para ANEEL, e lá eu conversei com o Regulador da ANEEL, nós temos essa facilidade por ser Conselho, e o Regulador disse:*Erildo, eu vou apreciar porque a sua defesa tem lógica.* Começou apreciar, chegou a coisa, quando o outro concordou que havia um erro dentro da ENEL já tinha era uma determinação lá, e a Carta chegou para nós: Olha, você tem que devolver para os irrigantes. E o que nos pasma e nos deixa preocupados? Na era do computador eu não admito que as contas sejam falhas muito grandes. Quando nos apresentaram os primeiros números já apresentaram: *Tem mais ou menos oito milhões para devolver para o consumidor.* E disse: Como foi o seu cálculo? Eu tenho um consumidor que é 940 mil, que é o DIJA, só um consumidor, o resto do Estado todinho irrigante só dá mais outros sete? Não, só dá mais outros seis e poucos? É. Você tem certeza que não quer refazer a conta? Não. Foi refazer a conta subiu para 14 e meio. O computador, alguma coisa não está muito boa nessa história.

Então me incomodam certas coisas, o meu Presidente Amilcar, da Federação, está com um processo, o deputado sabe disso, e aí a gente está agindo porque a Resolução tem uma interpretação,

mas diz que nós temos direito de receber isso em dobro. E por que você faz uma coisa dessa e se engana? É um engano muito esquisito.

Então como você disse, esses dois exemplos que eu citei da empresa de Térmica que funcionava aqui no Pecém sem gerar, com troca de papel, gerando 70% do lucro que dava a empresa distribuindo inteira, mais uma situação dessas no rural, mais outros casos de mudança de rural que tentaram mudar e a gente não deixou, não deixou no sentido de argumentar e eles depois baixaram a cabeça e voltaram atrás. Mas queriam mudar captações de perímetros irrigados, porque disse que o perímetro irrigado não é mais um ente, ele vira uma federação e a federação não pode ser cobrado como rural. *Mas, meu amigo, essa água vai pra onde?* Eu estou puxando água, a mudança é do nome, porque o nome não é dizendo irrigante você quer que o cidadão pague como comercial. Queria que pagasse como comercial.

Então são mudanças que às vezes nos preocupa, às vezes querem forçar alguma coisa e o lado financeiro começa a pesar e nos deixa preocupados. E precisa essa Casa estar realmente alerta; e parabenizo à iniciativa, naturalmente com muita responsabilidade de todos os lados. Eu não estou dizendo nenhuma coisa aqui que não seja bem fundamentada. Tem que ter muito cuidado. Estão falando que é uma empresa de capital aberto, a maior empresa do Ceará, a maior recolhedora de ICMS do Estado, tem que ter. Mas o lado social da empresa que explora uma concessão em que a Agência Nacional está lá e não existe risco, tudo o que acontece joga para o consumidor, tudo que aparece de novidade joga para o consumidor. Cada dia a nossa conta que quando eu comecei pagava em torno de 30%, era soma de todos os encargos e tributos, hoje está perto de 50. É isso que nós temos no Brasil.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Muito bem, tomamos ciência. Passo a palavra ao Deputado colega Guilherme Landim, Relator da CPI.

SR. RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): Deputado Fernando; senhores, senhoras deputadas, cada novo depoimento aqui nos mostra que o problema é muito maior do que o que a gente imaginava, Deputado Felipe Mota, Deputado Agenor. É realmente estarrecedor escutar o que nós escutamos do Presidente da ARCE, agora o que estamos escutando aqui do Presidente do CONERG que é o seu Erildo.

Eu escutei,Erildo, essa sua explicaçãoinicial já umas quatro vezes dessa história, desde a privatização, de que a Coelce, lá em 98, era a melhor empresa distribuição de energia do Brasil, depois chegou esse grupo chileno e arrasou o Ceará, e nós fomos para as últimas posições. E houve, naquela ocasião, é isso,Presidente Fernando, que nós não estamos vendo agora, e a gente precisa abrir os olhos do Governo Federal, do Congresso Nacional, Deputada Gabriella, que tem o seu irmão que faz um

grande trabalho lá, e na ocasião, lá atrás, a ANEEL chegou aqui, no Estado do Ceará, e deu um ultimato, ameaçou a empresa e disse: *Ou vocês mudam a forma de gerir ou vocês vão ser colocadas para fora, vocês vão perder a Concessão*. E houve uma mudança radical. Um novo grupo chegou, tomou conta da empresa, e de último lugar ela passou de novo a primeiro lugar, e passou vários anos assim. E agora o que nós estamos vendo, dia após dia, é a deteriorização do serviço e nós não vemos nada por parte da ANEEL.

Isso a gente vem batendo muito, e eu acho que tem que ser aprofundado, mas têm muitas outras denúncias. Nós deveremos, nas próximas reuniões, escutar aqui a APRECE, imagino eu.

E agora eu tomei conhecimento de que a ENEL ficou com um recurso inimaginável da conta de iluminação pública, da contribuição de iluminação pública de muitos municípios; e esses municípios começaram a cobrar, e agora ela está mandando uma carta para os municípios dizendo que tem um valor residual. Tem nada de valor residual, Deputado Felipe, é um recurso que ela ficou indevidamente, e era dos municípios, e a população pagou como contribuição de iluminação pública, e a ENEL ficou para ela nas contas. Quando ela viu que os municípios descobriram, aí ela chega agora fazendo esse tipo de conta que o senhor Erildo acabou de nos passar, aí chega o município que tem aí, - nós temos denúncias e nós vamos apurar isso, - tem município lá que nos cálculos do município chega a cinco milhões de reais, aí ela chega diz: *Município* - isso por ofício -, *nós encontramos aqui um valor residual de dois milhões, e aí queremos fazer uma negociação, você está devendo aqui à ENEL*, - que eles encontram logo conta que os municípios estão devendo, -*você está devendo "X" e nós temos isso aqui para lhe passar, sem juros, sem correção, sem absolutamente nada.* E aí, forçando os municípios a assinar isso.Então é outra denúncia que nós vamos fazer.

Eu queria, senhor Erildo, que o senhor nos passasse aqui, nos respondesse duas perguntas. A primeira que nós vimos aqui que através de Resolução Normativa a ENEL tem que sentar com o Conselho, se não me engano, uma vez por ano, para trazer para vocês as devolutivas das suas Reclamações; o que é que ela fez; o que não fez e por que não fez. Eu queria que o senhor pudesse nos explicar como é que está isso em percentual, mais ou menos, se ela tem atendido essas reivindicações aí que chegam até ao Conselho.

Também, se o senhor tem conhecimento, e se pode falar aqui algo em relação a isso, que nós também recebemos outra denúncia. Lá atrás, pelo que nos passaram, quando era Coelce, mas já era privatizada, inventaram aí uma Coelce Plus, era isso, Coelce Plus ou era Coelce "X"? Não sei se você lembra-se disso.

SR. ANTÔNIO ERILDO LEMOS PONTES (CONERG): ENEL "X". ENEL "X".

SR. RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): Agora tem ENEL "X". Então que era Coelce Plus. Era uma empresa paralela que fazia projetos e quando você queria dar entrada em alguma coisa na Coelce, se não fosse através dessa empresa dela nada andava. E aí foi autuado pelos órgãos de fiscalização; teve que pagar multa e acabou com essa empresa.

Agora, da mesma forma, eles criaram uma ENEL "X", e essa ENEL "X", a energia solar que as empresas têm feito agora, a energia como é que chama:Geração Distribuída. Então, quem quiser fazer o seu projeto de Geração Distribuída, se não fizer o projeto através dessa ENEL "X" demora uma eternidade. Isso está prejudicando o setor econômico do Estado do Ceará, a Geração Distribuída, as pessoas que querem investir e também prejudicando a população porque teria condições de ter acesso à energia mais barata. Então, se o senhor tem conhecimento em relação a isso também?

SR. ANTÔNIO ERILDO LEMOS PONTES (CONERG): Bom, inicialmente sobre as reuniões. A Resolução que nos orienta hoje é a 963, ela realmente prevê, como as anteriores, uma reunião anual do Conselho com a Diretoria, os conselheiros e a diretoria, e tem acontecido de forma presencial já, antigamente era virtual, e a gente apresenta as demandas. Como eu disse, casos específicos dos Conselhos eles acabam dando alguma prioridade e acabam resolvendo o que talvez não fosse a melhor coisa, porque ficam acontecendo os casos depois e eles atrasam.

O grande problema que a gente enfrenta com ela e é constante, tem sido frequente a pauta das nossas reuniões ordinárias,é exatamente os atrasos de obra, os atendimentos.

Tem uma obra de um cliente grande aqui, no Estado, que eles pediram três anos para fazer a obra, mas não é três, assim, escondido não, é três por escrito. E aí tem algumas outras coisas lá nos orçamentos que a gente fica preocupado; e têm outras, boa parte delas passou um pouquinho mais, é sempre um ano, é um ano, é um ano. E aí eu fico falando para o grupo: *Vocês são empresas de consideração*. O cidadão vai pedir uma ligação dessas para explorar a energia de maior quantidade no segundo semestre, que é quando não chove.

O grande filé da produção agrícola, a gente descobriu recentemente aqui, no Estado, é produzir bem no segundo semestre quando não está chovendo, a planta não gosta de umidade, ela gosta de água no canto certo. Aí você vê o que isso representa. O Ceará tem mais ou menos um milhão e meio, deputado, é um número que eu falo também com mais facilidade, um milhão e meio de hectares plantado entre sequeiro e irrigado, um milhão e 600, dessesum milhão e 600, mais ou menos 80 mil é irrigado, e mais ou menos um milhão e 520 é sequeiro. Ou seja, 5% de irrigado e 5% sequeiro. Quando

você pega para a economia gerada por esse 5% e por esses 95% é quase igual. Em 80 mil hectares você gera o que gera em um milhão e 600 e muitas vezes frustrado; etem aqueles programas que pagam frustração de Safra quando tem seca, naturalmente merece isso, é claro, porque você plantou... sóem estar lá no campo e não ter ajuda, os pequenos produtores seria outro desastre muito maior. Então é isso. É muito forte.

Então a gente quer crescer na economia plantando mais, irrigando mais no segundo semestre, e eu converso às vezes com a presidente, com os diretores, com pessoas bem... Não adianta a gente pedir uma ligação aqui em janeiro e você atender em outubro, novembro, porque já vai começar outro inverno, só vai servir para o junho do outro ano. Ou você atende a gente para estar em abril, maio, por aí com a energia ou o rural não serve para nada.

Eu passo isso, é quase uma... como é aquela palavrinha, é uma repetição, tem uma palavrinha que se usa até na igreja... A gente fica repetindo a mesma coisa. Eu digo demais isso para lá tentando sensibilizar todo o diretor que entra; nós temos uma particularidade aqui no Ceará.

Então é essa coisa da reunião acontece e os problemas são exatamente, a gente manda os pontuais eles correm atrás, mas os demais ficam chegando pra gente e só anda quando pede. Então atraso é uma coisa, é uma prática muito comum para eles e não é de hoje, é muito atrasado.

O outro tema que você falou foi da ENEL “X”. Na época que apareceu essas empresas houve muita polêmica, muita atitude do pessoal da Federação das Indústrias porque atingia exatamente empresários; houve umas correções, mas o modelo ainda permite algum tipo de empresa que ele explora com outro CNPJ. O que a gente acha ruim nessa história toda? É porque a empresa dentro de casa tem informação privilegiada. O projeto é aprovado primeiro pela empresa “A”, “B” e “C”, isso é natural.

Então, a Resolução, deputado, é que poderia, ou a lei, no caso, poderia ter restringido a exploração de outro setor, dentro do segmento, que pudesse trazer benefícios para o grupo. Porque é uma round, que é alguns CNPJ e o CNPJ é diferente da ENEL, eu posso dar exemplo do que aconteceu aí com a Térmica. Eu acho vergonhoso, imoral, qualquer palavra cabe se fazer isso com cearenses, principalmente com pessoas carentes com um Estado como o nosso. É inadmissível. Qualquer pessoa, qualquer grupo de boas intenções teria agido diferente. E eles exploraram, faltou só concluir.

Quando foi agora, em 23, termina a Concessão da Galinha, eu chamei galinha dos ovos de ouro, ali, no meu papel. Em 23 terminava a Concessão. Eles venderam no ano passado. Pra quê eu vou ficar com uma agora se eu vou ter que...se terminou a minha Concessão? Agora eu vou ter que vender energia no preço de leilão do mercado, competindo com os outros.Não,agora acabou o negócio. Ou eu gero ou

não tenho dinheiro. Então, venderam! Aí,*não, é porque nós estamos mudando* -, é um argumento assim, briga com a nossa inteligência, - *vendemos porque estamos pensando em outros Ativos,* não sei de quê... Que conversa é essa, rapaz, está pensando que a gente não tem inteligência para dizer por que vocês não venderam no décimo ano, vieram vender no último ano de Concessão? Às vezes brincar com a inteligência da gente, às vezes, é até desrespeitoso com a gente que de alguma maneira tem algum discernimento, enxergar um pouquinho na frente. Venderam na véspera de encerrar a Concessão. Venderam porque a galinha dos ovos de ouro acabou o ouro e agora é mercado, é leilão e vamos competir com quem tiver. Não.Não vamos mais atrás disso não, porque ali vai perder dinheiro. Perder não, ganhar menos, porque nunca se perde no setor elétrico.

O Modelo de Concessão é muito favorável, como eu disse: Tudo que aparece de penduricalho joga para o consumidor. É o ponto mais frágil, não é.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Muito boa a sua fala.E aí Deputado Guilherme Landim, a gente percebe, eu devolvo já a palavra a Vossa Excelência, só para fazer uma observação na fala do senhor Erildo. Realmente tudo veio à tona as denúncias ainda maiores, as reclamações, as queixas, depois que essa Casa reverberou o sentimento, agora a discussão de venda dos Ativos. Ora, está próximo da renovação do Contrato, e a galinha dos ovos de ouro, talvez, já foi embora; agora é hora de lucrar com aquilo que tem. Aí é o caso de investigarmos a fundo àquela denúncia da venda do equipamento de manutenção no mercado paralelo. Ver a veracidade disso. E poderá sim estar acontecendo. E repito de forma muito responsável falando isso aqui: Nós vamos apurar essa denúncia.

Mas dizer que toda fala que vem aqui, de quem conhece e de quem vive a realidade é estarrecedor para nós da CPI. Foi assim com a ARCE, semana passada, foi assim com o PROCON hoje, aqui, e está sendo agora com CONERG. Porque a gente tem se surpreendido ainda mais, porque nós estávamos naquela de discutir e de falar o que estávamos ouvindo da população e nós que somos consumidores. Agora nós estamos ouvindo parte técnicas, de lucratividade, que a estratégia, na verdade, muitas vezes, de deixar a população sofrendo é uma estratégia de obter lucros. Tudo isso está vindo muito à tona agora com esse trabalho da CPI.

Passa a palavra à Deputada Gabriela que também quer fazer aqui as suas intervenções.

SRA. DEPUTADA GABRIELLA AGUIAR (PSD): Boa tarde, senhorias. Obrigada pelos esclarecimentos, esclarecimentos indignados, semelhantes ao que todos nós estamos vivendo aqui.

Eu venho falando e trazendo aqui para CPI sempre do braço social. A gente está comparando o lucro da empresa com o braço social. Então eu vou fazer as minhas perguntas em bloco e aí o senhor responde tudo junto e fica mais rápido.

O Conselho tem ciência de quais os investimentos sociais que a ENEL tem realizado? Qual o posicionamento do Conselho sobre os aumentos tarifários recentes? O gasto com multas e indenização entra na base de cálculo desse preço, desse reajuste? E o Conselho apresentou alguma proposta de melhoria ou inovação do serviço prestado pela ENEL?

SR. ANTÔNIO ERILDO LEMOS PONTES (CONERG): Deixa ver se peguei tudo.

Sobre o social eu não posso dizer o montante, mas a gente tem, a conselheira que está representando a classe residencialtem participado bastante disso. O que às vezes me preocupa é que às vezes a gente faz festa com dinheiro dos outros, talvez não seja uma coisa muito interessante, muitas vezes a distribuição de geladeiras ou aquele negócio de troca de lâmpada, aquilo ali é recurso nosso. O que eu não concordo é que você faça uma festa e passa ali como se fosse um recurso que a Companhia tivesse colocando. Ela não está botando um centavo do bolso dela. Ela está botando um dinheiro que é recurso nosso, da nossa da nossa tarifa. Mas eu não sei exatamente o montante, mas ela faz uns trabalhos sociais, tem trabalhos com várias entidades por ali, mas muitas vezes recurso da nossa tarifa. Não tenho o montante.

O outro que você perguntou é com relação às revisões, revisão ou reajuste, não é? Uma revisão é a cada quatro anos que revê tudo isso, tudo o que aconteceu nos três anos. OModelo de Concessão no Brasil permite que você melhore a eficiência de uma atividade, você explorador da Concessão, é o modelo que está posto pela ANEEL, e aí no quarto ano você pode até aferir lucro em cima dessa melhoria, mas a partir do quarto ano esse benefício tem que voltar para os consumidores.

Vou lhe dar um exemplo. Nós estamos trabalhando lá, eles trabalham com turma e essa turma eram dez homens para fazer determinada tarefa por dia. E de repente eles conseguiram melhorar, um caminhão melhor, não sei o quê, e passaram para trabalhar com oito, então reduziram em 20% do quadro funcionário dando o mesmo resultado. Eles podem tirar vantagem financeira durante os três anos da Concessão, e no quarto ano, quando for à revisão, a partir daí a Concessão só recebe por oito homens, não recebe mais sobre quatro.

O que eu considerei que poderia ter sido diferente foi aquele exemplo que eu citei. Eu estou chamando de bíblia, mas a documentação, as Resoluções que tratam da revisão ou do reajuste tarifário chama Proret (Procedimentos de Regulação Tarifária), é um documento extremamente amplo, porque

uma revisão, um reajuste é algo extremamente complexo; um item que compõe o fator "B", por exemplo, já foi objeto de algumas teses até de mestrado, então exige um conhecimento muito profundo da profundidade que se avalia quatro anos de, digamos assim, de contabilidade de uma empresa avaliando o rendimento etc., então é muita coisa.

O que aconteceu? O Proret dizia, eu citei, mas vou repetir, que o cálculo do aumento para a Receita da Companhia em cima dos diversos fatores, entre ele o aumento de número de consumidores, quando você fala em GD você tem um aumento grande de custo e você tem uma redução na Receita dela.

Eu botei uma GD, no meu telhado eu botei umas placas solares e vou pagar agora, eu pagava mil agora eu vou pagar 200 reais, vou pagar 150 de conta, e aqueles 850 não é uma coisa que não para a empresa não, vem para a nossa conta.A Concessão é um é um pacote que tem que juntar aquele dinheiro, se alguém deixou de pagar outros pagam, e quem paga somos nós.

E aí quando ele estiveram aqui no comecinho de final de fevereiro, comecinho de março, acho que 5 de março, fazendo uma Audiência Pública obrigatória no Estado da Concessão, eles trouxeram uma média, entre altos e baixos; o rural pegou mais alto pegou mais 10%, e dava 3,05, salvo engano, - se eu pecar no número você me perdoa, - mas era um pouco mais de três. E aí quando foi no dia da véspera da decisão, eles fazem uma reunião antes do dia 22, à reunião é toda terça-feira e ele faz na terça-feira anterior, foi dia 17, dia 16 de abril, ele chega lá com um número perto de quatro.

E aí qual foi à justificativa do aumento? Porque os últimos meses de 2022, novembro dezembro, tinha uma lei que você perdia benefício se não dessa entrada, entrou muita gente, ligaram, fizeram muitas conexões, e isso aumentou 65 milhões nas nossas contas, porque reduziu em 65 milhões as pessoas que passaram a pagar mais barato. E aí a gente não concordou, mesmo não tendo sido atendido, não concordou com aquilo, já que está escrito no Proret, já está escrito nas regras da própria ANEEL, porque você muda em benefício das Distribuidoras? Porque o benefício só foi para um lado. Se correu muito cliente, e aí supondo que acontecesse o contrário, tivesse entrado muito cliente de baixo consumo e isso reduzisse realmente o pacote da empresa, eles teriam feito? Com certeza, não.

Qualquer benefício para o lado da empresa assim que beneficia o consumidor, eu não conheço alguma coisa que venha colocar, sempre há algum penduricalho, tanto que eu fico perguntando para as pessoas que têm a visão mais profunda e conhece grandes consultoras do Brasil, a minha pergunta é a seguinte: Nós estamos conseguindo uma energia tão mais barata, a energia solar era 400, 500 o mega,

hoje está na faixa de 100, os leilões caíram todos, quando é que a gente vai receber esse efeito no bolso do consumidor? Eles ficam sem resposta. Porque sempre o pacote por lá, está lá.

Às vezes, eu brinco e digo assim: Se o melhor consultor da área...porque quem descobriu essa brecha foi um consultor da ENEL, não foi outro grupo. Aí acabou em cadeia pegando todo mundo carona. Se o melhor consultor na área de energia que possa trazer coisa pra você estiver em Marte você vai mandar buscar esse cara lá em Marte; e ele vai lhe dar um beneficio e vai lhe mostrar como é que você tira mais da gente. Porque essa é a realidade que tem sido dessa forma.

Eu não sei se respondi todas, deputada, faltou alguma coisa? Talvez a outra eu não podia...

SRA. DEPUTADA GABRIELLA AGUIAR (PSD): A última era: O quê o Conselho já propôs pra ENEL de inovação e de melhoria?

SR. ANTÔNIO ERILDO LEMOS PONTES (CONERG): Pois é, o que a gente vem propondo, por exemplo, o Conjunto Ceará que eu coloquei, eles nunca aceitaram isso, porque seria uma melhora, uma vantagem para as pessoas sociais carentes porque merecem isso. O que acontece é esse pinga, pinga mesmo que a gente sugere alguma coisa para sair uma obra e, às vezes, eles correm com o carro lá porque foi o Conselho que pediu. E isso aí não me agrada. Eu sei que resolve aquele fogo naquele momento, mas não é assim que eu me vejo. Eu me sinto malestar no Conselho em ter esse privilégio. Eu não gosto disso de maneira nenhuma, me incomoda.

Eu digo sempre lá: Porque vocês não fizeram isso? Precisou da nossa interferência? Porque vocês não tratam todo mundo igual? Ah! Porque não sei o quê...eaíé aquela desculpa que a gente vai, infelizmente, acompanhou a lidar com ela no dia a dia, e aqui e acolá a gente esquenta a cabeça, às vezes a gente baixa o galo; tem hora que eu perco as estribeiras lá na reunião, e não tem sido porque tem a presidente, tem o diretor "A", "B" ou "C". Eu não tenho que medir minhas palavras. Eu não sou remunerado pra isso. Estou ali para fazer o meu papel, ou estou distribuindo sopa ou estou lá... até por ser consumidor. Eu tenho um amparo muito grande do meu Presidente Amilcar, lá da Federação, pediu: *Qualquer coisa que acontecer você me solte.* (risos) Porque eu estou lá para dizer, e se eu não puder dizer o que eu estou sentindo de maneira verdadeira e respeitosa eu não vou sentar na cadeira. Eu quero fazer esse papel. E a gente mesmo sem ter personalidade jurídica, a gente tem conseguido muitas coisas perante aANEEL. Nós temos um respeito na Agência Nacional, talvez dos 53 Conselhos que têm no Brasil, são 53 Distribuidoras, nós somos aí os de top.

A ANEEL fez 15 anos, quando ela fez ou foi 20 anos, ela chamou o Ceará para falar em nome dos Conselhos do Brasil inteiro. Então a gente dialoga com a ANEEL, cobra da ANEEL, eles gostam

disso, e nos respeita e tem crédito. E na própria Companhia que a gente tem um diálogo muito fraco, eles conhecem o nosso diálogo, naturalmente sem entender um desrespeito, mas dizer a verdade ele não vão cortar nunca da nossa voz não. E eu falo com o amparo dos Conselheiros.

SRA. DEPUTADA GABRIELLA AGUIAR (PSD): A última pergunta era da multa, se eles colocam as multas que a ENEL recebe no bolso do cidadão através de reajuste.

SR. ANTÔNIO ERILDO LEMOS PONTES (CONERG): Pois é. Essa questão das multas é aquela história de onde é que vai o dinheiro. Muitas vezes a multa é aplicada e volta para o bolsão do Governo Federal porque é uma Concessão, e de fato, de fato para a gente, tanto que, talvez, um dos argumentos que a ANEEL já usou, que eu vi, é que a multa ela não resolve porque muitas vezes não traz um amparo para os consumidores prejudicados. Aí ela entrou numa fase de meio que negociação, de usar meio que não sei o quê, de conversar muito, e nesse conversar muitas vezes muitas das multas rola por anos e anos e anos com um negócio de apelação, e no final, quando paga o valor é bem inferior ao que inicialmente foi dito pelo deputado. Então é um modelo complexo, tem que mudar muita coisa.

E às vezes, também, precisa, às vezes acontece em nível de Congresso Federal também, tem algumas decisões de lá que às vezes precisa mudar, e muitas vezes foram tomadas naquelas decisões em grupo que, às vezes, quem votou nem sabe, às vezes, muitas vezes veio também que não ajudou muito, mas a gente aposta muito.

O setor está em mudança. Nós nunca tivemos tanta mudança como a matriz energética está mudando. Nunca se discutiu tanto isso. Não carece discutir tanto daqui pra frente. Nós estamos mudando completamente. E as empresas, o modelo de empresa de Distribuidora vai mudar radicalmente num tempo não muito longo porque está mudando muita coisa.

Nós temos... eu tenho um produtor aqui, no Ceará, deputada, que eu tenho orgulho muito de ser ligado aos produtores rurais, que está produzindo coco 100%, deputado, sem depender de energia da ENEL. Ele montou lá sua ilha de bateria solar, naturalmente nem toda cultura aceita isso, mas tem cultura que aceita, e tem um produtor aqui, no Ceará, aqui, em Paraipaba, de coco, produzindo 100% independente da ENEL. E vai acontecer isso. Na hora que crescer muito a tecnologia de armazenamento de energia, que é o que tem crescido e barateado o custo por megawatt estocado, isso vai fazendo cada vez a gente ficar mais independente e o modelo vai mudar muito. Nós estamos no modelo de muita mudança, e tomara que seja de alguma maneira melhor para nós, porque nosso quilowatt, com tudo que mudou, com todas as... se a energia solar que nós somos aqui grande produtor, e eólica tivesse ajudado,

que custava 400, 500, 800 reais no passado, hoje cem, cento e poucos reais, não chegou ao nosso bolso. Tinha que ter chegado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Deputada Gabriella, satisfeita? Deputada Lia. Deputado Agenor saiu um pouco ali. Deputado Guilherme.

Bom, Seu Erildo, eu também me sinto satisfeito com a sua participação com a verdade que sai aqui do coração, porque quem vê o consumidor sofrendo lá na ponta, até mais do que nós, porque presídio um Conselho, está sempre próximo do consumidor, mas aqui temos escutado, cada um nas suas bases, muita reclamação, denúncias, e precisamos não só da solidariedade nossa, mas também na nossa ação aqui, nesta Casa do Povo, para que essa empresa possa melhorar o seu serviço e, se não, sair mesmo como ela quer sair, vender os seus Ativos e que venha uma empresa melhor.

A nossa preocupação, por isso lhe fiz aquelas perguntas sobre a Equatorial, é o que está ruim ficar pior ainda com a vida da Equatorial. E olha que sem julgamento algum que eu não posso nem fazer porque eu não conheço a empresa, mas é o que a gente tem escutado.

Não há mais nenhuma pergunta, mas o senhor pode falar...

SR. ANTÔNIO ERILDO LEMOS PONTES (CONERG): Era só sobre esse ponto que o senhor falou. Tem um compromisso da ANEEL de na Operação de Venda a gente sentar à mesa, eu vou cobrar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Excelente.

SR. ANTÔNIO ERILDO LEMOS PONTES (CONERG): ...para a gente poder, exatamente para quem vier pra cá dizer: Olha, tem esse e esse problema, você vai tratar do mesmo jeito?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Eu até penso que o senhor possa, a partir de hoje, ficar mais atento ainda a essa denúncia que nós recebemos, que talvez ela já tivesse vendido os seus Ativos para Equatorial. E daí a indagação de porque a Equatorial está em alguns municípios ali na divisa entre o Piauí e o Ceará. Repito, se é verdadeira a denúncia de que a ENEL vendeu o seu equipamento para manutenção no mercado paralelo, e por isso ela está terceirizando com a empresa vizinha aqui que é a Equatorial, ou se ela já vendeu seus Ativos, como diz no vocabulário interior, na calada da noite, sem dar conhecimento ao consumidor cearense e a este Parlamento que tem uma Comissão Parlamentar de Inquérito, para receber aí aquilo que ela vem lutando tanto para ter, que é mais lucro, mais lucro, mais lucro, e o serviço pior, pior e pior para o consumidor e para a população.

Eu passo a palavra aqui para o Deputado Guilherme Landim.

SR. RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): Presidente Fernando, só para agradecer aqui ao senhor Erildo pela contribuição que deu hoje à Comissão, pela forma muito fraca que

tratou todos os assuntos, muito contribuiu aqui com todos nós. E nós gostaríamos de já pedir aqui que o senhor pudesse ficar à disposição desta Comissão, para que no Relatório a gente possa contar com informações. Eu ainda não li aqui esse Relatório que o senhor trouxe, mas imagino que ele vai poder trazer subsídios importantes para comporem aqui o nosso Relatório. E gostaria que a gente pudesse conversar ao longo desse período todo para novas contribuições.

Acho que é o senhor Erildo acabou de dar aqui um importante encaminhamento também para essa Comissão, que é a Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, como um ente fiscalizador dos serviços aqui, do Estado do Ceará, poder também participar lá na ANEEL dessas tratativas; que a gente possa fiscalizar tudo isso, inclusive sugerir, cobrar da ANEEL de que essa venda possa ser uma venda condicionada, Presidente Fernando, porque não pode só vender e ter a garantia de mais de 30 anos; porque o Contrato é um Contrato extremamente complacente com a empresa que ganhou a Concessão há 30 anos. Os próximos 30 anos é quase que uma certeza que eles têm. Então, eu acho que tem que ser condicionado para quem comprar: Se nesses próximos anos, até 2028, não chegar aos índices estabelecidos agora, porque nós já vimos por parte da ARCE que também a metodologia da ANEEL é muito complacente, então que a gente possa sugerir novos índices, e se ela cumprir ela tem direito a mais 30 anos. Então eu acho que é outro encaminhamento aqui para Comissão, para que a gente possa também participar lá na ANEEL dessas tratativas, porque isso é de interesse do povo do Estado do Ceará por mais 35 anos.

Então, obrigado,Erildo, obrigado a todos os deputados. Obrigado também à Valéria, que muito contribuiu com essa Comissão.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Obrigado, Deputado Guilherme Landim. Vou passar aqui o documento que o senhor Erildo nos trouxe aqui para todas as deputadas e todos os deputados. Eu pedi para tirar cópia para que a gente possa encaminhar para as deputadas e os deputados.

Agradecer ao senhor Erildo a sua participação; que o senhor possa acompanhar de perto aquilo que está sendo denunciado por essa Casa...

SR. ANTÔNIO ERILDO LEMOS PONTES (CONERG): Esse documento, antes de trazer para cá, que ele foi enviado para o senhor, eu consultei aos nossos conselheiros, que é aprovação de todos, oErildo só assina porque é o presidente, mas essa aí é uma posição de todos os conselheiros.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Muito obrigado.E vou passar para todos os deputados, e pedir mais uma vez que o senhor possa acompanhar essa história de possibilidade

de venda da ENEL para a Equatorial, e que nós possamos tirar de encaminhamentos aqui também, Deputado Guilherme Landim, Deputada Gabriella, Deputada Lia Gomes, para conversarmos com a nossa bancada de deputados federais e com os nossos senadores cearenses, para que a Agência Nacional – ANEEL possa não só nos receber para termos um diálogo muito fraco com a Agência Nacional, mas que ela possa intervir aqui no Estado do Ceará, tendo em vista que toda justificativa da ENELsempre coloca, sempre argumenta que o que ela tem feito ali ou está em Contrato ou é determinação da ANEEL ou é um pedido ou uma solicitação, sempre é a Agência Nacional. Então nós precisamos ouvir a Agência Nacional.

Sobre a Agência Nacional nós solicitamos a ela, um Pedido de Caducidade do Contrato aqui, no Estado do Ceará, previsto em lei, levantado por milhares de denúncias que nós temos aqui contra a ENEL, descumprimento de Contratos, e a Agência Nacional nos respondeu em uma página somente os motivos do porque não poderia conceder o Pedido de Caducidade do Contrato. E nós achamos vago demais, até porque nós é que estamos aqui é mais próximo do consumidor e vendo o que está acontecendo no Estado do Ceará, mas respeitamos o documento da Agência Nacional, muito embora, repito, não é uma posição da Comissão Parlamentar de Inquérito, até porque eu não perguntei aos meus colegas, mas é uma posição minha que a Agência Nacional mais parece um puxadinho aqui para defender a ENEL, esquecendo que é uma Concessão Pública e que nós precisamos defender o consumidor. Ela é uma empresa e precisa de lucro sim, isso ninguém está discutindo, mas obter lucro e vantagem em cima do sofrimento do povo cearense, isso nós não podemos admitir.

SR. ANTÔNIO ERILDO LEMOS PONTES (CONERG): Só uma informação. Acho que o senhor talvez saiba. Mas o Diretor atual, o Sandoval Feitosaé neto de cearense, nascido no Piauí, neto de cearense, conhece demais o Ceará, é o atual Diretor-Geral. Apesar de que lá, neste momento, está um problema, houve até um recha lá dentro da ENEL, na diretoria, e ninguém sabe como vai terminar, mas tem uma confusão boa lá na diretoria, tem um desentendimento entre eles.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Eu estive lá, o Sandoval nos recebeu, o presidente com a sua comissão, eu estive lá com a nossa Senadora Augusta Brito, na ocasião, e o que eu percebi na fala do Presidente, do Sandoval que é do Piauí, é que mais parece mesmo um puxadinho para defender a ENEL. Infelizmente foi o que eu percebi na fala dele, e foi uma percepção da Senadora Augusta que nos acompanhava naquele momento, na verdade foi a Senadora que marcou essa audiência lá. E o documento sobre a Caducidade aí eu tive a certeza, na minha percepção, que o puxadinho lá é para defender a ENEL se esquecendo de defender o consumidor, porque em apenas uma

folha, não se deram nem ao trabalho de fazer um Relatório mais completo, mas em apenas uma página justificando porque não atender ao Pedido de Caducidade do Contrato previsto em lei.

De fato, nós precisamos tirar alguns encaminhamentos aqui. O encaminhamento aqui, primeiro, é que nós vamos receber o DECON na nossa próxima oitiva; pelo que nós, eu o Deputado Guilherme Landimparticipamos de muitas reuniões lá com o Ministério Público, tem um dossiê muito grave contra a ENEL, aqui, no Estado do Ceará, inclusive a aplicação de uma multa, que para nós uma multa, em cifras, muito alta, para a ENEL, talvez, quase nada, pela lucratividade que ela obtém à custa do suor do povo cearense, prestando esse péssimo serviço que ela vem prestando aqui, no Estado do Ceará. A gente tem percebido que ela, inclusive, não é Deputado Guilherme Landim, descumpre Ordens Judiciais, qualquer uma que seja, ela só cumpre e só paga multa da Agência Nacional. É o que a gente estudou até agora, e verificamos que o único órgão que ela tem cumprido as determinações e pago multas é da Agência Nacional. Os demais, ela vai colocando no canto de parede e tratando o povo como ela tem tratado aqui com maior desrespeito, é o que nós temos enxergar.

E repito, quem está me assistindo, para ficar claro: Aqui ninguém tem nada contra ninguém da ENEL, nada. Não é uma caça às bruxas, mas é porque ninguém aguenta mais o que essa empresa tem feito aqui, no Estado do Ceará. E aí se os diretores daqui não têm autonomia alguma, nós não podemos julgar nem aqui citar nenhum deles, porque todos têm nos tratado muito bem quando a gente tem diálogo com eles, mas eles não têm autonomia de resolução de nada.

Semana passada, não sei se vocês viram, mas passou em toda imprensa do Estado do Ceará, a Romaria de Nossa Senhora das Dores lá em Juazeiro do Norte teve um poste que pegou fogo, um transformador, no meio da população, dos romeiros, da população de Juazeiro. Isso foi matéria de jornal O Povo; Diário do Nordeste, e todos os veículos que eu pude...eu acho que o Deputado Guilherme Landim assistiu. Qual é o problema nisso?Pode ocorrer um fato desses? Claro que pode ocorrer. Mas o poste vinha anunciando que ia ocorrer aquilo há mais de quatro dias. E há mais de quatro dias que a população ligava para ENEL, e os romeiros que lá estavam telefonavam para ENEL, até porque é em frente o SESC lá em Juazeiro do Norte, ao lado da Basílica onde aconteceria a missa, onde aconteceu à missa, a esquina mais movimentada de Juazeiro do Norte, e o poste incendiou-se na frente de todo mundo, no meio das pessoas, graças a Deus não aconteceu nada com ninguém, mas as pessoas saíram apavoradas, correndo, abrindo caminho para o fogo que foi grande.

Então a ENELnão só desrespeita o povo quando se desrespeita a uma má prestação de serviço, quando há um apagão, quando há um corte indevido, quando há contas em duplicidades, todas essas

denúncias que nós já fizemos aqui, mas inclusive quando tem um risco desses, que é um risco de ocorrer um acidente com alguém, risco inclusive de morte com alguém, e ela é anunciada quatro dias antes. Inclusive eu tenho várias mensagens de populares fazendo vídeo no local mostrando o poste que estava preste a acontecer isso, e ela não tomou nenhuma medida, nem de lá visitar, sequer de visitar, e aconteceu esse fato que,repito, um fato triste, lamentável, mas que graças a Deus não ocorreu nada para prejudicar uma empresa ou mais grave ainda de machucar alguém ou até um risco de morte.

Agradecer aqui a senhora Valéria, do PROCON, muito obrigado pela participação. Senhor Erildo, mais uma vez, muito obrigado a todos que fazem parte da CONERG aqui hoje representados pelo senhor, sejam muito bem-vindos à Casa do Povo cearense.

Eu pergunto às deputadas e aos deputados, nós temos aqui os Requerimentos. Os deputados não estão presentes, alguns deles, pelos Requerimentos que eu vi aqui, a Deputada Gabriella e a Deputada Lia estão presentes, vocês desejam fazer a leitura dos Requerimentos e a gente aprovar hoje ou podemos fazer na próxima reunião deliberativa? O desejo é de vocês, pra mim está tranquilo, porque os demais também têm os Requerimentos e terão a oportunidade de defendê-los e de apresentados.

Nós estamos tentando fazer uma reunião extraordinária amanhã. Estamos esperando aqui a posição da Aprece, pelo Presidente, o Prefeito Júnior Castro, se ele poderá participar. Se puder, amanhã nós teremos uma reunião extraordinária já para ouvir a Aprece e, posteriormente a essa reunião nós faremos a reunião com o DECON.

A Deputada Lia Gomesapresentou aqui um Requerimento, e eu gostaria de fazer só essa leitura porque eu acho pertinente para o momento, que ela *requer a realização de Audiência Pública no Município de Sobral, a fim de apurar e debater a prestação do serviço pela ENEL na Região do Sertão de Sobral.*

Não só em Sobral, mas acho que em todas as regiões têm que acontecer, e também a Deputada Gabriella já solicitou para Tauá, o Deputado Guilherme Landim já solicitou para Brejo Santo. Eu acho que nós precisamos fazer regionalizada. Iguatu também já foi pedido. Nós precisamos dar o direito da população não só de fazer a denúncia ao PROCON ou DECON ou aqui a Comissão Parlamentar de Inquérito, seja pelo e-mail, pelo celular ou quando nos encontra nos municípios, mas participando lá na Audiência que acontecerá, e essa Audiência Pública será um momento único para envolver a população naquilo que é dela, pertencente a ela e poder participar; pegar esse microfone e fazer lá o seu debate, a sua denúncia, apresentar a sua queixa, a sua reclamação.

Então, Deputada Lia, nós colocaremos o seu Requerimento no momento oportuno para apreciação, discussão e votação. Mas eu não tenho dúvida que será acatado e nós faremos sim Audiência Pública em Sobral, como em Tauá, como em Iguatu, como em Brejo Santo e como em Juazeiro do Norte, enfim, as regionais que precisarem que a Comissão Parlamentar de Inquérito vá ouvir a população lá na sua região ao invés só de fazer a discussão aqui, na Casa do Povo cearense, aqui na Assembleia na sede em Fortaleza.

Semana que vem nós teremos a reunião Itinerante em Baturité, e nós vamos levar um pleito, amanhã, ao Presidente desta Casa, Deputado Evandro Leitão, se nós podemos também ter um momento da CPI lá, para ouvir a população, tendo em vista, que lá nós vamos ter a maioria dos parlamentares aqui da Assembleia Legislativa nessa Sessão Itinerante, que são alguns dias de atividades, até cominar na Sessão Plenária que acontecerá lá. Então, se no planejamento desse evento nós possamos incluir também a CPI, para que lá já possa ser a primeira Audiência Pública e ouvirmos ali a população que estará presente, participando desse momento ímpar que a Assembleia leva ao interior todas as suas atividades, todos os seus serviços, seja na hora de Saúde, seja no PROCON, na Procuradoria Especial da Mulher, enfim, levar também a Comissão Parlamentar de Inquérito, a CPI que investiga os desmandos e as denúncias tantas que nós temos contra ENEL e levar também para esse momento importante da agenda Itinerante da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.

Não tendo mais deputadas e deputados para se manifestarem, nós vamos encerrar essa presente sessão, e anunciaremos no nosso grupo da Comissão se haverá ou não a reunião extraordinária de amanhã.

Muito obrigado. Obrigado a quem em casa nos assistiu, a quem pela Rádio Assembleia está nos ouvindo e aos meios de comunicação, e dizer: reverberem o que vocês estão ouvindo aqui, denunciem, que precisamos ouvir e chegar a toda a população na zona urbana ou na zona rural.

Eu quero como encaminhamento pedir às deputadas e aos deputados que estão aqui que nós faremos isso com todos os 46 parlamentares. Lembrar que a Comissão Parlamentar de Inquéritofoi assinada pelos 46 parlamentares desta Casa. Pela primeira vez uma Comissão Parlamentar de Inquérito tem essa unanimidade no seu pedido e na condução dos seus trabalhos. Portanto, eu quero pedir às deputadas e aos deputados que nós possamos em todas as sessões, a partir de hoje, desta Casa, um deputado ficar escalado para reverberar na Tribuna do Povo o sentimento e aquilo que está ouvindo da população contra essa empresa ENEL. É um pedido que façoum apelo aos meus colegas deputados, para a partir de hoje, Deputada Lia, todo santo dia que tiver Sessão a gente falar do problema que a ENEL

tem causado com a população cearense. E nós só vamos nos calar quando o problema tiver solução. É um pedido que eu faço.

Então declaro encerrada a presente sessão. Muito obrigado.

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA ENEL, REALIZADA DIA 9 DE OUTUBRO DE 2023, NO SALÃO NOBRE DA PRESIDÊNCIA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Boa tarde, senhoras e senhores. Bom, primeiro eu queria agradecer a presença de todas e de todos. Saudar aqui, a mesa, Deputado Carmelo e Vice-Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga a empresa ENEL; relator Deputado Guilherme Landim; nossa Deputada Larissa que faz parte da nossa Comissão Parlamentar de Inquérito, eu quero aqui saudá-los. Saudar aqui o senhor Plínio Monteiro, que é Presidente do Sindicato dos Eletricitários do Estado do Ceará, o Sindeletro, desejar a ele boas-vindas. Daqui a pouco nós vamos iniciar o nosso trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito abrindo aqui os trabalhos da comissão e vamos ouvi-lo aqui, em uma oitiva. Saudar aqui o Geovani que representa aqui os funcionários, são mil e cem, não é isso Geovani? Mais de mil e cem funcionários prejudicados pelo tempo e pela falta de pagamento de uma empresa terceirizada que presta serviço à ENEL.

Eu queria pedir aqui aos deputados, eu estou aqui combinando com eles, e ao Sindeletro, pois nós estamos esperando chegar mais de deputados para termos quórum e abrir a reunião da CPI. Nós queríamos abrir aqui a palavra ao Geovani para ele expor aqui o que está acontecendo, e pedir aqui o apoio dessa Comissão Parlamentar de Inquérito, das deputadas e deputados, pode ser assim? Então Geovani, convidamos você aqui a fazer uso da palavra, pedindo uma salva de palmas aqui é o Geovani (aplausos). Geovani, pode ser dez minutos? Cinco minutos? Então tá bom. Então com a palavra Geovani que representa aqui os funcionários.

SR. GEOVANI AQUINO (Eletrotécnico): Boa tarde a todos e a todas. Meu nome é Geovani Aquino, estou aqui representando a classe dos eletricitários do Ceará. Quero

também saudar aqui a Mesa Diretora da CPI: Deputado Fernando Santana, Carmelo Neto, Guilherme Landim, a outra deputada ali, Larissa.

Bom, essa nossa causa estamos aqui reivindicando dos salários atrasados e rescisões trabalhistas, somos mais de mil e cem funcionários que em abril 2021 fomos demitidos sem nenhuma justificativa, a empresa simplesmente rompeu com o contrato, com a ENEL, e simplesmente fechou as portas e colocou mais de mil e cem funcionários para rua.

A nossa causa, a nossa reivindicação é que a ENEL, como a mandante do contrato, conforme a súmula 331 do TST, diz que ela é a responsável pelos pagamentos inadimplentes das nossas rescisões. Tivemos anteriormente, semana passada, uma reunião com a diretoria e não foi nada agradável, ela não mostrou interesse algum em querer resolver a situação. Em primeira mão, a Mesa Diretora deles, a assessoria jurídica informou que não tinha conhecimento do que estava acontecendo. A pergunta que eu faço aqui é: Como é que ele disse que não tem conhecimento e tá entrando com recurso juntamente com as decisões do juiz; que o juiz em 1ª Instância determinou que ela assumisse e pagasse nossas rescisões, nossas verbas; que veio prejudicar muitos e muitos pais de família. Muitos aqui teve de vender seus carros; teve seus carro apreendidos por busca e apreensão por falta de pagamento; pensões alimentícias, muitos aqui quase foi preso por ter por questões de pessoas alimentícias.Então, assim, é um descaso total tanto com a população como também com seus funcionários. E a ENEL, de forma irresponsável, não quer assumir com seus compromissos.

Então essa nossa manifestação... fizemos uma manifestação hoje, em frente à ENEL; ressalto aqui que foi de forma pacífica e ordeira, só por questões de reivindicação e melhoria de trabalho.

Então aqui fica a minha fala e meu total repúdio com a ENEL, com essa falta de compromisso com seus funcionários e ex-funcionários eletricitários.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Geovani, só a título de esclarecimento aqui para as deputadas e deputados: vocês estiveram na ENEL em uma reunião...

SR. GEOVANI AQUINO (Eletrotécnico): Isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Como foi essa reunião?

SR. GEOVANI AQUINO (Eletrotécnico): Como eu falei anteriormente, tivemos essa reunião semana passada, e a diretoria deles, de primeira mão foram informar que não o tinha conhecimento desse processo, aí foi aonde a gente questionou juntamente com a nossa jurídica: Como é que ele não tem conhecimento e tá entrando com recurso? Então, assim, tem uma falta de informações e, também, a gente viu que tinha falta de interesse.

Em outro momento eles assumiram que tem a caução, que é o seguro, fica retido das empresas terceirizadas para um possível acontecimento desses. Daí a gente, juntamente com meu amigo Lima Júnior fizemos um questionamento: então, por que é que vocês não paga os funcionários, recupera esse dinheiro e repõe no caixa do seguro? Ele disse: Não, que não é bem assim; que tem questão esperar que a Endicon, que é a empresa terceirizada, cumpra com a recuperação judicial. Só que a Endicon já foi tirada de escanteio por questões que a justiça determina que a ENEL seja a responsável.

SR. RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): Geovani, eu tive contato com alguns desses funcionários e me foi colocado que a ENEL, e aí fica aqui a minha pergunta, que a ENEL já teria feito alguns Acordos com alguns funcionários individualmente. Fica a minha pergunta: É a ENEL que está chamando essas pessoas ou é a Endicon? Como é que tá isso? É verdade que já tem gente fazendo Acordo, e pelo que falam aí, Acordos que seriam com 70, 80% menos do que o que era devido. Isso está acontecendo ou não?

SR. GEOVANI AQUINO (Eletrotécnico): Sim, verdade, inclusive lá na reunião, um do corpo deles lá, da diretoria, informou que sim estavam chamando para fazer Acordo. Aí há uma contradição...

SR. RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): A ENEL chamando?

SR. GEOVANI AQUINO (Eletrotécnico): Sim, a ENEL. E já há já uma contradição, como é que eles informarem no primeiro contato que não tinha conhecimento, mas, posteriormente, falou que estava chamando para fazer Acordo até de 97% aí de desconto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Tá claro. Primeiro não tá sabendo do problema que tem com a Endicon e depois a ENEL mesmo chama para fazer um Acordo?

SR. GEOVANI AQUINO (Eletrotécnico): Exato.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Deputado Carmelo, Deputada Larissa. Bom, nós agradecemos ao Geovani. O que o Geovani veio aqui com vocês, hoje, foi em busca, e eu deixo aqui para fazer as correções também no microfone, acho que foi em busca não só dessa Comissão Parlamentar de Inquérito, mas da Casa Legislativa, da Casa do Povo, de apoio para os funcionários terceirizados que estão aqui, muitos deles prejudicados; outros já conseguiram outros empregos no meio desse caminho, mas, mesmo assim,estão prejudicados porque não receberam os seus direitos.

Eu já quero aqui, fazendo a fala aqui, perguntar aos deputados se posso aqui também colocar, em nome deles, a Assembleia Legislativa do Estado do Ceará à disposição de vocês para lutarmos por essa causa justa, para que nós possamos também dar a nossa palavra, levar... eu levei, semana passada, e quero pedir aos colegas deputados que possamos levar nas próximas sessões esse problema à Tribuna da Casa para conhecimento do povo cearense; cobrar mesmo à ENEL, parlar, que é o que nós temos direito de fazer dentro dessa Casa, e cobrar na Tribuna da Casa que a ENEL possa pagar os funcionários, respeitar a população.

Porque aí, e eu disse na Tribuna e falo aqui novamente, é uma palavra de interpretação minha, eu posso até estar errado, mas a minha interpretação é que o histórico da ENEL já é péssimo com o povo cearense da má prestação de serviço, de cobrar um preço injusto, de cortes indevidos, de desrespeito com a população, e agora ela quer entrar no histórico também negativo de empresa caloteira, que não paga os funcionários que precisam receber, e prejudica as famílias desses funcionários.

Eu tenho relatos, Deputado Carmelo, Deputado Guilherme, Deputada Larissa, de funcionários que nesse tempo tão prejudicados que ficaram ou foram para outra área de atuação, que não é a sua de origem, ou até tiveram problema de saúde graves como depressão e outros problemas, por conta desse atraso do recebimento dos seus direitos e dessa forma desrespeitosa com que a ENEL tem tratado esses funcionários.

Então contem conosco aqui, nessa Casa. Fiquem aqui à vontade para assistir também, hoje, a oitiva com o Sindeletro, porque faz parte de tudo que vocês estão colocando essa oitiva de hoje e esse trabalho investigativo dessa Comissão Parlamentar de Inquérito.

Portanto, eu deixo aqui em nome da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará o nosso apoio e a nossa voz e a nossa luta para que a empresa ENEL venha cumprir com a sua obrigação e pague os funcionários que estão prejudicados, tá bom? (aplausos).

Senhoras e senhores, boa tarde. Nós vamos agora iniciar o nosso trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Eu peço aqui ao Deputado Guilherme Landim... Eu posso já dar a ata aqui como lida, ela está aqui, é de acesso de todos os parlamentares, ata da 3ª reunião ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito, realizado no último dia 20/09/2023.

Expediente: nada consta.

Ordem do Dia: Oitiva com o senhor Plínio Monteiro, Presidente do Sindicato de Eletricitários do Estado do Ceará, o Sindelétrico, conforme Requerimento nº 33/2013, de autoria da Deputada Larissa Gaspar, subscrito pelo Deputado Fernando Santana;

aprovado por unanimidade pelas deputadas e deputados membros da comissão da reunião ocorrida no dia 30/08/2023.

Leitura e discussão e votação de Requerimentos e relatórios em geral. Eu peço aqui a compreensão das deputadas e deputados que a gente possa fazer depois da oitiva, para que a gente possa priorizar o nosso trabalho, hoje, na reunião.

Saudando o Deputado Bruno Pedrosa, também membro da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Portanto, eu já quero convidar o senhor Plínio Monteiro, Presidente do Sindeletro, para que a gente possa aqui iniciar a nossa oitiva.

Pois não, senhor Plínio, pode vir aqui à Mesa. Uma salva de palmas e boas-vindas aqui ao senhor Plínio. (aplausos).

Desejando, mais uma vez, as boas vindas ao senhor Plínio; agradecendo a presença dele; ele foi convocado por essa Comissão Parlamentar de Inquérito.

Eu não vou me alongar para que a gente já possa dar início, até porque o Deputado Guilherme vai ter que viajar agora para o interior.

Eu pergunto ao senhor Plínio se ele já pode iniciar com a apresentação, para que, após a sua apresentação, a sua fala inicial passamos aqui iniciar com as perguntas dos deputados.

Deputado Carmelo.

SR. DEPUTADO CARMELO NETO (PL): Senhor presidente, eu já me inscrevo para, após o relator elaborar seus questionamentos, que eu possa ser, na altura do Requerimento ter prioridade. Então, a Larissa, eu me inscrevo como terceiro, na ordem. Obrigado, presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Está inscrito. Senhor Plínio.

SR. PLÍNIO MONTEIRO (Sindeletro): Boa tarde a todos e a todas. Já, já vamos ter uma apresentação que o sindicato preparou, onde a gente já expõe de uma forma

resumida, porém, bastante completa, vários pontos que a gente vai tratar nessa tarde de hoje, aqui, junto à Comissão Parlamentar de Inquérito.

Eu agradeço desde já o chamamento, o convite, é muito importante para nós enquanto entidade sindical representante de uma categoria importantíssima para o nosso Estado, no Estado do Ceará, é a categoria eletricitária. Aqui temos vários trabalhadores de algumas localidades do nosso Estado; vários municípios estão aqui representados, inclusive gente lá de Juazeiro, gente de Milagres, gente de Quixadá, gente de Iguatu, gente em Limoeiro, ou seja, estamos bem representados aqui, nessa tarde, e é um momento ímpar para cada um de nós essa oportunidade, esse espaço que se abre para o sindicato falar aquilo que é necessário, aquilo que é a pauta do momento para ajudar nos trabalhos dessa comissão.

Mas eu gostaria também, antes da nossa apresentação, presidente, convidar duas pessoas que vieram comigo, também representantes da nossa Entidade, que é o nosso diretor administrativo Fernando Avelino, para vir até à Mesa sentar aqui também para também prestar esclarecimentos, e a nossa advogada Dra. Jane Calixto, que para felicidade nosso e de toda categoria também é Presidente da Comissão de Direitos Sindicais da OAB. Então é importante que ela também venha contribuir conosco aqui, é, podem vir, peço licença...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): A Comissão Parlamentar de Inquérito autoriza a vinda dos dois, por favor, sentem-se também aqui à Mesa. Recebidos aqui com uma salva de palmas dos deputados e da plateia. (aplausos)

SR. PLÍNIO MONTEIRO (Sindeletro): Bem, como eu havia dito, peço aí a licença de vocês para nós passarmos uma apresentação que ela diz muito do que nós vamos tratar nessa tarde de hoje.

Slide - Bem, aí é a apresentação primeira do nosso sindicato, um sindicato que já vem atuando há muitas décadas, como aí diz, muita luta, muitas conquistas, muitas

vitórias; também, de vez em quando, a gente não consegue superar determinada ação que vem de encontro ao nosso trabalho, mas a luta continua.

Slide - Aí são fotos, são registros antigos da nossa luta. Essa, por exemplo, ela data de 1988, quando a gente já lutava contra a privatização, e em defesa do patrimônio público.

Slide - Mais um registro fotográfico. Esse aí foi no dia da privatização, o dia da votação para privatização; fizemos um grande movimento aqui, nessa Casa, que é a Casa do Povo; já ouvi isso de vários deputados, e eu acredito que seja assim.

Slide - Aí já havíamos sido derrotados contra essa luta, realmente a privatização ocorreu contra a nossa vontade, e nós fazíamos um movimento contra as demissões, que é algo que surgiu logo em seguida à privatização; privatizou e já foi àquela enxurrada de demissões e de terceirizações, para compensar toda aquela mão de obra qualificada, experiente que a empresa tinha ao longo de tantos anos tiveram que terceirizar.

Slide - Também aí, já um momento muito triste da nossa luta, vem à demissão com a privatização; a demissão; vem a terceirização; vem o descaso, o desrespeito com os trabalhadores, e muitos não suportam a dor porque muita gente não havia se preparado para isso; tinha família, tinha filhos; e a pressão é grande e muitas pessoas perderam a vida após o processo da privatização.

Slide - Aí foi uma grande greve que nós fizemos por uma campanha salarial. Há muitos momentos históricos onde o sindicato precisou unir toda categoria, uma boa parte dela, para a gente enfrentar a grande poderosa ENEL ou Endesa ou Coelce; os gestores da nossa concessionária para termos os nossos direitos garantidos.

Bem, a seguir nós vamos ver alguns registros de temas que nós elencamos como sendo importantes nessa tarde, para o esclarecimento de todos que estão aqui e das pessoas que estão também nos assistindo, que possam ficar com alguma... e sugere inclusive uma reflexão sobre tudo que a gente vai ver agora.

Slide - A terceirização. A gente vai tratar um pouco mais disso, mas tem algumas informações a respeito desse processo que ocorreu dentro da Companhia após a privatização.

Então, a baixa na qualidade dos serviços está ligada diretamente com a questão da terceirização. Por quê? Porque há uma contratação de mão de obra muitas vezes não especializada, não capacitada, não preparada para assumir uma atividade fundamental e de risco.

Também, no ano que ocorreu a privatização, o número de emissões foi horrível, imagina mil pais e mães de família sendo demitidos de um momento para o outro. Eu estava lá na empresa, eu via como era a situação dos meus colegas trabalhadores e trabalhadores, o clima que se instalou dentro da Companhia foi terrível. E isso também foi também provocando uma insatisfação, um medo muito grande nos trabalhadores.

A terceirização, hoje, ela representa um inimigo para nós, para a sociedade. Por quê? Porque ela não respeita o ser humano, não respeita o consumidor e não respeita o trabalhador. A forma como ela vem sendo aplicada dentro da concessionária é desumana. E o sindicato, Sindelétro vem lutando contra isso, apesar de todos os nossos esforços não terem conseguido barrar ainda da forma como queríamos, esse processo desumano, cruel, injusto.

Hoje nós temos uma média de seis mil e quinhentos trabalhadores terceirizados prestando serviço para a ENEL e apenas mil e cem trabalhadores próprios. Isso é um risco muito grande. Por quê? Porque a mão de obra terceirizada, muitas vezes, não é qualificada, não é considerada como deveria ser, é apenas mão de obra barata.

Slide - A ENEL contrata através de várias empresas; 52 empresas prestam serviço para a ENEL, muitas delas não são sediadas aqui, no Ceará, e a ENEL contrata, muitas vezes, por critérios que nós não entendemos, de uma forma que não há um acompanhamento, uma fiscalização, e o que ocorre é isso que vocês ouviram há pouco tempo aí do Geovani quando ele falava da Endicon, onde o sindicato estava do lado deles

lá na reunião que teve na ENEL, e que não deram a mínima atenção; onde o sindicato está com as ações lutando na justiça a favor deles e, muitas vezes, nós percebemos a justiça morosa e a ENEL de braços cruzados numa ação, em ações que já duram três anos ou mais. Isso é desumano. Muitos saiam do sistema, não trabalham mais no setor elétrico; alguns são caminhoneiros, outros montaram pequenos comércios, e até hoje não viram a cor do dinheiro, e é dele trabalhadores da Endicon, ex-trabalhadores da Endicon, mil e cem trabalhadores, como Geovani falou. O sindicato tá junto deles e a gente vai conseguir reverter essa situação.

Slide - Bem, aí é aquele número que eu disse para vocês, mais ou menos sete mil trabalhadores terceirizados; mil e 300 funcionários próprios hoje, é o número que nós temos hoje.

Slide - Bem, a terceirização ela provoca isso aí que vocês estão vendo: a precarização da mão de obra. Por quê? Porque não há fiscalização, não há punição. As empresas fazem o que querem. Muitas vezes nós percebemos que a ENEL se tornou uma refém das empresas terceirizadas. Refém por quê? Porque a ENEL não pode exigir, não pode cobrar, porque se cobra a empresa vai, fecha as portas, solicita a Rescisão do Contrato; pressiona a ENEL, e a ENEL com medo de perder aquela empresa, porque não há em nosso Estado algo que a ENEL deveria fazer, deveria preparar, deveria patrocinar cursos, entidades, formação para novos eletricistas e não faz. Então isso precariza o serviço da mão de obra em nosso Ceará.

Slide – Nós temos muitas Ações por conta disso, Ações Trabalhistas por conta da má prestação do serviço e da falta de respeito e de consideração do empregadoterceirizado. Eles recorrendo a nós e, muitas vezes quando não é possível regularizar a situação na esfera administrativa temos que recorrer à justiça. Então 17 empresas estão processadas, estão sendo processadas pelo sindicato, e pelo menos, dentro dessas Ações mais de oito mil trabalhadores, imagina,oito mil pessoas dependendo de Ações que estão tramitando na justiça. E a ENEL, muitas vezes, a justiça quando

determina, quando sentencia que algo seja regularizado pela concessionária, a ENEL utiliza os recursos que tem para fazer com que essa Ação se prolongue cada vez mais através de recursos. Todo mundo tem direito defender na justiça, mas, muitas vezes nós sabemos que aquilo ali é apenas para adiar uma coisa que ela tem que resolver o quanto antes. E se ela valorizasse o seu empregado, o trabalhador que presta serviço para ela, ela teria condições de resolver.

Slide - Bem, o lucro, todo mundo já sabe, a sociedade já sabe, ano passado, 2022, mais de 640 milhões de reais a ENEL arrecadou em lucro. Isso já tirando toda a despesa dela, tudo que ela investiu,tudo que ela gastou. Isso é incompatível totalmente com a questão da qualidade do serviço que ela presta.

Quando nós percebemos que o sistema precisa de manutenção, precisa de investimento, e onde está esse dinheiro? Para onde vai esse dinheiro? O que a ENEL tem feito do lucro exorbitante que ela tem arrecada? Nós não sabemos. Não imaginamos. Apenas supomos que esse dinheiro está saindo daqui, ele não tá ficando no nosso Estado. Por quê? Porque não há um investimento. A ENEL não faz investimento nem do pessoal dela, porque ela tá reduzindo cada vez mais as pessoas, os trabalhadores próprios e tá cada vez mais precatizando o serviço, a qualidade, o tempo que ela gasta para atender os nossos pedidos, as nossas reclamações, para atender aos pedidos dos consumidores, tudo isso a gente demonstra que a ENEL realmente não está aplicando o lucro que ela tem na qualidade do serviço. Um número imenso de reclamações no DECON e em outras instâncias também que recebem as reclamações dos consumidores.

Slide - Aí o número de reclamações no DECON, recordista, nos últimos dez anos a ENEL tem ocupado esse espaço dentro da mídia e dentro da visão do consumidor. As pesquisas demonstram que a ENEL está caindo; a qualidade do serviço já não é a mesma há muito tempo, e a tendência é piorar, uma vez que ela mesma está querendo sair do Estado.

Slide - Bem, a insatisfação dos trabalhadores está representado aqui, o Geovani já falou uma, também pelas Ações que nós entramos, pela quantidade de acidentes, de mortes, pela quantidade de Ações que a empresa vem fazendo ao longo do tempo e que tem colocado o trabalhador na situação cada vez mais difícil. Nós lutamos pela justiça no trabalho, para que ela seja aplicada a quem deve, a quem merece que é o trabalhador. Não queremos nada além do que o reconhecimento do valor do trabalho e de quem o presta, do trabalhador, de quem o realiza, nós queremos apenas isso. A luta do sindicato é essa junto com outros trabalhadores.

Slide - Bem, fizemos uma pesquisa, o sindicato fez uma pesquisa e 80, isso aqui já são com os próprios, 84% estão insatisfeitos com os seus salários; 68% afirmam ganhar abaixo do mercado e 72% afirmam não ser valorizados pela empresa. Como é que uma empresa dessas com 640 milhões de reais em apenas um ano, de lucro, não consegue cumprir e não consegue satisfazer os seus funcionários próprios, mil e 300, no máximo. É uma situação realmente incômoda demais. A ENEL trata isso como uma coisa normal e propagaa todos os ventos que paga bem, que é uma das melhores empresas; na verdade, não é. A verdade há muita mídia, há muito marketing, há muita propaganda em cima do nome da ENEL, muitas vezes provocada pela capacidade que ela tem, a capacidade financeira que a empresa tem de custear essa mídia e essa propaganda.

Slide - E a nossa luta maior, o nosso sonho, o sonho do sindicato e de toda a categoria eletricitária do Ceará: A reestatização da nossa Companhia Energética. A nossa Concessionária era o patrimônio do povo; foi negociada, mas de uma forma que o modelo não atendeu as promessas e dizia atender. Então nós questionamos o modelo de gestão, o modelo de privatização que foi aplicado na Companhia Energética do Ceará. Não atendeu. Enganou. Era uma falácia, uma falácia.

Hoje percebemos que a privatização da empresa trouxe prejuízos incalculáveis, alguns deles irreparáveis para a comunidade cearense, para os consumidores, e que somente outra empresa que tivesse outra visão talvez atendesse alguma coisa. Mas o

nosso grande sonho, o anseio é de que esse patrimônio volte para as mãos do povo e seja administrado pelo nosso Estado, pelo governo. Por quê? Porque quando era pelo governo a Companhia, antes de ser vendida, estava muito bem obrigado, estava muito tranquila e, no entanto, por isso apareceram vários compradores, mas que transformaram a nossa Coelce numa verdadeira fábrica de demissões, numa verdadeira fábrica de morte.

Nós contabilizamos, desde a privatização até o ano de 2021, 67 mortes de trabalhadores, a maioria de empresas terceirizadas, eles chamam empresas parceiras, mas na verdade não é há uma parceria nisso, onde você trabalha, doa o seu sangue, o seu suor e morre; e eu, como empregador, como o dono da empresa, fico cada vez mais rico e poderoso. Isso não é parceria. Isso é usurpação do direito e do valor da pessoa, do trabalho, do trabalhador. Isso não pode ser uma parceria e nunca vai ser. São pessoas humanas, trabalhadores terceirizados que precisam ter os seus direitos e o seu valor reconhecido. Bem, muito obrigado pela atenção. (aplausos)

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Conforme essa apresentação do senhor Plínio, vou já passar aqui para deputados e deputados fazerem as perguntas, senhor Plínio, mas já quero agradecer. Essa apresentação encontra-se com aquilo que a gente tem debatido nesta Casa já há um bom tempo, e mais aprofundadamente desde que abrimos aqui essa Comissão Parlamentar de Inquérito, é uma empresa que leva do povo cearense um lucro muito grande, leva muito dinheiro, por um serviço de baixa qualidade, em muitos casos de qualidade quase que zero, e deixando a população indignada com esse serviço ruim, pagando uma tarifa alta, muitas vezes aumenta a tarifa sem explicar à população por que do aumento da tarifa, e enquanto isso nós população, consumidores achávamos que era só conosco.

Pelo que eu percebo aqui, para além do consumidor tá sendo, Deputada Larissa, prejudicado, aquele que presta o serviço também à ENEL tá sendo prejudicado não só pela falta do pagamento que aqui estão reivindicando, mas pela forma como são tratados por essa gigante financeira, muitas vezes o CEO, eu costumo dizer que esse CEO tá lá na

Itália talvez não saiba nem onde fica o Ceará, mas sabe o quanto vai do bolso do povo cearense de lucratividade para essa empresa ENEL.

Eu vou fazer uma pergunta aqui, eu já vou abrir, a Deputada Larissa será a primeira, Deputado Carlos segundo, Deputado Guilherme Sampaio, mas eu deixo uma pergunta aqui, é um pouco parecido com que o senhor já falou, mas eu acho que cabe fazer a pergunta que ela é mais específica.

Como o senhor avalia a prestação dos serviços da ENEL no que se refere à manutenção de equipamentos como: postes, medidores, fiação, etc.,

SR. PLÍNIO MONTEIRO (Sindeletro): Eu vou responder essa pergunta e algumas outras, as próximas eu vou passar aqui para a Dra. Jane e para o Fernando também poderem também dar a contribuição deles.

Muito a desejar. A manutenção da rede da ENEL deixa a desejar. Por quê? Porque nós percebemos que o número de reclamações de consumidores vem aumentando consideravelmente, não só no DECON, mas também na Agência Nacional de Energia Elétrica que acompanha as reclamações dos consumidores e a Agência Reguladora Estadual.

Eu tive a oportunidade de ouvir o senhor Winston, o Presidente da ARCE, acho que foi na última reunião de vocês, sobre a CPI, e algumas coisas eu fiquei pensando, por quê? Porque eu conheço a ARCE já há 20 anos, o trabalho que a gente Reguladora vem fazer. E realmente concordo com ele em alguns pontos quando ele diz que o orçamento diminuiu, que a fiscalização caiu por isso; que houve uma reestruturação da ANEEL; também, ao mesmo tempo eu fico questionando que sentido tem a ver uma Agência Reguladora que não fiscaliza a função básica que é a qualidade do serviço prestado pela concessionária.

A ANEEL ela acompanha, ela registra, ela faz a gestão de todas essas reclamações, e, no entanto, as punições, a fiscalização que a ANEEL faz não acontece. Isso deixa a Concessionária muito confortável em não fazer o seu papel da forma devida.

Nós temos um tempo de atendimento das reclamações e das demandas dos consumidores elevadíssimo, a ANEEL acompanha isso, a ANEEL tem os relatórios e, no entanto, o que é que a ANEEL cobra? O que é que a ANEEL aplica de sanção sobre a ENEL, uma vez que a gente percebe como o presidente da ARCE comentou, que é quase uma parceria, aí talvez nesse caso haja uma parceria porque uma favorece a outra, entre a Agência Nacional e a Companhia Energética daqui do Estado, onde multas são canceladas e também onde há vista grossa, onde não deveria haver.

As reclamações dos consumidores são o principal termômetro para avaliar como é que tá o grau de insatisfação do consumidor em relação ao que ele precisa que a ENEL forneça. Então as estruturas, as estruturas da nossa rede estão velhas.

Há uma necessidade muito grande... o nosso Estado é um Estado onde há o nosso clima e a proximidade litorânea eles provocam muitos danos à rede, e nós percebemos que a manutenção que era feita antes, de forma regular, programada, já não ocorre como antes. A Concessionária fazia antes, bem antes o seu papel das inspeções, das manutenções programadas, havia os relatórios anuais, os planejamentos, e, no entanto tudo isso parece que foi sendo deixado de lado à medida que o tempo foi passando, e hoje o que a gente percebe é uma rede velha, e muitos locais não suporta o desenvolvimento e o aparecimento de novas indústrias ou conjuntos habitacionais, e a gente vê isso também quando os prefeitos, através da Associação deles, reclamam constantemente da empresa, dizendo que não são atendidas em seus ofícios.

E tudo isso, presidente, demonstra que a Concessionária ela vem deixando de lado seu o papel. Não vem fazendo o seu serviço. Parece que o único serviço que funciona realmente, de fato, na empresa é cobrar, emitir a fatura e cortar quando não paga. Não liga no prazo que a ANEEL determina. Ea ANEEL, por sua vez, não pune a empresa por não ligar no prazo.Então é uma cadeia que precisa ser quebrada em algum momento. A coisa acontece, ela começa errada e termina errado e ninguém paga por isso.

Então, daí eu tiro a conclusão de que a pergunta do senhor é que a ENEL não vem fazendo, o serviço torna-se cada vez mais precário. É uma condição. Isso é apenas uma condição da precarização do serviço: a não renovação, a não manutenção ou a manutenção devida da rede de distribuição aliada à questão da insatisfação dos trabalhadores que poderiam fazer esse serviço de forma devida.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Obrigado, senhor Plínio.

Saudar o Deputado Agenor que faz parte da Comissão Parlamentar de Inquérito, Agenor Neto, os demais já saudei; Deputado Guilherme Sampaio já saudei, está aqui conosco; Deputado Bruno já estava conosco.

Passo a palavra à Deputada Larissa Gaspar.

SRA. DEPUTADA LARISSA GASPAR (PT): Obrigada, presidente. Pela explanação aqui do Plínio, representando o Sindeletro, fica bem nítido que desde o momento da privatização houve uma queda drástica na qualidade da prestação do serviço de distribuição de energia elétrica aqui no Estado.

Aí eu queria fazer algumas colocações rápidas. Uma delas é se vocês têm um comparativo com outros Estados onde o serviço não é prestado pela ENEL? Porque nos Estados que a gente tem conseguido também acompanhar como, por exemplo, São Paulo, onde é prestado pela ENEL, há também uma grande reclamação, inclusive nesses dias a CBN ficou fora do ar por problemas na distribuição elétrica por parte da empresa.

Queria também fazer uma pergunta que ela é um pouco, entra assim um pouco na intimidade, vamos dizer assim, mas também são fatos públicos, que era saber a média salarial dos trabalhadores próprios da ENEL e dos terceirizados? Por que essa pergunta? Porque é uma atividade que expõe a risco a vida desses trabalhadores, então no mínimo deveriam ser bem remunerados, tendo em vista a alta periculosidade e insalubridade a que se expõe diariamente. Saber também se recebem os mesmos benefícios, os servidores próprios e os servidores terceirizados.

Se vocês têm também uma média de números de acidentes de trabalho que tem acontecido nesses últimos períodos? Se há uma boa vontade, uma pré-disposição da empresa para realizar as discussões sobre as Convenções Coletivas de Trabalho, que são importantes para garantir os direitos dos trabalhadores?

Uma colocação também que eu queria fazer, mas eu entendo que tá respondida: Qual é a solução que se aponta, que o sindicato aponta para que o Estado do Ceará possa assegurar uma boa prestação desse serviço à população cearense, me parece que a saída apontada por vocês é a reestatização.

Então esses pontos que eu queria trazer aqui para contribuir no debate, e aproveitar para registrar que o Município de São Gonçalo, mais especificamente ali na Taíba, tem tido grande movimento também de denunciar a falta de abastecimento de energia elétrica; trabalhadores, comerciantes, residências e até a infraestrutura da cidade da Taíba totalmente afetada por esse desabastecimento da ENEL.

Então vou até solicitar também uma oitiva de uma comissão de moradores da Taíba que tem denunciado, feito abaixo-assinado reclamando dessa péssima prestação dos serviços da ENEL. Então era isso. Eu agradeço pela presença de vocês. (aplausos)

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARMELO NETO (PL): A Mesa cumprimenta Vossa Excelência pelas perguntas, se o Dr. Plínio tiver algo a acrescentar.

SRA. DEPUTADA LARISSA GASPAR (PT): Só registrar aqui, presidente, também a presença do MAB (Movimentos Atingidos por Barragens), que tem também feito essa denúncia da absurda cobrança do preço da energia; tem até um slogan: *O preço da luz é um roubo*! E a gente precisa realmente fazer essa discussão. Obrigada.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARMELO NETO (PL): A Mesa cumprimenta Vossa Excelência, Deputada Larissa, se o senhor Plínio tiver algo a acrescentar pode ficar à vontade.

SR. PLÍNIO MONTEIRO (Sindeletro): Eu como estou com companheiros aqui do lado,vou deixar aqui o Fernando Avelino que é um dos nossos diretores, diretor do

sindicato, possa responder algumas desses questionamentos que a Deputada Larissa apresentou, e à medida que for passando eu posso também complementar, tá bom?

SR. FERNANDO ANTÔNIO DE MOURA AVELINO (Sindeletro): Boa tarde a todos e a todas. É uma satisfação a gente estar aqui nesse Plenário que está com bastante pessoas presentes para discutir a CPI da Coelce.

Para mim é muito interessante essa discussão, principalmente dentro das perguntas que a Deputada Larissa colocou. Eu já estava pensando em falar isso. Eu sou um funcionário da Coelce. Acabei de sair da Coelce há poucos dias, diga-se de passagem, mas eu sou funcionário da Coelce há 47 anos. Então conheço antes, durante e depois da privatização. E eu tô dizendo isso porque nós fomos contra a privatização e fizemos toda uma batalha para que isso não acontecesse, mas à época o governador do Estado resolveu privatizar, mesmo a população do Estado do Ceará, cerca de 95% ser contra a privatização.

A campanha que nós fizemos; pesquisas que foi feita na época, acho que pelos jornais, os jornais aqui Diário e O Povo e o índice de insatisfação, o índice de insatisfação com a Coelce era esse. A população não queria privatizar, por quê? Todos sabiam e nós sabíamos que os serviços piorariam como também o preço da energia.

Eu tô puxando essa discussão porque hoje passados esses anos, eu não sei exatamente agora porque não cheguei a verificar, mas anos atrás, se não me falha, cerca de sete anos atrás, seis, sete anos, quando eu fiz o último levantamento do crescimento da tarifa aqui no Estado do Ceará, a tarifa da Coelce tinha crescido 100% de ganho real. O que é que isso quer dizer? Que o preço da tarifa mudou, duplicou em ganho real! Ou seja, acima da inflação. Por exemplo, se inflação dava dez ela estava 20, ou seja, a inflação, quer dizer, cresceu um valor e o real em cima desse falou foi 100%, quer dizer, dobrou.

O que é que eu quero dizer com isso, e tô trazendo a dias de hoje: Não sei se o número é mais baixo, não sei se o número tá mais alto porque sempre a cada quatro anos é feito de novo um estudo e realocado, digamos assim, feita alguma modificação na

tarifa, mas nunca baixou porque, diga-se de passagem, o Plínio falou da ANEEL, da ANEEL não, da ARCE que tem ligação com a ANEEL, que é órgão Regulador, mas toda vida que a Coelce foi para as chamadas audiências públicas, que nós tivemos presente, nós sempre pedimos valores de reajuste abaixo e a ANEEL sempre deu reajustes acima do que a própria Coelce colocou.

Não lembro muito do ano, não me lembro qual foi o ano, se foi 2002, 2003, algo por aí, onde a Coelce tava pedindo cerca de 28% de reajuste, nós fomos contra, batemos, falamos, e a ANEEL deu um reajuste de 31, deu mais do que a Coelce. Anos também depois a Coelce pedia 15 ela deu 18, e por aí vai. Ou seja, coisas que são complicadas do nosso ponto de vista enquanto população.

Isto deixa claro que se hoje a Coelce for reestatizada, com certeza temos margens para melhorar a qualificação do atendimento da população, temos margem para dar a qualidade da mão de obra, tanto do ponto de vista para a população como também deles receberem da Coelce, um valor justo pelo seu desempenho, como também temos condições de finalizar com a tarifa reduzida a um valor importante, não vou lhe dizer de cara porque eu teria que fazer um estudo para chegar à conclusão de quanto, mas com certeza com o lucro, com o ganho como a Coelce tem de 600 milhões de reais, isso é uma média nos últimos 20 anos de privatização da Coelce, que tá com 25, se fizer isso aí nos últimos 25 anos, com certeza a Coelce tem uma média de lucratividade bem alta, mesmo nos anos de pandemia, mesmo nos anos de dificuldade. Vocês podem verificar se acharam que eu tô conversando, é fácil, pega um jornal e faça uma pesquisa, é 600, é 500, é 400, é 350, e isto foi ao longo de 25 anos, e a população do Estado do Ceará está na situação que está.

Por exemplo, semana passada, falando aqui da dificuldade de energia, semana passada eu tava lá perto ali do Pacujá, num localzinho, uma pousadinha chamada Balneário Caratininga. O Balneário Caratininga ele comprou a subestação dele para colocar o poste; colocou o transformado, e sem motivo nenhum continua faltando energia

lá. Por quê? Porque a Coelce colocou o transformador errado, tudo pago, colocou o transformador errado, já está há não sei quanto tempo, e esse transformador não é substituído, e o Balneário lá que deveria estar ligado no seu transformador particular tá ligado na rede pública, e a rede pública que tá lá não aguenta o Balneário. Isto eu estava lá semana atrasada, faltou energia duas vezes no mês, para vocês terem uma ideia com esta situação.

Então, meus amigos, a saída para esta realidade é reestatizar, e a reestatização se não for feita agora, ela tá bem aí, porque a Coelce foi privatizada com a promessa de que a privatização, a concessão seria 30 anos podendo ser prorrogada, e pelo andar da carruagem a gente entende que não pode ser prorrogado. Então na pior das hipóteses a gente tem que finalizar isso daí.

E diga-se de passagem, isso não é só uma questão como meu amigo Plínio aqui colocou, não criticando, mas indo além do que ele colocou, que o problema não é modelo de privatização. A privatização no mundo todo das empresas de energia, de água e os serviços públicos e históricos estão todos sendo reestatizados. E no Brasil nós estamos fazendo ainda campanha para privatizar aquilo que ainda não está privatizado.

E aí deputada, só finalizando, por exemplo, salário médio da Coelce, hoje exato eu não sei, porque depois que acabaram o Imposto Sindical eu não tenho os dados suficientes para dizer, mas eu posso lhe dizer que antes de acabar o Imposto Sindical o salário médio da Coelce era algo em torno de seis mil reais, cinco mil e 500, certo?

Os trabalhadores médio da Coelce, o salário médio dele não chega a dois mil reais, se eu pegar todos os trabalhadores a média é algo isso aí. Agora se eu pegar com tudo,o salário bruto talvez chega aí a uns dois e poucos reais, ou seja, é menos da metade.

O vale-alimentação dos trabalhadores terceirizados é 21 reais, enquanto o da Coelce é quarenta e pouco, esse é o dobro. Quer dizer, ou seja, aquele discurso que os patrões antigamente fazia que a empresa, a terceirização não é para precarizar é falacioso, na verdade, a terceirização para precarizar, porque não tem lógica uma empresa, por

exemplo, do nosso caso também, a gente trabalha 40 horas semanais, por que os terceirizados trabalham 44? Por que eles têm que trabalhar, - hoje a gente tava discutindo com o Sindicato Patronal, - por que eles têm que trabalhar no sábado? Trabalhar no sábado é só o Serviço de Emergência, não é todo mundo, na Coelce só se trabalha sexta-feira. O Serviço de Emergência, o Serviço de Manutenção é que fica de acordo com a necessidade. E é isso que a gente gostaria. Mas, ou seja, a situação dos terceirizado não é igual a dos próprios que deveria ser, não poderia ser diferente, certo. Então essa é uma questão.

E a gente tem dificuldade, mesmo nós trabalhadores da Coelce temos dificuldades nas negociações, no acompanhamento, no pagamento de alguns direitos. Não é tudo flor, maravilha não. Claro que eu não posso considerar a Coelce como uma empresa terceirizada, até porque ela é tomadora, mas nós também temos as nossas dificuldades, tá certo? Então se eu esqueci alguma pergunta a senhora pode...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARMELO NETO (PL): A presidência tem uma sugestão. O senhor Plínio convidou suas pessoas que fazem parte do Sindeletro para fazerem uso da palavra, a sugestão é que os deputados formulem a pergunta ao senhor Plínio, e ao final vocês possam dar a contribuição, inclusive após ouvir outros deputados talvez enseja algum outro tipo de fala, acho que é importante ouvir a todos primeiro. De acordo Deputada Larissa, Deputado Guilherme, Agenor? Ninguém se opondo, eu vou iniciar fazendo algumas perguntas que elaborei, sem antes cumprimentar todos que fazem o Sindeletro na pessoa do senhor Plínio, e também dizer aos nobres Deputados: Agenor, Bruno e Guilherme que estão aqui, que o momento para fazer a inscrição de perguntas vocês podem ficar à vontade também se quiser elaborar algum tipo de questionamento, eu anoto aqui o nome enquanto o Presidente Fernando não chega e eu ocupo que essa interinidade.

Deputado Guilherme é o primeiro inscrito após as minhas perguntas.

Então vamos lá. Eu vou fazer algumas perguntas aqui senhor Plínio, que parecem ser clichês, porque alguns assuntos vossa excelência já abordou, mas é importante para nossa formação de juízo repetir essas perguntas e as respostas a partir desses questionamentos.

A primeira. O Sindeletro já teve de recorrer à justiça por conta de algum problema com a ENEL, se sim, qual foi o resultado? O senhor pode ficar à vontade para responder.

SR. PLÍNIO MONTEIRO (Sindeletro): Não tem mais outra?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARMELO NETO (PL): Tem algumas perguntas, mas eu prefiro de maneira individual, de uma em uma, isso.

O resultado de alguma ação judicial, alguma medida que o Sindeletro tenha tomado na justiça contra alguma coisa relacionada à ENEL?

SRA. JANE CALIXTO DE ALMEIDA MORAIS (Sindeletro): Ok. Boa tarde a todas, a todos e a todes. Eu cumprimento aqui a Mesa no nome da Deputada Larissa Gaspar, é um prazer estar aqui mais uma vez nessa Casa.

Deputado, é o seguinte, nós tivemos inúmeras Ações contra as prestadoras de serviço e contra a ENEL também, tanto nós temos Ações movidas contra a ENEL de trabalhador próprios dela, que reclamam também direitos e benefícios que são suprimidos que são restringidos pela empresa; descumprimento da legislação; descumprimento de Acordo Coletivo de Trabalho. Então, da própria ENEL nós temos diversas Ações e a grande maioria dessas Ações nós tivemos ganhos de causa e muitas ainda estão tramitando.

E as Ações que nós temos contra as terceirizadas, onde a gente inclui nas Ações a ENEL como responsável subsidiária, que tem a obrigação de cumprir, a pagar as obrigações não cumpridas pelas suas terceirizadas, porque nós não podemos dissociar a terceirização da ENEL, da própria ENEL. A gente tem mil e 300 trabalhadores próprios da ENEL e quase sete mil trabalhadores terceirizados, e esses trabalhadores terceirizados eles são da conta da ENEL também. Por quê? Porque muitas dessas atividades são

inclusive controladas pela própria ENEL. A própria ENEL orienta os trabalhadores, cobra desses trabalhadores ou diretamente ou através da terceirizadas. Então a terceirizadas elas são apenas a empresa intermediária dessa mão de obra que tem como tomadora a ENEL.

Inclusive um trabalhador disse recentemente na reunião que nós tivemos inclusive lá na ENEL, que quando o trabalhador chega para cortar uma luz ou para resolver algum problema no poste, na rede de energia, as pessoas não identificam ali a terceirizada da ENEL, elas identificam a própria ENEL, é a Concessionária de energia que os trabalhadores veem. Então a farda tem o nome da empresa; o carro tem a logomarca da empresa. Então é a ENEL que está ali porque é ela que tem como cliente todos nós que somos consumidores.

Então, assim, todas essas Ações a ENEL está como responsável subsidiária, e na grande maioria das nossas Ações que são muitas, a própria ENEL é que paga no final das contas quem paga a conta esses direitos que foram descumpridos pelas terceirizadas, os direitos que foram lesados de alguma forma, verbas salariais, verbas alimentares.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARMELO NETO (PL): Então, só para ser mais objetivo: A ENEL costuma atender esse tipo de Acordo na justiça?

SRA. JANE CALIXTO DE ALMEIDA MORAIS (Sindeletro): Não é Acordo, ela é obrigada a pagar na execução do Processo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARMELO NETO (PL): Então ela não faz Acordo...

SRA. JANE CALIXTO DE ALMEIDA MORAIS (Sindeletro): Muito raramente. Muito raramente a ENEL chega para fazer algum Acordo. Quando ela vem propor algum Acordo normalmente é querendo pagar 50% do valor devido, quando o Processo já tramitou durante anos, já passou pela 1ª Instância, 2ª Instância até o TST em Brasília, porque ela recorre até às últimas Instâncias. E na hora de efetuar o pagamento a justiça determina que a ENEL pague. Algumas situações muito específicas e muito raras, a

própria terceirizada efetuou o pagamento, mas na sua grande maioria é a tomadora de serviço, que no caso é a ENEL, que responde pelo pagamento das verbas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARMELO NETO (PL): Perfeito. Outra pergunta:Qual foi a quantidade de reclamações trabalhistas, Ação Civil Pública ou algum tipo de denúncia que o sindicato fez na justiça? Tem esse número, a quantidade exata?

SRA. JANE CALIXTO DE ALMEIDA MORAIS (Sindeletro): Até mostramos aqui, desde 2012, apenas o levantamento de 2012 para cá que nós tivemos em torno de 8.400 Ações...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARMELO NETO (PL): 8.400?

SRA. JANE CALIXTO DE ALMEIDA MORAIS (Sindeletro): Não. Desculpa, 8.400 trabalhadores. Na verdade foram 83 Ações Coletivas. Isso Ações Coletivas porque muitas vezes a gente tem Ação que envolve mil trabalhadores, 400 trabalhadores.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARMELO NETO (PL): Isso de 2000 e quanto para cá?

SRA. JANE CALIXTO DE ALMEIDA MORAIS (Sindeletro): De 2012 para cá.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARMELO NETO (PL): 2012.

SRA. JANE CALIXTO DE ALMEIDA MORAIS (Sindeletro): Isso sem falar nas representações que nós fazemos perante o Ministério Público do Trabalho, que também acontecem muitas. Então, assim, são muitas Ações que realmente tramitam, e a ENEL é a grande responsável por tudo isso, porque se ela paga mal, contrata mal, não cumpre, porque obrigação da empresa, os contratos dela preveem isso que ela tem obrigação de exigir da prestadora de serviço, é uma prestação de contas das obrigações legais.

Nós temos empresa hoje que está trabalhando para a ENEL que desde 2020 não pagam horas extras aos trabalhadores, não recolhe FGTS dos trabalhadores; não recolhe INSS dos trabalhadores. E a ENEL tem total conhecimento disso porque as nossas denúncias a gente faz enviando Ofício para a prestadora de serviço, para a ENEL

também, e para o Ministério Público. Inclusive tramita no Ministério Público procedimento investigativo sobre o assunto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARMELO NETO (PL): A ENEL costuma atender ou não costuma atender as solicitações feitas pelo Sindeletro antes de algum tipo de medida judicial?

SRA. JANE CALIXTO DE ALMEIDA MORAIS (Sindeletro): Sim, na maioria das vezes quando a gente chama a ENEL para compor em alguma representação perante o Ministério Público ou mesmo perante o sindicato, eles simplesmente dizem que vão averiguar; que o problema é com a terceirizada; que eles não têm nada aver com isso. E eles ficam muitas vezes como ouvintes nas audiências que acontecem no Ministério Público.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARMELO NETO (PL): Eles não atendem a solicitação?

SRA. JANE CALIXTO DE ALMEIDA MORAIS (Sindeletro): Eles não atendem. Muito excepcionalmente, principalmente nos últimos anos eles não vem atendendo nem quando os trabalhadores deixam de receber salário porque a prestadora não efetuou o pagamento.

Nós tivemos um caso agora recente que os trabalhadores passaram 20 dias e só receberam o salário no vigésimo dia do mês subsequente e, mesmo assim, porque nós tivemos que entrar com Ação Judicial pedindo bloqueio de contas da empresa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARMELO NETO (PL): Perfeito. Qual a reclamação mais frequente que chega ao sindicato dos trabalhadores?

SRA. JANE CALIXTO DE ALMEIDA MORAIS (Sindeletro): Olha, são muitas, são inúmeras as reclamações; é atraso em pagamento de salário; salário insuficiente; férias que os trabalhadores são colocados de férias e não recebem os direitos das férias; horas extras que não são pagas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARMELO NETO (PL): Se fosse elencar uma seria o atraso de pagamento? Se for para elencar uma reclamação mais frequente seria o atraso?

SRA. JANE CALIXTO DE ALMEIDA MORAIS (Sindeletro): É uma delas. É difícil a gente elencar só um. Porque para você ter ideia, deputado, até EPI (Equipamento de Proteção Individual) que a legislação diz que não pode haver nenhum tipo de desconto do salário do trabalhador, e também a nossa Convenção Coletiva também garante isso, as Normas do Ministério do Trabalho também asseguram isso, e mesmo nesses casos as terceirizadas descontam o equipamento, o EPI, do salário do trabalhador.

Então, assim, os abusos são cometidos, as ilegalidades, as irregularidades são as mais diversas, e a ENEL tem total conhecimento disso e não toma nenhuma atitude, porque as empresas continuam prestando o serviço, e ela, parece, que perdeu completamente o interesse pelo controle desses contratos, e com os trabalhadores não tem nenhum compromisso, porque os trabalhadores que trabalham em atividade de extremo risco são obrigados a ir trabalhar sem ter salário em dias, com contas atrasadas. Se eles não pagarem a conta de energia a ENEL vai lá e corta a conta deles, e eles têm que pagar juros e multas; e a empresa paga o salário vinte dias depois o mesmo valor...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARMELO NETO (PL): Existe algum mecanismo oficial de diálogo entre a ENEL e entre os sindicatos?

SRA. JANE CALIXTO DE ALMEIDA MORAIS (Sindeletro): Nós sempre buscamos esse diálogo com a ENEL.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARMELO NETO (PL): Presencial ou diretoria responsável por esse diálogo?

SRA. JANE CALIXTO DE ALMEIDA MORAIS (Sindeletro): Presencial e virtualmente a gente sempre busca esse diálogo. Eles até chegam a nos receber, marcam uma reunião, a gente conversa, mas não resolve.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARMELO NETO (PL): Existe algum responsável?

SRA. JANE CALIXTO DE ALMEIDA MORAIS (Sindeletro): Algum tempo atrás tinha realmente um setor aqui na empresa responsável por esses contratos, pela fiscalização dos contratos de empresas terceirizadas. Mas nos últimos anos a empresa concentrou tudo isso na sede dela em São Paulo e Rio de Janeiro, e aqui a gente não consegue falar com ninguém diretamente responsável. A gente sempre tem que buscar o diálogo com o representante da empresa no Rio ou em São Paulo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARMELO NETO (PL): Certo. A última pergunta: Antes da privatização da Coelce apenas 16% da população rural do Ceará era atendida pelo Setor Energético. Hoje quase a totalidade das residências cearenses possui energia, o sindicato reconhece que esse seria um avanço?

SRA. JANE CALIXTO DE ALMEIDA MORAIS (Sindeletro): Da Coelce, não. Isso é avanço das políticas do governo popular de Lula e Dilma que implantaram Luz Para Todos, e as empresas tiveram que realizar esse trabalho.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARMELO NETO (PL): A privatização, na visão do sindicato, não representou esse tipo de avanço concreto?

SRA. JANE CALIXTO DE ALMEIDA MORAIS (Sindeletro): Não, de jeito nenhum. A privatização só trouxe aumento na tarifa, precarização nas condições de trabalho. Para o senhor ter ideia, antes da privatização a empresa tinha um local de treinamento onde ela realizava cursos e fazia treinamentos regulares com os trabalhadores, e esse Centro de Treinamento foi simplesmente fechado, foi extinto, e os trabalhadores trabalham sem ter uma periodicidade nesse treinamento que é fundamental para a boa qualidade do serviço e para a sua própria segurança.

Então existe muita cobrança, muita pressão, muita produtividade, é exigida muita produtividade dos trabalhadores e sem dar a contraprestação devida e as condições de trabalho necessárias.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARMELO NETO (PL): Perfeito. Me sinto contemplado. Vou passar agora a presidência para o deputado com mais idade, mais experiente, o Deputado Agenor que está aqui. E o Deputado Guilherme vai fazer suas perguntas, que eu vou ter que entrar no âmbito virtual.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO AGENOR NETO (MDB): Deputado Guilherme para suas ponderações.

SR. DEPUTADO GUILHERME SAMPAIO (PT): Muito obrigado, presidente.

Boa tarde. Presidente Agenor, Deputado Bruno, Deputada Larissa. Queria fazer uma saudação especial à direção do Sindeletro na pessoa do Plínio, do seu Presidente, do Fernando Avelino, de seus dirigentes.

Cumprimentar a Dra. Jane Calixto, advogada do Sindeletro que está dando uma contribuição também muito importante aos trabalhados dessa CPI. Os deputados: Guilherme Landim e Lia Gomes que acompanham pela plataforma. E queria saudar também a ex-deputada Iris Tavares que aqui está prestigiando esse importante momento, essa iniciativa da Assembleia Legislativa, em nome do povo cearense, em contraste com esse desaforo que está sendo praticado aqui no Estado do Ceará já há algum tempo, em função da maneira como essa empresa tem prestado os seus serviços, serviços com os quais se obrigou ao assinar um Contrato de Concessão, e pela maneira também como tem tratado os seus trabalhadores e trabalhadoras.

Eu quero aqui, em primeiro lugar, expressar a minha solidariedade aos trabalhadores e trabalhadoras dessa empresa, que esses sim, deveriam ser tratados como a sua maior riqueza. E talvez essa, presidente, seja uma das mais importantes contribuições para essa CPI que a Assembleia está conduzindo, a contribuição do sindicato dos trabalhadores e trabalhadoras.

A gente sabe muito bem o que uma organização é pela maneira como ela trata os seus colaboradores. Quem está ali na ponta, quem está ali se expondo ao risco, ao risco de vida inclusive,porque quem vai cortar uma luz de um cidadão que às vezes está numa

situação de miséria e está inadimplente com a ENEL, quem vai cortar a luz é um trabalhador lá da ponta, muitas vezes terceirizado, e que tem que enfrentar às vezes situações de risco à própria vida, são os trabalhadores e trabalhadoras. Quem está lá no balcão da empresa terceirizada que faz o atendimento, nos pontos de atendimentos quando alguém vai fazer uma queixa, vai solicitar um serviço é um trabalhador ou uma trabalhadora terceirizada. Essa é uma boa medida de como esta empresa tem se posicionado.

Esperamos nós que o trabalho da Assembleia Legislativa possa resultar um outro parâmetro, outro parâmetro de qualidade e também de dignidade das relações de trabalho com aqueles que são os principais responsáveis pelos resultados dessas empresas para o povo cearense, pela distribuição de energia, por tudo que isso representa para a qualidade de vida das pessoas, para o desenvolvimento econômico, já que as empresas dependem muito de um funcionamento eficiente do sistema de distribuição de energia.

Então acho que essa audiência aqui é uma das mais importantes dessa CPI, ouvindo a representação dos trabalhadores e das trabalhadoras. (aplausos).

Eu tenho aqui algumas questões para apresentar à direção do Sindeletro na mesma linha dos meus colegas que me antecederam. Mas antes de colocar essas questões, eu tenho feito questão também, em cada reunião da CPI, de fazer um esforço para gente compreender o que está acontecendo no Ceará com a consequência desse processo de privatização e com a maneira como esta empresa está correspondendo ou não correspondendo às suas obrigações registradas no Contrato de Concessão que ela celebrou com o Governo do Estado, aliás, com o Poder Público.

O que a gente está vendo aqui, pessoal, é uma subsidiária, uma empresa, a ENEL aqui do Ceará, que é controlada pela ENEL Brasil, que é controlada pela ENEL Sul-americana, que por sua vez é controlada pela ENEL SPA, cujo maior acionista não é o povo cearense, o maior acionista é o Ministério das Finanças da Itália. O que a gente está vendo aqui é uma multinacional, que no ano de 2022 foi 110ª maior empresa do mundo,

considerada todos os tipos de empresas, não só aquelas do campo da energia. É com esta instituição, com essa organização empresarial que nós estamos interagindo nesse processo de investigação.

É muito importante remontar a origem dos problemas que estamos vivendo hoje, porque se a gente se debruça sobre um processo de investigação como esse sem ir à raiz dos problemas, nós podemos amanhã celebrar outro contrato com outra empresa e viver os mesmos problemas.

O primeiro aspecto que eu queria enfatizar diz respeito à falácia das privatizações que são defendidas como se fossem a solução da lavoura para qualquer setor, como se fosse uma fórmula inquestionável que o setor privado é mais eficiente do que uma empresa pública ou de que uma sociedade de economia mista com controle majoritário do Estado na prestação de determinados serviços. Está comprovada pela experiência do Ceará que isso é uma falácia. E não faltou, dentro do Sindeletro, quem levantasse a voz para denunciar isso.

Eu quero fazer uma homenagem à memória do companheiro Flávio, ex-presidente dessa Instituição,(aplausos) que muitas vezes esteve nas ruas conosco nos momentos de maior enfrentamento em todas as causas em defesa de democracia e da classe trabalhadora. Nesse momento a gente tem que recuperar essas memórias. A forma da gente honrar o legado desses companheiros e companheiras é ir à raiz dos problemas que nos trazem até aqui.

Então, primeira tese: privatização não é solução mágica para nenhum problema relacionado à prestação de serviços públicos. Também não devemos olhar pra isso como se fosse algo a ser evitado em qualquer circunstância. Eu não sou daqueles que defende que o Estado deve ser o detentor de todas as atividades econômicas de todas as empresas. Não. Em determinadas circunstâncias convêm ao Estado, Plínio, delegar, conceder a iniciativa privada a prestação de determinados serviços. Em determinadas circunstâncias sim, mas é muito importante a gente recuperara memória que não faltou aqui no Ceará

quem denunciasse que isso era uma solução falaciosa. Esse é um primeiro aspecto que eu queria colocar.

Segundo aspectoé que esse modelo de privatização muito fortemente e duramente imposto em toda América Latina numa perspectiva neoliberal nos anos 90 veio associado com outra falácia, porque normalmente é assim: Vai ter aqui, vai ser concedida a empresa privada; vai ficar tudo as mil maravilhas. E é bom lembrar que não é mais a primeira empresa que comprou, depois houve outras operações após a privatização inicial. E aí vai passando pra frente, vai passando pra frente; os interesses econômicos vão prevalecendo.

A narrativa que se fazia naquele tempo, pessoal, era assim: Bom, a gente vai conceder a empresa privada, o serviço vai ser bem melhor em termos de qualidade, mas não se preocupe, haverá uma instância de controle público, e essa instância é uma Agência de Regulação, essa Agência se chama ANEEL.

Sabe o que é que essa Agência está fazendo em relação à ENEL, a isso que a gente está vivendo aqui no Ceará, que prefeito reclama, que consumidor residencial reclama, que empresa reclama da má qualidade dos serviços prestados pela empresa, não por culpa dos trabalhadores, isso é medido em índice. Sabe o que é que a ANEEL está fazendo? Sabe qual é a contribuição que ela está dando? Dizendo para a ARCE para não fiscalizar a ENEL! É isso que a ANEEL está fazendo.

E é bom lembrar que os dirigentes da ANEEL que estão lá, boa parte deles senão todos foram indicados pelo governo anterior, governo federal anterior. Ou seja, essa lógica de Agência de Regulação que é obrigatória no modelo de privatização precisa ser revista também.

Desculpa em estar falando aqui de aspectos que são estruturais, não são do caso específico, mas não dá pra gente buscar soluções efetivas sem dialogar com as premissas que nos trouxeram até esse imbróglio que nós estamos enfrentando no Estado do Ceará que é bastante grave, porque é um serviço imprescindível, indispensável, complexo que não pode ter uma mudança de uma hora para outra, nem para voltar para o Estado nem

para passar para outra empresa sem o risco de graves prejuízos à população. É gravíssimo esse assunto.

O que é que acontece depois disso? Óbvio que uma empresa privada quando investe num determinado negócio ela tem um objetivo, e é legítimo, porque a empresa privada é constituída para isso: lucro. E aqui o Deputado Fernando Santana citava lucros desta empresa, e ele citava inclusive que não sabia nem para onde iam direito os lucros dessa empresa. Mas nós sabemos sim para onde vão os lucros dessa empresa.

Essa empresa, em 2021, faturou quase 500 milhões. Perdão. Teve lucro de quase cerca de 500 milhões aqui no Estado do Ceará, nas suas operações. Esse mesmo ano, eu queria lembrar para vocês, eu acho que todo mundo lembra o que é que foi o ano de 2021. O ano de 2021 nós nos despedimos de muitos entes queridos nossos. No ano de 2021 muitas empresas fecharam as portas. No ano de 2021 muitas pessoas tiveram seus salários reduzidos, muitas famílias, o marido perdeu o emprego e a esposa ficou sustentando o companheiro ou companheira ficou sustentando a casa. O ano de 2021 nós enfrentamos uma pandemia. Essa empresa que lucrou 500 milhões distribuiu aos seus acionistas 200 milhões, 200. E eles não estão aqui no Ceará não, gente, talvez tenha uma migalhinha aqui no Ceará, eles estão lá fora.

Eu volto a dizer: O maior acionista dessa empresa é o Ministério das Finanças da Itália, e é por isso que eu acho que não tem nenhuma outra palavra para descrever isso que não desaforo. E a Assembleia precisa ajudar o povo cearense a dar um freio de arrumação nessa situação.

Pois bem,nós mesmo com esse ano de 2021, todas as dificuldades econômicas, a pandemia, esses lucros, a distribuição de lucros para os acionistas, quando chega em 2022 esta mesma empresa propõe um reajuste médio de 24,88%. A primeira pergunta que eu vou fazer é: Qual foi o percentual de reajuste dos trabalhadores e trabalhadoras dessa empresa nesse ano? Eu espero que tenha sido de 24% para pelo menos justificar. E a inflação, pessoal, eu acho que foi 6%, 7%, 5%.

Então, nesse mesmo ano 2022; abril, 2021 ela distribui 200 milhões; 2022 ela aumenta em média 24,88% a conta de luz do povo cearense, das empresas e do poder público, 24,88%. Sabe qual é a consequência disso? Um lucro em 2022 muito maior do que o lucro do ano anterior, 640 milhões de reais.

Sinceramente, eu acho que ninguém aqui tem mais idade para se fazerde bobo diante de uma exploração que essa empresa está praticando com o nosso povo e com os seus trabalhadores. Em cada dez trabalhadores dessa empresa, menos de dois são trabalhadores vinculados diretamente a ela, menos de dois, um vírgula e pouco, o resto é tudo terceirizado.

E o que a gente está recebendo todo dia de denúncia é exatamente o que os meus colegas aqui que me antecederam perguntaram sobre as condições de trabalho, os EPIs, as condições de valorização desses trabalhadores e trabalhadoras.

É importante a gente situar esse esforço de investigação da CPI na compreensão deste modelo, uma compreensão mais ampla e profunda desse modelo, haja vista a nossa responsabilidade com as gerações que vêm, a minha como parlamentar, a dos dirigentes do sindicato, a dos gestores dessa empresa, a dos trabalhadores e trabalhadoras que têm que sustentar a luta pela valorização dessa categoria para a geração que vem, para que os que venham depois deles não morram porque não tem um EPI.

SR. FERNANDO ANTÔNIO DE MOURA AVELINO (Sindeletro): Deputado, me dê um aparte só para dizer algo mais em cima do que o senhor falou aí. O senhor falou muito bem a respeito da privatização. Nós não temos mais idade para continuar sem avaliar as coisas direito. É importante ficar claro para todos e todas, é bom ficar claro que antes da Coelce e das outras empresas do Brasil serem estatais todas eram empresas privadas, todas.

Aqui no Estado do Ceará nós tínhamos quatro empresas privadas, e o governo do Ceará como todos os governos dos Estados brasileiros, como o governo federal, na época, chegou à conclusão de que havia a necessidade de reestatização porque as

empresas privadas não serviam ao povo, e não tinha condições da empresa privada fornecer uma empresa de qualidade que fizesse com que alavancasse a economia do país e a economia dos Estados. Por isso que as empresas foram estatizadas. Aí depois que a empresa cresceu, desenvolveu, atendeu à população, está dando lucro?Aí o que é que se faz? Dando lucro de forma educada, de forma parcimoniosa. Não era para tirar do consumidor, era simplesmente para manter a empresa funcionando para poder manter a empresa crescendo. Aí o setor privado vem com a falácia do neoliberalismo no sentido de quê? Privatiza tudo de novo porque o serviço é melhor. Está aí a história. E não é aqui só. Voltando o que eu disse anteriormente, no mundo todo está se reestatizando porque esses serviços são de péssima qualidade além de serem muito caros.

SR. DEPUTADO GUILHERME SAMPAIO (PT): Muito obrigado, Fernando.

Para concluir aqui porque acabei me excedendo no tempo, pessoal. Mas eu tenho me esforçado na CPI. Eu sou suplente do Deputado De Assis que tem me dado à oportunidade de contribuir aqui bastante na CPI. Eu tenho me esforçado porque essa é uma CPI muito atípica, primeiro é uma CPI que junta todo mundo, deputados que apoiam o governo, deputados que são da Oposição, todos estão unidos entorno dessa causa. Segundo, a gente lida com uma organização empresarial gigantesca. Pessoal, o faturamento dessa empresa, dessa multinacional é equivalente quase ao orçamento do estado de São Paulo, que é o segundo maior orçamento do país, orçamento do ano todo. Pra gente saber a dimensão do que a gente está aqui tratando.

Então nós estamos fazendo esse esforço e em muitos momentos nós nos sentimos aqui desrespeitados porque sequer uma satisfação essa empresa dá a uma solicitação, a um requerimento, a uma convocação da Assembleia Legislativa. E eu defendido que a gente tem que dá um freio de arrumação nessa situação.

Por fim, eu quero então colocar, presidente, aqui, Bruno, as questões que eu traria para o sindicato. Fala-se, por exemplo, que outros... e coloco isso num espírito de uma visão que não vê de forma sectária ou de forma exclusiva o modelo público. Eu queria

mesmo era que essa empresa tivesse ótima, os trabalhadores tivessem valorizados, o serviços tivessem bons, mas lamentavelmente o que está demonstrado é que isso não está acontecendo, não está acontecendo.

Não se fala, por exemplo, da possibilidade da celebração... essa empresa que nós narramos aqui esse percurso perdeu o interesse estratégico no Ceará. Isso é um fato. Ela é uma grande multinacional, as operações no Ceará, Iris, é um cisquinho nessa grande operação multinacional, ela perdeu o interesse estratégico no Ceará, e quem está pagando a conta é o consumidor, quer seja pessoa física, quer seja empresa, quer seja prefeituras e governo do estado e trabalhadores, é isso que está acontecendo, e quem está recebendo ai são os acionistas dela e muitas vezes fora do país.

Então as perguntas que eu colocaria é o seguinte: fala-se, por exemplo, de que uma das possíveis adquirentes dessa Concessão seria outra empresa que já opera em outros Estados, a Equatorial. E eu queria pedir ao sindicato que comentasse, porque eu sei que o sindicato não luta sozinho, porque se lutar sozinho a gente enfrente mais dificuldade, o sindicato tem uma relação com outros sindicatos dos outros Estados, com as centrais sindicais.

Opa, nosso prefeito Arnon, bem-vindo.

Eu queria que fosse comentado pelo Sindeletro quais são as referências que tem desta empresa.

E também a pergunta que eu faria para finalizar: Existem inúmeras denúncias que vão ao não pagamento de horas extras a salários e benefícios abaixo da média de mercado. Eu queria pedir ao Sindeletro que fizesse as suas considerações a respeito dessas duas questões. Muito obrigado, presidente. (aplausos)

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Pedir aqui ao Sindeletro só para... Agradecendo a participação do nosso colega Deputado Guilherme Sampaio, para também aqui dar as boas-vindas, ele que foi deputado estadual, deputado federal, ex-prefeito de Juazeiro do Norte, Arnon Bezerra, que estava aqui em uma

reunião ouvindo e indagando sobre o que estava acontecendo, e quando eu expliquei para ele, ele fez questão também de apresentar aqui para nós, participando aqui deste momento, todo apoio aos funcionários que hoje se sentem prejudicados pela empresa ENEL, não só aos funcionários que estão prejudicados, mas a esta causa da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga a empresa que presta um péssimo serviço, uma má prestação de serviço, cobra caro por isso, desrespeita o povo cearense. Então, Arnon, seja bem-vindo. Muito obrigado aqui também pelo seu apoio à classe aqui dos funcionários e a todos aqui que fazem parte aqui do Sindeletro.

Então eu passo a você do Sindeletro para responder os questionamentos do Deputado Guilherme Sampaio.

SRA. JANE CALIXTO DE ALMEIDA MORAIS (Sindeletro): É que eu preciso sair agora, eu tenhoum compromisso e queria só pedir licença para me ausentar. Agradecer demais o espaço concedido. Parabenizar a comissão pelo trabalho. Muito obrigada. Os meninos tocam aqui as perguntas, respondem com certeza. Obrigada, gente. (aplausos)

SR. PLÍNIO MONTEIRO (Sindeletro): Bem, eu vou falar um pouquinho sobre essas questões que o senhor levantou e o Fernando pode complementar.

As referências que nós temos da Empresa Equatorial são as piores possíveis. Aonde a Equatorial chegou à desgraça veio junta. Esse nome faz a gente se arrepiar só com a possibilidade de uma empresa dessa ganhar um processo licitatório e adquirir a Concessão da ENEL local, da Concessionária local. A ENEL não está preocupada com isso, mas nós estamos. Por quê? Porque a nossa preocupação ela tem um nome, ela tem um endereço, ela tem um motivo, primeiro é a prestação do serviço para toda a comunidade cearense. A segunda coisa é quem vai prestar esse serviço? Os trabalhadores. Prestação de serviço associada a uma qualidade, porque ninguém quer qualquer serviço. A gente quer um serviço que atenda as necessidades do povo cearense, em todas as dimensões, tanto a dimensão do consumidor residencial, quanto à dimensão do consumidor comercial, industrial, do Poder Público. Por quê? Porque há uma série de

anseios e de necessidades do nosso governo também, do governo do Estado, para que o Ceará avance, para que o Ceará progrida, gere mais empresa, tenha mais indústrias. E não há uma possibilidade, não há uma compatibilização entre uma Equatorial da vida, uma Equatorial qualquer com o desenvolvimento do local onde ela se instala.

Existe uma desvinculação total destes dois conceitos: Qualidade e Equatorial. Não temo como compatibilizar. As informações que temos é que quando a Equatorial chega numa empresa, quando ela adquira a Concessão, ela compra uma empresa, ela faz tudo que a ENEL fez, tudo que os grupos que compraram a Concessionária local fizeram, e que hoje a gente sabe que foi uma desgraça para o nosso Estado: muitas mortes; qualidade do serviço que não presta; desestruturação da empresa; perda de autonomia da empresa.

Como a Dra. Jane comentou, a Concessionária local, hoje a ENEL, aqui do Ceará, ela não tem autonomia para decidir. Tudo que a gente muitas vezes, assim, nós ligamos e cobramos posicionamentos a ENEL local aqui do Ceará, a ENEL diz que vai conversar com o Rio ou com São Paulo para nos dar uma resposta. Nós tínhamos contato direto com a diretoria da RH da ENEL, e muitas questões nós resolvíamos assim como nós estamos aqui sentados ao redor de uma mesa. Faz anos que isso não acontece, porque o diretor de RH, o diretor que determina, que assina não quer mais conversa conosco. Vem uma vez ou outra aqui. Ele virá agora e nós vamos tentar resolver uma série de questões agora, dia 24 e 25, quer dizer ele diz que virá, porque houve ocasiões em que ele disse que viria e não veio. Então a gente se ver totalmente digamos assim desconsiderados, desvalorizados, nós enquanto entidade que cuida dos trabalhadores.

Então Equatorial, senhores deputados, para gente é uma desgraça que nós queremos evitar demissões, arrocho para os que ficam, metas absurdas, tarifas altas, falta de manutenção, falta de investimento. O único objetivo que nós percebemos que a Equatorial tem dentro da linha de atuação dela é o lucro. E isso nós já temos essa história

aqui no Ceará com a ENEL, e não queremos repetir a novela. Então Equatorial fora de questão.

SR. FERNANDO ANTÔNIO DE MOURA AVELINO (Sindeletro): Só um pequeno a parte sobre isso. Só para vocês terem uma ideia, nós estamos aqui questionando a Coelce, aliás, o Sindeletro, é bom que fique claro para todos e todas, que o Sindeletro está nessa junto com os trabalhadores desde sempre, e nós fomos o primeiro sindicato do Brasil a apoiar os trabalhadores terceirizados, diga-se de passagem. Hoje a Federação Nacional dos Urbanitários tirou uma Resolução no congresso passado para se orientarem pelo Sindeletro, porque como na época tudo era estatal então os sindicatos só trabalhavam com os trabalhadores estatais e não com os terceirizados. Nós fomos o primeiro sindicato do Brasil a prestar apoio aos terceirizados, porque entendemos que eles também são trabalhadores e mais explorados do que os próprios. Então isso não é de hoje essa luta que a gente faz, a Convenção Coletiva que os trabalhadores têm aqui é exemplo no Brasil. Não está como eu gostaria, nem com o sindicato gostaria, nem com os trabalhadores gostariam, mas é o melhor que a gente tem.

E diga-se de passagem, hoje nós tivemos uma audiência pública de manhã com o Ministério Público junto com as empresas do sindicato patronal exatamente para tentar fechar uma Convenção Coletiva que já devia ter assinado desde o ano passado. Quer dizer nós estamos para completar dois anos, a Convenção vale por dois anos, nós estamos para completar dois anos sem Convenção, para os senhores terem ideia. Ou seja, a própria Coelce não tomou uma providência para exigir que os trabalhadores que sejam contratos por empresas terceirizadas tenham seus direitos respeitados. Quer dizer, é outro ponto importante.

E aí só para finalizar, e voltar o que eu estava, que eu pedi a palavra, a questão da Equatorial. Para se ter uma ideia, no Norte, no Centro, no Nordeste, aonde a Equatorial tem o povo está pagando um preço. E vou lhe dizer um índice para ficar claro, por exemplo, como disse aqui é pior que a Coelce, se a Coelce hoje está 23ª posição da pior

empresa do país, pode dizer também que é 23 milhões, mas se o país tem vinte e poucas, né, trinta, vamos arredondar, então está numa situação ruim, mas se ela está na 23ª a Equatorial está na 26ª, 27ª, só para você entender. Então se a ENEL não é boa, imagine a Equatorial.

E a gente tem relatos dos companheiros lá de Goiás aonde anteriormente era ENEL e mudou para Equatorial nós temos ideia de como é; lá no Norte do país do mesmo jeito, e falta de energias lá para completar; a população também paga um preço, como também aqui no Nordeste. Então é uma ideia como é que a coisa está.

SR. PLÍNIO MONTEIRO (Sindeletro): Bem, sobre a questão de salários e benefícios abaixo do mercado o Fernando já apresentou algumas considerações. A ENEL ela sempre alega isso nas nossas negociações coletivas: que paga de acordo com o mercado; que é feito uma pesquisa. Isso nunca nos convenceu. Na verdade a gente não sabe onde é que ela pesquisa, deve haver uma pesquisa sim, mas ninguém sabe quem é o público dessa pesquisa, onde é feita, como é feita, ninguém tem acesso a isso. Por quê? Porque os valores que ela apresenta como valores justos, pagamentos dos salários, nós não percebemos isso na realidade. Nós temos uma parceria muito boa com o DIEESE há muitos anos e nos assessoras principalmente nessas questões, na conjuntura, nas negociações que são feitas pelo Brasil afora, diversos segmentos do trabalho. E nós percebemos que... E aí sim nós acreditamos. Por quê? Porque é um departamento sério, é uma instituição séria, comprometida com a causa da verdade, com a causa econômica, com o mundo do trabalho e procura e é séria, é uma instituição séria, justa, equilibrada, muito bem planejada e que busca realmente a verdade. Com a ENEL já não temos tanta certeza disso porque os números nunca batem.

Então os salários praticados, benefícios praticados pela ENEL podem ser que um dia já tenham sido...era comum dizer isso antes, que trabalhar na Coelce era o melhor salário aqui do Ceará. Isso eu ouvia desde quando era criança. Eu tenho 39 anos de ENEL, porque eu ainda sou empregado da ENEL, trabalho no sindicato; me desliguei da

ENEL porque eu sou liberado pela ENEL para o sindicato. Então eu corto o meu vínculo com a ENEL e mantenho com o sindicato durante a minha gestão, durante o meu trabalho.

Então já tenho um bom tempo de casa e sempre questionei junto com os colegas, questionava essas avaliações e pesquisas que a ENEL fazia. Nossos benefícios, nossos salários não estão condizentes com o mercado. E a gente vê essa situação muito gritante quando a gente passa para analisar os salários e os benefícios das empresas parceiras. Um vale-alimentação que a gente para conseguir dois, três, quatro centavos a mais é uma luta grande, e as empresas terceirizadas que prestam e deveriam prestar satisfação à Concessionária porque é ela quem toma os serviços delas, simplesmente fazem o que querem.

Como o Fernando colocou, nós estamos brigando na justiça porque realmente torna-se uma discussão complexa quando nós defendemos oito mil empregados terceirizados, sete mil e 500, oito mil trabalhadores terceirizados, defendemos os direitos deles, e os patrões os donos dessas empresas simplesmente dizem que os empregados estão satisfeitos com a merreca de salário, com um vale-alimentação que não dá muitas vezes para comprar um almoço ou um jantar. E muitas vezes nós sabemos que esse vale-alimentação ele não é para pagar o almoço, não é para pagar o jantar, é para comprar a cesta-básica: o arroz, o feijão, a farinha da família. O empregado utiliza esse benefício não para almoçar fora em restaurante qualquer, mas para comprar o alimento básico da sua família.

Então quando nós brigamos com o sindicato patronal, e a ENEL sabe disso, a ENEL sabe disso e não diz nada e não faz nada, não pressiona de formal nenhuma as empresas terceirizadas, os patrões, para que essa situação resolvesse. Estamos aí há um ano e nove meses tentando junto ao Ministério Público, tentando junto à justiça também, a justiça do trabalho, tentando regularizar uma situação que é insuportável é inadmissível uma Convenção Coletiva que não sai.

SR. FERNANDO ANTÔNIO DE MOURA AVELINO (Sindeletro): Plínio, me dê mais um aparte. Para se ter ideia, a Deputada Larissa perguntou qual era a média salarial dos trabalhadores da Coelce e dos trabalhadores terceirizados? Eu disse naquela hora é algo entorno de cinco mil e 500 reais, e os terceirizados é algo em dois mil e pouco, quer dizer, é o dobro, mais do que o dobro.

Mas é bom também a gente relatar o menor, por exemplo, no caso da Coelce nós tivemos e temos trabalhadores que foram contratados pela ENEL no ano passado, ano retrasado trabalhadores de nível médio, eletrotécnico, digamos assim, é um dos cargos mais importantes que você possa ter abaixo do engenheiro que é o profissional que está lá no dia a dia e é o caro que tem quase a mesma instrução, digamos assim, em capacidade. Esse trabalhador, tem trabalhador ganhando, entrou na Coelce ganhando dois mil reais, quer dizer, totalmente... quando esse trabalhador deveria ganhar pelo menos algo entorno, na nossa ótica, na nossa lógica, algo na pior hipótese, de quatro salários mínimos, era para estar ganhando cinco mil e 200reais, ganhando dois. Nós temos engenheiro que deveria estar ganhando oito salários mínimos/mês, segundo a lei, ganhando cinco, seis. Ou seja, a própria empresa desrespeitando isso.

Nós temos uma Ação na justiça para que sejam respeitados os direitos dos trabalhadores da Coelce desde 2004, se não me falha a memória, essa Ação rola na justiça desde 2004 e ainda não foi resolvida. Já ganhamos em todas as Instâncias, mas está na última, para você ter ideia de como é a realidade de muitos trabalhadores. Quer dizer você tira o nome de engenheiro aí boa especialista, bota analista, e por aí vai, é um desrespeito total. Mas o trabalhador para trabalhar naquela profissão tem que ter a devida profissão de engenheiro ou de eletrotécnico para poder desempenhar suas atividades. É desse jeito que a coisa é feita.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Bom, quero agradecer ao Sindeletro. Nós inovamos aqui na reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, quando abrimos, para a participação de todas e de todos, a pedido do

Sindeletro, a pedido do Geovani que está aqui, para que a gente pudesse também na oitiva do Sindeletro ter a participação de vocês que vieram hoje fazer essa manifestação justa lá na empresa ENEL. Então, sintam-se abraçados aqui, acolhidos pela Comissão Parlamentar de Inquérito. Abraçar a nossa querida ex-deputada Iris Tavares que está aqui conosco.

E a oitiva, eu considero aqui, dentro do que nós estamos trabalhando, dentro do que nós estamos investigando, meu caro colega Deputado Guilherme Sampaio, dentro do que nós estamos apurando eu considero que nós temos um bom resultado daquilo que nós colhemos, daquilo que nós ouvimos. E sempre o que a gente tem escutado tem apurado. E está indo de consenso com o grito de socorro da população do Estado do Ceará, reverberado pelo sentimento da população aqui nesta Casa por estes parlamentares. E o que eu quero dizer para vocês é que essa Comissão Parlamentar de Inquérito vai afundo, vai investigar, temos a responsabilidade, temos o zelo de apurar sem julgar, mas nós vamos apurar, tendo também o cuidado que o que nós chamamos aqui o serviço da ENEL de péssimo. Pois bem, o que está péssimo pode ainda piorar, conforme vocês relataram aqui com a entrada da Equatorial. Olha só o quanto é preocupante esse trabalho que nós estamos fazendo de investigação, de apuração, de apontar melhorias da empresa que aí está.

Deixando claro que nós aqui não temos nada contra ninguém desta empresa, até porque nem relações nós temos, nem conhecemos, ninguém tem nada contra a ENEL. Por isso que eu tenho dito: Ou a ENEL muda ou ela se muda do Estado do Ceará. Quando eu digo que ela muda é que ela pode mudar o seu formato de atuação. Ela é uma empresa rica, ela é uma empresa que leva milhões por ano, ela é uma empresa que somada alguns anos leva bilhões do povo cearense e ela poderia devolver ao povo uma boa prestação de serviço; um respeito à população; tratar bem os seus funcionários mesmo que seja das terceirizadas, fazendo com que a população tenha satisfação de pagar uma tarifa alta e receber uma prestação de serviço boa, o que não tem acontecido aqui no

Estado do Ceará, e não é de hoje. A gente escuta que a ENEL já foi a melhor do Brasil, mas hoje ela é uma das piores do Brasil. E talvez, talvez, talvez, quem vai dizer isso é o futuro bem próximo, talvez esse trabalho nosso, Deputado Guilherme, seja exatamente para fazer a ENEL acordar e voltar a ser a melhor do país, desde que ela respeite o povo, desde que ela respeite os funcionários, desde que ela cobre um preço justo e preste um serviço de qualidade à população, o que nós não temos visto; o que infelizmente a gente não tem acreditado.

Eu, particularmente, não acredito que a ENEL vá melhorar, muito embora nós vamos cobrar, muito embora nós vamos lutar, muito embora nós vamos reverberar o sentimento do povo e tentar que ela acorde e possa prestar um bom serviço.

Mas essa Comissão Parlamentar de Inquérito agradece ao Sindeletro, essa oitiva do dia de hoje. Nós teremos uma oitiva amanhã, terça-feira, às 15 horas, com a Aprece – Associação dos Prefeitos do Estado do Ceará, e vão trazer consigo as reclamações, as denúncias de muitas obras que são terminadas e para serem entregues à população é quase o tempo da obra toda que aconteceu em função da falta de investimento no plano de expansão, da falta de investimento na extensão de rede, em muitas vezes fazer uma ligação de uma escola, de um PSF, de uma clínica que possa vir a prestar o serviço com a nossa população. Então amanhã nós teremos essa oitiva.

Eu declaro encerrada a nossa reunião de hoje com a oitiva do Sindeletro. Amanhã nós colocaremos em pauta os nossos requerimentos e votação, quando haveremos de ter quórum para tal. Então declaro encerrada a presente sessão. Agradecendo a todas e todos. (aplausos).

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA ENEL, REALIZADA NA ASSEMBLEIA LAGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ NO DIA 10 DE OUTUBRO DE 2023.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Meu boa a todas e a todos. Quero saudar os deputados aqui presentes: Deputado Felipe Mota, Deputado Carmelo Neto; outros deputados que estão acessando pela plataforma virtual; os deputados que estão aqui na Comissão, na sala vizinha, e também vem se somar nesse debate daqui a pouco.

Mas eu já queria desejar uma boa tarde a todas e a todos; dizer que tá aberta mais uma reunião. Deputada Gabriella chegando aqui seja bem-vinda. Consideramos aberta mais uma reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga a empresa de distribuição de energia elétrica no Estado do Ceará, a empresa ENEL.

Pauta da segunda reunião extraordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito da ENEL. Eu queria, e aí peço aqui às deputadas e deputados se posso considerar a ata como lida, para que a gente possa passar para outro momento da nossa reunião? Então, a leitura e discussão e votação da data anterior, da ata da primeira reunião extraordinária da CPI da ENEL ocorrida no dia 9/10/2023 consideramos como lida.

O Expediente: Nada consta.

Passamos à Ordem do Dia. Nessa Ordem do Dia nós temos uma oitiva com o senhor Francisco de Castro Menezes Júnior, Presidente da Associação dos Municípios do Estado do Ceará (Aprece), conforme Requerimento no dia 8/2023, de autoria do relator desta CPI Deputado Guilherme Landim, aprovado por unanimidade pelas deputadas e deputados membros da Comissão, na reunião ocorrida no último dia 30/8/2023.

Teremos também a leitura, discussão e votação de Requerimentos e relatórios em geral, e será posterior à nossa oitiva.

Então, eu já quero, deputados e deputadas... Deputada Grabriella, Deputado Felipe Mota quer fazer alguma observação antes de convidarmos aqui... Então, já gostaria de convidar o Presidente da Aprece Prefeito Júnior, senhor Francisco de Castro Menezes Júnior, Prefeito de Chorozinho, a sentar aqui, na mesa, para que possamos dialogar nesta tarde de terça-feira.

Deputado Carmelo está aqui entre uma comissão e outra; aviso sim. Daqui a pouco nós teremos a presença aqui maciça das deputadas e deputados que compõem a Comissão Parlamentar de Inquérito. Nós marcamos essa reunião para terça-feira, nossas reuniões, geralmente, são nas quartas-feiras, mas em virtude também das agendas aqui da Comissão e do prefeito presidente da Aprece, o Júnior, nós marcamos para esta terça-feira, chocando um pouco com a comissão, - Deputada Lia Gomes já se encontra na plataforma, - e chocou aqui um pouco com a nossa CCJ, que daqui a pouco tá concluindo os trabalhos, e as deputadas e deputados virão também poder participar deste momento.

Portanto, eu gostaria de já deixar aqui o registro das boas-vindas ao Prefeito Júnior, Presidente da Aprece, é uma honra tê-lo aqui conosco nesta tarde, na Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga a ENEL. O nosso intuito, prefeito-presidente, é ouvir de vossa senhoria, ouvir não só as reclamações, mas as denúncias que eu sei que chegam aqui de vários prefeitos.

Saudar o prefeito lá do Município de Jardim, lá no nosso Cariri, que também participa aqui nesse momento.

Saudar o Deputado Guilherme Landim, Relator da Comissão Parlamentar de Inquérito, e tá aqui presente aqui conosco; o Júnior você já cumprimentou.

Sem mais delongas, passa aqui a palavra... Deputado Guilherme, você quer fazer alguma fala antes? Passo a palavra então ao nosso Presidente da Aprece, o Júnior, para que ele possa usar um pouco aqui a palavra, fazer uma apresentação, e dar início aqui essa participação e, logo após essa sua palavra, nós vamos abrir para deputadas e deputados poderem fazer aqui os seus questionamentos e as suas perguntas. Então, portanto passo a palavra aqui ao Presidente da Aprece Prefeito Junior Castro.

SR. FRANCISCO DE CASTRO MENEZES JÚNIOR (Aprece): Boa tarde, Deputado Fernando Santana. Boa tarde, Deputado Guilherme Landim; Deputado Felipe Mota; Deputada Gabriella. Saudar também a nossa Deputada Lia que tá online; demais presentes aqui. Para mim é uma honra estar aqui participando dessa Comissão, e espero poder colaborar aqui com o intuito da CPI, levando e trazendo esclarecimentos de muitas coisas que acontecem no dia a dia do relacionamento entre os municípios e a Aprece e, ao mesmo tempo, intermediando algumas situações com a ENEL.

Estou Presidente da Aprece desde 2021, e fui reeleito agora presidente esse ano, então, desde 2021 que a gente vem levando muitas informações de reclamações que a gente recebe dia a dia dos municípios para a ENEL; e de lá para cá nós já conseguimos resolver alguns problemas antigos, que estavam incomodando muitos municípios, e também conseguimos marcar reuniões com a ARCE, intermediando esse relacionamento com 39 municípios cearenses, e nós conseguimos sair dessa reunião com muitos avanços. Apesar disso, as reclamações elas persistem, elas se renovam.

A gente pode trazer é que, recentemente, antes de vir para cá, fizemos uma enquete com os municípios cearenses, e 60% reclamam do atendimento prestado com a ENEL como sendo ruim ou péssimo. E isso já melhorou, de 2021 para cá a gente

sabe que já melhorou esse relacionamento, mas mesmo assim ainda existe muita reclamação.

Algumas situações, Presidente Fernando, elas guardam respeito às situações de novas ligações de energia, de equipamentos importantes como equipamentos de saúde e de educação, e que tem uma longa demora na sua ligação e acabam prejudicando a inauguração desses equipamentos; têm equipamentos que quando vão ser inaugurados já estão depreciados, já precisando ser feito reforma porque infelizmente existe essa demora. E a Aprece ela tem feito essa interlocução diretamente com a direção da ENEL e muitas vezes a gente consegue avançar. Infelizmente são muitas as demandas e a gente não consegue dar conta de tudo porque são muitos os municípios. Mas estamos aqui à disposição para qualquer esclarecimento.

Fizemos um Relatório, não sei se é permitido, mas ao final, se for permitido, a gente entrega aqui o Relatório com as informações que a gente conseguiu colher com os municípios, tá bom?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Agradeço a abertura prévia que fez aqui o Presidente da Aprece Prefeito Júnior. Já abro aqui aos deputados. O Deputado Guilherme Landim já inscrito para fazer os seus questionamentos e as suas perguntas.

SR. RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): Boa tarde, Presidente Fernando, Deputado Felipe, Deputada Gabriella, Deputada Lia, a todos que nos acompanham. Boa tarde ao amigo Júnior, Prefeito Chorozinho, o nosso Presidente da Aprece. Obrigado pela disponibilidade de vir aqui contribuir com essa CPI.

Vários dos pontos aqui que eu queria informações da Aprece você já falou nessa sua introdução, mas se você puder e tiver aí, eu queria saber assim em relação a

essas reuniões que foram intermediadas pela ARCE e Aprece, quais eram as principais demandas e esses municípios que foram, se eu não me engano foram 39 municípios que tiveram essa interlocução, as demandas foram atendidas? A ENEL... porque isso é uma prática que a ENEL faz, presidente, com todos os municípios, ela chega...

Deputada Larissa chegando aqui também...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Registrar aqui a presença da colega Deputada Larissa Gaspar, por favor, tomar assento aqui à Mesa. Seja bem-vinda, boa tarde.

SR. RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): ...uma prática que a ENEL faz com os municípios é assim: Tá lá uma série de pendências como essas que o Prefeito Júnior acabou de falar; ligações que não foram feitas; obras que precisam ser inauguradas e não foi ligada a energia; ameaça de corte de energia por conta de algum débito, e aí quando essas demandas chegam ela faz meio que aquela chantagem: *Ó, você tá devendo isso aqui, você paga ou nós não vamos fazer a ligação;* e muitas vezes esses débitos estão inclusive em questionamento judicial.

Então eu queria saber duas coisas objetivas: Quais são os principais problemas que foram demandados por esses municípios, e se você tem conhecimento dessa prática que a ENEL faz dessa meio que troca: *ou você paga isso aqui, esse débito que eu digo que você tem com a gente ou então eu não vou fazer essas demandas que você tá solicitando.*

SR. FRANCISCO DE CASTRO MENEZES JÚNIOR (Aprece): Deputado Guilherme, as principais pautas que foram objeto desse momento lá na ARCE eram novas ligações de equipamentos; débitos existentes com a ENEL. O que acontece com relação a essa possível chantagem, é que ela impede do município fazer nova ligação se houver um débito; alguns estão judicializados e, mesmo assim, ela acaba

postergando a ligação. De modo que muitas vezes a gente não consegue fazer o parcelamento direto com a ENEL, e tem que judicializar para, mediante a judicialização, a gente conseguir fazer esse parcelamento. Isso acaba protelando, atrapalhando o dia a dia desse planejamento que os municípios fazem para tentar entregar novos equipamentos; sem falar de aviso de corte de energia que os municípios recebem e têm dificuldade em conseguir fazer o parcelamento, por isso que muitos acabam tendo que judicializar. Mas, especificamente desses 39, a maioria eram novas ligações que estavam por algum motivo, ou de débito ou de falta de projeto. Muitas vezes acontece de a gente protocolar um Requerimento, o Requerimento é arquivado e nós não somos informados, e a gente fica esperando pelo laudo que não vai vir, e quando a gente vai atrás está arquivado; tem que fazer um novo protocolo, para que aquilo possa seguir. Isso acaba demandando muito tempo.

SR. RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): E outro questionamento aqui: Se você ou a Instituição, a Aprece, tem conhecimento de que a ENEL não está cumprindo com algumas obrigações fiscais junto aos municípios, como por exemplo o repasse do ISS das empresas terceirizadas que prestam serviços nos municípios; o não-repasse da contribuição de Iluminação Pública também, que tem sido questionado por muitos municípios. Se isso também chegou a Aprece ou se isso não foi tratado...

SR. FRANCISCO DE CASTRO MENEZES JÚNIOR (Aprece): Chegam reclamações dessa natureza, alguns preocupados com a forma com o que se dá essa cobrança e o repasse, a gente não consegue compreender, é algo muito incerto, às vezes, a conta sobe e desce, ela oscila, sem a gente compreender o motivo pelo qual isso acontece.

Com relação à segunda posição, a ENEL ela acaba que muitas vezes os nossos municípios por não terem, assim, uma pessoa específica para tratar com a ENEL, a

gente acaba padecendo por conta exatamente dessa falta de relacionamento, e a gente paga muito caro, a nossa energia ela é muito cara, a gente acaba que não tem outra alternativa a não ser a ENEL, e muitas vezes a gente é obrigado a ter que pagar o que a gente muitas vezes não considera legal, para poder não ter prejuízo de não ter prejuízo de não ter o equipamento ligado.

Com relação ao pagamento dos ISS é algo que é muito complicado, a gente não tem como ter esse controle; a ENEL, pelo menos não é do nosso conhecimento que ela faça esse repasse ou faça essa cobrança, isso ainda é motivo... inclusive na mudança da Reforma Tributária, essa questão do local de pagamento do tributo, mas são poucos os municípios que recebem esse ISS.

SR. RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): Maravilha. Eu agradeço, Júnior, pelas informações aqui. E gostaria, para concluir aqui,presidente e demais colegas, de solicitar aqui à CPI que nós pudéssemos fazer uma inclusão de pauta de um Requerimento que eu dei entrada hoje. Eu tive acesso a um documento de março desse ano, da ANEEL, sobre uma convocação de reunião sobre a situação da prestação de serviço de energia elétrica da Concessionária ENEL-Ceará. Ela vem dizendo que a ARCE vem reportando à ANEEL queixas de outros órgãos e associações, isso fruto muito também da cobrança aqui da Assembleia, ao longo de todo esse tempo, é *sobre alguns problemas identificados na prestação de serviço público de distribuição de energia prestado pela ENEL.* E aí ela convocando a ENEL. Essa reunião aconteceu dia 26 de abril, às 16 horas.

E nós queremos... O pedido aqui, esse Requerimento da Comissão é para solicitar à ANEEL que diga como é que foi essa reunião; o que é que teve de devolutiva e, mais uma vez, Felipe, parece que é pedindo benção, pedindo um favor à ENEL, que a ANEEL faz isso. Ela como fiscalizadora, como Agência Reguladora, ao invés de exigir e dizer: *Venha aqui e solucione de problema!* Até a forma de escrever:

*Que possa vir, recebendo esse convite, dizer quais são as atitudes que está tomando para tentar minimizar os problemas...*Então, enfim, fica claro para nós essa relação muito de subserviência que nos deixa muito apreensivos quanto à legalidade dessa tratativa das duas.

Então, solicita aqui que a gente possa receber essas informações da ANEEL sobre como é que foi e o que é que foi tratado nessa reunião com a ENEL.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Agradeço ao colega Deputado Guilherme Landim, primeiro pelas perguntas, pelos questionamentos que encontram-se com a reclamação e a denúncia da população e também com esse documento que apresenta, e é exatamente o papel da CPI, um trabalho investigativo e o acesso à documentação que o relator teve. É um trabalho de investigação.

Eu quero só colaborar com o Deputado Guilherme Landim que isso é após o Relatório Final da Comissão que nós estudamos o Contrato de Concessão com a ENEL, Deputado Guilherme era o Relator, e ali foi pedido a Caducidade do Contrato à Agência Nacional.

No início desse ano eu estive na Agência Nacional levando o documento na companhia da Senadora Augusta Brito, lá nós protocolamos e, após isso, eles marcaram a reunião, mas nunca deram para esta Casa do Povo cearense uma resposta: Se houve realmente a reunião; o que discutiram realmente na reunião; apenas em uma folha, em uma folha sequer uma resposta sobre o Pedido de Caducidade feito pela comissão que investigou o Contrato com a ENEL. E aí demonstra uma subserviência sim. Mas eu costumo chamar, me perdoe à palavra, Deputado Felipe Mota, mas parece que a Agência Nacional é um puxadinho para defender a ENEL e se esquece de defender o povo cearense, tendo em vista que é uma Concessão Pública e precisa prestar contas com a população.

Eu queria, antes de passar ao Deputado Felipe Mota, que tá inscrito, já pedir a todos que passamos acolher o documento do Deputado Guilherme Landim, bem como também um Requerimento aqui do Deputado Danniel Oliveira.

Eu queria só pedir permissão aqui, Deputada Larissa, Deputada Gabriella e deputados, que nós possamos também convidar o prefeito ali de Jardim que tá aqui, Dr. Aniziário, para se fazer aqui presente também, Prefeito Aniziário, aqui, na Mesa. O Prefeito Aniziário me dizia esses dias que se sente representado na oitiva com o Prefeito Júnior, mas que se fosse preciso também falaria sobre o sentimento da população de Jardim e de como ele enxerga como prefeito, Deputado Guilherme, o atendimento da ENEL para com a população.

Então perguntando ao Júnior se ele quer falar alguma coisa sobre algum questionamento do Deputado Guilherme Landim para que eu possa passar para o Deputado Felipe mota.

SR. FRANCISCO DE CASTRO MENEZES JÚNIOR (Aprece): Não. Tranquilo, deputado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Posso passar então. Então, com a palavra o Deputado Felipe Mota.

SR. DEPUTADO FELIPE MOTA (UNIÃO): Presidente, primeiramente boa tarde a todos as senhoras e senhores deputados que aqui estão. Chegou ao ponto que eu queria da CPI, ponto onde eu já tive do outro lado; já fui Secretário de Infraestrutura de um município metropolitano e eu sei a dificuldade que o Presidente Júnior Castro está falando da Aprece em relação a isso, até porque eu cheguei a ajudar alguns municípios com o pouco que eu tinha explicando o que é metodologia.

Quem está nos escutando agora tem que entender como a ENEL faz a metodologia da cobrança da contribuição de Iluminação Pública para os municípios. Como é essa metodologia? Ela chega com um manual para a empresa que presta

serviço da Iluminação Pública, (só um minuto, por favor), ela chega com a metodologia para os municípios e diz assim: *A metodologia que nós usamos é essa aqui*. Nem todos os profissionais, nem todos os municípios têm condição financeira de manter um engenheiro eletricista tá, de manter um engenheiro eletricista no seu quadro. Então, praticamente que os municípios dependem de assessorias, por muitas vezes são poucos profissionais nessa área.

Nós que estávamos no Município de Maracanaú, nós tínhamos um Parque de Iluminação muito grande, então nós conseguíamos praticar a metodologia. E como é que era, Felipe, explica aí pra gente? Nós tínhamos um georreferenciamento de cada poste, automaticamente eles faziam a computação de quantos pontos de iluminação nós tínhamos georreferenciados, e isso ainda era questionado pelo Ministério Público, porque tinha um momento que o Ministério Público queria saber onde estavam àqueles pontos de iluminação, e nós tínhamos que voltar com o Parque novamente, fazendo toda a contagem.

Só que no interior, eu já tive do outro lado, conheço muito bem isso, por muitas vezes essa metodologia não é respeitada também, o prefeito pode fazer isso com a maior dificuldade no mundo, tirando suor da testa dos recursos que ele tem da conta da Iluminação Pública, e um vereador coloca uma nova luminária, um próprio cidadão pede para um eletricista colocar outra luminária, e ENEL chega lá e diz o seguinte: *Olha, nós detectamos cinco luminárias...* para o prefeito que não tem nada a ver, - *nós detectamos aí cinco luminárias que não estão dentro do teu parque, que a gente identificou.* O que seria mais correto era ela, em vez de fazer qualquer trabalho ou de apontar o dedo para o município, ela chegar lá e dizer: *Prefeito Júnior, o senhor reconhece esses cinco pontos?Prefeito de Jardim, o senhor reconhece esses dez pontos que estão lá?* Ele iria aqui com uma pessoa simples, um encarregado: *Olha, vai lá aos locais que tá dizendo.*

Então agora você me diz o seguinte, georreferenciamento é uma coisa que é natural hoje, é uma coisa que é natural, mas você, num município cearense, as dificuldades que os municípios estão e manter uma assessoria exclusivamente para poder acompanhar essa metodologia é muito difícil, não é fácil.

Aí eles tiram dessa metodologia como se fosse um parâmetro. Um parâmetro de Chorozinho em virtude da população é "X", o parâmetro de Jardim é outro; o parâmetro do Tauá é outro; de Juazeiro é outro; e assim vai se levando.

Sabe o que é que acontece? No mês que o município teve uma arrecadação maior, obviamente a Iluminação Pública teria que entrar um pouco mais, concorda? Nesse mês o prefeito não sabe se entrou mais, se entrou menos, fica aquela discussão entre os prefeitos que eles não têm como ter um medidor dentro de casa ou dentro da prefeitura para saber se ele gastou mais ou gastou menos. Ele só sabe quando gasta mais quando gasta menos quando as escolas estão de férias, é óbvio que a conta de energia vai diminuir. Quando acontece uma festa no município que ele faz uso de um medidor que ele pede lá à ENEL, é claro que a energia vai aumentar naqueles dois três dias. Então são coisas que por muitas vezes a ENEL deixa os municípios desinformados, eu não sei qual é o intuito.

Se nós tivéssemos uma metodologia que tem como ser criado na próxima intervenção que o Estado fizer de Caducidade, de um novo Leilão, do que for, se nós desenharmos essa metodologia para o futuro, eu acho que vai resolver muito problema da Aprece e dos prefeitos.

Em 98, ninguém falava nem georreferenciamento né, Júnior? Acho que praticamente georreferenciamento não existia, nos ministérios nem se pedia planta já georreferenciada para saber onde é que estava um terreno para uma construção, para quando uma coisa, não tinha nada disso.

Então chegou o momento de se olhar nessa Iluminação Pública, e aí é onde eu vejo a intervenção e a preocupação do Júnior, que nós temos que criar essa metodologia para oferecer para quem chegar aqui em 2028. Porque não tenha dúvida: isso vai acontecer até 2028, presidente, se nós não tivermos uma metodologia para apresentar. Só criticar, só fazer essa coisa toda, nós vamos continuar recebendo ligação dos prefeitos pedindo para fazer ligações de equipamentos públicos; nós vamos continuar recebendo ligações de empresários que querem investir nos municípios, pedindo para poder ligar um supermercado.

Eu recebi uma ligação essa semana agora, de uma denúncia, o cara tinha uma borracharia. Estou falando de uma coisa simples, o cara com MEI. Então, são coisas que fazem com que nós deputados por muitas vezes nós nos sentimos excluídos dessa discussão, imaginem o Deputado Fernando Santana e o Deputado Guilherme que conhece muito bem esses ofícios que estão aí na mão.

Então os municípios são reféns da ENEL. Não adianta você dizer que eles não fazem cobranças indevidas, duplicidade de conta já teve lá em Maracanaú. Eu tive um mês, e tenho isso guardado, que teve uma cobrança de Iluminação Pública de 298mil reais a mais. Se eu não tivesse o profissional, Presidente Fernando Santana, o município de Maracanaú tinha sido descontado diretamente da conta.

Então são coisas que acontecem que por muitas vezes eu entendo a necessidade de se fazer isso. E isso só vai ser resolvido quando nós tivermos uma metodologia, quando nós tivermos nos nossos quadros que nós teremos que usar para “X” ruas um tipo de lâmpada; para avenidas principais outro tipo, como nós fizemos a metodologia tanto de Fortaleza que existe essa metodologia, Maracanaú e Caucaia, que eu conheço. Para essas três prefeituras que eu tô dizendo existem essa metodologia; já nas outras eu não posso afirmar.

Muitas vezes, quando se queima uma lâmpada, por muitas vezes é um agente comunitário, é um prefeito, é um vereador que vai deixar para se colocar. Não tem a fiscalização dela para dizer: *Olha, vocês fizeram errado. Vocês fizeram certo.* Ou a gente toma uma medida da metodologia para resolver esse problema do Júnior.

Agora eu vou fazer... Eu fiz uma exemplificação do que eu convivi, do que eu vivi e vi aqui o Presidente da Aprece falando. Eu agora quero fazer uma pergunta a ele.

Presidente, esses prefeitos quando chegam à vossa excelência lá na Aprece, chegam chateados, obviamente, prédios, quadra poliesportiva, tudo por fazer ligação. A ENEL já lhe chamou assim, ela tem assim uma mesa de discussão com a Aprece assim, semestral, bimestralmente; tem alguém da prece que faça essa relação dos municípios com a ENEL que, por muitas vezes, você que tem que ir mesmo, que é o presidente, tem que brigar pela Entidade e essa coisa toda, eles chegam a fazer isso com vocês ou deixam vocês excluídos também?

SR. FRANCISCO DE CASTRO MENEZES JÚNIOR (Aprece): Não, Deputado Felipe. Lá na Aprece nós temos a Helderiza, a Del, que é a pessoa que trata especificamente desses tipos de problemas que os municípios trazem para a Aprece com a ENEL. Então todos os problemas que os prefeitos trazem até a mim eu encaminho para a Del, ela entra em contato com a ENEL, e muitos deles são resolvidos.

O problema é porque existe uma demanda muito grande, são muitos municípios que trazem muitos problemas, e acabam que o tempo é pouco para resolver tanta coisa. Mas a Del ela sempre tá em contato com a ENEL para fazer essa intermediação. Alguns casos não tem solução, por exemplo, questão de dívida a ENEL quer que pague, então só resta ao município recorrer judicialmente se for o caso. Mas a ENEL, desde 2021 que a gente abriu, então, por dois momentos já

fizemos mutirão na própria Aprece; antes de fazer isso lá na ARCE a gente fez na Aprece; levamos os prefeitos para Aprece com a ENEL e a gente conseguiu resolver alguns problemas, outros ficou por resolver. Sabemos que alguns problemas são dos próprios municípios, porque realmente são municípios pequenos que não têm qualidade técnica dentro das suas prefeituras e acabam que os projetos eles não são os melhores, acabam tendo que serem refeitos. Mas muitos problemas eles poderiam ser resolvido com atenção. Eu acho que falta uma atenção maior, esse é o principal pedido que os municípios fazem de uma atenção maior.

A ENEL ampliou de quatro para sete técnicos hoje, atendimento ao grupo dos municípios que é o Poder Público, mas mesmo assim ainda existe muita reclamação. Eu acho que falta uma devolutiva maior para os problemas.

Vou lhe dar um exemplo do Chorozinho, eu tô prefeito desde 2017. Em 2018 foi aprovada aqui, na Assembleia, a mudança dos limites dos municípios e Chorozinho foi beneficiado, tá tendo aqui na Sessão aqui ao lado exatamente tratando desse tema; e Chorozinho ganhou uma área de Cascavel de um assentamento, só a parte urbana, para não pegar a área territorial. Em 2019 nós fizemos um Requerimento para que a população que lá hoje tem um papel de energia com o nome de Cascavel viesse para Chorozinho, 2019.

Em 2022 nós reiteramos o pedido para que a população viesse para ser Chorozinho, e até hoje a gente não tem essa devolutiva da ENEL, e é porque eu sou o Presidente da Aprece, já pedi, entendeu. Então assim, em alguns casos ultrapassam o racional, o lógico. Alguns casos, por exemplo, eu entrei em 2017,à primeira semana eu recebi um Aviso de Corte de Energia, e eu era vice-prefeito, por ser vice, eu tinha acesso à ENEL, eles me passavam informações, e eu fui lá antes de assumir, tinha uma conta enorme. *Homem, pelo amor de Deus, cobre porque senão vai cobrar na minha época; se tiver de cortar corte antes.* E aí não fizeram nada. Primeira semana

corte de energia - aviso de corte. Apagaram as luzes da entrada da cidade e aí eu não tive outra alternativa que não judicializar. Eu tentei parcelar, eles não aceitaram parcelamento porque a gestão anterior já tinha parcelado e não tinha pago, então tive que judicializar. O juiz deu uma Liminar suspendendo o corte de energia, e na audiência eles fizeram o parcelamento que eu tava querendo desde quando eu assumi.

Então são situações que acontecem e que infelizmente acaba que muitos prefeitos perdem o controle mesmo; a gente tem alguns que tem maior serenidade, mas outros já estão no limite do estresse. São situações muitas vezes vivenciadas que a população tá lá cobrando da gente, ela não entende que é o problema de ligação de energia, ela acha que é falta de respeito do próprio prefeito ou do vereador, daquela liderança local, que não corre atrás de resolver o problema. E isso realmente causa alguns estresses.

Mas assim, a Aprece ela tem feito essa intermediação, Deputado Felipe Mota, através da Helderiza, que é uma técnica nossa lá que trabalha já há muito tempo na Aprece, que desde 2021 ela vem tratando diretamente com a ENEL.

SR. DEPUTADO FELIPE MOTA (UNIÃO): Presidente, me diga uma coisa, alguma vez você tem algum caso de quando que a ENEL fez os municípios perderem a merenda escolar que por muitas vezes tá num freezer lá de uma comunidade longínqua no interior, numa comunidade rural, e fez perder às vezes uma vacina de um Posto de Saúde na área urbana. Alguma vez eles chegaram a descrever isso, a colocar ou a informar algum município que tenha feito essa perda ou ressarcir por muitas vezes até o material elétrico que a gente possa dizer assim: a geladeira torrou. Eu tenho fotos aqui de freezer que torrou da tomada, tudo por conta desses picos de energia, que você sabe que nós temos no interior. Tem algum município que já diga assim: *Júnior, rapaz, eu tô feliz porque eles me chamaram para poder fazer a devolução*, essa coisa toda, tem assim, isso é recorrente contigo?

SR. FRANCISCO DE CASTRO MENEZES JÚNIOR (Aprece): Eu desconheço, deputado, eu desconheço. Realmente aqui tava olhando agora quais são os principais pontos que foram listados, e o segundo ponto é exatamente *queda constante de energia; instabilidade na tensão e quedas constante de energia,* isso é o que a gente vivencia diariamente nos interiores, nos municípios pequenos principalmente que não têm subestação. Mas eu desconheço algum município que tenha sido chamado para a ENEL para esse tipo de tratativa.

SR. DEPUTADO FELIPE MOTA (UNIÃO):. Tá, muito obrigado. Vossa Excelência coma palavra, presidente. Obrigado, Júnior.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Agradeço ao Presidente Júnior, Deputado Felipe Mota. Passamos agora à nossa colega Deputada Larissa Gaspar.

SRA. DEPUTADA LARISSA GASPAR (PT): Obrigada, presidente. Boa tarde a todos os colegas deputados e deputadas, aos prefeitos aqui presentes. Queria me dirigir aqui ao Presidente da Aprece, o nosso Prefeito Júnior.

Perguntar, prefeito, se existe um levantamento da quantidade de serviços públicos paralisados nos municípios, e estabelecimentos comerciais que também tiveram prejuízos por conta desse desabastecimento na distribuição de energia elétrica por parte da ENEL? Porque a gente escuta muitas, muitas reclamações, todo dia chega ao nosso WhatsApp, ligação para os nossos gabinetes depois que iniciou a CPI da ENEL, e eu não sei se a gente tem um levantamento a partir da Aprece ou de outra Instituição que dê conta desse quantitativo. Quantos municípios tiveram os seus serviços públicos e também as atividades empresariais da localidade prejudicadas por conta de corte, desabastecimentos por parte da ENEL?

SR. FRANCISCO DE CASTRO MENEZES JÚNIOR (Aprece): Deputada, a Aprece não tem esse dado. Chegam realmente reclamações dessa natureza, mas a

gente não conseguiu estratificar isso. O que a gente sabe é que existe muita reclamação tanto nos municípios através do Poder Público como também do particular, mas esse dado, infelizmente, a gente não tem.

SRA. DEPUTADA LARISSA GASPAR (PT): Outra pergunta, presidente, se teria também esse levantamento de quantos pedidos de novas ligações, seja para equipamentos públicos, para começar a funcionar um hospital, para começar a funcionar uma creche ou mesmo para um estabelecimento privado que quer iniciar as suas atividades particulares, e a ENEL não procede essa ligação que é solicitada. Se por essas inúmeras reclamações se existem também um levantamento dessa natureza, serviço que não puderam iniciar suas atividades sejam públicos ou privados por falta de ligação solicitada.

SR. FRANCISCO DE CASTRO MENEZES JÚNIOR (Aprece): A gente não tem esse dado específico, até porque nesses mutirões que a gente fez muitas coisas foram resolvidas. Mas o que eu posso lhe assegurar, é um dado interessante, Presidente Fernando, que alguns municípios para tentar resolver os seus problemas estão fazendo uma burla na ligação da energia pedindo para que o construtor peça a energia e depois ele faz só mudar para o município, porque se ele tiver de fazer uma nova ligação aí é toda uma burocracia de projeto, de análise, e isso demora muito tempo. Então alguns municípios estão pedindo para que a construtora, antes de entregar, ela peça a energia e transfere para o nome do município.

SRA. DEPUTADA LARISSA GASPAR (PT): E para finalizar, presidente, o Município de São Gonçalo, mais especificamente ali na localidade da Taíba, eles têm reclamar bastante, os moradores, de interrupções na distribuição de energia elétrica no município, relatando muitos apagões, inclusive já tá circulando abaixo-assinado nas redes sociais, a gente tá apresentando um Requerimento para que uma comissão dos moradores da Taíba possa ser ouvida aqui pela Comissão para relatar esses

prejuízos, que tanto afetam os próprios moradores quantos os comerciantes, contra a própria infraestrutura básica do município. E aí saber se a Prefeitura de São Gonçalo reportou alguma situação dessa natureza para Aprece juntar isso também nos seus levantamentos, no seu rol de denúncias recebidas.

SR. FRANCISCO DE CASTRO MENEZES JÚNIOR (Aprece): Pois é, a gente só tem informações, mas a gente não tem nada concreto, entendeu, deputada, a gente tem essas informações. O próprio prefeito de São Gonçalo Marcelão já me procurou, mas a gente sempre encaminha para a Helderiza alguns casos específicos, que são do Poder Público especificamente. A gente sabe que alguns casos é questão de tensão, de transformador que acaba pegando toda a região, não só aquele equipamento público e que precisa realmente de uma atenção.

SRA. DEPUTADA LARISSA GASPAR (PT): Obrigada, prefeito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Agradeço à colega Deputada Larissa. Passo à Deputada Gabriella.

SRA. DEPUTADA GABRIELLA AGUIAR (PSD): Boa tarde a todos.Primeiro agradecer ao Prefeito Júnior Castro, prefeito de Chorozinho, Presidente da Aprece; ao Prefeito Aniziário Costa, de Jardim, que está aqui também representando o Poder Executivo; os meus colegas deputados. Inicio saudando as mulheres, Deputada Larissa e a Deputada Lia Gomes que tá online; Deputado Guilherme Landim, Deputado Presidente Fernando de Santana e Deputado Felipe Mota, sempre muito cavalheiro.

Eu fiz um estudo, Prefeito Júnior, que desde 2014, a cada cerca de seis meses a Aprece oficia à ENEL pedindo explicação sobre a transferência dos Ativos de Iluminação Pública. Como é que tá esse problema, ele foi resolvido?

SR. FRANCISCO DE CASTRO MENEZES JÚNIOR (Aprece): Pois é, os Ativos de Iluminação, salvo engano, só tem dois municípios hoje que ainda tem, que a

ENEL que ainda presta serviço de Iluminação Pública no Estado do Ceará, o restante eles foram absorvidos pelos municípios. E assim, o problema com relação à questão da iluminação hoje que a gente vivencia é exatamente essa incerteza com relação à forma de repasse, se tá sendo repassado o que realmente tá sendo cobrado. A gente sabe que é uma legislação municipal e depende de cada município; alguns municípios é um valor maior; outro é menor, e depende de cada realidade. Temos municípios que não arrecadam, outros que arrecado muito pouco, e por esse motivo são deficitários na questão da própria prestação do serviço; outros já têm um parque melhor, são populações maiores que conseguem estar sempre mantendo a qualidade, mas especificamente, deputada, eu acho que hoje não existe mais esse problema.

SRA. DEPUTADA GABRIELLA AGUIAR (PSD): Em maio de 2023 a Aprece fez uma reunião com os representantes da ENEL e foram encaminhadas algumas demandas, algumas foram resolvidas. Mas vocês fizeram e me interessou bastante a criação do Protocolo de Renegociação, que propôs atrativos para que os gestores pudessem quitar ou renegociar as dívidas. Quantos gestores entraram nesse Protocolo de Renegociação dos 184 municípios? Como tá andando o processo deles? Quantos precisaram judicializar? Quantos conseguiram resolver pela via administrativa?

SR. FRANCISCO DE CASTRO MENEZES JÚNIOR (Aprece): A principal dívida hoje dos municípios ela guarda a relação com a questão da atualização dos Parques. Quando a ENEL vai fazer a contagem ela encontra o que o Deputado Felipe Mota ressaltou, mais luminárias do que o que estava anteriormente previsto. E aí eles fazem a cobrança retroativa até a última contagem. Sempre isso traz um valor bem vultoso para os municípios pagarem. Isso é discutido. Alguns alegam que a contagem ela não foi feito de forma correta; outros alegam que não é aquilo, e assim as dívidas elas vão perdurando. Alguns municípios têm dívidas milionárias. A gente procurou a

ENEL no intuito de fazer realmente uma negociação, de forma que os municípios tivessem um abatimento nessa dívida e o parcelamento.

Eu não sei te precisar, deputada, quantos municípios conseguiram fazer esse parcelamento, mas o que eu sei é que muitos procuraram a Aprece nesse momento, não só para tratar disso especificamente, mas também nesse momento a gente tratou de vários outros problemas existentes nesse relacionamento, mas, infelizmente, aqui, agora, eu não posso te precisar, depois eu posso pedir as meninas para me repassarem e farei questão de trazer aqui para a CPI.

SRA. DEPUTADA GABRIELLA AGUIAR (PSD): Obrigada.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Eu que agradeço. Pois não, Deputada Larissa.

SRA. DEPUTADA LARISSA GASPAR (PT): Presidente, queria só pedir licença a Vossa Excelência, aos colegas, aos prefeitos também, porque tô com outro compromisso às 4 horas. Agradecer aí pela disponibilidade de vir aqui trazer esses esclarecimentos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Agradecemos a colega Deputada Larissa Gaspar, e também faço aqui um questionamento ao Presidente Prefeito Júnior, ao tempo que agradeço a sua presença.

Presidente, diante do exposto, eu queria também pedir licença aos deputados se nós poderemos também ouvir aqui um pouco o Prefeito de Jardim, ele enquanto prefeito colocar, mas eu queria fazer uma pergunta a vossa senhoria.

SR. FRANCISCO DE CASTRO MENEZES JÚNIOR (Aprece): Só para enriquecer ainda mais o seu comentário. O nosso prefeito também é da Aprece, da diretoria, então tem representatividade. O convite foi para mim, mas eu acho que a Aprece tá aqui representada por mim nesse momento e também pelo Prefeito Aniziário.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): A minha pergunta, não é nem uma pergunta, é um questionamento mesmo assim, daquilo que tô pensando aqui sobre o que tenho escutado e ouvindo aqui um pouco o prefeito, para além de Presidente da Aprece, mas o prefeito, e ouvindo aqui um ex-prefeito Guilherme Landim que foi prefeito de Brejo Santo, hoje sua mãe é prefeita lá, e ele hoje enquanto deputado estadual recebendo denúncias e reclamações ele traz muitas vezes aqui questionamento da mãe dele enquanto prefeita.

Para você ter uma ideia, a ENEL não paga nada a um município, vamos supor, cada poste do município ela não paga, ela é isenta, mas quando ela quer mexer nesse poste, a prefeitura fez lá um serviço naquela rua, naquela calçada; padronizou a calçada, fez um investimento na rua, e a ENEL, depois disso tudo inaugurado, entrega à população, vem lá e muda os postes, tira do lugar, quebra a rua, quebra a calçada sem nem informar à prefeitura, e muito menos depois vir arcar com aquele prejuízo que deixou, deixando o prejuízo totalmente para a prefeitura.

Dito isto, e é o que eu tenho escutado de muitos prefeitos, eu queria lhe perguntar: Hoje, em nível de satisfação, e aí enquanto o prefeito, o que é que vossa senhoria me diria da sua população lá do Chorozinho? O que é que você acha da satisfação do povo, daqueles que lhe procuram, para além da problemática da prefeitura, do órgão público de entregar o equipamento, de entregar à população em tempo hábil uma escola, um PSF, é uma praça, enfim. Mas em nível de população que eu sei que vossa senhoria é procurado?

SR. FRANCISCO DE CASTRO MENEZES JÚNIOR (Aprece): Lá a gente tem uma insatisfação muito grande, presidente, exatamente devido à questão da oscilação de energia. Diariamente, isso eu posso lhe precisar, diariamente nós somos procurados por algumas pessoas que têm algum equipamento queimado exatamente por conta dessa oscilação da energia lá no nosso município. Então existe uma

insatisfação muito grande. A população do meu município, especificamente, ela espera muito que essa CPI ela possa trazer resultados positivos para o Município de Chorozinho e para o Estado do Ceará como um todo. Realmente chega numa hora que a gente não tem quem recorrer. A gente pede.

Eu lhe passei um caso especificamente no meu município onde eu prefeito, Presidente da Aprece ainda não consegui resolver. Você imagina um cidadão comum, aquele menos esclarecido, com menos informação, com menos contato. Então, assim, as dores elas são as mesmas, infelizmente alguns sofrem mais por não disporem de tantos contatos, tantos conhecimentos. E lá no meu município especificamente a gente tem realmente um atendimento que poderia melhorar muito ainda.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Muito obrigado. Eu gostaria de fazer a mesma pergunta ao Prefeito de Jardim Dr. Aniziário, que também é membro da Associação dos Prefeitos aqui da Aprece.

Aniziário, prefeito, qual o nível de satisfação da sua população lá em Jardim? Sei que você é procurado, já me falou isso, mas eu queria que pudesse expor aqui essa CPI, a quem tá nos assistindo, a quem tá nos ouvindo, e também aqui na presença dos demais deputados, sobretudo aqui do relator a quem tá acompanhando todos esses pontos, para que ao final dos trabalhos dessa CPI possa apontar o Relatório, e nesse Relatório as tomadas de decisões e solicitações que nós faremos.

Então passa a palavra aqui ao prefeito de Jardim, Dr. Anziário.

SR. ANIZIÁRIO JORGE COSTA (Prefeito de Jardim): Boa tarde a todos. Cumprimento o presidente em nome de todos os deputados e deputadas aqui presentes que estão nos assistindo; ao prefeito colega Júnior.

Eu vou dar alguns relatos que por si só responde essa pergunta. O município quando eu recebi em 17 já vinham problemas; os gestores anteriores sofreram demais também, eram os mesmos problemas, e continuam com a gente.

A gente, para ter uma ideia, Dr. Guilherme, eu sou médico, o meu consultório fica lá na avenida, aos sábados fazia ultrassom, dificultava o trabalho porque ultrassom caia quando se ligava uma máquina de fazer solda, por perto do consultório. Isso aí mostra a relação com profissionais de saúde ou qualquer profissional. As casas da gente já queimou diversas eletrodomésticos por questão dessa flutuação de energia, essa potência.

Hoje lá no município, nós temos lá hoje quatro comunidades que dá mais de mil famílias aguardando há mais de cinco meses que se liga a energia para o Projeto São José, pra água pra a população de Jardim. Nós temos um distrito, que é o maior distrito do Jardim hoje, nós temos um poço lá que é pequeno, que a energia é monofásica, fizemos um maior debaixo da rede, trifásica, para poder facilitar o trabalho da ENEL, uma vazão até boa, 30 mil litros por hora, e a gente tá com mais de cinco meses também sem essa ligação para poder abastecer a comunidade do Distrito de Correto. Então, é geral.

Para se ter uma ideia, no final do ano passado, foi aquele município que foi em janeiro a gente preparou em dezembro, a gente teve que comprar, alugar, na verdade, um gerador elétrico para ficar perto dos poços e fazer interligação desse gerador elétrico com os poços para não faltar água na cidade. Na sequência, compramos o gerador. Hoje nós temos um gerador para quando cair energia automaticamente ligar o gerador para a garantia de abastecimento da cidade de Jardim.

Outro problema seriíssimo também é a questão dos valores que se paga por energia, ele faz uma estimativa. Mas, praticamente, hoje, Jardim está quase com 100% tudo de Led, e o preço não mudou nessa estimativa, o valor.

Então, assim, as demandas... porque é pública é difícil, imagina para quem é um pequeno comerciante, uma borracharia na periferia, no mato, que hoje tem em todos os cantos tem serviço de automotores, nas serras, em todos os lugares.

Então o problema é muito sério, e a população é totalmente insatisfeita e realmente estão muito ansiosos aguardando que tenha bons frutos dessa CPI para atender a demanda aqui do interior do Ceará, que é muito triste a realidade com a ENEL.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Passo a palavra ao Deputado Guilherme Landim.

SR. RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): Presidente, eu acho que nós conseguimos aqui com essa palavra do Prefeito Aniziário, com tudo que o Prefeito Júnior trouxe aqui a gente pode, com a contribuição de todos nós, nós podemos trazer na tarde de hoje um breve relato do tanto de problemas que o setor público tem com a ENEL.

A ENEL tem prejudicado do Estado do Ceará no seu desenvolvimento. Nós não falamos aqui, e até falamos dos pequenos comerciantes que são prejudicados e os grandes também; muitas indústrias, grandes, pequenas e médias no Estado do Ceará têm padecido e tem deixado de gerar emprego e renda por conta de falta de ligação da ENEL.

Lá em Brejo Santo mesmo eu já trouxe isso, eles tiveram que funcionar onze meses com gerador, e quando eles foram cobrar, Júnior, uma indústria que ia gerar 550 empregos; onze meses com gerador, e quando a empresa foi lá para cobrar, a ENEL chegou a dizer que precisava fazer uma ampliação da Subestação da cidade, e que se a empresa bancasse essa ampliação eles fariam logo, mas se fosse a ENEL que tivesse que fazer eles tinham que esperar. Então foi com medidas judiciais que a empresa teve que entrar, e aí a ENEL veio e fez a ampliação da Subestação.

Então são esses problemas e muitos outros que a gente tem vivenciado no dia a dia, e eu acho que hoje traz aqui; o seu Relatório também é fundamental que seja dado entrada aqui na Comissão, para robustecer o Relatório Final da Comissão, e a

gente tentar dar um encaminhamento, e ver o que é que essa empresa vai fazer no Estado do Ceará. Como o Deputado Fernando diz: *Ou ela muda ou ela vai embora daqui*, *porque da forma que está nós não podemos mais admitir.* Então, obrigado aos dois prefeitos aqui pela contribuição.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Obrigado Deputado Guilherme Landim.

Chamar atenção aqui... Eu conversava há pouco com Deputado Felipe Mota, e até ali concedendo entrevista eu falei, mas eu queria trazer esse assunto aqui para a CPI, e nós estamos focados em investigar as milhares de reclamações e denúncias contra a empresa ENEL, com zelo, com responsabilidade, sem nenhuma caça as bruxas, nós queremos uma solução. Nós estamos focados no Direito do Consumidor porque é quem tem nos procurado mais, quem tem reclamado mais, quem tem sentido a dor maior lá no seu município. Mas nós temos que nos preocupar com outras vertentes nessa investigação como a questão patrimonial também: se tá ou não havendo algum desmonte; se o Estado do Ceará vai ou não ser prejudicado com a possibilidade da saída dessa empresa.

Há uma denúncia e nós estamos averiguando se ela já porventura já foi inclusive vendida e não foi nos informado, isso é uma denúncia, nós estamos apurando, investigando.

Ontem, na oitiva do Sindeletro, o Deputado Guilherme Landim teve que sair, mas Deputado Guilherme, eu fiquei estarrecido... a ex-Deputada Íris Tavares está aqui conosco, também saudando, e ela esteve presente, ontem, nesse momento; o Vereador Carlos Costa de Jardim que também acompanha aqui neste momento, o Sindeletro deixou claro que boa parte do equipamento usado, neste momento, no Estado do Ceará, pela empresa ENEL, é da empresa Equatorial, que faz o serviço aqui no Estado vizinho do Piauí, e lá tem uma CPI contra a Equatorial. E dizendo o

sindicato ontem, dizendo o Sindeletro, palavras deles, que *se tá péssimo com a ENEL pode ficar ainda pior com a Equatorial*.

Eu trago essa preocupação aqui para nós diante da responsabilidade que nós temos com o povo cearense, diante da responsabilidade que nós temos em investigar o que o consumidor tem reclamado, mas de investigar a questão patrimonial.

Eu desde o começo dessa CPI o Deputado Felipe Mota alertou e alerta sobre isso, que a gente tem que se preocupar com isso, verificar se tá acontecendo alguma coisa, para que ao final o Estado não se prejudique. Quando eu digo que se prejudique a Instituição Governo do Estado do Ceará eu estou falando também da população do Estado do Ceará. O patrimônio é da população do Estado do Ceará.

Então é preciso que a gente também se apegue muito a essa questão patrimonial. Nós já vimos muito isso no Contrato de Concessão quando lemos ele na comissão, ano passado, aqui, nesta Casa, e lá fala sobre essa questão patrimonial, mas o que a gente tem recebido de denúncia no dia a dia é a possibilidade de um desmonte que esteja acontecendo aqui, debaixo dos nossos olhos, sendo que ainda há uma venda no nossos olhos e nós não estamos conseguindo enxergar.

E aí eu chamo a atenção, pois como nós estamos focados, e o foco é esse, em dar uma resposta ao consumidor, ou seja, à população, nós estaríamos enfrentando essa batalha falando sobre a questão do desrespeito ao consumidor e, na outra mão tá havendo um desmonte, e ainda nós não estaríamos enxergando.

E ontem o Sindeletro nos chamou atenção sobre isso, tendo em vista que o equipamento, boa parte do material usado nesse momento do Estado do Ceará tá sendo terceirizado para a Empresa Equatorial. Das duas uma, ou a Equatorial tá terceirizando mesmo o serviço aqui, porque a ENEL não tem equipamento, e provavelmente se isso for confirmado vendeu lá no mercado paralelo como foi a denúncia que nós recebemos aqui, ou se realmente ainda não vendeu os seus Ativos à

Equatorial e ela já estaria adentrando aqui, assumindo aos poucos, chegando aos poucos para não causar uma manifestação maior diante do que tem acontecido aqui no Estado do Ceará.

Então há uma preocupação ainda maior neste momento da CPI, para além do que o consumidor vem sofrendo, ou seja, nossa população vem sofrendo também com essa questão patrimonial que é seriíssima. E aí, repito, Deputado Felipe Mota, não é um patrimônio dos deputados, é um patrimônio nem do governador, é um patrimônio do povo cearense, e nós temos que investigar, cuidar, ter zelo e não deixar isso acontecer.

Mas eu quero agradecer aqui ao Prefeito Júnior, pedir a ele que, por favor, nos entrega esse Relatório para que a gente possa robustecer aqui o material da Comissão Parlamentar de Inquérito. Agradecer muito a ele. Pedir alguém aqui da nossa assessoria aqui, por favor, que possa aqui... O Deputado Carmelo Neto queria fazer algumas perguntas aqui ao Presidente Júnior, ele tá aqui na CCJ, tá sendo votado. Por favor, Eva, vê se o Deputado Carmelo deseja fazer alguma pergunta e outros deputados da Comissão que lá estejam, e a Deputado da Lia que está pela plataforma virtual, se ela quiser fazer alguma pergunta. Não? Se quiser ser fazer algum questionamento, alguma consideração, o microfone está à sua disposição.

Só esperar que a posição do Deputado Carmelo para que a gente possa ou então a gente já pode passar aqui para os Requerimentos. Posso pedir até o nosso querido Presidente Júnior se ele pode aguardar um pouco mais.

Bom, passamos agora à leitura, discussão e votação de Requerimentos e Relatórios em geral,todos estes Requerimentos que não foram votados no dia da nossa reunião do dia 9/10/2023.

Eu peço aqui ao Deputado Felipe Mota que me ajude aqui fazendo aqui a...

SR. DEPUTADO FELIPE MOTA (UNIÃO): É o Requerimento 34.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Pode fazer, por favor, deputado.

SR. DEPUTADO FELIPE MOTA (UNIÃO): Eu vou só sugerir a vossa excelência que eu faça a leitura e a gente vote em bloco para poder ir mais rápido.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Em bloco. Pedindo só que a gente possa incorporar esses dois Requerimentos: Deputado de Guilherme Landim, extrapauta, e o do Deputado Daniel Oliveira.

SR. DEPUTADO FELIPE MOTA (UNIÃO): Pois não, ok. Requerimento 34/2023, de autoria Deputado Agenor Neto; Requerimento 35/2023, Deputado Agenor Neto; Requerimento 36/2023, Agenor Neto; Requerimento 37/2023, autoridade do Deputado Agenor Neto; 38/2023, de autoria do Deputado Agenor Neto; Requerimento 39/2023, de autoria de Deputado Agenor Neto; Requerimento 40/2023, de autoria do Deputado Bruno Pedrosa; Requerimento 41/2023, de autoria Deputado Bruno Pedroso; Requerimento 42/2023, de autoria do Deputado Bruno Pedrosa; Requerimento 43/2023, de autoria do Deputado Bruno Pedroso; Requerimento 44/2023, de autoria da Deputada Gabriella Aguiar; Requerimento 45/2023, de autoria do Deputado Simão Pedro e da Deputada Gabriella Aguiar; Requerimento 46/2023, de autoria da Deputada Gabriella Aguiar; Requerimento 47/2023, de autoria da Deputada Gabriella Aguiar; Requerimento 48/2023, de autoria da Deputada Gabriella Aguiar; Requerimento 49/2023, de autoria da Deputada Gabriella Aguiar; Requerimento 50/2023, de autoria do Deputado Bruno Pedrosa; Requerimento 51/2023, do Deputado Bruno Pedrosa; Requerimento 52/2023, da Deputada Gabriella Aguiar; 53/2023, da Deputada Larissa Gaspar; 54/2023, da Deputada Larissa Gaspar; 55/2023, da Deputada Gabriella Aguiar; 56/2023, da Deputada Gabriella Aguiar; Requerimento 57/2023, de autoria Deputada Lia Gomes; Requerimento 58/2023, de autoria do Deputado Guilherme Landim; Requerimento 59/2023 e 60/2003, de

autoria de Deputado Guilherme Sampaio; Requerimento 61/2023, de autoria do Deputado Guilherme Sampaio; Requerimentos: 62, 63, 64, 65, 66/2023, do Deputado Guilherme Landim; Requerimento 68/2023, de autoria do Deputado Carmelo Neto; Requerimento 69/2023, de autoria do Deputado Bruno Pedrosa.

Fazendo a inclusão desses dois Requerimentos: um que *requer a realização de audiência pública no Município de Lavras da Mangabeira a fim de apurar e debater sobre a prestação de serviço pela ENEL na região do Cariri, do* Deputado Danniel Oliveira.

Outro: *Requer que seja enviado ofício para a Agência Nacional de Energia Elétrica, ANEEL e ENEL distribuição do Ceará solicitando informações sobre a reunião presencial realizada no dia 26 de abril do corrente ano, na ANEEL, para tratar da prestação dos serviços da ENEL,* do Excelentíssimo senhor Deputado Guilherme Landim.

Com a palavra Vossa Excelência Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Agradeço ao colega Deputado Felipe Mota. Pergunta à Deputada Gabriella e aos demais deputados que possamos discutir e votar em bloco. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão e votação. Senhoras deputadas e deputados que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovados todos os Requerimentos.

Eu quero agradecer, mais uma vez, não só por fazerem parte dessa Comissão Parlamentar de Inquérito, mas por serem atuantes nessa luta que não é minha é nossa em favor do povo cearense.

Para encaminharmos aqui para o final, fazer a leitura de todas as deputadas e deputados que participam dessa CPI. Deputado Fernando de Santana esse que vos fala; Deputado Carmelo Neto, Vice-Presidente; Deputado Guilherme Landim, relator;

Deputado Bruno Pedrosa; Deputado Agenor Neto; Deputado Romeu Aldigueri; Deputado Felipe Mota; Deputado De Assis Diniz; Deputada Gabriella Aguiar.

São suplentes nesta Comissão Parlamentar de Inquérito: Deputada Larissa Gaspar; Deputada Dra. Silvana; Deputado Antônio Henrique; Deputada Lia Gomes; Deputado Danniel Oliveira; Deputado Leonardo Pinheiro; Deputado Sargento Reginauro; Deputado Guilherme Sampaio e Deputado Simão Pedro.

São esses os nossos membros a quem nós queremos agradecer.

Senhoras deputadas e deputados eu pergunto se tem mais algum questionamento ou alguma pergunta aos prefeitos, Prefeito Junior e Prefeito Dr. Aniziário. Tá respondida todas as perguntas e questionamentos.

O que visa e robusteceu, não tenho dúvida, aqui, o nosso trabalho, aquilo que a gente vem copilando, aquilo que a gente vem recepcionando da nossa população como denúncias, como reclamações, e a gente vai apurar todas e buscar soluções.

Por fim, dizer que mais uma vez, ser repetitivo, mas para deixar claro a quem tá nos assistindo, que não é uma CPI contra a ENEL, é uma CPI a favor do povo do Estado do Ceará, Deputado Guilherme, e o nosso propósito é que a empresa ENEL ou mude ou se mude do Estado do Ceará, porque a gente não vê outra solução. E quando nós falamos aqui que ela mude o formato de trabalhar, é porque nós temos a certeza, pelos números que ela tem condições financeiras para mudar não hoje, mas ontem, e melhorar a distribuição do serviço de energia elétrica para a população do Estado do Ceará. Como? Investindo mais, fazendo a manutenção, dando um prazo à população de instalação de procedimentos e esse seja, Deputado Bruno Pedrosa, e esse prazo seja exequível e que eles executem, não só no papel.

Que nós possamos, todos nós, imbuídos desse intuito, dessa vontade, desse desejo de ver a população se transformar em uma população satisfeita, porque é hoje uma população na sua totalidade insatisfeita, eu até propõe à CPI, se é o caso,

Deputado Felipe Mota, nós estudarmos aqui um formato de realizarmos uma pesquisa pública à população do Estado do Ceará, para nós demonstrarmos o sentimento desse povo, reverberado por essa Casa, mas não só aqui na nossa fala, mas em números. Eu proponho e nós vamos discutir isso numa reunião interna nossa, para que a gente possa expor para a nossa população o número da reclamação, do quantitativo de pessoas que reclama dessa empresa ENEL.

Hoje eu arrisco a dizer que dos mais de nove milhões de habitantes nós temos no Estado do Ceará, com quase 5 milhões de ligações que a empresa ENEL tem aqui no Estado do Ceará, se não todos, mas 99% da população do Estado do Ceará tem reclamado e se queixado dos serviços com a ENEL, para além de se queixar do serviço, tem se queixado também da falta de respeito em dar uma resposta, em dar uma atenção, em ter um canal de diálogo que funcione.

Eu tenho aqui denúncias, inclusive hoje foram até postadas e eu vou passar para o nosso grupo, e deve ser as mesmas que vocês têm recebido aí nos WhatsApp de vocês, na rede social, de populares, ontem, que tiveram problemas aí com queda de energia e passaram uma hora, uma hora ligando minuto a minuto para o mesmo telefone que a ENEL deu, que seria o telefone de realizar a sua solicitação, e em uma hora não conseguiram uma chamada ser atendida pela empresa ENEL, e pasmem, não era aquele atendimento que diz: *Aguarde na linha que daqui a pouco um atendente vai lhe atender.* Não. Era, chamava e ninguém atendia. Ou seja, é aquilo que a gente vem dizendo: os canais que a ENEL criou mais parece um canal para empurrar a população com a barriga, para enganar mesmo a população do que um canal para resolver, solucionar o problema daquela comunidade que já sofre e sofre muito.

Então declaro encerrada a presente reunião, agradecendo a todas e a todos. Muito obrigado.

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CPI (COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO) RELATIVA À ENEL, REALIZADA NO COMPLEXO DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, EM 25 DE OUTUBRO DE 2023.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO BRUNO PEDROSA (PDT): Bem, bom dia a todos. Boa tarde. Boa tarde a todos. Boa tarde aos nobres colegas deputados, a todos os ouvintes da TV Assembleia, os telespectadores da TV Assembleia, os ouvintes da FM Assembleia.

Estamos iniciando a quarta reunião ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito, da CPI, para investigar irregularidades e práticas abusivas por parte da ENEL no Estado do Ceará.

Leitura, discussão e votação da ata da reunião anterior.

Apenas registrando aqui as presenças da Deputada Gabriela Aguiar, titular da comissão; Deputado Guilherme Sampaio, Deputada Lia Gomes; o Deputado Felipe Mota e o Deputado Bruno Pedrosa. E na plataforma virtual: Deputado Guilherme Landim.

Leitura, discussão e votação da ata da reunião anterior, ata da segunda reunião extraordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito da ENEL, Distribuição Ceará, realizado no dia 10 de outubro de 2023.

Peço autorização dos nossos pares para dar como lida a ata. Não havendo quem se oponha, aprovada a ata da reunião anterior.

Indo para o Expediente:Nada consta.

Passamos à Ordem do Dia. Hoje temos duas oitivas marcadas para esta CPI, a do vereador de Fortaleza Lúcio Bruno, Presidente da Comissão de Acompanhamento e Fiscalização dos Serviços Ofertados pela ENEL, e não está presente; justificou, pediu para ser remarcado este momento.

Passamos para o segundo convidado, que vai poder discorrer, hoje, um pouco sobre as Energias Renováveis, o senhor Rodrigo Sauaia, Presidente da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica, ABSOLAR, conforme Requerimento 69/2023, de autoria do Deputado Bruno Pedrosa, aprovado por unanimidade pelos deputados membros desta Comissão na reunião do dia 10 de outubro de 2023.

A gente convida o senhor Rodrigo para tomar assento.

O Dr. Rodrigo Sauaia preparou uma apresentação de alguns dados, de algumas informações, aí eu peço aqui permissão aos deputados para que ele possa fazer essa apresentação e, posteriormente, abrir para as perguntas.

(Comentário fora do alcance de registro)

Fica à vontade, Rodrigo, está com a palavra.

SR. RODRIGO SAUAIA (ABSOLAR): Ok.Boa tarde. Vocês conseguem me ouvir? Ok. Boa tarde. Eu queria começar agradecendo, em nome da ABSOLAR, ao convite que nos foi feito, presidente, para estarmos aqui com os parlamentares, com a ALECE, com a sociedade cearense de uma forma geral, discutindo esse importante assunto e trazendo um pouco das perspectivas do setor Solar Fotovoltaico que pode agregar a esse debate, e esperamos poder fazê-lo de forma bastante construtiva.

Queria cumprimentar as Excelentíssimas e os Excelentíssimos deputados, aqui presentes, estaduais, e dizer da minha satisfação de estar de volta ao Estado, apesar de ser uma passagem rápida, é sempre um prazer poder vir ao Ceará, e falar um pouco sobre Energias Renováveis, especificamente Energia Solar fotovoltaica no Estado do Ceará.

Então vocês já podem ver na tela a apresentação que nós preparamos. Eu vou começar.

Slide - Apresentando aos presentes aqui a nossa entidade.

A ABSOLAR é a Associação que representa empresas e profissionais do setor Solar Fotovoltaico brasileiro; ela é hoje considerada uma das maiores associações do setor elétrico, são 800 associados, é um número bastante significativo. A nossa entidade representa esse setor de Energia Solar fotovoltaica.

Desde o ano passado, nós atualizamos o nosso Estatuto Social, para poder também abranger o armazenamento de energia elétrica, ou seja, uso de baterias junto ao setor elétrico; essas baterias têm finalidade tanto na geração quanto na transmissão, na distribuição e no consumo; também, a tecnologia de hidrogênio verde ou hidrogênio produzido a partir de fontes renováveis como a própria Energia Solar, Energia Eólica e outras fontes que o Estado do Ceará, que tem um gigantesco potencial.

Então, apesar do material que nós preparamos trazer um panorama mais focado na Energia Solar fotovoltaica especificamente na chamada Geração Distribuída, que tem uma relação mais direta com o assunto em debate nesse momento, nós nos colocamos aqui à disposição para apoiar a Assembleia, os parlamentares em relação também a esses outros temas que eu aqui citei: armazenamento, sistemas de bateria, hidrogênio verde.

A nossa Associação está celebrando este ano dez anos de existência; é uma Associação relativamente jovem na realidade do setor elétrico, mas já bastante estabelecida e reconhecida pelo seu trabalho.

Slide - Para a gente entender um pouquinho o que a Energia Solar fotovoltaica representa para o nosso país é importante sabermos que nesses dez anos de atuação da ABSOLAR a tecnologia passou da última posição na matriz elétrica brasileira, ela representava 0,01% da nossa matriz, para segunda posição.

A segunda maior fonte de energia elétrica do Brasil, hoje, é o Sol, logo depois da água já é o Sol. Então a Energia Solar representa mais de 15% de toda a potência instalada no Brasil; são praticamente 34 gigawatts, inclusive nós batemos, ontem, a marca histórica de 24 gigawatts, apenas da geração própria solar, que é a Geração Distribuída de pequeno porte, que é o tema que mais relação tem com o assunto que está sendo tratado aqui pelos nobres parlamentares.

Vocês percebam também, todos aqui, que acompanham que o Brasil ainda tem um esforço muito grande para diversificar essa matriz, para que nós possamos reduzir a nossa dependência hoje, ainda grande, das hidrelétricas; metade de toda eletricidade do nosso país depende das águas; e infelizmente a gente percebe que com a mudança climática, o aquecimento global e o impacto que isso tem no clima do Planeta e no clima do Brasil, especificamente, um país que está bastante vulnerável a essas mudanças, existem riscos para nossa hidrologia, existe mudança no ciclo da água. Então é importante que nós tenhamos alternativas e opções. As hidrelétricas vão continuar sendo essenciais para o Brasil. Nós as consideramos fundamentais, mas é preciso diversificar para reduzir os riscos e custos para nossa sociedade.

Slide - Para que a gente consiga tangibilizar um pouco o que isso representa para o Brasil, e vamos entrar na sequência especificamente no Estado do Ceará, o setor solar, nesses últimos dez anos, trouxe para o nosso país 164 bilhões de reais em investimentos.

Então estamos falando em um setor relevante da economia nacional na área de energia elétrica; ele gerou um milhão de empregos acumulados nesse mesmo período de 2012 para cá, e ajudou o nosso país a reduzir as emissões de gases de efeito estufa em 42 milhões de toneladas CO^2, quer dizer, energia elétrica mais limpa, sem depender da água, para que a gente possa preservar o nosso recurso hídrico que é escasso e tem múltiplas aplicações, e gerando também para o Poder Público uma arrecadação de quase 50 bilhões de reais, 46,7 bilhões de reais, recurso esse que é reaplicado na saúde, na educação, na segurança e ajuda a gerar melhores serviços prestados pelo Poder Público para a sociedade.

Então o nosso setor tem esse papel, hoje, e busca aqui contribuir especificamente mostrando o que infelizmente o Estado do Ceará está deixando de ter, está perdendo quando a gente fala num bom uso dessa tecnologia e desse potencial imenso que o Estado tem, mas que hoje, por vários motivos, e

dentre eles as questões que são tratadas por essa comissão, os sistemas não estão conseguindo ser conectados na Rede dentro dos prazos legais, da forma esperada e até prevista em lei, em regulamentação, e quem mais se prejudica é a sociedade que deixa de ter acesso a essa energia; investimentos que são perdidos nesse processo; empregos que deixam de ser gerados. Então a gente vai aprofundar isso um pouco mais.

Slide - Talvez a imagem esteja um pouco difícil de enxergar, mas eu vou trazer vocês aqui para entenderem um pouquinho.

Vejam que mais ou menos na metade desse ranking... esse é o ranking com todos os estados do Brasil, e ele mostra os estados; quanto mais em cima o Estado está maior é a posição do estado nesse ranking, mais investimentos ele já recebeu, mais instalação de Energia Solar ele já teve, mais empregos já foram gerados naquele estado.

O Estado do Ceará está, hoje, na décima primeira posição em relação aos 26 mais o Distrito Federal, então aos 27 que estão listados no ranking, ele está mais ou menos no meio do caminho, essa é a realidade do Ceará hoje.

Em relação ao Nordeste, inclusive, existem outros estados no Nordeste que já ultrapassaram o Ceará, que sempre foi historicamente um líder no uso da Energia Solar; e o destaco aqui a Bahia que está em oitavo nesse ranking, portanto, três posições acima do Estado do Ceará.

Hoje o estado, nessa Geração Distribuída, e eu vou explicar para vocês o que é para vocês compreenderem.

Eu mostrei nos slides anteriores que nós temos, aproximadamente, 34 gigawatts em operação de Energia Solar, desses 34, 70% são que a gente chama de Geração Distribuída ou Geração Própria de Energia Solar. O que é isso? São as pessoas, os consumidores, os pequenos produtores rurais, também as residências, os prédios públicos, os pequenos negócios daqui do Estado do Ceará, por exemplo, no caso dos números que a gente está mostrando, investindo dinheiro do próprio bolso para gerar a sua energia limpa e renovável e, com isso, ter uma energia mais barata, e também ter mais autonomia e independência energética com sustentabilidade. Muito bem, nós chamamos isso de Geração Distribuída Solar Fotovoltaica, e representa 70% de toda Energia Solar do Brasil. Então a Geração Distribuída é o grande carro-chefe da Energia Solar.

Para que essa Geração Distribuída possa ser viabilizada ela é obrigada, hoje, a ter um parece de acesso da Distribuidora local; ela só pode se conectar àRede, esses sistemas só podem ser instalados, esses investimentos só podem ser feitos se eles tiverem o *de acordo* da Distribuidora local.Então é

importante que a gente entenda qual é o papel, qual é a relação que existe entre essa tecnologia e a Distribuidora local.

Dar as boas-vindas ao Deputado Fernando, Presidente da Comissão Parlamentar, e vice-presidente da Casa, agradecer pela presença.

Estava, deputado, só para colocá-lo rapidamente a par, explicando que a Energia Solar é a segunda maior fonte do Brasil hoje. Meu nome é Rodrigo Sauaia, eu represento a Associação Nacional do setor, segunda maior fonte do Brasil; já trouxe 164 bilhões de reais em investimentos para o país; um milhão de empregos; acabamos de bater essa meta, essa marca esse ano; dois terços dessa energia quem investem são as pessoas; são os pequenos produtores, pequenos empresários, as pessoas nas suas casas, os produtores rurais, e eles dependem, para conectar esses sistemas à Rede, da autorização da Distribuidora local, no Brasil inteiro e também aqui no Estado do Ceará.

Por isso que esse tema tem relação, talvez, com as contribuições que nós podemos trazer, para que vocês entendam como hoje o setor está deixando de gerar empregos aqui no estado e oportunidades de trazer investimentos, por conta das dificuldades de conectar essa tecnologia na Rede elétrica aqui no Ceará.

Comentava, inclusive, que o Ceará liderava aqui, na região Nordeste,que era o Estado número um do Nordeste em Energia Solar. Perdeu essa posição nos últimos meses e anos para a Bahia, já está em segundo. A gente vai aprofundar um pouco mais.

Então se a gente olha do Brasil inteiro, hoje o Ceará tem 771 megawatts em operação, em geração própria, investimento dos próprios cearenses, das pessoas no dia a dia pode.

Slide - O que isso representa? Vamos tangibilizar isso aqui no Estado. Esses 771 megawatts de investimentos feitos pelas pessoas e pelos empreendedores trouxeram para o Estado do Ceará quase quatro bilhões de reais em investimentos, 3.9 bilhões para ser mais exato; geraram 23 mil empregos aqui na região. É importante explicar que esses empregos são locais. Não faz sentido, no caso do nosso setor, deslocar as pessoas de muito longe para fazerem essas obras, então, as pessoas são treinadas localmente. Os empregos que são gerados ficam nos municípios ou nos municípios vizinhos onde eles estão disponibilizados.

A gente aproveita e passa essa apresentação para ficar com a Casa, à disposição dos materiais.

Também já trouxeram esses investimentos, aproximadamente, um bilhão de reais em arrecadação. Essa arrecadação soma os impostos federais, os impostos estaduais, os impostos

municipais. Então esse dinheiro é cascateado entre os diferentes órgãos públicos, mas é um dinheiro muito representativo já trazido em favor do Poder Público e da gestão pública.

O período de referência aqui. Esse é só no Ceará, esses números, e o período é de 2012 para cá. Então, óbvio, esse setor começou há poucos anos, não havia regulamentação no passado, mas já é uma contribuição relevante. A maioria desse investimento aconteceu nos últimos três anos. Então, de fato, é um setor que está querendo continuar a crescer, está querendo continuar a gerar oportunidades aqui no Estado do Ceará, e está enfrentando barreiras para o seu crescimento inclusive no acesso às Redes de Distribuição.

Slide - Aqui nós temos, para conhecimento dos parlamentares e de todos, a distribuição dessa potência instalada, município a município, considerando os dez principais municípios aqui do Estado. Então a gente percebe que hoje há uma concentração maior desses projetos na capital, em Fortaleza, 188 megawatts, aproximadamente, isso representa quase 25% de toda a potência instalada no Estado, quer dizer, um quarto.

Por que é que isso se concentra em Fortaleza? Porque a sociedade está em Fortaleza, a população está em Fortaleza; o uso da energia elétrica em uma parte importante do Estado está no município sede da capital. Então é natural que tenha um volume maior de investimentos na região porque é onde as pessoas vivem, moram, usam energia elétrica, têm as suas casas, têm os seus pequenos negócios. Mas nós temos uma oportunidade muito grande se houver infraestrutura disponível para interiorizar esses investimentos, até porque a região do interior dos estados têm áreas mais baratas disponíveise, às vezes, são improdutivas, não estão tendo outro uso; têm também uma irradiação solar, quer dizer, um recurso solar melhor, mais intenso e gera mais energia elétrica e gera melhor retorno naquele projeto, naquele investimento.

Graças à forma como a Regulamentação e a Legislação, que hoje são bases do nosso setor, eles foram definidos. Um consumidor numa área de Concessão da Distribuidora, portanto, para trazer o caso aqui concreto da ENEL-Ceará, em qualquer lugar dessa área de Concessão ele pode gerar a sua energia limpa renovável com o Sol, com o vento, com a biomassa, com a água, com o biogás, usar essa energia localmente, injetar o excedente na Rede e utilizar os créditos de energia que ele ganha para abater o consumo em qualquer outra área da mesma concessionária. Só na mesma concessionária.

Isso significa dizer, como aqui a gente tem uma Distribuidora para o estado inteiro, na prática, em qualquer lugar do Estado do Ceará você pode gerar energia limpa e renovável com o Sol ou com outro recurso disponível e abastecer os consumidores aonde quer que eles estejam. Isso é uma grande

oportunidade para interiorização dos investimentos e dos empregos. Mas nós precisamos de infraestrutura, nós precisamos de conexão com essa Rede elétrica se não esses projetos não podem ser executados.

Então a gente vê que os municípios que estão na sequência começam aqui: falamos Fortaleza, 180 megas, depois nós temos Eusébio e Juazeiro do Norte com mais ou menos 30 megas; depois nós temos Caucaia e Aquiraz, com mais ou menos 20 megas, 26 e 22; Maracanaú e Sobral com também na faixa de 20, Iguatu, Russas e Crato.

Veja que quando a gente olha para Crato, que é o décimo município que mais tem Energia Solar, a gente está falando em menos de um décimo do que Fortaleza hoje tem, mas a oportunidade é grande de a gente levar esse investimento para o interior.

Eu vou mostrar para vocês que o setor privado, os investidores, os empreendedores estão tentando levar esse investimento para o interior e não estão conseguindo.

Slide - Esse mapa é do Estado do Ceará, e essas bolas vermelhas são os projetos que nós conseguimos mapear com o apoio voluntário dos empreendedores do setor que estão com problema ou dificuldade de conseguir se conectar na Rede.

Então, vejam que a grande maioria deles está no interior do Estado, está querendo levar esse investimento, está querendo levar essa riqueza, essas oportunidades para o interior do Estado, esses empregos para o interior do Estado.

Aqui a gente vai falar um pouco dos números que nós conseguimos mapear.

Eu começo explicando, para vocês entenderem o material, que o que nós temos aqui é resultado de uma pesquisa que a ABSOLAR fez com os empresários especificamente no Estado do Ceará. Nós fizemos esse tipo de pesquisa no resto do Brasil também, mas a gente trouxe um recorte para todos aqui do Estado do Ceará. É uma pesquisa voluntária. Nós não temos nem a obrigação e, infelizmente, nem o acesso aos dados que nós gostaríamos de ter para trazer uma pesquisa mais abrangente. Então ela é uma amostra dos problemas que nós identificamos.

Mas aqui já são 157 projetosque nós identificamos como represados nesse momento; são investimentos que querem ser feitos e que representam no total uma potência de 181 megawatts, é o equivalente a tudo que Fortaleza já instalou nos últimos dez anos em Energia Solar, que os empreendedores, no nosso mapeamento,que é parcial, a gente sabe que ele não é completo, isso é só um pedaço do problema, é uma ponta do iceberg, mas é o equivalente a tudo que o Estado do Ceará já tem instalado em Fortaleza de oportunidade de investimentos, a maioria deles no interior do Estado e não na

capital. Eles representam 726 milhões de reais em investimentos. A gente está falando aqui de ¾ de um bilhão de reais, 726 milhões de reais, que estão represados e não estão conseguindo se concretizar. Uma oportunidade de empregos para os cearenses de 5.445 empregos, e não estão conseguindo ser gerados nesse momento, apesar do interesse dos empreendedores, apesar da vontade do setor privado de contribuir com esses empregos.

E mais, quando a gente olha esse número do ponto de vista do efeito na economia, nós temos Estudos que mostram que para cada real investido em um Projeto de Geração Solar Fotovoltaica geram em benefícios diretos e indiretos três reais para a nossa sociedade. A conta é um para três.

Então se nós pegarmos o 726 milhões em investimentos represados, que são números mapeados parciais, incompletos, como eu comentei, mas é uma amostra do problema, e nós multiplicarmos isso por três, para ter o tamanho do efeito econômico prejudicial que hoje o Estado está percebendo pela falta desses investimentos, nós chegamos a impressionantes 2.2 bilhões de reais que estão deixando de ser gerados na economia de Estado do Ceará, por conta da dificuldade de acessar as Redes de Distribuição de Energia Elétrica, especificamente. E eu estou falando apenas da Energia Solar. Vamos considerar que é possível que haja projetos de outras tecnologias e fontes passando pelo mesmo desafio.

Slide - Esses projetos foram todos mapeados este ano. Em relação ao tempo que os projetos estão aguardando. ARegulamentação prevê, em casos normais, prazos entre 30 e 60 dias para que a Distribuidora autorize a conexão desses projetos à Rede, que ela emita o que a gente chama dos Pareceres de Acesso ou as Solicitações de Conexão, para que esses projetos possam dar sequência.

Nós temos casos de associados que em vez de esperarem 30 ou 60 dias continuam esperando seis meses, um ano, um ano e meio e esses projetos não estão sendo liberados.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Prazo extrapolado.

SR. RODRIGO SAUAIA (ABSOLAR): Prazo completamente extrapolado. Esse é um prazo específico da Distribuidora. Essa é só a etapa que compete àDistribuidora de fazer nesse Processo Regulatório. Existem processos e projetos que andam dentro do prazo, mas existem muitos outros como nós estamos mostrando aqui mapeados, que não estão andando dentro do prazo. Esse era outro ponto que eu queria destacar.

Então, eu agradeço, mais uma vez, ao Deputado Fernando porque acertou em cheio.

Dos problemas que nós mapeamos nesses 157 projetos, a principal reclamação é descumprimento de prazo. Esse prazo não é uma decisão unilateral da Distribuidora nem é uma vontade do empreendedor. Ele é definido pela Agência Nacional de Energia Elétrica; está em Resolução

Normativa e é uma determinação que precisa ser cumprida pela concessionária que presta o serviço público de acesso à infraestrutura, que é da sociedade. É importante a gente dizer que as Linhas de Distribuição, as Subestações não são da empresa Concessionária, elas são da sociedade, e a empresa tem a Concessão desse ativo para prestar e cuidar desse bem em nome do coletivo.

Explicar, também, que nós calculamos esse investimento. Ah, Rodrigo, de onde vocês tiraram esse número de investimento? Nós utilizamos o número de referência da própria Agência Nacional de Energia Elétrica, que tem na sua Resolução 3.171, de 2023, deste ano, o número de base de quatro mil reais por quilowatt; a gente está falando em megawatt, então são quatro milhões de reais por megawatt para o valor do investimento dos projetos. Então se a gente multiplicar esses quatro milhões pelos 181 megawatts a gente chega ali no 726 milhões que hoje não estão investidos no Estado.

De novo, este número, cabe dizer, é uma amostra. Nós fazemos um esforço...e eu aproveito para agradecer todos os empreendedores de Energia Solar do Estado do Ceará que, voluntariamente, investiram o seu tempo e o tempo da sua equipe, deixando de vender projetos e fazer outras coisas que eles poderiam estar fazendo para responder o formulário da ABSOLAR e para poder contribuir com dados para esse trabalho que nós fizemos.

Muito nos agradaria se o acesso às filas de Pedidos de Conexão fossem públicos. Essa informação, na nossa visão, deveria ser uma informação de acesso público da sociedade, até para melhor fiscalização... (interferência fora do alcance de registro)

SR.RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): Só interrompendo aqui, pedindo permissão. Você disse que tinham alguns empreendimentos que esperam mais do que os outros, você sabe por que isso acontece?

SR. RODRIGO SAUAIA (ABSOLAR): Vamos lá. Primeiro alguns empreendimentos, dependendo do porte e do perfil do empreendimento são aprovados dentro do prazo. Quando existe, por exemplo, empreendimentos normalmente de menor porte, mais simples e tecnicamente mais simples também de conexão, normalmente são aprovados de forma mais ágil. Quando você tem projetos que tem um porte um pouco maior, isso, por vezes, demanda uma análise técnica mais aprofundada, e para essa análise você precisa dimensionar equipe; você precisa de equipamentos; você precisa de softwares; você precisa fazer uma análise que demanda um conhecimento técnico dos profissionais que fazem esse trabalho. Então existe uma questão de oferta e demanda também. Para você prestar um serviço de qualidade à sociedade, dentro do prazo, você precisa organizar sua estrutura interna empresarial para que você

consiga cumprir aquilo que a lei exige e a regulamentação exige. Essa é uma responsabilidade sua como Concessionária, no caso de uma concessão.

Então, eu diria que talvez seja preciso olhar se há este dimensionamento equilibrado entre oferta e demanda, e se não há, é preciso fazer um ajuste, porque uma empresa Concessionária tem o dever de cumprir os prazos estabelecidos na Regulamentação.

Tinha mais alguns slides. Deixa só explicar também, tem outra informação.

Slide - Vocês podem perceber que nós temos bolasmaiores ou menores. As maiores dizem respeito a regiões que têm o maior potencial de investimento mapeado, zonas que têm um volume maior de investimentos mapeados; municípios que têm um volume maior de investimento mapeado. E aquelas menores é um volume um pouco menor. Então vocês percebem que existe um espalhamento bastante homogêneo e amplo desses projetos. Não sei se vocês conseguem ver porque as bolas estão um pouquinho se sobrepondo, a Região Sul e a Região Oeste do Estado do Ceará inteiro, ali até inclusive à faixa costeira da Região Norte do Estado, concentra o maior volume desses projetos de maior escala. Então é uma região inclusive que hoje tem um desafio maior do ponto de vista socioeconômico, do ponto de vista...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO BRUNO PEDROSA (PDT): A Gabriela está falando porque é a região dela, a Região do Tauá, que é o município dela.

SR. RODRIGO SAUAIA (ABSOLAR): Inclusive o Município de Tauá teve uma das primeiras Usinas Solares do Brasil de um megawatt instalada, acredito que tenha sido em 2009 ou 2010, por volta dessa data.

Slide - E para não ficar apenas em números abrangentes, nós trouxemos um caso concreto, preservando, naturalmente, a identidade tanto da empresa quanto do cliente, uma vez que não é nosso interesse, e é preciso dizer que existem empreendedores que têm medo de represália em relação a compartilhar informações e dores que eles enfrentam no dia a dia, têm medo desse tipo de represália, e por isso a gente trouxe os dados de forma a não expor o empreendedor. Mas o caso concreto que eu trago para vocês é absolutamente emblemático. Por quê? Imaginem vocês que nós temos neste caso um projeto de um megawatt de potência, como eu havia comentado no slide anterior, um megawatt vezes quatro milhões significam quatro milhões de investimento nesse projeto que o empreendedor quer fazer,para trazer aquela geração renovável para aquele município do interior do Estado, por exemplo. Quatro milhões de reais não é um projeto gigantesco, é um projeto de um porte relativamente pequeno.

Quando ele faz o Pedido de Conexão, ele se espanta ao receber um Relatório de Obras Técnicas que diz que ele vai precisar construir investindo recursos do seu próprio bolso como Acessante, que é o que a gente diz tecnicamente aquele que quer acessar a Rede da Concessionária, de 2BS (Barra Simples) em 64 quilowatts, BS desde 64 quilowatts numa outra subestação; interligações elétricas; construção de linha de distribuição; nova subestação em 138 quilowatts; outra nova subestação em 138 quilowatts; mais dois BS de 69 quilowatts; mais outro BS de 69 quilowatts; mais a construção de outra linha de distribuição, e ainda uma "n" quantidade de cabos elétricos.

Senhores, volume total de investimento da obra previsto: 351 milhões de reais; 351 milhões de reais, dos quais, a Distribuidora, generosamente, pagará por volta de 120 milhões, e o consumidor que quer conectar um projeto de quatro milhões, que arque com 233 milhões de reais em obras de distribuição para a Concessionária.

Veja. É um descalabro. Porque esse volume de investimento que é solicitado de um pequeno empreendedor que quer fazer uma usina para ajudar abastecer uma farmácia, uma padaria, um açougue, uma escola, um posto de saúde ou um hospital, não é condizente com a realidade de nenhum empreendedor brasileiro do mundo ou da galáxia. Não tem como. E mais, como se não bastasse isso, o prazo previsto, porque quem vai fazer esta obra é a Distribuidora, não é o consumidor, é de cinco anos, cinco anos, 1.825 dias esperando para poder conectar o seu projeto de um megawatt.

É difícil até de a gente explicar o que a gente sentiu quando a gente recebeu os dados desse associado, porque foi um misto de revolta e de inconformação. Como é possível isso? Quer dizer, é praticamente dizer para o empresário: Não invista. Não invista. Não invista nesse estado, não invista nessa área de Concessão.

Eu gostaria de dizer que esse é um caso isolado, que é o único, mas, não. Nós temos outros casos, esse é o maior deles, eu digo isso com toda a transparência para vocês, mas nós temos outros casos um megawatt: 75 milhões de reais de obra; um megawatt: 30 milhões de reais de obra; um megawatt: 25 milhões de reais de obra. Não dá! É impossível! É irrealista! É infactível!

Eo empreendedor, muitas vezes, não tem o conhecimento técnico, ele não tem acesso à informação para sequer contrapor o que ele recebe como orçamento de obra. Ele não sabe. Ele não conhece aquilo a fundo, dessa mesma forma como a Distribuidora conhece.

Então esse é um caso que eu acredito que é bastante marcante, para que os parlamentares possam conhecer e possam avaliar, e infelizmente não é um caso isolado. Então esse é o desafio que nós temos visto no nosso setor.

Eu vou seguir adiante, nós temos mais um pouquinho de conteúdo.

Slide - Aqui nós trazemos para conhecimento de todosuma informação que é bastante relevante, e eu diria até uma excelente iniciativa da Agência Nacional de Energia Elétrica, ela tem publicado um ranking da sua Ouvidoria, da Ouvidoria oficial da Agência Nacional de Energia Elétrica, listando quais são as Distribuidoras que hoje têm maior volume de reclamação, dependendo aí da área de Concessão e da região do Brasil.

Então a gente pode perceber desse ranking que está mostrado aqui, nós temos primeiro uma Distribuidora no Rio de Janeiro, por acaso do grupo ENEL; nós temos uma Distribuidora no Rio de Janeiro do grupo Light; nós temos uma Distribuidora no Rio Grande do Sul, a CEEE Equatorial; nós temos a número um do Nordeste e número quatro do ranking de reclamações dentre todas as Distribuidoras do Brasil que é a ENEL Ceará, aqui do Estado do Ceará. Subiu duas posições, se vocês virem à setinha para cima, ela indica que a Distribuidora estava em sexto no último levantamento e subiu duas posições em reclamações, então as reclamações estão crescendo proporcionalmente às demais. A gente percebe que esse ranking é feito, isso é importante que se conheça, não pelo volume total, porque seria injusto você comparar um estado, por exemplo, ou uma região que tem milhões e dezenas de milhões de consumidores com Ceará que tem um número menor de população e de consumidores, mas ele é calculado a partir do que a gente chama de Densidade, ponderando, portanto, os consumidores com a realidade do Estado, de cada estado.

Então levando isso em consideração, por que é que isso é importante? Porque isso significa que a dor aqui, para quem vive aqui e sente a temperatura, coloca o estado na quarta pior posição de fato; coloca a Distribuidora do Estado, melhor dizendo, na quarta pior posição de fato.

De conteúdo dos slides era isso.

Slide – Esse conteúdo serve como um suporte. As informações que nós mapeamos nós podemos de forma consolidada, sem expor os empresários, compartilhar também com Assembleia com todo gosto. Essa apresentação fica à disposição.

Eu queria agradecer a atenção dos parlamentares. Desculpa ter tomado um pouco de tempo, mas acho que era para poder contribuir com as informações de forma clara. Agradecer também aos que estão aqui hoje, eu vejo que há uma audiência aqui presente, imagino que online que também na televisão, no rádio, como foi comentado pelo Deputado Bruno, a quem eu faço um agradecimento especial também pelo Ofício que nós recebemos para o convite a participar aqui na Comissão Parlamentar, como foi comentado.

Então nós estamos à disposição para contribuir. É a primeira vez, em dez anos da ABSOLAR que nós participamos de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, e nós estamos à disposição para contribuir com tudo que os senhores e senhoras precisarem. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO BRUNO PEDROSA (PDT): Obrigado, Rodrigo, muito já deu para sentir aí um pouco das dificuldades que o nosso Estado vem passando com essa relação dos investidores com a ENEL. Agora vamos iniciar as perguntas. Antes disso, o nosso Presidente da CPI quer tecer alguns comentários e fazer algumas perguntas.

SR. DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Boa tarde a todas e a todos. Saudar o Deputado Bruno, Deputada Gabriella, Deputada Lia, Deputado Felipe Mota, Deputado Guilherme Landim, Deputado Guilherme Sampaio. Saudar aqui o Rodrigo Lopes que fez aqui essa explanação, e para mim, pessoalmente, mais uma explanação de setores que deixa todos nós estarrecedores com a falta de compromisso da empresa ENEL de gerar emprego, de gerar renda, de gerar economia para o Estado do Ceará, e atrasa o nosso Estado.

Com muita honra, eu coloquei aqui o Deputado Bruno para presidir, foi iniciativa dele o convite, do Deputado Bruno, e eu quero fazer o reconhecimento, por isso acho que é merecido que presida aqui esse momento. Mas agradecer a sua presença, dizer que para nós foi importante lhe ouvir. Não vou dizer que é uma felicidade lhe ouvir, pois a felicidade de lhe ouvir era se o senhor estivesse aqui dizendo que o Estado vai crescer, vai se desenvolver através desses projetos, desses empresários que vêm trazer recursos para o Estado, tendo em vista que a empresa pudesse ser parceira deles, a empresa Concessionária aqui, que é a empresa ENEL. Mas, infelizmente, não é o que tem acontecido.

Quando o Deputado Bruno nos abordou para termos esse momento com o senhor, que representa as empresas nesse segmento, nós não imaginávamos que nos depararíamos com mais uma linha de falta de desenvolver o Estado do Ceará; têm milhares de relatos aqui nas oitivas que a gente tem realizado, nas denúncias que a gente tem recebido de empresas que vêm se instalar aqui, que o próprio Estado paga a extensão de Rede como incentivo das empresas em outros segmentos, como a empresa de Araripe que a gente fala tanto aqui e até hoje a empresa ENEL não começou, não iniciou as obras nem tem data para iniciar.

AEnergia Solar é para nós aqui é um dos grandes carros-chefes de gerar emprego, gerar renda e gerar economia, tendo em vista o nosso Sol todo ano em quase todas as regiões, quase, acho que 99% das nossas regiões aqui nós temos Sol que favorece o incentivo a essas empresas, a esses segmentos, e a empresa ENEL está atrapalhando mais um segmento, repito, fazendo com que atrase e o

desenvolvimento do Estado do Ceará. Se não fosse o governo do Governador Cid, o governo do Governador Camilo, da Governadora Izolda e agora do Governador Elmano, não sei o que seria de nós, porque o Estado tem crescido muito pela força do Estado, pelo compromisso desses governadores que citei, e de todas as demais empresas de outros segmentos que têm ajudado o Estado do Ceará a crescer a se desenvolver, aí vem a Concessionária ENEL, uma empresa que tem uma Concessão Pública e na contramão de tudo isso, buscar atrasar o desenvolvimento do Estado do Ceará.

Então a sua apresentação aqui o que eu tiro dela, e os parlamentares vão tecer comentários e fazer as suas perguntas. Mas eu já saio com essa imagem de que se nós não tomarmos uma providência, mais uma vez a ENEL está atrasando o desenvolvimento do Estado do Ceará, agora no segmento das Energias Renováveis e da Energia Solar, como o Dr. Rodrigo colocou aqui muito bem.

Então meu comentário era esse. Dizer que conte aqui com essa Comissão Parlamentar de Inquérito para nós lutarmos, para não deixarmos que isso aconteça; que perdure por muito mais, como foi aqui o questionamento que ele fez na sua fala sobre prazo, sobre tempo. Eu tinha certeza que a sua resposta seria aquela; que eles não cumprem nenhum prazo. Eles começaram até, Deputado Guilherme Landim, investir em publicidade. Eu acho que a Comissão Parlamentar de Inquérito já deu até uma ajuda, porque antes eles não investiam em publicidade. A única empresa que não investia em publicidade aqui no Estado do Ceará, nunca deu uma entrevista numa rádio, só depois da CPI, nunca fez um anúncio em jornal, e agora fizeram aqui um anúncio aqui no jornal Diário do Nordeste, dizendo que em cinco anos realizaram investimentos de cinco bilhões de reais.

Bom, eu estou procurando onde é que está investido aqui cinco mil reais pela ENEL nos últimos cinco anos. Ela apresentou um Plano de Expansão de 2023 até 2027 para investir pouco mais de seis milhões, tendo em vista que ela teve um lucro de 2022 para 2023 de 630 milhões de reais, imagine só querer investir seis milhões de reais.Então ela anuncia aqui um investimento de cinco bilhões de reais.

Talvez, Deputado Guilherme Landim, nós vamos conseguir que a ENEL envie aí, em três páginas, aonde foi que ela investiu esses cincobilhões de reais, para a Comissão Parlamentar de Inquérito ir lá fiscalizar, e ver esse investimento e o resultado dele na satisfação do povo, para que a gente venha aqui...

(Falas fora do alcance de registro)

SR.RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): Talvez, deputado, seja do jeito que o senhor Rodrigo disse aí: As empresas que estão fazendo esses empreendimentos têm de pagar milhões de reais para fazer a interligação e ela coloca isso como investimento dela.

SR. DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Boa observação. Talvez seja esse o investimento, porque da ENEL eu não tenho visto nenhum investimento aqui que não seja um investimento na insatisfação da população, que nos fez chegaraté aqui a essa Comissão Parlamentar de Inquérito, para investigar a ENEL.

Eu repito que ninguém aqui tem nada contra ninguém da ENEL, o que nós temos é a favor do povo do Estado do Ceará, e não tem outra frase senão:Ou a ENEL muda ou a ENEL se muda do Estado do Ceará.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO BRUNO PEDROSA (PDT): Dando continuidade às perguntas, vamos para o segundo orador inscrito, o Deputado Guilherme Sampaio.

SR.RELATOR DEPUTADO GUILHERME SAMPAIO (PT): Muito obrigado,presidente. Queria cumprimentar os colegas deputados e deputadas em nome do Presidente dessa CPI, o Deputado Fernando Santana, que tem nos conduzido com muita firmeza na prestação de um serviço de muito impacto para cidadania do povo cearense, para o desenvolvimento socioeconômico do Estado que são as investigações conduzidas por essa CPI.

Queria agradecer as contribuições do Dr. Rodrigo Sauaia, em nome da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica, parabenizar pela competente, sintética apresentação que foi feita, e nos permite ampliar a compreensão dos impactos da negligência da ENEL em relação aos compromissos assumidos com o Estado do Ceará no que diz respeito a essa Concessão.

Cumprimentar o Jonas e outros dirigentes aqui do setor de empresas da Energia Solar.

Gostaria, Dr. Rodrigo, de aproveitar a sua contribuição, a sua disponibilidade, para fazer algumas questões, até pediria que o senhor tomasse nota aí das palavras-chaves porque são várias, que a sua apresentação suscitou nas minhas curiosidades, digamos assim, em relação a essa circunstância que estamos atravessando aqui no Estado do Ceará.

Primeiro delas diz respeito às denúncias, eu vou assim chamar, em relação ao cumprimento de prazos por parte da ENEL, no que diz respeito à interligação desses investimentos com a Rede. O senhor citava aqui que esse descumprimento não só se refere a não fazer os investimentos, as adaptações num prazo viável, mas também num prazo regulamentado.

Então a minha pergunta é: A ABSOLAR considera que ao fazê-lo, a ENEL Ceará comete uma ilegalidade? E se considera, a ABSOLAR já tomou alguma providência jurídica em relação a isso? Faço essas questões porque ao final dessa CPI, com toda certeza, haverá Recomendações ao Ministério Público para que providências sejam tomadas no âmbito do Poder Judiciário.

A segunda questão diz respeito ao impacto dessa negligência, dessas demoras, dessa incapacidade técnica no atendimento às demandas dos investidores do setor em relação à posição do Ceará no ranking. Vossa senhoria dizia que inclusive o Estado da Bahia ultrapassou o Ceará. Eu não sou especialista no assunto, mas eu suponho que o Estado do Ceará, pela extensão do seu território, pelas características climáticas, seja um dos estados com maior potencial de geração de Energia Solar.

Segundo o Atlas de Energia Solar aqui da FIEC, em parceria com o Governo do Estado, seria algo em torno de 1.363 terawatts/hora/ano a capacidade de geração de Energia Solar, obviamente nós temos absolutamente distante disso e talvez não atinjamos isso nunca, mas em termos de potencial seria isso.

Então a minha pergunta é: Na opinião da ABSOLAR, qual é o peso desses entraves no fato do Ceará ocupar hoje a décima primeira posição no ranking de capacidade instalada? E aqui, como leigo, eu intuo que nós teríamos uma capacidade muito maior.

A terceira questão diz respeito ao que o senhor mencionava de que alguns projetos andam e outros não andam. Deputado Guilherme falava sobre isso agora há pouco:Se a ABSOLAR tem uma posição, uma opinião a respeito de quais são as razões pelas quais alguns projetos andam e outros não andam, para a gente compreender melhor e formando um juízo sobre isso.

Quarta questão. Recentemente, eu não sei se a senhorita tem conhecimento, nós aprovamos aqui uma Mensagem enviada pelo Governador Elmanno criando o Programa Renda do Sol, que prevê exatamente a instalação de espelhos, etc., para provocar a geração de energia para pequenos proprietários rurais, e há uma expectativa muito forte dos Movimentos Sociais em todo o Ceará. Então, qual é o impacto dessas questões levantadas aqui por vossa senhoria para viabilidade do Programa Renda do Sol?

A penúltima aqui. Eu vi que vossa senhoria usou um exemplo de um projeto e apresentou aqui as exigências feitas pela ENEL em relação àBS (Barra Simples), a subestações, uma série de investimentos seria necessária, com a maior parte dos custos sendo assumida pelos investidores.

A pergunta é: Há uma explicação técnica para essas exigências? Há uma explicação técnica para que de fato aquela ligação necessária para viabilização daquele investimento exigisse todos esses requisitos, essas obras, esses equipamentos, neste dimensionamento?

Eu vou dar um exemplo pessoal aqui, é um exemplo de coisa pequena, estava comentando com a Deputada Lia, eu fui diretor de escola muito tempo, depois eu me desliguei da escola e um tempo atrás, três, quatro anos, eu fui procurado pela direção da escola para nos solicitar que pedisse à ENEL que

afastasse 50 metros um poste, porque ele estava na Baia de Estacionamento; o trânsito aumentou, fizeram uma Baia de Estacionamento para facilitar o fluxo de desembarque dos alunos, e se tirasse aquele poste 50metros, e foi cobrado, naquela época, quase trinta mil reais para afastar 50 metros um poste. Estou falando aqui na condição do exemplo de um pequeno consumidor, mas me parece que esse exemplo pode valer também para os grandes investimentos.

Então, há uma explicação técnica? Na época, eu me perguntei: Será que custam mesmo trinta mil reais para afastar um poste? Então a minha pergunta é: Será que custam mesmo 233 milhões nesse caso aqui, esses investimentos que são solicitados?

Por fim, eu acho que é uma pergunta que todos nós aqui estamos querendo responder desde o início dessa CPI: A ABSOLAR representa empresas do setor de energia, por conta disso conhece muito bem a realidade desse setor, interage com várias Distribuidoras ao longo do país, interage com os órgãos Reguladores. Eu perguntaria a vossa senhoria: Qual é a opinião, se há uma opinião da ABSOLAR sobre o que se passa, do ponto de vista da estratégia empresarial, com a empresa ENEL aqui no Estado do Ceará? Porque os dados relativos aos Indicadores que vossa senhoria trouxe mesmo da ANEEL não eram esses de dez, quinze anos atrás, isso é uma realidade de cinco anos para cá.

Todo o trabalho feito pela Comissão Especial da Assembleia Legislativa sob o comando do Deputado Fernando Santana, antes mesmo de abrirmos uma CPI, não receberam por parte da ENEL a atenção necessária, a rigor, não receberam nenhuma satisfação minimamente digna para o povo cearense, para o empresariado, para o Poder Público em relação às responsabilidades que essa empresa assumiu.

Então, a pergunta no popular: Qual é mesmo a da ENEL nessa circunstância que nós estamos enfrentando, do ponto de vista da sua estratégia empresarial, pela experiência da ABSOLAR de interagir com várias empresas? O que é que a ENEL pretende mesmo? Para que nós tenhamos aqui uma estratégia nossa, nós precisamos saber também, ou colher elementos para saber qual é a estratégia da ENEL.

Então, muito obrigado, presidente, desculpeme estender aqui, mas a apresentação foi muito produtiva, muito rica e suscitou essas questões todas que podem colaborar com nosso trabalho.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO BRUNO PEDROSA (PDT): O que é isso, presidente, pode ficar com a palavra Rodrigo.

Eu faço um apelo, obviamente que você tem todo tempo do mundo, mas buscar ser conciso para que todos os deputados possam fazer as perguntas.

SR. RODRIGO SAUAIA (ABSOLAR): Com certeza. Bom, agradecer primeiro ao Deputado Fernando Santana que fez colocações muito pertinentes e também ao Deputado Guilherme Sampaio. Me parece que não ficou nenhuma pergunta específica, Deputado Fernando Santana, então eu vou responder boas perguntas do Deputado Guilherme Sampaio.

Em relação ao descumprimento de prazo. Sim, nós nos referimos especificamente ao prazo regulamentar e também às diretrizes legais. É importante a gente entender que no caso da geração própria de energia renovável, solar e de outras fontes, nós tivemos um avanço importante em 2022 que foi a publicação de um Marco Legal.

Então, existe, no caso do nosso setor, uma segurança jurídica ainda mais forte, eu diria, do que o que acontece normalmente no setor elétrico porque muitos temas ficam apenas na esfera do Regulador, e no caso da geração de energia pelos consumidores existe o direito garantido em lei de livre acesso às Redes de Distribuição. Isso está previsto na lei.

Em relação aos prazos regulamentares são estabelecidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica; eles já foram piores, esses prazos, já foram mais longos inclusive, mas eles são prazos, quando a gente compara com outros países do mundo, generosos. Existem países do mundo em que a Distribuidora tem sete dias para responder todas as suas etapas do processo, e aqui no Brasil isso vai de 30 a 60 dias; se houver a necessidade de obras, que é o que a gente viu nesse exemplo que foi mostrado, esse prazo pode ser maior.

Então você tem duas questões. Você tem o prazo de resposta da Distribuidora, esse prazo tem sido, por muitas vezes, em várias Distribuidoras do Brasil, infelizmente não é um privilégio do Ceará, não tem sido cumprido a contento. Nós recebemos, no país inteiro, milhares de reclamações em relação ao descumprimento de prazo.

Então, é o prazo de resposta ao Pedido de Conexão, que é esse prazo mais curto que eu falei inicialmente. Segundo, é o prazo de você fazer a vistoria técnica. Uma vez que o sistema está instalado, a Distribuidora vai lá, vistoria ao sistema para poder autorizar a conexão desse sistema Rede. Ela tem prazo para fazer essa vistoria. O consumidoravisa: Minha obra está pronta; e a Distribuidora tem um prazo legal. Esses prazos não são cumpridos em vários casos.

Terceiro. O prazo da troca do medidor. Começar unidade consumidora, uma casa, por exemplo, ela passa não apenas a receber a energia da Distribuidora, mas a injetar energia para compartilhar essa energia com seus vizinhos, o medidor de energia elétrica tem que ser trocado de um unidirecional para um bi direcional, que ele mede nos dois lados, nos dois sentidos; e essa troca de medidor tem prazo,

porque se você não troca esse medidor você não computo o benefício que o consumidor está tendo quando gera a própria energia. Tem prazo. Esses prazos, por vezes, também é parte das principais reclamações que a gente recebe, não estão sendo cumpridos.

Existe outra situação importante também, e a gente tem muita dificuldade de ter acesso, muita dificuldade, que é o consumidor estar com o sistema instalado na casa dele, mas na hora que ele recebe a fatura, a conta de luz, a conta de energia elétrica da Distribuidora, a conta vem errada: Não está sendo computado o ganho que ele teria; a economia que ele teria com a Energia Solar corretamente ou com esses créditos de energia que ele poderia abater: é imposto que é cobrado errado ou é crédito de energia que some na conta ou que aparece na conta de forma incompleta, computada de forma incompleta. E por que eu digo que é muito difícil da gente enxergar? Porque essa informação só vai para o consumidor. Então se aquele consumidor é leigo, não conhece ou não acompanha no detalhe a sua conta de luz, ele por vezes tem por vezes tem dificuldade de perceber que a conta está vinda errada e ele está sendo prejudicado. E quando, ele finalmente descobre que está acontecendo, ele tem que abrir um Processo na Distribuidora, seja na Ouvidoria, seja no Atendimento ao Consumidor, e torcer para que esse processo seja tratado até o final como se espera que seja tratado.

Já tivemos muitos casos de associados nossos que, primeiro, foram processados pelos seus clientes, porque o cliente achava que estava sendo enganado pela empresa de Energia Solar, quando ela tinha feito seu trabalho correto e a fatura vinha errada, e aí, por vezes, o próprio empreendedor solar ajudou o consumidor que quis entrar na Justiça contra Distribuidora para ter o seu ressarcimento financeiro. Então esses problemas também acontecem, quer dizer, conectar o sistema Rede não é o fim da novela em muitos casos.

Que providências jurídicas podem ser tomadas? No caso da ABSOLAR, primeiro, nós tivemos que criar, a partir de 2019, com aumento das reclamações no Brasil inteiro, uma Ouvidoria própria. Quer dizer, como se não bastasse a Distribuidora ter o SAC(Serviço de Atendimento ao Cliente) e ter uma Ouvidoria, que é uma exigência legal, a ANEEL tem uma Ouvidoria, que é outra exigência; a ABSOLAR abriu a sua própria Ouvidoria para ajudar o mercado e setor. Nós estamos fazendo papéis que não são nossos, mas nós estamos fazendo para apoiar o nosso mercado e o nosso setor.

Nós enviamos mensalmente relatórios para a Agência Nacional de Energia Elétrica com os problemas que nãosão reportados. A Agência tem o a responsabilidade legal, mas eu diria também o direito legal ou o dever legal de fiscalizar. Não nos compete fiscalização. A ABSOLAR não tem poder de polícia, nós não podemos fazer isso.

E aqui no Estado existe sim uma organização que pode apoiar que é a Agência Regulatória Estadual, há inclusive um convênio assinado entre a ANEEL e a Agência Regulatória Estadual, para que a Agência Regulatória Estadual possa atuar de forma mais presente na fiscalização. Isso é fundamental. Esse é um tema que nós temos levado aos diretores da ANEEL para que possa ser feita uma fiscalização mais presente e mais frequente em relação aos problemas com Geração Distribuída.

Não apareceu nos slides que eu mostrei, mas naquele Relatório Oficial da ANEEL, a Geração Distribuída que era... Primeiro, ela nem existia na Ouvidoria da ANEEL há poucos anos, não tinha um marcador dos problemas com Geração Distribuída. Nós pleiteamos que isso pudesse ser construído, a Ouvidoria implementou, da ANEEL. Hoje, problemas com Geração Distribuída são o segundo maior problema que a ANEEL recebe. E notem que dos mais ou menos 91 milhões de consumidores brasileiros apenas 3% têm Geração Distribuída. Então se esse problema que concentra só 3% dos consumidores é o segundo maior problema do Brasil, está muito desproporciona. A falta de qualidade no atendimento àGeração Distribuída no Brasil está desproporcional ao seu tamanho em relação a outros assuntos que as Distribuidoras precisam cuidar. Então isso mostra que de fato essa situação é complexa.

Nós sempre tentamos, deputado, na medida do possível, buscar o caminho do diálogo administrativo com a Agência Regulatória que nós enxergamos como um parceiro nesse processo, o mesmo vale para a Agência Regulatória Estadual. E nós já tivemos casos de sucesso, de com o apoio da Agência Regulatória, seja no âmbito Federal seja no Estado, nós conseguimos superar alguns desses gargalos e dessas barreiras. Mas isso acaba sendo um trabalho de formiguinha. E a maioria dos problemas, infelizmente, não chega até a ABSOLAR, não são reportados na nossa Ouvidoria, não recebemos essas informações porque elas não são públicas, não são de acesso público.

Eu vou ser mais rápido aqui por conta do horário, vou dar uma acelerada aqui.

Qual é o impacto no atendimento dos consumidores e como isso tem prejudicado o ranking no Ceará? Bom, a gente viu o impacto aqui já calculado com os números que nós tivemos acesso, então o impacto ele é milionário, eu diria bilionário, se a gente pensar no prejuízo não só para os consumidores, mas para a sociedade, porque são mais ou menos 2.2 bilhões de reais que estão travados, estão hoje bloqueados e não conseguem se viabilizar aqui no Estado do Ceará especificamente, por conta da dificuldade de acesso às Redes de Distribuição.

Em relação ao ranking do Ceará. Eu não sei se a gente consegue voltar na imagem do ranking, um minutinho. Imagine, deputado, adicionar, ali, no ranking, se nós adicionarmos 180 megawatts que estão hoje travados, não conseguiram se viabilizar até o momento aos 777 que hoje o Ceará possui, (está

na tela), iria subir, pelo menos bater na Bahia, ia chegar perto da Bahia; talvez se não ultrapassasse a Bahia, 700, 800, 950, ia ficar do lado da Bahia. E quantos outros megawatts nós não mapeamos nesse nosso levantamento que é parcial, como nós dissemos.

Talvez esse seja um ponto que essa importante Comissão poderia solicitar:Mapeamento Completo dos Dados, uma vez que esse dado é de posse da Distribuidora, e quantos megawatts estão hoje travados. Essa informação nós não conseguimos acessar. Mas a Comissão poderia solicitar isso, até com a Lei do Acesso à Informação, e a partir daí enxergar quantos megawatts, quantos bilhões de reais e quantos empregos também estão deixando de ser gerados nesse momento.

Quais as razões pelas quais alguns projetos andam e outros não? Eu adoraria ter a resposta para essa pergunta, deputado. A pergunta é muito boa, a resposta é muito difícil de dar. Eu, sinceramente, não consigo responder essa pergunta, mas eu acho que nos ajudaria muito, e eu diria, ajudaria a própria Distribuidora se houvesse uma transparência nessa fila. Se essa fila fosse pública ninguém poderia dizer, por exemplo, que uma empresa tá sendo privilegiada em relação à outra, porque a fila é pública, é só acompanhar: depois desse projeto é o próximo; depois desse é o próximo; a ordem é essa,está objetivo e está claro.

Mas como essa fila, hoje, não é pública, esse é um pleito que nós fizemos inclusive à Agência Regulatória Nacional: Que estabeleça uma fila transparente, clara, para que todos nós possamos acompanhar. Isso ajudaria. Então, quem sabe uma sugestão aqui seria que isso pudesse ser feito.

Outra coisa. O Estado de Minas Gerais fez uma coisa que aqui o Ceará poderia implementar. ADistribuidoratem um Mapa de Calor, de como está à disponibilidade das Redes de Distribuição em cada área, com cores. Então o empreendedor, na hora que ele quer saber aonde que ele vai pôr o projeto dele, ele abre o Mapa e tem lá: Essa região tá verde, ainda tem capacidade de receber novos projetos, novas conexões. Essa região tá vermelha, precisa de investimento e vai demorar um tempo. Esse tá amarelo dá para ir um pouco. Ajudaria demais. Esse Mapa de Calor ajudaria demais. Essa informação a Distribuidora tem, o mercado, não. Então se a gente pudesse compartilhar esses dados ajudaria bastante.

Programa Renda do Sol. Uma excelente iniciativa. Eu aproveito para parabenizar o Governo Estado do Ceará e todos os envolvidos nessa iniciativa do Programa Renda do Sol. Nós temos acompanhado essa ação. Nós acreditamos que esse Programa pode ter um impacto muito importante do ponto de vista de geração de renda e oportunidades, especialmente para as famílias mais vulneráveis. E infelizmente, o que pode acontecer,dependendo da complexidade de acesso à Rede de Distribuição, isso pode atrasar o desenvolvimento desse projeto.

Nós tivemos informações de que o próprio Governo Federal tem muito interesse em poder replicar esse caso de sucesso em âmbito nacional. Só que só que para isso o projeto tem que mostrar o seu resultado. Então veja, eu diria que o impacto não é só para o Renda do Sol aqui no Estado, pode haver um impacto de uma vontade do Governo Federal de fazer um grande Programa Nacional de Geração de Renda com Energia Solar para o Brasil inteiro, e depende desse resultado aqui no Estado. Então a responsabilidade é muito grande, e a oportunidade é muito grande.

Há uma explicação técnica para que estas exigências sejam feitas? O que justificam esses investimentos e esse valor está correto, e custa isso mesmo?

Normalmente, quando a Distribuidora emite uma Análise Técnica, ela precisa colocar à disposição dos consumidores as informações de como essa análise foi feita; como foram feitos os cálculos; por que foi que se chegou até aquele volume de investimento. Infelizmente, são vários os relatos que nós recebemos de que essas informações não chegam ou, às vezes, elas são solicitadas e demoram a chegar também, mesmo quando são solicitadas.

Então seria importante sim que a gente tivesse mais transparência no acesso a esses dados e no acesso a como essas contas foram feitas. Será que a única forma de conectar aquele projeto de um megawatt, quatro milhões de investimentos,refazendo duas subestações, puxando mais,sei lá, quantos metros de cabos para construir mais Linhas de Distribuição, será que é a única forma? Será que não existe outros modelos mais eficientes de você fazer essa conexão ao sistema, que não demandem quase 1/3 de um bilhão de reais para um projeto de quatro milhões de reais?

Então, o mercado tem muita dificuldade de analisar esses pareceres que são recebidos e de poder fazer uma avaliação e uma verificação, uma auditoria em cima desses dados, se eles estão corretos ou se eles não estão corretos.

Houve uma pergunta também sobre: O que se passa em relação à estratégia comercial da empresa, uma vez que a ABSOLAR conhece, tem conhecimento do setor e de como operam as empresas no mercado, o que será que é a Distribuidora pretende? É difícil responder essa pergunta. Na ABSOLAR nós dialogamos com Distribuidoras do Brasil inteiro. Eu diria, e eu acho que é importante eu fazer essa citação aqui, que nos momentos em que nós precisamos dialogar com a Distribuidora, não só com a com ENEL Ceará, mas com a ENEL em outras áreas de Concessão, nós encontramos canal de diálogo. Então eu faço esse reconhecimento do esforço que os profissionais da Companhia tem feito de dialogar conosco, os profissionais que estão no dia a dia na linha de frente das atividades do setor.

O que eu estou querendo dizer com isso, deputado? Eu não acho que nenhum deles esteja de má-fé como pessoas. Eu não acho que é um problema das pessoas que fazem a empresa acontecer no dia a dia. Mas eu não sei qual é a estratégia empresarial. Então será que está alinhado, esse esforço que as pessoas estão fazendo com a estratégia empresarial? Será que os profissionais estão conseguindo desempenhar o seu melhor trabalho em benefício da sociedade do povo cearense? São perguntas que eu faço, mas para as quais eu não tenho resposta.

Fico à disposição para demais pontos. Obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO BRUNO PEDROSA (PDT): Obrigado, Rodrigo, eu sou o segundo aqui da fila, depois o Deputado Guilherme Landim, depois a Gabriela Aguiar, por fim o Deputado Felipe Mota.

Eu vou ser também objetivo, mais pinga-fogo. Mas respondendo sua pergunta, Deputado Guilherme, o Rodrigo foi muito educado. Não. Não existe tecnicamente explicação. Simplesmente é uma forma de negar o acesso, negar a conexão, já que regulamentação obriga que seja a Concessionária. Essa relação institucional entre o cliente é com a Concessionária.

Então, como é que a gente pode explicar isso para a população e para os colegas deputados? Um grande mercantil ou uma grande farmácia, um grande estabelecimento ou uma empresa que tem vários pontos em baixa tensãodeseja contratar uma empresa para construir um parque solar pra economizar sua energia. A partir do momento que ele que ele faz esse gestoe precisa do Parecer de Acesso para conectar na Rede, se ele conseguir esse Acesso, ele vai deixar de ser cliente da ENEL. A ENEL vai perder essa Receita. Então, é por isso que ela nega os Pareceres de Acesso, com 200...

SR. RODRIGO SAUAIA (ABSOLAR): Assim que o deputado terminar eu gostaria de complementar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO BRUNO PEDROSA (PDT): Podesim, Rodrigo, pode sim. Então, esse é o caminho. E ainda digo mais, um prefeito... E aí qual a estratégia,em minha opinião, eu posso falar. Um prefeito me ligou ontem, por exemplo, que a ENEL tinha estado com ele oferecendo a migração para o mercado livre. Então a ENEL, além de negar esse desenvolvimento do Estado, dois bilhões de reais de investimento travados no nosso Estado, mais de cinco mil empregos travados por causa da ENEL, essa fatia de mercado que ela podia perder se ela desce esses pareceres de acesso, ela tá indo com a empresa subsidiária para fazer essa transação com esses setores. Então para você ver. Pode falar, Rodrigo.

SR. RODRIGO SAUAIA (ABSOLAR): Deputado, eu queria complementar esse ponto da fala do senhor, porque no caso do Setor Solar Fotovoltaico, nós temos inclusive um potencial: conflito de

interesse a ser avaliado. Esse é um assunto que nós temos também discutido com a Agência Nacional de Energia Elétrica e alertado para uma atenção especial da Agência Nacional de Energia Elétrica, porque hoje em dia, por vezes, o grupo econômico ele tem várias empresas: uma empresa de geração; uma empresa de distribuição; uma empresa de transmissão, e esses grupos econômicos do Setor Elétrico podem abrir as suas empresas de Geração Distribuída também, de gerar a própria energia e vender para os consumidores sistemas solares.

Agora, imagine o caso, e isso acontece no sentido de que têm vários grupos econômicos que têm essas empresas, de uma empresa de Distribuição que é do mesmo grupo econômico de uma empresa que vai pedir acesso à Rede dessa empresa de Distribuição. Isso acontece hoje.

Qual é a preocupação do setor? E aqui eu não faço acusação a ninguém. Será que essas filas estão sendo seguidas? Será que existe o risco de alguma preferência? Nós não temos números e dados ou informações que justificam para um lado ou para o outro. Por isso que o que a gente recomenda é que, quanto mais transparência tiver, melhor para o mercado e melhor para a própria Distribuidora, que não fica exposta no sentido de que de que haja essa dúvida e de que haja essa preocupação da sociedade, do mercado, do setor de que tá havendo algum tipo de vantagem.

Nesse sentido que nós comentamos, por exemplo, com a Agência Nacional de Energia Elétrica é que é preciso avaliar, uma vez que agora haverá uma renovação dos Contratos de Concessão, várias Distribuidoras vão ter os seus Contratos de Concessão renovados. Será que não é o momento oportuno para avaliar seum grupo econômico que tem empresas atuando em vários elos do setor elétrico, se ela atua...ela é dona de uma área de Concessão, ela venceu uma área de Concessão, será que é justo que ela possa ofertar serviços dentro daquela área de Concessão, competindo com outras empresas que não são detentoras daquela área de Concessão? Ou será que não seria, por exemplo, mais justo e equilibrado que ela pudesse prestar serviço em outras áreas de Concessão, mas não naquela onde ela é detentora da chave da Distribuição, onde ela disse quem vai conectar na Rede e como. Porque aí você elimina qualquer risco de que haja conflito de interesse entre as partes.

Mas isso, de novo, isso é uma pergunta que nós colocamos para ser avaliado pelo Ministério de Minas e Energia, que está agora discutindo a renovação dos Contratos de Concessão e pela Agência Nacional de Energia Elétrica.

Então agradeço ao Deputado Bruno pela oportunidade de complementar esse ponto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO BRUNO PEDROSA (PDT): E era exatamente a pergunta que eu ia fazer a você, era justamente sobre a Concessão, e você já respondeu.

Eu queria apenas perguntar o seguinte: A Concessionária, hoje, do Estado do Ceará, está sendo fator decisivo para que nós estejamos perdendo o investimento e emprego. Isso é verdade, isso é realidade?

SR. RODRIGO SAUAIA (ABSOLAR): Hoje, o que nós percebemos no Setor Solar Fotovoltaico com os números que nós levantamos com o mercado, portanto, não são especulações, é que nós temos quase um bilhão de reais em investimentos que o setor quer fazer aqui, no Estado, e não está conseguindo fazer, e quase mais de dois bilhões de reais em benefício econômico que poderia trazer para o Estado do Ceará e não está acontecendo, por conta da dificuldade de acesso às Redes de Distribuição.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO BRUNO PEDROSA (PDT): Obrigado, Rodrigo. Passando para o próximo a fazer as perguntas, o Deputado Guilherme Landim.

SR.RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): Rodrigo, muito boa tarde. Boa tarde a todos as deputadas e a todos os deputados, assessores que nos acompanham aqui, a cada um dos telespectadores e ouvintes da TV Assembleia e Rádio FM Assembleia.

Rodrigo, primeiro lhe agradecer pelas explicações, dizer que eu fiquei muito satisfeito com as informações que você nos trouxe. Todas as perguntas que eu tinha formulado aqui já foram, de alguma maneira, respondidas por você; esclareceu muitas das dúvidas que nós tínhamos. E, logicamente, com sua educação e com a parcimônia que a Associação precisa ter no falar, a gente tem que ter alguma calma em dizer determinadas coisas. Mas, assim, eu recebo muitas denúncias em relação a essa falta de transparência e especificamente nesse ponto que você citou agora, nessa última explanação sua, da questão do conflito de interesse.

Nós temos aqui, Deputada Gabriela, denúncias, e aí eu não posso ainda provar absolutamente nada, mas isso não chega de que existem várias empresas que são do Grupo ENEL, como, por exemplo, a ENEL-X. E quem não contratar com a ENEL-X vai ter o seu empreendimento num prazo muito diferente daqueles outros que contratam com a ENEL-X, Deputado Guilherme. Então, isso precisa ser avaliado. Eu acho que esse ponto que o Rodrigo nos traz aqui de maior transparência, eu acho que isso é fundamental. Nós temos que exigir. Nós precisamos falar sobre isso com a ANEEL lá em Brasília. Nós precisamos tratar sobre isso com os parlamentares federais aqui do Estado do Ceará, para que eles possam exigir isso lá no Congresso, já que essa é uma Legislação Federal. Mas da forma que está além da ENEL maltratar e fazer do jeito que quer com as empresas, ela ainda meio que obriga que os empreendedores contratem uma empresa do grupo dela, senão, não vai ter seu empreendimento liberado.

Se o Rodrigo quiser falar mais sobre isso, eu gostaria que você pudesse nos colocar se existem denúncias nesse sentido? Como que essa Comissão pode se aprofundar nesse assunto?

A segunda questão. Você chegou a falar aqui também de que algumas das pessoas que estão na ENEL aqui, no Estado do Ceará, têm boa vontade. Mas você, enquanto Associação, vocês associados já estiveram sentados numa Mesa de Negociação com a ENEL para tratar sobre esses problemas? Como foram essas reuniões, se houveram, e depois disso houve encaminhamento, mudou alguma coisa ou permaneceu da mesma forma como estava?

SR. RODRIGO SAUAIA (ABSOLAR): Obrigado, Deputado Guilherme Landim, pelas perguntas.

Eu vou primeiro comentar antes mesmo de responder a sua primeira pergunta aqui. Essas denúncias que chegam até ao senhor, nós também ouvimos e acompanhamos em outros Estados do Brasil. Existem outras Distribuidoras, outras Concessionárias que são partes de grupos econômicos que têm também empresas de comercialização, de Geração Distribuída, de outros elos de essência energética, de prestação de serviços, de engenharia.

Então, eu fico muito contente de ouvir quando o senhor comenta que seria um papel, e é um papel que essa Casa pretende desempenhar de dialogar com Agência Regulatória, de dialogar com Congresso Nacional, porque nos parece um tema recorrente. E se a gente escuta isso muito, alguma coisa tem. Porque se é uma coisa pontual que acontece que some, mas a gente escuta isso em muitos Estados, em muitas áreas de Concessão. No mínimo é um medo, é um receio que os consumidores têm, um pesadelo com o qual eles dormem, os empreendedores, de que pode eles podem estar numa situação desequilibrada. Então a gente precisa de transparência para esclarecer.

Especificamente em relação a denúncias. Eu não teria resposta, porque essas denúncias elas seriam feitas, se foruma denúncia específica de tema concorrencial, o local mais apropriado seria a Agência Nacional de Energia Elétrica ou eventualmente a Agência Estadual, seria oportuno fazer a pergunta para estes órgãos, seria uma sugestão nesse sentido, para que vocês pudessem ter acesso a essas informações de forma consolidada e ampla.

No Setor Solar Fotovoltaico nós já recebemos várias queixas nesse sentido. Mas é diferente de denúncia. Quando a gente fala em denúncia a gente precisa de provas, e se nós tivermos provas, isso vale também para os empreendedores que estão nos assistindo, provas de casos concretos de um consumidor que recebeu alguma indicação de que ele deveria contratar como empresa que ia ter um prazo diferente, que até um tratamento na fila diferente ou qualquer coisa do gênero, alguma situação que seja um descumprimento e que haja prova, a gente pode sim, recebendo esse material, formalizar

isso em nome do Setor para as autoridades competentes, mas nós precisamos de prova. E hoje em dia nós não temos recebido esses materiais com esse tipo de problema com provas. Mas eu explico que é muito difícil para uma empresa ter essas provas também. É importante a gente entender que é uma situação que ela precisaria ter acesso a um conjunto de documentações, e é difícil ela conseguir ter, não são públicos, ela não tem facilidade de acesso a isso.

Nós já estivemos em diferentes oportunidades com o Grupo ENEL, áreas de Concessão diferentes, inclusive o Grupo ENEL Ceará, sempre nos recebeu muito bem nesse sentido, sempre nos recebeu de forma cordial, de forma profissional. Conseguimos sim avançar problemas, dores que os nossos associados nos trouxeram e problemas que foram relatados. Mas eu diria que do ano passado pra cá, o volume de problemas não só aqui, mas em outras regiões do Brasil, se ele se expandiu muito. Então a gente percebe que aquilo que era problemas pontuais no varejo, que a gente conseguia resolver com o trabalho associativo tá virando uma montanha de problemas. E aí é muito mais difícil, a gente como Entidade, tendo uma equipe também finitaconseguir sentar e tratar os problemas no caso a caso. Por isso que a gente traz as informações no agregado, compartilha essas informações com a Agência Regulatória também no agregado, para que a gente consiga buscar uma solução estruturante, que possa resolver o problema não só de um empreendedor, mas de vários empreendedores ao mesmo tempo, para superar isso de uma forma mais consistente. E esse é um trabalho que a gente continua fazendo.

Por isso a gente criou a Ouvidoria da ABSOLAR, por isso que a gente mensalmente encaminha o nosso Relatório de Ouvidoria para Agência Nacional de Energia Elétrica, mantém um diálogo com os diretores da Agência Nacional de Energia Elétrica, com os quais nós temos conseguido avançar em vários assuntos estratégicos do setor, relacionados também àGeração Distribuída e outros temas. E por isso que a gente tem mantido, cada vez mais, um diálogo com as Agências Regulatórias Estaduais e com os Procons, um parceiro, um aliado que a gente começa a identificar porque o nosso setor é novo e antes não fazia uso são os Procons também.

Então as organizações que defendem os consumidores que são, em última instância, os usuários dessa energia limpa renovável produzida pelo Sol, eles se tornaram parceiros, se tornaram cada vez mais importantes. Isso vale também para Ministério Público. Nós temos dialogado com o Ministério Público no sentido de buscar um entendimento e uma atenção do Ministério Público. Nós já fomos instados pelos Ministérios Públicos em outros momentos a respeito de problemas da Geração Distribuída. Então, só para passar esse panorama. Sim fazemos esse diálogo de forma recorrente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO BRUNO PEDROSA (PDT): Obrigado, Rodrigo, Deputado Guilherme. Passando à próxima inscrita para as perguntas, a Deputada Gabriella Aguiar.

SRA. DEPUTADA GABRIELLA AGUIAR (PSD): Boa tarde, Dr. Rodrigo; nobres colegas. Vou fazer algumas perguntas que são muito simples e são direcionadas às pessoas que estão nos assistindo. De alguma forma, a geração própria de energia pode prejudicar a ENEL? Além dos prazos e gastos exorbitantes, a ENEL usa outras maneiras de impedir a instalação de energia renovável pelos clientes? E no Brasil afora as empresas também vem sofrendo as mesmas dificuldades?

SR. RODRIGO SAUAIA (ABSOLAR): Perfeito. Obrigado, deputada.Eu vou começar de trás pra frente porque eu não consegui tomar nota de tudo, mas qualquer coisa eu peço seu apoio.

Sim, no Brasil inteiro a gente tem percebido que as empresas de Energia Solar têm sofrido com essa situação. Disso eu passo para a sua primeira pergunta. Parte disso, foi abordado também na fala do Deputado Bruno, pode advir do fato que algumas Distribuidoras enxergam a Geração Distribuída como competição. Por quê? Porque quanto mais o consumidor gera sua própria energia menos ele compra essa energia de um terceiro. Então o consumidor que investe dinheiro do seu próprio bolso para gerar sua energia, ele está empreendendo, acreditando e inclusive gerando emprego no município, na sua região, ele está se expondo. É muito mais seguro e confortável pra ele, do ponto de vista de não correr riscos, continuar no conforto que ele tem da Distribuidora. Mas é muito mais caro. Gerar a sua própria energia, hoje, é mais barato do que comprar essa energia de terceiros, com o Sol e com outras fontes renováveis. Então faz todo sentido pra a sociedade, faz todo sentido para o Brasil, que é um país tropical, e para o Ceará que é um Estado com um dos melhores recursos solares do nosso país.

Só que quanto mais às pessoas geram a sua energia menos elas compra de outros. E aí existem concessionárias que enxergam a Geração Distribuída como uma evolução; existem sim as vanguardistas que ajudam, que apoiam, e existem àquelas que enxergam como uma ameaça. Essas que enxergam como uma ameaça, por vezes, resistem, criam dificuldades, criam barreiras; exigem investimentos desproporcionais para desincentivar o consumidor a fazer aquele projeto acontecer, ou o investidor a fazer aquele projeto acontecer, a gente viu um caso concreto aqui; ou mesmo depois de cumprir, às vezes, com má vontade àquela exigência legal, faturou errado; e aí o consumidor tá deixando de ter economia que ele esperava, a Distribuidora continua recebendo dinheiro que ela recebia antes, porque a fatura vem com o valor diferente, e acaba sendo prejudicado o consumidor. Então isso acontece.

Tinha uma terceira pergunta que eu acho que eu não consegui responder, desculpe.

SRA. DEPUTADA GABRIELLA AGUIAR (PSD): Quais são as estratégias que a ENEL usa para mimar o setor de Energia Solar, no seu caso, fotovoltaica. A gente escutou aqui os prazos, cinco anos, prazos infundados; gastos que são repassados para o investidor, assim, subestação e cabeamento que a gente questiona se são necessários, e mesmo sendo, foi todo, 2/3 dos gastos, no caso do exemplo específico, repassado para o empreendedor? Tem mais alguma outra estratégia de minar?

SR. RODRIGO SAUAIA (ABSOLAR): Eu poderia investir um tempo grande falando disso, deputada, a sua pergunta é muito boa, eu agradeço.

Começa antes disso. Por vezes, a gente já teve casos aqui, na Associação, em que foi exigido do empreendedor mudar a formatação de páginas nos documentos submetidos;ressubmeter assinando no lugar diferente, o papel; coisas assim absolutamente desproporcionais; tirar foto do número do transformador no poste da rua; coisas que não está prevista em nenhum lugar na Regulamentação. Eu não estou dizendo que é o caso específico da ENEL Ceará, mas a gente ouviu isso em Distribuidoras ao redor do Brasil, daria um livro de mazelas que o setor tem enfrentado.

Então o nosso desafio aqui, com certeza, e o que a gente pede não é nada diferente disso, é que a Lei e a Regulamentação sejam cumpridas. Nós não estamos pedindo favor, não estamos pedindo tratamento privilegiado ou diferente daquilo que está combinado na regra do jogo. O que a gente espera é que o mínimo seja feito em prol do atendimento dos consumidores e dos empreendedores que querem gerar empregos e atrair mais investimentos para o Estado do Ceará e para o resto do Brasil. É só isso que a gente precisa. Se a regra do jogo for comprida, a gente já vai ter grandes oportunidades sendo destravadas aqui no Estado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO BRUNO PEDROSA (PDT): Obrigado, Deputada Gabriella. Passando para o próximo inscrito, o Deputado Felipe Mota.

SR. DEPUTADO FELIPE MOTA (UNÃO): Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, eu vou direto ao assunto, Rodrigo Sauaia, primeiro lhe agradecer por você estar aqui abrindo a nossa mente em relação a tudo isso. Você é um homem de experiência, tem 800 associados, e isso faz com que você também seja uma caixa de ressonância dos problemas de todo o setor. Essa é a ideia da Associação: fazer o crescimento e fazer com que os projetos saiam do papel e a sociedade cresça, o setor produtivo, que o Estado consiga arrecadar, e o cliente esteja satisfeito com tudo isso.

Mas eu quero fazer algumas perguntas para o senhor, eu quero organizar a minha pergunta, primeiro trazendo para o mercado.O Estado do Ceará e o Nordeste hoje são tidos nacionalmente como

uma fonte de energia renovável para o País para a nova neoindustrialização que estão se colocando aí no mercado. O mercado de bolsa, de negociação, de venda está olhando muito para o Nordeste.

Mas eu te pergunto: Quais são as dificuldades que tu tá tendo que dá aprovação de uma legislação onde garanta que tanto as Energias Renováveis como o hidrogênio verde, que é uma esperança para os nordestinos, como é que é esse comparativo hoje? Isso é uma é uma pergunta que eu queria que você me fizesse o comparativo de como é que está sendo visto. Até porque nós aqui do Ceará estamos tendo um esforço muito forte por parte do Governo do Estado de mercado, aí independe de governador, pode se trocar dez governadores à frente nós vamos ter a mesma especificidade de mercado, nós estamos olhando para o mercado futuro.

Eu tô com a preocupação. Eu tô vendo um esforço muito forte por parte da Federação da Indústria do Ceará, um esforço muito forte de atração de clientes para o Governo do Estado do Ceará, mas eu não estou vendo do outro lado a legislação transcorrendo paralelamente na União. Eu não estou vendo do outro lado o Ministério da Fazenda, que inclusive o Ministro Haddad, um dos maiores defensores dele aqui, apesar de eu fazer Oposição do governador sou eu.

Quando eu falei que o Haddad estava certo na Reforma Tributária, eu gritei aqui, todo mundo ficou calado, mas o Felipe Mota foi lá e disse porque era, e disse que o Haddad nesse instante tá tendo que fazer duas grandes concessões: a questão do subsídio da energia renovável, que ele ainda não conseguiu fechar essa conta, e agora o Desenvolvimento Regional. Então, ele tá olhando para os governadores do Nordeste, e tá dizendo assim: O que é que vocês querem? Vocês querem a industrialização com Fundo de Desenvolvimento Regional ou vocês querem a Isenção ou Subsídio do Hidrogênio Verde? Tá mais ou menosque ele não pode fazer tudo, ele tem que escolher algo para fazer.

Então eu queria fazer essa pergunta a você primeiramente, dentro dessa política, para saber o seguinte: Será que nós vamos conseguir fazer tudo isso, levando em consideração que as Linhas de Transmissão ainda não estão prontas, vão ser licitados agora. Era para ter sido licitado em outubro as novas Linhas de Transmissão, quatro mil e quinhentos quilômetros de Linha de Transmissão, e vão estar sendo licitados agora, em dezembro, esses quatro mil e quinhentos quilômetros de Linha de Transmissão, Bruno.

A minha preocupação: sem essa transmissão, qual é o tempo que nós vamos conseguir fazer esse engate de Energia Solar, Hidrogênio Verde e tudo que possa somar no sistema?Teve um apagão agora, a primeira coisa que o ministro apontou o dedo foi dizendo que o Sistema de Energias Renováveis no

Nordeste não tinha suportado fazer esse encontro de energia transferida pela parte hídrica com as Energias Renováveis.

Então existe uma série de problemas a ser resolvido antecipadamente, e nós aqui estamos fazendo um direcionamento à ENEL que também é responsável, mas ela está rindo de tudo isso. Porque, primeiro, não tem Legislação nacional para que nós possamos brigar. Segundo, está sendo discutido da nova Reforma Tributária para saber se vai atingir a energia, inclusive o valor econômico de hoje traz isso. Terceiro, as empresas privadas e taxas ICMS já estão divulgando aí que eles não têm condição de entregar no mercado o que sejam necessários por esses oito anos.

Então toda essa preocupação nacional, que é mais do que só o Projeto Renda do Sol com a ENEL, eu sou uma pessoa que defendo a parte agropecuária com unhas e dentes aqui, na Casa, tá, eu sou produtor rural. Então isso faz a seguinte pergunta: Nós estamos olhando para todos os pequenos pontos, mas as grandes coisas que têm que sair do papel para que você possa trabalhar, para que o Deputado Bruno consiga atrair mais investidores para levar até ao Palácio ainda não saíram. Então eu preciso saber de você, me faz uma resposta nacional pra tu chegar até ao Estado do Ceará pra gente poder entender tudo isso, por favor.

SR. RODRIGO SAUAIA (ABSOLAR): Pois não, deputado. Obrigado pela pergunta, Deputado Felipe Mota.

Bom, eu vou começar fazendo essa resposta do nacional até indo para o âmbito internacional. Então eu vou começar dizendo o seguinte: Existe hoje um esforço muito claro mundial de transição energética, um esforço para que a gente consiga reduzir as emissões de gases de efeito estufa. Para a maioria desses países no mundo, esse esforço vai ser, entre aspas, "doloroso", vai ser um grande investimento, e uma tecnologia que eles não estão acostumados. Não dominam.

Quando a gente olha para a realidade do Brasil, nós estamos numa verdadeira oportunidade de nos tornarmos uma grande liderança global, porque o Brasil já é uma nação renovável; o Nordeste é uma região renovável, talvez o nosso coração das fontes solares e eólicas, que são as chamadas Novas Fontes Renováveis ou Fontes Renováveis Modernas, além de ter a hidroeletricidade que também é importante e a biomassa que também é importante. Mas significa dizer que o Brasil pode ser um grande fornecedor para o mundo, para esses outros países que vão ter um desafio para fazer a sua transição energética, isso para nós é uma oportunidade de que nós forneçamos para esses países serviços e soluções sustentáveis. E isso passa inclusive pelo agronegócio, porque o nosso agronegócio pode ser muito mais sustentável,

pode fazer o uso dessas tecnologias em favor da sua sustentabilidade com mais tranquilidade, com um investimento mais eficiente e com uma competitividade maior.

Então, diante desse cenário em que a gente percebe o mundo inteiro trabalhando para transformar suas matrizes, o Hidrogênio Verde representa de fato uma gigantesca oportunidade para o Brasil, para o Nordeste e para o Ceará, porque ele vai poder ajudar de duas formas. Primeiro é o próprio Brasil. Na nossa visão, a ABSOLAR, como eu comentava na abertura, nós acompanhamos de perto o tema do Hidrogênio Verde, por isso eu agradeço pela pergunta também.

O primeiro usuário desse Hidrogênio que a gente pode produzir em especial na região Nordeste é o próprio Brasil. A gente não vai produzir ele pensando apenas em exportar. Por quê? Porque nós temos que fazer a transição dos nossos setores de difícil abatimento, são setores hoje que emitem gases de efeito estufa e é difícil de a gente deixar de emitir. Eles vão continuar precisando de um combustível. Então o que é que a gente faz? A gente troca o combustível de fóssil para um combustível limpo. O processo produtivo daquela indústria de um processo emissor de gás de efeito estufa para um processo neutro de gás de efeito estufa, que não emita gás de efeito estufa.

Então nesse sentido setores como metalúrgica, cimento, processamento químico são setores, e até transporte pesado também, aviação e transporte marítimo são setores que tem muita oportunidade de uso desse Hidrogênio e o Agro, porque hoje o Brasil ainda importa mais ou menos 80% do nosso fertilizante. E nós podemos com Hidrogênio Verde produzir Amônia Verde, produzir Fertilizante Verde e vender produtos verdes do agronegócio: soja verde, agregar valor, frutas verdes, carne verde, produtos todos que pudermos imaginar do Agro, que é muito versátil, mas sustentáveis, utilizando um fertilizante produzido no Brasil, que nós não temos, hoje nós importamos, e verde.

Só que o deputado está absolutamente correto, para que os investimentos em Hidrogênio Verde venham para o Brasil e venhamos para o Ceará nós temos que fazer a nossa lição de casa. Hoje o Brasil compete com o mundo no Hidrogênio Verde. Todo mundo tá querendo desenvolver as suas cadeias de Hidrogênio Verde: Estados Unidos, Europa, Ásia, África. A expectativa aqui para o Brasil são 200 bilhões de dólares...

SR. DEPUTADO FELIPE MOTA (UNÃO): Só umacomplementação. Já que você falou dos Estados Unidos. Estados Unidos está agora oferecendo para quem plantar as plantas de Hidrogênio Verde lá, Deputado Fernando Santana, 200 bilhões de dólares para essa interligação - 200 bi.

SR. RODRIGO SAUAIA (ABSOLAR): Perfeito. Segundo os estudos da Mackenzie e da Consultoria Mackenzie, o Brasil pode receber, se fizer a sua lição de casa, também receber investimento, não é dar

dinheiro, receber 200 bilhões, por isso que eu achei que o deputado estava comentando esse número 200 bilhões de dólares até 2040 aqui, no Brasil.

Só pra a gente entender, no slide dois da minha apresentação, vocês talvez se recordem, a matriz elétrica brasileira tem mais ou menos 210 gigawatts de potência instalada. Segundo a Mackenzie, o Brasil vai ter que adicionar 180 gigawatts novos só para produzir o Hidrogênio Verde. É quase dobrar matriz elétrica brasileira com fontes renováveis. Pra isso a gente precisa de infraestrutura, a gente vai precisar de política pública; a gente precisa de incentivo; a gente precisa, sim, de suporte para que esse mercado comece como foi no caso da Energia Solar. Dez anos atrás a Energia Solar era considerada cara, hoje ela é a fonte mais barata do Brasil, e só foi possível porque a gente investiu, e agora a gente tá colhendo os frutos desse investimento.

Mas, deputado, nós vamos precisar de linhas de transmissão, nós vamos precisar de infraestrutura de gás também para escoar esse hidrogênio, não gás natural, mas a infraestrutura de hidrogênio para fazer o escoamento; infraestrutura nos portos se a gente quiser exportar. Muito provavelmente nós não exportaremos o hidrogênio, mas a amônia ou metanol verde. Então a gente vai ter que processar quimicamente esse hidrogênio perto dos portos para ter competitividade para poder levar esse produto para o resto do mundo.

Eu ia comentar a respeito do apagão. Recentemente foi publicado o Relatório do Operador Nacional do Sistema, que finalmente trouxe mais informações e dados sobre as causas do apagão.A nossa leitura do Relatório, nós inclusive tivemos o apoio de um especialista que nos ajudou a fazer a leitura e a avaliação desse Relatório, mostra com bastante tranquilidade que não foram às renováveis que causaram o apagão. É importante que a gente tenha essa clareza, essa consciência. O que houve foi um problema no compartilhamento de informações e dados entre o Operador e as usinas geradoras de energia. E também, eu diria que nós precisamos virar a nossa chave na forma como nós operamos o sistema, para levar em consideração cada vez mais a participação mais relevante presente das fontes eólica, solar e outras renováveis. Mas o Operador tem sido, eu diria, um grande, um grande visionário nesse sentido, está estudando o que é feito em outros países para poder trazer também esse *know-how* essa experiência na operação da Rede com várias fontes e com proporções diferentes, para que a gente possa avançar com isso aqui no país também.

Então teremos muita oportunidade para que o Nordeste continue avançando na participação das renováveis. Segundo o Estudo financiado pela G&Z e feito em parceria com o Ministério de Minas e Energia, a EPE (Empresa de Pesquisa Energética) e ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico), o

Brasil pode continuar ampliando a participação de solar eólica até 42% da nossa Matriz como um todo, sem aumento, sem nenhuma dificuldade na operação do sistema. Esse foi um Estudo de três anos do Governo Federal a respeito da participação das fontes renováveis variáveis na matriz.

Hoje a gente tá na faixa de 28%, 30%, se muito, não tem 30 ainda, então a gente ainda pode aumentar isso, pelo menos mais 1/3 sem nenhuma dificuldade. Então tem muito espaço para solar e eólica continuarem avançando na matriz atual, com a estrutura atual.

Eu agora chego ao estado então para finalizar a minha fala aqui. Primeiro reconhecendo o esforço que o Estado do Ceará tem feito em ajudar a desenvolver o Hidrogênio Verde. O Estado tem se posicionado como um vanguardista, como já fez em vários momentos da história em relação à energia, diga-se de passagem, com Energia Eólica, com Energia Solar e agora com Hidrogênio Verde.

O Governo do Estado do Ceará inclusive foi o primeiro Estado a aderir o pacto em favor, em defesa do Hidrogênio Renovável que ABSOLAR junto com ABEEólica, junto com a Biogás, junto com a Câmara de Comércio Brasil/Alemanha fundaram, a primeira instituição pública aderir esse pacto foi o Governo do Estado do Ceará. Nós temos trabalhado inclusive em conjunto com a Federação das Indústrias do Estado do Ceará, a FIEC, e assinamos recentemente um Acordo de Cooperação: ABSOLAR, FIEC, FIESP, ABEEólica em favor também do hidrogênio a partir de fontes renováveis, então nós acreditamos muito nessa tecnologia.

E assim como, olhando para essas grandes usinas elas se conectam mais nas Linhas de Transmissão, assim como essa infraestrutura é fundamental para que a gente consiga avançar esses grandes projetos aqui no Estado e no Brasil, no caso da Geração Distribuída, se a gente não tem acesso à Rede de Distribuição ou se a gente não tem os investimentos planejados antecipadamente nessa infraestrutura de distribuição para poder viabilizar, catalisar os investimentos em usinas solares, isso gera um problema, isso gera uma ameaça, um risco para o desenvolvimento e para atração dos investimentos e dos empregos para o Estado.

Então nesse sentido eu acho que sim, do ponto de vista de política pública e divisão estratégica é fundamental o envolvimento e a participação da Concessionária, da Distribuidora em linha com as ações que a Assembleia faz as políticas públicas que são aprovadas aqui, e que o Governo do Estado faz, senão a gente fica com uma lacuna. Lembrar que 2/3 da Energia Solar no Brasil, não são grandes usinas, são sistemas de pequeno porte que dependem do acesso às Redes de Distribuição.

SR. DEPUTADO FELIPE MOTA (UNÃO): Eu vejo duas coisas. Primeiro, eu vejo que tem um lobby nacional querendo dar uma barrada aí na questão do fortalecimento dessas energias, isso eu percebo

naturalmente, é uma coisa que a gente discutindo, conversando, escutando, cada um quer puxar para o seu lado, principalmente a turma do gás essa semana trabalhou pesado em Brasília em relação a esse subsídio das Energias Renováveis.

Tem outro assunto, e aí eu vou concordar com o Presidente Fernando Santana, que tudo isso que você colocou: a boa vontade mercadológica internacional, nacional, se nós trouxemos aqui para o Ceará com essa Companhia que tá aí nada vai dar certo. Ou se entra uma companhia aqui com a visão de futuro, preparando um leilão, discutindo o que está para acontecer por esses 30 anos, posso colocar assim, de crescimento, mas com a visão da ENEL de arrecadar, levar o dinheiro dos cearenses e não ser parceiro paralelo nem do Governo do Estado, nem do setor produtivo, nem dos investidores de Bolsa de Valores que querem investir no Ceará, com essa Companhia, eu quero dizer aos meus amigos cearenses com muita humildade, até porque é o meu estilo, eu sou muito direto, nós não vamos para canto nenhum enquanto essa Companhia estiver aqui colocando o dedo; o Estado não cresce, o setor produtivo não cresce, o consumidor continuará reclamando, como eu vejo coisas simples que elas poderiam fazer no escritório, com abertura e um aumento de uma equipe para poder melhorar o serviço básico do consumidor, o seu, o meu ou do Deputado Bruno, da Deputada Lia, com essa Companhia eu vou deixar um recado aqui não só para CPI, eu vou deixar para o governador que é a maior autoridade do nosso Estado: Comece a pensar em outra Companhia, governador, porque senão o senhor tá pensando pra energia nada vai andar nesse Estado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO BRUNO PEDROSA (PDT): Estamos encaminhando para o final. Agradecendo a todos os colegas deputado; o Rodrigo vai pegar o voo de volta para São Paulo, acabou de chegar; chegou às duas horas e já tá voltando para São Paulo. A gente agradece, Rodrigo, profundamente, pela sua atenção a esta CPI, a esta Casa Legislativa. Agradecendo ao Deputado Felipe Mota, Deputada Lia e o Deputado Fernando Santana.

Aproveitando esses agradecimentos, também registrar aqui a presença do Jonas, Presidente da Câmara Setorial e de vários *stakeholders* do setor.

A gente, Rodrigo, aproveitando essa oportunidade, eu acho que você deu uma grande contribuição ao povo cearense. Você deu uma grande contribuição para mostrar à população cearense o que está acontecendo na Geração Distribuída, no setor solar das Energias Renováveis para o Estado do Ceará.

É inadmissível a perda de investimentos que este Estado está tendo, a perda da geração de empregos que este Estado está tendo, por essa relação eu chamaria até de não institucional com a

Concessionária, com a ENEL Ceará. Portanto lhe agradecendo mais uma vez, mostrando as dificuldades. Tenho certeza que o Deputado Fernando Santana ouviu atentamente. Eu gostaria,Deputado Fernando, que nós pudéssemos levar este debate ao governador, ao Poder Executivo, para que a gente possa tomar medidas de fato efetivas para garantir a implementação de Parques de Geração Distribuída no Estado do Ceará.

E por fim, Rodrigo, apenas lhe faça um pedido. Nós recebemos aqui o Presidente da ARCE (Agência Reguladora Cearense do Ceará), o advogado Hélio Winston, e ele foi muitoduro no sentido de que a ARCE hoje não tem autonomia para definir não só fiscalizações, mas as correções das ilegalidades, que são muitas; e sempre batendo na tecla de que algumas decisões que a ARCE tomou, muitas vezes, a ANEEL reformou. Inclusive a ARCE, para o seu conhecimento, o próprio presidente pediu algumas vezes para que o convênio fosse desfeito, pela falta de eficácia nas fiscalizações e na eficácia do poder regulatório.

Portanto, eu acho que sua contribuição pode ser ainda mais importante, extensiva a esse setor, criando essa relação entre ABSOLAR e a Agência Reguladora do Ceará, já que vocês têm essa mesa de diálogo permanente com ANEEL, e que vocês possam de repente contribuir para que o setor da Energia Solar, especificamente a Geração Distribuída, possa ser mais ouvida e possa ter a lei respeitada, que é o que nós deputados estamos aqui, nós estamos aqui para fazer as leis e para fiscalizar que elas sejam cumpridas, esse é nosso papel constitucional. Então eu tenho certeza de que a sociedade civil representada pela ABSOLAR e o setor produtivo pode contribuir muito para que se torne realidade.

Pode concluir, Rodrigo.

SR. RODRIGO SAUAIA (ABSOLAR): Primeiro, eu queria agradecer e já dizer que ABSOLAR está à inteira disposição para um diálogo mais próximo da Agência Regulatória do Estado do Ceará. Queria agradecer ao Deputado Bruno Pedroso que presidiu aqui a Mesa dos trabalhos de hoje, da Comissão Parlamentar; agradecer ao Deputado Fernando Santana pela oportunidade, a todos que puderam aqui fazer perguntas, todas as deputadas e deputados que puderam fazer perguntas, todas muito pertinentes. Me desculpassese porventura não tenha conseguido responder com precisão ou com profundidade tudo que os deputados talvez pudessem querer, mas eu dei o meu melhor aqui, e nós trouxemos os dados também do mercado de setor; agradecer de novo, porque só foi possível para ABSOLAR compilar esses dados porque nós recebemos as informações voluntariamente das empresas, agradecer a elas. E deixar a gente à inteira disposição de vocês para poder apoiá-los.

Nós temos aqui no Estado do Ceará, com muito orgulho, um Coordenador Estadual que nos apoia e nos permite fazer um trabalho de alta qualidade, que é o Jonas Becker, está aqui conosco também, então, além de tudo, nos apoiando no dia a dia, e agradeço ao Jonas por isso. Portanto nós poderemos dialogar no dia a dia tranquilamente, tanto com a Agência Regulatória quanto com a Casa, com a Assembleia Legislativa sempre que necessário.

Eu vou ter que pegar o voo para não perder, mas nós estamos presentes e falamos o sotaque do Ceará, eu não, mas o Jonas, com certeza sim. Estamos aqui para aprender porque vocês que estão no dia a dia, e os empresários que estão no dia a dia aqui no Estado é que sabem dos desafios locais. Nós trazemos isso para o ambiente federal; muitas das considerações aqui feitas podem constar nas próximas reuniões que nós teremos com Agência Nacional também, mas e os convidaria, acho que seria muito importante que a Assembleia Legislativa e a Comissão Parlamentar especificamente pudesse ir à Agência Regulatória, pudesse conversar com Agência Regulatória e talvez trazer o resultado do Relatório final à Agência Regulatória para mobilizá-la em relação ao tema também. Obrigado, mais uma vez. Fico à disposição. (aplausos)

SR. PRESIDENTE DEPUTADO BRUNO PEDROSA (PDT): A gente agradece. Com a palavra o Deputado Fernando.

SR. DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Agradecer também ao Rodrigo não só pela explicação, mas como disso o Deputado Bruno, ele dá uma grande contribuição aqui a nós cearenses para entendermos o presente e partindo para o futuro, que tá todo mundo, Deputado Felipe Mota, preocupado do ponto de vista positivo do potencial do Ceará das Energias Renováveis e o que a Concessionária pode atrapalhar nessa relação. E um pouco da sua explicação aqui, o que eu particularmente entendi, é que já está atrapalhando e poderá atrapalhar muito mais o que vem aí, o desenvolvimento, o desenrolar pela frente.

Nós já temos uma reunião com a Agência, com ANEEL, no dia 7 agora de Novembro, é nós vamos já colocar o que tem colhido até aqui, que nós ainda vamos finalizar a Comissão Parlamentar e o Relatório Final, mas mesmo nesse passo a passo, nós já vamos colocar agora no dia 7 de Novembro, e vamos colocar também aqui a sua fala e o que nós estamos colhendo.

Dizer que a ENEL, costumeiramente vem desrespeitando aqui não só o Parlamento, mas o povo cearense. Todo Ofício que a gente envia pra ENEL aqui pedindo as explicaçõesela demora pra fazer. Inclusive ela pediu representante hoje para pedir mais detalhes para que ela possa responder. O detalhe está lá, é o Ofício solicitando. AENEL tem que se ater ao Ofício e responder ou não. Por isso que essa

Comissão Parlamentar de Inquéritoé importante, porque o que a ENEL tem feito aqui no Ceará é brincado com o povo do Estado do Ceará; é brincado com o desenvolvimento; desrespeitado desse Parlamento, e nós não podemos aceitar isso.

Eu repito o que eu falei no começo: Eu não tenho nada contra ninguém da ENEL, mas toda, Deputado Guilherme Sampaio, toda incursão nossa com a ENEL a devolutiva foi desrespeitosa. Nunca a ENEL veio aqui, nesse Parlamento, apresentar um Plano de Melhoria da Prestação de Serviço. Ela nunca veio aqui nem explicar a cobrança de tarifa da noite para o dia, uma das maiores do país.

Então, assim, eu ouvi aqui atentamente o que o Deputado Felipe Mota falou e é a nossa preocupação mesmo, tanto do Governador Elmano, Senador Cid que está emplacando essa luta lá em Brasília, o Ministro Camilo Santana, ex-governador desse Estado, nós temos que pedir o apoio do Presidente Lula, a nossa preocupação... o Haddad, nosso Ministro Haddad que tá lá brigando. A nossa grande preocupação aqui é com o desenvolvimento do Estado do Ceará, e a única que pode atrapalhar isso hoje, nesse momento, é a empresa ENEL, aqui, no Estado. E ela tem milhões. Se ela quiser mudar o formato dela trabalhar da noite para o dia ela tem condição, é só ela pegar os milhões que ela tá levando do povo cearense, suado, trabalhado, e investir na manutenção, investir na extensão de Rede, que ela melhora o serviço do Estado do Ceará. Mas ela não faz, porque ela só quer levar do povo cearense o lucro. Só quer levar o dinheiro.

O CIE, lá na Itália, eu costumo dizer que talvez ele não conheça nem o Ceará, mas todo mês, eu tenho certeza, para mim eu tô vendo, o CIElá não sabe onde fica o Ceará, com um computador olhando o lucro entrare dizendo: Aqui o lucro está entrando. Esse Estado é importante, dá lucro. Mas de lá para cá a devolutiva é desrespeitosa, falta de manutenção.

O Prefeito de Campo Sales estava aqui agora há pouco. Há dias que a cidade fica às escuras, há dias, há dias, e há dias que ele tenta um contato; fica às escuras há dias; aqui os vídeos; a população, a cidade toda. Não tô falando de um bairro não, e há dias que ele tenta um contato com a empresa ENEL e ele não conseguiu. Aí ele veio me pedir hoje aqui:*Deputado Fernando, faça um contato com a empresa ENEL.* Eu disse:Olha, eu acho que você veio pedir para a pessoa errada. Eu devo ser peça não grata lá na ENEL, porque todo dia, todo santo dia que eu puder, que eu pegar no microfone eu falo nesta Casa e ao povo cearense...Não tome conhecimento não, porque o povo sabe mais do que eu o que tá acontecendo, porque o povo está sofrendo lá na ponta, é o povo que está sofrendo.

Toda localidade aqui que você vai, toda cidade, todo bairro, todo sítio, todo distrito, toda localidade sofre com essa empresa ENEL, nem contato nós conseguimos com ela para prestar o serviço

ou resolver o problema ou vir aqui dar explicações. Ela começou a investir aqui, hoje, na publicidade que investiu cinco bilhões. Eu já procurei aqui, eu já li, talvez eu não esteja mais sabendo ler eu vou aprender, reaprender, para eu decifrar onde é. Bilhões! Cinco bilhões. Eu queria só saber aonde foi que ela investiu esses cinco bilhões.

Eu queria só que a ENEL...eu até peço aqui, é um Requerimento meu, para ela explicar aonde foram esses cinco bilhões. Eu quero a explicação da ENEL aqui. Hoje em forma de documento, e logo mais, na oitiva que nós vamos convocar a ENEL aqui, quero que ela explique esse cinco bilhões aonde foi que ela investiu, e mostre aonde foi que isso aqui melhorou a vida de alguém no Estado do Ceará.

Hoje essa oitiva que nós tivemos aquifala extremamente sobre desenvolvimento, geração de emprego, de renda e economia, e o potencial do Estado do Ceará se não for o melhor do Brasil ele é um dos melhores do País, e por conta da ENEL pode ficar o pior!

Muito obrigado, Rodrigo, e qualquer coisa nós vamos lhe chamar mais algumas vezes aqui até o término dessa CPI, para que você possa nos ajudar a resolver esse problema, para que a CPI possa contribuir também com vocês naquilo que diga respeito ao desenvolvimento do Estado do Ceará.

Passo aqui ao Presidente da nossa sessão de hoje, Deputado Bruno Pedrosa, a quem eu quero agradecer.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO BRUNO PEDROSA (PDT): Eu é que agradeço a gentileza do Deputado Fernando de Santana por permitir que o presidisse a reunião de hoje. Só uma informação adicional para lhe liberar, Rodrigo. Aqui nós tivemos uma Comissão Especial que durou alguns meses, seis meses ou mais, onde foi preparado um Relatório, e ao final enviado para a ANEEL pedindo, devido a tanto descalabros, a Caducidade do Contrato. E a ANEEL não corroborou, não aprovou essa Caducidade e está municiando também os trabalhos dessa CPI.

No mais, agradecer o Deputado Felipe Mota, Deputado Guilherme Sampaio, Deputada Lia Gomes, Deputado Fernando Santana, e mais uma vez ao nosso amigo Presidente da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaico, Dr. Rodrigo Sauaia, o nosso muito obrigado.

Declaramosencerrada essa presente reunião. Muito obrigado.

ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CPI (COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO) RELATIVA À ENEL, REALIZADA NO COMPLEXO DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, EM 26 DE OUTUBRO DE 2023.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Boa tarde a todas e a todos. Gostaria de desejar uma boa tarde a quem está presente, agradecendo a presença; Agradecendo a quem tá em casa nos assistindo através da TV Assembleia, ouvindo através da Rádio FM Assembleia e da vinculadas; e agradecer a quem transmite e leva a informação a quem tá em casa.

Nós vamos dar início a nossa 3ª Reunião Extraordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga a ENEL, que tem a concessão pública de distribuir a energia aqui no Estado do Ceará.

Eu gostaria de saudar aqui o Deputado Bruno Pedrosa, Deputado Guilherme Sampaio; pela plataforma virtual a Deputada Gabriela Aguiar; saudar de maneira muito especial o Excelentíssimo Senhor Doutor Hugo Vasconcelos Xerez, Secretário Executivo do DECON, a quem eu quero agradecer a presença. No decorrer da reunião falarei mais um pouco sobre a figura do Dr. Hugo que já o conheço, nessa luta mesmo aqui de investigar, de buscar melhorias, e esse é o nosso intuito, para que essa empresa pudesse melhorar os seus serviços aqui no Estado do Ceará. Então Dr. Hugo, muito obrigado pela sua presença.

Nós temos a Ata da nossa reunião anterior. A Ata já está disponibilizada no nosso grupo, da Comissão Parlamentar de Inquérito. Eu pergunto aos deputados presentes se eu posso considerar a Ata como lida, para que a gente possa fazer a votação pela aprovação. Posso? Então, colocar a Ata em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. As senhoras deputadas e os deputados que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovada a Ata que já se encontra no nosso grupo da Comissão Parlamentar de Inquieto.

Expediente: Nada consta.

Ordem do Dia: Oitiva com Excelentíssimo Senhor Dr. Hugo Vasconcelos Xerez, Secretário Executivo do DECON, conforme Requerimento da data de 20/2023, de autoria do Deputado Carmelo Neto, aprovado por unanimidade pelos deputados e deputadas membros da Comissão, na reunião ocorrida no dia 30/8/2023. Essa será a nossa oitiva de hoje, da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Deixando o informe aqui a presença do Dr. Hugo Xerez. Ontem nós recebemos aqui uma oitiva, através do Deputado Bruno Pedrosa que convidou o Presidente da ABSOLAR, que é a Associação

Brasileira de Empresários que trabalham no segmento de energia solar, tendo em vista que o Ceará tem um potencial gigantesco nesse segmento, dessa energia limpa, é assim que nós conhecemos que gera emprego, que gera renda, que gera economia. E ontem, através do nosso através do nosso colega Deputado Bruno Pedrosarecebemos o presidente, e fez uma explanação aqui de pouco mais de duas horas, o que deixou não só esses parlamentares que fazem parte aqui da Comissão Parlamentar de Inquérito estarrecido, mas, também, a quem assistiu e ouviu.

Em alto e bom som o presidente disse, ontem, que o Estado do Ceará está sendo prejudicado pela empresa ENEL, que não está deixando os empresários aqui, no nosso Estado, investirem nesse segmento, abrirem as suas empresas. Isso está gerando uma falta de emprego, de mais de cinco mil postos de emprego, mais de dois bilhões de reais não estão entrando aqui na economia do Estado do Ceará por falta de descumprimento de prazo, de não aprovação dos projetos, enfim, um descaso que a empresa ENEL tem promovido com segmento de energia solar.

Antes de passar ao Dr. Hugo Xerez, pergunto ao Deputado Bruno se ele quer fazer alguma observação sobre a nossa reunião de ontem. Deputado Bruno.

SR. DEPUTADO BRUNO PEDROSA (PDT): Obrigado, deputado. Boa tarde a todos. Dr. Hugo Vasconcelos, a gente agradece a presença do senhor. Era só para complementar aqui o Deputado Fernando, Dr. Hugo, que eu achei relevante, ele se antecipou a mim, mas apenas eu queria que fosse do seu conhecimento, com certeza o senhor já tá profundamente conhecedor do tema, mas eu estou presidindo a Frente Parlamentar das Energias Renováveis aqui, na Assembleia, e a gente já vem acompanhando há quase dois anos todos esses investimentos que estão sendo feito no nosso Estado, tanto aquelas grandes usinas como usinas de pequeno e médio porte, que a gente chama de *Microgeração e Minigeração.* A Micro é muito aquela em cima do telhado, e a Minigeraçãoé aquela de até 5 megawatts, mas que não é pequeno porque 5 megawatts representa o investimento de vinte milhões de reais, mas isso no sentido da Geração Distribuída, aonde é que a gente quer chegar?

Quando essas usinas vêm se instalar do no interior do Ceará, para elas conectarem essa usina à Rede de Distribuição elas precisam requerer um Parecer de Acesso, que é disponibilizado, através dos estudos técnicos, pela ENEL. Uma relação da mesma forma que aquelas grandes usinastêm de pedir uma outorga para a CHESF ou para proprietária daquelas Linhas de Transmissão de alta tensão 230kv, 500kv.

Então o que é que acontece? A ENEL não está permitindo, de forma ilegal, não só descobrindo os prazos, mas também as alternativas, já que ela é obrigada a apresentar cinco alternativas de solução

para àquela conexão, ela não apresenta essas soluções, essas alternativas, ou seja, eivada de legalidades. Mas, por fim, o que interessa mesmo para a população é que, ao cabo disso, não dá o Parecer de Acesso a essas usinas, e quando ela emite esse documento...antes do Parecer de Acesso ela emite um chamado Orçamento de Conexão. Orçamento de Conexão diz assim: *Tudo bem, a gente dá acesso a você, mas você vai ter que fazer investimentos na ordem de cem milhões de reais, cento e vinte mil reais*;o que inviabiliza todos os investimentos no Estado.

Então, ontem nós tivemos um Relatório da maior Associação de empresas de energia solar, são mais de 800, ele veio de São Paulo apresentar o relatório, e todos nós ficamos estarrecidos, foram dois bilhões de reais que estão deixando de ser colocados na nossa economia.

Apenas complementando o Deputado Fernando, mas eu queria dar ciência ao senhor e mostrar da nossa indignação com esse cenário da energia renovável no Ceará.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Obrigado, Deputado Bruno.Essa foi a nossa oitiva de ontem, Dr. Xerez, nós já tivemos aqui uma oitiva com a ARCE, Agência Reguladora do Estado do Ceará, que também deixou claro aqui para todas as deputadas e deputados dessa Comissão que eles não conseguem fazer o trabalho de fiscalizar, de punir a ENEL porque a Agência Nacional passa a mão, ou seja, tira a autonomia total da ARCE, inclusive eles já tentaram desfazer desse convênio várias vezes, pois para eles não é nem interessante ter um convênio que eles não tenham autonomia para fazer o seu trabalho, foi parte também da oitiva deles aqui conosco.

Já recebemos aqui uma espécie de Conselho que eles tem,Vinícius, dos Consumidores, o Conerge, e eles foram também, assim, taxativos, em dizer a falta desrespeitosa com qual a empresa tem tratado o consumidor no Estado do Ceará, não só com o não cumprimento dos prazos, mas no aumento da tarifa de forma abusiva sem que o consumidor tome conhecimento desse aumento, com cortes indevidos. E aí vai, e eu acho que é um pouco do que o senhor tem escutado aí no DECON.

O PROCON da Assembleia, o Manuel tá lembrando aqui muito bem, o nosso Secretário na Comissão, que também nesse mesmo sentido da reclamação do consumidor nos repassou aqui. Enfim, cada momento, para eu poder encerrar, passar aqui para o Deputado Guilherme e passar para o senhor, eu posso dizer para o senhor que a cada momento que nós nos aprofundamos mais no estudo dessa Comissão, na investigação, cada dia que passa é reiterado o assunto, o assunto não é mais novidade pra ninguém, mas sempre nós temos uma notícia nova, que de forma negativa nos coloca a entender que essa empresa desrespeita ao povo cearense.

Por que eu digo desrespeita? Porque ela ganha muito dinheiro do povo do Estado do Ceará; devolve um serviço de péssima qualidade; devolve falta de respeito, porque quando ela não tem um canal direto de contato com a população, nem de receber a reclamação e muito menos de tentar solução do problema, é um desrespeito à população. E tudo isso, quanto mais nos aprofundamos, pior fica a imagem da empresa perante a Comissão Parlamentar de Inquérito desta Casa.

E para finalizar, dizer ao senhor que passamos 24 meses nesta Casa debatendo o assunto; estivemos em alguns momentos no Ministério Público com a presença do senhor, com a presença Dr. Manoel Pinheiro; fizemos um trabalho de estudo aqui na Casa do Contrato de Concessão com a ENEL,e eu presidia àquela Comissão, o Relator foi o Deputado Guilherme; apresentamos o Relatório final praticamente ao mesmo momento em que o Ministério Público apresentou o seu Relatório também do trabalho que fizeram lá; levei o Relatório do Ministério Público e o Relatório da Assembleia até a Agência Nacional, tivemos uma reunião com o presidente lá da Agência, da ANEEL, o Dr. Sandoval, que nos recebeu.

Na apresentação dos Relatórios do Ministério Público que eu levei, tomei a liberdade de levar, até porque é público, quanto ao nosso, o da Assembleia, nós apresentamos alguns pedidos, dentre eles, a Caducidade do Contrato previsto em Lei, diante de todoarrazoado que a gente tinha colhido. E a Agência Nacional demorou um pouco a nos dar uma resposta, e depois nos deu uma resposta com apenas uma folha dessa aqui, a resposta, mostrando que, - e aí me perdoe se eu não encontro uma palavra bonita pra colocar o que quero colocar, - mas a Agência Nacional mais está parecendo um puxadinho para defender a ENEL do que defender o consumidor.

Eu acho que, talvez, quem esteja nos assistindo não esteja entendendo o que eu quero dizer. Eu quero dizer que a Concessão que a ENEL tem é pública, e por si só ela deve satisfação à população.

A Concessão que a ENEL tem, dada pelo leilão lá de 1998, todas as cláusulas que tem aliforam apresentadas pela Agência Nacional, a ANEEL, e ela tem responsabilidade sobre este caso, e ela tem também que dar satisfação à população. E isso não tem acontecido a contento. Por isso que nós criamos a Comissão Parlamentar de Inquérito, agora sim, com o direito de investigar, de apurar e de pedir punição a quem é de direito.

Então, sem mais delongas, agradecer... foram ouvidos aqui também, o Manoel estava lembrando aqui, nós ouvimos a Aprece (Associação dos Prefeitos do Estado do Ceará), o presidente veio aqui passar a indignação dos prefeitos das 184 Prefeituras do Estado do Ceará, que não conseguem entregar

uma obra no prazo preciso à população porque a ANEEL não cumpre um prazo estabelecido de ligar a energia, de fazer uma extensão de rede ou algum tipo de manutenção necessária para tal.

Escutamos aqui também o Sindeletro (Sindicato dos Eletricitários do Estado do Ceará) também. O Sindeletro foi até mais grave, ele foi para além do que tem acontecido com o consumidor; ele foi também à questão do servidor, do prestador de serviço.

A ENEL, hoje, terceiriza muito o serviço, e por terceirizar o serviço algumas empresas têm dificuldade de receber o recurso da ENEL e repassar para o servidor. Nós temos agora mais de 1.100 pais de família que há três anos espera serem pagos não só os seus direitos trabalhistas, mas também salários que deixaram de ser pagos lá na época; eles ingressaram com Ação na Justiça, ganharam aqui no Estado do Ceará, e a ENEL recorre para onde ela pode recorrer, ganhando tempo, prazo e prejudicando esses pais de família que fizeram manifestação aqui em Fortaleza, na sede da ENEL, fizeram lá no Cariri também na sede da ENEL; as duas sedes que a gente sabe que ela tem: uma aqui em Fortaleza e uma lá no Cariri.

São só alguns informes para o senhor tomar conhecimento, Dr. Xerez. Passo então a palavra ao senhor, agradecendo muito a sua presença nessa tarde, na Comissão Parlamentar de Inquérito.

SR. HUGO VASCONCELOS XEREZ (DECON): Boa tarde, a todas e a todos. Eu queria cumprimentar aos que compõem a Mesa nas pessoas do Deputado Fernando de Santana, com quem eu tive a honra de trabalhar em parceria num Relatório que foi firmado pelo Ministério Público, ano passado, trocamos experiências de ouvir e perceber a dedicação, a disciplina e o amor que o senhor tem por essa causa é algo que enobrece a atividade Parlamentar, enobrece esta Casa, e torna todos nós cearenses mais orgulhosos de tê-lo aqui como representante.

Digo o mesmo em relação aos Deputados Bruno Pedrosa e Guilherme Sampaio, cujas histórias parlamentares se confundem com a defesa dos direitos humanos, dos direitos das minorias, dos direitos dos cidadãos, dos consumidores, enfim, direito de todos os cearenses. É uma honra pra mim, enquanto cidadão, enquanto cearense, nascido e criado nesse Estado poder estar ao lado de vossas excelências aqui nesse momento.

Queria cumprimentar também as deputadas que nos acompanham pela plataforma, Deputada Gabriela Aguiar e a Deputada Lia Gomes, é também uma satisfação tê-las aqui nesse momento.

Para mim enquanto cidadão, antes de secretário de um órgão de Defesa do Consumidor, é uma alegria estar aqui, porque compartilho da ideia de que o Poder Legislativo é verdadeiramente a Casa do

Povo, é o espaço mais legítimo e democrático que o cearense, o sertanejo, o povo tem de se ver representado e de ver as suas demandas serem ouvidas.

Todos aqueles que nos antecederam e conceberam o Estado,a figura estatal nos moldes que ele é hoje, acertaram quando disseram que o Poder Legislativo é sim o mais importante, com todo respeito aos demais, mas é o mais importante dentre todos os poderes de uma nação, porque aqui o povo é verdadeiramente representado; o seu acesso é livre e franqueado, e a democracia em que vivemos o Poder Legislativo vem se afirmando como o mais legítimo, o mais ciente, consciente e sensível às demandas da população.

Eu vou passar direto ao motivo que nos trouxe hoje, infelizmente é um motivo de muita tristeza para todos nós cearense. Eu enquanto dirigente de um órgão de Defesa do Consumidor, vou completar agora, no dia 1º de dezembro, três anos à frente do DECON, eu tenho visto a atuação de uma empresa completamente insensível e refratária às demandas que nós cearenses temos na área do serviço de energia elétrica.

Eu vou passar dados pra vocês, aos presentes e àqueles que nos acompanham, de tudo que apuramos ao longo do trabalho da Comissão, e os dados são, pra não dizer outra coisa, estarrecedores. A ENEL é, sem sombra de dúvida, Deputado Fernando Santana, a pior concessionária em todo o Brasil. Não à toa, por onde a ENEL passa ela deixa um rastro de tristeza, de mau serviço, e quando ela vai, eu garanto, não há saudade, não há nostalgia por parte dos moradores daquele Estado. É assim em Goiás, está sendo assim em outros Estados, e não à toa, por onde ela passa, uma CPI é instaurada no Poder Legislativo para investigar o trabalho, o mau serviço que a ENEL presta para a população de cada Estado da Federação.

Eu trouxe alguns dados para vocês, e vou tentar contextualizar um pouco o que apuramos ao longo do trabalho da Comissão, o que motivou a criação da Comissão, e talvez eu seja um pouco repetitivo para alguns que já conhecem um pouco a história, mas para aqueles que nos acompanham eu acho que essa contextualização é necessária para que nós possamos entender melhor a situação que foi encontrada, a situação que ainda estamos enfrentando e a falta de perspectiva para que essa situação, esse estado de coisas se alterem.

Em abril de 2022, o país vivia e como ainda vive um momento de recessão, tentando se recuperar de uma pandemia que causou uma crise econômica, social e humanitária em todo o mundo, e nós fomos informados de que a ANEEL autorizou um reajuste de 24,85% no valor da energia elétrica. Esse valor, Deputado Guilherme Sampaio, ultrapassa qualquer razoabilidade e qualquer bom senso. Um

país onde nós tínhamos um número alto de desempregado, onde o salário mínimo teve um aumento insignificante; um país onde as pessoas estavam se recuperando de uma pandemia, nós vimos a Agência Nacional de Energia Elétrica autorizar o momento de um ¼ da energia elétrica que nós já pagávamos.

E aqui especificamente com ANEEL eu quero já dizer, e corroborando com as palavras do Deputado Fernando Santana, que o que nós verificamos é a captura, por parte das concessionárias, em relação ao Regulador. O Regulador, hoje, que era para ser um leão, que era para ser um órgão em defesa de nós brasileiros, consumidores na área da energia elétrica, das telecomunicações, da água, enfim, qualquer Agência Reguladora que nós temos hoje era para ser um leão na defesa dos nossos interesses se transformou num gatinho, capturados dos que foram todas as Agências Reguladoras pelas empresas que realizam esse serviço, e vossa excelência bem falou:É um serviço público, é um serviço de natureza pública e pertence a todos nós.

Então, diante desse dado, e foi um dado estarrecedor, porque nada no país subiu 25%, o que justificaria que a energia elétrica, que é um bem fundamental e nós não conseguimos viver sem, aumentaria nesse montante. O Ministério Público do Estado do Ceará criou uma Comissão com a participação de quatro Promotores de Justiça para analisar o Contrato de Concessão, para analisar os índices que a empresa apresentava nos órgãos de Defesa do Consumidor, e como a ENEL se portava em relação às multas que eram praticadas tanto aqui quanto na ANEEL.

Esse trabalho, Deputado Guilherme Sampaio, foi entregue ao Procurador-Geral de Justiça, data em que o Deputado Fernando Santana lá estava acompanhado de outros membros desta Casa, e os dados que nós apresentamos justificou que o DECON apresentasse, impusesse uma multa no valor de três milhões de UFIRs contra a ENEL, que é a maior multa em termos absolutos, em termos gerais de toda a história do Estado do Ceará, o que dá, hoje, o valor de 16 milhões e 476 mil reais. Multa essa que a ENEL não paga. Não paga e não vai pagar. Ela vai espernear de tudo quanto é jeito para não pagar, porque a ausência de sensibilidade, ausência de compromisso e até inclusive eu digo, a ausência de vontade para sentar numa mesa e negociar e dizer: *eu vou fazer isso; eu estou disposta a fazer aquilo*, isso nós não encontramos, infelizmente, na empresa. O que nós encontramos foi uma declaração: *Os investimentos aumentaram; estamos aplicando mais recursos; estamos fazendo isso, estamos fazendo aquilo,* mas a sensação do consumidor cearensesó piora todos os dias.

Eu fui entrando na Casa, e um consumidor me falou que houve uma oscilação de energia na casa dele, esse final de semana, eperdeu liquidificador, freezer, geladeira e micro-ondas, numa tacada só, no momento só. Infelizmente isso não é algo inusitado ou insólito, isso acontece diariamente em todos os

bairros de Fortaleza, sobretudo os bairros mais carentes, nas mais longes periferias, porque falta de fato investimento por parte da empresa nessas áreas.

Mas dando continuidade à apresentação que está à disposição pra todos que aqui acompanham, nós também ingressamos com a Ação Civil Pública que pede danos morais coletivos no valor em torno de quarenta e cinco milhões de reais a ser revertidos à população cearense, pelos prejuízos causados pelo mau serviço, pelo péssimo serviço prestado pela ENEL aqui no Estado do Ceará.

Continuando, deputado, eu ainda vou trazer dados mais claros, nós temos entre os anos de maio de 2007 e maio de 2022, no DECON, no único órgão situado ali na Rua Barão de Aratanha, nós temos 14.836 registros de reclamações. O que é importante nós dizermos é que alguém pode pensar e dizer: *Mas esse número é pequeno; não, esse número não é pequeno*, porque aí está o número de demandas quea ENEL não resolveu, porque as que ela resolve nós não contabilizamos. Então, por exemplo, se o senhor tem um corte que foi feito indevidamente, e o senhor procurar o DECON, a gente entra em contato com a ENEL, se a ENEL resolver, esse registro não é computado, deveria ser, mas não é computado.Então nós temos noção, quando vemos os dados, como o serviço da ENEL é de péssima qualidade.

E uma coisa que chama atenção é como a curva é extremamente ascendente, chegando aos anos de 2019 aumentarem, consideravelmente, o número de reclamações contra a empresa.

Continuando na análise, Deputado Fernando Santana, alguém pode dizer: *Sim, mas nos anos anteriores esse número diminuiu.* Mas nós tivemos anos de pandemia, em que as pessoas não puderam sair de casa; as pessoas ficaram mais tempo em casa; ouve o período,o subsídio que houve com relação ao pagamento da energia elétrica. Então tudo isso fez com que o número diminuísse. Mas nós que vivenciamos o órgão sabemos que o número é exponencial, e a cada dia as mesmas demandasse reclamam, se repetem todos os dias.

Eu tive a oportunidade de conversar com a presidente da empresa, na semana passada, eu disse: *Eu sou conhecedor dos meus direitos, e vocês não conseguem atender a minha demanda. Tem mês que a ENEL manda fatura pra mim e tem mês que a ENEL não manda.E eu tenho de correr atrás para saber se eu tenho ou não tenho que pagar; se paguei certo; se tem vencimento e se não tem.* E é algo que eles não respondem, eles não exemplificam e não solucionam. Isso acontece comigo, imagina com quantos e quantos cearenses issose repete, ocasionando, muitas vezes, corte indevido de energia para esse consumidores.

Mas à frente, deputado, eu trouxe aqui e deixo à disposição de vossas excelências, que a partir do ano de 2016, no período que ocorreu a transição da Coelce para a ENEL, a situação da empresa se agravou profundamente, sendo ela, hoje, a mais reclamada em todo o Estado do Ceará.

Eu sei que tem um argumento, deputado, que é dito assim:*Nós somos a empresa com maior capilaridade no Estado do Ceará, então, é natural que eu tenha o maior número de reclamações.* Aí eu troquei: *Isso é uma meia verdade, porque em 2010 vocês também eram a empresa com maior capilaridade no Estado do Ceará e vocês não eram mais reclamada. O que é que justifica que em 2010 esse estado de coisas existisse e vocês não eram a mais reclamada e hoje vocês são disparada a mais reclamada?*

Nós temos um atendente da ENEL que trabalha diretamente no DECON, essa senhoratrabalha incessantemente para atender as mesmas demandas todos os dias: Fatura duplicada; corte indevido; consumo abusivo, e é impressionante. Nós conversamos com a empresa e a empresa não nos traz as respostas que nós, enquanto órgão do Consumidor, esperamos - Órgão de Proteção e Defesa do Consumidor. Então, nos últimos anos houve uma pequena diminuição no número de reclamações, mas isso não impede de nós dizermos ainda, e os dados que eu mostrarei à frente da ANEEL são claros nesse sentido, de que a empresa é de fato uma empresa que no Estado do Ceará presta um serviço, como eu falei, sou repetitivo nisso, de péssima qualidade, deputados.

Se nós continuarmos aqui com a análise dos documentos, nós vamos ver que esse número de reclamaçõesnão contemplam todas as outras reclamações que foram feitas em Juazeiro do Norte, em Sobral, em Maracanaú, no PROCON aqui da Assembleia, no PROCON Fortaleza, no PROCON Maracanaú, enfim, em todos os demais órgãos de Defesa do Consumidor que tem no Estado do Ceará. Esses números que eu trago são apenas do DECON, daquele prédio pequeno, de três andares, e fica ali na Rua Barão de Aratanha, e serve aos consumidores cearenses, e sabe que a maioria dos consumidores que nos procura trazdemandas e queixas contra a ENEL.

Uma coisa interessante também, existe uma plataforma, que é o *consumidor.gov*, é uma plataforma de acesso público, e todos nós podemos ir lá e fazer uma reclamação. Nós fizemos uma análise, deputados, das demandas que foram apresentadas nessa plataforma, de janeiro a junho de 2022. A ENEL tinha 962 reclamações; algum consumidor foi lá e colocou a reclamação que tinha contra a ENEL. Eu achei um número pequeno. Nós também sabemosque o brasileiro não é dado a reclamar e ter a iniciativa de ir questionar os seus direitos, ainda é uma cultura que nós precisamos alimentar mais. Mas aí nós da Comissão fizemos um exercício. Vamos analisar os outros Estados. E aí nós pegamos os

Estados de Pernambuco, da Paraíba, de Sergipe e de Alagoas e também do Rio Grande do Norte. O Estado do Ceará, vossas excelências sabem mais do que eu, deve ter em torno de oito milhões de habitantes, eu imagino, é algum número parecido com isso, essa somatória de todos esses Estados, da população desses cinco Estados dá 23 milhões de pessoas.

Deputado Guilherme Sampaio, no mesmo período, esses cinco Estados tinha 90 reclamações a menos do que a ENEL. Se nós somarmos o número de reclamações da Paraíba, de Sergipe, do Rio Grande do Norte, de Pernambuco e Alagoas, o número é 90 vezes menor do que só o Estado do Ceará. Como é que uma empresa que presta serviço para oito milhões de pessoas tem um número de reclamações que supera o somatório de cinco empresas que trabalham para mais de 23 milhões de pessoas? Isso é um número catastrófico e ninguém na empresa consegue nos explicar. O que eles dizem é: *Estamos melhorando; os números estão caindo; os números não são mais os mesmos*. Mas o que nós detectamos quando analisamos os dados é estarrecedor. Era para ser o contrário. Eles deviam ter três vezes mais o número de demandas que tem contra a ENEL, mas não, a ENEL supera em todos os dados.

Se nós pegarmos índices que são apresentados pela satisfação dos consumidores, e esses índices são colhidos da internet, nós vemos que a nota que o consumidor dá no ano de 2003 à ENELé de 2.5, numa escala de 1 a 5. Ou seja, a ENEL seria, na escala de zero a 10uma empresa 5, e ela demanda 7,1 dias para responder uma demanda numa plataforma que é de acesso público aos consumidores. Então, se eu apresento uma demanda hoje, ela demora 7 dias para me dar uma resposta. O que são7 dias com a energia cortada? O que são 7 dias com um filho que não está comendo, bebendo uma água gelada, não está podendo ferver um leite, um café! Nós não temos noção do que isso causa para a cidadania e para a dignidade dessas pessoas. Energia elétrica é um bem fundamental e não pode ser colocado na mão de pessoas incompetentes e que não tem compromisso com a população. Infelizmente é a realidade que os dados do DECON evidenciam claramente para todos nós. E o que é pior, se esses dados replicassem, fossem repercutidos em outros Estados, nós poderíamos cruzar os braços e dizer: *Infelizmente é a nossa realidade.*

O que nós detectamos é que Estados da Federação com a mesma realidade que nós temos, uma realidade de pobreza, de carência tem dados índices muito melhores do que nós. E isso é que nos torna ainda menos dignos e mais entristecidos com essa realidade.

Eu continuo, Deputado Bruno, com os dados da ANEEL, porque apesar das críticas que nós podemos ter em relação ao trabalho da ANEEL, ela é aparentemente uma empresa transparente, no sentido de que você pode de fato chegar até ela e expor a demanda que você tem contra a concessionária

de energia elétrica. E nós sabemos que de 2010 a 2022 um milhão e quatrocentos mil reclamações foram feitas na ENEL junto ao site da ANEEL. É um número que você fica imaginando o que mais precisa acontecer, deputados? O que mais precisa acontecer para que nós, de fato, tenhamos uma alteração desse cenário?

Só no ano de 2019 nós tivemos 257 mil reclamações. Em 2019 já é muito porque são 257 mil; no ano de 2020 nós tivemos 334 mil reclamações, e a empresa, infelizmente, nos apresenta uma retórica sempre vazia, uma retórica simplória: *Estamos nos esforçando, estamos trabalhando...*Mas quem está na ponta, quem atende o consumidor e vossas excelências nas bases eleitorais, onde vossas excelências estão, sentem na pele o que é o prejuízo que um serviço de energia elétrica mal executado causa a nossa população.

Se nós seguirmos em relação a outras questões, nós vamos chegar a dados que são compilados pela própria ANEELcom referência àquilo que as próprias empresas apresentam. E aí existem dois índices, Deputado Guilherme Sampaio e Deputado Bruno Pedrosa, que são o DER (Duração Equivalente de Reclamação) e o FER (Frequência Equivalente de Reclamação).

O que são esses índices? E aí a gente foi tentar entender o que eles são.

O DER fala sobre a Duração Equivalente de Reclamação, ou seja, quando a energia cai quanto tempo ela demora pra ser restabelecida.

O FER é a Frequência Equivalente de Reclamação. De quanto em quanto tempo a energia cai na nossa residência.

Com base nos dados apresentados pelas próprias Concessionárias, a ENEL faz um ranking das empresas. Ela divide esse ranking em empresas de grande porte, empresas de pequeno porte, e ela elabora um ranking anual, para que nós cidadãos saibamos em que posição, em que patamar a empresa Concessionária de energia elétrica do nosso Estado se encontra.

E pasmem vossas excelências, que no ano de 2010, o DER, ou seja, a Duração Equivalente da Reclamação, ou seja, a duração em que a energia era cortada. A ENEL tinha um número de 6,04; quanto menor o número melhor a execução do serviço pela Concessionária.

Em 2021, Deputado Guilherme, pulou de 6,04, de 2010, para 292, em 2021. Eu não sei nem quanto isso em matemática seria:dez vezes mais? Vinte vezes mais? Trinta vezes mais? Eu não sei, porque o número é assustador. Como é que uma Concessionária tinha um índice 6,04, em 2010, e em 2021, o mesmo índice, ela registra 292? O que revela a morosidade e a incapacidade da empresa de dar solução ao retorno, ao restabelecimento da energia que é cortada, que é suspensa nas nossas residências.

Esse número, para mim, grita de uma forma que é indiscutível. Eu queria ouvir alguém da empresa me dizer: *Hugo, em 2010 era assim; em 2021 é esse, mas o motivo é esse.* Eles não dão; simplesmente se calam diante dos números. E vem, como eu falo, com a mesma retórica, com a mesma discussão:*Estamos melhorando, estamos aprimorando,* mas na ponta, no consumidor, no cearense, no sertanejo, essa melhora não é sentida.

Eu trago outros dados, Excelências, e podem mostrar pra vocês. Eu falei agora hápouco que é feito um ranking das empresas. A ANEEL recolhe os dados que todas as empresas encaminham e ela estabelece um ranking.

Em 2020, pelo índice do FER - Frequência Equivalente de Reclamação, a ENEL ficou na última posição entre todas as concessionárias de grande porte desse país, a última. Eles alagam que,*na verdade esse ranking é um pouco falacioso porque a ENEL é melhor do que a do outro Estado e de outra região;* porque na verdade a ENEL está concorrendo com ela mesma. Então se a ENEL tem um índice tal e se ela não atingiu, não quer dizer que ela seja pior do que a outra. Eu disse:*Se eu sou um aluno e tenho uma obrigação, se a minha nota máxima é 8 e eu tiro 7, a nota máxima do meu colega do lado é 10 e ele tira 8,2, é óbvio que eu posso estabelecer uma relação entre as notas, e dizer quem foi maior, e quem foi melhor e quem foi pior.* E é isso que a ANEEL faz. E é fazendo essa relação entre os dados e as exigências de cada concessionária que ela estabelece que a ENEL é a pior ou figura sempre entre a segunda pior, terceira pior, quarta pior. Quando a ENEL vai muito bem, Deputado Bruno, ela é a quinta pior.Quando ela consegue resolver o máximo de trabalho, consegue entregar o máximo para o cidadão cearense, ela consegue ser a quinta pior. E nós vemos, no mesmo ranking, concessionárias dos nossos irmãosnorte-rio-grandenses, dos nossos irmãos pernambucanos, paraibanos, alagoanos, que as empresas lá conseguem índices muito mais satisfatórios do que a ENEL. Isso é que nos estarrece e nos entristece, e não nos tira a esperança, porque é certo e é convicto de que momentos como esses possam transformar e realidade, deputado.

A gente pode ir pra outro ranking, que é o ranking de Desempenho Global de Continuidade, também apresentado pela ANEEL. Em 2019 ainda ocupava vigésima sexta posição entre as grandes distribuidoras do país. Ela era a quarta pior num grupo de 29. Em 2020, não satisfeita, entendam esse:*não satisfeita* como ironia, ela foi ser a segunda pior empresa do país. E isso vem se repetindo, se repetindo o tempo todo. E como eu disse quando ela vai muito bem ela apresenta o quinto pior índice. Ou seja, com dados apresentados pela própria empresa que são compilados e colecionados pela ANEEL,

é feito esse ranking, e a empresa ENEL não consegue, ela não consegue apresentar índices melhores do que outras empresas que prestam o mesmo serviço em outros Estados da Federação.

O Índice de Satisfação do Consumidor, que é também medido pela ANEEL, Deputado Guilherme Sampaio, a empresa ocupa a pior posição no ranking, com um índice de 61,29. No ano de 2019, a ANEEL publicou esse índice, e a ENEL foi considerada pelo consumidor a pior empresa, entre todas aquelas que foram avaliadas pelos consumidores no país.

Então, assim, se nós conversarmos aqui é um rosário de índices de números, de valores, de métricas que indicam a situação que nós hoje estamos de penosa, de penúria em relação ao serviço de energia elétrica que é efetuado.

Eu desafio, eu convido a qualquer um que tenha qualidades, que tenha atributos, que tenha informações vantajosas a ENEL que venham aqui falar a essa Comissão. Nós não encontramos ninguém. Empresários que chegam lá, Deputado Guilherme Sampaio, que querem inaugurar o seu negócio e não conseguem; e não conseguem. E nós ficamos de mãos atadas porque é uma questão, e o Direito Consumidor nos ensina muito isso: Estamos sempre em desigualdade. Estamos sempre na posição de vulnerabilidade.

Minha amiga Amélia Rocha, que veio aqui esses dias, disse: *Se o Bill Gates vier aqui e tentar tirar o dinheiro de um banco e o dinheiro não cair, naquela hora aliele é um vulnerável, porque naquele momento ali contra o banco ele não tem como reverter essa situação.* E é essa realidade que nós temos. E quando falamos de um serviço como o serviço de energia elétrica, que é um serviço que diz respeito à cidadania, à dignidade, à justiça social, o nosso rigor, a nossa dedicação, a nossa firmeza em relação a ele deve ser ainda maior.

Se nós formos continuar, os números falam, eles gritam. No ano de 2020, em relação ao Índice de Satisfação do Consumidor, a empresa teve uma pequena melhora e essa pequena melhora faz dela a terceira pior do Nordeste. De nove Estados ela consegue ser a sétima colocada. Em 2021 ela retomou a última colocação, com um Índice de 44,61, ou seja, em 2019 ela estava com 61,29; em 2021 ela foi para 44,61.

A sensação que tenho, e falo como sensação, é de que de fato, deputados e aqueles que nos acompanham aqui, falta, de fato, é vontade, é determinação, é disposição em enfrentar o problema, e isso tem causado, como já falei e vossas excelências também falaram, esses enormes e imensuráveis prejuízos a nossa população.

No penúltimo slide, nós temos as multas administrativas que são realizadas pelo DECON. O DECON detém o Poder de Polícia na área de Direito do Consumidor aqui, no Estado do Ceará, por decisão desta Casa, desde o ano de 2002. E aí nós vamos olhar os índices e podemos entender que os índices da ANEEL não são replicados aqui, e o que não detectamos é exatamente o contrário. A cada ano o número aumenta assustadoramente.

Em 2015 foram aplicadas em multas 241 mil reais à ENEL. Se nós tomarmos 2022, 2 milhões 715 mil, aumentoudez vezes em sete anos; porque o número de demandas aumenta; o número de pessoas que nos procuram aumenta, e infelizmente a empresa não é capaz de dar vazão a essas demandas.

E o que é que essas multas querem dizer, Hugo? Essas multas querem dizer que o consumidor procurou o DECON, nós procuramos a funcionária do DECON que lá trabalha conosco para resolver o problema, ela não resolveu. Nós mandamos uma carta para a empresa, para a empresa se defender, ela não resolve o problema; manda representante. Nós realizamos uma audiência, deputado, em que vai um preposto da empresa, e não resolve o problema. A empresa tem três oportunidades para resolver o problema, ela não resolve o problema, ela é multada e muitas vezes não paga. Ela faz da multa, assim, um escárnio. Se nós formos pegar os valores de multas que foram aplicadas e estão à espera de pagamento da ENEL ou na Inscrição da Dívida Ativa que estão em aberto, representa boa parte daquilo que foi aplicado.

Eu não queria me alongar muito, e me coloco à disposição de todos e todas aqui para responder às perguntas. Quero só dizer, como falei no início, por onde a ENEL passa, no Brasil, ela deixa um rastro de mau serviço, de má qualidade do serviço e de indisposição com os consumidores.

No Estado de Goiás discutiu-se a encampação do serviço público. A encampação é o Estado retomar para si a execução do serviço porque a empresa não consegue efetuar o serviço de qualidade. Isso a ENEL saiu do Estado de Goiás, e hoje não presta mais o serviço.

No último slide que eu tenho, existe uma Comissão Parlamentar de Inquérito instaurada esse ano no Estado de São Paulo, para também investigar o serviço da ENEL naquela unidade da Federação.

No Estado do Rio de Janeiro onde a ENEL também ganhou uma vez a Concessão e a execução desse serviço, também já houve uma CPI para investigar o serviço prestado pela concessionária naquele Estado.

Ou seja, nós olhamos o histórico da ENEL no Brasil, não só no Ceará, mas no Brasil, ao longo desses anos, e é um histórico que dá vergonha a qualquer um que analisa a questão e imagina o que é

que tem sido feito para aquela população tão carente, tão necessitada, não só desse serviço, mas fundamentalmente também desse serviço, como eu falei: para exercer a cidadania; para exercer justiça social; desenvolvimento; distribuição de riquezas. É esse o cenário que nós temos no Estado do Ceará.

Eu trouxe aqui, ao longo desses minutos em que falei, não sei se me estendi, não sei se foi repetitivo, mas eu quis trazer um pouco pra vossas excelências e aqueles que aquelas que nos acompanham o estado de coisas no Estado do Ceará que envolve o serviço de energia elétrica. Eu, sinceramente, como cidadão, não vejo a curto prazo sem a participação efetiva e rigorosa do Estado do cearense, por intermédio do Poder Legislativo, do Poder Executivo, do Poder Judiciário, do Ministério Público, numa união e comunhão de forças em resolver e enfrentar essa questão. Nós podemos estar caminhando para uma situação cada vez pior a cada dia.

Câmaras Municipais nos procuram, Associações Rurais nos procuram de cidades do interior com queda de energia; o sertanejo que quer fabricar o seu próprio leite, fabricar seu próprio queijo e não consegue porque não tem energia que sustente esse tipo de atividade. Infelizmente, nós podemos ver essa situação se agravar ainda mais, repito, se nós não tivermos o poder, a capacidade de estimular, de exortar e determinar à ENEL que modifique a sua postura, o serviço que é prestado aqui.

Eu queria encerrar minhas palavras usando aqui uma frase que foi dita pelo Deputado Fernando Santana, e eu me sentia acolhido quando ele falou: *Ou a ENEL muda ou a ENEL se muda do Estado do Ceará.* E é isso que nós pretendemos. É isso que nós aspiramos; que ela mude, que a empresa efetue um serviço de qualidade, que dê ao cidadão cearense, ao sertanejo, a todos nós um serviço que possa nos dar dignidade para que possamos exercer a nossa... fazer funcionar a economia; fazer girar o dinheiro; fazer girar riqueza; movimentar toda a economia do Estado do Ceará, a sociedade, o lazer, enfim, todos os direitos de que dispomos, ou então, se ela não for capaz disso, que de fato ela se mude e outra empresa assuma esse papel e o exerça com qualidade.

Pra finalizar, deputado, eu queria dizer o que eu já disse uma vez a funcionários da ENEL em visitas que eles me fizeram. Eu não duvido da boa-fé e da boa vontade das pessoas que fazem a ENEL, dos servidores que fazem a ENEL no Estado do Ceará. O que eu não sei, Deputado Bruno Pedrosa, Deputado Fernando e Deputado Guilherme Sampaio, é da capacidade que essas pessoas que estão aqui na frente, que vem ao gabinete vossas excelências, que estão aqui de resolver o problema. Uma empresa que é capitaneada, que é propriedade de outra empresa que sequer pôs os pés aqui no Estado e não conhece a nossa realidade, é natural, infelizmente, é natural que isso aconteça.

Eu converso com a presidente, e vejo nela boa vontade, mas eu não sei, sinceramente, se ela tem capacidade, se ela tem a autonomia para poder resolver os problemas. E isso, enquanto cidadão, enquanto diretor de um órgão de Defesa do Consumidor, isso me preocupa ainda mais.

Agradeço muito a oportunidade de vossas excelências; acho que esse é o momento rico para que nós possamos discutir a situação. Espero um dia poder sentar junto com vossas excelências, com a própria ENEL e com outros representantes do setor econômico, do setor civil, para que a gente possa conversar e tentar chegar a um bom termo. Essa é a esperança que eu tenho, e se renova na data de hoje. Muito obrigado pela paciência, pela generosidade de vocês e pela compreensão.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Doutor Hugo, euque agradeço em nome da Comissão Parlamentar de Inquérito. Vamos já abrir aqui para as perguntas e questionamentos. Mas ficamos aqui, eu, particularmente, muito feliz com a sua fala, com as suas explicações.

Eu também quero declarar que concordo com a sua fala, de que acho que tem boa vontade nos dirigentes da ENEL aqui no Estado do Ceará, acho que eles não têm mesmo é autonomia. E eu tenho dito aqui na Tribuna dessa Casa, eu quero repetir aqui agora. Eu creio que lá na Itália, o CIO que está lá na Itália não saiba nem onde é que o Ceará está no mapa, talvez ele não saiba. Mas a tela do computador à frente lá da sua mesa está vendo lucro que o Ceará tem dado à empresa ENEL.

Então se no mundo essa empresa tem tido muito lucro em países que ela trabalha, em Estados que ela trabalha, no Estado do Ceará não tem sido diferente. Ela aumentou a lucratividade dela de 2018 para 2023, assim, absurdamente, do ponto de vista de... era 300 e poucos milhões de reais em 2018, passou para 630 milhões de reais de 2022 para 2023. Então não tenho dúvida que na tela do computador lá do CIO da Itália tem esses dados, tem esses números e sabem da lucratividade que o Ceará tem dado a esta empresa, que aí sim prestam um péssimo serviço e desrespeita o povo cearense quando ela não tem um canal do diálogo; tem outras tantas empresas que são reclamadas. Eu tenho dito isso aqui inúmeras vezes. A empresa Cagece, nós sabemos aqui que recebe muita reclamação. Mas aonde você vai, Deputado Guilherme Sampaio, tem um posto da Cagece para atender a população; tem um servidor para atender a população, para tentar solucionar o problema. Telefone aí pra Cagece agora, vá ali ao Posto da Cagece que tem quem lhe atenda de 8 às 17h; procure isso no interior do Estado do Ceará se a ENEL tem um posto, se a ENEL tem quem atenda; se tem quem dialogue.

Eu nunca vi, nunca vi nos meios de comunicação nenhuma manifestação da ENEL falando sobre o serviço, falando sobre o aumento, explicando. A Comissão Parlamentar de Inquérito já causou um efeito na ENEL, e agora ela está investindo em publicidade. Ontem ela publicou no Diário Oficial que

investiu 5 bilhões de reais na ENEL Ceará. E aí nós aprovamos aqui um Requerimento de minha autoria solicitando aonde foi que ela aplicou esses 5 bilhões de reais. Porque aqui, no nível de insatisfação da população é que não foi. Ela pode ter aplicado, e aí eu não aqui afirmar, eu estou só conjecturando, ela pode ter aplicado para obter lucro, para obter dividendos para ela, mas para satisfação da população não foi. Mas ela já começou até investir agora em publicidade do Estado do Ceará, que ela nunca tinha feito isso. Eu nunca vi a ENEL numa rádio prestando contas do serviço como a Cagecepresta, como outros órgãos presta; eu nunca vi numa TV, eu nunca vi num jornal escrito. Ontem foi a primeira vez que vi, depois que a Comissão Parlamentar de Inquérito foi instaurada e começou o trabalho de reverberar o sentimento da população.

Eu tenho dito aqui que não é uma CPI contra ENEL, é uma CPI é a favor do povo cearense. Eu sou perguntado diariamente qual é o meu objetivo. E o meu objetivo claro é que a ENEL mude! Ela recebe ou retira ou leva, como queira, milhões de reais por ano, e somado alguns anos, bilhões de reais do povo cearense, e devolve isso que já falamos: serviço de má qualidade; desrespeito à população. Eu espero que ela mude. Pegue um pouco desse recurso que ela tem tirado do povo cearense e invista na manutenção, na extensão de rede; faça com que cada cearense tenha acesso à eletricidade; o produtor rural que quer produzir, muitas vezes para se alimentar ou outras vezes para vender o produto e melhorar a condição de vida da sua família, o vizinho tem energia, o vizinho com cinco metros de distância não tem energia. Solicita a energia e eles dão um prazo de três anos para ir lá solucionar o problema. E esse produtor muitas vezes com a condição financeira muito baixa, vende a sua motinha, arranja um dinheiro e consegue fazer por fora, pois nós temos centenas de milhares de denúncias neste sentido.

Eu ouvi pessoas da ENEL dizer: Mas isso não é ilegal. Isso não é ilegal, é imoral!Uma pessoa, não sei se é servidor da terceirizada ou é da ENEL, mas ele vai lá com a fardazinha da ENEL, dizer que *se demoram três anos pela ENEL, faça por fora;pague aí três mil reais, cinco mil reais, que no outro dia tem energia na sua casa.* E aconteceu e eu tenho provas disso que aconteceu centenas de milhares de irmãos nossos cearenses aqui no Estado do Ceará.

Então, assim, são das atitudes mais diversas possíveis de falta de desrespeito à população. E o meu objetivo pessoal em tudo isso é que a ENEL mude ou que ela se mude do Estado do Ceará. E aí se ela se mudar, que ela está anunciando aí, ou pelo menos nós já vimos aí diversos canais aí de publicidades, que ela pode se mudar do Estado do Ceará, vendendo os Ativos por oito bilhões de reais. Mas se uma empresa qualquer que seja, a Equatorial, que é uma das que dizem que pode comprar, se ela

tem condições de comprar os Ativos da ENEL por oito bilhões de reais, pra ela vir para o Ceará para fazer o mesmo, ela não venha não, porque esse Parlamento não vai aceitar. E nós já combinamos aqui uma Comissão de Deputados, nós vamos aqui até o Piauí saber por que lá tem uma CPI contra a Equatorial, e vamos dizer isso pra a Equatorial:-*Olhe, se vocês forem para o Ceará pra fazer o serviço de péssima qualidade como a ENEL tem feito nós não vamos aceitar.*

E aí Dr. Hugo Xerez, para que eu abra para os meus colegas fazerem os questionamentos e as perguntas, eu tenho algumas também para fazer, muito embora eu já esteja muito satisfeito com a sua explicação.

Veja, nós temos uma denúncia, e eu quero aqui externar, e nós não apuramos ainda, nós estamos ouvindo e robustecendo aqui o nosso material, para que a gente possa logo, logo afirmar se é verdadeira ou não a denúncia, de que a ENEL teria comprado aí 700 milhões de reais, salve engano, na denúncia de equipamento de manutenção. E ela estaria vendendo esse equipamento no mercado paralelo, o que ela não estaria mais fazendo a manutenção no Estado do Ceará, e tornando aí um caos na vida de quem precisa dessa manutenção, ou seja, dos irmãos cearenses. E que ela estaria terceirizando com a Equatorial, porque ela não tem mais equipamento de manutenção. O que nos preocupou é que tem muito material da Equatorial aqui no Estado do Ceará, nos apresentado aqui por várias pessoas que agora nós vamos preservar o nome, mas que querem vir aqui é falar; já tem aqui fotos, carros, material, equipamento nesse sentido.

Aí a pergunta fica, das duas uma, que pode está acontecendo: Ou a ENEL realmente vendeu os Ativos para a Equatorial, e ainda não anunciou pra ninguém, ou ela não tem mais equipamento de manutenção e está terceirizando com Equatorial, para que também não pare de tudo a manutenção aqui no Estado do Ceará. Daí, possivelmente, triplicou o seu lucro aqui no Estado do Ceará. Ora, se ela continua cobrando, cobrando caro por um péssimo serviço, se ela não está dando manutenção, ou seja, não está investindo, tudo que entra é só lucro aqui no Estado do Ceará.

Eu tenho dito que o que está péssimo pode ficar ainda pior. Ou a ENEL não mudando, e se mudando e entrando na Equatorial, que pode ser ainda pior do que a ENEL, ou a ENEL continuar no Estado do Ceará e ficar do jeito que está, e a cada dia que passa piorar não só para o consumidor, não só para as prefeituras, não só para o empresário, mas também para aquele empresário que queira vir investir; e o jovem que está nos assistindo, o pai de família que está nos assistindo que carece tanto da geração, da oportunidade de emprego, seja prejudicado também por conta da falta de respeito dessa empresa ENEL com todos nós aqui no Estado do Ceará.

Mas eu passo aos colegas deputados. Inscrito primeiro o Deputado Guilherme Sampaio.

SR. DEPUTADO GUILHERME SAMPAIO (PT): Muito obrigado,deputado Fernando Santana, que tão bem preside os trabalhos dessa comissão. Boa tarde,Deputado Bruno; Boa tarde, Dr. Hugo. Eu reitero os agradecimentos a vossa senhora pela qualificada e contundente apresentação que agrega dados que corroboram com o diagnóstico que vem se consolidando aqui na Assembleia Legislativa, não só no decorrer dos trabalhos dessa CPI, mas também da Comissão Especial que a antecedeu.

Eu queria, antes de colocar algumas questões, senhor presidente, me associar ao comentário feito pelo Dr. Hugo e também a vossa excelência, para fazermos uma distinção, sobretudo porque muitas vezes movidos pela indignação em relação à negligência com que as obrigações assumidas por essa Companhia estão sendo descumpridas em relação ao povo do Estado do Ceará, nós nos referimos a ela à forma como as coisas estão e a distinção entre isso e os seus colaboradores.

Acho que é muito importante ressaltar isso. A Assembleia representa o povo cearense. Essa empresa tem milhares de colaboradores, desde o nível dos trabalhadores lá da ponta até os seus executivos, e não me parece que resida aí, com disse o Dr. Hugo, como disse vossa excelência, a raiz das dificuldades ora enfrentadas. Me parece que isso remete a uma estratégia empresarial de multinacional, que em 2022 era a 110ª maior empresa do mundo, portanto, umaempresa extremamente poderosa, com interesses os mais diversos, inclusive em outras áreas de operação, e que, ao que parece, não tem demonstrado o mínimo de respeito, como já foi dito, nem interesse empresarial nas operações aqui no Estado do Ceará.

Então acho que a contestação que fazemos aqui, as críticas que fazemos, as denúncias que fazemos, é muito que elas sejam contextualizadas nessa distinção, para que nós possamos reconhecer, valorizar e até agradecer os esforços dos trabalhadores e trabalhadoras dessa Companhia e dos seus executivos, que de boa fé dialogam com os diversos órgão do poder público e distingui-los da estratégia empresarial que impõe limites inclusive, talvez a boa vontade de muitos desses servidores e desses colaboradores.

Mas eu gostaria de aproveitar a contundente apresentação feita pelo Dr. Hugo, senhor presidente, para aprofundá-la com alguns questionamentos. Primeiro deles: foi feito aqui um balanço da pesquisa do Estudo feito pelo Ministério Público, e que levou inclusive os promotores a se apropriarem de experiências em outros Estados, experiências com outras empresas distribuidoras e, portanto, isso permite uma visão até mais ampla do que eventual e individualmente nós possamos alcançar aqui.

Em função de todo esse balanço que foi feito, Dr. Hugo, eu vou apresentar aqui três questões. A primeira delas é o seguinte: esse diagnóstico, de alguma forma, transformou-se em denúncia ou algum tipo de provação ao Poder Judiciário até aqui? E se transformou, qual é o estágio atual dessas provocações? Caso não tenha se transformado, o senhor pode comentar a razões pelas quais isso não aconteceu ou a estratégia do Ministério Público ao proteger o direito da sociedade em relação a esse aspecto.

A segunda questão diz respeito a uma denúncia feita ontem pela ABSOLAR. Ao apresentar também aqui as suas críticas, a ABSOLAR nos informava que prazos regulamentados estavam sendo descumpridos por parte da ENEL no que diz respeito às respostas aos consumidores que pretendiam realizar determinados investimentos e que necessitavam da infraestrutura ou de serviços da própria ENEL. A minha pergunta é se esse descumprimento desses prazos, que ao que me parece se referem a Resoluções da ANEEL, se esse descumprimento constituem infrações legais, constituem ilegalidades que possa também ser objetos de demandas judiciais.

A terceira questão, é uma questão que eu acho que eu já estou começando a repetir aqui entre nós. Porque todos aqueles que se debruçam sobre esse impasse, é um impasse, não é um serviço qualquer, é uma imensa infraestrutura que não pode ser trocada de mão sem um custo elevado para a sociedade, nem ser reassumida pelo Estado, nem passado para outra Companhia sem a complexidade de fatores jurídicos, de logística e de gestão, que se não forem muito bem calibradas podem causar prejuízos muitos graves ao povo cearense, - o senhor pode ficar à vontade para responder ou não, porque não cabe ao Ministério Público isso. Mas a partir dessa ampla pesquisa, desse Estudo, o que é que eventualmente o senhor pode entender como alternativa em perspectiva para o Estado do Ceará?

Eu digo isso porque nós vivemos um impasse. A Companhia não parece interessada em dar satisfações que deveria dar, inclusive até em função das obrigações contratuais que assumiu; a Assemblei não trata disso apenas através dessa CPI, já trata há bastante tempo e o diagnóstico é o mesmo, não há retorno; não há respeito por parte da Distribuidora. Vossa senhoria acaba de relatar isso do Ministério Público; esse diagnóstico é comum a outros órgãos de defesa do consumidor. Então nós temos um impasse, cabe ao Estado analisar se há um prazo contratual pra essa Concessão. Há cláusulas inclusive indenizatórias relativas a eventuais investimentos feitos pela Companhia que ainda não tenham sido amortizados. Então é uma série de consequências econômicas, jurídicas para o deslinde desse impasse.

Então se vossa senhoria, ao longo desse tempo, formou algum juízo sore o que poderia ser um caminho para o Estado do Ceará? Porque lamentavelmente, em minha opinião, nós estamos chegando a um estágio em que provocação do Ministério Público não repercute; provocação do Poder Legislativo não repercute; pressões políticas dos órgãos governamentais não repercutem. Daqui a pouco nós vamos ter que comandar, presidente, uma grande mobilização da sociedade cearense, e pode resultar numa grande campanha de comunicação para denúncia pública desse desaforo que está sendo feito com o povo cearense. Será possível que só se a imagem dessa empesa for afetada nesse extremo ela responderá com respeito as suas obrigações contratuais? Será possível que sendo essa empresa ENEL Ceará, que faz parte da ENEL Brasil, que faz parte da América Latina, que faz parte da ENEL SP, será possível que será necessário fazer provocações aos órgãos de controle de mercado de capitais, por exemplo, afetando inevitavelmente a imagem de uma empresa que já prestou serviços muito melhores ao povo cearense, para que ela se mova?! Eu não consigo compreender a estratégia empresarial.

Pode ter certeza, Dr. Hugo, que o que for necessário por parte da Assembleia Legislativa e da contribuição do nosso mandato, para que essas posições sejam explicitadas nós faremos. Porque como vossa senhoria disse mito bem, se trata de um serviço público prestado sob Regime de Concessão e envolve a oferta de um bem essencial à vida, à economia, às atividades da sociedade em todas as suas dimensões.

Então, muito obrigado. Parabéns pela exposição de vossa senhoria.

SR. HUGO VASCONCELOS XEREZ (DECON): Deputado, aos três questionamentos eu tentarei responder todos eles aqui. Com relação ao primeiro, quando foi constituída a comissão de quatro Promotores de Justiça pelo senhor Procurador-Geral de Justiça, nos trabalhamos em duas Frentes, na área do Consumidor, coleando os dados que temos com relação às demandas e reclamações promovidas contra a ENEL ao longo dos últimos anos; e dois outros promotores analisaram o Contrato de Concessão e as questões que envolvem a parte administrativa do serviço que a ENEL produz e dos vínculos jurídicos que a ENEL estabelece com o Estado do Ceará e com a União.

De posso do resultado final desse Relatório, ele foi encaminhado à Assembleia Legislativa, foi encaminhado à ANELL; foi encaminhado ao Congresso Nacional, foi encaminhado ao Ministério Publico Federal; foi encaminhado à ARCE, e ele justificou uma Ação Judicial junto ao Poder Judiciário cearense, tentando o restabelecimento do pagamento de um valor, como eu falei anteriormente, de 45 ou 46 milhões de reais a retornar para o povo cearense.

Em quê pé está esse processo em cada um desses órgãos? Eu peço escusa a vossa excelência, mas eu não vou poder dar essa informação. Mas todos esses órgãos citados por mim anteriormente foram comunicados do Relatório que nós produzimos. E esperamos, ansiosamente, que cada um possa, no âmbito de suas atribuições, exercer o seu papel institucional.

Com relação ao processo que tramita no Poder Judiciário cearense, esse processo vai se submeter, infelizmente, deputado, a essa longa caminhada e jornada que os processos judiciais infelizmente no Brasil precisam percorrer. A ENEL se recusa a pagar o valor; ela diz que o valor é muito grande. Ela não assume que exerça um serviço de má qualidade ou de péssima qualidade.

Esse valor é importante dizer que ele representa 10% do ano em que a ENEL teve o menor lucro nos últimos dez anos no Estado do Ceará. Então nós pegamos o ano em que ela teve o menor lucro, que foi entorno de 460 milhões, e fixamos, sugerimos o pagamento de 10% desse valor, que é quase irrisório. A ENEL, ao final desse ano, vai apresentar lucros e distribuição de dividendos que são exorbitantes. Mas ainda assim esse valor ela se recusa a pagar; disputa judicialmente com o Ministério Público o valor desse pagamento; e o procedimento de ofício que fizemos também no âmbito do DECON e que imputamos multa, a ENEL também se recusa a pagar.

Eu até brinquei com eles que isso era troco para eles, e que sinalizava pelos menos algo no sentido de *eu vou mudar, eu quero gora fechar essa página e quero olhar para frente*, mas isso a ENEL também se recusa.

A segunda pergunta de vossa excelência foi com relação ao descumprimento de prazos. A Resolução número eu acho que é mil, eu não sou mito bom de número, mil, da ANEEL, fala com detalhes, Deputado Guilherme. O Código de Defesa do Consumidor é como a Constituição, é uma carta de princípios e de valores que sinalizam os direitos que nós temos. Mas muitas vezes para saber de fato qual o direito, em qual área e, sobretudo nessas áreas reguadas por Agências Reguladoras, nós precisamos ver a resolução de cada agência dessas. E a Resolução 1000, (mil) como o Deputado Bruno me ajudou agora, ela relata uma série de prazos que a ENEL precisa cumprir para todos os pedidos que estão feitos. Então, por exemplo, se vossa excelência pediu uma religação na casa de alguém, a ENEL tem um prazo para religar. A ENEL cumpre esse prazo? Não. Ela não cumpre. Se vossa excelência quer instalar uma base ou uma nova filial da empresa de vossa excelência em um local e precisa do apoio da ENEL para que a energia chegue até lá, ela tem um prazo para cumprir isso? A Resolução diz que sim. Ela cumpre? Não. E em todos esses casos são passíveis de aplicação de sanções e de multas por parte do órgão de Defesa do Consumidor e também pelo Poder Judiciário.

O que nós fazemos aqui, aproveito esse espaço, é exortar a todo aquele empresário, a todo aquele cidadão que tiver um prazo descumprido pela ENEL que denuncie, que venha ao PROCON Assembleia, que vá ao DECON, que vá ao PROCON Fortaleza ou PROCON do seu município e reclame, que postule a sua insatisfação para que nós possamos agir. Esses prazos estão todos fixados na Resolução 1000, e a ENEL invariavelmente descumpre todos eles. Eu mesmo fui vítima disso já, eu. A ENEL equivocadamente cortou a energia da minha casa, numa casa que eu tenho aqui no interior, numa cidade litorânea, e eu tive que pagar a religação e ela não cumpriu o prazo em que deveria reinstalar. Isso acontece, deputado, incessantemente, em todas as casas e municípios, unidades consumidoras do Estado do Ceará. Infelizmente é a realidade que nós vivenciamos.

Com relação à última, eu acho que vossa excelência foi extremamente feliz em dizer que de fato nós estamos diante de um dilema, o quê fazer nessa situação? Não sou eu a pessoa que dará essa resposta. Eu não tenho essa presunção, e seria muito audacioso da minha parte achar que eu tenho a resposta para isso. Mas eu acho que analisando o que nós analisamos e olhando para frente, deputado, eu acho que nos resta é olhar os erros que cometemos no Contrato de Concessão que foi celebrado com a ENEL primeiramente, e quando da renovação que vai haver agora nós não repeti-los. Nós sermos mais contundentes nas obrigações que a ENEL precisa cumprir, a ENEL ou qualquer outra empresa, e nós sermos mais rigorosos e presentes ao longo de todo tempo de Concessão que a empresa terá para cumprir as suas obrigações.

O que nós vemos, e isso eu estou olhando para mim mesmo também, nós, enquanto autoridades públicas no Estado do Ceará e deixamos que a questão chegasse a um nível que hoje é insustentável. E a ENEL já está aqui há muito tempo. Como eu falei, em 2010 ela não tinha os índices tão catastróficos que tem hoje, e ela foi piorando gradativamente, ao longo do tempo,e nós, infelizmente, nos mantivemos inertes.

A sugestão, e apenas é uma sugestão, é uma ideia,de que no próximo Contrato nós sejamos mais diligentes, nós estejamos mais presentes, e que nós também colhamos experiências de outros Estados da Federação onde o serviço não é realizado de forma tão deficitária como é aqui. Pois existem sim Estados em que existe carência, existem erros, existem melhorias a serem implementadas, mas o estado de coisas não é tão lamurioso, é tão triste e estarrecedor como aqui no Estado do Ceará.

Enfim, como eu disse, eu não tenho a presunção de ter a resposta. Mas isso é algo que eu acho que nós devemos ter como norte. A renovação do Contrato está em vias de acontecer nos próximos anos, e esta Casa, o Estado cearense, por intermédio de todos os seus órgãos, possam ser mais rigorosos

e diligentes na fixação das condições do próximo Contrato que será celebrado. Enfim, eram essas as minhas repostas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT):Só um minuto, eu abro no final para você fazer essa pergunta, porque agora nós estamos no meio das perguntas dos deputados. Eu peço só que a gente não faça intervenções sem autorização da presidência dessa reunião.

Dr. Hugo Xerez, eu gostaria primeiro de passar a palavra para o meu colega Deputado Bruno Pedrosa, e justificar algumas ausências de deputados que me pediram: Deputado Guilherme Landim, que é o relator desta Comissão Parlamentar de Inquérito, ele teve que viajar com uma comitiva de deputados para uma questão partidária e não pôde estar presente, e pede desculpa, bem como outros membros do mesmo Partido PDT nesta Casa, justificaram.

Eu tenho aqui três perguntas do Relator Deputado Guilherme Landim, e após a fala do Deputado Bruno eu gostaria de fazê-las. Duas, eu percebo que até na sua própria explicação o senhor já falou sobre elas. Mas, mesmo tornando repetitivas, eu gostaria de fazê-las, em respeito ao meu colega Deputado Guilherme Landim, que é relator desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Passo a palavra ao Deputado Bruno Pedrosa.

SR. DEPUTADO BRUNO PEDROSA (PDT): Deputado Fernando, parece que você está lendo a minha mente, rapaz, você está se antecipando aqui, eu ia justamente também falar da ausência do Deputado Guilherme, meu líder aqui na Assembleia, o Líder do PDT, me pediu para justificar a ausência dele como relator dessa Comissão. Então, a gente está aqui dando voz também ao Deputado Guilherme Landim. E vossa excelência se antecipou com as perguntas dele para o nosso convidado.

Dr. Hugo, eu só tenho uma pergunta que o Deputado Guilherme conseguiu sintetizar tudo muito bem em relação às aplicações das multas, qual é o procedimento, qual é o processo após a aplicação das multas e o não pagamento, a inscrição na Dívida Ativa, após isso, se tem algum mecanismo de cobrança? Se tem algum caminho? Qual é? Eu entendo que essa Inscrição na Dívida Ativa não passa por judicialização, então, a partir desse momento se tem algum mecanismo dessa cobrança? Porque de fato a sanção aplicada e executada é o que vai doer para eles. E quando a gente cumprisse... A ARCE fez... E também perguntar:Esses 14 milhões, durante esse ano, é isso, o valor de 14 milhões, ou seja, somados deu mais do que os últimos dez anos. E a ARCE aplicou uma multa de quase 50 milhões de reais. E houve uma pequena reforma lá na ANEEL, um desconto de 20%, algo assim, e de fato foi pago, pois o Presidente Hélio Winston nos relatou aqui de quase 40 milhões. Eram essas duas perguntas.

SR. HUGO VASCONCELOS XEREZ (DECON): Com relação às multas, deputado, é bom até contextualizarmos um pouco para aqueles que estão nos escutando. A multa não é realizada ou imposta com a simples reclamação do consumidor. Como eu falei anteriormente, a empresa tem três oportunidades para resolver o problema. Não resolvendo o problema o DECON aplica uma multa.

Queria aproveitar o ensejo para inclusive celebrar aqui uma iniciativa da Assembleia Legislativa, que partiu do Ministério Público, tendo ciência da dificuldade que a economia cearense e brasileira enfrenta, e essas multas causam sim problemas às empresas, e não é objetivo do órgão de Defesa do Consumidor dificultar a atividade empresarial ou torná-la impossível de cumpri-la, e nós no próprio DECON encaminhamos ao Procurador-Geral e ele encaminhou a essa Assembleia uma proposta de concessão de desconto de 30% a empresa que pagar voluntariamente a multa. Porque nós reconhecemos que a multa, deputado, é uma frustração para o consumidor.

Se vossa excelência chegar lá com o seu problema, eu chamo a ENEL uma vez, chamo a ENEL duas vezes, chamo a ENEL três vezes e ela não resolve o problema. Eu aplico a multa, e a ENEL não paga, e vossa excelência continua com o problema para ser resolvido. Apesar de todo esse itinerário que nós fazemos e de notificarmos à ENEL para pagar com desconto, ela não paga, ela não paga. Quando ela não paga, nós encaminhamos para a PGE que inclui o débito em Dívida Ativa. E a Procuradoria Geral do Estado, depois de feito a exclusão, faz a execução desse valor.

E nós até, nós que eu digo é o Estado do Ceará, recebe esse valor há muito tempo, há muito tempo de passagem, quando depois de passar por processo que às vezes precisa ser judicial, a ENEL vem, a ENEL ou qualquer outra empresa, faz o pagamento. Esse dinheiro, é bom que se diga, é o dinheiro que custeia serviços para o Estado do Ceará.

Atualmente do Governo do Estado tem três projetos que estão sendo custeados com o dinheiro arrecada pelo DECON: o restauro do Museu Ceará; a compra de kits sanitários e um projeto pra órfãos, pai e mãe, da Covid aqui no Estado. Esse dinheiro está sendo custeado com valores arrecadados pelo DECON.

Eu disse já aos representantes da ENEL: *As multas da ANEEL, que são em valores bem maiores vocês pagam, e as nossas do Estado do Ceará vocês fazem graça, e são até menores, vocês fazem graça e não cumprem.* Eu disse isso, literalmente, pra eles. E vieram com uma historia que *é difícil pagar uma multa, precisa de toda uma burocracia;*quando nós sabemos que não é verdade isso. Basta uma decisão política da empresa em cumprir com os valores.

Então essas multas se acumulam, e a empresa, no caso, a ENEL, mantém-se recalcitrante no cumprimento delas, apesar de todas as tentativas que fazemos para que ela venha a pagar. Eu espero ter respondido a pergunta de vossa excelência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Dr. Hugo, eu estava vendo aqui sobre as multas. Na verdade, ela só paga multa da Agência Nacional. Ela pagou essa ARCE porque foi uma multa de quase 60 milhões de reais e ela reduziu para 30, foi metade, Deputado Bruno, e ela pagou depois de ser orientada pela Agência Nacional, pela ANEEL.

Disto isto, para você ter ideia, ontem, na publicidade que fizeram que já tinham investido cinco bilhões de reais. A matéria só investiu cinco bilhões de reais, enão especificam em quê. Por isso que nós estamos através de requerimento solicitando.

E no Plano de Expansão que eles estão querendo apresentar a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, que de 2023 a 2027 eles iriam investir 6,2 bilhões de reais. Também sem nenhuma explicação aonde seria; se seria em Fortaleza, no interior, enfim, não tem nenhuma explicação, só um número. E lá está dizendo bem claro no Plano de Expansão que *ele segue orientações da ANEEL soba Resolução Normativa de nº 956, de 7/12/2021*. Ou seja, ou é jogando a culpa de erros da ENEL na ANEL ou é combinado com a própria ANEL: *Olha, eu só vou seguir o que vocês disserem porque vocês estão me ajudando*. *Eu só vou pagar a multa de vocês porque vocês*... O órgão ANEEL é o único que pode punir, pode dizer à ENEL: *Basta! Nós não aceitamos mais que vocês façam isso aí com a população do Estado do Ceará.*

Eu tenho dito aqui, para quem está nos assistindo, o Governo do Estado do Ceará não tem autonomia alguma sobre esse Contrato. A Assembleia Legislativa não em autonomia alguma sobre esse Contrato. O Poder Judiciário do Estado do Ceará não tem autonomia alguma, a não ser a de punir, seguir um processo todo para lá na frente com a determinação judicial ser punida. O Ministério Público investiga, pede ação, faz um processo acontecer para chegar até à justiça. Só quem tem hoje autonomia e quem pode punir a ENEL, ou seja, trocando em outras palavras mais simples, só quem a ENEL teme é a ANEEL. É a única que ela paga multa, é a única que ela respeita, é a única que ela segue a orientação. Ou seja, ela não respeita o povo cearense, ela não respeita o Ministério Público, ela não respeita o Tribunal de Justiça, ela não respeita a Assembleia Legislativa, ela não respeita o Governo do Estado do Ceará, que é um erro grosseiro.

O senhor tem toda razão. Nós erramos no Contrato de Concessão lá de 1998. e nós não podemos errar agora na renovação desse Contrato que está se aproximando aí, em 2028. Em 2026 já começa toda tratativa para renovação desse Contrato.

Dito isto, nós temos outra reunião marcada com a ANEEL para o dia 7 de novembro,e já vamos levar todo informativo coletado nessas oitivas. Sempre dentro daquele objetivo de melhorar o serviço no Estado do Ceará. Mesmo antes de terminar o trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito e termos o Relatório final nós iremos lá solicitar deles que venham aqui no Estado do Ceará e peçam à ENEL que mude. Se eles apresentaram um Plano de Expansão de 2023 para 2027, eles se contradizem em todo momento. Eles estão dizendo pelo Plano de Expansão que querem ficar no Estado do Ceará, que é viável, que é rentável ficar o Estado do Ceará, mas eles não melhoram para isso.

Eu tenho dito aqui, Dr. Hugo Xerez, que quem vai jugar a ENEL para ela ficar ou não no estado do Ceará não é a Assembleia, não é o Ministério Público, não é o Governo do Estado do Ceará, quem vai julgar é o povo. Quem vai jugar é a população que é quem está sofrendo lá na ponta, que é quem está todo santo dia tentando melhoria seja lá no seu distrito, seja no seu sítio, seja no seu bairro, seja no seu município, seja na capital, seja em qualquer lugar do Estado do Ceará, quem vai julgar é a população.

Mas Dr. Hugo, eu gostaria de fazer as perguntas do Deputado Guilherme Landim, relator dessa Comissão, e uma, eu até entendo que o senhor já tenha falado sobre isso, no que se refere ao Processo de Mediação: ENEL versus consumidor. Tem-se observado alguma melhoria por parte da ENEL? Que quer dizer que a mediação tem ajudado, eles têm cumprido o que é tratado na mediação?

SR. HUGO VASCONCELOS XEREZ (DECON):Nós temos lá, como eu falei anteriormente, deputado, três momentos em que nós escutamos a ENEL, seja pela linha direta, que é a funcionaria que lá está; seja por intermédio da carta que nos encaminhamos pra ENEL; seja por intermédio da Audiência de Conciliação.

Em boa verdade, a ENEL apresenta um índice de resolutividade que é razoável e respeitável. Só que essa não é a grande questão. Eu já expliquei isso para a presidente: *Presidente, eu não quero que as pessoas cheguem aqui e tenha 100% de resolutividade, porque eu sei que existe um número imenso de pessoas que não chegam até aqui, e eu sei também que esse problema vai se repetir inúmeras outras vezes*. Esse é um dado pequeno, é quase irrelevante. Não adianta eu criar um problema com o meu vizinho e todo dia eu ir numa Audiência de Conciliação e dizer: *O problema está resolvido;*mas no dia seguinte eu crio o problema novamente. No outro mês, eu crio o problema novamente.

O que falta à ENEL, muito mais do que resolutividade nessas audiências, que eu reconheço é um número razoável, é que esses números não se repitam mais; que o consumidor não deixe de receber futura duplicada; que o consumidor não deixe de ser apenado por um corte abusivo; que o consumidor não seja apenado com o consumo duplicado. Porque, infelizmente, a realidade que nós temos, deputado, é do consumidor que recebe a conta que era para ser de cem reais, e chega equivocadamente em 130 reais, ele vai e paga aquela conta, porque ele sabe das dificuldades que é de ir até um órgão de Defesa do Consumidor, de ir até à Ouvidoria, de ligar e ficar esperando horas e horas o atendente ter a boa vontade de resolver o seu problema.

Então se o Índice de Resolutividade é bom, e eu reconheço isso em nome da verdade, eu não queria que nós tivéssemos essa quantidade de demandas que chega ao órgão. Esse é o grande problema da questão que nós temos em relação à ENEL.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Muito obrigado, Dr. Hugo. A próxima pergunta: Analisando o panorama dos últimos 12 meses, é possível afirmar que a ENEL tem melhorado sua atuação junto ao DECON, na tentativa de melhorar, de solucionar os problemas, ou se verifica mais uma tentativa de postergar a solução das demandas levadas ao DECON?

SR. HUGO VASCONCELOS XEREZ (DECON): Eu vou responder, rapidamente, com três letras, deputado. Mas, antes, eu queria dizer que a despeito da boa vontade dos colaboradores e das pessoas com quem eu tenho contato da ENEL, a reposta é: Não. Passados os 12 meses, os mesmos problemas se repetem, os mesmos problemas se perpetuam, e eu não vejo, repito, a despeito do bom trato que eu tenho com as pessoas da ENEL com quem eu lido, com quem eu converso, eu não vejo melhoras no serviço que ENEL presta no Estado do Ceará. Os índices de 2023 que nós presentaremos em março de 2024 explicitarão que 2023 sãopiores do que 2022.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Dr. Hugo, eu acho que essa resposta do senhor, agradecendo, e responde a terceira pergunta feita pelo colega Deputado Guilherme Landim, a quem eu vou repassar as respostas, evidentemente.

Eu tinha também feito alguns questionamentos, são cinco perguntas, mas das quais o senhor já respondeu na sua apresentação, dos questionamentos feitos pelo colega Deputado Guilherme Sampaio. Aqui eu quero registrar que ele tem dado uma contribuição gigante aqui a essa Comissão Parlamentar de Inquérito, assim como o Deputado Bruno Pedrosa.

Uma delas eu vou fazer, porque eu gostaria de ouvir, já foi questionado em várias reuniões das nossas audiências aqui. Nas audiências designadas pelo DECON, o senhor saberia dizer se os prepostos

da ENEL são efetivamente servidores da ENEL ou são apenas advogados ou preposto contratados pelo escritório de advocacia para representar a ENEL? Por quê? Porque nós recebemos aqui do Sindeletro denúncia de que quando o consumidor vai fazer alguma reclamação à ENEL, e precisa dialogar para que essa reclamação chegue aonde deve chegar, para solucionar ou não o problema, quem vai dialogar e participar não é mais um servidor e sim um advogado, que vai com a sua elegância, mas muitas vezes com um paletó e uma gravata, e coloca certo medo no consumidor, inclusive de ele poder ali fazer a sua denúncia, fazer a sua queixa. Foram denúncias que nós recebemos do Sindeletro, por isso a minha pergunta.

SR. HUGO VASCONCELOS XEREZ (DECON):A realidade é exatamente essa, deputado.E para ser muito sincero, quando a gente se intromete ou se desafia a estudar o Direito do Consumidor a gente vê que ele é um mundo, porque nós temos que lidar com supermercado, escolas, hospitais, energia elétrica, água, comércio eletrônico, telecomunicações, enfim. E é natural que um advogado que não seja especialista nessa área não conheça a legislação que regulamenta o serviço de energia elétrica no país. O que é que eu quero dizer com isso? São advogados, não são funcionários da ENEL, e muitas vezes eles não...com todo respeito,eu não estou falando da classe dos advogados, mas muitas vezes os advogados não sabem o objeto da audiência. Não temo como conciliar, como resolver porque desconhecem o assunto. Se eu chegar para um advogado, eu sou Promotor de Justiça há mais de 20 anos, eu não sabia o que era TOE. Se eu chegar para um advogado e disser: *Você sabe o que é um TOE?* Ele não sabe o que é um TOE. E muitas vezes eles chegam numa audiência pra discutir uma demanda sobre TOE - Termo de Ocorrência que diz respeito funcionamento da energia elétrica. Então são advogados sim, e em algumas oportunidades eles sequer tem conhecimento do objeto da audiência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Dr. Hugo, muito obrigado pela resposta. E aí é uma fala minha agora, nesse sentido. Eu anotei algumas palavras que considero chave na sua apresentação, uma delas é a sensibilidade. Se quem estiver lá não for um servidor da empresa, que conheça a fundo os problemas; que saiba o que a população, o consumidor lá na ponta tem sofrido aquela falta de manutenção da extensão de rede, ou do corte indevido ou de conta duplicada, somente o advogado que está ali legitimamente, mas que ele não está de fato conhecedor da causa, ele não vai ter a sensibilidade ao menos de negociar com o consumidor que está ali na tentativa de solucionar o problem.

Ou seja, eu repito o que venho dizendo aqui talvez agora com outras palavras, e aí nada contra ninguém que trabalhe na ENEL aqui no Estado do Ceará. Eu tenho dito isso reiteradavezes, talvez não tenham autonomia para solucionar, e talvez tenham até medo de fala sobre, de discutir, de debater ou de

colocar suas ideias, como medo até de represálias ou de ser demitido. E aí é uma suposição minha. Mas eu percebo claramente que a empresa ENEL, nessa nossa geração em que eu posso dialogar mais, observar, estudar, conhecer a causa do povo, e a pior empresa que já passou pelo Estado do Ceará na questão do desrespeito à população é a empresa ENEL. Aí é uma fala minha, de uma avaliação minha, e talvez, se eu me aprofundar, eu posso até vir aqui e reconhecer que não tem problema algum, e que eu estou errado. Mas até aqui, onde eu já olhei, observei, estudei, ouvi, discuti, é a pior empresa que já passou pelo Estado do Ceará, e ela tem como ser a melhor. Ela já foi considerada, a ENEL Ceará já foi considerada a melhor do país, já foi considerada. Mas ela vem aí agora reiteradas vezes sendo considerada a pior, no momento em que ela praticamente duplica o seu lucro aqui no Estado do Ceará é considerada a pior empresa. O que não justifica um ganho elevado de recurso, de dinheiro, em lucro, e ela não está, pelo menos, entre as quatro melhores do país, nesse momento. Na verdade ela está no ranque de pior, uma das piores. Ela está em 4º da pior do país, ela está em 1º do Nordeste, ou seja, ela está entre as quatro piores do país, a ENEL do Estado do Ceará.

E lá em São Paulo agora a gente se depara com a abertura de uma CPI, o que demonstra que em São Paulo um estado rico, que talvez seja onde ela tenha mais lucro, também abriu uma CPI para apurar e investigar os desmandos, a falta de serviço, enfim, da ENEL lá no Estado de São Paulo.

Deputado Guilherme Sampaio, eu pergunto se você deseja fazer alguma observação, Deputado Bruno Pedrosa? Se não eu vou passar para o Dr. Hugo Xerez para fazer suas considerações finais, para que a gente possa caminhar para o final da nossa reunião, já agradecendo muito a sua presença, para além da sua presença, a firmeza, a sinceridade com que coloca todos os dados. E veio aqui, hoje, gentilmente, a essa CPI apresentar não aos deputados que estão aqui, mas apresentar à população do Estado do Ceará o trabalho do DECON e aquilo que o DECON tem apurado, e tem enxergado de problemas que a ENEL tem, digamos assim, eu só sei usar essa palavra: desrespeitado o povo do Estado do Ceará.

Eu estou querendo subir à Tribuna dessa Casa para dizer: *Tudo o que eu falei, a ENEL hoje pediu desculpas e vai mudar a partir de amanhã,*é o meu desejo. Eu desejo não é que a ENEL saia ou que entre outra empresa. O meu desejo é que a população tenha uma satisfação, pelo menos melhor, do que tem tido até hoje, e que eu possa andar no interior do Estado do Ceará como o senhor Dr. Hugo Xerez, como os meus colegas deputados, e ouvir da população: *Melhorou. Eu passei três anos esperando a energia aqui em casa, vendo o meu vizinho com energia, angustiado, achando que nunca ia ter. E agora está chegando energia aqui em casa, e eu vou melhorar a qualidade de vida da minha*

família. São três serviços essenciais que eu considero hoje, e dois deles a ENEL tem atuação direta: energia elétrica e internet. Nós temos três serviços essenciais: água, energia elétrica e internet. A internet se transformou em um serviço essencial em nossas vidas, e dois deles passam diretamente pela ENEL. E se nós não tivemos um compromisso maior dessa empresa, dessa concessionária, o Estado do Ceará não avança não só em satisfação pessoal, mas também na satisfação coletiva, da geração de emprego, renda e economia do nosso Estado do Ceará.

Passo a palavra ao senhor Dr. Hugo Xerez.

SR. HUGO VASCONCELOS XEREZ (DECON): Sobre internet, é bom registrar a cruzada que os pequenos provedores, as pequenas empresas tiveram que enfrentar por conta do aumento que a ENEL queria impor a eles, impossibilitando inclusive a atividade econômica no Estado do Ceará, um aumento abusivo que, felizmente, parece ter sido resolvido em bom termo.

Eu saio daqui,Deputado Fernando Santana, Deputado Bruno Pedrosa, Deputado Guilherme Sampaio e aqueles e aquelas deputadas que nos acompanham, e todos aqui presentes, e quem nos acompanha na TV Assembleia, na Rádio Assembleia, com a esperança renovada. Eu tenho fé no ser humano e tenho fé que nós possamos resolver os nossos problemas.

O que vossa excelência acabou de dizer eu disse para representantes, para a presidente da ENEL acho que na semana passada, que nós podemos tomar o que aconteceu como lição, virar a página do que aconteceu e começarmos uma nova história. Eu estou à espera que a ENEL me procure no DECON, que procure essa Assembleia Legislativa e de fato isso; que nós possamos resolver os nossos problemas numa mesa dialógica e dialética, expondo as situações e possamos construir um futuro melhor não só pra mim, não só para vossas excelências, mas, sobretudo, para o cidadão cearense tão carente, tão necessitado de um serviço público essencial como é a energia elétrica.

Então é com a esperança renovada, com a esperança de que nós tenhamos outro encontro, eu me coloco à disposição de vossas excelências para vir a esta Casa todas as vezes que for convidado, e saio daqui hoje, e espero, sinceramente, que nós possamos... E vossa excelência foi muito feliz em dizer que nos temos certas limitações de atuação e de execução daquilo que desejamos, por ser um serviço público de energia elétrica, um serviço federal. Mas saio com a esperança, com a fé de que possamos de alguma forma sensibilizar as pessoas, os cearenses que estão à frente da ENEL, as pessoas que presidem, que dirigem essa empresa hoje, para sentar num mesa conosco revermos o que precisa ser revisto e pavimentarmos um caminho, um futuro melhor não pra mim, não para vossas excelências, mas para o povo cearense.

Eu agradeço muito o convite. É um momento de muita satisfação para mim enquanto Promotor de Justiça, enquanto cidadão estar aqui na data de hoje. E espero ansiosamente poder retornar outras vezes. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO HUGO (PT):Nós é que agradecemos.

Eu queria deixar um convite aqui, de público, ao senhor, e a data nós vamos marcar combinado com quem possa participar, para que na oitiva que a ENEL seja convocada, o senhor esteja presente para assistir. Vamos convidar os demais que participaram aqui, os órgãos, para que a gente possa ter a presença de todos na oitiva da ENEL, para ouvirmos as explicações, fazermos as perguntas aqui dos parlamentares, mas com a presença de todos aqui. Nós estamos nos aproximando desse ato de termos a oitiva com a ENEL, porque eu não acredito que seja só uma, seja para lá de duas, porque têm muitos questionamentos, muito a discutir, muito a ser debatido e muito a ouvir de explicações. E gostaria já de deixar de público aqui o convite. Evidentemente que a data nós vamos combina com as agendas de todos, para que a gente tenha participação maciça de todos aqui na oitiva da ENEL, buscando aqui essa...

Depois disso tudo, ao final dessa CPI, a entrega desse Relatório, que a ENEL possa rever a forma com a qual tem tratado o povo do Estado do Ceará, e tem dado a ela lucro, está aídemonstrado em números aumentos, assim, absurdos de lucros aqui no Estado do Ceará. Se ela tivesse tendo prejuízo nós não estaríamos nem aqui fazendo essa discussão e fazendo esses questionamentos.

Então Dr. Hugo Xerez, muito obrigado. E a todas e todos que nos acompanharam,Deputado Bruno Pedrosa e Deputado Guilherme Sampaio, deputados pela plataforma virtual, muito obrigado. Declaro encerrada a presente reunião. Muito obrigado.

.

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA ENEL DISTRIBUIÇÃO CEARÁ, REALIZADA NO SALÃO NOBRE DA PRESIDÊNCIA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, EM 13 DE DEZEMBRO DE 2023.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Senhoras e senhores, nosso boa tarde a todas e a todos os presentes nesta tarde.

Vamos dar início a nossa reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga a empresa ENEL aqui, no Estado do Ceará.

Eu gostaria de saudar os deputados presentes: Deputada Lia Gomes; colega Deputado Guilherme Landim, relator desta Comissão Parlamentar de Inquérito; colega Deputado Bruno Pedrosa; outros deputados estão chegando, mas nós já temos quórum para dar início a nossa reunião.

Nós temos em pauta: Leitura, discussão e votação da Ata da reunião anterior; ela já é do conhecimento de todos pelo grupo de WhatsApp e pelos e-mails, então, eu considero a Ata como lida. Pergunto se alguém deseja discutir a Ata? Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão, em votação. As senhoras deputadas, os senhores deputados que aprovam a Ata permaneçam como se encontra. Aprovada.

Expediente: Nada consta.

Ordem do Dia: Oitiva com o senhor Adão Linhares Muniz, Secretário-Executivo de Energia e Telecomunicações do Governo do Estado do Ceará, conforme Requerimento de nº 63/2023, de autoria Deputado Fernando de Santana, aprovado por unanimidade pelas deputadas e deputados membros da Comissão Parlamentar do Inquérito, na reunião interna ocorrida no dia 5/12/2013.

Então, eu gostaria já de convidar o senhor Adão Linhares para compor a Mesa conosco. Pediria que a nossa Assessoria, Manoel, por gentileza, trazer a plaquinha do seu Adão, que ele possa também sentar próximo dos deputados; desejando a ele as boas-vindas, agradecendo a disponibilidade.

Houve um convite e convocação, e ele se dispôs a vir participar dessa Oitiva, vamos já dar início. Eu já quero aqui, mais uma vez, desejar as boas-vindas, senhor Adão, agradecer a disponibilidade para debatermos e discutirmos um assunto que diz respeito a toda a população do Estado do Ceará.

Saudar a todos os presentes aqui; o representante da ENEL que sempre está presente nas reuniões, ele não é muito de falar, é caladinho, fica ali só ouvindo, colhendo as informações, mas é sempre bem-vindo aqui. Como é o seu nome? Carlos Gomes? Até nos encontramos lá em São Paulo, e até perguntei, Deputado Guilherme Landin, se ele estava me seguindo lá em São Paulo, e ele disse que *não, jamais*; era só a participação dele lá como também ouvinte para colher as reuniões e saber o que está acontecendo. Carlos Gomes, seja muito bem-vindo aqui, na pessoa do CPF, do CNPJ nem tão bem-vindo assim, infelizmente.

Eu já começa dizendo que nem a ENEL nem a ANEEL possuem nesta Comissão Parlamentar de Inquérito e nesta Casa credibilidade alguma para se comprometer de mais nada. Nós estivemos na Agência Nacional, uma Comissão de deputados e deputadas, a Deputada Lia Gomes estava presente, o Deputado Guilherme Landim; o Deputado Bruno Pedrosa, eu não sei se estava naquela reunião da Agência Nacional em Brasília. Não, né? Guilherme Sampaio estava presente. E lá nós levamos um razoado do que já tem dado o trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito, muito embora a gente já tenha um Relatório da Comissão que foi constituída para estudar o Contrato de Concessão com a ENEL; o Deputado Guilherme Landim era o relator dessa Comissão também. E lá nós já tínhamos entregado à Agência Nacional algumas solicitações, e demoraram meses para dar resposta, e nessa reunião agora, mais recente, já com a Comissão Parlamentar de Inquérito constituída, o senhor Diretor-Presidente Sandoval nos recebeu e se prontificou que, em quinze dias, nos daria uma posição de como a ENEL ia, daqui pra frente, melhorar, ia piorar ou ia mudar ou ia se mudar do Estado do Ceará. Já passaram mais de um mês, nem uma comunicação do senhor Sandoval, Diretor-Presidente da ANEEL, a essa Comissão Parlamentar de Inquérito recebeu.

Aí é uma fala minha, eu quero deixar claro, para que eu não coloque outros deputados em situação difícil, se não for também à fala deles, o que me consta mesmo e eu venho falando que acho, que parece, que interpreto, eu começo a ter a certeza de que a ANEEL é um puxadinho para defender a ENEL mesmo, e aí está mais que confirmado com essa falta de atenção com estes parlamentares, muito embora eu disse isso lá ao senhor Diretor - Presidente Sandoval,- e eu quero que conste aqui nos nossos Anais, - e ele disse que *não que tinha toda atenção com os parlamentares*, *respeito para com os parlamentares.* Mas, ou ele se esqueceu de cumprir o prazo dos quinze dias que ele nos pediu ou ele não tem mesmo é respeito com os parlamentares e com a população do Estado do Ceará.

Mas esse assunto nós vamos levar lá a Brasília nos próximos dias. Pedir também aos nossos deputados federais e aos nossos senadores aqui: Senador Cid e Senadora Augusta, que possam também levar essa voz nossa lá. Agora sim nós temos como levar a nossa voz para o Congresso

Nacional, diante da falta de respeito da Agência Nacional com essa Comissão Parlamentar de Inquérito, que é a mesma falta de respeito que a ENEL tem para conosco aqui no Estado do Ceará.

Mas eu passo aqui a palavra, antes de iniciar a Oitiva, aos deputados que compõem essa Comissão Parlamentar de Inquérito. Deputada Lia, Deputado Guilherme, Deputado Bruno, podemos iniciar? Então vamos iniciar agora a nossa Oitiva com o senhor Adão Linhares, mais uma vez desejando boas-vindas.

Eu pergunto ao seu Adão Linhares se ele quer primeiro fazer uma fala de abertura, de alguma explicação, de alguma demonstração para depois a gente poder fazer os questionamentos. Pode ser? Então passa a palavra ao senhor Adão Linhares.

SR. ADÃO LINHARES MUNIZ (Secretário Executivo de Energia e Telecomunicações do Governo do Estado do Ceará): Boa tarde a todos. Boa tarde, Deputado Fernando. Quero cumprimentar os deputados e a iniciativa da CPI, da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Quero dizer que tem completo sentido uma avaliação dos serviços de distribuição, dos serviços de Prestação de Serviços Públicos concedidos à ENEL, concessão federal.

Quero me apresentar, quer dizer, a gente estar sendo, naturalmente, acompanhado, e quero me apresentar. Eu sou Engenheiro Mecânico, sou do Ceará, sou de Santa Quitéria; trabalhei e trabalho ainda no Setor de Energia Elétrica desde que me formei como Engenheiro Mecânico, inicialmente na Nuclebrás Engenharia, na área nuclear; depois, quando voltei ao Estado do Ceará, no Governo do Estado, desde, digamos assim, do ano seguinte, praticamente, da saída do Estado do Ceará como acionista da Coelce, que foi o processo de venda das ações em 1997/98, eu cheguei aqui exatamente em 98, quando a Coelce havia sido recém-privatizada, vendidas as ações para o Grupo Gestor que recebeu o Contrato de Concessão por trinta anos que se encerra em 2028.

Acompanhei todo esse serviço, quer dizer, tenho um farto conhecimento da aproximação da relação entre o Governo do Estado, entre o Estado como Estado e não só como governo porque eu passei por período desde essa época até hoje, até o período atual; acompanhei as várias mudanças de acionistas; primeiro,do Chile; depois,da Espanha; agora, mais recentemente, da Itália.

A nossa função como Secretaria de Infraestrutura, da qual eu faço parte como Secretário-Executivo de Energia e Telecomunicações, embora a Concessão seja federal, constitucionalmente, ou seja, a Constituição determina que o serviço de energia é uma atribuição federal, da União, o Estado do Ceará teve uma iniciativa de criar uma Secretaria, atualmente é uma Secretaria, mas, no início era uma Diretoria, uma Coordenadoria, e agora é uma Secretaria, dando responsabilidade de

acompanhamento, monitoramento, criação e definição de políticas públicas de infraestrutura e inclusive de energia.

Então, eu me sinto tranquilo, ou seja, quero dizer que é o meu dever, é minha atribuição e minha função fazer esse trabalho. Então, eu estou bem; tenho conhecimento, acredito que posso atender perfeitamente a tudo que a CPI, tudo que os deputados, na função de deputados, que também são monitoradores dos serviços que são prestados pelo Estado através de Concessão, e buscarmos aí um entendimento onde a gente pode tentar consertar esse Modelo de Concessão.

Também, é muito importante dizer que nesse período de participação no Governo do Estado eu fui indicado, através do Fórum dos Secretários dos Estados do Brasil e Distrito Federal, como representante no Conselho Nacional de Política Energética o CNPE. O Conselho Nacional de Política Energética é o órgão máximo federal que determina as políticas públicas de energia no âmbito Brasil. Então eu participei como membro durante o período de 2019, 2020, 2021, 2022 como membro do Conselho Nacional de Política Energética do Governo Federal. E acompanho também, naturalmente, por esse Conselho e pelo Fórum Nacional de Secretário de Estado, o serviço de distribuição dos outros Estados. Ou seja, a gente tem o conhecimento do quê acontece também nos demais Estados do Brasil. Comparativamente a gente tem condições de fazer algum discernimento de níveis de serviço entre as demais Distribuidoras do Brasil.

Nós estamos agora nos aproximando dos primeiros finais de Contratos. O primeiro Contrato de Concessão foi a Distribuidora de Espírito Santo, depois Rio de Janeiro; acho que tem uma em Bahia, e nós somos o quarto, em 2028; tem 2026, 2027, 2028. Então nós estamos chegando ao primeiro ciclo de mudança de Concessão de Serviços Públicos de Distribuição no Brasil.

Então, a primeira Concessionária que vai ser substituída ou renovada será a EDP, no Espírito Santo, e nós estamos no quarto, em 2028. Então como base e cenário de fundo para a gente detalhar e colocar à disposição o que a gente pode contribuir com a CPI. Obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Nós é que agradecemos. Deputado Guilherme está inscrito; Deputada Lia, Deputado Bruno.

Depois, eu também gostaria de fazer alguns questionamentos, mas eu vou passar a palavra para o nosso Relator Guilherme Landim, Mas eu queria fazer uma pergunta bem simples no meu ponto de vista, e como leigo que sou, perguntar a quem entende do assunto:

Como é que o senhor vê, senhor Adão, as reclamações, as queixas, as centenas de milhares de denúncias da população para com a má Prestação de Serviço pela empresa ENEL aqui, no Estado do Ceará?São legítimas essas queixas, esse número absurdo?

Praticamente, a meu ver, e é o que eu tenho escutado unânime: *São legítimas? Não são?*

Nós estamos, aqui, cometendo algum pecado em fazer esse tipo de inquisição e de questionamento ou a ENEL realmente tem prestado um mau serviço aqui, no Estado do Ceará?

Eu pergunto a um técnico, a um homem que entende e pode exemplificar e colocar para a população que está nos assistindo.

SR. ADÃO LINHARES MUNIZ (Secretário Executivo de Energia e Telecomunicações do Governo do Estado do Ceará): Essa é uma pergunta extraordinariamente positiva no sentido de esclarecimento. O Contrato de Concessão é um documento que é estabelecido todas as regras, tudo que são as premissas e critérios do serviço que a Concessionária tem que prestar.

Nesse Contrato está escrito lá todos esses pontos que são reclamados. Então, o que eu quero dizer com isso? Eu quero dizer que existe um Contrato entre a União, que deveria ser a prestadora do serviço de energia, e que delega uma Concessionária. E nesse Contrato de Concessão estabelece as regras. *Olha, você vai fazer isso, isso, isso, isso, e vai atender a minha população, os meus consumidores dessa forma com esses critérios.* E estabelece, naturalmente, uma Agência Reguladora para fiscalizar esse processo de Prestação de Serviço. Ou seja, essa Concessionária, veja bem, de Serviço Público, embora seja uma empresa privada, ela é uma Concessionária de Prestação de Serviço Público, vai atender serviço público essencial que é a energia elétrica, e vai atender conforme esses critérios. *E você, Agência Reguladora, fiscaliza ela para ela cumprir esses critérios e esse serviço dessa forma que eu estou delegando.* E ela vai receber através da tarifa que vai remunerar os investimentos que ela expande o atendimento, presta serviço de atendimento e faz a manutenção do atendimento. Então, nesses critérios, está lá bem claro que ela tem que fazer o atendimento.

Se eu consumidor, cliente, usuário, chego e procuro ser atendido e não sou recebido, então ela não está cumprindo o serviço que está sendo definido para ela cumprir. E a fiscalização não está cumprindo, também a fiscalização não está... Então, quando o deputado mencionou o atendimento da Concessionária e a ação da fiscalização frente ao serviço da Concessionária falou muito bem, porque é exatamente esse processo que está ocorrendo com a ENEL e algumas das muitas Distribuidoras no Brasil. Ou seja, o modelo de Prestação de Serviço Público e a sua fiscalização, monitoramento e fiscalização não estão funcionando a bom termo.

Então, eu concordo com a maioria, quer dizer, é claro que pode ser que tenha uma denúncia, alguma coisa além do que se estabelece como critério, mas a grande maioria dos serviços que são atribuições da Concessionária não está sendo prestado a contento. Isso é um fato. Aí digo isso também com mérito, pelo seguinte, porque nós como serviço público, como representante do

Governo do Estado, portanto, consumidores, nós estamos aqui consumindo energia através do Serviço de Distribuição da ENEL, nós somos representantes no Conselho de Consumidores da Conerge. Então, eu sou membro do Conselho da Conerge. E eu, como consumidor, está aqui a minha equipe, nós solicitamos serviços pra ENEL. Nós temos um Contrato de Venda de Ações que determinou um convênio que vai além, e foi uma posição do Estado do Ceará de colocar uma determinada prerrogativa de investir em determinadas obras, determinados serviços de energia, e nós solicitamos, por exemplo, uma ligação de uma rede elétrica para um determinado cliente nosso do Estado, Seduc, por exemplo. Nós solicitamos remoção de postes para ampliação de estradas estaduais; nós solicitamos ligação, por exemplo, uma grande ligação que nós fizemos aqui de uma Linha de Transmissão de 70 quilômetros que conectou o bombeamento do Castanhão, eu fiz parte disso, visitei essa obra várias vezes. E isso tudo solicitado pelo Estado como cliente, quer dizer o Estado como cliente, e fizemos isso aí.

A gente tinha no primeiro momento da Concessão um atendimento e uma relação como cliente com a ENEL, com a Coelce, e essa relação foi se deteriorando. Nós acompanhamos todo esse processo, e nós verificamos que existe uma sobreposição da posição da acionista, enquanto acionista, enquanto empresa a condição de Concessionária de Serviço Público, ou seja, e naturalmente deixando a desejar as principais premissas de atendimento de Serviço Público. Então, demonstra claramente que há uma mudança de posição, sob o ponto de vista de gestão da empresa enquanto ao atendimento daquele Contrato, que é um Contrato com a União de Concessão de Serviços Públicos de Prestação de Serviço de Energia.

Então, eu acho que não são à toa as denúncias, não são à toa as reclamações, e fazem sentido, enquanto você chega como consumidor e pede a mudança de uma ligação e alguma coisa, e o atendimento não é o atendimento adequado.

Mas ainda, a evolução tecnológica de atendimento via Internet, Aplicativo e tal, parece até como um escudo para criar uma dificuldade para que o nosso usuário, o nosso consumidor, um cara do interior que não tem muito acesso, traquejo, sente até a falta de vontade de fazer qualquer solicitação por conta da dificuldade que tem. Em toda cidade a gente tinha um Posto de Serviço da Coelce, quando era estatal, e agora as coisas não são tão bem fáceis de acesso.

Outra coisa. Quando você solicita algum processo, e há alguma dificuldade de alguma forma que o atendimento já percebe, você não sai com o número de Protocolo, o que demonstra que se eu não saio com o Protocolo então eu não fiz o pedido; eu estou adiando o início do processo para quando eu tiver um Protocolo, ou seja, eu estou me protegendo como empresa e dificultando o início

do processo para contar o tempo do Protocolo. Isso é normal. A gente percebe isso. A gente tem acompanhado e isso acontece bastante.

Então, a resposta é sim. Eu acredito que todas as reclamações, todas as denúncias ou muito grande e em grande percentual tem razão de ser, não são atendidos adequadamente; são criadas dificuldades de atendimento, postergações e, naturalmente não tem o respaldo de um serviço de fiscalização que, por ser centralizado, como você mencionou o Sandoval, centralizado em Brasília, e distante de onde acontecem as coisas que é no município, as coisas acontecem no município, no Estado, e essa distância, apesar de a gente ter uma Agência Reguladora Regional, Agência Reguladora Estadual, que além do serviço de energia, de gás, atende também para gás, água, transporte público e tudo, ela não tem a delegação suficiente para fazer o acompanhamento, monitoramento e fiscalização do Serviço de Atendimento de Energia. Então, eu acredito que tem falha e muita falha no sistema, mas também tem muita dificuldade criada pela própria empresa que é responsável pela Prestação do Serviço Público de Energia.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Muito obrigado.

Eu gostaria de saudar o senhor Alfredo, que é Coordenador de Energia e Telecomunicações da Seinfra (Secretaria da Infraestrutura). Senhor Alfredo, também convidá-lo, por favor, para sentar aqui, ao lado; também saudar o senhor Sérgio Araújo de Souza, Consultora da Seinfra, e também convidá-lo para sentar ao lado do senhor Adão, e possam também participar aqui conosco.

Passo então a palavra para o nosso Deputado Guilherme Landim.

SR. RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): Muito boa tarde a todos que nos acompanham. Boa tarde, Presidente Deputado Fernando, Deputado Lia Gomes, Deputado Bruno. Saudar aqui em nome do senhor Adão Linhares toda a equipe que hoje vem nos auxiliar na CPI.

Deputado Fernando, eu queria primeiro me somar às suas palavras, colocar a nossa indignação de estar nessa luta junto com você e com toda essa Casa já desde o início do ano passado. Ano passado criamos a Comissão Especial, estudamos o Contrato de Concessão, apontamos diversos erros desse Contrato; descumprimento, na verdade, desse Contrato por parte da ENEL, e solicitamos a essa Casa a abertura de uma CPI; solicitamos ao Judiciário um aprofundamento nas suas investigações, e solicitamos da ANEEL que já, naquela análise muito superficial que nós fizemos, sem o poder que uma CPI tem, nós já vimos claramente que nós temos um problema muito maior. Nós temos uma má vontade, um crime cometido diariamente por essa empresa aqui no Estado do Ceará para com os cearenses, descumprindo essas cláusulas no Contrato; prestando um serviço de péssima qualidade. Mas nós temos um problema maior que está lá em cima, de uma Concessão

federal, em que o Ministério é relapso; a agência que foi criada para fiscalizar é completamente complacente com as empresas. Ficou claro pra gente lá na reunião, aonde uma parte dos técnicos que, por sinal, por coincidência, cearenses corroboravam conosco nas nossas reclamações na presença do Presidente Sandoval, dizendo que *o serviço realmente é ruim; que estava péssimo*. E aí num momento lá eu interrompi e disse: *Mas não há que se falar em melhora do serviço, Adão?*

Se você chegou ao fundo do poço, a ENEL chegou aos últimos lugares do Brasil, ela não tinha como piorar só podia melhorar. E aí um deles lá dizendo que *deu uma pequena melhorada esse ano e agora já começou a piorar de novo.* Então, corroborando com o que a gente dizia. E aí um deles lá, outro veio querer colocar panos quentes falando em números, dizendo que realmente o serviço não é bom, mas estar no viés de melhora e tal.

Então, o que nos parece além dessa questão da relação que nós não temos como acusar porque nós ainda estamos fazendo a investigação, mas o que parece uma relação promíscua entre Agência Fiscalizadora e Concessionárias há, sem dúvida nenhuma alguma, complacência nesses números. Como disse aqui o Presidente da ARCE: *Há um problema na formulação desses números, na metodologia de coleta desses números*, sem dúvida alguma, o que se é cobrado é muito pouco. Não tem como ser prestado um serviço de qualidade com a metodologia que está aí colocada pela ANEEL. Eaí nós solicitamos nesse Relatório Final também o Pedido de Caducidade do Contrato.

O Adão me dizia aqui, e eu gostaria de daqui a pouco poder ouvir esse breve histórico de novo, do Adão, de como se deu, e nós ouvimos aqui já com o Presidente da Conerge e outros que foram interrogados aqui, nós vimos todo esse histórico desde quando saiu de Coelce, começou a Concessão; o serviço primeiro deu uma piorada e depois ele melhorou muito; depois piorou de novo, e houve uma intervenção muito forte por parte do Estado, e esse serviço chegou e melhorou, e a empresa se tornou uma das melhores do Brasil até essa derrocada que nós vemos ao longo desses últimos seis, sete anos, mais ou menos.

Quando pedimos essa Caducidade do Contrato a ANEEL nos respondeu em poucas páginas dizendo que *o serviço realmente não estava como deveria estar, mas que já tem um Plano de Recuperação,* e eles dão outro nome, (agora me fugiu aqui), e que *vai ser reavaliado*, enfim, sem dar a menor bola para o nosso pedido. Por isso a criação desta CPI. Por isso que nós vemos que essa CPI tem que ser prorrogada, para que a gente aprofunde ainda mais as investigações.

Eu queria poder aqui escutá-lo Adão, você já respondeu aqui as duas primeiras perguntas que eu tinha para lhe fazer. Primeiro, *sobre qual a sua impressão, qual a impressão da Secretaria*

Executiva em relação aos serviços prestados pela ENEL, se você tiver mais alguma coisa a acrescentar; e *se ela tem atendido as demandas do Governo do Estado do Ceará?*

Nós sabemos que existe, e como você já pincelou aqui na sua fala, uma obrigação contratual de investimento por parte da empresa detentora da Concessão de investir, primeiro era 2%, depois 1,5% e agora é 1% em obras de expansão, para que o Estado do Ceará possa fomentar o desenvolvimento do nosso Estado. Por isso eu tenho batido nessa tecla e dito que a ENEL atrapalha o desenvolvimento do Estado do Ceará.

Eu queria escutar de você se essas demandas do Estado do Ceará têm sido atendidas, essas solicitações têm sido atendidas de forma satisfatória. Então são essas as primeiras perguntas.

SR. ADÃO LINHARES MUNIZ (Secretário Executivo de Energia e Telecomunicações do Governo do Estado do Ceará): Pronto. Com relação ao primeiro ponto, nós somos clientes da ENEL, essencialmente clientes da ENEL. Nós solicitamos obras, nós indicamos obras, nós indicamos ligações, solicitamos tudo e temos tido nesse tempo que eu tenho permanecido, que eu tenho participado do governo, uma queda no Processo de Atendimento, sob o ponto de vista de prazo, por exemplo.

Eu tenho aqui um resumo e eu vou deixar como documento para a CPI, um resumo do Programa de Investimentos Especiais, e nós chamamos de PIE - Programa de Investimentos Especiais, que é contemplado dentro do Contrato de Venda das Ações, e vocês certamente têm, mas eu tenho também cópia aqui, através de um convênio que foi celebrado, que o adquirente das ações da Coelce assumiria essa responsabilidade de ter esse investimento que é um 2%, 1,5% e 1% no decorrer de um determinado cronograma até o final da Concessão do Faturamento Líquido. Isso, hoje, dá um número, o Sérgio pode me corrigir, mas uma coisa da ordem de 60 milhões/ano. Um resumo, hoje, em torno de 60 milhões.

Nós devemos estar recebendo da ARCE, quem atesta exatamente esse valor baseado no Balanço do ano da Companhia, a ARCE nos informa: No ano de 2024 a ENEL terá que investir no Programa de Investimentos Especiais 70 e tantos milhões, 60 e tantos milhões, então nós recebemos isso anualmente esse valor.

SR. RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): Ela tem cumprido esses valores, Adão?

SR. ADÃO LINHARES MUNIZ (Secretário Executivo de Energia e Telecomunicações do Governo do Estado do Ceará): Pronto. Esse aqui que eu quero demonstrar aqui, mostrar aqui. Hoje, por exemplo, de um total de 200 milhões 497 mil 410 reais - 73 obras. Nós estamos em execução

com 21 obras, com tempo médio de execução de obra de dois anos. Aguardando programação com tempo médio de aguardo de programação de um ano e meio. Aguardando a programação, e corresponde a 120 milhões. Em execução tem 20 milhões e pouco;

Aguardando programações: 34 obras, 120 milhões.

Com pendências - a pendência pode ser pelo lado do Estado, vamos supor Maranguapinho, a própria Secretaria das Cidades atrasa o Contrato de Urbanização, então a pendência é nossa. Pode ser que tenha alguns casos que a pendência seja nossa.

Remoção de Poste. A SOP atrasa ou alguma coisa da obra da estrada, e a gente também tem o nosso lado. Mas a maioria dessas pendências é, e o Sérgio pode confirmar, são deles mesmo, são da própria ENEL.

Então, quer dizer, isso aqui é um retrato, inclusive com a lista dessas obras com as observações devidas de cada obra dessas, nós aqui como clientes da ENEL. Por outro lado, nós somos a linha de frente da infraestrutura da sociedade. Ou seja, bate na nossa porta lá diariamente o prefeito interessado, todo cliente, digamos assim, da ENEL. A gente tem o contribuinte e tem o consumidor. E o consumidor bate reclamando dizendo: *Olha, nós temos um problema com a ENEL. Nós fizemos isso.* Nós somos uma porta de entrada do Serviço Público, o Estado.

Então, o que acontece? O que a gente percebe? Se tem alguma falha de atendimento de Serviço Público de Energia o responsável, para a cabeça daquele cliente, é o Estado. Ele reclama. A ENEL ainda não é uma empresa separada, desvinculada do Serviço Público. É um Serviço Público essencial, então, portanto, é como se fosse uma... passa a ser uma responsabilidade do Estado, e o Estado, naturalmente, nós fazemos essa interlocução no Conselho como eu falei, nós como representante do Serviço Público e Poder Público, também tem a indústria, tem o rural, que é o Erildo que esteve aqui, e é o Presidente do Conselho; tem o comercial, quer dizer, tem todos os representantes. O residencial, representante residencial, inclusive é de baixa renda, é da associação de baixa renda do Estado. Então, nós de certa forma como Poder Público e Serviço Público nós incorporamos essa representação inclusive dos demais.

Mas nós percebemos que a legislação e a regulação que foi criada criando esse Conselho, um Conselho vinculado e pago pela tarifa através da ENEL, acaba sendo um Conselho chapa branca; inclusive as reuniões, a sala do Conselho é lá dentro da própria ENEL, diferente, por exemplo, da Associação Brasileira de Distribuidores que tem uma força enorme junto a ANEEL em termos de lobby, em termo de defesa.

Então existe uma falha organizacional de Instituição. O consumidor é defendido por um Conselho que não tem absolutamente nenhum poder, nenhuma força, enquanto que as Distribuidoras de forma geral tem um atendimento. Então esse processo, e aí eu coloco bem forte: Há uma falha no modelo. O modelo precisa ser alterado nesse sentido, ou seja, o consumidor precisa ser atendido. Então, nesse ponto ratifico e coloco força, dou força nesse posicionamento em relação a uma representação maior dos consumidores. Quem sofre, de fato, quem acaba recebendo a responsabilidade acaba sendo o Estado, acaba sendo o governo. Então esse é o ponto. Eu já respondi as duas, deputado.

SR. RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): Continuando aqui, então meio que você já respondeu também o terceiro ponto, que seria essa questão do investimento, como é que está o investimento. Então, eu queria solicitar aqui, requisitar aqui que a Comissão tivesse acesso a esse seu Relatório, que você pudesse deixar com a gente esse Relatório desse investimento, dessas obras, o tempo dessas obras; é mais um ponto que nos deixa claro aqui o mau atendimento, inclusive com o dono da Concessão, vamos dizer assim, que é o Estado do Ceará.

Você também vê problemas ou chega até a Secretaria de vocês problemas em relação que é muito comum do consumidor residencial, Secretarias do Estado ou órgãos estaduais que tenham cobranças indevidas, cobranças duplicadas, dificuldade em atendimento de uma escola, de alguma coisa, ou não chega até à Secretaria de vocês? Esses problemas que nós vemos recorrentes como vemos com os consumidores residenciais. Isso existe também com o Estado?

SR. ADÃO LINHARES MUNIZ (Secretário Executivo de Energia e Telecomunicações do Governo do Estado do Ceará): Nós temos um Sistema de Monitoramento das Contas do Estado através de um Decreto do Governo do Estado. Foi estabelecido um Modelo de Padronização e Modernização das Utilidades, Serviço de Utilidade do Estado: água, esgoto, inclusive energia elétrica. Nós temos uma plataforma. Nós recebemos as informações dos consumidores do governo, dos prédios públicos, digamos assim. Todas as unidades de consumo dos prédios públicos são mensalmente informadas pela ENEL, um chip, um Pen-Drive, quer dizer, em pleno 2023 a gente ainda tem dificuldade de que essa informação seja passada de forme em tempo real, é o que nós desejaríamos ter realmente um Serviço de Monitoramento em tempo real. Isso nós temos dificuldade.

O consumo de energia do Estado é muito dinâmico. Você pode ter agora, nesse momento, uma solicitação de uma escola, um desligamento de uma Câmera de Monitoramento da Secretaria de Segurança, uma solicitação de alguma coisa de mudança de fase, mudança de coisa, ou seja, tudo está acontecendo ao mesmo tempo. Nós temos vários contratos que são centralizados pelo CNPJ de cada

Secretaria. Nós fazemos um monitoramento de todos esses consumidores, são cinco mil e tantos consumidores de baixa tensão, 800, eu não sei exatamente o número, estou chutando aqui número, mas a gente está... não só esse documento, mas todo esse Bi, todo monitoramento está à disposição, ele é público, naturalmente público, é um serviço público e, portanto, é público, e está à disposição dos senhores para qualquer momento, não só agora, mas a qualquer momento, e o acompanhamento disso contínuo de tudo que for necessário.

O que a gente tem? Que a gente não pode atribuir que seja má-fé ou que seja má vontade, mas o que a gente tem aqui, por exemplo, o Ordenador de Despesas de uma conta de energia, ele recebe a conta, não é o assunto dele, ele não sabe, não conhece aquilo e vem uma conta errada. Ele não paga a conta, por algum motivo ele se recusa a pagar porque tem alguma incoerência, inconsistência e tal. Então nós damos, como Seinfra, nesse monitoramento, nós damos assistência aos clientes da ENEL enquanto Serviço Público, e nós acompanhamos essas contas; têm discrepâncias mensais, discrepâncias mensais, dobradas, erros, falhas, e o Estado normalmente fica devendo. Por exemplo, a Secretaria de Saúde tem uma dívida lá, mas quando a gente vai verificar com a ENEL, aí o Carlos Gomes acompanha, a gente faz essas reuniões sistemáticas com eles, e eles têm muita dificuldade de controlar isso, e de ajustar isso. Ou seja, tem uma conta que tem mais de um consumidor; se um estiver errado, não pode pagar tudo. Tem que pagar tudo, e um errado, servidor não pode pagar porque senão ele vai ser punido. Então o servidor, como servidor público não pode assumir uma conta errada, então, não paga. Mas ele também não pode deixar de pagar, porque se tiver multa é ele que vai pagar multa, ele vai ser multado também, ele como servidor, então ele tem um compromisso como servidor público.

Então nós temos essa dificuldade que nós fazemos um monitoramento, nesse monitoramento, nesse Bi e acompanhamos, estamos acompanhando e temos esse acompanhamento à duras pena por conta da dificuldade de relacionamento dessas informações que não são passadas em tempo real. Então nós fazemos esse acompanhamento dessa forma.

Existe discrepância, existem falhas, e nós sistematicamente, recorrentemente nós procuramos ajustá-las. Todo mês a gente faz esse acompanhamento e essa prestação de conta de dívidas do Governo do Estado do serviço de lá. Agora nós não podemos acusar nem indicar que seja alguma motivação indevida. Isso faz parte. São muitas contas, são muitos números e as coisas, como eu falei, são dinâmicas.

SR. RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): Imagine se nós temos aqui, e eu era pra ter feito isso no início da minha fala, mas faço agora. Nós temos aqui um dos grandes

entendidos do setor elétrico no Estado do Ceará que é o senhor Adão. Todas as conversas que eu tive com técnicos, com advogados, com pessoas que nós convidamos para nos ajudar nessa relatoria, todos citaram o nome do senhor Adão Linhares como uma pessoa que entende desse Contrato, que entende todo o processo, e é um técnico, e com ele e toda sua equipe, claro, cuidando, ainda existe isso no Governo do Estado imagina o coitado do consumidor de baixa renda que fica a mercê dessa empresa. Então, Adão, primeiro, obrigado, mais uma vez, por ter vindo aqui. Eu acho que engrandece muito a nossa investigação.

E para encerrar aqui, duas últimas perguntas. No início da sua fala você falou que faz um acompanhamento também sobre o comparativo dessas Distribuidoras Estaduais. Nós temos alguns dados aqui e já podemos colocar em outras Oitivas, mas gostaríamos que você nos passasse esses seus dados desse comparativo de *como é que está a ENEL em relação a essas outras?Em qual colocação ali está o serviço do Estado do Ceará mais ou menos?* E para encerrar, *eu queria que você pudesse nos dar em sua opinião, o que poderia mudar nesse Contrato?Quais as mudanças que nessa nova Concessão, na renovação dessa Concessão deveria ser incluído ou retirado desses Contratos, para que a gente pudesse resguardar o consumidor para que ele tenha um serviço de qualidade?*

Você já falou aqui o modelo que está errado e precisa ter mais participação do consumidor, mas gostaria que você pudesse colocar aqui a sua impressão do que precisa ser mudado nesse Contrato também.

SR. ADÃO LINHARES MUNIZ (Secretário Executivo de Energia e Telecomunicações do Governo do Estado do Ceará): Com relação ao comparativo, eu fazia parte do Conselho e faço parte do Fórum do Secretário de Estado, então, assim, a ENEL num primeiro momento, algum tempo atrás, como o deputado mencionou, ela chegou ao nível de boas notas. Nós tínhamos aqui uma referência em termos de prêmios, premiações e tal, num determinado momento depois da situação onde foi pedida também a Caducidade. Na época do Governador Tasso Jereissati inclusive eu fazia parte da equipe, não era a Secretaria era Coordenadoria de Energia, Diretoria de Energia, e nós fizemos essa solicitação junto ao Governo Federal, e foi retomado através de um Plano de Trabalho, de um Plano Emergencial de 90 dias, vindo especificamente um Grupo Gestor da Espanha para tocar os 90 dias e foi retomado o nível de investimento, principalmente otimização, automatização de subestações, principalmente relacionado com o litoral, quer dizer, a degradação de maresia das linhas e subestações do litoral e da serra. Isso foi resolvido, e ficou no nível relativamente bom, ainda também não tão bom com relação ao Brasil, mas foi retomando.

A partir de, acredito, 2017, 2018, aí teve o problema de Goiás. Quer dizer, Goiás foi exatamente a ENEL também. A ENEL assumiu a Concessão de Goiás e não conseguiu fazer uma retomada de posição, e o Governo de Goiás, - a gente sabia disso através da secretária, na época era uma secretária que era da Infraestrutura que fazia parte e sempre nas reuniões do Fórum, a gente tinha uma rodada de discussões de todos os Estados com relação à Concessão Estadual de Energia, então cada um dos secretários fazia um breve relato das condições do... As queixas, praticamente todas eram as mesmas:Atendimento. Atendimento e distanciamento.

Nós aqui, no primeiro momento da concessão nós tínhamos uma aproximação muito forte, principalmente depois desse primeiro momento de Caducidade, então teve uma aproximação muito forte, e depois a ENEL voltou de novo, se distanciou do Estado, do governo, melhor dizendo.

Nessa fase, as grandes Concessionárias tinham um nível de serviço muito bom, por exemplo, quando a gente fala de grande Concessionária, o Estado de São Paulo, por exemplo, e tinham situações que eram naturais, características do Estado, por exemplo, do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro sempre teve um problema por conta de roubo, de gato, todas, todas as perdas técnicas, furto de energia, perdas comerciais não faturados, é o nome para o furto, e essas perdas são pagas pela tarifa, ou seja, os outros pagam, os outros adimplentes pagam por quem não paga. Então, quer dizer, esse é um problema crônico da Light e da ENEL lá no Rio de Janeiro. E aí era muito pesado. Isso a gente observava. E o grande problema de uma forma geral era esse atendimento dessa situação de perdas.

Por outro lado tinha as regiões menos atendidas que são os Estados do Nordeste, do Norte: Piauí e Maranhão, por exemplo, Piauí, Maranhão e Pará, que a Equatorial entrou e conseguiu reestruturar; Maranhão levou isso para o Pará, entrou no Piauí e está com dificuldade e tal. Tinha o Centro-Oeste também que se destacava por conta do nível de crescimento do Centro-Oeste, e nós ficávamos no Nordeste com uma situação regular para baixo. Sempre foi essa comparação no Nordeste.

Por último, o quê a gente percebia? Não tinha uma descentralização de monitoramento e fiscalização. Então atendendo a pergunta do deputado relator, eu vejo que o problema é centralização com pouca capacidade de atendimento para monitoramento e fiscalização pela Agência Reguladora. Ou seja, nós precisamos mudar o modelo no sentido de descentralizar e dar mais autonomia as nossas Agências locais, em todos os sentidos. Então esse é o problema.

O que aconteceu para isso ficar nítido no âmbito do Brasil todo? Foi o problema de São Paulo. Então quando a gente vê... a gente está sujeito aqui para o próximo ano, deputado, e aí eu coloco isso aqui bem aberto, a gente pode ter uma seca, e não tem absolutamente nenhuma

preparação, nenhum posicionamento da Concessão, da Concessionária enquanto Concessionária de Serviço Público, se preparando para uma situação de seca. Quer dizer, não há. Ou seja, uma coisa que é previsível, você sabe o que vai acontecer, quer dizer, é claro, a chuva de São Paulo é também imprevisível, você tem uma previsão. Inclusive nós estamos fazemos um trabalho conjunto incluindo sempre a Funceme. Em todos os sentidos a gente sempre consulta, sempre faz a inclusão da Funceme no sentido de dizer: *O que é que vai acontecer?O que é que a gente espera acontecer?* A gente sabe que vai faltar água. Se não chover vai faltar água no São Francisco, portanto, vai faltar energia; portanto, vai ficar a energia mais cara. Quer dizer é muito fácil você ter essa previsão e se preparar para isso.

No caso da Concessionária, nós também vamos ter dificuldade no ano que vem, com certeza, por conta da seca. Então a gente tem que juntar esforços, nós Estado e a Concessionária como Concessionária de Serviço Público para enfrentar essas situações que são previsíveis. Então esse modelo precisa ter uma aproximação e uma fiscalização maior do Estado, ou seja, sair de Brasília e ir para os Estados: a fiscalização e o monitoramento. Essa é nossa sugestão.

Quanto tirar ou colocar no Contrato, eu acho que o Contrato é muito bom, é muito bom o Contrato de Concessão. O que tem que fazer é um Modelo de Acompanhamento, o acompanhamento que a ANEEL faz, por exemplo, coloca um transformador novo que tenha uma depreciação de dez anos, esse transformador vai trabalhar no nível de esforço que ele está lá e vai durar dez anos. Se ela colocar antes, por algum motivo, a ANEEL faz o acompanhamento financeiro desse Contrato, porque os Ativos pertencem à União e vão ser entregues no final da Concessão ou renovados com um valor do corte do ano de 2028. Então, essa questão financeira, a questão de acompanhamento de Ativos isso pode ser centralizado, mas a questão do atendimento, a questão do município, a questão do Balcão do Atendimento tem que ser descentralizado. É isso, entendeu?

O nosso modelo com o Programa de Investimentos Especiais, o modelo do nosso Programa de Investimentos Especiais, que é o único no Brasil, a única Concessão que tem no Contrato esse Programa de Investimentos Especiais que o Governo do Estado determina onde fazer determinadas obras está servindo de referência para o Governo Federal, para as outras Concessionárias, para os outros Estados. Isso vai ser colocado nas renovações da Concessão como uma das prerrogativas que vão ser colocados no novo modelo para as novas Concessões. E nós estamos buscando outras experiências dos outros Estados para tentar sugerir, no caso, por exemplo, da nossa renovação. Agora nós queremos continuar com esse mesmo modelo porque o Serviço de Atendimento de Energia Elétrica é um serviço público, portanto, merece estar por trás uma política pública. Então nós temos

que continuar com esse modelinho de Programa de Investimentos Especiais para a próxima Concessionária que entrar no lugar da ENEL ou a ENEL, se ela conseguir fazer alguma coisa no sentido de continuar. Essa é a minha sugestão.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Deputado Guilherme Landim está atendendo um telefonema. Eu observando a sua fala, em São Paulo aconteceu um problema, não era previsto o dia nem hora, mas todo mundo sabe que pode acontecer uma tempestade, ninguém pode imaginar que não aconteça, mas em São Paulo, desde março tem uma CPI aberta lá para investigar a ENEL. A tempestade que ocorreu, e aí a falta de execução do Plano de contingência que é previsto em Contrato, eles dizem que tem que funcionaria lá e não funcionou, por isso que ecoou nos quatro cantos do Brasil o problema que aconteceu em São Paulo. Mas quem está nos assistindo e ouvindo talvez imagine que o problema foi esse pontual, lá da tempestade, e não foi. O problema lá é ipsis litteris o Estado do Ceará: A má prestação de serviço; a falta de respeito com a população. O problema é idêntico. A tempestade ecoou mais forte para todo o Brasil e foi manchete nacional, mas porque o Plano de Contingência da ENEL não funcionou.

Então, o que eu percebi na sua fala aqui, senhor Adão, é que está previsto a ter uma seca no ano que vem, e o nosso Plano de Contingência aqui vai funcionar? Se não funcionou em São Paulo, que não é melhor do que nós em nada, mas em tamanho é mil vezes maior, o Plano de Contingência não funcionou, ou seja, não houve respeito da ENEL ao Contrato de Concessão lá, atendendo esse Plano de Contingência, e aqui vai atender?

Eu, particularmente, o senhor é quem conhece, o senhor é o estudioso, é técnico da área e eu sou leigo, e na sua diplomacia, talvez, o senhor emocionalmente não responda como eu responderei: Não vai funcionar. Já está claro que não vai funcionar. E a ENEL que ora colocou os seus ativos à venda aqui no Estado do Ceará, depois que essa Casa reverberou o sentimento do povo, que antes ela não falava nisso, até porque a lucratividade dela aqui é absoluta ou absurda pela má prestação de serviço, mas ela ganha dinheiro todo dia na Bolsa de Valores. Então ela detesta uma CPI aberta, e isso já foi dita a mim por eles mesmos, por membros da ENEL.

O que eu quero dizer com isso? Que na sua fala eu captei e entendi que com essa seca que se avizinha, com as problemáticas que nós já temos e serão aquecidas com essa seca, talvez aqui no Ceará não funcione um Plano de Contingência, ou melhor, não está evidenciado que tem um Plano de Contingência para a problemática que se avizinha. Ou seja, é mais um problema para essa empresa.

Então, aproveitando o tempo aqui do Guilherme Landim, nosso deputado e relator, para dizer que a minha percepção é que nem o Plano de Contingência funcionou em São Paulo nem vai

funcionar no Estado do Ceará. Não tem como funcionar porque essa empresa é, me perdoe, ela é irresponsável, é desumana, não honra os milhões de reais que ganhou por ano, não honra os bilhões de reais reunidos em alguns anos que o levou do dinheiro suado do povo cearense, até porque esses bilhões que ela ganhou de lucratividade por ano, não é, eu diria assim a galinha dos ovos de ouro da ENEL. A galinha dos ovos de ouro da ENEL é a Bolsa de Valores, que todo santo dia ela ganha dinheiro lá, com a CPI aberta no Ceará, com a CPI aberta em São Paulo, com a CPI de Goiás, que foi através da CPI que ela saiu de Goiás.

Sessenta e seis prefeitos agora do Estado do Rio de Janeiro ingressaram com uma Ação contra a ENEL, a Casa Legislativa lá vai abrir uma CPI também, então a ENEL está demonstrando que não é mais um problema do Estado do Ceará, é um problema nacional, e olha lá, dirá se não é um problema internacional. Eu acho que cabe a nós também, Deputado Guilherme Landim, investigarmos como é que está a ENEL no funcionamento mundo afora, parte da Itália que ela faz; no Chile, que ela faz parte do Chile, lá têm denúncias também, eu já pesquisei, já vi tocarem fogo em frente à Agência da ENEL, a população revoltada,no Chile, com a ENEL. Então, assim, é um problema que eu vejo nacional.

Eu vou passar de volta aqui, devolver a palavra para o colega do Deputado Guilherme Landim. Mas só para entender aqui, eu não sei se é porque quando falo desse caso da ENEL, Deputado Guilherme, eu emocionalmente já fui acusado de estar envolvido, mas só para entender aqui. Nós temos aqui os deputados, nós temos aqui o senhor Adão com a sua comitiva; aqui são as assessoria dos deputados, eu vejo a Assessoria da Deputada Lia, do Deputado Guilherme, Deputado Bruno a nossa assessoria, a nossa assessoria da Comissão Parlamentar de Inquérito, e vejo aqui convidados nossos, está ali o Júnior Coutinho, liderança lá de Jardim, e vejo aqui um representante da ENEL. Eu queria só fazer uma indagação a ele. Eu o vejo sempre participando das reuniões, e a reunião é aberta, embora nessa sala hoje ela fosse até mais fechada, porque também tudo é gravado e filmado, e a ENEL terá ou teria acesso no momento oportuno que ela desejar. E eu queria depois, até ao término aqui da nossa audiência, da nossa reunião com senhor Adão, entender qual é o objetivo da ENEL a participar das reuniões. Primeiro que o representante da ENEL fez um pedido aqui à CPI informal, para ter acesso aqui a documentos que os deputados fazem solicitações a ENEL. Eu não autorizei e não concordo. Primeiro todo pedido que for fazer à CPI tem que fazer um pedido formal à CPI.

Então só quero deixar isso claro, porque se não a nossa Comissão Parlamentar de Inquérito... Formalizou depois que você disse que não aceitava e fosse informal, então eu quero só entender o

objetivo para a gente não estar nas reuniões e sempre tendo um representante da ENEL, sem a gente entender qual é o objetivo. Então eu quero que você nos passe o objetivo da sua presença para nós avaliarmos também se essa presença é cabível ou não nas nossas reuniões.

Leve já o recado para ENEL que ela vai ser convocada a prestar esclarecimento nessa CPI. Ela vai ter a convocação, e nós esperamos que ela cumpra a convocação. Se ela não cumprir nós vamos ingressar com o nosso direito de coercivamente ela participar, se não, ela vai responder na Justiça, inclusive até podendo cumprir ordem e mandado de prisão se ela não participar, se ela não atender a convocação dessa Comissão Parlamentar de Inquérito. Então leve para ela que essa Comissão Parlamentar de Inquérito vai fazer um trabalho respeitoso, zeloso e sério. Mas ela não vai recuar um milímetro, e não é a presença da ENEL nas reuniões da CPI sem dizer qual o objetivo, primeiro que nós vamos recuar, e segundo também que nós vamos autorizar vocês permanecerem nas reuniões sem que diga qual é o objetivo, até para que eu possa deixar claro aqui para os meus colegas deputadas e deputados.

Passo a palavra ao Deputado Guilherme Landim.

SR. RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): Bom, Presidente Fernando, eu queria só agradecer ao Adão pelas explicações, eu me sinto contemplado aqui com as respostas, e fico aqui à disposição para ver aí as indagações dos demais colegas. Obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Eu que agradeço Deputado Guilherme Landim, muito obrigado.

Eu vou passar a palavra ao colega Deputado Bruno Pedrosa que está inscrito para fazer também os seus questionamentos. O Deputado Guilherme teve que atender aqui uma ligação de urgência do trabalho, mas o senhor Adão estava respondendo a sua pergunta, e só para dar ciência ao Deputado Guilherme Landim, ele falava aqui, ele não citou a palavra, mas eu entendi que era essa:*Que a ENEL tem um Plano de Contingência,*e lá em São Paulo o que estourou depois dessa tempestade foi que o Plano de Contingência dela falhou, ou melhor, não entrou em operação, enfim, não aconteceu no tempo que era pra ter acontecido, por isso que ecoou o problema da tempestade nos quatro cantos do Brasil, muito embora a CPI foi aberta lá em março, muito antes da tempestade.

E o senhor Adão demonstrava aqui que está se prevendo uma seca para o ano que vem, e problemas virão com essa seca, sobretudo na distribuição de energia elétrica aqui para a nossa população, desse serviço essencial, sobretudo para quem mais precisa lá na ponta. E o Plano de Contingência aqui vai funcionar? Será se tem um Plano de Contingência pra cá? Porque tem previsto em Contrato que ela tem que ter um Plano de Contingência, porque é uma empresa que ganha

milhões, bilhões de reais tem que ter um Plano de Contingência. Então o pouco do que ele falou aqui neste último momento que Vossa Excelência teve que atender ao telefone foi isso que eu entendi.

Passo a palavra aqui ao Deputado Bruno Pedrosa.

SR. DEPUTADO BRUNO PEDROSA (PDT): Boa tarde a todos. Boa tarde, Deputado Fernando Santana, o nosso Presidente; Deputado Guilherme nosso Relator; Deputada Lia Gomes. Agradecer ao Adão Linhares pela sua presença, a todo o grupo da Secretaria de Infraestrutura.

Eu vou ser bem objetivo. Eu vou fazer quatro perguntas, Adão, somente. Fazer quatro perguntas e também... fugiu aqui a memória, mas vou focar aqui nas quatro perguntas, mas qualquer coisa, alguma dúvida que for gerada das perguntas eu posso fazer posteriormente.

Já registrando também toda contribuição que o Adão deu para o desenvolvimento das Energias Renováveis no nosso Estado, tem toda a nossa admiração, nosso respeito, Adão. Para nós é um prazer recebê-lo aqui na Assembleia Legislativa.

Vou ser bem breve. Secretário, inclusive meu amigo quiteriense lá da nossa Santa Quitéria, que a gente tem um carinho muito grande, a Deputada Lia é lá de Sobral, vizinha a Santa Quitéria, a gente tem um orgulho de representar aqui na Assembleia.

Eu vou falar um pouco de Energia Renovável, pois eu estou como Presidente da Comissão de Energia Renovável aqui na Assembleia na Frente Parlamentar, vou falar sobre o Contrato e sobre Energia Renovável.

O senhor é muito conhecedor profundo do Contrato, uma Caducidade do Contrato, o ***dayafter*** *lhe preocupa? O Estado retoma o controle desse Ativo da empresa? Seria esse o processo e teria algum prazo para que pudesse voltar para a questão privada, alguma coisa nesse sentido?* É uma dúvida que eu acho importante a gente falar para a população. Foi pedido na Comissão Especial, Deputado Guilherme a Caducidade do Contrato pelo não cumprimento das cláusulas, e a ANEEL respondeu de forma muito sintética, de forma muito resumida que não caberia à Caducidade. É uma dúvida que eu acho que a população se faz e não faz muito quando a gente está na rua.

Segunda pergunta. O senhor tem conhecimento que a ENEL tem dívidas com o Governo do Estado e com municípios. Nós temos o conhecimento aqui profundo que ela tem muitas dívidas com o município, e aí especificamente perguntando com o Governo do Estado se ela tem alguma divida vindo desde as outras empresas que assumiram o controle, e hoje se tem essa dívida, qual seria o valor aproximado e como qual seria o papel do Poder Legislativo em buscar a cobrança dessas Receitas junto ao Executivo, e também é o papel do Legislativo nesse sentido pra gente poderá ferir isso.

Passando para as Energias Renováveis, eu queria fazer uma pergunta, o senhor também muito conhecedor não só do Contrato e também de todo o mercado, o senhor que também vem do setor privado. O senhor imagina que hoje, tanto no mercado livre como também na baixa tensão, na geração distribuída, se essas subsidiárias da ENEL, como a ENEL Trading, ENEL Green Power, se elas de alguma forma estão ferindo os princípios da livre concorrência desse mercado hoje que eles estão oferecendo os descontos tanto para alta tensão como para baixa tensão?

E por fim, e por fim, o senhor acompanha de perto que eu sei, eu queria que o senhor discorresse um pouco sobre o papel da ENEL no não desenvolvimento de centenas, de milhares de projetos de geração distribuída, que estão vindo com aqueles orçamentos milionários de custo de obras, e simplesmente são alegados inversão de fluxo e, no final não cumpre a resolução, não cumpre os requisitos que ela tem que dar para os acessastes, os que pedem o Parecer de Acesso.

A gente recebeu aqui o Presidente da Absolar, e discorreu diversos projetos, centenas, e o Ceará está perdendo dois bilhões de reais em investimentos privado, uma geração de dez mil empregos por ano por essa não otimização e por essa não transparência da ENEL no sentido de fornecer as informações necessárias, e não fornecendo as informações necessárias, negando os Pareceres de Acesso.

Então seriam essas quatro perguntas sobre: Caducidade do Contrato; as dívidas que a ENEL têm com o governo; feriu os princípios da livre concorrência e a não autorização do Acesso da rede para a geração distribuída.

SR. ADÃO LINHARES MUNIZ (Secretário Executivo de Energia e Telecomunicações do Governo do Estado do Ceará): Bem interessantes às perguntas. Muito bem, eu diria que bem claras.

A Caducidade e a antecipação do final do Contrato de Concessão, quer dizer, com a finalização do Contrato de Concessão que é o contrato entre a União, que é poder concedente, e a Concessionária, isso implica que a União retoma a prestação de Serviço de Distribuição. Ou seja, não seria o Estado do Ceará que voltaria a ser dono ou participaria. As ações dos Estados do Estado do Ceará foram vendidas para essa Concessionária. Quer dizer, seria a União. A União... Todos os Ativos, todos os postes, transformadores, cabos pertencem à União que é poder concedente. Está nas mãos da Concessionária para cuidar desses Ativos. No momento que ela termina o Contrato ela devolve esses Ativos para a União. Então quer dizer, os Ativos pertencem ao poder concedente. Então, a Caducidade significaria o seguinte: *Olha, amanhã termina seu Contrato, você está fora, eu vou botar um pessoal no seu lugar aí na gestão.* Troca de crachá os funcionários, basicamente assim, troca a empresa e entra uma empresa estatal federal. A União teoricamente teria que ter essa teoria.

Quer dizer isso não dá para fazer de uma hora para outra dessa forma. Então, naturalmente a ANEEL, que é a delegada do Poder Concedente que fez o Contrato de Concessão com a Concessionária iria tomar uma posição no sentido de retomar o serviço sem ser pela Concessionária. Isso é o processo inclusive dito pela própria ANEEL que seria desse jeito. Ah, naturalmente isso precisaria de um prazo. Então, o quê poderia acontecer? Ela teria um prazo que seria um Prazo de Contingência de 90 dias, de tantos dias para duas opções: Ou teria uma empresa Concessionária estatal ou faria uma nova licitação de emergência, para assumir uma nova Concessionária, emergencialmente. Quer dizer, seria um caos, assim, a meu ver ficaria uma situação complicada de retomada de serviço, de Prestação de Serviço e tal.

Imagina a cabeça dos funcionários e os terceirizados que hoje trabalham na Concessionária sem saber quem é o dono da empresa, por uma situação de Caducidade. Quer dizer, esse modelo, eu digo que é mais uma falha nesse modelo. Ele não existe. Ele não é prático. Ele não é factível. Você não pode... Quando você vê uma Concessionária chegar ao fundo, como foi dito aqui, não tenho mais o que melhorar, não tem mais o que piorar, aliás, então, quer dizer, como é que você vai tirar se você não pode tirar e continuar o serviço na sequência, no dia seguinte, no *dayafter*. Então é um modelo que não tem a porta de saída num caso emergencial dessa forma. Então isso é mais uma forma... Por exemplo, a ANEEL não teria condições de assumir a Concessionária em nome da União no lugar da ENEL imediatamente. Então seria uma situação complicada. Talvez a resposta da ANEEL tenha sido feita dessa forma mais nesse sentido, preocupada em como eu vou resolver, e não simplesmente com o consumidor cearense. Eu vejo dessa forma a primeira pergunta.

Com relação a dívidas com o Estado, nós tivemos no processo de venda das ações da Coelce Estatal, uma avaliação, foi feito um valor eichon como diz o nome padrão, pelo IFC – International Finance Corporation que é um braço do Banco Mundial. O Banco Mundial e IFC foram contratados pelo Estado do Ceará para fazer avaliação, pra dizer: *Olha, a tua empresa Coelce vale "X", está aqui.* Aí fez um documento. Esse documento existe. Esse documento foi feito e foi o que baseou a Licitação de Venda das Ações do Estado. Então foi estabelecido aquele valor. *Olha, eu vendo as minhas ações no mínimo por "X", quem quer participar?* Aí teve a Licitação em 1997, e participaram vários, se não me engano três ou quatro interessados, e foi vencedor o Consórcio Distriluz, que no contrato está aqui, inclusive os componentes desse consórcio que foi o vencedor.

Nesse valor eichon, nessa avaliação feita pelo IFC, já que existiam condicionantes do Estado: *Olha, eu vou vender minhas ações, mas quem comprar vai ter que cumprir alguns compromissos já adquiridos, já estabelecidos na minha companhia enquanto estatal.* Quais esses compromissos?

Primeiro compromisso: Tem que garantir que vai implantar uma termelétrica a gás natural no Pecém, para suportar o nível de curto circuito de uma siderúrgica. Então, quem comprar vai ter que fazer esse empreendimento de alguma forma. Vai ganhar dinheiro com empreendimento também. Vai ser a proprietária de uma termoelétrica que vai vender energia. Perfeito. Esse compromisso abate desse valor "X" milhões. Então aquele valor previsto pela avaliação do IFC já caiu um primeiro bocado.

O segundo compromisso. PIE - Programa de Investimentos Especiais, 2% no primeiro ano; 1,5%, 1% até o final da Concessão. Quem vai dizer onde vai investir vai ser o Estado do Ceará esses valores de investimento. Ah!O PIE vai cair mais 30 milhões, "X" milhões, então aquele valor eichon que era um bilhão e 200, - eu estou chutando aqui números, falando números à toa – vão cair 50 por conta da termelétrica; 30 por conta do PIE.

Teve um terceiro compromisso que era o vencedor, o ganhador das ações, o comprador das ações do Estado se comprometeria em aportar à contrapartida de um compromisso da Coelce de implantar dois Parques Eólicos, um em Paracuru com 30 megawatts, e um em Camocim com 30 megawatts, no valor aproximado, em termos de valor de investimento, de cem milhões de dólares financiados pelo banco japonês JBIC ao Estado do Ceará. O Estado do Ceará tomava emprestado esse recurso; a Coelce, o ganhador, o vencedor da venda das ações da Coelce entraria com a contrapartida para esse empreendimento; o empreendimento pronto venderia a energia no mercado, a Coelce mesma compraria, colocaria à disposição; 70% dessa venda iriam para o pagamento do financiamento, e os 30% iria para recompor, ressarcir a contrapartida da Coelce. O Parque seria do Estado financiado pelo Banco japonês com a contrapartida paga antecipadamente pela Coelce e ressarcida por energia.

Então o quê a Coelce deve? Ela botaria o dinheiro inicial da contrapartida, mas receberia energia. Então ficaria zero a zero. Ah, mas no valor eichon, na avaliação do IFC foi considerado que esse valor financeiro de emprestar antecipada a contrapartida e receber depois energia corresponderia a uma queda do valor de "X" milhões de reais. Esse valor é um valor indefinido, nunca foi calculado.

O Parque Eólico não se não se concretizou. O governo, por conta do Proinfa (Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica) que evoluiu no Governo Federal, o Governo do Estado disse: *Não, eu não preciso mais fazer uma ação de atração de investimento para Parques Eólicos porque o próprio Governo Federal já fez o Contrato global, para o Brasil todo, do Proinfa, então eu não preciso mais tomar dinheiro emprestado, endividar o meu Estado para fazer um Parque Eólico para provar para o Brasil que parque eólico é viável. Então eu vou cancelar esse financiamento do banco japonês.* E foi cancelado no Governo Lúcio Alcântara, foi cancelado esse

financiamento e pronto, não vai ter mais Parque Eólico do Estado para provar que energia eólica é interessante para o Nordeste, para o Estado do Ceará, para o Brasil. Então foi cancelado o financiamento.

Com esse cancelamento, o entendimento da Coelce é que: *Pronto. Então eu não tenho mais compromisso. Morreu aí o meu compromisso com o Estado.* Não. Eu não concordo. Eu acho que ela comprou as ações mais baixas do valor e esse valor foi tirado da sociedade. Simples. Ela comprou mais barato, a Coelce, as ações, por conta desse compromisso. Então sim foi abatido o valor. Então ela deve esse valor que foi abatido. Quanto é? Tem que se olhar para essa avaliação, tem que se olhar para o que foi pago e calcular, fazer uma estimativa de cálculo que tem que ser negociada entre o Estado e a Coelce o valor exato desse valor que corresponde um ressarcimento desse custo, desse abatimento no lance que eles ganharam a compra das ações em função da presença desse compromisso, e por força da evolução tecnologia, por força do momento de crescimento de energia eólica no Brasil não foi mais necessário esse Parque Eólico.

Se eu consegui responder, se ficou claro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Então já estava pago, né? Já estava pago. O Estado já pagou tudo. A ENEL é quem é devedora ao Estado. Em outra fala a ENEL é quem é devedora.

SR. ADÃO LINHARES MUNIZ (Secretário Executivo de Energia e Telecomunicações do Governo do Estado do Ceará): Ela comprou as ações, vamos supor por um bilhão de dólares e considerou esse lance um determinado valor a menos pra compensar essa posição financeira que ela ia ter de aportar à contrapartida do Parque Eólico. Como o Parque Eólico não aconteceu, ela não aportou, e não aconteceu. Então, mas o valor que ela pagou, pagou menos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Eu identifico como o Estado... ela tem um débito com o Estado. Ela não construiu o Parque Eólico, não foi necessário, mas ela pagou a menos, então ela tem um débito com o Estado.

SR. ADÃO LINHARES MUNIZ (Secretário Executivo de Energia e Telecomunicações do Governo do Estado do Ceará): Com a sociedade cearense.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Com o povo do Estado do Ceará.

SR. ADÃO LINHARES MUNIZ (Secretário Executivo de Energia e Telecomunicações do Governo do Estado do Ceará): Com relação ao mercado AGD, a livre concorrência, quer dizer, o que a gente observa, - e eu faço uma comparação com os outros Estados do Brasil onde tem a mesma

configuração, - ou seja, você tem um *holding* de uma empresa que ela tem uma concessão e ao mesmo tempo ela também tem atividades que podem, digamos assim, competir, por exemplo, em geração distribuída. Todos os Estados que as Concessionárias adotaram uma abertura para que realmente isso pudesse ser possível como, por exemplo, Minas Gerais, evoluíram e cresceram, e teve geração de renda, investimento, houve mudança de crescimento em si da geração distribuída e não prejudicou a Concessionária, por exemplo, no caso a Cemig em Minas Gerais. Eu comparo sempre com Minas Gerais porque Minas Gerais foi na frente. E muita coisa o Estado do Ceará é pioneiro, avança, é vanguarda, mas nesse caso de geração distribuída Minas Gerais é o Estado que realmente se destacou e realmente comprova que dá resultado. Ou seja, os investimentos em geração distribuída trouxeram resultados para o Estado de Minas Gerais e não prejudicaram a Distribuidora que também era estatal, a Cemig Distribuidora.

Então comparando com o Ceará, essa dificuldade que é causada pela ENEL, no sentido de permitir o crescimento da utilização de geração distribuída numa Rede de Distribuição que a gente tem que é uma rede fraca, como eu falei também fora, antes da nossa conversa em relação ao MRT, a substituição do MRT que é Monofásico, retorno por terra, que é a rede fraca, digamos assim, no interior, que a gente tem que substituir por reforço trifásico, que tem um programa nosso para fazer esse reforço, o Ceará Trifásico, eu coloco sempre isso, através do PIE, desse programa, a gente reforçar as redes do interior de monofásico. Então, quer dizer, essa posição não cria uma dificuldade de livre concorrência se não houver a quarta pergunta, que é a dificuldade no orçamento de um interessado em fazer a conexão de uma Geração Distribuída.

O interessado chega: *Eu quero conectar nessa subestação 01 megawatts de Geração Distribuída.* Então a ENEL tem a prerrogativa regulamentar, garantida pela regulação, de fazer um cálculo de fluxo de energia; a energia vai entrar aqui e vai ser utilizada na mesma região? Não. Vai ter que subir para linha de 69; vai ter que ir para subestação de 69, e ir para Fortaleza, porque Fortaleza que tem a concentração de carga. Então, para que esse um mega entre em Caridade, por exemplo, e vá para Fortaleza, eu tenho que reforçar a subestação de 69 e levar aquela energia de um mega para Fortaleza. Isso vai custar 20 milhões para um projeto que custa cinco milhões, quatro milhões. Então, não faz sentido. No entanto, em determinada circunstância aquele projeto em ponta de rede ajuda a situação local. Essa conta não é feita no sentido positivo, é sempre feito no sentido da dificuldade, o que dificulta o investimento em GD, o que dificulta o desenvolvimento de Geração Distribuída no Estado do Ceará. Isso, realmente, é fato.

Então se você pegar e comparar o Estado do Ceará em termos de evolução de crescimento de Geração Distribuída que poderia ser muito, porque a gente tem uma qualidade de Sol, uma qualidade de produção de energia solar fotovoltaica excepcional, prejudica o desenvolvimento e investimentos em geração distribuída no Estado. Isso eu digo sem dúvida nenhuma.

Nós temos o Programa Renda do Sol, aprovado por unanimidade pela Assembleia Legislativa, que coloca à disposição a geração distribuída para o cidadão de baixa renda para produzir além do que ele precisa produzir o excedente e o Estado adquirir comprar a energia excedente dele. Vocês sabem muito bem porque foi votado por vocês. E isso é uma forma de você gerar, aproveitar o Sol para produzir, é como se você estivesse plantando, além do milho e do feijão, o Sol, e vendendo a energia produzida pelo cara no interior.

Então você oferece à disposição o painel fotovoltaico financiado, pago pelo beneficiário e vai buscar a energia dele, compra a energia para os prédios públicos do Estado. Então, quer dizer, isso era uma coisa que a ENEL poderia fazer ela mesma, inclusive ela tem a prerrogativa de fazer isso, ela pode contratar até 10% da energia que ela distribui como energia renovável. A Concessionária de Santa Catarina que também é estatal faz isso, poderia fazer essa compra de energia, ela mesma fazia um Renda do Sol dela e teria benefícios. Não é difícil de colocar na matemática, na engenharia essa conta.

Então, eu respondo essa, desse orçamento, como uma defesa, e juntando à terceira pergunta que é a livre concorrência, uma coisa somar outra. Ou seja, eu dificulto a tua entrada como investidor de Geração Distribuída e, ao mesmo tempo, se a minha Concessionária, a minha empresa GD, eu posso permitir que ela faça porque eu sou dono dela também, quer dizer, a gente não pode dizer claramente isso, mas quando você vê um orçamento de 15 milhões para ter um acesso de uma GD de 01 mega tem alguma coisa que não está batendo corretamente, ou seja, a engenharia não admite isso. Então é basicamente o que eu vejo isso, ou seja, eu estou cobrando como se eu tivesse penalizando aquele aquela Geração Distribuída lá de Caridade, porque ele vai produzir a energia, e eu estou carimbando aquela energia que ela tem que subir para Fortaleza. Então é caro eu bombear. Imagina eu bombear, fazendo parada com a água, eu tirar um poço lá de Caridade e trazer essa água para Fortaleza, bombeando lá, vai sair caro demais, lógico.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Deputado Guilherme Sampaio, faz parte também da nossa Comissão.

SR. DEPUTADO GUILHERME SAMPAIO (PT): Boa tarde. Eu queria pedir a compreensão pelo meu atraso, a Sessão terminou tarde hoje, nós estávamos em reunião com o presidente há pouco.

Essa prerrogativa de determinar o critério técnico através do qual essa Distribuição será feita para determinado destino, como você agora deu exemplo, uma GD de Caridade alimentando Fortaleza. Essa prerrogativa, de acordo com a regulamentação vigente, do ponto de vista técnico é uma prerrogativa da Distribuidora então. Ou seja, é a Distribuidora que diz como aquele investidor de um pequeno projeto de Geração Distribuída lá de Caridade vai se integrar à rede com determinado destino para aquela energia que vai ser gerada, é isso? Eu fui claro?

SR. ADÃO LINHARES MUNIZ (Secretário Executivo de Energia e Telecomunicações do Governo do Estado do Ceará): A pergunta está clara. O que determina é uma Análise de Viabilidade Técnica, chama-se AVT, que ela faz, por exemplo, ela tem na Região de Caridade, estou citando Caridade, mas pode ser Irauçuba, pode ser qualquer lugar do Estado, você tem uma determinada quantidade de energia que é consumida lá durante a manhã, durante a noite. O fluxo de energia ele ocorre naturalmente de onde está vinda a energia para quem está consumindo, por exemplo, eu tenho lá um distrito, vamos imaginar que a gente tem um distrito ali ou Caridade mesmo, ou Campus Belo ali, quer dizer eu sou de lá e sei. Então, você tem lá a rede vai levar essa energia para lá e o pessoal de noite está ligando a televisão e tal e está ligando ali as coisas, está consumindo ali. A Geração Distribuída, quando você coloca lá, naturalmente é o Sol, ela está na parte da manhã, então ela vai ser consumida o máximo possível por quem consome lá naquela hora, evidentemente ela não vai ser gerada de noite, então vai ter que ir a energia daqui de Fortaleza, de Canindé, de outro lugar para lá para ser consumido de noite. Durante o dia é consumida e o que sobra, um pouco que sobra, sobra pouco, vai para as proximidades, ou seja, dentro daquela rede que são alimentadoras de 13.8. E naturalmente se distribui por lá mesmo. Dificilmente você vai ter uma Geração Distribuída que vai gerar, aí você já tem a centralizada que já é diferente, é preciso realmente uma conexão mais alta, de alta tensão. Então dificilmente você vai ter esse fluxo de energia de uma geração de 01 mega, 02 mega saindo da região, das proximidades e indo para uma central precisando de um reforço de 69. É isso que eu quero dizer.

Então sob o ponto de vista dessa Avaliação Técnica a Concessionária coloca determinadas condições de fluxo e estabelece esse critério de que precisa reforçar rede 69. Portanto, se eu colocar um recondutoramento de uma rede de 69 para levar 01 mega que vai se distribuir na região inviabiliza. Ela tem razão até certo ponto.

É verdade, esse cálculo, esse fluxo está correto? Essa quantidade de demanda que tem na região realmente é muito baixa que 01 mega é preciso sair de lá e subir na 69? Isso tem que ser verificado. E naturalmente o solicitante recebe aquela resposta, ao invés de ele bater, vai desistir do

investimento. Ele vai dizer: *Aqui eu não vou fazer. Eu vou fazer na Bahia; vou fazer no Piauí. Eu vou fazer em outro lugar.*

Eu digo isso como Estado, como secretário, que nós recebemos vários investidores, vários, não é só um, relatando exatamente esse mesmo problema. E grandes investimentos, pequenos, mas grandes investimentos espalhados pelo Estado do Ceará.

SR. DEPUTADO GUILHERME SAMPAIO (PT): Nós teríamos aí um conflito de interesses, em tese, né? Qual seria a forma de superá-lo? Por exemplo, seria racional seria viável que essa Análise Técnica fosse elaborada por um ente independente da Concessionária, pela ANEEL? É racional nos modelos de concessão existentes que esse tipo de Avaliação não fosse feita pela própria Distribuidora?

SR. ADÃO LINHARES MUNIZ (Secretário Executivo de Energia e Telecomunicações do Governo do Estado do Ceará): A Rede de Distribuição do Estado é pública, serviços públicos. Nós não temos disponibilidade de todas as informações da Rede de Distribuição. Minas Gerais tem. Está no site, você entra no site, e pode calcular exatamente essa mesma Avaliação Técnica. O interessado pode fazer a conta, fazer o cálculo e checar. *Ah, mas tem dúvida? Ah!Não, eu não concordo.* A Concessionária diz uma coisa, o acessante diz outra. Nós temos uma Agência Reguladora. Aí volta para o problema, e o deputado não estava aqui no momento, que é a de descentralização da fiscalização e do monitoramento. Quer dizer nós temos uma fiscalização lá no céu, distante da gente, distante do cara lá de Caridade. Então ele não tem acesso a essa, digamos assim, essa mediação. Inclusive tem um departamento na Agência Reguladora Nacional que é um Departamento de Mediação exatamente os conflitos. Só que é diferente o conflito de direito, que tem opinião, tem interpretação. A matemática é cruel, é exata, ela não permite dúvida. Então, quer dizer, não tem dificuldade. Basta querer.

SR. DEPUTADO BRUNO PEDROSA (PDT): Então, agradeço, Presidente Guilherme; agradeço, Adão, pelas explicações. A gente fica muito preocupado, muito estarrecido, eu acho que essa é a palavra, do volume de investimento que o nosso Estado tem perdido e, ao mesmo tempo, a melhor parte que é descentralizada, seria investimento em Ararendá, investimentos em Ipaporanga, investimentos em Missão Velha, em Brejo Santo, Milagres, e nós estamos perdendo isso por uma ingerência da Concessionária. Então, com certeza a gente tem que levar isso até o final aqui na CPI, para buscarmos consertar esse desajuste que tem para a concretização da Geração Distribuída, das energias renováveis no nosso Estado.

Passo a palavra para você, presidente. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): Obrigado, Deputado Bruno. Quero passar a palavra para a Deputada Lia, logo em seguida para o Deputado Guilherme Sampaio.

SRA. DEPUTADA LIA GOMES (PDT): Boa tarde. Boa tarde, pessoal da Seinfra.

Eu fiquei aqui com algumas dúvidas. O senhor falou que o Modelo de Concessão no geral é bom, para além dessa questão da descentralização da fiscalização e da melhor organização do Conselho, *quais são as outras providências que outras mudanças nesse contrato que poderiam ser feitas e o quê o Estado pode fazer de mais efetivo assim que possa afetar a ENEL?* Existe algum tipo de punição para esse atraso de um ano e meio para fazer uma programação, quando eles recebem acho que o dinheiro à vista, um depósito único, e demora mais de um ano, dois anos para... Eu acompanhei até pouco tempo um caso de Reriutaba que eles demoraram quase um ano para fazer, mesmo a gente tendo a interferência, intercessão da Sinfra. Eu queria saber.

SR. ADÃO LINHARES MUNIZ (Secretário Executivo de Energia e Telecomunicações do Governo do Estado do Ceará): O problema da fiscalização, quer dizer, a Agência Reguladora cumpre regras, e sempre também se defende nesse sentido: *Eu não posso ir além do que está determinado pela regra*.

SRA. DEPUTADA LIA GOMES (PDT): Pergunta não registrada. Fora do alcance do microfone.

SR. ADÃO LINHARES MUNIZ (Secretário Executivo de Energia e Telecomunicações do Governo do Estado do Ceará): Está correto. Está correto. Claro, porque ela também não pode atropelar a legislação. Ela não pode tomar decisão, como aconteceu algumas vezes, alguma coisa relacionada com termelétricas, que acontece, às vezes, a gente fica assim: *Poxa, a Agência, no vácuo de uma legislação ela está tomando uma posição de Regulação.* Então, quer dizer, o Contrato é claro, têm as obrigações, têm as multas, estabelece as regras, e a Agência Reguladora faz a Regulação que são as resoluções baseadas na legislação. O problema é a execução dessas resoluções e o distanciamento da centralização lá, porque ao mesmo tempo em que a Agência Reguladora, ANEEL, em Brasília, tem um problema, vou citar de novo, de Caridade ou algum lugar do interior do Estado do Ceará, tem também Santa Catarina, tem também do Amazonas, e tem um corpo técnico que não tem braço suficiente para atender e avaliar.

Então, existe uma força muito grande das Concessionárias, das Distribuidoras de tal forma que aquele processo que tem em reuniões muito transparentes, você pode assistir as reuniões semanais, segunda-feira, terça-feira; tem um processo; tem a votação, tem a discussão e tudo, mas você está no nível da Agência Reguladora Nacional e as coisas que acontece lá, por exemplo, quando a gente faz aqui a reclamação, essa sua pergunta é muito interessante porque a gente faz a reclamação

diretamente pra ENEL. *Olha, nós precisamos resolver isso. – Sim, senhor, nós vamos resolver.* Aí passa uma semana: *Nós vamos resolver isso. – Sim, senhor.* Resolveu? Não. Mas vamos resolver. E aí dão mais um prazo.

As reuniões do Conselho são interessantes, é a mesma apresentação mudando a data. Tem lá: Obra número tal; nós vamos concluir no prazo tal. Ou seja, é uma postergação contínua de uma situação crônica. Ela precisa contratar mais terceirizados, empresas terceirizadas para cumprir Contratos.

Uma obra, por exemplo, para atendimento da Região de Morada Nova, uma área enorme de desenvolvimento de melão, fruta, é como se fosse um shopping center onde tem uma grande empresa Itaueira que vai produzir melão, exportar e tudo e vai criar um satélite de produção de pequenos produtores enorme; uma obra de 33 milhões com uma subestação nova, reforçar uma região densa de produtividade, três anos para construir. A mesma empresa pede no mercado privado e faz em oito meses. Quer dizer tem alguma...

SRA. DEPUTADA LIA GOMES (PDT): Pergunta fora do alcance do microfone.

SR. ADÃO LINHARES MUNIZ (Secretário Executivo de Energia e Telecomunicações do Governo do Estado do Ceará): Não. Não. Esse pagamento é o dinheiro que está no bolso dela. Esse dinheiro não sai do Estado. Isso aí é que eu queria corrigir. Esse é o direito que o Estado, a prerrogativa que o Estado tem de dizer: *Olha, ENEL, esses 70 milhões desse ano que a ARCE acabou de me dizer aqui que eu tenho o direito de dizer onde eu vou botar...* Eu tenho o direito de dizer onde eu vou botar. Eu não pego o dinheiro do Tesouro e dou para ela não. Não deposito; não pago antes. É diferente do privado. Quando a gente pede uma ligação que precisa pagar, ela pede que a gente adiante o dinheiro, e realmente ela pode atrasar. É isso que aconteceu. É fato. Agora, o do Estado, esse do PIE, o dinheiro está nela, está no dinheiro dela, é o dinheiro da arrecadação dela; é o investimento dela. A única coisa que o Estado tem, conforme o Contrato de Venda das Ações é a prerrogativa de dizer: *Essa obra de remoção dos postes da BR e tal lá em Juazeiro*, - eu estou dizendo isso que eu li uma aí que está atrasada, que é assim, - *vai ser de tantos milhões, três milhões, está aqui, esse dinheiro você faz pra essa obra aqui.* Então, eu não pego no dinheiro. O dinheiro é dela, o investimento é dela. Eu só digo onde ela deve botar. E aí ela tem que me dizer o prazo e fazer essa obra naquele prazo, remover os postes e tal, e fazer tudo isso.

A gente fez muito com o seu irmão lá, essas coisas, mas com muita dificuldade também. Ele é testemunha disso tudo também. Então, quer dizer, é diferente do privado que pede uma ligação, e ela diz olha: *Custa tanto, porque também tem o direito.* A conexão privada tem uma parte que é do

acessante e tem uma parte que é da Distribuidora. Essa parte da Distribuidora vai para tarifa e é remunerada de volta para ela. A parte do acessante ele paga. Por quê? Porque ele está numa ponta, digamos assim, precisa acrescentar a coisa. Pode ser erro? É. Mas isso é da regra, da União. Então, eu estou pagando uma coisa porque a União não pode fazer tudo, teoricamente, essa complementação feita pelo acessante. Mas mesmo assim ela atrasa. Mesmo assim ela tem prerrogativa. Aí ela justifica. Para efeito de fiscalização que foi a pergunta, ela justifica. Ela diz assim: *Olha eu não fiz por conta disso, disso, disso.* Aí o fiscal diz assim: *Tudo bem, eu vou abrir mão dessa vez.* Aí da outra vez ela justifica de novo. Aí tudo bem. Aí esse tudo bem vai, vai, vai. E nós aqui da nossa Agência Reguladora que é a ARCE não temos esse poder de cobrar. Mas a gente vê muitas coisas que a ARCE em determinado momento que tem autonomia para multar, a multa foi aplicada; ela recorreu à ANEEL, e a ANEEL tirou a multa ou baixou a multa. Quer dizer, por quê? Está se tornando uma coisa de interpretação e não de matemática. Então a gente está errado. No modelo está errado isso porque não deveria ser de interpretação. *Ah! Não, essa multa eu estou interpretando de um jeito, e eu estou interpretando de outro?* Não! Se você falhou e errou; o prazo é tanto e não fez; a multa é tanto e acabou. Não tem que ter desconto. Quer dizer, isso eu também considero que tem um erro com relação.

A regulação tem que ser precisa, objetiva. O cara sabe de antemão se ele falhar vai ter que pagar. Está estabelecido, é aquele preço, não tem desconto. Quer dizer, essa regra também é uma sugestão de mudança de modelo. Eu respondi tudo?

SRA. DEPUTADA LIA GOMES (PDT): No técnico, é isso? Termo... aí a gente solicitou aqui, quando a gente esteve lá pedimos para ele nos enviar quais são esses Termos; quais foram as metas que eles colocaram; qual é o prazo, e eles ficaram de mandar em 15 dias, eu acho que já tem mais ou menos um mês e meio. Hoje, o Deputado Fernando assinou um pedido oficial para solicitar que eles mandem esses Termos do acordado lá com a ENEL.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO GUILHERME SAMPAIO (PDT): Então, Secretário Adão, eu queria em primeiro lugar agradecer a qualidade da exposição de vossa senhoria, eu acho que está colaborando muito com o nível dos trabalhos da Comissão.

Quero mais uma vez me desculpar aqui com os colegas pelo atraso. Muitas das questões que eu faria foram abordadas. Eu percebi, e pelos relatos que recebi informalmente aqui que o senhor focou muito em observações em relação à eficiência da fiscalização, dos compromissos assumidos pela Concessionária, etc., e tendo em vista que nós estamos a poucos anos de um novo Contrato, e que o problema vivido aqui no Ceará não é mais um problema localizado, é possível deduzir a partir

do que está acontecendo no país que é um problema de modelo, não é um problema localizado. Há outros Estados onde há CPIs inclusive com outras empresas.

Essa crise em São Paulo provocou um abalo mais significativo nesse debate, e o Presidente Fernando foi muito feliz quando nós visitamos a ANEEL, explicitando a nossa avaliação, a nossa percepção de que só houve um movimento, e parece ainda tímido, em função da crise que aconteceu em São Paulo, do poder econômico, do poder político que é subjacente ao protagonismo do Estado de São Paulo na Federação.

Eu suponho que essa crise ensejará uma revisão para os próximos Contratos de Concessão ou pela forma como esses Contratos serão discutidos, suponho eu, até porque, como eu disse há pouco que não é nada localizado mais.

Então a minha questão pode até ser um pouco repetitiva, levando em conta que estamos a poucos anos do fim desse Contrato, levando em conta que muito possível, é muito provável que haja uma nova Concessão, quais seriam os aspectos que deveriam ser levados em conta numa revisão deste modelo contratual que a ANEEL elaborará para as próximas Concessões, uma vez que está evidente pela crítica generalizada, pela avaliação generalizada dos vários setores, que obviamente alguma coisa muito significativa falhou. Os prejuízos socioeconômicos para o País são gravíssimos. Então algo se deve depreender desse processo, no mínimo para que o poder político pressione a elaboração desses próximos Contratos que virão; dos Termos. Então eu lhe provocaria a falar um pouco sobre isso. O que é que pode evoluir em termos dos próximos Contratos a serem celebrados, haja vista a experiência recente não só aqui no Ceará, mas também no Brasil.

A minha segunda questão é no sentido de conhecer um pouco melhor as perspectivas de implementação do Renda do Sol, que nos pareceu uma ideia bastante inovadora, foi muito bem acolhida aqui na Assembleia Legislativa; há uma mobilização popular inclusive de expectativa em relação à implementação desse programa. Ele quebra paradigmas porque nós colocamos o pequeno proprietário rural, a população de baixa renda incluída num sistema de geração de energia que terá por consequência a geração de renda para essa população, então, isso não é usual, acho que pode se tornar inclusive uma marca do Governo do Governador Elmano, não só em relação a esse programa específico, mas o compromisso de nos grandes investimentos buscados para o Estado do Ceará sempre encontrar formas de integração de um segmento da população que não participa.

Então nós vamos ter grandes investimentos, esperamos nós, na geração de Hidrogênio Verde, em plantas que vão gerar hidrogênio verde etc., e tal isso vai exigir muito consumo de energia limpa para ter como resultado final o Hidrogênio Verde. Então, ao pensar isso nós incluímos nesse sistema

não só a grandes geradores, mas pequenos geradores que podem auferir lucros com esse tipo de investimento que em tese poderia ser discutido só entre grandes players.

Então o que o Governo do Elmano faz, no meu entendimento, ao propor programas como este e também outros de outras áreas é incluir uma parte excluída para o auferimento de vantagens de renda, de benefício, de lucros que em geral, quando nós tratamos de grandes projetos de investimentos ficam circunscritos aos grandes players.

Então a minha curiosidade era saber um pouco da perspectiva e da viabilidade de implementação dessa proposta do Renda do Sol.

SR. ADÃO LINHARES MUNIZ (Secretário Executivo de Energia e Telecomunicações do Governo do Estado do Ceará): É muito interessante a colocação do Renda do Sol porque realmente dá um espaço para a gente deixar mais claro, trazer mais luz para essa visão que você é muito bem colocou, deputado.Eu acho até que eu vou começar por ela, porque realmente chama mais atenção.

Além desse protagonismo que o senhor mencionou do governador, sob o ponto de vista de botar esse pessoal na mesa, trazer para perto, tem uma coisa que ele muda, e aí tem realmente uma mudança de paradigma que é não é assistencialismo, ele é uma um estímulo a um empreendedor, ou seja, vai junto uma série de coisas não são ditas, mas, por exemplo, vai capacitação, e a capacitação não é só a capacitação para consertar um painel, trocar um disjuntor, é a capacitação para perceber que o que ele está fazendo está trazendo retorno para ele.

Qual é o problema dessa pessoa que não tem esse espaço, que está fora do jogo? É porque ele não tem crédito. Se ele for ao banco pedir dinheiro emprestado para botar um painel fotovoltaico ele não vai ter, ele não vai conseguir. E vamos que ele consiga. Ele não vai conseguir vender a energia, não tem quem compre. Assim como no milho, no feijão ele faz e acontece a mesma coisa. Ele não produz muito porque ele não tem crédito, e não vende porque não tem quem compre. Então, o que é que o Estado está fazendo? Criando um protagonismo para matar esses dois problemas: o do crédito e a compra da energia, a garantia da compra da energia. A energia vai sair lá de Irauçuba e vem pra cá. Imagina essa luz que a gente está tendo agora aqui na Assembleia Legislativa ser produzida por um baixa renda no interior. A Assembleia está comprando essa energia de um cara que está produzindo o excedente dele; ele precisa de 100 kilowatts hora, ele produz 900, os outros 800 ele vende. Quem é que compra? O Estado compra. O primeiro comprador é o prédio público do Estado. O segundo, na proposta do nosso projeto, é o município, é a prefeitura. E o terceiro são as empresas. As empresas grandes de produção de hidrogênio. Ou seja, está aberto esse caminho dessa forma. É muito difícil,

não é fácil fazer isso aí, fazer isso funcionar não é muito, não é muito... Você vê que esses movimentos que estão acontecendo já é cobrança: Ah! Eu quero também. Eu quero o meu kit.

Eu vi um filme aí o cara dizendo assim: *Venha buscar o seu kit, é um direito adquirido;* como se fosse uma coisa de graça. Não é. Não é. Vai pagar. O cara que vai colocar o painel lá na comunidade dele vai pagar parcela, e vai tirar a parcela, e vai ficar com que sobrar, com o dinheiro restante, mas ele vai pagar. Mas tem a garantia da compra da energia daquele excedente que ele produz.

Então, quer dizer, esse modelo é um modelo que muda totalmente a cabeça da situação de assistência, de esmola, quer dizer, ele é provocador nesse sentido. O que vai acontecer, e a gente espera? Que os filhos dos moradores lá é que vão perceber a oportunidade de fazer negócio, de gerar, produzir em vez de plantar o milho e o feijão, em vez de rezar para chover rezar para não chover, para produzir mais energia.

Então, quer dizer, esse é o primeiro ponto que é muito interessante desse programa. Se a gente conseguir fazer esse programa vingar, dar certo a gente vai mudar a concepção e o pensamento do interior do Estado do Ceará, vai ter gente querendo ir para o interior para produzir energia. Essa é uma percepção que a gente pode dizer que pode construir.

O programa está sendo feito gradativamente, a gente tem as dificuldades inerentes a um governo e um governo que tem restrições de orçamento. Primeiro projeto é um projeto piloto, é um projeto que a gente quer fazer a concepção, chama-se Monte Alegre, Tamboril, 31 famílias, assentamento, irrigação. A gente vai colocar uma usina que vai servir para o atendimento das casas deles, da comunidade, e vai ter uma usina que vai vender energia. Então eles vão perceber claramente: Essa usina vai vender energia e eu vou ter Receita dessa energia que está vindo do sol. Quem está me dando isso não é o governo é o Sol, é a produção de energia, e aquela vai produzir energia para minha casa.

A outra comunidade com 131, em Jaguaribara, Mandacaru, e tem outros próximos lá. Isso foi em decorrência da retirada do pessoal debaixo do Castanhão, transferiu para lá, foi feito um polo de irrigação. Veja que tudo está relacionado com produção. E isso é uma das prerrogativas iniciais. Mas a prerrogativa final é a produção de energia e vender a energia excedente. Mas essas duas, agora, para exatamente entrar no modelo, estão relacionadas com produção, com irrigação natural. O nosso credenciamento, o nosso cadastro vai ter uma lógica também de Engenharia, de Matemática. O Estado pretende colocar onde realmente tem condição de vingar, de dar certo. Nós queremos o lado positivo do negócio, ou seja, nós queremos o círculo virtuoso. Ou seja, imaginamos a seguinte

situação, se o cara não consegue fazer, não consegue produzir, pega o painel, vende, aí mata o programa. Ou seja, a gente não pode permitir dar chance a uma situação negativa. Então tudo que está sendo colocado está sendo colocado no sentido de ter o êxito. Então esse é o princípio.

Depois desses dois projetos a gente vai ter a segunda fase que vai ser o levantamento, vamos mapear o Estado com todas as comunidades. Nós temos uma estimativa de que um milhão e 500 pessoas abaixo de um determinado nível de renda, 400 mil famílias distribuídas; tem a Secretaria do Desenvolvimento Agrário que tem um mapeamento de todo esse processo. Nós temos também a parte urbana. Como a gente vai resolver a parte urbana? A parte urbana não é viável no primeiro momento porque a regulação não permite. O custo da energia do cara que está no na área urbana e não pode colocar em cima diretamente da casa dele, se ele for produzir lá em Irauçuba para consumir em Fortaleza não vinga, não passa. A gente tem que esperar a mudança da regulação de Geração Distribuída remota para uso urbano para que essa... Quer dizer, a partir do momento que cada um possa ter a sua geração e comercializar ela por si, que é o momento da empresa, a empresa hoje, nem o Estado pode comprar diretamente a energia do produtor lá, hoje, mas pode simular essa compra através do arrendamento do equipamento, que é o que nós vamos fazer no projeto piloto. Nós estamos antecipando esse modelo de compra através de um arrendamento.

Na segunda fase a gente já vai poder passar para esse segundo modelo que a compra da energia do megawatt/hora. Na terceira fase não vai ser só o Estado vai ser a empresa. Então nós vamos permitir que a empresa de produção de hidrogênio que vai estar lá no Pecém tenha um percentual da compra da energia para produzir hidrogênio de baixa renda, e ele tem um selo social. *E como é que vai ser o equilíbrio dessa energia?* Vai ser mercado. Não tem nada fora do mercado, não vai ter subsídio, não vai ter...

SR. DEPUTADO GUILHERME SAMPAIO (PDT): Pergunta não registrada, fora do alcance do microfone.

SR. ADÃO LINHARES MUNIZ (Secretário Executivo de Energia e Telecomunicações do Governo do Estado do Ceará): A Distribuidora não tem... Ela poderia estar junto, ela poderia fazer parte. Isso a gente já ofereceu, ela poderia fazer a parte comprando a energia também. Como eu falei há pouco, ela tem o direito de comprar a energia renovável, até 10% do mercado dela, ela poderia estar fazendo isso. Poderia dar certo. Ela pode participar, ela está aberta a participar. No PIE, a gente teria necessidade de uma lei que permitisse que o PIE fosse aplicado para Geração Distribuída. Isso é a minha defesa também. Assim como a gente na pandemia, o senhor lembra isso, eu participei, nós fizemos uma lei que permitiu pegar dinheiro do PIE para pagar energia elétrica do pessoal de baixa

renda. Foi dinheiro do PIE, foi na goela, porque foi uma lei, por conta da contingência da pandemia. Agora nós podíamos fazer uma proposta de lei que permita que o PIE, 70 milhões do PIE seja aplicados em painéis de fotovoltaicos...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO GUILHERME SAMPAIO (PDT): Pergunta fora do alcance do microfone.

SR. ADÃO LINHARES MUNIZ (Secretário Executivo de Energia e Telecomunicações do Governo do Estado do Ceará): Não, não tem dependência, deputado. Ela não tem... A única coisa, pois é...

SR. DEPUTADO GUILHERME SAMPAIO (PDT): Pergunta fora do alcance do microfone.

SR. ADÃO LINHARES MUNIZ (Secretário Executivo de Energia e Telecomunicações do Governo do Estado do Ceará): É porque a gente está falando de baixa renda, de projetos pequenos, não é um mega. Então ela não vai poder botar um orçamento de 20 milhões para a gente fazer o Renda do Sol. Isso aí não tem nem perigo. Não tem não tem chance. Isso, a ENEL não pode ter objeção absolutamente nenhuma pros projetos no nível do Renda do Sol, de repente numa conexão lá de Monte Alegre, lá em Tamboril, dizer que a conexão para fazer a conexão precisa de um orçamento de um milhão de reais. Não tem como.

No caso de a gente ter uma comunidade que haja necessidade de reforço pra trifásico, de monofásico pra trifásico, aí sim nós utilizamos o PIE. Ah é? Nós fazemos o reforço de rede pra trifásico para aquela comunidade. Então o PIE vai servir de apoio de infraestrutura para garantir nos projetos onde haja necessidade de reforço de rede de monofásico para trifásico. Acho que respondi.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Senhor Adão, agradecendo, mas colocando mais uma vez à disposição dos deputados e deputadas, Deputado Guilherme Sampaio, está satisfeito? Deputado Guilherme Landim, Deputada Lia Gomes.

Senhor Adão, primeiro lhe parabenizar pelas palavras qualificadas, eu acho que qualificou muito o nosso debate aqui na Casa. Eu já ouvi aqui dos parlamentares dessa qualificação desse debate aqui com a sua participação e da sua equipe, a quem eu quero de antemão agradecer, a sua maneira técnica e, evidentemente, as suas respostas não são respostas sim ou não, elas são respostas que explicam tecnicamente os problemas que nós, e eu particularmente que sou leigo no assunto, mas entendo da reclamação, do sofrimento do povo cearense, foi exposto aqui todo esse sofrimento da população de forma técnica, por quem entende, tem legitimidade para falar sobre esse assunto.

Eu queria agradecer muito, mas muito mesmo a sua disponibilidade, qualificou muito o debate para essa Comissão Parlamentar de Inquérito. Quero lhe pedir que possa ficar à disposição

para que a gente possa convidá-lo mais alguma ou algumas vezes se necessário for, mas já quero também deixar o convite aqui para a participação do senhor.

Pois não, pode falar.

SR. ADÃO LINHARES MUNIZ (Secretário Executivo de Energia e Telecomunicações do Governo do Estado do Ceará): Eu peço desculpa, mas eu comecei pela segunda pergunta e faltou à primeira, deputado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Pois não, pode responder, por favor.

SR. ADÃO LINHARES MUNIZ (Secretário Executivo de Energia e Telecomunicações do Governo do Estado do Ceará): E é muito importante. Eu já tinha comentado sobre o Modelo da Concessão federal, regulação, fiscalização, monitoramento pela Agência Reguladora, teoricamente as coisas são muito, muito perfeitas. A gente olha o modelo, é um modelo perfeito, tudo deve funcionar. Se a coisa acontecer lá no ponto que acontece que a energia está sendo necessária, que o atendimento está sendo necessário. Se esse modelo acontece só em Brasília, a distância, não funciona. Essa mudança de modelo, quer dizer, nesse cenário da nova Concessão, e aí eu participo das reuniões do Fórum de Secretários de Energia junto no Ministério de Minas e Energia com a Secretaria de Energia Elétrica do Ministério de Minas e Energia está tendo uma preocupação por parte do poder concedente, do Ministério de Minas e Energia, no sentido de reformular esse modelo trazendo mais, aproximando mais a fiscalização, a regulação para o ponto de onde a coisa acontece. Ou seja, nós temos um país enorme, as coisas acontecem no município. Tudo acontece no município, tudo. O cara sente dor no município, precisa de um plano no município, precisar de energia no município, tudo acontece no município, e tudo é centralizado na União.

Então, quer dizer, essa mudança de paradigma, de as coisas serem monitoradas e fiscalizadas no nível de onde ocorre, eu acho que isso vai ser o pulo, a mudança.

Então eu acho que nesse sentido aproveitar o aprendizado dos Contratos que eu diria que tão bem feitos, mas não são facilmente executáveis por conta dessa dificuldade de acompanhamento desses Contratos. Um Contrato que acontece numa empresa em qualquer lugar, você tem um contrato se você não monitora e não corre atrás, você vai ter brechas de alterações. Então a minha sugestão principal é que no novo modelo de Concessão exista aproximação maior do acompanhamento do Contrato de Concessão.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Muito obrigado. Nós é que agradecemos. Eu queria já deixar o convite, evidentemente que nós vamos lhe avisar e convidá-lo

oficialmente para participar da Oitiva que nós vamos realizar aqui com a presença da ENEL. Nós já combinamos entre nós que faremos uma Oitiva onde todas as pessoas possam participar: prefeitos, empresários, comerciantes, quem quiser participar e ir lá expor o seu sentimento é o que nós queremos, e também que façam as suas indagações, repito, é essa empresa que eu considero, e aí é uma palavra minha, eu gosto de dizer isso para não colocar outras pessoas dentro de um circuito que talvez elas não queiram ser, neste momento, colocadas, uma empresa que eu considero irresponsável, desumana que vem fazendo esse mal grande ao povo do Estado do Ceará. Eu já escutei até que a vontade dela mesmo era deixar o nosso Estado. Não vai deixar porque não tem quem queira comprar uma empresa tão odiada como a empresa ENEL.

Eu queria deixar aqui para os deputados e deputadas um Requerimento nosso verbal, e vou fazê-lo oficial para que nós possamos juntos até fazer esse Requerimento, para convocarmos o Superintendente de Obras Públicas do Governo do Estado do Ceará, o Dr. Quintino Vieira, para que ele também venha prestar esclarecimentos a essa Comissão Parlamentar de Inquérito, ele que cuida das obras públicas do Governo do Estado do Ceará, e cada município, 184 tem obras públicas, e nós queremos ouvir do Dr. Quintino e da sua equipe como está ocorrendo os prazos para que essas obras sejam entregues à população e prestem o seu serviço à população.

Então já faça esse Requerimento de forma verbal aos meus colegas deputados e farei para que a gente possa deliberar nas próximas reuniões.

Estou também por satisfeito, mas uma vez os deputados e se quiserem fazer alguma... Não querem mais. Senhor Adão, muito obrigado ao senhor e à sua equipe que veio aqui. Muito obrigado pela atenção de todos. Repito o que sempre tenho dito, e talvez hoje eu não tenha dito isso: A CPI desta Casa não é contra a ENEL, é uma CPI a favor do povo do Estado do Ceará. O nosso desejo aqui é que esse serviço melhore para a população que está lá na ponta, para a população tão necessitada, tão precisada e que vem anos após anos sofrendo com a má prestação de serviço dessa empresa; e muitas vezes os diretores daqui que estão aqui não tem autonomia alguma para tomar nenhuma decisão, é o que nós percebemos aqui no dia a dia, e defendem a empresa, evidentemente, estão defendendo o seu ganha pão, e é um direito deles. A gente não pode tirar esse direito deles, e é até louvável esse direito deles, mas é o nosso direito também de cobrar dessa empresa que ela respeite o povo do Estado do Ceará, preste um bom serviço ou mude ou se mude do Estado do Ceará, porque ninguém aguenta mais. Infelizmente, nós não estamos contentes com isso. A percepção nossa é que esse problema é generalizado no País, e por ser generalizado no País, a nossa esperança de mudança no Estado do Ceará vem diminuindo a cada dia. A nossa cobrança, a nossa tentativa, a nossa

obrigação em fazê-lo, nós estamos fazendo e vamos fazer, mas vem diminuindo a nossa esperança por vermos que igualmente ao Ceará o problema se alastra aonde a ENEL trabalha, onde a ENEL tem Concessão Pública nesse país. Infelizmente, por ser uma Concessão Pública ela não tem tratado como tal. Concessão pública já está dizendo que ela tem que prestar satisfações à população, e é o que ela não tem feito. Não respeita essa Casa, não respeita a população do Estado do Ceará, e nós não vamos nos calar nem vamos aguentar esse tamanho desrespeito à nossa população cearense.

Quero agradecer aqui as meninas que fazem parte da Comissão Parlamentar de Inquérito, ao Manoel que está todo dia aqui também secretariando e fazendo o seu trabalho; aos deputados e deputadas que participam, fazem parte dessa Comissão Parlamentar de Inquérito, que para além de fazer o trabalho aqui, aquiescendo esse debate com as informações que recebe, também demonstrando as suas indignações estão lá ponta, nos municípios, andando nas suas regiões e ouvindo da população todo santo dia essas queixas que nós reiteradas vezes, em cada reunião nossa, seja interna, seja deliberativa, seja nos momentos de Oitiva, nós estamos repassando para a população.

A população que está nos assistindo, que está nos ouvindo, não pense que até aqui algumas coisa melhorou. Nada melhorou. A única coisa que eu posso dizer para vocês é que a CPI fez com que a ENEL descesse do pedestal e viesse aqui a esta Casa pela primeira vez e pedir para apresentar um Plano de Expansão.

Para finalizar, eu quero dizer à população e à empresa ENEL que nós não aceitamos que venha apresentar somente um Plano de Expansão, ela tem que vir aqui convocada por essa CPI prestar esclarecimentos, ouvir cada relato, cada questionamentos, cada pergunta, responder todas elas, após isso, encerramos o nosso trabalho. O nosso relator Deputado Guilherme Landim entregar e apresentar o relatório, e aí nós vamos a quem for de direito cobrar punição até hoje pelo que a ENEL fez, e daqui para frente se ele quiser apresentar um Plano de Expansão venha a esta Casa pedir perdão ao povo do Estado do Ceará, uma vez que ela peça perdão, aí ela apresenta o Plano de Expansão, e nós vamos criar uma comissão permanente para acompanhar esse Plano de Expansão, seja semestral, seja anual, nós vamos criar essa comissão e nós vamos acompanhar, e se ela melhorar, nós vamos a partir desse ponto, agradecer e aplaudir. Se ela não melhorar, eu não vejo outra forma senão ela se mudar do Estado do Ceará.

Nós vamos encerrar essa reunião muito grato mesmo ao senhor Adão, à sua equipe por ter vindo aqui; Deputada Lia, Deputado Guilherme Landim, Deputado Guilherme Sampaio, pela participação, Deputado Bruno Pedrosa e a todos que nos assiste que nos escutam, muito obrigado

pela participação de vocês, pedindo a Deus que nos abençoe com saúde, paz e felicidades. Muito obrigado. Está encerrada a presente reunião.

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (CPI) RELATIVA À ENEL, REALIZADA NO COMPLEXO DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ EM 11 DE MARÇO DE 2024.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Boa tarde senhoras e senhores. Quero saudar a todos que se encontram aqui nesta sala de Comissões, saudando especialmente aqui a Deputada Lia Gomes; os Guilhermes: Deputado Guilherme Sampaio e Deputado Guilherme Landim, relator da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga a ENEL no Estado do Ceará; saudar a todos que estão aqui presentes; saudar aqui o Prefeito de Crato, Zeailton Brasil, que estava ali também, agora há pouco, a queixar-se do serviço da ENEL lá na sua terra. Saudar o nosso convocado aqui, hoje, o senhor Heitor Rodrigo Pereira Freire, Diretor de Fundos e Incentivos e de Atração de Investimentos da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, da SUDENE.

E eu pergunto aos deputados se eu já posso inclusive convidar o senhor Heitor a compor Mesa, aqui. Por favor, Heitor Freire, como é conhecido, por favor, compor a Mesa aqui conosco.

Convidar também para compor a Mesa, nesta reunião, o Dr. Ícaro de Mendonça Gaspar, advogado. Convidar aqui o Dr. Ícaro, que é o representante das vítimas de acidentes fatais em virtude de choques elétricos. Dr. Ícaro, por favor. Seja muito bem-vindo. Temos também aqui uma convidada, mas ela vai participar de forma virtual, que é a Senhora Ivamar Pereira de Sousa, conforme Requerimento de nº 4/2023, do colega Deputado Guilherme Sampaio.

Feito aqui o convite a quem nesse momento já está compondo a Mesa da nossa 4ª Reunião Extraordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Gostaria de saudar também aqui o Dr. Cleto Gomes, advogado da Empresa ENEL, que está aqui nesse momento ouvindo aqui e participando; o representante também da ENEL ali que ele me segue Brasil afora. Eu sempre esqueço o nome dele, mas a fisionomia... inclusive em São Paulo, estava lá acompanhando a CPI, e ele... Carlos Matos, e ele me seguindo lá, sempre Dr. Cleto, ali na minha cola. E eu converso muito com ele também nesses momentos. Eu já fui até um pouco duro demais com ele, sem ele merecer. Mas ele sabe que é o sentimento da população do Estado do Ceará que muitas vezes toma conta de nós, na indignação, e terminamos expondo esse sentimento ao CPF das pessoas, tendo em vista que nós estamos querendo nos dirigir mesmo é ao CNPJ.

Bom, feito aqui os convites, eu peço aqui ao Deputado Guilherme Sampaio que possa fazer a leitura da pauta, para que a gente possa aprová-la e dar segmento à reunião.

SR. DEPUTADO GUILHERME SAMPAIO (PT): Senhor presidente, senhores deputados, senhora Deputada Lia Gomes, todos que acompanham mais essa Sessão da CPI, muito boa tarde.

Como dito por Vossa Excelência, Presidente, a Ata da reunião anterior já foi devidamente lida e aprovada na referida reunião; Nada consta no Expediente.

Ordem do Dia: Temos a Oitiva do senhor Heitor Rodrigo Pereira Freire, Diretor de Fundos e Incentivos de Atração de Investimentos da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), conforme o Requerimento de nº. 02 de 2023, de autoria do Deputado Fernando Santana, aprovado por unanimidade pelos deputados membros da Comissão, na reunião interna ocorrida em 27/02/2024.

Alínea "b". Oitiva do Dr. Ícaro Ferreira de Mendonça Gaspar, advogado inscrito na OAB, conforme Requerimento 32/2023, de autoria do Deputado Guilherme Sampaio, aprovado por unanimidade pelos deputados membros da Comissão na reunião interna ocorrida em 27/02/2024.

Oitiva da Senhora Ivamar Pereira de Sousa, conforme Requerimento 4/2023, de autoria do Deputado Guilherme Sampaio, aprovado por unanimidade pelos deputados membros da Comissão na reunião interna ocorrida em 27/02/2024.

Alínea "d". Leitura, discussão e votação dos Requerimentos e relatórios em geral:

1. Requerimento 05/2024, de autoria do Deputado Guilherme Landim - Requer que seja enviado Ofício para a ENEL solicitando relatório dos valores devolvidos nos últimos 60 meses, decorrentes de cobranças indevidas.

2. Requerimento 06/2024, de autoria do Deputado Guilherme Landim - Requer que seja enviado Ofício para a ENEL solicitando relatório no montante de tributos: ICMS, ISS, CIP, dentre outros, efetivamente pagos, pendentes de pagamentos e questionados judicialmente por parte da ENEL decorrentes de autos de infração, Processo Administrativo Tributário nos últimos 60 meses, separando por mês e tipo de tributo, bem como obter informações se a ENEL está inscrita na Dívida Ativa por não ter pago alguns tributos junto ao Estado e Municípios do Ceará.

3. Requerimento 07/2024, de autoria do Deputado Guilherme Landim - Requer que seja enviado Ofício para a ENEL solicitando relatório de quantitativo de reclamações recebidas pela ENEL nos últimos 60 meses, separando por consumidor, mês e tipo de reclamação, contendo, no mínimo, as seguintes informações: número de clientes, número do consumidor, tipo de reclamação, tema/assunto, data e número do protocolo de reclamação; data da resposta e solução do problema e reclamação procedente ou improcedente.

4. Requerimento 08/2024, de autoria do Deputado Guilherme Landim - Requer que seja enviado Ofício para ENEL solicitando relatório de quantitativo de reclamações recebidas pela

Ouvidoria da ENEL nos últimos 60 meses, separando por consumidor, mês e tipo de reclamação, contendo, no mínimo, as seguintes informações: número do cliente, número do consumidor, endereço, localidade, município, data e número de protocolo de reclamação; data da resposta/solução; procedência ou improcedência da reclamação.

5. Requerimento 09/2024, de autoria do Deputado Guilherme Landim - Requer que seja enviado ofício para a ENEL solicitando relatório das devoluções realizadas por descumprimentos dos prazos comerciais; Anexo III da REN-414, de 2010 da ANEEL, separando por mês e município ou região geográfica, referentes aos últimos 36 meses.

6. Requerimento 10/2024, de autoria do Deputado Guilherme Landim - Requer que seja enviado Ofício para ENEL solicitando relatório com relação dos consumidores que tiveram ressarcimento por descumprimento de prazo por parte da ENEL, contendo no mínimo as seguintes informações: nome do consumidor, tipo de reclamação, número de protocolo, data do protocolo, data da resposta, reclamação procedente ou improcedente, o valor e data do ressarcimento.

7. Requerimento 11/2024, de autoria do Deputado Guilherme Landim - Requer que seja enviado Ofício para a ENEL solicitando relatório com relação de consumidores que protocolaram reclamação de ressarcimento de danos elétricos nos últimos 60 meses, contendo, no mínimo, as seguintes informações: número do cliente, número do consumidor, data do protocolo da reclamação, data da solução, resposta ao consumidor, procedência ou improcedência da reclamação, valor, forma e data de ressarcimento.

8. Requerimento 12/2024, de autoria do Deputado Guilherme Landim - Requer que seja enviado Ofício para a ENEL solicitando relatório das devoluções realizadas por descumprimento dos prazos comerciais, Anexo IV da REN-1000/2021 da ANEEL, separando por mês, município e região geográfica referente aos últimos 24 meses.

9. Requerimento 13/2024, de autoria do Deputado Guilherme Landim - Requer que seja enviado Ofício para a ENEL solicitando relatório com relação aos consumidores que tiveram compensação por suspensão indevida de fornecimento de energia elétrica, contendo, no mínimo, as seguintes informações: número de cliente, número do consumidor, data da suspensão indevida, endereço, localidade e município, valor da compensação e data da realização da compensação.

10. Requerimento 14/2024, de autoria do Deputado Guilherme Landim - Requer que seja enviado Ofício para a ENEL solicitando relatório com quantitativo de consumidores que tiveram limites de DIC, FIC, DMC, DICRI, ultrapassados nos últimos 60 meses, contendo, no mínimo, as seguintes informações: número do cliente, número do consumidor, endereço e localidade do município.

11. Requerimento 15/2024, de autoria do Deputado Guilherme Landim - Requer que seja enviado Ofício para a ENEL solicitando relatório com o indicativo do montante de valores devolvidos pela ENEL a título de indenização por descumprimento nos limites de continuidade: DIC, FIC, DMC, DICRI, nos últimos 60 meses.

12. Requerimento 16/2024, de autoria do Deputado Guilherme Landim - Requer que seja enviado Ofício para a ENEL solicitando relatório dos indicadores DER - Duração Equivalente a Reclamação, e FER – Frequência, Equivalente a Reclamação, apurados meses e por municípios nos últimos 60 meses, contendo dados sobre as metas estabelecidas, meses em que ouve descumprimentos de metas e valores de ressarcimentos ou compensações pagas pela ENEL.

13. Requerimento 17/2024, de autoria do Deputado Guilherme Landim - Requer que seja enviado Ofício para a ENEL solicitando relatório com relação aos consumidores que tiveram suspensão indevida de fornecimento de energia elétrica, bem como informações sobre esse ressarcimento.

Lida a Ordem do Dia, senhor presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Agradeço ao colega Deputado Guilherme Sampaio.

Gostaria já de colocar os Requerimentos em discussão e possível aprovação, logo após a abertura do espaço do tempo para discussão.

Em discussão. Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão, em votação. As senhoras deputadas e deputados que aprovam em bloco os Requerimentos permaneçam como se encontram. Aprovados os Requerimentos.

Então iniciaremos agora a nossa Oitiva. E vamos realizar a reunião em conjunto, para que a gente possa ouvir aqui dos nossos convocados os questionamentos dos deputados.

Eu pergunto só ao Dr. Ícaro. Dr. Ícaro, nós temos uma Associação que representa ou não? Por favor, pode... só para eu poder entender como é que a gente deve...

SR. ÍCARO FERREIRA DE MENDONÇA GASPAR (Advogado – Representante das Vítimas de Acidentes Fatais em Virtude de Choques Elétricos): Boa tarde. Deputado, ela está em criação. Ela está em fase de autorização, mas há uma mobilização dessas vítimas nesse sentido.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Já há uma mobilização. Mas neste momento você não está aqui representando a Associação, só diretamente às vítimas, né?

SR. ÍCARO FERREIRA DE MENDONÇA GASPAR (Advogado – Representante das Vítimas de Acidentes Fatais em Virtude de Choques Elétricos): Exatamente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Tá certo. Muito obrigado.

Então eu já passo aqui a palavra a quem quiser se inscrever primeiro, o Deputado Guilherme Landim, nosso Relator. Mais na frente eu farei aqui os meus questionamentos.

Com a palavra o Deputado Guilherme Landim. Você escolhe... só explica o que é que você vai falar primeiro, questionar primeiro, por favor.

SR. RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): Muito boa tarde a todos os deputados; Presidente Deputado Fernando, Deputado Guilherme, Deputada Lia.

Agradecer aqui as presenças do Dr. Heitor Freire e também do Dr. Ícaro; a todos que nos acompanham; aos telespectadores que nos acompanham pela FM Assembleia.

Bom, conforme consta... eu gostaria de iniciar aqui fazendo algumas perguntas, alguns questionamentos aqui ao Dr. Heitor Freire. Conforme consta nos Balanços patrimoniais da ENEL, verifica-se que houve benefício fiscal concedido pela SUDENE, da ordem de 33 milhões de reais em 2021; 78 milhões de reais em 2022, e mais uma série de valores em outros anos como, por exemplo, nós podemos pegar aqui ano de 2015, 72 milhões; 74 milhões em outro ano, e por aí vai; 109 milhões em 2016; 124 milhões em 2017; 72 milhões em 2018. Então é... Está aqui o Deputado Fernando, o nosso presidente, me colocando aqui que ao longo de dez anos quase um bilhão de reais em benefícios fiscais.

E aí, o que nos traz hoje aqui, o que nos fez fazer essa convocação ao senhor Heitor Freire, representando aqui a SUDENE, é porque nós temos a consciência plena de que incentivos ficais são fundamentais, sobretudo na Região Nordeste. Nós sabemos que para atrair investimentos para ampliar serviços na Região Nordeste é fundamental que nós tenhamos incentivos, e nenhum de nós aqui é contra nada disso. Agora, eu não tenho a menor dúvida de que esses incentivos têm que ser dados a empresas para que elas prestem um serviço, para que elas desenvolvam a região e prestando um bom serviço à população, porque isso é dinheiro do povo que está deixando de ser investido em outras áreas pra entrar nas contas da empresa, ou deixar de sair da conta da empresa para que ela preste um bom serviço. E sem dúvida alguma não é isso que nós estamos vendo com a ENEL aqui no Estado do Ceará, e cada ano só piora os seus serviços.

Eu tenho dito isso e vou continuar dizendo que do final de 2023 pra cá ela chegou ao fundo do poço, ela entrou em colapso total na sua qualidade de serviço e no seu descaso com a população cearense.

Então, eu queria fazer aqui alguns questionamentos. Como é que é feito esse Processo de aprovação de incentivo fiscal para uma empresa como a ENEL, especificamente esse da ENEL? Se não existe um mecanismo de avaliar se o serviço está sendo efetivamente prestado? Se o benefício está chegando para a população? Se há? E qual seria o mecanismo que nós temos ou que a

sociedade tem para cancelar esses benefícios mediante ao péssimo serviço que é prestado à população.

Então, eu não consegui pegar aqui nos documentos que a CPI teve acesso, os incentivos que foram dados no ano de 2023. Eu não sei se o senhor tem esses incentivos aí! E já junto com essa pergunta é essa questão de como é que é concedido esse benefício, como é auferido isso pela SUDENE?

SR. HEITOR RODRIGO PEREIRA FREIRE (Diretor de Fundos, Incentivo e de Atração de Investimentos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE): Boa tarde a todos. Queria, inicialmente, saudar a toda Mesa Diretora em nome do Presidente Fernando Santana; Saudar os Deputados Guilherme Landim, Guilherme Sampaio; saudar a Deputada Lia Ferreira Gomes; todos que aqui estão presentes. Saudar o nosso Procurador Federal da SUDENE que aqui nos acompanha, e todos que estão acompanhando.

Inicialmente, eu gostaria de agradecer a oportunidade dessa convocação. A SUDENE, sempre com base na transparência, na divulgação da publicidade, da boa informação, nós nos pautamos nesses preceitos e nos sentimos honrados em poder contribuir com esta Comissão de Inquérito Parlamentar e, também com toda a sociedade cearense, entendendo que aqui Vossas Excelências são os legítimos representantes do povo e estão aqui, de fato, traduzindo e falando o sentimento da população.

Se Vossa Excelência me permitir primeiro, em rápidas palavras, eu gostaria de explicar quais são esses benefícios que a SUDENE, e aí eu entro, especificamente, no Processo, na aprovação, nos mecanismos.

Inicialmente, a SUDENE foi um órgão criado em 1959. O Celso Furtado, um economista, um grande nordestino via que para o Nordeste se desenvolver precisava de atrativos aqui para nos equiparar a Região Sul e Sudeste. Antigamente tinha muito essa ida dos nordestinos para o Sul, e ele sempre teve esse sentimento desenvolvimentista. E naquele momento com Juscelino Kubistchek, em 1959, a SUDENE foi criada como autarquia independente, onde tinham alguns instrumentos que trouxessem esse desenvolvimento para o Nordeste.

Primeiro nós criamos, depois de um longo Processo de escuta, nós temos o nosso PRDNE – que é um Plano Regional de Desenvolvimento Econômico, desse PRDNE vai para o Congresso Nacional, onde as políticas públicas para o Nordeste são aprovadas, se tornam leis. Se Vossas Excelências olharem, praticamente quase todos os projetos que estão no PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), no PPA (Plano Plurianual), todas essas diretrizes vêm de orientações do nosso PRDNE. Então, a SUDENE junto com os Estados, com os governadores participam de um

longo Processo de escuta, vem desse plano. E desse plano nós temos alguns instrumentos atrativos para, de fato, trazermos esse desenvolvimento para a ponta.

Parte desses desenvolvimentos vem dos nossos Fundos, que nós temos o FNE, que é um Fundo Constitucional operacionalizado pelo Banco do Nordeste. Nós também temos o nosso FDNE, que é um Fundo de Desenvolvimento do Nordeste; crédito disponível para indústria, fábricas. Ou seja, empresários que vem se instalar em nossa região; e além dos nossos Fundos nós temos os Incentivos Fiscais. São dois os Incentivos Fiscais.

Vossas Excelências já devem ter visto, andando aqui, pela BR, muitas placas *SUDENE, aqui tem incentivo*. Então nós temos dois tipos de Incentivos. O primeiro é de 75%; e o segundo, dos 25% que sobram, retira-se 30% desse valor para empresa poder reinvestir na própria empresa. Esse número seria 7,5%, em palavras mais simples. Ou seja, se uma empresa tem um milhão de reais pra pagar de imposto, então ela chega na data pra pagar um milhão de reais, ela abate 75%, ou seja, 750 mil; dos 250 mil que sobram, ela tira 30% desse valor que seria 75 mil, e ela pode reinvestir na empresa. Esse benefício é chamado de Reinvestimento. Então são dois: A redução de 75% e o Reinvestimento dos 30%, que no total somam-se 82,5%. Esses incentivos são importantíssimos para o Nordeste se desenvolver.

Nós temos agora a Reforma Tributária. A lei da SUDENE foi renovada em 31 de dezembro do ano passado. E eu, já como diretor, recebi muitas, vamos assim dizer, ameaças de empresas dizendo que *se o benefício da SUDENE fosse cancelado essas empresas iam sair do Nordeste.* Exemplo, uma grande montadora de veículos que está ali em Pernambuco, geradora de milhares de empregos, na divisa com a Paraíba, ela foi uma delas que disse: *Se acabar o benefício a gente sai.*

Então, no último dia do ano passado o Presidente Lula sancionou concedendo esse benefício até 2028 com a fruição de dez anos, até 2038. Deixando bem claro que essa política transcende governos e partidos, é uma política que vem desde 1959. Em 2019 foi renovada pelo Presidente Bolsonaro; em 2023 foi renovada pelo Presidente Lula, então, é uma política importantíssima para o Nordeste.

Um dado importante que eu gostaria de citar também, para mostrar a importância desse benefício, é que constantemente em Brasília, e eu como ex-parlamentar, ex-deputado federal, participei das Comissões de Tributação e Finanças e, constantemente, parlamentares do Sul e do Sudeste atacam esses Incentivos Fiscais; querem acabar com esses Incentivos Fiscais. E alguns deles citam: *Olha, vocês beneficiaram, incentivaram, renunciaram quase 50 bilhões nos últimos dez anos*; porém, eu tenho dados porque eu trabalho com fato, com números. Eu tenho dados, Deputado Fernando, que esse 50 bi eles trouxeram mais 300 bi em Investimentos, ou seja, para cada um real

que foi renunciado trouxe seis reais em Investimentos. Então, é um número muito significante. Foram mais 250 mil empregos que esses últimos dez anos trouxeram esses benefícios.

Então é algo importantíssimo que os nossos representantes, como o caso de Vossas Excelências, têm que constantemente defender, porque no Sul, constantemente, os nossos Incentivos são vistos como meio copo vazio e são atacados. Mas sem esses Incentivos o Nordeste não tem como se equiparar com o Sul. Nós temos deficiência em infraestrutura; nós temos ainda deficiência em mão-de-obra qualificada; nós temos ainda algumas deficiências que são importantes serem equiparadas e são com esses benefícios. Portanto, são dois os benefícios que se somam: 82,5%; 75% e os 7,5%.

Esse Processo funciona da seguinte maneira: a empresa solicita de forma online, hoje é tudo eletrônico, no nosso Sistema de Incentivos e Benefícios Fiscais (SIBIF), você entra lá, a empresa entra e cadastra; apresenta um pedido, o porquê ela precisa desse incentivo, seja para manutenção de empregos; seja para expansão. Ou seja, uma empresa nova que vem, pode ser do exterior, pode ser de outra região do país que vem para o Nordeste tem que dar um por quê: *Olha, nós vamos gerar mais empregos; nós vamos implantar com mão de obra qualificada; nós desenvolvemos projetos sociais;* e também empresas que vão fazer expansão e modernização, sejam elas novas, velhas, - velhas que eu digo é antiga, não tem que ter um CPJ novo em nossa área de atuação; ela justifica. E a SUDENE qualifica, ela enquadra. O nosso papel é de enquadramento.

Nós aqui temos duas Instituições, e eu tenho que deixar muito claro, que é a Receita Federal e SUDENE. O papel da SUDENE é enquadrar, mas em nome da União quem dá o benefício, a canetada final é a Receita Federal. Então a Receita Federal quem, em nome da União, concede a isenção. Mas sim a SUDENE cumpre o seu papel importante de enquadrar ou não essa empresa. E para enquadrar vistorias são feitas assim como análises de documentos.

Uma vez aprovado esse Incentivo a empresa tem a fruição de dez anos. Ou seja, se ela é aprovada agora ela pode se beneficiar por dez anos a Isenção do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e adicionais não restituíveis.

Toda a documentação, quando solicitada por esta Comissão de Inquérito Parlamentar, foi devidamente entregue; foi entregue de forma sigilosa que, claro, nós temos que estar ali pautados na Lei de Proteção de Dados, então, foi devidamente. Vossas Excelências já divulgaram os números, são verídicos esses números. Eu tenho que afirmar que esses dados são verídicos. E a SUDENE uma vez enquadrada envia à Receita Federal, mas essa análise não é feita ano após ano. Claro que quando existem denúncias, a SUDENE pede mais informação para ver se a empresa está enquadrada ou se alguma coisa mudou para essa análise ser feito de forma diferenciada.

No caso da empresa agora em questão, em 2023 ela solicitou esse pleito novamente, a renovação desse pleito; foi retirado de pauta pra pedirmos mais informações, porque já tínhamos sido convocados ou perguntados; essa comissão já tinha nos inquerido informações. Então foi retirado de pauta para pedirmos mais informações à ENEL. E os benefícios de 2023 não foram ainda pautados para a nossa Diretoria Colegiada. Então a análise de 2023 ainda não foi feita. Só que 2023 ela é feita análise do ano fiscal anterior, de 2022. Então, os dados que Vossas Excelências têm são até 2021, porque 2022 ainda está em análise.

Mas esse é o Processo, esses são os Incentivos que nós temos, os 82,5%. O Processo é feito depois que a empresa protocola e envia documentação para a SUDENE, e é questionada por nossos técnicos; uma vistoria é feita. A Diretoria Colegiada aprova; o Relator que, no caso, sou eu, de todos os Processos de Incentivos Fiscais, dou o meu parecer que vai para a Diretoria Colegiada; e a Diretoria Colegiada aprova ou não esse enquadramento que é enviado para a Receita Federal dar o seu sim ou não, como a última palavra em nome da União.

Os mecanismos que vossas excelências têm, como legítimos representantes, nos informarem de possíveis faltas desses cumprimentos; e a SUDENE sempre vai questionar a empresa e fazer os seus devidos encaminhamentos assim como foi o caso da CPI. Uma vez que nós fomos questionados nós retiramos em pautas para pedir mais informação, e ainda estamos inquerindo a empresa quanto essa documentação.

SR. RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): Só para concluir aqui. Só para deixar claro aqui na CPI: Quando é que vencem esses dez anos que ainda está vigente? Ela deu entrada agora em 2023, como Vossa Excelência acabou de falar da Renovação, mas, vai vencer quando o que já está vigente?

SR. HEITOR RODRIGO PEREIRA FREIRE (Diretor de Fundos, Incentivos e Atração de Investimentos da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE): Ainda está vigente, finalizando em 2023. Então o ano fiscal de 2023, a Declaração de Imposto de Renda começa praticamente agora para o ano anterior. Então o último ano fiscal ela ainda está enquadrada. Agora, os próximos dez anos que não, que essa documentação ainda está em análise, se o Benefício será enquadrado ou não, e logo enviado para a Receita Federal para aprovação ou não.

SR. RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): Entendi.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): O nosso Deputado Guilherme Landim, o Relator, acho que concluiu aqui os seus questionamentos. Então eu passo a palavra aqui ao Deputado Guilherme Sampaio também para fazer os questionamentos, e sugerir aquilo que... Deputada Lia!

Deputado Guilherme Sampaio.

SR. DEPUTADO GUIHERME SAMPAIO (PT): Bom, presidente, colegas convidados, muito grato pela contribuição que dão a essa CPI, qualificada e íntegra contribuição. Hoje nós temos a colaboração não só do Diretor Heitor Freire, da SUDENE, que acabou de fazer aqui a sua explanação, e eu gostaria de agradecer, mas, também, a contribuição do Dr. Ícaro, como foi apresentado no início dessa reunião, e da senhora Ivamar, virtualmente, tratando de um segundo tópico desta nossa reunião.

Eu, possivelmente, Dr. Heitor, talvez tenha alguns questionamentos a acrescentar àqueles que já foram feitos pelo nosso Relator Deputado Guilherme Landim. Mas eu vou pedir licença para tratar do segundo convidado de hoje para introduzir essa apresentação.

Algum tempo atrás, entre as Oitivas feitas por essa CPI, nós tivemos a oportunidade de ouvir o relato feito pelo Sindicato dos Trabalhadores da ENEL, da antiga COELCE e atualmente da ENEL. E naquele momento nós ouvimos relatos bastante preocupantes que diziam respeito não só às condições de trabalho e à valorização desses trabalhadores, mas a consequência das críticas e denúncias que ali estavam sendo apresentadas para a segurança dos trabalhadores e dos cidadãos.

Então, naquele momento, eu gostaria de recuperar aqui alguns tópicos que foram apresentados e discutidos na sessão da CPI. O primeiro deles foi a crescente terceirização de mão de obra após o Processo de privatização, de tal forma que nós temos hoje cerca de 6.500 trabalhadores terceirizados e aproximadamente 1.100 trabalhadores da própria ENEL. Então ao longo de todo esse tempo houve um crescimento significativo da mão de obra terceirizada. São 52 empresas de terceirização de mão de obra contratada pela ENEL, e foi denunciada como uma das questões, assim, mais preocupantes a falta de fiscalização do trabalho dessas empresas.

Em função disso, também foi lembrado nessa reunião que de 98 até 2021 ocorreram, lamentavelmente, 67 mortes de trabalhadores, entre as quais 54 de trabalhadores terceirizados. Então nós temos também no Índice de Vítimas Fatais desses acidentes uma prevalência dos trabalhadores terceirizados para quem as preocupações relativas às condições de trabalho, a existência de equipamentos adequados de proteção eram colocadas de formas mais enfáticas, naquele momento, pelo Sindicato dos Trabalhadores da Empresa. Dezessete empresas, entre essas terceirizadas, foram processadas em função de circunstâncias relacionadas a direitos trabalhistas e outras relacionadas a esses acidentes.

Então, naquele momento, o Sindicato fazia uma síntese que nós temos feito com bastante frequência. Como é que uma empresa que em 2022 teve 640 milhões de reais de lucro em suas operações no Estado do Ceará é, ao mesmo tempo, a campeã de denúncias no DECON, no mesmo

ano, com 4.410 denúncias, consegue ser unanimidade entre todos os órgãos de fiscalização, de controle no Parlamento, não só no Parlamento Estadual, mas nos Parlamentos Municipais dos 184 municípios, consegue uma unidade de crítica e de exigência da Associação dos Municípios do Estado do Ceará, da APRECE; enfrenta também uma cobrança muito rigorosa e, muitas vezes, uma denúncia pública do Governo do Estado do Ceará, da Prefeitura de Fortaleza em relação à insuficiência da qualidade dos seus serviços; a falta de prestação desses serviços no tempo hábil e na forma adequada; recebem por parte de Entidades de Classe, como muitas foram recebidas aqui, representativas do campo da energia críticas muito fortes relativas ao atraso no Processo de Autorização de determinado empreendimentos que dependem da ENEL para se realizar, ou seja, uma empresa que consegue quase que a unanimidade da crítica da sociedade e das Instituições aqui no Estado do Ceará, apura lucro de 640 milhões, e acresce-se a isso essa denúncia em relação à eventual falta de segurança no trabalho desses profissionais, causando danos a eles e também à população.

Quando nós assistimos a essa exposição nos preocupamos em fazer um levantamento a respeito dos Processos atualmente no Judiciário relacionado a vítimas não só entre trabalhadores, mas na população de forma geral, decorrentes de acidentes e qual era o estágio desses Processos.

Então, de 2005, se não me falha a memória, pra cá, nós listamos, salvo engano, não é uma relação precisa, mas pelo menos 35 Processos com vítimas fatais em função de acidentes ocasionados por problemas, em tese, relacionados à manutenção. Pasmem os senhores, muitos desses Processos que tiveram vítimas fatais, pessoas que perderam pais, mães, filhos, irmãos, até hoje esperam na Justiça por uma indenização, por alguma solução que pelo menos minimize a perda do ponto de vista material, porque do ponto de vista da vida, essa jamais será sanada.

Nós procuramos informações com algumas dessas vítimas e dos seus representantes, razão pela qual o Dr. Ícaro aqui está. E a primeira conclusão que chegamos é que a estratégia da empresa tem sido protelar esses entendimentos e esses Processos com todos os expedientes judiciais possíveis, muitas vezes para que eles cheguem até aos Tribunais Superiores, e com isso nós temos vítimas que desde 2005, 2006, 2007 e 2008 ainda não foram indenizadas. Os valores atribuídos a algumas indenizações ou acordos que estão em discussão na Justiça, pasmem os senhores, muitas vezes eles são resolvidos em muito mais tempo do que quando o rebanho de um determinado produtor sofre uma perda em função de um acidente com um cabo de alta tensão, ou seja, morre uma cabeça de gado, aquele produtor é indenizado de forma mais rápida e, às vezes, em valores proporcionalmente que nem se comparam do que quando alguém perde um ente querido.

Então nós entendemos que essas questões devem ser averiguadas com mais profundidade e na gravidade do que pode ensejar por essa Comissão Parlamentar de Inquérito. Não só porque se relacionam com a perda de vidas, mas esse contexto de informações, e assim, eu tenho muito cuidado nas minhas intervenções aqui no Parlamento para não ser leviano. Então vocês devem perceber que na forma como eu apresento as questões eu evito ao máximo chegar a uma conclusão preliminar sem que CPI conclua as suas apurações. Mas há uma concatenação entre queixas da sociedade, queixas de órgãos de controle, queixa do consumidor comum, queixa de trabalhadores, queixa de pessoas que são vítimas de acidentes fatais dentro da mesma lógica de uma ausência, de uma responsabilidade da empresa em relação à amplitude dos compromissos, que uma Concessionária de Energia Elétrica é obrigada a assumir quando assina um Contrato da dimensão daquilo que essa empresa mantém com o Estado do Ceará.

Então nós consideramos que isso é relevante de ser apurado por essa CPI, compondo essa radiografia que estamos fazendo das operações dessa empresa no Estado do Ceará, sobretudo porque isso alcança um significado ainda mais concreto. Já falamos aqui de muitas perdas econômicas. Algumas empresas relataram aqui prejuízos milionários pelo atraso de Processos na ENEL relativos ao Licenciamento de Operações de empresas que vão trabalhar com fontes de energia de baixo carbono, fontes de Energias Renováveis, perdão. Então, perdas milionárias.

Os prefeitos também relataram perdas absurdas aqui de atraso de inauguração de obras e etc.. O setor empresarial é useiro e vezeiro em procurar os deputados que compõem a CPI, e as deputadas, para apresentarem suas queixas.

A Deputada Lia, semana passada, foi fazer uma atividade na Procuradoria da Mulher da Assembleia, falta de energia. Aqui na minha residência na Sabiaguaba, ou seja, parece que gente voltou aquele tempo antigo em que essas empresas ainda estavam se estruturando, etc.. Na minha infância era comum ter falta de energia e demorar um pouquinho. Mas a promessa é que a privatização resolveria. Lamentavelmente nós voltamos a um patamar de qualidade inferior àquele que era o período anterior à própria privatização. Essa promessa não foi cumprida.

Mas enquanto os prejuízos são de ordem financeira, tudo bem! Então é necessário que se apure também outro nível de prejuízos que às vezes são incalculáveis e são insanáveis, entre eles o da senhora Ivamar, que vai colaborar, e acredito que está virtualmente. Eu quero agradecer a participação. A senhora Ivamar que é filha da senhora Ivanilda Pereira e é enteada do senhor Manoel Ribeiro.

Lamentavelmente, no dia 1º de junho de 2008, o irmão dela, Raí, de quatro anos, encontrou um fio caído na calçada da sua casa, e ao tocá-lo recebeu uma descarga elétrica. Os pais dela foram

socorrê-lo e, lamentavelmente, foram eletrocutados e faleceram. O Raí, o garoto, sobreviveu. O irmão da Ivamar, Raí, também ingressou com uma Ação; há um Processo em curso; nesse Processo houve um depoimento dado pelo Engenheiro da ENEL que declara que os *sistemas de segurança responsáveis pelo corte de energia no cabeamento* que é o normal. Imagina se um cabeamento se rompe e cai no chão e todo mundo que está passa ali é imediatamente eletrocutado. Na realidade essa não é a regra. O normal é que quando um cabo se rompe é interrompido automaticamente o fluxo de energia. Mas isso não aconteceu. E quem diz isso é um depoimento de um Engenheiro da ENEL constante no Processo, dizendo que *os sistemas de segurança responsáveis pelo corte de energia falharam fazendo com que o fio cortado permanecesse eletrificado.*

O irmão da Ivamar, o Raí, também ingressou com uma Ação de Indenização por danos materiais através de um Processo que está em curso. Ela e o irmão, com o falecimento dos responsáveis, foram separados, inclusive. Ela ficando com os vós maternos e ele com os avós paternos. Em 1ª Instância o Juiz condenou a ENEL a pagar a importância de 698 mil a títulos de danos morais e dois terços (2/3) do salário mínimo por genitor, data do óbito até a data que completar 25 anos; e um terço (1/3) do salário mínimo por genitor até a data onde estes completariam 74 anos, ou até a data do seu falecimento, que venha a constituir união estável ou se casar ou o que venha. O TJCE reduziu a condenação para 500 salários mínimos e mantendo somente a pensão somente de 2/3 (dois terços) do salário mínimo por genitor, da data do óbito até completar os 25 anos.

Então, em função deste relato que deve falar um pouco de 35 outros que nós pesquisamos, e do desejo que temos de prevenir ocorrências futuras dessa natureza, que não se justifica em pleno século XXI com toda a tecnologia que se tem, com toda a promessa de eficiência que se fez quando se privatizaram vários serviços públicos.

Eu quero introduzir o seu depoimento, Dr. Ícaro e Ivamar, com algumas questões, perguntando: *Se a ENEL presta algum tipo de assistência a vítimas depois de acidentes dessa natureza ou durante o decorrer do Processo?*

Perguntando: *Se ela costuma celebrar acordos nesses Processos? Se ela costuma recorrer das Sentenças? De qual é o valor médio das condenações? E quanto tempo demorar, em média, para que os familiares ou vítimas, pelo menos numa amostragem, venham a receber algum valor dessas indenizações?*

Perguntas que eu dirigiria também, agradecendo a contribuição da senhora Ivamar, a ela: *Se ela recebeu algum tipo de assistência da ENEL, depois do acidente que vitimou seu padrasto e sua mãe? Se a ENEL apresentou alguma proposta de acordo? Quais os impactos desse acidente?*

Óbvio que são terríveis na sua vida, mas se quiser acrescentar algo aquilo que eu já relatei, e *se ela já recebeu de lá pra cá, de 2008 pra cá, algum valor da ENEL decorrente da condenação desse Processo?* Essas eram as questões que eu faria.

Eu devolvo a palavra aqui ao nosso Presidente em exercício.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): Deputada Lia.

SRA. DEPUTADA LIA GOMES (PDT): Eu queria aqui reforçar a fala do Deputado Guilherme, parabenizá-lo por ter feito esse trabalho aqui tão minucioso.

Gente, é de embrulhar o estômago, é de causar revolta você ver aqui... uma coisa é a gente ouvir falar aí de 28 vítimas, outra coisa diferente é quando a gente ler os nomes dessas pessoas, a idade delas e aqui do lado escrito: *Óbito*.

Eu queria citar aqui o caso do menino Adrian, de apenas cinco anos de idade, que está pedindo uma indenização de 60 mil reais. Quanto vale a vida do Adrian? E que crueldade dessa empresa, o que são, pelo amor de Deus, gente, 60 mil reais para uma empresa que tem 640 milhões de reais de lucro por ano! Isso é muito cruel, é inadmissível é inaceitável, é repugnante!

Cito aqui o caso de outra criança de sete anos, o Carlos Eduardo, que morreu também, e está pedindo 80 mil reais no Processo. E aí temos vários. O Diogo de 13; temos aqui pessoas idosas, de 82, de 39, mas a maioria das pessoas é jovem, são pessoas de 45 anos, 28 anos, 13 anos. É inaceitável isso.

E eu reforço aqui as perguntas para que o senhor se puder dar mais algum detalhe de algum caso dessas crianças e o que é que elas estão enfrentando na Justiça pelo descaso, pelo desrespeito, pela falta, eu diria até falta de amor, falta de empatia, porque com certeza ela gasta milhões de reais com advogados para protelar e, às vezes, até não pagar essas Indenizações aqui que são completamente irrisórias para uma empresa com esse lucro absurdo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): Doutor Ícaro pode ficar à vontade para responder, e você tem o tempo que for necessário.

SR. ÍCARO FERREIRA DE MENDONÇA GASPAR (Advogado – Representante das vítimas de Acidentes Fatais em virtude de Choque Elétrico): Obrigado, Deputado Guilherme Landim, a quem eu cumprimento inclusive extensiva à memória de seu pai. Estive nessa Casa num passado recente, e pude dividir com ele ainda que seja na condição de assessor do Deputado Dedé Teixeira, na época, a convivência, e faço testemunho da grande pessoa, do grande homem público que foi, e é importante vê-lo dando sequência a uma história, mas também construindo a sua.

Quero cumprimentar a Deputada Lia Gomes, abraçá-la, e agradecer pela composição da CPI, e agradecer ao espaço que hoje é dado.

Eu não tenho dúvida que esse 11 de março de 2024 é um dia histórico. É a primeira vez, Deputado Guilherme Sampaio, que as vítimas da ENEL, agora falando de toda a sociedade, que o Deputado Guilherme Sampaio já trouxe aqui num outro momento o relato dos trabalhadores, de compreender que a má prestação de serviço não gera somente o prejuízo material propriamente dito. E eu agradeço, Deputado Guilherme, pelo senhor ter recebido o apelo dos familiares das vítimas e ter pautado a CPI para que ela traga também, para além do grande trabalho que ela tem feito, um olhar humano também das consequências reais do que é que significa não existir em infraestrutura do Setor Energético do Estado do Ceará.

Deputado Guilherme Landim, Deputado Guilherme Sampaio, eu só queria pedir uma inversão. A Ivamar conseguiu conectar agora. Então se Vossas Excelências pudessem repetir as perguntas, inclusive para que ela pudesse acompanhar ela falaria e nós daríamos sequência, até para poder liberar e retornar do trabalho.

E por fim, cumprimentar o ex-Deputado Heitor Freire, agora representando a SUDENE. Dizer dessa importância, Heitor, de estarmos dividindo essa Bancada, seja pensando pelo lado estatal de defender políticas importantes como são desenvolvidos pela SUDENE e pelo lado da sociedade civil, para poder contribuir com um momento ímpar da história do Estado do Ceará, em que a Assembleia propõe uma revisão, cumprindo o seu papel fundamental, que é de fiscalizar a atuação também das Concessionárias de serviço público. Eu devolvo a palavra.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): Obrigado, Dr. Ícaro. Queria cumprimentar aqui a senhora Ivamar, e repassar aqui para a senhora as perguntas que foram feitas pelo Deputado Guilherme Sampaio, para que a senhora possa respondê-las.

A senhora recebeu algum tipo de assistência da ENEL após o acidente que vitimou sua mãe e seu padrasto? Se a ENEL apresentou alguma proposta de acordo para a senhora? Se a senhora já recebeu algum valor decorrente da condenação desse Processo? E por fim, *quais os impactos que esse acidente causou na vida da senhora e da sua família?*

Com a palavra a Senhora Ivamar.

SRA. IVAMAR PEREIRA DE SOUSA (Vítima): Não. Eu não recebi nenhuma ajuda, assim, por parte da ENEL, muito menos um pedido de desculpa. Eu ainda recebi alguma coisa, dois anos atrás, mas depois que a gente correu atrás do Processo, mas fora isso não teve nenhuma participação da ENEL na nossa vida, nem na minha e dos meus irmãos, dos meus avós.

O impacto que teve que foi destruidor, porque além de levarem os meus pais, a convivência com eles, eu também perdi a convivência com o meu irmão, que a gente ficou em lares separados,

por muito temo a gente não conseguia se comunicar, se ver. A gente tem alguma convivência hoje, mas mesmo assim ainda é complicada, pelo tempo que a gente ficou afastado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): Ivamar, *a ENEL apresentou alguma proposta de acordo para a senhora?*

SRA. IVAMAR PEREIRA DE SOUSA (Vítima): Não. Nunca.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): Nunca apresentou nenhum acordo?

SRA. IVAMAR PEREIRA DE SOUSA (Vítima): Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): Deputada Lia quer fazer uma pergunta aqui para a senhora.

SRA. DEPUTADA LIA GOMES (PDT): Eu lembrei aqui do que vocês devem ter sofrido, de uma hora pra outra ter que fazer o enterro de duas pessoas, e normalmente é muito caro enterrar. A gente sabe que é bem caro, quem já passou por isso sabe: *Nem nesse momento a ENEL procurou vocês para custear as despesas dos funerais do seu padrasto e da sua mãe?*

SRA. IVAMAR PEREIRA DE SOUSA (Vítima): Não. Tudo foi ocorrido pelos meus avós que já pagavam uma funerária mensalmente, tudo foi custeado por eles.

SR. DEPUTADO GUILHERME SAMPAIO (PT): Ivamar, boa tarde. Aqui fala o Deputado Guilherme Sampaio. Quando nós começamos o trabalho dessa CPI nós ouvimos a representação dos trabalhadores da ENEL, e eles nos relataram muitas queixas, muitas críticas, denúncias mesmo, em relação a risco de acidentes com esses trabalhadores; perdas de vida com esses trabalhadores. E isso nos levou a pesquisarmos sobre vítimas fatais, como é o caso da tua mãe e do teu padrasto, entre a população de forma geral. E ai nós mapeamos 35 vítimas, pelo menos 35 vítimas em situações parecidas com a sua que perdeu pessoas queridas. Então, eu queria te transmitir toda a nossa solidariedade em nome da Assembleia Legislativa. O tempo não apaga esse tipo de experiência dolosa, especialmente acrescida dessa separação forçada que você precisou viver com o seu irmão.

Eu quero expressar aqui em nome dos colegas, estou aqui ao lado Presidente da CPI, Deputado Fernando Santana que tem nos liderado com muita firmeza, quero expressar aqui em nome dos colegas que o que essa CPI puder fazer para ajudar a fazer justiça em todas as dimensões do que representa a obrigação e a responsabilidade de uma Concessionária dessa dimensão, que assume um compromisso desse porte, nós faremos. Então conte com a Assembleia Legislativa, conte com os deputados e deputadas dessa CPI.

SRA. IVAMAR PEREIRA DE SOUSA (Vítima): Muito obrigada.

SR. DEPUTADO GUILHERME SAMPAIO (PT): E muito grato pela sua contribuição. Imagino que remexer nesse lugar de memórias que são memórias duras e tristes não seja um exercício propriamente fácil para alguém como você, que ainda que jovem, com toda certeza tem uma grande vida pela frente, mas que óbvio remexe num ponto de muita dor da sua jovem existência.

Então você já mencionou que a ENEL não deu nenhuma assistência, inclusive no momento do ocorrido, como mencionou aqui a Deputada Lia, para despesas de sepultamento, de funerárias e etc., você mencionou também que a ENEL não apresentou nenhuma proposta. Você já falou um pouco dos impactos disso na tua vida. Você mencionou na sua fala que acerca de dois anos houve alguma tratativa, algum diálogo que teria sido, talvez, um primeiro momento em que a ENEL se mostrou mais proativa no sentido de tratar algo parecido com algum tipo de reparo. Então como você mencionou isso, eu acho que seria importante você esclarecer esse ponto.

SRA. IVAMAR PEREIRA DE SOUSA (Vítima): É sobre questão de Pensão. Mas eu acho melhor o meu advogado explicar, o Dr. Ícaro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Deputado Guilherme Sampaio, me permita só também me solidarizar com a senhora Ivamar Pereira de Sousa e toda a sua família, pelo que eu ouvi aqui.

Desde o início dos trabalhos dessa Comissão Parlamentar de Inquérito, eu acho que esse depoimento aqui, essa fala dela é todo desrespeito que nós já identificamos a ENEL ter com a população do Estado do Ceará que nos indigna. Muitas vezes a gente tem reiterado isso aqui na Comissão Parlamentar de Inquérito, mas o seu depoimento chega a nos deixar chocados.

Então toda nossa solidariedade. Pedir a Deus que dê muita força a você, ao seu irmão, à sua família. E faço minhas aqui às palavras do colega Deputado Guilherme Sampaio que, acertadamente, trouxe essa pauta aqui na CPI, para que a gente pudesse tratar, trabalhar com muito respeito, com muitas responsabilidade. E de alguma maneira dar a nossa parcela de contribuição nesse trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito para que a empresa ENEL possa, de forma urgente, respeitosamente, dificilmente eu acredito nisso, infelizmente, mas quero ainda acreditar com esperança, possa minimizar o que tem acontecido na sua vida porque apagar jamais vai apagar.

Então passo a palavra ao Dr. Ícaro para que possa...

SR. ÍCARO FERREIRA DE MENDONÇA GASPAR (Advogado – Representante das vítimas de Acidentes Fatais em virtude de Choque Elétrico): Deputado Fernando Santana, a quem eu abraço, aproveito a oportunidade para abraçar e cumprimentar.

Conforme foi relatado pela senhora Ivamar, quando ela cita, Deputado Guilherme, essa questão dessa tratativa foi quando a ENEL foi obrigada, por força de Decisão Judicial, a implantar a Pensão mensal que era no valor de 1/3 (um terço) do salário mínimo por cada ente falecido.

Nós estamos falando, Deputada Lia, de uma menina, hoje, mulher, e aqui eu cumprimento a Ivamar me somando à solidariedade que já foi expressada; nós estamos falando de uma menina de nove anos. Isso aconteceu quando a senhora Ivamar tinha nove anos de idade; hoje Ivamar tem 25. Então só atendendo a essa solicitação dela, Deputado Fernando Santana, a única verba que recebeu foi à relacionada ao pensionamento mensal que, infelizmente, o Tribunal de Justiça entende que só deve permanecer até os 25 anos de idade, consequentemente, essa breve passagem entre a ENEL cumprir e a obrigação encerrar...

SRA. DEPUTADA LIA GOMES (PDT): Não tem retroativo?

SR. ÍCARO FERREIRA DE MENDONÇA GASPAR (Advogado – Representante das vítimas de Acidentes Fatais em virtude de Choque Elétrico): Tem. Mas ainda a ENEL está recorrendo, Excelência.

Devolvo a palavra, deputado. Posso? Perfeito!

Então boa tarde, mais uma vez a todos e todas. Eu trouxe uma apresentação para subsidiar e acompanhar aqui a nossa fala. Eu quero renovar a saudação que já foi feita no início, e estender a saudação a todo plenário que acompanha essa importante reunião da CPI hoje, aqui na pessoa do Dr. Cleto Gomes, advogado da ENEL, que acompanha hoje a Sessão.

E trouxe para subsidiar aqui a nossa fala, Deputado Fernando, uma pequena apresentação, em que a gente resume de forma tópica, Deputado Guilherme Sampaio, todas essas questões que vossa excelência colocou no início.

E eu já vou começar respondendo uma questão da Deputada Lia Gomes. Deputada, essa coluna em que a gente registrou aí os valores, ela é a coluna das condenações do Tribunal, não são os pedidos. Então, eu já respondo um ponto. O nosso Tribunal de Justiça, primeiro que a ENEL só indeniza se tiver Processos, e quando existe o Processo, nós ainda temos problema, Deputado Guilherme Landim, que são as baixas condenações, os baixos valores indenizatórios que são destinados às pessoas.

Vossa Excelência narrou o caso aqui de uma criança de cinco anos de idade, e de fato chama bastante atenção, e é o caso do Adrian, e é aqui de Fortaleza. A gente vai tratar sobre ele, deputado, aqui no curso da apresentação.

Slide - Eu peço que passe para o próximo. Só volte ao anterior, por gentileza. O Deputado Guilherme Sampaio foi muito feliz ao trazer a pauta, Deputado Fernando Santana, porque a gente

traz o foco para esse tema. Nós queremos tratar aqui avançando na questão dos trabalhadores, o impacto humano da má prestação de serviços da ENEL. Não são somente números. Não pode ser somente uma planilha. Hoje nós vamos falar sobre vidas que poderiam existir e em função da má prestação de serviço essas pessoas foram privadas da nossa convivência.

Vamos ao próximo slide. E a gente começa a fazer esse trabalho falando de uma história real. Qual é o preço, Deputado Guilherme Sampaio, o senhor que citou essa pergunta, *qual é o preço dessa negligência?* Nós trazemos um caso aqui de Fortaleza que aconteceu agora recente, Dr. Cleto, no ano de 2020, e nós estamos falando do Adrian, Deputada Lia Gomes. A mãe descreve isso no Processo, que o dia que começou como qualquer outro como hoje, quando a gente acordou, aqueles que convivem com os filhos, com a esposa, com marido, com companheiro, com companheira; se tomou o café da manhã, parecia mais um dia normal na vida dessa família, e de uma hora pra outra se transformou rapidamente, talvez num maior pesadelo que aquela família já enfrentou. Saiu para ir à mercearia. E olha que nós estamos falando de Fortaleza, numa Fortaleza que se reveste hoje da verticalidade, de uma Fortaleza hoje constrói muros. Nós tínhamos uma família, Deputada Lia Gomes, que saiu para ir à mercearia, e no caminho para a mercearia, o seu filho de cinco anos foi brutalmente eletrocutado, e em função disso, Deputado Fernando Santana, esse menor veio a óbito.

E eu conversava com o Deputado Guilherme Sampaio antes do início da Sessão da CPI: Não há como, não há condição humana que nos retire a situação de não embargar a voz, de não ter empatia, de um olhar para o outro e dizer: Poderia ser minha filha. Eu tenho uma filha de dez anos, Deputado Fernando Santana, completa 11 agora, dia 27 de março. Poderia ser a Louise, que é a minha filha, mas foi o Adrian. As testemunhas no Processo destacam veementemente, Deputado Fernando Santana, a evidente falha na Prestação de Serviço.

Vossa Excelência, Deputado Fernando, que é da Região do Cariri, vai entender bem quando eu digo que nós interioranos, que *corre fogo no fio*. Quando a gente fala isso, Deputado Guilherme Landim, o nosso povo sertanejo identifica logo e sabe o que é, porque, Deputada Lia, ele vê isso acontecer no dia a dia perto da casa dele, perto do comércio dele, perto da escola dele.

Vamos ao próximo slide. Então Deputada Lia, esse é o caso do Adrian que a gente traz aqui. E a Sentença foi proferida em agosto do ano passado, deputada; ela responsabilizou a ENEL; ela condena a ENEL ao pagamento. Reconhece a má Prestação de Serviço, Deputado Fernando, e determina o pagamento de 60 mil reais à família. Pois bem, poderíamos nós dizer que a Justiça foi feita, afinal ocorreu; existia um Processo; foi feita a instrução processual; ao final teve uma

Sentença, e na sentença foi reconhecida a responsabilidade. Mas a gente deixa o questionamento em aberto: 60 mil reais paga a vida do Adrian? Eu tenho certeza que não.

Vamos ao próximo slide. Aqui a gente traz outro caso, em 20 de dezembro de 2015. Olha como a história se repete, Deputado Guilherme Sampaio, um fio de alta tensão se partiu e caiu. E aí nós estamos falando aqui de um jovem de 34 anos de idade, lá da Barra do Ceará; ele estava trabalhando.

Deputado Fernando, tem um relato em que o trabalhador tinha uma oficinazinha de moto na frente da casa, ex-Deputado Heitor Freire, e ele consertando as motos, trocando um pneu, consertando uma câmera de ar e, de repente, o provedor de alimentos, trabalhando ali em parceria com a esposa, a esposa cuidando e ele ali ajudava, uma fazia uma coisa a outra pessoa fazia outra, e de repente também foi retirado não só do convívio social, mas do convívio terreno. Ele era o sustento e a esperança da família. E sem sombra de dúvida, não apenas ele deixou um vazio imenso, mas ele também expôs a dolorosa indiferença da ENEL que falhou em fornecer o suporte necessário.

Vamos ao próximo. Nós escolhemos esses dois casos, além do caso da Ivamar, como bem relatado pelo Deputado Guilherme Sampaio aqui no começo da Oitiva, para poder dialogar, Deputado Fernando, sobre a seguinte perspectiva. No caso Ivamar, Ivamar com nove anos, Raí com quatro anos; o Raí corre, tem contato com um cabo de alta tensão que caiu na calçada da casa dele; o pai corre e a mãe corre para salvar o filho que estava ali sendo eletrocutado, Deputada Lia, num ato heróico dos pais... o Raí à época garoto de quatro anos, moleque franzino, do interior da minha cidade, da minha terra natal, da minha querida Acopiara, o cabo fica em cima dos pais e deixa de atingir o Raí. Os pais são brutalmente assassinados. E a Ivamar, que há pouco prestou seu depoimento estava na janela de casa e assistiu tudo. Assistiu absolutamente tudo. Ela não só assistiu um acidente, ela não só assistiu um evento fatalístico que poderia acontecer. Ela assistiu algo que já estava contado para acontecer. E digo por quê. Porque nos relatos que constam no Processo, inclusive afirmado pelo engenheiro que compareceu na Ação, conforme citado pelo Deputado Guilherme Sampaio, ele relata essencialmente que não tinha sido a primeira vez que aqueles sistemas elétricos tinham apresentados algum tipo de defeito. Não tinha sido apenas uma vez que aquela comunidade já tinha acionado a ENEL, pelos canais de comunicação, requerendo providências para que se pudesse evitar o pior, para que se pudesse evitar justamente aquilo que aconteceu, para que aquilo viesse vitimar alguém.

Trazendo esses três casos como parâmetro, mas nós entregamos aqui em conjunto com a assessoria do Deputado Guilherme Sampaio, a quem eu agradeço pelo suporte aqui na pessoa da

Camila, uma lista que não pode ser resumida somente a quantidade de pessoas que já morreram. São histórias. São famílias que foram destruídas no afã, talvez, de preservar uma maior lucratividade por parte da empresa.

E eu digo isso por quê? Nós fomos ao Canal de Relacionamento com investidores da ENEL. A ENEL é uma sociedade de capital aberto, e por obrigação ela precisa prestar contas, Deputada Lia, das suas Receitas, das suas Aplicações, seguindo toda legislação de regência. Mas a ENEL, Deputado Fernando, não tem um Canal de Comunicação com as vítimas de acidentes. Então eu tenho um Canal de Comunicação enquanto empresa com quem investe, com quem lucra e com quem recebe. Mas eu não tenho um Canal de Comunicação direto com as vítimas.

Pois bem, lá no Canal de Comunicação de relação com investidores - está um pouco pequeno ali -, mas eu acredito que no próximo slide a gente pode ver melhor. E a gente quer trazer essa perspectiva: A disparidade financeira do lucro versus perdas humanas.

No caso da Ivamar, em específico, Deputada Lia Gomes, pra a senhora ter ideia, a condenação dela em 1ª Grau, que a ENEL sofreu no Processo da Ivamar, representava zero. E aí eu peço licença para contar a quantidade de zeros. Uma sequência de cinco zeros, 17% do lucro trimestral de 2020, do primeiro trimestre. Pasmem, a indenização do caso da Ivamar, desse específico, ela representa essa fração de grandeza.

Vamos ao próximo slide, por gentileza. Então em relação ao Exercício de 2023, Deputado Fernando, isso já está disponível no site de Relação de Investidores da ENEL, a Receita Líquida foi de 8.6 bilhões. E a empresa teve um Lucro Líquido de 315 milhões. Mas para que a gente não possa se perder na numerologia, talvez um parâmetro interessante que essa CPI tenha que atentar é na distribuição de Dividendos.

Em 2021, no Balanço de 2021, Dividendos: 171,729 milhões. Em 31/12/2022: 191 milhões e 983 mil. O que é que significa do ponto de vista prático? Significa do ponto de vista prático que a ENEL aumentou entre o ano de 2022 e o ano de 2023 a distribuição dos Lucros. Será, Deputado Fernando Santana, que essa mesma energia para distribuir a Receita foi aplicada para evitar que casos como esse que nós narramos aqui fossem evitados?

Os valores de indenização, e aí a gente coloca ali, e já respondendo a 5ª pergunta que o Deputado Guilherme Sampaio fez, o valor médio. Deputado Guilherme, os valores médios em relação à Receita da ENEL, em média, segue àquela fração: 0,001%. Se a gente fosse traduzir isso em números, para poder facilitar a compreensão inclusive de quem nos acompanha em todo o Estado do Ceará, isso significa dizer a você cearense, a você trabalhador, a você trabalhadora, a você dono de casa, dono de pequeno mercadinho, você que eventualmente foi vítima, que o

Tribunal tem fixado condenações com parâmetros muito baixos, Deputada Lia Gomes. A senhora leu e acredito que leu com tom de espanto de como, no caso, o Adrian, por exemplo, a fixação da condenação se deu em 60 mil. Mas, deputada, a média de condenação que envolve esses casos de evento morte, no Tribunal gira entorno de 95 mil reais, com base nesse levantamento que a gente disponibilizou para a comissão.

Então veja bem: Se um evento que é deveras repudiável...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Doutor Ícaro, por gentileza, alguém da ENEL chegou a visitar, como forma de solidariedade, às vítimas? Algum familiar de alguma vítima já lhe relatou algo nesse sentido?

SR. ÍCARO FERREIRA DE MENDONÇA GASPAR (Advogado – Representante das vítimas de Acidentes Fatais em virtude de Choque Elétrico): Não, Deputado Fernando Santana. Infelizmente, não. Inclusive, antes do início da sessão dialogava com o representante da ENEL presente aqui, colocando justamente isso, por essa necessidade.

Eu acredito que a Ivamar que colaborou com o depoimento aqui que me antecedeu, eu acho que ela resumiu bem um ponto: *Eu nunca recebi um pedido de desculpas*.

Eu acho que obviamente as questões que envolvem indenizações, Deputado Fernando Santana, e outras mais que Vossa Excelência possa anotar, mas o pedido de desculpas é algo que talvez seja necessário para esse conjunto de famílias, para que eles possam dentro do seu processo de elaboração do luto possam resignificar esse processo, e a partir daí tentarem conduzir as suas vidas da forma que ela se apresenta.

Então, Deputado Fernando, infelizmente não há nenhum tipo de suporte. E eu fiz o paralelo aqui inclusive com o Canal de Relacionamento com o investidor para poder traçar justamente esse paralelo.

Então, quando a gente pensa, Deputado Guilherme Landim, num valor de indenização que seja a média de 95 mil reais, para uma empresa que fatura 8.6 bilhões no ano, quando a gente fala em fixação de indenização, essa indenização tem que ter um caráter pedagógico; ela tem que ser o suficiente para poder inibir aquele que pratica o ato danoso a não praticar novamente. Mas será que se fixando nesse patamar, como é fixado hoje, se cumpre o caráter pedagógico? Na nossa compreensão, infelizmente, não cumpre, tanto é que é essa quantidade de mortes.

E não só, Deputado Fernando Santana, nós trouxemos dois casos de Fortaleza, trouxemos um caso lá do Centro Sul, da cidade de Acopiara, e eu poderia muito bem aqui relatar caso de Sobral, casos do nosso Cariri, de Juazeiro do Norte. Eu até anotei um aqui, Deputado Fernando, que era um trabalhador, e mesma situação, ele faleceu com 34 anos de idade, no dia 27 de outubro do

ano passado, no bairro Limoeiro, Vossa Excelência conhece bem. Num lugar inclusive que há registros de outros acidentes no mesmo local. O que mostra uma demora da ENEL em corrigir essas situações que causam prejuízos à população. Então pensar nessa perspectiva de que esses valores não estão sendo suficientes para forçar a ENEL a aumentar o seu investimento em manutenção e prevenção de acidentes está gerando mortes no Estado do Ceará.

Vamos ao próximo. Seguindo aqui os questionamentos do Deputado Guilherme Sampaio. Deputado, dentro da estratégia jurídica da ENEL a gente enxerga que o Judiciário é utilizado como escudo. Nós que atuamos na perspectiva da defesa e promoção dos direitos sociais, a gente, vez por outra encontra esse tipo de situação. É a estratégia de defesa que utiliza o Sistema Judiciário para poder postergar os prazos de ressarcimento, Deputado Fernando Santana, ou seja, não há uma política interna da ENEL de reconhecimento da sua responsabilidade e de prestação de assistência e suporte às famílias dos mais diversos. Isso existe, por exemplo, e está bem determinado na Norma, quando queima a televisão. Isso existe muito bem quando queima a máquina de lavar, quando queima o rádio, o freezer. E a vida, deputado? E a vida? Não há regulação. Não há contato. A empresa não entra em contato com as famílias, e isso acaba gerando um impacto sobrecomum.

Como o Deputado Guilherme Sampaio questionou, e inclusive se solidarizou com a Ivamar, a postergação, e a falta de empatia ao ponto de sequer apresentar um pedido formal de desculpas, Deputada Lia Gomes, para as famílias, faz com que isso se postergue; que esse sofrimento vá avançando ao longo do tempo.

Podemos ir ao próximo, por favor. E como resumo disso, os Processos judiciais no Brasil, Deputado Guilherme Sampaio, têm duração média entre nove e dez anos.

A Ivamar que colaborou conosco na tarde de hoje, presenciou a morte dos pais no ano de 2008, ela tinha nove anos. Nós estamos em 2024. Ela não teve a oportunidade de contar com a mãe, Deputada Lia Gomes, a senhora que é mulher encabeça aqui na Assembleia diversas mobilizações nesse sentido. Ela não teve com quem dividir, Dr. Cleto, a expectativa da primeira paquera; ela não teve com dividir a dúvida das modificações que estavam acontecendo com o seu corpo; ela não teve como dividir as suas angústias, os seus sonhos, a sua vida. Ela não pode contar com o pai que, Deputada Lia, Deputado Guilherme Sampaio, Deputado Fernando Santana, com o pai que foi reconhecido na Sentença. Era padrasto, mas na Sentença foi reconhecida a paternidade afetiva, porque assim o era.

Acredito que a CPI cumpre essencialmente dois papéis: Tem um papel de investigar, de apurar, mas ela também tem um papel fundamental, Deputado Fernando Santana, que é apontar o que é que pode ser feito a partir de agora, diante de todos esses relatos, de todos esses

acontecimentos. E aí a gente traz essas questões para colaborar, Deputado Fernando, para que vossas excelências possam avaliar, e a partir daí tomarem as providências que entenderem que são necessárias.

Deputado Fernando, não há uma centralização dessas informações em relação às vítimas da ENEL. Sugestão que a CPI solicite à Secretaria de Segurança Pública que faça uma busca nos seus bancos de dados de casos relacionados ao falecimento ou, ainda, que não seja falecimento, mas relacionado a choque elétrico.

Esses relatos que o Deputado Guilherme Sampaio trouxe aqui, na tarde de hoje, eles são feitos com buscas no Sistema do Tribunal de Justiça que não indexa todos os casos. E além de não indexar todos os casos, Deputado Fernando, ainda tem uma segunda questão: A gente só sabe daquele cidadão ou daquela cidadã que, infelizmente, veio a falecer e que a família ingressou com uma Ação. E do quantitativo de pessoas que não têm acesso à Justiça, que não têm acesso ao Judiciário?

Nós precisamos também, Deputado Fernando, ter noção de quantos inquéritos policiais foram abertos para poder apurar circunstâncias como essa. Eu poso informar a vossa excelência com base no caso da senhora Ivamar que não foi feito apuração, Deputada Lia. Não foi feita uma apuração sequer. E nós temos um engenheiro da empresa que comparece perante o Poder Judiciário, perante o Juiz de Direito e diz: *Olha, o sistema falhou.* E aí eu lembro bem da audiência, Deputado Guilherme, porque o juiz inquiriu e inquiriu no seguinte sentido: O sistema era para funcionar. Como é que funciona? Eu lembro bem que o engenheiro foi responder, e usando expressão popular ele disse: *Olha, é o seguinte, quando o fio cai, a canela aciona,* - a expressão usada é canela, - *e corta a passagem.* Se não funcionou, não funcionou por quê? Foi porque não teve manutenção? A responsabilidade é de quem?

Nós não seguimos uma linha punitivista, a nossa atuação de vida, Deputado Fernando Santana, mas não é possível que pessoas sejam assassinadas e não tenha a devida apuração por parte do Estado. Eu acredito que a sociedade cearense deve exigir sim. Aí aqui eu me coloco na condição de advogado da Ivamar e como cidadão cearense, de exigir uma explicação sobre tudo isso que aconteceu. Então, o primeiro ponto de sugestão, Deputado Fernando, seria nesse sentido.

Acredito que também poderia ser um encaminhamento das providências que deveriam ser adotadas após a CPI. O Estado do Ceará fez uma opção, Deputado Fernando, lá no ano, Deputada Lia, de 1997, em fazer a Concessão; ele executava o Serviço de Iluminação e de fornecimento de energia elétrica para o Estado do Ceará de forma direta, e posteriormente a isso resolveu privatizar e

vender essa operação; e quem presta hoje é a ENEL. Mas é a primeira vez, Deputado Fernando, que nós estamos falando isso nessa Augusta Casa Legislativa.

Então nós pensamos que essas famílias também sofreram isso por responsabilidade do Estado do Ceará, e a partir disso, eu acredito que o Estado do Ceará deveria sim também indenizar essas famílias e cobrar da ENEL a consequência dessas indenizações.

E para os futuros Contratos de Concessão, nós estamos aí na eminência de ter um Processo de Renovação da Concessão ou então outra empresa vir a assumir, que se colocassem cláusulas, que se pensasse em cláusulas, Deputado Fernando, Deputado Guilherme, em que já pudesse trazer a previsão expressa de valores mínimos. Por exemplo, Deputada Lia, diante de um falecimento, diante de uma circunstância como essa. Nós sabemos bem o quanto é caro esse tipo de situação. Imagine a senhora de retirar todo o convívio familiar ali que foi possível. Se nós tivéssemos cláusulas, Deputado Fernando, que estabelecesse valores mínimos. Nós não estaríamos tirando o direito do cidadão, da cidadã cearense de perseguir no Poder Judiciário, caso entenda que o valor da indenização deva ser maior, mas fixando patamares mínimos nós não levaríamos quinze anos para uma pessoa poder ter qualquer tipo de reparação do seu caso. Mas isso poderia assustar e poderia afastar as empresas? Não!

A operação no Estado do Ceará além de ser rentável, também condicionaria qual é o tipo de serviço público que a gente quer que seja prestado nas nossas casas, Deputada Lia Gomes, nos nossos comércios, Deputado Guilherme Landim, nas nossas vidas.

Podemos passar para o próximo. A gente precisa também ter um monitoramento e uma avaliação contínua, Deputado Fernando. Eu colocava para o Dr. Cleto aqui, antes da reunião, essa questão de ter um Canal de Diálogo Aberto, que isso pudesse ser acompanhado, e tivesse transparência em relação a essas questões que relacione a acidentes, seja com vítimas fatais ou então com pessoas que tiveram algum tipo de sequelas em função disso.

E nós precisamos, sem sobra de dúvida, de investimento em Educação e Prevenção. A gente tem um sistema elétrico de distribuição em que os fios são aparentes e estão na nossa calçada; eles estão na frente do nosso comércio; eles estão na frente da nossa casa, às vezes, ele está na altura do acesso dos nossos imóveis. Nós precisamos ter uma política contínua de educação da população e conscientização para que isso não possa mais acontecer.

Eu acho que a gente tem que começar, Deputado Fernando Santana, nós não vamos conseguir mais trazer de volta essas pessoas que a gente relacionou. Mas é uma obrigação nossa, enquanto sociedade civil, fazer com que essa situação não se resuma essencialmente em números;

são pessoas, são vidas, são histórias que deixaram de ser contadas em função da má prestação de serviço da ENEL. Eu agradeço o espaço, e me coloco à disposição da CPI.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Doutor Ícaro, nós que agradecemos. Vou inscrever aqui os parlamentares que querem questionar não só ao Dr. Ícaro, mas também ao Dr. Heitor Freire.

Só queria fazer uma pergunta, Dr. Ícaro. Para mim, pessoalmente, uma vítima já representa tudo que você falou aqui, e acho que tudo que a gente vem falando do desrespeito, mas você tem um quantitativo de vítimas que o senhor representa ou que colegas seus representam? Só para gente ter o número.

SR. ÍCARO FERREIRA DE MENDONÇA GASPAR (Advogado – Representante das vítimas de Acidentes Fatais em virtude de Choque Elétrico): Doutor Fernando, nós representamos, lá no escritório, quinze, mas nós trouxemos uma lista que foi apresentada pelo Deputado Guilherme Sampaio que trazem 35 vítimas. Mas quando o Deputado Guilherme Sampaio se referencia a 35 vítimas ele está nominando as pessoas que faleceram. O impacto disso é de escala logarítmica. Porque isso impacta, por exemplo, vamos pegar o caso da Ivamar, que compareceu aqui. O caso da Ivamar, por exemplo, era um universo de oito irmãos, só que ela e o Raí eram os dois que eram menores de idade.

O impacto na vida dessas pessoas, o Deputado Fernando, por exemplo, como ela própria narrou, ela foi privada da convivência com o irmão. A família teve que ser separada em função das condições financeiras e de convivência ao ponto dela não ter tido o convívio familiar. Então, o impacto disso está para além do relatório que são 35 vítimas fatais. Mas se a gente for inserir aqui o universo de famílias, e aí nós estamos falando de centenas de pessoas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Muito obrigado, Doutor Ícaro. Passo a palavra aqui ao Deputado Guilherme Sampaio que está se inscrevendo.

SR. DEPUTADO GUILHERME SAMPAIO (PT): Muito grato, Dr. Ícaro, eu me inscrevi porque gostaria de dirigir algumas questões agora ao Dr. Heitor, mas antes de fazê-las, eu queria fazer um breve comentário, porque na minha intervenção eu fiz um histórico, trouxe dados, e eu queria acrescentar uma... À medida que nós vamos avançando nas reuniões da CPI nós vamos tendo uma compreensão mais ampla, com elementos objetivos, e também vamos formando um juízo sobre o que está balizando o relacionamento da ENEL com o Estado.

Eu queria, com base na experiência acumulada até aqui, não só na CPI, mas em momentos anteriores de mediações. Eu estou completando este ano, Deputada Lia, 20 anos de vida pública. Eu fui Líder de Governo, eu fui Líder de Oposição, eu fui membro da Mesa Diretora; fui Presidente de

Comissões importantes; sou Presidente de um Partido que é acostumado a vivenciar muitos debates internos. Eu estou muito acostumado a fazer enfrentamentos, a fazer mediações, a fazer mediações com o setor empresarial quando necessário; a fazer mediações envolvendo movimentos da sociedade, e a passar por experiências parecidas como esse conflito que nós estamos apurando aqui na Assembleia Legislativa através dessa CPI.

Agora, quero dizer a todos os meus colegas de CPI, nesses vinte anos, eu nunca participei de uma apuração, de um enfrentamento em que um determinado ator envolvido, no caso uma empresa, uma grande empresa, uma das maiores multinacionais, que em 2022 estava entre as, sei lá, quase as cem maiores empresas do mundo, não se preocupasse sequer com os eventuais danos da à sua imagem, que um Processo como esse possa acarretar. Não se preocupasse a dar satisfação à Assembleia, - eu não estou falando em nome das vítimas nem formando um juízo a partir da fala do advogado de um grupo de vítimas que merece o nosso crédito e merece o nosso respeito. Não dá satisfação à Assembleia; não dá satisfação à ARCE; não dá satisfação à ANEEL; não dá satisfação ao Governo do Estado; não dá satisfação à Associação dos Prefeitos, do mesmo jeito que não dá satisfação a um consumidor comum, que hoje espera horas. E aqui são dados objetivos, basta ver os Índices de Frequência, DRFER, que são índices oficiais disponibilizados pela ANEEL, nem para um consumidor empresarial. Para completar, não dá nenhuma satisfação digna, pelo relato que aqui foi feito, a famílias que perderam pessoas, entes queridos nas situações que estão colocadas aqui.

Por que eu estou fazendo essa introdução? Porque eu acho que isso revela valores organizacionais. No tempo da COELCE a gente estava tratando de uma empresa estatal, agora nós tratamos de uma multinacional. Então se nós tivéssemos algo localizado, - tem aí os trabalhadores também que eu não citei, - se nós tivéssemos algo localizado, nós poderíamos dar algum desconto, mas, lamentavelmente, nem os atores institucionais mais representativos do Estado, desde a União com a ANEEL até aqui, a Assembleia Legislativa, em minha opinião, têm sido respeitados pela empresa, quanto mais um consumidor lá na ponta. E o exemplo extremo disso são situações dramáticas como essas que foram vivenciadas. Então, isso para mim evidencia valores organizacionais dessa empresa.

Então quando nos relacionamos aqui, e eu volto a um princípio que me move, porque eu não vi, desde o início dessa CPI, ninguém aqui defendendo um cavalo de pau no Sistema de Concessão de Fornecimento de Energia Elétrica, distribuição de energia elétrica no Estado do Ceará, não vi, até hoje, ninguém defendendo isso. Eu tenho absoluta certeza que se a ENEL estivesse operando nos Índices de Qualidade que ela tinha no começo da Concessão, estava todo mundo aqui muito tranquilo, sem fazer nenhuma fala no tom do que nós temos assistido; sem trazer essas denúncias a

não ser pontualmente, tratando institucionalmente inclusive, sempre tivemos um histórico de boas relações institucionais.

Eu quero lembrar aqui o Diretor Nunes sempre atendeu muito bem a todo mundo quando tinha um problema localizado, mas o que nós estamos vendo aqui é algo mais sério. Como eu disse, revela valores organizacionais.

O que se pretende nessa CPI, ao fundo, ao fim e ao cabo, é que a população cearense seja respeitada por quem quer que seja que preste o serviço de distribuição de energia elétrica. É isso que se pretende. Mas lamentavelmente isso não está dado. O que está dado é o oposto. O que está dado é negligência, e negligência que pode estar, - não vou afirmar para não ser leviano, - negligência que pode ser responsável por morte. Não é morte de trabalhador que sabe que vai trabalhar em uma atividade de risco e tem eventualmente seguro e tem eventualmente regras especiais, é morte de gente da população. Então isso é bastante grave. Isso é revelador dos valores dessa empresa.

Eu quero encerrar esse bloco para direcionar algumas questões. Só levantando de novo o aspecto que é sempre lembrado aqui: Essa empresa é uma empresa multinacional, uma das maiores do mundo e altamente lucrativa, - altamente lucrativa. Esse discurso, esse conteúdo não é um conteúdo de apelo.

Eu cito esse aspecto porque, pelo que eu entendi, nos últimos dez anos o povo brasileiro concedeu um bilhão de reais de incentivo a essa empresa. Não sei se está correta a informação. Eu quero lhe pedir que esclareça isso. Nos últimos dez anos, o povo brasileiro, você e eu e as empresas que pagam impostos concederam um bilhão de incentivo para essa empresa, que deixa você dez horas esperando por um conserto de energia elétrica; que faz um empresário, um pequeno empresário que vai ampliar, fazer um puxadinho ali na sua sorveteria, como um caso que eu ouvi, esperar meses para fazer a ligação no Sistema Trifásico ou qualquer adaptação. Um prefeito esperar seis meses para inaugurar uma obra; uma Areninha do Estado, esperar meses para ser inaugurada, sem falar em outros prejuízos maiores como os que foram citados nessa tarde.

Então, um bilhão de reais foi dado pelo povo brasileiro com os impostos que você e eu recolhemos, para que essa empresa se desenvolvesse, prestasse o serviço de distribuição de energia elétrica, investisse; garantisse manutenção adequada; garantisse segurança aos seus trabalhadores e à população. Só em 2022 foram 640 milhões de Lucro. Só em 2022. O Estado brasileiro deu um bilhão de incentivos, se eu não estiver errado. Mas eu quero registrar aqui que esses 640 milhões em 2022, e em 2021 são quase 500 milhões a mais, 488. Em 2020 são 265 milhões; em 2019 são 404

milhões. Eu não estou fazendo aqui correção de valores. Em 2018 são 364 milhões e 520 mil reais de Lucro.

Então eu quero dizer uma coisa: Se essa empresa que parece que não está preocupada com sua imagem, porque é anunciante em muitos veículos de mídia comercial, ao ponto de não dar satisfação à Assembleia; que não está preocupada, ao que parece, minimamente com os requisitos mais elementares de humanidade, ao permitir que um Processo dessa natureza passe mais de dez anos na Justiça para que alguém tenha o mínimo de reparação.

Se essa empresa está achando que o trabalho desta CPI, - e digo isso com base nos elementos colhidos até aqui, - que o trabalho desta CPI vai ser resolvido, finalizado com um relatoriozinho, alguma composição de caráter político, está muito enganada! No que depender de mim, e pelo que eu tenho visto, no que depender dos meus colegas sob a liderança firme do Presidente Fernando Santana, nós vamos enfrentar e vamos resolver esse problema! Pode ser a multinacional do tamanho que for. O dono dela pode estar lá na Itália, porque o maior acionista é o Ministério das Finanças da Itália, nós vamos enfrentar isso em nome do povo cearense.

Eu quero agradecer muito a Ivamar, porque talvez seja hoje uma Sessão que teve pouco público aqui, mas foi uma das mais significativas para a gente compor o retrato final e para a gente alimentar a motivação que nos vai levar até o fim nessa CPI. Fernando sempre lembra: *A ENEL muda ou ela se muda*. E eu quero acrescentar: *Daqui a pouco não dá tempo para ela se mudar*. Daqui a pouco não dá tempo para ela minimizar as consequências que terá na sua imagem, no seu balanço, nos seus negócios, e com os seus investidores nas Bolsas do Mercado Financeiro Internacional, ou o pessoal acha que a gente não sabe fazer esse tipo de disputa também? Que a gente não sabe quem forma opinião na Bolsa de Nova York; que a gente não sabe quem forma opinião nas Bolsas da Zona do Euro; que a gente não sabe quem forma opinião nas Bolsas do Oriente. Será que todas as ferramentas já foram tiradas da caixa? Eu quero dizer que tem muita ferramenta para tirar da caixa ainda.

E gostaria de não estar fazendo o discurso nesse tom. Eu gostaria que a ENEL viesse aqui pedir desculpas, apresentasse um Plano de Investimento e pedisse pelo amor de Deus para ter uma segunda chance, porque está chegando o momento que não vai dar mais para fazer o debate nesses marcos.

Então, eu perguntaria, Dr. Heitor, agradecendo. Primeiro para confirmar, se é isso que eu entendi mesmo, recebeu um bilhão de Incentivos. Se somar aqui os lucros já... a gente já deu... o povo brasileiro, não é, subsidiou aí o lucro; boa parte dele deve estar fora do país, porque os acionistas estão fora do país. Se dentro dos marcos que regulamentam os Contratos da SUDENE,

em função de toda essa gama de denúncias, de apurações que estão em curso, se há algo na alçada da SUDENE em que isso possa ser questionado, reparado, exigido, compensado, haja vista o acúmulo de dados feitos até aqui e eventual provocação que a CPI possa fazer à Superintendência.

Aproveito para agradecer as informações da Superintendência solicitadas oficialmente por essa CPI, e que nos permitem fazer essas intervenções. Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Com a palavra o Dr. Heitor Freire.

SR. HEITOR RODRIGO PEREIRA FREIRE (Diretor de Fundos, Incentivos e Atração de Investimentos da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE): Deputado Guilherme Sampaio, eu agradeço o seu questionamento, as suas palavras, mais uma vez reiterando que a SUDENE está sempre à disposição no que se diz respeito à informação, à governança, à transparência.

A SUDENE enquadra as empresas que estão no Lucro Real e que estão em nossa área de atuação, e após o enquadramento o Laudo é emitido e vai para a Receita Federal, onde ela concede ou não essa isenção.

Todos os dados que foram solicitados desta CPI à SUDENE eles foram obviamente, devidamente repassados no seu tempo hábil, e nós sempre recomendamos, obviamente, o sigilo. Mas como já foi divulgado, e eu tenho que responder com a verdade a sua pergunta. Sendo preciso, nos últimos dez anos a ENEL deixou de pagar de impostos, por conta desses benefícios, 800 milhões de reais 916 mil e 416 reais e 80 centavos, ou seja, quase 801 milhões de reais em Renúncia Fiscal. Isso não é um dinheiro que foi creditado da SUDENE para ela, foi um dinheiro que não foi pago em impostos.

Então como eu fiz aquela primeira análise dos dois Incentivos que nós temos, somam-se 82,5%, 7,5% de Reinvestimento, 75% de Dedução. A empresa, quando chega ao final do ano, que vai ali pagar o seu imposto, fazendo aqui uma análise: um milhão de reais, se ela tem de pagar um milhão, ela deduz 750 mil. Ela não paga aquele imposto de 750 mil, e dos 250 mil que sobram, 7.5%, ou seja, o que seriam os 75 mil, ela pode reinvestir dentro da empresa para melhorias, ou compra de equipamentos dentro da empresa. Então o valor exato que vossa excelência perguntou é esse de quase 801 milhões de reais nos últimos dez anos de Renúncia Fiscal.

Quanto ao ressarcimento aos cofres públicos, eu, pessoalmente, não vou poder lhe responder agora porque eu não sei a resposta, mas, assim, se vossa excelência quiser formalmente provocar a SUDENE, isso aí a gente vai pedir o Parecer da nossa Procuradoria Federal e também dos nossos técnicos, para saber mais essas informações. Eu, pessoalmente, não vou saber responder agora a

questão de ressarcimento. O que se pode fazer, obviamente, é ver o enquadramento futuro para a fruição dos próximos dez anos, e se a empresa se enquadra ou não. Isso aí a SUDENE, obviamente, pode fazer, se a empresa está cumprindo os requisitos conforme a lei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Agradeço ao Dr. Heitor Freire pelos esclarecimentos. Deputado Guilherme Landim quer fazer também os esclarecimentos. Eu já passo a palavra então ao Relator desta Comissão Parlamentar de Inquérito, o Deputado Guilherme Landim.

SR. RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): Na verdade, presidente, eu só queria corroborar aqui com as palavras do Deputado Guilherme Sampaio, e deixar aqui a minha impressão dessa audiência de hoje, que os dois convidados aqui, tanto o Dr. Heitor como o Dr. Ícaro trouxeram informações importantíssimas. E sem querer aqui adiantar absolutamente nada do Relatório Final, que será amplamente discutido, analisado e feito aqui em comum acordo com todos os deputados, mas eu vejo que nós precisamos agir o quanto antes.

Acho que como disse o Deputado Guilherme, uma audiência que talvez com pouco público na plateia, mas de uma importância fundamental, de embargar a voz, de apertar o coração de ver a forma como essa empresa tem tratado a vida das pessoas, afora todo o descaso com os serviços. Esse ponto é primordial para todos nós. Se fosse uma vida já era muito, imagine a quantidade, 67 mortes ao longo desses anos, e a forma como está sendo tratada, porque acidentes acontecem, mas eles podem ser evitados com investimentos, e é isso o que nós estamos batendo desde o começo. Os investimentos só caem. O cuidado com o povo cearense cada ano é pior.

Então eu acho que isso é fundamental, algumas sugestões importantes trazidas aqui pelo Dr. Ícaro, e nesse mesmo sentido, eu já queria aqui fazer um apelo ao Dr. Heitor, em nome da SUDENE: Que nós não pudemos, enquanto povo brasileiro, continuar dando, de mão beijada, essa quantidade de dinheiro a essa empresa com ela fazendo o que está fazendo com o nosso povo.

O Incentivo é fundamental para a geração de emprego e de renda e para o desenvolvimento do nosso Nordeste e do Estado do Ceará, mas os empregos, nós já vimos aqui na CPI, que estão a cada ano que passa precarizando a mão de obra, terceirizando essa mão de obra; são centenas de milhares de trabalhadores que estão com Processos Judiciais contra essa empresa por precarização do serviço.

O povo do Ceará está sendo prejudicado. O setor comercial, empresarial, industrial do Estado do Ceará já veio aqui também e demonstrou que essa empresa está fazendo com que o Estado do Ceará deixe de crescer. Então como é que o povo brasileiro, mediante a SUDENE e o

Governo Federal, está dando Incentivo Fiscal para uma empresa que está atrapalhando o desenvolvimento do nosso Estado?! Isso não é possível!

Então já fica aqui o meu apelo pessoal, mas a partir de agora, cada vez mais consciente de que precisa sair desse Relatório Final também uma solicitação imediata desta CPI à SUDENE que não renove esse Incentivo dessa empresa.

Então, agradeço aqui ao Dr. Heitor, ao Dr. Ícaro, porque eu acho que contribuíram demais com a nossa CPI na tarde de hoje. Obrigado.

SRA. DEPUTADA LIA GOMES (PDT): Só pra contribuir aqui, Deputado Guilherme, com a sua fala. A gente, viu senhor Heitor, Deputado Heitor, a gente aqui, pelo contrário, a ENEL hoje tem sido uma trava ao desenvolvimento do nosso Estado, porque são inúmeros os casos de empresas que não conseguem abrir. A gente acompanhou recentemente uma empresa de Reriutaba, que o dono investiu todo o dinheiro, levantou empréstimo, e ficou mais de um ano com a empresa fechada porque a ENEL não ia até lá ligar a energia.

O cearense, pequeno agricultor, não consegue fazer uma pequena plantação, porque às vezes, uma simples solicitação de uma energia para ligar um motorzinho lá humilde em uma comunidade, eles não vão. O pessoal da Energia Solar esteve aqui e apresentou inclusive um cálculo muito bem feito, com números, e mostrou que o Estado do Ceará hoje está perdendo na casa de bilhões de reais, de pessoas que querem investir no Ceará e estão investindo aqui em outros Estados do Nordeste, porque o Sol aqui é praticamente igual, e aqui eles não estão encontrando esse respaldo da ENEL, essa colaboração, e o nosso Estado vem, hoje... Não tem cabimento uma empresa que recebe Incentivo, que é para incentivar o desenvolvimento do nosso Estado, e hoje ela funciona exatamente ao contrário, como uma trava que impede nosso desenvolvimento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Eu gostaria também de colaborar com as falas dos colegas deputados, Deputada Lia, Deputado Guilherme Sampaio e Deputado Guilherme Landim. Eu acho que o Deputado Guilherme Sampaio foi muito feliz e resumiu o sentimento de nós todos aqui Parlamentares, que estamos na Comissão Parlamentar de Inquérito, Dr. Heitor Freire e Dr. Ícaro, e já imaginávamos ter visto de tudo até aqui, e já causava indignação, revolta em alguns momentos.

Hoje aqui nós temos dois polos: O polo econômico, ao qual ela se vale muito, isso não é interpretativo meu, isso está explícito, e o polo que dói mais na gente, o de ver pessoas perderem vidas. Não vou entrar no mérito se vou negligência ou se não foi, mas no mínimo, a sensibilidade faltou da empresa ENEL, até hoje, em não reconhecer, em não pedir desculpas; em não fazer uma visita; em não prestar solidariedade e não ter o mínimo de sensibilidade com vítimas que, mesmo

que ao final de um Processo Investigativo, não seja evidenciado uma negligência, mas aquela pessoa foi vitimada por um equipamento desta empresa que tem uma Concessão Pública e ganha bilhões de reais; ao menos uma visita à família.

Esta Casa, Dr. Ícaro, Dr. Heitor Freire, vossa excelência que foi deputado federal, sabe bem disto, essa Casa representa o povo cearense. Vossa excelência quando estava na Câmara Federal, àquela Casa representa o povo brasileiro. Nós não estamos aqui representando nós, pessoas físicas, nós estamos representando a população do Estado do Ceará. Esta Casa nunca recebeu da empresa ENEL uma ligação sequer para dar uma explicação em qualquer lugar, que fosse território cearense. E olhe que são dois anos que essa Casa iniciou um Processo de denúncia do desrespeito da Empresa ENEL com o povo cearense. Há pouco mais de seis meses nós abrimos a Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar aquilo que estamos ouvindo, aquilo que nós estamos enxergando, para descobrirmos se o que nós estamos interpretando teria veracidade com dados, com números e ouvindo órgãos e ouvindo a população.

Dia 15 agora, nós vamos fazer um dia de mobilização, vários deputados da Comissão Parlamentar de Inquérito ou não, que não façam parte da Comissão, mas como os 46 deputados, inclusive o Presidente Deputado Evandro Leitão assinou um Requerimento solicitando abertura de CPI, e nós vamos a vários locais no Estado do Ceará; Deputada Lia Gomes, em Sobral; Deputado Fernando Santana, no Crato; Deputado Guilherme Landim, em Brejo Santo, alguns deputados que ainda estão por confirmar; Deputada Gabriela fará em Tauá; Deputado Agenor e Deputado Marcos Sobreira farão em Iguatu; Deputado Guilherme Sampaio está aqui a combinar com a Deputada Larissa a realizar em Fortaleza; Deputado Bruno Pedrosa aqui em Fortaleza. Nós vamos fazer um dia de mobilização para ouvir a população.

Eu já me daria, com toda tristeza eu vou dizer isso, por satisfeito, em ouvir hoje a fala do Dr. Ícaro, repassando o sentimento que nos deixa mais do que revoltados, nos deixa numa tristeza profunda em ver vítimas fatais, - e eu não estou nem falando das outras vítimas, - tem muita gente que se vitimou de qualquer... de objetos que são queimados e nunca tem nem um telefonema da ENEL, porque a ENEL recorre de tudo; ela não reconhece nada, ela não tenta resolver nada.

Então, o que o Dr. Ícaro falou aqui hoje e o Dr. Freire está sendo aqui questionado e respondendo, é que, por um lado, - e eu venho dizendo isso aqui de forma muito singela, - de forma muito... desse vocabulário nosso do interior: *Que a ENEL só visa Lucro.* E eu estou começando a passar da interpretação para ter uma certeza, com dados concretos, que isso é uma verdade. Ela tem uma Concessão Pública, ela deve satisfação ao povo brasileiro, porque o problema não é só no Estado do Ceará, está posto publicamente, mas vamos nos ater ao nosso problema no Estado do

Ceará, a empresa não respeita a população; a empresa não está nem aí para qualquer tipo de vítima, sejam fatais ou não, pelo que está posto. É um entendimento meu, estou falando por mim, não estou falando pela Comissão, estou falando por mim.

E tudo que a gente tem visto até aqui, desse trabalho cansativo, exaustivo, psicologicamente que nos deixa muitas vezes abalados. Hoje, não tenho dúvida que muitos aqui, quando chegarem a suas casas, olharem para seus filhos, para seus familiares, vão lembrar as suas palavras; vão lembrar as vítimas, e aí nós vamos dizer: *Poxa, nós já reclamamos tanto dessa empresa, nós já denunciamos tanto essa empresa; nós já pedimos tanto essa empresa para tomar uma providência*, e para além disso tudo não era, até então de conhecimento de todos, que inclusive nós tivemos vítimas fatais, repito, sem entrar no mérito se foi negligência ou não, nunca teve sequer uma visita ou um telefonema da empresa ENEL.

Eu disse aqui na última vez, que a presidente da empresa esteve aqui, a Dona Márcia, em nosso gabinete, inclusive fazendo um pedido, para que a CPI pudesse terminar, não fosse prorrogada. E eu dizia para ela: *Presidente, o que a ENEL tem que fazer no Estado do Ceará, primeiro é pedir perdão ao povo cearense, por tudo.* E eu nem sabia desses casos de vítimas fatais. E ali eu já dizia isso para ela. Após pedir perdão, presidente ou presidenta, a empresa faz seu Plano de Expansão, se ela deseja permanecer no Estado, que parece que deseja. Já inclusive tem um deputado do PL, da Bahia, com um projeto para que essas Concessões sejam renovadas agora, não precisa nem esperar o prazo de 2028 quando são vencidas.

Eu tenho quase certeza absoluta que não passa na Câmara Federal. Inclusive eu conversava, ontem, com o Deputado Guimarães, que é líder do Presidente Lula na Câmara: *Como é que pode, diante de um atropelo desses, diante de uma calamidade dessas, de um caos que a ENEL tem causado na vida do povo brasileiro, na vida do povo do Estado do Ceará, renovar uma Concessão que nem se venceu ainda, com um deputado com esse Projeto de Lei?* Talvez ele desconheça esses casos. Poderíamos até enviar um documento da CPI convidando o deputado para vir ao Estado do Ceará participar de uma reunião, ouvir aqui o advogado Dr. Ícaro, ouvir os relatos que nós temos; ver aqui da SUDENE o tanto que essa empresa já ganhou dinheiro, seja do lucro, seja dos incentivos, seja nas bolsas, enfim.

Então, o nosso comentário aqui, - e eu vou passar a palavra ao Deputado Bruno Pedrosa que quer aqui fazer seus questionamentos, - é que nós já superamos todos os limites, e pela insensibilidade dessa empresa nós não podemos recuar um milímetro de fazer justiça. A CPI busca fazer justiça. E eu tenho dito e repito que *ou a ENEL muda ou ela se muda!* Mas eu acho que mudar não existe na cartilha dela, a não ser que o lucro esteja acima de qualquer coisa, - e aí é uma

interpretação minha, - ou então ela queira mesmo é se mudar. E se ela se mudar, que outra empresa, no mundo, que esteja acompanhando, que eu não tenho dúvida, toda empresa desse segmento está acompanhando ao que está acontecendo nos Estados, as CPIs, os problemas que estão acontecendo nas empresas existentes, no nosso caso, a ENEL.

Que a empresa que venha assumir essa Concessão não repita, ou não pense nem imagine fazer o que essa empresa ENEL tem feito ou deixado de fazer no Estado do Ceará, porque essa Casa de Parlamentares representantes dos mais de nove milhões de habitantes que nós temos no Estado do Ceará, nós não vamos deixar, nós não vamos permitir.

E aqui não tem uma deputada, aqui não tem um deputado nessa Comissão Parlamentar Inquérito ou nesta Casa que queira qualquer coisa pessoal da ENEL. Afirmo isso aqui, com testemunha, Dr. Cleto, o senhor que é advogado da ENEL, já disse isso para o senhor aqui e estou dizendo de público, o que essa Casa quer é que a ENEL mude; peça perdão; peça desculpas; resolva os problemas; pague o que é devido às pessoas; repare o que é devido às pessoas; melhore o seu sistema, e possa um dia ser elogiado por esse colegiado que representa o povo cearense. Se não, ela se mude do Estado do Ceará e nos deixe tentar que outra venha, e a gente possa ter o mínimo de paz para viver com esse serviço essencial, que é o fornecimento de energia elétrica, e para além disso, vale sempre salientar e lembrar que a ENEL não fornece só energia elétrica que é nosso serviço essencial, tem outro serviço essencial que passa por ela, que é a internet, e ela quis, tempos atrás, triplicar o preço cobrado por postes para o provedor, inviabilizando o negócio, e fazendo com que os Provedores demitam; fechem as portas; fechem suas empresas, desempregando, e deixando de ter o crescimento no segmento que é tão forte hoje, e é essencial em nossa vida, após a pandemia se tornou serviço essencial, que é o serviço de internet.

Então nós estamos nas mãos dessa empresa aqui no plano terreno, infelizmente, porque ela tem esse Contrato de Concessão, sofrendo tanto com ela, mas acima dela nós estamos nas mãos de Deus, e pedimos força, coragem, determinação a Deus. Essa Casa Legislativa não vai deixar a ENEL tratar o povo do Estado do Ceará com ela bem queira e como ela bem quer é com falta de respeito e nós não vamos aceitar.

Passo a palavra ao Deputado Bruno Pedrosa.

SR. DEPUTADO BRUNO PEDROSA (PDT): Boa tarde a todos. Serei bem breve aqui nas minhas palavras. Primeiro cumprimentar o nosso Presidente Fernando, Deputado Guilherme e Deputada Lia, também nosso querido Deputado Heitor Freire, ao Dr. Ícaro, Dr. Cleto, nosso companheiro de OAB.

Eu reitero só um pouco, Fernando, as minhas palavras acerca das Energias Renováveis. O Estado do Ceará vem perdendo muito, e acho que como o Deputado Guilherme falou e corroborando ao que o Dr. Ícaro falou, está se fechando um quebra-cabeça completo de um panorama muito grande, mas que vão se complementando essas peças, seja no atendimento ao público, seja nas Energias Renováveis, seja nos acidentes, seja na falta de humanidade, de humanismo mesmo, e essa CPI tem ido nesse sentido e nesse caminho de buscar compreender formas que busquem com que a ENEL volta ao patamar anterior, volte ao seu caminho de prestar um atendimento, de prestar um serviço público, uma Concessão de qualidade, respeitando o povo cearense que é o que a gente tem pedido.

E as Energias Renováveis a gente fica muito... eu estou presidindo a Comissão das Energias Renováveis, sabemos o quanto a ENEL interfere nesse setor; precisamos da autorização da ENEL, os pareceres para a conexão de novas Usinas, e continua da mesma forma, infelizmente sendo barrada por diversas justificativas; inversão de fluxo; justificativas muitas vezes que não atendem a Resolução 1000 da ANEEL, infelizmente barrando milhões e milhões de investimentos, e a possibilidade de geração de centenas de empregos, milhares de empregos aqui no Estado do Ceará, principalmente no sentido da geração distribuída. A gente fica atento, estamos atentos.

Parabenizar mais uma vez o Presidente Fernando, você Guilherme, mas todos os integrantes da CPI, porque eu sinto que por mais que as dificuldades se apresentem e nossas competências aqui como deputados estaduais, muitas vezes nós termos certas limitações, mas eu tenho certeza que o caminho que está se chegando, o destino que está se chegando nós vamos ter resultados concretos para a população, além desse pedido de desculpas que você tem reiterado tanto aqui na Assembleia.

No mais é agradecer a presença de ambos, foi muito importante à participação para que a gente possa sentir e ouvir a dor do povo cearense, cada vez mais perto da gente. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Bom, então eu pergunto aqui, Deputada Lia, pois não. Sim, pode falar, pois não. Com a palavra Deputada Lia Gomes.

SRA. DEPUTADA LIA GOMES (PDT): Eu queria aqui comentar, presidente, em relação ao desrespeito, expressar aqui a minha indignação com a falta de respeito com o que o senhor Sandoval, Diretor-Geral da ANEEL, vem tratando esta CPI.

A gente encaminhou, através da minha solicitação, no dia, se não me engano, 11 de dezembro do ano passado, solicitando quais foram os termos dos acordos que eles fizeram da ENEL com a ANEEL, e até o presente momento a gente não obteve nenhuma resposta. Então, para a gente avaliar e que providências nós temos que tomar em relação a isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Deputada Lia, lembrar que nós estivemos lá em uma reunião com o Diretor, o Presidente da ANEEL, senhor Sandoval. Eu vou me ater aqui a não comentar do meu desejo próprio; ele pediu 15 dias, não era para enviar um documento para a CPI não, nos telefonaria, entraria em contato para nos dizer como ia fazer com que a ENEL respeitasse o povo cearense; como ela iria corrigir os erros; como é que ia pedir; foi até uma fala depois de uma discussão que tive com ele, pública, porque era uma reunião pública, ele fez essa fala. Até hoje, até hoje. Deputada Lia, eu não sei se a senhora tem, quando foi que nós estivemos lá?

SRA. DEPUTADA LIA GOMES (PDT): Data da nossa reunião, dia 7 de dezembro, e aí dia 11 a gente encaminhou aqui... não, passou mais. A gente esperou mais de um mês para enviar esse ofício, porque ele se comprometeu...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Nós tivemos lá dia 7 de novembro, ele pediu 15 dias. Hoje é dia 11 de março, nós estamos aguardando.

SRA. DEPUTADA LIA GOMES (PDT): É, reiterando aqui o que Vossa Excelência sempre diz, que ali funciona mais como um puxadinho; infelizmente nossas Agências Reguladores e a ANEEL, eu penso que uma das piores deles, elas agem hoje para proteger quem desrespeita de maneira, assim, cada reunião dessa de CPI a gente sai mais indignado e vendo que quem deveria nos proteger hoje age para proteger a ENEL. É uma vergonha o que está acontecendo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): A Deputada Lia me perguntou como é que nós devemos proceder. Eu estou tentando já uma reunião, hoje, eu devo ter uma resposta da ANEEL, vou fazer a última tentativa, e vou pedir as vossas excelências que nos acompanhem nessa última reunião ou nessa última visita à ANEEL, na última tentativa nossa de no diálogo buscar um entendimento da Agência, que manda na ENEL, é a única que tem autoridade sobre a ENEL. O Governo Federal não tem; o Governo do Estado do Ceará não tem autoridade em cima desse Contrato de Concessão de 1998. Só quem tem autoridade sobre a Empresa ENEL é a ANEEL. Então, existem duas vilãs, na minha interpretação: A ENEL, no nosso dia a dia, com todo esse aparato de situações que nós já colocamos à população; e a ANEEL, que é o órgão para fiscalizar, para punir, que é para cobrar, tendo em vista, inclusive até, que é uma Concessão Pública, ela não tem feito isso. Eu tenho dito que ela mais parece um *puxadinho* para defender a ENEL, e nós dissemos isso lá na presença do Diretor-Presidente da ANEEL, que depois dessa fala ele se transformou no mais atencioso à causa, pedindo, inclusive 15 dias para dar uma resposta, até hoje.

Eu solicitei, ontem, ao Deputado Federal Guimarães, Líder do Presidente Lula na Câmara, que pudesse nos acompanhar em uma reunião com a ANEEL, porque não é possível que essa

empresa não tenha respeito, não é com os Parlamentares somente não, é com a população. E quando digo com os Parlamentares é porque nós estivemos lá e estaremos, se eles marcarem, representando o povo do Estado do Ceará, os mais de nove milhões de habitantes. Então, eu não vejo nenhum respeito até aqui. Mas pode ser depois de tudo que está sendo exposto no Ceará, em São Paulo, no Rio Janeiro, pode ser que a Agência Nacional tome alguma providência. Então haveremos de ter nos próximos dias uma reunião, mais uma reunião com a ANEEL.

Doutor Ícaro, o senhor queria fazer um comentário? Pois não. Pode ficar à vontade.

SR. ÍCARO FERREIRA DE MENDONÇA GASPAR (Advogado – Representante das vítimas de Acidentes Fatais em virtude de Choque Elétrico): Deputado Fernando, na realidade, é só pra agradecer a oportunidade, em nome das vítimas; agradecer a esta Casa; agradecer ao Bruno Pedrosa, Deputado Guilherme Landim, Deputada Lia, Deputado Guilherme Sampaio que teve que se ausentar, mas foi autor do Requerimento que nos trouxe na tarde de hoje; e agradecer a vossa excelência Deputado Fernando Santana, na certeza de que esta Augusta Casa Legislativa não vai fazer com que essas vítimas se tornem números. Essas são histórias que precisam ser contadas com a perspectiva que a gente traga àquela máxima que a gente utiliza para situações que afrontam os direitos humanos. A gente costuma repetir, Deputada Lia Gomes, para que nunca se esqueça, para que nunca mais aconteça, para que nenhum cidadão e nenhuma cidadã do Estado do Ceará tenha mais que chorar a partida dos 'Adrians', que chorar a partida dos seus pais, de chorar a partida dos seus amigos, chorar a partida daqueles que queriam apenas ter o direito de viver e foram impedidos por uma má prestação de serviço.

Me colocar novamente à disposição da CPI, Deputado Fernando Santana, para colaborar no que for possível e preciso, e dizer que os familiares de vítimas aguardam ansiosos por um pedido de desculpas dessa empresa. Obrigado e boa tarde a todos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Doutor Ícaro, nós que agradecemos. Doutor Heitor Freire, o senhor quer fazer um comentário final? Por gentileza, fique à vontade.

SR. HEITOR RODRIGO PEREIRA FREIRE (Diretor de Fundos, Incentivos e Atração de Investimentos da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE): Mais uma vez só pra agradecer em seu nome Deputado Fernando Santana, a todos os Parlamentares desta Casa, parabenizar o trabalho de Vossas Excelências. Sei da importância e também como cearense, a atenção que vem sendo dada a esta Comissão; parabéns pelos vossos trabalhos e mais uma vez agradecer. Dizer que a SUDENE está sempre à disposição para receber vossas excelências; também

a nossa sede em Recife, contribuição, a forma que nós podemos ajudá-los a prosseguir neste tema. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Nós é que agradecemos. Quero agradecer o Dr. Heitor Freire, ao Dr. Ícaro, e dizer mais uma vez que nós estamos caminhando para o encerramento dos nossos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito. Talvez esse dia tenha sido o último dia de Oitivas a se encerrar com a Oitiva da ENEL que deverá acontecer no inicio de abril.

Mas Deputado Guilherme Landim, eu repito, e não quero ficar aqui, mas é porque estou tão indignado com o que eu ouvi aqui hoje, eu pensei que não ia me surpreender negativamente mais do que já estava surpreso com as atitudes dessa multinacional, dessa gigante financeira, dessa trilionária, talvez mais uns "*lárias*" daí pra frente que eu não saiba nem pronunciar, e hoje saio daqui, Deputada Lia, eu saio é mais triste ainda.

Não pensem que nós estamos com essa Comissão Parlamentar de Inquérito, e eu estou feliz em estar conduzindo esse trabalho aqui, eu não queria estar conduzindo esse trabalho. Eu queria que a empresa estivesse prestando seu serviço adequado, respeitando as pessoas; quando tiver uma vítima de acidente prestar solidariedade; ter a sensibilidade; mas, infelizmente, o que nós temos visto é de deixar a gente indignado. Muitas vezes a gente se pega assim: Será se vale a pena essa empresa ainda dizer que vai mudar e a gente dá um voto de confiança? Eu estou quase descrente disso, e olhe que sou uma pessoa otimista, eu tenho esperança em meu coração de que as coisas vão melhorar, mesmo com todas as circunstâncias mostrando que não, mas essa empresa ENEL, - e aí é uma opinião minha, e não é da Comissão Parlamentar de Inquérito nem do Presidente da CPI, é uma posição minha enquanto representante do povo, ouvindo as pessoas, vendo essas causas que essa empresa tem atitudes perversas, covardes com o povo cearense.

E ouvindo hoje essa situação das vítimas, Deputado Guilherme Landim, eu sacramentei que o que estou dizendo não é em vão, o que eu estou dizendo e eu sei que tem alguém me ouvindo na TV Assembleia, na Rádio FM Assembleia, e deve estar pensando a mesma coisa, que está passando pela mesma situação que essas vítimas que hoje deixaram que o Dr. Ícaro pudesse expô-las aqui. A vítima, qual o nome dela? Ivamar, ela não veio aqui se expor à toa, ela veio se expor pelo tamanho da dor que ela está sentindo. A dor é tão grande, começou com nove anos de idade essa dor, e hoje está com 25 anos de idade. E essa é uma dor nunca vai ser curada porque ela perdeu os pais, e nesse tempo a empresa nunca pediu nem desculpa, nunca foi nem fazer uma visita. Não precisava ela nem entrar no mérito. Ela está recorrendo, é um direito que ela tem perante a Justiça, para ela ir lá visitar.

Enfim, estou convencido que essa empresa, - e eu não quero entrar no mérito se são as pessoas; se é a filosofia da empresa é essa ou quem está lá contratado tem que seguir essa filosofia ou quem está gerenciando, seja na Itália, seja no Brasil, seja no Ceará, e eu não sei, só me resta pensar: Ou a filosofia da empresa ou de alguém que está neste momento está gerenciando em nível de mundo, em nível de país ou em nível de Ceará tenha essas atitudes perversas, desumanas, e só vise lucro e ganhar dinheiro, ganhar dinheiro em cima do suor, ganhar dinheiro em cima da dor e da infelicidade da população. Não tem outra coisa a dizer a não ser: *Ou essa empresa ENEL aqui no Ceará ou muda ou ela se muda.*

A população não pode só se indignar. A população tem que expor a sua dor e até, se preciso for, Deputado Guilherme Landim, se revoltar com as atitudes dessa empresa ENEL. Nós não vamos nos calar. E pelo que eu converso aqui com os 46 deputados desta Casa também não vão se calar.

Nós vamos encerrar esta reunião de hoje, muito grato pelas presenças dos senhores, pelos esclarecimentos, pelos deputados que aqui passaram fazendo seus questionamentos; por quem está aqui nos auditórios, por quem nos assistiu pela TV Assembleia e quem nos ouviu pela Rádio FM Assembleia, muito agradecido pela participação de todos. Mas eu encerro a reunião muito triste com o que eu ouvi aqui, hoje, e com a falta de respeito e humanidade dessa empresa chamada ENEL no Estado do Ceará.

Portanto, vamos encerrar a nossa reunião. E em breve nós anunciaremos a Oitiva com a ENEL aqui nesta Casa, que eu estou doido que ela se negue a vir, tomara que ela nem venha; ela quebre até esse protocolo, que é direito da CPI convocar. Porque pelo que tenho visto, até conversei com o Dr. Cleto aqui, muito obrigado, muito simpático, infelizmente representa uma péssima empresa, mas é o seu trabalho e eu respeito o trabalho das pessoas. Mas eu vou dizer o que eu disse a ele, hoje, mais cedo, para ele aqui de forma, um diálogo, até o conheci hoje, mas de nome já o conhecia, que a empresa poderia fazer um gesto com a população, pedir perdão e melhorar, e eu não enxergo mais isso depois do que ouvir aqui sobre as vítimas. *Tudo é grave*, o que a gente escuta da ENEL, tudo. Todo santo dia. A Deputada Lia, Deputado Guilherme Landim, todos os deputados dessa Casa, vereadores que estão nos ouvindo, nos assistindo, os prefeitos, os 184 prefeitos do Estado do Ceará reclamam dessa empresa. É unanime a reclamação com essa empresa. Tudo é muito grave: Queimar uma geladeira; passar oito dias sem energia, sem internet, porque quando falta energia a gente fica também sem internet. Tudo é muito grave. O Natal que foi grave; o Reveillon que foi mais grave que o Natal, e o Carnaval que quem brincou foi a ENEL com a cara do povo cearense. Tudo é muito grave, no meu ponto de vista.

Ver aqui a SUDENE com incentivos, e que esses incentivos milionários que se tornam bilionário, um bilhão em dez anos praticamente; que esse dinheiro poderia ser para a Saúde, poderia ser para a Infraestrutura, está indo para ENEL para ela devolver em uma boa prestação de serviço; na geração de emprego; em serviços sociais. Mas temos visto aqui a ENEL, me desculpe, é a minha avaliação, não encontro outra palavra, *é nos enganando.* Vez por outra ela faz aí: *Vou doar umas geladeiras*; e ver as vítimas hoje aqui fatais e não ter dessa empresa um gesto de humanidade, de pelo menos pedir desculpa. Não. E fica recorrendo, recorrendo, para ganhar prazo, para não pagar muitas vezes uma indenização de 60 mil reais a uma vítima fatal.

Então, assim, eu não tenho muito mais o que dizer não. É ficar indignado mesmo, e pedir a Deus que me dê força e coragem para continuar esse trabalho aqui junto com meus colegas deputados. Pois não, Deputada Lia.

SRA. DEPUTADA LIA GOMES (PDT): Último aviso aqui antes de vossa excelência encerrar. Eu fiquei de fazer contato com a Defensoria, falei com a Defensora-Geral e ela já me disponibilizou uma Defensora que é especialista nessa parte de Direitos do Consumidor; e a gente já está fazendo os acertos. Ela sugeriu que a gente fizesse aquela mesma ideia que você já tinha sugerido aqui, que é a história da pesquisa para embasar mais a nossa Ação Civil Pública. Falei também com o pessoal da UVC, eles também vão se juntar a nós, então nós temos dois parceiros já, Defensoria e a UVC que vão se juntar a nós na Ação Civil contra a ENEL.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Muito bem, Deputada Lia. Lembrando que a APRECE também é parceira nesse trabalho, nessa indicação de Ação Civil Pública contra a ENEL, com elementos que já foi exposto por essa Comissão e outros que não foram ainda, porque como disse o Deputado Guilherme Sampaio: *tem muita ferramenta ainda para a gente tirar*. Queríamos nós não estarmos nessa situação e não estar tirando ferramenta alguma, pelo contrário, nós queríamos era estar aqui elogiando.

Nós já estamos finalizando a pesquisa, Deputada Lia, e nos próximos dias nós vamos divulgar para a população a pesquisa que essa Casa do povo cearense irá realizar, porque essa pesquisa pública que nós vamos realizar, ela vai embasar ainda mais o trabalho dessa Comissão Parlamentar de Inquérito, e, por favor, Manoel me passe aqui o pessoa de Santa Quitéria? Então, me passe aqui, por favor. O pessoal de Santa Quitéria que tem dias e dias que reclamam. Aí são os 184 municípios, mas vou me ater a Santa Quitéria porque eles estão insistindo aqui nas mensagens.

Estava ouvindo o Dr. Ícaro aqui falar e me lembrei de Juazeiro um caso que teve, Deputada Lia, e graças a Deus que não teve vítimas. Na romaria, Juazeiro fica superlotada, e tem um poste que passou uma semana anunciando que iria pegar fogo, e o povo a gravar vídeos, ligar para ENEL

e gravar. Tudo foi gravado. E nós até passamos isso aqui na CPI, pois bem, a ENEL nunca foi para lá. Passou uma semana; pegou fogo; caiu em cima da população, o fogo, e graças a Deus, nós não tivemos vítimas fatais; alguns acidentes, algumas pessoas se feriram no local. Mas uma semana um caso anunciado. A ENEL chegou a receber vídeos do que ia acontecer. Você falou ali: Muitas vezes o fogo no fio, a gente imagina o que pode acontecer, e a gente vê isso direito no interior; lá passou uma semana o fogo no fio e a ENEL não apareceu lá, e pegou fogo o poste, caiu em cima da população, mas graças a Deus, nada aconteceu.

Deputado Guilherme Landim, me ajude para ver se eu enxergo. Aqui o pessoal de Santa Quitéria, é uma comunidade localidade de Nova Virgínia. *Bom dia. Solicito ajuda na divulgação do que vem ocorrendo desde o dia 17/2, na zona rural deste município. Os moradores da zona rural de Virgínia, Palestina, encontram-se sem energia desde então, desde o dia 17/2. Órgãos da prefeitura do município tem a cobrar dessa empresa ENEL; vereadores têm a cobrar e nunca foi ao local e sequer uma satisfação. Os consumidores que pagam em média 400 reais de luz mensal; fios partidos; remendados; falta de poste e etc. No local, podendo acontecer uma tragédia a qualquer momento,* Dr. Ícaro.

Pessoas anônimas tem cobrado pelo serviço, prefeitura, vereadores e só conseguem fazer algum ajuste provisório, antes do dia 17, do dia 17 para cá nem provisório tem feito. Denuncio que a qualquer momento vai acontecer uma tragédia. É um verdadeiro descaso com mais de dez famílias que moram nesta comunidade.

Isso aqui está chegando ao caso mais grave que o Dr. Ícaro expôs aqui hoje, que pode acontecer de ter uma vítima até fatal, que Deus nos livre disso, mas em todo o Ceará é esse tipo de denuncia aqui, em todo o Ceará.

Se eu abrir aqui o microfone agora para os 184 municípios, de Fortaleza ao Salitre, de Antonina do Norte a Sobral, todas as comunidades vão fazer a mesma denuncia, sejam 24 horas, sejam 2 horas, sejam 4 horas, sejam 8 horas, sejam 10 dias, 15 dias sem energia elétrica. E o pior, é que a ENEL não dá uma justificativa; ela nunca cumpre as previsões. Mas ela não dá justificativa. Não houve um problema aí... Sem previsão. Agora é sem previsão.

Ou seja, vamos terminar a reunião porque senão nós vamos estender até à noite e esse assunto mexe com todos nós. Mas quero encerrar essa reunião de hoje dizendo que das reuniões que realizamos aqui da Comissão Parlamentar de Inquérito, essa de hoje, essas duas, que nós fizemos em conjunto, essas duas de hoje, praticamente fecharam o trabalho da CPI antecedendo a Oitiva com a ENEL. Eu pensei que alguma coisa iria nortear um futuro melhor com essa reunião de hoje, aqui da SUDENE e dos representantes das vítimas fatais de choques elétricos e de acidentes, essa

de hoje fechou a tampa da tristeza daquilo que a gente já vinha imaginando que o pior ainda estava por vir, e o pior é exatamente pessoas perdendo suas vidas em acidentes com postes, com fios, com cabos, ou seja, com os equipamentos de ENEL, sem entrar no mérito se é negligência ou não, e não ter dessa empresa o mínimo de sensibilidade.

Vamos encerrar a presente reunião agradecendo a todos pela participação. Muito obrigado. Que Deus nos abençoe.

ATA DO DIA D DE MOBILIZAÇÃO E CONSULTA PÚBLICA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA ENEL DISTRIBUIÇÃO CEARÁ, REALIZADA NA CÂMARA MUNICIPAL DE BREJO SANTO, EM 15 DE MARÇO DE 2024.

SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BREJO SANTO RANILSON JUNIOR: Bom dia a todos. Sejam todos bem vindos a essa importante audiência pública, para que a gente possa cobrar nossos direitos e exija dessa ENEL que preste um serviço de qualidade. Convidar aqui para compor a mesa o Vice-Prefeito (Brejo Santo) Bosco Sampaio, a Prefeita (Brejo Santo) Gislaine Landim, os colegas vereadores a tomaram assento em suas bancadas, e convidar para compor a mesa e presidir os trabalhos, já que é uma CPI da Assembleia Legislativa, o Deputado Estadual Guilherme Landim.

SR. RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM: Bom dia a todos e a todas. Primeiro é um prazer muito grande está aqui com vocês, gostaria de agradecer aqui ao Presidente da Cãmara Municipal de Brejo Santo, Vereador Ranilsinho, pela acolhida, por estar nos recebendo aqui hoje neste momento. Em nome dele, agradecer a cada um dos vereadores de Brejo Santo aqui presentes, João Paulo, Arnou, Miram, Rômulo, Naldo, Fafá, Devanir, Marcos Cabral, Lurdinha, Chico Nobilino, e a cada um de vocês aqui presentes meu muito obrigado, a nossa Prefeita Gislaine, ao Vice-Prefeito Bosco Sampaio, e gostaria de agradecer aqui as presenças e já convidar quem ainda não está aqui compondo a mesa, a fazer todos os amigos e amigas que nos visitam aqui da região, Vice-Prefeito de Abaiara Ângelo Furtado, vereadores aqui presentes de Abaiara, gostaria de convidar o Presidente Manoel, Vereador Francisco de Tindô, Vereador Ricardo Leite. Do município do Barro, agradecer e convidar o Presidente da Câmara Itamar e os vereadores Dundun e Koringa aqui também, muito obrigado pela presença, e faço aqui o convite para se juntar conosco. Do município de Milagres, gostaria de agradecer a presença do meu querido amigo Prefeito Figueiredo, e a cada um dos vereadores e vereadoras aqui presentes, o Presidente da Câmara Ozório, Vereador Arildo, Vereadora Amanda, Vereador Geraldo Neto, Vereador Landim, Vereador Chiquinho, e o Ex-Vereador e Ex-Presidente da Câmara Ubelardo, obrigado pela presença, e se junte aqui conosco. O Procurador aqui da Câmara (Brejo Santo). Agradecer aqui também e convidar os vereadores de

Penaforte, representando o município de Penaforte o Vereador Junior de Gel, meu querido amigo Sandro Rocha, obrigado a vocês pela presença. Do município de Porteiras, agradecer e convidar aqui a Presidente Corrinha, os vereadores Dé do Simão, Cleide, Nilton de Itamar e Marcondes, muito obrigado pela presença de vocês, gostaria de convidá-los para estar aqui presentes na mesa, podem se sentar aqui conosco. Agradecer também ao Pastor Thiago, que está aqui representando a Ordem dos Ministros Evangélicos do município de Brejo Santo, a todas as Agentes de Saúde aqui, os jovens do Jovem Bolsista, a cada um dos amigos e amigas que estão presentes. Então nós declaramos aqui aberta esta sessão itinerante da CPI da ENEL, hoje acontecendo aqui na nossa região do Cariri Oriental, sediado aqui no município de Brejo Santo, e eu já gostaria gente de dizer a vocês que o nosso intuito aqui hoje é de escutar vocês, escutar cada um dos municípios, que possam trazer aqui pra gente o relato de como está o serviço da ENEL em cada município aqui da nossa região. Podem contar aqui fatos concretos do que está acontecendo em cada município, porque eu queria primeiro informar aqui a vocês quem são os membros desta CPI. Nós temos o Deputado Fernando Santana como Presidente, ele está nesse momento agora fazendo uma sessão como esta lá na Câmara Municipal do Crato, Deputado Carmelo Neto Vice Presidente da Comissão, Deputado Guilherme Landim Relator da Comissão, Deputado Bruno Pedrosa, Deputado Agenor Neto, Deputado Romeu Aldigueri, Deputado Felipe Mota, Deputado De Assis e Deputada Gabriella Aguiar como titulares, além das Deputadas Larissa Gaspar, Dra. Silvana, Deputado Antônio Henrique, Deputada Lia Gomes, Deputado Danniel Oliveira, Deputado Leonardo Pinheiro, Deputado Sargento Reginauro, Deputado Guilherme Sampaio e Deputado Simão Pedro, que são suplentes também desta CPI. Cada um destes Deputados, ou a maioria deles, estão hoje também, nesse que é o dia mundial do consumidor, escutando a população cearense em diversas cidades do nosso Estado, e aí eu queria só antes de abrir aqui pra vocês, nós teremos rápidas falas, 3 (três) minutos pra cada pessoa contar o relato do que a ENEL está fazendo em cada município. Eu queria aqui que Luanna pudesse pegar a inscrição de todo mundo que se dispuser a falar, representando aqui os demais municípios e também Brejo Santo. Mas eu queria fazer um relato rápido pra vocês do que nós já fizemos na CPI. Nós já tivemos dezenas de audiências, escutando entidades dos mais diversos setores, da ARCE, do Ministério Público Estadual, do DECON, PROCON, da SUDENE, do CONERGE, que é o conselho

de consumidores que existe dentro da ENEL, da APRECE, da Associação dos Vereadores, enfim, de diversos setores. Já estivemos na ANEEL em Brasília, e deveremos estar novamente agora esta segunda-feira na ANEEL. Mas o que nós temos escutado gente são os mais diversos relatos absurdos do que a ENEL tem feito no Estado, coisas que deixam a gente assim sem acreditar. Nós temos exemplos aqui de Brejo Santo, só para eu introduzir aqui a fala, para que vocês possam continuar o raciocínio. Nós temos aqui em Brejo Santo por exemplo, todo mundo sabe Ricardo, a importância dessas indústrias que foi pra Brejo Santo e pra nossa região, que tem funcionários de toda a região. E a fábrica aqui Vereador Dé passou 13 (treze) meses, 1 (um) ano e 1(um) mês, funcionando uma de suas unidades com gerador, porque a ENEL não vinha puxar a energia de um poste pra botar dentro de uma fábrica. 13 (treze) meses com um gerador. A fábrica fez um investimento em energia solar, que é ambientalmente o mais recomendado Vereadora Cleide, e um investimento que eu não sei nem de qual tamanho foi, colocou placas solares em toda a extensão da fábrica, e até hoje a ENEL não autorizou que ela começasse a usar essa energia. Então eles fizeram o investimento, deve ter mais de 1(um) ano, e continuam pagando a energia cara a ENEL porque ela não chega para ligar, porque é ela quem tem que dar essa autorização. Além de falta de energia em comunidades, que já perduraram 8(oito) dias, de pessoas que perderam eletrodomésticos, de doentes que precisam de oxigênio e tem a energia da sua casa interrompida e não sabe o dia que volta. Além de tudo isso, aí nós estamos estes relatos de prefeitos, de vice-prefeitos, de vereadores do Ceará inteiro, do setor industrial e comercial, através do CDL e da FIEC, que também trouxeram o seu relato lá, os prejuízos que a ENEL vem causando no comércio e na indústria, e aí nós escutamos na semana passada, aliás nesta semana, segunda-feira, na audiência que nós fizemos lá com um Diretor da SUDENE, que é uma agência de desenvolvimento econômico do Nordeste, que existe à décadas e que toda indústria que quer se instalar no Nordeste, uma empresa que quer investir no Nordeste, pode ir lá, Vereador Saruê aqui do município de Mauriti, se junte aqui a nós na mesa, é um prazer receber você também, pode chegar meu amigo representando aqui o município de Mauriti. Esqueci aqui de falar e convidar a Vereadora e Secretária (Brejo Santo) Carmem, que está lá na plateia, pode se juntar aqui a gente, e também o Vereador e Secretário (Brejo Santo) Anão Rufino, que eu não tinha visto, para estar aqui junto com a gente. Agradecer aos Secretários aqui de Brejo Santo presentes, eu estou vendo ali Jaqueline,

Patrícia, Sérgio, e os demais que eu não vi aqui. Dr. Vicelmo, Presidente da OAB, representando aqui todos os advogados da nossa região, também quero convidar aqui para se fazer presente junto com a gente. Então como eu estava dizendo, pra encerrar aqui minha primeira palavra e escutar vocês, nós escutamos na segunda-feira este Diretor da SUDENE, e no relatório que nós exigimos da SUDENE, nós vimos que a ENEL solicitou uma isenção de imposto, Prefeito Figueiredo, dizendo que ia gerar emprego, fomentar o desenvolvimento do Ceará, e por isso ela precisava de isenção de imposto federal. Nos últimos 10(dez) anos, a ENEL recebeu quase 1(um) bilhão de reais de incentivos fiscais por parte do Governo Federal. Ela deixou de pagar de imposto quase 1(um) bilhão de reais, que podia entrar pra saúde, pra educação, ou pra qualquer outra área da população cearense, e ela colocando isso no bolso, pra prestar um péssimo serviço que vem prestando ao povo cearense. Isso é uma coisa que não dá pra gente admitir, e aí o pedido de renovação desse incentivo já está lá na SUDENE, foi tirado de pauta no fim do ano passado graças a pressão dessa nossa CPI, e nós vamos exigir e solicitar no nosso relatório final que a SUDENE e a Receita Federal não renovem esse incentivo da ENEL, porque é um absurdo a gente ver o que está empresa está fazendo com o povo do Ceará e ainda ter isenção do Governo Federal, tendo lucros como ela teve há dois anos atrás, um lucro líquido de mais de 600 (seiscentos) milhões de reais em 1(um) ano, e a nossa população dessa forma. Tem exemplos de energia distribuída, que são essas energias solares, que nós temos aqui várias grandes usinas na nossa região já aprovadas, já iniciadas, e ela (ENEL) não deixa interligar, e pior do que isto Bosco, quando um empresário quer montar uma usina dessa, como eu acabei de falar da fábrica aqui, mas cada popular hoje pode querer fazer sua usina também, então pra você fazer, você tem que pedir autorização dela (ENEL), e aí nós ouvimos também lá a ABSOLAR, que é a associação dessas empresas que lidam com energia solar, e ela trouxe pra gente um exemplo que é absurdo, parece piada. Um empresário tem um projeto pra fazer um parque solar de 4(quatro) milhões de reais, que pra nós é muito dinheiro, mas pra essas empresas não é nada, porque essa que está aqui entre Milagres e Abaiara é de 800(oitocentos) milhões, a que está lá em Mauriti é 1(um) bilhão.. 2(dois) bilhões e meio, Bosco está me contando aqui, eu achava que era 1(um) bilhão e 800(oitocentos), mas esse empresário quer montar uma usina de 4(quatro) milhões, aí solicitou a ENEL, e a ENEL apresentou Vereador Rômulo pra esse empresário dizendo ok você pode montar, desde que você

pague pra ENEL fazer as obras pra ir buscar sua energia o valor de 208(duzentos e oito) milhões. Como é que um cara vai fazer um empreendimento de 4(quatro) milhões e vai pagar 208 (duzentos e oito) milhões pra ENEL? É brincadeira um negócio desse? Aí uma empresa dessa chega aqui em Brejo Santo por exemplo e do dia pra noite chegou pra colocar uns postes do tamanho do mundo pra passar no meio de Brejo Santo uma linha de transmissão de energia trifásica, pra interligar com uma subestação que eles fizeram lá em Porteiras, sem pedir autorização a Prefeitura, sem tirar uma licença, saíram quebrando todas as calçadas, deixando as calçadas intransitáveis pra pedestres, ai a Prefeitura foi e embargou a obra deles. Eles (ENEL) foram na justiça e o STF tem já aprovado que eles tem o direito de fazer do jeito que eles quiserem. Aí eles vieram na Prefeitura pra fazer um acordo e nós fizemos um acordo que eles tinham 1(um) ano e meio pra tirar esses postes do meio da cidade e colocar ali pela linha do trem, pra que não atrapalhe a vida de ninguém, eles botam pela linha do trem e leva pela zona rural, aonde não vai atrapalhar ninguém, desde que seja da forma correta, e não como fizeram no baixio do boi que botaram poste quase em cima da rodovia CE (Estadual). Até hoje não vieram cumprir com o compromisso que foi assinado com a Prefeitura de retirar isso. Então eu contei aqui alguns exemplos só pra mostrar a vocês o absurdo que a ENEL tem feito, mas tudo isso tem uma coisa maior, que no final eu vou falar aqui pra vocês, que é lá da fiscalização lá de cima, que aí eu vou dizer o que é que a gente vai poder fazer, como é que a gente vai poder chegar em algum denominador comum. Mas já falei demais e nós estamos aqui hoje é pra escutar vocês, pra que cada exemplo, cada reclamação de vocês possa estar no relatório final desta CPI, pra que a gente encontre uma maneira de resolver esse problema. Então eu agradeço aqui, já queria deixar aqui aberta a palavra, não sei se já tem inscrições, ou se quem quiser aqui falar já pode aqui levantar a mão pra iniciar os relatos de cada um dos municípios. Então inicialmente aqui muito obrigado a vocês e fica aí a palavra facultada a cada um dos amigos e amigas que estão aqui. Obrigado gente.

SR. VEREADOR E 1º SECRETÁRIO DA MESA DIRETORA JOÃO PAULO CAETANO (BREJO SANTO): Bom dia a todos e a todas. Quero aqui saudar a mesa em nome do Deputado Estadual Guilherme Landim que preside essa sessão itinerante. Sra. Prefeita Gislaine e Vice-Prefeito Bosco e Presidente desta casa Ranilsinho. É por demais importante Deputado trazer a voz do povo

para compor o relatório desta CPI, e que ouvir as demandas de cada região, na verdade não são demandas, são angústias e decepções com o serviço mal prestado desta empresa (ENEL). Vou falar aqui em nome de vários moradores da zona rural, igual a eu, que um absurdo Deputado dessa empresa, ela tá fazendo hoje uma tal da média, onde entrega a cada dois meses a conta de energia nas residências. Eu recebo lá na minha casa de dois em dois meses o papel e ela faz uma média. Vou dar um exemplo bem claro, eu tinha que fazer uma viagem, passei quase 21 dias fora de casa e a média do outro mês onde minha casa estava sem ninguém consumindo veio mais alto do que o mês que tinha gente em casa consumindo. Então assim, são alguns dos absurdos que a ENEL tem feito, eu acredito que em toda a zona rural daqui de Brejo Santo tá sendo dessa forma. Sem contar o desmando que fez com o desmatamento impróprio na estrada do Baixio do Boi, pra poder fazer essa plataforma, essa instalação dessa rede que vai até Porteiras, sem contar o risco que ela botou na estrada do Baixio do Boi, onde os postes na verdade dividem o espaço com os carros e as motos. Então assim, um descaso total no que fizeram em Brejo Santo, sem contar assim eu acredito que todo mundo que for falar, tem algo pra falar de mal, de bem da ENEL eu acredito que nós não vamos ouvir nada aqui porque é uma empresa que realmente veio pra fazer um desserviço e esses são alguns dos relatos. Nós hoje temos uma preocupação grande em Brejo Santo que são esses postes implantados, onde tirou a acessibilidade das pessoas e a segurança de poder ter o prazer de andar em cima de uma calçada e não ter que estar dividindo sua caminhada de pedestre com carros e motos. Então quero deixar aqui minha contribuição, agradecer o trabalho dessa CPI, em seu nome Deputado, levar para todos da Assembleia o nosso pedido e apelo que continuem, vão a frente, pra ver se a gente consegue medidas sérias e severas contra essa empresa. Muito obrigado.

SR. RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM: Obrigado Vereador João Paulo. Já sinalizou pra mim o Pastor Cabral, quer também fazer aqui sua colocação, um problema que ele já me passou diversas vezes pelo whatsapp também lá na igreja deles.

SR. PASTOR CABRAL: Bom dia a todos. Bom dia Deputado Guilherme, bom dia Vereadores. Nós estamos aqui direto ao assunto pra falar dos problemas da ENEL. A Igreja ao qual faço parte, no ano passado, em novembro, pediu a autorização para ligar a energia solar da igreja e demoraram, colocaram um contador digital, e quando colocaram, ficou metade do prédio com energia e metade

do prédio sem energia, e depois quando foi desligar pra poder ver o que estava acontecendo, o medidor explodiu.. explodiu, e aí entramos em contato mais uma vez com a empresa, quando passou 2(dois) dias sem energia o prédio, e vieram, trocaram novamente e continuou a demora. Novembro do ano passado. Novembro, Dezembro, Janeiro, Fevereiro, agora em Março foi que vieram ligar, depois de muitas ameaças, que a gente foi lá, em colocar na justiça, e aí foi que começou a ligar agora a energia, mas foi a questão do atendimento, também não só pela central que não resolvia nada, também no próprio escritório, que lá ninguém informava nada, as informações eram desencontradas, e aí o que foi que aconteceu?passamos esses meses todos pra ligar a energia solar, ouvindo coisas absurdas, atendimento zero, e aí conseguimos agora, mas foi ameaçando entrar na justiça pra poder, e aí foi que eles começaram a ligar, mas antes tiveram que passar vários meses pra gente se livrar da conta alta, e esperar esses meses todos pra poder ligar a energia. Sem falar agora também, minha mesmo, eu também pagava energia de 150 reais por aí, e hoje eu pago 300 reais de energia, e eu não tenho equipamentos de grande porte, eu pago 300, 350 reais de equipamentos de pequeno porte. Isso é um desmando, isso é explorar a população cearense , isso é uma afronta. Nós estamos cansados disso, e a CPI vai nos auxiliar, e que ela, a ENEL, assuma suas responsabilidades e traga um serviço de qualidade pra população cearense. Obrigado Deputado.

SR. RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM: Obrigado Pastor Cabral. Queria já convidar aqui e agradecer a presença, e convidar pra se fazer presente aqui junto com a gente, a comitiva do município de Mauriti, Prefeito João Paulo, sinta-se convidado, venha aqui fazer parte com a gente, Ex-Presidente da Câmara meu amigo Cícero do Coité, Vereador Rogério, Vereador Tonhão, venham pra cá também fazer parte com a gente. Agradecer aqui aos queridos amigos, Dr. Veto, Dr. Rodrigo pela presença. E já continuando aqui, pra fazer uso da palavra, o Vereador que preside a Câmara Municipal do Barro, Itamar Mendes.

SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DO BARRO ITAMAR MENDES: Bom dia a todos. Cumprimento inicialmente o Deputado Guilherme, sua mãe a Prefeita, o Vice-Prefeito Bosco, em nome do nosso Presidente da Câmara Ranilsinho, abraço todos os vereadores de Brejo Santo. Em nome do meu amigo Gel, meu amigo Koringa e Vereador Dundun, abraço todos os vereadores aqui presentes. Deputado ainda bem que você resumiu em 3(três) minutos porque se fosse pra falar da

ENEL a gente passaria aqui o dia todo né. Nós do município do Barro também não somos diferentes, temos esse problema e temos problemas sérios, eu particularmente tenho um projeto lá no nosso terreno pra irrigação e tive que pedir uma ligação no sistema de irrigação e estou há 2(dois) anos sem o sistema funcionar. Meu projeto do barro nordeste foi interrompido por conta disso, porque não estou irrigando. Agora no carnaval nós tivemos vários problemas, teve as fazendas lá que costumeiramente fazem carnaval e que a energia faltou na sexta e voltou 10(dez) dias depois, tá certo? Então o pessoal perdeu todo o investimento e aquisições que tinha feito. Então falar da ENEL aqui é "enxugar gelo", mas acredito e espero que realmente a CPI tenha um processo decisivo nessa decisão e nessa problemática. Encerro dizendo que no tempo da COELCE que todos nós também reclamávamos éramos felizes e não sabíamos. Um abraço a todos.

SR. RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM: Verdade demais Itamar. Só pra corroborar com o que você acabou de falar, no tempo que era COELCE, logo depois da privatização, nós passamos vários anos tendo a maior satisfação entre os consumidores da história, do Brasil aliás, era a COELCE, e aí depois passou um tempo com dificuldade, a ANEEL agiu e aí ela voltou a ser primeiro colocado, mas de 2016 pra cá a ENEL é campeã de reclamação e uma das que tem os piores índices do Brasil. Bem lembrado aqui o que Itamar acabou de falar. Agora com a palavra a Prefeita de Brejo Santo, Gislaine Landim.

SRA. PREFEITA DE BREJO SANTO GISLAINE LANDIM: Bom dia a todos e a todas. Quero aqui agradecer aos colegas prefeitos de Milagres Figueiredo, João Paulo de Mauriti, a todos os vereadores de todas as cidades vizinhas, aos nossos vereadores presentes, todas as pessoas que vieram aqui ouvir um assunto tão recorrente e tão angustiante como é o caso da ENEL. Essas comissões parlamentares de inquérito que são instaladas nas casas legislativas, elas são muito importantes, porque elas buscam dar ao povo voz e busca também uma solução, porque quando você cria uma CPI dessas, o Estado inteiro e o Brasil inteiro toma conhecimento do problema e todo mundo junto busca uma solução. Eu espero Guilherme que no seu relatório, que você irá apresentar ao final dessa CPI, que você possa colocar todos esses problemas e angústias do povo, principalmente quem mora na zona rural. Eu que moro na zona rural, um dia desses faltou, uma chuva, e faltou a energia lá em casa 4(quatro) horas da tarde e só chegou no outro dia quase 4(horas)

novamente. Nós estamos ali com uma região no muquém, entre Brejo e Porteiras, que há 6(seis) dias estão sem energia. Então assim é um descaso muito grande, porque existem pessoas doentes, e você paga muito caro pra ter um bom serviço. Hoje de manhã coincidentemente, eu acho que algumas pessoas aqui assistiram no jornal regional e a reclamação dos pacientes de oncologia, pacientes com câncer, que estão há uma semana sem o seu tratamento de radioterapia e quimioterapia, porque os 2(dois) aparelhos em Barbalha estão queimados por conta da energia. Então isso é um absurdo né, a nossa população passando todo tipo de provação por falta de uma energia que se paga tão caro. Então quero parabenizar a Guilherme e a Assembleia Legislativa por estar trazendo aqui para Brejo Santo uma discussão tão importante, e a todos vocês que estão aqui participando também agradecer e dizer que nós estamos aqui para colocar o problema que é real, nós não estamos aqui… Nós estamos sim colocando um problema que é real e que todos nós somos vítima. Meu muito obrigada.

SR. RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM: Obrigado Prefeita Gislaine. Queria agradecer também e já convidar, pedir para colocar mais umas cadeiras aqui se conseguir, os queridos amigos de Mauriti, vereadores que acabam de chegar aqui também, Presidente Delzivan, Horaciano, Rangel, Chicão, meu querido amigo Romário, Teófilo Neto, meu querido amigo Marcondes também acaba de chegar de Porteiras. Então sintam-se todos convidados a estarem aqui com a gente. Obrigado a todos. Próximo orador o Prefeito João Paulo de Mauriti.

SR. PREFEITO DE MAURITI JOÃO PAULO: Bom dia a todos e a todas. Quero cumprimentar aqui nosso Deputado Guilherme e todos os prefeitos, vereadores, vereadoras, e toda a população de Brejo Santo. Dizer Guilherme que não é diferente, dos poucos momentos que ouvi aqui, foi citado a problemática, o município de Mauriti, para vocês terem uma noção, nós temos um abastecimento, no valor da obra de 13(treze) milhões de reais, onde hoje temos 4(quatro) pontos de energia e a ENEL não consegue, nós não conseguimos destravar a ligação de energia. Temos quadra de esporte que a gente não consegue, e uma das coisas que eu acho interessante que quando era pra ter corte, com algumas contas atrasadas, é rápido, não demora, mas quando a gente chegou na gestão, atualizamos, deixamos tudo em dia, e hoje a gente pede uma ligação, é uma burocracia para o município ligar do tamanho do mundo. E aí a gente tem as dificuldades também com as comunidades, ontem mesmo algumas comunidades estavam sem energia, bairros, e tudo isso reflete queira ou não queira na gestão

municipal, as pessoas acham que o prefeito pode se mobilizar e conseguir resolver. Então a gente está nessa luta e também tem traçado esse pensamento, eu acredito que a semente foi plantada e logo logo Guilherme vai vir os frutos porque como você mesmo me disse nas últimas conversas, não tem como ficar com a ENEL, ela tem que ter um final que eu considero de um filme de terror, então mais uma vez parabenizar Guilherme pela atitude, eu acho que o caminho é esse, a união é a força e nós vamos se Deus quiser e Mãe Rainha fazer a transformação pra essa ENEL ir embora e vir outra melhor que ela se Deus quiser e Mãe Rainha. Mais uma vez parabéns e obrigado.

SR. RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM: Obrigado Prefeito João Paulo. Queria saudar aqui, eu acho que eu não falei, a representante feminina da Câmara Municipal de Mauriti, minha amiga Celminha, obrigado pela presença também. Próximo orador o Prefeito Figueiredo de Milagres.

SR. PREFEITO DE MILAGRES FIGUEIREDO: Bom dia a todos. Saudar aqui o nosso Deputado Guilherme Landim. Parabenizá-lo pela iniciativa, junto com os demais deputados que compõem essa CPI. Saudar a nossa antifriã, Prefeita Gislaine, agradecer pela acolhida, juntamente com o Vice-Prefeito Bosco. Agradecer também a acolhida a esta casa, ao Presidente desta casa Ranilsinho, onde a gente se sente sempre a vontade pra poder falar. E de uma forma rápida fazer aqui minha contribuição Guilherme, fazendo aqui, retroagindo um pouco no tempo, ao tempo em que você mesmo citou agora a pouco, de quando nós adotamos um modelo de privatizar alguns setores que eu considero fundamentais e que na minha concepção não deveriam ter sido privatizados. Comunicação, transmissão de energia elétrica e produção, abastecimento de água, são setores estratégicos que nenhum país deve privatizar, porque fica a mercê de situações como a que estamos vivendo aqui hoje no Estado do Ceará. E dizer Gislaine que nós na ponta, nós enquanto município somos quem mais sofremos, porque a demanda da população Guilherme vem pra cima de nós. Então Milagres é o mesmo caso que João Paulo relatou aqui de Mauriti, que é o caso aqui de Brejo Santo, nós esperamos por mais de 1(um) ano pela ligação da energia do nosso Estádio Municipal, e só conseguimos ligar quando estava cumprindo esse 1(um) ano, e foi mediante uma determinação judicial, com multa aplicada de 2(dois) mil reais por dia, e nem assim a ENEL acordou pra poder fazer o seu trabalho. Quero também Guilherme que você relate no seu relatório que temos também a queixa dos

trabalhadores que são das subsidiárias da ENEL, das empresas que prestam serviço a ENEL, e muitos deles, população, tiram do próprio bolso pra poder atender as demandas, como me relatou agora a pouco o Vereador Arildo. Então são trabalhadores que estão vivendo também sob pressão e estão atendendo as comunidades, atendendo a nossa população por seu próprio sentimento que não querer falhar com a nossa sociedade, mas que estão também sendo negligenciados por essa empresa. Então leve o nosso recado, da nossa indignação com essa empresa, de uma forma geral, enquanto município, enquanto população que é quem mais sofre. Muito obrigado e bom trabalho a todos.

SR. RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM: Obrigado Prefeito Figueiredo. Queria saudar aqui o Vereador Adomilton, amigo da palestina, município de Mauriti. Prefeito Figueiredo foi muito feliz aqui, e eu queria pedir permissão para com essa fala dele, fazer um registro importante aqui pra toda população que está nos escutando. Nós estamos aqui hoje, e eu não tenho que vai ser uma reclamação geral, nós já estamos vendo isso, e a população sente na pele, mas se tem alguém que não tem culpa disso que está acontecendo são os pobres dos funcionários da ENEL. Então eu queria dar essa palavra aqui. Ontem eu vi até no site da Globo que foi morto em São Paulo um funcionário da ENEL que estava chegando lá pra cortar a energia. Então eu acho que a população cearense precisa se mobilizar e é isso que nós estamos fazendo aqui, contra a empresa, contra os diretores, contra o CEO que está lá na Itália enchendo os bolsos de dinheiro, mas os funcionários aqui, eles são tão vítimas quanto cada um de nós. Eu tenho amigos particulares que são funcionários da ENEL, inclusive de carreira, e mudou tudo, às vezes eu ligo, falo “fulano”, porque não posso falar nem o nome, porque se eu disser o nome vai ser perseguido, “fulano resolva pra mim, tá faltando energia na comunidade tal”, e ai eles “infelizmente Deputado mudou tudo, nós não temos mais autonomia de nada”. Se uma equipe for lá atender essa demanda João Paulo é arriscado ser botado pra fora, se a central não liberar. Então eles só fazem o que a central manda, e esse é um dos grandes problemas, é a burocracia que a empresa formou pra poder as coisas não andarem. Então eu queria dar essa palavra aqui, que os funcionários são tão vítimas quanto cada um de nós e não tem culpa realmente de tudo isso que está acontecendo. Próximo orador o Presidente da Câmara Municipal de Milagres Vereador Ozório.

SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MILAGRES OZÓRIO ALVES DANTAS: Bom dia a todos e a todas. Para resumir a minha fala, eu quero cumprimentar todos aqui presentes, em nome do nosso Deputado Guilherme Landim e a Senhora Prefeita Gislaine. Gente, eu inicialmente vou aqui tirar o meu boné, em respeito a todas as pessoas que estão lutando contra esse mal chamada ENEL. Não é possível que ninguém, as autoridades constituídas, sociedade em geral, não faça com que essa empresa saia do nosso Estado. Aí a gente vê assim o povo do Estado lamentando, clamando, e as autoridades da esfera federal não dá nenhuma força para o povo que o colocou lá? Inclusive eu me incluo como eleitor do Presidente Lula, com muita honra. Então essa empresa está prejudicando todo mundo, dando prejuízo de eletrodomésticos, com queda de tensão, muitas vezes funciona só com uma fase. Funcionários e profissionais que eu conheço, de empresas terceirizadas, pedindo as contas porque não agüenta mais o sistema, a humilhação. Temos lá no nosso município, e aqui, nós estamos aqui, representando o Poder Legislativo de Milagres, aqui vereadores presentes, Prefeito, representando o povo de Milagres, e como povo de Milagres a gente está aqui clamando com as autoridades constituídas, judiciais, tudo, para que haja uma maneira de tirar essa empresa daqui do nosso Estado. Está prejudicando todo mundo. Não é possível, o que está acontecendo? Tem alguma coisa que a gente não descobriu ainda sobre o que está acontecendo, mas tem alguma coisa aí impedindo que o nosso grito de alerta, o nosso pedido, o nosso clamor seja atendido. Então precisa ver o que está acontecendo. Não é possível continuar com essa empresa aí do jeito que está, não é possível. Prejuízos de todas as formas, entendeu? Apagão por tudo quanto é canto, e por coincidência hoje amanheceu o dia lá no nosso quarteirão, onde fica localizado a Câmara Municipal no apagão, não sei se já chegou mas a gente saiu de lá estava tudo parado, tudo no escuro e sem funcionar nada. E isso é geral, no nosso município queda de tensão é constante, muitas vezes passa 2(dois), até 3(três) dias sem energia, dando prejuízo total, principalmente a população carente. Então não é possível. Fica aqui o nosso apelo e o nosso repúdio a essa empresa que continua na situação que está prejudicando todo mundo. Meu muito obrigado.

SR. RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM: Próximo orador o Presidente da OAB Subsecção Cariri Oriental com sede em Brejo Santo, Dr. Vicelmo Sales.

SR. PRESIDENTE DA OAB SUBSECÇÃO CARIRI ORIENTAL VICELMO SALES: Bom dia a todos e a todas. Quero saudar a todos os presentes aqui em nome do Deputado Guilherme Landim que preside esta sessão. Iniciar minhas palavras dizendo que hoje nós fomos abraçados pela turma de Mauriti, de Penaforte, aqui muitos amigos vereadores, representantes do povo, o que nos faz concluir que o Cariri Oriental Guilherme está unido contra essa empresa que tanto vem fazendo mal a nossa sociedade. Falo aqui não só pela advocacia, mas por todo o nosso povo. É bem verdade que os escritórios hoje estão lotados com ações contra a ENEL. A minha manifestação e a minha indignação, embora representante da advocacia, que tem nessas ações também o sustento do dia a dia, mas antes de defender as prerrogativas nós temos que defender os direitos sociais de todos, porque antes de sermos advogados, somos cidadãos. E logo que a ENEL se instalou aqui no Estado do Ceará, que começou o desmando, iniciou-se uma caminhada processual contra a ENEL e nós acreditávamos que com essas demandas processuais contra a ENEL, ela fosse repensar seu modo de agir, seu modo de atuar, mas não surtiu efeito. Hoje nós temos dados que é a empresa que mais sofreu contestação, que mais sofreu ações judiciais contrárias, e no entanto quem é advogado aqui sabe, nas audiências, quando a ENEL vem, vem com propostas de acordo para ressarcir aquele cidadão que sofreu algum dano, com propostas de acordo que não vale nem a pena citar, como já tive eu mesmo em meu escritório proposta de acordo da ENEL que "Ah você ficou 3(três) horas sem energia, então eu vou fazer o seguinte, eu vou lhe dar essas 3(três) horas", quando a gente ia calcular, o cálculo da ENEL é engraçado, porque pra ela é um peso, pra população é outra. Você tem direito a 3(três) reais e 78(setenta e oito) centavos que a gente vai endossar na próxima conta. É rir né? Mas fica aqui a nossa indignação e fica o apelo para que realmente nesse relatório final Guilherme a ENEL consiga ser enquadrada da forma que ela tem que ser, como empresa lesiva, que vem lesando toda a sociedade. O Poder Judiciário, ainda que permanentemente condenando a ENEL através dessas ações, não fez com que ela se sensibilizasse e visse o mal que estava causando a todos os cearenses. Então em nome da advocacia, em nome de toda a sociedade, nós estamos aqui pra contribuir com essa luta, colocando toda nossa estrutura processual, de prédio, de tudo, a favor dessa luta, dos colegas que estão aqui presentes das Câmaras Legislativas, dos Poderes Executivos, e dizer que só resta agora a Assembleia Legislativa Estadual tomar medidas para que a ENEL seja

responsabilizada por todo o prejuízo que ela está causando. Imagina o investidor hoje que pensa em investir no Cariri, ou em qualquer região do Ceará, pra montar fábricas, montar galpões, ele ia pensar duas vezes, por conta do fornecimento de energia, porque no mínimo ele ia ter que gastar muito mais para montar sua indústria, estruturando o setor elétrico, porque a concessionária que hoje está no Estado do Ceará não fez. Então que fique aqui a nossa indignação e que fica aqui o apoio de toda a advocacia pra que juntos a gente possa de uma vez por todas dizer a ENEL "Não queremos mais você no Ceará, você não é mais bem-vinda". Muito obrigado e um bom dia.

SR. RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM: Obrigado Dr. Vicelmo pelo apoio, e eu acho que vocês vão ver fundamentais aí numa futura ação que essa CPI também vai estimular que algumas instituições possam entrar junto com uma ação civil pública contra essa empresa. Próximo orador o Vice-Presidente da Câmara de Abaiara Ricardo Leite.

SR. VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ABAIARA RICARDO LEITE: Bom dia a todos. Gostaria de saudar aqui a mesa, na figura do nosso Deputado Guilherme, aos prefeitos em nome da Prefeita Gislaine aqui presente, dos colegas vereadores, o Presidente Ranilsinho representando todos os vereadores aqui presentes. A gente vendo, eu pensei que os problemas da ENEL era somente em Abaiara, mas é geral né João Paulo. É Milagres, é Barro. E a gente está sendo refém desse mal serviço da ENEL, um serviço que a gente paga tão caro e que em troca a gente recebe um serviço tão mal prestado. Guilherme você é conhecedor do município de Abaiara, a gente tem uma obra lá da serra da mãozinha de uma água, que atenderia, que vai atender 800 (oitocentas) famílias, e por conta da ENEL a primeira etapa né Vice-Prefeito Angelo não foi ligado, a população está passando sede, por conta de um mal serviço da ENEL. O maior colégio de Abaiara, onde tem em torno de 1.200 (mil e duzentos) alunos, lá foram colocados centrais de ar-condicionado por conta do calor, e as crianças estão no calor porque a ENEL não faz a ligação do reforço, do aumento de carga para atender aquela escola. A gente lá em Abaiara né Vereador Francisco, a gente conseguiu alguns poços para algumas comunidades que estavam passando sede porque não tinham o poço, e a gente correu e conseguiu os poços, mas a ENEL não faz a ligação Guilherme há mais de 1(um) ano e 4(quatro) meses. E a população fica sofrendo, principalmente a gente que mora né Vereador Naldo na zona rural, com essa questão dela entregar dois papéis de

energia, 1(um) por média, sem saber realmente o que a gente consome, lesando o consumidor, pelo mal serviço, de serviço onde a gente passa na comunidade em minha região onde a gente chegou a passar até 6(seis) dias sem energia. E pra atender a minha comunidade, você sabe o que eu fiz Guilherme? Eu comprei um bastão daquele de manobra e eu mesmo estou fazendo aquelas manobras, mesmo se arriscando, pra não deixar pessoas sem água, porque hoje a gente é refém da energia, porque sem energia a gente não tem como acionar as bombas pra gente levar água pra casa dos cidadãos, pra dar água ao gado, aos trabalhadores para trabalhar, ela prejudica a todo mundo. Infelizmente esse é o trabalho da ENEL, que está fazendo com que a gente fique, que a gente se decepcione cada vez mais com ela. A gente paga caro e recebe um serviço de má qualidade, aonde ela faz todos os seus clientes de palhaço, do grande ao pequeno. E a gente queria agradecer aqui Guilherme você ter levantado aqui essa bandeira né, aqui no Estado do Ceará, de a gente de uma vez por todas dar tchau a ENEL, porque nós cearenses não agüentamos mais o serviço que a ENEL presta no Ceará. Obrigado.

SR. RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM: Obrigado Vereador Ricardo. Só garantindo aqui a todos vocês que estamos aqui com a equipe que está fazendo a ata e que cada uma dessas reclamações vai estar lá no relatório final, pra que a gente encaminhe pra empresa e pra os órgãos competentes. Próximo orador o Vereador de Porteiras Marcondes Xavier.

SR. VEREADOR DE PORTEIRAS MARCONDES XAVIER: Bom dia a todos e a todas. Queria saudar aqui em nome de Guilherme e da Dra. Gislaine, da Prefeita, em nome de todas as mulheres e todos os amigos que aqui estão. Guilherme eu queria lhe dizer uma coisa. A minha região, eu vou falar pela minha região, não pelo município de Porteiras todo, porque eu não sei o problema de Porteiras em todos os setores, mas o meu eu seu. Meu setor não existia água, nós tomávamos água de pipa. Em 2007 eu consegui fazer um projeto, que eu agradeço a Deus e agradeço a seu pai que lutou muito, e que finalmente um poço pra Porteiras, e botar água naquela região minha que é de 400 (quatrocentas) famílias, que sofria por causa da água, Guilherme sabe disso porque ele participou no final. Eu fico assim triste porque quando foi pra gente inaugurar essa água, o nosso Deputado Deus já tinha chamado. Mas você terminou e conseguiu. Foram 11(onze) anos de luta, e hoje a gente tá quase arrependido, porque são 10(dez) km do poço lá pra minha região e são 6(seis) bombas. Tá vindo de

energia para aquela região, de energia, não é as taxas de água, nem de operador não, só a energia, das 6(seis) bombas Guilherme, é 15(quinze) mil reais.. 15(quinze) mil reais e falta de 8(oito) dias todos os meses 8(oito) dias nós ficamos sem água por conta da energia. Mas o valor vem completo. Então aquela população tá voltando para aquele tempo antigo do candeeiro, que não agüenta mais pagar a energia de casa. Pessoa que só tem uma geladeira ta pagando 300(trezentos).. 400(quatrocentos) reais. É muito dinheiro pra quem não tem um salário, que vive da roça, ganhando um dia de serviço quando encontra, pra pagar 300(trezentos), 400(quatrocentos) reais de água é muito dinheiro. E nós estamos nessa situação, a maioria dessas 300(trezentas) famílias, que hoje já está chegando nas 400(quatrocentas), eu acho que 10%(dez porcento) já mandou tirar a água que não agüenta e estão comprando na pipa d'água que sai muito melhor do que pagar energia. E você Guilherme vai ser a nossa salvação, essa responsabilidade vai ficar com você. Nós só estamos perto de você porque a gente confia. E em sua luta a gente sabe que você cumpre. Mas nós não podemos estar junto de você na Assembleia, lá nos órgãos competentes a essa empresa. Essa empresa já devia ter saído daqui a muitos anos. Mas você vai ficar responsável a todos nós e a toda população daqui do Cariri. E aqui eu acho que não tem ninguém que não esteja sofrendo com essa empresa. Era isso que eu queria dizer a você, era isso que eu queria pedir a você, pode fazer o que você puder, seus amigos deputados estaduais, federais. Você faça de tudo, chame esse povo todo, que a gente dá poder, do mesmo jeito que a gente recebe poder da nossa população, a gente passa pra você. Então era isso que eu queria dizer e muito obrigado.

SR. RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM: Próximo orador o Vereador licenciado de Brejo Santo, atual Secretário de Governo, Anão Rufino.

SR. VEREADOR LICENCIADO DE BREJO SANTO E SECRETÁRIO DE GOVERNO ANÃO RUFINO: Bom dia a todos e a todas. Queria saudar todas as mulheres em nome da nossa Prefeita Gislaine. Queria saudar todos os marmanjos em nome do nosso Deputado Guilherme Landim, do Prefeito João Paulo, do Prefeito Figueiredo de Milagres. Guilherme essa audiência pública, eu sei que é cansativo pra vocês, mas é de fundamental importância, porque ninguém agüenta mais a ENEL. Eu vou lhe dizer 3(três) situações no carnaval. O carnaval é pra gente brincar né. 3(três) comunidades minhas, pocinhos, lagoa do mato I e lagoa da vaca passaram o carnaval sem

energia. E grave Guilherme. Torou um fio na lagoa do mato I, ali no entrocamento de quem vai pra Porteiras. E ficou lá energizado. Ligamos para ENEL, 3(três) dias e ninguém chegou lá. Nós chamamos Henrique, que é quem toma de conta da regulação pública, cortou o fio, porque iria morrer gente. Então Guilherme você que faz parte da comissão da ENEL da Assembleia, a população está sendo ouvida. Essa ENEL ela pode ser bilionária, mas ela não é maior do que a Lei não. As Leis são maiores do que ela, porque em todo o Ceará hoje se encontra uma audiência pública como essa. E vai ser de fundamental importância para vocês deputados botarem no relatório final e punir essa empresa irresponsável. Como você bem falou dos colaboradores da empresa, gente é um caos. Penaforte, Jati, Porteiras e Brejo Santo, é apenas 1(uma) equipe para atender. 1(uma). 1(uma) descansa e a outra trabalha. Como é que dá de conta? Por isso que passa de 3(três), 4(quatro), 5(cinco), 6(seis) dias sem energia numa comunidade, porque não tem como. Então eu queria aqui Deputado, como disse Marcondes Xavier, você é a nossa palavra da região do Cariri, e o relatório final da CPI da ENEL condene essa empresa irresponsável, para que o Ministério Público também faça a sua parte e condenar ela, e botar essa empresa que é bilionária, que não quer saber de nenhum consumidor, ir embora do nosso Ceará. Muito obrigado.

SR. RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM: Próximo orador o Vice-Prefeito de Abaiara Angelo Furtado Sampaio.

SR. VICE-PREFEITO DE ABAIARA ANGELO FURTADO SAMPAIO: Bom dia a todos e a todas. Saudar a mesa aqui em nome do Deputado Guilherme Landim, Prefeita Gislaine, Ranilsinho, Vice-Prefeito. A gente percebe que não tem muito a quem reclamar. A gente vê que a grande culpada disso tudo Guilherme eu acho que é a ANEEL, porque todo aumento que vai eles aprovam. A população fica a ver navios. Nós não temos a quem reclamar, a gente faz uma reclamação, e aí eu vou citar aqui a minha mãe que tem 99(noventa e nove) anos, e lá no sítio onde a gente mora, onde ela mora, teve um dia lá que passou 2(dois) dias sem energia por culpa da ENEL. Então é uma empresa que não agrega nada, não está fazendo nada em benefício da população, só prejuízo. Então é bastante louvável Guilherme essa iniciativa de trazer essa discussão para o interior, porque muitas vezes a gente fica vendo Fortaleza, e aqui é muito importante. E no mais é agradecer a vocês todos. Obrigado.

SR. RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM: Próximo orador o Vereador do município de Porteiras Marcondes Gomes.

SR. VEREADOR DE PORTEIRAS MARCONDES GOMES: Bom dia senhoras e senhores. Quero saudar o Deputado Estadual Guilherme Landim, que aqui preside essa comissão, essa CPI. Saudar todos os prefeitos na pessoa da Prefeita Gislaine Landim. Os vereadores na pessoa do colega Presidente desta casa Ranilsinho, e agradecer pela acolhida. A todos os convidados e presentes na pessoa da minha Presidenta lá da Câmara Municipal de Porteiras Vereadora Corrinha Lima, e os colegas que compõem a caravana lá de Porteiras, a todos as nossas saudações. Eu quero aqui parabenizar o trabalho, a luta do Deputado, de toda a comissão, e aqui do nosso representante, Deputado Guilherme. Me associar a essa luta e dizer que em outubro a Câmara de Porteiras, através de uma indicação minha, aprovou por unanimidade uma moção de repúdio a ENEL, e eu quero aqui Deputado que o Senhor insira ai no processo, nos trabalhos, esse documento, mostrando toda a indignação de Porteiras, a falta de compromisso, de respeito, de atenção, de responsabilidade da empresa com os nossos munícipes, para com a nossa população. Eu me associo ao colega de Abaiara quando fala na questão da falta de ligação de prédios públicos solicitados pelo município. Porteiras sofre dessa mesma situação. E me associo também ao colega Anão Rufino, porque Porteiras viveu momentos importantíssimos como o réveillon e comunidades passaram 3(três) dias, todo mundo ligando e não acontecia o serviço. E me associar ao Deputado quando isenta a responsabilidade dos servidores da empresa, porque eles também são vítimas como nós e eu até considero eles como "guerreiros", porque eles tentam e lutam bastante para atender tanta demanda, mas é impossível, mediante a falta de efetivo. Então a todos muito obrigado pela oportunidade de participar, de me associar a vocês. Parabenizar mais uma vez o Deputado por conceder a nós desta região a oportunidade de também dizer da nossa chateação, e muito obrigado Deputado pelos seus serviços e seu trabalho junto a essa comissão. Deus abençoe a todos e se Deus quiser vamos ter um bom serviço.

SR. RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM: Próximo orador o Vereador de Brejo Santo Rômulo Rufino.

SR. VEREADOR DE BREJO SANTO RÔMULO RUFINO: Bom dia a todos. Quero cumprimentar a mesa em nome do Presidente Ranilsinho, nosso Deputado Guilherme, nossa Prefeita Gislaine, e a todos aqui presentes, os vereadores e a população em comum. Bem, ouvindo as falas de todos, vim aqui rapidamente para dizer que no tempo em que no Ceará era administrada pela COELCE, nós éramos felizes e não sabíamos, e muitos ainda reclamavam naquele tempo, mas nós éramos felizes. A ENEL Deputado, eu queria que colocasse no relatório dessa consulta de hoje uma observação minha, que hoje quando nós consumidores pegamos o papel da ENEL não existe uma transparência no que é que nós consumimos. É tanta nomenclatura, tanto nome lá, taxa disso, taxa daquilo, que eu acho que o consumidor não sabe nem o que é que está gastando. E quando a gente se depara lá na ponta, a gente vai numa casa daquela bem humilde, que tem 1(uma) geladeira, e uma conta de energia numa casinha que tem 2(dois) "biquinhos" de luz e 1(uma) geladeira, a gente se depara com conta de energia de 180(cento e oitenta) a 200(duzentos) reais, e eles tem que pagar, não tem com quem reclamar, tem que pagar o que vem na conta. É triste. Então nós hoje temos o canal de reclamação que é Vossa Excelência. Então isso aqui, eu queria que você levasse para o relatório, para essa maior transparência na conta de energia, para que o consumidor que não sabe nem ler, saiba pelo menos o que está gastando, eu acho que nós temos o direito disso. Dizer que essa instabilidade nessas redes de energia está causando o maior nível de queimar os eletrodomésticos da população, e eles também não sabem nem onde reclamar, tem que comprar um novo. Então essa saída da ENEL vai ser um sossego e uma paz, acredito que na vida de todos nós cearenses. Muito obrigado.

SR. RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM: Próximo orador o Vereador de Brejo Santo Chico Nobilino.

SR. VEREADOR DE BREJO SANTO CHICO NOBILINO: Nosso bom dia a todos. Queria saudar aqui o Deputado Guilherme Landim, Prefeita Gislaine, Prefeito Figueiredo, Prefeito João Paulo e demais autoridades que aqui se encontram. A gente tem saudade da COELCE né Guilherme, saudade da COELCE. A gente é.. fosse falar aqui da ENEL de mal a gente ia passar o dia todo. Eu vou ser bem breve. Eu instalei energia solar na minha casa, e aí eu até perguntei a meu filho que é engenheiro eletricista se tinha como, alguma maneira de ficar totalmente independente da ENEL, mas não tem, por enquanto não tem. A gente vai desenvolver ai no futuro uma bateria que a gente vai ter

como armazenar durante o dia para poder usar a noite. Por enquanto a gente depende da ENEL. Eu instalei a energia lá em casa e passei pela mesma situação que foi citada aqui. Um "amassado" de 3(três) a 4(quatro) meses para instalar. Triste né? Mas o que eu queria deixar minha indignação, e com relação a gente é eleito pelo povo e o povo cobra da gente. Tem uma comunidade bem próxima a minha casa chamada vila união que passaram 4(quatro) dias sem energia. Prejuízo grande que as pessoas tiveram com alimentos na geladeira, e a situação não foi pior porque o SAAEBS (Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Brejo Santo) mandou um gerador para socorrer as pessoas com relação a água, porque senão seria falta de energia e falta de água. Então fica aqui o nosso repúdio a essa empresa e que Deus abençoe a você Guilherme e toda essa turma que está com essa missão né, e a gente pede que Deus abençoe vocês e que a gente tenha uma resposta boa. Que Deus abençoe a todos. Obrigado.

SR. RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM: Próximo orador o Vereador do município de Mauriti Rogério do Caldeirão.

SR. VEREADOR DE MAURITI ROGÉRIO DO CALDEIRÃO: Bom dia a todos. Com a honra que pela primeira vez venho participar nesta tribuna e assim eu quero saudar ao Deputado Estadual Guilherme Landim, essa pessoa magnífica e que tem feito um trabalho fundamental na nossa região e com isso eu saúdo todo o Poder Legislativo lá de Mauriti também aqui presente. Quero saudar o Prefeito João Paulo que nos acompanhou. Já parabenizar o Presidente da Câmara por ter cedido, a gente encerrar os trabalhos naquele momento e vir se somar com o Poder Legislativo de Brejo Santo e com o nosso Deputado Guilherme Landim, buscando uma melhoria para os serviços da ENEL. E essa melhoria hoje eu vejo aqui que é unanimidade é que ela desocupe o lugar, deixe o Ceará e abra espaço para uma outra concessionária vim atuar no nosso Estado. Guilherme eu não poderia deixar de dar esse testemunho, porque também é uma preocupação da gente, a questão do funcionário da ENEL como você falou. Lá na minha região ficou sem energia 6(seis) dias, e no dia que o cara veio para dar manutenção ele me pediu "Rogério faça alguma coisa por a gente" e aí no dia que eu tiver a oportunidade de falar numa audiência pública como essa que está sendo executada aqui hoje darei sim, porque são pessoas também que estão padecendo com os maus serviços da ENEL com os seus colaboradores. Eu sou lá da região norte do município de Mauriti, lá no anauá, é uma população que

desde a sua existência que sempre foi abastecida com carros-pipa. Na época mais antiga era em "lombo" de animal mesmo, hoje é com carro-pipa e a gente sabe hoje, o próprio Prefeito disse aqui, uma conquista dele, do Governo Estadual e do Governo Federal, aonde conseguiram um projeto na casa de 13(treze) milhões de reais, está pronto pra ser liberado nas torneiras dos consumidores e a ENEL não permite. Então está na hora dos políticos a nível federal, estadual, fazer algo pra que essa empresa desocupe o nosso Estado. E conte com o nosso apoio, hoje está aqui mais do que provado que todos os municípios da nossa região estão aqui com representatividade Guilherme pra pegar na sua mão e dizer que você tem autonomia, e pra você transmitir o nosso sofrimento aqui na nossa região com essas faltas de energia, que muito faz com que as pessoas percam equipamentos dentro das suas casas, que lutam, que trabalham pra comprar e que acabam perdendo por causa de uma descarga de energia sem ressarcimento. No mais era agradecer a todos vocês, muito obrigado a todos.

SR. RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM: Próxima oradora a Vereadora do município de Mauriti Celminha.

SR. VEREADORA DE MAURITI CELMINHA: Bom dia a todos e a todas. Quero saudar aqui o nosso Deputado Guilherme Landim e parabenizar por essa iniciativa aqui no Cariri Oriental, onde estamos tendo a oportunidade de levar a nossa voz pra Assembleia Legislativa, como para os demais municípios da região. Quero saudar a Prefeita Gislaine, e dizer que você me representa Gislaine por ser uma mulher, representante do Poder Executivo da região do Cariri, dizer que fico muito feliz de estar aqui usando essa tribuna dessa cidade tão querida de Brejo Santo. Quero saudar o meu Prefeito João Paulo, em nome dele todos os prefeitos aqui presentes, os vereadores. Quero saudar em especial Lurdinha, essa guerreira que é assídua no município de Mauriti, sempre buscando o conjunto de melhorias para nossa terra Mauriti e Brejo Santo. Saudar o meu querido amigo Vereador João Paulo do Brejo, e sintam-se todos os vereadores aqui contemplados. Saudar os meus companheiros de lutas, os vereadores, em nome do meu Presidente da Câmara Deuzivan, que aqui fez o convite e fizemos um esforço de fazer uma rápida sessão ordinária, a qual é no dia de sexta feira, às 09 horas da manhã, mas por justa causa eu queria aqui Guilherme compartilhar com todos os senhores prefeitos e vereadores, oradores que me falaram, que falaram antes de mim. Me associo a cada palavra, a cada nota de repúdio dos senhores que falaram antes de mim, e gostaria de pedir para me citar 2(dois)

exemplos do município de Mauriti onde está os senhores vereadores e o Prefeito aqui unindo forças para tentar sanar problemas graves, urgentes, urgentíssimos, a exemplo de um poste da rua sinval Lacerda Bosquinho, o senhor passa lá direto para ir ali pra o cartório e ver a gravidade que aquele poste que na esquina ali nas proximidades do cartório, está levando a comunidade, a população mauritiense, e a gente fez uma vídeo-conferência com um dos representantes da ENEL e ele garantiu de em menos de 15(quinze) dias sanar esse problema, e infelizmente Deputado ainda hoje se encontra a população de Mauriti correndo risco. Essa rua Sinval Lacerda dá acesso a feira do município, e quantos carros passam das regiões de serra lotados de pessoas, e que Deus o livre esse poste venha a cair. Então tem outro exemplo de ontem a noite do meu amado baixio de mororó, onde minha mãe reside, participo do grupo da associação de lá, e ontem a população do sítio baixio do mororó não dormiu, tem os vídeos, tem as fotos do fogo no poste, nos fios de alta tensão, onde caiu uma árvore por cima dos fios e a árvore tem vários números de ocorrência da população solicitando a retirada dessa árvore, que é dever da ENEL, e infelizmente não foi tirado e ontem caiu, e esse fio caiu e deu acesso aos arames farpados daquele sítio e a população ficou presa dentro de casa sem poder sair e a gente uniu forças para que ninguém passasse nessa via pública, para que não acontecesse uma tragédia. Então aqui eu quero colocar em público, e quero dizer que estamos aqui com grande representante da OAB, que é meu querido amigo Dr. Vicelmo, que vem prestando serviços para os inúmeros clientes da ENEL, e com responsabilidade, e que vergonha esse depoimento que o doutor deu aqui, é vergonhoso, chega a ser vergonhoso para essa ENEL. Então me associo a todos a nota de repúdio e ofereço ao senhor Deputado se quiser as provas dos inúmeros ofícios que a Câmara de Mauriti enviou para a ENEL, sem sombra de dúvidas tenho certeza que o nosso Presidente Deuzivan com certeza lhe enviará com fotos e provas. Muito obrigado a todos.

SR. RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM: Próximo orador o Vice-Presidente da Câmara do município de Mauriti Tonhão Martins.

SR. VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA DE MAURITI TONHÃO MARTINS: Bom dia a todos. Saudar esta mesa em nome do nosso Relator Deputado Guilherme Landim. Saudar aqui todos os presentes da comitiva de Mauriti em nome do nosso Presidente Deuzivan Silva. Saudar aqui todas as comunidades vizinhas, dos municípios vizinhos, em nome do Prefeito Figueiredo de Milagres.

Somente Deputado me somar a todos os relatos de pessoas, de autoridades que fizeram uso dessa tribuna, onde repudia veementemente essa concessionária irresponsável chamada ENEL. Sou prova e quero aqui deixar o meu testemunho. Sou construtor e trabalho em vários municípios do Estado do Ceará. A nossa especialidade da nossa empresa é o saneamento básico, principalmente o abastecimento de água, e vejo o quanto está difícil, para os prefeitos, os deputados, que ali alocam recursos, e as obras são feitas, mas na hora da inauguração Figueiredo falta o essencial para girar as máquinas, os motores, que é a energia. E muitos elevam suas vozes e culpam primeiramente o vereador daquela localidade, somos penalizados Vereador Romário Alencar, mas sabemos sim da importância que tem a Assembleia Legislativa do Estado do Ceará na pessoa do nosso representante Deputado Guilherme, sempre com a gente somando esforços para que essa empresa tão logo possa deixar o nosso Estado e que outra concessionária ou até o próprio Estado possa vir a gerenciar e tomar de conta. Foi relatado aqui vários, por vários a questão do preço que está, aonde meu colega Adomilton Félix inviabilizou a pecuária, inviabilizou a agricultura, porque não consegue pagar as contas de energia. Com isso muitos buscam outros meios ilegais, para que consigam sobreviver, e aí tem aquela perseguição da ENEL. Falta equipe para dar manutenção, para ampliar, mas não falta para perseguir aqueles que pagam um imposto alto. Então Deputado somente para constar neste relatório a indignação deste Vereador e de toda a comunidade do Ceará como um todo. Muito Obrigado.

SR. RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM: Próxima Oradora a Vereadora do município de Brejo Santo Lurdinha da Cabaceira.

SR. VEREADORA DE BREJO SANTO LURDINHA DA CABACEIRA: Excelentíssimo Senhor Presidente da Casa Ranilsinho, no qual eu saúdo os demais vereadores, vereadoras aqui presentes. A nossa Excelentíssima Senhora Prefeita Gislaine Landim, saúdo os demais prefeitos. E o nosso querido e amado Deputado Guilherme Landim, saúdo todos os presentes aqui nessa audiência de suma importância. E todos os que me antecederam falaram sobre a irresponsabilidade da ENEL e aqui eu vou falar como testemunha, como profissional de saúde, que as nossas companheiras estão aqui sabem da importância da energia, porque eu sou testemunha disso e tive família minha sabe Guilherme usando o cilindro de oxigênio. E a nossa Prefeita sabe o número de pessoas que tem aqui em Brejo Santo, como os demais prefeitos, que usam, que dependem da sua respiração nesse cilindro

de oxigênio. E dói muito quando você vê que de repente tem a falta, a queda de energia, a falta de energia e você vê familiares Celminha, entes queridos seus necessitando urgente desse oxigênio e infelizmente é preciso você correr, quem mora próximo da cidade João Paulo é muito bom, mas quem mora distante as vezes a vida pode ter ser ceifada. Então queria assim deixar o meu testemunho, parabenizar o nosso Deputado Guilherme e dizer Guilherme que nós, Câmaras Municipais do Estado do Ceará, prefeitos, população, comunidade, estamos juntos. E termino sempre dizendo o seguinte, que a união é que faz a força, a força de Guilherme, junto com a nossa transformará o nosso Ceará. Um abraço e Deus abençoe.

SR. RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM: Próximo orador o Vereador do município de Mauriti Chicão Fernandes.

SR. VEREADOR DE MAURITI CHICÃO FERNANDES: Bom dia a todos e a todas. Quero aqui inicialmente saudar a todos que aqui estão presentes, em nome do nosso Relator Deputado Guilherme Landim que está aqui com a gente hoje fazendo essa audiência. Queria saudar todas as mulheres presentes, em nome da nossa Prefeita Gislaine. E quero aqui Deputado ser solidário a essa força que está se unindo todas as cidades do Cariri em torno dessa empresa irresponsável que está à frente do nosso abastecimento de energia elétrica do nosso Estado. E dizer que lá na nossa cidade de Mauriti a gente já teve uma audiência pública por lá, encabeçada por um convite desse Vereador que vos fala, juntamente com todos os outros vereadores que aqui estão, o nosso Presidente Deuzivan, e nós fizemos mais ou menos umas 2(duas) horas de debate com um funcionário da ENEL, o nome se não me fale é Ítalo, é uma coisa assim, ele respondendo os nossos questionamentos, mas se tornou muito difícil ouvir aquele cidadão, porque as desculpas deles são sempre desculpas de que não tem fundamento com a realidade do povo do nosso Ceará. Então quero aqui dizer a vocês que no município de Mauriti, inclusive no distrito de Buritizinho, em que eu represento aquela população, perdemos vidas por falta de oxigênio, por aqueles aparelhos que são movidos a energia e é triste para uma família sofrer isso, passar por uma situação dessa forma. Então eu quero aqui deixar o apoio da nossa Câmara de Vereadores de Mauriti. Sei que no Legislativo nós estamos bem representados por Vossa Excelência e tenho certeza que nós vamos achar uma saída para que o nosso Ceará tenha uma nova concessionária que venha trazer melhoria para o nosso povo. Meu muito obrigado.

SR. RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM: Próximo orador o Vice-Prefeito do município de Brejo Santo João Bosco Brasil Sampaio.

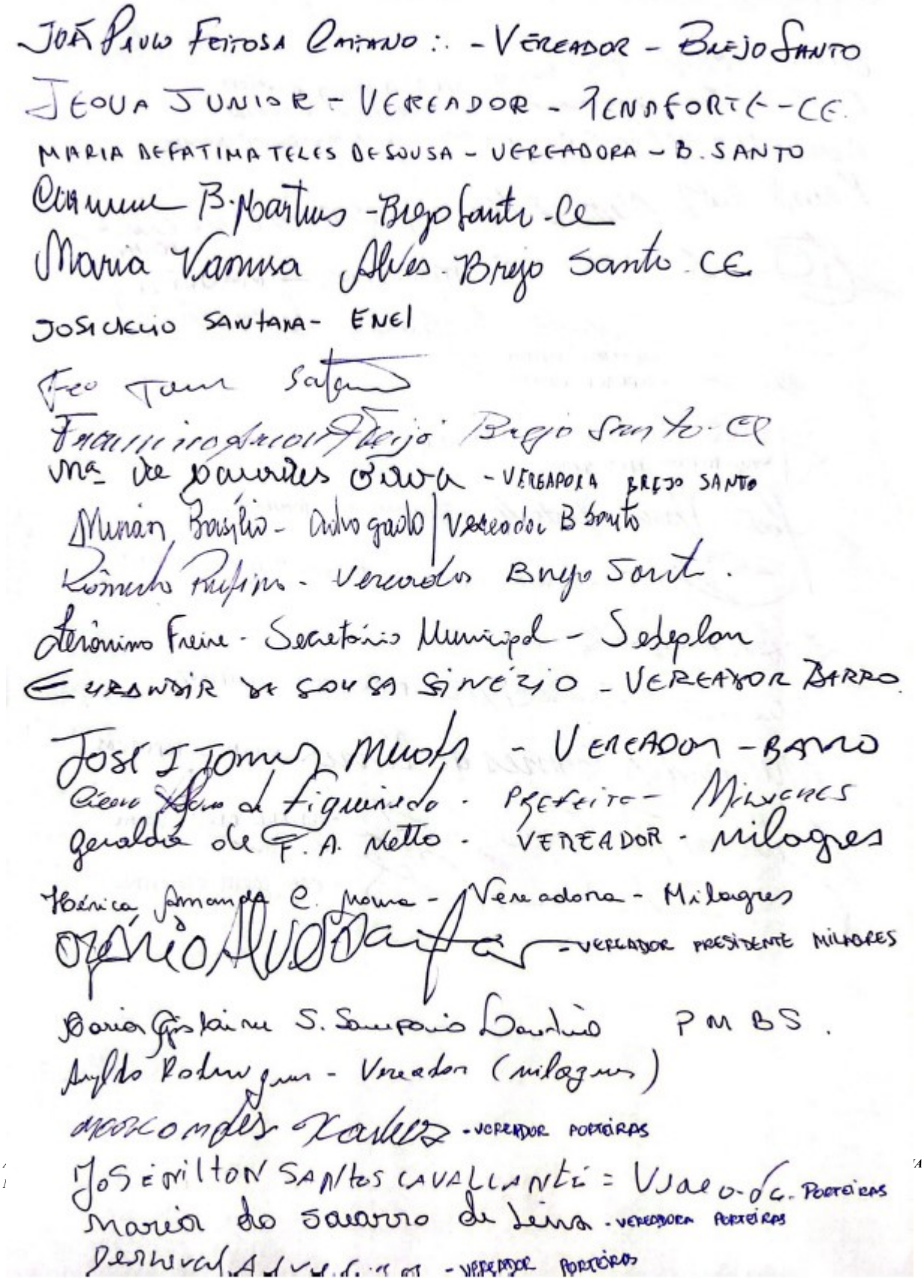
SR. VICE-PREFEITO DE BREJO SANTO JOÃO BOSCO BRASIL SAMPAIO: Bom dia a todos. Eu queria aqui saudar o nosso líder Guilherme Landim, Relator da CPI, quero fazer isso extensivo a todos, a Prefeita Gislaine, ao Prefeito João Paulo e Figueiredo, a todos os vereadores aqui presentes, a todos os Vice-Prefeitos, lideranças, secretários, aos nossos amigos Aldemir Martins lá do nosso querido Mauriti, representando todos lá de Mauriti. Queria dizer a vocês o seguinte, vamos ser bem práticos. A gente se solidariza todos com essa problemática que vem causando prejuízo a cada um de nós em todos os lares Marcondes. Queria que todas as Câmaras Municipais, todos os prefeitos aqui presentes, Prefeita Gislaine, Prefeito João Paulo, Prefeito Figueiredo, transmitam os vereadores ao Prefeito Fábio, enfim, a todos os prefeitos da região, a Mônica, a todos aqui, o George, para encaminhar ao Deputado Relator Guilherme Landim aquilo o que está prejudicando, bem objetivo e bem sucinto, principalmente os prefeitos, que tem uma realidade em âmbito geral, e as presidentes de associações que aqui estão presentes, igrejas, enfim, toda a sociedade organizada, OAB aqui o nosso querido Veto, o nosso querido que ainda está presente Miram Vereador, enfim, é isso que a gente está querendo, pegar essa ENEL e mostrar a ela que ou ela faz um serviço de qualidade no Ceará ou não dá mais pra gente agüentar essa problemática que afeta a cada um de nós, a todos da população. Fico solidário a cada um de vocês, e estou junto com aqueles que aqui passaram nessa tribuna e a todos os municípios. Deputado você é a nossa voz e nossa vez nessa CPI. Ranilsinho abraço a todos os vereadores de Brejo Santo em seu nome, a imprensa e a todos vocês. Um grande abraço, obrigado Ciço do Coité, vamos juntos que nós estamos aqui para trabalhar pela ENEL.

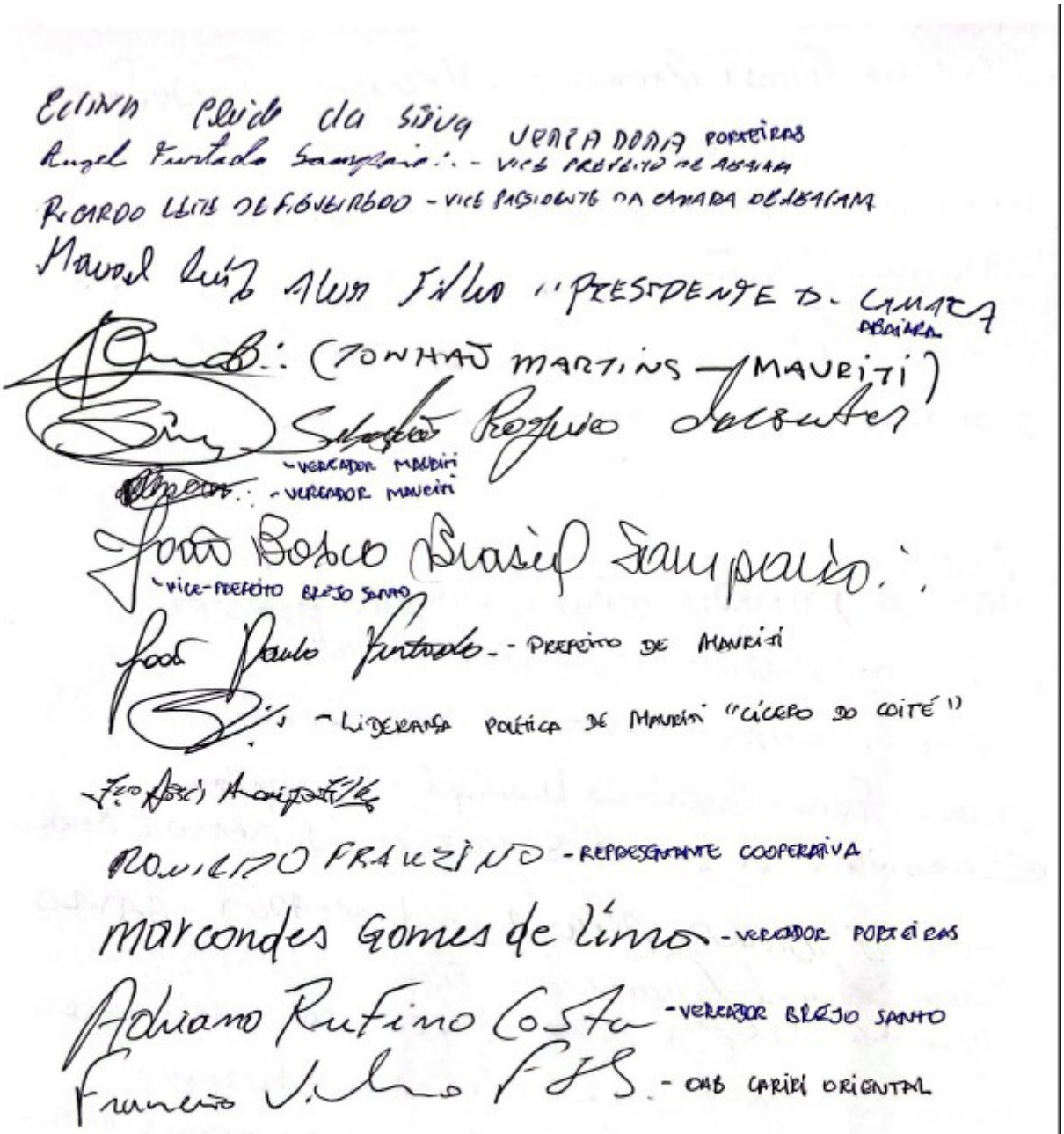
SR. RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM: Bom gente é.. primeiro eu queria agradecer de coração a presente de cada um e de cada uma de vocês aqui hoje. Tenho certeza que para o nosso relatório final, a presença de cada vereadora, cada vereador, prefeito, vice-prefeito, e cada pessoa da nossa sociedade que esteve aqui hoje é fundamental. Cada palavra que foi dita aqui, cada exemplo, cada reclamação vai constar no relatório final e isso vai se somar a muitas outras denúncias que nós temos lá. Eu quero agradecer aqui a imprensa também presente, Mateus, Cícero, Blog do Farias Junior (...) olha está acabando de me dizer aqui.. a WLFM que está nos transmitindo

agora, retransmitindo essa audiência. Bosco está acabando de me falar aqui que está acontecendo um incêndio agora em uma loja aqui em Brejo Santo, muito provavelmente por curto circuito, está aqui acabando de me falar. E eu queria colocar aqui pra vocês como está hoje o andamento dessa CPI. Primeiro que eu gostaria muito, eu, o Deputado Fernando Santana, que é o nosso Presidente da comissão, cada um dos deputados lá da Assembleia nós gostaríamos demais de ter o poder de "enxotar" pra fora do Estado do Ceará essa empresa, mas nós temos que lembrar aqui que esse contrato, isso é uma concessão federal, isso foi uma privatização feita lá em 98, é um contrato federal, que logicamente por se tratar de uma soma, de um montante de recursos tão grande, tem todas as suas travas pra que ele não seja rompido, e por conta da segurança jurídica, mas existe caminhos. Eu tenho batido na tribuna Prefeito João Paulo, Cícero do Coité, muito, e Prefeito Figueiredo, no seguinte, vocês sofrem todo dia com o Ministério Público, que eu convidei, quero fazer esse registro, eu convidei o Ministério Público que respondeu que não poderia estar presente mas que podia contar e tudo, mas eu tenho dito em todo lugar que o Ministério Público chega para um prefeito e na hora que faz uma recomendação pra vocês, se a prefeitura não cumprir, em muitos lugares, não estou dizendo em todos, acho que existem lugares que se trata de uma maneira muito republicana e Cortez, mas existe lugar que se não cumprir uma recomendação já ameaça logo o prefeito de prisão. E eu tenho perguntado, cadê o Ministério Público Federal, que essa empresa faz do jeito que faz com todo o povo cearense, com o Poder Público, com associações, com o povo em geral, e ninguém vai ser punido? Então eu tenho cobrado que chame a responsabilidade do Ministério Público Federal aos diretores dessa empresa, ao CEO dessa empresa, que é um italiano que fica lá na Itália só contando o dinheiro que leva do povo do Ceará. Então está mais do que na hora de haver uma pressão muito forte em cima do judiciário, que diga-se de passagem o judiciário cearense tem feito sua parte, o Ministério Público Estadual já colocou ai mais de 80(oitenta) milhões de multas na ENEL e ela nem sequer paga Prefeito Figueiredo. A ARCE, que é a agência reguladora do Estado do Ceará, porque olhe só, parece piada o que eu vou dizer aqui, mas a ANEEL, que é a agência nacional de energia elétrica, é a responsável por fiscalizar todas as empresas do Brasil que fazem transmissão de energia. Sabe quantos Presidente Deuzivan, quantos fiscais a ANEEL tem para o Brasil todo? 5(cinco). É brincadeira um negócio desse Celminha? Então eles fazem convênio com as agências

estaduais e as agências estaduais fazem a fiscalização, só que ela não pode fiscalizar o que ela quer, ela tem que pedir autorização ou receber da ANEEL o que é que ela pode fiscalizar. De 2016 pra cá, eu vou entrar na ANEEL pra gente encerrar aqui a nossa audiência, já agradecendo a participação e paciência de vocês. Sem dúvida alguma o que está acontecendo aqui no Ceará é culpa e muito da ANEEL, porque era pra fiscalizar, era pra punir, mas de 2016 pra cá Figueiredo ele baixou uma resolução que agora é uma fiscalização responsiva. Então ela identifica que a ENEL ta com os serviços, com os índices de satisfação de ladeira abaixo, ai ela notifica a ENEL e pede a ENEL pra dizer em quanto tempo ela vai melhorar, é a empresa quem diz. E ai quando ela chega lá e que vence o tempo, que ela não melhora, ele prorroga o prazo. Então quer dizer falta fiscalização de verdade, falta boa vontade da ANEEL de fazer a coisa valer. É por isso que o Deputado Fernando e eu, nós temos batido muito dizendo, a ANEEL parece que é um "puxadinho" da ENEL. Ao invés dela ta cumprindo o papel dela que é de proteger o consumidor, ela ta protegendo as empresas. Nós temos denúncias inclusive, que isso nós vamos passar para o Congresso Nacional, que é de responsabilidade deles fiscalizarem, nós temos denúncias de que os diretores da agência nacional de energia elétrica ficam lá pra fiscalizar as empresas e ai quando eles saem, que lá eles tem um mandato, eles ficam garantidos 8(oito) anos. Quando o mandato deles acaba eles cumprem uma quarentena que é de poucos meses e aí vão ser presidentes das agências nos Estados. Quer dizer, tem algum "ajeitado" lá trás, num tem? Então essas denúncias chegaram pra gente também, isso precisa ser avaliado. E ai Prefeito João Paulo, o Líder do Governo Lula Deputado Guimarães, parceiro do município de Mauriti, que ajuda muito aquele município, se comprometeu e está marcando uma reunião na ANEEL, mais uma, pra chegar com a força do Governo Federal para pressionar essa agência, e eu já ouvi falar que a ENEL agora se preocupou, porque agora ela esta vendo o Congresso Nacional se mobilizar também. Mas foi fundamental a Assembleia não baixar a cabeça, mesmo diante de muita crítica, porque eu sei que tem gente que diz "ah não vão fazer nada, não vai terminar em nada". Realmente do nosso poder estadual a gente não pode cancelar o contrato, mas nós podemos mobilizar, junto com vocês aqui cobrar dos representantes do Congresso Nacional, cobrar do Ministério de Minas e Energia que enquadrem a ANEEL pra que ela tome uma providência e resolva o problema. Nós tivemos uma reunião lá, pra encerrar, em novembro, no dia 7(sete) de novembro, fui

eu, o Deputado Fernando Santana, Deputado Guilherme Sampaio, e a Deputada Lia Gomes. E lá nós recebemos do Presidente Sandoval, que em 15(quinze) dias ia nos dar uma resposta do que é que ia fazer contra a ENEL, pra esse serviço melhorar. Até hoje nós estamos esperando por isso. Então nós vamos voltar lá e vai constar no nosso relatório, pedindo ao Ministério Público, ao judiciário e ao Ministério de Minas e Energia que intervenha dentro da ANEEL e dentro da ENEL para que isso seja resolvido. Então nós vamos juntar tudo isso, queria agradecer mais uma vez a vocês, fazer constar tudo dentro do relatório para que juntando forças com essas outras entidades judiciais e governamentais a gente possa fazer com que aconteça 2(duas) coisas, que nós só temos 2(dois) caminhos. Ou o melhor de todos, que é romper esse contrato e botar essa empresa pra fora daqui ou pra que ela tenha efeitos drásticos, financeiros e administrativos, pra que ela melhore o serviço até vencer esse contrato dela que vence agora em 2028 acaba os 30(trinta) anos de contrato que ela tem com o Estado do Ceará. Então gente obrigado a vocês, que Deus abençoe a todo mundo e estamos a disposição de todos lá na Assembleia. Obrigado e que Deus abençoe a todos. Está encerrado o evento.


João Paulo Feitosa Cavalcante :. - Vereador - Brejo Santo
Jeová Júnior - Vereador - Tenente - CE.
Maria de Fátima Teles de Sousa - Vereadora - B. Santo
Clemente B. Martins - Brejo Santo - Ce
Maria Vanessa Alves. Brejo Santo. CE
Josicácio Santana - Enel
Francisco Tarcísio Salustiano
Francisco Rogério Freire Brejo Brejo Santo. CE
Vna de Oliveira Sousa - Vereadora Brejo Santo
Marcos Brasília - Advogado | Vereador B Santo
Ronaldo Rufino - Vereador Brejo Santo.
Jerônimo Freire - Secretário Municipal - Sedeplan
Evandro de Sousa Sinézio - Vereador Barro
José Jonas Mendes - Vereador - Barro
Cícero Adelino de Figueiredo - Prefeito - Milagres
Geraldo de F. A. Netto - Vereador - Milagres
Fabrícia Amanda C. Moura - Vereadora - Milagres
Orácio Alves Santana - Vereador Presidente Milagres
Maria Cristiane S. Sampaio Santos PMBS.
Anildo Rodrigues - Vereador (Milagres)
Francisco Carlos - Vereador Porteiras
José Emilton Santos Cavalcante = Vereador Porteiras
Maria do Socorro de Lima - Vereadora Porteiras
Gerardo Alves [illegible] - Vereador Porteiras


Edinha Pluvio da Silva VEREADORA PORTEIRAS
Angel Furtado Sampaio - VICE PREFEITO DE ACARAÚ
RICARDO LEITE DE FIGUEIREDO - VICE PRESIDENTE DA CÂMARA DE ACARAÚ
Manoel Luiz Alves Filho 1º PRESIDENTE D. CÂMARA ACARAÚ
(JONATAS MARTINS — MAURITI)
- VEREADOR MAURITI
- VEREADOR MAURITI
João Bosco Brasil Sampaio.
- VICE-PREFEITO BREJO SANTO
José Paulo Furtado - PREFEITO DE MAURITI
- LIDERANÇA POLÍTICA DE MAURITI "CÍCERO DO COITÉ"
ROMILDO FRANCELINO - REPRESENTANTE COOPERATIVA
Marcondes Gomes de Lima - VEREADOR PORTEIRAS
Adriano Rufino Costa - VEREADOR BREJO SANTO
- OAB CARIRI ORIENTAL

ATA DA REUNIÃO DO DIA DE MOBILIZAÇÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (CPI) QUE INVESTIGA A ENEL NOS MUNICÍPIOS CEARENSES, CONHECIDA POPULARMENTE COMO "DIA D".

Aos 15 dias do mês de março de dois mil e vinte e quatro, sexta-feira, às 09:58 horas, na Sala 04 das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, iniciou-se audiência pública no dia de mobilização da CPI da Enel nos municípios cearenses, sob a presidência do Deputado Guilherme Sampaio. **ABERTURA:** O Deputado Guilherme Sampaio deu início aos trabalhos com uma breve exposição dos fatos e da linha do tempo da CPI. Foram chamados para compor a mesa: HEITOR DE MENDONÇA STUDART, Presidente do Conselho Temático de Infraestrutura da FIEC (COINFRA) e Coordenador do Núcleo de Infraestrutura da FIEC; CONSTANTINO FRATE, Coordenador do Núcleo de Energia da FIEC; VICENTE FERRER, representante da Fecomércio; DR. HÉLDER DINIZ, assessor jurídico da Aprece; DR. LINCOLN DINIZ, assessor jurídico da Aprece; MARCELO AUGUSTO FERNANDES DA SILVA, assessor jurídico do Sindeletro; ALEXANDRE CIALDINI, auditor fiscal da Sefaz/CE, cedido ao município de Caucaia, onde ocupa as funções de Secretário de Finanças; TOIM BRAGA, Presidente da União dos Vereadores e Câmaras do Ceará; DR. AUGUSTO CUNHA, representando a Defensoria Pública do Estado do Ceará; e, por videoconferência, DR. ÍCARO GASPAR, advogado representante das vítimas fatais de choque elétrico. **DADA A PALAVRA AOS COMPONENTES DA MESA**, estes expuseram suas considerações acerca do serviço da Enel concernentes aos seus campos de atuação. **DADA A PALAVRA AOS INSCRITOS DA PLATEIA**, utilizaram da palavra: GIOVANI AQUINO, ex-funcionário de empresa terceirizada da Enel; CAROLINE TELES, representante da Entidade Esportiva Proativa; ALEXANDRINA MOTA, consumidora; ANTÔNIO IBIAPINO, consumidor; MARLENE, presidente de Associação de Recicladores e gerente de cozinha comunitária do projeto Ceará Sem Fome no bairro José de Alencar; e CLÁUDIO ROBERTO, vereador do município de Icapuí. Empós, o Deputado Guilherme Sampaio expôs as considerações finais. **Nada mais havendo a tratar**, o Presidente, Deputado Guilherme Sampaio, encerrou os trabalhos às 12:08. E, para constar, eu, Raíssa Santos Nunes, secretariei os trabalhos, lavrei a presente ata, que, lida, discutida e aprovada, será assinada pelo Presidente da Mesa, Deputado Guilherme Sampaio.

Av. Desembargador Moreira, 2807| Dionísio Torres | CEP: 60170-900 | Fortaleza-CE
DISQUE ASSEMBLEIA: 0800 2802887

CPI Enel ALECE

Deputado Guilherme Sampaio
Presidente

Raíssa Santos Nunes
Analista Legislativa da ALECE

C.P.I
FL.
AL-CE

REUNIÃO CPI DA ENEL EM IGUATU

RELATÓRIO

Aos dias 15 de março de 2023, no Auditório do Campus Multi-institucional Humberto Teixeira, no município de Iguatu, às 09hs foi realizada uma reunião intitulada como Dia de Mobilização da CPI da ENEL, uma ação promovida pela Assembleia Legislativa do Ceará, coordenada no município de Iguatu pelo Deputado Estadual Agenor Neto (MDB), participaram da reunião, além de moradores, representantes de entidades como Conselho Comunitário de Desenvolvimento Municipal de Iguatu (CCDMI), associações de moradores, vereadores, lideranças políticas e comunitárias.

A abertura da reunião se deu com a palavra do mobilizador no município Deputado Agenor Neto, onde o mesmo fez uma explanação da trajetória dos atos e ações realizadas pela CPI até o dia da realização deste encontro.

Após a fala inicial, foi facultada aos presentes, onde passaram a relatar algumas dificuldades enfrentadas pelo mal fornecimento dos serviços da empresa Enel.

Os relatos mais comuns a todos os participantes são:

- Falta de energia constante em todos os bairros e comunidades da zona rural;
- Altas no valor do consumo de um mês ao outro, sem explicação aparente;
- Tarifas zeradas em um mês e cobrança duplicadas em outros;
- Alta demora no tempo de religação do fornecimento;
- Houve relatos de cortes de energia em pleno sábado, o exemplo foi citado pelo Sr Jucival Pinheiro, contato 88 99773-7177, no domicílio Avenida Adil Mendonça, 129, Prado.
- Escritório da ENEL com funcionamento até as 16h, gerando transtorno a quem não pode buscar resolver situações até esse horário, relatam ainda a quantidade pessoas atendidas, se tornarem poucas, por conta da demora nos atendimentos.
- O sr Antonio Marcos dos Santos Xavier, relatou que no seu bairro Green Park/Fomento, as quedas de energia são mais constantes que em todos os outros bairros de Iguatu, em sua residência, o mesmo afirma prejuízo com a queima de aparelhos, como ventiladores, micro-ondas, motor do portão, e que a mesma situação se estende aos seus vizinhos, informou ainda que já entrou com ações contra e empresa na justiça, e relata ter sido mal atendido na agência presencial.
- A Sra. Antonia, conhecida popularmente como Toinha, presidente de Associação de Moradores do Cardoso, relata prejuízos aos produtores da comunidade, por quedas de energias e também relata valores altos do consumo em pequenas moradias, que ao entrar em contato com a agência, as pessoas nunca tem seus problemas solucionados, apenas longas explicações.

- O Sr. Aderilo Alcântara, ex-prefeito de Iguatu e atual Secretário Executivo da SRH do Estado do Ceará, relatou que além das reclamações de diversos produtores que fazem uso de bombas para captação de água por falhas e abuso nos valores do fornecimento de energia, tem experiências pessoais com os problemas causados pela ENEL, como fornecimento interrompido com as contas pagas em dias, e a preocupação na região em que sua mãe mora, ela tem 95 anos de idade, e constantemente tem a informação que lá está faltando energia. De forma mais global, Aderilo falou da preocupação e dos problemas já causados na adutora do município, onde por diversas vezes por falta de energia, a adutora para quebra e gera prejuízo a toda a população.
- Evanilson Saraiva, presidente da Associação de Moradores do Sítio Barrocas, relatou o transtorno que é usar os serviços da Enel na sua comunidade, reclamou que nada que é solicitado se é atendido, e também da dupla tarifa, praticada pela empresa.
- Edmilson Rodrigues, liderança comunitária, ex-secretário de Agricultura do Município de Iguatu, residente no Distrito Suassurana, relata que na zona rural a situação ainda é mais deficiente quanto ao fornecimento dos serviços da ENEL, prejuízos aos produtores, pequenos comerciantes, pescadores e reclamou também da alta tarifa cobrada.
- O Sr Antonio Baixinho, suplente de vereador e radialista, relatou a tristeza que é o descaso da empresa com os usuários, mas que acredita que agora os deputados e a Assembleia tomando a frente possa ser que resulte em algo concreto. O mesmo disse que já levou pessoas portadoras de deficiência para atendimento presencial e se sentiu mal tratado.
- Houve ainda o relato de familiares da dona Zeneide, uma senhora idosa, de 89 anos, portadora de doenças, que se encontrava com o fornecimento interrompido por uma conta cobrada do ano de 2020, ao qual a mesma não devia. Uma conta acima de R$ 2.000,00 (dois mil reais), mesmo assim pagaram, por conta do problema de saúde, e até o momento, mais de 24h ainda não havia sito feita a religação.

Houveram diversos outros relatos, mas que se assemelham com os já relatados acima.

Após a fala ao público, o Deputado Agenor Neto, mais uma vez ressaltou o trabalho que vem sendo feito pela Assembleia em defesa dos cearenses e que essa reunião com certeza trará mais embasamento para a luta continuar.

Agradeceu a presença de todos e todas e declarou encerrada a reunião.

Deputado Estadual Agenor Neto

C.P.I
FL.
AL-CE

ALECE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO CEARÁ

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA ENEL
CAMPUS MULTI-INSTITUCIONAL HUMBERTO TEIXEIRA
IGUATU – CEARÁ
15/03/2024

Nº	NOME	CIDADE/BAIRRO	SEGMENTO	TELEFONE
01	Francisco Sobrinho [illegible]	IGUATU	Comércio	99793095
02	[illegible]	IGUATU	-	88 9 9771 3422
03	Mª Aurilene Vieira	Iguatu	-	88 9977444526
04	[illegible]	Iguatu	-	9932-4316
05	Maria Vicente Sousa	IGUATU	-	88 99975 1 3396
06	Gabriela Conceição Pereira	Sítio Grande	-	11 99633 8076
07	JOSÉ TEIXEIRA NETO	IGUATU	Proprietário	1681 99995 7333
08	Wellington de Sousa Farias	Iguatu	Comércio Iguatu	88 99850 10 66
09	Francisco Gean Lima	Iguatu	Associação	88 9934 1561
10	Alan Sampaio	IGUATU	HOSPITAL	88 9911 9167
11	Lourdes Barros	Iguatu	Comércio	88 9944 995 266
12	Vera Lúcia do Nascimento Silva	Iguatu	URCA	88 9921 7 754
13	Gerlene Alves de Oliveira	Iguatu	Comércio	88 9 99 154 5013
14	Josefa Tavares de Oliveira	Iguatu	Professora Social	88 99823 2532
15	Antonia Pereira	Iguatu	-	9 7767 773
16	Carlos Lucas	Iguatu	-	9 7756 477
17	Estela Menezes	Iguatu	-	88 9821 N 5452
18	Luan Alves [illegible]	Iguatu	IFCE	88 9440 6 14
19	Michelle Nascimento	Iguatu		(88) 98197 5421
20				

C.P.I
FL. ____
AL-CE

ALECE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO CEARÁ

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA ENEL
CAMPUS MULTI-INSTITUCIONAL HUMBERTO TEIXEIRA
IGUATU – CEARÁ
15/03/2024

Nº	NOME	CIDADE/BAIRRO	SEGMENTO	TELEFONE
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				
11				
12				
13				
14				
15				
16				
17				
18				
19				
20				

ALECE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO CEARÁ

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA ENEL
CAMPUS MULTI-INSTITUCIONAL HUMBERTO TEIXEIRA
IGUATU – CEARÁ
15/03/2024

Nº	NOME	CIDADE/BAIRRO	SEGMENTO	TELEFONE
01	[illegible]	[illegible]	[illegible]	88 99156915
02	[illegible]	[illegible]	[illegible]	85-99203 6340
03	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
04	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
05	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
06	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
07	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
08	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
09	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
10	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
11				
12				
13				
14				
15				
16				
17				
18				
19				
20				

Comissão Parlamentar de Inquérito - C.P.I

Faço que, em ___/___/___ às ___ ___ horas, realizei a JUNTADA do presente

( ) Requerimento ( ) Memorando
( ) Ofício ( ) Petição
( ) Ata ( ) Documento diverso

O referido é verdade e dou fé

Secretário Geral da CPI

C.P.I. FL. AL-CE

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CPI DA ENEL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, DIA "D" DA CPI DA ENEL REALIZADA EM ORÓS-CE

Aos quinze dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas, na Câmara de Vereadores de Orós, conforme convocação do Deputado Estadual Simão Pedro, membro da CPI da ENEL e autor do requerimento para realização da reunião da CPI no Município de Orós, deu-se início à reunião. Estiveram presentes as seguintes autoridades: José Rubens, Prefeito de Orós; Geane Oliveira, Vice-Prefeita; Samuel Romão, Presidente da Câmara de Vereadores; Josirene Custódio Cândido, Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos de Orós; Sivan Custório, Presidente da Associação de Pequenos Agricultores de Guassussê; Joana Cândido, Procuradora do Município de Orós; Humberto Júnior, Procurador Adjunto do Município de Orós; Isabel Cristina, Primeira-dama do Município; Matheus Batista, Ex-Vice-Prefeito; Andeson Cândido, Vereador; Edmundo Muniz, Vereador; Clei de Martinzão, Vereador; Luiz Alves, Vereador; Laurita Técia, Vereadora; César Caetano, Vereador; Isabel Cristina (novamente), Primeira-dama do Município; Francilda Nogueira, Secretária de Gabinete da Prefeitura; Maria Lopes, Secretária de Educação; Tereza Cristina, Secretária de Assistência Social e Ex-Prefeita; Edgar Júnior, Secretário de Administração e Gestão; Taynana Lima Verde, Secretária de Cultura e Turismo; Zuila Maciel, Secretária de Saúde; João Filho, Secretário de Agricultura e Meio Ambiente; Francinildo Gomes, Secretário de Obras; Porfirio Viana, Ex-Vereador. Além disso, estavam presentes membros da imprensa local, representados pela TV Oasis com Josemberg Vieira e pelo Sistema Nova FM de Iguatu com Olinda Barros. O mestre de cerimônias fez a leitura da apresentação, fornecendo um resumo de todo trabalho realizado pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) até a data de quatorze de março de dois mil e vinte e quatro. Em seguida, a palavra foi devolvida ao presidente da reunião, Deputado Simão Pedro, que agradeceu a presença de todos e fez um resumo dos trabalhos da CPI na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará (ALECE). Destacou que a reunião não se tratava de um ato político-partidário, mas sim de levantar fatos e informações para colher provas, documentos e depoimentos da população, a fim de embasar o relatório final da CPI. Além disso, elogiou o presidente da CPI, Deputado Fernando Santana, e ressaltou que a CPI foi aprovada na ALECE por unanimidade. Apontou que a empresa ENEL vem tendo lucros milionários, sem investir na melhoria da qualidade do serviço. Em seguida, o presidente abriu as inscrições para manifestações e passou a palavra ao Prefeito de Orós, José Rubens, que destacou a importância do momento e fez denúncias contra a ENEL, mencionando a falta de ligação da energia em equipamentos públicos a serem inaugurados, como a Areninha no Distrito de Guassussê e a troca do quadro no Ginásio Esportivo na sede do município. A Vice-Prefeita Geane Oliveira reforçou a relevância da CPI ir ao interior para ouvir a população e denunciou a falta de ligação de energia da ENEL em equipamentos de saúde. Diversas manifestações foram feitas durante a reunião, dentre elas, Ana Lúcia, servidora, informou que há meses está movendo processo contra a ENEL devido à cobrança indevida de valores, quando seu consumo subiu repetidamente de R$ 70,00 para R$ 700,00. O presidente da Câmara de Vereadores, Samuel Romão, agradeceu a iniciativa da ALECE e do Deputado Simão Pedro de levar a reunião da CPI para Orós. O pescador Abraão Pedro da Silva denunciou a ENEL, informando que sua conta de luz chegou ao valor de R$ 3.200,00 e, por não ter pago, a dívida foi elevada para R$ 8.000,00. Ele fez um acordo, está pagando o parcelamento e moveu uma ação judicial que está em tramitação. O professor Cassiano Rodrigues, residente em Orós, compartilhou que seus pais idosos, residentes no Sítio Fechado, ficaram mais de quatro dias sem luz algumas semanas atrás. Ele ressaltou que seu pai sofre de Alzheimer e a falta de luz potencializou as crises, sendo dias de terror para a família. Ademais, foram ouvidas diversas pessoas da população de Orós, a maioria delas abordando questões como cobranças indevidas, falta de leitura mensal, elevação do consumo médio, falta de atendimento adequado, falta de registro de pagamento resultando em nova cobrança e ameaças de corte. Maria Ivaneide, servidora pública, mencionou ter sofrido um corte indevido, sendo intimada pela ENEL para remover um poste que estava em local inadequado, resultando em uma cobrança de R$ 14.000,00, deixando-a sem luz por 12 meses, dependendo da ajuda de uma vizinha por meio de um "bico" de luz. A advogada Fátima Silva e o

C.P.I. FL. ALCE

advogado Mario Klever destacaram o aumento das demandas judiciais contra a ENEL, evidenciando também a má conservação de vários postes, o que coloca em risco a população, e apontaram que a ENEL é omissa diante dessas questões. Como encaminhamentos, o presidente disponibilizou o e-mail do gabinete dep.simaopedro@al.ce.gov.br para aqueles que desejarem enviar documentação que auxilie na demonstração das falhas da ENEL. Ademais, sugeriu que todos os presentes assinassem uma lista de presença, a ser anexada à ata da reunião. Nada mais havendo a tratar, o presidente da reunião, Deputado Simão Pedro, expressou seus agradecimentos a todos os presentes. Para constar, eu, Saulo Ricardo Silva Vieira _____, Assessor Parlamentar, Matrícula nº 038497, lavrei a presente ata, que após ser lida, será assinada pelo presidente da reunião, Deputado Simão Pedro _____, e entregue na Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI DA ENEL, cuja presidência está sob a responsabilidade do Excelentíssimo Deputado Fernando Santana.

C.P.I
FL. _____
AL-CE

REUNIÃO CPI DA ENEL

LISTA DE PRESENÇA

#	Nome completo	CPF	Assinatura
	Eliza Costa Dias	004 838 303-70	
	Isabelle de Mendonça	001 [illegible] 03-05	
	Maria Lopes Deporte	387.327.503-15	
	Ernestina Fernandes da Silva	899.290.33368	
	Adriana Dutra de Assis Rosa	616.351.203-06	
	Flávia Lúcia L. V. Teixeira	931 56090344	
	Irinenda Bezerra de Souza	462227153.20	
	Carmen Silva Julino de Lima	853.368.2387	
	maria Josina Andrade Santos	88.498233090	
	Josinenda Tanquato Lima	260770003-53	
	Maria Helena Faustino da Silveira	387.314.013-68	
	Kennedy Ribeiro Bravo	218.324.2538	
	Mª das Dores de A. Monte	218.224.25387	
	Maria Alves de Souza	37907689368	
		24663948-7	
	Rosanita Tércia B. Pequeno	013.072.303-77	
	Manuela Cândido da Silva Silva	731.503.633-49	
	Gabrielli Rosane Gomes	050.496.743-08	
	Adriane do Rosário Santos	040.121.585-70	
	Teresa Cristina Alves Pequeno	88.93262.6891	
	Gleyce Neves da Costa Freitas	476.822.723-349	
	Elenilda Batista Colaço.	024.408.603-44	
	Sandra Vieira Custódio	848.575.013-68	
	Hilda Clemente Pereira	387.508.803-49	
	Manoel Pereira Mota	559.055.953-72	
		421.867.813-87	
	Josinene Custódio Cândido	370.889.213-91	
	Hailiane Andrade Lima	257.317.503-63	
	Ponciano Viana Rodrigues	469.245.483-15	
	Maria da Penha de Mendonça	060.866.753-68	
	Francisca Fernandes Nogueira	532.169.703-53	
	Raimundo Custódio Dias	004.122.583-04	
	THIAGO BARROS RICARTE	195.141.903.00	
	FRANCI - CSJT-CE	325.486.143-68	
	Francisco Rodrigues Neto	955.153.213-91	
	Maria Silva da Silva	797.316.193-72	
	Ana Cristina Alves Ricarte	532.182.793-68	

C.P.I
FL. ____
AL-CE

REUNIÃO CPI DA ENEL

LISTA DE PRESENÇA

Teresa Cristina Lima Verde de Oliveira	818170633-49	
Luzimi Izolda da Silveira Costa	731 1649 1372	
Marcus Vinicius Neves Torres	031.982.173-12	
Facilânia de Sousa Silva	927616 903 20	
Annelise de Amorim Formiga	013.495.293-62	Annelise
Antônia Cleidiviana Sá Rodrigues	006 384.513-02	
Lorrene Lima da Mata Teixeira	940 490 503 82	
Thales Ferreira Teixeira	6560765 1304	
Ruama Ferreira Lima	024.518.113-95	
Francisca G. da Costa Ramundo Filho	195.145.143-00	
Thais Paiva Martins da Silva	011.488.133-22	
José Carlos Alves Andrade	060.884.043-29	
Luis Gonzaga Soares	281.999.794-53	
José Ramão de Lima Neto	074.649.393.28	
Fernanda Dias Andrade	021.48280541	
Maria Socorro Pacífico Amorim	805018003-44	
[illegible]	781.974.333-15	
Robson Nogueira Carvalho Costa	601.31.943-05	
Jessé Nunes Andrade	038.596.403-05	
Dayanny Hevylla Custódio Vicente	031.373.563-10	
Mª Gerlânia de Candido		
Ewerton Costa Lima.	770 78 40 03-25	
Georgia Custodio Dias	655 3269 4320	
Elisângela Quartilo de Oliveira	740.437.813-34	
Francisca Possidonio Paulino	462.227.583 04	
[illegible]	315.650.863-53	
[illegible]	11 946 [illegible]	
[illegible]	184 1970 3877	
Isabelle Costa de Medeiros	619.134.123-77	
Daguia Cândido Andrade	740.311.633-04	
[illegible]	021.222.993-12	
Eliane Gonçalves de Matos	194.637.508-00	
Andreza Cadete Vieira	027.820.253-45	
Maria do Socorro Nunes	624.687.153-49	
Ricardo Alexandre R. Mendonça	777611113-91	
Antônio Vicente da Silva	636.366.703-87	
Taynara Lavina Verde	656.652.443-68	
Bonavina Cosme Gomes	005.852.293-88	

C.P.I
FL.
AL-CE

REUNIÃO CPI DA ENEL

LISTA DE PRESENÇA

Francisco Dedivane P. Cruz	55908918334	
[illegible]	083-644-513-54	
Aparecida Gonçalves de Matos Oliveira	076.432.383-08	
Lucenton B. Soares	076.838.213	
Lucicleia da Silva	076.838.21306	
João Gustavo Santana	830.722.843-34	
Silvan Custódio de Oliveira	021.953.385-00	
Claudia Bernadete Custódio	(88) 998222572	
Henry Oziel de Sousa	609.425.663-04	
Fco Naurilo B. Gustão	107.825.323-20	
Francisca Maria da Silva	02062455317	
Cleonice Cardoso da Silva	931.563.403-91	
Vladina Inocêncio Costa	218551.453-91	
JUCILA MARIA MACIEL MELO PEREIRA	327.155.873-68	
José Simão da Silva	372-989.221.68	
Maria Adriana Santos	461.778.333-49	
Fco Kelyer de Macêdo Queiroz	86290258520	
Juanilza Nogueira Lima	052.032.433-10	Joana Cândido Clemente
Joana Cândido Clemente	21420696300	
Luzia Maria de Lima	91/77742000	
Wilton de Brito Bento	941.017.953-04	
Aline Jannelli de S. Pinheiro	46624483538	
Sara Fabiane da Silva [illegible]	212.031.643-00	
Maria Cristina Augusto Luiz Verde	00452693357	
Carla T. Custódio	49626671149	
Luis Alves de Araújo	07021667310	
Pedro Felipe da S. Barbosa	042.243.603-81	
Suzy Ribeiro Nunes	940.241.973-04	
Veronica de Freitas Ferreira	011.269.853-65	
Johanne Soares da Silva	071.397.413-36	
Elisabeth Delfino Paiva	84127030315	
Samuel Lopes Lopes Santos	01918356-33	
Eleneário Marinheiro Barros	899139573-20	
Carlandia Leite Custódio	968805973-00	
[illegible]	96788170	
Jpe Priscila L. Augusto Neves	99989-0517	
Bruna Bezerra Barbosa	9.9616-9500	
Diana Oliveira Lima Correia	9.8175-7396	

C.P.I
FEL. ____
AL-CE

REUNIÃO CPI DA ENEL

LISTA DE PRESENÇA

Marineide Freitas	80645070300	M. Freitas
Luciene Custodio	00427013330	
Erezma Pereira Monteiro	64245683368	
João Paulo Cirino Vidal Freitas	068.706.313-28	
Ana Maria O de Carvalho	03607603-10	
Irina Lima Verde	04096493330	
José Carlos Custódio Jr.	04437605357	
Eugenia Layne Lopes Silva	03253797341	
Natanael Pinheiro e Silva	061.999.673-05	
Natividade Lima Verde	01391213359	
Francisco Ferreira Nogueira	(88) 513529233 00	
[illegible]	063.319.103-52	
Evinalda Costa de Almeida	(88) 9 9370-3441	Evinalda Costa de
MARCIO EDSON N. BATISTA	040.132.573-35	
Maria Giovanna de Saya Silva		

ALECE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO CEARÁ

C.P.I
FL.
AL-CE

MEMO N° 019/2024

Fortaleza, 20 de março de 2024.

Ao Excelentíssimo Senhor Deputado,
Fernando Santana
Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito da ENEL
Assembleia Legislativa do Estado do Ceará - ALECE

Assunto: Ata da Reunião CPI ENEL Sobral

Senhor Deputado,

Cumprimentando-o cordialmente, venho, através do exercício de minhas funções como membro da Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI que investiga as alegadas irregularidades e abusos por parte da ENEL Distribuição do Ceará, informar que dia 15 de março às 15h realizamos reunião desta CPI no município de Sobral-Ce, especificamente na sede da Câmara Municipal.

O encontro contou com a presença expressiva de vários setores da sociedade como também de vários municípios do entorno de Sobral.

Assim, encaminho para conhecimento desta comissão ata elaborada e as assinaturas de presenças registradas.

–

Atenciosamente,

LIA FERREIRA GOMES:25904302304
Assinado de forma digital por LIA FERREIRA GOMES:25904302304
Dados: 2024.03.20 15:37:59 -03'00'

Lia Ferreira Gomes
Deputada Estadual

Recebido em 21/03/2024
às 9 hs: 47
Secretário Geral da C.P.I.

ENVIADO SITE ALECE -

Gabinete da Deputada Estadual Lia Gomes - Gabinete 520
Av. Desembargador Moreira, 2807 - Dionísio Torres. CEP: 60.170-900/Fortaleza-Ceará

ALECE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ

C.P.I
FL.
AL-CE

Objeto	REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA ENEL
Local:	Câmara Municipal de Sobral
Data:	15/03/2024
Início:	15h
Término:	18h
Participantes	Lista de presença em anexo.

RESUMO DAS DISCUSSÕES

A mesa foi composta por

*Deputada Lia Gomes – presidindo a mesa;

*Maria do Socorro Brasileiro – Presidente da Câmara de Sobral;

*Leônidas Cristino – Deputado Federal;

*Dra. Livia Maria Mesquita Mororó Muniz Marques – Prefeita de Pires Ferreira-Ce

*Rodrigo Mesquita Araújo - Procurador-Geral do Município de Sobral;

*Dr. Ezio Guimarães de Azevedo - Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB Subsecção Sobral;

*Dra. Amélia Soares Rocha – Defensora Titular da 2ª. Defensoria de Defesa do Consumidor de Fortaleza.

Aberta a audiência pública com o pronunciamento da Deputada Lia Gomes, que apresentou os objetivos, o histórico da CPI e um relatório das ações desenvolvidas pela comissão, que se seguiu com os seguintes pronunciamentos:

O Deputado Leônidas Cristino parabenizou a iniciativa da Depurada Lia Gomes, e saudou os demais presentes, ratificou a preocupação com o serviço da ENEL, e citou a tramitação na Câmara do PL 4831/23, que trás algumas mudanças nessas concessões, e falou que a ANAEL precisa prestar informações que foram solitadas pela Comissão da CPI do Ceará , para que possam tomar decisões.

Na sequência, a Defensora Amélia Gomes Rocha, cumprimentou a todos, falou que veio para ouvir os depoimentos, e falou sobre o papel da Defensoria e que ela foi criada para defender os menos favorecidos. Destacou também a importancia da união das instituições nessas questões em que a população vem sofrendo com a ENEL, e ressaltou a importância desse serviço público que a energia na vida das pessoas e que a partir da concessão os usuários não tinham outras opções no mercado. Tambem mencionou um fato que aconteceu quando a Defensoria estava no interior do Estado levando os serviços para a população e ficou sem energia no evento. Pediu para todos responderem a pesquisa que estava sendo disponibilizada pelo QR code, para que a Defensoria tenha dados reais dos consumidores. Aqui vai o link de acesso a pesquisa: https://forms.gle/kjWeQg7s2t4rcuVn8

Em seguida falou o Procurador do Município de Sobral Dr. Rodrigo Mesquita Araújo, que fez um relato de que a Prefeitura é a representante de seus munícipes e que vem sofrendo com

os descasos da ENEL, frisou bem a dificuldade que o município tem nas novas ligações de equipamentos como escolas, creches, parques e centros de saúde. Uma burocracia muito grande e com prazos extremamentes longos, chegando ao absurdo de 120 (cento e vinte) dias para uma ligação do equipamento a ser inaugurado e entregue a população.

Com isso o municipio começou a recorrer ao judiciário muitas vezes apenas para ligar energia em um equipamento a ser inaugurado. E mesmo com tantas judializações, a ENEL não cumpria as decições ajuizadas, chegando ao extremo de pedir a prisão dos responsáveis. Denunciou também corte do fornecimento de energia em escolas em pleno ano letivo prejudicando tanto o ensino , como o acondicionamento de merenda escolar.

Ouro ponto citado pelo procurador foi que não exise transparência na contribuição de iluminação pública paga pelos usuários, o minicípio não tem esses dados de forma clara.

Acrescentou que exitem varias ações de valores cobrados indevidamente, e o reconhecimento de dividas da ENEL para com a Prefeitura que não foram pagas. Falou de um caso em que a ENEL teria ordem de corte na energia de um hospital de campanha instalado em Sobral em plena pandemia de COVID, com pacientes internados respirando com ventilação mecânica. Na sequência a Prefeita do município de Pires Ferreira Drs. Lívia, que falou da falta de critérios por parte da ENEL em relação aos projetos, falou também que teve várias reuniões com representantes da empresa para alinhar sobre os projetos a serem executados, seja em ligações novas, ampliação de rede ou problema de carga, e falou do caso de um CRAS pronto para se entregue a população há mais de 90 (noventa) dias, e espera para que a ENEL realize a ligação do equipamento. Muitas comunidades sem energia há mais de 8 (oito) dias nas cominudades de Aroeiras, Lajinha, Croatá dos Penha, Formiga e Angicos. A prefeita ainda citou que ja solicitou uma ampliação de rede, que transformadores antigos estão sobrecarregados. E seguida falou a Presidente da Câmara Municipal de Sobral a Vereadora Socorrinha Brasileiro. Ela falou que este assunto da ENEL já rendeu varias discussões no plenário da Casa, salientou que nos distritos tem um agravante que alem da falta de energia também ocasiona a falta de água, ja que em muitas comunidades o abastecimento de água é feito por poços profundos e que necessitam de energia para os respectivos motores. A palavra foi passada para o Vereador Tiago Ramos, que falou sobre apagões constantes e muito demorados, prejudicando a população e comerciantes, e frequentes oscilações que ocasionam queima de aparelhos domésticos. E a falta de sistematização da poda das árvores que encostam nos fios causando descarga eletricas, levando risco de morte para as pessoas. Em seguida falou a Vice Presidente da CDL, Daniela Costa que estava representando os comerciantes locais. Ela fez uma comparação do atendimento de excelência dos comerciantes e o atendimento muito ruim que a ENEL dar aos seus usuários, seja ele rico ou pobre, e muitos relatos de donos de restaurantes que trabalham com alimentos perecíveis, que estão sofrendo com o descaso da ENEL. Na sequência falou o Presidente da OAB, Dr. Ezio, que falou que recebe muitos relatos, resultando numa reunião com representantes da ENEL no dia 20 de abril de 2022 e ate o presente momento nenhuma solução foi dada às queixas apresentadas. Ele se comprometeu a ajudar na divulgação da pesquisa elaborada pela Defensoria Pública. Falou também o Presdente do Sindicato dos Calçadistas, Sr. Bartolomeu, que disse que a iniciativa da CPI é uma ação que com certeza ira render e benefiiciar os menos favorecidos e que estará disponivel para ajudar com dados no que for possível. A Procuradora do Município de Massapê falou da luta dos procuradores dos municípios em relação as ações contra a ENEL, e que há três anos o município de Massapê está tentando fazer uma ligação de um equipamento esportivo (Areninha) e não consegue. São muitas exigências aliada a falta de respeito da ENEL para com os municípios cearenses. O mestre de Cerimônia chamou a Sra. Antonia Rodrigues, usuária do distrito de Aracatiaçu, para falar de sua experiência. Ela trouxe um documento com reinvidicações da comunidade com 800 (oitocentas) assinatura pedindo providencias para que se reestabeleça a energia, pois o distrito conta com um setor produtivo relevante, e ela pede respeito para com os consumidores, e por fim falou o representante da ENEL, Francisco Lanzim, disse que era muito importante está presente

C.P.I. Fl. ___ -CE

naquela reuniao e que fez todas as anotações e que levaria para a Diretoria da empresa.

A íntegra da reunião está disponível através do Youtube na página da Câmara do Sobral @camarasobral270 através do link:
https://www.youtube.com/live/jZ_2sYOJ4As?si=74CdKa7SfX1Ov8Gr

C.P.I.
FL.
AL-CE

LIA FERREIRA GOMES:25904302304

Assinado de forma digital por LIA FERREIRA GOMES:25904302304
Dados: 2024.03.20 15:53:50 -03'00'

DEP. LIA GOMES

CÂMARA MUNICIPAL
SOBRAL
1773 1841

LISTA DE FREQUÊNCIA

REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CPI QUE INVESTIGA, NO ÂMBITO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, IRREGULARIDADES DA ENEL DISTRIBUIÇÃO DO CEARÁ

Nº	NOME	CPF	CONTATO	ASSINATURA
1	Juliana Mourão Bandeira	069413853-32	85988501810	Juliana Bandeira
2	Erico Pedreira e Silva	070 427 583 07	85 999582871	
3	maria esther F. cristino	241 609 033 04	85.99984.5388	Esther
4	Lucas Couto Montenegro	054.027.143-80	88.996393354	
5	FRANCISCO LANDIM	162.868.203.10	85. 997026136	
6	JOSÉ HILTON CAMINGIRO NETO	053 991. 073-25	88. 98103-0416	
7	EDUARDO RODRIGUES DE MORAIS	001.156.693-02	88-99442-1860	
8	Eloiza martins magalhães	024 69741173	85 98150 3968	ENEL
9	Isidora Pinto Duo gma	029 173 96369	88 98873810	ENEL
10	Vida lucia ade Oliveira	059 083 843-82	88 92350860	
11	JANILSON SILVA EUFRASIO	038 993 697 83 1	050.131.773 24	
12	Maria Cronilda Estevam	968 956 833 72	88 992097604	Maria Cronilda
13	Pedro dos Santos Ripardo	392.598.112-87	88 99345-8126	
14	Francisco [illegible]	262.596 723-49	88-99903-9517	
15	Pedro Adriano Rodrigues gomes	000.536.733-92	88 992116336	
16	Mª Celiane Duarte	715 348 813 87	88) 994760	
17	Lutaria Izaline gomes carvalho	042.076.183-76	(88) 992381162	Izaline
18	Joaquina Neta de Oliveira	832.240.943-72	(88) 94493.6783	Joaquina
19	Francisco Gleilson de Oliveira	029-678-557-10	(88) 992135221	
20	Maria dos Graças Silva Maia	716.827 403-15	(88) 992 10.8734	
21	Mª da Conceição Liberato Sousa	424163533 49	88 9.94940 768	
22	Keann Vasconcelos Siqueira	000.447.323-09	(88) 98234-8484	

C.P.I. FL. AL-CE

CÂMARA MUNICIPAL

LISTA DE FREQUÊNCIA

REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CPI QUE INVESTIGA, NO ÂMBITO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, IRREGULARIDADES DA ENEL DISTRIBUIÇÃO DO CEARÁ

Nº	NOME	CPF	CONTATO	ASSINATURA
23	Luiz Gonzaga Figueiredo Moura	170.285663 15	(88) 99901 6930	Figueiredo (Luiz Gonzaga)
24	Antonia Daiane da Silva Pinto	630240443 61		Daiane.
25	Ivo Alves de Lima	779.624.113.49		Ivo
26	Shirley Mª Barbosa de A	865.120.993.25		Shirley Andrade
27	Maria da Graça de A. da Silva	023.454-463-69		
28	Ailton Prado Carvalho	857 463 983 -49		
29	Ed Gonçalo Silva Bastos	89 393 427 176	066.187-443 50	Presidente da comissão
30	Celia	762 031 313.34	8202 6128	ARTICULADOR
31	Rosa de Sousa Fernandes	66290360353	(88) 992766488	Ass. Comunicação
32	Rosi Reinaldo Benicio de Sousa	728895 27387	(85) 993393360	
33	Ana Caroline Ferreira	057 783 693 52	88 994907255	Ana Caroline
34	Marcos Alexandre Carvalho	076 395 873 52	85 994059563	
35	Pedro Lucas de Sousa P.	628.815.455-91	88 99492-2218	
36	[illegible]	699.806.443-31	9675 76 FI	
37				
38				
39				
40				
41				
42				

C.P.I. FL. ALCE

CÂMARA MUNICIPAL

LISTA DE FREQUÊNCIA

REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CPI QUE INVESTIGA, NO ÂMBITO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, IRREGULARIDADES DA ENEL DISTRIBUIÇÃO DO CEARÁ

AUTORIDADES - INSTITUIÇÕES-EMPRESAS

Nº	NOME	INSTITUIÇÃO	CARGO	ASSINATURA
1	NADSON EMANUEL ABREU BRITO	CÂMARA RERIUTABA	PRESIDENTE (CAMARA)	
2	Carlos Victor Monteiro da Fonseca	Câmara de Reriutaba	Acessor (Câmara)	
3	ANELIA SOARES DA PENHA	DEFENSORIA PÚBLICA	DEF. NUDEDICON	
4	Lívia Torres Ribeiro	MÃE RAINHA URB.	JURÍDICO ADV	Lívia Torres
5	Márcia Wellington S. Justino	Município de Massapê	Procuradoria Jurídica	
6	JOÃO RICARDO [illegible]	Município de Varjota	PROCURADOR GERAL	
7	Bartolomeu Martins de Menezes	SOBRAL (SIND. CALCADISTA)	PRESIDENTE	
8	Rogério Carvalho	Câmara Sobral	2 Vereador	
9	Francisco Oswaldo Bertoldo	P.M. VARJOTA	SECRETÁRIO	
10	Bia T. Gomes	Assembléia Legislat.	Deputada	Bia T. Gomes
11	JOSÉ AIMTON GOMES DE ALCANTARA FILHO	UFC	PROFESSOR CAMPUS	
12	FABIANO DA SILVA TEIXEIRA	UFC	PROFESSOR CAMPUS	
13	[illegible]	Câmara Varjota	vereador	
14	Wesley Silva Sarmento de Lima	Sec. Infraestrutura	Secretário	
15	José Leopoldo de Lima	Coreaú	—	
16	Yolando Moreno Jr. Gomes	Prefeitura de Coreaú	Eng. Eletricista	
17	MICHEL ÂNGELO VASCONCELOS CAVALCANTE	PREFEITURA FORQUILHA	SEC. MUNICIPAL	
18	DAVID GOMES PONTES	DEFENSORIA PÚBLICA	DEFENSOR PÚBLICO	David G. Pontes
19	GUSTAVO PALVA WEYNE RODRIGUES	SAAE DE SOBRAL	DIRETOR-PRESIDENTE	
20	HYLVERLANDO CARDOSO DA CRUZ	SESEP	SEC. EXECUTIVO	
21	ANT. MARCOS M. MESQUITA	PREFEITURA/SOBRAL	COORD. COMUNICAÇÃO	
22	FRANCISCO TENYSON	FOTÓGRAFO		

FL. [illegible]

CÂMARA MUNICIPAL

LISTA DE FREQUÊNCIA

REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CPI QUE INVESTIGA, NO ÂMBITO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, IRREGULARIDADES DA ENEL DISTRIBUIÇÃO DO CEARÁ

AUTORIDADES - INSTITUIÇÕES-EMPRESAS

Nº	NOME	INSTITUIÇÃO	CARGO	ASSINATURA
67	Manoel Julio da Silva	CAMARA COREAU	VEREADOR	
68	FRANCISCO FRANCINOR G. CARNEIRO	VEREADOR COREAU	VEREADOR	
69	Alexandre Nascimento Lopes Linhares	Vereador	Vereador	
70				
71				
72				
73				
74				
75				
76				
77				
78				
79				
80				
81				
82				
83				
84				
85				
86				
87				
88				

C.P.I. FL. AL-CE

CÂMARA MUNICIPAL

LISTA DE FREQUÊNCIA

REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CPI QUE INVESTIGA, NO ÂMBITO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, IRREGULARIDADES DA ENEL DISTRIBUIÇÃO DO CEARÁ

AUTORIDADES - INSTITUIÇÕES-EMPRESAS

Nº	NOME	INSTITUIÇÃO	CARGO	ASSINATURA
23	Maria das Neves Ferreira	Câmara Municipal	Vereadora	
24	Bruno de Freitas Rabelo	CAMARA MUNICIPAL	VEREADOR	
25	JOSE RANIERE AZEVEDO	CONST. MAR BELLO		
26	ADELMADA SOUSA CLEMENTE	PREFEITURA DE SOBRAL	CERIMONIALISTA	
27	Claudia Soares Pinto Nogueira	PROCURADA GERAL FORQUILHA	PGF	
28	Paula Bte	FCDL		
29				
30				
31				
32				
33				
34				
35				
36				
37				
38				
39				
40				
41				
42				
43				
44				

C.P.I. FL. AL-CE

C.P.I. FL. ____ AL-CE

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CPI DA ENEL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, DIA "D" DA CPI DA ENEL REALIZADA EM SOLONÓPOLE-CE

Aos quinze dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e quatro, às dezesseis horas, na Câmara de Vereadores de Solonópole, conforme convocação do Deputado Estadual Simão Pedro, membro da CPI da ENEL e autor do requerimento para realização da reunião da CPI no Município de Solonópole, deu-se início à reunião. Estiveram presentes as seguintes autoridades: Ana Vládia Nogueira Pinheiro Jucá, Prefeita de Solonópole; Francisco Igor Pinheiro, Presidente da Câmara de Vereadores de Solonópole; Dr. Gustavo Souza, Promotor de Justiça da Comarca de Solonópole; Webston Pinheiro, ex-prefeito de Solonópole; Marx Carrieri Guedes Monteiro, Procurador do Município de Solonópole; Paulo Sérgio Nogueira, Vereador; José Danilton Ferreira, Vereador; Kadson Pinheiro, Vereador; Francisco Chagas Beserra, Vereador; Thiago de Sousa Bastos, Vereador; José Rosineido de Lima, Vereador; Ila Pinheiro, ex-prefeita de Jaguaretama; Alyne Pinheiro, Secretária de Agricultura de Solonópole; Marcos Ruan, Secretário de Governo de Solonópole; José Edivaldo Oliveira, Presidente da Associação do Sítio Poço do Bento. Na ocasião, o mestre de cerimônia leu a apresentação, com um resumo de todo trabalho realizado pela Comissão Parlamentar de Inquérito realizada até o dia 14/03/2024 e devolveu a palavra para o presidente da reunião o Deputado Simão Pedro que agradeceu a presença de todos, agradeceu pela acolhida no Município de Solonópole, fez uma saudação aos telespectadores que estavam assistindo a reunião por meio das redes sociais da Câmara Municipal de Solonópole e informou que poderiam participar virtualmente caso desejassem. O presidente da reunião fez um resumo dos trabalhos da CPI na ALECE e quais os objetivos da reunião em Solonópole. Na ocasião, destacou que não se tratava de um ato político-partidário, mas sim de levantar fatos e informações para colher provas, documentos e depoimentos da população, para abastecer o relatório final da CPI. Fez ainda elogios ao Presidente da CPI, o Deputado Fernando Santana, e ressaltou que a CPI foi aprovada na ALECE por unanimidade. Ressaltou que a empresa ENEL vem tendo lucros milionários e não há nenhum investimento para melhorar a qualidade do serviço. Foi lembrado que a reunião estava sendo realizada no dia 15 de março, que é comemorado o Dia do Consumidor. Em seguida, o presidente abriu as inscrições para manifestações e passou a palavra para Prefeita de Solonópole, Ana Vládia, que destacou a importância do momento e fez denúncias contra a ENEL, mencionando a falta de ligação da energia em equipamentos públicos a serem inaugurados no Município. O presidente da Câmara de Vereadores Igor Pinheiro enfatizou a reunião no Dia do Consumidor (15/03) e fez um resumo de diversas situações deixando claro que a Enel "massacra o consumidor". A palavra foi passada para o Promotor de Justiça Dr. Gustavo Souza que elogiou os trabalhos da CPI, disse que o direito ao consumo é importante e que é necessário proteção estatal. Disse que o Ministério Público tem o dever de fiscalizar as relações de consumo e citou o trabalho do DECON, lembrando inclusive que o órgão já aplicou multas milionárias à ENEL. Disse que tem ciência que escolas e hospitais no Município de Milhã e no Município de Deputado Irapuan Pinheiro fecham as portas recorrentemente por falta de energia. Explicou que a falta de atendimento adequado da ENEL implica em prejuízos para o Estado, pois sem energia o comércio não funciona e há perda de arrecadação. Se colocou à disposição da população para ajudar no que for necessário. O ex-prefeito de Solonópole Webson Pinheiro seguiu os demais com elogios aos trabalhos da CPI agradecendo pela reunião no Município, informou que problemas com ENEL se arrastam desde a sua gestão. O vereador Francisco Chagas Bezerra disse que a Câmara de Vereadores de Solonópole realizou uma audiência pública há 02 (dois) anos atrás, que na ocasião a ENEL enviou um representante e que nada foi resolvido até hoje. Explicou que o Município faz parte da Rota do Leite e que a falta recorrente de energia causa prejuízos na ordem de centenas de milhares de reais. Disse que a ENEL não ouve e nem atende as reclamações. O vereador José Edivaldo Oliveira, fez uma denúncia grave em que há uma rede de alta tensão dentro de um açude. Disse que há risco de acidente, pois a rede pode cair dentro do açude. Falou de contas de consumo duplicadas, falta de manutenção da rede e que sempre que chove há falta de energia. O vereador Cássio Pinheiro também fez denúncias contra a ENEL. O vereador Paulo Sérgio também trouxe a situação do Açude Poço do Bento, onde uma rede de

C.P.I. FL. AL-CE

alta tensão passa por dentro do açude, com um poste que tem um transformador, que com a cheia o transformador corre o risco de ficar submerso, prejudicando mais de 400 famílias. As comunidades afetadas serão Caldeirões, Maretas 1 e 2, Poço do Bento, Cajueiro, Bom Jardim e Sítio Flores. É necessária a intervenção URGENTE da ENEL. Ele denunciou ainda que algumas famílias necessitam da mudança do sistema para trifásico pois há quedas constantes de energia, mas a ENEL cobra pelo projeto, em torno de 40 mil reais, sem a garantia da prestação do serviço. O Promotor Dr. Gustavo pediu a palavra para informar que fica como compromisso reunir-se com a população para propor ação civil pública. O vereador José Danilton também falou sobre as cobranças indevidas e contas de consumo duplicadas. O vereador Thiago Bastos insurgiu-se contra a cobrança pela média e que a ENEL transfere a responsabilidade da leitura para o consumidor. A Secretária de Agricultura Alyne demonstrou preocupação com os tanques de armazenagem de leite, que necessitam de energia para o resfriamento, e que há 03 escolas e 11 poços profundos aguardando ligação de energia. O PGM Marcos Carrieri pediu para que a CPI avalie a atuação da ANEEL e que seja feita uma CPI no Congresso Nacional. A ex-prefeita Ila Pinheiro também relatou diversos problemas com ENEL em Jaguaretama. Como encaminhamentos, o presidente disponibilizou o e-mail do gabinete dep.simaopedro@al.ce.gov.br para aqueles que desejarem enviar documentação que auxilie na demonstração das falhas da ENEL. Ademais, sugeriu que todos os presentes assinassem uma lista de presença, a ser anexada à ata da reunião. Nada mais havendo a tratar, o presidente da reunião, Deputado Simão Pedro, expressou seus agradecimentos a todos os presentes. Para constar, eu, Saulo Ricardo Silva Vieira _____, Assessor Parlamentar, Matrícula nº 038497, lavrei a presente ata, que após ser lida, será assinada pelo presidente da reunião, Deputado Simão Pedro _____, e entregue na Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI DA ENEL, cuja presidência está sob a responsabilidade do Excelentíssimo Deputado Fernando Santana.

C.P.I. FL. ARCE

REUNIÃO CPI DA ENEL

LISTA DE PRESENÇA 15/03/2024.

#	Nome completo	CPF	Assinatura
1	FRANCISCO IGOR PINHEIRO	037080293-98	
2	José Ronaldo Nogueira	015096163-49	
3	José Queiroz Ferreira	093767153-53	
4	JOÃO BATISTA DIAS DE SOUSA	672.756.053-68	
5	Francisco Chagas Bezerra		
6			
7	Marleti Maria Nogueira	870414303559	
8	Ana [illegible] Pinheiro Nogueira	360.662.573-15	
9	JOSÉ ENIGILDO PI		
10	EDSON PINHEIRO	027.564.593-21	
11	WEBSTON PINHEIRO	218.155.373-53	
12	Paulo Sergio Nogueira	994644702	
13	Alyne Ribeiro Cardoso	645 874 363-72	
14	Antônio Martins da Silva	241.482.603-49	
15	Mva C. G. Mubaro		
16	Ana Klaeka Nogueira Pinheiro Juaci	85-999641300	
17	Jose Eduardo de Oliveira	88 99678096	
18	Francisco Reinaldo Bento da Silva	(88) 9851-2393	
19	Antônio Kevin Pinheiro da Silva	88 96338840	
20	Suenda Maria Bezerra da Silveira	906.545.043-87	
21	Elaine Heleno de Souza		

C.P.I. FL. 32

REUNIÃO CPI DA ENEL

LISTA DE PRESENÇA

#	Nome completo	CPF	Assinatura
22	Maria Valdenide Pinheiro	995339873 98	
23	Jose Daniel de Lima	604.166.113-97	
24	Lídia Angélica Nogueira	003.073.703-64	
25	Lipsio Pedro		
26	Waldimiro Rodrigues Neto	016.176.043 05	
27	Givi Feixinha de Freitas		
28	Gustavo Souza	136 764 297-37	
29	ANTONIO EDSON VIDAL FREITAS	260770/9372	
30	Marcos Aluan Bezerra da Silveira	051.396.333-41	
31	Emil Bezerra de Lima	867.316.293-91	
32	Neide Vieira Coelho	046 359 583 10	Gisele
33	Maria Gisele da Silva Moraes	066.668.833-50	
34	ALCIADES TIAGO DA SILVA	030158415349	
35	Maria Aurelecio Macedo da Silva	912246333324	
36	FRANCISCA MARIA DIAS FELIPE	89274960353	
37	Stefano Rodrigues de Souza	034983946873-97	
38	manoel cesario Rodrigues nogueira		
39	Maria Keziane Nogueira e Silva	055.094.603-93	
40	Ricardo Sergio B. da Silva	046 465 505 75	
41	Sinomara Sales G. da Silva	032.038.383.30	
42	Francisca Patricia Nogueira do Nascimento	008.664.553.61	
42	Mario Itan Pinheiro Nogueira Ferreira	348.901.653-04	

C.P.I. / CE

FL.

REUNIÃO CPI DA ENEL

LISTA DE PRESENÇA

#	Nome completo	CPF	Assinatura
43		007.[illegible].504-5	
44			
45		055.482.423-00	
46		079.[illegible].23.6	
47			
48		889 859 193-34	
49		889.991[illegible]	
50		023.618.913-10	
51			
52		048 554 5330 5	
53			
54			
55			
56			
57			
58			
59			
60			
61			
62			
63			
64			

ESTADO DO CEARÁ
– Dionísio Torres – CEP 60170-900 – Fortaleza/CE

C.P.I
FL.
AL-CE

RELATÓRIO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA – CPI DA ENEL NO MUNICÍPIO DE TAUÁ CEARÁ

O referente relatório consiste em apresentar as irregularidades da distribuidora de energia ENEL em uma Sessão Especial da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, junto a Câmara Municipal de Tauá, por seus Vereadores, ocorrido no dia 15 (quinze) de março de 2024, às 9 (nove) horas no auditório da Câmara de Tauá, o Dia D de mobilização da CPI neste Município, com o objetivo de fortalecer o diálogo em Tauá e na Região, a fim de colher as queixas apresentadas por parte da população no tocante às lacunas e abusos na prestação de serviços por parte da ENEL.

A convocação para esta reunião é impulsionada pelo processo ininterrupto de investigação e pela aspiração de ampliar nossa compreensão acerca dos eventos em pauta. Nosso objetivo é estabelecer uma comunicação direta com as comunidades afetadas e os interessados situados em pontos estratégicos do Município de Tauá. Este município, em particular, se destaca por sua relevância e pelo apelo expressivo de seus habitantes, tornando-se assim, um local primordial para a continuidade dos esforços investigativos.

Os indicadores figuram entre os piores, dentre as principais concessionárias do país. O número de reclamações aumenta a cada ano, e a Enel não se mostra capaz e hábil para resolver essas demandas, elevando a insatisfação dos consumidores anualmente, de modo a tornar a situação da empresa ainda pior.

Inicialmente, a Presidente da Câmara Municipal de Tauá Apolyanna Lima Ferreira, iniciou os trabalhos saudando todos presentes, destacou a importância de se alinhar com os demais municípios tratando sobre o mesmo tema. Dessa forma, garantiu que os trabalhos devem ter um resultado mais concreto e que traga algum benefício para a população e em torno, mencionando a seriedade do momento em discussão, a fim de colher registros e demandas das irresponsabilidades, desgastes e transtornos à população Tauaense.

As autoridades e representantes manifestaram-se de forma expressiva e cada um declarou sua vivência ou demandas ocasionadas pela distribuidora de energia Enel.

O autor do requerimento o vereador Genival Coutinho Sobrinho, teve a iniciativa de ter um olhar para a necessidade de avaliar a prestação de serviço da distribuidora, pelas dificuldades do contato, sem atendimento e a população por muitas vezes sendo prejudicada; em seguida, o 1º Vice-Presidente da Câmara de Tauá o vereador Helder Castelo, expôs que a Câmara de Tauá está fazendo um trabalho sério para ouvir as queixas e demandas de associações, principalmente no interior do município para encontrar soluções; logo depois, o vereador Wellinghton Urbano parabenizou o vereador Genival Coutinho pela ideia de propor a CPI no município manifestando as dificuldades no distrito de Marrecas e outros distritos de Tauá; a seguir o Vereador Luis Alves relatou sobre a relevância da CPI, a inadimplência do trabalho prestado pela Enel considerando as demandas dos municípios vizinhos e interiores, destacando as igrejas com oscilações e sem atendimento.

Dando continuidade, o Vereador Oézio Gomes Lima de Quiterianópolis pronunciou sobre a falta de respeito no atendimento e abastecimento de água ineficiente em algumas localidades há mais de três anos, a população da região serrana sendo prejudicada, obtendo

G.P./
FL.____
AL-CE

nenhuma resposta por parte da Enel; posteriormente o Presidente da Câmara de Aiuaba o vereador Gustavo de Castro Alencar Neto, saudou todos presentes, atesta o apoio para CPI, deixa sua queixa na realização de vistoria para energia dos pequenos agricultores da região.

Seguidamente, a representante do Poder Executivo Dra. Regina Marcelino enfatizou que a ocasião tem sua magnitude, a fim de que essas solicitações cheguem a Enel e que haja uma troca de informações, merecendo um olhar acertado nos projetos e obras do município que demoram a ser concretizado em virtude da energia.

Logo após, o Membro da Comissão Parlamentar de Inquérito, representante e assessor da Deputada Estadual do Ceará Gabriela Aguiar, o Sr. Weslley Amorim se fez presente por meio de videoconferência, apresentou pontos essenciais e abusos praticados pela companhia no Ceará, reajuste da tarifa, descumprimento dos preceitos fundamentais constantes em seu contrato de concessão, onde gerou inúmeras penalidades, fiscalização diante de denúncias realizadas pelos consumidores no que diz respeito ao serviço prestado, empresas terceirizadas que prejudica diretamente a qualidade do trabalho mencionando que a Associação dos Municípios do Estado do Ceará, desde 2021, está buscando estabelecer um canal de diálogo, onde foram feitas inúmeras reuniões no propósito de solucionar as principais preocupações e pendências, incluindo principalmente os canais de atendimento.

A seguir, o Presidente da Câmara de Dirigentes Logísticos – CDL Ailton Maciel, afirmou que a demanda do comércio sofre com a queda de energia, má funcionamento e falta de compromisso e respeito com os comerciantes, dificultando acesso para clientes e destaca o incentivo da classe empresarial no fortalecimento da reinvindicação; logo depois, o Presidente do Conselho de Turismo, Artur Fernandes, proprietário do "Marrecus Park", relata que tem comércio sofrendo com quedas de energia, horas de atividades paradas por causa da falta de serviço da empresa, religações demoradas, equipamentos são queimados e não há ressarcimento, contas divergentes, leituras retiradas bimestralmente, menciona o apoio, incentivo e o avanço nas investigações; em seguida, a Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Elisandra Gonçalves Lima enfatizou o que acontece na zona rural do município, solicitação de ligação de energia que não é atendida, relata que a gestão instalou poço profundo pronto para abastecer a comunidade, mas estão esperando a Enel ligar a energia, ao mesmo tempo em que a comunidade e os animais estão com sede, contas exageradas, reforça o descumprimento da leitura mensalmente e a população sem energia elétrica com contas para serem pagas; logo depois, a Presidente da Associação Nossa Senhora do Rosário do Bairro Aldeota, Maria do Rosário Ferreira Sousa, a princípio reforça a ausência da população, pede o apoio e a participação na contribuição de todos que por vezes cala-se diante do cenário, mas aponta a desvalorização e irresponsabilidade por parte da Enel com inúmeras demandas e queixas.

Na sequência, o pastor Valmir Sales, da Igreja Filadélfia enfatizou que muitas pessoas o teriam procurado a respeito da queda de energia no bairro, onde os funcionários da Enel teriam comunicado que seria por causa da igreja por ter muitos condicionadores de ar e lâmpadas em excesso, por isso a oscilação, necessitando assim, de um transformador com capacidade maior para dar assistência à comunidade. Após, o representante da Secretaria de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano – SEINFRA, José Jair, ressalta a impossibilidade de trabalhar com a Enel, por mais que saibamos da morosidade que a empresa tem, antecedemos e solicitamos a aprovação dos projetos antes da possível inauguração e mesmo assim a Enel

ENVIADO SITE ALECE-

C.P.I.
FL.
AL-CE

não tem fluxograma definido, ou seja, a empresa exige uma documentação e prazos enormes, após o prazo, ainda requer autorização de órgão específico; não existe uma determinação de quais serão os passos e procedimentos. O município tem obras que não podem ser entregues, porque a Enel não faz a ligação. (Exemplo: Areninha do Arizona, Praça da Juventude, Praça PEC, Praça Mais Infância) e entre outros projetos como a Rodoviária que vem batalhando e cobrando diariamente. Contato com a distribuidora de energia só por e-mail que ninguém responde; relatos e queixas também de outras empresas que a Enel exige uma coparticipação com taxas abusivas.

Prosseguindo, o empresário Francisco Marcelino um dos maiores produtores de leite da região do Inhamuns, veio na missão de defender os pequenos laticínios, destaca a queima de equipamentos por falta de qualidade na rede, manifestando a sua indignação com a Companhia, queda de tensão, ausência de respeito e compromisso, taxa de pagamento absurda. Após, a senhora Luiza Pereira, Coordenadora das Associações, reforça a falta de ligação de energia nas obras e empreendimentos do município, exemplificando com as obras de abastecimento de água nas comunidades de Primeiro de Setembro, São Francisco do Campo, Fazenda Fortuna, que são de grande relevância, bem como relata que as comunidades de Mutuca, Mutuquinha, Maximiano, no Distrito de Carrapateiras, passam de três a quatro dias com falta de energia, recebem conta muito alta, atendimento de péssima qualidade e ressalta que os alimentos muitas vezes ficam estragados.

Ao final, vereador Genival Coutinho autor do requerimento, agradece a todos que compareceram à audiência, à Deputada Gabriela Aguiar pelo empenho, fortalecendo os laços para contribuir ainda mais com a região.

Com essas descrições e relatos mencionados acima junto com autoridades, representantes e vereadores da Câmara Municipal de Tauá e Região, em conjunto com a Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, concluíram que encaminhará um ofício a Enel com lista de medidas específicas que devem ser tomadas pela concessionária para abordar os problemas identificados durante a audiência, como: melhorias da infraestrutura, aumento da capacidade de atendimentos, reforço na manutenção da rede elétrica, entre outras situações citadas, nomeadas, elencando demandas, solicitações de medidas corretivas e urgentes. A princípio foi proposta uma Comissão Parlamentar Regionalizada, por conta da proporção dada, evoluiu para um Fórum formado por vereadores da região, subsidiados pela equipe técnica e recursos da Câmara Municipal de Tauá para atuar como mecanismo de acompanhamento periódico, a fim de avaliar o processo das medidas corretivas implementadas pela Enel, envolvendo órgão reguladores responsáveis pelo setor elétrico, solicitando uma investigação mais profunda e medidas adicionais para garantir a aplicação dos indicadores supracitados. Foi criado, também, um grupo de trabalho partindo de mapeamento realizado pelas instituições presentes composto por representantes da Câmara Municipal, órgãos reguladores, sociedade civil, para continuar discutindo o fornecimento de energia elétrica, aliando forças e documentos anexados neste.

Paço da Câmara Municipal de Tauá – Ceará em 15 de março de 2024.

Apolyanna Lima Ferreira
Presidente da Câmara Municipal de Tauá

C.P.I
FL.
AL-CE

Continuação das assinaturas do relatório da Audiência Pública – CPI DA ENEL NO MUNICÍPIO DE TAUÁ CEARÁ

Genival Coutinho Sobrinho
Vereador (autor do Requerimento)

Maria Regina Marcelino Gonçalves
Secretária de Orçamento e Finanças - Repres. do Poder Executivo

Ailton Maciel
Presidente da Câmara de Dirigentes Logísticos – CDL

Elisandra Gonçalves Lima
Presidente do Sindicato dos Trabalhadores(as) Rurais

Maria do Rosário Ferreira Sousa
Presid. da Associação Nossa Senhora do Rosário
do Bairro Aldeota

Pastor Valmir Sales
Igreja Nova Filadélfia

José Jair *Oliveira Alves*
Engenheiro Civil da SEINFRA

Luiza Pereira
Assessoria Especial de Participação Social e Comunitária

Lindomar Ferreira Loiola
Secretário de Esporte

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (CPI) RELATIVA À ENEL, REALIZADA NO COMPLEXO DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ EM 24 DE ABRIL DE 2024.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Boa tarde, senhoras e senhores. Eu gostaria de desejar a todos que sejam bem-vindas e bem-vindos à Casa do Povo cearense.

Nós estamos reunidos na 6ª Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga a ENEL no Estado do Ceará, nesta data, 24/04/2024; local: Complexo das Comissões.Estamos aqui:Eu, Deputado Fernando Santana, Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito; Deputado Guilherme Landim, ao nosso, lado Relator da Comissão Parlamentar de Inquérito; Deputada Lia Gomes; Deputado Felipe Mota; Deputada Gabriella Aguiar; Deputado Marcos Sobreira. Eu quero saudá-los, agradecer a presença, e passar à leitura, discussão e votação da Ata da reunião anterior.

Eu peço ao meu colega Deputado Guilherme Landim que possa fazer a leitura da Ata para que possamos discuti-la e votar. Passo a palavra ao Deputado Guilherme Landim.

SR. RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): Ata da Reunião Interna da Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar irregularidades e práticas abusivas por parte da ENEL no Estado do Ceará.

Aos dezoito dias do mês de abril de dois mil e vinte e quatro, quinta-feira, onze horas e trinta e dois, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar irregularidades de práticas abusivas por parte da ENEL, no Salão Nobre do Plenário da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, sob a Presidência do Deputado Fernando Santana. Registraram presença: Deputado Fernando, Guilherme Landim, Lia Gomes, presente ainda o Procurador Dr. Rodrigo. Não houve leitura da Ata da Sessão anterior. O Deputado Presidente Fernando Santana deu início aos trabalhos.

Os deputados presentes suscitaram pontos relevantes que devem constar no Relatório final, nos encaminhamentos; redigiu uma Minuta de Lei para encaminhar à Bancada Federal; sugerir ao Congresso instauração de CPI em face à ANEEL; envio de relatórios para o MP (Ministério Público), Defensoria, Procon da Assembleia, para ajuizamento de ações judiciais com pedido de dano moral coletivo; envio do Relatório para MPF (Ministério Público Federal), AGU (Advocacia-Geral da União) para ajuizamento de ação da União em face a ENEL, na Justiça Federal; oficiar o Ministério de Minas e Energia a fim de que instaure, investigue com vistas à Declaração de Caducidade do Contrato de

Concessão quanto a Oitiva da ENEL marcada para o dia 24; o Deputado Fernando questionou acerca de orientações e limites de conduta desta.

Procurador fez as suas considerações; orientou ainda que a testemunha não seja ouvida na presença de outra; o Deputado Fernando questionou acerca da possibilidade de prorrogação da CPI para votação do Relatório Final, tendo Procurador confirmado a possibilidade, de acordo com o Regimento Interno. Mais nada havendo a tratar, o Presidente Fernando encerrou os trabalhos.

É isso, senhor presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Agradecendo ao colega Deputado Guilherme Landim. Em discussão a Ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão, em votação. Senhoras deputadas e deputados que aprovam permaneçam como se encontra. Aprovada a nossa Ata.

Expediente: Nada consta.

Eu já passo, então, à Ordem do Dia.

Convido para compor a Mesa, nesta oitiva, o Sr. José Nunes de Almeida Neto, Diretor-Presidente da ENEL-Distribuição Ceará, conforme Requerimento nº 16 e 18 de 2023, de autoria dos Deputados: Guilherme Landim e Guilherme Sampaio, aprovado por unanimidade pelos deputados membros da CPI, nas reuniões realizadas nos dias 30/08/2023 e 03/04/2024.

Já se encontra, aqui, na Mesa, o Sr. Nunes de Almeida Neto.

A oitiva também foi convocada a Sra. Márcia Sandra Roque Vieira Silva, ex-diretora-Presidente da ENEL-Distribuição Ceará, conforme Requerimento do mesmo teor dos mesmos deputados, aprovado por unanimidade nos dias 30/08/2023 e 03/04/2024.

A oitiva também convocou o Sr. Nicola; parece-me que tem aqui uns ofícios fazendo com que justifique as ausências destes que estou aqui citando, é isso senhor Nunes?

A oitiva também seria com o Sr. Antônio Escala, também tem documento aqui justificando; nós já vamos pedir para ler, para dar transparência a todos que estão aqui. E desses que foram convocados, estou entendendo aqui que só veio então o Sr. José Nunes, Diretor-Presidente da ENEL-Ceará. Os demais têm a justificativa, e nós vamos passar agora a ler essa justificativa.

Quem seria mais, porque eu não estou com os nomes, mas os convocados são esses.

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição Ceará): Boa tarde. Obrigado, deputado. Nós estamos aqui com o nosso Diretor de Engenharia, o Charles Capdeville, e a nossa Diretora de Mercado, a Micheline Luna. Se o senhor permitir, eu poderia...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Antes de autorizar a vinda desses que lhe acompanha, Sr. Nunes, vou pedir aqui ao Deputado Guilherme Landim que possa ler a justificativa dos demais membros que foram, por essa Comissão, também convocados, para entendermos a ausência dos demais.

Deputado Guilherme Landim, eu vou ler aqui da Dra. Márcia, você lê os demais aí.

"*Ao Deputado Fernando Santana, Presidente da ENEL. Prezado senhor, nós tomamos conhecimento da convocação*, - aqui tem de duas pessoas, do senhor Nicola e a senhora Márcia. - A justificativa do senhor Nicola é que por motivo, *pelo presente Parlamentar a Constituição investiga; não exerce mais função no grupo ENEL, tendo se aposentado e regressado ao seu País de origem, Itália."*

A justificativa da senhora Márcia. *"Não exerce, nesta data, cargo Diretivo na ENEL Distribuição Ceará, e no momento encontra-se com problema de saúde, estando afastada por atestado médico".*

Eu penso que o atestado deve estar de posse dos senhores, o atestado da Sra. Márcia deve estar de posse? Nós vamos pedir para ver. Então, esses dois estão aqui com a justificativa. Aproveitando o ensejo serve a presente para confirmar a minha presença e tal, 24, e ainda me acompanhando do Sr. Charles e da Sra. Micheline, que são as pessoas que você está pedindo, não é isso? O senhor pede para que... Pois então autorizo aos dois que possam vir também compor a Mesa ao lado do Sr. Nunes, Diretor-Presidente da ENEL-Ceará.

Deputado Guilherme Landim.

SR. RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): *Prezado senhor, acuso e agradeço o recebimento do ofício em referência pelo qual foi convocado,* - e ele vem falando sobre a CPI, e continua - *pela presente gostaria de informar que não exerço funções Executivas na ENEL Distribuição Ceará, tendo sido nomeado para ocupar o cargo de Diretor Administrativo Financeiro e de Planejamento e Controle da ENEL Brasil, apenas no último dia 1º de abril de 24, motivo pelo qual ainda não tenho conhecimento de informações suficientes, que sejam úteis ao presente inquérito. Por tal motivo, agradeço respeitosamente deferir a dispensa do meu comparecimento no dia 24 próximo, data marcada para minha Oitiva. Francesco Tutoli.*

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Tem mais algum, Deputado Guilherme?

SR. RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): Tem aqui o do Antônio Scala. *Acuso recebimento também;pela presente gostaria de informar que dada pouca antecedência da mencionada convocação, estarei impossibilitado de comparecer na data marcada para a minha Oitiva, em razão da viagem para compromissos oficiais em Brasília, agendado para a data, conforme comprova o documento de emissão de passagem em anexo. Pelo tal motivo, agradeço respeitosamente, seja designada nova data para a minha Oitiva, a qual, desde já, me comprometo a comparecer. Atenciosamente, esclareço que estarão presentes na minha Oitiva os senhores Nunes, Diretor-Presidente da companhia; Charles Capdeville, Diretor de Operações, e Sra. Micheline Paola. Antônio Scala.*

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Agradecendo ao Deputado Guilherme Landim, tem as justificativas. Eu só peço ao Presidente da ENEL Ceará, o Sr. Nunes, que apresente atestado da Dona Márcia, que foi presidente, até poucos dias, da Empresa ENEL-Ceará. E causa muita estranheza ela não estar presente, porque 99% das centenas de milhares de queixas, reclamações e denúncias são no período exatamente que a Dona Márcia estava como Presidente da Empresa ENEL aqui, no Estado do Ceará. Então precisamos pelo menos para que a gente possa justificar, e com transparência apresentar ao povo cearense este atestado que hora está sendo dito aqui a condição de saúde da ex-presidente.

Então vamos iniciar a nossa Oitiva. Eu pergunto aqui aos deputados, deputadas se podemos já iniciar: Deputado Felipe Mota, Deputada Larissa que acaba de chegar, muito obrigado pela sua presença.

Então nós temos aqui, Sr. Nunes, um *habeas corpus*, o senhor traz aqui em suas mãos, e o compromisso de dizer a verdade. Eu preciso ler aqui para que o senhor tome conhecimento.

Na condição de testemunha, vossa senhoria tem o dever legal de manifestar-se sobre os fatos e acompanhamentos relacionados ao objeto da investigação, ficando-lhe assegurado, conforme decisão judicial de nº 0625922-15.2024.8.06.0000, habeas corpus, do direito ao silêncio e a garantia de não autoincriminação, se estando a responder perguntas cujas respostas possam resultar em seu prejuízo ou incriminação, ressalvada, nos termos da decisão citada, a proibição de faltar com a verdade no que concerne a indagações não albergadas por essa garantia, analisando a CPI possível abuso desse direito ao silêncio.

O senhor está ciente desse Termo de Compromisso?

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Estou ciente, deputado, e disposto a esclarecer todas as dúvidas, responder todas as perguntas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Ok. Estando o senhor ciente, eu já passo então ao Relator da CPI. Eu passo aqui a palavra ao Deputado Guilherme Landim, Relator da Comissão Parlamentar de Inquérito, que investiga a ENEL aqui no Estado do Ceará, para que ele possa já iniciar aqui a sua fala e, dentro da sua fala também os seus questionamentos. Passo a palavra ao Deputado Guilherme Landim.

SR. RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): Primeiro, boa tarde. Agradeço aqui ao Presidente Deputado Fernando; boa tarde, deputadas; boa tarde, deputados. Boa tarde aqui, hoje, os que vão ser inquiridos: Dr. Nunes, Dona Micheline e Charles; a todos que estão nos acompanhando através da TV Assembleia, Rádio Assembleia, Redes sociais e a todos que estão aqui na plateia hoje.

Eu queria, antes de iniciar, destacar algumas informações que irão embasar os nossos questionamentos e facilitar também a compreensão dos cidadãos e telespectadores que nos acompanham nesse momento.

A ENEL-Ceará, antiga Coelce, foi adquirida pela ENEL-Itália no ano de 2010, da Espanhola Endesa. Nos primeiros anos de Concessão a Distribuidora, ainda com o nome Coelce, atingia bons resultados em nível nacional nos rankings da Abradee (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica), entretanto, nos últimos anos a situação se inverteu, e hoje a ENEL-Ceará é uma das piores Distribuidoras do Brasil.

Nos últimos anos foi amplamente noticiado à contínua degradação da qualidade dos serviços prestados pela ENEL, principalmente de 2017 para cá.

Em 2021 ela demonstrou seus piores resultados, conforme Relatório apresentado pela ARCE (Agência Reguladora do Estado do Ceará). Mesmo entregando um péssimo serviço em 2022, a ENEL promoveu um aumento de tarifa exorbitante, superior a 24% naquele ano, e gerou uma grande revolta em toda a população do Estado, e também instou à Assembleia Legislativa a iniciar todo esse processo que, naquela ocasião, culminou com a abertura de uma Comissão Especial para investigar, para se debruçar sobre o Contrato de Concessão.

E no Relatório Final, que o Deputado Fernando era Presidente, eu então Relator, nós tiramos três encaminhamentos principais, um deles nós solicitamos ao Judiciário, à Procuradoria Geral do Estado, ao Ministério Público Estadual, Ministério Público Federal, Tribunal de Justiça que tomasse providências urgentes em relação a esses péssimos serviços. Solicitamos também que a Assembleia pudesse abrir

uma CPI, fato que aconteceu, não naquela Legislatura porque já estava no final, mas logo no início dessa Legislatura atual. E a terceira condição, nós encaminhamos à ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) um pedido de Caducidade do Contrato.E para o cearense que está nos acompanhando, o que é isso? É o fim do Contrato, baseado numa série de descumprimentos de cláusulas do Contrato; e foi solenemente rejeitado pela ANEEL; em duas páginas ela disse que não ia fazer isso; e o que fez essa Assembleia ainda mais precisar abrir essa CPI.

Então, abrimos a CPI, e muitos fatos foram colocados aqui. Eu poderia passar aqui a tarde e a noite inteira fazendo perguntas sobre pontos importantes de cada uma das Oitivas que nós tivemos, mas eu tive que escolher, e escolhi aqui cinco ou seis perguntas que eu julgo mais importantes, até para dar oportunidade para os demais deputados também inquirirem aqui sobre fatos relevantes.

Então, gostaria de iniciar aqui as perguntas ao Dr. Nunes, e eu quero já, de antemão, Dr. Nunes, dizer de que aqui nós não estamos tratando do CPF do senhor, muito pelo contrário, eu tenho o senhor, inclusive, numa conta de uma pessoa comprometida, e não posso dizer diferente, pelo histórico da sua vida. Mas nós estamos tratando aqui sobre o CNPJ de uma empresa que tem maltratado e muito o povo do Estado do Ceará.

Então dito isso, eu queria começar aqui dizendo que nos últimos cinco anos, só da ARCE e ANEEL, a ENEL recebeu mais de 54 milhões de multas por diversos elementos: cobranças indevidas;falhas nos procedimentos; má qualidade no serviço de prestação e outras irregularidades. Só pela ANEEL e pela ARCE, fora o Decon, fora Ministério Público Estadual, e outras multas que também vieram.

Em qualquer empresa privada do mundo, os responsáveis por esses setores multados já teriam sido demitidos e sofreriam outras punições. No caso da ENEL parece diferente, parece que a ENEL está acostumada com esse tipo de multa, e parece que esse tipo de multa tem a conivência do Corpo Diretivo da ENEL, assim como diz dois Relatórios da ARCE encaminhados para ANEEL, parece que a ENEL escolhe, e fez essa escolha lá dentro, que ela acha melhor pagar as multas e, teoricamente, se livrar da fiscalização do que ir resolver o problema.

Então eu queria saber aqui objetivamente do senhor: *A Presidência da ENEL e o Corpo Diretivo são coniventes com esse descontrole e com essa desorganização administrativa, e de quem é a culpa por tantas multas reiteradas que essa empresa tem recebido?*

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Deputado, eu lhe asseguro que, absolutamente, a Direção da ENEL não é conivente com as penalidades

e com eventuais incorreções. A ENEL passou no Brasil e no Ceará por uma recente reestruturação com o propósito de focarmos intensamente nas nossas atividades de distribuição, e buscarmos resgatar níveis de excelência que tivemos no passado ou de compartilhar seis anos sendo a melhor Distribuidora do Brasil aqui no Ceará, e o nosso propósito é retrilhar esse caminho. Para isso, nós temos várias medidas que vamos mostrar aqui no decorrer dessa audiência, mas temos um diferencial que é o nosso corpo de colaboradores. E nós entendemos que é dos melhores do País e que estarão mobilizados, já estão mobilizados, a gente já está num processo de resgate da empatia e da maior proximidade com o cliente, e temos vários projetos que irão nos levar a trilharmos esse caminho novamente. Obrigado.

SR. RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): Então, continuando aqui, já que o senhor me responde dessa maneira, eu queria colocar que em 26 de abril do ano passado, depois de amanhã vai fazer um ano, teve uma reunião, lá em Brasília, entre a ENEL e a ANEEL, para tratar do tema: *Má qualidade dos serviços prestados pela ENEL.* Na oportunidade, a ENEL apresentou um Plano de Ação para Melhoria da Qualidade do Serviço. E aí eu pergunto, Dr. Nunes: Como é que nós cearenses vamos poder acreditar nessa boa vontade de resolver o problema se nós já estamos vendo essa degradação dos serviços nos últimos oito anos por exemplo, e no ano passado, que já tinha CPI aberta, - Prefeito Roberto Pessoa que está aqui, e eu queria... o Deputado Firmo Camurça, no ano passado nós já tínhamos CPI aberta. A ANEEL chamou a ENEL para uma reunião e foi apresentado um Plano de Melhoramento dos Serviços, e mesmo na vigência desse Plano, nós chegamos ao fim do ano passado e tivemos problemas terríveis; e como eu costumo dizer aqui, Deputado Fernando, eu acho que entrou em colapso total, porque nós tivemos um caos no Natal; nós tivemos um caos no Réveillon; tivemos outro caos no Carnaval.

Então, eu queria que o senhor me respondesse: Por que não houve melhoria? Na Semana Santa também, então, todo evento de maior complexidade nós temos caos no Estado; todo trovão que dá, nós temos problema.

Então, como é que o senhor vem nos dizer agora que vai haver uma reestruturação se no ano passado vocês fizeram esse compromisso com a ANELL e até agora nós não vimos nada? *Então eu queria que o senhor pudesse nos dar uma posição concreta do que efetivamente foi feito ou se não foi feito e por que essa degradação gradual?*

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Perfeito. Deputado, no início aqui da minha fala, me permita até voltar um pouco a isso, eu me esqueci de pedir a permissão, pensei que já estivesse acordado com a nossa assessoria, com assessoria da Casa,

de fazer uma apresentação onde a gente coloca alguns pontos que são muito relevantes, inclusive de certa forma responde parte das argumentações que o senhor está colocando. Se isso for possível, nós gostaríamos de fazer essa projeção dividida em três módulos, não é muito extenso, um módulo onde abordamos temas mais gerais de investimentos, por exemplo; outro módulo onde focamos na parte de Redes, está aqui o nosso Diretor de Engenharia e Operação; e outra parte que seria a parte de Mercado. Se for permitido, eu acho que isso ajudaria um pouco a entendermos esse futuro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Senhor Nunes, eu consultei aqui os deputados, eles preferem que o senhor responda as perguntas, os questionamentos, e ao final, e aí dentro da avaliação aqui do colegiado, se eles avaliarem pertinentes nós abriremos esse espaço para a apresentação. Mas agora eles preferem que o senhor individualmente responda os questionamentos de cada deputado. Devolvo a palavra ao Deputado Guilherme Landim.

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição Ceará): Perfeito. Deputado Guilherme Landim, nós já tivemos mais de um Plano com o Regulador para alguns temas específicos. Para a Qualidade, tivemos um, que realmente como o senhor falou, ele não foi encerrado ao final, e reconheço que não houve o avanço esperado. Nós tivemos melhorias, mas não houve o avanço esperado no decorrer desse Plano. Tivemos outro Plano com relação a ligações de novos clientes, nós chamamos de novas conexões, e esse Plano cumpriu integralmente. Nós tínhamos um *backlog* aí de vários anos, tivemos um crescimento muito grande, e tivemos alguns impactos, e em função disso, um acúmulo de ligações a serem feitas.

Entendemos que esse é um tema que, embora tenhamos atendido ao que estava acordado nesse Plano de Melhoria, entendemos que hoje é um desafio que bate à nossa porta diariamente. Nós temos prazos regulados, e esses prazos regulados, na maioria das vezes, não atende a expectativa do cliente. Então temos uma busca atualmente de tentarmos alinhar com a expectativa do cliente o atendimento a novas obras.

Mas para dar assim uma visão geral, eu vou dividir aqui com relação a um novo momento em três aspectos.

O primeiro aspecto é a proximidade e agilidade nas atividades. O que o cliente mais nos cobra é proximidade, é empatia e também agilidade nas respostas, agilidade nas demandas. Essa proximidade, desde o primeiro dia da minha função na ENEL, e isso dentro de uma estrutura Brasil, porque mudou também o Presidente Brasil, nosso Presidente Antônio Scala já esteve aqui por mais de uma vez, é a busca de uma empatia e de uma maior proximidade com o cliente.

Para não ficar só em palavras eu vou dar alguns exemplos, me permita colocar alguns exemplos. Nós tivemos recentemente um caso que foi muito difundido na mídia, que afetava o Beach Park. Isso logo no primeiro dia. Eu assumi no dia 4, pela manhã, no dia 5, estava esse tema do Beach Park.

Pelo nosso diagnóstico se tratava de uma falha nas instalações internas do Beach Park. Eles haviam colocado a Nota, e a Nota nós entendemos como relativamente agressiva, e a nossa área de comunicação, a nossa área técnica, quando me falaram do problema disseram: *Olha, gente, já está aqui com a Nota respondendo porque se trata de uma falha nas instalações internas.* Eu disse: *Não, não quero colocar Nota. Vamos ao Beach Park.* Pegamos uma equipe de profissionais de alto nível e uma equipe técnica operacional, na realidade, duas equipes técnicas; fomos ao Beach Park. Falei com o Presidente do Beach Park, e 1h20 da manhã tinha sido normalizada as instalações do Beach Park.

Então, esse é um exemplo que busca de uma maior proximidade e de entender e muitas vezes resolver conjuntamente algumas demandas.

Eu tenho muito hábito de conversar com o cliente. Eu estou falando do Beach Park, mas o Beach Park tem acesso. O senhor Francisquinho, eu vou falar isso porque em uma entrevista que eu estava outro dia, me perguntaram isso: *E o Seu Francisquinho lá da ponta?* O Seu Francisquinho, na sexta-feira, à tarde,tenho como missão de terminar a minha tarde nas Lojas de Atendimento; já fiz isso por várias vezes, conversando com aquele Seu Francisquinho, tentando entender o problema dele.

Então, a trilha por uma maior proximidade e uma maior empatia está posta desde o primeiro dia. Sim, mas isso não muda; isso não é o todo de uma empresa Distribuidora. Longe de ser o todo. Nós temos uma estruturação para contratação de profissionais próprios.

Nós somos uma empresa que é muito terceirizada. Nós trabalhamos com 10.650 profissionais, e tínhamos aproximadamente 1.040 profissionais próprios. No sentido de estruturar melhor a área técnica e poder propiciar essa maior agilidade nós construímos três Centros de Formação e Treinamento com o SENAI, em uma parceria com a Federação da Indústria e o SENAI.

Agradeço aqui ao Presidente Ricardo Cavalcante e ao Presidente Paulo André Holanda, um Centro de Treinamento em Fortaleza; outro em Sobral e outro em Juazeiro. Contratamos 446 eletricistas formados por esse Centro, com 320 horas de formação, contratamos inclusive duas turmas de mulheres eletricistas, porque no passado a atividade de eletricista demandava um esforço físico enorme, porque o eletricista era pouco equipado, tinha pouco recurso; hoje ele trabalha em cestas aéreas, com guindaste, aonde a atividade se torna muito mais fácil. Para isso, adquirimos 116 caminhões com cestas, e o restante de veículos menores para estruturação do Atendimento Emergencial em Fortaleza.

O que é o Atendimento Emergencial? É aquele quando falta energia o cliente liga e recebe esse atendimento. E estamos nesse mesmo processo em Sobral, com algo da ordem de 370 eletricistas. Nesse momento em Sobral tem duas turmas com 74 profissionais sendo formados.

Então, a nossa missão é que com os profissionais próprios para o Atendimento Emergencial nós vamos poder ter maior agilidade e maior qualidade na prestação desse Serviço de Emergência. Esse é um suporte que entendemos que começará a ser percebido já a partir do próximo mês.

Passado esse período agora até maio, quando tivermos já chegando aí junho e também com alguma redução, queiramos ou não, a agressividade climática nos afeta bastante. Nós trabalhamos com acesso por terra, e temos Redes aéreas que sofrem como qualquer instalação que está ao tempo. Então, para atender precisamos ter acesso? Eu digo: sim. São muitas vezes que não têm acesso? São. Mas nós entendemos que se atuarmos com maior proximidade e - temos vários exemplos, e dizer que o último, de um distrito de Jucás que ficou várias horas sem energia, a gente entrou em contato com o prefeito, e juntos propiciou o acesso para que a turma pudesse atender. Entendemos que essa proximidade, seja com o consumidor diretamente ou com órgão público, ela nos dará possibilidade de ter um atendimento nessas situações.

E por fim, o nível de investimento, e aí não é algo de curto prazo. No Plano que nós estamos entregando aqui, nós estamos comprometidos com investimento de um bilhão e 600 milhões por ano, nos próximos três anos. Esse é o maior investimento da história da Distribuidora. E se o senhor me perguntar: *E no passado, como era?* Nós tivemos nos últimos dois anos já mudança desse patamar de investimento, mas se olharmos de um modo geral, comparado com aquele investimento obrigatório para dentro de uma depreciação do sistema, isso é mais de duas vezes o que seria requerido para manter o nível de depreciação.

SR. RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): Dr. Nunes, então o senhor chegou num ponto, e eu queria pedir aqui que o senhor pudesse ser o mais objetivo possível nas respostas, o senhor chegou num ponto importante para nós. Aqui, na CPI, nós precisamos dar resposta à sociedade cearense. Nós não estamos aqui para outra questão que não seja a melhoria do serviço do povo do Estado do Ceará, prestado pela ENEL. E aí o senhor vem aqui me falar de todo esse Plano dividido em três partes e tal. E por que é que não foi feito antes? Qual era o problema que tinha? Eu queria que o senhor me dissesse de maneira objetiva, até porque essa pergunta estava aqui para ser feita à Dra. Márcia, e se precisar, nós vamos convocá-la quando ela ficar boa; e eu espero que ela fique boa o quanto antes. Mas *o problema era incompetência dela?O problema era falta de autonomia, porque a ENEL*

mundo está levando o nosso dinheiro para lá para cobrir o rombo que ela tem, ou era má vontade de resolver os problemas do Estado do Ceará? Porque somente agora isso vai acontecer? Então eu queria que o senhor me respondesse isso objetivamente.

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Infelizmente, deputado, quando a gente olha para uma Empresa de *Utilities*, seja ela de energia que é o que estamos falando, de saneamento, de transporte ou de qualquer segmento, olhar para o aspecto causa/efeito não é muito simples de sintetizar a resposta à sua pergunta. Mas dizer: Não, este é o ponto. Nós entendemos que uma empresa como a nossa, normalmente esses pontos não tem uma única causa. Qual é a percepção geral sobre isso? Nós, talvez, tenhamos nos distanciado da essência do nosso negócio de Distribuição, distanciado um pouco mais. Nós atuamos também, nós temos outro grupo ENEL no Brasil e têm vários outros negócios. É um grupo que tem muitas na área de geração, inclusive uma Térmica no Ceará, e dentro de uma política de descarbonização, de net zero em 2040 foi vendido, atua muito na área de renováveis, e a avaliação que nós fazemos é que precisamos ter um foco máximo na área de Distribuição.

Então em termos de síntese eu diria isso: Nós precisamos focar, voltamos a nos focar como gestão ao negócio de Distribuição. Análise não seria assim tão simples dizer pontualmente essa causa ou aquela.

SR. RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): Então o senhor confirma aqui pra gente de que realmente existia um desleixo por parte da ENEL, que deixou esses serviços irem sendo sucateados, e o povo cearense sofrendo ao longo desses anos, e agora vocês deram um novo rumo. Agora, como é que nós vamos poder acreditar e baseado em quê? O que é que o senhor tem de autonomia ou de recursos que a Márcia não tinha para resolver o problema a partir de agora?

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Eu sei que o senhor vai naturalmente buscar sempre essa comparação. Eu fujo dessa comparação. Eu quero colocar o nosso propósito, o nosso foco para o futuro, e que tenha o compromisso, a convicção de que terá resultado; alguns resultados de curto prazo, na percepção do que eu falei como proximidade, que são ações que podem se fazer de imediato; e outros no médio e longo prazo. Eu tenho feito, tenho interagido com muitas pessoas em muitas funções, órgãos públicos, prefeitos; todo dia eu tenho diálogo com prefeitos, e têm alguns quando saem de reunião comigo dizem: *Olha, eu gostaria de enaltecer esse ponto aqui, de falar sobre esse ponto*. Eu até disse isso ontem inclusive: *Espere chegar à entrega e aí o senhor pode falar, porque eu estou atrás da entrega e não apenas da promessa.*

Então me comprometo aqui com os senhores e senhoras deputadas que essas serão uma busca incessante. E eu tenho falado muito isso também na minha fala interna nas empresas: *Eu sei o quanto nós somos capazes. Eu sei o quadro que a ENEL-Ceará possui.* Então nós não nos conformaremos com o mediano. Nós queremos buscar estar entre as melhores Distribuidoras do Brasil. O mediano não nos satisfaz.

SR. RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): Doutor Nunes, nós tivemos acesso aqui ao Balanço da Empresa, a ENEL Mundo, e inclusive foi matéria da Forbes que a dívida da ENEL atingiu, em 2023, 60.1 bilhões de Euros, e as ações da empresa caíram 8,5% em 2024. E aí ela deve praticamente o que ela vale. Ela vale 62 bilhões de Euros e tem essa dívida de 60 bilhões. *Então, eu queria que o senhor me dissesse qual foi o valor de dividendos pagos pela ENEL e remetidos ao exterior nos últimos cinco anos?* Depois dessa informação, *eu queria saber do senhor se não é esse o ponto principal do problema no Estado do Ceará?* Porque tem um buraco do tamanho do mundo para ser tapado na ENEL Mundo, e aí os milhõeszinhos de reais para eles lá, chega lá só a conta gotas. Então queria saber dessas duas coisas: *Qual é o valor que foi remetido ao exterior, nesses últimos cinco anos, e se esse é o "X" da questão?*

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Como eu havia falado antes, deputado, a ENEL tem vários outros segmentos de negócios no Brasil. Eu posso lhe assegurar, e se o senhor olhar os números da ENEL-Ceará, o senhor vai chegar à conclusão que não é esse o problema. Por que eu digo que o senhor chegará à conclusão? A ENEL-Ceará tem investido, vamos pegar os últimos dois anos, o último ano: um bi e 540 milhões. E qual foi o lucro da empresa neste ano? Da ordem de 350 milhões. Então é um lucro que é totalmente, se a gente olhar o nível de investimento, muito a quem do nível de investimento. E eu diria mais para o senhor, na época que nós éramos a primeira Distribuidora do Brasil, nós éramos uma das empresas mais lucrativas do Brasil. Eu estou falando "nós," não ENEL, o grupo ENEL, eu, na realidade, não tenho as informações que o senhor requer sobre o grupo. Eu tenho informações sobre a ENEL-Ceará. Mas me comprometo com o senhor a encaminhar essas informações que o senhor está solicitando com relação ao grupo ENEL.

SR. RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): Pronto. Então fica registrado aqui que *nós queremos essa informação de quanto foi pago de dividendos e remetida ao exterior ao longo desses últimos cinco anos,* que saiu aqui do Estado do Ceará para ir lá para fora, para as contas da ENEL Mundial.

E aí para poder dar aqui oportunidade aos demais deputados de também perguntarem, eu queria, Dr. Nunes, para demonstrar para o senhor, já que infelizmente o senhor ainda não me disse qual é o problema. Eu levantei aqui que o problema é que a ENEL não deixa o dinheiro do povo do Ceará estar aqui para ser reinvestido no setor elétrico. E o senhor disse que é fácil de ver que o problema não é esse. Então, eu queria que o senhor me dissesse qual é o problema. Eu queria me dissesse qual é o problema.

E para demonstrar aqui que não é só em um ponto que a coisa está ruim, eu peguei aqui, Dr. Nunes, me permita, uma entrevista do senhor dessa semana, onde o senhor disse que *o processo de ressarcimento do cidadão cearense que teve uma geladeira queimada ou uma televisão queimada por falta de energia, o senhor disse: Esse é um processo fácil. É um rito que os consumidores entram com a reclamação em nossos canais de atendimento normais.* Certo.

Nós recebemos aqui, oficialmente da ENEL, um Relatório que foi solicitado pela CPI, sobre essa questão dos danos elétricos. Como se trata de um Relatório com uma grande quantidade de informações, no período dos últimos cinco anos, selecionamos uma amostra para exemplificar, e verificamos o status das reclamações no dia 1º de dezembro de 2023. Nesse dia se verificou que foram protocoladas na ENEL um total de 35 Reclamações de Indenização por Danos Elétricos. E aí nós vimos que, conforme as informações que constam no Relatório datado do dia 3, das 35 Reclamações Protocoladas nesse dia apenas umahavia sido solucionada no dia 18/03; as demais reclamações sequer haviam sido respondidas e continua aguardando resposta, desobedecendo totalmente o prazo legal de 15 dias estabelecidos pela ANEEL.

Então, nós podemos perceber que o processo não é tão fácil assim, além dos consumidores sofrerem pela falta de energia, ainda sofrem com o descaso da ENEL em não providenciar o ressarcimento dos aparelhos queimados. E dito tudo isto, *qual a justificativa para todas essas reclamações não terem sido solucionadas no prazo?*

Então, o senhor veja só, nós já falamos aqui da parte econômica, da parte do serviço, agora nós estamos no atendimento. Então demonstra muito claramente que estava um caos em todas as áreas. *E aí o que é que vai ser feito agora para isso ser resolvido? Como é que vocês vão nos garantir que o povo do Estado do Ceará vai ser bem tratado?* Responda objetivamente para gente, para que a gente possa dar uma resposta ao povo do Ceará.

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Deputado, nós temos vários tipos de Canais de Atendimento, várias opções. E nós entendemos que... eu vou lhe dar um exemplo de ontem, de um município do interior, de ontem, vou até citar o nome, o

Município de Hidrolândia. Eu tive uma reunião ontem com a Prefeita de Hidrolândia, ela chegou e disse: *Olha, eu gostaria que fosse ampliado o horário de atendimento, ampliada Loja de Atendimento;* na realidade, ela e o secretário. E nós começamos a falar sobre isso, e ela: *Mas isso é muito importante para o município. As pessoas ainda vão muito fisicamente.* Eu sei que realmente é uma necessidade, e nós estamos tratando disso.

Quando eu falei aqui da passagem nas lojas, uma loja que eu passei foi a Loja do Conjunto Ceará, e está sendo reformulado para ser reaberta agora, no mês de maio, uma loja que havia sido fechada...

SR. RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): Inclusive tem uma Decisão Judicial, um Acordo que a ENEL está sendo obrigada a reabrir, essa do Conjunto Ceará.

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Não. Nós não entramos judicialmente não. Houve uma Decisão do Regulador da ANEEL, nós poderíamos...

SR. RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): Isso, exatamente.

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): ...ter o Recurso Judicial e optamos em não ter, e vamos reabrir. Chamamos a liderança do Conjunto Ceará que representa o Conselho de Consumidores para ir ao local, para verificar se o local está adequado, perfeitamente adequado, próximo a bancos e ao centro comercial.

Mas eu estava falando da Loja de Hidrolândia. Então ela disse: *Olha, aumentar a Loja ou aumentar o período de atendimento.* E aí a gente foi pegar qual o número de atendimentos por dia na Loja: é inferior a 20 atendimentos. Aí ela disse: *Não, não tinha esse número.*

Então, eu acho que o diagnóstico de cada caso é importante, é importante até para interação com o gestor público, porque quando você tem os dados é possível de entender o que realmente é necessário ou não. Eu entendo que nesse momento o que o senhor fala tem dificuldade em várias áreas. Eu entendo que a gente está muito criticado, está muito na ordem do dia da mídia, e muitas vezes aquilo que tem uma dimensão menor ecoa e fica com a percepção que é algo muito maior. Eu vou dar um exemplo para o senhor. Nós tivemos, e a gente falou aqui, os senhores já comentaram, o senhor comentou sobre o período dos últimos feriados. Nós tivemos cidades e locais onde se teve milhares de pessoas, como foi o caso de Aracati, e estou citando Aracati, mas tivemos outros também que não teve nenhuma ocorrência, e são locais turísticos, e nesse momento tem milhares de pessoas. Fizemos um trabalho prévio com o município, e deu resultado. Então, isso será intensificado, a proximidade com órgão público. Agora, se o

senhor disser: *É rápido?* Não é rápido. Mas nós entendemos que essa era uma deficiência que estamos agora buscando acelerar.

SR. RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): Mas Dr. Nunes, me perdoe aqui os deputados, a insistência, mas o senhor não respondeu a minha pergunta. O problema desse caso que eu citei, é aí aonde eu quero fazer um alerta ao senhor, que o senhor está querendo minimizar o problema, está querendo dizer que o problema não é tão grande quanto é, ele é muito maior do que o que a gente está falando aqui. Eu acabei de falar, o Relatório não é meu não, foi o Relatório que vocês mandaram para a CPI; e eu peguei um dia em cinco anos. E em um dia, ao longo desses cinco anos, 35 Reclamações foram feitas, só uma foi respondida. O problema não foi atendimento. É que nem respondida às outras 34 foram.

Então, Dr. Nunes, assim, fica difícil para nós, mesmo com toda boa vontade, acreditar que as coisas vão mudar. Se vocês vão numa reunião na ANEEL que vai fazer um ano daqui a dois dias, fazem um Plano lá e não cumprem; estão chegando aqui, na CPI, hoje, para dizer que vão fazer um Plano; que querem apresentar um Plano pra gente. Então é muito complicado para nós, e sua missão não é fácil. O senhor disse uma coisa na imprensa que não é o que de fato está acontecendo, e o Relatório mostra isso.

Não é simples para o cidadão ir lá resolver o problema do equipamento dele que queimou; imagine quantos nem vão, por que: *Ah! Eu não vou brigar com essa ENEL não; os deputados lá na Assembleia não estão resolvendo; o governador foi para Brasília e não está resolvendo.* Então, é complicado.

Eu me sinto aqui absolutamente incomodado com as respostas, porque nós queremos aqui uma coisa prática. Nós queremos que o senhor chegue aqui e evidencie quais são os problemas; onde estão as falhas; por que aquilo que aconteceu, e o que vai ser feito a partir de agora. É isso que nós esperamos aqui.

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição Ceará): Perfeito, deputado. Eu anotei aqui, e não sei se é esse o dia que o senhor está falando, dia 1º de dezembro de 2023, para nós nos aprofundarmos, o senhor realmente coloca aí uma informação que está no Relatório e verificarmos.

Temos um rito de aparelhos elétricos como consumidor pode reclamar, naturalmente nem todo aparelho, nem todo eletrodoméstico queima por problemas na Rede, eu costumo até falar, devo ter falado isso na entrevista. É comumqueimar um aparelho, queimou só um aparelho? Foi só um aparelho. Só na sua residência? Só na minha residência. A primeira coisa que a gente faz é realmente verificar se

naquele instante houve alguma oscilação na Rede. Então costuma até dizer isso, às vezes é bom se comparar saber se o vizinho queimou alguma coisa, se percebeu oscilação. Mas nós vamos aprofundar isso aqui e lhe darei uma resposta.

Agora, o que o senhor busca, dizer assim: *Tem uma solução? É uma solução única? Não é.* Nós temos uma cadeia de serviços, e realmente é algo que para ser mudado não é rápido. Não tem a falsa percepção de que será fácil. Mas precisa e tenho a percepção, a convicção, a consciência e o compromisso de que será possível. Mas tenho absoluta noção da complexidade, pelo tempo que eu já tenho de estrada no setor elétrico, tenho absoluta convicção do nível de complexidade.

SR. RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): Bom, presidente, eu ainda tinha algumas outras perguntas aqui, mas eu me resguardo aqui a poder esperar, para que os outros deputados possam também fazer as suas, e qualquer coisa, no final, a gente volta com algum questionamento que não tenha sido feito. Obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Bom, agradeço ao Deputado Guilherme Landim. E Deputado Guilherme, a qualquer momento que possa querer questionar é só solicitar que estará a sua disposição. Eu também quero dar uma oportunidade aos colegas para questionar e fazer as suas perguntas. Mas eu queria só fazer um questionamento, apenas um.

Ouvindo aqui o Sr. Nunes, que representa a empresa ENEL, respondendo aqui ao Deputado Guilherme Landim. Antes pedir permissão para saudar os deputados que chegaram após o início, a Deputada Larissa que está aqui conosco; a Deputada da Emília Pessoa está aqui conosco; Deputado Simão Pedro, Deputado Davi de Raimundão, Deputado Danniel Oliveira, Primeiro Secretário desta Casa; o Deputado Agenor Neto, está licenciado, mas está aqui também participando; Deputado Osmar Baquit, também licenciado; colega Deputado Firmo Camurça, que está aqui nesta tarde participando nesse momento; o Prefeito de Maracanaú Roberto Pessoa e aqui representa os prefeitos; seja muito bem-vindo; a Dra. Valéria Colares, a Procon aqui da Assembleia; o Dr. Hugo Xerez, Decon-Ceará que também está aqui presente, agradeço muito a presença; Dra. Amélia Rocha, Defensora Pública; Dr. Ícaro Gaspar, advogado que representa as vítimas de choques elétricos no Estado do Ceará, e foi ouvido aqui em uma das Oitivas. Esses estão presentes, eu peço aqui a nossa assessoria que possa, ao longo, nos passar os nomes de quem mais está presente.

Mas Sr. Nunes, eu gostaria também de fazer um questionamento e queria que o senhor respondesse com muita objetividade. A sua fala sempre é na demonstração de que vai melhorar, e nós estamos questionando um passado para nós presente ainda, mas na sua cabeça, pela sua fala, um passado

que não estava tão boa a situação, mas que a perspectiva agora é melhorar. E aí eu faço um questionamento: O cargo de Diretor-Presidente que o senhor hoje ocupa, assumiu dia 4, salvo engano, pelo que o senhor falou aqui, dia 4 de abril? Dia 4. A Sra. Márcia também era Diretora-Presidente. Qual a diferença do cargo? Por que ela não conseguiu colocar tudo isso que o senhor está falando que vai conseguir colocar em evidência aqui no Estado do Ceará, para melhorar o serviço de energia elétrica, e agora por que o senhor vai conseguir colocar? Eu queria entender, porque se ela saiu um mês atrás, e o questionamento era o mesmo, continua sendo o mesmo. *Eu só queria entender se houve alguma mudança no cargo? Se houve alguma mudança de injeção financeira na empresa, para que agora ela possa melhorar?*

Saudar também o Dr. Cleto que está presente, é advogado da empresa ENEL; Deputado Bruno Pedrosa.

Então, assim, eu queria saber a diferença. Porque o senhor está falando muito em melhora, em perspectiva de melhora, e eu, particularmente, já venho dizendoe continuarei afirmando que eu, pessoalmente, não acredito nessa melhoria, a não ser quando vocês realmente melhorarem em algum setor, em algumas cidades, em algum local do Ceará, para que pela generosidade do povo cearense dê um voto de credibilidade a essa empresa ENEL. Até então eu, particularmente, não acredito. E eu queria mesmo entender qual é a diferença da ex-presidente Sra. Márcia que não conseguiu resolver nenhum problema, e agora, com um mês praticamente, menos de um mês que o senhor assumiu o senhor já está mostrando e afirmando que as melhorias vão chegar. *Por que dessa diferença?*

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Deputado, eu comentei que eu não gostaria da comparação. Eu acho que a Márcia trabalhou com esforço enorme, uma dedicação enorme na empresa, mas eu diria o seguinte: A mudança da ENEL-Ceará não é uma mudança pontual da ENEL-Ceará, ela é uma mudança da gestão no País e da gestão na ENEL-Ceará. Nas minhas tratativas, nos meus compromissos com o meu chefe há alguns acordos para que tenhamos o que os senhores sempre colocam: *Terá autonomia para melhorar para que tenhamos autonomia necessária para essas mudanças.*

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Então a ex-presidente não tinha autonomia? É um questionamento.

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Não, não, eu estou dizendo o seguinte, estou dizendo que não se tratou de apenas uma mudança na gestão da

ENEL-Ceará, mas uma mudança na gestão da ENEL no País. Então daí a minha convicção e a minha doação para que realmente busquemos um novo patamar de atuação da empresa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Tá. O último questionamento, para passar aqui aos colegas deputados. O Deputado Guilherme Landim falou aqui de uma notícia de 60 bilhões de Euros de dívida, lá na Itália, da Empresa ENEL, e na sua fala aqui, respondendo o questionamento do Deputado Guilherme Landim, eu ouvi claramente mostrando de que o problema aqui no Ceará não era questões financeiras, estão os dados aí, estão os números que a ENEL aqui vai muito bem financeiramente. E o Deputado Guilherme Landim perguntou claramente se parte desse recurso ganho aqui no Estado do Ceará, ganha no Brasil, mas nós queremos nos ater aqui ao Estado do Ceará, que está sendo enviado para a Itália para pagar rombos da empresa ENEL lá, segundo essa reportagem de uma dívida de 60 bilhões de Euros. E se esse recurso que está sendo enviado para lá, possivelmente para tapar um buraco, para pagar rombos é o que está faltando aqui no Ceará para comprar equipamento de manutenção, para contratar profissionais, e seria esse o motivo real daqui da reclamação generalizada da população do Estado do Ceará.

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Eu respondi ao deputado que não tinha os números, e ele demandou, mas que tinha a convicção que em relação à ENEL-Ceará, não. Agora eu vou complementar. A ENEL-Ceará é uma empresa listada em bolsa, uma empresa de capital aberto, uma empresa com acionistas minoritários, não é um número desprezível, 26% dos acionistas da ENEL-Ceará são acionistas minoritários. Tem muitos cearenses, têm empresas cearenses, têm Fundos de Pensão que são acionistas da ENEL-Ceará, e tem uma representação no Conselho de Administração. Então, eu posso complementar a informação com números que eu não os tenho aqui nesse momento, mas lhes asseguro que no caso da ENEL-Ceará, por sua própria estrutura de capital, esse receio que os senhores têm, não é possível.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Ok! Então passaremos a palavra agora à colega Deputada Gabriella Aguiar, seguido da Deputada Lia Gomes, Deputado Felipe Mota, Deputado Marcos Sobreira, (acho que o Deputado Marcos Sobreira terminou tendo que sair); Deputada Larissa está inscrita.

Pela ordem de chegada, Deputada Emília Pessoa, já está aqui anotado deputada; pela ordem de chegada Deputado Simão Pedro, Deputado Davi do Raimundão, Deputado Danniel Oliveira, Deputado Agenor Neto, Deputado Bruno Pedrosa. Então, passa a palavra agora para fazer os seus questionamentos, a colega Deputada Gabriella Aguiar.

SRA. DEPUTADA GABRIELLA AGUIAR (PSD): Boa tarde. Boa tarde a todos os nossos ouvintes, a imprensa, aos telespectadores. Boa tarde em especial aos municípios que estão aqui presentes. Gostaria de cumprimentar o Prefeito Roberto Pessoa e a Prefeita Ana Vládia, de Solonópole, porque, na realidade, Sr. Nunes, os municípios são os maiores afetados, e é sobre eles que eu gostaria de falar inicialmente.

O senhor comentou sobre um Projeto de Expansão que inclui a Região de Sobral, a Região de Juazeiro, mas eu gostaria de afirmar que o Estado do Ceará tem 11 Regiões Administrativas, e a gente vem sofrendo, os 184 municípios, sem exceção, vem sofrendo com os problemas da ENEL. No último dia 15 de março foi o Dia "D" dessa CPI em todas as regiões do Estado do Ceará; e nós recolhemos denúncias de todos os municípios.

Para exemplificar, eu vou deixar claro, e aqui eu já cumprimento o Secretário de Infraestrutura de Tauá, que está aqui presente, Matheus Abreu Mota, para falar um pouco de algumas obras que foram atrasados ou que ainda não iniciaram, aguardando realização de Extensão de Rede. No Tauá: Jardim Botânico, Praça Mais Infância; Abatedouro Público, Rodoviária, Mercado Público, Areninhas com mais de um ano de atraso; Palácio Quinamuiú, que é um Centro Administrativo, a simples realocação de Postes no município de Tauá, a ENEL dá um prazo de quatro meses e demora mais de ano para tirar. Eles não cumprem os prazos que já são longos.

Em relação ao institucional... eu comecei falando que o Ceará tem 11 Regiões Administrativas, Tauá, os deputados aqui vão estranhar quando virem que para ENEL é Centro-Sul, tem uma pessoa de relações institucionais da Região Centro-Sul, e Tauá, no coração do Inhamuns, tem que falar com uma pessoa da Região Centro-Sul. Tauá, recentemente, teve que resolver um problema jurídico e teve que conseguir contato em Brasília. Então, o senhor falou agora há pouco que a ENEL gostaria de ter mais empatia, proximidade, ter esse olho no olho com o cliente. *Mas eu gostaria de maneira concretasaber o que pode ser prestado de melhoria em razão das inúmeras acusações de ineficiência da prestação de serviço junto aos municípios, e dentro desses três ramos, eu só pude entender que é somente Sobral, Juazeiro e Fortaleza que está previsto?*

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Deputada Gabriela Aguiar, primeiro eu agradeço porque a senhora deu a oportunidade de esclarecer melhor um tema e depois falou em seguida das obras.

O que eu falei dos Centros são Centros de Formação e Treinamento. Então, o Centro de Fortaleza formará eletricista para muitos municípios, digamos, até próximo ali do Centro-Norte. O

Centro de Sobral complementa com a parte Norte, Leste; o Centro do Cariri a Região Sul. Isso dentro de uma estrutura que o próprio SENAI já disponibilizava exatamente com esse objetivo de formar regionalmente formar profissionais não apenas para aquela cidade, mas para todo o seu entorno. Então é nesse sentido.

O de Tauá, por exemplo, poderá ser formado no Juazeiro ou em Sobral, mas terá essa formação. São como se fossem três universidades de eletricistas que irão formar 3.100 eletricistas por ano. Nós não iremos absorver todos esses eletricistas, mas iremos absorver parte deles; outra parte será absorvida pelas empresas que prestam serviços, pelas empresas parceiras, e também uma parte para o mercado, pois nós entendemos que há uma carência no mercado hoje de eletricista. Então esse é o objetivo.

Com relação às obras, a senhora tem razão, a gente precisa ter uma velocidade muito maior com relação às obras e uma interação maior também, porque muitas vezes aquela obra existe algumas que é possível num curto prazo e existem outras que não é possível. Existem obras, por exemplo, que depende de Licença Ambiental. Mas eu tenho certeza que se a gente tiver uma boa interação com os municípios, nós e os municípios juntos podemos de repente agilizar uma Licença que seja necessária. Então nesse aspecto eu lhe dou razão. É uma busca. Eu não sabia de todos esses empreendimentos, mas sabia de dois que já estavam no meu radar. Eu já tinha sido provocado por uma autoridade de Tauá falando: *Nós temos aqui...*foi recente, eu não tenho a resposta ainda. Mas eu tenho certeza, absoluta convicção que nisso aí nós vamos ganhar muito em termos de tempo.

SRA. DEPUTADA GABRIELLA AGUIAR (PSD): Em relação ao prazo, justamente no Contrato, a empresa tem de fato a prerrogativa de dizer em quanto tempo realizará o serviço. Então a empresa por si só já disponibiliza os prazos amplos. Como eu falei a média de prazo são quatro meses. Mas, mesmo assim, como o senhor admite, tem tido dificuldade de cumprir esses prazos.

O senhor acha que é possível, em Contrato, que a ENEL se responsabilize com esses prazos? Porque como não tem essa responsabilização, de fato o que acontece é que os prazos não são cumpridos, e o que é que é preciso ser feito? Ficar correndo atrás. Mas quem sofre é a população, porque a gente vê que são obras desde Saúde, Assistência, Esporte, Cultura. Então todas as áreas são afetadas. Eu acho que é uma demonstração factual é mudança de Contrato, e vocês disserem que vão respeitar, e se não respeitar o que vai ser feito?

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Perfeito. A senhora trouxe outro tema também que é muito interessante que é o seguinte: Nós não temos como Distribuidora a prerrogativa do prazo. Mas existem os prazos regulados. Eles estão associados à

complexidade da obra; se a obra é de baixa tensão são 90 dias, digamos; se é de média tensão pode chegar a 120; se é uma obra de alta tensão pode chegar até um ano de prazo. Mas eu diria que esses prazos hoje são poucos conhecidos do poder público em geral. Seria importante que fossem bastante conhecidos, e não atende, na maioria das vezes, a expectativa do cliente. É possível, esses são prazos limites, e é possível atender abaixo desses prazos limites, e essa será a nossa busca.

Nós já temos alguns pequenos exemplos, mas são poucos exemplos ainda. No geral, a senhora tem razão, e nós estamos em débito com esse ponto do atendimento a obras que realmente é algo mais complexo, demoraum pouco mais pra gente chegar universalmente a ter um atendimento dentro da expectativa dos órgãos públicos e dos clientes.

SRA. DEPUTADA GABRIELLA AGUIAR (PSD): E pensando no que já foi feito nesse tempo de atuação da ENEL no Ceará, o que é que o senhor pode nos mostrar de investimentos realizado pela empresa para a expansão junto com os municípios?

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): O investimento em expansão, em obra de expansão, é da ordem de 70% do nosso investimento total. O nosso investimento total, no último ano, ano passado, foi superior a um bi e meio, foi um bilhão e 540 milhões; e o nosso compromisso é que nos próximos três anos o número de investimento será da ordem um bilhão e 600 milhões, 70% disso é exatamente para novas obras, ligação de novos clientes, expansão de Rede. Esse, digamos, é o grande demandador de recurso.

Existe uma correlação do crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) e o crescimento da distribuição de energia elétrica, o crescimento elétrico, digamos assim, um coeficiente de eletricidade. Quando se tem um País em desenvolvimento ou um Estado ou uma região em desenvolvimento, para cada 1% do PIB que cresce o sistema elétrico tem que crescer acima disso, 1.4; 1.3; 1.2. Então, requer realmente uma demanda grande por recurso para acompanhar o desenvolvimento.

SRA. DEPUTADA GABRIELLA AGUIAR (PSD): A ENEL pretende apresentar para os municípios esse Plano?

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Sim.

SRA. DEPUTADA GABRIELLA AGUIAR (PSD): Com prazo preestabelecido?

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Sim. Nós estamos hoje apresentando aqui, deixando aqui, entregando aqui na CPI na Assembleia esse Plano, e a ideia é que percorramos todas as regiões e todos os municípios falando exatamente daquele pontinho lá no município, daquela demanda, do abatedouro, da escola, da creche, e que possamos ter prazos

acordados, como a senhora colocou, com os municípios. E ter mais clareza por parte dos municípios das nossas dificuldades também. Vamos também compartilhar as dificuldades que temos. Nós achamos que com isso dá pra se ter muita coisa que se pode fazer juntos e com isso ganhar no prazo final.

SRA. DEPUTADA GABRIELLA AGUIAR (PSD): Bom, os meus colegas falaram um pouco da dívida da ENEL mundial; o senhor nos garantiu que isso não estaria atrapalhando os investimentos no Estado do Ceará. Então a gente fica com o questionamento: A falta de garantia da renovação do Contrato de Concessão faria com que a empresa estivesse limitando os investimentos para o acúmulo de patrimônio?

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Não, deputada, porque se nós olharmos, assim, numericamente o nível de investimentos que a ENEL-Distribuição Ceará tem ele tem sido o maior da história, o maior de todos os anos. Então não há uma depreciação dos investimentos. E o que acenamos para os próximos três anos é nesse patamar. Agora se a senhora disser a renovação das Concessões preocupam a ENEL? Preocupa. Preocupa. Preocupa muito. Nós queremos que ao chegar esse momento a gente esteja sendo uma empresa desejada pelos cearenses, pelo consumidor.

SRA. DEPUTADA GABRIELLA AGUIAR (PSD): Então o senhor tem muito trabalho pela frente. Qual Organograma da Hierarquia da ENEL? Assim, só para eu entender. Como é o processo de contratação dos presidentes, diretores? Existe uma participação nos lucros? Como é que acontece esse Organograma?

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Nós somos uma empresa, todas do *Utilities*, normalmente, com raras exceções, são empresas conservadoras. Então a gente não tem... eu, naturalmente, não vou detalhar para a senhora os valores, mas a gente é uma empresa muito conservadora no sentido de uma participação que é praticamente regra de mercado. Como eu falei, a gente tem um Conselho de Administração com acionistas minoritários que participam de todas as reuniões do Conselho de Administração por onde passam essas definições, não é algo fechado da ENEL, é algo aberto ao mercado.

SRA. DEPUTADA GABRIELLA AGUIAR (PSD): Existe algum processo cível ou criminal em tramitação contra os funcionários ou membros do Executivo da ENEL?

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): É difícil eu falar. Contra os Executivos, que eu saiba, não. E contra os funcionários é mais difícil de falar. Mas que eu tenha conhecimento, não.

SRA. DEPUTADA GABRIELLA AGUIAR (PSD): Houve algum procedimento interno para apuração de condutas irregulares de funcionários ou membros do Executivo da ENEL? Foi constatado algum ato ilícito, alguém foi punido?

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Nós temos um canal ético. Como eu falei, nós somos uma empresa que tem um nível de *compliance* muito elevado. Então tudo que se exigeem uma empresa que é uma empresa de *Utilities* de capital aberto, então o nível de *compliance* é elevado. Nós temos um canal ético e temos apurações, eu diria que, permanentemente, com relação a eventuais denúncias que podem até ser anônimas as denúncias, mas elas são apuradas. Algumas vezes, dependendo da gravidade, eu como presidente participo, e outras vezes nossa auditoria participa.

SRA. DEPUTADA GABRIELLA AGUIAR (PSD): Eu vou deixar a oportunidade para os outros deputados perguntarem. Agradeço.

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Eu que agradeço, deputada. Obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): A presidência agradece a colega Deputada Gabriella Aguiar. E também fazendo sempre um questionamento entre um colega e outro para fazer seus questionamentos.

Doutor Nunes, eu vou fazer uma pergunta bem simples, já que o senhor assumiu recente, e a ex-presidente não está aqui para fazer, eu já conversei isso até com ela em reuniões que tivemos difíceis, no tempo da presidência dela, e agora o senhor como presidente, o senhor já calculou quando é que o senhor está disposto a pedir perdão ao povo do Estado do Ceará? Quando é que vocês estão dispostos a pedir desculpa ao povo do Estado do Ceará por todos esses anos que agora as queixas vieram à tona, depois que a Casa do Povo cearense levantou esse problema; depois que deu voz ao povo do Estado do Ceará para reclamar o que está acontecendo lá no sítio, do município distante, no litoral, nas grandes cidades, na capital, nos bairros, essa Casa deu voz aos mais de nove milhões de habitantes que nós temos aqui no Estado do Ceará a reclamar do que estava acontecendo dentro da sua casa, dentro da sua empresa; muitas vezes do desemprego da empresa que precisa fechar as portas, enfim, vocês já calcularam, com toda humildade, e eu acredito que um homem numa empresa privada, um homem na empresa pública tem que ter, quando é que vocês vão pedir perdão ao povo do Estado do Ceará? E o senhor está disposto a fazer isso em nome da empresa que hoje o senhor representa?

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Deputado, eu entendo que uma empresa de *Utilites* tem que cultivar a humildade, e eu tenho isso comigo. Eu tenho tantos anos de empresa de *Utilites* que já internalizei isso. Hoje é, digamos assim, um dos lemas que estão presentes na minha fala interna: é humildade e não se julgar superior ao cliente; escutar e ter uma escuta ativa. E como eu cultivo isso, não tenho nenhuma dificuldade de pedir desculpa aos cearenses que foram afetados por algum transtorno originário do fornecimento de energia elétrica. E também o compromisso de olhar pra frente. E para o futuro não nos conformarmos, como colaboradores da ENEL-Ceará, como uma empresa mediana. Eu tenho dito muito isso. Não nos conformemos com o mediano, com o mais ou menos. Busquemos a excelência que é um caminho que nós já trilhamos no passado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): O senhor está pedindo desculpas ao povo cearense ou está dizendo que vai pensar em pedir desculpa dentro da sua humildade?

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Eu estou pedindo desculpa aos clientes cearenses que foram afetados por algum transtorno originário da Rede Elétrica, mas, além disso, eu estou assumindo um compromisso de doação em busca, não do mediano, não do mais ou menos, em busca da excelência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): O senhor pretende reunir prefeitos de regiões com o governador para apresentar um Plano de Melhorias? E porque, - eu não quero comparar o seu trabalho com o da ex-presidente, - já que o senhor até falou em fugir desse tipo de comparação, aqui, neste momento, mas, ao que me consta, perguntamos aos prefeitos, está aqui o Deputado Guilherme Landim que foi prefeito, a sua mãe é prefeita de um município, e muitos prefeitos nem conheciam a presidente, só de nome. O senhor pretende reunir os prefeitos para ouvir os problemas, ouvir as queixas e junto aos representantes do povo imediato que são os prefeitos tentar solucionar os problemas?

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Eu converso com prefeito pessoalmente todo dia. Se o senhor disser, ontem teve? Teve, e pretendo não só receber os prefeitos na ENEL, mas ir aos municípios do interior. Eu já tenho reuniões agendadas no interior do Estado, previamente, e sempre que eu vou a um município eu busco visitar o prefeito. Se o prefeito puder, eu estarei presente. E quando possível juntar em uma região vários prefeitos, assim será feito. Me comprometo plenamente com esse desafio.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Satisfeito com as respostas. Eu passo agora para a Deputada Lia Gomes para que também possa fazer seus questionamentos. Com a palavra a Deputada Lia Gomes.

SRA. DEPUTADA LIA GOMES (PDT): Boa tarde. Boa tarde a todos. Eu gostaria de iniciar aqui a minha fala também reiterando aqui o que o nosso relator disse. As minhas interpelações aqui não serão de nível pessoal, como o senhor está representando uma empresa hoje que nos deixa muito indignado, eu gostaria que o senhor separasse o pessoal.

A ENEL já foi uma das melhores, a melhor empresa, já esteve no ranking da melhor empresa, e de uns anos para cá ela vem caindo, e hoje é considerada uma das piores, inclusive no ranking publicado pela ANEEL. *E gostaria de saber do senhor quais são os principais fatores que o senhor atribui essa queda grande na qualidade da prestação do serviço?*

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Deputada, muito obrigado pela pergunta e pela referência. Mas eu diria que, como o tema é complexo ele não tem uma causa única. Eu diria que uma delas, na minha percepção, nós nos afastamos dos nossos clientes. Nós passamos a estar mais distante do cliente.

SRA. DEPUTADA LIA GOMES (PDT): Mas os clientes sempre estiveram presentes nas reclamações!

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Sabemos que os clientes estão presentes nas reclamações, estão presentes em nossas lojas, e essa é uma das buscas. Se eu tiver que colocar para a senhora o que é que vocês estão fazendo de concreto para poder ter esse alcance, a capilaridade desse alcance que não é fácil, a senhora pode dizer: *O senhor como presidente pode ter esse propósito, aempresa como um todo; os colaboradores da empresa*. Uma das decisões em relação a isso foi o que eu comentei de trabalhar com eletricistas próprios na atividade emergencial. Que é a atividadeque só ocorre no momento de uma falta. E estando treinados não apenas na parte técnica, mas também na relação com o cliente, na interação com o cliente. Esse,em minha opinião, esse é um dos grandes passos. Esse número de profissionais que não é pequeno; nós temos quase 800 já contratados, e o compromisso de nos próximos três anos contratar mais 1.750. Não apenas contratar. Contratar tendo passado por aquele Centro de Formação e Treinamento que eu comentei, com uma formação robusta para atuação na linha de frente da empresa. Então nós achamos que esse é um passo relevante.

SRA. DEPUTADA LIA GOMES (PDT): Bom, se eu entendi bem, então uma das principais causas são demissões que foram feitas das pessoas especialistas que vinham desde o tempo da Coelce? A gente ouviu aqui o sindicato, o Sindeletro e foi uma das denúncias que eles nos trouxeram: A demissão de vários funcionários de carreira, altamente preparados durante ao longo dos anos e que foram substituídos pela terceirização nem sempre tão bem preparados.

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Nós não tivemos demissão em massa nos últimos anos. Mas a gente tem periodicamente Planos de Demissões Incentivadas e Planos de Aposentadoria Incentivados, onde o profissional pode optar ou não. Então essa é uma renovação que eu diria que ela é natural. Mas eu afirmo, sem nenhum receio, que um dos diferenciais da ENEL-Ceará continua sendo o seu quadro de colaboradores.

SRA. DEPUTADA LIA GOMES (PDT): Bom, a gente escutou aqui também, acho que o Deputado Bruno vai falar disso com maior propriedade do que eu, mas a gente escutou denúncias de vários setores econômicos mostrando que a ENEL, hoje, funciona como uma trava ao desenvolvimento do nosso Estado. Por exemplo, no Setor de Energia Renováveis. Eu vou deixar aqui para o Deputado Bruno falar.

Eu gostaria de saber o que é que a ENEL pretende tomar de medidas, assim, mais a curto prazo: são hotéis que têm deixado de se instalar no nosso Estado; são empresas que estão indo embora porque não conseguem nem uma análise de projeto, isso também tem sido uma coisa que aparece a demora da ENEL em analisar um projeto. E eu gostaria de saber. E pra mim isso é uma coisa emergencial, porque o nosso Estado é carente; a gente não pode perder mais empregos porque são empregos difíceis. O Governador Elmano vem aí fazendo um esforço grande para trazer empresas. *Eu gostaria de saber o que é que a ENEL pretende, a curto prazo, fazer para resolver esse problema?*

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Eu vou dividir em dois segmentos. Eu acho que uma das colocações da senhora é a mesma que a Deputada Gabriella de certo modo colocou que é como atuar mais rápido para esses empreendimentos que estão se instalando. E o nosso compromisso tem sido esse de maior agilidade, mas também de maior conhecimento sobre a demanda do cliente, sobre o processo do cliente, sobre a necessidade. E nós temos prazos regulados. Mas o que eu tenho mais pregado é: *Não vamos nos apegar nos limites dos prazos regulados, vamos ser mais ágeis.* A senhora tem razão, e quem está se instalando necessita de fornecimento, necessita de resposta mais rápida.

Já com relação à Energia Renovável a microgeração, há um fato, deputada, nós interagimos muitas vezes com relação a isso, há um fato que é o seguinte, primeiro que existe também uma

Regulação. O Setor de Distribuição de Energia era muito menos complexo. Você tinha geração, transmissão, distribuição e o consumidor. De repente começa a ter uma complexidade muito maior. O consumidor tem momentos que pode ser consumidor e tem momentos que ele pode ser um fornecedor de energia. Isso trouxe uma complexidade maior para a Rede. E ocorre que parte dessa energia que transita na Redetinha um custo que não era assumido por aquele que estava se beneficiando, era assumido pelos demais consumidores. Isso ocorreu até o limite de 7 de janeiro. Então houve uma corrida muito grande. Não foi apenas a ENEL-Ceará, todas as Distribuidoras de energia no País foram assoberbadas por projetos de Geração Distribuída, para aproveitar essa janela onde havia esse benefício. A partir de 7 de janeiro começou a ser mais diluído no tempo essa demanda. O que é que ocorre? É que muitas vezes para poder injetar na Rede uma Geração Distribuída tem que ser construída uma nova Rede, e os orçamentos deram saltos, não apenas como eu estou falando na ENEL-Ceará, mas no Brasil todo, principalmente na Região Nordeste. Mas ainda assim nós somos eu acho que hoje a terceira que tem mais Geração Distribuída no Nordeste. Então, em minha opinião, esse tema é algo a ser enfrentado como setor, uma Distribuidora só não, em minha opinião, não conseguirá superar esse desafio.

Agora o desafio das obras a senhora tem razão. Os nossos tempos não atendem a expectativa e precisamos ser mais ágeis, sem dúvida nenhuma, estamos buscando ser mais ágil, e conhecer mais as demandas dos clientes, de todos, mas eu diria até que em especial dos poderes públicos como à senhora bem citou o governador, o prefeito.

SRA. DEPUTADA LIA GOMES (PDT): Uma das coisas que apareceram aqui também, muito, foi a questão que a Gabriella até já citou aí. Eu queria falar aqui do caso de Sobral. Nos últimos três anos foram 31 Ações contra a ENEL só para inaugurar equipamentos. Sobral construiu 11 Escolas e só conseguiu a ligação da energia na Justiça; 4 Postos de Saúde, enfim, Secretarias, Câmeras de Segurança, Estações Elevatórias, isso pra mim é um problema muito grave.

E dentro dessa perspectiva o senhor falou aqui que na Região de Sobral, eu anotei aqui, estão sendo preparadas duas turmas de 74 pessoas, eu já fiquei animada e estava aqui me preparando para perguntar se era para a Região de Sobral ou só para a cidade de Sobral. Mas o senhor já me desanimou, dizendo que a ENEL não vai absorver todas essas pessoas. *E eu gostaria de saber essa informação, se o senhor tem a informação de qual é o percentual, e essa outra minha dúvida, essas pessoas irão, as que serão absorvidas esse percentual, elas ficarão em Sobral para atender Sobral ou serão funcionários regionais?*

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição Ceará): Os 74 que estão em formação serão não apenas para a cidade de Sobral, mas ali para o entorno de Sobral, digamos para grande Sobral que pega algumas cidades no entorno. E depois terão outras turmas sendo formadas. Nós estamos, deputada, agora nesse processo com Sobral de tornar todo o Atendimento Emergencial com colaboradores próprios, está iniciando esse processo. Posso até depois passar para a senhora dados mais precisos, olha até data "X" entra tantos funcionários.

Eu confesso para a senhora que eu já falei antes, eu havia falado antes com o prefeito de Sobral no sentido de buscarmos... Nós fizemos uma mudança em Sobral de vários gestores; tem alguns gestores em Sobral atualmente que são novos, e a ideia realmente me incomodava particularmente muito antes, e agora me incomodará mais ainda que o Município de Sobral, para qualquer obra que necessite ser conectada, busque o Judiciário. Isso pode ficar certo que não é algo que...

SRA. DEPUTADA LIA GOMES (PSD): Sobrecarregando a nossa Justiça que já é tão sobrecarregada.

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Sobrecarrega a Justiça. Eu acho que poderia... temos aí algo a ser conquistado.

SRA. DEPUTADA LIA GOMES (PSD): É. Inclusive queria ressaltar aqui uma parte. Teve uma dessas Ações que o juiz teve que dar voz de prisão, quer dizer, a prefeitura solicitou que fosse dada uma voz de prisão para o funcionário. Eu aproveito para dizer para o senhor, como é que o senhor se sentiria... o senhor veio e compareceu aqui hoje com *habeas corpus*, como é que o senhor se sentiria no lugar desse funcionário que foi ameaçado de se preso por uma coisa que ele não... enfim, efetivamente ele não tinha culpa?

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Sem dúvida, é uma situação péssima, sem dúvida nenhuma.

SRA. DEPUTADA LIA GOMES (PSD): Um dos dias aqui das nossas Oitivas, que a mim pessoalmente me causou mais indignação, foi o dia que a gente ouviu um advogado de vítimas fatais de acidentes da ENEL, não de funcionários, que esse foi outro dia. Mas pessoas do povo, pessoas, crianças de quatro anos de idade que foram mortas pela queda de cabos de alta tensão. E aí eu queria fazer dois questionamentos ao senhor. Porque é que mesmo o advogando entra pedindo uma indenização, a Justiça manda reduzir muito; nenhum dos processos que estavam aqui estavam pedindo mais de 60 mil reais por uma vida, inclusive de pessoas que era o único provedor da casa. A gente aqui ficou muito emocionada com uma pessoa que compareceu, representando as vítimas, uma moçaque perdeu o pai e a mãe aos nove anos de idade; os pais foram salvar o irmãozinho de quatro, e os dois morreram. E até hoje

a ENEL vem recorrendo reiteradas vezes e nunca pagou. A moça está com 25 anos, ela tinha nove e hoje ela está com 25 anos. *Eu queria saber isso: O que é que o senhor acha desse problema? Porque a ENEL simplesmente não paga o valor irrisório para ela? Para quem teve aí um lucro de 640 milhões no ano de 2022, um valor de 60 mil reais para essa família?*A família foi destroçada; os irmãos tiveram que ser divididos; eram pessoas carentes e não conseguiram ficar juntos. E ela disse que até hoje ela não tem contato com o irmão; perdeu a intimidade, não cresceram juntos. Isso foi uma coisa que nos deixou muito indignados.

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Eu me comprometo com a senhora de aprofundar. A senhora está trazendo alguns elementos que eu não tinha conhecimento, de aprofundar e lhe dar um retorno sobre esse processo.

SRA. DEPUTADA LIA GOMES (PSD): Outra denúncia que foi até trazida aqui pelo Presidente da CPI, Fernando Santana, dando conta de que as pessoas ficam na fila para conseguir uma ligação. Eu tenho inclusive um amigo que teve que fazer um gato da casa dele para um empreendimento dele que era do lado, porque só era puxar aquele fio para o quadro de luz, e ele fez. É um "gato" (entre aspas) porque ele puxou dele mesmo para um único relógio, enfim. Mas a gente recebe denúncias aqui, o Ministério Público, segundo o presidente, confirmou que isso é recorrente não é novidade, que pessoas da ENEL fazem essas ligações de maneira particular, cobrando uma taxa do cliente, mas isso, de alguma maneira, no mês seguinte entra no Sistema da ENEL e as contas passam a chegar de maneira regular. Eu gostaria de saber a sua opinião: *Como é que isso está ocorrendo? Como é que uma coisa clandestina entra dentro da Rede oficial da ENEL?*

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Posso contribuir, deputada?

SRA. DEPUTADA LIA GOMES (PSD): Pois não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): A denúncia, Sr. Nunes, é que determinado cidadão precisa da energia elétrica no seu terreno, na sua casa, na sua propriedade; o vizinho do lado tem energia; o vizinho do outro lado tem energia e o vizinho da frente também tem energia, e só ele que não tem. O prazo que a ENEL pede para ligar a energia dele, eu vou chutar aqui que eu não lembro o prazo real, 36 meses, e ele não pode esperar aquele prazo, tendo em vista a proximidade da Rede da casa dele, e vai lá uma pessoa, um profissional com o crachá da ENEL e oferece esse serviço particular, o conhecido *por fora.* E ele termina se sentindo obrigado a fazer isso, tendo em vista a necessidade da energia elétrica. Então ele paga o por fora, três, quatro dias depois ele compra o poste; essa pessoa vai lá e liga a sua energia, e quando é o final do mês o que chega a sua casa,

na sua residência é a fatura da ENEL comprovando que ali seria mesmo o servidor da ENEL. Então isso são denúncias recorrentes aqui; tem no Ministério Público, teve aqui conosco. E ao que me consta é de conhecimento de todos da ENEL também. Então só para colaborar com a pergunta da Deputada Lia.

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Nós temos, Deputada Lia e Deputado Fernando Santana, uma auditoria aberta sobre esses casos, e a ideia é aprofundarmos esta averiguação.

SRA. DEPUTADA LIA GOMES (PSD): Alguém já foi punido por isso?

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Já. Já teve casos de pessoas desligadas por algo, eu diria não exatamente isso, mas algo semelhante. Nós temos 10.650 profissionais trabalhando. Então eu diria que a maioria absoluta é idônea, trabalha dentro dos princípios éticos, mas eventualmente, quando tem alguma distorção é apurado e são tomadas severas medidas, dependendo da falha.

SRA. DEPUTADA LIA GOMES (PSD): Para finalizar aqui, eu gostaria de saber uma informação sobre a contribuição da Iluminação Pública que ENEL tem que repassar para as prefeituras. Esse também tem sido objeto de uma auditoria em Sobral. Para citar aqui, Sobral teve de 2017 a 2022, uma expansão de 25%, 1/4 da população de unidade consumidoras a mais. Mas a taxa de repasse para a prefeitura da CIP permanece estável. Tem algumas coisas, Dr. Nunes, que fica difícil de a gente entender, porque são coisas que deveriam funcionar de maneira regular.

Assim, eu aproveito a pergunta para falar de uma escola pública de Sobral que teve um corte, não pelas contas estarem atrasadas, mas pela prefeitura estar discutindo com ele, já solicitada esse atendimento, a cobrança de taxas indevidas, de contas erradas, faturas duplicadas e a escola teve a energia cortada; duas mil crianças ficaram sem alimentação; houve perda dos insumos, porque ficou ali a refrigeração sem funcionar. Eu não consigo entender isso. Não existe um cadastramento das escolas, dos equipamentos que não podem ter a energia cortada? Porque a ENEL comete erros tão primários, que são coisas que eu acho que não precisa chegar aí nesse ponto do seu um bilhão para evoluir na qualidade de atendimento ao consumidor?

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Deputada, eu diria em princípio que escola não pode ser cortada nem por essenem por outros temas. O único fato que leva suspensão de uma escola é se tiver algum comprometimento de segurança e ponto. Então foi um erro.

SRA. DEPUTADA LIA GOMES (PSD): Mas está acontecendo.

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Se foi cortada, foi um erro. Vou aprofundar para averiguar. A contribuição de Iluminação Pública que a senhora comenta é algo que normalmente não é questionado, eu diria que é um processo, para gente é um processo muito transparente com o município. Eventualmente, quando se tem projetos de Eficiência Energética de maior porte, com alguns municípios maiores, eu até já discuti esse tema, às vezes você tem impacto, tem reduções, e aí o tempo com que isso é implantado às vezes pode ser questionado pelo município, mas depende de uma interação municipal. Mas número de pontos de luzes se não tem uma fronteira que está em discussão com outro município, - eu estou partindo da primícia que não é o caso, - é um processo para gente transparente e que funciona bem. Então me comprometo com a senhora em averiguar esse caso.

SRA. DEPUTADA LIA GOMES (PSD): Pois é. E aqui eu queria finalizar aqui dando a dica, tinha um prefeito aqui, para alguém que esteja nos escutando, deputados tem muita ligação com os prefeitos. Sobral contratou uma auditoria, em apenas um ano em relação à ENEL, a ENEL já reconheceu a dívida fora o que ainda está em disputa por classificação tarifária, cobranças indevidas, um milhão e 500 mil reais a Prefeitura de Sobral vai receber a partir dessa auditoria. Então eu imagino que Sobral não seja objeto de perseguição.

Eu queria finalizar aqui sugerindo que outras prefeituras, porque eu acho que a gente precisa pressionar a ENEL. A gente não pode se conformar em pensar no futuro. No final da administração do Cid, ex-governador Cid Gomes, eu me lembro de ter ido à inauguração do hospital em Quixeramobim. Você lembra ai Fernando que ano foi o último Governo do Cid aqui? 2014, há dez anos. O hospital, um Hospital Regional, um prédio de quatro, cinco andares foi inaugurado com gerador, porque durante a obra toda não se conseguiu que a ENEL fizesse a ligação. Então, muito obrigada. Essas são as minhas considerações.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Esta presidência agradece a colega Deputada Lia. E antes de passar ao próximo deputado para fazer seus questionamentos, também lembrando à deputada que ao longo da reunião, da Sessão, ela poderá fazer outras perguntas, outros questionamentos.

Senhor Nunes, eu vou lhe fazer uma pergunta, e peço bem objetividade sim ou não. O senhor está aqui hoje municiado por um *habeas corpus*, o que é de direito. O senhor estava com medo de ser preso? Se estava, qual o motivo disso?

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Absolutamente não, deputado. Nós temos como Recomendação do nosso Jurídico, dependendo da forma, se é convocação ou se é convite, ter precaução judicial. Mas não tenho nenhum receio, assim como não me negarei a responder nada que tenha conhecimento, com toda veracidade.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Passo a palavra. Muito obrigado pela resposta. Passo a palavra, por permuta, ao colega Deputado Danniel Oliveira.

SR. DEPUTADO DANNIEL OLIVEIRA (MDB): Deputado Fernando, senhores deputados aqui presentes, imprensa, Dr. Nunes, a todos que estão aqui da ENEL. Eu serei extremamente breve, até para não ser redundante aqui já nas perguntas e nas respostas que já foram aqui proferidas. Mas eu gostaria de falar sobre dois pontos que eu acho que é essencial. Eu acho que tudo isso que nós estamos hoje sofrendo aqui no Estado do Ceará é fruto de uma falta de investimento, claro, por falta da ENEL. E essa falta de investimento vai desde a contratação do colaborador, desde uma estruturação da RedeElétrica, porque nós sabemos que os problemas aonde acontecem são problemas recorrentes. Nunca é um problema isolado aonde aconteceu, foi resolvido e não acontece mais. Não é isso que tem acontecido em relação a esses problemas. Denúncias que chegam; da experiência própria nossa, e eu tenho algumas experiências com a ENEL e nenhuma delas agradável, e isso é um exemplo.

Eu acho que o senhor falou aqui de que a ENEL estava numa pauta da imprensa, e uma pauta que recorrente, e que isso obviamente fazia com que todos já olhassem para a ENEL com esse olhar ruim. Mas eu faria uma diferente colocação em relação a isso, Dr. Nunes, que na verdade nós estamos sem aguentar mais os problemas que a ENEL vem criando ao longo desses últimos anos. E isso faz obviamente com que nós aqui cearenses, e não vou falar dos exemplos de outros Estados, mas está bem claro aqui para nós cearenses, é que são problemas que infelizmente não foram solucionados. E claramente,em minha opinião, por falta de investimento da ENEL.

Foi falado aqui da lucratividade anual da ENEL; daquilo que foi proposto para fazer de investimento, mas claramente não aconteceu. Mas, assim, claramente, não vou condenar o senhor, até porque eu sei que o senhor assumiu agora, recentemente, poucos dias atrás, e as informações que eu tenho pessoal de vossa senhoria são todas excelentes, de que o senhor é um grande profissional, e conhece bem a Companhia, conhece bem a questão elétrica do Estado do Ceará, até pelo tempo que o senhor tem à frente e trabalhando com as questões elétricas aqui no Estado do Ceará, desde quando foi Superintendente, salvo engano, da Coelce. Salvo engano, eu tive essa informação hoje, 2002, salvo engano, ou 94.

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): 94.

SR. DEPUTADO DANNIEL OLIVEIRA (MDB): 94, quando ele foi Superintendente em 94. Então a experiência do senhor em relação à ENEL, para todos nós, é uma coisa que eu já vejo como um lado de esperançade que o senhor possa mudar a realidade da ENEL hoje e não enxergue com um olhar do cearense não. Eu sei que o senhor é cearense, mas um olhar do cearense para com a empresa, não. Na verdade é um olhar da realidade, daquilo que nós hoje sofremos em relação aos serviços prestados pela ENEL.

Eu já cheguei a ver o Governador Camilo Santana, eu dentro da sala do Governador Camilo Santana, ele ligar para pedir, por favor, a um ex-diretor da ENEL, eu não vou citar o nome por respeito a ele, e ligar para ele para pedir 'por favor' para que ele ligasse ali, salvo engano, em Brejo Santo, uma Policlínica que estava há mais de um ano aguardando para ser inaugurada por falta da ligação da ENEL.

O que eu queria pedir na verdade ao senhor é que alguns pontos o senhor pudesse rever dentro da empresa. Não vou fazer aqui nenhum tipo de cobrança, porque acredito que todos os colegas já falaram aqui, eu me sinto contemplado pelos colegas, mas primeiro de priorizar esses equipamentos de saúde, criar alguma forma, algum compromisso até com essa CPI e essa Casa, de um prazo que não seja da forma como hoje é, para que priorize principalmente esses equipamentos de saúde para a ligação. Não faz sentido um equipamento de saúde passar mais de um ano para ser feita essa ligação. E também acompanhado a isso os órgãos púbicos, porque eu também já vi praças, equipamentos públicos ali não serem inaugurados, às vezes, perde, tem que ser reformado porque não teve tempo de inaugurar e reformar para poder entregar a sociedade por causa de um tempo também aí de demora da ENEL para ser ligado.

Outra questão que eu pediria ao senhor é que de fato vá para dentro, acompanhe essa questão dos Canais de Atendimento. Há hoje uma reclamação muito grande de cortes indevidos, uma reclamação muito grande do tempo, para que depois do corte seja religada aquela energia. E o senhor sabe que dentro de uma casa ficar sem energia, sem água é algo que a gente não pode nem imaginar o sofrimento, principalmente de uma família mais carente. Eu peço de fato ao senhor que veja essa questão desses tempos de atendimento. Já vi ai que a ENEL está contratando; contratou salvo engano mil e poucos colaboradores a mais, mas eu acredito que precisa de um investimento muito maior por parte da ENEL, principalmente em melhoria de transmissão, porque algumas áreas, se o senhor for puxar, e eu sei que o senhor conhece a fundo, os problemas são recorrentes.

Então a minha fala nessa tarde de hoje é mais nesse sentido de um pedido, e na esperança que eu tenho em cima do nome do senhor dessa mudança que possa acontecer da ENEL, porque de fato nós não aguentamos mais, nós cearenses não aguentamos mais esse descaso que vinha acontecendo; vou botar esperança de que o senhor possa mudar isso, esse descaso da ENEL com nós cearenses. Nós não podemos aqui servir apenas de alguém que paga uma conta e o lucro vai todo embora para outros países, e a gente fique aqui só na esperança de que venham dias melhores. Essa é a minha participação. Já encerro aqui agradecendo ao Deputado Felipe que fez aqui uma permuta comigo.

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Agradeço as colocações, deputado. E tenho o compromisso de buscar, o senhor deu uma boa sugestão aí de priorização. Nós temos essa priorização no Atendimento Emergencial; tem uma escala de prioridades: equipamentos de saúde, eletros-dependentes, órgãos públicos, e vai até chegar lá ao consumidor individual.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Antes de passar aqui ao próximo deputado inscrito, agradecendo ao colega Deputado Danniel Oliveira, e já parabenizar o Deputado Danniel Oliveira, porque é uma generosidade imensa; um coração... e é que eu acho que o meu coração é bom, mas o seu eu vi que hoje é melhor do que o meu, porque eu não acredito nessa melhoria da ENEL. Eu disse já aqui em várias entrevistas, disse no início hoje: Eu não acredito. Infelizmente é o sentimento da população é o meu sentimento como cidadão cearense. E acho que para que o povo generoso do Ceará possa dar um voto de credibilidade a ENEL precisa melhorar em algum aspecto, em algum local seja no interior, seja na capital, seja no litoral. É o que nós estamos perdendo todo dia aqui pelo nosso povo é paz das suas residências; são aqueles que têm um emprego em uma indústria, em um fábrica; é o turismo que é tão forte aqui no nosso Estado do Ceará e que tem perdido recurso; a economia tem perdido com isso; o desenvolvimento do Ceará tem perdido com isso. E claro, claro que a gente enxerga uma luz no fim do túnel. Mas com todo o histórico, tudo que tem acontecido, tudo que a comissão que estudou o Contrato de Concessão, trabalhou aqui mais de um ano, tudo que essa Comissão Parlamentar de Inquérito tem escutado como denúncia, tem acompanhado, dá um desânimo muito grande e uma descrença muito grande a essa empresa aqui no Estado do Ceará.

Eu não acredito só que a mudança do presidente aqui no Estado do Ceara, no Brasil e parece-me que até sênior da Itália vá mudar. O comportamento eu acredito, a pessoa tem vontade, e ninguém é igual, tem perfis diferentes, mas se não tiver uma política da empresa de seriedade, nada vai mudar aqui no Estado do Ceará.

Passo a palavra ao Deputado Felipe Mota para fazer os seus questionamentos.

SR. DEPUTADO FELIPE MOTA (UNIÃO): Muito obrigado, Presidente Fernando Santana, em nome de Vossa Excelência eu quero parabenizar todos os deputados e autoridades aqui presentes. Mas eu vou fazer rápida a minha fala, e vou dividir em dois momentos. Vou dividir na defesa do consumidor e vou dividir no setor produtivo, para a coisa poder fluir melhor.

O que nós estamos vendo hoje, as Oitivas que foram feitas na CPI, são problemas recorrentes inclusive com Parlamentares. O que gera o descrédito, por muitas vezes, em qualquer empresa, aqui não quero apontar uma metralhadora exclusivamente para a ENEL, porque nós temos aí um número de situações que são levadas à Comissão de Defesa do Consumidor, e esse Relatório é apresentado a todos os deputados. Mas por muitas vezes o pequeno, que são aqueles que eu posso dizer que tem um bico de luz, que tem um esforço para ter uma geladeira, para ter uma TV, para ter uma antena parabólica no sertão, para o produtor rural que por muitas vezes necessita do resfriador de leite, são nesses aí que os problemas geram uma comoção no Estado do Ceará. São os pequenos, os consumidores.

Eu pergunto aqui pra ti, Nunes, eu quero começar perguntando para você, mas eu tenho pergunta para os outros dois. Perguntar até para fazermos aqui um pingue-pongue mais rápido, para os outros colegas terem o mesmo tempo.

Eu gostaria de saber se nesse novo planejamento que Vossa Excelência está tendo para o Estado do Ceará; já fez o anúncio aqui de que em três anos nós vamos ter para investimento cerca de um bi e meio de reais, - é o que está anunciado inclusive nas Redes Sociais, - e se dentro desse um bi e meio a política da neoindustrialização que está sendo levada inclusive do hidrogênio verde, do nosso Estado que está sendo anunciado nos quatro cantos do Brasil, não só no Estado do Ceará, está dentro desse pacote. Porque o que se traz aqui para o Ceará é que se nós tivermos energia mais barata, vocês vão adquirir isso e isso vai chegar à ponta para ser mais barato.

Hoje foi dado um desconto autorizado pela ANEEL de 3,10 nas contas dos consumidores. A notícia chega até fortalecida. Mas o que confunde por muitas vezes o cidadão lá na ponta é assim: *Por que essa notícia chegou bem pertinho, na hora que a ENEL estava fazendo as suas explicações dentro da CPI? Porque a ENEL anunciou esse avanço, essa troca de presidência, bem próximo da Oitiva da ENEL na CPI contra a empresa?* São essas coisas que por muitas vezes nós somos questionados nos corredores, por funcionários. Nós tivemos um dia dentro do Plenário, Nunes, uma funcionária que chegou com as contas pagas, as contas pagas e a sua energia tinha sido cortada. E automaticamente nós

fizemos uma Ação para ver se conseguiria fazer a ligação de uma servidora nossa. Foi um caso assim rápido.

Então eu te pergunto: Como é que vocês vão procurar melhorar a imagem da ENEL, e o Deputado Fernando está descrente, eu estou descrente, o Estado do Ceará está descrente? Como é que Vossa Excelência vai conseguir fazer isso? Como é que Vossa Excelência vai conseguir chegar lá na ponta? Porque quem chega lá na ponta é aquele que está lá na lojinha, como a prefeita de Hidrolândia foi questionar Vossa Excelência, para dizer assim: *A minha televisãozinha queimou*.

Outra problemática, na área da saúde. Por muitas vezes chegam aqui denúncias de pessoas que, não sei se por falta de capacitação, se por falta de qualificação desses profissionais, mas o profissional chega lá e diz: *Eu vou desligar tudo aqui.* E tem uma ordem judicial dizendo que o cara não pode desligar em virtude de ter um paciente numa residência. Já aconteceu de tudo, Nunes, aqui. Aqui chega de tudo na Assembleia Legislativa, porque aqui é a Casa do Povo, as pessoas têm mais acesso aos políticos, essa é que é a verdade. Uma reclamação de um prefeito, de um secretário, do setor produtivo. A Federação da Agricultura me liga praticamente semanalmente para nós colocarmos posicionamentos em relação ao setor produtivo.

Então eu quero que você me responda primeiro do consumidor. O que é que na verdade, desse um milhão e meio vai conseguir melhorar o consumidor? Depois eu vou para o setor produtivo que eu tenho um pergunta para fazer pra ele em relação ao Hidrogênio Verde.

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Ok, deputado. O senhor deu aí um *overview* bem amplo. E eu diria o seguinte, como eu havia comentado desse nível de investimento, aproximadamente 70% são pra novas ligações. Entre essas novas ligações, não apenas a ligação, mas obras que contemplam novas ligações, obras de extensão de Rede principalmente. Tem uma parcela que está associada, e como o senhor comentou Hidrogênio Verde, energia, nós no passado, no Ceará, nós tivemos uma redução das obras de investimento de infraestrutura e grande supridoras obras de transmissão.

SR. DEPUTADO FELIPE MOTA (UNIÃO): Que ano? Só para gente poder... Em meados, que ano?

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Obras de transmissão...

SR. DEPUTADO FELIPE MOTA (UNIÃO): Em meados, que ano?

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Há muitos anos, há umas duas décadas...

SR. DEPUTADO FELIPE MOTA (UNIÃO): 20 anos, vamos considerar.

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Com a quebra daquela Empresa Abengoa, que tinha um compromisso de algumas subestações. São subestações de transmissão, não são subestações da Distribuidora. Mas a Distribuidora tem obras complementares. Então dentro desse nível de investimento estão contemplados os três novos pontos de suprimentos que estarão sendo colocados no Ceará que tem aver com o que o senhor fala. Eu acho que vai ser muito importante para o tema do escoamento da energia renovável para o Hidrogênio Verde. Isso eu sei que o Estado do Ceará acompanhou no detalhe os últimos leilões, e nesses últimos leilões, o governador inclusive já anunciou nesses últimos leilões, foi muito contemplado o Estado do Ceará. Nós teremos obras complementares que estão dentro desse pacote.

Agora o senhor falou uma coisa: o consumidor pequeno e o consumidor rural que liga com frequência para o senhor. Eu já tive uma reunião, aquele encontro do pessoal do agro com a Federação da Agricultura, representantes do setor, a última eu estava presente. Alguns temas já estão sendo endereçados com eles. Eu digo o seguinte, a gente tem que buscar fazer o macro, mas não pode descuidar do micro também, do pontual. Então ali, alguns produtores tinham problemas graves, específicos localizados e a gente já teve em decorrência da reunião lá do Agropacto, daquele almoço, eu acho que é mensal que é feito, eu fui convidado e fui, em decorrência já tivemos algumas tratativas para avançar com a solução para contemplar esses casos específicos. Então essa proximidade é que eu falo que ela não é uma verbalização, é uma prática, e uma prática no dia a dia.

Com relação ao pequeno consumidor, a percepção do pequeno consumidor, eu acho que uma das primeiras percepções, alguns processos que foram comentados aqui, são processos que requer maior agilidade. Praticamente todos os deputados que se manifestaram colocaram esse tema da agilidade, que é uma meta nossa é agilidade nos processos. E outro, é aquele momento de maior apreensão com relação à energia quando você tem falta da energia. E em função disso é que nós estruturamos e estamos contemplando profissionais próprios e bem preparados para essa lida com o consumidor lá na ponta. Nós achamos que isso será a primeira percepção de mudança que virá, será essa aí.

SR. DEPUTADO FELIPE MOTA (UNIÃO): Deixa eu ir para o macro aqui. Nós estamos há 25 anoscom a Concessão, até 2028 então estamos aí partindo para 26 anos de Concessão. O senhor sabe quanto a ENEL já arrecadou nesses 24 anos? Você tem essa resposta ou pode fornecer a resposta pra gente agora?

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Como eu comentei no início, é uma resposta, eu não tenho o número aqui para lhe dar, mas é uma resposta fácil de obter, e eu lhe mandarei, e publicada e auditada internae externamente, anualmente, em função de ser uma empresa de capital aberto listado em bolsa com 26% dos acionistas, muitos dos quais cearenses. Então é muito fácil de lhe passar essa informação.

SR. DEPUTADO FELIPE MOTA (UNIÃO): Eu queria que Vossa Excelência me passasse: Quanto a ENEL arrecadou durante a Concessão até o dia de hoje; e quanto a ENEL já investiu no Estado do Ceará nesse instante. Eu preciso saber desse dado justamente para gente ver que média é essa; inclusive essa média de 20 anos que Vossa Excelência disse que teve um pouco, deu uma parada nos investimentos. Eu preciso saber dessa informação.

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Eu não me fiz entender. O que eu coloquei o seguinte, o que está ocorrendo agora com o Estado do Ceará sendo contemplado nos leilões de transmissão, que será importantíssimo para o Estado, dentro das perspectivas de um novo desenvolvimento com o renovável Hidrogênio Verde, lá atrás, há muitos anos, depois eu posso precisar para o senhor, houve um leilão de transmissão que uma empresa transmissora entrou em falência e isso retardou esses investimentos no Estado. Não são investimentos da ENEL são investimentos de uma transmissora.

SR. DEPUTADO FELIPE MOTA (UNIÃO): Eu queria perguntar para o Dr. Charles o seguinte, uma pergunta importante para o setor produtivo. Nós estamos vendendo que o Estado do Ceará, que representa 2% no PIB do País, ele precisa de um tripé para a indústria poder crescer que é energia, água e logística. Nós temos, graças a Deus, com o erro da Funceme, a água garantida para esses dois próximos anos. Nós temos uma logística acontecendo, inclusive com duplicação de rodovias analisadas e autorizadas pelo Governo Federal. E eu te pergunto o seguinte: o Estado do Ceará, uma resposta rápida, nós vamos estar preparados para ter esse aumento da indústria para o crescimento de novos distritos industriais no interior do Estado, para nós fazemos a interiorização da indústria cearense quando em relação a essas linhas de transmissão que foram licitadas agora? Eu queria saber isso de Vossa Excelência, porque eu acho que interessa ao setor produtivo inteiro e uma estratégia de governo, dos governos, para os próximos 20 anos?

SR. CHARLES DE CAPDEVILLE (Diretor de Operações de Infraestrutura e Redes da ENEL Distribuição-Ceará): Deputado Felipe Mota, respondendo rápido: sim. Como é feito planejamento do sistema? Então tem a empresa de Pesquisa Energética do Governo Federal, ela vê o crescimento no

Brasil como todo. A partir daí, como o Dr. Nunes falou, ela faz os leilões de transmissão, e o Ceará foi nesse último: dois lotes; uma empresa ganhou e eles vão construir essas Linhas; e todas essas Linhas de subestações que são construídas, depois nós, depois não, no decorrer, a gente constrói as Linhas para tirar energia desses Pontos de Entrega.

O ponto importante aqui, e o Dr. Nunes vem fazendo esse trabalho muito importantesabermos com antecedência. Vai ter um polo industrial e tal região. Ok! Eu tenho capacidade de atender lá. Se eu não tenho, eu preciso construir as Linhas. Então antecedência disso, e a gente faz esse planejamento junto com a equipe aqui, a gente se planeja. Dentro desse 1.5, 1.6 bilhões nos próximos anos, tão contempladas, acho que a gente chama os Investimentos de Infraestrutura para que seja contemplado e que tenha a capacidade de fornecimento.

Concordo plenamente que sem energia você não tem o crescimento do Estado, você é impeditivo, e nós estamos preparados para fazer isso. No ano passado a gente fez seis Subestações novas no Ceará, estamos construindo nesse ano mais três Subestações, fora que, por exemplo, tem uma empresa lá no Crato que tem um novo ponto de conexão com a transmissora, e nós estamos construindo as Linhas para aliviar lá e melhorar na Região Sul. Então a transmissora coloca, a gente coloca. Então a resposta é sim, estamos preparados e temos o planejamento. A gente faz um planejamento...

SR. DEPUTADO FELIPE MOTA (UNIÃO): O tempo, o tempo, o tempo dessa transmissão para o Ceará, para o setor produtivo saber quando é que ele vai poder usar isso. Qual é o tempo disso aí? Cinco anos, seis anos?

SR. CHARLES DE CAPDEVILLE (Diretor de Operações de Infraestrutura e Redes da ENEL Distribuição-Ceará): Esse último leilão, no máximo cinco anos vai estar tudo pronto. Esse último leilão. Só que têm leilões que foram feitos cinco anos atrás que estão entrando. É o exemplo que eu estou dando o Crato que tem uma transmissora que está terminando a Subestação lá, e nós já fizemos as Linhas de Transmissão para aliviar as que estão carregadas e para atender as novas demandas.

Então o plano, só completando, Deputado Felipe, o planejamento é feito de duas formas: decenal, quinquenal e depois as revisões anuais. Estão isso já está no quinquenal tudo colocado e a gente está trabalhando.

SR. DEPUTADO FELIPE MOTA (UNIÃO): Posso fazer uma pergunta para o senhor? É o seguinte, a Federação da Agricultura e a Federação da Indústria do Ceará tem acesso a essas informações rapidamente? Vocês se conversam, vocês passam isso para que eles possam fazer um planejamento futuro ou só se ele requerer a vocês?

SR. CHARLES DE CAPDEVILLE (Diretor de Operações de Infraestrutura e Redes da ENEL Distribuição-Ceará): Nós temos informação, nós podemos passar, mas é importante que eles queiram para a gente poder ter essa visibilidade também. O planejamento desse cenário quinquenal, isso é público, e a gente vai fazendo os demais. Então creio que sim, mas eu vou verificar, eu não tenho certeza, mas seria muito interessante, se eles têm uma demanda e estão pensando em investir, crescer, nos avise que a gente corre para atender também.

SR. DEPUTADO FELIPE MOTA (UNIÃO): Então, eu me sinto contemplado com a resposta. Então, alô! cearense, nós só vamos ter transmissão preparada para o nosso Estado em cima dos leilões que aí estão, entre dois e cinco anos. Então nós temos que nos preparar, temos que correr, até porque nós não podemos estar assinando diversos protocolos se nós não temos a capacidade de fazer essa interligação paralela. Protocolo é uma situação importante para que os investidores cheguem ao nosso Estado, mas nós precisamos de mais; que vocês conversem ou então passem isso até adiante, ao Secretário de Desenvolvimento Econômico, a quem está na ADECE, aos municípios que querem crescer na indústria cearense. Nós deixamos de trazer uma grande indústria de leite, um laticínio aqui para o Estado porque ele teve medo da capacidade de energia. E você sabe que um laticínio sem energia, se passar um dia vai embora o sistema dele. Então ele ficou com essa preocupação. E aí eu estou lhe fazendo essa pergunta justamente para ele ter a certeza de que não dá para ele se preparar para implantar no próximo ano. Não dá!

SR. CHARLES DE CAPDEVILLE (Diretor de Operações de Infraestrutura e Redes da ENEL Distribuição-Ceará): Deputado Felipe Mota, sócomplementando. Quando a gente faz esse planejamento quinquenal, esse de transmissão agora que vai ter nos dois a cinco anos prontos, o que já foi feito no passado tem a capacidade de atender. Então a gente já prevê o futuro do que vai ter expansão, e o que foi feito no passado atende no momento. Temos que verificar em qual região vai ter essas coisas, mas esse planejamento, como eu disse, é decenal, quinquenal e revisando anualmente. Então o que foi leiloado agora é para aguentar o futuro, e o que tem de capacidade agora foi feito no passado.

SR. DEPUTADO FELIPE MOTA (UNIÃO): Nunes, eu gostaria de saber, dentro desse planejamento que a empresa tem no mercado, vocês são de capital aberto, obviamente na hora que nós fazemos uma CPI, e isso modifica toda a estratégia da empresa em relação ao que pode acontecer ao início da CPI, porque a CPI a gente só sabe como inicia, nós nunca sabemos quando ela terminará.

Eu te pergunto o seguinte: A ENEL do Estado do Ceará, eu vou me relatar a ela, eu não vou para a Itália porque eu quero falar para o povo cearense, - a ENEL do Estado do Ceará sabe da gravidade que ela está se comprometendo no dia de hoje da CPI? Porque se vocês que fizeram esse acordo lá na ANEEL, como o Deputado Guilherme disse aqui na fala dele muito bem, não foi honrado. Hoje você está com uma bomba na sua mão, posso dizer assim, para honrar isso com os cearenses, com a CPI, com a empresa. Se vocês não cumprirem nesses três anos, porque faltam cinco, vocês estão preparados para o embate com o Estado do Ceará e com a Assembleia Legislativa? Vocês não acham que nós devemos montar dentro desse plano de investimento, eu já disse isso em discurso ao Deputado Fernanda, a Deputada Lia deve ter escutado isso, Deputado Guilherme, eu sempre disse: Não vamos politizar, não vamos politizar a CPI. Mas o governador chegou a combinar com vocês algum Plano de Investimento, e essa preparação desse Plano de Investimento onde interessa ao Estado do Ceará ou ele deixou a cargo de vocês, dos pedidos que vocês têm; dos protocolos que vocês têm? Porque eu disse ao Deputado Fernando de Santana: Fernando só existe a CPI se o governador conseguir, conseguir sentar com a CPI, com a ENEL e o Plano de Investimento do Estado do Ceará.

E aí eu te pergunto: Tu estás pedindo nesse instante uma confiança de mais 36 meses, é o que tu colocou. O governador tem esse Plano de Investimento separado, organizado, dizendo regionalmente onde a ENEL vai querer fazer esses investimentos? Essa é a pergunta.

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Deputado, eu vou inicialmente complementar a pergunta do meu colega Charles.

A Secretaria de Desenvolvimento Econômico tem toda uma interação conosco com relação a novos investimentos, muitas vezes encaminha indústria que está buscando se instalar no Estado. Essa semana mesmo eu recebi um contato de uma Indústria que está chegando e vai conversar conosco. Então, aí você diz: *OPlano dos últimos três anos você já sentaram com o governo para falar disso?* Ainda não, porque esse Plano dos três anos que a gente está apresentando à CPI, o primeiro momento dele público foi aqui para CPI. Então após isso será feito, e nós não temos Plano "B", nós não temos. Se não der certo nos três anos, nós vamos nos comprometer, e dará certo; e depois de três, como o Charles falou, o sistema elétrico passa por ciclos de planejamento.

Quando o senhor fez uma colocação aí no início: *Temos que esperar obras do leilão.* Não. Hoje no Ceará tem locais que você tem folga de capacidade para injetar energia de porte elevado. Então é uma questão só de buscar o local.

Um laticínio não deixará de se instalar no Ceará por, digamos assim, limitação na demanda, na oferta de energia, a não ser que ele diga: *Só me serve se for naquele ponto específico*, e naquele ponto específico, momentaneamente, você pode não ter a demanda. Mas o Estado tem muitos locais que você tem oferta de energia.

Outra coisa. Os planejamentos do setor elétrico realmente requerem prazo. A gente tem sentado com produtores dessa área. No dia mesmo lá do Agro que eu lhe falei, um produtor me procurou para falar de algo para maio de 2005. Que realmente precisa começar a ser planejado hoje, se não quando chegar lá em maio de 2005 não vai ter. Então, realmente requer planejamento. Você nãocoloca uma infraestrutura sem estar alinhado com a demanda. Dizer: Vamos colocar uma infraestrutura e esperar que chegue a demanda. Normalmente tem que ser aliado e sincronizado com a demanda.

SR. DEPUTADO FELIPE MOTA (UNIÃO): Eu pediria a Vossa Excelência que nesse instante convidasse, no dia que você for apresentar esse Plano de Investimento aos deputados da Assembleia Legislativa, para nós podermos tentar ajudar o governo na hora que chega alguma coisa, alguma lei que precisa ser rapidamente aprovada. É isso que eu gosto: da transparência. Quando eu cobrei a Vossa Excelência os 36 meses, o meu relógio começou a contar a partir do momento que eu cobrei a Vossa Excelência.

Quero lhe perguntar outra coisa. A companhia assumiu em 1998, e ela foi vendida com o intuito de o Estado do Ceará pegar a parte da capacidade dessa Concessão para cobrir a Previdência do Estado. Passou tudo isso, dentro desse limite existe uma porcentagem que o Estado do Ceará, desde 1998 consegue captar dentro da ENEL para obra de extensão de Rede e outras. Qual é o valor que o Estado do Ceará, qual a porcentagem que o Estado do Ceará, - eu quero que Vossa Excelência apresente esse dado para mim; eu pedi dois dados a Vossa Excelência: Quanto arrecadou e quanto investiu. E a outra, eu quero saber desde 1998, quanto o Estado do Ceará e quais foram às obras investidas com a porcentagem que tem no Contrato de Concessão com o nosso Estado. Existe esse valor?

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Existe, sem dúvida.

SR. DEPUTADO FELIPE MOTA (UNIÃO): Quantos por cento, ela é calculada como?

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Esse valor está no Contrato de Compra e Venda definido por períodos. No primeiro período foi 2%, depois 1.5% e depois ele passa a 1% até o final da concessão. Então as grandes obras do Estado, a Deputado

Lia comentou sobre o Hospital de Quixeramobim, essas Subestações, essa infraestrutura para essas demandas são normalmente dentro desse Plano de Investimentos.

SR. DEPUTADO FELIPE MOTA (UNIÃO): Eu queria saber, que fosse informado à CPI, quais foram os investimentos de 98, e eu quero saber as obras que foram investidas com esse, com essa porcentagem?

A minha última pergunta, para concluir. Nesse Plano "A" que Vossa Excelência colocou agora, com essa quantidade de profissionais que você disse ter contratado na ordem de 446 aqui, eletricistas eu estou falando aqui.

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Só para Fortaleza.

SR. DEPUTADO FELIPE MOTA (UNIÃO): Só para Fortaleza.

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Sobral, mais 374, algo assim.

SR. DEPUTADO FELIPE MOTA (UNIÃO): Qual é e quando o consumidor vai sentir rapidamente, porque vocês tem números. Na hora que vocês atendem uma área diminui o número de ocorrências, por telefone, na Loja, no WhatsApp, em qualquer canto, me diga o que é que vocês têm planejado em relação a isso?

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Ainda é muito pequena a percepção. Mas eu que recebo e falo com alguns consumidores já recebi feedback de consumidor atestando a diferença na prestação do serviço. Nós temos em Fortaleza 116 guindastes com cesta aérea trabalhando nessa atividade, já estão trabalhando. Então começa já a ser percebido pelo consumidor. Eu creio que nos próximos meses será percebido cada vez mais.Então já está em curso, não é algo a ser feito.

SR. DEPUTADO FELIPE MOTA (UNIÃO): Eu eu já me sinto contemplado com as perguntas que fiz a Vossa Excelência. Eu só tive uma dúvida em relação à pergunta: Caso o Piauí, no dia de hoje, o Estado do Piauí tem alguma ligação com a ENEL? Ele ainda tem alguma coisa, alguma interligação, porque chegaram denúncias aqui pra gente de que uma empresa no Piauí estava atravessando e vindo com os seus caminhões, com o seu maquinário aqui para o Ceará. Eu estou te fazendo essa pergunta, se sim ou senão.

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): É o seguinte, deixa lhe explicar. A regulamentação do setor elétrico permite que se uma Concessionária tem

uma unidade consumidora na fronteira do outro Estado que está muito mais próximo da Rede do que, digamos assim, da Rede daquela Concessionária que atende, ela permite essa tramitação, esse cruzamento de Fronteira para atendimento específico desde que acordado pelas duas Distribuidoras. Se o senhor me perguntar: Isso existe em um número significativo? Totalmente desprezível. São unidades isoladas e eventuais. Totalmente desprezível.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): A presidência agradece ao colega Deputado Felipe Mota. Próxima deputada escrita, a Deputada Larissa. Antes de passar para a Deputada Larissa, em cima dessa pergunta do Deputado Felipe Mota, senhor Nunes, é muitoparecida não, se somam as duas perguntas, porque chegou uma denúncia à CPI, e nós queremos ouvir do senhor, se o senhor tem conhecimento, se confirma se sim ou se não, de que a ENEL, tempos atrás, teria adquirido equipamentos para manutenção na monta de 700 milhões de reais, e estariam vendendo esses equipamentos no mercado paralelo. Com isso, aí corroborava por questão de alguns municípios que fazem ali divisa com o Município do Piauí, de equipamentos e carros da Equatorial, que fazia o Piauí fazendo aqui no Estado do Ceará. E aí, a denúncia era que estariam vendendo esse equipamento no mercado paralelo, como não tinha equipamento, nem carro, nem viatura, estavam terceirizando com a empresa Equatorial.

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Não. Não corresponde, deputado.

SRA. DEPUTADA LARISSA GASPAR (PT): Boa tarde a todos e todas. Queria aproveitar para registrar aqui também a presença da Prefeita de Solonópole, a companheira Ana Vládia.

E queria trazer aqui algumas provocações à ENEL. A gente tem apurado não só ao longo dessa CPI, mas também pela imprensa e pela própria procura de consumidores insatisfeitos de diversas situações, que a atuação ou a omissão negligenciosa da ENEL tem traseiro de prejuízo para a população cearense. São cortes de energia que comprometem a segurança das pessoas, que comprometem os comércios; são faturas cobradas em duplicação; são situações de transmissores que queimam, dão problema e quase chegam a provocar incêndios, colocando em risco a vida da população. Eu mesma vivenciei aqui em Fortaleza, onde eu moro, na minha rua, no Bairro Jardim das Oliveiras, em frente a um poste que tem na minha casa queimou um equipamento que eu imagino que seja o transformador, e nós nos desesperamos, enquanto comunidade, com risco de incêndio, gerou um grande apagão em todo o bairro; os equipamentos eletrônicos não funcionavam; inclusive eu cheguei a reportar aqui no nosso grupo da CPI a situação. E para piorar, o atendimento que se esperava ter da empresa, um atendimento

minimamente digno e respeitoso. Eu mesma liguei para a empresa, além de você ficar vários minutos, praticamente 30 minutos para ser atendido, o atendimento foi totalmente desrespeitoso. E a pessoa violava frontalmente as próprias informações de Direitos do Consumidor que a ENEL coloca no seu site. Por exemplo, lá tem dito nos manuais que vocês disponibilizam, que em situações como essa onde há uma queda de energia, que os aparelhos dos consumidores eles estão danificados ou aparentam estar danificado, porque não ligam, não funciona mais, a empresa tem que em 24 horas atender essa ocorrência. Ir ao local fazer averiguação de todos os aparelhos que foram danificados. E o atendente questionava esse procedimento, dizendo que isso não existia. E no meu caso, só depois de oito dias é que foram entrar em contato para saber se estava tudo bem. A visita nunca aconteceu. Porque a informação que nós temos pelos manuais disponibilizados pela própria ENEL é essa. Nesses casos tem que ir à residência da pessoa um técnico averiguar os equipamentos eletrônicos que foram danificados.

E aí eu queria trazer também uma situação das pessoas que dependem de aparelhos para dar suporte à vida. Têm acontecido cortes por fatos de pagamento, sem nenhum aviso prévio a essas pessoas, colocando em risco a vida de alguém que necessita de aparelho que se liga à Rede elétrica para manter a sua vida. E a gente já viu diversas situações como essas colocadas na imprensa. E eu trago inclusive um pedido da Dona Fátima Braga; acredito que vocês já conheçam, que Preside Abrame (Associação Brasileira de Amiotrofia Espinhal) uma das instituições que faz a defesa de pessoas com doenças raras e que precisam na grande maioria das vezes do suporte desses equipamentos eletrônicos para garantir a sua vida, a sua existência, e que tem se deparado por diversas vezes com associados, com pessoas com doenças raras que tem vivenciadas essa situação de cortes por falta de pagamento, sem nenhuma comunicação prévia, colocando em risco a vida de quem depende de aparelhos para garantir a sua sobrevivência.

Então, a gente queria saber o que é que está sendo pensado e efetivamente realizado pela ENEL para garantir, primeiro, que esses cortes e interrupções de energia não se tornem uma coisa do cotidiano, o que deveria ser uma exceção, uma raridade, mas tem se tornado uma regra no cotidiano da empresa. Inclusive esse bairro que eu mencionei o Jardim das Oliveiras é um dos que sofre bastante em Fortaleza com interrupções de energia reiteradas. Quantas vezes eu não peguei minha bolsinha ali, fiz minha mala rapidamente na madrugada, com marido e filho e tive que ir para casa da minha mãe, para poder dormir em paz, para dormir com um pouco mais de conforto. Imagina o restante da população que não tem nem oportunidade de fazer uma denúncia aqui de forma pública.

Então o que está sendo feito para evitar que haja essas quedas de energia nos bairros, nos municípios; diversos municípios nos procuraram aqui: São Gonçalo, Santa Quitéria, Aracati, relatando os graves problemas que tiveram não só com os consumidores individualmente, mas com o comércio, prejudicando turismo. Então o que está sendo feito para evitar que haja essas quedas de energias, o que está sendo pensado para garantir um atendimento de qualidade que possa minimamente satisfazer as pessoas que buscam uma solução junto à ENEL e digo aqui: Não encontram, ficam sem respostas como eu fiquei e como várias pessoas do Estado do Ceará ficam.

E por fim, a gente viu aqui uma denúncia veiculada essa semana nos jornais, de uma consumidora que acusou à própria ENEL de fazer um gato na sua unidade residencial para sustentar o gasto de energia do aparelho de ar condicionado da Loja da ENEL no Município de Várzea Alegre. A imprensa procurou a ENEL para ter resposta sobre essa situação e não obteve. E a gente queria entender o que é que está acontecendo. Porque segundo a fala dessa consumidora, ela procurou a ENEL, mas não obteve uma resolução satisfatória para esse caso. E a gente quer entender como é que a própria empresa faz um gato de energia dentro da unidade residencial de uma cidadã cearense. Então trago aqui esses questionamentos

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Deputada, a senhora colocou um tema que é muito importante que é dos eletrodependentes. Existe, e eu acho que a gente precisa divulgar mais, pelo que a senhora colocou, todo um critério para cadastramento e para que a ENEL tenha conhecimento de onde ele se localiza uma vez cadastrado, tanto para evitar suspensão de fornecimento, mas principalmente para no momento de uma interrupção ser priorizado o atendimento dele. Nós já inclusive utilizamos algumas vezes geradores, quando demora, quando é algo que vai demorar mais tempo, nós sabemos que vai demorar e ele não tem condições, a gente tem duas opções: Uma, é suprir com alguma outra fonte; e outra, realmente é alertar à família para que ele precise ser deslocado. A Rede é suscetível a “N” falhas.

Então, muitas vezes, eu lembro bem de uma última ocorrência no período do Carnaval, em que teve um abalroamento ali no Eusébio, e deixou dez mil famílias sem energia no primeiro momento, e depois ficaram algumas famílias, e tinha o caso de um eletrodependente. Então esse é um tema. Eu acho que a gente precisa divulgar mais.

Outra. A senhora falou sobre a Dona Fátima, da Abrame, eu a conheço, já estive com ela, e pretendo buscar essa interação novamente para ver... Ela faz um trabalho muito nobre. Então a maior admiração pelo trabalho que ela presta nesse âmbito, e procurarei para que a gente possa ter uma

interação e melhor interagir nesse sentido até de divulgar, porque muitos não conhecem, tem a eletrodependência e não conhece o critério, e nós só sabemos realmente quando se cadastra.

Eu vou passar, se a senhora me permite, eu vou passar para a nossa gestora de mercado para falar sobre esse tema das Lojas e do Canal de Atendimento.

SRA. MICHELINE PAOLA SILVEIRA DE LUNA (Head da Área de Mercado da ENEL Distribuição-Ceará): Boa tarde. Falando aqui dos Canais de atendimento a gente trabalha num esforço grande de capacitação de toda a equipe de atendimento, seja pelo Call Center, seja pelas nossas lojas. Então a gente tem, além de investir na parte de jornada do cliente, de melhoria sistêmicas, para que o atendimento flua mais fácil, a capacitação recorrente exatamente para trazer essa empatia e conhecimento dos processos para orientar melhor os nossos clientes. Eventualmente acontecem problemas como você relatou, e é importante a gente ter isso, a gente faz escuta dos atendimentos para a gente pegar esses feedbacks e retroalimentar a equipe que faz o atendimento.

Acho que o último ponto que você colocou, deputada, foi a questão desse incidente em Várzea Alegre, é um tema que aconteceu em 2020, não é um tema recente, onde a ENEL é inquilina desse imóvel, assim como a cliente que reportou também é um inquilina; a ENEL fica na parte de baixo do empreendimento e ela na parte de cima, e foi um problema da instalação elétrica da propriedade. Acionamos o proprietário assim que a gente soube; que tomou as devidas providências. A gente tentou um contato com essa cliente e ela decidiu entrar pela via judicial, que está em tramite, e assim que for decidido, a gente vai cumprir com o que for decidido.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Deputada Emília agora será a próxima. O Deputado Felipe está só pedindo para fazer um questionamento, um minuto. Deputado Felipe Mota.

SR. DEPUTADO FELIPE MOTA (UNIÃO): Quando nós começamos aqui a defender o setor produtivo, a gente recebe mensagens de empresários. E aqui o empresário relata que uma unidade da Crocs, aquelas sandálias americanas, e ele está aguardando, inclusive teve uma matéria no Diário do Nordeste, e aqui ele coloca: *Deputado, é importante você fazer a cobrança do setor produtivo. Mas trago informação que são vários empregos que o Estado do Ceará está precisando inserir. Peça a ENEL nesse instante que se lembre das indústrias de grande porte onde os empregos são necessários.* Estou dizendo o nome da empresa porque eu pedi autorização, e é a empresa Crocs.

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Eu conheço, deputado, já estive com a empresa, e realmente é uma carga significativa. Ela é mais ou menos

equivalente, só para o senhor tem ideia, quase 10% da carga da cidade de Canindé. Nós já estamos viabilizando uma solução, e ficamos com o compromisso de até 60 dias dar uma solução para o caso da Crocs.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Deputada Emília, me permita só agradecer aqui a presença da Polícia Militar que faz aqui a segurança do ambiente, Deputado Guilherme Landim, e todos que aqui permanecem, para garantir a segurança.

Passo a palavra à colega Deputada Emilia Pessoa.

SRA. DEPUTADA EMILIA PESSOA (PSDB): Boa tarde a todos. Presidente Fernando Santana, nosso Presidente da CPI da ENEL, demais deputados; Dr. Nunes nosso Presidente da ENEL, também queria cumprimentar a Dra. Micheline, na qual também cumprimento a todas as mulheres da ENEL-Ceará; Dr. Charles.

Eu já presidi uma CPI no meu Município de Caucaia, e eu sei que o próprio nome, Doutor Nunes, já tencionao momento. Mas aqui eu quero agradecer ao senhor, toda a sua equipe da forma que vem respondendo todos esses questionamentos, porque a CPI é um instrumento legítimo de nós, como representantes do Estado do Ceará, em trazer a resposta daquilo que mais nós ouvimos nas ruas, na população.

Nós sabemos que a ENEL é um grande problema, tem ocasionado um grande problema à comunidade, à população como um todo, e esse momento é um momento muito propício diante das falas que foram expostas, os deputados aqui tão bem conduzidos pelo Deputado Fernando Santana, a gente trazer de imediato àquela perspectiva, inclusive a palavra que eu ouvi e gostei muito, aqui dentro de um processo institucional que foi a questão da esperança. Então é isso que de fato nos move.

Nós estamos falando aqui desde aquele que tem o seu CPF quanto também àquele que tem o seu CNPJ. Nós estamos falando aqui de uma necessidade básica que todos nós somos dependentes do fornecimento de energia, e precisa inclusive ser respeitado esse nosso próprio direito básico. Eu ouvi aqui atentamente os deputados que me antecederam, e vi que os problemas de Caucaia, da Região Metropolitana, uma cidade importante importantíssima para o Estado do Ceará, e mais ainda importante para mim, eu vi que os problemas que eu estava elencando aqui daquilo que eu escuto são os problemas também que já não são pontuais em alguns municípios, e se não em todo o Estado do Ceará. Isso de fato nos preocupa. E eu vejo a questão da fala franca aqui do Dr. Nunes em relação à questão de cultivar essa questão empatia. Quando se coloca no lugar do próprio usuário que é realmente atingido por algum

problema, eu acredito que a empresa possa ter passos seguros para resolver um problema tão grandioso que é o fornecimento de energia.

Nós sabemos que tão quanto o problema da ENEL é também o problema da Cagece, sabemos disso, mas o nosso objeto hoje da nossa CPI é de fato a ENEL. E eu vi aqui o Dr. Nunes falando exatamente com essa empatia e falando por diversas vezes na palavra comprometimento. E eu quero aqui, talvez sendo um pouco redundante, mas já ir para a pergunta que Caucaia e todo o Estado do Ceará tem vivenciado essa problemática. E eu queria, Dr. Nunes, saber se de fato nós podemos realmente contar com esse comprometimento da ENEL em solucionar os problemas que hoje são pendentes; a parte de indenização, a parte de melhoria nesse serviço que é básico para a população. Então nós podemos de fato contar com esse comprometimento da ENEL e o prazo para que isso a gente consiga enxergar esses resultados.

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Eu agradeço, deputada, a sua colocação. Ela sem dúvida nenhuma nos provoca e também de algum modo fortalece o nosso comprometimento.

Nós entendemos como qualquer serviço de *Utilites*, o que eu falei é que a percepção infelizmente não é algo tão rápido. Mas pelas atividades que nós estamos assumindo agora com profissionais próprios, nós entendemos que a partir de junho começa a ver alguma percepção naquele atendimento emergencial, no atendimento quando falta energia e o consumidor liga para a empresa e recebe a equipe para atender o seu serviço.

Com relação a obras, é algo que necessita de um prazo maior, e não é assim simultaneamente todo o Estado. Tem algumas obras como essa que o Deputado Felipe Mota colocou de Canindé que já está endereçada, nós recebemos o empresário, recebemos a demanda do Estado, é uma obra realmente de potência muito elevada, e está endereçada, e como eu me comprometi em 60 dias ter uma solução.

Existem outras obras, e aí pontualmente, cada caso é um caso, que a gente está em tratativas em prazos maiores, mas em tratativa com o investidor. E uma das buscas é essa de ter uma capilaridade e uma interação com os investidores para começar a ter assunção, o compromisso de cada caso, de ambas as partes. Então asseguro para a senhora quer um compromisso de busca e que chegaremos lá, sem dúvida nenhuma.

SRA. DEPUTADA EMILIA PESSOA (PSDB): Doutor, dentre do que já foi falado aqui de queima de aparelhos, indenizações, o caso das escolas, as casas com serviços que são vitais à questão das pessoas doentese são ligadas à energia. Eu fui vítima, a minha família foi vítima da perda de uma pessoa, do

marido da minha prima, em decorrência da questão de um cabo que quebrou e atingiu ele exatamente no percurso que estava passando na comunidade da Catirina. Então, mais do que ouvir os relatos que a gente também escuta da população, a gente vivencia na própria pele todos os problemas da comunidade.

Enfim, a minha segunda pergunta também de forma objetiva, o senhor sabe, assim responder exatamente qual é o nível de responsabilidade social da ENEL, e com a questão desses novos números de faturamento da ENEL com perspectiva para os próximos anos, se a ENEL pretende de fato ampliar todos esses benefícios de responsabilidade social para que cheguem ao nosso Estado do Ceará.

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Nós temos um elenco de projetos sociais, esportivos e culturais que nos orgulha muito. Nós temos uma marca de projetos sociais, muitos projetos sociais foram criados aqui no Ceará, no passado, e depois migraram para todo o Brasil. Vou só dar alguns exemplos para ficar bem claro, assim. O que nós temos hoje, quando a gente *fala família baixa renda, troca de geladeira,* já ficou uma coisa comum assim para o cearense. Já foram trocados. E por que isso, para as famílias que têm benefício social se troca uma geladeira? Porque a geladeira é o eletrodoméstico que mais consome em uma família de baixa renda. Muitas vezes, 60, 70% da conta e já é uma geladeira antiga. Então para a senhora ter uma ideia, nós já trocamos no Ceará mais de 120 mil geladeiras, mais de 120 mil famílias de baixa renda já foram contemplados com a troca de geladeira.

Há outro projeto também enviado aqui, de troca de bônus por resíduos recicláveis, resíduo reciclável por bônus na conta de energia. Hoje nós temos muitas famílias que pagam integralmente a sua conta de energia com resíduo reciclável. E aí projetos culturais, projetos agora, nós temos um projeto a ser iniciado para Eficiência Energética do Hospital Geral de Fortaleza, são dois hospitais. Um é o Geral de Fortaleza e o outro, se eu não me engano, me fugiu aqui a memória, mas são dois grandes projetos de eficiência energética, ah, o Hospital São José. O Hospital São José e o Hospital Geral de Fortaleza. Praticamente todos os hospitais públicos do Ceará em algum momento já tiveram esse benefício, e nós pretendemos voltar, estamos voltando agora, isso já é para ser iniciado e vamos reforçar esse benefício, porque nós sabemos as dificuldades que tem a saúde pública em geral. Então é uma forma da gente também contribuir.

Então a senhora fique certa que faz parte da nossa marca. Nós pretendemos também dar mais visibilidade a esses projetos, porque têm alguns até que a população diz *Poxa, pensei que não existia mais, vocês ainda têm?* Então eu concordo que precisamos fazer maior divulgação.

SRA. DEPUTADA EMILIA PESSOA (PSDB): Doutor Nunes, o senhor falou inicialmente, pediu aqui autorização ao nosso presidente para apresentar um material no decorrer da CPI, e o presidente se posicionou que no final daria essa oportunidade. Eu gostaria também que o senhor compartilhasse esse material em todos os gabinetes dos deputados, para que também possam conhecer o que o senhor venha a nos mostrar, além de ficar registrado aqui.

Então encerro aqui é o meu ciclo de participação das perguntas da CPI, agradecendo a todos pela presença. Muito obrigada, senhor presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): A presidência a agradecea colega Deputada Emília Pessoa. Passamos ao próximo deputado inscrito, o Deputado Simão Pedro que permutou com o Deputado Bruno Pedrosa. Com a palavra o colega Deputado Bruno Pedrosa.

SR. DEPUTADO BRUNO PEDROSA (PDT): Boa tarde a todos. Boa tarde, Presidente Fernando. Eu queria me acostar com Vossa Excelência, me solidarizar com os últimos acontecimentos políticos e toda sua conduta ilibada do seu caráter. Então você tem todo o nosso apoio, toda nossa parceria aqui na Assembleia, aqui na CPI da ENEL. Cumprimentar a todos os colegas de deputados; cumprimentar o Nunes, a gente tem uma relação de muito tempo já, sempre de diálogo; a Sra. Micheline Paola; o Sr. Charles de Capdeville; colega Cleto Gomes, nós já estivemos junto hoje na OAB; colega Tarcísio também, servidor lá da ENEL.

Nunes, primeiro dizer que de fato quando a CPI é criada é por um desejo da população, por reivindicação da população, por fato existente, por tudo, por denúncias, e o objetivo dela não só de punir e ouvir, mas obviamente é de aprimorar, de entregar um serviço melhor para a população, buscar com que a ENEL possa se enquadrar como era antigamente. Sempre nos índices a ENEL ficava entre as quatro, cinco mais bem avaliadas do Brasil. Nos últimos anos está entre as três, quatro mais mal avaliadas.

Eu como Presidente da Frente Parlamentar das Energias Renováveis, Deputado Fernando, nosso Presidente, Relator Guilherme, me imbuíram de fazer esses levantamentos acerca das energias renováveis. Nós recebemos aqui diversas autoridades no assunto, no tema, e a gente já dialogou muitas vezes acerca desse tema, mas de fato chegou um momento onde os maiores especialistas; recebemos aqui o Sr. Rodrigo Sauaia, da ABSOLAR que é a maior instituição de energia solar do Brasil; a própria Sra. Bárbara Rubim, conhecida como a maior autoridade jurídica do ponto de vista da Geração Distribuída. É importante que a gente possa falar um pouco para a população, às vezes para a gente também não ficar aqui no assunto muito técnico, apesar de não ser engenheiro eletricista, mas para que a

população, às vezes, entenda sobre o que tem acontecido na Energia Renovável, que vem desde a Resolução Normativa 482/2012. Então veio a Lei 14.300, Deputado Fernando, para regrar o marco da Geração Distribuída tanto da micro como minigeração e, posteriormente, a Resolução 1.000 da ANEEL.

A ENEL, todos nós sabemos que é um monopólio, é monopólio por Concessão Pública, mas devido ao avanço da tecnologia vem deixando de ser monopólio, exclusivamente pelo avanço da tecnologia, que é a energia solar. Portanto, nós da Frente Parlamentar temos sempre de fazer essa divisão também importante para a população, entre Geração Distribuída e geração centralizada. E Geração Distribuída vem até 5 megawatts; o relacionamento é com a ENEL; e acima de 5 megawatts vem a geração centralizada que é um mercado livre, que vem já com a relação institucional com a CHESF, no nosso caso do Estado do Ceará.

Então essas grandes usinas têm tido uma boa desenvoltura com todo o apoio do Governo do Estado, Governador Elmano com vários memorandos de entendimento assinados, justamente por sua relação institucional ser com a CHESF. Então a CHESF, inclusive essa Medida Provisória que o Presidente Lula editou quinze, vinte dias atrás, é dando uma organizada sobre essa questão dos pontos de conexão, enfim, e os prazos para que essas obras possam acontecer e assim fazer uma indução aos investimentos em geração de emprego nosso Estado.

Da mesma forma, Deputado Fernando, a Deputado Lia esteve aqui, o Deputado Guilherme esteve aqui, o Deputado Felipe Mota estava aqui, a Geração Distribuída da mesma forma. Porque uma usina de 5 megawatts tem um investimento de 20 milhões de reais. Você tem a geração de aproximadamente 100, 150 até 200 empregos. Isso no sertão brabo, Santa Quitéria, Caridade, Canindé, e quase 99% das vezes com mão de obra contratada local, do interior, na construção civil para escavação, para colocar os traques, enfim, fazer toda a montagem do processo e posteriormente 5, 10 empregos para fazer a operação e manutenção dessas usinas. A partir do momento que entra essas usinas no mercado é fato que a ENEL perde uma fatia do mercado para essas usinas que vão aparecendo. No entanto é a ENEL que tem que autorizar por ser Concessionária do Sistema de Distribuição, ela que tem que autorizar esta conexão.

E aí já inicio minhas perguntas, Nunes, diante de tudo aqui em Relatórios da ABSOLAR e perguntas diante da legalidade, começaria fazendo a pergunta. Diante daqueles orçamentos milionários, o que é o orçamento, falando para a população: Quando você pede para conectar uma usina a ENEL tem que responder: *Haverá um custo para essa conexão de 200 mil reais;* e o investidor pode fazer esse custo, cobrir esse custo, mas muitas vezes esse custo vinha de 100 milhões de reais, 50 milhões de reais.

Isso inviabiliza qualquer tipo de investimento. Além disso, a lei obriga que esses orçamentos sejam individuais, e tivemos conhecimento aqui de que era muitas vezes um único orçamento para vários investidores no mesmo local. Esses orçamentos estiveram com esse valor muito grande, de fato, eles foram individuais ou eles atenderam a muita gente o mesmo orçamento para muita gente, você tem como me responder?

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Deputado, eu faria só uma pequena complementação. Muito boa abordagem que o senhor fez. Você está falando de uma microgeração e dos investidores. E muitos consumidores individualmente colocaram a energia solar em suas residências. Nós somos hoje o terceiro Estado com mais geração solar instalada. Com relação aos investidores, houve aquele primeiro momento em que vários investidores não tiveram custo elevado; até alguns casos, eu acho que praticamente foi custo zero para se conectar. Porquê? Porque as instalações estavam absolutamente, digamos, com folga, para receber essa energia. E qual é o problema da energia solar que a gente vê só como fonte? É que existe momento, como... ela está associado a uma carga. Muitos dizem isso para mim: *Mas ela não está associada a uma carga?* Mas tem que existir a premissa de que aquela energia se não tiver a carga, se a carga naquele momento não tiver utilizando, ela possa ser injetada na Rede, daí a necessidade muitas vezes da Rede ser ampliada para poder receber essa energia. Esse é um lado.

E o outro lado, como o senhor bem sabe, é aquela data de 7 de janeiro, não sei se foi a melhor estratégia ou não em termos regulatórios, mas o fato é que antes daquilo tinha um grande benefício, e esse benefício para quem não tinha solar e continuava na Distribuidora, como na realidade você pega se os seus custos estiverem todo correto do lado de uma Distribuidora. Como é que é o sistema? Você pega o custo e divide pelos consumidores. Então aqueles consumidores que não tinham energia solar acabavam pagando uma parcela para aqueles que estavam utilizando a Rede. Então o 7 de janeiro foi o marco, e a partir daí realmente caiu a atratividade da energia solar. Embora eu acho, e eu acho que o senhor acha também que ainda é bastante atrativo, mas caiu muito. Então o gargalo desses investimentos, eu posso depois... nós já sentamos algumas vezes, mas exauriria esse tema, a gente sentando novamente com os nossos profissionais para ver e para ver também, sei lá, de repente o senhor com a interação que tem pode buscar aí uma alternativa regulatória que possa destravar. Mas hoje, na realidade, a gente cumpre a regra do jogo, cumpra o que está na regulamentação. Alguns investidores já pegaram o orçamento nosso, mandaram pra ANEEL e foi verificado que *está tudo correto, está ok.* Então a gente está atendendo a regra do jogo da Regulação.

Entendemos o que o senhor disse, e o senhor tem toda razão. Muitas vezes comparado com o custo de uma plantaacaba inviabilizando, é verdade. Mas eu acho que é algo que não diz respeito só à ENEL, diz respeito a todas as Distribuidoras, e temos que sentar e tentar ver se há alternativa, se há outra alternativa junto ao Regulador. Dependemos estritamente da Regulação.

SR. DEPUTADO BRUNO PEDROSA (PDT): Os dados que nós temos da ABSOLAR, Nunes, diante de apenas reclamações registradas na ANEEL demonstram, independente do motivo, seja por alguma ilegalidade das opções de conexão que a Resolução 1.000 coloca, seja pelos orçamentos milionários, e o Estado do Ceará perdeu um bilhão de investimentos em Geração Distribuída devido essa falta de eficiência no trâmite desses processos e, consequentemente, 20 mil empregos. Isso aqui são dados da ABSOLAR. Está certo? Dos levantamentos feitos por aqueles empresários que registraram na ANEEL os seus Pedidos de Conexão e não tinham sido atendidos por qualquer motivo que seja, ilegais ou não. Está certo.

Mas dando sequência sobre... isso aqui são perguntas inclusive que eu perguntei ao Setor, não são coisas diretamente da minha pessoa; nós temos a Câmara Setorial, nós temos o Sindienergia, enfim, pessoas que subsidiam as nossas perguntas.

Um dos motivos, Deputado Fernando, principal desses investimentos não serem realizados, muito motivos foram justificados pela questão da Inversão de Fluxo. E eu farei essa pergunta também que foi do Setor, Nunes, essa questão da Inversão de Fluxo, como isso pode ser de fato confirmado pelos investidores, pelas informações técnicas de forma transparente. Muitos reclamam é que não há transparência na fila, porque assim, Fernando, por exemplo, o Município de Brejo Santo tem lá Subestação, foram pedidos dez projetos na Subestação do Brejo Santo; teoricamente o primeiro pediu antecipadamente teria um custo de Conexão mais barato, mas ninguém sabe quem foi o primeiro, quem foi o segundo, quem foi o terceiro. Então eu faria essa pergunta para você: *Qual seria o grau de confiabilidade dos dados da Inversão de Fluxo?*

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): É o seguinte, deputado, logicamente, nós não podemos chegar para o senhor e dizer: *Aqui são os seus concorrentes que estão pedindo dessa mesma Subestação,* mas o Regulador pode fazer isso. Pode chegar para gente e dizer: Me dê quais são os investidores que estão demandando dessa Subestação. E nós estamos totalmente abertos para fornecer esses dados. Eu acho que existe um incômodo em relação aos investidores em relação a esse tema. Inversão de Fluxo é muito fácil de ser visualizada. Eu costumo comparar o circuito elétrico com circuito hidráulico, que é mais fácil para o cidadão ter uma noção de

como se comporta. Você tem aqui um cano de água e tem uma caixa d'água recebendo aquela água, e tem uma bomba que também está injetando água. Tem momentos que você fecha a caixa e a bomba continua injetando água no cano. Você tem um fluxo no sentido inverso daquele cano. É muito parecido com o sistema elétrico. Então ele tem que ser dimensionado.

Outro dia, um profissional do nosso ramo, eu não vou citar aqui o nome, ele disse: *Nunes, veja como a Geração Distribuída ajuda até o nível de tensão. No momento que entra a Geração Distribuída melhora o nível de tensão.* É verdade. Mas hoje o grande problema é que ela sai 4 horas da tarde, porque é quando o sol deixa... as placas deixam de gerar você perde a Geração Distribuída, e é o momento que você mais precisa que tem entrando a carga de iluminação pública logo a seguir e outras cargas. É normalmente o momento de pico do sistema em torno de 17h30, 18 horas. Então esse é um desafio tecnológico.

Eu acho que, não sei se, eu sei que o senhor diz: A gente já tantas vezes sentou, conversou e detalhou, eestamos abertos para isso, para sentar e buscarver se tem alguma alternativa que possa contemplar. Eu acho benéfico, não é simples, imagine bem, a gente só está começando a falar de veículo elétrico. Veículo elétrico para o sistema elétrico vai ser outra Geração Distribuída, vai demandar outra infraestrutura elétrica. Se você imaginar um prédio com 200 apartamentos, imagine cada um com um carro elétrico que precisa de uma tomadinha para carregar e que tenha momentos que ele seja gerador e queira injetar aquela energia na Rede. Então a complexidade da Distribuidora, aí só vai crescer. Geração Distribuída, em minha opinião, é um passe, e ainda não é o passo final. Mas era isso.

SR. DEPUTADO BRUNO PEDROSA (PDT): Eu acho que devia só registrar, assim, o senhor coloca que não é obrigação da Concessionária dar essas informações que o órgão Regulador possa informar, possa fornecer. Mais uma vez a gente chega à ANEEL. ANEEL tem aí essa trava também para o bom desenvolvimento dos investimentos no nosso Estado.

Mas dando sequência, Nunes, lembrando que quando a gente não consegue fazer investimentos nós estamos indo na contramão do SG, vamos indo na contramão do meio ambiente, da proteção do meio ambiente, das energias renováveis, da geração de emprego. Então fazer aqui esse registro. Por fim Deputado Fernando, eu vou para minha conclusão, tem uma Sessão Solene agora, peço mil desculpas, queriam ficar até o final. Um Deputado Federal da Bahia apresentou um projeto limitando a Geração Distribuída em 10% da área de cada Concessão. Para você ver o nível de projetos, ou seja, se 10% das casas do nosso Estado, das unidades consumidoras tivesse energia solar, a Concessionária não será obrigada a dar mais conexão para mais unidade consumidores, para mais clientes, ou seja, uma grande

possibilidade de redução de custo das empresas, de geração de oportunidade, então isso mostra a necessidade da população estar de olho nas políticas, nos projetos de lei relacionados à energia renovável, relacionados à energia elétrica.

Por fim, Nunes, já lhe agradecendo, lembrando que você falou que a ENEL detém, aliás, que os minoritários detêm 26% das ações...

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): 25.9, deputado, para ser mais preciso.

SR. DEPUTADO BRUNO PEDROSA (PDT): Exato, exato. E a ENEL detém 74, não é? Então...

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Sim, o complemento, sem dúvida.

SR. DEPUTADO BRUNO PEDROSA (PDT): Então os dividendos, vão 74% pra ENEL, seja ordinária seja preferenciais, enfim, eu achava justo frisar esse numero também.

Então assim, por fim, Nunes, lhe agradecendo pelos esclarecimentos. Lembrando da necessidade do desenvolvimento, é uma pauta que o nosso Governador tem feito, o Ceará pode despontar sua economia, seu desenvolvimento com o Hidrogênio Verde. Então, a nossa necessidade de energia renovável está cada vez maior. Então, a ENEL, se Deus quiser, na sua nova gestão, nesse novo desafio, nesses trinta e seis meses que nós possamos avançar nas Energias Renováveis, na preservação do meio ambiente, na geração de emprego pro nosso povo cearense, que é o que a gente mais quer.

Fazendo apenas o registro que eu não podia deixar de falar, sobre o Município é de Nova Russas, onde eu sou de Nova Russas e nós de fato ficamos lá mais de um ano para fazer a conexão no hospital novo que a gente inaugurou, a gente destinou os recursos para a construção de um novo hospital em Nova Russas, e também do mercado público, no centro do município também foram mais de 10 meses pra gente poder conseguir essa conexão. Todos os dois já foram conectados e devidamente inaugurados, mas foi um sofrimento muito grande para a população. Eu não podia deixar de fazer esse reconhecimento.

E no mais, obrigado Deputado Fernando, principalmente o Deputado Simão que me deu a oportunidade de falar primeiro, e a todos que estão aqui representando a empresa; que a gente possa cada vez mais estreitar esse diálogo para o desenvolvimento das Energias Renováveis aqui no Estado do Ceará. Obrigado. Obrigado, Deputado Fernando.

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição Ceará): Obrigado, deputado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): A presidência toma ciência e agradece a colaboração do Deputado Bruno Pedrosa. Passamos a palavra ao Deputado Simão Pedro.

SR. DEPUTADO SIMÃO PEDRO (PSD): Boa tarde a todos. Já tem uma tarde bem longa e bem cansativa. Mas de início eu cumprimento a todos, a todos que nos assistem aí através das mídias, das Redes Sociais e também da TV e do Rádio Assembleia; cumprimento a todos que estão aqui presentes, principalmente aqui algumas autoridades também que representa como a Prefeita Ana Vládia e Presidente da CPI, Fernando Santana e demais colegas deputados.

Primeiro parabenizo à CPI, a esta Casa por ter realmente enfrentado, está enfrentando esse grande desafio que é solucionar o problema que a população do nosso Estado vem sofrendo com a distribuição dessa empresa, a ENEL, aqui no Estado do Ceará. Cumprimento também a todos vocês que representam a empresa. Como já foi dito aqui, não tenho nada pessoal com ninguém, mas vocês vieram aqui realmente representar uma empresa que ela tem a maior insatisfação nos últimos anos no nosso Estado.

Temos aqui um Relatório do Procon e todos os deputados recebeu. E assim, todos os anos, de 2019 até 2023, ela é campeã de reclamações. E assim, não são poucas, tem reclamações que são assim irrisórias, para essa empresa, como tem reclamações enormes, como já foi relatado vários fatores aqui. Enfim, a indignação meus amigos, da população, é muito grande em não ter aonde e a quem recorrer. Porque se vai para um Call Center, você passa horas e horas e não tem uma resposta, você não tem um horário correto. Se diz: *é tantas horas*, mas não cumpre. Isso é em todo o Estado do Ceará. A insatisfação é muito grande e nossa indignação, eu falo aqui também como membro da CPI, porque desde o ano passado que nós estamos apurando essa empresa, e assim, de lá para cá também não melhorou em nada. Nós podemos dizer isso em concreto, porque não melhorou em nenhuma ação.

Nós estamos vendo hoje, Sr. José Nunes, eu passo já a palavra para você, mas nós estamos vendo hoje uma promessa de executar um planejamento, Deputado Felipe Mota, uma promessa, mas isso deixa a gente mais indignado em saber que o quê? Que esse planejamento não existia anteriormente ou se existia só estava no papel e não era executado, meus amigos. Porque toda empresa, eu venho, eu sou administrador, estou deputado, mas sou administrador e sei que toda empresa precisa ter um planejamento de curto, médio e longo prazo, e precisa ter uma divisão dos rendimentos em percentuais, inclusive para investimento. Qual o percentual que essa empresa tinha, Deputada Lia, para investir? Porque lucro ela tinha, a gente sabe e é declarado. Lucros grandes. Então, qual percentual? Cadê esse investimento? Por que não era posto em prática?

Era importante aqui, não teve a oportunidade, nós não estamos tendo a oportunidade de ouvir a ex-presidente, porque estava nessa função, você está recebendo agora, mas está recebendo, o que eu digo no sentido amigável, essa pancada toda, mas assim, a população não pode esperar mais 36 meses, Felipe Mota, e chegar daqui a 36 meses, e cadê? E aí, o que foi cumprido? Nós vamos ficar de cara para cima mais uma vez, pra a frente, esperando o que não vem?

Então precisa, e eu vou... Foi importante aqui, anotei várias coisas aqui, mas cada deputado já citou várias. A geração de emprego no nosso Estado que é falho muito e não tem como gerar porque as empresas não conseguem se instalar. Inclusive, Diretor José Nunes, as empresas pagam por um projeto, vamos supor, eu tenho alguns protocolos aqui de empresas que requereram a nova ligação, de supermercado, por exemplo, de atacarejo, em Horizonte, em Limoeiro do Norte, no Iguatu, ano passado houve um problema grande; e vários no Ceará. Mas esses que estão em aberto, por exemplo, vou citar de Horizonte, foi em outubro, 23 de outubro de 2023, o protocolo. A empresa está pronta, instalada, não pode colocar a mercadoria dentro porque não tem energia. E muitas delas pagam o projeto 30, 40, 50 mil, 70 e não é o projeto só de mini subestação que tem que ter para controlar a entrada de energia, mas também, muitas vezes, de uma remoção de alguma coisa ou de um poste a mais que tem que ampliar a Rede. Muitas pagam e mesmo assim a ENEL não tem servidor pra executar. Posso dizer que não tem porque não chega o serviço.

E uma pergunta que eu tenho também pra falar, Sr. Nunes, por exemplo, as pessoas reclamam muito da zona rural principalmente, porque são cobradas duas contas de uma só vez. Então assim, paga uma conta de dois meses, aí com dois meses vem mais outra conta, feito a média do último consumo, sem saber se essa pessoa vai usar ou não. Entendeu? Então, por que disso? Porque as pessoas juntam duas taxas de iluminação, então elas não conseguem se projetar, porque a gente sabe que a renda é difícil, hoje, para as pessoas, principalmente quem está na zona rural com esse clima que a gente tem que é instável. E nós temos essa reclamação em todo o Estado do Ceará, na zona rural, de cobrar, a ENEL só cobrar a fatura de dois em dois meses. Eu acho que exatamente deixa também claro para mim, mas vou já lhe ouvir, que é falta de servidor também para atender.

E outra pergunta que eu tenho também. Vamos supor, quantos funcionários tinham na época que o senhor foi Diretor da Coelce? Naquela época, quantos funcionários tinham quando a ENEL adquiriu e que estava num patamar de excelente qualidade, em primeiro lugar no nosso País. Quantos servidores tinham e quantos têm hoje? Pelo que eu vi, tem 10.650, não é isso, o total que tem. Então, e quantos

precisaria para esse planejamento ser executado, o que tem que ser o de curto prazo, o de médio, o de longo, no planejamento de vocês.

A questão também da queda de energia, da tensão. Porque eu considero o seguinte, o comércio, isso aqui também é um produto que vocês estão vendendo, vocês são uma empresa que vende um produto, mas você vende um produto que não entrega, deputados. Porque não entrega? É a mesma coisa de eu fazer uma comparação, 1kg de arroz tem que ser 1kg, né, porque se não for 1kg a empresa é multada. Então 220 de tensão tem que ser 220 e não chega. Em muitos bairros e lugares não chega, só chega 180, 160 e os equipamentos são danificados, como falou aqui a Deputada Lia. Então isso aí está sendo burlado e está sendo lesado o cliente, porque você está vendendo um produto e não está entregando a quantidade. É como se você vendesse 1kg e só entregasse 800gr dentro do pacote. Então você está lesando o cliente. Então, são vários fatores.

Eu tenho outro exemplo aqui também do Município de Solonópole, Nunes, eu passo já a palavra pra você, a prefeita está aí, mas nós temos um açude lá na Comunidade Poço do Bento, e o transformador está no meio do açude; esse açude já tem um protocolo lá há anos. Ele foi concluído em 2021, mas o protocolo dele é bem anterior, no começo da obra. A construtora fez uma Rede pela parte de fora do açude, a ENEL não recebeu e cobrou quase 2 milhões de reais para executar essa obra. E até hoje está lá. E o açude está tendo a recarga, eu já mostrei aqui à CPI, já botei no grupo, enfim. Hoje tem aproximadamente a água, do nível da água para chegar ao transformador, menos de 1.30m. Essa Rede passa no meio de um açude, um açude grande; e vai afetar diretamente mais de 400 famílias, mais de 400 residências a qualquer momento, porque está subindo. Ele estava a quase 2m há 20 e poucos dias, e hoje ele está a menos de 1.30m e tomando água todo dia. Então a qualquer momento a água vai batendo no transformador e vai danificar tudo. As famílias vão ficar sem receber a energia, o problema grave, e enfim, não existe solução pra esses problemas.

Então eu quero ouvir do nosso Diretor aí da ENEL, alguns desses principais problemas que eu citei aqui. O que é que pode ser feito de longo, de curto prazo e de médio prazo? Porque de longo a gente não pode nem falar aqui porque não tem como, tem que ser de curto e médio prazo.

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Deputado me permita só fazer uma colocação quando o senhor comparou com o peso do alimento. Na realidade, o consumo nosso é energia, ele não é só a tensão. A tensão na Rede Elétrica, eu falei aqui do setor de hidráulica, é equivalente a pressão em uma torneira. Ele é regulado, mas você tem uma faixa de menos e de mais até onde pode se entregar a energia. A energia é essa tensão multiplicada pela corrente.

Então quando o senhor tem uma tensão mais baixa que o senhor consome a energia, o senhor não consome, digamos, não está pagando o que não foi entregue, porque aí a corrente normalmente se eleva, se for um motor para poder compensar isso. Mas sem dúvida que fora de uma determinada faixa adequada isso gera problema. Mas a tensão na Rede Elétrica, quando a gente fala lá em 220, é equivalente a pressão que você tem quando abre uma torneira, às vezes a pressão está menor ou está maior e isso é absolutamente regulado.

Com relação ao açude, anotei aqui, é um tema grave, sem dúvida, deveria ter sido feito no momento da retirada do açude. E normalmente o empreendedor, se for público, é o município, esse custo é alocado pela regulação que nós seguimos ao empreendedor, ao município e podemos também ver com o próprio Estado como fazer isso.

SR. DEPUTADO SIMÃO PEDRO (PSD): Só complementando sobre esse tema aí, eu tenho um orçamento aqui inclusive da ENEL, que é aproximadamente um milhão 800 e alguma coisa. E o que é que foi relatado lá atrás, pra concluir pro senhor. A ENEL tinha um ajuste de um crédito com o Estadoe que iria usar parte desse crédito com essa remoção e essa nova instalação.

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Certo, é possível, desde que o Estado autorize isso. Digamos, nós não utilizamos e depois informamos ao Estado. É previamente autorizado pelo Estado, mas o Estado tem tido toda sensibilidade com esses temas, com o tema desses que o senhor está colocando. Então acho que é grave. Agradeço o senhor ter trazido essa informação, porque se está a um metro da lâmina d'água já está na condição de risco. Então nos preocupa muitíssimo.

Quando eu falo do curto e do médio prazo, eu acho que no curto prazo, agora a partir de junho, julho, nós já estamos trabalhando. Como eu disse, eu já recebi feedbacks. Você recebeu foi pouco, sem dúvida, foi muito pouco ainda, mas já está começando a ter a percepção desse trabalho com turmas próprias e com eletricistas próprios. O número que eu falei pro senhor, de 11 mil colaboradores, são colaboradores próprios e parceiros. A gente é uma empresa que historicamente, historicamente, inclusive no momento que a gente foi mais de uma vez a melhor empresa do Brasil, teve uma vez que nós dividimos o prêmio com outra empresa e que essa empresa era muito primarizada, trabalhava muito com funcionários próprios e nós trabalhávamos muito com empresas, nós chamamos empresas parceiras, colaboradores parceiros. Então não necessariamente isso define o resultado ser bom ou ruim. Mas para o Atendimento Emergencial, que é aquele atendimento que vai ao momento que o consumidor mais necessita, nós entendemos que podemos fazer uma grande diferença. E essa diferença já está sendo

percebida. Nos próximos três anos serão capacitados e incorporados ao quadro da empresa 1.750 profissionais técnicos para essa atividade.

SR. DEPUTADO SIMÃO PEDRO (PSD): É, porque é exatamente o que a gente precisa aqui, Sr. Nunes, é a questão de curto e médio prazo, o que a gente pode chegar logo e atender. Inclusive eu quero até complementar aqui também, e sugerir aqui que a empresa possa entre esse novo planejamento, esse novo sonho que está se passando aqui para nós e para toda a população do Estado do Ceará, que ela possa também fazer uma prestação de contas, uma prestação de contas do que é que está sendo executado dentro desse planejamento, entendeu Felipe, para a gente poder ter ciência disso, a população também nos cobra. Nós estamos aqui, Sr. Nunes, porque a população nos elegeu para representá-los. Então nós temos uma responsabilidade muito grande de uma resposta, de trazer o serviço para o povo de volta. Entendeu? Então é o que eu perguntei aí: Quantos funcionários tinham, colaboradores, funcionários, terceirizados, enfim, como é tudo, na época que a empresa estava no auge, em plena alta, quantos tinham? Era a mesma quantidade de hoje ou não?

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Não. Na realidade, o número de colaboradores da empresa, o serviço da empresa depende de vários fatores. Se o senhor pega lá atrás o sistema elétrico, no momento que a ENEL, por exemplo, foi privatizada, era aproximadamente 1/3 do de hoje. Essa ampliação, naquela época, você não tinha o sistema universalizado, você tinha muitas famílias sem energia. Depois tiveram alguns programas do governo no sentido de acelerar esse acesso à energia, e hoje é comum, todo mundo hoje tem acesso à energia, há poucos casos isolados. Então isso não fazia parte da realidade daquela época. Luz para Todos, inicialmente, Luz no Campo, depois Luz pra Todos, e isso foi um processo assim, eu diria que foi, talvez, um dos serviços que mais cresceu, se nós formos olhar.

Agora, eu concordo com o senhor, o tema que o senhor fala da fatura, talvez mereça uma divulgação, porque o consumidor rural também pode informar a leitura para não ser feito por média. A regulamentação prevê, dá essa possibilidade de você acumular e diluir nos meses. O senhor traz um tema, será que isso está impactando de alguma forma? Vou até mandar fazer um estudo específico e uma amostragem para ver se essa média está distorcendo o valor. A nossa premissa e a nossa percepção aqui nesse momento é que não, ele apenas realmente ele recebe duas faturas que vai pagar uma e depois pagar outra com 30 dias, ele não tem a leitura mensal que tem o consumidor urbano.

SR. DEPUTADO SIMÃO PEDRO (PSD): Inclusive também outrapergunta que eu faço aqui dentro das faturas. Vou falar por município, já fui gestor de um município também. E assim, existe muito a

questão de o município pagar a mais porque é cobrado na fatura dos municípios. Então eles entram. Existem hoje empresas trabalhando só na recuperação desse crédito ganhando um percentual dos municípios para poder levantarem o que os municípios foram lesados e devolver. Eu digo, no caso do município que eu geri, que é o Município de Orós, e lá na época, a gente levantou vários valores, cerca de aproximadamente um milhão de reais só de devolução da ENEL no sentido administrativo, sem judicializar. Então automaticamente ela já se acusou que pegou indevidamente aquele recurso e devolveu.

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Eu vou colocar para o senhor três situações em que, às vezes, há crédito para o município e até algumas vezes não. Uma delas: Fronteira entre municípios. Então é possível, em determinados municípios, a fronteira não é algo assim visível, então é possível uma contribuição de Iluminação Pública de um município não ser repassado para ele e ser repassado para outro. Isso tem em muitos municípios, inclusive Fortaleza, que é um município grande, também tem uma região que o consumidor às vezes pode estar sendo alocado na sua conta de energia como se fosse o município vizinho. Isso é uma possibilidade. Outra possibilidade: Quando há Censo de Iluminação Pública. O que é o Censo? A cada três anos normalmente ou quatro anos se faz um levantamento de toda a Iluminação Pública. E a Iluminação Pública, se o prefeito tiver feito um projeto de eficiência energética e a gente não tomar conhecimento, houve redução do quadro de Iluminação Pública, então é possível que aí, assim como o contrário também ocorre. Se o prefeito coloca uma lâmpada, faz uma extensão de Rede, e às vezes não é nem o prefeito, às vezes pode até ser individualmente lá o cidadão, puxou uma extensão de Rede e colocou na Iluminação Pública e não nos informou, isso vai gerar um crédito a favor da ENEL. Então é algo que sempre tem. É um processo que não é simples, mas dá pra se fazer melhor, dá pra se fazer melhor.

Uma das diretrizes que a gente tomou foi: Nesse caso tem que ter a assinatura do Secretário ou do Prefeito. Vai fazer um Censo de Iluminação Pública, não é apenas do gestor que acompanha ali e tal; vamos ter que o Secretário ou Prefeito saber, porque tem toda a condição de acompanhar, de fazer bem. Mas é algo que está na rua, então tem determinados momentos que às vezes tem crescimento e a gente não é informado. E outro fator também é o seguinte, a classificação, a classe de consumo como o poder público, muitas vezes a prefeitura tem imóveis que são alugados, alugou a sede da Secretaria de Administração; alugou a sede para um órgão tal. Você diz: *O leiturista passa lá*? Passa, mas ele não tem essa expertise. Então, essa classificação tarifária de um órgão público, essa tarifa é menor do que a tarifa

comercial ou residencial. E se a gente não foi informado, não tem como conhecer. Então esse é outro tema que também não é pouco comum não, é muito comum nos municípios.

SR. DEPUTADO SIMÃO PEDRO (PSD): Seu Nunes, aí o que eu falei há pouco boa parte já fico satisfeito, mas eu ainda queria reforçar a questão do seguinte, da prestação de conta, Presidente Fernando, que a ENEL possa também nesse planejamento novo, nesse sonho que vocês estão vendendo pra nós, é que ele possa ser concretizado, nós esperamos isso, mas também que a gente possa acompanhar e saber na execução dele. Daqui a seis meses, o que é que está no planejamento? Seis meses presta conta: foi investido isso, tantos milhões, bilhões e tal, tal tal. Qual o percentual, vamos supor, ah, tem uma estimativa de tantos pra investimento de "X", mas isso vai basear em quê, a empresa vai tirar do patrimônio ou vai gradativamente usar uma parte do lucro. Então tudo isso tem que ser exposto, porque como é uma única operadora, uma única opção que nós temos, porque quando você vai para qualquer outro comércio, qualquer outro ramo, você tem como optar: Eu quero a operadora tal na telefonia, então vou optar que seja melhor para mim, mais cômodo. E no caso da energia não existe. Nós somos obrigados a ter que aturar, eu digo, a empresa ENEL, e a ter que ter ela ligada à nossa casa, ou ruim ou boa ou péssima, mas a gente é obrigado a ter.

Então a gente também quer esse compromisso da empresa que nesse planejamento seja exposto abertamente, com transparência, para que a gente possa também conhecer e levar para a sociedade que nós temos aqui canais todos os dias sendo transmitidos; temos reuniões aqui que pode sentar, expor, tem aqui, está aqui, o nosso plano era esse, *nós cumprimos 100% dos seis meses ou só cumprimos 30, 20, 10, 50, 70 ou não cumprimos nada, nós estamos no negativo.* Porque o desafio seu, Sr. Nunes, é muito maior do que nós imaginamos, porque você está pegando uma empresa no negativo, no negativo não financeiramente, mas na questão de investimentos, sucateado, o equipamento todo ultrapassado, sucateado, sem renovação.

Então, eu converso também com algumas pessoas que são servidores, que você não tem como chegar e saber dos problemas. E eles que são servidores, mas que eles sabem de dentro o problema que está passando. E o que eles me dizem? Alguns já me disseram: *Deputado, a qualquer momento essas subestações dos municípios podem parar e podem dar um pano de total*. E nós temos hospitais, em todo município tem um hospital ou pequeno ou médio ou grande, mas tem que depender daquilo ali, a maioria não tem gerador para suportar. Eu tiro pelo meu município que várias vezes dá problema de falta de energia no hospital e já passouquase um dia todo, eisso também tem que entrar na prioridade número um, eu sei que você já falou aquique tem a seleção de prioridade, mas a gente não vê ela sendo

executada. Esperamos que daqui pra frente a gente possa ter esse planejamento realmente executado, exposto pra nossa sociedade e pro Parlamento aqui que tanto anseia e quer a melhoria, como sempre foi dito aqui pelo presidente. A gente não quer punir empresa nenhuma, a gente só quer que traga o serviço para a população que merece e está pagando por isso. Então eu agradeço aí a Vossa Excelência e pode concluir.

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Eu agradeço também, deputado. Só colocaria o seguinte: essa divulgação nesse aspecto e em outros, não só do plano, mas das ações, das inúmeras ações que temos, achamos que é um, sem dúvida nenhuma, um dos nossos déficits é divulgar mais, e para os parlamentares principalmente. Eu tenho toda consideração e uma consciência da dificuldade que é o trabalho do parlamentar e do quanto ele é ouvidor na sua área de atuação e nos seus municípios.

Quanto ao tema do colapso na Subestação, a pessoa que falou com o senhornão tem o preparo pra isso. A gente tem. E eu gostaria de convidá-lo para conhecer o nosso Centro de Controle, onde nós temos controle de Rede e de Subestações individualmente, cada um, qual o nível de carregamento. Se o senhor puder nos dar o prazer de fazer uma visita e conhecer o nosso...

SR. DEPUTADO SIMÃO PEDRO (PSD): Vou com o maior prazer. A gente pode formar uma comissão, inclusive para conhecer internamente como funciona o trabalho. Está aberto, porque a gente está aqui para contribuir também. E outro, complementando aí. Então vocês têm lá o monitoramento e sabem que a tensão não está chegando a tal lugar, da forma que era para chegar. Se for 220, não chega a 220; se for o trifásico, não chega a trifásico.

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Deixe eu complementar. Em uma instalação de alta tensão, em uma indústria de grande porte, nós temos isso no Centro de Controle automaticamente. Em um consumidor pequeno, em uma indústria menor, a gente não tem isso automaticamente. Nós temos quando o consumidor informa. Então, daí quando a falta de energia é coletiva, um bairro, um transformador a gente já não tem; um alimentador nós temos. Daí a importância de quando é aquele caso individual realmente de ter a interação do consumidor para que nós tomemos conhecimento inclusive no caso de falta.

É comum, eu tenho passado por isso nos últimos dias agora, nesse período de chuva, o consumidor às vezes fica aguardando: *Eu acho que o meu vizinho avisou*. *Eu não fiz reclamação, mas eu acho que o meu vizinho fez,* porque eu sou muito demandado por isso. Eu tenho um contato de décadas e o contato é o mesmo. Então, muitas vezes quando me ligam, aí eu peço para poder ter

ordenação no Centro de Controle para poder ter acompanhamento. Isso é importante para a gente para entrar nos dados, na estatística. Aí diz: *Eu não tenho o número,* que é um numerozinho de protocolo da reclamação, *eu não tenho, mas eu acho que meu vizinho fez.* E algumas vezes já me deparei que ninguém tinha feito, nós não iríamos saber. Então é importante essa informação. Muito obrigado.

SR. DEPUTADO SIMÃO PEDRO (PSD): Eu agradeço aí, Sr. Nunes, também à empresa ENEL. Esperamos aqui, logicamente, que esse sonho que vocês estão transmitindo e nos vendendo hoje esse sonho, aqui nos passando e para a população que nos assisteque ele possa ser executado em curto e médio prazo.

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Me permita só fazer uma complementação. Tem muito de sonho, mas eu estou falando já de algumas entregas. Até me ocorreu aqui, agora, talvez fazer uma carreata com as cestas aéreas que recebemos recentemente, que são 116 caminhões com cestas aéreas para trabalhar em Fortaleza. Isso é entrega. Está funcionando.

SR. DEPUTADO SIMÃO PEDRO (PSD): A gente nota, inclusive, nesse Relatório do Procon, e eu sei que as pessoas...e é campeã, continua sendo campeã, mas muita gente não reclama mais. Por quê? Porque reclama e não tem solução. Então as pessoas dizem: *Eu tenho que me acostumar a viver precariamente sem energia.* Porque antigamente, Sr. Nunes, quando não tinha o acesso que veio o Programa Luz para Todos e universalizou o nosso País em questão de levar energia para todo mundo, então às pessoas passaram a ter aquilo. Então na hora que você tem, quando você não tinha não faz falta, mas quando você tem e passaa não ter, aí a falta é muito grande.

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): O senhor me deu a oportunidade só de fazer mais uma complementação. Os primeiros órgãos onde eu fui quando assumi foi na ARCE, na Agência Reguladora, no Decon e no Procon. E quando eu cheguei ao Procon de Fortaleza, a Coordenadora do Procon disse: *Vocês são a empresa que tem maior número de reclamação, mas vocês são a empresa que tem o maior nível de resolutividade*. Eu ouvi isso dela, fiquei satisfeito. Então o número de reclamações tem a ver também com o número de clientes que nós temos. Eu não estou querendo fugir da realidade e dizer que a gente não tem um momento que é crítico e que merece uma reversão não. Mas eu estou querendo dizer o seguinte, quando sai o nosso número absoluto, sem relativizar, sem dividir pelo número de consumidores, do Decon, a gente se sente assim meio injustiçado. Você está comparando uma empresa de 4 milhões e meio de clientes com outra que tem lá

500 clientes. Mas isso que eu estou falando para o senhor, me animou muito quando eu ouvi da coordenadora lá: *Vocês têm a melhor resolutividade*.

SR. DEPUTADO SIMÃO PEDRO (PSD): Mas, Sr. Nunes, entenda. Eu entendo a questão da quantidade de clientes, mas também a gente é ciente e sabe que quanto mais cliente maior o número de equipes para atender. Então isso tem que ser proporcional. Se a empresa só tem 500 clientes, ela só precisa "X" pessoas como equipes, se vocês têm mais, então precisa de mais. Isso aí é bem claro. Então é um planejamento que realmente tem que ser executado, porque não era executado; a empresa com certeza tinha um planejamento, mas não tinha quem cobrasse e nem tinha que executasse. Isso é bem claro pra gente aqui. Mas de agora pra frente a gente espera que realmente mude e que possa satisfazer. Porque o melhor que qualquer empresário. E a ENEL também é uma empresa e tem os empresários por trás, é saber que a sua empresatem um grau de satisfação do serviço que ela presta para a população. Isso é um nível que tem que ser avaliado dentro da própria empresa, a satisfação das pessoas. A ENEL esses dias fez uma pesquisa, certo, uma pesquisa, a ENEL fez porque passou uma pesquisa em todos os municípios do Estado do Ceará, uma pesquisa de satisfação, certo?

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Nós não, nós não fizemos...

SR. DEPUTADO SIMÃO PEDRO (PSD): Pois o pessoal se identificava que era da ENEL. Era até importante que realmente tivesse para poder saber a avaliação, ela se mostrou, então alguém, alguma outra empresa fez e se identificou como ENEL.

Aqui, Felipe. O Deputado Felipe Mota tem uma pergunta aqui.

SR. DEPUTADO FELIPE MOTA (UNIÃO): Nessa mesma situação da pesquisa. Eu estava, uma vez, no Município de Itapiúna, e aí estavam lá uns carros com o nome da ENEL vendendo plano funerário e empréstimos. Qual é o setor da empresa que faz isso? Isso é um serviço novo? É autorizado? O que é isso aí? Eu trouxe até pra a CPI no dia, pra nós sabermos se é da própria ENEL ou se é um terceirizado, e nós queríamos saber isso aí, por favor.

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Empréstimo, certamente não é ENEL. Plano...

SR. DEPUTADO SIMÃO PEDRO (PSD): Ela vem na conta da ENEL, certo. Ele é eito uma parceria com a ENEL e essa conta vem na ENEL. Não é assim, deputado? Ela vem na conta de luz essa parcela do empréstimo.

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Não. A nossa Coordenadora de Mercado está me colocando aqui que existem alguns produtos que pode ter sido isso, alguns produtos que a gente é regulado, é permitido oferecer alguns serviços, produtos e serviços que podeter sido isso.

SR. DEPUTADO SIMÃO PEDRO (PSD): Complementando aqui o Deputado Felipe Mota, eu me lembrei agora que já recebi denúncia também tipo assim: alguém fez em nome da pessoa, e a pessoa jura de pé junto que não fez, que não tem nada assinado nem tem nada gravado, e essa conta está vindo pra ela pagar, entendeu?

SR. DEPUTADO FELIPE MOTA (UNIÃO): Essa informação aí, é bom que fique mais clara para nós, porque como nós estamos sempre no sertão cearense as pessoas ficam trazendo: *Ó deputado, agora a ENEL além de deixar a gente sem energia, agora vende o Plano Funerário que é pra gente morrer do coração.* Então são coisas que parecem ser simples, mas que é bom ter transparência, porque vender um produto não tem nada irregular não. Se a sua taxa tiver sendo a taxa melhor do que os bancos comerciais que estão aí dentro de um plano autorizado pelo governo não teria problema, agora, precisa ser transparente, porque que está vendendo está. Eu tenho um vídeo aqui dos veículos, tenho um vídeo das pessoas nas casas. Ao final, não tem problema, eu posso até lhe entregar isso aqui, não tem problema nenhum para mim. Peço autorização ao Presidente da CPI para entregar isso aqui. Mas é bom que vocês verifiquem isso, porque eu não conhecia. É um fato novo até na minha vida do interior do Estado.

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Ok, deputado, obrigado. Verificaremos sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Deputado Guilherme Landim.

SR.RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): Nesse mesmo sentido aí do atendimento dos clientes, eu queria que fosse esclarecido aqui, eu vi que a dona Micheline Paola falou aí sobre as equipes que estão sendo treinadas constantemente e tudo, e corroborando com tudo que foi falado aqui pelos colegas, nós identificamos numa Carta-Resposta enviada pela ENEL a essa CPI, que 67% das reclamações protocoladas na Ouvidoria da ENEL foram julgadas procedentes. Sob o nosso julgamento, e aí eu queria um esclarecimento de vocês, quando você vai para Ouvidoria já é como se fosse a Segunda Instância, é porque no primeiro atendimento você não teve a sua questão resolvida. Então, daqueles que vão para a Ouvidoria, 67% têm o ganho de causa naquela questão. É um percentual extremamente alto. E aí isso fica muito claro pra gente, a dificuldade que há no atendimento, no primeiro atendimento das pessoas.

Então, eu queria saber de vocês por que essas demandas não estão sendo resolvidas logo no primeiro atendimento; quais são as razões de isso estar acontecendo? Isso é proposital que a ENEL dificulta a chegada do consumidor para que ele desista, como nós já falamos aqui ou o que é que está acontecendo? Porque na minha visão, é inaceitável 67% das pessoas que já tiveram o seu primeiro pedido negado chegarnuma Segunda Instância e dizer: *Realmente você tem razão.* Quantos que tiveram o pedido negado na primeira desistem e não vão nem pra Ouvidoria?

SRA. MICHELINE PAOLA SILVEIRA DE LUNA (Head da Área de Mercado da ENEL Distribuição-Ceará): Obrigada, deputado. Falando aqui do processo de reclamação. É exatamente isso, a Ouvidoria é o segundo nível. Muito dessa procedência vem de reclamações de falta de energia, e elas sempre são procedentes. Então tem uma grande parcela aí desses 67% que envolvem reclamação de falta de energia. Ao longo dos anos a gente vem trabalhando muito forte na redução das reclamações da Distribuidora, principalmente quando a gente fala de temas comerciais, de faturamento, cobrança. Então quando a gente olha de 2020 pra cá, a gente reduziu quase 65% das reclamações voltadas para esse relacionamento com o cliente, principalmente de reclamações que envolvem qualquer ponto da fatura e cobrança.

A gente vem fazendo, a gente faz um trabalho muito forte do que chega à Ouvidoria e da ANEEL com a retroalimentação para o primeiro nível. Então tudo que chega como procedente, que é a reanalisado com análise mais profunda na Ouvidoria, e que isso foi improcedente no primeiro nível, a gente volta e faz esse treinamento e faz essa argumentação com a equipe, para que o cliente possa ter a melhor resposta já da primeira vez. A gente está falando aí de vários Canais de Atendimento que envolve pessoas tambémque atendem os nossos clientes. Então isso é contínuo e muito monitorado. E a gente já vê que, por exemplo, nas nossas lojas o percentual de abertura de reclamações improcedentes reduziu muito do último ano para cá. Mas esse é um trabalho do dia a dia para melhorarinclusive a comunicação com o cliente, para que ele entenda melhor, já que essa questão do setor elétrico é difícil para o cliente entender. Então a gente vem trabalhando isso dia a dia com as nossas equipes que atendem clientes.

SR. RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): Eu queria solicitar aqui que fosse enviado pra gente essa redução, porque eu queria já agradecer aqui o trabalho do Procon Assembleia, através aqui da nossa querida Valéria, que é a chefe do Procon, mas no levantamento que nós temos do Procon Assembleia, houve um pico em 2019, que foi justamente lá naquele problema das contas duplicadas; depois ela deu uma reduzida e voltou a subir de 2021, 2022, 2023 aqui, no Procon

Assembleia tem subido. Então eu gostaria de ter acesso a esse Relatório, como a senhora disse aí, com essa redução.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Agradecendo ao colega Deputado Guilherme Landim.Pergunto aos deputados se tem mais algum questionamento. Eu gostaria de fazer duas perguntas e uma sugestão para então abrirmos aqui o espaço para apresentação do plano que o senhor solicitou no início dessa Oitiva.

Então pergunto se algum deputado ou deputada quer fazer mais algum questionamento? Deputado Felipe Mota, aquela sugestão? Deputado Simão Pedro, Deputada Lia Gomes, Deputado Guilherme Landim, Deputada Emília.

Deputada Lia Gomes.

SRA. DEPUTADA LIA GOMES (PDT): Eu queria só falar que eu acho que essa substituição do senhor, logo depois que houve o chamamento aqui para a CPI, foi estratégia da ENEL, o senhor não conseguiu responder várias perguntas, o que acabou ficando muito cômodo para a ENEL. Dizer que tem muita coisa que está acontecendo na ENEL que depende de um ajustezinho de boa vontade. A ENEL está fazendo isso de má-fé. Todos os tipos... Qual é a dificuldade de você chamar a sua equipe e dizer: *Não se corta luz de escola*! Isso acontece toda hora, há anos. É uma coisa simples, não precisa investir um bilhão pra isso. São essas coisas que deixam a gente descrente em ouvir sempre essa história que a ENEL vai melhorar, vai melhorar. E eu citei aqui o exemplo, uma coisa de 2014, há 10 anos que o Poder Público vem sofrendo. O Governo do Cid, eu acompanhei muitas vezes ele reclamar a dificuldade de remoção de poste; a dificuldade de inaugurar um hospital, gente. Como é que pode a ENEL não dar prioridade para um equipamento público? Isso é inaceitável.

E, assim, eu não quero nem usar palavras aqui pra dizer que a gente está, sabe, o povo cearense não aguenta mais, todo canto que a gente vai, do mais pobre ao mais rico, você esteja numa roda aí, qualquer um de vocês aqui, qualquer um de nós que esteja nos ouvindo faça o teste, cite que você teve algum problema com a ENEL; que a ENEL fez uma conta duplicada. Eu tenho uma amiga que a ENEL fez lá aquele TOI, que exige que a pessoa esteja que a pessoa seja comunicada, quando ela foi descobrir na conta dela já estava na sétima parcela de oito, quer dizer, cerca de 500 reais já tinham sido surrupiado dela. Vou dizer que é assim porque é uma cobrança indevida, é um roubo, enfim, muita gente não vai atrás. Ela tem condição. Ela disse: *Lia, eu vou me estressar; ficar no 0800 daquele meia hora escutando aquela música irritante para depois eu ficar... Aquilo me dá taquicardia, aumenta a minha pressão. Eu não vou, não vou buscar de 500 reais.* E isso tem sido o *modus operandi* da ENEL: cobrar contas

duplicadas, de fazer cobranças indevidas. Isso está compensando, está compensando e está aparecendo aí nesse lucro escandaloso que a ENEL tem tido aqui no nosso Estado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Pois não, algum comentário, Sr. Nunes?

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Deputada, eu fico triste com o comentário da senhora, mas respeito muito, agora queria dar duas explicações. Primeiro, foi comentado, depois eu falo do tema da tarifa coincidente, mas esse tema da escola, o que a senhora diz pode ficar certa, não vai só ser dito, vai ser batido nesse tema: unidades de saúde e unidades de ensino não terá interrupção de fornecimento. Se a senhora tiver um caso nos próximos dias, eu agradeceria que a senhora fizesse chegar até mim.

Com relação ao tema do TOI da sua amiga, se a senhora quiser nos passar também nos ajuda para aprofundar, mas é um processo que recentemente, recentemente a gente teve uma fiscalização e estamos implementando algumas correções. Espero numa próxima estada, a senhora ter uma expectativa mais positiva.

A tarifa que foi comentada, a senhora me deu a oportunidade, a senhora não falou desse tema, mas foi falado e eu não comentei. Eu até disse isso já em alguns programas aonde dei entrevista, que a tarifa não tem nenhuma conexão com a mudança da ENEL ou com a própria CPI. A cada 22 de abril se tem um reajuste tarifário. É algo que está no contrato, que vem de antes. Aí disse: *Mas e por que teve redução?* A redução foram dois fatores. Nós tínhamos no Ceará uma parcela de energia térmica, que era uma energia mais cara. Essa parcela saiu e entrou energia dos leilões, que é a energia mais barata, que foi mais barata. Além disso, tem outra parcela que influi no serviço que é o IGPM. Quando se pega o IGPM dos últimos 12 meses, o IGPM é negativo. Isso impacta em parte dos serviços. Então esse foi o 3% de redução tarifária que eu costumo dizer que o universo, às vezes, quando o propósito da gente é do bem conspira a favor. Então, sem dúvida que é positivo para esse momento que a gente está de falar de projetos, falar de futuros, falar de resgate é importante sem dúvida nenhuma, mas a origem foi essa.

Com relação também às ligações, eu digo porque eu tive muitas reuniões com o Governador Cid, que eu admiro muito, muitíssimo, e ele é daquele gestor que ele acompanha no detalhe. Então tinha uma filmagem de obras que ele próprio acompanhava com a sua equipe e nós íamos lá. E uma vez ele me disse: *Nunes, porque antes uma ligação de uma escola a gente pedia numa semana era feito na outra e agora demora tanto?* E eu fui explicar pra ele. *Governador, veja bem, antes uma escola e uma residência no interior tinham a mesma carga. Hoje uma escola profissionalizante em uma pequena*

cidade do interioré a maior carga daquela cidade. Então, muitas vezes tem que ser construído outra Rede pra Escola Profissionalizante. Graças a Deus que é assim. Por isso que o Ceará desponta na Educação, sem dúvida. Aí passamos a ter um planejamento de mais longo prazo. Muitas vezes também a escola, a clínicaé construída quando está próximo de terminar, diz: *Nós vamos precisar de energia. Vamos pedir a ligação.* Infelizmente, não sai rápido. Então a senhora disse aí: Vocês não têm nada a ver com isso? Temos. Devíamos estar mais perto para ter essa interação e com isso o planejamento ser feito dentro do prazo necessário para que a obra chegasse com o final da escola. Era só isso, deputada, obrigado. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Agradecendo aqui as perguntas dos deputados e das deputadas, Sr. Nunes, eu gostaria de fazer duas perguntas e uma sugestão. Essa sugestão dada pelo Deputado Felipe Motajá é sobre a apresentação do Plano que vão realizar daqui a pouco. Mas as duas perguntas. A primeira pergunta, Sr. Nunes, nos últimos dias, este deputado, Presidente desta Comissão Parlamentar de Inquérito, foi atacado por alguns adversários políticos, e eu sempre tenho muito respeito aos adversários, mesmo que não tenham comigo, eu tenho que mostrar o que tem em mim e não o que tem em outros. Um é daqui, local, ex-Deputado Wagner, que se intitula como Capitão; eu chamei ele ontem e reitero: *Capitão da conversa fiada;* e o outro é um senador biruta que mora nos Estados Unidos, segundo a matéria do Roberto Moreira que está bem ali, e que mandou 30% das suas Emendas, eleito pelo Ceará, para o Estado de São Paulo. Os dois me atacaram porque a ENEL tem Lei de Incentivo à Cultura e de também ao Esporte. E a Prefeitura de Barbalha protocolou um projeto solicitando apoio para a festa de Santo Antônio. E pelo que eu entendo, a ENEL recebe por uma fala sua em uma entrevista mais de 300 pedidos e projetos neste mesmo sentido. Mas esses dois que citei, e alguns meios de comunicações, poucos do Estado do Ceará, até porque não nos conhece, nos acusam de ter intermediado qualquer tipo de pedido neste sentido, e que teríamos entrado em contato, olhando nos seus olhos, com o senhor, para fazer tal pedido. E eu quero saber se eu, este Deputado Fernando Santana, lhe fiz qualquer pedido nesta natureza?

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Absolutamente não, deputado. Mas o senhor dá oportunidade de falar um pouquinho sobre os projetos culturais que, aliás, está na apresentação. Mas queria dizer o seguinte: O projeto cultural que foi abordado, que é da Festa de Santo Antônio, lá do Pau da Bandeira de Barbalha, nós já tínhamos apoiado vários anos, várias vezes em anos anteriores. Nós utilizávamos para projetos sociais e culturais as leis estaduais, Leis de Incentivo à Cultura, Leis de Incentivo ao Esporte e a lei federal, a Lei Rouanet. A Lei

Rouanet, alguns anos nós deixamos de utilizá-la. Houve algumas demandas de agentes culturais, de vários agentes culturais, de vários representantes culturais do Estado para que nós voltássemos a utilizar a Lei Rouanet. Nesse momento nós estamos analisando a possibilidade de voltar a utilizar a Lei Rouanet. E a única pessoa que falou comigo sobre o projeto da Festa do Pau da Bandeira de Barbalha foi o Prefeito de Barbalha.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Tá, agradeço a resposta. A outra pergunta, Sr. Nunes, em notícia no dia 14 de março de 2024, no Município de Barbalha, que atende toda a Região do Cariri, o Hospital São Vicente de Paula, referência no tratamento de câncer de toda a Região do Cariri, é mais uma das milhares de vítimas do descaso da ENEL, dito por eles e por nós aqui que recebemos tantas denúncias. Em virtude da falha no fornecimento de energia da ENEL, os dois aparelhos de Radioterapia do hospital foram danificados, paralisando os atendimentos dos pacientes que realizam o tratamento de câncer.

Em uma Nota da ENEL, ela diz que o problema ocorreu devido a uma falha em três Linhas de Distribuição em Juazeiro do Norte. A ENEL já efetuou o ressarcimento destes aparelhos?

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Deputado, pelo que eu saiba, não. Eu não lembro exatamente a característica de alimentação do Hospital São Vicente de Paula, e poderemos verificar isso. Quando o hospital é atendido em média ou alta tensão existe uma premissa, o hospital não, qualquer consumidor que é atendido em média ou alta tensãonecessita ter dispositivos de proteção própria para evitar a queima dos seus dos seus aparelhos. Quando ele é atendido em baixa tensão, que é o caso de uma residência, de consumidores de pequeno porte, ele não há esse requisito e a distribuidora tem a obrigação de, em sendo decorrência da Rede, fazer a indenização. Mas nós tivemos, no passado, uma proximidade grande com o Hospital São Vicente de Paula. Chegamos a fazer um Projeto de Eficiência Energética no Hospital São Vicente de Paula, alguns anos atrás. Eu estive lá mais de uma vez; fiquei admirado até com a gestora que era uma freira que sabia de tudo que estava acontecendo na Eficiência Energética. Então, o meu compromisso com o senhor é de voltar e ver o que é que é possível a gente fazer.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Uma pergunta, Nunes, sobre esse tema. A ENEL, na sua visão, sobre este caso do hospital, por falhas na distribuição de energia elétrica, queima dois aparelhos, deixa milhares, centenas de milhares, talvez, de pessoas que fazem tratamento do câncer sem ter o seu tratamento, você sente que a ENEL foi ineficiente?

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Não dar para analisar apenas com esses dados, porque se for um hospital alimentado em média tensão, que me parece que sim, mas não posso afirmar, ele tem por obrigação, - independente de ser hospital, qualquer unidade, - por obrigação ter proteções na sua entrada da alimentação para evitar queima de aparelhos. Esses aparelhos queimados deveriam ter uma proteção que os protegia de uma oscilação, de algo assim. Mas me comprometo com o senhor a me aprofundar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Tá, eu estou fazendo essa pergunta porque em Nota Oficial, repito, a ENEL diz que *o problema ocorreu devido a falha em três Linhas de Transmissão em Juazeiro do Norte.* E aí, sobre o mesmo tema, o atendimento deste tipo de unidade consumidora, como um hospital que oferece esse tipo de tratamento ou qualquer outro tratamento, não deve ser uma unidade prioritária para ser solucionado o problema, seja na emergência do retorno da energia, ou seja, posterior em ressarcimento a esses tais aparelhos?

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Sem dúvida nenhuma e é. Hospitais que constam em nosso cadastro, e muito provavelmente o Hospital São Vicente de Paula deve estar, tem absoluta prioridade no atendimento assim como os eletrodependentes que nós falamos aqui.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Sr. Nunes, a sugestão do Deputado Felipe Mota, eu fico muito satisfeito com essa sugestão embora nós ainda não assistimos o Plano, mas nós vamos abrir, até porque primeiro nós teríamos que fazer os questionamentos por essa Comissão Parlamentar de Inquérito, e vamos abrir porque nós queremos ver dentro se é como disse aqui o Deputado Simão Pedro, sonho; dentro do que diz, muitas vezes o Deputado Fernando Santana, que não tem, não acredita, não tem confiança; e até eu citei, talvez, uma pequena luz no fim do túnel, mas nós vamos assistir o seu Plano, o Plano da sua empresa, da ENEL, de melhorias, porque não é um Plano aqui só de investimento, é um Plano de Melhorias. O senhor passou o tempo todo aqui falando nessas possibilidades de melhorias. Então a sugestão é, e aí eu quero a sua análise, se não agora, posterior; se agora, ótimo. Nós vamos assistir o Plano, conforme o seu Plano, após o trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito que devemos encerrar nos próximos dias, caso algum deputado não queira aqui fazer uma nova convocação para Oitiva, até quem sabe até da ex-presidente, porque eu vi pelo atestado que são dois dias somente, então até segunda-feira ela já está bem de saúde; creio que não será preciso, mas tem que deixar isso em aberto, senão, nós vamos encerrar o trabalho da CPI na próxima semana, tendo em vista que nós nos comprometemos, o Relator Deputado Guilherme Landim, na nossa presença

do Governador Elmano, lá com o Ministro de Minas e Energias, que iremos entregar o Relatório para que ele também servisse para auxiliar, para balizar o decreto que o Governo Federal está para esses dias anunciar, pedindo aí uma nova Regulamentação nas Concessionárias que fornecem energia elétrica.

E aí a sugestão do Deputado Felipe Mota é que ao apresentar o Plano a ENEL se compromete nesses 36 meses, mensalmente, enviar um Relatório a esta Casa do Povo cearense mostrando as melhorias de fato?

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Perfeitamente, sem nenhum problema.

SR. DEPUTADO FELIPE MOTA (UNIÃO): E outra complementação que eu queria, Vossa Excelência vai fazer a apresentação aqui, que Vossa Excelência me mandasse, é o terceiro documento que eu peço, que Vossa Excelência me enviasse todos os projetos culturais que nós tivemos nos últimos cinco anos na ENEL. Eu tenho interesse em saber quem foram os contemplados, por favor. Até pra tirar essa ideia de que o União Brasil fez algo contra qualquer deputado. Me perdoe, Deputado Fernando, eu sempre fui um adepto da não politização. Eu sei o que é que Vossa Excelência está passando, a política se aproxima, e por muitas vezes isso transforma no diferencial. Mas eu peço a Vossa Excelência, como eu sempre tenho dito, que nós façamos na urbanidade. Aqui somos todos homens de bem, deputados, funcionários da ENEL, da Companhia, e digo que faço a requisição desses documentos dos últimos cinco anos, eu quero saber quais foram os eventos que a ENEL apoiou a todos, os projetos sociais, os projetos esportivos, os projetos culturais. Isso interessa muito ao povo cearense. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Não só o passado, mas também para o futuro. O que a ENEL pretende fazer aqui do Estado do Ceará de incentivo não só a eventos culturais, a eventos esportivos, mas as ações sociais que o Estado, muitas vezes, faz um esforço sobre-humano o Governo do Estado do Ceará, as prefeituras, para atender bem a população, e a ENEL, como outras empresas, mas hoje nós estamos falando da ENEL que tem uma lucratividade claramente muito alta, de tarifas cobradas pelo serviço que presta ao povo cearense, se ela tiver essa melhora, se ela melhorar, como o senhor vai já apresentar o Plano aqui, que ela possa também incentivar ainda mais o social, o cultural e o esportivo aqui do Estado do Ceará, pra se somar com esse exercício feito pelo Governo do Estado e pelas prefeituras, que é de auxiliar e ajudar o povo do Estado do Ceará.

Deputado Felipe Mota, só para eu terminar meu raciocínio, a minha fala aqui, e eu entendo perfeitamente, muitas vezes porque se aproxima pré-candidaturas e daqui a pouco candidaturas. Mas eu jamais usaria de expediente de acusar qualquer pessoa que seja, de apontar qualquer pessoa que seja sem

antes perguntar à própria pessoa. Então é por isso que eu faço os questionamentos àqueles que falaram como o Wagner, para mim o Capitão da conversa fiada, não tem serviço prestado no Estado do Ceará, anão ser atacar as pessoas, e para mim, o senador Eduardo Girão é um biruta lá no Senado, mora nos Estados Unidos, 30% das emendas, ele foi eleito pelo Ceará e manda lá para o Estado de São Paulo. Mas é quando é para atacar, pegar o celular, atrás de uma tela de celular ao invés de vim debater olho no olho, vai para lá falar mal das pessoas. Mas vamos assistir o Plano que é o que interessa ao povo do Estado do Ceará, é que a ENEL ou muda ou se muda do Estado do Ceará.

SR. DEPUTADO SIMÃO PEDRO (PSD): Inclusive, só complementando aqui, Deputado Fernando. Se ela tem um percentual para esse tipo de investimento. Entendeu? Qual é o percentual também?

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Deputado, deixa eu só fazer um pequeno esclarecimento. Nós trouxemos uma apresentação que naturalmente não fala só do Plano do futuro, fala de algumas ações, fala de algum histórico e fala também do Plano. E trouxemos, à parte, o Plano para ser entregue com as duas coisas, com a explicação mais detalhada do que a apresentação.

SR. DEPUTADO FELIPE MOTA (UNIÃO): Se você começasse, para facilitar a sua vida, logo pelo Plano de Investimento que você está querendo propor ao Ceará, eu acho que seria, seria importante...

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Vai estar. Eu agradeço a sugestão, deputado. Vai estar aqui no transcorrer, o essencial vai estar, e vamos entregar algo mais completo para os senhores.

Me permita só compartilhar. Naturalmente algumas perguntas que foram feitas já aborda um pouquinho algo dos dados que a gente vai apresentar.

Slide - Aqui é apenas um *overview* rápido assim sobre a dimensão da ENEL no Ceará - 4.4 milhões de clientes. Aqui eu chamo atenção, nós falamos isso: universo de clientes com benefícios da tarifa social. Em alguns momentos se ventilou que a ENEL não teria interesse em ampliar essa base. Eeu digo para os senhores que temos todo interesse em que seja ampliado proporcionalmente. Em números absolutos nós perdemos para o Estado da Bahia, mas em números relativos nós somos a maior proporção do Nordeste em 1.4 milhões de clientes.

Slide - Aqui a força de trabalho. A gente falou aqui sobre ela, eu falei um pouquinho, são 10.624 profissionais na nossa força de trabalho. Nós tínhamos em 2022: 1.049 colaboradores próprios, e com essa decisão de internalizar e agora ampliar ainda mais os colaboradores para Atendimento Emergencial; aquele eletricista que bate na porta quando falta energia, isso foi incremento de 41% e

teremos mais 1.750 nos próximos três anos, que isso aí é o que está no Plano. O Plano fala dos 1.750. Temos 188 Agências de Atendimento, 3 Unidades Móveis.

Slide - Em termos de dimensão, qual a extensão da Rede do Ceará? 163 mil quilômetros. Aí é uma extensão enorme, são quatro voltas a terra, se a gente imaginar. E um pouquinho mais, 166 mil transformadores; 5 mil equipamentos de telecontrole, que é muito importante para reconfigurar a Rede, e quando há uma falta, você ter uma menor abrangência de consumidores que ficam fora com aquela falta; Cinco mil equipamentos telecontrolados e aí a energia entregue.

Slide - Aqui é um pouco o visual de como era o Estado em termos de Redes Elétricas na privatização, lá em 97 e como é em 2023. E se nós olharmos em termos de indicadores macro, quantidade de clientes em 1997, o Ceará tinha um milhão e 310 mil clientes; hoje tem 4 milhões e 410. Cresceu da ordem de três vezes. Total das Redes: nós tínhamos 47 mil quilômetros de Rede; hoje temos 163 mil, cresceu 3.4 vezes; e a energia fornecida passou de 44 terawatts/hora para 13 terawatts/hora/ano.

Slide - Aqui vem o tema que a gente falou da tarifa, que eu acho que é importante. A tarifa tem o efeito médio de 2.1 negativo, de menos 2.1%. Porque médio? Porque não é o mesmo valor em todas as classes de consumo. A classe de alta tensão tem a redução de 2.10 e a classe residencial B1, esse é o residencial que pega o maior universo, ele tem uma redução de 3% ou 3,03 ou 3.10.

Slide - E aqui um pouco assim como a estrutura, aquilo que nós até falamos, o deputado perguntou sobre microgeração. Antes você tinha um sistema que era o que está aí, você tinha geração, depois passava para transmissão, distribuição e consumo na residência. Hoje esse cenário está mudando, aquilo que falamos, qualquer residência pode ao invés de apenas consumir injetar na Rede, e daqui a pouco, com o avanço de veículo elétrico você vai ter conexão na Rede tanto para suprir uma carga maior, que é a do veículo como para as várias vezes entregar energia. Passa a ter uma complexidade maior o sistema de distribuição.

Slide - Em uma conta de 100 reais, a gente sempre gosta de mostrar isso aqui, 29 reais é a parte da Distribuidora para operação, manutenção e serviços de distribuição; 34 são encargos, tributos; 30% é a compra da energia. Essa compra da energia foi a parcela que teve uma redução com a saída da energia térmica e 6% o custo de transmissão.

Slide - Aqui um pouco dá uma ideia de como foram os investimentos esse ano ao longo desse tempo. Nós dividimos aí por patamares de investimento. No período aí anterior de 94 a 97 você tinha 57 milhões/ano de Investimento. Logo no início da privatização, isso passa no período 98 a 2002 para 155 milhões de Investimento; depois ele passa 2003... É valor médio anual, viu, deputado, é valor médio

anual. Não é somado dos anos. Na barrinha tem o valor de cada ano 120, 149. Quando você chega lá 2003/2007, 262; 2008/2012, 359; 2013/2017, 444; 2018 a 2023 já um bi e 124, depois ele sobe para o patamar de um bi e meio, e deve ficar em um bi e seis nos próximos anos, um bi ponto seis nos próximos anos.

Então, isso mostra que a gente tem o nível de investimento elevado ao longo dos anos; temos demandas talvez dizer: *E o direcionamento desse investimento pode ser discutido?* Sem dúvida. Mas tem um nível de investimento elevado.

Slide - Aqui um pouco para tangibilizar como se distribui os investimentos. Você tem em novas ligações, eu havia falado, novas ligações tem 54% se pegaros últimos seis anos que dá 6.7 bi de investimento, nova ligações, essa extensão de Rede que foi tão comentado e realmente precisamos ter maior agilidade, novas ligações consumiu aí 54%, 3.6 bilhões desse investimento.

Slide - Melhorias diversas, manutenção, tecnologia, manutenção de medidores 1.6; Qualidade do sistema 778 milhões; crescimento do consumo adequação a carga 351 milhões, e combate às perdas, combate à fraude é uma coisa importante porque parte dessa perda todos os consumidores que consome sua energia de forma regular pagam parte dela pela regulação, é 5% para combate às perdas.

Slide - Aqui um pouco o que nós havíamos falado de treinamento de eletricista, parece algo simples, mas o eletricista não é um profissional fácil de encontrar no mercado, em função dissoforam estruturados três Centros de Treinamentos. Eu havia já comentado: um em Fortaleza; um em Sobral e um em Juazeiro. Esses três Centros de Treinamentos têm a capacidade de treinar e de formar 3.100 eletricistas/ano. E o investimento nos três Centros de Treinamento foi de 6.4 milhões.

Essa foto dessas mulheres foram às primeiras duas turmas, é uma quebra de paradigma. O setor elétrico na atividade eletricista sempre foi uma atividade masculina. Mas aí foram as duas primeiras turmas de eletricistas com 37 mulheres e agora estamos com novas turmas em Sobral e em Itapipoca.

Slide - Aqui um pouquinho o Plano de Investimento mostrando o período. Eu acho que aqui eu posso passar para o Charles, ele vai tangibilizar melhor do que eu, no que ali aparece o compromisso, Charles, importante frisar dos 1.750 profissionais a serem incorporados.

Eu passo para ele e eu vou pedir licença para me levantar um pouquinho, deputado. Obrigado.

SR. CHARLES DE CAPDEVILLE (Diretor de Operações de Infraestrutura e Redes da ENEL Distribuição-Ceará): Obrigado, Dr. Nunes.

É como o Dr. Nunes falou, a gente mudou de patamar de investimento para o triênio de 24 a 26, a previsão é uma média de 1.6 bi/ano. Então, dá 4.8.

Importante mostrar que esses investimentos são distribuídos por todo o território do Ceará; 40% de investimento serão feito na Região Metropolitana Fortaleza, porque são 46% dos clientes estão lá; 30% na Região Norte e 30% na Região Sul. Então é investimento em todo o Estado. A gente contempla aumentar em 176 quilômetros a Rede de alta tensão, isso pode ser acompanhado depois da forma que os senhores gostariam do Plano; a Rede MT mais 5 mil quilômetros de Rede MT, mais 5 mil quilômetros de Rede de IBT e mais 13 mil unidades transformadoras. A contratação direta, fora o que já foi feito ano passado está sendo feito esse ano de mais de 1.750 pessoas para a Emergência e manutenção, como Dr. Nunes falou.

SR. RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): Esses 1.700 vão se somar aqueles dez mil e pouco, não é? Não vão substituir dos dez que tem lá o percentual de 90%, vamos dizer, que é terceirizado, vocês tiram terceirizado e bota um que é incorporado.

SR. CHARLES DE CAPDEVILLE (Diretor de Operações de Infraestrutura e Redes da ENEL Distribuição-Ceará): Não, em partes substituir sim. Porque aqueles hoje dos nossos parceiros que fazem Emergência, nós vamos passar a fazer com pessoal própria, porque a gente acredita, como o Dr. Nunes falou, que a qualidade no atendimento vai ser melhor como os feedbacks que ele já colocou. A paixão e o comprometimento de um funcionário próprio a gente notou que é muito maior do que um terceirizado. Então isso vai trazer um ganho.

Eu posso mostrar aqui o que a gente já fez em Fortaleza aumentou muito a produtividade e reduziu muito tempo média de atendimento. Por quê? A equipe nossa que vai atender e que está preparada para isso, ela vai lá e resolve na primeira. O que acontece hoje com os parceiros é que muitas vezes vão lá e não conseguem resolver e tem que chamar outra equipe, aí demora mais. Então, a gente acredita muito nessa qualidade, com esses novos parceiros, com esses novos funcionários nossos.

Slide - E aqueles investimentos que a gente já mudou de patamar eles refletiram na qualidade da duração média de interrupção, e a gente saiu em 20 de 16 horas e meia para 9,76 em 23 e na nossa frequência média de interrupção. Ok?

Slide - E aqui é um trabalho que tem nos trazido muita dor de cabeça, eu queria mostrar, e não é só para nós, mas para outras empresas também, que é o furto de cabos na Rede Elétrica. Nós tivemos um crescimento muito grande de 2019 até 2022, é muito grave a quantidade de furto de cabo; em 23 foi menor porque nós fizemos uma parceria com a Secretaria de Segurança Pública do Estado, ela vem nos ajudando muito, não só a nós como as empresas de telefonias, prefeituras com a Rede de Semáforo e tudo, reduziu, e agora em 2024 aumentou muito no primeiro tri, mas a Secretaria de Segurança Pública

do Estado vem fazendo muitas apreensões não só de quem vem roubando, mas também dos receptadores. Isso é muito importante. Nós temos muito problema em várias regiões, porque a gente vai lá coloca o cabo e a gente nem está usando o melhor cabo que é para ser usado, o de cobre, porque bota cobre e eles vão lá e roubam. Então nós estamos substituindo a tecnologia por aço cobreado ou por alumínio que não tem tanta atratividade.

Slide - E aqui que eu queria mostrar, Deputado Landim, é que o tempo médio de atendimento vem reduzindo bastante com os próprios. Por quê? Muitos parceiros usam carro pequeno com escada em cima, nós estamos com cestos aéreos. Então, precisa subir lá e trocar um transformador, nosso parceiro tem que chamar outro recurso, e isso acaba dobrando o tempo de atendimento; e com nós, aqui em Fortaleza, eles estão indo muito mais rápido. Então, isso já demonstrou que isso vem trazendo um ganho muito grande. Então, por isso que eu falei: parte vai ser substituída, mas o ganho é claro.

Slide - E aqui foi o que foi feito. Nós vamos fazer esse ano, e o Nunes já falou, na Região Norte. Vamos fazer o mesmo trabalho que fizemos em Fortaleza, na Região Norte, e para o próximo ano nós vamos fazer na Região Sul. Aí pode vir à pergunta: *Mas por que não faz tudo ao mesmo tempo?* É porque é complexo; tem que comprar caminhão; tem que treinar as pessoas. Então a gente tem que fazer aos poucos para fazer bem feito. Ok?

Eu queria passar para a minha colega Micheline agora, para ela falar um pouco das ações.

SRA. MICHELINE PAOLA SILVEIRA DE LUNA (Head da Área de Mercado da ENEL Distribuição-Ceará): Falando aqui dos Canais de Atendimento, aqui nessa mandala a gente vê que a gente tem diversos Canais onde o cliente pode escolher qual o melhor Canal para ele solicitar algum serviço ou fazer uma interação com a ENEL. Os dois principais Canais. Quando a gente olha aqui o vermelho são os Canais Digitais; os azuis são os Canais Presenciais ou o Canal que tem algum contato humano.

Os dois principais Canais de Atendimento, hoje, que os clientes escolhem é o Aplicativo, que ele usa através do celulare representa aí 28% dos atendimentos que a gente faz. Isso aqui é referente a abril de 2023 a março de 2024. Depois o site. Então os clientes usam o site para solicitar alguma demanda, com 21%; o terceiro Canal mais procurado é o Call Center com 21% também; e o quarto Canal mais procurado são as nossas Lojas de Atendimento com 14% de atendimento presencial.

Aprofundando um pouco aqui dos Canais do Atendimento Presencial, o Nunes já colocou isso, mas só para reforçar, a gente tem 188 Pontos de Atendimento; um por município. Então, todo município do Estado tem pelo menos um Ponto de Atendimento presencial; aqui em Fortaleza a gente tem cinco

Lojas. Nós temos 99 autoatendimentos que funcionam basicamente como o caixa eletrônico de banco, com uma pessoa lá que pode ajudar ele a se autoatender. Então, aqui são serviços rápidos como consulta de débito, segunda via, parcelamento, solicitação de religação onde o cliente pode ir numa loja da gente e não esperar ser atendido por um atendente. Ele pode ir lá com uma pessoa que fica lá, como posso ajudar, e fazer um atendimento mais rápido.

A gente tem duas Unidades Móveis, a gente leva o atendimento para mais perto desses clientes. Então, zonas rurais, eventos, quando a gente está fazendo inauguração, que tem inauguração de algum condomínio a gente vai lá para que essas pessoas possam solicitar a ligação deles. E, além disso, a gente tem os atendimentos especializados. Hoje a gente tem 19 Executivos para fazer atendimento dos clientes corporativos e do poder público. A gente hoje tem, também, um canal dedicado a atender as imobiliárias e um canal dedicado para Geração Distribuída.

Slide - Aqui falando só um pouco dos investimentos que a gente fez para melhorar a satisfação do cliente. A gente investiu aí nos dois últimos anos 5,3 milhões para trazer mais comodidade e mais autonomia para o cliente. Então, a gente fez a ampliação e modernização de três Lojas muito relevantes que é a de Maracanaú, Sobral e Messejana. A gente hoje investiu em todas as Lojas exclusivas são 100% climatizadas, e no último ano a gente reformou 32 delas exatamente para dar mais comodidade e conforto para os clientes que vão às nossas Lojas. Melhorias sistêmicas - melhorar a jornada desses clientes nos Canais Digitais. A gente viu ali que os dois principais Canais que os clientes procuram são o Aplicativo e o site. E a implementação dos 99 terminais de autoatendimentos, como eu falei, eles funcionam como caixa eletrônico de banco. É muito fácil utilizar, é como se fosse ele usando o celular dele para se autoatender.

Para 2024, a nossa previsão de investimento é de 7 milhões e meio, sendo 42% maior do que nos últimos anos. Então, a gente está investindo no Canal Eletrônico para atender o poder público e os clientes corporativos. A gente está inaugurando até o final de maio mais uma Loja no Conjunto Ceará, então aqui em Fortaleza a gente vai ter seis Lojas; e também investindo no reposicionamento, reforma e ampliação de Lojas em mais de trinta municípios, e esses todos focados no interior. Também vamos trabalhar a capilaridade; a gente está comprando mais uma Unidade Móvel, e através de parcerias para fazer atendimentos Express, para a gente garantir que vai ter um ponto da ENEL muito mais próximo desses clientes.

Slide - Outro tema que o Nunes já colocou aqui, mas só para reforçar que o trabalho que a gente vem fazendo é em relação aos clientes que possuem tarifa social, quando a gente olha de 2020 a 2024 a

gente cresceu essa base de clientes em 87%; e de 2022 para cá 35%. E aí qual é o benefício? Os clientes que hoje têm tarifa social ele pode ter até 65% de desconto na conta de energia, de acordo com a faixa de uso deles; e o cliente que consome até 140 quilowatts-hora, além do desconto na conta, ele também tem isenção de ICMS.

Quem é que pode ter? Só para clarear aqui para todos. Famílias escritas no CadÚnico, que tem uma renda por pessoa de até meio salário mínimo; idosos que recebem o BPC; pessoas com deficiências e famílias que estão CadÚnico que têm algum membro que tenha alguma doença ou portador de doenças que dependam de energia no seu tratamento. Importante falar que essas pessoas não precisam mais irem em nenhum Canal de Atendimento da ENEL, a gente já faz esse cadastramento proativo; a gente já faz uma troca de informações com a base do CadÚnico. Então, isso acontece de forma automática e por isso que nossa base vem crescendo aí dia a dia.

Slide - Então, quando a gente olha aqui no ranking das distribuidoras, a ENEL Ceará é a segunda em maior volume de clientes que possuem tarifa social, ficando atrás só da Coelba. Mas é a primeira Distribuidora na proporção de clientes que possuem tarifa social sobre a base de clientes residenciais. Aí mais de 43% da nossa base de clientes residenciais possuem o benefício da tarifa social.

Agora eu vou passar aqui para Nunes falar dos patrocínios que ele já falou muito bem, e encerrar para apresentação.

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Obrigado. Aqui rapidamente o Deputado Felipe Mota pediu que enviássemos, nós vamos enviar com mais detalhamento. Mas projetos culturais e de esporte dos últimos três anos, nós tivemos 410 projetos realizados, aí quase 13 milhões e 500 mil beneficiados diretos, sendo 55% de Cultura e 45% com a Lei do Esporte, a Lei Estadual do Esporte. Os projetos por Lei Rouanet, como eu falei, não estávamos utilizando a Lei Rouanet, mas nós temos uma interação muito grande com os agentes culturais do Estado, e temos um comitê, na realidade, isso não é feito por uma única pessoa, não é pedido para "A", "B" ou "C", isso passa por um comitê técnico. Todo projeto é avaliado em um comitê técnico, e os projetos da Lei Rouanet assim também estão sendo feitos.

Então, é só para dar um *overview* e sem dúvida nenhuma que diz: *Mas aqui são projetos incentivados.* Sim, além disso, a gente tem os projetos também de eficiência energética, só que isso tem um grupo de pessoas dedicadas a esse tema.

Eu agradeço aí, deputado, mais esse tempo, e me coloca à disposição. Aqui um pouco mais, eu deixaria até para mandar depois o detalhamento mostrando o que são projetos da área também de

eficiência energética, que temos aí valores de renda gerada. Depois a gente vai detalhar isso no informe ao deputado. Era isso, obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Sr. Nunes, eu quero agradecer aqui a apresentação do Plano pelos representantes da ENEL, Diretor Presidente Nunes; a Micheline Paola que é da área de mercado; Charles é da área de Infraestrutura. O Charles e a Micheline trabalham em São Paulo? Aqui no Ceará? Moram aqui? Reside aqui? Há quanto tempo? Quatro anos. E a Micheline? No início desse ano. Então, são novatos aqui do Ceará, um tem quatro anos, é muito novo, e a Micheline é mais nova ainda.

Eu não sei como são as culturas em outros Estados, eu sou leigo, eu conheço a cultura só do Ceará, principalmente lá da minha Região do Cariri. Mas dizer que eu não vou tentar minimizar ou desconstruir o Plano. Falei no início que lá a luzinha no fim do túnel apresenta um sinal de quem sabe uma pequena melhoria. Aí cabe dizer que o novo Presidente da ENEL, o Nunes, está apresentando aqui a todos nós, Deputado Felipe Mota, Deputado Simão Pedro, Deputada Lia Gomes, Deputado Guilherme Landim, uma luz lá no final do fim do túnel. Porém, contudo, eu falei e vou reiterar, eu tenho sido um dos deputados mais duro com aquilo que considero ser desrespeitoso com o povo cearense, que é a má prestação de serviço por uma Concessionária que já foi a melhor do Brasil; e todos nós aqui queríamos não está aqui nesta posição, mas está aqui a elogiar por ser a melhor do Brasil, mas hoje nós consideramos uma das piores.

E aquilo que a gente tem visto ser falado, mas nós não temos visto em ação. Então, por isso a nossa credibilidade, e aí a minha particularé quase nenhuma quando diz respeito à ENEL, quando diz respeito a um Plano, quando diz respeito à posição de melhorias.

Eu vi, ontem, nos meios de comunicação que a ENEL pretendia contratar mil profissionais e trezentas viaturas, trezentos carros. Tem isso, teve isso?

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Sim, foi mostrado aqui também viu, deputado. É por que...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Sim, só para não perder o raciocínio.

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Mas na realidade são 1.750 nos próximos três anos fora os 800 que estão terminando de ser contratados agora.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Aí o Deputado Guilherme Landim, o senhor tinha saído aqui um momentinho, e o Sr. Charles estava apresentando, e o Deputado Guilherme fez uma indagação muito pertinente: Entre os dez mil profissionais que tem, se seriam mil a mais ou se esses mil seriam substituição. E pelo que eu entendi são substituição. Então, se nós temos uma deficiência, se nós temos uma intranquilidade na prestação do serviço por conta de pouco efetivo, pelo que parece, pelo que tem sido, então, nós não vamos aumentar o efetivo para 1.600 ou 1.700, nós vamos somente substituir. E aí com essa substituição nós ficaremos com o mesmo efetivo, tendo em vista que a posição para os próximos três anos são de novas ligações, ou seja, aumentar ainda mais a nossa demanda aqui no Estado do Ceará. Como é que nós podemos acreditar que esse efetivo, continuando o mesmo que nós temos hoje, vai melhorar o serviço aqui no Estado do Ceará?

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Deputado, explicando aqui, detalhando melhor e o Charles naturalmente pode complementar. A substituição é o seguinte, hoje nós temos um contingente contratado que trabalha no Atendimento Emergencial, essas turmas passarão a ser próprias e trabalharemos com profissionais próprios. Esses profissionais que hoje trabalham nessa atividade, provavelmente, irão trabalhar em outras atividades de construção, que pela própria sazonalidade você tem mais flexibilidade e pelas empresas que não trabalham necessariamente só para ENEL. Esses demais que trabalham na área de construção, normalmente no momento que você tem um maior volume de obras você tem maior profissionais sendo demandados, e as empresas que nos prestam serviços com obras contratam esses profissionais e prestam esse serviço. É provável, eu acho que a gente não tem esse dimensionamento para falar aqui nesse momento, é provável que agora, a partir de junho, a gente tenha um maior incremento de empresas parceiras, exatamente pela demanda de obras que teremos. Mas a atividade que será substituída é essa atividade do Atendimento Emergencial, essa será totalmente substituída aqui, em Sobral e depois em Juazeiro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Deputados, algum comentário? Só um minuto. Pois não, Deputado Simão Pedro.

SR. DEPUTADO SIMÃO PEDRO (PSD): Pelo que eu vi aí nessa questão dos investimentos que vem sendo feito está crescendo aí no Relatório. Mas ano passado foi feito em torno de um e meio bilhão de investimento, não é isso, e nós temos uma projeção aí, e foi falado aqui de 1.6 para o futuro. Então, assim, eu fiquei até conversando aqui com o Deputado Felipe Mota, porque eu não vi muita coisa de

novidade, entendeu? Porque já está sendo o que está sendo investido. Então como é que vai ter algo novo se a gente precisa de mais investimento novo para modernizar o parque de energia?

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Deputado, se o senhor olhar naquela curva que eu mostrei de investimento, esse 1.5 bi de investimento é um salto de dois anos, do ano passado, 2022/2023. No sistema elétrico não é assim tão rápido. Você constrói uma Subestação; você reforça aquela área; depois você sai construindo todas as Redes que derivam dela. Então esse patamar de investimento é um patamar novo, desse momento, não é um patamar que vem lá de trás. Então por isso que a gente temconvicção de que será percebido a melhoria lá na ponta pelo consumidor.

SR. DEPUTADO SIMÃO PEDRO (PSD): E como tem o compromisso de mensalmente ter esse Relatório, a gente vai acompanhar isso e vamos...

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Sim.

SR. DEPUTADO SIMÃO PEDRO (PSD): Como eu disse o deputado aqui, o presidente diz e eu continuo dizendo que acredito no sonho, a gente tem que sonhar, e a população está sonhando junto com a gente. Vocês estão vendendo esse sonho e nós temos que acreditar, mas cobrando para ter retorno.

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Muito obrigado.

SR.RELATOR DEPUTADO GUILHERME LANDIM (PDT): Aqui eu também queria só colocar a minha impressão muito francamente. Nós não recebemos ainda o Plano detalhado, como o Dr. Nunes disse que vai deixar aqui para cada um de nós, mas com essa apresentação eu não me sinto contemplado, não me sinto. Eu acho que com esses números, com uma questão de substituição de pessoal; eu moro aqui em Fortaleza, mas eu me sinto do interior porque estou lá toda semana e sempre que posso estou lá e moro na zona rural, e lá na minha região, em Brejo Santo, falta energia toda semana. E eu tenho amizade, por ter sido prefeito oito anos, eu tenho uma amizade com pessoas que trabalham terceirizados para vocês, com pessoas que são do quadro afetivo de vocês, e antigamente as coisas a gente conseguia resolver de maneira mais tranquila; com um telefonema você ligava e a equipe já ia para lá. Vocês criaram uma burocracia que atrapalha o processo. E eu não posso conseguir acreditar que com substituição de efetivo isso vai chegar à ponta com o resultado adequado. Se fosse uma contratação de mais gente. Eu acho que poderíamos ver isso chegar lá na ponta, mas com essa substituição, com os processos que vocês criaram que atrapalharam e muito a resolução do problema. Hoje até os funcionários lá na ponta estão de mãos atadas.

Eu ligo várias vezes como liguei no Carnaval, e a resposta que eu recebi às 11h30 da noite foi: *Deputado, infelizmente eu não vou ter como ajudar, porque nós só temos uma equipe para atender toda a região, os nove municípios. Estão numa ocorrência em Penaforte e acho que só vai voltar à energia aí amanhã de manhã.* Voltou no outro dia às 2h da tarde. Então, não é com substituição de pessoal que eu acho que esse problema vai resolver.

Então, assim, fica esse registro aqui que eu, pelo menos, enquanto Relator eu não fui convencido. Se vocês tiverem documentos e novas informações a mandar, até a gente poder terminar esse Relatório, eu quero essas informações, e vamos acompanhar ao longo da execução desse Plano, com boa vontade, mas já digo aqui de pronto que pagando para ver porque não fui convencido hoje.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Sr. Nunes, eu corroboro totalmente com as palavras do Deputado Guilherme Landim, Relator da CPI, nós aguardaremos os dados. Eu quero registrar aqui a Oitiva e não tem como não ser tensa, até porque nós aqui temos recebido do povo cearense cobranças sobre a melhoria desse serviço, evidentemente nós estamos aqui em prol do povo cearense. Eu sempre disse que a CPI não é contra a ENEL, a CPI é a favor do povo do Estado do Ceará. Nós tentamos evitar muito a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, por isso que abrimos primeiro uma Comissão para estudar o Contrato de Concessão com a ENEL. E nós temos dados de todas as relevâncias. Nós não estamos aqui buscando fazer um julgamento da empresa, mas o que tem ocorrido do Estado do Ceará deixa o povo perplexo, deixa os seus representantes perplexos, deixa todos nós, imprensa, servidores públicos, prefeitos, governador, câmara de vereadores, entidades, setor produtivo, todos sem entender como será o presente, não é nem o futuro, tendo em vista que no passado bem próximo e no presente bem recente nós temos sofrido muito com a empresa ENEL.

Sr. Nunes, o senhor não era o presidente, mas faz parte do grupo há muito tempo, conhece como ninguém, o Natal de 2023 foi muito ruim para o povo cearense. O Réveillon de 2023 para 2024, a passagem de ano foi pior do que o Natal. O Carnaval foi pior do que o Natal e do que o Réveillon e não foi pior que a Semana Santa. Então assim, são sucessivas, e na crescente, a piora da prestação de serviço ao povo do Estado do Ceará no que diz respeito à empresa ENEL. E nós não temos outra alternativa se não sermos firmes, duros, respeitosos com o CPF de cada um. Nós não temos aqui nada contra ninguém, mas nós não podemos aceitar que a empresa continue trabalhando no Estado do Ceará da maneira que ela está trabalhando.

Eu queria fazer um pedido a todos aqui da ENEL, que pudesse enviar os dados o mais rápido possível para que nós possamos, com o compromisso que fizemos com o Ministro de Minas e Energia

entregar o nosso Relatório o mais rápido possível, para que ele possa colocar também, aproveitar também aquilo que vai constar no nosso Relatório nesse Decreto que vai ser entregue à população brasileira pelo Presidente Lula. São Paulo já entregou, os outros Estados estão entregando as suas ideias, sugestões e relatórios, e nós precisamos entregar o nosso. Nós queremos pedir que envie o quanto antes os dados solicitados por cada deputado e deputada, sobretudo pelo Relator, porque ele que está fechando esse Relatório e nós precisamos cumprir lá o nosso compromisso com o Ministro, porque esse Decreto vai melhorar a legislação para o povo do Estado do Ceará, que recebem o serviço das Concessionárias de energia elétrica aqui no Estado do Ceará. É a nossa solicitação.

Por último, dizer, Sr. Nunes, que para este deputado, para esta Comissão Parlamentar de Inquérito, para esta Casa, apesar de que com seu pedido de desculpas hoje aqui, nós precisamos também reconhecer que tem humildade no novo presidente, para tratar, para ouvir, mas dizer que nós cearenses continuaremos com o mesmo pensamento: Ou a ENEL muda ou a ENEL se muda do Estado do Ceará. E que essa melhoria que o senhor hoje tentou colocar na nossa mente, e que nós vamos lhe dar um fio de esperança quando enviar os dados para nós analisarmos, mais concretos do que esses aqui; e também ideias mais concretas do que essas aqui. Repito: nós somos leigos, mas se está ruim com dez mil, ia contratar mais mil, poderia melhorar 10%, meu caro Deputado Simão Pedro. Se vai só substituir, nós entendemos que não vai melhorar nada. É a nossa análise agora momentânea, hoje, nessa Oitiva aqui com a senhora e com os senhores.

Então, passo a palavra para o senhor para lhe ouvir, mas saiba que o nosso intuito é ver essa empresa mudando a forma de trabalhar; prestando um bom serviço; respeitando o povo cearense; cobrando um preço justo por esse serviço ou se mudando do Estado do Ceará e deixando que outra venha e faça a tentativa. O que a gente escutana conversa, às vezes nas rodas de conversa é que todas as Concessionárias são iguais, mas há mais de vinte anos que nós só testamos uma, a ENEL. Então, se ela quer continuar no Estado do Ceará que ela mude, respeite o povo cearense; se ela não quer continuar ela se mude do Ceará e deixe que outra venha tentar melhorar o serviço que já está tão sofrido aqui pelo povo do Estado do Ceará.

Passo a palavra ao Senhor Nunes.

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Deputado, me permita só realmente um último esclarecimento, para depois finalizar aqui as minhas palavras.

Esse número de profissionais que a gente colocaé sempre um número que não é algo fixo e ao longo do tempo esse número é mantido. A sazonalidade das obras aumenta, faz aumentar ou reduzir esse número, dependendo de cada momento. O que a gente coloca como uma permuta e algo que foi uma substituição é a atividade de profissionais para o Atendimento Emergencial. Esta é uma substituição e passaremos a trabalhar daqui para frente com profissionais próprios. Eisso nos anima, e eu tenho recebido alguns primeiros feedbacks de algo positivo nesse sentido.

Então, não gostaríamos que pegasse esse número como sendo: *Foi uma substituição, e o número aqui está mantido o mesmo,* que não é assim, pela própria sazonalidade das obras, até com determinados períodos também. Então eu queria apenas tranquilizar nesse sentido.

E afora isso, nós vamos enviar os dados. Eu não sei que prazo o senhor nos daria para mandar uma versão final, também pegando alguns feedbacks que recebemos aqui e que são importantes para nós. Eu não sei que prazo final eu teria para fazer a entrega, o senhor pode dizer aí que nós nos adequaremos a ele.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Sr. Nunes, na verdade os dados que nós queremossão os dados que o senhor já tem, não é nem o que o senhor colheu hoje de sugestões nossa. São os dados que o senhor já tem mais detalhado desse próprio Plano, para que o Deputado Guilherme Landim, nós possamos fechar o nosso Relatório. O Ministro nos solicitouse pudéssemos, tanto nós como a ARCE, a ARCE estou vendo que ela não vai conseguir fechar o Relatório, mas ela já vai enviar uma prévia desse Relatório, mas nós queremos fechar o mais rápido possível para cumprir a meta estabelecida pelo Ministro de Minas e Energias.

Regimentalmente a nossa CPI vai até o dia 10 de Maio, mas nós tínhamos nos comprometidos com o Ministro de tentar encerrar até o final deste mês e enviar o Relatório, mesmo que não desse tempo a gente aprovar aqui na Comissão Parlamentar de Inquérito, que tivéssemos outra reunião, mas que tivesse o Relatório de posse lá do Ministro, para que ele pudesse balizá-lo nessa construção do Decreto que foi combinado lá nessa reunião com o Ministro. Então, se puder, no mais tardar, na segunda, terça-feira estar aqui conosco...

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Perfeito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): ...nos ajudaria muito para que a gente possafechar o Relatório.

Penso eu que o Decreto também lá não é um Decreto para prejudicar as concessionárias, é um Decreto evidentemente firme para cobrar das Concessionárias que se ajustem, que se organizem, que melhorem, que pegue o pouco dos bilhões que elas ganham nos seus Estados e invistam em manutenção, em compra de equipamento, na melhoria do serviço. É isso que eu entendi lá do Ministro e é isso que nós estamos buscando todos nós.

Repetindo aqui para que fique mais claro ainda: Ninguém aqui tem nada contra ninguém da ENEL, muito pelo contrário, mas nós não aceitamos mais essa forma de trabalhar que a ENEL impôs aqui no Estado do Ceará, depois de ela ter tido aí um período, um ano apenas, ela teve um período que foi a melhor do Brasil, de lá para cá ela tem definhado, definhado, definhado ao passo de que hoje aqui ela ser uma das piores do Brasil e se não nós não estaríamos aqui tomando o seu tempo, nem o tempo dos seus colegas de trabalho. Nós já estamos aqui mais de cinco horas de Oitiva aqui, e reputo sim, e foi importante tudo aqui; tudo que foi questionado pelos deputados, tudo que foi dito pelos Diretores da ENEL, mas a credibilidade está tão em baixa que nós não podemos aqui sair satisfeito desse momento para dizer que acreditamos numa melhoria.

Eu já falei isso em entrevistas, falei isso ontem aqui na Tribuna da Casa, vou reiterar aqui na presença do Sr. Nunes, que é o novo Presidente da ENEL. Nós só podemos dar um voto de credibilidade, e olha que o povo do Estado do Ceará é o povo mais generoso que eu conheço, mas só darão esse voto de credibilidade porque quem vai julgar a ENEL não somos nós deputados. Quem vai julgar a ENEL é o povo do Estado do Ceará. Se a ENEL melhorar em algum lugar que seja no nosso Estado, até para dar exemplo de que realmente ela está tentando melhorar. Penso se é assim, não sei se os meus colegas deputados corroboram aqui com essa nossa fala, mas é o sentimento que a população tem nos passado.

Lá no Brejo Santo do Deputado Guilherme Landim, lá no Sobral, onde quer que seja, se não melhorar em nenhum local para que a gente mostre um exemplo, lá no Solonópole seja onde for, nós não podemos dar o voto de credibilidade à ENEL.

Eu saio daqui satisfeito com o trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito, fizemos a nossa parte, estamos fazendo a nossa parte; vamos fechar o nosso Relatório, vamos entregar em todas as autoridades competentes, pedindo lá o que tiver que pedir de punição, sugerindo o que tiver que sugerir, enfim, nós vamos fechar o nosso Relatório e nós vamos acompanhar esse trabalho aí em diante, sobretudo, com o seu compromisso de enviar um Relatório mensalmente das melhorias que a ENEL está conseguindo praticar aqui no Estado do Ceará. Para aí sim nós podermos subir à Tribuna dessa Casa ou

visitar a ENEL e fazer um pequeno elogio que seja. Hoje a nossa credibilidade com a ENEL, me desculpem, é zero.

Pois não, Sr. Nunes.

SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO (Diretor-Presidente da ENEL Distribuição-Ceará): Eu queria dizer, deputados e deputadas, é que esse compromisso é o compromisso do nosso presidente, da nossa gestão do Presidente da ENEL-Brasil, de melhoria dos serviços, tem conhecido a nossa realidade de perto, já esteve aqui no Ceará por mais de uma vez, e é o compromisso dos colaboradores que eu diria que são diferenciados. É um diferencial que temos para superar esse desafio. Os colaboradores da ENEL são profissionais, na minha percepção, diferenciados em relação a outras empresas. O senhor *an passant* colocou: *Foi melhor do Brasil uma vez;* nós fomos o melhor do Brasil seis vezes e queremos trilhar esse caminho de resgate a excelência.

E finalizando, eu gostaria de agradecer a forma educada com que fui tratado; agradecer algumas deferências que foram colocadas, Deputado Fernando Santana como Presidente da Comissão, Deputado Guilherme Landim, Deputada Lia, Deputado Felipe Mota, Deputado Simão, muitíssimo obrigado pela paciência e pela deferência. Muito obrigado e boa noite.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PT): Também quero agradecer a todos que estiveram presentes; agradecer aqui ao Manoel faz parte aqui da Comissão, nosso Secretário, Deputado Guilherme Landim, que tem aí se debruçado; as meninas que lhe ajudam lá Manoel? A Rejane e a Raíssa que nos ajudam muito lá no dia a dia com o Manoel; agradecer ao Vinícius, nosso Chefe de Gabinete, que tem sempre tratado com a Comissão todos os dias; agradecer ao Deputado Guilherme Landim, nosso Relator, que junto com a sua equipe tem feito um grande trabalho. Nós vamos já fechar esse trabalho e Relatório e apresentar a povo cearense; agradecer ao Deputado Simão Pedro que tem sido partícipe, combatível nessa luta nossa de ver a melhoria pela empresa ENEL aqui no Estado do Ceará; agradecer ao Deputado Felipe Mota, da mesma maneira participou até aqui sempre sugerindo, sempre cobrando, sempre buscando melhorias e agradecer aqui a Deputada Lia Gomes que a voz feminina na CPI, ela não perde uma reunião, vamos a Brasília, ela está junto compra passagem até de última hora, e está lá conosco nessa luta fazendo os questionamentos, porque ela sente na pele andando municípios, visitando os municípios como a defensora que é do povo cearense, ela sente na pele a reclamação, as queixas e a angustia do povo do Estado do Ceará. Então, agradecer, em nome deles, todas as deputadas e deputados que fazem parte da Comissão Parlamentar de Inquérito e aos 46

Parlamentares, que pela primeira vez na história da Assembleia é uma Comissão Parlamentar de Inquérito, assinada, solicitada pela unanimidade desta Casa.

Agradecer ao Presidente desta Casa Deputado Evandro Leitão que deu todo apoio e por fim ao Governador Elmano de Freitas que teve a coragem de observar, dialogar, analisar e se somar ao trabalho da CPI, para ir lá no Ministério de Minas e Energias, cobrar melhorias aqui para o Estado do Ceará no fornecimento de energia elétrica. E lembrando à população, e lembrando aos deputados que a ENEL trabalha na perspectiva de dois serviços essenciais de nossa vida: a energia elétrica, aí é sim o trabalho dela, é expertise dela, mas também a internet que passa pela ENEL; que se a ENEL não fizer um bom trabalho ela também prejudica esse outro serviço, que se transformou em serviço essencial, depois da pandemia, sobretudo, na pandemia e após a pandemia, que é o serviço de fornecimento de internet em nossas casas, em nossas empresas; do cabeamento que passa pelos postos da ENEL, que lá atrás a ENEL quis triplicar, quadruplicar e aí vai o valor cobrado por poste, mas isso foi barrado. Pelo menos essa página da revista, ou da novela, ou do filme nós já passamos. Agora nós continuamos é na celeuma e na luta por uma boa manutenção, por uma compra de equipamento, para que possamos ver a ENEL prestando o mínimo que seja de um bom serviço ao povo do Estado do Ceará. Lembrando que ela cobra caro a tarifa que ela cobra, porque se fosse um centavo ainda seria muito caro pelo péssimo serviço que ela tem prestado. E a luzinha lá no fim do túnel está apontando nós vamos cobrar da ENEL mensalmente, pelo menos pelos próximos 36 meses que é o compromisso feito aqui de enviar o relatório da melhoria.

Agradecer ao Dr. Cleto, que é advogado da ENEL, que veio duas sessões aqui e estava ali doido para colocar os serviços dele para funcionar, mas até então não foi preciso a não ser pelo *habeas corpus* hoje do nosso Presidente da ENEL, que veio aqui talvez preocupado em pegar aqui não deputados compromissados com o povo do Ceará, mas pegar aqui leões vorazes para vender imagem das pessoas, e nós não estamos aqui atrás disso. O único intuito dessa Casa é ver o serviço da ENEL melhorando. Por fim, ou a ENEL muda ou a ENEL se muda do Ceará.

Declaro encerrada essa reunião agradecendo a todos os presentes que aqui estão, a imprensa e a todas e a todos. Ou a ENEL muda ou a ENEL se muda. Muito obrigado a todos.

ATÁ DA REUNIÃO INAUGURAL DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (CPI) PARA INVESTIGAR IRREGULARIDADES E PRÁTICAS ABUSIVAS POR PARTE DA ENEL NO ESTADO DO CEARÁ.

Aos 21 dias do mês de agosto de dois mil e vinte e três, segunda-feira, às 14h15min horas, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar irregularidades e práticas abusivas por Parte da Enel no Estado do Ceará da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, no salão nobre da Presidência da casa, sob a Presidência do Deputado Fernando Santana. Registraram presenças os seguintes Deputados: Fernando Santana (Presidente), Carmelo Neto (Vice-presidente), Felipe Mota, Guilherme Sampaio, Bruno Pedrosa, Romeu Aldigueri, Agenor Neto e Daniel Oliveira. **ABERTURA:** Não houve leitura de ata de sessão anterior. O Presidente, Deputado Fernando Santana, deu início aos trabalhados afirmando que se tratava de uma reunião para definir os trabalhos da CPI e designar o dia para a abertura da primeira reunião. **DADA A PALAVRA AO PROCURADOR DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA**, que fez o uso da palavra, fazendo breve explanação sobre os trabalhos da CPI. **Concluída a explicação do Procurador**, o PRESIDENTE, DEPUTADO FERNANDO SANTANA, concedeu a palavra aos deputados presentes. DADA A PALAVRA AO DEPUTADO CARMELO NETO, que afirmou que esteve em contato com Deputados Estaduais do Estado de São Paulo sobre a CPI da Enel existente no Estado de São Paulo, para fins de dividir a CPI em grupos de trabalhos (sub-relatorias), para fins de otimizar os trabalhos da Comissão. Dada a palavra ao DEPUTADO GUILHERME SAMPAIO, este fez o uso da palavra e parabenizando a Assembleia acerca do relatório realizado pela Comissão Especial realizada em dezembro de 2022, bem como sugeriu que fossem aprovados na primeira reunião todos os requerimentos já protocolizados pelos Deputado integrantes da CPI. Dada a palavra ao DEPUTADO FELIPE MOTA, este parabenizou a casa sobre a iniciativa, bem como explicou sobre o seu plano de trabalho da CPI, afirmando ainda que protocolará requerimento requerendo a oitiva de Sr. Maia Júnior, responsável no Governo Estadual à época do início da atuação da Enel no Estado do Ceará. DADA A PALAVRA AO DEPUTADO SIMÃO PEDRO, que parabenizou a Assembleia sobre a iniciativa de instalação da CPI. DADA A PALAVRA AO DEPUTADO BRUNO PEDROSA, este parabenizou a Assembleia sobre a iniciativa de abertura da CPI, bem com esclareceu sobre a necessidade de

Av. Desembargador Moreira, 2807| Dionísio Torres | CEP: 60170-900 | Fortaleza-CE
DISQUE ASSEMBLEIA: 0800 2802887

se apurar a questão das usinas de energia solar (energias renováveis). DADA A PALAVRA AO DEPUTADO DANIEL OLIVEIRA, que também parabenizou a Alece sobre o início dos trabalhos da CPI, bem como concordou com o Deputado Bruno Pedrosa sobre a sua fala. Ressaltou sobre a dificuldade dos gestores municipais de contactar a empresa Enel. Após a fala dos deputados, o DEPUTADO FERNANDO SANTANA afirmou que na próxima reunião da CPI será para apreciação e votação dos requerimentos já protocolizados pelos deputados integrantes da CPI, bem como será apresentado pelo Deputado Guilherme Landim explanação sobre o relatório final da Comissão Especial realizada no ano de 2022. Ficou ao final deliberado pelos participantes da reunião que as reuniões ordinárias ocorrerão as quartas-feiras, às 15:00 horas. **Nada mais havendo a tratar**, o Presidente, Deputado Fernando Santana, encerrou os trabalhos às 16:25. E, para constar, eu, _____ Manoel de Sousa Aires Junior, secretariei os trabalhos, lavrei a presente ata, que, lida, discutida e aprovada, será assinada pelo Presidente, _____ Deputado Fernando Santana.

Deputado Fernando Santana
Presidente

Manoel de Sousa Aires Junior
Secretário

Av. Desembargador Moreira, 2807| Dionísio Torres | CEP: 60170-900 | Fortaleza-CE
DISQUE ASSEMBLEIA: 0800 2802887

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (CPI) PARA INVESTIGAR IRREGULARIDADES E PRÁTICAS ABUSIVAS POR PARTE DA ENEL NO ESTADO DO CEARÁ.

Aos 30 dias do mês de agosto de dois mil e vinte e três, segunda-feira, às 16h horas, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar irregularidades e práticas abusivas por Parte da Enel no Estado do Ceará, na sala das comissões (sala 04) da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, sob a Presidência do Deputado Fernando Santana. Registraram presenças os seguintes Deputados: Fernando Santana (Presidente), Carmelo Neto (Vice-Presidente), Guilherme Landim (Relator), Bruno Pedrosa, Romeu Aldigueri, Felipe Mota, De Assis Diniz, Gabriella Aguiar, Larissa Gaspar, Lia Gomes, Danniel Oliveira, Guilherme Sampaio e Simão Pedro. **ABERTURA:** Dispensada a Leitura da Ata da Reunião Anterior, devidamente aprovada. O Vice-Presidente, Deputado Carmelo Neto, deu início aos trabalhos, dando a palavra ao Deputado Guilherme Landim, a fim de que esse explanasse acerca dos trabalhos da Comissão Especial da Enel de 2022. Assim, **DADA A PALAVRA AO RELATOR**, que fez o uso da palavra, este apresentou sumariamente os resultados constantes no relatório final da referida comissão. Após a explanação do relatório, passou-se a presidência dos trabalhos para o PRESIDENTE, DEPUTADO FERNANDO SANTANA, que concedeu a palavra aos deputados presentes, que se manifestaram acerca dos descumprimentos por parte da Enel e dos objetivos da presente CPI. O DEPUTADO FERNANDO SANTANA aduziu que entrou em contato com o Presidente da ARCE e seu corpo técnico, tendo sido acordada a presença desses na reunião ordinária do dia 13 de setembro de 2023, às 15:30. **PASSOU-SE A LEITURA DOS REQUERIMENTOS APRESENTADOS,** de modo que os Deputados que os apresentaram fizerem a defesa dos seus pedidos, requerendo-se a aprovação pelos Deputados presentes. **OS REQUERIMENTOS DE Nº 01 A 17 E Nº 20 A 31 FORAM APROVADOS, POR UNANIMIDADE. OS REQUERIMENTOS DE Nº 18 E 19 FORAM SOBRESTADOS. INCLUSÃO DE PAUTA: Requerimento nº 32**, de autoria do Deputado Danniel Oliveira, que foi discutido e foi aprovado pelos presentes, por unanimidade, e **Requerimento nº 33**, de autoria da Deputada Larissa Gaspar, com subscrição do Deputado Guilherme Sampaio, que foi discutido e foi aprovado pelos presentes, por unanimidade. **Nada mais havendo a tratar**, o Presidente, Deputado Fernando Santana, encerrou os

Av. Desembargador Moreira, 2807| Dionísio Torres | CEP: 60170-900 | Fortaleza-CE
DISQUE ASSEMBLEIA: 0800 2802887

CPI Enel ALECE

trabalhos às 17:22. O inteiro teor da reunião foi gravado, e as notas taquigráficas, após decodificadas, farão parte deste documento. E, para constar, eu, Manoel de Sousa Aires Junior, secretariei os trabalhos, lavrei a presente ata, que, lida, discutida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Fernando Santana.

Deputado Fernando Santana
Presidente

Manoel de Sousa Aires Junior
Secretário

Av. Desembargador Moreira, 2807| Dionísio Torres | CEP: 60170-900 | Fortaleza-CE
DISQUE ASSEMBLEIA: 0800 2802887

CPI Enel ALECE

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (CPI) PARA INVESTIGAR IRREGULARIDADES E PRÁTICAS ABUSIVAS POR PARTE DA ENEL NO ESTADO DO CEARÁ.

Aos 13 dias do mês de setembro de dois mil e vinte e três, quarta-feira, às 15:30 horas, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar irregularidades e práticas abusivas por Parte da Enel no Estado do Ceará, na sala das comissões (sala 04) da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, sob a Presidência do Deputado Carmelo Neto. Registraram presenças os seguintes Deputados: Fernando Santana, Carmelo Neto (Presidente em exercício), Guilherme Landim (Relator), Bruno Pedrosa, Romeu Aldigueri, Felipe Mota, Gabriella Aguiar, Larissa Gaspar, Lia Gomes e Guilherme Sampaio. Presente o convidado e depoente, **SR. HÉLIO WINSTON LEITÃO**, Presidente da Agência Reguladora do Estado do Ceará - ARCE, acompanhado do Sr. José Dickson Araújo de Oliveira, Coordenador de Energia Elétrica da ARCE. **ABERTURA:** Dispensada a Leitura da Ata da Reunião Anterior, devidamente aprovada. O Presidente em exercício, Deputado Carmelo Neto, deu início aos trabalhos. **ORDEM DO DIA**: a) Oitiva do Sr. Hélio Winston Leitão, Presidente da Agência Reguladora do Estado do Ceará (ARCE), conforme Requerimentos 15/2023 e 24/2023, dos Deputados Carmelo Neto e Guilherme Landim, aprovados por unanimidade na Reunião Ordinária ocorrida no dia 30/08/2023. DADA A PALAVRA AO CONVIDADO para esclarecimentos iniciais, pelo prazo de 15 (quinze) minutos, este cumprimentou todos os membros da mesa. Prosseguindo, explanou brevemente acerca da atuação da ARCE e expôs os desafios enfrentados junto à Enel e à ANEEL. DADA A PALAVRA AO DEPUTADO GUILHERME LANDIM (RELATOR), que realizou perguntas ao convidado, tendo este respondido as devidas perguntas. DADA A PALAVRA AO DEPUTADO CARMELO NETO (PRESIDENTE EM EXERCÍCIO), que realizou perguntas ao convidado, tendo este respondido as devidas perguntas. DADA A PALAVRA AO DEPUTADO GUILHERME SAMPAIO, que realizou perguntas ao convidado, tendo este respondido as devidas perguntas. DADA A PALAVRA À DEPUTADA GABRIELLA AGUIAR, que realizou perguntas ao convidado, tendo este respondido as devidas perguntas. DADA A PALAVRA AO DEPUTADO FELIPE MOTA, que realizou perguntas ao convidado, tendo este respondido as devidas perguntas. DADA A PALAVRA À DEPUTADA LARISSA GASPAR, que realizou perguntas ao convidado, tendo este respondido as devidas perguntas. DADA A

Comissão Parlamentar de Inquérito da Enel Distribuição Ceará

PALAVRA AO DEPUTADO BRUNO PEDROSA, que realizou perguntas ao convidado, tendo este respondido as devidas perguntas. DADA A PALAVRA À DEPUTADA LIA GOMES, que realizou perguntas ao convidado, tendo este respondido as devidas perguntas. **Nada mais havendo a tratar**, o Presidente em exercício, Deputado Carmelo Neto, encerrou os trabalhos às 17:45. O inteiro teor da reunião foi gravado, e as notas taquigráficas, após decodificadas, farão parte deste documento. E, para constar, eu, Manoel de Sousa Aires Junior, secretariei os trabalhos, lavrei a presente ata, que, lida, discutida e aprovada, será assinada pelo Presidente em exercício, Deputado Carmelo Neto.

Deputado Carmelo Neto
Presidente em exercício

Manoel de Sousa Aires Junior
Secretário

Av. Desembargador Moreira, 2807| Dionísio Torres | CEP: 60170-900 | Fortaleza-CE
DISQUE ASSEMBLEIA: 0800 2802887

TERMO DE COMPARECIMENTO E DEPOIMENTO DO SR. HÉLIO WINSTON LEITÃO, PRESIDENTE DA ARCE, NA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CPI DA ENEL DISTRIBUIÇÃO CEARÁ

Aos 13 dias do mês de setembro do ano de 2023, às 15:30 horas, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito, na Sala 04 das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, sob a Presidência do Deputado Carmelo Neto, para realização da 2ª Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito, para fins de oitiva do **Sr. HÉLIO WINSTON LEITÃO**, presidente da Agência Reguladora do Estado do Ceará - ARCE, na qualidade de testemunha. Verificado o quórum, o Presidente declarou aberta a reunião. O convidado compareceu para prestar depoimento. Após a qualificação do convidado, este explanou brevemente acerca da atuação da ARCE e expôs os desafios enfrentados junto à Enel e à ANEEL. Utilizaram da palavra, para inquirir o depoente, os deputados GUILHERME LANDIM (RELATOR), CARMELO NETO (PRESIDENTE EM EXERCÍCIO), GUILHERME SAMPAIO, GABRIELLA AGUIAR, FELIPE MOTA, LARISSA GASPAR, BRUNO PEDROSA e LIA GOMES. O inteiro teor das perguntas realizadas pelos Deputados e o inteiro teor das respostas dadas pela testemunha foram gravados, e as notas taquigráficas, após decodificadas, farão parte deste documento. **Nada mais havendo a perguntar, o Presidente em exercício, Deputado Carmelo Neto, encerrou a audiência às 17:45 horas.** E, para constar, eu, Manoel de Sousa Aires Junior, Secretário, lavrei o presente termo, que será assinado pelo Presidente em exercício, Deputado Carmelo Neto.

HÉLIO WINSTON LEITÃO
Depoente

Av. Desembargador Moreira, 2807| Dionísio Torres | CEP: 60170-900 | Fortaleza-CE
DISQUE ASSEMBLEIA: 0800 2802887

CPI Enel ALECE

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (CPI) PARA INVESTIGAR IRREGULARIDADES E PRÁTICAS ABUSIVAS POR PARTE DA ENEL NO ESTADO DO CEARÁ.

Aos 20 dias do mês de setembro de dois mil e vinte e três, quarta-feira, às 15:18 horas, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar irregularidades e práticas abusivas por Parte da Enel no Estado do Ceará, na sala das comissões (sala 04) da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, sob a Presidência do Deputado Fernando Santana. Registraram presenças os seguintes Deputados: Fernando Santana (Presidente), Guilherme Landim (Relator), Felipe Mota, Gabriella Aguiar, Lia Gomes, Guilherme Sampaio e Agenor Neto. Presentes os convidados e depoentes, **Sra. VALÉRIA SOARES CAVALCANTE COLARES,** Diretora do Programa de Orientação Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON ASSEMBLEIA, e **Sr. ANTÔNIO ERILDO LEMOS PONTES**, Presidente do Conselho de Consumidores da Enel Distribuição Ceará - CONERGE. **ABERTURA:** Dispensada a Leitura da Ata da Reunião Anterior, devidamente aprovada. O Presidente, Deputado Fernando Santana, deu início aos trabalhos. **ORDEM DO DIA:** a) **OITIVA DA SRA. VALÉRIA SOARES CAVALCANTE COLARES, DIRETORA DO PROGRAMA DE ORIENTAÇÃO PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - PROCON ASSEMBLEIA**, conforme Requerimento 20/2023, de autoria do Deputado Carmelo Neto, aprovado por unanimidade na Reunião Ordinária ocorrida no dia 30/08/2023. DADA A PALAVRA À CONVIDADA, esta explanou brevemente acerca da atuação do PROCON ASSEMBLEIA e expôs os desafios enfrentados junto à Enel. DADA A PALAVRA AO DEPUTADO GUILHERME SAMPAIO, que realizou perguntas à convidada, tendo esta respondido as devidas perguntas. DADA A PALAVRA AO DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PRESIDENTE), que realizou perguntas à convidada, tendo esta respondido as devidas perguntas. DADA A PALAVRA AO DEPUTADO FELIPE MOTA, que realizou perguntas à convidada, tendo esta respondido as devidas perguntas. DADA A PALAVRA À DEPUTADA GABRIELLA AGUIAR, que realizou perguntas à convidada, tendo esta respondido as devidas perguntas. DADA A PALAVRA AO DEPUTADO GUILHERME LANDIM (RELATOR), que realizou perguntas à convidada, tendo esta respondido as devidas perguntas; b) **OITIVA DO SR. ANTONIO ERILDO LEMOS PONTES, PRESIDENTE DO CONSELHO DE CONSUMIDORES DA ENEL DISTRIBUIÇÃO CEARÁ -**

Av. Desembargador Moreira, 2807| Dionísio Torres | CEP: 60170-900 | Fortaleza-CE
DISQUE ASSEMBLEIA: 0800 2802887

CPI Enel ALECE

CONERGE, conforme Requerimento 30/2023, de autoria do Deputado Guilherme Landim, aprovado por unanimidade na Reunião Ordinária ocorrida no dia 30/08/2023. DADA A PALAVRA AO CONVIDADO este explanou brevemente acerca da atuação da CONERGE e expôs os desafios enfrentados junto à Enel. DADA A PALAVRA AO DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PRESIDENTE), que realizou perguntas ao convidado, tendo este respondido as devidas perguntas. DADA A PALAVRA AO DEPUTADO GUILHERME LANDIM (RELATOR), que realizou perguntas ao convidado, tendo este respondido as devidas perguntas. DADA A PALAVRA À DEPUTADA GABRIELLA AGUIAR, que realizou perguntas ao convidado, tendo este respondido as devidas perguntas. c) **LEITURA, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DE REQUERIMENTOS E RELATÓRIOS EM GERAL:** Os deputados presentes concordaram no adiamento destes para a próxima reunião deliberativa. **Nada mais havendo a tratar**, o Presidente, Deputado Fernando Santana, encerrou os trabalhos às 17:17. O inteiro teor da reunião foi gravado, e as notas taquigráficas, após decodificadas, farão parte deste documento. E, para constar, eu, Manoel de Sousa Aires Junior, secretariei os trabalhos, lavrei a presente ata, que, lida, discutida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Fernando Santana.

Deputado Fernando Santana
Presidente

Manoel de Sousa Aires Junior
Secretário

Av. Desembargador Moreira, 2807| Dionísio Torres | CEP: 60170-900 | Fortaleza-CE
DISQUE ASSEMBLEIA: 0800 2802887

CPI Enel ALECE

TERMO DE COMPARECIMENTO E DEPOIMENTO DO SR. ANTÔNIO ERILDO LEMOS PONTES, PRESIDENTE DO CONERGE, NA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CPI DA ENEL DISTRIBUIÇÃO CEARÁ

Aos 20 dias do mês de setembro do ano de 2023, às 15:18 horas, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito, na Sala 04 das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, sob a Presidência do Deputado Fernando Santana, para realização da 3ª Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito, para fins de oitiva do **Sr. ANTÔNIO ERILDO LEMOS PONTES**, Presidente do Conselho de Consumidores da Enel Distribuição Ceará - CONERGE, na qualidade de testemunha. Verificado o quórum, o Presidente declarou aberta a reunião. O convidado compareceu para prestar depoimento. Após a qualificação do convidado, este explanou brevemente acerca da atuação da CONERGE e expôs os desafios enfrentados junto à Enel. Utilizaram da palavra, para inquirir o depoente, os deputados FERNANDO SANTANA (PRESIDENTE), GUILHERME LANDIM (RELATOR), e GABRIELLA AGUIAR. O inteiro teor das perguntas realizadas pelos Deputados e o inteiro teor das respostas dadas pela testemunha foram gravados, e as notas taquigráficas, após decodificadas, farão parte deste documento. **Nada mais havendo a perguntar, o Presidente, Deputado Fernando Santana, encerrou a audiência às 17:05 horas.** E, para constar, eu, Manoel de Sousa Aires Junior, Secretário, lavrei o presente termo, que será assinado pelo Presidente, Deputado Fernando Santana.

ANTÔNIO ERILDO LEMOS PONTES
Depoente

CPI Enel ALECE
Av. Desembargador Moreira, 2807| Dionísio Torres | CEP: 60170-900 | Fortaleza-CE
DISQUE ASSEMBLEIA: 0800 2802887

TERMO DE COMPARECIMENTO E DEPOIMENTO DA SRA. VALÉRIA SOARES CAVALCANTE COLARES, DIRETORA DO PROCON ASSEMBLEIA, NA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CPI DA ENEL DISTRIBUIÇÃO CEARÁ

Aos 20 dias do mês de setembro do ano de 2023, às 15:18 horas, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito, na Sala 04 das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, sob a Presidência do Deputado Fernando Santana, para realização da 3ª Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito, para fins de oitiva da **Sra. VALÉRIA SOARES CAVALCANTE COLARES**, Diretora do Programa de Orientação Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON ASSEMBLEIA, na qualidade de testemunha. Verificado o quórum, o Presidente declarou aberta a reunião. A convidada compareceu para prestar depoimento. Após a qualificação da convidada, esta explanou brevemente acerca da atuação do PROCON ASSEMBLEIA e expôs os desafios enfrentados junto à Enel. Utilizaram da palavra, para inquirir a depoente, os deputados GUILHERME SAMPAIO, FERNANDO SANTANA (PRESIDENTE), FELIPE MOTA, GABRIELLA AGUIAR e GUILHERME LANDIM (RELATOR). O inteiro teor das perguntas realizadas pelos Deputados e o inteiro teor das respostas dadas pela testemunha foram gravados, e as notas taquigráficas, após decodificadas, farão parte deste documento. **Nada mais havendo a perguntar, o Presidente, Deputado Fernando Santana, encerrou a audiência às 15:55 horas.** E, para constar, eu, Manoel de Sousa Aires Junior, Secretário, lavrei o presente termo, que será assinado pelo Presidente, Deputado Fernando Santana.

VALÉRIA SOARES CAVALCANTE COLARES
Depoente

Av. Desembargador Moreira, 2807| Dionísio Torres | CEP: 60170-900 | Fortaleza-CE
DISQUE ASSEMBLEIA: 0800 2802887

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (CPI) PARA INVESTIGAR IRREGULARIDADES E PRÁTICAS ABUSIVAS POR PARTE DA ENEL NO ESTADO DO CEARÁ.

Aos 09 dias do mês de outubro de dois mil e vinte e três, segunda-feira, às 15:18 horas, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar irregularidades e práticas abusivas por Parte da Enel no Estado do Ceará, no Auditório Murilo Aguiar da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, sob a Presidência do Deputado Fernando Santana. Registraram presenças os seguintes Deputados: Fernando Santana (Presidente), Carmelo Neto (Vice-Presidente), Guilherme Landim (Relator), Larissa Gaspar, Lia Gomes (por videoconferência), Felipe Mota (por videoconferência), Bruno Pedrosa, Guilherme Sampaio e Agenor Neto. Presente o convidado e depoente, **Sr. PLÍNIO MONTEIRO NETO**, Presidente do Sindicato dos Eletricitários do Estado do Ceará - SINDELETRO, acompanhado do Sr. Fernando Antônio de Moura Avelino, diretor administrativo do SINDELETRO, e da Sra. Francisca Jane Eire Calixto de Almeida Morais, advogada do SINDELETRO. **ABERTURA:** Dispensada a Leitura da Ata da Reunião anterior, devidamente aprovada. O Presidente, Deputado Fernando Santana, deu início aos trabalhos, dando a palavra ao Sr. Giovani Aquino, integrante do movimento dos terceirizados que foram demitidos da Enel. **ORDEM DO DIA**: a) **OITIVA DO SR. PLÍNIO MONTEIRO NETO, PRESIDENTE DO SINDICATO DOS ELETRICITÁRIOS DO ESTADO DO CEARÁ - SINDELETRO**, conforme Requerimento 33/2023, da Deputada Larissa Gaspar, com subscrição do Deputado Guilherme Sampaio, aprovado por unanimidade na Reunião Ordinária ocorrida no dia 30/08/2023. DADA A PALAVRA AO CONVIDADO para esclarecimentos iniciais, este explanou brevemente acerca da atuação do SINDELETRO e expôs os desafios enfrentados junto à Enel. DADA A PALAVRA AO DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PRESIDENTE), que realizou perguntas ao convidado, tendo este respondido as devidas perguntas. DADA A PALAVRA À DEPUTADA LARISSA GASPAR, que realizou perguntas ao convidado, tendo este respondido as devidas perguntas. DADA A PALAVRA AO DEPUTADO CARMELO NETO (VICE-PRESIDENTE), que realizou perguntas ao convidado, tendo este respondido as devidas perguntas. DADA A PALAVRA AO DEPUTADO GUILHERME SAMPAIO, que realizou perguntas ao convidado, tendo este respondido as devidas perguntas. b) **LEITURA,**

Av. Desembargador Moreira, 2807| Dionísio Torres | CEP: 60170-900 | Fortaleza-CE
DISQUE ASSEMBLEIA: 0800 2802887

CPI Enel ALECE

DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DE REQUERIMENTOS E RELATÓRIOS EM GERAL: Os deputados presentes concordaram no adiamento destes para a próxima reunião deliberativa. **Nada mais havendo a tratar**, o Presidente, Deputado Fernando Santana, encerrou os trabalhos às 17:01. O inteiro teor da reunião foi gravado, e as notas taquigráficas, após decodificadas, farão parte deste documento. E, para constar, eu, Manoel de Sousa Aires Junior, secretariei os trabalhos, lavrei a presente ata, que, lida, discutida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Fernando Santana.

Deputado Fernando Santana
Presidente

Manoel de Sousa Aires Junior
Secretário

CPI Enel ALECE
Av. Desembargador Moreira, 2807| Dionísio Torres | CEP: 60170-900 | Fortaleza-CE
DISQUE ASSEMBLEIA: 0800 2802887

TERMO DE COMPARECIMENTO E DEPOIMENTO DO SR. PLÍNIO MONTEIRO NETO, PRESIDENTE DO SINDELETRO, NA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CPI DA ENEL DISTRIBUIÇÃO CEARÁ

Aos 09 dias do mês de outubro do ano de 2023, às 15:18 horas, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito, no Auditório Murilo Aguiar da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, sob a Presidência do Deputado Fernando Santana, para realização da 1ª Reunião Extraordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito, para fins de oitiva do **Sr. PLÍNIO MONTEIRO NETO**, Presidente do Sindicato dos Eletricitários do Estado do Ceará - SINDELETRO, na qualidade de testemunha. Verificado o quórum, o Presidente declarou aberta a reunião. O convidado compareceu para prestar depoimento. Após a qualificação do convidado, este explanou brevemente acerca da atuação do SINDELETRO e expôs os desafios enfrentados junto à Enel. Utilizaram da palavra, para inquirir o depoente, os deputados FERNANDO SANTANA (PRESIDENTE), LARISSA GASPAR, CARMELO NETO (VICE-PRESIDENTE) e GUILHERME SAMPAIO. O inteiro teor das perguntas realizadas pelos Deputados e o inteiro teor das respostas dadas pela testemunha foram gravados, e as notas taquigráficas, após decodificadas, farão parte deste documento. **Nada mais havendo a perguntar, o Presidente, Deputado Fernando Santana, encerrou a audiência às 17:01 horas.** E, para constar, eu, Manoel de Sousa Aires Junior, Secretário, lavrei o presente termo, que será assinado pelo Presidente, Deputado Fernando Santana.

PLÍNIO MONTEIRO NETO
Depoente

Av. Desembargador Moreira, 2807| Dionísio Torres | CEP: 60170-900 | Fortaleza-CE
DISQUE ASSEMBLEIA: 0800 2802887

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (CPI) PARA INVESTIGAR IRREGULARIDADES E PRÁTICAS ABUSIVAS POR PARTE DA ENEL NO ESTADO DO CEARÁ.

Aos 10 dias do mês de outubro de dois mil e vinte e três, terça-feira, às 15:26 horas, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar irregularidades e práticas abusivas por Parte da Enel no Estado do Ceará, na Sala 03 das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, sob a Presidência do Deputado Fernando Santana. Registraram presenças os seguintes Deputados: Fernando Santana (Presidente), Carmelo Neto (Vice-Presidente), Guilherme Landim (Relator), Gabriella Aguiar, Felipe Mota, Lia Gomes (por videoconferência), Larissa Gaspar e Bruno Pedrosa. Presente o convidado e depoente, **Sr. FRANCISCO DE CASTRO MENEZES JUNIOR**, Presidente da Associação dos Municípios do Estado do Ceará - APRECE, acompanhado do Sr. Aniziario Jorge Costa, prefeito do Município de Jardim. **ABERTURA:** Dispensada a Leitura da Ata da Reunião anterior, devidamente aprovada. O Presidente, Deputado Fernando Santana, deu início aos trabalhos. **ORDEM DO DIA**: a) **OITIVA DO SR. FRANCISCO DE CASTRO MENEZES JUNIOR, PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ - APRECE**, conforme Requerimento 08/2023, do Deputado Guilherme Landim, aprovado por unanimidade na Reunião Ordinária ocorrida no dia 30/08/2023. DADA A PALAVRA AO CONVIDADO para esclarecimentos iniciais, este explanou brevemente acerca da atuação da APRECE e expôs os desafios enfrentados junto à Enel. DADA A PALAVRA AO DEPUTADO GUILHERME LANDIM (RELATOR), que realizou perguntas ao convidado, tendo este respondido as devidas perguntas. DADA A PALAVRA AO DEPUTADO FELIPE MOTA, que realizou perguntas ao convidado, tendo este respondido as devidas perguntas. DADA A PALAVRA À DEPUTADA LARISSA GASPAR, que realizou perguntas ao convidado, tendo este respondido as devidas perguntas. DADA A PALAVRA À DEPUTADA GABRIELLA AGUIAR, que realizou perguntas ao convidado, tendo este respondido as devidas perguntas. DADA A PALAVRA AO DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PRESIDENTE), que realizou perguntas ao convidado, tendo este respondido as devidas perguntas. OS DEPUTADOS PRESENTES CONCORDARAM COM O DEPOIMENTO DO SR. ANIZIARIO JORGE COSTA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JARDIM. b) **LEITURA, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DE REQUERIMENTOS E RELATÓRIOS EM GERAL: OS**

Av. Desembargador Moreira, 2807| Dionísio Torres | CEP: 60170-900 | Fortaleza-CE
DISQUE ASSEMBLEIA: 0800 2802887

CPI Enel ALECE

REQUERIMENTOS DE Nº 34 A 69 FORAM APROVADOS, POR UNANIMIDADE. INCLUSÃO DE PAUTA: Requerimento nº 70, de autoria do Deputado Danniel Oliveira, que foi discutido e foi aprovado pelos presentes, por unanimidade, e **Requerimento nº 71**, de autoria do Deputado Guilherme Landim, que foi discutido e foi aprovado pelos presentes, por unanimidade. **Nada mais havendo a tratar**, o Presidente, Deputado Fernando Santana, encerrou os trabalhos às 16:32. O inteiro teor da reunião foi gravado, e as notas taquigráficas, após decodificadas, farão parte deste documento. E, para constar, eu, Manoel de Sousa Aires Junior, secretariei os trabalhos, lavrei a presente ata, que, lida, discutida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Fernando Santana.

Deputado Fernando Santana
Presidente

Manoel de Sousa Aires Junior
Secretário

Av. Desembargador Moreira, 2807| Dionísio Torres | CEP: 60170-900 | Fortaleza-CE
DISQUE ASSEMBLEIA: 0800 2802887

CPI Enel ALECE

TERMO DE COMPARECIMENTO E DEPOIMENTO DO SR. FRANCISCO DE CASTRO MENEZES JUNIOR, PRESIDENTE DA APRECE, NA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CPI DA ENEL DISTRIBUIÇÃO CEARÁ

Aos 10 dias do mês de outubro do ano de 2023, às 15:26 horas, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito, na Sala 03 das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, sob a Presidência do Deputado Fernando Santana, para realização da 2ª Reunião Extraordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito, para fins de oitiva do **Sr. FRANCISCO DE CASTRO MENEZES JUNIOR**, Presidente da Associação dos Municípios do Estado do Ceará - APRECE, na qualidade de testemunha. Verificado o quórum, o Presidente declarou aberta a reunião. O convidado compareceu para prestar depoimento. Após a qualificação do convidado, este explanou brevemente acerca da atuação da APRECE e expôs os desafios enfrentados junto à Enel. Utilizaram da palavra, para inquirir o depoente, os deputados GUILHERME LANDIM (RELATOR), FELIPE MOTA, LARISSA GASPAR, GABRIELLA AGUIAR, FERNANDO SANTANA (PRESIDENTE). O inteiro teor das perguntas realizadas pelos Deputados e o inteiro teor das respostas dadas pela testemunha foram gravados, e as notas taquigráficas, após decodificadas, farão parte deste documento. **Nada mais havendo a perguntar, o Presidente, Deputado Fernando Santana, encerrou a audiência às 16:22 horas.** E, para constar, eu, Manoel de Sousa Aires Junior, Secretário, lavrei o presente termo, que será assinado pelo Presidente, Deputado Fernando Santana.

FRANCISCO DE CASTRO MENEZES JUNIOR
Depoente

CPI Enel ALECE
Av. Desembargador Moreira, 2807| Dionísio Torres | CEP: 60170-900 | Fortaleza-CE
DISQUE ASSEMBLEIA: 0800 2802887

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (CPI) PARA INVESTIGAR IRREGULARIDADES E PRÁTICAS ABUSIVAS POR PARTE DA ENEL NO ESTADO DO CEARÁ.

Aos 25 dias do mês de outubro de dois mil e vinte e três, quarta-feira, às 15:33 horas, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar irregularidades e práticas abusivas por Parte da Enel no Estado do Ceará, na Sala 04 das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, sob a Presidência do Deputado Bruno Pedrosa. Registraram presenças os seguintes Deputados: Bruno Pedrosa (Presidente em Exercício), Fernando Santana, Guilherme Landim (Relator), Felipe Mota, Gabriella Aguiar, Lia Gomes e Guilherme Sampaio. Ausente, justificadamente, o primeiro convidado e depoente, Sr. Vereador Lúcio Bruno, sendo adiada a sua oitiva. Presente o segundo convidado e depoente, **Sr. RODRIGO SAUAIA**, Presidente da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (ABSOLAR). **ABERTURA:** Dispensada a Leitura da Ata da Reunião Anterior, devidamente aprovada. O Presidente em exercício, Deputado Bruno Pedrosa, deu início aos trabalhos. ORDEM DO DIA: a) **OITIVA DO SR. RODRIGO SAUAIA, PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICA (ABSOLAR)**, conforme Requerimento 69/2023, de autoria do Deputado Bruno Pedrosa, aprovado por unanimidade na Reunião Ordinária ocorrida no dia 10/10/2023. DADA A PALAVRA AO CONVIDADO, este explanou brevemente acerca da atuação da ABSOLAR e expôs os desafios enfrentados junto à Enel. DADA A PALAVRA AO DEPUTADO FERNANDO SANTANA, que realizou perguntas ao convidado, tendo este respondido as devidas perguntas. DADA A PALAVRA AO DEPUTADO GUILHERME SAMPAIO, que realizou perguntas ao convidado, tendo este respondido as devidas perguntas. DADA A PALAVRA AO DEPUTADO BRUNO PEDROSA (PRESIDENTE EM EXERCÍCIO), que realizou perguntas ao convidado, tendo este respondido as devidas perguntas. DADA A PALAVRA AO DEPUTADO GUILHERME LANDIM (RELATOR), que realizou perguntas ao convidado, tendo este respondido as devidas perguntas. DADA A PALAVRA À DEPUTADA GABRIELLA AGUIAR, que realizou perguntas ao convidado, tendo este respondido as devidas perguntas. DADA A PALAVRA AO DEPUTADO FELIPE MOTA, que realizou perguntas ao convidado, tendo este respondido as devidas perguntas. **INCLUSÃO DE PAUTA: Requerimento nº 72**, de autoria do Deputado Fernando Santana, requerendo que seja enviado ofício à Enel

Av. Desembargador Moreira, 2807| Dionísio Torres | CEP: 60170-900 | Fortaleza-CE
DISQUE ASSEMBLEIA: 0800 2802887

CPI Enel ALECE

para que esta preste informações detalhadas acerca da destinação dos 5 (cinco) bilhões de reais em investimentos no Ceará, relatados em matéria veiculada no Diário do Nordeste, o qual foi discutido e foi aprovado pelos presentes, por unanimidade. **Nada mais havendo a tratar**, o Presidente em exercício, Deputado Bruno Pedrosa, encerrou os trabalhos às 17:29. O inteiro teor da reunião foi gravado, e as notas taquigráficas, após decodificadas, farão parte deste documento. E, para constar, eu, Manoel de Sousa Aires Junior, secretariei os trabalhos, lavrei a presente ata, que, lida, discutida e aprovada, será assinada pelo Presidente em exercício, Deputado Bruno Pedrosa.

Deputado Bruno Pedrosa
Presidente em exercício

Manoel de Sousa Aires Junior
Secretário

Av. Desembargador Moreira, 2807| Dionísio Torres | CEP: 60170-900 | Fortaleza-CE
DISQUE ASSEMBLEIA: 0800 2802887

CPI Enel ALECE

TERMO DE COMPARECIMENTO E DEPOIMENTO DO SR. RODRIGO SAUAIA, PRESIDENTE DA ABSOLAR NA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CPI DA ENEL DISTRIBUIÇÃO CEARÁ

Aos 25 dias do mês de outubro do ano de 2023, às 15:37 horas, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito, na Sala 04 das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, sob a Presidência do Deputado Bruno Pedrosa, para realização da 4ª Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito, para fins de oitiva do **Sr. RODRIGO SAUAIA**, Presidente da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (ABSOLAR), na qualidade de testemunha. Verificado o quórum, o Presidente em exercício declarou aberta a reunião. O convidado compareceu para prestar depoimento. Após a qualificação do convidado, este explanou brevemente acerca da atuação da ABSOLAR e expôs os desafios enfrentados junto à Enel. Utilizaram da palavra, para inquirir o depoente, os deputados FERNANDO SANTANA, GUILHERME SAMPAIO, BRUNO PEDROSA (PRESIDENTE EM EXERCÍCIO), GUILHERME LANDIM (RELATOR), GABRIELLA AGUIAR e FELIPE MOTA. O inteiro teor das perguntas realizadas pelos Deputados e o inteiro teor das respostas dadas pela testemunha foram gravados, e as notas taquigráficas, após decodificadas, farão parte deste documento. **Nada mais havendo a perguntar, o Presidente em exercício, Deputado Bruno Pedrosa, encerrou a audiência às 17:28 horas.** E, para constar, eu, Manoel de Sousa Aires Junior, Secretário, lavrei o presente termo, que será assinado pelo Presidente em exercício, Deputado Bruno Pedrosa.

RODRIGO SAUAIA
Depoente

Av. Desembargador Moreira, 2807| Dionísio Torres | CEP: 60170-900 | Fortaleza-CE
DISQUE ASSEMBLEIA: 0800 2802887

CPI Enel ALECE

ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (CPI) PARA INVESTIGAR IRREGULARIDADES E PRÁTICAS ABUSIVAS POR PARTE DA ENEL NO ESTADO DO CEARÁ.

Aos 26 dias do mês de outubro de dois mil e vinte e três, quinta-feira, às 15:38 horas, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar irregularidades e práticas abusivas por Parte da Enel no Estado do Ceará, na Sala 04 das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, sob a Presidência do Deputado Fernando Santana. Registraram presenças os seguintes Deputados: Fernando Santana (Presidente), Bruno Pedrosa, Guilherme Sampaio, Gabriella Aguiar (por videoconferência) e Lia Gomes (por videoconferência). Presente o convidado e depoente, **Dr. HUGO VASCONCELOS XEREZ**, Promotor de Justiça e Secretário-Executivo do Programa Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor – DECON. **ABERTURA:** Dispensada a Leitura da Ata da Reunião anterior, devidamente aprovada. O Presidente, Deputado Fernando Santana, deu início aos trabalhos. **ORDEM DO DIA**: a) **OITIVA DO DR. HUGO VASCONCELOS XEREZ, PROMOTOR DE JUSTIÇA E SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO PROGRAMA ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR – DECON**, conforme Requerimento 20/2023, do Deputado Carmelo Neto, aprovado por unanimidade na Reunião Ordinária ocorrida no dia 30/08/2023. DADA A PALAVRA AO CONVIDADO para esclarecimentos iniciais, este explanou brevemente acerca da atuação do DECON e expôs os desafios enfrentados junto à Enel. DADA A PALAVRA AO DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PRESIDENTE), este pontuou considerações acerca da temática. DADA A PALAVRA AO DEPUTADO GUILHERME SAMPAIO, que realizou perguntas ao convidado, tendo este respondido as devidas perguntas. DADA A PALAVRA AO DEPUTADO BRUNO PEDROSA, que realizou perguntas ao convidado, tendo este respondido as devidas perguntas. DADA A PALAVRA AO DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PRESIDENTE), que realizou perguntas enviadas pelo DEPUTADO GUILHERME LANDIM (RELATOR) ao convidado, tendo este respondido as devidas perguntas. **Nada mais havendo a tratar**, o Presidente, Deputado Fernando Santana, encerrou os trabalhos às 17:23. O inteiro teor da reunião foi gravado, e as notas taquigráficas, após decodificadas, farão parte deste documento. E, para constar, eu, Manoel de Sousa Aires Junior, secretariei os

Av. Desembargador Moreira, 2807| Dionísio Torres | CEP: 60170-900 | Fortaleza-CE
DISQUE ASSEMBLEIA: 0800 2802887

trabalhos, lavrei a presente ata, que, lida, discutida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Fernando Santana.

Deputado Fernando Santana
Presidente

Manoel de Sousa Aires Junior
Secretário

TERMO DE COMPARECIMENTO E DEPOIMENTO DO DR. HUGO VASCONCELOS XEREZ, SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO DECON, NA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CPI DA ENEL DISTRIBUIÇÃO CEARÁ

Aos 26 dias do mês de outubro do ano de 2023, às 15:38 horas, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito, na Sala 04 das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, sob a Presidência do Deputado Fernando Santana, para realização da 3ª Reunião Extraordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito, para fins de oitiva do **Dr. HUGO VASCONCELOS XEREZ**, Promotor de Justiça e Secretário-Executivo do Programa Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor – DECON, na qualidade de testemunha. Verificado o quórum, o Presidente declarou aberta a reunião. O convidado compareceu para prestar depoimento. Após a qualificação do convidado, este explanou brevemente acerca da atuação do DECON e expôs os desafios enfrentados junto à Enel. Utilizaram da palavra, para inquirir o depoente, os deputados FERNANDO SANTANA (PRESIDENTE), GUILHERME SAMPAIO e BRUNO PEDROSA. O inteiro teor das perguntas realizadas pelos Deputados e o inteiro teor das respostas dadas pela testemunha foram gravados, e as notas taquigráficas, após decodificadas, farão parte deste documento. **Nada mais havendo a perguntar, o Presidente, Deputado Fernando Santana, encerrou a audiência às 17:25 horas.** E, para constar, eu, Manoel de Sousa Aires Junior, Secretário, lavrei o presente termo, que será assinado pelo Presidente, Deputado Fernando Santana.

HUGO VASCONCELOS XEREZ
Depoente

CPI Enel ALECE
Av. Desembargador Moreira, 2807| Dionisio Torres | CEP: 60170-900 | Fortaleza-CE
DISQUE ASSEMBLEIA: 0800 2802887

ATA DA REUNIÃO INTERNA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (CPI) CRIADA PARA INVESTIGAR IRREGULARIDADES E PRÁTICAS ABUSIVAS POR PARTE DA ENEL DISTRIBUIÇÃO NO ESTADO DO CEARÁ.

Aos 5 dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e três, terça-feira, às 16:00 horas, reuniu-se, após regular convocação, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) criada para investigar irregularidades e práticas abusivas por Parte da Enel no Estado do Ceará, na Sala 401 da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará (Sala da CPI), sob a Presidência do Deputado Fernando Santana. Registraram presenças os seguintes Deputados: Fernando Santana, Guilherme Landim (Relator), Guilherme Sampaio, Lia Gomes e Simão Pedro (por videoconferência). **ABERTURA:** Não houve a Leitura da Ata da Reunião Anterior. O Presidente da CPI, Fernando Santana, deu início aos trabalhos. **ORDEM DO DIA: a)** Breve resumo e explicação sobre as reuniões que ocorreram em Brasília (DF), no dia 07.11.2023, com o Secretário Nacional do Consumidor e com o Diretor-Geral da ANEEL, e no dia 14.11.2023, em São Paulo, quando participou dos trabalhos da CPI que investiga a ENEL no Estado de São Paulo; **b)** Apresentar o **Requerimento 74/2023**, para oitiva do Sr. Adão Linhares Muniz, Secretário Executivo de Energia e Telecomunicações do Governo do Estado do Ceará, para falar sobre o impacto da má prestação do serviço pela ENEL nas obras do pública; **c)** Apresentar o **Requerimento 73/2023**, de autoria da Deputada Lia Gomes, que solicita informações à ANEEL. **d)** Expôs sobre as próximas oitiva da CPI (Associações, Setores da Indústria e Comércio), bem sobre a data para a oitiva da ENEL. **DADA A PALAVRA AOS DEPUTADOS PRESENTES**, que parabenizaram o trabalho da CPI até o momento e discorreram sobre as próximas oitivas da CPI. **VOTAÇÃO DO REQUERIMENTOS**: Os requerimentos foram aprovados por unanimidade, tendo sido definido a data do dia 14.12.2023 (quinta-feira), às 14:30, para a oitiva do Sr. Adão Linhares Muniz, Secretário Executivo de Energia e Telecomunicações do Governo do Estado do Ceará. Ficou definido ainda consensualmente que, após a oitiva do Sr. Adão Muniz, as próximas oitivas ocorreriam após o recesso parlamentar, dada a prorrogação da CPI por mais 120 dias. **Nada mais havendo a tratar**, o Presidente encerrou os trabalhos às 17:00. E, para constar, eu, Manoel de Sousa Aires Junior, secretariei os trabalhos, lavrei a presente ata, que, lida, discutida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Fernando Santana.

Deputado Fernando Santana
Presidente da CPI

Manoel de Sousa Aires Junior
Secretário

CPI Enel ALECE
Av. Desembargador Moreira, 2807| Dionísio Torres | CEP: 60170-900 | Fortaleza-CE
DISQUE ASSEMBLEIA: 0800 2802887

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (CPI) PARA INVESTIGAR IRREGULARIDADES E PRÁTICAS ABUSIVAS POR PARTE DA ENEL NO ESTADO DO CEARÁ.

Aos 13 dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e três, quarta-feira, às 15:10 horas, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar irregularidades e práticas abusivas por Parte da Enel no Estado do Ceará, no Salão Nobre da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, sob a Presidência do Deputado Fernando Santana. Registraram presenças os seguintes Deputados: Fernando Santana (Presidente), Bruno Pedrosa, Guilherme Landim (Relator), Lia Gomes, Guilherme Sampaio. Presente o convidado e depoente, **Sr. ADÃO LINHARES MUNIZ**, Secretário Executivo de Energia e Telecomunicações do Governo do Estado do Ceará, acompanhado do Sr. Alfredo Serejo, Coordenador de Energia e Telecomunicações da Seinfra, e do Sr. Sérgio Araújo de Sousa, Consultor da Seinfra. **ABERTURA:** Dispensada a Leitura da Ata da Reunião anterior, devidamente aprovada. O Presidente, Deputado Fernando Santana, deu início aos trabalhos. **ORDEM DO DIA**: a) **OITIVA DO EXMO. SR. ADÃO LINHARES MUNIZ, SECRETÁRIO EXECUTIVO DE ENERGIA E TELECOMUNICAÇÕES DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**, conforme Requerimento 63/2023, do Deputado Fernando Santana, aprovado por unanimidade na Reunião Interna ocorrida no dia 05/12/2023. DADA A PALAVRA AO CONVIDADO para esclarecimentos iniciais, este explanou brevemente acerca da atuação como SECRETÁRIO EXECUTIVO DE ENERGIA E TELECOMUNICAÇÕES DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ e expôs os desafios enfrentados junto à Enel. DADA A PALAVRA AO DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PRESIDENTE), este pontuou considerações acerca da temática. DADA A PALAVRA AO DEPUTADO GUILHERME LANDIM (RELATOR), que realizou perguntas ao convidado, tendo este respondido as devidas perguntas. DADA A PALAVRA AO DEPUTADO BRUNO PEDROSA, que realizou perguntas ao convidado, tendo este respondido as devidas perguntas. DADA A PALAVRA À DEPUTADA LIA GOMES, que realizou perguntas ao convidado, tendo este respondido as devidas perguntas. DADA A PALAVRA AO DEPUTADO GUILHERME SAMPAIO, que realizou perguntas ao convidado, tendo este respondido as devidas perguntas. **INCLUSÃO DE PAUTA**: Requerimento n. 65/2023, de autoria do Deputado FERNANDO SANTANA, requerendo a oitiva do Sr. Francisco Quintino Vieira Neto,

Av. Desembargador Moreira, 2807| Dionísio Torres | CEP: 60170-900 | Fortaleza-CE
DISQUE ASSEMBLEIA: 0800 2802887

CPI Enel ALECE

Superintendente de Obras Públicas do Estado do Ceará, devidamente aprovado pelos Deputados presentes. **Nada mais havendo a tratar**, o Presidente, Deputado Fernando Santana, encerrou os trabalhos às 17:27 horas. O inteiro teor da reunião foi gravado, e as notas taquigráficas, após decodificadas, farão parte deste documento. E, para constar, eu, Manoel de Sousa Aires Junior, secretariei os trabalhos, lavrei a presente ata, que, lida, discutida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Fernando Santana.

Deputado Fernando Santana
Presidente

Manoel de Sousa Aires Junior
Secretário

Av. Desembargador Moreira, 2807| Dionísio Torres | CEP: 60170-900 | Fortaleza-CE
DISQUE ASSEMBLEIA: 0800 2802887

TERMO DE COMPARECIMENTO E DEPOIMENTO DO EXCELENTÍSSIMO SR. ADÃO LINHARES MUNIZ, SECRETÁRIO EXECUTIVO DE ENERGIA E TELECOMUNICAÇÕES DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, NA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CPI DA ENEL DISTRIBUIÇÃO CEARÁ

Aos 13 dias do mês de dezembro do ano de 2023, às 15:10 horas, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito, no Salão Nobre da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, sob a Presidência do Deputado Fernando Santana, para realização da 5ª Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito, para fins de oitiva do **Exmo. Sr. ADÃO LINHARES MUNIZ**, Secretário Executivo de Energia e Telecomunicações do Governo do Estado do Ceará, na qualidade de testemunha. Verificado o quórum, o Presidente declarou aberta a reunião. O convidado compareceu para prestar depoimento. Após a qualificação do convidado, este explanou brevemente acerca da atuação como SECRETÁRIO EXECUTIVO DE ENERGIA E TELECOMUNICAÇÕES DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ e expôs os desafios enfrentados junto à Enel. Utilizaram da palavra, para inquirir o depoente, os deputados FERNANDO SANTANA (PRESIDENTE), GUILHERME LANDIM (RELATOR), BRUNO PEDROSA, LIA GOMES e GUILHERME SAMPAIO. O inteiro teor das perguntas realizadas pelos Deputados e o inteiro teor das respostas dadas pela testemunha foram gravados, e as notas taquigráficas, após decodificadas, farão parte deste documento. **Nada mais havendo a perguntar, o Presidente, Deputado Fernando Santana, encerrou a audiência às 17:10 horas.** E, para constar, eu, Manoel de Sousa Aires Junior, Secretário, lavrei o presente termo, que será assinado pelo Presidente, Deputado Fernando Santana.

ADÃO LINHARES MUNIZ
Depoente

ATA DA REUNIÃO INTERNA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (CPI) PARA INVESTIGAR IRREGULARIDADES E PRÁTICAS ABUSIVAS POR PARTE DA ENEL DISTRIBUIÇÃO NO ESTADO DO CEARÁ.

Aos 27 dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e quatro, terça-feira, às 11:40 horas, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga as irregularidades e práticas abusivas por parte da Enel Distribuição no Estado do Ceará, no Salão Nobre do Plenário da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, sob a Presidência do Deputado Fernando Santana. Registraram presenças os seguintes Deputados: Fernando Santana (Presidente), Guilherme Landim (Relator), Lia Gomes, Guilherme Sampaio, Felipe Mota e Larissa Gaspar. **ABERTURA:** Não houve leitura de ata de sessão anterior. O Presidente, Deputado Fernando Santana, deu início aos trabalhos afirmando que se tratava de uma reunião para definir os próximos passos da CPI, apresentando as seguintes propostas: 1. realização de consulta pública junto à população, 2. ajuizamento de ação civil pública contra a Enel Distribuição Ceará, por meio do Procon Assembleia, 3. realização de reuniões regionais e 4. realização das oitivas pendentes (SUDENE e ENEL). Os deputados presentes debateram entre si acerca das propostas, dando sugestões, aprovando, ao final, por unanimidade, as propostas apresentadas. **LEITURA, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DE REQUERIMENTOS:** Os deputados presentes discutiram e aprovaram, por unanimidade, os **Requerimentos n. 01/2024**, de autoria do Deputado Romeu Aldigueri, **Requerimento n. 02/2024**, de autoria do Deputado Fernando Santana; **Requerimentos n. 03 e 04/2024**, de autoria do Dep. Guilherme Sampaio. **Nada mais havendo a tratar**, o Presidente, Deputado Fernando Santana, encerrou os trabalhos às 12:41. E, para constar, eu, Manoel de Sousa Aires Junior, secretariei os trabalhos, lavrei a presente ata, que, lida, discutida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Fernando Santana.

FERNANDO MATOS SANTANA:87631296391 Assinado de forma digital por FERNANDO MATOS SANTANA:87631296391 Dados: 2024.02.28 10:56:03 -03'00'

Deputado Fernando Santana
Presidente

MANOEL DE SOUSA AIRES JUNIOR:95206914304 Assinado de forma digital por MANOEL DE SOUSA AIRES JUNIOR:95206914304 Dados: 2024.02.28 10:58:01 -03'00'

Manoel de Sousa Aires Junior
Secretário

CPI Enel ALECE
Av. Desembargador Moreira, 2807| Dionísio Torres | CEP: 60170-900 | Fortaleza-CE
DISQUE ASSEMBLEIA: 0800 2802887

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (CPI) PARA INVESTIGAR IRREGULARIDADES E PRÁTICAS ABUSIVAS POR PARTE DA ENEL NO ESTADO DO CEARÁ.

Aos 11 dias do mês de março de dois mil e vinte e quatro, segunda-feira, às 15:07 horas, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar irregularidades e práticas abusivas por Parte da Enel no Estado do Ceará, na Sala 04 das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, sob a Presidência do Deputado Fernando Santana. Registraram presenças os seguintes Deputados: Fernando Santana (Presidente), Guilherme Landim (Relator), Guilherme Sampaio, Lia Gomes e Bruno Pedrosa. Presentes os convidados e depoentes, **Sr. HEITOR RODRIGO PEREIRA FREIRE**, Diretor de Fundos, Incentivo e de Atração de Investimentos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, **Dr. ICARO FERREIRA DE MENDONÇA GASPAR**, advogado representante das Vítimas de Choques Elétricos causados pela falha de manutenção dos equipamentos da Enel Ceará e, por meio de videoconferência, **sra. IVAMAR PEREIRA DE SOUSA,** parente de vítimas de choque elétrico causado pela falha de manutenção dos equipamentos da Enel Ceará. **ABERTURA:** Dispensada a Leitura da Ata da Reunião anterior, devidamente aprovada. O Presidente, Deputado Fernando Santana, deu início aos trabalhos. **ORDEM DO DIA**: a) **OITIVA DO SR. HEITOR RODRIGO PEREIRA FREIRE, DIRETOR DE FUNDOS, INCENTIVO E DE ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE - SUDENE**, conforme Requerimento 02/2024, do Deputado Fernando Santana, aprovado por unanimidade na Reunião Interna ocorrida no dia 27/02/2024. DADA A PALAVRA AO CONVIDADO para esclarecimentos iniciais, este explanou brevemente acerca da atuação da SUDENE e expôs os desafios enfrentados junto à Enel. DADA A PALAVRA AO DEPUTADO GUILHERME LANDIM (RELATOR), que realizou perguntas ao convidado, tendo este respondido as devidas perguntas. DADA A PALAVRA AO DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PRESIDENTE), que realizou perguntas ao convidado, tendo este respondido as devidas perguntas. b) **OITIVA DO DR. ICARO FERREIRA DE MENDONÇA GASPAR, ADVOGADO REPRESENTANTE DAS VÍTIMAS DE CHOQUES ELÉTRICOS CAUSADOS PELA FALHA DE MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DA ENEL CEARÁ,** conforme Requerimento 03/2024, do Deputado Guilherme Sampaio, aprovado por unanimidade

Av. Desembargador Moreira, 2807| Dionísio Torres | CEP: 60170-900 | Fortaleza-CE
DISQUE ASSEMBLEIA: 0800 2802887

CPI Enel ALECE

na Reunião Interna ocorrida no dia 27/02/2024. DADA A PALAVRA AO CONVIDADO para esclarecimentos iniciais, este expôs os desafios enfrentados junto à Enel. DADA A PALAVRA AO DEPUTADO GUILHERME SAMPAIO, que realizou perguntas ao convidado, tendo este respondido as devidas perguntas. DADA A PALAVRA À DEPUTADA LIA GOMES, que realizou perguntas ao convidado, tendo este respondido as devidas perguntas. c) **OITIVA DA SRA. IVAMAR PEREIRA DE SOUSA**, parente de vítimas de choque elétrico causado pela falha de manutenção dos equipamentos da Enel Ceará, conforme Requerimento 04/2024, do Deputado Guilherme Sampaio aprovado por unanimidade na Reunião Interna ocorrida no dia 27/02/2024. DADA A PALAVRA À CONVIDADA, através de videoconferência, esta expôs acerca dos desafios ocasionados pela má prestação de serviço pela Enel. d) **LEITURA, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DE REQUERIMENTOS E RELATÓRIOS EM GERAL: OS REQUERIMENTOS DE N. 05 A 17/2024 FORAM APROVADOS, POR UNANIMIDADE. INCLUSÃO DE PAUTA: REQUERIMENTO N. 18,** de autoria do Deputado Fernando Santana, requerendo que seja enviado ofício para a Secretaria de Segurança do Estado do Ceará, solicitando informação acerca do número de inquéritos que possuem a Enel e seus diretores como investigados. **O requerimento foi discutido e foi aprovado pelos presentes, por unanimidade. Nada mais havendo a tratar**, o Presidente, Deputado Fernando Santana, encerrou os trabalhos às 17:26. O inteiro teor da reunião foi gravado, e as notas taquigráficas, após decodificadas, farão parte deste documento. E, para constar, eu, Manoel de Sousa Aires Junior, secretariei os trabalhos, lavrei a presente ata, que, lida, discutida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Fernando Santana.

Deputado Fernando Santana
Presidente

Manoel de Sousa Aires Junior
Secretário

Av. Desembargador Moreira, 2807| Dionísio Torres | CEP: 60170-900 | Fortaleza-CE
DISQUE ASSEMBLEIA: 0800 2802887

CPI Enel ALECE

TERMO DE COMPARECIMENTO E DEPOIMENTO DO DR. ICARO FERREIRA DE MENDONÇA GASPAR, ADVOGADO REPRESENTANTE DAS VÍTIMAS DE CHOQUES ELÉTRICOS CAUSADOS PELA FALHA DE MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DA ENEL CEARÁ, NA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CPI DA ENEL DISTRIBUIÇÃO CEARÁ

Aos 11 dias do mês de março do ano de 2024, às 15:07 horas, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito, na Sala 04 das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, sob a Presidência do Deputado Fernando Santana, para realização da 4ª Reunião Extraordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito, para fins de oitiva do **Dr. ICARO FERREIRA DE MENDONÇA GASPAR**, advogado representante das Vítimas de Choques Elétricos causados pela falha de manutenção dos equipamentos da Enel Ceará, na qualidade de testemunha. Verificado o quórum, o Presidente declarou aberta a reunião. O convidado compareceu para prestar depoimento. Após a qualificação do convidado, este expôs acerca dos desafios enfrentados junto à Enel. Utilizaram da palavra, para inquirir o depoente, os deputados FERNANDO SANTANA (PRESIDENTE), GUILHERME LANDIM (RELATOR), GUILHERME SAMPAIO e LIA GOMES. O inteiro teor das perguntas realizadas pelos Deputados e o inteiro teor das respostas dadas pela testemunha foram gravados, e as notas taquigráficas, após decodificadas, farão parte deste documento. **Nada mais havendo a perguntar, o Presidente, Deputado Fernando Santana, encerrou a audiência às 17:20 horas.** E, para constar, eu, Manoel de Sousa Aires Junior, Secretário, lavrei o presente termo, que será assinado pelo Presidente, Deputado Fernando Santana.

ICARO FERREIRA DE MENDONÇA GASPAR
Depoente

CPI Enel ALECE
Av. Desembargador Moreira, 2807| Dionísio Torres | CEP: 60170-900 | Fortaleza-CE
DISQUE ASSEMBLEIA: 0800 2802887

TERMO DE COMPARECIMENTO E DEPOIMENTO DO SR. HEITOR RODRIGO PEREIRA FREIRE, DIRETOR DE FUNDOS, INCENTIVO E DE ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS DA SUDENE, NA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CPI DA ENEL DISTRIBUIÇÃO CEARÁ

Aos 11 dias do mês de março do ano de 2024, às 15:07 horas, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito, na Sala 04 das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, sob a Presidência do Deputado Fernando Santana, para realização da 4ª Reunião Extraordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito, para fins de oitiva do **Sr. HEITOR RODRIGO PEREIRA FREIRE**, Diretor de Fundos, Incentivo e de Atração de Investimentos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, na qualidade de testemunha. Verificado o quórum, o Presidente declarou aberta a reunião. O convidado compareceu para prestar depoimento. Após a qualificação do convidado, este explanou brevemente acerca da atuação do SUDENE e expôs os desafios enfrentados junto à Enel. Utilizaram da palavra, para inquirir o depoente, os deputados FERNANDO SANTANA (PRESIDENTE), GUILHERME LANDIM (RELATOR) e GUILHERME SAMPAIO. O inteiro teor das perguntas realizadas pelos Deputados e o inteiro teor das respostas dadas pela testemunha foram gravados, e as notas taquigráficas, após decodificadas, farão parte deste documento. **Nada mais havendo a perguntar, o Presidente, Deputado Fernando Santana, encerrou a audiência às 17:20 horas.** E, para constar, eu, Manoel de Sousa Aires Junior, Secretário, lavrei o presente termo, que será assinado pelo Presidente, Deputado Fernando Santana.

HEITOR RODRIGO PEREIRA FREIRE
Depoente

Av. Desembargador Moreira, 2807| Dionísio Torres | CEP: 60170-900 | Fortaleza-CE
DISQUE ASSEMBLEIA: 0800 2802887

Comissão Parlamentar de Inquérito da Enel Distribuição Ceará

ATA DA REUNIÃO INTERNA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (CPI) PARA INVESTIGAR IRREGULARIDADES E PRÁTICAS ABUSIVAS POR PARTE DA ENEL NO ESTADO DO CEARÁ.

Aos 03 dias do mês de abril de dois mil e vinte e quatro, quarta-feira, às 11:07 horas, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar irregularidades e práticas abusivas por parte da Enel no Estado do Ceará, no Salão Nobre do Plenário da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, sob a Presidência do Deputado Fernando Santana. Registraram presenças os seguintes Deputados: Fernando Santana (Presidente), Guilherme Landim (Relator), Lia Gomes, Guilherme Sampaio e Simão Pedro (por videoconferência). **ABERTURA:** Não houve leitura de ata de sessão anterior. O Presidente, Deputado Fernando Santana, deu início aos trabalhos tratando acerca dos próximos passos da CPI, apresentando as seguintes propostas: realização de reunião na ARCE, em 10/04/2024; inclusão nos encaminhamentos do relatório final de sugestão de criação de Comissão Permanente para fiscalizar o serviço da Enel e ajuizamento de ação civil pública; oitiva da Enel a ser realizada em 24/04/2024, quarta-feira, às 14h; emissão de convites para a participação de diversos setores e órgãos na oitiva da Enel, além dos setores já ouvidos pela CPI. Os deputados presentes debateram entre si acerca das propostas, dando sugestões, aprovando, ao final, por unanimidade, as propostas apresentadas. O Deputado Guilherme Sampaio apresentou dados da revista Forbes de que a dívida da Enel atingiu € 60,1 bilhões em 2023 e suas ações caíram 8,5% em 2024. **LEITURA, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DE REQUERIMENTOS:** Os deputados presentes aprovaram, por unanimidade, os Requerimentos nº 18 e 19/2023, de autoria do Deputado Guilherme Sampaio. **Nada mais havendo a tratar**, o Presidente, Deputado Fernando Santana, encerrou os trabalhos às 11:37. E, para constar, eu, Manoel de Sousa Aires Junior, secretariei os trabalhos, lavrei a presente ata, que, lida, discutida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Fernando Santana.

Deputado Fernando Santana
Presidente

Manoel de Sousa Aires Junior
Secretário

Av. Desembargador Moreira, 2807| Dionísio Torres | CEP: 60170-900 | Fortaleza-CE
DISQUE ASSEMBLEIA: 0800 2802887

CPI Enel ALECE

Comissão Parlamentar de Inquérito da Enel Distribuição Ceará

ATA DA REUNIÃO INTERNA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (CPI) PARA INVESTIGAR IRREGULARIDADES E PRÁTICAS ABUSIVAS POR PARTE DA ENEL NO ESTADO DO CEARÁ.

Aos 18 dias do mês de abril de dois mil e vinte e quatro, quinta-feira, às 11:32 horas, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar irregularidades e práticas abusivas por parte da Enel no Estado do Ceará, no Salão Nobre do Plenário da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, sob a Presidência do Deputado Fernando Santana. Registraram presenças os seguintes Deputados: Fernando Santana (Presidente), Guilherme Landim (Relator) e Lia Gomes. Presente, ainda, o Procurador-Geral da ALECE, Dr. Rodrigo Martiniano Ayres Lins. **ABERTURA:** Não houve leitura de ata de sessão anterior. O Presidente, Deputado Fernando Santana, deu início aos trabalhos. Os deputados presentes suscitaram pontos relevantes que devem constar no relatório final e encaminhamentos: redigir minuta de projeto de lei para encaminhar à bancada federal; sugerir ao Congresso a instauração de uma CPI em face da ANEEL; envio do relatório para o MPCE, Defensoria, Procon Assembleia, para ajuizamento de ações judiciais, com pedido de dano moral coletivo; envio do relatório para MPF e AGU para ajuizamento de ação da União em face da ENEL na Justiça Federal; oficiar Ministério de Minas e Energia, a fim de que instaure investigação com vistas à declaração de caducidade do contrato de concessão. Quanto à oitiva da ENEL marcada para 24/04/2024, o presidente da CPI, Deputado Fernando Santana, questionou o Procurador-Geral acerca de orientações e limites para a condução desta. O Procurador-Geral orientou que, no momento de fala dos prefeitos e representantes das instituições, estes devem dirigir a palavra ao Presidente da CPI, o qual, por sua vez, formulará as perguntas ao interrogado. Orientou, ainda, que uma testemunha não seja ouvida na presença da outra. O Deputado Fernando Santana questionou acerca da possibilidade de prorrogação da CPI para apresentação e votação do relatório final, tendo o Procurador-Geral confirmado a possibilidade, de acordo com o Regimento Interno. **Nada mais havendo a tratar**, o Presidente, Deputado Fernando Santana, encerrou os trabalhos às 12:15. E, para constar, eu, Manoel de Sousa Aires Junior, secretariei os trabalhos, lavrei a presente ata, que, lida, discutida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Fernando Santana.

Deputado Fernando Santana
Presidente

Manoel de Sousa Aires Junior
Secretário

Av. Desembargador Moreira, 2807| Dionísio Torres | CEP: 60170-900 | Fortaleza-CE
DISQUE ASSEMBLEIA: 0800 2802887

CPI Enel ALECE

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (CPI) PARA INVESTIGAR IRREGULARIDADES E PRÁTICAS ABUSIVAS POR PARTE DA ENEL NO ESTADO DO CEARÁ.

Aos 24 dias do mês de abril de dois mil e vinte e quatro, quarta-feira, às 14:30 horas, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar irregularidades e práticas abusivas por Parte da Enel no Estado do Ceará, na Sala 03 das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, sob a Presidência do Deputado Fernando Santana. Registraram presenças os seguintes Deputados: Fernando Santana (Presidente), Guilherme Landim (Relator), Felipe Mota, Gabriella Aguiar, Lia Gomes, Larissa Gaspar, Danniel Oliveira, Agenor Neto, Simão Pedro, Bruno Pedrosa, Marcos Sobreira, Emília Pessoa, Osmar Baquit e Davi de Raimundão. Presente a primeira testemunha, **Sr. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO**, Diretor-Presidente da Enel Distribuição Ceará. Ausentes, justificadamente, conforme documentos lidos pelo presidente, as demais testemunhas, Sra. Márcia Sandra Roque Vieira Silva, Sr. Nicola Cotugno, Sr. Antonio Scala e Sr. Francesco Tutoli. **ABERTURA:** Realizada a Leitura da Ata da Reunião Anterior, devidamente aprovada. O Presidente, Deputado Fernando Santana, deu início aos trabalhos. Após solicitação realizada pela testemunha, o Presidente da CPI autorizou que compusessem a mesa o sr. Charles Capdeville, Diretor de Operação de Redes da Enel Distribuição Ceará, e a sra. Micheline Luna, Diretora de Mercado da Enel Distribuição Ceará. ORDEM DO DIA: a) **OITIVA DO SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO, DIRETOR-PRESIDENTE DA ENEL DISTRIBUIÇÃO CEARÁ**, conforme Requerimentos nº 16 e 18/2023, de autoria dos Deputados Guilherme Landim e Guilherme Sampaio, aprovado por unanimidade pelos Deputados membros da CPI nas reuniões realizadas nos dias 30/08/2023 e 03/04/2024. DADA A PALAVRA AO DEPUTADO GUILHERME LANDIM (RELATOR), que realizou perguntas ao convidado, tendo este respondido as devidas perguntas. DADA A PALAVRA AO DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PRESIDENTE), que realizou perguntas ao convidado, tendo este respondido as devidas perguntas. DADA A DADA A PALAVRA À DEPUTADA GABRIELLA AGUIAR, que realizou perguntas ao convidado, tendo este respondido as devidas perguntas. DADA A DADA A PALAVRA À DEPUTADA LIA GOMES, que realizou perguntas ao convidado, tendo este respondido as devidas perguntas. DADA A PALAVRA AO DEPUTADO DANNIEL OLIVEIRA, que realizou perguntas ao convidado, tendo este respondido as devidas

Av. Desembargador Moreira, 2807| Dionísio Torres | CEP: 60170-900 | Fortaleza-CE
DISQUE ASSEMBLEIA: 0800 2802887

CPI Enel ALECE

perguntas. DADA A PALAVRA AO DEPUTADO FELIPE MOTA, que realizou perguntas ao convidado e ao sr. Charles Capdeville, tendo estes respondido as devidas perguntas. DADA A DADA A PALAVRA À DEPUTADA LARISSA GASPAR, que realizou perguntas ao convidado e à sra. Micheline Luna, tendo estes respondido as devidas perguntas. DADA A DADA A PALAVRA À DEPUTADA EMÍLIA PESSOA, que realizou perguntas ao convidado, tendo este respondido as devidas perguntas. DADA A PALAVRA AO DEPUTADO BRUNO PEDROSA, que realizou perguntas ao convidado, tendo este respondido as devidas perguntas. DADA A PALAVRA AO DEPUTADO SIMÃO PEDRO, que realizou perguntas ao convidado, tendo este respondido as devidas perguntas. DADA A PALAVRA AO DEPUTADO GUILHERME LANDIM (RELATOR), que realizou perguntas à sra. Micheline Luna, tendo esta respondido as devidas perguntas. DADA A PALAVRA AO DEPUTADO FERNANDO SANTANA (PRESIDENTE), que realizou mais perguntas ao convidado, tendo este respondido as devidas perguntas. Empós, o sr. José Nunes Almeida e sua equipe realizaram apresentação acerca do plano de trabalho da Enel. Os deputados presentes expuseram suas considerações acerca da apresentação. **Nada mais havendo a tratar**, o Presidente, Deputado Fernando Santana, encerrou os trabalhos às 19:25. O inteiro teor da reunião foi gravado, e as notas taquigráficas, após decodificadas, farão parte deste documento. E, para constar, eu, Manoel de Sousa Aires Junior, secretariei os trabalhos, lavrei a presente ata, que, lida, discutida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Fernando Santana.

Deputado Fernando Santana
Presidente

Manoel de Sousa Aires Junior
Secretário

Av. Desembargador Moreira, 2807| Dionísio Torres | CEP: 60170-900 | Fortaleza-CE
DISQUE ASSEMBLEIA: 0800 2802887

CPI Enel ALECE

TERMO DE COMPARECIMENTO E DEPOIMENTO DO SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO, DIRETOR-PRESIDENTE DA ENEL DISTRIBUIÇÃO CEARÁ, NA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CPI DA ENEL DISTRIBUIÇÃO CEARÁ

Aos 24 dias do mês de abril do ano de 2024, às 14:30 horas, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito, na Sala 03 das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, sob a Presidência do Deputado Fernando Santana, para realização da 6ª Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito, para fins de oitiva do **Sr. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO**, Diretor-Presidente da Enel Distribuição Ceará, na qualidade de testemunha. Verificado o quórum, o Presidente declarou aberta a reunião. O convidado compareceu para prestar depoimento, sendo realizada a qualificação deste. Utilizaram da palavra, para inquirir o depoente, os deputados GUILHERME LANDIM (RELATOR), FERNANDO SANTANA (PRESIDENTE), GABRIELLA AGUIAR, LIA GOMES, DANNIEL OLIVEIRA, FELIPE MOTA, LARISSA GASPAR, EMÍLIA PESSOA, BRUNO PEDROSA e SIMÃO PEDRO. O inteiro teor das perguntas realizadas pelos Deputados e o inteiro teor das respostas dadas pela testemunha foram gravados, e as notas taquigráficas, após decodificadas, farão parte deste documento. **Nada mais havendo a perguntar, o Presidente, Deputado Fernando Santana, encerrou a audiência às 19:11 horas.** E, para constar, eu, Manoel de Sousa Aires Junior, Secretário, lavrei o presente termo, que será assinado pelo Presidente, Deputado Fernando Santana.

JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO
Depoente

CPI Enel ALECE
Av. Desembargador Moreira, 2807| Dionísio Torres | CEP: 60170-900 | Fortaleza-CE
DISQUE ASSEMBLEIA: 0800 2802887

C.P.I.
FL.
ALECE

TERMO DE COMPARECIMENTO E DEPOIMENTO DA SRA. MICHELINE LUNA, DIRETORA DE MERCADO DA ENEL DISTRIBUIÇÃO CEARÁ, NA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CPI DA ENEL DISTRIBUIÇÃO CEARÁ

Aos 24 dias do mês de abril do ano de 2024, às 14:30 horas, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito, na Sala 03 das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, sob a Presidência do Deputado Fernando Santana, para realização da 6ª Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito, para fins de oitiva da Sra. Micheline Luna, Diretora de Mercado da Enel Distribuição Ceará, na qualidade de testemunha. Verificado o quórum, o Presidente declarou aberta a reunião. A convidada compareceu para acompanhar o Sr. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO, Diretor-Presidente da Enel Distribuição Ceará. Utilizaram da palavra, para inquirir a depoente, a deputada LARISSA GASPAR e o deputado GUILHERME LANDIM. O inteiro teor das perguntas realizadas pelos Deputados e o inteiro teor das respostas dadas pela testemunha foram gravados, e as notas taquigráficas, após decodificadas, farão parte deste documento. **Nada mais havendo a perguntar, o Presidente, Deputado Fernando Santana, encerrou a audiência às 19:11 horas.** E, para constar, eu, Manoel de Sousa Aires Junior, Secretário, lavrei o presente termo, que será assinado pelo Presidente, Deputado Fernando Santana.

MICHELINE LUNA
Depoente

CPI Enel ALECE
Av. Desembargador Moreira, 2807| Dionísio Torres | CEP: 60170-900 | Fortaleza-CE
DISQUE ASSEMBLEIA: 0800 2802887

C.P.I.
FL. ____
ALECE

TERMO DE COMPARECIMENTO E DEPOIMENTO DO SR. CHARLES CAPDEVILLE, DIRETOR DE OPERAÇÃO DE REDES DA ENEL DISTRIBUIÇÃO CEARÁ, NA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CPI DA ENEL DISTRIBUIÇÃO CEARÁ

Aos 24 dias do mês de abril do ano de 2024, às 14:30 horas, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito, na Sala 03 das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, sob a Presidência do Deputado Fernando Santana, para realização da 6ª Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito, para fins de oitiva do **Sr. CHARLES CAPDEVILLE**, Diretor de Operação de Redes da Enel Distribuição Ceará, na qualidade de testemunha. Verificado o quórum, o Presidente declarou aberta a reunião. O convidado compareceu para acompanhar o Sr. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO, Diretor-Presidente da Enel Distribuição Ceará. Utilizou da palavra, para inquirir o depoente, o deputado FELIPE MOTA. O inteiro teor das perguntas realizadas pelo Deputado e o inteiro teor das respostas dadas pela testemunha foram gravados, e as notas taquigráficas, após decodificadas, farão parte deste documento. **Nada mais havendo a perguntar, o Presidente, Deputado Fernando Santana, encerrou a audiência às 19:11 horas.** E, para constar, eu, Manoel de Sousa Aires Junior, Secretário, lavrei o presente termo, que será assinado pelo Presidente, Deputado Fernando Santana.

CHARLES CAPDEVILLE
Depoente